



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2152

Sexta-feira - 23 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Municípios		Sumário	
Água Doce.....	2	Herval d'Oeste	264
Alto Bela Vista.....	3	Ibiam	266
Anchieta	10	Imarui	271
Antônio Carlos	13	Imbituba	288
Arabutã	14	Indaial.....	297
Arroio Trinta.....	24	Ipumirim	312
Atalanta.....	28	Irineópolis	314
Aurora	30	Itá	317
Balneário Piçarras.....	59	Itapiranga.....	318
Barra Bonita.....	61	Itapoá	322
Barra Velha.....	62	Jacinto Machado	325
Bom Jesus do Oeste.....	63	Joaçaba	333
Botuvera.....	68	Lages	373
Braço do Trombudo	74	Laguna	378
Brusque.....	75	Lajeado Grande.....	380
Caçador	87	Lauro Muller	395
Camboriú.....	101	Leoberto Leal.....	402
Campo Alegre	102	Luzerna	403
Campos Novos	121	Macieira	405
Canelinha	126	Mafra	406
Canoinhas.....	128	Maracajá	408
Capinzal	135	Maravilha.....	412
Catanduvas.....	139	Marema	415
Caxambu do Sul.....	156	Meleiro	416
Cocal do Sul.....	157	Modelo	417
Concórdia	161	Mondaí.....	419
Coronel Freitas.....	165	Monte Carlo	421
Corupá	166	Morro da Fumaça	424
Dionísio Cerqueira	168	Navegantes	425
Doutor Pedrinho.....	169	Novo Horizonte	433
Ermo	210	Orleans	434
Erval Velho	211	Ouro	435
Flor do Sertão	212	Ouro Verde	439
Forquilha	215	Palhoça	440
Fraiburgo.....	223	Palmitos	549
Garopaba.....	244	Papanduva.....	551
Garuva	248	Passo de Torres.....	561
Gaspar	250	Passos Maia	567
Guaraciaba	254	Paulo Lopes	572
Guaramirim.....	255	Penha.....	573
Guarujá do Sul.....	263	Pomerode	588
		Ponte Serrada	590
		Porto Belo.....	595
		Porto União.....	596
		Pouso Redondo	602
		Presidente Nereu.....	615
		Princesa	616
		Rio do Sul.....	619
		Romelândia.....	623
		Salto Veloso	626
		Santa Rosa do Sul	627
		Santa Terezinha do Progresso	628
		São Bento do Sul.....	629
		São Carlos	652
		São Domingos.....	683
		São João do Sul	684
		São José.....	687
		São José do Cedro.....	718
		São Lourenço do Oeste.....	729
		São Miguel do Oeste.....	733
		Schroeder	735
		Seara	752
		Serra Alta	840
		Siderópolis.....	842
		Sombrio.....	843
		Sul Brasil	846
		Tigrinhos	849
		Timbó	850
		Três Barras	856
		Treze Tílias	858
		Trombudo Central.....	862
		Tunápolis.....	863
		Turvo	870
		União do Oeste	872
		Urussanga	873
		Vargem Bonita	874
		Videira.....	875
		Vitor Meireles.....	878
		Xanxerê.....	881
		Xaxim	940
Associações			
AMAUC.....	956		
Consórcios			
AGIR	957	CIMVI.....	960
ARIS	959	CIS/AMMVI	983
CIGA	959	CIS/AMURES.....	1012
CIMCATARINA.....	959	CIAPS.....	1019
		CIRSURES.....	1024

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 296/2016

PORTARIA Nº 296/2016 de 22 de dezembro de 2016

“CONVOCA DAS FÉRIAS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Convocar das férias a funcionária EVARISTA BERNADETE TRENTTO, inscrita sob CPF nº 028.865.979-10, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, para voltar ao trabalho na data de 26/12/2016 período 14/15, restando 6 dias das férias para o funcionário usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de dezembro de 2016

Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan Danguì
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.321 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, DINARTE RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO, matrícula 686, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1851 de 7 de abril de 2014.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.322 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, CRISTIANO ALEX AULER, ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO, matrícula 728, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2006 de 10 de março de 2015.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.323 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, matrícula 672, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2 Fica Interrompido o afastamento da servidora CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT dos cargos de PROFESSOR I e PROFESSOR II,

respectivas matrículas 121 e 660, retornando assim as suas atividades do magistério público municipal a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1965 de 21 de janeiro de 2015.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.324 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, GUSTAVO ELIAS LOHMANN, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE CONTROLE PATRIMONIAL E TRIBUTAÇÃO, matrícula 687, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2150 de 19 de fevereiro de 2016.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.325 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, ALINE MONICA LOHMANN, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE, matrícula 750, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2041 de 18 de junho de 2015.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.326 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, DIOMAR SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR OPERACIONAL DE AGRICULTURA, matrícula 801, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2257 de 04 de outubro de 2016.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.327 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, FERNANDA SCHNEIDER KARTABIL, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, matrícula 664, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1825 de 10 de março de 2014.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.328 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, CASSIANO MARTINAZZO, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula 702, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1958 de 06 de janeiro de 2015.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.329 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, LISEMAR ROESE HORN, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE CONTROLE OEPRACIONAL, matrícula 632, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1694 de 04 de março de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.330 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, VILMAR JOSÉ ZONTA, ocupante do cargo de provimento em comissão de CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO, matrícula 654, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1814 de 24 de fevereiro de 2014.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.331 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, JANAINA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento em comissão de ENCARGADA DE UNIDADE ESCOLAR, matrícula 624, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1704 de 17 de março de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.332 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, MIRIAN SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE EDUCAÇÃO E ESPORTE, matrícula 608, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1672 de 08 de fevereiro de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.333 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, CARLINE FUNCKLER, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE UNIDADE ESCOLAR, matrícula 602, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1662 de 24 de janeiro de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.334 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, JONES JOSÉ GASTMANN, ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE URBANISMO E HABITAÇÃO, matrícula 600, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1661 de 22 de janeiro de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.335 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, matrícula 597, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1774 de 28 de novembro de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.336 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, ADEMAR AMANT, ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, matrícula 595, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1665 de 1º de fevereiro de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.337 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, ALTAIR REKSHAUSE, ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE TRANSPORTES, matrícula 596, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 1656 de 09 de janeiro de 2013.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 152 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 82, inciso VIII e seção VIII, art. 100-102 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar assuntos particulares sem remuneração ao Servidor Público Municipal CARLOS ALBERTO MALTAURO ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL a partir do dia 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, a pedido do servidor pelo requerimento protocolado nº 249 de 29 de novembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 21 de dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

LEI Nº. 2.295/2016

LEI Nº. 2.295/2016

DISPÕE SOBRE PERMUTA DE BENS IMÓVEIS".

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar parte de dois imóveis de sua propriedade, denominado partes da Chácara nº 07, por parte da chácara nº 07 de propriedade da Senhora Clarice Pansera localizado na Servidão Herminia Piccoli Pompermayer.

Art. 2º A permuta será feita por equivalência de valores entre os bens permutados, sem qualquer pagamento entre os permutastes.

§1º O valor da avaliação das áreas correspondem a R\$ 80,00/m² (oitenta reais por metro quadrado), conforme avaliação, realizada pela Comissão de Avaliação de Imóvel, nomeada pelo Decreto 181/2016.

Art. 3º Todas as despesas relativas à permuta de imóveis de que trata a presente Lei, mormente aquelas atinentes à lavratura de escritura e registro, correrão às expensas dos respectivos adquirentes.

§1º Da escritura pública de permuta deverá constar o valor dos bens imóveis permutados, ressaltando-se que a permuta não envolve troca de valores.

§2º Compete à Secretaria Municipal de Administração os trâmites necessários à escrituração cartorária.

Art. 4º O imóvel permutado será exclusivamente para fins da regularização parcial da Servidão Herminia Piccoli Pompermayer.

Art. 5º Fica dispensada a licitação, por se tratar de caso de interesse público devidamente justificado, nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "c", c/c artigo 24, inciso X, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.294/2016.

LEI Nº. 2.294/2016.

DENOMINA E RETIFICA LOGRADOUROS (RUAS) PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Ruas "A", "B" e "C", do Loteamento Veneza, serão reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal como logradouros públicos municipais e terão as seguintes denominações:

I – Rua "A": Rua Delfino Rigoni;

II – Rua "B": Rua Conceição Camargo;

III – Rua "C": Rua Luiz Tortelli;

Art. 2º. Retifica a Rua "Dirceu Pauletti", do Loteamento Altos da Colina, para "Rua Dirceu Pauletti".

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e parcialmente a Lei Municipal nº 2.224/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de dezembro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 22 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.297/2016

LEI Nº. 2.297/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I CAPITULO I DA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a aderir a Rede de Integração Ensino Serviço no Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a conceder "bolsa auxílio moradia" e a conceder "bolsa auxílio" aos profissionais vinculados ao e a abrir crédito adicional especial no Fundo Municipal de Saúde do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina.

§1º. Os profissionais vinculados ao Programa deverão ser reconhecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

§2º. O "Bolsa Auxílio " e o "Bolsa Auxílio Alimentação" são destinados aos profissionais vinculados ao Programa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º. O "Bolsa Auxílio " compreenderá o valor mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por profissional, devendo ser empregado na locação ou outro meio de obtenção de moradia pelo beneficiário.

§1º. O "Bolsa Auxílio " terá prazo de vigência enquanto o profissional vinculado ao Programa atuar na cidade de Anchieta, desde que mantida a necessidade do benefício e que haja disponibilidade financeira e orçamentária.

Art. 3º. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde a análise para a concessão ou revogação do "Bolsa Auxílio " de que trata a presente Lei.
Parágrafo Único: Fica o chefe do Poder Executivo autorizado quando necessário a proceder alterações na presente Lei através da emissão de Decreto Executivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias no período de vigência do programa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 22 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº2.296/2016.

LEI Nº2.296/2016.

ALTERA TRAÇADO DE ESTRADA VICINAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É modificado o traçado da estrada vicinal que passa na propriedade do Senhor Nelson José de Moura, localizada na Linha Sete de

Setembro, imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº. 2.724, com a largura de no mínimo 6 metros (6.00m) e na extensão de cento e setenta metros (170.00m), aproximadamente, ficando a nova estrada, integralmente, dentro da propriedade acima referida. Parágrafo Único – A mudança do traçado visa atender reivindicação dos usuários e proprietários da área, levando em consideração as melhores condições do terreno e de conservação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 22 de dezembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº2.298/2016.

LEI Nº2.298/2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANCHIETA A RECEBER EM CESSÃO DE USO VEÍCULO CEDIDO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em Cessão de Uso, o veículo abaixo descrito:

a) 01 Veículo Tipo Ambulância: Marca/Modelo: Renault/Master Euro Amb, Cor Predominante Branca, ano de fabricação 2016, ano do modelo 2017, combustível diesel, código renavam: 1103166678, Chassi: 93YMAFELCHJ464550, Placa: AID5178, valor R\$ 137.800,00 (cento e trinta e sete mil e oitocentos reais).

§ 1º. O veículo descrito no caput deste artigo, alínea "a" fica destinado a integrar à Frota do Município de Anchieta/SC.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o registro do bem, descrito no art. 1º desta Lei, para o patrimônio do Município.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 22 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº. 021/2014; Origem: Processo Licitatório nº 008/2014 – Inexigibilidade nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na aquisição de passes escolares para alunos do ensino médio, técnico e superior residentes no Município de Antônio Carlos/SC. Novo vencimento: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo do contrato acima enumerado, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 31 de dezembro de 2017. Antônio Carlos, 22 de dezembro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA N 453/2016

PORTARIA Nº 453/2016.

Cessa Portarias.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - CESSAR, os efeitos a partir de 30 de dezembro de 2016, das seguintes Portarias conforme relacionado abaixo:

Portaria nº 175/2013, publicada no DOM em 13/03/2013 – Edição 1196 – pag 3
Portaria nº 349/2015, publicada no DOM em 19/06/2013 – Edição 1766 – pag 6
Portaria nº 072/2013, publicada no DOM em 05/02/2013 – Edição 1172 – pag 2
Portaria nº 237/2014, publicada no DOM em 29/04/2014 – Edição 1476 – pag 75
Portaria nº 046/2013, publicada no DOM em 17/01/2013 – Edição 1159 – pag 4 e 5
Portaria nº 179/2014, publicada no DOM em 19/03/2014 – Edição 1449 – pag 9
Portaria nº 382/2014, publicada no DOM em 22/08/2014 – Edição 1555 – pag 4
Portaria nº 116/2014, publicada no DOM em 14/02/2014 – Edição 1428 – pag 6
Portaria nº 065/2013, publicada no DOM em 01/02/2013 – Edição 1170 – pag 1 e 2
Portaria nº 073/2013, publicada no DOM em 05/02/2013 – Edição 1172 – pag 2
Portaria nº 132/2014, publicada no DOM em 21/02/2014 – Edição 1433 – pag 7
Portaria nº 064/2013, publicada no DOM em 01/02/2013 – Edição 1170 – pag 5
Portaria nº 145/2016, publicada no DOM em 04/04/2016 – Edição 1967 – pag 13
Portaria nº 115/2014, publicada no DOM em 14/02/2014 – Edição 1428 – pag 6
Portaria nº 031/2016, publicada no DOM em 21/01/2016 – Edição 1915 – pag 8
Portaria nº 217/2015, publicada no DOM em 07/04/2015 – Edição 1718 – pag 6
Portaria nº 063/2013, publicada no DOM em 01/02/2013 – Edição 1170 – pag 5
Portaria nº 117/2014, publicada no DOM em 14/02/2014 – Edição 1428 – pag 6

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de dezembro de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

ATA 001 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 54/2016

ATA 001

Processo Licitatório nº. 54/2016 – Pregão nº 38/2016

Objeto: Contratação de empresa para implantação de três academias ao ar livre nas Praças Albino Schimmelpfennig, Praça Selvino Petry e Praça Central de Nova Estrela, em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

Aberta a sessão, verificou-se que até o horário e data limites nenhum licitante compareceu e/ou entregou/protocolou envelope para a presente Licitação.

Dessa forma, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declaram a licitação DESERTA.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 09 de dezembro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

ATA 001 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2016

ATA 001

Processo Licitatório nº. 55/2016 – Pregão nº 39/2016

Objeto: Aquisição de um veículo novo para a Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Proposta nº. 10559.943000/1140-01 (emenda parlamentar) em conformidade com as especificações do Formulário Proposta, anexo I do Edital.

Aberta a sessão, verificou-se que até o horário e data limites nenhum licitante compareceu e/ou entregou/protocolou envelope para a presente Licitação.

Dessa forma, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declaram a licitação DESERTA.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 16 de dezembro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DECRETO Nº.1982/2016

DECRETO Nº 1982, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre crédito adicional suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 10.638,04.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836, de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	01	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.068	Manutenções e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública		
Modalidade	119	3390000000000000010017	Aplicações Diretas	10.638,04
TOTAL				10.638,04

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do seguinte provável excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 0.1.0017 – COSIPR\$ 10.638,04

TOTALR\$ 10.638,04

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os termos do Decreto 1968A, de 09 de dezembro de 2016.

Arabutã - SC, 16 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de Dezembro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

DECRETO N°.1983/2016

Decreto nº 1.983, de 16 de dezembro de 2016.

APROVA E DIVULGA OS ANEXOS DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E O ANEXO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 24 da Lei nº 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2017 – LDO, e dá outras providências e na forma dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Anexo de Metas Bimestrais de Arrecadação e da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Município de Arabutã - SC, para o exercício financeiro de 2017, na forma do Anexo a seguir relacionado:

* Anexo PMA - Demonstrativo das Metas de Arrecadação Consolidado e da Programação Financeira e Cronograma de Execução de Desembolso Consolidado.

Parágrafo Único - O referido Anexo passa a ser divulgado na forma da Legislação vigente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arbutã – SC,

16 de dezembro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável pela publicação

DECRETO Nº.1984/2016

Decreto nº. 1969, de 16 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 55/2016, EDITAL DE PREGÃO Nº 039/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando os elementos constantes do Edital de Pregão nº. 39/2016, em especial o posicionamento firmado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, quanto à ausência de licitantes;

DECRETA:

Art. 1. Fica aludido procedimento revogado, providência que encontra amparo legal no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 16 de dezembro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº.1985/2016

DECRETO Nº 1985, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Publica relação das execuções dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal e dá outras providências,

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no § 8º do art. 10 da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em área rurais e urbanas, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica publicado a execução dos serviços realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal nos termos da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, conforme anexos e a descrição abaixo:

I – 01 (um) proprietário rural, constantes na Microárea nº 01 (um), conforme os termos do § 2º combinado com o § 8º do art. 10 da Lei nº 853/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 19 de dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 19 de dezembro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº.1986/2016

DECRETO Nº 1986, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Publica relação das inscrições dos serviços a serem realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal e dá outras providências,

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no § 8º do art. 10 da Lei nº 853, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural e a realização de serviços em área rurais e urbanas, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica publicado as inscrições dos proprietários rurais para execução dos serviços a serem realizados com máquinas, equipamentos e caminhões pelo Poder Público Municipal nos termos da Lei nº 853 de 28 de abril de 2016, conforme anexos e a descrição abaixo:

I – 05 (cinco) proprietários rurais, constantes na Microárea nº 01 (um) e 01 (um) proprietário rural da Microárea 02 (dois), previstas no § 1º combinado com o § 4º do art. 10 da Lei nº 853/2016 cujas inscrições poderão ser realizadas de forma voluntárias;

II – 3 (três) proprietários rurais, constantes na Microárea nº 01 (um) e 02 (dois) proprietários rurais da Microárea 02 (dois), previstas no § 1º combinado com o § 6º do art. 10 da Lei nº 853/2016 cujas inscrições serão de forma permanente;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 19 de dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 19 de dezembro de 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº.1987/2016

DECRETO Nº 1987, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 no valor de R\$ 3.520,38.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “b” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão

13

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade

1

Diretoria de Educação

Projeto Atividade

2.039

Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental

Modalidade

187

3390000000000000030406

Aplicações Diretas

3.141,19

Modalidade

188

3390000000000000030813

Aplicações Diretas

379,19

TOTAL

3.520,38

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do art. 1º deste Decreto serão aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2015.

Descrição da Fonte: 0.3.0406 – FNDE PROINFÂNCIA - Sup. Financeiro 3.141,19

Descrição da Fonte: 0.3.0813 – FNDE/PAR - Aquisição de Mobiliário do Ensino Fundamental - Sup. Financeiro 379,19
TOTALR\$ 3.520,38

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 16 de Dezembro de 2016
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 16 de Dezembro de 2016.

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº.1985/2016 - ANEXO I MICROÁREA 1**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ**

Departamento de Tributos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro

CNPJ: 95.995.221/0001-53 - Fone: (49)3448-0048 - Fax: 3448-0234 - CEP: 89.740-000

PEDIDO SOLICITANTE	SERVIÇO REALIZADO	EQUIPAMENTO UTILIZADO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
65844 ONARIO LICEU DEUNER	Pequena Terraplenagem	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	LOCALIDADE LINHA CAPITÃO	1	25/11/2016

Total de : 1

DECRETO Nº.1986/2016 - ANEXO I MICROÁREA 1**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA**

Departamento de Tributos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro

CNPJ: 95.995.221/0001-53 - Fone: (49)3448-0048 - Fax: 3448-0234 - CEP: 89.740-000

PEDIDO SOLICITANTE	SERVIÇO REALIZADO	EQUIPAMENTO UTILIZADO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
65296 EVA CATARINA GRODER	Pequena Terraplenagem - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LINHA PINTADO	1	03/11/2016
65348 ROMANO ANCELMO WIESENHÜTTER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	1	04/11/2016
65349 RENATO GROSSER	Abertura de Fossa - Retro.	RETROESCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LINHA CANOAS	1	07/11/2016
65401 ROSEMARY KLEEMANN LUCKEMEIER	Estrada de Roça	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	1	08/11/2016
65407 JAIRO GILBERTO CANDIAGO	Vale e Bueiro - Retroesc.	RETROESCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LINHA PELOTAS	1	16/11/2016

Total de : 5

DECRETO Nº.1986/2016 - ANEXO I MICROÁREA 2**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ**

Departamento de Tributos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro

CNPJ: 95.995.221/0001-53 - Fone: (49)3448-0048 - Fax: 3448-0234 - CEP: 89.740-000

PEDIDO	SOLICITANTE	SERVIÇO REALIZADO	EQUIPAMENTO UTILIZADO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
65410	ODANIR MONTAG	Aterro de Pedras	TRATOR DE ESTEIRAS - D51	LOCALIDADE LINHA SERRAALTA	2	16/11/2016

Total de : 1

DECRETO Nº.1986/2016 - ANEXO II MICROÁREA 1**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ**

Departamento de Tributos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro

CNPJ: 95.995.221/0001-53 - Fone: (49)3448-0048 - Fax: 3448-0234 - CEP: 89.740-000

PEDIDO SOLICITANTE	SERVIÇO REALIZADO	EQUIPAMENTO UTILIZADO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
65295 VALDEMIRO ARI SIEBENEICHLER	Recolhimento Cama de Avião	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA PARAÍSO	1	03/11/2016
65347 NATALÍCIO BAUER	Recolhimento Cama de Avião	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LINHA PROGRESSO	1	04/11/2016
65404 PEDRO BUIHL	Recolhimento Cama de Avião	CARREGADEIRA COMPACTA BOBCAT S175	LOCALIDADE LAJEADO QUIRINO	1	09/11/2016

Total de : 3

DECRETO Nº.1986/2016 - ANEXO II MICROÁREA 2**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ**

Departamento de Tributos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro

CNPJ: 95.995.221/0001-53 - Fone: (49)3448-0048 - Fax: 3448-0234 - CEP: 89.740-000

PEDIDO SOLICITANTE	SERVIÇO REALIZADO	EQUIPAMENTO UTILIZADO	LOCAL DO SERVIÇO	MICROÁREA	DATA
65408 INÁCIO MAUSOLF	Vala e Cobertura de Silagem	RETROSCAVADEIRA TRACADA	LOCALIDADE LINHA SCHNACK	2	16/11/2016
65425 IVO LÖSCH	Recolhimento Cama de Avião	CARREGADEIRA COMPACTA BOBOAT S175	VILA CANHADA GRANDE	2	17/11/2016

Total de : 2

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 274

PORTARIA Nº 274, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal JULIANA CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 077.610.649-03 e Identidade nº 5.585.498, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (MAGISTÉRIO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 096/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275

PORTARIA Nº 275, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal ANA SIPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 949.657.659-15 e Identidade nº 3.484.632, residente e domiciliada no Município de Iomerê – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (MAGISTÉRIO-INGLES), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 071/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 276

PORTARIA Nº 276, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal SIRLEIA MARIA PASSONI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 047.757.979-56 e Identidade nº 3.535.452, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (GRADUAÇÃO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 015/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277

PORTARIA Nº 277, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal LINDAMIR LUCIA BARBACOVİ CONSTANTINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 565.847.769-72 e Identidade nº 5.615.577, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (GRADUAÇÃO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 016/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 278

PORTARIA Nº 278, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal NEIDE MARIA GEMELI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 386.080.069-87 e Identidade nº 861.374, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (GRADUAÇÃO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 070/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279

PORTARIA Nº 279, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal NELLIK ANNIE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 047.652.239-06 e Identidade nº 2.089.983, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (GRADUAÇÃO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 094/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280

PORTARIA Nº 280, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal VANESSA DAL PIZZOL VIGOLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 053.806.809-41 e Identidade nº 5.173.865, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (MAGISTÉRIO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 137/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281

PORTARIA Nº 281, de 23/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar o servidor municipal DIEGO LUIZ LAZARI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 071.033.209-26 e Identidade nº 5.615.627, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PROFESSOR I – (GRADUAÇÃO), conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 017/2016, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 23 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0002/2016 IL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0075/2016 - DL
Inexigibilidade de Licitação Nº 0002/2016 - IL
Setor(es) Solicitante(s): SEC. DA CULTURA E ESPORTES

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Inexigibilidade de Licitação, com fundamento conforme Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: Contratação de empresa para apresentação de show musical para a festa natalina a ser realizada no dia 23/12/2016. nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0002/2016 - IL
Fornecedor: FAMILIA PAGANINI LTDA ME (08.985.999/0001-87)
Valor Total: R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 22/12/2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2016

DECRETO Nº 065/2016

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1478 de 25 de agosto de 2016:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 16 de dezembro de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 066/2016

DECRETO Nº 066/2016.

"Regulamenta a Concessão de Licença Prêmio dos Servidores Públicos Municipais e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes confere o inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - O benefício da licença-prêmio ao servidor público municipal, com fundamento no Artigo 122 e s.s. da Lei Complementar n. 005/2011, será outorgado em conformidade com as disposições do presente Decreto.

Art. 2º - O servidor público municipal terá direito como prêmio de assiduidade, a licença de 3 (três) meses, em cada período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício ininterrupto, em que não tenha mais do que 2 (duas) faltas injustificadas no período aquisitivo, iniciando-se o período de contagem na data de vigência da Lei Complementar n. 005/2011.

Art. 3º - O requerimento de licença prêmio deverá ser instruído com a certidão do tempo de serviço.

Art. 4º - A licença deverá ser usufruída em período contínuo, ficando a critério do interessado a época da fruição.

Art. 5º - Decairá do direito de receber a licença prêmio não gozada, o servidor que não a requerer no prazo de 90 (noventa) dias antes da data de sua respectiva exoneração.

Art. 6º - O número de servidores em gozo simultâneo de licença prêmio por desempenho não poderá ser superior a 1/6 (um sexto) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

§1º - Compreende-se unidade administrativa para efeitos de licença prêmio a Secretaria Municipal em que o servidor exerce suas atividades.

§2º - O servidor que exerce suas atividades em uma unidade administrativa que não atende ao percentual mínimo disposto no caput deste artigo, terá sua licença concedida no tempo requerido, ressalvado nos casos em que houverem dois ou mais requerimentos protocolados ao mesmo período, onde deverão ser observados os critérios constantes no art. 7º do presente Decreto.

Art. 7º - Além do disposto no art. 6º do presente Decreto, a Administração Municipal concederá prioridade ao gozo da licença os servidores que:

I- Estiverem em interstício aposentatório;

II- Gestantes ou Lactantes;

III- Antiguidade;

IV- Idade.

Art. 8º - Este Decreto tem efeito retroativo ao dia 07 de dezembro de 2016.

Art. 9º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 16 de dezembro de 2016.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

1576-2016

LEI Nº 1.576 DE 29 DE JUNHO DE 2.016.

Autoriza o Executivo Municipal a complementar a revisão geral anual e adequar os vencimentos dos profissionais do magistério municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com objetivo de complementar o reajuste já concedido pela Lei Municipal nº 1.573/2016 nos vencimentos dos servidores do magistério municipal conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em seu art. 39, § 2º e a Lei Federal nº 11.738/2008, ficam concedidos os seguintes percentuais e as respectivas datas de incidência sobre a remuneração dos servidores do magistério público municipal:

2,81% (dois vírgula oitenta e um pontos percentuais) a partir de julho do corrente ano.

2,81% (dois vírgula oitenta e um pontos percentuais) a partir de setembro do corrente ano.

2,81% (dois vírgula oitenta e um pontos percentuais) a partir de novembro do corrente ano.

Parágrafo Único A soma dos percentuais previstos no cronograma acima, acrescida ao percentual já concedido através da Lei 1.573/2016 alcança o total de 11,36% (onze vírgula trinta e seis pontos percentuais) divulgados como de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano e definido nacionalmente como índice de reajuste e conforme a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 no parágrafo único do art. 5º.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aurora, 29 de junho de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1577-2016

LEI Nº 1.577 DE 29 DE JUNHO DE 2.016.

“Amplia perímetro urbano do município de Aurora e dá outras providências”

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica ampliado o perímetro urbano do Município de Aurora, conforme descrição a seguir:

§1º - A ampliação do perímetro urbano se dará na localidade de Ribeirão Areias, junto a propriedade dos senhores Vilson de Souza e Marli Beschink de Souza, no imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 38.133, numa faixa de terras de mais 306 (trezentos e seis) metros a contar da linha de 100 (cem) metros já declarada perímetro urbano pelas Leis Municipais 1.485/2013 e 1.524/2014.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 29 de junho de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1578-2016

LEI Nº 1.578 DE 06 DE JULHO DE 2.016.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PONTE DE CONCRETO”

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e baseado no artigo 65, inciso XIX da

Lei Orgânica do Município. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada de “Nilto Goedert” a ponte em concreto localizada sobre o Rio Batalha, na comunidade de Rio das Pedras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 06 de julho de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1579-2016

LEI Nº 1.579 DE 06 DE JULHO DE 2.016.

FIXA SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA DE 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e conforme dispõe a da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 1.681,88 (Hum Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Art. 2º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 2.522,82 (Dois Mil Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Vinte e Dois Centavos).

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento da verba de caráter indenizatório do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês, pois os pagamentos serão feitos por sessão ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 6º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 8º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 06 de julho de 2016

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1580-2016

LEI Nº 1.580 DE 06 DE JULHO DE 2.016.

FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA PERÍODO DE 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e conforme dispõe a da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam mantidos no valor atualmente recebidos os subsídios mensais dos Agentes Políticos para o mandato de 2017/2020, fixados em:

I - Prefeito: R\$ 9.435,39 (Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Cinco Reais e Trinta e Nove Centavos).

II - Vice-Prefeito: R\$ 3.200,00 (Três Mil e Duzentos Reais).

III - Secretário Municipal: R\$ 3.530,00 (Três Mil e Quinhentos e Trinta Reais).

Art. 2º A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 3º O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 06 de julho de 2016

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1581-2016

LEI Nº 1.581 DE 18 DE JULHO DE 2.016

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA CONCESSÃO DE ALVARÁ E OU LICENÇA, TRÁFEGO DE VEÍCULOS EM VIAS PÚBLICAS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL, OUTORGA E USO DE ÁGUAS COMPETÊNCIA MUNICIPAL, E USO E QUEIMA DE GASES NA ATMOSFERA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM A FINALIDADE DE EXPLORAÇÃO E/OU EXPLOTAÇÃO DOS GASES E ÓLEOS NÃO CONVENCIONAIS (GÁS DE XISTO, SHALE GÁS, TIGHT OIL E OUTROS) PELO MÉTODO DE FRATURA HIDRÁULICA – “FRACKING” E REFRATURAMENTO HIDRÁULICO – “REFRACKING”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a concessão de alvará e/ou licença de competência municipal a quaisquer pessoas, física ou jurídica, que pretendem utilizar o solo com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shale gás, tight oil e outros) no Município de Aurora pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento – “Re-Fracking”.

§ 1º Além do método previsto no caput deste artigo, a proibição se estende às demais modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações das águas de superfície e demais acidentes ambientais ou prejudiciais à saúde.

§ 2º Além do método previsto no caput deste artigo, a proibição se estende às demais modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações das águas subterrâneas.

Art. 2º Fica proibido o tráfego de veículos automotores transportando equipamentos e produtos químicos e radioativos para a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shale gás, tight oil e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking” nas vias de competência municipal do Município de Aurora.

Art. 3º Fica proibida a outorga e uso de águas de superfície de competência municipal com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shale gás, tight oil e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking” no Município de Aurora.

Art. 4º Fica proibida a queima de gases derivados da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shale gás, tight oil e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking” no Município de Aurora.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora(SC), 18 de julho de 2016

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1582-2016

LEI Nº 1.582 DE 16 DE SETEMBRO DE 2.016.

"CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE AURORA - CMDPD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Para os efeitos desta Lei, a pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente ou transitório, perdas ou

anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano, dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais.

Art. 2º - A política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência será acompanhada e implementada por meio do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDPD.

Art. 3º - CMDPD integrar-se-á com as políticas nas áreas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, desporto, lazer e acessibilidade, dentre outras, de acordo com a igualdade de direitos.

CAPITULO II

DA INSTITUIÇÃO DO CONSELHO E DOS OBJETIVOS

Art. 4º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Aurora - CMDPD - órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 5º - O CMDPD é uma instância de deliberação colegiada, com autonomia administrativa, cujo objetivo é a implantação, a implementação e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º - O CMDPD é o órgão de participação direta da sociedade civil na Administração Pública Municipal, com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, em consonância com a legislação federal, estadual vigente.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO E DOS REQUISITOS

Art. 7º - O CMDPD é paritário, composto por instituições governamentais e da sociedade civil organizada, sediadas no Município, que visem à promoção, à defesa, à pesquisa e ao atendimento especializado da pessoa com deficiência.

CAPITULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - As competências do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência- CMDPD, são as seguintes:

I - formular a política dos direitos das pessoas com deficiência, fixando as prioridades para a execução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;

II - exercer o controle social das políticas implementadas na área das deficiências e fiscalizar a execução das ações demandadas;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das pessoas com deficiência;

IV - estabelecer critérios, formas ou meios de fiscalização de tudo que, executado no Município, possa afetar os direitos das pessoas com deficiência, principalmente sobre as prioridades previstas no inc. III deste artigo;

V - cadastrar e fiscalizar as entidades executoras do atendimento às pessoas com deficiência;

VI - criar comissões temporárias ou permanentes, disciplinadas pelo Regimento;

VII - apoiar a organização de eventos alusivos a datas ou a encontros relativos às pessoas com deficiência;

VIII - convocar, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, a Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

IX - sugerir a criação e a implementação de programas de prevenção à deficiência, bem como a alocação de recursos governamentais para o atendimento das pessoas com deficiência;

X - receber denúncias sobre violações dos direitos das pessoas com deficiência, dando-lhes o encaminhamento devido junto aos órgãos responsáveis, sugerindo medidas para a apuração, a cessação e a reparação dessas violações; e

XI - manter, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento, o cadastramento de entidades que prestem atendimento às pessoas com deficiência, bem como acompanhar a implantação de um sistema de informações com banco de dados sobre as diversas áreas de deficiência e do respectivo atendimento prestado no Município.

Parágrafo Único - Sancionada esta Lei, serão nomeados e empossados, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, os Conselheiros, que terão o prazo de 60 (sessenta) dias para elaborar o Regimento, realizar a primeira eleição e definir a duração dos mandatos.

CAPITULO V

DA COMPOSIÇÃO

Art. 9º - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Aurora será composto de 08 (oito) membros titulares, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público Municipal e 4 (quatro) representantes de entidades não governamentais cabendo também a cada entidade indicar 1 (um) suplente.

§ 1º - Os representantes das entidades governamentais e seus respectivos suplentes são indicados pelo Prefeito, envolvendo as seguintes áreas:

a) 1 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

b) 1 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

- c) 1 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- d) 1 representante da Secretaria Municipal de Administração;

§ 2º - Os representantes das entidades não governamentais e seus respectivos suplentes, serão eleitos em Fórum próprio, sob a fiscalização do Ministério Público, 30 dias após a publicação desta Lei, abrangendo as seguintes áreas:

- a) 01 representante dos usuários;
- b) 01 representante das entidades prestadoras de serviços e organizações no âmbito municipal;
- c) 01 representante dos trabalhadores no setor;
- d) 01 representante dos pais de pessoas com deficiência.

§ 3º - Fica assegurada a participação, com direito a voz, de outras entidades, órgãos e organizações envolvidos na política municipal de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência, para assessoria às Comissões temporárias ou permanentes, por deliberação da plenária do Conselho.

CAPITULO VI

DO MANDATO

Art. 10 - Os Conselheiros titulares e seus suplentes serão indicados para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período.

Art. 11 - A função de membro do CMDPD é de interesse público e não será remunerada.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação prover e aprovar os recursos físicos e humanos necessários à operacionalização para o pleno funcionamento do CMDPD.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação realizará o chamamento e cadastramento das instituições e ordenará o processo eleitoral.

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo Municipal designará, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, os representantes do Município no CMDPD, tendo as entidades o mesmo prazo para indicar seus representantes.

Art. 14 - A primeira reunião dar-se-á no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta Lei, quando será escolhido o presidente, o vice-presidente e o secretário do CMDPD.

Art. 15 - Todas as matérias pertinentes ao funcionamento do CMDPD serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento, a ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a posse dos Conselheiros, conforme o parágrafo único do art. 8º desta Lei, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, se necessário.

Parágrafo Único - O Regimento e suas alterações posteriores serão aprovados por 2/3 (dois terços) dos membros do CMDPD e posteriormente homologadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 – Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC) 16 de setembro de 2016.

ALEXANDRE JENSEN

Prefeito Municipal em Exercício

1582-2016

LEI Nº 1.582-A DE 26 DE AGOSTO DE 2.016.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judicosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º1499/2013.

Art. 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei, que está publicado na página 1495 da edição n.º 2005 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (edição de 31 de maio de 2016 -http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232_edicao_dom_2005.pdf).

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

AURORA(SC), 26 de agosto de 2016.
VILMAR ZANDONAI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº /2.016

ANEXO I – Contrato de Consórcio Público do CIGA - com as alterações realizadas até o momento:

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei n.º 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes. Parágrafo Único. O CIGA adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIGA é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 03, de 2014)

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CIGA.

§ 3º A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembleia Geral.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembleia Geral do CIGA.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 4º A área de atuação do CIGA será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIGA vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Art. 7º São finalidades do CIGA:

I - prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados "softwares" em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;

II - promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, das respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros;

III - celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;

IV - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio;

V - criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;

VI - viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada município consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de

equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas e serviços aplicados à gestão pública municipal; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

VII - representar os municípios que integram o CIGA, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nas suas atividades objetivas do Consórcio;

VIII - prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos municípios consorciados;

IX - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

X - realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública municipal, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos municípios;

XI - promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, FECAM e associações de municípios catarinenses;

XII - propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII - desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV - instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos providos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI - receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CIGA poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

III - prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Protocolo a seus consorciados;

IV - requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, FECAM e das associações microrregionais de municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIGA;

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do § 1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o CIGA e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 8º Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIGA;

IV - compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do CIGA nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 9º Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do CIGA.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades do CIGA dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado.

§ 1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O CIGA poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei n.º 8.666/93.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CIGA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIGA, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

DA ESTRUTURA

Art. 12. O CIGA estará organizado a partir da seguinte estrutura:

I – Assembleia Geral;

II - Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV - Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§ 5º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 6º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do CIGA.

§ 7º Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no sítio do CIGA com antecedência mínima de 10 dias.

§ 2º A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no CIGA de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;

V - deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

VIII - aprovar a extinção do consórcio;

IX - deliberar sobre assuntos gerais do CIGA;

X - aprovar as alterações do Estatuto; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos dos consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;

II – maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "c", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração do CIGA é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:

I – Um Presidente;

II - Um Primeiro Vice-Presidente;

III - Um Segundo Vice-Presidente;

IV - Um Primeiro Secretário;

V - Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais do CIGA, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III - representar o CIGA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;

IV - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIGA, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do CIGA;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do CIGA.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIGA e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIGA;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

I –promover a execução das atividades e gestão do CIGA;

II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do CIGA;

III - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do CIGA;

IV - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIGA;

V - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CIGA para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;

VI -movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do CIGA;

VII - executar a gestão administrativa e financeira do CIGA dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIGA;

IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

X -providenciar a resolução de todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

XI - autorizar a compra e a elaboração dos processos de licitação para contratação de bens e serviços;

XII - propor ao Conselho de Administração a aquisição de servidores públicos para servir ao CIGA;

XIII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do CIGA é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ingresso mediante aprovação em concurso público.

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 2º Os empregados do CIGA não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 1º O emprego de Diretor Executivo do CIGA deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§ 2º Os empregos de Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão.

§ 3º A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77.

§ 5º Os empregados não terão direito à estabilidade no emprego.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o CIGA mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do CIGA obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do CIGA será constituído:

I –pelos bens e direitos que viera adquirir a qualquer título;

II –pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do CIGA:

I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do CIGA a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CIGA.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do CIGA depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do CIGA;

III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do CIGA;

IV - eficiência, exigindo que todas as decisões do CIGA tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade

e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CIGA sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao CIGA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do CIGA não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo.

Art. 47. O CIGA será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 48. O CIGA poderá delegar à Federação Catarinense de Municípios - FECAM a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções até estruturação completa do Consórcio.

Art. 49. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Adilson Luis Schmitt
Prefeito Municipal de Gaspar

Nestor Sprícego
Prefeito Municipal de Lauro Muller

Maria Carlesso Doré
Prefeita Municipal de Luzerna

Davio Leu
Prefeito Municipal de Massaranduba

Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal de Monte Carlo

Ênio Reckziegel
Prefeito Municipal de Paraíso

Hugo Lembeck
Prefeito Municipal de Salete

Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer
Prefeito Municipal de Sombrio

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº / 2.016

ANEXO II – Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016 - a qual consolidou as alterações do Contrato de Consórcio Público aprovadas na 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA e definiu o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016.

Dispõe sobre o Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), no uso das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente o artigo 16 do Contrato de Consórcio Público e o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno;

Faço saber a seguinte Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA, aprovada, de forma unânime, por sua Assembleia Geral, nos termos do artigo 16, inciso III, do Contrato de Consórcio Público do CIGA, reunida na 14ª Assembleia Geral Ordinária, em 28 de janeiro de 2016:

Art. 1º. O Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), formalizado em 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

[...]

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 7º.

[...]

Parágrafo único.

[...]

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93;

[...]

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

[...]

Art. 9º. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA;

[...]

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14.

[...]

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

[...]

Art. 16.

[...]

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral;

VII - autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

[...]

X – aprovar as alterações do Estatuto do CIGA.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[...]

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado por esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão concededor de auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

- VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;
- VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;
- VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;
- IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;
- X - autorizar a celebração de convênios;
- XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA;
- XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA;
- XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes;
- XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida;
- XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral:
- a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
 - b) o Plano de Trabalho;
 - c) o Relatório Anual de Atividades;
 - d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;
 - e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

[...]

DA DIRETORIA EXECUTIVA

[...]

Art. 26.

[...]

XII - instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27.

[...]

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecendo o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA.

[...]

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

[...]

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

[...]

Art. 33.

[...]

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior.

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal.

[...]

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato.

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato.

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

[...]

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato.

[...]

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato.

[...]

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

Art. 47.

[...]

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

[...]

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

[...]

ANEXO I

[...]

Municípios consorciados ao Consórcio Público CIGA:

Abdon Batista/SC
Agrolândia/SC
Agronômica/SC
Água Doce/SC
Águas de Chapecó/SC
Águas Frias/SC
Alfredo Wagner/SC
Alto Bela Vista/SC
Anchieta/SC
Anita Garibaldi/SC
Anitápolis/SC
Antônio Carlos/SC
Arabutã/SC
Araquari/SC
Araranguá/SC
Armazém/SC
Arroio Trinta/SC
Arvoredo/SC
Ascurra/SC
Atalanta/SC
Aurora/SC
Balneário Arroio do Silva/SC
Balneário Barra do Sul/SC
Balneário Camboriú/SC
Balneário Gaivota/SC
Balneário Piçarras/SC
Balneário Rincão/SC
Barra Bonita/SC
Barra Velha/SC
Bela Vista do Toldo/SC
Belmonte/SC
Benedito Novo/SC
Biguaçu/SC
Blumenau/SC
Bocaina do Sul/SC
Bom Jardim da Serra/SC
Bom Jesus do Oeste/SC
Bom Jesus/SC
Bom Retiro/SC
Bombinhas/SC
Botuverá/SC
Braço do Norte/SC
Braço do Trombudo/SC
Brunópolis/SC
Brusque/SC
Caçador/SC
Caibi/SC
Calmon/SC
Camaçari/BA
Camboriú/SC
Campo Alegre/SC
Campo Erê/SC
Campos Novos/SC
Canelinha/SC
Canoinhas/SC
Capão Alto/SC
Capinzal/SC
Capivari de Baixo/SC
Catanduvas/SC
Caxambu do Sul/SC
Celso Ramos/SC
Chapadão do Lageado/SC
Chapecó/SC
Cocal do Sul/SC

Concórdia/SC
Cordilheira Alta/SC
Coronel Freitas/SC
Coronel Martins/SC
Correia Pinto/SC
Corupá/SC
Criciúma/SC
Cunha Porã/SC
Cunhataí/SC
Curitiba/PR
Curitibanos/SC
Descanso/SC
Dionísio Cerqueira/SC
Dona Emma/SC
Doutor Pedrinho/SC
Entre Rios/SC
Ermo/SC
Eraldo/SC
Faxinal dos Guedes/SC
Flor do Sertão/SC
Formosa do Sul/SC
Forquilha/SC
Fraiburgo/SC
Frei Rogério/SC
Galvão/SC
Garopaba/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Governador Celso Ramos/SC
Grão Pará/SC
Gravatal/SC
Guabiruba/SC
Guaraciaba/SC
Guaramirim/SC
Guarujá do Sul/SC
Guatambu/SC
Herval d'Oeste/SC
Ibiam/SC
Ibicaré/SC
Ibirama/SC
Içara/SC
Ilhota/SC
Imaruí/SC
Imbituba/SC
Imbuia/SC
Indaial/SC
Iomerê/SC
Iporã do Oeste/SC
Ipuaçu/SC
Ipumirim/SC
Irati/SC
Irineópolis/SC
Itá/SC
Itaiópolis/SC
Itajaí/SC
Itapema/SC
Itapiranga/SC
Itapoá/SC
Itu/SP
Ituporanga/SC
Jaborá/SC
Jacinto Machado/SC
Jaguaruna/SC
Jaraguá do Sul/SC
Jardinópolis/SC
Joaçaba/SC
João Pessoa/PB
Joinville/SC
José Boiteux/SC

Jupiá/SC
Lacerdópolis/SC
Lages/SC
Laguna/SC
Lajeado Grande/SC
Lauro Muller/SC
Lebon Régis/SC
Leoberto Leal/SC
Lindóia do Sul/SC
Lontras/SC
Luiz Alves/SC
Luzerna/SC
Macleira/SC
Mafra/SC
Major Gercino/SC
Maracajá/SC
Maravilha/SC
Marema/SC
Massaranduba/SC
Meleiro/SC
Mirim Doce/SC
Modelo/SC
Mondaí/SC
Monte Carlo/SC
Monte Castelo/SC
Morro da Fumaça/SC
Morro Grande/SC
Navegantes/SC
Nova Erechim/SC
Nova Itaberaba/SC
Nova Trento/SC
Nova Veneza/SC
Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC
Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC

Quilombo/SC
Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC
Rio do Sul/SC
Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC
Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de Alcântara/SC
Saudades/SC
Schroeder/SC
Seara/SC
Serra Alta/SC
Siderópolis/SC
Simões Filho/BA
Sombrio/SC
Sul Brasil/SC
Tangará/SC
Tigrinhos/SC
Tijucas/SC
Timbé do Sul/SC
Timbó Grande/SC
Timbó/SC
Três Barras/SC
Treviso/SC
Treze de Maio/SC
Treze Tílias/SC
Trombudo Central/SC
Tubarão/SC
Tunápolis/SC
Turvo/SC
União do Oeste/SC
Urubici/SC
Urupema/SC

Urussanga/SC
 Vargeão/SC
 Vargem Bonita/SC
 Vargem/SC
 Vidal Ramos/SC
 Videira/SC
 Vitor Meireles/SC
 Witmarsum/SC
 Xanxerê/SC
 Xavantina/SC
 Xaxim/SC
 Zortéa/SC

ANEXO II

Empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 11.375,12	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	03	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

[...]

Organograma da estrutura administrativa do CIGA:

\s

Art. 2º. Esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 30 de maio de 2016.
 Ludovino Labas
 Prefeito Municipal de Lebon Régis
 Presidente do CIGA

1583-2016

LEI Nº 1.583 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2.016.

“Amplia perímetro urbano do município de Aurora e dá outras providências”

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica ampliado o perímetro urbano do município de Aurora, conforme descrição a seguir e constante do levantamento planimétrico e memorial descritivo integram a presente:

§1º - A ampliação do perímetro urbano se dará na localidade de Santa Tereza, junto a propriedade dos srs. Orlando Eger Schafer e Anita Bauer Schafer, nos imóveis matriculados no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob nº 51.896 e 51889, numa área total de 33.655,00 m2 (trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco metros quadrados), sendo 26.429 m2 no imóvel de matrícula nº 51.896 e 7.226 m2 no imóvel de matrícula nº 51.889.

§2º - Citada ampliação se dará de forma mediana em 87,00 (oitenta e sete metros) além do perímetro urbano já regulamentado no local.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 07 de novembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1584-2016

LEI Nº 1.584 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2.016.

“DENOMINA VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE AURORA”

O Prefeito do Município de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de “Rua Augusto Mees”, como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “G”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua denominada “A” e se estende por aproximados 385 metros, até a denominada área remanescente.

Art. 2º - Fica denominada de “Rua Vitor Maas”, como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “A”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até a neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 3º - Fica denominada de “Rua Augusta Guilhermina Kruger”, como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “B”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 4º - Fica denominada de “José Alfredo Staloch”, como nomenclatura da via pública localizada centro no Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “C”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 5º - Fica denominada de “Alberto Henrique Gustavo Kruger”, como nomenclatura da via pública localizada centro no Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “D”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 6º - Fica denominada de “Vereador Pedro Hames”, como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “E”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 6º - Fica denominada de “Hamilton Luiz Staloch”, como nomenclatura da via pública localizada no centro do Município de Aurora.

Parágrafo único: A via pública, até então denominada Rua “F”, com 12 metros de largura, inicia-se no entroncamento com a Rua Arno Kruger e se estende por aproximados 146 metros, até neste projeto também denominada Rua Augusto Mees.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão sem ônus para o Município.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 21 de dezembro de 2016.
VILMAR ZANDONAI
Prefeito Municipal

1585-2016

LEI Nº 1.585 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a instituir a campanha de incentivo à emissão de documentos fiscais do Município de Aurora, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Aurora, Estado de Santa Catarina, a campanha de incentivo à emissão de documentos fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) denominada "COMPRANDO EM AURORA QUEM GANHA É VOCÊ".

Parágrafo único - É objetivo da campanha:

- I – Educar e conscientizar a população do nosso Município sobre a importância do tributo e sua função social;
- II – Promover o cumprimento voluntário das obrigações tributárias pelos contribuintes ICMS e ISSQN;
- II - Combater a sonegação e a evasão fiscal;
- III - Criar na população o hábito de exigir a nota ou cupom fiscal por ocasião da aquisição de mercadorias ou tomada de serviços;
- IV - Estimular a emissão voluntária de nota ou cupom fiscal por parte do contribuinte do ICMS e do ISSQN;
- V – Contemplar a concessão de prêmios e a realização de sorteios e outros instrumentos promocionais, motivando a participação da sociedade na exigência do documento fiscal, quando da aquisição de bens e serviços alcançados pela incidência do ICMS e do ISSQN.
- VI – Estimular a Emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural.

Art. 2º - A campanha será operacionalizada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, em parceria com as demais Secretarias Municipais.

Art. 3º - Poderão participar desta campanha:

- I – Toda e qualquer Pessoa Física ou Jurídica que apresentar as Notas Fiscais em concordância com o Art. 4º e §1º e §2º da presente Lei.

Art. 4º - O alcance dos objetivos da campanha compreenderá as seguintes ações:

- I - Por parte da população, a exigência de nota ou cupom fiscal para fins de troca por cupons;
- II - por parte do Município:

- a) ações de esclarecimento e divulgação à população, no intuito de mobilizá-la a participar da campanha;
- b) ações educativas junto às instituições de ensino, no intuito de conscientizar os alunos da função social do tributo.

§ 1º - Poderão ser utilizados na campanha, exclusivamente, os originais das primeiras vias das notas e cupons fiscais emitidos por pessoas físicas e jurídicas inscritas no Cadastro de Contribuintes do Município de Aurora, Estado de Santa Catarina, e as Notas Fiscais de Produtor Rural, emitidas a partir da entrada em vigor da presente Lei, desde que atendam a todas as exigências previstas na legislação pertinente e às especificações abaixo:

I – Notas Fiscais de Circulação de Mercadorias:

- a) A denominação – Nota Fiscal;
- b) O número da nota e da via (Nº e 1ª Via);
- c) A natureza da operação – Venda a Consumidor;
- d) Data da emissão – (Dia, Mês e Ano);
- e) O nome, o endereço e o número de inscrição estadual do emitente;
- f) A discriminação dos produtos vendidos e seu preço total;

II – Notas Fiscais de Prestação de Serviços:

- a) A denominação – Nota Fiscal de Serviços;
- b) O número da nota e da via – (Nº e 1ª Via);
- c) A data da emissão – (Dia, Mês e Ano);
- d) O nome, o endereço e o número da inscrição municipal do emitente;
- e) A discriminação dos serviços prestados e seu preço total.

III – Cupons Fiscais:

- a) O nome do emitente e o número de inscrição estadual e ou municipal do emitente;
- b) A data da emissão (Dia, Mês e Ano);
- c) O número de ordem da operação fiscal;
- d) O preço total da venda ou serviços.

IV – Nota Fiscal de Produtor Rural:

- a) O nome do emitente e o número de seu cadastro como produtor rural;
- b) O número da nota e da via (Nº e 1ª Via);
- c) A data da emissão (Dia, Mês e Ano);
- d) A discriminação do produto comercializado.

§ 2º - Não serão aceitos, para fins da campanha de que trata esta Lei, os seguintes documentos fiscais:

- I - Nota fiscal da conta de energia elétrica, de serviço de comunicação, de serviço de telecomunicações;
- II - De conta de fornecimento de água, de serviço de transporte, conhecimento de transporte ou bilhete de passagem;
- III – Operações sujeitas a outros tributos alheios aos atribuídos no artigo 1º desta Lei;
- IV – Operações realizadas por contribuintes estabelecidos fora do Município de Aurora.

Art. 5º - Esta campanha se inicia em 02 de janeiro de 2017, com a entrada em vigor da presente Lei e, se encerra em 30 de novembro de 2020, às 13:00 horas.

Art. 6º - Os consumidores ou adquirentes de mercadorias ou de serviços que reunirem documentos fiscais previstos nos incisos I, II, III do artigo 4º desta Lei, atingindo o somatório de Notas Fiscais, a cada R\$ 1.000,00 (Mil Reais), e os produtos referidos no inciso IV, do artigo 4º, desta Lei, atingindo a somatória, a cada R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) terão direito a proceder a troca por um cupom numerado fornecido pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e o habilitará a concorrer aos sorteios no Natal dos anos de 2017, 2018 e 2019 e 2020, que será realizado no sábado que antecede ao Natal, de forma que um voluntário, após ter seus olhos vendados, fará o saque de apenas um cupom, que será o premiado, do recipiente contendo todos os cupons à vista pública nas dependências da Praça da Igreja Católica, centro do Município de Aurora em data e horário a ser divulgado posteriormente, conforme programação natalina do CDL.

§ 1º - Somente dará direito ao respectivo cupom o alcance integral dos valores citados no caput, desconsiderada qualquer fração.

§ 2º - As Notas e Cupons Fiscais deverão ser apresentados junto a Secretaria Municipal de Agricultura, e serão analisados e após serem considerados aptos serão trocadas e receberão um carimbo com assinatura do servidor efetuou o processo de análise e aprovação, a informação que os cupons referentes a esta Nota Fiscal foram entregues e para garantia de que somente serão trocados apenas uma vez.

§ 3º - O cupom será preenchido pelo participante com o nome legível, CPF, endereço e se possível número de telefone para contato.

§ 4º - Os cupons deverão ser depositados em uma urna, que estará lacrada, localizada na Secretaria Municipal de Agricultura, situada na área central do Município de Aurora, no horário de expediente.

§ 5º - Se o cupom não estiver legível, de forma a não identificar o ganhador, a comissão procederá a um novo sorteio, e assim sucessivamente até que se tenha um ganhador.

§ 6º - Os cupons, após cada sorteio, serão destruídos e não poderão participar dos sorteios subseqüentes.

Art. 7º - O contribuinte do ICMS ou do ISSQN inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município fica obrigado a afixar, em local visível ao público de seu estabelecimento, cartaz informativo (entregue pela administração municipal) da obrigatoriedade da emissão do documento fiscal e do direito do contribuinte de exigir a nota ou cupom fiscal.

§ 1º - Os Contribuintes que se recusarem a fornecer aos consumidores ou adquirentes de mercadorias e ou serviços os documentos aludidos nesta Lei, poderão ser denunciados ao Setor de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Aurora, Secretaria de Estado da Fazenda (Regional de Rio do Sul) ou ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

§ 2º - A denúncia deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias da data da operação, devendo ser formalizada por escrito, qualificando devidamente o denunciante e as testemunhas.

Art. 8º - A premiação na modalidade de sorteios anuais entre os consumidores que preencherem os requisitos desta Lei, será constituídos de 05 (cinco) prêmios por sorteio, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) cada, somando o total de 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 9º - O cupom numerado propiciará ao seu detentor a participação no sorteio previsto nesta Lei.

Art. 10 - A entrega do prêmio será efetuada ao legítimo ganhador até 10 (dez) dias da realização do sorteio, mediante apresentação de documento de identificação pessoal e de residência.

Parágrafo Único - O prêmio será entregue mediante recibo assinado pelo premiado ou seu representante legal no qual declarará, expressamente, estar de acordo com as regras estabelecidas na presente Lei e ter recebido o que lhe foi conferido por sorteio.

Art. 11 - O nome do premiado será divulgado em rádio e jornal, prescrevendo o direito de receber o prêmio após 60 (sessenta) dias da publicação.

Parágrafo único - Nome, foto ou imagem do contemplado poderão ser utilizados para a publicidade institucional da Prefeitura Municipal de Aurora(SC), sendo vedadas para quaisquer outras finalidades.

Art. 12 - O Executivo Municipal nomeará através de ato próprio uma comissão composta de 05 (cinco) servidores públicos para superintender a realização da campanha, do acompanhamento do sorteio e da entrega do prêmio, mantendo os registros que se fizerem necessários para o atendimento desta Lei.

Art. 13 - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aurora(SC), 21 de dezembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

1586-2016

LEI Nº 1.586 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2.016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora - SC no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Aurora, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva lei devem ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo Único - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000:

Demonstrativo I - Metas Anuais

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

Anexo I.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

Anexo II.a- Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido.

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos.

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

Demonstrativo VI - Projeção Atuarial do RPPS.

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são aquelas definidas no ANEXO de prioridades e metas desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação de despesa.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens e serviços;
- V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VI - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- VIII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- IX - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006.

§2º - A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 340/2006 e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

- I – Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o anexo 1, da Lei nº 4.320/64;
- II – Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2 da Lei nº 4.320/64;
- III – Natureza da Despesa por Categorias Econômicas conforme o anexo 2, da Lei nº 4.320/64;
- IV – Funções e Sub-funções de Governo, conforme o anexo 5, da Lei nº 4.320/64;
- V – Programa de Trabalho de Governo, conforme o anexo 6, da Lei nº 4.320/64;
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o anexo 7, da Lei nº 4.320/64;
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos, conforme o anexo 8, da Lei nº 4.320/64 e adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85;
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções, conforme o anexo 9, da Lei nº 4.320/64;
- IX – Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- X – Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme artigo 22, inciso III, da lei nº 4.320 de 1964;
- XI – Planilha de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por categoria de Programação, com Identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria econômica, Diagnóstico situacional do programa, Diretrizes, Objetivo, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamento;
- XII – Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
- XIII – Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394 de 1996;
- XIV – Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB;
- XV – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- XVI – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- XVII – Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

§1º - O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciara suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo de Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixara a despesa ao nível do Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto, atividade ou operações especiais, definidos por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

- I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldo de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e
- II – justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme demonstra o anexo III.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 10 - O Orçamento para o exercício de 2017 e suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre despesa e receita em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, suas Fundações e Fundos. (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os estudo para definição dos Orçamentos da Receita para 2017, devem observar os efeitos das alterações na legislação tributaria, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de calculo. (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 12 - Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recurso nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operação de crédito, alienação e ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transporte, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento da metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.

Art. 14 - A compensação que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizado a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no anexo I. 11, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (artigo 4º, §2º da LRF).

Art. 15 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei. (artigo 4º, §3º da LRF).

§1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação e recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 - O orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, que não poderá exceder a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (ART. 5º, III "d" da LRF).

§1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, artigo 5º Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no anexo III. (artigo5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016 poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundo de transferência voluntárias, operações de crédito, alienações de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contidas nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I

da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma as destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (artigo 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 20 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do anexo I.10 desta Lei, não será considerada para efeitos de cálculo do orçamento da receita. (artigo 4º, §2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 21 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal as entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei. (artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60(sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (artigo 70, Parágrafo Único da CF).

Art. 22 – Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeitos do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarreta aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (artigo 16, § 3º da LRF).

Art. 23 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operações de crédito. (artigo 45 da LRF).

Art. 24 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 25 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 26 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (artigo 167, VI da CF).

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, constantes desta lei.(artigo 167, I da CF).

Art. 28 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único – Os gastos serão apurados através das operações orçamentária, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas de despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (artigo 4º, I, "e" da LRF).

Art. 29 – Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme demonstrativo da compatibilização das metas de despesa – anexo V, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo, a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (artigo 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 – Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza Despesa/Modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 – A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento as despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (artigo 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica. (artigo 32, I da LRF).

Art. 33 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 31 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 14 desta Lei. (artigo 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL.

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).
Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.(artigo 22, § único, V da LRF).

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.(artigo 19 e 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções prevista no Plano de Cargos da Administração Municipal de Aurora ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributaria com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas , conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa , devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos no orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e os dois subsequentes. (artigo 14 da LRF).

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, § 3º, da LRF)

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (artigo 14, § 2º da LRF).

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 42 – Serão consideradas legais as despesas com juros e multas por eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrente de insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município durante o exercício de 2017.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 21 de dezembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI
Prefeito Municipal

1587 - LOA

LEI Nº 1.587 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE AURORA PARA O EXERCICIO DE 2017 (LEI ORÇAMENTARIA ANUAL – LOA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Aurora, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, incluindo seus fundos, para o Exercício de 2017 discriminado nos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 23.040.844,00(vinte e três milhões e quarenta mil e oitocentos e quarenta e quatro reais).

Art. 2º As Receitas do Município, serão realizadas na forma da Legislação em vigor com o seguinte desdobramento consolidado:

Receitas Correntes	18.897.844,00
Receita Tributaria	878.500,00
Receita de Contribuições	238.000,00
Receita Patrimonial	58.000,00
Receita Agropecuária	100.000,00
Transferências Correntes	15.872.344,00
Outras Receitas Correntes	1.739.000,00
(-) Dedução da Receita Corrente	2.370.000,00
TOTAL	16.515.844,00

Receitas de Capital	6.525.000,00
Transferência de Capital	5.475.000,00
Operações de Crédito	1.050.000,00
TOTAL	6.525.000,00

TOTAL DE RECEITAS 23.040.844,00 Art. 3º A despesa fixada, para o município, será executada obedecendo a seguinte distribuição consolidada:

01.01	Câmara de Vereadores	784.088,00
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice	793.912,00
03.01	Secretaria de Adm., Planejamento e Finanças	2.797.357,28
04.01	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo	6.788.343,20
10.01	Fundo Municipal de Assistência Social	793.700,00
09.01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	15.000,00
0601	Secretaria de Infra-estrutura e Obras	5.929.084,00
07.01	Secretaria de Agricultura, Meio ambiente e Crescimento Econômico	1.350.000,00
08.01	Fundo Municipal de Saúde	3.359.359,52
90.99	Reserva de Contingência	50.000,00
11.01	Fundação Municipal de Desporto	380.000,00
TOTAL DE DESPESAS 23.040.844,00		

Art. 4º - As transferências de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiaria aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, de cooperação técnica e de saúde.

Parágrafo único – Não se aplica neste artigo, as contribuições estatutárias devidas as entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 5º - O Executivo Municipal é autorizado mediante Lei a tomar medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no artigo 167, III, da Constituição Federal.

Art. 7º - O Executivo através de Lei esta autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recurso:

I – o excesso ou provável excesso da arrecadação, por fonte de recurso (destinação de recurso), observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 8º - O Prefeito Municipal por Lei esta autorizado a remanejar, dentro de cada órgão o saldo das dotações das modalidades de aplicação que o compõem, bem como, utilizar vinculo de recursos de uma categoria de programação para outra.

Art. 9º - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução do orçamento, mediante autorização legislativa.

Art. 10º Os recursos de Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo.

§ 1º - A utilização dos recursos da reserva de contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido § 2º deste artigo, desde que o orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 11º - Comprovado o interesse publico municipal e mediante convenio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convenio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13º - A presente lei vigorará durante o exercício financeiro de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrario.

Aurora, 21 de dezembro de 2016.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 31/2016PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E RURAIS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2016-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para prestação de serviços técnicos e fornecimento de peças, para manutenção de equipamentos de Relógio Ponto, atendendo solicitação da Secretarias Municipais de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

SMART POINT LTDA-ME - R\$32.640,00
Balneário Piçarras(SC), 20 de dezembro de 2016.
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ATA PREGÃO 32/2016PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E RURAIS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2016-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para Contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à internet, via fibra ótica e via rádio, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

AZEVEDO E FLORIANI TELECOMUNICAÇÃO - R\$285.000,00
Balneário Piçarras(SC), 21 de dezembro de 2016.
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CONTRATO 12/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
CONTRATO Nº 012/2016 DE 19/12/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2016
HOMOLOGADA EM 19/12/2016

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para atender os alunos matriculados nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Balneário Piçarras/SC para o ano letivo de 2017, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 04/2016 - FMED, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Empresas Participantes Habilitadas:

Cooperativa de Produtos Agrícolas Familiar do Vale do Itapocu. Contrato 003/2016 – Valor: R\$487.394,50
Balneário Piçarras, 19 de dezembro de 2016.
Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

CONTRATO 40/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO Nº 40/2016-PMBP

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2016 - PMBP

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 10/2016 - PMBP

HOMOLOGADO EM /2016

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar imóvel, localizado na Rua Antônio Tolentino Santos, nº 60, Bairro Centro, neste Município, sendo 40 diárias, para 16 policiais militares da Operação Veraneio 2016/2017. Vigência 30 de abril de 2017.

Néuma Borba – R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Balneário Piçarras(SC), 20 de dezembro de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º 345 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016. "DISPENSA SERVIDORA TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º 345 de 21 de dezembro de 2016.

"Dispensa servidora temporário e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado

Resolve;

Art. 1º - Dispensar a servidora, Neiva do Prado Ferreira, ocupante do Cargo de Auxiliar de serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 21 de dezembro de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO 001/022/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 2016/022/001

Contratada: MGP CONSTRUTORA EIRELI - ME

Licitação: Proc. Administrativo 72/2016 - DL 003/2016

Objeto: Obra de revitalização da Praça Horácio Martins, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo R\$: 7.861,66 (sete mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos)

Data da assinatura: 15/12/2016

Data do vencimento: 31/12/2016

Barra Velha, 15 de dezembro de 2016

PATRICIA BITTENCOURT –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 132/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 132/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1199/2016
Objeto: T.A. ao Contrato nº. 92/2016 de 28/06/2016.
Valor: R\$ 8.308,38 (Oito mil trezentos e oito reais e trinta e oito centavos).
Vigência: 01 de Dezembro de 2016 a 30 de Junho de 2017.
Assinatura: : 01 de Dezembro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 133/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 133/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA.
Objeto: T.A. ao Contrato nº. 100/2015 de 14/05/2015.
Vigência: 19 de Dezembro de 2016 a 31 de Dezembro de 2017.
Assinatura: 19 de Dezembro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4972/2016

DECRETO Nº 4972/16 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO) e 988/15 de 28.10.2015 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 8.592,07 (oito mil, quinhentos e Trezentos e vinte e sete mil, Trezentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção das Atividades de Segurança Publica.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (166).
Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.10 – Convênio de Transito - Militar.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.
Proj/Ativ.: 0412300512.012 – Manutenção das Atividades de Contabilidade.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (214).
Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (388).
Valor R\$ 3.942,07 (Três mil, novecentos e quarenta e dois reais e sete centavos).
Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências do FUNDEB – 40%.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (610).
Valor R\$ 1.650,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta reais).
Fonte de Recursos: 01.63 – Transferências de Convênio Estado/Saúde.
Desdobramento Fonte de Recursos: 1007 – ESF.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos dentro Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 8.592,07 (oito mil, quinhentos e trezentos e vinte e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos).

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção das Atividades de Segurança Pública.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1495).
Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.10 – Convênio de Transito - Militar.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.02 – Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.
Proj/Ativ.: 0412300512.012 – Manutenção das Atividades de Contabilidade.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (202).
Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (423).
Valor R\$ 3.942,07 (Três mil, novecentos e quarenta e dois reais e sete centavos).
Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências do FUNDEB – 40%.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (689).
Valor R\$ 1.650,00 (Um mil, seiscentos e cinquenta reais).
Fonte de Recursos: 01.63 – Transferências de Convênio Estado/Saúde.
Desdobramento Fonte de Recursos: 1007 – ESF.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 19 de dezembro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4974/2016

DECRETO Nº 4974/16 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO), 988/15 de 28.10.2015 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:
DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no projeto abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, no valor de R\$ 56,45 (Cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Órgão: 07 – Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.

Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.

Proj/Ativ.: 2678200262.029 – Manutenção do Parque Rodoviário Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas. (1050)

Valor R\$ 56,45 (Cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Fonte: 01.07 – Contribuição da CIDE.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, apurados até a data de 21.12.2016, conforme planilha em anexo no valor de R\$ 56,45 (Cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 21 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

ARRECADADO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.

PREVISÃO ATUALIZADA ATÉ 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

FONTE 01.07 – CIDE.

Detalhamento da Fonte: 0000 – Sem detalhamento.

PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016.			
MÊS	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
01/2016	500,00	3.015,25	2.515,25
02/2016	500,00	0,00	2.015,25
03/2016	500,00	0,00	1.515,25
04/2016	500,00	3.845,02	4.860,27
05/2016	500,00	11,98	4.372,25
06/2016	500,00	7,02	3.879,27
07/2016	500,00	4.661,40	8.040,67
08/2016	500,00	46,38	7.587,05
09/2016	500,00	0,00	7.087,05
10/2016	500,00	55,79	6.642,84
11/2016	500,00	0,40	6.699,03
12/2016	500,00	0,26	6.699,29
TOTAL	6.000,00	11.643,50	6.699,29
Valor previsto para arrecadar no exercício 2016			6.000,00
Previsão de arrecadação no exercício 2016			11.643,50
MENOS EXCESSO JÁ UTILIZADO			11.587,05
EXCESSO A UTILIZAR			56,45

Bom Jesus do Oeste - SC, 21 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

PREFEITO MUNICIPAL

NAIRO CEZAR MORANDINI

CONTABILISTA CRC 020101/0-8

DECRETO Nº 4976/2016

DECRETO Nº 4976/16 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO), 988/15 de 28.10.2015 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no valor de R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais).

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Publica Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (630).

Valor R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde.

Desdobramento Fonte de Recursos: 1014 – PMAQ.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, apurados até a data de 21.12.2016, conforme planilha em anexo no valor de R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 21 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DEMOSNTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO

ARRECADADO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016.

PREVISÃO ATUAZIZADA ATÉ 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

FONTE 01.38 – Transferências do Sistema Único em Saúde.

Detalhamento da Fonte: 1014 – Programa PMAQ.

PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016.			
MÊS	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	EXCESSO DE ARRECAÇÃO
01/2016	12.083,34	22.000,00	9.916,66
02/2016	12.083,34	11.000,00	-1.083,34
03/2016	12.083,34	11.000,00	-1083,34
04/2016	12.083,34	11.000,00	-1.083,34
05/2016	12.083,34	0,00	-12.083,34
06/2016	12.083,34	11.000,00	-1.083,34
07/2016	12.083,34	11.000,00	-1.083,34
08/2016	12.083,34	11.000,00	-1.083,34
09/2016	12.083,34	11.000,00	-1.083,34
10/2016	12.083,34	22.000,00	9.916,66
11/2016	12.083,34	22.800,00	10.716,66
12/2016	12.083,26	11.400,00	683,26
TOTAL	145.000,00	155.200,00	10.200,00
Valor previsto para arrecadar no exercício 2016			145.200,00
Previsão de arrecadação no exercício 2016			155.200,00
MENOS EXCESSO JÁ UTILIZADO			0,00
EXCESSO A UTILIZAR			10.200,00

Bom Jesus do Oeste - SC, 21 de dezembro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

PREFEITO MUNICIPAL

NAIRO CEZAR MORANDINI

CONTABILISTA CRC 020101/0-8

TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 001/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

Nº 001/15 DE 02.03.2015.

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor AIRTON ANTONIO REINEHR, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.835.845, e inscrito no CIC/CPF sob o nº 569.504.709-91, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, Centro nesta cidade de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONVENIENTE, e de outro lado;

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Modelo - SC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC sob nº 80.625.411/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant, na cidade de Modelo - SC, neste ato representada pelo seu presidente, Sra. Silvainha Maria Kreutz, residente e domiciliado a Rua José de Alencar, 154, Centro, Município de Modelo, portadora do CIC sob. nº 423.344.629-34, doravante denominada de APAE, de acordo com o dispositivo preconizado no artigo 41, inciso XXXV da Lei Orgânica Municipal e Lei da Reforma Administrativa, e Lei Mun. nº 326/03, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA VIGENCIA**

O prazo previsto na clausula quarta fica prorrogado para 31 de dezembro de 2017.

**CLAUSULA SEGUNDA
DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do convenio nº 001/2015 ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 22 de dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

SILVAINHA MARIA KREUTZ
Presidente da APAE

TESTEMUNHAS:

WALTER NAIJORKS
CIC nº 446.591.219-68

CELIO FAZZIONI
CIC nº 892.881.499-53

JOAO RAFAEL GENESINI SIQUEIRA
ASSESOR JURIDICO
OAB 35249/SC

Botuvera

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 04/2016

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N.º 04/2016

CARGO: MONITOR ESCOLAR

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Média final
01	485954	24/03/1991	Taize Martinenghi	7,80
02	472422	02/10/1985	Leila Freitas Werner	7,60
03	472843	07/07/1997	Shaiani Clerice	7,40
04	485864	18/04/1991	Liliane Bosio	7,40
05	491483	08/06/1991	Marielle Colombi	7,20
06	482201	23/01/1990	Diego Roberto Portalete	6,80
07	487617	12/08/1994	Adrielly Pezzini	6,80
08	484933	13/10/1978	Cheila Molinari Werner	6,60
09	485652	13/03/1977	Kelli Rezini De Souza	6,40
10	498606	11/02/1985	Andreia Pedrini Leoni	6,40
11	491065	07/02/1991	Juliana Silveira Fandaruff	6,40
12	487163	03/12/1994	Larissa Fachini	6,40
13	501316	30/11/1984	Alexsandra Luzia Gois Schadt	6,20
14	473826	10/02/1993	Vanessa Rescarolli	6,20
15	499123	15/12/1979	Noemi Sara De Oliveira	6,20
16	493353	20/06/1994	Natacha Helen Rescarolli	6,00
17	473515	08/09/1998	Taina Mariani	6,00
18	491362	15/08/1982	Simone Aparecida Elias Wollsteiner	6,00
19	479766	13/04/1994	Caroline Comandolli	6,00
20	491113	13/12/1980	Angela Luzia Wietcowsky Smanioto	5,80
21	494745	21/07/1995	Josiane Sebold Da Silva	5,80
22	501919	20/05/1984	Vania Avi Zanca	5,60
23	480268	27/04/1982	Susana Bosio	5,60
24	483061	06/11/1986	Rafael Mota Faria	5,60
25	483009	11/06/1982	Morgana Fachini Cuchi	5,40
26	473637	29/11/1984	Elaine Cristina Michei Coelho	5,20
27	499682	07/09/1994	Gisele Aparecida Dognini Fugazza	5,20
28	474890	15/01/1997	Jaqueline Baron	5,00
29	494899	06/04/1982	Francisca Maestri	4,60
30	482737	22/05/1995	Pamela Jordao	4,60
31	477771	29/01/1994	Bruna Rescarolli	4,40
32	484049	04/03/1999	Ariane Colzani	4,40
33	482747	20/03/1989	Camila Slomp Lazerini	4,00
34	500878	06/05/1995	Ana Paula Da Silva	2,60
35	474626	09/09/1997	Marina Pavesi	1,80

CARGO: SERVENTE ESCOLAR

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Média final
01	491375	24/07/1983	Liliamary Monica Wanderherz De Deus	8,40
02	477208	12/09/1988	Debora Cristina De Oliveira Rescarolli	7,40
03	501262	03/06/1990	Aline Horn Da Silva	7,40
04	487192	11/09/1996	Izamara Martinenghi	7,40

05	482522	12/10/1969	Roselene Ines Buschirolli Radavelli	7,20
06	483675	01/01/1968	Eliane Aparecida Rosa Goncalves	6,80
07	480102	23/08/1988	Andreia Aparecida Cuchi	6,60
08	491632	12/07/1974	Patricia Bechtold Nau	6,40
09	487765	18/02/1983	Geciane Kochansky	6,40
10	478118	12/08/1989	Primausa Rodrigues Pereira	5,80
11	492710	16/05/1994	Tais Neumann Da Silva Ribeiro	5,60
12	473583	29/03/1966	Marlete Lacerda Da Silva	5,60
13	488486	10/06/1968	Marilene Dalabeneta Pavesi	5,00
14	475808	06/01/1970	Marli Jurema Dalabeneta Busquirolli	5,00
15	500267	03/02/1984	Graciela Machado	5,00
16	480204	08/10/1987	Franciele Da Silva Ferreira	4,20
17	479051	17/11/1983	Fernanda Carezia	4,20
18	501713	21/07/1962	Margarida Colzani	3,40
19	476653	20/05/1956	Luzia Horn Dalabeneta	1,00
20	495612	21/01/1964	Maria Dos Santos	0,40

CARGO: NUTRICIONISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	471987	01/10/1984	Caroline Pozzi Vanelli	5,60	0,30	0,07	5,97

CARGO: PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	475347	31/01/1965	Maria Aparecida Deschamps Fernandes	7,00	0,40	0,25	7,65

CARGO: PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	501764	07/10/1980	Janaina Reinert	7,40	0,00	0,00	7,40

CARGO: PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	474007	09/08/1985	Sandra Hodecker Scharf	8,00	0,20	0,00	8,20
2	480703	13/12/1987	Lucimar Graf	5,20	0,20	0,01	5,41
3	497095	23/05/1994	Bruna Wisbeck	5,00	0,00	0,00	5,00
4	494620	31/08/1996	Carlos Becker Junior	4,80	0,00	0,00	4,80
5	497196	13/10/1988	Sharlon Schmidt Rensi	4,40	0,00	0,00	4,40

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	473124	22/06/1992	Amanda Eloiza Bosio Tomio	7,40	0,35	0,04	7,79
2	481600	07/03/1977	Sandra Regina Pavesi	6,60	0,50	0,25	7,35
3	472256	06/03/1992	Bruna Araldi Wilbert Costa	6,60	0,50	0,04	7,14
4	478656	03/01/1972	Dalva Rosana Dalsegio Giancesini	5,20	0,50	0,12	5,82
5	472913	12/03/1992	Jakeline Hodecker Colzani	5,20	0,50	0,05	5,75
6	472683	03/05/1982	Deise Grasiela Jorge Pavesi	5,00	0,20	0,04	5,24
7	483135	06/10/1960	Adelaide Sestari Bambinetti	4,00	0,50	0,25	4,75
8	480230	14/05/1966	Sandra Aparecida Colzani Comandolli	4,00	0,50	0,08	4,58
9	488487	20/08/1964	Bernadete Bosio Vicentini	3,80	0,40	0,25	4,45

10	485582	03/12/1987	Marlize Maestri Hort	3,20	0,50	0,04	3,74
11	472889	24/10/1959	Claudete Graf	3,00	0,50	0,03	3,53

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	495935	12/06/1995	Bianca Leite	8,00	0,05	0,01	8,06
2	491424	27/08/1976	Patricia Aparecida Leoni	7,20	0,10	0,00	7,30
3	499299	12/05/1988	Bianca Coelho Modesto	6,80	0,00	0,00	6,80
4	485587	02/07/1974	Sirlene Maria De Souza Silva	6,20	0,20	0,01	6,41
5	494235	17/04/1983	Marcia Franzen	5,80	0,20	0,02	6,02
6	474795	03/10/1990	Bianca Ariel Maestri	5,80	0,20	0,00	6,00
7	497964	14/02/1995	Daniele Brogni	5,60	0,20	0,04	5,84
8	474736	24/01/1989	Daniel Falcao	5,60	0,20	0,00	5,80
9	481009	10/02/1995	Viviane Francisco De Assis	5,20	0,15	0,00	5,35
10	479644	12/06/1977	Rosani Roversi Hillesheim	5,20	0,10	0,00	5,30
11	492567	14/07/1985	Izabel Oliveira Cruz Rodrigues	4,80	0,20	0,02	5,02
12	478489	26/05/1978	Adelita Molinari Venzon	4,80	0,20	0,00	5,00
13	488317	15/05/1987	Aline Goncalo Trindade Bonecher	4,60	0,00	0,02	4,62
14	488785	30/08/1988	Tamires Manrich Bertoldi	4,40	0,20	0,00	4,60
15	488482	13/05/1995	Maiara Jordao	4,20	0,20	0,00	4,40
16	477132	01/06/1981	Maria Ester Silva	4,00	0,15	0,02	4,17
17	491701	16/08/1993	Patricia Ap. Silva Valentini	4,00	0,00	0,00	4,00
18	483181	26/05/1996	Maindra Maria Bambinetti	3,40	0,20	0,01	3,61
19	494580	21/10/1965	Ilda Soares Becker	3,20	0,00	0,00	3,20

CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Prova teórica	Títulos	Tempo de Experiência	Média final
1	496636	23/12/1997	Ruan Vinicius Pedrini	6,80	0,00	0,00	6,80

CARGO: PROFESSOR DE ARTES HABILITADO

Não há candidatos neste cargo CARGO: PROFESSOR DE MÚSICA HABILITADO

Não há candidatos neste cargo

DECRETO Nº 1994/2016

=====

DECRETO Nº 1.994/2016

=====

"Autoriza a Abrir Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no Orçamento do Exercício de 2016."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 6º, inciso V da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto o Crédito Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 32.530,56 (Trinta e dois mil quinhentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos), conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.02	Divisão de Finanças
28-846-180--2.10	Obrigações Tributárias
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(169)	-Recurso Ordinário R\$ 7.000,00
04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(233)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 542,78

12-361-025-2.14	Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(142)	Recita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 9.587,79
12-361-0030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.01(204)	Receita de Impostos e de Transf. Impostos Educação R\$ 3.188,18
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-130-2.39	Manutenção e e Funcionamento da Coleta e Tratamento de Lixo
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(28)	Recurso Ordinário R\$ 1.399,39
26-782-125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(251)	Recurso Ordinário R\$ 6.788,75
26-782-135-2.58	Manutenção e e Funcionamento do Transporte Coletivo Municipal
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00(211)	Recurso Ordinário R\$ 601,71
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(60)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde R\$ 3.421,96

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 21/12/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 21 de dezembro de 2016.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1995/2016

=====

DECRETO Nº 1.995/2016

=====

“DERROGA O DECRETO 1.895/2016 QUE AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica derogado o Decreto 1.895/2016 que autoriza a abrir crédito suplementar por anulação no orçamento de 2016 especificamente quanto à rubrica orçamentaria 10-301-090-2.29 no valor de R\$ 1.708,00 retornando este saldo a sua origem, e as despesas nela autorizadas anuladas e reempenhadas bem como suas devidas dotações, passando então a vigorar em consonância com o Decreto presente conforme segue;

Art. 2º Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 57.615,00 (Cinquenta e sete mil seiscentos e quinze reais) conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de educação
12-361-0025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades Diversas do Ensino Fundamental
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(140)	-Receita de Impostos e Transf. impostos Educação R\$ 2.225,00
12-365-0020-2.61	Manutenção e Operação de Creches
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(126)	-Receita de Impostos e Transf. impostos Educação R\$ 1.000,00
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-0211-2.75	Manutenção do Cemitério Público
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(105)	-Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(314)	-Recursos Ordinários R\$ 8.300,00

06.03	Divisão de Saneamento
17-512-0110-2.23	Manutenção, Operação e Implantação de Redes Comunitárias de Água
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(23)	-Recursos Ordinários R\$ 4.090,00
08.00	-Secretaria de Agricultura
08.01	Divisão de Agricultura
20-606-0155-2.43	Assistencia e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(40)	-Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(245)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde R\$ 14.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 2º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de educação
12-361-0025-2.13	Operação e Manutenção de Atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(225)	-Receita de Impostos e Transf. impostos Educação R\$ 2.225,00
12-365-0020-2.61	Manutenção e Operação de Creches
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(124)	-Receita de Impostos e Transf. impostos Educação R\$ 1.000,00
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-0211-2.75	Manutenção do Cemitério Público
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(106)	-Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(251)	-Recursos Ordinários R\$ 8.300,00
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-0110-2.23	Manutenção, Operação e Implantação de Redes Comunitárias de Água
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(22)	-Recursos Ordinários R\$ 4.090,00
08.00	-Secretaria de Agricultura
08.01	Divisão de Agricultura
20-606-0155-2.43	Assistencia e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
3.5.9.0.00.00.00	-Transf. a Instituições sem Fim Lucrativos
0.1.00(45)	-Recursos Ordinários R\$ 25.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02(46)	Receita de Impostos e Transf. impostos Saúde R\$ 14.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 20/12/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 22 de Dezembro de 2016.

Jose Luiz Colombi
Prefeito de Botuverá

DECRETO Nº 1996/2016

=====

DECRETO Nº 1.996/2016

=====

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015..

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais) conforme abaixo especificado:

11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(332)	Programa Atenção Básica - PAB R\$ 900,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(61)	Programa Atenção Básica - PAB R\$ 900,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 22/12/2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 22 de dezembro de 2016.

Jose Luiz Colombi

Prefeito

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016

JOSÉ LUIZ COLOMBI, PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e a vista do resultado apresentado pela empresa que regeu o presente certame, torna público, que nesta data HOMOLOGA o Processo Seletivo Nº 04/2016, para contratação dos cargos de MONITOR ESCOLAR, SERVENTE ESCOLAR, NUTRICIONISTA, PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA HABILITADO, PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NÃO HABILITADO, PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO, PROFESSOR DE ARTES HABILITADO, PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS HABILITADO, PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO, PROFESSOR DE MÚSICA NÃO HABILITADO, PROFESSOR DE MÚSICA HABILITADO, sob regime Celetista, com fundamentação legal no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei Orgânica do Município, Leis Municipais e demais Legislações pertinentes.

A convocação para a data da escolha de vagas será publicada no site do município, em www.botuvera.sc.gov.br, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar as datas da escolha da vaga.

É facultado à Prefeitura Municipal de Botuverá exigir dos candidatos classificados, além da documentação prevista em Lei, o que mais julgar necessário para sua admissão. Para efeito da admissão, o candidato classificado e convocado, fica sujeito à aprovação do exame médico que avaliará a capacidade física e mental, de acordo com as especificidades do trabalho.

O candidato que convocado recusar a admissão ou convocado e admitido, deixar de comparecer ao serviço público para iniciar suas funções e atividades, perderá os direitos decorrentes de sua classificação. O processo terá validade de 12 (doze) meses, contados da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, por necessidade da administração municipal.

O candidato classificado e notificado para o provimento do emprego deverá apresentar-se perante a Prefeitura Municipal de Botuverá, para efetivar sua admissão, no prazo máximo de 72 horas, quando da Notificação.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não apresentar em 72 horas, a documentação completa citada no edital de abertura do Processo Seletivo, ficará automaticamente desclassificado e perderá sumariamente o direito à contratação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Botuverá, 22 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

PREFEITO MUNICIPAL

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECISÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO 002/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

DECISÃO DA COMISSÃO

Anula prova, marca nova data de provas e abre prazos para recursos.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, nas dependências da secretaria municipal de educação de Braço do Trombudo, reuniram-se os membros da comissão de processo seletivo, designada através do decreto nº 120/2016, para analisarem os recursos interpostos pelo(a)s candidato(a)s, Crislaini Carla Valente Fuck, Janelize de Oliveira Pereira da Silva, Soraia Schmidt, Patricia Ferari, Kelin Pereira e Regiane Carolina Valente de Liz, chegando a seguinte deliberação: Considerando os recursos interpostos pelos candidatos Crislaini Carla Valente Fuck, Janelize de Oliveira Pereira da Silva, Soraia Schmidt, Patricia Ferari, Kelin Pereira e Regiane Carolina Valente de Liz, os quais alegaram haver questões idênticas ao Concurso Público 01/2016, realizado neste município, trazendo prejuízo aos candidatos, a comissão JULGOU procedentes os recursos recebidos e decidiu anular a prova aplicada para atender e respeitar aos princípios da legalidade, da isonomia e da moralidade administrativa, bem como atender ao interesse da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Em razão da deliberação acima, decidiu a comissão em designar a data de 08/01/2017, para realização da nova prova, devendo todos os candidatos inscritos serem cientificados através da publicação da presente decisão, bem como pelo endereço eletrônico disponibilizado. ESCLARECEM AINDA QUE A PROVA ESCRITA INICIARÁ ÀS 8:00HS, DO DIA 08/01/2017, E O PORTÃO SERÁ FECHADO AS 7HS E 45MIN, SENDO O LOCAL DA PROVA AS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA NUCLEADA BRAÇO DO TROMBUDO KM 20, NESTA CIDADE. O presente ato abre prazos regimentais (dois após publicação) para que o candidato que não aceite a decisão possa entrar com o devido recurso, caso queira.

Braço do Trombudo, em 21 dezembro de 2016.

Presidente Comissão

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7822/28-06-2016

DECRETO Nº. 7.822, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 1.277.856,02 (Hum milhão, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 200.000,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 150.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 85.000,00

0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – Ec 62/2009

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 500.000,00

18.00 Controladoria Geral do Município - CGM

18.001 Controladoria Geral do Município - CGM

0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

55.00 Fummpom – Fundo Munic. Melhoria da Polícia Militar

55.001 Fummpom – Fundo Munic. Melhoria da Polícia Militar

0006.0181.0150.1106 Instalações e Equip. P/ Polícia Militar

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.3.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 160.000,00

0.3.89.00 Alienação de Bens

VALOR R\$ 141.394,99

0.1.89.00 Alienação de Bens

VALOR R\$ 4.461,03

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 200.000,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 150.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 85.000,00

0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – Ec 62/2009

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 500.000,00

18.00 Controladoria Geral do Município - CGM

18.001 Controladoria Geral do Município - CGM

0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

282.018-8	B.B. PMB C/C	0.1.00.00	314.035,37
		0.3.00.00	4.516,79
156.314-9	B.B. PMB C/C	0.1.00.00	45.661,24
TOTAL GERAL			364.213,40

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00

DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	364.213,40
Valor a Utilizar	0.3.00.00	364.213,40

282.018-8	B.B. PMB C/C	0.1.89.00 0.3.89.00	120,44 22.900,00
156.315-7	B.B. PMB C/C	0.1.89.00	118.374,55
TOTAL GERAL			141.394,99

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
TOTAL	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.89.00	141.394,99
Valor a Utilizar	0.3.89.00	141.394,99

III – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.89.00	Alienação de Bens
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 31/05/2016.	R\$ 4.461,03
Excesso de arrecadação até a data de 31/05/2016.	R\$ 4.461,03
Valor a Utilizar	R\$ 4.461,03

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28/06/2016, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de junho de 2016.
 JOSÉ LUIZ CUNHA MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
 Contador - Responsável Secretaria de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7908 30-11-16

DECRETO nº 7.908, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 4.036/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 6.384.063,26 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, sessenta e três reais e vinte e seis centavos), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 40.000,00
 04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 0004.0122.0005.2308 Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0306.0040.2049 Manut. Prog. De Alimentação Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 70.000,00
0012.0365.0030.2069 Auxílio ao Transporte Escolar
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 1.000.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 190.000,00
3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Op. Entre Órgãos - Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 70.000,00
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 184.000,00
3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Op. Entre Órgãos - Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 70.000,00
11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
11.001 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026 Manut. da Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.500,00
11.002 Depto. de Agricultura e Abastecimento
0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. de Agricultura e Apoio a Agricultura Familiar
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.500,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.001 Secretaria Municipal de Turismo
0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Cont. de Cheias
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 250.000,00
0028.0846.0180.2048 Pasep e Outras Obrigações Tributárias

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 250.000,00
15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
0008.0243.0108.2231 Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
18.00 Controladoria Geral do Município
18.001 Controladoria Geral do Município
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de tecnologia da Informação
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
0004.0121.0010.2015 Manutenção do depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 461.000,00

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25001	Fundo Municipal de Saúde
010.122.0220.2276	Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)
3.1.90.00	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf., Imp-saúde
VALOR	R\$ 908.720,25
010.301.0275.2271	Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)
3.3.90.00	Aplicação Direta – Outras despesas correntes
0.1.38.16	PMAQ
VALOR	R\$ 14.353,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.38.08	PAB
VALOR	R\$ 39.990,01
010.302.0280.2273	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC
VALOR	R\$ 429.000,00

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 400.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 65.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 45.000,00
0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 190.000,00
0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 22.500,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 73.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fund. Ecológ. E Zoobotânica de Brusque
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 105.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Do Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 85.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.500,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 21.500,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.000,00
0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. deste Decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 105.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 3.000,00
03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0004.00062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.000,00
05.00 Secretaria de Comunicação Social
05.001 Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.001 Secretaria Municipal de Turismo
0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 160.000,00
0023.0695.0170.2238 Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 130.000,00
0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento Ao Desenv. Turístico
3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 70.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 116.000,00
10.002 Fundo Municip. Desenvol. Turístico
0023.0695.0170.2236 Manutenção do Fundo de Desenvol. Turístico
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 1.000.000,00
0012.0361.0025.1013 Construção Ampliação e Reformas Escolas Ens. Fundamental
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 250.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 88.000,00
0012.0365.0335.1009 Construção de Creches

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 166.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 10.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 350.000,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 130.000,00
0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna Precatórios
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 400.000,00
3.2.90.00 Juros e Encargos da Dívida – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 550.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo FHIS
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 18.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0121.0010.2015 Manutenção do depto. de Finanças e Contabilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00
0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 25.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Depto. de Recursos Humanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 15.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 14.000,00
 0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa Financeira
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065 Manutenção Ativ. Da Fundação Municipal de Esportes
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 95.000,00
 0027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e JASC
 3.3.50.00 Transf. A Instit. Priv. S/Fins Luc. – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 40.000,00
 23.00 Secretaria da Fazenda
 23.001 Secretaria da Fazenda
 0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00

25.00	Fundo Municipal de Saúde
25001	Fundo Municipal de Saúde
010.0122.0009.2051	Construção e Manutenção da Clínica Veterinária
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasn, Imp-saúde
VALOR	R\$ 250.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasn, Imp-saúde
VALOR	R\$ 150.000,00
010.0301.0090.1162	Aquisição de Equipamentos (BLGEST)
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
VALOR	R\$ 45.225,05
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimento
0.1.38.08	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB
VALOR	R\$ 39.990,01
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimento
0.1.38.16	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ
VALOR	R\$ 14.353,00
010.0301.0090.2277	Promoção à Saúde (BLGES)
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasn, Imp-saúde
VALOR	R\$ 19.200,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimento
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasn, Imp-saúde
VALOR	R\$ 5.115,20
010.0302.0280.2275	CAPS Infantil
3.1.90.00	Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasn, Imp-saúde
VALOR	R\$ 200.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas decorrentes entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasn, Imp-saúde

VALOR	R\$ 199.180,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Trasnf,. Imp-saúde
VALOR	R\$ 20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras despesas correntes
0.1.38.17	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – MAC
VALOR	R\$ 429.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.02.00	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
VALOR	R\$ 20.000,00

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.35.08.02 SUAS/União - PTMC

VALOR R\$ 70.300,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. de Op. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

0008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 19.000,00

65.00 Fundação Cultural de Brusque

65.001 Fundação Cultural de Brusque

0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 15.000,00

75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente

75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente

0018.0122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 15.000,00

0018.0122.0160.1197 Manutenção Fundo Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque em, 30 de Novembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito de Brusque

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7910 30-11-2016

DECRETO Nº. 7.910, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 184.494,63 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 25.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
 VALOR R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.36.00 Salário Educação
 VALOR R\$ 25.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura
 VALOR R\$ 100.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

58091-	BB PMB Pac II – Const Creches Rio Branco e Sta. Luzia	0.1.32.54	381.599,20
--------	--	-----------	------------

58595	BB PMB Pac II – Const Quadra Esp. E. Augusta Dutra	0.1.32.54	24.383,89
68078-8	BB PMB – Const Cobert. Q. Esp. E. Ayres Gevaerd	0.1.32.54 0.3.32.54	2.508,96 28.567,61
69.684-6	BB PMB Pac II – Const Quadra Esp. E. Alberto Pretti	0.1.32.54 0.3.32.54	202.431,42 74.189,51
6672010-1	CEF PMB – Emenda Angela Amim	0.1.32.54 0.3.32.54	2.000,09 25.841,22
TOTAL GERAL			741.521,90

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00
DDO à Pagar	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00
Restos à Pagar	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00
TOTAL	0.1.32.54/0.3.32.54	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.32.54	741.521,90
Valor Utilizado Decreto nº 7867/2016	0.3.32.54	195.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7885/2016	0.3.32.54	120.000,00
Valor a Utilizar	0.3.32.54	426.521,90

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16/11/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de novembro de 2016.
 JOSÉ LUIZ CUNHA SONIA KNIHS CRESPI
 Prefeito Municipal Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA
 Secretario de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
 Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7916 15-12-2016

DECRETO Nº. 7.916, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, na Fundação de Esportes de Brusque, no valor de R\$ 1.156.801 (hum milhão, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e um reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
 0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
 3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

03.00 Procuradora Geral do Município

03.001 Procuradora Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradora Geral do Município

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.62.55 Transf. De Convênios – Estado/Educação

VALOR R\$ 134.100,00

15.00 Secretária de Assistência Social e Habitação

15.001 Secretária de Assistência Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00 Aplicação Direta – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Op. Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.3.89.00 Alienação de Bens Outros Programas

VALOR R\$ 877.000,00

22.00 Fundação de Esportes de Brusque

22.001 Fundação de Esportes de Brusque

027.0812.0070.2065 Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00 Aplicação Direta

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.701,00

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

03.00 Procuradora Geral do Município

03.001 Procuradora Geral do Município

0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradora Geral do Município

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00

15.00 Secretária de Assistência Social e Habitação

15.001 Secretária de Assistência Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

22.00 Fundação de Esportes de Brusque

22.001 Fundação de Esportes de Brusque

027.0812.0070.2065 Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Esportes

4.4.90.00 Aplicações Diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.701,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.62.55	Transf. De Convênios – Estado/Educação
Valor Orçado	R\$ 1.000.000,00
Valor arrecadado até a data de 14/12/2016.	R\$ 1.213.192,45
Excesso de arrecadação até a data de 14/12/2016.	R\$ 213.192,45
Valor Utilizado Decreto nº 7910/2016	R\$ 79.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 134.192,45

III - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

41.156-0	B.Brasil – PMB/ Alienação Bens	0.1.89.00 0.3.89.00	2.130.474,15 247.002,46
TOTAL GERAL			2.377.476,61

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
TOTAL	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.89.00	2.377.476,61
Valor Utilizado Decreto nº 7885/2016	0.3.89.00	1.500.000,00
Valor a Utilizar	0.3.89.00	877.476,61

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 15/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.983

DECRETO Nº 6.983, de 21 de dezembro de 2016.

Retifica dispositivos do Decreto nº 6.835/2016, que Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os dispositivos abaixo especificados, constantes do Decreto nº 6.835, de 29 de junho de 2016, que Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, passando a vigorar com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

“Art. 1º

I -

b) área com 140,25m² (cento e quarenta metros e vinte e cinco decímetros quadrados), onde a poligonal tem início no marco P1 deste segue com o rumo de 255°28'28" e percorre 9,82m confrontando com a Rua 2 até o marco ponto P2, deste segue por uma linha curva com 9,20m e raio de 5,00m confrontando com a interseção da Rua 2 e Rua 1 até o marco ponto P3, deste segue com o rumo de 0°13'53" e percorre 3,85m confrontando com a Rua 1 até o marco ponto P4, deste segue com o rumo de 75°28'28" e percorre 13,67m confrontando com a área remanescente da matrícula nº 30.996 até o marco ponto P5, deste segue com o rumo de 165°28'28" e percorre 10,00m confrontando com a área remanescente da matrícula nº 30.985 até o marco ponto P1 onde teve início esta poligonal.

Art. 2º

I -

II - a área descrita no art. 1º, inciso I, “b”, será lembrada a área descrita no art. 1º, inciso II, “a”, resultando em uma área total com superfície de 266,59m² (duzentos e sessenta e seis metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), onde a poligonal tem início no marco P1 deste segue com o rumo de 255°28'28" e percorre 9,82m confrontando com a Rua 2 até o marco ponto P2, deste segue por uma linha curva com 9,20m e raio de 5,00m confrontando com a interseção da Rua 2 e Rua 1 até o marco ponto P3, deste segue com o rumo de 0°13'53" e percorre 3,85m confrontando com a Rua 1 até o marco ponto P4, deste segue com o rumo de 357°9'46" e percorre 10,21m confrontando com a Rua 1 até o marco ponto P5, deste segue com o rumo de 75°28'28" e percorre 11,60m confrontando com a matrícula nº 30.995 até o marco ponto P6, deste segue com o rumo de 165°28'28" e percorre 20,00m confrontando com o remembramento de parte da matrícula nº 30.985 e nº30.996 até o marco ponto P1 onde teve início esta poligonal.” (NR)

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta

Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - NOTIFICAÇÃO Nº 2679/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO nº 18182/2016

NOTIFICAÇÃO nº 2679/2016

SUJEITO PASSIVO: SERRARIA GUARANI LTDA

CONSIDERANDO que o Sujeito Passivo não foi encontrado no endereço constante dos autos;

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º, e 88 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Notificação pessoal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE)

DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 183,05 (Cento e oitenta e três reais e cinco centavos), cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, referente a apuração de valores a recolher do ISSQN por responsabilidade tributária no período de 01/2011 a 12/2012, originados da Notificação nº 2679/2016, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO A PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 22 de dezembro de 2016.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

LEI Nº 3.355

LEI Nº 3.355, de 22 de dezembro de 2016.

Suplementa e anula dotação orçamentária e autoriza repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.800.103/0001-09, com sede na Rua Altamiro Guimarães, nº 543, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção dos programas oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica suplementada a importância de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) na seguinte modalidade de aplicação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.367.11.2.68 - Contribuição financeira para as entidades de apoio aos portadores de deficiência

3.3.50.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art. 3º Em cumprimento ao art. 2º, fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

1000 - PODER LEGISLATIVO

1001 - CÂMARA MUNICIPAL

1.31.1.1.191 - Modernização de Estrutura Patrimonial

3.3.90.00.00 - 0.1.00 - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Art. 4º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇADOR - APAE.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto Amaro Comazzetto, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇADOR - APAE, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 82.800.103/0001-09, com sede na rua Altamiro Guimarães, nº 543, nesta cidade de Caçador - SC., representada neste ato por sua Presidente NEIDE MARIA DRIESSEN BAÚ, com CPF nº 831.489.499-00, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção dos programas oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto pela APAE de Caçador e aprovado pelo Secretário Municipal da Fazenda integrante do presente convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à APAE de Caçador o valor total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), a serem pagos em uma única parcela, após a aprovação da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela conveniada, conforme Plano de Trabalho em anexo .

II - os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança no Banco do Brasil, se a previsão de uso for superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no "caput" desta cláusula serão computadas a crédito do convênio e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A APAE de Caçador obriga-se a:

I - cumprir Plano de Trabalho e demais documentos;

II - possuir conta específica, preferencialmente no Banco do Brasil, para movimentar os recursos financeiros oriundo deste Convênio, conforme Cláusula Terceira deste Termo;

III - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

IV - aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;

V - não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

VI - não firmar convênios ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplência ou irregular para com o Estado ou município;

VII - promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

VIII - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste convênio;

IX - restituir ao Governo do Município de Caçador o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive, dos rendimentos da aplicação financeira, na conta nº 3890-3, agência nº 0375.1 do Banco do Brasil, na data da conclusão ou rescisão do Convênio.

X - solicitar, quando necessária, a prorrogação de vigência do convênio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;

XI - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;

XII - atender, no que couber, as exigências da Lei Federal nº12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - providenciar a publicação deste convênio no Diário Oficial do Município como condição de eficácia;

II - transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

III - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

IV - analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando não for executado o objeto da avença, inclusive o Plano de Metas;

b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

c) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Nos casos elencados no caput e alíneas, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94.

Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016 a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLAUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas.

Parágrafo único. E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caçador.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto, Neide Maria Driessen Baú,
PREFEITO MUNICIPAL. PRESIDENTE DA APAE.

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
CPF nº : _____ CPF nº : _____

LEI Nº 3.356

LEI Nº 3.356, de 22 de dezembro de 2016.

Autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Maria Rosa - AMAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio à Associação Maria Rosa - AMAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.003.020/0001-77, com sede a Rua Carlos Coelho de Souza, nº 480, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem pagos em parcela única, após a aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção da Casa-Abrigo Maria Rosa, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social:

5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial Alta Complexidade

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

Art. 3º A Associação Maria Rosa - AMAR, prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto Amaro Comazzetto, e do outro lado a Associação Maria Rosa - AMAR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.003.020/0001-77, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, 480, nesta cidade de Caçador - SC, representada neste ato por sua Presidente Patrícia Corso Trevisol, com CPF nº 045.741.579-76, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção da Casa-Abrigo Maria Rosa, oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto e aprovado pelo Secretário Municipal da Fazenda integrante do presente convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação Maria Rosa - AMAR, o valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem pagos em parcela única, após a aprovação da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela conveniada, conforme Plano de Trabalho anexo;
II - os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança no Banco do Brasil, se a previsão de uso for superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no "caput" desta cláusula serão computadas a crédito do convênio e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A AMAR obriga-se a:

- I - cumprir o Plano de Trabalho e demais documentos;
- II - possuir conta específica, preferencialmente no Banco do Brasil, para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio, conforme Cláusula Terceira deste Termo;
- III - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- IV - aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;
- V - não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- VI - não firmar convênios ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplência ou irregular para com o Estado ou Município;
- VII - promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;
- VIII - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste convênio;
- IX - restituir ao Governo do Município de Caçador o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive, dos rendimentos da aplicação financeira, na conta nº 3890-3, agência nº 0375.1, do Banco do Brasil, na data da conclusão ou rescisão do Convênio.
- X - solicitar, quando necessária, a prorrogação de vigência do convênio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;
- XI - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;
- XII - atender, no que couber, as exigências da Lei Federal nº12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- I - providenciar a publicação deste convênio no Diário Oficial do Município como condição de eficácia;
- II - transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;
- III - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;
- IV - analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando não for executado o objeto da avença, inclusive o Plano de Metas;
- b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- c) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Nos casos elencados no caput e alíneas, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94.

Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas.

Parágrafo único. É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caçador.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto, Patrícia Corso Trevisol,
PREFEITO MUNICIPAL. PRESIDENTE DA AMAR.

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
CPF nº : _____ CPF nº : _____

LEI Nº 3.357

LEI Nº 3.357, de 22 de dezembro de 2016.

Autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio à Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.496.619/0001-26, com sede a Rua Manoel Frâncio, nº 94, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a serem pagos em parcela única, após a aprovação desta Lei.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de qualificação dos trabalhos oferecidos as pessoas com deficiência auditiva desenvolvidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador:

2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.367.11.2.68 - Contribuições Financeiras as Entidades de Apoio aos Portadores de Deficiência

3.3.50.00.00.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 40.000,00

Art. 3º A APAS prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda

e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR – APAS.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Gilberto Amaro Comazzetto, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR - APAS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF o sob nº 78.496.619/0001-26, com sede na Rua Manoel Frâncio, 94, nesta cidade de Caçador - SC., representada neste ato por sua Presidente Angelica Turbay Palodeto, com CPF nº 158.299.529-04, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de qualificação dos trabalhos oferecidos as pessoas com deficiência auditiva desenvolvidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto e aprovado pelo Secretário Municipal da Fazenda integrante do presente convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à APAS o valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a serem pagos em parcela única, após a aprovação da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela conveniada, conforme Plano de Trabalho em anexo;

II - os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança no Banco do Brasil, se a previsão de uso for superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no "caput" desta cláusula serão computadas a crédito do convênio e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A APAS obriga-se a:

I – cumprir o Plano de Trabalho e demais documentos;

II - possuir conta específica, preferencialmente no Banco do Brasil, para movimentar os recursos financeiros oriundo deste Convênio, conforme Cláusula Terceira deste Termo;

III - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;

IV - aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;

V - não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

VI - não firmar convênios ou contratos com empresas ou entidades em situação de débito, mora, inadimplência ou irregular para com o Estado ou Município;

VII - promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

VIII - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste convênio;

IX - restituir ao Governo do Município de Caçador o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive, dos rendimentos da aplicação financeira, na conta nº3890-3, agência nº 0375.1, do Banco do Brasil, na data da conclusão ou rescisão do Convênio;

X - solicitar, quando necessária, a prorrogação de vigência do convênio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;

XI - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;

XII - atender, no que couber, as exigências da Lei Federal nº12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - providenciar a publicação deste convênio no Diário Oficial do Município como condição de eficácia;

II - transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

III - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

IV - analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando não for executado o objeto da avença, inclusive o Plano de Metas;
- b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- c) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Nos casos elencados no caput e alíneas, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94.

Parágrafo único. Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLAUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas.

Parágrafo único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caçador.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto, Angélica Turbay Palodeto,

PREFEITO MUNICIPAL. PRESIDENTE DA APAS.

TESTEMUNHAS:

1ª _____ 2ª _____
CPF nº : _____ CPF nº : _____

PORTARIA Nº 27.540

PORTARIA Nº 27.540, de 21 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 27.499, de 02 de dezembro de 2016, que concede licença prêmio a diversos Servidores Públicos Municipais, somente no que se refere à Servidora NELCI TEREZINHA NOLL, matrícula 6532, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, cargo de Servente, RETIFICANDO o período de fruição que passa a ser de 02/01/2017 a 31/01/2017, permanecendo inalterados os demais dados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 21 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.541

PORTARIA Nº 27.541, de 21 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 16/11/2016 a 15/12/2016, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
13312	Ana Cláudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	006	1.000
11775	Ariel Bleichuvehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27.542

PORTARIA nº 27.542, de 21 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
12875	Adriele Belli Carlim Danese	Assistente Administrativo	002	21/01/2016 a 20/01/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.545

PORTARIA Nº 27.545, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, o cidadão DOUGLAS ZARUR, para ocupar o cargo de Auxiliar de Farmácia, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, referência 10, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício a partir de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.546

PORTARIA Nº 27.546, de 22 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências, e ainda na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato do Servidor Público Municipal abaixo especificado, contratado pela Portaria nº 23.654, de 07 de março de 2014, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente, especificando código, nome, cargo e carga horária semanal, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.
76	Adriano de Oliveira Lourenço	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	44

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.547

PORTARIA Nº 27.547, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, a cidadã ELIRES DAMBROS, para ocupar o cargo de Farmacêutico, do Grupo Ocupacional – Superior do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, referência 37, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação a partir de 27 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Suspender, a pedido, o prazo para tomada de posse da Servidora Pública Municipal ELIRES DAMBROS, nomeada para o cargo de Farmacêutico, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, contados a partir do dia 27 de dezembro de 2016, pelo prazo de 30 dias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO 01/2016 - PROCON

RESOLUÇÃO Nº01/2016, de 15 de dezembro de 2016.

Estabelece critérios para atendimento às pessoas jurídicas na condição de reclamantes no âmbito do PROCON de Caçador/SC

O Diretor do PROCON no uso de suas atribuições legais constantes no anexo IV da Lei Complementar Municipal nº84/2014, c/c art.5º, XIII da Lei Municipal nº1756/2002 e,

Considerando o teor do art.2º, caput e art.4º, I do Código de Defesa do Consumidor;

Considerando a aplicação subsidiária da Lei Federal 9.009/95 (Lei dos juizados especiais cíveis) aos processos administrativos no âmbito do PROCON;

Considerando o disposto no art.8º, §1º e incisos da Lei Federal 9.099/95;

Considerando o teor do ENUNCIADO 135 do FONAJE, in verbis: "O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda.". (XXVII Encontro – Palmas/TO)";

Considerando a Lei Complementar Federal nº123/2006 e a redação do art. 3º, in verbis: "Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

R E S O L V E:

Art. 1º - O atendimento no âmbito do PROCON de Caçador aos reclamantes pessoas jurídicas será efetuado desde que se verifique de imediato que a parte esteja participando de uma relação jurídica na qualidade de consumidora e que sua condição ordinária de fornecedora não lhe proporcione uma posição de igualdade frente à parte contrária.

Art.2º As pessoas jurídicas que se enquadrarem na situação acima descrita deverão comprovar sua condição através da apresentação da última alteração contratual, declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte e certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina informando o enquadramento desta na respectiva categoria referente ao último ano fiscal, para fins de aferição quanto ao requisito estatuído no art.3º, I e II da Lei Complementar Federal nº123/2006.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO PEGORARO
DIRETOR DO PROCON

RESOLUÇÃO 21 - CMAS

Resolução 021/2016 de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre o subsídio da manutenção das crianças e adolescentes em Família Acolhedora

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal do SUAS nº 3.331, de 23 de novembro de 2016, em seu artigo 28: "Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social, inciso IX: normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social no âmbito local; inciso XXXIV: regular e zelar pela boa execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange a prestação de contas".

CONSIDERANDO a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

CONSIDERANDO o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovado pela Resolução Conjunta nº 01, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 15, de 5 de setembro de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que pactuou os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do reordenamento de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos, no âmbito dos Municípios e Distrito Federal;

CONSIDERANDO a Resolução nº 23, de 27 de setembro de 2013, do CNAS, que aprovou os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada e do reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens

até vinte e um anos, no âmbito dos municípios e Distrito Federal;

CONSIDERANDO o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado pela Resolução Conjunta nº 1, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;

CONSIDERANDO as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança, aprovada pelo Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas em 15 de junho de 2009;

CONSIDERANDO Nota Técnica 02/2016 da Federação Catarinense dos Municípios- FECAM que trata especificamente do Fundo da Infância e Adolescência – FIA e a utilização dos recursos;

CONSIDERANDO Nota Técnica revisada pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, 2012 e Prejulgados TCE/SC nos 1262, 1896 e 2005, (Processo CON-02/04992990);

CONSIDERANDO LEI Nº 3.340, de 16 de dezembro de 2016 que autoriza a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social – ACEIAS;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 13, inciso III, da Lei Municipal do SUAS 3.331, de 23 de novembro de 2016 e o artigo 98 desta Lei: "Os recursos financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência- FIA para manutenção das crianças e adolescentes, vinculadas ao Serviço de Acolhimento na Modalidade de Família Acolhedora, passarão a responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, cujos parâmetros serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e ratificados por ato do Executivo Municipal. Parágrafo Único: Os recursos a serem repassados à manutenção das crianças e adolescentes referentes aos meses de novembro e dezembro do presente ano ficarão sob a responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social e observarão os valores praticados até então."

CONSIDERANDO as deliberações tomadas na Reunião Ordinária de 25 de novembro de 2016, Ata nº 274.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar como subsídio da manutenção das crianças e adolescentes em Família Acolhedora a destinação de um salário mínimo nacional mensal, com vigência de 01/11/2016 a 31/03/2017, que deverá ser pago durante o período de acolhimento de cada criança ou adolescente em medida de acolhimento provisório em Família Acolhedora.

§1º O subsídio financeiro será repassado à família acolhedora pelo Fundo Municipal de Assistência Social, através de cheque nominal ou depósito bancário nominal, em nome do responsável que constar na guarda provisória expedida pelo judiciário.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 22 de dezembro de 2016.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA N.º 990 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA n.º 990 de 22 de dezembro de 2016.

Exonera Assessor Administrativo e Financeiro do IPASC.

A DIRETORA PRESIDENTE E A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS

RESOLVEM:

Art. 1º Exonerar Andréia Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Assessor Administrativo e Financeiro, CC-4, carga horaria de 35 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan- DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

PORTARIA Nº 987, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA nº 987, de 16 de dezembro de 2016.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 121 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015
RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do Servidor Público Municipal NILTON ANTONIO VIEIRA, ocupante do cargo de Pedreiro, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.565 dias (três mil quinhentos e sessenta e cinco) dias, ou 09 (nove) anos e 09 (nove) meses e 10 (dez) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00033/16-4, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, datada de 08/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 16 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

PORTARIA Nº 988, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA nº 988, de 22 de dezembro de 2016.

Encerra o benefício de Pensão por Morte de TEREZINHA FAVARIN ARIGONI.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, mais a redação do art. 12, inciso I, do mesmo diploma legal,

RESOLVEM:

Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de Pensão por Morte concedido a Terezinha Favarin Arigoni, por motivo de seu falecimento, ocorrido no dia 14 de dezembro de 2016, com efeitos a contar da data do óbito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 22 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PORTARIA Nº 989, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA nº 989, de 22 de dezembro de 2016.

Encerra o benefício de Pensão por Morte de OLIVIA ALVES FERREIRA.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, mais a redação do art. 12, inciso I, do mesmo diploma legal,

RESOLVEM:

Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de Pensão por Morte concedido a Olivia Alves Ferreira, por motivo de seu falecimento, ocorrido no dia 12 de dezembro de 2016, com efeitos a contar da data do óbito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 22 de dezembro de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Camboriú

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2016 - FME

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA MERENDA ESCOLAR, EMBASADA NO ART. 14 DA LEI 11.947/09, QUE DETERMINA SEJA UTILIZADO O MÍNIMO DE 30% DA VERBA DO FNDE DESTINADA AO PNAE, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTI - FRUTI) PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993, Lei 11.947/2009, Resolução 38/2009 do FNDE e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Janeiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 3.190/2016

DECRETO N.º 3.190/2016

Altera o Decreto Municipal n.º 1.705, de 21 de agosto de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela empresária individual LUCIANE RIBEIRO EPP, a qual solicita a prorrogação do prazo para conclusão da obra de instalação;

CONSIDERANDO as dificuldades operacionais para execução integral da obra e que a sua base estrutural já foi concluída;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do prazo solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 3º do Decreto Municipal n.º 1.705/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Se a Empresária Individual beneficiada com a autorização de uso não se instalar na forma requerida até 31 de dezembro de 2017, com a possibilidade de prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá todos os benefícios concedidos, inclusive a utilização do imóvel de propriedade do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 22 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.208 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.208 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 1.390,00 (um mil, trezentos e noventa reais) nas seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319113.00.896 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 740,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319113.00.519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 650,00
	TOTAL	R\$ 1.390,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 740,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319094.00.519 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 650,00
	TOTAL	R\$ 1.390,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 22 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.209 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.209 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.	R\$ 620,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319094.00.519 -	Indenizações Restituições Trabalhistas.	R\$ 620,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 22 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.210 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.210 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que Estima a Receita em R\$ 131.629,70 (cento e trinta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais, setenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 806.265,39 (oitocentos e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais, trinta e nove centavos) para o exercício de 2017.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 131.629,70
1.7 Transferências Financeiras	R\$ 674.835,69
SOMA TOTAL	R\$ 806.265,39

Art.3º) As Despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e Categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja

movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	R\$ 806.265,39
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 793.241,27
3.1.00.00.00.00 – Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 481.957,46
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$ 311.283,81
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 13.024,12
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$ 13.024,12
SOMA TOTAL	R\$ 806.265,39

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
22 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.211 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.211 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

APROVA O ORÇAMENTO DO IPRECAL PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do IPRECAL, que estima a Receita em R\$ 6.348.000,00 (seis milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 6.710.000,00 (seis milhões, setecentos e dez mil reais).

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS	R\$ 6.348.000,00
4.1.Receitas Correntes	R\$ 3.840.000,00
4.7.Receitas Intra- Orçamentárias	R\$ 2.508.000,00
1.7.Transferências Financeiras	R\$ 530.000,00
TOTAL	R\$ 6.878.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do IPRECAL.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
09 - Previdência Social	R\$ 6.710.000,00
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.519.050,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 3.359.650,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 159.400,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.122.700,00
4.4.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	R\$ 1.122.700,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.068.250,00
9.97.00.00.00.00 – Reserva Orçamentária do RPPS	R\$ 2.068.250,00
SOMA TOTAL	R\$ 6.710.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
22 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.212 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.212 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

APROVA O ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o Artigo 2º da Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC., dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 2017, Estima a Receita em R\$ 43.725.964,79 (quarenta e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais, setenta e nove centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais) e, em R\$ 42.909.964,79 (quarenta e dois milhões, novecentos e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais, setenta e nove centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) A Receita efetivar-se-á dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e Categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
22 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.213 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.213 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que Estima a Receita em R\$ 1.332.568,33 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos) e fixa a Despesa em R\$ 8.750.909,55 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil, novecentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para o exercício de 2017.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

4.1 RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.332.568,33
Transferências Financeiras	R\$ 7.397.310,91
SOMA TOTAL	R\$ 8.729.879,24

Art.3º) As despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e Categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
10 – Saúde	R\$ 8.750.909,55
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.768.810,41
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 5.151.993,47
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$ 3.526.816,94
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 72.099,14
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$ 72.099,14
SOMA	R\$ 8.750.909,55

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

22 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.214 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.214 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

APROVA O ORÇAMENTO DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA O EXERCÍCIO 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 7º da Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, Estima a Receita em R\$ 50.000,00 (cincoenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 56.000,00 (cincoenta e seis mil reais), para o exercício de 2017.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 50.000,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 6.000,00
SOMA TOTAL	R\$ 56.000,00

Art.3º) As despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Gestora do FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	R\$ 56.000,00
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 54.700,00
3.3.00.00.00.00 – Despesas Correntes	R\$ 54.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.300,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$ 1.300,00
SOMA TOTAL	R\$ 56.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

22 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.215 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.215 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DO SEGUINTE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2016; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 3.330,00 (três mil, trezentos e trinta reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras			
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319094.00.896 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$	3.330,00	

Art.2º) Os crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras			
15.452.0043.2.052 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais			
319000.00.896 -	Aplicações Diretas			
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$	3.330,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 22 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.216 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.216 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 09 e nº 10 do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
22 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568 Celular 99177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE RETENÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS AO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/08 que Dispõe sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Decreto nº 8.789 de 22 de janeiro de 2015, o qual Dispõe da nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deste Município;

CONSIDERANDO: Que o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90;

CONSIDERANDO: Que a Lei Municipal nº 3.425/08, Dispõe sobre o FIA, CMDCA entre outros;

CONSIDERANDO: Que o Decreto Municipal nº 8.789/15, Dispõe da Nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deste Município;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, em 20% (vinte por cento), destinado ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA, à luz da Resolução nº 137 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seu Art. nº 13, § 3º:

“Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 19 de dezembro de 2016.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ELISABETH KESTERING
Vice-Secretária do CMDCA – Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568 Celular 99177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE EMISSÃO DE CERTIFICADO E REGISTRO/2016, ENTIDADE JUNTO AO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas em especial a Resolução nº 01 de 28 de janeiro de 2014; Resolve:

Art.1º Expedir o Certificado e Registro para a Entidade a qual apresentou a documentação necessária e obteve aprovação dos membros deste Conselho em data de 13 de dezembro de 2016.

Art.2º. A Entidade a que se refere o Artigo anterior desta Resolução: APE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE.

Art.3º. O Certificado não dispensará a Entidade na apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênios e outras formas de repasses de recursos, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 19 de dezembro de 2016.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ELISABETH KESTERING

Vice-Secretária do CMDCA – Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/99177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 004/P02

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em Reunião Extraordinária, do dia 13 de dezembro de 2016, aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidade, e eu Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16 da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada APE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE, sob o Registro nº CMDCA nº 004/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vigentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênio e outras formas de repasse de Recursos, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC., 19 de dezembro de 2016.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 10.217 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.217 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

NOMEIA MEMBROS DO CMDCA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, em seu Artigo 12, Incisos I e II; Decreta:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representantes da Área Governamental e não Governamental, Titulares e seus respectivos Suplentes:

REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL:

a) – Secretaria Municipal de Educação:

Titular: ELAINE MARTINS;

Suplente: MARILDA SCHADECK.

b) – Secretaria Municipal de Administração:

Titular: EVELTON MICHEL SCHULZE;

Suplente: ANA FLÁVIA MARCINIAK.

c) – Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH;

Suplente: DANIELLE ALMEIDA DA GUIA.

d) – Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras:

Titular: MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA;

Suplente: ZENILDO PYKOSZ.

e) – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;

Suplente: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR.

f) – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:

Titular: MARÍLIA SCHEFFER;

Suplente: JAQUELINE SCHUHMACHER.

g) – Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO;

Suplente: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE.

REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) – APP – EMEB – “Zilka de França Hasselmann – Bela Vista”:

Titular: LUCIANA PRESTES DE SOUZA DA CRUZ;

Suplente: ROSILIANA APARECIDA DE LIMA BAHR.

b) – APP – CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”:

Titular: MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN;

Suplente: LÍLIAN APARECIDA PETERS.

c) – ACIACA – Associação Empresarial de Campo Alegre:

Titular: JOSÉ CRISTOFOLINI;

Suplente: RELINDA ALANDT.

d) – Igreja do Evangelho Eterno:

Titular: DANIEL REICHERT;

Suplente: CRISTA RUTH PEFEIFFER LARSEN.

e) – APE – Associação de Pais e Esportistas de Campo Alegre:

Titular: WILLIAN COTHOVISKY;

Suplente: SILMARA PRESTES MACHADO.

f) – BAMUCA – Banda Musical de Campo Alegre:

Titular: GABRIEL ENGLER;

Suplente: FABIANE MUNHOZ.

g) – Comunidade Evangélica de Confissão Luterana no Brasil:

Titular: BRIGITTE VAN DEN AKKER STEUERNAGEL;

Suplente: INGO RUSCH ALANDT.

ENTIDADES SUPLENTE:

1) – APP – EMEB – “Marise Neneve Cordeiro”:

Titular: FERNANDO LUIS RANCK;

Suplente: LUZIA KOBUS LEAL.

2) – IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA – PARÓQUIA SANTÍSSIMA TRINDADE:

Titular: ELIANE DE FÁTIMA MUCHON;

Suplente: Ir^a. TEREZINHA DAGNESE.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.789 de 22 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

22 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 23/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 4.573 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I – Do Orçamento do Município

Art.1º) O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 43.725.964,79 (quarenta e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 43.725.964,79 (quarenta e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) sendo R\$ 38.425.064,79 (trinta e oito milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 5.300.900,00 (cinco milhões, trezentos mil, e novecentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

II – Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Poder Executivo e Câmara Municipal.

Art.2º) O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2017 Estima a Receita em R\$ 43.725.964,79 (quarenta e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais), em R\$ 42.909.964,79 (quarenta e dois milhões, novecentos e nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal e em R\$ 9.424.146,60 (nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta centavos) as transferências financeiras a TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS.

§1º) A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	43.725.964,79
4.1. RECEITAS CORRENTES	40.403.081,61
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	814.883,18
4.7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.508.000,00
TOTAL	43.725.964,79
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60
TOTAL GERAL	53.150.111,39

§2º) A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
02.00	GABINETE DO PREFEITO	1.289.741,87
03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.675.727,20
04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.340.022,31
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.175.508,88
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	193.147,22
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	801.900,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	4.106.101,80
09.00	FUMREBOM – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS MILITARES	217.646,85
10.00	CÂMARA DE VEREADORES	816.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	1.858.560,36
12.00	FHIS – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	14.710,00
13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	1.849.073,36
14.00	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	28.050,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	12.600,00
90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.000,00
91.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.750.909,55
92.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSINTENCIA SOCIAL	806.265,39
93.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA – FIA	56.000,00
94.00	IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	6.710.000,00
	TOTAL	43.725.964,79
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60
	TOTAL GERAL	53.150.111,39

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO			
01	Legislativa	816.000,00	
04	Administração	4.137.491,38	
05	Defesa Civil	12.600,00	

06	Segurança Pública	308.408,17	
08	Assistencia Social	1.055.412,61	
09	Previdência Social	6.710.000,00	
10	Saúde	8.750.909,55	
12	Educação	13.175.508,88	
13	Cultura	781.654,98	
15	Urbanismo	3.165.867,20	
16	Habitação	14.710,00	
17	Saneamento	1.828.473,36	
18	Gestão Ambiental	67.600,00	
20	Agricultura	804.560,00	
22	Indústria	55.100,00	
23	Comércio e Serviços	200.300,00	
26	Transporte	855.573,28	
27	Desporto e Lazer	793.795,38	
28	Encargos Especiais	168.000,00	
99	Reserva de Contingência	24.000,00	
	TOTAL	43.725.964,79	
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60	
	TOTAL GERAL	53.150.111,39	

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

31	Ação Legislativa	816.000,00	
122	Administração Geral	2.882.669,63	
123	Administração Financeira	1.229.821,75	
128	Formação de Recursos Humanos	25.000,00	
181	Policiamento	90.761,32	
182	Defesa Civil	230.246,85	
242	Assistencia ao Portador de Deficiência	120,00	
243	Assistencia à Crianças e ao Adolescente	321.876,91	
244	Assistencia Comunitária	733.415,70	
272	Previdência do Regime Estatutário	6.710.000,00	
301	Atenção Básica	5.941.190,97	
302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	1.302.000,00	
303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.414.614,95	
304	Vigilância Sanitária	45.130,31	
305	Vigilância Epidemiológica	41.873,32	
306	Alimentação e Nutrição	326.754,63	
361	Ensino Fundamental	8.730.082,27	
365	Educação Infantil	4.124.771,98	
392	Difusão Cultural	781.654,98	
451	Infra Estrutura Urbana	1.016.100,00	
452	Serviços Urbanos	2.149.767,20	
482	Habitação Urbana	14.710,00	
512	Saneamento Urbano	1.828.473,36	
541	Preservação e Conservação Ambiental	67.600,00	
606	Extensão Rural	803.560,00	
608	Promoção da Produção Agropecuária	1.000,00	
661	Promoção Industrial	55.100,00	
691	Promoção Comercial	9.700,00	
694	Serviços Financeiros	85.800,00	
695	Turismo	104.800,00	
782	Transporte Rodoviário	855.573,28	
812	Desporto Comunitário	624.695,38	

813	Lazer	169.100,00
841	Refinanciamento da Dívida	168.000,00
999	Reserva de Contingência	24.000,00
	TOTAL	43.725.964,79
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60
	TOTAL GERAL	53.150.111,39

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1	PROCESSO LEGISLATIVO	816.000,00
2	PESSOAL DO GABINETE DO PREFEITO	1.077.771,87
3	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E CASA DA CIDADANIA	211.970,00
4	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	890.727,20
5	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	785.000,00
6	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	448.909,69
7	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	891.112,62
8	APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	775.939,24
9	TRANSPORTE ESCOLAR	1.711.995,89
10	ENSINO FUNDAMENTAL	5.801.147,14
11	EDUCAÇÃO INFANTIL	3.967.771,98
12	MERENDA ESCOLAR	320.654,63
13	SALÁRIO EDUCAÇÃO	595.000,00
14	NUCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO	3.000,00
23	PESSOAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	493.000,00
24	CONSELHO TUTELAR	188.147,22
25	PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	448.000,00
26	DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	85.800,00
28	AGREGAÇÃO DE RENDA AO PRODUTOR RURAL	82.000,00
30	PROFICIONALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO JOVEM E DA MULHER RURAL	7.000,00
33	PORTEIRA ADENTRO	100,00
36	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	47.000,00
38	SOS NASCENTES E RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR	6.200,00
41	INCENTIVO A INDÚSTRIA	55.100,00
43	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	1.754.400,00
44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	100.267,20
45	MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS	274.000,00
47	FROTA MUNICIPAL	855.573,28
48	SERVIÇOS PÚBLICOS	1.031.100,00
50	CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR E CIVIL	90.761,32
51	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.000,00
52	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.476.310,17
53	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF	177.200,00
54	SAÚDE BUCAL	30.760,00
55	ASSISTÊNCIA E PLANTÃO HOSPITALAR	1.302.000,00
56	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA	926.056,74
57	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	488.558,21
58	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	87.003,63
59	ASSISTÊNCIA BÁSICA À SAÚDE	114.584,00
60	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL	6.100,00
61	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	82.424,76
63	MANUTENÇÃO DA REDE SÓCIO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO	41.341,18
66	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	6.710.000,00
67	ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO	56.000,00
71	FUMREBOM	217.646,85
75	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	459.635,98
76	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	10.711,12
77	ÁGUAS DE CAMPO ALEGRE	1.830.973,36
78	VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	31.000,00
79	INCREMENTO DA AGROPECUÁRIA	30.000,00
80	INCENTIVO AO COMÉRCIO	9.700,00
81	HABITAÇÃO: VALORIZANDO MORADIA DIGNA	14.710,00

82	CULTURA DESCENTRALIZADA E DEMOCRATIZADA	293.969,00
83	DESTINO CAMPO ALEGRE	311.160,00
84	ESPORTE E LAZER INTEGRAR PARA SOCIALIZAR	793.795,38
86	PROGRAMA MEDIDAS SOCIO EDUCATIVAS	100,00
87	PROGRAMA FAMÍLIAS INFANTO ACOLHEDORAS	72.629,69
89	APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	28.050,00
90	CONTROLE DO BORRACHUDO	18.100,00
93	REINTEGRAÇÃO DE MENORES A SOCIEDADE	5.000,00
100	PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA	64.000,00
102	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	41.938,64
105	GESTÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	120.000,00
106	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	12.600,00
115	NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA – NASF	142.336,80
	TOTAL	43.725.964,79
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60
	TOTAL GERAL	53.150.111,39

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	38.530.707,52
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.142.361,83
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.388.245,69
DESPESAS DE CAPITAL	3.103.007,27
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	2.886.340,67
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	216.666,60
RESERVA DO RPPS	2.068.250,00
7.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DO RPPS	2.068.250,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	24.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGENCIA	24.000,00
TOTAL	43.725.964,79
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60
TOTAL GERAL	53.150.111,39

III – Do Orçamento do Poder Executivo

Art.3º) O Orçamento da Entidade Poder Executivo “PREFEITURA” para o exercício de 2017 Estima a Receita em R\$ 35.863.766,76 (trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos) as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 9.424.146,60 (nove milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil cento e quarenta e seis reais e sessenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 26.586.789,85 (vinte e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4.RECEITAS	35.863.766,76
4.1 RECEITAS CORRENTES	35.048.883,58
4.2 RECEITAS DE CAPITAL	814.883,18
TOTAL GERAL	35.863.766,76

§2º) A Despesa da Entidade Poder Executivo “PREFEITURA” será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	ADMINISTRAÇÃO	4.137.491,38
05	DEFESA NACIONAL	12.600,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	308.408,17
08	ASSISTENCIA SOCIAL	193.147,22
12	EDUCAÇÃO	13.175.508,88
13	CULTURA	781.654,98
15	URBANISMO	3.165.867,20
16	HABITAÇÃO	14710,00
17	SANEAMENTO	1.828.473,36
18	GESTÃO AMBIENTAL	67.600,00
20	AGRICULTURA	804.560,00

22	INDÚSTRIA	55.100,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	200.300,00
26	TRANSPORTE	855.573,28
27	DESPORTO E LAZER	793.795,38
28	ENCARGOS ESPECIAIS	168.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.000,00
	TOTAL	26.586.789,85
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.424.146,60
	TOTAL GERAL	36.010.936,45

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
DESPESAS CORRENTES		24.681.405,84
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.475.260,90
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		100,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.206.044,94
DESPESAS DE CAPITAL		1.881.384,01
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS		1.664.717,41
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		216.666,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		24.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA		24.000,00
TOTAL		26.586.789,85
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS		9.424.146,60
TOTAL GERAL		36.010.936,45

IV – Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre – IPRECAL

Art.4º) O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2017 Estima a Receita em R\$ 6.348.000,00 (seis milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 6.710.000,00 (seis milhões, setecentos e dez mil reais).

§1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	6.348.000,00
4.1 RECEITAS CORRENTES	3.840.000,00
4.7 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.508.000,00
TOTAL	6.348.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	530.000,00
TOTAL GERAL	6.878.000,00

§2º) A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
09 – Previdência Social		6.710.000,00
TOTAL GERAL		6.710.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
DESPESAS CORRENTES		3.519.050,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.359.650,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		159.400,00
DESPESAS DE CAPITAL		1.122.700,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS		1.122.700,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.068.250,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.068.250,00
TOTAL		6.710.000,00

V – Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Art.5º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2017 Estima a Receita em R\$ 1.332.568,33 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos) e fixa a Despesa em R\$ 8.750.909,55 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil, novecentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	1.332.568,33
4.1 RECEITAS CORRENTES	1.332.568,33
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	7.397.310,91
TOTAL GERAL	8.729.879,24

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
10 – Saúde	8.750.909,55
TOTAL GERAL	8.750.909,55

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPEAS CORRENTES	8.678.810,41
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.151.993,47
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPEAS CORRENTES	3.526.816,94
DESPEAS DE CAPITAL	72.099,14
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	72.099,14
TOTAL	8.750.909,55

VI – Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social

Art.6º) O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2017 Estima a Receita em R\$ 131.629,70 (cento e trinta e um mil, seiscentos e nove reais e setenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 806.265,39 (oitocentos e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas no quadro anexo.

4. RECEITAS	131.629,70
4.1 RECEITAS CORRENTES	131.629,70
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	674.835,69
TOTAL GERAL	806.265,39

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	806.265,39
TOTAL GERAL	806.265,39

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPEAS CORRENTES	793.241,27
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	481.957,46
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPEAS CORRENTES	311.283,81
DESPEAS DE CAPITAL	13.024,12
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	13.024,12
TOTAL	806.265,39

VII – Do Orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

Art.7º) O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA para o exercício de 2017 Estima a Receita em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 56.000,00 (cincoenta e seis mil reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo.

4. RECEITAS	50.000,00
4.1 RECEITAS CORRENTES	50.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	6.000,00
TOTAL GERAL	56.000,00

§2º) A Despesa da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	56.000,00
TOTAL GERAL	56.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	54.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	1.300,00
TOTAL GERAL	56.000,00

VIII – Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art.8º) O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2017 fixa a Despesa em R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, e discriminada no quadro anexo, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	816.000,00
TOTAL GERAL	816.000,00

§2º) A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 – Legislativa	816.000,00
TOTAL GERAL	816.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	803.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	673.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	12.500,00
TOTAL GERAL	816.000,00

Art.9º) Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, Superávit Orçamentário e para a obtenção de Resultado Primário positivo, conforme abaixo:

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Reserva de Contingência	24.000,00

IPRECAL – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre	
Reserva de Contingência	2.068.250,00

§1º) A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º) Para efeito desta Lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º) Não se efetivando até a data de 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art.10) Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar Dotações de um Elemento de Despesa para outro dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais.

Art.11) O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fonte de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit Financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.12) As despesas por conta das Dotações vinculadas a Convênios, Operações de Créditos e outras Receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§1º) A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos art's. 8º, Parágrafo único e 50, Inciso I da LRF.

§2º) O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, Inciso I d a LRF.

Art.13) Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Poder Executivo.

Art.14) Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art.15) Comprovado o interesse público municipal e mediante Convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.16) Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art.17) A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de dezembro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568 Celular 99177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE RETENÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS AO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/08 que Dispõe sobre as Políticas Públicas dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Decreto nº 8.789 de 22 de janeiro de 2015, o qual Dispõe da nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deste Município;

CONSIDERANDO: Que o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90;

CONSIDERANDO: Que a Lei Municipal nº 3.425/08, Dispõe sobre o FIA, CMDCA entre outros;

CONSIDERANDO: Que o Decreto Municipal nº 8.789/15, Dispõe da Nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deste Município;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, em 20% (vinte por cento), destinado ao Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA, à luz da Resolução nº 137 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seu Art. nº 13, § 3º:

“Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 19 de dezembro de 2016.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezenove dias do mês de dezembro de 2016.

ELISABETH KESTERING
Vice-Secretária do CMDCA – Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568 Celular 99177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 10 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE EMISSÃO DE CERTIFICADO E REGISTRO/2016, ENTIDADE JUNTO AO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas em especial a Resolução nº 01 de 28 de janeiro de 2014; Resolve:

Art.1º Expedir o Certificado e Registro para a Entidade a qual apresentou a documentação necessária e obteve aprovação dos membros deste Conselho em data de 13 de dezembro de 2016.

Art.2º. A Entidade a que se refere o Artigo anterior desta Resolução: APE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE.

Art.3º. O Certificado não dispensará a Entidade na apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênios e outras formas de repasses de recursos, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 19 de dezembro de 2016.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ELISABETH KESTERING
Vice-Secretária do CMDCA – Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568/99177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 004/P02

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em Reunião Extraordinária, do dia 13 de dezembro de 2016, aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidade, e eu Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16 da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada APE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE, sob o Registro nº CMDCA nº 004/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vigentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênio e outras formas de repasse de Recursos, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC., 19 de dezembro de 2016.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 20/2016

Portaria nº 20, de 22 de Dezembro de 2016.

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006 e Lei Complementar Municipal nº 99 de 19 de Junho de 2013; resolve:

Art. 1º) Autorizar o pagamento de Licença Premio em moeda corrente oficial, ao contador Sr. FERNANDO GROSSKOPF, matrícula nº 027, lotada nesta Câmara Municipal de Campo Alegre, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 2013 a 02 de janeiro de 2016.

Art. 2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência, 22 de Dezembro de 2016.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.655/16 DE 20/12/2016 ABRE CREDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.655/16 de 20/12/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 587.000,00 (Quinhentos e oitenta e sete mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03– SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 –DEP. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.003– Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura

Elementos de despesa: 31 - 3.3..90.00.00.00.00.00.01.0000.000000– Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

ÓRGÃO: 01– GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 –GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000– Manutenção do Gabinete do prefeito Municipal

Elementos de despesa: 3 - 3.3..50.00.00.00.00.00.01.0000.000000– Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 04– SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 –DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018– Manutenção do Ensino Remuneração Profissionais do Magistério

Elementos de despesa: 35 - 3.1..90.00.00.00.00.00.01.0018.000000– Aplicações Diretas....R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 08– SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 –DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010– Pavimentação e asfaltamento de Ruas

Elementos de despesa: 106 - 4.4..90.00.00.00.00.00.01.0000.000000– Aplicações Diretas....R\$ 16.000,00

ÓRGÃO: 19– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064– Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 5 - 3.1..90.00.00.00.00.00.01.0115.000000– Aplicações Diretas....R\$ 200.000,00

ÓRGÃO: 05– SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 19 –FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.088– Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Idoso

Elementos de despesa: 156 - 3.5..50.00.00.00.00.00.03.0043.000000– Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 9.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do Excesso de arrecadação de Recursos Próprios – R\$ 278.000,00; Excesso de arrecadação do FUNDEB – R\$ 300.000,00 e de Superávit Financeiro de outras fontes – R\$ 9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.305/16 DE 20/12/2016 ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017

LEI Nº 4.305/2016 DE 20/12/2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de CAMPOS NOVOS para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 115.992.821,90 (cento e quinze milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte um reais e noventa centavos) e fixa a Despesa em R\$ 115.992.821,90 (cento e quinze milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte um reais e noventa centavos), sendo 112.540.146,90 (cento e doze milhões quinhentos e quarenta mil cento e quarenta e seis reais e noventa centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.452.675,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco reais) do orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 115.992.821,90 (cento e quinze milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte um reais e noventa centavos), e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.602.660,94 (três milhões seiscentos e dois mil seiscentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos), e em R\$ 103.872.600,36 (cento e três milhões oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos reais e trinta e seis centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 115.992.821,90

4.1. RECEITAS CORRENTES 110.736.014,46

4.2. RECEITAS DE CAPITAL 5.256.807,44

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01.00 - GABINETE DO PREFEITO 1.703.669,38

02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G 597.567,21

03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO 9.603.340,08

04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 37.945.320,83

05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH. 3.284.215,63

06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1.187.359,92

07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 1.257.203,05

08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM 19.169.359,77

09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 1.083.263,28

10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00

17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO 7.729.981,80

19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 14.874.919,58

20.00 - PODER LEGISLATIVO 3.602.660,94

32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA 397.124,65

33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE 310.882,35

34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 38.511,20

35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 2.301.103,93

36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB 368.062,00

37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 108.634,45

40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO 10.051.670,42

42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA 277.971,43

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

II – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa 3.602.660,94

04 - Administração 6.132.360,25

06 - Segurança Pública 405.330,90

08 - Assistência Social 4.981.396,04
10 - Saúde 24.926.590,00
11 - Trabalho 341.574,22
12 - Educação 37.945.320,83
13 - Cultura 810.882,35
14 - Direitos da Cidadania 38.511,20
15 - Urbanismo 9.467.885,81
16 - Habitação 558.634,45
17 - Saneamento 7.642.368,81
18 - Gestão Ambiental 331.451,82
19 - Ciência e Tecnologia 72.938,38
20 - Agricultura 1.541.004,18
22 - Indústria 290.399,14
23 - Comércio e Serviços 124.229,69
25 - Energia 2.009.892,72
26 - Transporte 7.494.312,34
27 - Desporto e Lazer 1.233.263,28
28 - Encargos Especiais 5.941.814,55
99 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

III- POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa 3.602.660,94
122 - Administração Geral 4.979.502,59
123 - Administração Financeira 495.112,03
126 - Tecnologia da Informatização 518.549,01
182 - Defesa Civil 462.542,38
241 - Assistência ao Idoso 30.000,00
243- Assistência Criança e ao Adolescente 177.206,99
244 - Assistência Comunitária 4.658.164,39
272 - Previdência do Regime Estatutário 2.487.675,00
301 - Atenção Básica 14.874.919,58
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 10.051.670,42
333 - Empregabilidade 124.229,69
334 - Fomento ao Trabalho 515.803,91
361 - Ensino Fundamental 32.531.696,05
364 - Educação Superior 300.000,00
365 - Educação Infantil 4.881.315,26
367 - Educação Especial 232.309,52
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 305.882,35
392 - Difusão Cultural 5.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana 7.664.263,28
452 - Serviços Urbanos 1.552.871,09
453 - Transportes Coletivos Urbanos 250.751,44
482 - Habitação Urbana 558.634,45
512 - Saneamento Básico Urbano 7.642.368,81
541 - Preservação e Conservação Ambiental 76.211,48
542 - Controle Ambiental 277.971,43
543 - Recuperação de Áreas Degradadas 37.268,91
572 - Desenvolvimento tecnológico e Eng. 1.000,00
602 - Promoção da Produção Animal 359.855,74
606 - Extensão Rural 1.121.148,44
661 - Promoção Industrial 300.399,14
695 - Turismo 624.229,69
752 - Energia Elétrica 2.009.892,72
782 - Transporte Rodoviário 7.494.312,34
811 - Desporto de Rendimento 859.033,59
812 - Desporto Comunitário 224.229,69
813 - Lazer 150.000,00
841 - Refinanciamento da Dívida Interna 1.700.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna 300.000,00
846 - Outros Encargos Especiais 1.454.139,55
999 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

IV – POR PROGRAMA

- 1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO 1.703.669,38
- 2 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES 3.602.660,94
- 3 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO 540.355,73
- 4 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMA 2.060.364,06
- 5 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FIS 398.151,25
- 6 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO 446.610,63
- 7 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL 312.247,89
- 8 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS 434.803,91
- 9 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS 96.960,78
- 10 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO 397.124,65
- 11 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL 310.882,35
- 12 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 38.511,20
- 13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 108.634,45
- 14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.301.103,93
- 15 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ AT 10.051.670,42
- 16 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON 368.062,00
- 17 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 4.058.657,50
- 18 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS E 790.399,14
- 19 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS 10.007.967,81
- 20 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. 300.000,00
- 21 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2.009.892,72
- 22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL INFANTIL 18.590.347,08
- 23 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60% 13.148.797,35
- 24 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA 288.020,34
- 25 - MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUNDEB 40 498.459,36
- 26 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE 1.416.750,02
- 27 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODA 3.410.607,81
- 28 - PROMOÇÃO AO TURISMO 134.229,69
- 29 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.834.215,63
- 30 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS 450.000,00
- 31 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES 1.600.000,00
- 32 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER 1.083.263,28
- 33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE 14.874.919,58
- 35 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL 5.854.201,56
- 36 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E E 7.729.981,80
- 37 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1.465.331,35
- 38 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 332.574,22
- 39 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAIS 232.309,52
- 40 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA 1.552.871,09
- 41 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00
- 42 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFESA 57.211,48

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

V - POR CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES 99.938.655,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 61.969.125,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 300.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 37.669.529,97
DESPESAS DE CAPITAL 15.954.166,56
INVESTIMENTOS 14.009.166,56
INVERSÕES FINANCEIRAS 15.000,00
Amortização da Dívida 1.930.000,00
Reserva de Contingência 100.000,00
Reserva de Contingência 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 115.992.821,90

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os

recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Paragrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 261/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

CONTRATO Nº 261/2016. TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS Nº 49/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MECÂNICA MELIM LTDA - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Mecânicos nº 049/2014 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DA SAÚDE.

EXTRATO CONTRATOS Nº 262/2016 A Nº 268/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 262/2016. TERMO DE concessão de direito real de uso. CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONCESSIONÁRIO: Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de Canelinha. OBJETO: O presente termo tem por objeto a concessão de direito real de uso de imóvel público municipal, composto do terreno e de todas as construções e instalações futuras, situado na Avenida Joaquim José de Santana, neste município, medindo 16,00 (dezesseis) metros de frente, ao Sul, que fazem com a referida Avenida e 16,00 (dezesseis) metros de fundos, ao Norte, que fazem com terras do Município de Canelinha, extremado na lateral esquerda, ao Oeste, com terras do Município de Canelinha, numa extensão de 20,00 (vinte) metros e na lateral direita, ao Leste, também com terras do Município de Canelinha, numa extensão de 20,00 (vinte) metros, perfazendo uma área total de 320,00 m² (trezentos e vinte metros quadrados), que faz parte de uma área maior da transcrição nº. 11.734 do Registro de Imóveis na Comarca de Tijucas, que pertencia a massa falida de V. de Sant'Ana & Cia. S/A., declarada de utilidade pública pelo decreto municipal nº. 026, de 09 de junho de 1989, área de domínio público, mediante mandado de emissão de posse, nos autos da Ação de desapropriação, processo nº. 072.89.000009-5, da Comarca de Tijucas. VIGÊNCIA: O presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso terá o lapso temporal de validade de uso de 20 (vinte) anos contados a partir da publicação da lei. Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 263/2016. TERMO DE concessão de direito real de uso. CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONCESSIONÁRIO: Câmara de Dirigentes Lojista de Canelinha (CDL). OBJETO: O presente termo tem por objeto a concessão de direito real de uso de imóvel público municipal, composto do terreno e de todas as construções e instalações futuras, situado na Rua Francisco Crispim da Silva Junior, medindo 15,00 (quinze) metros de frente, ao sul, que fazem com a referida Rua, e 15,00 (quinze) metros nos fundos, ao Norte, que fazem com terras da Associação dos Ceramistas do Vale do Rio Tijucas e Camboriú - ACEVALE, extremado na lateral direita, ao Oeste, com terras do Município de Canelinha, numa extensão de 24,00 (vinte e quatro) metros e na lateral esquerda, ao leste, também com terras do Município de Canelinha, que está sendo permutada com Herdeiros de Leonel Venceslau Florêncio, numa extensão de 24,00 (vinte e quatro) metros, perfazendo uma área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), cujo imóvel faz parte de uma área maior denominada de uso comunitário 01 da planta do Loteamento Carolina, de propriedade do Município de Canelinha, pertencente a matrícula nº 29.055, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas - SC. VIGÊNCIA: O presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso terá o lapso temporal de validade de uso de 50 (cinquenta) anos contados a partir da publicação da lei. Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 264/2016. Termo aditivo nº 001 ao contrato Administrativo de Fornecimento de Gêneros Alimentícios Nº 197/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: COMERCIAL STORINNY LTDA. - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº 197/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 2.172,57 (dois mil cento e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 265/2016. Termo aditivo nº 001 ao contrato Administrativo de Fornecimento de Gêneros Alimentícios Nº 198/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MALU MAURICIO - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº 198/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 2.844,37 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 266/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E OUTRAS ATIVIDADES Nº 245/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento de Materiais para Manutenções de Vias Públicas e Outras Atividades nº 245/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 19.550,00 (dezenove mil quinhentos e cinquenta reais). Canelinha (SC), 12 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 267/2016. TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMITENTE: O MUNICÍPIO DE CANELINHA. PERMISSIONÁRIO: MARCIO AURELIO TOMAZ. OBJETO: O presente instrumento tem como objeto à outorga de permissão para exploração de serviços de TAXI no município de Canelinha, sem caráter de exclusividade, com vaga no ponto nº 13, situado na Rua Oscar Santana, próximo ao Condomínio Residencial Bella Morada. VIGÊNCIA: O prazo de vigência da permissão objeto deste termo de outorga será permanente, sendo o licenciamento municipal obrigatoriamente renovado anualmente nas condições previstas Lei Municipal nº 3.102, de 30 de junho de 2015 e sua regulamentação. Canelinha, 19 de dezembro 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 268/2016. TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 202/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA – EEP. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 11ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 19ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº. 202/2014, firmado em 03 de novembro de 2014, alterado pelo contrato nº 093/2016 (1º termo aditivo) em 26 de fevereiro de 2016, pelo contrato nº 154/2016 (2º termo aditivo), em 31 de maio de 2016 e pelo contrato nº 212 (3º termo aditivo), firmado em 26 de agosto de 2016, ficando as duas alteradas para prazo de 480 (quatrocentos e vinte) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços, que foi emitida em 02 de dezembro de 2015, com os adicionais dos termos aditivos os prazos previstos nas cláusulas 11ª e 19ª encerram-se em 25 de fevereiro de 2017. Canelinha (SC), 20 de dezembro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO CONTRATOS Nº 42/2016 A Nº 46/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº 042/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Administrativo DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR Nº. 032/2016. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento de Materiais Médico Hospitalar nº 032/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais). Canelinha (SC), 08 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº 043/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS Nº. 017/2016. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: MERCADO E AÇOUGUE BETO LTDA EPP. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº 017/2016 fica acrescido quantitativamente em 5% (cinco por cento). VALOR: \$-1.924,09 (um mil novecentos e vinte e quatro reais e nove centavos). Canelinha (SC), 09 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº 044/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR Nº. 034/2016. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: A vigência do contrato previsto na cláusula 21ª do Contrato de Administrativo de Fornecimento de Materiais Médico Hospitalar nº 034/2016, fica prorrogada até 30 de junho de 2017. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº 045/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR Nº. 035/2016. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E ODONTOLÓGICO LTDA. OBJETO: A vigência do contrato previsto na cláusula 21ª do Contrato de Administrativo de Fornecimento de Materiais Médico Hospitalar nº 035/2016, fica prorrogada até 30 de junho de 2017. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº 046/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR Nº. 036/2016. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMERCIAL LTDA.- EPP. OBJETO: A vigência do contrato previsto na cláusula 21ª do Contrato de Administrativo de Fornecimento de Materiais Médico Hospitalar nº 036/2016, fica prorrogada até 30 de junho de 2017. Canelinha (SC), 14 de dezembro de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 368/2016

DECRETO Nº. 368/2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 25 de dezembro de 2016 - "Natal", ficam considerados PONTOS FACULTATIVOS nas repartições administrativas públicas municipais os dias 23 de dezembro de 2016 (sexta-feira) e 26 de dezembro de 2016 (segunda-feira).

Art. 2º - O expediente será normal nos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.950 DE 14/12/2016

LEI Nº 5.950 DE 14/12/2016

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar por financiamento, através do FROHAB, os seguintes imóveis pertencentes ao Patrimônio Municipal:

I. O terreno urbano com a área de 525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), constituído pelo lote nº. 4 (quatro), quadra nº. 20 do Loteamento Dona Noêmia, situado nessa cidade, no Bairro Industrial nº 1, registrado sob a matrícula nº. 9.930 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas;

II. O terreno urbano com a área de 525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), constituído pelo lote número 5 (cinco), quadra número 20 do Loteamento Dona Noêmia, situado nesta cidade, no Bairro Industrial nº 1, devidamente registrado sob a matrícula nº 9.931 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

Art. 2º - Os imóveis referenciados na presente Lei serão destinados às famílias de baixa renda, devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Habitação, que fará a seleção das famílias beneficiadas conforme critérios expedidos pelo Conselho Gestor do FROHAB.

Art. 3º - Para serem beneficiadas pela presente Lei, as famílias de baixa renda deverão cumprir os requisitos legais, fixados pelo Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional), residir no Município de Canoinhas e não possuírem outro imóvel.

Art. 4º - Caberá ao Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional), estabelecer a forma de pagamento e os critérios de parcelamento.

I - O valor fixado para comercialização do imóvel não poderá exceder ao seu valor venal.

II - Os recursos provenientes da venda do referido imóvel serão sugeridos pelo FROHAB.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.951 DE 14/12/2016

LEI Nº 5.951 DE 14/12/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Proj./Ativ. 2.025 – Ações de DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna
Programa 3: Modernização Administrativa
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.952 DE 14/12/2016

LEI Nº 5.952 DE 14/12/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

II)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.060 – Ações de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 75.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna
Programa 3: Modernização Administrativa
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1075/2016

PORTARIA Nº. 1075/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora DIRAZÉLI DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 07/12/2016 a 21/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1093/2016

PORTARIA Nº. 1093/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor GERSON JOSE SZCZYGEL DUMKE, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 02/01/2017 a 21/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1094/2016

PORTARIA Nº. 1094/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro ao servidor GERSON JOSE SZCZYGEL DUMKE, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1096/2016

PORTARIA Nº. 1096/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido THIAGO KUCHLER, efetivo no cargo de Motorista, atualmente comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1097/2016

PORTARIA Nº. 1097/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Art. 1º - Fica exonerado VALDEMAR KUMINECK, servidor público municipal inativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 13/12/2016, por motivo de seu Falecimento, conforme Comunicação Interna nº. 612/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1098/2016

PORTARIA Nº. 1098/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido PAULO CESAR SAFANELLI, efetivo no cargo de Motorista, atualmente comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1099/2016

PORTARIA Nº. 1099/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº. 2.305/90, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas à servidora FLAVIA MACCARINI, comissionada no cargo de Diretor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1100/2016

PORTARIA Nº. 1100/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 450 (quatrocentos e cinquenta) dias de Licença Prêmio ao servidor LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, efetivo no cargo de Médico Veterinário, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 1989/1994; 1994/1999; 1999/2004; 2004/2009 e 2009/2014, a desfrutar no período de 02/01/2017 a 27/03/2018, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1101/2016

PORTARIA Nº. 1101/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro ao servidor LUIZ MATHEUS TREVISANI, efetivo no cargo de Médico Veterinário, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 25/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 189/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 25/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/01/2017, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 25/01/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 1087/2016

PORTARIA Nº 1087, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Edson Francisco Ribeiro, matrícula nº 327972/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1114/2016

PORTARIA Nº 1114, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a Comissão Especial do Processo Seletivo

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e em conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial para o Processo Seletivo de que trata o Edital nº 033/2016:

I. Sidnei Mantovani;

II. Ana Carolina Basquera Betiolo;

III. Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon

Art. 2º A Comissão fica encarregada, sob a presidência do primeiro, de exercer as atribuições necessárias à realização do referido processo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do Edital, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1217/2016

PORTARIA Nº 1217, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 939/2015, que designou Andressa July Mantovani, matrícula nº 162590/01 para responder Diretoria de Saúde e concedeu FC – 5.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1235/2016

PORTARIA Nº 1235, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 003/2016, que colocou o servidor Pablo Vitorio Isganzella Gramazio, matrícula nº 154504/01 à disposição da Secretaria da Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 23 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/47/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/47/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.782.079/0001-14

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE - SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM-MO, EM RAZÃO DE CONTRATO DE RATEIO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL, E EM ATENDIMENTO AS LEIS MUNICIPAIS Nº 2.727 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2006 E 2.084 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2006, DE CAPINZAL E OURO RESPECTIVAMENTE.

VALOR: R\$ 57.787,25 (CINQUENTA E SETE MIL E SETECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

DATA DA ASSINATURA: 19.12.2016

VIGÊNCIA: 01.01.2017 A 31.12.2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/48/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/48/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/39/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALORES:

R\$ 646,24 (SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA/SOFTWARE DE CONTABILIDADE PÚBLICA;

R\$ 456,17 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA/SOFTWARE DE FOLHA DE PAGAMENTO;

R\$ 164,73 (CENTO E SESENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA/SOFTWARE DE TRANSPARÊNCIA;

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016

VIGÊNCIA: 01/01/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/49/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/49/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/44/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALOR: R\$ 760,29 (SETECENTOS E SESSENTA REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016

VIGÊNCIA: 01/01/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/50/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: CAO/50/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/45/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALORES:

R\$ 2.078,11 (DOIS MIL, SETENTA E OITO REAIS E ONZE CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE DE EMISSÃO E CONTROLE DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO (FATURAMENTO);

R\$ 836,32 (OITOCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E CADASTRAMENTO TÉCNICO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDES COLETORAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS;

R\$ 215,41 (DUZENTOS E QUINZE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE DE EMISSÃO LEITURA DE HIDRÔMETROS VIA COLETORES DE DADOS;

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016

VIGÊNCIA: 01/01/2017 A 31/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/51/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: CAO/51/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SANEGRAPH CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SANEAMENTO S/S LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 01.903.128/0001-28

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/46/2013, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS.

VALORES:

R\$ 633,57 (SEISCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO, COMPRAS E LICITAÇÕES, CONTRATOS, CADASTRO DE FORNECEDORES, FROTA (VEÍCULOS E MÁQUINAS), PATRIMÔNIO (SIGECOM);

R\$ 316,79 (TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS PELA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES LEGAIS E CORRETIVAS E SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE DE PROTOCOLO E ARQUIVO DESATIVADO (SCP).

DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016

VIGÊNCIA: 01/01/2017 A 31/12/2017

TERMO DE CONVÊNIO Nº CAO/01/2006

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº CAO/01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SIMAE/CAO/0506/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO – SIMAE

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº CAO/03/2013, QUE TRANSFERE AO SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, O ENCARGO E A RESPONSABILIDADE PELA COBRANÇA DA COTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, CUJOS RECURSOS SERÃO DESTINADOS À ENTIDADE FILANTRÓPICA DENOMINADA "HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES", EMBASADO NO PERMISSIVO

DA LEI MUNICIPAL Nº 3.098, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.197, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: 31/12/2017

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

SIDNEI PENZO

SIMAE CAPINZAL E OURO/SC

IRMÃ ADELAIDE FRIGO

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES

Catanduvras

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.221 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.221/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO Nº 2015 TR001781, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 21.930,00 (Vinte e um mil novecentos e trinta reais), na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA			
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES			
	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
		Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Veículos e Mobiliário			
	164	DESPESAS DE CAPITAL (4490)Rec. Conv. Estado	R\$	21.930,00	

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos de Convenio Estado através da Secretaria de Agricultura nº 2015 TR 001781, na implantação da Internet Rural.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvras SC, 19 de dezembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 19/12/2016.

DECRETO Nº 2.223 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.223/16 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO SALÁRIO EDUCAÇÃO, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FPM, NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO			
	361	ENSINO FUNDAMENTAL			
		Manutenção do Ensino Fundamental			
	136	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390)Rec.Imp. Educação	R\$	15.000,000	
ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA			

UNID. ORÇ.	0601	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS		
		Pavimentação de Ruas Estradas e Passeios		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Próprios	R\$	20.000,00
		Manutenção dos Serviços Urbanos		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES(3390) Rec. Próprios	R\$	30.000,00
ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Manutenção da Polícia Militar		
	110	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390) Rec. Conv. Militar	R\$	2.000,00
	100	Contribuição ao PASEP (3390) Rec. Próprios	R\$	20.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de CONVÊNIOS, OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e FPM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 20 de dezembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 20/12/2016.

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO - 5º BIMESTRE DE 2016

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

COMPETÊNCIA: 5º BIMESTRE DE 2016

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar

conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 5º bimestre de 2016, priorizando-se as demonstrações relativas a:

- Planejamento
- Orçamento Fiscal
- Execução Orçamentária
- Limites Constitucionais e Legais
- Gestão Fiscal
- Gerenciais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)
Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2014 a 2017), através da Lei Municipal nº 2417/2013 de 02 de outubro de 2013, onde estão definidos para o Período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- c) (VETADO)
- d) (VETADO)
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2016 através da Lei Municipal nº 2512/2015 de 22 de outubro de 2015 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165 § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

- I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
- II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2016 fora aprovado pela Lei Municipal nº 2520/2015 08 de dezembro de 2015 , o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio),. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1012 - CONSERVAÇÃO/REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL	10.000,00	0,00	5.000,00	1.150,00	3.850,00
1021 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	737.000,00	0,00	0,00	55.423,00	681.577,00
1027 - CONSTR.E AMPL. ESPAÇOS EDUCACIONAIS	118.700,00	0,00	110.000,00	0,00	8.700,00
1029 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES/MOBILIÁRIO	16.800,00	0,00	0,00	5.084,00	11.716,00
1037 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS	363.000,00	1.017.170,00	0,00	436.086,29	944.083,71
1041 - CONSTRUÇÃO DE GARAGENS P/MÁQUINAS E DEPOSITOS	91.000,00	0,00	91.000,00	0,00	0,00
1047 - CONSTRUÇÃO E REFORMA ESPAÇOS PÚBLICOS	181.000,00	40.000,00	25.000,00	28.318,46	167.681,54
1052 - CONSTRUÇÃO DE PONTES PONTILHOES GALERIAS E BOEIROS	45.000,00	0,00	10.000,00	23.879,92	11.120,08
1058 - INFRAESTRUTURA EM AREAS DE DISTRITO INDUSTRIAL	63.000,00	0,00	22.000,00	0,00	41.000,00
1064 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AGRÍCOLAS	74.000,00	0,00	50.000,00	0,00	24.000,00
1065 - IMP.POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGRO INDUSTRIA E ENT.	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
1081 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO GALERIAS PLUVIAIS E OBRAS COMPLEM	310.000,00	0,00	0,00	112.117,13	197.882,87
1103 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	57.000,00	0,00	27.000,00	29.932,00	68,00
1104 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	34.000,00	120.000,00	0,00	137.670,41	16.329,59
1106 - CONSERVAÇÃO/REFORMA ESPAÇOS ESPORTIVOS	34.000,00	10.000,00	0,00	28.159,69	15.840,31
1107 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBILIARI	204.000,00	378.000,00	0,00	326.444,00	255.556,00
1112 - AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	180.000,00	781.000,00	186.000,00	678.799,84	96.200,16
1113 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0071 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	385.000,00	0,00	50.000,00	254.839,24	80.160,76
0072 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	180.000,00	0,00	30.000,00	117.207,53	32.792,47
0073 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	282.000,00	0,00	0,00	280.000,00	2.000,00
0074 - PRECATÓRIOS - SENTENÇAS JUDICIAIS	301.000,00	78.000,00	0,00	376.131,03	2.868,97
2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	606.000,00	0,00	20.000,00	459.915,66	126.084,34

2005 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.ADMINIST.FINANÇAS					
	2.170.000,00	428.000,00	0,00	2.183.349,51	414.650,49
2008 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES					
	300.000,00	4.400,00	0,00	302.105,16	2.294,84
2013 - DESPESAS COM PESSOAL (CIGA)					
	3.400,00	30.400,00	0,00	31.792,86	2.007,14
2014 - DESPESAS CORRENTE (CIGA)					
	2.800,00	61.200,00	0,00	39.968,19	24.031,81
2015 - DESPESAS DE CAPITAL (CIGA)					
	600,00	9.800,00	0,00	7.891,84	2.508,16
2016 - MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL					
	120.607,00	0,00	0,00	111.785,63	8.821,37
2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL					
	4.481.693,00	275.000,00	60.000,00	3.592.512,30	1.104.180,70
2018 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
	2.266.300,00	0,00	0,00	2.086.347,48	179.952,52
2019 - MATERIAL ESCOLAR E UNIFORME					
	57.000,00	0,00	30.000,00	25.184,50	1.815,50
2020 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL					
	725.700,00	0,00	23.000,00	624.769,86	77.930,14
2023 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO MÉDIO					
	74.000,00	0,00	73.000,00	400,00	600,00
2024 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR					
	250.000,00	117.000,00	0,00	322.524,52	44.475,48
2026 - CONSERVAÇÃO/REFORMA ESP. EDUCACIONAIS/VEÍCULOS					
	68.000,00	0,00	15.000,00	47.983,55	5.016,45
2030 - MANUT.ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS					
	57.000,00	65.000,00	0,00	121.879,23	120,77
2031 - MANUT.REPETIDAS SINAIS DE TELEVISÃO					
	34.000,00	0,00	22.000,00	11.975,68	24,32
2032 - CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS					
	28.000,00	0,00	17.000,00	0,00	11.000,00
2035 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE					
	139.000,00	30.000,00	0,00	154.456,32	14.543,68
2038 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP					
	580.000,00	60.000,00	0,00	581.419,90	58.580,10
2044 - CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS					
	57.000,00	0,00	0,00	370,00	56.630,00
2051 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
	2.681.000,00	500.000,00	45.000,00	2.307.622,28	828.377,72
2053 - CONSERVAÇÃO/REPARO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS					
	284.000,00	0,00	186.000,00	53.705,57	44.294,43
2055 - APOIO A EMPRESAS					
	45.000,00	0,00	40.000,00	0,00	5.000,00
2063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS					
	486.000,00	0,00	0,00	270.891,58	215.108,42
2069 - MANUTENÇÃO DA POLÍCIA CIVIL					
	31.000,00	21.000,00	5.000,00	36.956,26	10.043,74
2070 - MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR					
	103.000,00	15.000,00	15.000,00	57.416,39	45.583,61
2100 - MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO LIMP.PUBL.MANEJO					
	436.000,00	99.000,00	0,00	410.590,24	124.409,76
2101 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS					
	113.000,00	18.600,00	0,00	131.600,00	0,00
2179 - MERENDA ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL					
	174.000,00	31.000,00	0,00	152.144,43	52.855,57
2180 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL					
	47.000,00	0,00	0,00	44.857,83	2.142,17
2182 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE					
	42.000,00	0,00	0,00	12.068,48	29.931,52
2184 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL					
	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
2999 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00

Total da Unidade	20.194.600,00	4.189.570,00	1.157.000,00	17.075.727,79	6.151.442,21
Unidade Gestora: 02 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENTE CATANDUVAS					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA INFANCIA E ADOLESC					
	11.000,00	5.000,00	0,00	6.093,46	9.906,54
Total da Unidade	11.000,00	5.000,00	0,00	6.093,46	9.906,54
Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1094 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS					
	102.000,00	113.092,97	52.000,00	7.822,00	155.270,97
1111 - CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO REFORMA DE ESPAÇOS DE SAÚDE					
	78.000,00	96.000,00	54.000,00	88.223,56	31.776,44
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2091 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE					
	4.264.000,00	106.000,00	0,00	3.574.158,83	795.841,17
2092 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESF					
	1.454.000,00	0,00	0,00	1.239.172,36	214.827,64
2095 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE					
	48.000,00	15.251,60	10.000,00	41.426,62	11.824,98
Total da Unidade	5.946.000,00	330.344,57	116.000,00	4.950.803,37	1.209.541,20
Unidade Gestora: 04 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1102 - AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS					
	56.000,00	0,00	11.000,00	27.151,50	17.848,50
1178 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/AQUISIÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS					
	29.000,00	0,00	10.000,00	6.975,58	12.024,42
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN.DE ASSIT.SOCIAL					
	232.000,00	0,00	0,00	205.531,78	26.468,22
2077 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL					
	560.000,00	321.000,00	10.000,00	744.046,57	126.953,43
2078 - CONSERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO REFORMA ESPAÇOS SOCIAIS					
	11.000,00	0,00	10.000,00	0,00	1.000,00
2083 - ESTUDO SOCIO ECONOMICOS E AUXILIO CESTA BASICA					
	56.000,00	17.000,00	0,00	70.705,11	2.294,89
2084 - TRANSFERÊNCIAS A ENTIDADES ASSISTÊNCIAIS					
	196.000,00	0,00	0,00	167.073,99	28.926,01
2185 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE DIREITOS DO IDOSO					
	91.400,00	18.000,00	18.000,00	69.457,09	21.942,91
Total da Unidade	1.231.400,00	356.000,00	59.000,00	1.290.941,62	237.458,38
Unidade Gestora: 05 - FUNREBOM - FUNDO REEQ. BOMBEIROS CATANDUVAS					
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2097 - MANUTENÇÃO DO FUMREBOM					
	226.000,00	0,00	0,00	168.904,15	57.095,85
Total da Unidade	226.000,00	0,00	0,00	168.904,15	57.095,85
Unidade Gestora: 06 - CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS					
Projeto	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1002 - CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
	226.000,00	0,00	0,00	0,00	226.000,00
1110 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO EM GERAL					
	22.000,00	0,00	0,00	5.311,60	16.688,40
Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO					
	1.043.000,00	808,00	808,00	750.950,56	292.049,44
Total da Unidade	1.291.000,00	808,00	808,00	756.262,16	534.737,84
Total Geral	28.900.000,00	4.881.722,57	1.332.808,00	24.248.732,55	8.200.182,02

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 2520/2015 08 de dezembro de 2015, estima a Receita em R\$ 28.900.000,00 e fixa a Despesa em 28.900.000,00. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 23.000,00 o que corresponde a 0,08% do orçamento da despesa.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Período em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE CATANDUVAS						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Excesso de Arrecadação	2.520	08/12/2015	2.194	11/10/2016	5.251,60
Totais da Unidade						5.251,60
Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE CATANDUVAS						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	2.520	08/12/2015	2.192	16/09/2016	184.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	2.520	08/12/2015	2.194	11/10/2016	113.400,00
Suplementar	Anulação	2.520	08/12/2015	2.197	13/10/2016	70.000,00
Suplementar	Suplementação	2.520	08/12/2015	2.197	13/10/2016	70.000,00
Suplementar	Superávit Financeiro	2.520	08/12/2015	2.202	27/10/2016	155.000,00
Suplementar	Suplementa Dotação Transferida	2.550	26/10/2016	2.201	26/10/2016	126.000,00
Suplementar	Anulação	2.550	26/10/2016	2.201	26/10/2016	519.000,00
Suplementar	Suplementação	2.550	26/10/2016	2.201	26/10/2016	519.000,00
Totais da Unidade						1.167.400,00
Unidade Gestora: 04 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CATANDUVAS						
Natureza	Operação	Nº Lei	Data	Decreto	Data	Valor
Suplementar	Superávit Financeiro	2.520	08/12/2015	2.192	16/09/2016	45.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	2.520	08/12/2015	2.197	13/10/2016	35.000,00
Suplementar	Anulação Dotação Transferida	2.550	26/10/2016	2.201	26/10/2016	126.000,00
Suplementar	Anulação	2.550	26/10/2016	2.201	26/10/2016	24.000,00
Suplementar	Suplementação	2.550	26/10/2016	2.201	26/10/2016	24.000,00
Totais da Unidade						69.000,00
Total Geral:						1.241.651,60

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 4.846.722,57. Destes, R\$ 4.056.622,57 referem-se a créditos adicionais suplementares. R\$ 372.100,00 referem-se a créditos adicionais especiais. R\$ 418.000,00 referem-se a créditos adicionais extraordinários. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 1.367.808,00. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

Alterações Orçamentárias	No Bimestre	Até o Bimestre
I) Créditos Orçamentários	0,00	28.900.000,00
Ordinários	0,00	28.877.000,00
Reserva de Contingência	0,00	23.000,00
II) Créditos Adicionais	1.241.651,60	4.846.722,57
Suplementar	1.241.651,60	4.056.622,57
Especial	0,00	372.100,00
Extraordinário	0,00	418.000,00
III) Anulações de Créditos	774.000,00	1.367.808,00
Anulações	774.000,00	1.367.808,00
IV) Créditos Autorizados (I+II-III)	467.651,60	32.378.914,57

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

Receitas	
Receitas Orçamentárias (I)	28.900.000,00
Receitas Correntes	27.340.700,00
Receita Tributária	3.586.984,96
Receita de Contribuições	580.000,00
Receita Patrimonial	173.260,46
Receita Agropecuária	1.134,22
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	57.342,25
Transferências Correntes	26.449.682,31
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.785.362,52

Outras Receitas Correntes	277.658,32
Receitas de Capital	1.559.300,00
Operação de crédito	226.000,00
Alienação de Bens	63.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	1.270.300,00
Outras Receitas de Capital	0,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00
Receitas De Capital Intra-Orçamentárias	0,00
Total Geral	28.900.000,00

Despesas	
Despesas Orçamentárias (I)	32.448.914,57
Despesas Correntes	27.105.051,60
Pessoal e Encargos Sociais	15.634.493,00
Juros e Amortização da Dívida	90.000,00
Outras Despesas Correntes	11.380.558,60
Despesas Capital	5.320.862,97
Investimentos	5.260.862,97
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	60.000,00
Reserva de Contingência	23.000,00
Especificacao	23.000,00
Total Geral	32.448.914,57

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) Até o Bimestre em análise, verifica-se Superávit de execução orçamentária no valor de R\$ 502.527,02.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Superávit
24.751.259,57	24.248.732,55	502.527,02

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 1.234.579,24.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
24.751.259,57	23.516.680,33	1.234.579,24

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 24.751.259,57 equivalente a 85.64% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	Previsão Atualizada	Arrecadas Até o Bimestre	
Receitas Correntes (I)	27.340.700,00	23.778.129,37	86.97%
Receitas de Capital (II)	1.559.300,00	973.130,20	62.41%
TOTAL (+II)	28.900.000,00	24.751.259,57	85.64%

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos,

as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 2.845.247,42 equivalente a 11.50% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 585.333,89 equivalente a 2.36% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 392.261,83 equivalente a 1.58% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 42.977,76 equivalente a 0.17% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 19.423.486,98 equivalente a 78.47% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 488.821,49 equivalente a 1.97% do total arrecadado.

Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, até o bimestre, importou em R\$ 24.302,00 equivalente a 0.10% do total arrecadado.

Amortização de Empréstimos

São receitas provenientes de empréstimos efetuados pelo ente público a terceiros, incluindo-se o recebimento do valor emprestado mais a correção monetária.

A receita de Amortização de Empréstimos, até o bimestre importou, em R\$ 29.348,30 equivalente a 0.12% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 919.479,90 equivalente a 3.71% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada Até o Bimestre importou em R\$ 24.248.732,55, equivalente a 74.73% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
32.448.914,57	24.248.732,55	74.73%

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada Até o Bimestre importou em R\$ 23.516.680,33, equivalendo a 96.98% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
24.248.732,55	23.516.680,33	96.98%

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga Até o Bimestre importou em R\$ 22.717.694,78, equivalente a 96.60% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
23.516.680,33	22.717.694,78	96.60%

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
0102 - GABINETE DO PREFEITO E VICE	459.915,66	458.387,42	455.529,61
0103 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.596.189,56	2.486.522,77	2.458.984,85
0104 - EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO	7.478.300,60	7.365.828,68	7.136.091,15
0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	4.205.195,83	4.038.256,32	3.786.131,00
0107 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.122.550,45	1.076.416,52	1.076.042,44
0108 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE	522.707,37	456.441,83	418.698,47
0109 - FUNDO MUNICIPAL DA HAB E INTERESSE SOCIAL	678.799,84	639.963,78	585.621,29
0110 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	12.068,48	12.068,48	8.839,98
0111 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00
0199 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
0220 - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	6.093,46	6.093,46	6.093,46
0325 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	4.950.803,37	4.842.635,72	4.699.076,06
0430 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.290.941,62	1.249.464,42	1.204.774,44
0540 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS-FUNREBOM	168.904,15	130.599,03	127.810,13
0601 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	756.262,16	754.001,90	754.001,90
Total	24.248.732,55	23.516.680,33	22.717.694,78

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas	Pagas
01 - Legislativa	756.262,16	754.001,90	754.001,90
04 - Administração	3.225.009,37	3.075.509,22	3.042.324,59
06 - Segurança Pública	94.372,65	93.048,99	92.715,18
08 - Assistência Social	1.297.035,08	1.255.557,88	1.210.867,90
10 - Saúde	4.950.803,37	4.842.635,72	4.699.076,06
11 - Trabalho	0,00	0,00	0,00
12 - Educação	7.024.159,27	6.954.248,43	6.743.140,51
13 - Cultura	133.854,91	117.365,20	112.828,80
15 - Urbanismo	1.046.194,65	989.526,38	989.526,38
16 - Habitação	678.799,84	639.963,78	585.621,29
17 - Saneamento	522.707,37	456.441,83	418.698,47
18 - Gestão Ambiental	56.926,31	52.926,31	49.697,81
20 - Agricultura	402.491,58	355.413,32	333.823,20
26 - Transporte	2.711.651,77	2.652.458,79	2.421.923,59
27 - Desporto e Lazer	320.286,42	294.215,05	280.121,84
28 - Encargos Especiais	1.028.177,80	983.367,53	983.327,26
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Total	24.248.732,55	23.516.680,33	22.717.694,78

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento

dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

1 - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
I) Impostos Municipais	447.266,71	2.656.945,74	664.236,43
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	26.969,89	873.462,96	218.365,73
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	158.113,59	384.619,67	96.154,91
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	37.889,60	226.297,82	56.574,45
ISS - Imposto Sobre Serviços	189.739,47	937.118,18	234.279,55
Multas e Juros de Mora de Impostos	3.210,57	16.635,31	4.158,83
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	5.269,34	33.855,66	8.463,92
Dívida Ativa de Impostos	26.074,25	184.956,14	46.239,04
II) Transferências do Estado	2.051.121,33	9.590.054,10	2.397.513,48
Cota Parte do ICMS	1.760.634,72	8.334.908,23	2.083.727,00
Cota Parte do IPVA	265.887,01	1.137.285,71	284.321,44
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	24.599,60	117.860,16	29.465,04
III) Transferências da União	1.143.337,19	6.544.408,76	1.636.102,09
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.118.228,03	6.491.406,90	1.622.851,62
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	18.357,04	19.241,26	4.810,31
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	6.752,12	33.760,60	8.440,15
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM 1%	0,00	0,00	0,00
Total de receitas de impostos e transferências(I+II+III)	3.641.725,23	18.791.408,60	4.697.851,99

2 - FUNDEB	No Bimestre	Até o Bimestre
VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB	768.931,54	3.643.579,92
Transferências de Recursos do FUNDEB	768.931,54	3.643.579,92
VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-638.891,28	-3.226.890,54
Cota Parte do ICMS	-352.126,76	-1.666.980,78
Cota Parte do IPVA	-53.177,25	-227.456,27
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	-4.919,92	-23.572,07
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	-223.645,55	-1.298.281,13
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	-3.671,38	-3.848,19
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	-1.350,42	-6.752,10
VIII) Resultado Líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Ganho	130.040,26	416.689,38

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 5.303.222,63 correspondente a 28.22% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado à Maior o valor de R\$ 605.370,63 que representa SUPERÁVIT de 3.22% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

3 - DESPESAS REALIZADAS (POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
12.361 - Ensino Fundamental	845.418,19	4.283.492,53
12.365 - Educação Infantil	369.082,82	2.085.409,32
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos	0,00	400,00
IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.214.501,01	6.369.301,85

4 - DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	No Bimestre	Até o Bimestre
0136 - Salário-Educação	35.889,42	391.234,94
0137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento	10.773,00	36.937,40
0162 - Transferências de Convênios ? Estado/Educação	56.388,80	194.333,52
X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	103.051,22	622.505,86

5 - OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
Remuneração de Depósitos Bancários FUNDEB	2.798,41	26.883,98
XI) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES	2.798,41	26.883,98

6 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	3.641.725,23	18.791.408,60
Despesas por função/subfunção(IX)	1.214.501,01	6.369.301,85
Deduções(X+XI)	105.849,63	649.389,84
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Ganho	130.040,26	416.689,38

Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	978.611,12	5.303.222,63
Mínimo a ser aplicado	910.431,25	4.697.852,00
Aplicado à Maior	68.179,87	605.370,63
Percentual aplicado	26,87	28,22
Superávit	1,87	3,22

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%)	0,00	0,00	0,00
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	768.931,54	3.643.579,92	2.186.148,00
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	2.798,41	26.883,98	16.130,39
I) Total das receitas para fins de limite	771.729,95	3.670.463,90	2.202.278,39

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 4.061.579,61 correspondente a 110.66% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 1.859.301,11 equivalente a 50.66% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

2 - DESPESAS	No Bimestre	Até o Bimestre
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	729.933,03	3.345.354,73
319013 - Obrigações Patronais	85.247,54	688.523,08
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	5.805,50	27.701,80
II) TOTAL DAS DESPESAS	820.986,07	4.061.579,61

3 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	771.729,95	3.670.463,90
Mínimo à ser Aplicado	463.037,97	2.202.278,50
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	820.986,07	4.061.579,61
Aplicação à Maior	357.948,10	1.859.301,11
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	106,38	110,66
Superávit	46,38	50,66

Aplicação de 95% dos Recursos do FUNDEB

Estabelece o artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Pela previsão contida no § 2º do artigo 21 supra, conclui-se que o Município deve aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos do FUNDEB dentro do próprio exercício financeiro em que ocorre a arrecadação.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual	768.931,54	3.643.579,92	3.461.401,00
Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB	2.798,41	26.883,98	25.539,78
I) TOTAL DAS RECEITAS PARA FINS DE LIMITE	771.729,95	3.670.463,90	733.143,44

Até o período analisado considerando a despesa Liquidada, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento da educação básica o valor de R\$ 4.083.902,29 equivalente a 111.26% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma aplicação que fora Aplicado à maior o montante de R\$ 596.961,54 o qual corresponde a 16.26% ,acima do limite mínimo de 95%, CUMPRINDO o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007.

2 - FUNDEB 60%	No Bimestre	Até o Bimestre
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	729.933,03	3.345.354,73
319013 - Obrigações Patronais	85.247,54	688.523,08
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	5.805,50	27.701,80
II) TOTAL DAS DESPESAS	820.986,07	4.061.579,61

3 - FUNDEB 40%	No Bimestre	Até o Bimestre
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	5.800,00
339046 - Despesa	2,50	11.438,68
449052 - Equipamento e Material Permanente	1.788,00	5.084,00
II) TOTAL DAS DESPESAS	1.790,50	22.322,68

4 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	771.729,95	3.670.463,90
Mínimo a ser Aplicado	733.143,44	3.486.940,75
Despesas para Efeito de Cálculo (II+III)	822.776,57	4.083.902,29
Aplicado à maior	89.633,13	596.961,54
Percentual Aplicado (II+III) / (I) x 100	106,61	111,26
Superávit	11,61	16,26

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

1 - RECEITAS	No Bimestre	Até o Bimestre	Aplicação
I) Impostos Municipais	447.266,71	2.656.945,74	398.541,86
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	26.969,89	873.462,96	131.019,44
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	158.113,59	384.619,67	57.692,95
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	37.889,60	226.297,82	33.944,67
ISS - Imposto Sobre Serviços	189.739,47	937.118,18	140.567,73
Multas e Juros de Mora de Impostos	3.210,57	16.635,31	2.495,30
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	5.269,34	33.855,66	5.078,35
Dívida Ativa de Impostos	26.074,25	184.956,14	27.743,42
II) Transferências do Estado	2.051.121,33	9.590.054,10	1.438.508,00
Cota Parte do ICMS	1.760.634,72	8.334.908,23	1.250.236,12
Cota Parte do IPVA	265.887,01	1.137.285,71	170.592,86
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	24.599,60	117.860,16	17.679,02
III) Transferências da União	1.143.337,19	6.544.408,76	981.661,34
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	1.118.228,03	6.491.406,90	973.711,06
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	18.357,04	19.241,26	2.886,19
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96	6.752,12	33.760,60	5.064,09
IV) TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III)	3.641.725,23	18.791.408,60	2.818.711,21
V) TOTAL Á SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			2.818.711,21

Até o período em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 3.643.106,78 correspondente a 19.39% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 824.395,78 equivalente a 4.39% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
10.301 - Atenção Básica	931.375,35	4.909.376,75
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	5.915,90	41.426,62
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	937.291,25	4.950.803,37

3 - DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
0133 - Transferências de Convênios ? União/Saúde	0,00	88.223,56
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	314.429,70	1.219.473,03
VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES	314.429,70	1.307.696,59

4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00

5 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	3.641.725,23	18.791.408,60
Despesas por Função/Subfunção (VI)	937.291,25	4.950.803,37
Deduções (VII+VIII)	314.429,70	1.307.696,59
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	622.861,55	3.643.106,78
Mínimo a ser aplicado	546.258,81	2.818.711,00
Aplicação à maior	76.602,74	824.395,78
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	17,10	19,39
Superávit	2,10	4,39

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 3.555.244,60 correspondente a 18.92% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 736.533,60 equivalente a 3.92% ,acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo

77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

2 - DESPESAS REALIZADAS (PORFUNÇÃO/SUBFUNÇÃO)	No Bimestre	Até o Bimestre
10.301 - Atenção Básica	1.033.570,02	4.801.209,10
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00
10.304 - Vigilância Sanitária	5.915,90	41.426,62
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00
VI) TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.039.485,92	4.842.635,72
3 - DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
0133 - Transferências de Convênios ? União/Saúde	0,00	88.223,56
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	336.201,56	1.199.167,56
VII) TOTAL DAS DEDUÇÕES	336.201,56	1.287.391,12
4 - OUTRAS DEDUÇÕES	No Bimestre	Até o Bimestre
VIII) TOTAL DAS OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00
5 - RESUMO	No Bimestre	Até o Bimestre
Receita Bruta de Impostos e Transferências (IV)	3.641.725,23	18.791.408,60
Despesas por Função/Subfunção (VI)	1.039.485,92	4.842.635,72
Deduções (VII+VIII)	336.201,56	1.287.391,12
Despesas Para Efeito de Cálculo (VI) - (VII+VIII)	703.284,36	3.555.244,60
Mínimo a ser aplicado	546.258,81	2.818.711,00
Aplicação à maior	157.025,55	736.533,60
Percentual Aplicado (VI) - (VII + VIII) / (IV) x 100	19,31	18,92
Superávit	4,31	3,92

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 28.663.941,07, resultando em um valor médio mensal de R\$ 2.388.661,75 .

1 - RECEITAS CORRENTES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita Tributária	448.074,85	8,56	2.845.247,42	10,52	3.356.071,91	10,33
Receita de Contribuições	119.656,31	2,29	585.333,89	2,16	716.821,53	2,21
Receita Patrimonial	81.567,70	1,56	392.261,83	1,45	502.395,35	1,55
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.793,53	0,03	78.707,63	0,29	78.255,86	0,24
Transferências Correntes	4.514.225,17	86,27	22.650.377,52	83,76	27.062.777,76	83,29
Outras Receitas Correntes	67.383,32	1,29	488.821,49	1,81	777.810,88	2,39
I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.232.700,88	100	27.040.749,78	100	32.494.133,29	100
2 - DEDUÇÕES	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (-)	-638.891,28	0,00	-3.226.890,54	0,00	-3.830.192,22	0,00
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	-638.891,28	100	-3.226.890,54	100	-3.830.192,22	100
3 - RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA	No Bimestre	%	No Exercício	%	Acumulado	%
Receita (I-II)	4.593.809,60	16,03	23.813.859,24	83,08	28.663.941,07	100
Média da Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 Meses					2.388.661,75	8,33

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Catanduvas realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 15.516.888,75, equivalendo a 54,13% da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	2.663.522,42	12.371.563,94	15.538.000,94
317111 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	7.414,28	24.378,64	24.378,64
319004 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
319009 - Salário Família	0,00	0,00	0,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.361.198,69	10.192.004,49	12.774.018,34
319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
319013 - Obrigações Patronais	254.256,86	1.969.936,85	2.537.186,93
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	40.652,59	164.131,77	181.304,84
319091 - Sentenças Judiciais	0,00	21.112,19	21.112,19
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	2.663.522,42	12.371.563,94	15.538.000,94

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	21.112,19	21.112,19
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	21.112,19	21.112,19

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	28.663.941,07
Limite prudencial - 57%	16.338.446,41
Limite máximo - 60%	17.198.364,64
Despesa bruta com pessoal (III)	15.538.000,94
Despesas não computadas (IV)	21.112,19
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	15.516.888,75
Percentual aplicado em despesas com pessoal	54,13
Limite prudencial (57%)	821.557,66
Limite máximo (60%)	1.681.475,89

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 14.739.431,14, equivale a 51,42% da receita corrente líquida arrecadada neste período, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	2.537.659,23	11.763.269,58	14.760.543,33
317111 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	7.414,28	24.378,64	24.378,64
319004 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
319009 - Salário Família	0,00	0,00	0,00

319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.257.204,74	9.689.176,77	12.131.957,53
319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
319013 - Obrigações Patronais	232.387,62	1.864.470,21	2.401.790,13
319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	40.652,59	164.131,77	181.304,84
319091 - Sentenças Judiciais	0,00	21.112,19	21.112,19
319094 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	2.537.659,23	11.763.269,58	14.760.543,33

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	21.112,19	21.112,19
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	21.112,19	21.112,19

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL			
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	28.663.941,07		
Limite prudencial - 51,30%	14.704.601,77		
Limite máximo - 54%	15.478.528,18		
Despesa bruta com pessoal (III)	14.760.543,33		
Despesas não computadas (IV)	21.112,19		
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	14.739.431,14		
Percentual aplicado em despesas com pessoal	51,42		
Limite prudencial (51,30%)	-34.829,37		
Limite máximo (54%)	739.097,04		

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 777.457,61, equivale a 2,71% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRIMENTO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
I) Pessoal Ativo	125.863,19	608.294,36	777.457,61
319004 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00
319009 - Salário Família	0,00	0,00	0,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	103.993,95	502.827,72	642.060,81
319012 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
319013 - Obrigações Patronais	21.869,24	105.466,64	135.396,80
319091 - Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
II) Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
319001 - Aposentadoria e reformas	0,00	0,00	0,00
319003 - Pensões	0,00	0,00	0,00
319005 - Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II)	125.863,19	608.294,36	777.457,61

2 - Despesas Não Computadas	No Bimestre	No Exercício	Acumulado
319091 - Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00	0,00
319092 - Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária	0,00	0,00	0,00
IV) Total Despesas Não Computadas	0,00	0,00	0,00

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL			
Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL)	28.663.941,07		
Limite prudencial - 5,70%	1.633.844,64		
Limite máximo - 6%	1.719.836,46		
Despesa bruta com pessoal (III)	777.457,61		
Despesas não computadas (IV)	0,00		
Despesa líquida com pessoal (III) - (IV)	777.457,61		
Percentual aplicado em despesas com pessoal	2,71		
Limite prudencial (5,70%)	856.387,03		
Limite máximo (6%)	942.378,85		

Catanduvas(SC), 20 de Dezembro de 2016

Gisa Aparecida Giacomini Prefeita	Caroline Joana Lesniewski Johann Assessor de controle Interno
--------------------------------------	--

Caxambu do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 21/2016

PORTARIA N.º 021/2016.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 16, inciso I, letra d, do Regimento Interno e do Decreto n.º 204/2016 – do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, na Câmara Municipal, no próximo dia 23 de dezembro de 2016 sexta-feira, tendo em vista, a festividade de final de ano – Natal – 25/12.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 22 de dezembro de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e publica-se.

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 506/16

DECRETO SAF/Nº. 506/16, de 15 de dezembro de 2016.

REAJUSTA VALORES REFERENTES À COBRANÇA DE SERVIÇOS PRESTADOS POR EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS A TERCEIROS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam reajustados os valores referentes serviços prestados a agricultores, com máquinas de propriedade do Município de Cocal do Sul, conforme Art. 4º da Lei n. 1.021, de 01 de dezembro de 2010, que passam a vigorar com os seguintes valores:

- a) hora trabalhada por máquina trator agrícola R\$ 40,00;
- b) hora trabalhada por máquina retro-escavadeira(agricultura) R\$ 56,00;
- c) hora trabalhada por máquina carregadeira R\$ 73,00;
- d) hora trabalhada caminhão HS R\$ 64,00;
- e) hora trabalhada patrôla R\$ 97,00.

Parágrafo único. Os valores mencionados no caput deste artigo foram reajustados pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, conforme Lei n. 1.021, de 01 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 507/16

DECRETO SAF/Nº. 507/16, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JONAS LOCH, portador do CPF nº. 480.765.209-59, Motorista de Ônibus ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 336/16, de 30 de junho de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 508/16

DECRETO SAF/Nº. 508/16, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

EDUARDO OLIVEIRA CAMPOS DE FARIAS, cirurgião dentista, nomeado pelo Decreto SAF/N. 357/16, de 11 de junho de 2016, a partir de 16 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 509/16

DECRETO SAF/Nº. 509/16, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JÉSSICA DUARTE PACHECO, portadora do CPF nº. 091.585.729-45, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 219/15, de 06 de março de 2015, a partir de 27 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 510/16

DECRETO SAF/Nº. 510/16, de 15 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MAGNA SANTANA SORATO, Professor Educação Infantil, nomeada pelo Decreto SAF/N. 94/03, de 06 de março de 2003, a partir de 15 de dezembro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 511/16

DECRETO SAF/Nº. 511/16, de 20 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO DE PESSOAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL – ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 60, de 15 de julho de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/Nº 51/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público do Quadro de Pessoal no Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul – E.S.F – Estratégia Saúde da Família, realizado de acordo com o Edital nº 002/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;

- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.
- Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.
- Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso publico o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.
- Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.
- Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

CIRURGIÃO DENTISTA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
4	257816	Graciela Jaques

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 88/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: GUIA COMÉRCIO DE CAMARAS DE AR E FERRAMENTAS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de homem x hora para serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade.

Assinatura: 06/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 93/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: POSTO COCAL DO SUL LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de combustíveis e solução ARLA-32, para uso da frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.240,00 (um mil e duzentos e quarenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO 69/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 69/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ALUNFER INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/PMCS/2016.

Objeto: Fornecimento e instalação de janelas em alumínio, para instalação no E.E.F. Cristo Rei, bairro Cristo Rei e E.E.F. Demétrio Bettiol, bairro Brasília, no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 19/12/2016.

Vigência: Início: 19/12/2016 Término: 15/03/2017.

Valor: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
07.01.2.011.3.3.90.00.00.00.00.00	49	Manutenção da Escola Básica

.

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 242/2016-PMC

Contrato Nº : 242/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 242/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Rua Barra Bonita, localizada na área urbana da localidade de mesmo nome, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 20/12/2016 Término: 29/04/2017

Assinatura : 20/12/2016

Valor R\$: 29.961,49 (Vinte e Nove Mil, Novecentos e Sessenta e Um Reais e Quarenta e Nove Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 244/2016-PMC

Contrato Nº : 244/2016

Aditivo Nº : 2TA CT 244/2016/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 19/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução dos serviços de pavimentação asfáltica na Rua Mato Grosso do Sul, no Bairro dos Estados e na Rua Deputado Carlos Buchele, no Bairro Vista Alegre, neste Município, contemplando os serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, serviços complementares e sinalização viária, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 29/11/2016 Término: 24/02/2017

Assinatura : 29/11/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 429 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 246/2016-PMC

Contrato Nº : 246/2015

Aditivo Nº : 7TA Ctr 246/2015/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITTER RODOVIAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 5/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou pavimentação asfáltica para execução de obra em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) para pavimentação asfáltica de diversas Ruas do Município (Rua "A" do Bairro Arvoredo, Santa Isaias, Olimpio Malacarne, Natal Campanin, Mogno, Antonio Fadion, Adolpho Alves da Rocha, Travessa Ancelmo Domingos Pagnocelli, Brasília, Caetano Pozzo, Gerson Luiz Piovezan, Minas Gerais, Paraná e Travessa Piauí), com recursos oriundos de financiamento com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA - BADESC, de acordo com o Memorial Descritivo, Projeto Básico e Relação de Lotes, constantes nos Anexos "D" e "E" deste Edital.

Vigência : Início: 22/12/2016 Término: 27/12/2016

Assinatura : 22/12/2016

Valor Acrescido R\$: 26.676,34 (Vinte e Seis Mil, Seiscentos e Setenta e Seis Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Valor Reduzido R\$: 36.585,55 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 118 - 08.001.1009.344905198000000.01830000

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 5/2016-PMC

Contrato Nº : 5/2016

Aditivo Nº : 1/2016

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS SUINOCULTORES CAT - COASC

Licitação : Concorrência para Concessões 5/2015

Objeto : MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, objetivando a seleção de empresas para outorga de concessão de direito real de uso de terrenos de propriedade desta municipalidade localizado em Alto Suruvi, a ser utilizado estritamente para os fins definidos no Anexo "A". A presente licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições constantes da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Municipal no 712, de 17 de dezembro de 2015, Lei Complementar Municipal no 253, de 27 de novembro de 2002 e Lei 4.678 de 25 de julho de 2014 alterada pela Lei nº 4.814, de 16 de novembro de 2015.

Vigência : Início: 14/03/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 22/12/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

PORTARIA FMC Nº 35/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 35/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Cleucir Sulenta, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 36/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 36/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ELIANE REGINA SUZIN, do cargo de provimento em comissão de Encarregada de Seção, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 37/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 37/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor JOSÉ ALBERTO MAZOCCO, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 38/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 38/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora KELLEN CRISTINA ROGGINA SILVEIRA CASADO, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 39/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 39/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e

alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora MAIRA RAQUEL VENTURA DA SILVA REFOSCO, do cargo de provimento em comissão de Encarregada de Seção, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 40/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 40/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ONEIDE FRÜHAUF ZUQUI, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da FMC

PORTARIA FMC Nº 41/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 41/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora SIRLEI ANGELINA POZZOBON, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 21 de dezembro de 2016
GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da FMC

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 29/2016

DECRETO Nº. 7.696, 22 de Dezembro de 2016.

REVOGA LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo ordenamento jurídico vigente:

Considerando, que o Município de Coronel Freitas deflagrou o Processo Licitatório n. 69/2016, na modalidade de Pregão Presencial identificado pelo n. 29/2016, para viabilizar a contratação de seguros para sua frota de veículos;

Considerando, que a proposta vencedora apresentou valores extremamente baixos para contratação, porém valores altíssimos de franquia;

Considerando, que tal manobra matemática prejudicou o objetivo da licitação que é contratar a proposta mais vantajosa;

Considerando, a necessidade de se evitar esse tipo de manobra;

DECRETA

Art. 1º. Reconhece o interesse público na revogação do Processo Licitatório n. 69/2016, na modalidade de Pregão Presencial identificado pelo n. 29/2016.

Art. 2º. Revoga o Processo Licitatório n. 69/2016, na modalidade de Pregão Presencial identificado pelo n. 29/2016.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

Corupá

PREFEITURA

CONTRATO Nº 175/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 106/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/16

CONTRATO Nº 175/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

ITAPOCÚ TERRAPLAGEM E COMÉRCIO DE AREAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.029.557/0001-58 e inscrição Estadual nº 256.865-17, estabelecida na Rua Roberto Seidel nº 502, bairro João Tozini, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC na execução dos serviços em diversas localidades do Município, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$131.355,00 (Cento e trinta e um mil e trezentos e cinquenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 28/11/2016

Data da Vigência: 12 meses.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 176/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 115/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 022/16

CONTRATO Nº 176/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 14.137.396/0001-28, situada na Rua Feliciano Bortolini, nº 210, bairro Barra do Rio Cerro, CEP 89260-180, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIARIA HORIZONTAL NAS RUAS DO MUNICIPIO DE CORUPÁ.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 14.416,00 (quatorze mil e quatrocentos e dezesseis reais)

Data da Assinatura: 06/12/2016

Data da Vigência: 31/12/2016.

LORIANO ROGERIO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 177/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 116/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 023/16

CONTRATO Nº 177/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Donna Bella Administradora de Bens, inscrita no CNPJ sob o nº 09.009.296/0001-86, estabelecida na Rua XV de Novembro, 100, Bairro Centro - CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Locação de (01) um apartamento localizado na Av. Getúlio Vargas nº 548, Apto 20, no Edifício Bella Flor, bairro Centro, destinado para acomodação da médica Eva Adriana do Nascimento, participante do Programa "Mais Médicos Para o Brasil" instituído pela Medida Provisória nº 621 de 08 de julho de 2013, e conforme a Lei Municipal nº 2135/13 de 13 de dezembro de 2013.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 14.400,00 (Quatorze Mil e Quatrocentos Reais) correspondente ao valor R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais) mensais.

Data da Assinatura: 12/12/2016

Data da Vigência: 12/12/2017.

LORIANO ROGERIO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 178/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 110/2016

Convite nº 002/16

CONTRATO Nº 178/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 86.857.174/0001-90 e inscrição Estadual nº 252.767.810, estabelecida na Rua 28 de agosto nº 2564, bairro Amizade, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de KIT PARQUE INFANTIL, BANCOS DE JARDIM E CARROSSEL em diversas localidades no Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 41.660,00 (Quarenta e Um Mil e Seiscentos e Sessenta Reais).

Data da Assinatura: 02/12/2016

Data da Vigência: 31/12/2016.

LORIANO ROGERIO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5640 2016 PONTO FACULTATIVO NATAL E ANO NOVO

DECRETO Nº 5640/2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 23, 26 E 30 DE DEZEMBRO DE 2016, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990,

Considerando as festividades natalinas e de final de ano;

Considerando as providências a serem adotadas pela Administração Municipal quanto ao final de mandato por determinação da Norma legal vigente;

Considerando a complexa e volumosa matéria quanto a elaboração de relatórios e demais documentos a serem entregues ao futuro Gestor Municipal; e,

Considerando o interesse público municipal na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nos dias 23, 26 e 30 de dezembro de 2016, nas repartições públicas do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, com exceção do Hospital Municipal que adotará regime de Plantão, em decorrência das comemorações de Natalinas e final de Ano.

Art. 2º Tendo em vista o encerramento do ano e final de mandato, ficam convocados todos os Servidores Municipais pertencentes a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda bem como do Gabinete do Prefeito, para prestarem expediente interno nos respectivos dias, objetivando ao cumprimento das exigências legais.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 22/12/2016

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 010/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2016.

Dispõe sobre a Lei orgânica do Município e Doutor Pedrinho

LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER, Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1 - Fica aprovada a Lei Orgânica do Município devidamente promulgado , que passa a vigorar da seguinte forma:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

PREÂMBULO

A Câmara Municipal do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em nome de sua comunidade e para assegurar, no âmbito de autonomia municipal, os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, promulga, sob a proteção de Deus, a seguinte Lei Orgânica do Município de Doutor Pedrinho.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Doutor Pedrinho, em união indissolúvel à República Federativa do Brasil e ao Estado de Santa Catarina, assume a esfera local do Governo, dentro do Estado Democrático de Direito e fundamenta sua experiência no seguinte:

- I - autonomia;
- II - cidadania;
- III - dignidade da pessoa humana;
- IV - valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - pluralismo político;
- VI - território próprio.

Parágrafo Único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, diretamente, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art.3º São objetivos do Município de Doutor Pedrinho:

- I - a constituição de uma comunidade livre, justa e solidária;
- II - a garantia do desenvolvimento local, integrado ao desenvolvimento regional e nacional;
- III - a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais;
- IV - a promoção do bem-estar de todos, sem preconceito de origem, de raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação;
- V - o aperfeiçoamento de sua comunidade, prioritariamente pela educação;
- VI - a garantia do desenvolvimento local, sem prejuízo dos sistemas ecológicos.

Art. 4º O município de Doutor Pedrinho, rege-se pelos seguintes princípios:

- I - autonomia municipal;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - defesa da democracia;
- IV - igualdade entre os bairros distritos e regiões;
- V - repúdio ao terrorismo, à violência, ao tóxico e ao racismo;
- VI - cooperação entre os municípios para o progresso da comunidade;
- VII - solução política dos conflitos;
- VIII - integração econômica, política, social e cultural dos municípios brasileiros;
- IX - poder de associar-se aos municípios limítrofes e ao Estado para planejamento, organização e execução de projetos de interesse comum.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

Art. 5º O Município de Doutor Pedrinho, parte integrante da Federação, é uma unidade do território do Estado de Santa Catarina, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia, nos termos da Constituição Federal.

Art. 6º Os limites do território do Município só poderão ser alterados na forma estabelecida pela Constituição Federal, Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.

§ 1º A criação, a organização e a supressão de distritos é de competência do Município, observada a legislação estadual, a consulta plebicitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

§ 2º A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de Vila.

Art. 7º São símbolos do Município de Doutor Pedrinho, o Brasão, a Bandeira, o Hino Municipal e outros, representativos de sua cultura e História, estabelecidos em Lei Municipal.

Art. 8º O Município de Doutor Pedrinho defenderá os direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal, para garantir aos munícipes o direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à assistência social, à proteção, à maternidade, à proteção da criança, do adolescente e do idoso, aos desempregados, aos políticos e aos deficientes físicos e mentais.

Art. 9º Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.
Parágrafo Único - Lei municipal disporá sobre administração, alienação, aquisição e uso dos bens municipais.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 10 Compete ao Município de Doutor Pedrinho:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo de obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual e esta Lei Orgânica;

V - organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo os de transportes coletivos que têm caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, que será regulamentado por lei complementar;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, sendo observada a legislação e a fiscalização federal e estadual;

X - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

XI - abastecimento de água e esgoto sanitário;

XII - cemitério e serviços funerários para indigentes;

XIII - iluminação pública;

XIV - limpeza das vias públicas, coleta domiciliar de lixo e destinação final;

XV - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XVI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XVII - promover a cultura e a recreação desportiva;

XVIII - fomentar a produção agrícola e agropecuária;

XIX - plano do desenvolvimento rural, que será planejado, executado e avaliado por um Conselho escolhido pela Câmara Municipal de Vereadores;

XX - disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais, cuja conservação seja de competência do Município;

XXI - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXII - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, o perímetro urbano; determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória dos veículos de transportes coletivos;

XXIII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIV - instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e adolescente;

XXV - amparar de modo especial, os idosos e os portadores de deficiências;

XXVI - estimular a participação popular na formação da política pública e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo e projetos de organização comunitária, nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;

XXVII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares, de pronto-socorro, com recursos próprios ou mediante convênios com entidades especializadas;

XXVIII - realizar programas de alfabetização;

XXIX - realizar atividades de defesa civil, inclusive de combate a incêndios e acidentes naturais, em coordenação com o Governo e o Estado;

XXX - abertura, pavimentação e conservação de vias;

XXXI - construção e conservação de estradas, parques e jardins;

XXXII - edificação e conservação de prédios públicos municipais;

XXXIII - conceder licença para:

a) fixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;

b) exercício de comércio eventual ou ambulante;

c) realização de jogos, espetáculos, divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;

d) prestação de serviços de taxas.

§ 1º O Município exercerá com autonomia, todas as atribuições a ele conferidas, a título de competência suplementar e comum, observadas as Constituições Federal e Estadual.

§ 2º Além das competências previstas no artigo anterior, o Município entrará em cooperação com a União e o Estado, para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

Art. 11 É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinção ou preferências entre brasileiros.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 12 O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo Único - É vedado aos poderes municipais a delegação recíproca, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 13 O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional de votos, direto e secreto.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá duração de quatro anos, compreendendo, cada ano, uma sessão legislativa.

Art. 14 O número de Vereadores será proporcional à população do Município, obedecidos os limites da Constituição Federal

Art. 15 Salvo disposição em contrário, as deliberações da Câmara Municipal são tomadas por maioria absoluta de votos, estando presentes a maioria dos seus membros.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16 Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente:

I - deliberar sobre assuntos de interesse local;

II - instituir tributos municipais;

III - autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dúvidas;

IV - votar o orçamento plurianual e o orçamento anual de investimentos, a lei de diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

V - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos, bem como a forma e os meios de pagamento;

VI - autorizar a concessão de auxílio e subvenções;

VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão de serviços públicos;

IX - autorizar a concessão administrativa do uso de bens municipais;

X - autorizar a alienação de bens móveis;

XI - autorizar a aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação sem encargos;

XII - criar, alterar e extinguir cargos e empregos públicos municipais e fixação da respectiva remuneração;

XIII - aprovar o plano diretor de desenvolvimento integração;

XIV - criar a Guarda Municipal nos termos da Constituição Federal, fixar e modificar seu efetivo;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

XVII - autorizar a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVIII - dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária;

XIX - exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

XX - criar estruturas e conferir atribuições às Secretarias e/ou Diretorias, equivalentes a órgãos da administração pública;

XXI - estabelecer normas urbanísticas, particulares e as relativas a zoneamentos e loteamentos;

XXII - normatizar, em Lei Complementar, a iniciativa popular, de projetos de Lei de interesse do Município, da cidade, dos distritos, nos termos da Constituição Federal;

XXIII - criar, transformar, extinguir e estruturar empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais;

XXIV - organizar as funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;

XXV - Os crimes de responsabilidade e as infrações político-administrativas do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Vereadores e Servidores municipais serão definidos na legislação federal;

XXVI - suplementar a legislação federal e estadual.

Art. 17 Compete, previamente, à Câmara Municipal:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - eleger sua mesa diretora;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipais;

IV - dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

V - conceder licença ao Prefeito, Vice-Prefeito aos Vereadores, para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

VII - fixar a remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, em cada Legislatura para a subsequente, nos termos da Constituição Federal, noventa (90) dias antes das eleições municipais;

VIII - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração, estabelecendo o prazo de (30) dias para prestá-las, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado;

IX - convocar os secretários municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluindo o da administração indireta;

XI - zelar para a preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XII - julgar anualmente as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais;

XIII - proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à câmara Municipal até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano;

XIV - representar junto ao Ministério Público por dois terços de seus membros, e instaurar processos contra o Prefeito, Vice-Prefeito e secretários municipais, pela prática de crimes contra a administração pública, de que tomar conhecimento;

XV - aprovar a escolha de titulares de cargos que a lei determinar, previamente, e por voto secreto;

XVI - apreciar os atos de concessão ou permissão e os de renovação de concessão e renovação de serviços de transportes coletivos;

XVII - mudar, temporariamente, a sua sede;

XVIII - resolver, definitivamente, sobre convênios consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

XIX - processar e julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito nos casos previstos em lei;

XX - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado, que se inclua no âmbito da competência municipal, sempre que requerido por pelo menos um terço de seus membros;

XXI - autorizar referendos e plebiscitos;

XXII - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos e nos termos da Constituição Federal, desta lei Orgânica e na

legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;

XXIII - autorizar a realização de empréstimos, operação ou acordo externo, de qualquer natureza, de interesse do Município;

XXIV - deliberar sobre adiantamento e suspensão de suas reuniões;

XXV - conceder TÍTULO de cidadão honorário ou conferir homenagem a Pessoas ou entidade que tenham prestado relevantes serviços ao Município, mediante voto secreto de dois terços dos membros da Câmara, em sua fase de proposta;

XXVI - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XXVII - a Câmara Municipal delibera, mediante resolução sobre assuntos de sua economia interna e nos casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo;

XXVIII - alterar a presente Lei Orgânica, por iniciativa de pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal com aprovação de dois terços de sua composição.

Parágrafo Único - o não atendimento, no prazo estipulado nos incisos VIII e XIV, faculta ao Presidente da Câmara Municipal solicitar, de acordo com a legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

Art. 18 A Câmara Municipal, nos períodos de recesso, poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou por dois terços (2/3) dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante.

SEÇÃO III

DAS SESSÕES DA CÂMARA

Art. 19 A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 01 de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

§ 1º As sessões marcadas para essas datas, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º A Câmara Municipal reunir-se-á, em Sessão de Instalação Legislativa, dia 1º de janeiro de cada ano subsequente à eleição municipal, às 17:00 (dezessete horas), para Sessão Solene de Posse de seus Membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e para a eleição da Mesa Diretora. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2000)

§ 4º A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á por seu Presidente, pelo Prefeito ou a requerimento da maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§ 5º A convocação da Câmara extraordinariamente em período de recesso, dar-se-á apenas pelo Prefeito, conforme regimento interno.

§ 6º A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o seu regimento interno, e serão remuneradas de acordo com o estabelecido em legislação específica.

§ 7º As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria de seus membros, quando ocorre motivo relevante.

§ 8º Nas sessões extraordinárias, a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual for convocada.

§ 9º As sessões só poderão ser abertas com a presença de no mínimo, um terço dos membros da Câmara, pelo Presidente e na sua ausência pelo Vice-Presidente, ou por qualquer membro da Câmara quando o Vice-Presidente estiver ausente.

§ 10 Considerar-se-á presente o Vereador que assinar o livro ou folha de presença até o início da ordem do dia e participar das votações.

SEÇÃO IV

DA MESA DIRETORA E DAS COMISSÕES

Art. 20 A Mesa Diretora será composta de um Presidente, um Vice Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos para um mandato de um ano, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, na mesma Legislatura e cujas atribuições serão definidas pelo Regimento Interno.

Parágrafo Único - As competências, as atribuições, formas de substituições, eleições, posse e distribuição dos Membros da Mesa Diretora, serão definidos no Regimento Interno.

Art. 21 O Presidente representa o Poder Legislativo, judicial e extrajudicialmente.

Art. 22 A Câmara terá comissões legislativas permanentes, temporárias e especiais, constituídas na forma e com atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 23 Fica assegurado o princípio de representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara na composição das comissões legislativas permanentes, temporárias e especiais.

Art. 24 As comissões terão forma e matéria de sua competência definidas pelo regimento interno, no ato de que resultar a sua criação.

Art. 25 As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno, serão criadas mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

SEÇÃO V

DOS VEREADORES

Art. 26 Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 27 Os Vereadores não são obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou delas receberam informações.

Art. 28 O Vereador não pode:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contato com pessoa jurídica de direito público, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme;

b) aceitar e exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutun" nas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de uma empresa que goze de favor, decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutun", nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) ser titular de mais de um cargo ou mandato efetivo federal, estadual ou municipal.

Art. 29 Perde o mandato o Vereador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
 - II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
 - III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa, salvo licença ou missão por esta autorizado;
 - IV - que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;
 - V - quando o decretar a justiça eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
 - VI - que sofrer condenação criminal, em sentença definitiva e transitada em julgado;
 - VII - que deixar de residir no Município;
 - VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido pelo Regimento Interno;
- § 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos pelo Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara Municipal ou percepção de vantagens individuais.
- § 2º O Vereador, investido do cargo de Secretário Municipal, não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.
- § 3º O Vereador licenciado, não perderá o mandato na Câmara, por motivo de doença, ou para tratar de assuntos de seu interesse particular, sem remuneração, desde que, no último caso o afastamento não ultrapasse cento e vinte (120) dias, por sessão legislativa.
- § 4º O suplente deverá ser convocado em todos os casos de vaga ou licença, nos termos do regimento interno.
- § 5º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze (15) meses para o término do mandato, a Câmara representará à Justiça Eleitoral para a realização de eleições, para preenchê-la.
- § 6º Na hipótese de investidura no cargo de Secretário Municipal, o Vereador pode optar pela remuneração do mandato.
- § 7º. – Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, mediante iniciativa da Mesa Diretora ou de Partido Político com representação na Casa, assegurada ampla defesa.
- § 8º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VII e VIII a perda é declarada pela Mesa Diretora da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político, representado na Casa, assegurada ampla defesa.
- § 9º Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

SEÇÃO VI

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 O processo Legislativo compreende:

- I - emendas à Lei Orgânica do Município;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - Resoluções.

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 31 A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta:

- I - de todas as lideranças de bancada, de Bloco Parlamentar e de Governo;
- II - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- III - do Prefeito Municipal;
- IV - de iniciativa popular, subscrita por, pelo menos, cinco por cento (5%) do eleitorado do Município.

§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços (2/3) dos membros da Casa ou da Câmara Municipal.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º A matéria, constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

§ 4º A emenda à Lei Orgânica não pode ser proposta na vigência de estado de sítio ou de intervenção municipal.

SUBSEÇÃO III

DAS LEIS

Art. 32 A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou à Comissão Legislativa Permanente, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma prevista nesta Lei Orgânica.

§ 1º são de iniciativa privada do Prefeito, as Leis que:

- I - fixem ou modifiquem o efetivo da guarda municipal;
- II - disponham sobre:
 - a) criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica e de sua remuneração;
 - b) servidores públicos do município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
 - c) criação e estruturação e atribuição dos órgãos de administração pública municipal;
 - d) plano plurianual;
 - e) a lei das diretrizes orçamentais;
 - f) os orçamentos anuais.

§ 2º. – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei subscrito por cinco por cento do total do eleitorado, quando for de interesse do Município, e de cinco por cento do eleitorado residente na cidade, no distrito, ou bairro, respectivamente, quando se tratar de interesse específico das mencionadas unidades geográficas, na forma do Regimento Interno.

Art. 33 Em caso de relevância e urgência, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, à Câmara Municipal que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

§ 1º As medidas provisórias perderão a eficácia, desde a sua edição se não forem convertidas em lei, no prazo de trinta (30) dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 2º Os casos de relevância e urgência, para fins de adoção de medidas provisórias, serão aqueles decididos pelo conselho do município,

reunido para esses fins, em reunião especialmente convocada e com deliberação de, pelo menos, a maioria absoluta de seus membros.

Art. 34 As Leis Complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - são Leis Complementares, dentre outras, a esta Lei Orgânica, aquelas concernentes às seguintes matérias:

I - Código Tributário do Município;

II - Plano do Desenvolvimento Integrado;

III - Código de Obras e Edificações;

IV - Código de Zoneamento Urbano e direitos complementares de uso e ocupação do solo;

V - Código de Parcelamento das Terras;

VI - Código de Posturas;

VII - Estatuto dos Servidores Municipais e Plano de Carreira;

VIII - Lei Orgânica da Guarda Municipal;

IX - lei de criação de cargos, funções, ou empregos públicos, da administração direta, autárquica e fundacional;

X - concessão de serviço público;

XI - concessão de direito real de uso;

XII - alienação de bens imóveis;

XIII - aquisição de bens imóveis por doação com encargos;

Art. 35 - Não será admitida o aumento da despesa ou redução de receita nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Art. 36 O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de trinta (30) dias.

§ 1º - Decorridos sem deliberação o prazo fixado no "caput" deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia para que se ultime sua votação, na forma do Regimento Interno da Câmara.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior, não ocorre nos períodos de recesso, nem se aplica aos projetos de códigos.

Art. 37 O projeto aprovado em um só turno de votação, será no prazo de dez (10) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que, concordando, o sancionará e promulgará no prazo de quinze (15) dias úteis.

Art. 38 Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses públicos, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze (15) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 1º O veto deverá ser justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º As razões alusivas ao veto serão apreciadas, no prazo de trinta (30) dias, contados ao seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação na forma estabelecida no Regimento Interno.

§ 4º - Esgotado sem deliberação, o prazo previsto no parágrafo segundo deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a votação final, na forma do que dispõe o Regimento Interno da Câmara.

§ 5º. Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado Prefeito em quarenta e oito (48) horas, para promulgação.

§ 6º Se o Prefeito não promulgar a Lei em quarenta e oito (48) horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição de veto, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§ 7º A lei promulgada, nos termos do parágrafo anterior, produzirá seus efeitos a partir da sua publicação.

§ 8º Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara, serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número de lei original, observado o prazo estipulado no § 6º.

§ 9º O prazo previsto no § 2º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10 A manutenção do veto, não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 39 A matéria constante do projeto da lei rejeitada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 40 As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentais e o orçamento.

§ 2º A delegação ao Prefeito terá a forma de Decreto Legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º Se o Decreto Legislativo determinar a apreciação do Projeto pela Câmara Municipal, esta a fará, em votação única, vedada qualquer emenda.

SEÇÃO VII

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 41 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades de administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicamente, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo Único - Prestará contas à Câmara Municipal, qualquer pessoa física, ou entidade pública, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária, que envolva dinheiro.

Art. 42 O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.

§ 1º As contas deverão ser apresentadas até noventa dias do encerramento do exercício financeiro.

§ 2º Se até esse prazo não estiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Finanças, o fará em trinta dias.

§ 3º Apresentadas as contas, o Presidente da Câmara as colocará, pelo prazo de sessenta (60) dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, na forma da lei e do regimento interno.

§ 4º Vencido o prazo do parágrafo anterior, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

§ 5º Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Finanças, sobre ele e sobre as contas, dará seu parecer em quinze (15) dias.

§ 6º Somente pela decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de contas.

Art. 43 A Comissão Permanente de Finanças, diante de indícios das despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados, ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar, de autoridade responsável que no prazo de cinco (5) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão Permanente de Finanças solicitará ao Tribunal de Contas, pronunciamento conclusivo sobre a matéria, em caráter de urgência.

§ 2º Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a Comissão Permanente de Finanças, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável, ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara Municipal a sua sustação.

Art. 44 Os poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal.

§ 3º A Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal, tomando conhecimento de irregularidades ou ilegalidades, poderá solicitar informações à autoridade competente responsável que, no prazo de cinco (5) dias, conforme previsto no artigo anterior.

§ 4º Optando o Tribunal de Contas, pela existência de irregularidade ou ilegalidade, a Comissão Permanente de Finanças, proporá à Câmara Municipal, as medidas que julgar convenientes a situação.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 45 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com funções políticas e administrativas.

Art. 46 A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para mandato de quatro (4) anos, dar-se-á mediante pleito direto e simultâneo, no último ano de exercício do mandato dos seus antecessores, dentre brasileiros maiores de vinte e um (21) anos e no exercício de seus direitos políticos.

§ 1º Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 2º A eleição do Prefeito importará na do Vice-Prefeito, com ele registrado.

Art. 47 O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, tomarão posse e assumirão o exercício na sessão solene de instalação da Câmara Municipal, no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição.

§ 1º Se decorridos dez dias da data fixada, salvo motivo de força maior, não tiver o Prefeito assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§ 3º O Prefeito e o Vice-Prefeito, estes quando remunerados deverão desincompatibilizar-se no ato da posse. Quando não remunerado, o Vice-Prefeito cumprirá essa exigência ao assumir o exercício do cargo.

Art. 48 O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§ 1º O Vice-Prefeito além de outras atribuições que lhe forem atribuídas por Lei Complementar, auxiliará o Prefeito, sendo que por ele convocado para missões especiais.

§ 2º A investidura do Vice-Prefeito, em secretaria municipal, não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior.

Art. 49 Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 50 Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á nova eleição, noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do mandato a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da abertura da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

§ 2º Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de mandato dos antecessores.

Art. 51 O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze (15) dias, sob pena de perda do cargo.

§ 1º O Prefeito ao ausentar-se do Município pelo período superior a cinco dias úteis deverá passar o cargo ao Vice-Prefeito ou a quem de direito, e comunicar à Câmara Municipal. (Parágrafo Único renumerado para § 1º pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/1991)

§ 2º A cada período de um ano, o Prefeito Municipal terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias de férias remuneradas, podendo estas serem gozadas em períodos alternados não inferiores a 10 dez dias. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/1991)

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 52 Compete privativamente ao Prefeito:

I - nomear e exonerar os secretários municipais, titulares de distrito e órgãos da administração descentralizada e, de acordo com a lei ou estatuto, os dirigentes da administração municipal;

II - exercer com auxílio dos secretários municipais, a direção superior da administração municipal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - enviar à câmara Municipal as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e plurianuais do Município;

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

VI - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VIII - comparecer ou remeter mensagem e os planos de governo à Câmara Municipal, por ocasião de abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;

IX - prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco (45) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

- X - prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei;
 - XI - representar o Município em juízo ou fora dele por intermédio da Procuradoria Geral do Município, na forma estabelecida em lei complementar;
 - XII - celebrar com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, convênios na forma da lei;
 - XIII - decretar, nos termos da lei, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;
 - XIV - prestar à câmara, dentro de trinta dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção de dados solicitados;
 - XV - publicar até trinta (30) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
 - XVI - entregar à Câmara Municipal, até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias.
 - XVII - solicitar o auxílio de forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como, fazer uso da guarda municipal, na forma da lei;
 - XVIII - decretar estado de calamidade pública, ou estado de emergência, sempre que ocorrerem fatos que justifiquem tais medidas;
 - XIX - convocar extraordinariamente a Câmara;
 - XX - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;
 - XXI - requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidores públicos municipais, omissos ou remissos na prestação de contas dos dinheiros públicos;
 - XXII - superintender a arrecadação de tributos e valores, bem como a guarda e a aplicação de receitas, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;
 - XXIII - aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevâncias, quando for o caso;
 - XXIV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
 - XXV - resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou representações que lhe forem dirigidos.
- § 1º O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XII, XXII, XXIII e XXV deste artigo.
- § 2º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, seguindo seu único critério, avocar a si a competência delegada.
- Art. 53 No ato da posse e no término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declarações públicas de seus bens, que serão transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para conhecimento público.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES DO PREFEITO

Art. 54 Os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício ou decorrência de seu cargo, por infrações penais comuns, ou de responsabilidade, serão julgadas perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará Comissão Especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta (30) dias, deverão ser apreciados pelo plenário.

§ 2º - Admitida a acusação contra o Prefeito Municipal por 2/3 (dois terços) da Câmara será ele submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado por infrações penais comuns e por crime de responsabilidade e perante a Câmara Municipal nas infrações político-administrativas.

§ 3º O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça, que cessará se, no prazo de cento e oitenta (180) dias, se não tiver concluído o julgamento.

Art. 55 são crimes de responsabilidade os atos do Prefeito Municipal que atentem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica, especialmente, contra:

- I - a existência da União, do Estado e do Município;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a probidade na administração;
- V - a lei orçamentária;
- VI - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo Único - Esses crimes são definidos em lei complementar, que estabelecerá as normas do processo e do julgamento.

SEÇÃO IV

DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 56 Os secretários municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos, cabendo à lei complementar dispor sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias.

SEÇÃO V

DO CONSELHO DO MUNICÍPIO

Art. 57 O Conselho do Município é órgão superior de consulta do Prefeito e dele participam:

- I - o Vice-Prefeito;
- II - o Presidente da Câmara;
- III - os líderes dos partidos, dos blocos parlamentares e do governo na Câmara Municipal;
- IV - os secretários municipais e os de cargo correspondente na Câmara Municipal;
- V - seis cidadãos brasileiros, com mais de 35 anos de idade, sendo três nomeados pelo Prefeito Municipal e três eleitos pela Câmara Municipal, todos com mandato de dois anos vedada a recondução.

Art. 58 Compete ao Conselho do Município pronunciar-se sobre:

- I - os casos de relevância e urgência das medidas provisórias baixadas;
- II - questões relevantes de interesse do Município.

Art. 59 O Conselho será convocado pelo Prefeito, sempre que entender necessário.

SEÇÃO VI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 60 A Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa o Município, judicial e extrajudicialmente, com advocacia geral, cabendo-lhe, ainda, nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo e, privativamente, a execução da dívida ativa de natureza tributária.

Art. 61 A Procuradoria Geral do Município reger-se-á por lei complementar e tem por chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo

Prefeito Municipal, de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e, preferencialmente, com experiência em áreas diversas da administração municipal.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 A Administração Municipal compreende:

I - administração direta: secretaria ou órgãos equivalentes;

II - administração indireta: entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Parágrafo Único - As entidades compreendidas na administração indireta são criadas por lei.

Art. 63 A administração Municipal, direta ou indireta, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e também aos demais princípios e preceitos da Constituição Federal sobre administração pública.

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 64 O Município estabelecerá, em lei, o regime jurídico único dos servidores públicos municipais, da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, atendendo às disposições, aos princípios e aos preceitos que lhes são aplicáveis pela Constituição Federal, e a esta Lei Orgânica, vedada qualquer outra vinculação de trabalho, a não ser a instituída no regime único, e, especialmente:

I - o Município adotará política de oportunidade de crescimento profissional aos seus servidores, bem como proporcionará remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso de escalão superior;

II - o Município veda a conversão de férias em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Legislação Federal;

III - o Município assegurará empregos a pessoas portadoras de deficiências cujos critérios serão definidos em lei.

Parágrafo Único - Lei ordinária, de iniciativa do Prefeito Municipal, estabelecerá o Estatuto do Servidor Público Municipal, com abrangência a toda categoria ou classe de servidores.

Art. 65 O Município estabelecerá em lei Plano de Carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

SEÇÃO III

DAS OBRAS E DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 66 A realização de obras públicas municipais deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor e as diretrizes das leis orçamentárias.

Art. 67 Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a administração municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo a terceiros sempre que conveniente ao interesse público, verificando que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida para o seu desempenho.

§ 1º A permissão de serviços públicos ou de utilidade pública, sempre a TÍTULO precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados, para a escolha do melhor pretendente, e a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato precedido de concorrência.

§ 2º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Art. 68 Lei disporá sobre:

I - regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviços adequados;

V - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos, ou de utilidade pública, deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa remuneração.

Art. 69 Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, empresas e alienações, serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 70 O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, ou mediante consórcio com outros Municípios.

Parágrafo Único - A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

SEÇÃO IV

ATOS MUNICIPAIS

Art. 71 Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer.

§ 1º A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais.

§ 2º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.

§ 4º Sem prejuízo da publicação de que trata este artigo, as leis e decretos também deverão ser disponibilizados em sítio da rede mundial de computadores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 03, de 24 de Setembro de 2013)

Art. 72 Os atos administrativos de competência do Prefeito Municipal dar-se-ão:

I - por decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

a) regulamentação de lei;

b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;

c) abertura de créditos extraordinários na forma da lei;

- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa, na forma de lei;
 - e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizados em lei;
 - f) definição de competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
 - g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
 - h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
 - i) fixação e alteração dos preços dos servidores públicos prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
 - j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais, autorizados em lei;
 - k) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
 - l) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos em lei;
 - m) medidas executórias do Plano Diretor;
 - n) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos da lei;
- II - por portaria, quando se tratar de:
- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores públicos municipais;
 - b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
 - c) criação de comissões e designação de seus membros;
 - d) instituição de grupos de trabalho;
 - e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa, autorizada em lei;
 - f) abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
 - g) outros atos que, por sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo Único - Poderão ser delegados os atos constantes do Item II deste artigo.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SEÇÃO I

DA RECEITA MUNICIPAL

Art. 73 A receita pública municipal constitui-se dos recursos ordinários e extraordinários locais, os estabelecidos pelas normas constitucionais e gerais de direito tributário.

Art. 74 O Poder Público Municipal, por ato próprio, poderá instituir preços, consideradas as rendas provenientes de serviços de natureza industrial, comercial ou civil, suscetíveis de exploração econômica.

§ 1º Os preços de que trata este artigo serão cobrados pelo valor aproximado e se caracterizam pela sua utilização, utilidade determinada segundo critérios econômicos e decorrem de uma relação jurídica contratual.

§ 2º Os preços podem ser alterados em qualquer época do ano, sempre que houver modificação nos fatores de custo de operação ou redução.

Art. 75 Nenhum contribuinte está obrigado ao pagamento de qualquer tributo, lançado sem aviso prévio ou notificação, na forma estabelecida em lei municipal, assegurada a interposição de recurso próprio.

Art. 76 É facultada ao Município a criação de órgão de composição paritária, com atribuição de decidir em grau de recurso, as reclamações relativas às questões tributárias.

SEÇÃO II

DESPESA PÚBLICA

Art. 77 O Município proverá as necessidades de seu Governo e de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado, para fins de cooperação intergovernamental e execução de recursos.

Art. 78 São despesas municipais as destinadas ao custeio de seus serviços e encargos, às transferências e à execução de obras e serviços ao Município, destinadas à satisfação das necessidades públicas locais.

Art. 79 Nenhuma despesa será realizada, sem a devida cobertura orçamentária ou de créditos adicionais.

Art. 80 A União e o Estado não poderão atribuir encargos ao Município, nem obrigá-lo a despesas, sem proporcionar-lhe os meios, salvo a hipótese de realização de convênio ou acordo para execução de serviços de interesse comum.

SEÇÃO III

DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 81 As operações de crédito, de qualquer natureza, realizadas pelo Município, observarão as normas fixadas na legislação federal pertinente.

Art. 82 A obtenção de empréstimos ou financiamentos, pelo Município, suas fundações e entidades de administração indireta, só poderão ser efetivados mediante autorização legislativa, em que se especifiquem a destinação, o valor e o prazo da operação, a taxa de remuneração do capital e a época dos pagamentos, e espécies dos títulos e a forma de resgate.

Art. 83 Os empréstimos destinados a estabilizar o fluxo de recursos financeiros, autorizados no orçamento anual não podem exceder de 25% (vinte e cinco por cento) da receita total estimada para o exercício em que forem realizados.

Art. 84 O Município, suas fundações e entidades de administração indireta, por ela mantidas, mediante transferência de dotações orçamentárias, farão constar dos respectivos orçamentos anuais, dotações destinadas especificamente ao pagamento de juros, amortização ou resgate das obrigações decorrentes do empréstimo ou financiamento.

Art. 85 O Município centralizará o controle da dívida interna ou externa de suas fundações e entidades da administração indireta, de forma a facilitar sua administração.

Art. 86 O Município, observadas as normas gerais de direito financeiro, estatuídas pela União, pode alterar as características da dívida pública, mediante consolidação da dívida flutuante e por conversão ou reescalonamento da dívida fundada, segundo condições estabelecidas em lei.

Art. 87 É facultado ao Município antecipar o resgate da dívida pública, total ou parcialmente, na forma da lei.

SEÇÃO IV

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 88 Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial Urbano;

II - Imposto sobre a Transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso:

- a) de bens imóveis por natureza ou acessão física;
- b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- c) cessão de direitos a aquisição de imóveis.

III - Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos exceto o óleo diesel;

IV - Imposto sobre serviços de qualquer natureza, não incluídos na competência estadual;

V - Taxas:

a) em razão do exercício do Poder de Polícia;

b) pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição;

VI - contribuição para o custeio de sistemas de previdência e assistência social.

§ 1º O imposto previsto no inciso I, deste artigo, será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

a) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante, do adquirente, for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b) incide sobre imóveis situados na zona territorial do Município.

§ 3º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 4º A contribuição prevista no inciso VII será cobrada dos servidores municipais e em benefício destes.

SEÇÃO V

DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

Art. 89 É vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar títulos:

a) relativamente a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - estabelecer limitações ao trânsito de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

V - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviço da União ou do Estado;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviço de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades judiciais, dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais e periódicos;

VI - utilizar tributos com efeito de confisco;

VII - estabelecer diferenças tributárias entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º A vedação do inciso V, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder público, no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou às delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso V, alínea "a" e a do parágrafo anterior, se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas, regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas, pelo usuário e nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º As vedações expressas no inciso V, alíneas "b" e "c", compreendem apenas o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º A lei determinará medidas em que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.

§ 5º Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei municipal específica, apreciada pela Câmara Municipal.

SEÇÃO VI

DO ORÇAMENTO

Art. 90 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setorizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações da legislação tributária.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta (30) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 91 A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes municipais, fundos, órgãos e entidades da administração indireta, inclusive fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculados, da administração direta ou indireta, bem como fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária será instruído com demonstrativo setorizado de efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição

a autorização para a abertura de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 92 Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais, serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º Caberá à Comissão de Finanças:

I - examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem assim sobre as contas apresentadas pelo Prefeito.

II - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas pela Câmara Municipal.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual ou de créditos adicionais, somente poderão ser aprovadas quando:

I - compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluído os que incidem sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívida.

III - relacionados com a correção de erros ou omissões.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias somente poderão ser aprovadas quando compatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O poder executivo poderá enviar mensagem à câmara para propor modificações nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do Plano Plurianual, o das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, obedecidos os critérios a serem estabelecidos em Lei Complementar.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e especificada autorização legislativa.

Art. 93 são vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Municipal, por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, ressalvada a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelecido na Constituição Federal, e a proteção de garantias a operações de crédito por antecipação da receita;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 94 Os recursos correspondentes a dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, lhes serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei.

Art. 95 A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder aos limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação de recursos para atender às projeções de despesas cimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

TÍTULO IV

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 96 O Município de Doutor Pedrinho, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os interesses da coletividade.

Art. 97 O Município de Doutor Pedrinho adota os seguintes princípios, fundados na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, buscando a justiça social:

I - autonomia municipal;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - defesa do consumidor;

V - livre concorrência;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresas.

§ 1º É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

§ 2º Na aquisição de bens e serviços, tratamento preferencial, na forma da lei, a de capital nacional.

§ 3º A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, só será permitida em casos de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar que, dentre outras, especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedades de economia mista:

I - regime jurídico, das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias;

II - proibição de privilégios fiscais, não extensivos ao setor privado;

III - subordinação da atividade ao Plano Diretor, plano plurianual e às diretrizes orçamentárias;

IV - orçamento anual aprovado pelo Prefeito.

Art. 98 A prestação de serviços públicos, pelo Município, diretamente ou sob regime de concessão, será regulada em lei complementar que assegurara:

I - a exigência de licitação, em todos os casos;

II - definição de caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, casos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III - os direitos dos usuários;

IV - a política tarifária;

V - a obrigação de manter serviços adequados.

Art. 99 O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

§ 1º O Município poderá fazer concessões ou dar permissão, a empresas privadas, para exploração de setores turísticos, uma vez cumprido o disposto no art. 94 e seus incisos, desta Lei Orgânica.

§ 2º O Poder executivo incluirá, no orçamento anual, no plano plurianual e nas diretrizes orçamentárias uma parcela, não inferior a dois por cento (2%) da Receita Municipal, para cumprir o disposto neste artigo.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA E RURAL

Art.100 O Município de Doutor Pedrinho terá, no Plano Diretor a Lei básica para política de desenvolvimento urbano e será baseada nos seguintes princípios:

I - pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade;

II - garantia do bem-estar de seus habitantes;

III - desapropriação de imóvel urbano e rural com previa e justa indenização em dinheiro pelo Poder Público;

IV - exigência de adequado aproveitamento do solo urbano, não edificado, subutilizado ou não utilizado;

V - o imóvel rural será desapropriado conforme lei complementar.

Art. 101 O Plano Diretor do Município contemplará área de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana.

Art. 102 A ordem social tem por base, o primado do trabalho e, como objetivos, o bem estar e a justiça social.

Art. 103 O Município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuições para financiar a seguridade social.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 104 O Município integra com a União e o Estado, com recursos da seguridade social, o Sistema Único Descentralizado de Saúde, cujas ações e serviços públicos, na sua circunscrição territorial, são por ele dirigidos, com as seguintes diretrizes:

I - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

II - participação da comunidade;

§ 1º A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 2º As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 105 O Município promoverá, sempre que possível:

I - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como comas iniciativas particulares e filantrópicas;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecciosas e infecto-contagiosas;

IV - combate ao uso de tóxicos;

V - serviço de assistência à maternidade, ao idoso, à infância e ao excepcional;

VI - o Município assegurará, em seus orçamentos anuais, uma parcela de recursos, para atender a casos de pessoas, reconhecidamente pobres, miseráveis e indigentes, de acordo com o previsto em lei.

Art. 106 A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal, é de caráter obrigatório.

SEÇÃO III

DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 107 O Município, no âmbito de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares, que visem este objetivo.

§ 1º Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º O Plano de Assistência Social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios sociais e a recuperação dos elementos desajustados, visando um desenvolvimento social harmônico.

Art. 108 Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos em Lei Federal.

SEÇÃO IV

DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS DESPORTOS

Art. 109 O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais, indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º Serão proporcionadas, aos interessados, todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais.

§ 3º Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual, dispondo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas

portadoras, de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º O Município manterá um serviço de assistência social.

§ 5º Para a execução do previsto neste artigo serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II - ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III - estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem a proteção e educação da criança;

V - amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida na comunidade;

VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios, para a solução de problemas dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

Art. 110 O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

§ 1º Ao Município compete complementar, quando necessário, a legislação federal e a estadual, dispondo sobre a cultura.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitarem.

§ 4º Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis ou sítios arqueológicos.

Art. 111 O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório, pelo município, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público, através da Secretaria de Educação ou Departamento de Educação, recensear os educandos do ensino fundamental, fazer-lhes a chamada, zelar junto aos pais e responsáveis pela frequência à escola.

Art. 112 O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

Art. 113 O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º O Município orientará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Art. 114 O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 115 Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei federal, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares na rede pública, na localidade residência de educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 116 O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes culturais e amadoristas, nos termos da lei, sendo que as amadoristas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art. 117 O Município destinará uma parcela de recursos a clubes ou sociedades de esporte amador regulamentado, de acordo com o disposto em lei ordinária.

Art. 118 O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, social e moral, à altura de suas funções.

Art. 119 A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 120 O Município aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento (25%), da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 121 É da competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso à educação e à ciência.

SEÇÃO V

DO MEIO AMBIENTE

Art. 122 Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à Comunidade, o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

III - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos tributos que justifiquem a sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade, potencialmente causadora de significativa degradação do Meio Ambiente, estudo prévio de impacto ambiental a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o Meio Ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldades;

VIII - o Município estipulará, através da lei, a obrigatoriedade de reflorestamento aos proprietários de terrenos rurais que efetuarem desmatamentos ou derrubadas, a qualquer título;

IX - o poder municipal estimulará os produtores a realizarem reflorestamento, através de um programa de conscientização e através da instalação de viveiros para a produção de mudas, facilitando-lhe sua aquisição;

X - todas as casas agropecuárias do Município só poderão vender agrotóxicos mediante o "receituário agrônomo", independentemente da classe toxicológica.

§ 1º Todos os estabelecimentos de agrotóxicos terão setor único e adequado, construído dentro das normas técnicas de segurança e livres de enchentes.

§ 2º Somente poderão ser comercializados produtos agrotóxicos em estabelecimentos que possuam registro para tal finalidade.

Art. 123 É dever do poder municipal, junto com a comunidade e através de mutirões, a construção de depósitos para o destino final de todas as embalagens que contenham produtos químicos agrotóxicos.

SEÇÃO VI

DOS DEFICIENTES, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 124 A lei disporá sobre a exigência de adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física ou sensorial.

Art. 125 O Município promoverá programa de assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente físico.

SEÇÃO VII

DA DEFESA CIVIL

Art. 126 A Defesa Civil, dever do Município, direito e responsabilidade de todos, tem por objetivo planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas e situações emergenciais.

Art. 127 O Município, diretamente ou em convênio com o Estado, apoiará, técnica e financeiramente, os Municípios vizinhos, no que concerne à execução de um programa de defesa civil e, especial, à instituição do corpo de bombeiros.

SEÇÃO VIII

DA POLÍTICA RURAL

Art. 128 A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada, na forma que dispuser o Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pela Câmara Municipal, para cada quadriênio, com participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento, silagem e transporte, levando em conta especialmente:

I - as condições do produtor;

II - a utilização e desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades;

III - a habilitação, educação e saúde para o produtor rural;

IV - a garantia de vias de acesso para escoamento da produção da propriedade à via geral;

V - a execução de programas de proteção do meio ambiente, de recuperação e conservação do solo, reflorestamento e aproveitamento dos recursos naturais;

VI - a assistência técnica rural em articulação com os órgãos estaduais e federais.

Art. 129 O Município deverá, dentro de sua capacidade, incentivar e ou criar patrulhas agrícolas para apoiar e facilitar a melhoria da infra-estrutura das pequenas propriedades.

Art. 130 Compete ao Município, ainda, em cooperação com o governo estadual e federal, promover o desenvolvimento de seu meio rural, através de planos e ações que levem ao aumento da renda proveniente das atividades agropecuárias, à maior geração de empregos produtivos e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Art. 131 Todas as atividades de promoção do desenvolvimento rural do Município deverão constar do Plano Municipal de Desenvolvimento rural que, aprovado formalmente pela Câmara de Vereadores, identificará os principais problemas e oportunidades existentes, proporá soluções e formulará planos de execução.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 132 O Prefeito Municipal e os Membros da Câmara Municipal prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato e na data de sua promulgação.

Art. 133 É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à administração municipal.

Art. 134 Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 135 O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza

Art. 136 Os cemitérios terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles seus ritos.

Parágrafo Único - As Associações religiosas e particulares poderão, na forma da Lei, manter cemitérios, porém, fiscalizados pelo Município.

Art. 137 Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2 - Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 2016.

LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER

Presidente da Câmara

DECRETO Nº 08/2016

DECRETO Nº 08/2016

“Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias no orçamento programa 2016 da Administração Direta e Indireta e dá outras providências”.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Doutor Pedrinho no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 862 de 18 de dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, elementos e unidades orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

01.001.01.031.0001.2001	Câmara de Vereadores	
01.001.01.031.0001.2001	Câmara de Vereadores	
01.001.01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000	Despesas Correntes	
310000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000	Aplicações Diretas	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00
	Total	3.000,00

Art. 2º - Fica suplementado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo a seguinte distribuição na dotação Projeto/Atividade, elemento e Unidade Orçamentária do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 832, de 18/12/2015):

01.001.01.031.0001.2001	Câmara de Vereadores	
01.001.01.031.0001.2001	Câmara de Vereadores	
01.001.01.031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000	Despesas Correntes	
330000	Outras Despesas Correntes	
339000	Aplicações Diretas	
1000000	Recursos Ordinários	3.000,00
	Total	3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Doutor Pedrinho, 20 de dezembro de 2016.

Lucia Fátima Kisner Moser

Presidente da Câmara de Vereadores de
Doutor Pedrinho/SC

DECRETO Nº 09/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2016.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER, Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1 - Fica aprovado o Regimento Interno devidamente promulgado, que passa a vigorar da seguinte forma:

TÍTULO I**DA CÂMARA MUNICIPAL****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A Câmara Municipal de Doutor Pedrinho é o Poder Legislativo do Município, composto de 09 Vereadores eleitos na forma de legislação federal, com sede à Rua Brasília, 307, Centro.

Art. 2º - A Câmara Municipal tem funções institucional, legislativa, fiscalizadora, julgadora, administrativa, integrativa e de assessoramento que serão exercidas com independência e harmonia em relação ao Executivo Municipal.

§ 1º - A função institucional é exercida pelo ato de posse dos vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral de vagas a serem preenchidas.

§ 2º - A função legislativa é exercida no processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, resoluções e decretos legislativos sobre matérias da competência do Município, respeitadas as de competência privativa da União e do Estado.

§ 3º - A função fiscalizadora é exercida por meio de requerimentos sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º - A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem anualmente prestar.

§ 5º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, ao seu pessoal e aos seus serviços auxiliares.

§ 6º - A função integrativa é exercida pela cooperação das associações representativas na elaboração das leis municipais.

§ 7º - A função de assessoramento é exercida por meio de indicações, sugerindo medidas de interesse público ao Executivo.

Art. 3º - As Sessões serão realizadas na sede da Câmara Municipal nos dias e hora previstos no inciso II do artigo 111 deste Regimento Interno.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto do Plenário ou causa que impeça a sua utilização, as sessões poderão ser realizadas em outro local, por deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º - Durante a realização das sessões é vedado fumar no recinto do Plenário.

§ 3º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara.

§ 4º - Quaisquer autoridades ou pessoas, somente serão admitidas no recinto reservado aos Vereadores, quando expressamente convidadas pela Mesa.

§ 5º - As autoridades ou pessoas convidadas para as sessões (esclarecimentos, prestação de contas, etc.) deverão se apresentar vestidos em traje passeio completo.

Art. 4º - Cada legislatura terá duração de quatro anos.

Art. 5º - A Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, de 01 de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro de cada ano, quando se encerrará a sessão legislativa.

§ 1º - Entende-se por sessão legislativa, o conjunto dos dois períodos de funcionamento, referidos neste artigo.

§ 2º - Quando caírem em sábados, domingos ou feriados, as reuniões previstas para as datas fixadas neste artigo serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

§ 3º - A Sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, o funcionamento da Câmara, fora dos períodos referidos no "caput" deste artigo, será considerado extraordinário.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS E DA POSSE

Art. 6º - No dia primeiro de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, os Vereadores diplomados reunir-se-ão em sessão preparatória, na sede da Câmara ou fora desta, independentemente de convocação, para a solenidade de posse.

Art. 7º - Assumirá a direção dos trabalhos o Vereador mais idoso na nova Legislatura.

Art. 8º - Declarando aberta a sessão, "INVOCANDO A PROTEÇÃO DE DEUS EM NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA", o Presidente convidará dois Vereadores de partidos diferentes, dentre as maiores bancadas, para servir de 1º e 2º Secretários.

Art. 9º - Constituída a Mesa Provisória, procederá o Presidente o recolhimento dos diplomas e das declarações de bens e, em seguida, a tomada do compromisso legal dos Vereadores.

Art. 10 - O Presidente proferirá o seguinte compromisso: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, CUMPRIR A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DEMAIS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DESTE MUNICÍPIO E SUSTENTAR A INTEGRIDADE E INDEPENDÊNCIA DO MUNICÍPIO". Ato contínuo feita a chamada pelo 1º Secretário, cada Vereador declarará: " ASSIM O PROMETO".

§ 1º - O mesmo compromisso será prestado, em sessão ou junto à Mesa Diretora da Câmara, pelos Vereadores que se empossarem posteriormente.

§ 2º - O Suplente de Vereador que haja prestado o compromisso uma vez é dispensado de fazê-lo novamente em convocação subsequente.

§ 3º - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação de desincompatibilização, no prazo de quinze dias contados da sessão de posse.

§ 4º - O Vereador não empossado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da primeira sessão preparatória, sem justificativa aceitável, considerará-se não haver renunciado ao mandato, convocando-se o suplente.

Art. 11 - Tomarão posse na data de 1º de janeiro, os Vereadores eleitos, Prefeito e Vice-Prefeito, bem como ainda nessa mesma data, haverá a eleição e Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO, DA ELEIÇÃO DA MESA E DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Seção I

Da Composição da Mesa

Art. 12 - A Mesa Diretora da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Seção II

Da Eleição da Mesa

Art. 13 - Para eleição da Mesa Diretora, será utilizado o sistema de chapas, apresentadas anteriormente pelos candidatos, em requerimento escrito ao Presidente dos Trabalhos, contendo o nome, pela ordem, daqueles que comporão as mesmas.

§ 1º - A votação será nominal.

§ 2º - Através da chamada oral, nominal dos Vereadores, em ordem alfabética, pelo Presidente, proceder-se-á o processo de votação.

§ 3º - Se nenhuma chapa obtiver maioria dos votos, proceder-se-á imediatamente nova votação nominal, na qual considerar-se-á vencedora

a chapa mais votada, e no caso de persistência no empate, dar-se-á como vencedora, a chapa que possuir o candidato a Presidente mais idoso.

§ 4º - Os Vereadores eleitos para a mesa, serão empossados mediante termo lavrado pelo 1º Secretário provisório, na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Seção III

Da Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 14 - Constituída e empossada a Mesa, o Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse, prestando o compromisso previsto no art. 10.

Art. 15 - Em seguida, o Presidente facultará a palavra aos representantes das bancadas e à maior autoridade estadual e federal presentes, para pronunciamento sobre o acontecimento.

Art. 16 - Concluídos os pronunciamentos, o Presidente dará por encerrados os trabalhos, anunciando para 01 de fevereiro a primeira reunião da Sessão Legislativa da Legislatura que se inicia.

CAPÍTULO II

DA INAUGURAÇÃO DA LEGISLATURA E DA RENOVAÇÃO DA MESA

Seção I

Da Inauguração da Legislatura

Art. 17 - No dia 01 de fevereiro a Câmara reunir-se-á às 19,00 horas, em sessão solene, para inauguração da Legislatura.

Art. 18 - A sessão inaugural terá cunho solene e o Presidente facultará a palavra aos representantes das respectivas bancadas para pronunciamento, no prazo de dez minutos para cada um, sobre o acontecimento.

Art. 19 - Cessadas as manifestações, o Presidente adotará as seguintes providências:

I - recolherá as indicações das bancadas para as respectivas lideranças, comunicando, em seguida, os nomes dos Líderes;

II - solicitará aos Líderes a indicação dos nomes dos Vereadores para integrarem as Comissões Permanentes, observada a proporcionalidade na composição partidária;

III - encerrará a sessão.

Sessão II

Da Renovação da Mesa

Art. 20 - Findos os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á nova eleição desta para o ano subsequente, no dia 20 (vinte) de dezembro e a posse dar-se-á no dia 1º de janeiro seguinte.

§ 1º - A posse oficial da Nova Mesa será levada a efeito na 1ª Sessão Solene a ser realizada.

§ 2º - A eleição para renovação da Mesa, observará o disposto no art. 13 e seguintes deste Regimento.

§ 3º - É permitida a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Art. 21 - Constituída a Nova Mesa, encerrar-se-á a sessão quando o Presidente anunciar para o dia 01 de fevereiro, às 19:00 horas, a sessão solene de instalação da sessão legislativa anual.

Art. 22 - No dia 01 de fevereiro, na primeira parte da sessão, o Prefeito Municipal apresentará Mensagem do Poder Executivo, aos representantes do povo com assento na Câmara.

Art. 23 - O Suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para o cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo, a menos que o Vereador titular esteja impedido de reassumir o mandato.

§ 1º - Na renúncia ou impedimento de qualquer membro titular da Mesa, assumirá o membro substituto imediato.

§ 2º - Na renúncia ou impedimento dos imediatos far-se-á nova eleição para todos os cargos vagos.

§ 3º - Quando o vereador titular reassumir, será feita nova eleição para o cargo da Mesa que estiver ocupado pelo Suplente, para mandato coincidente com os demais.

Art. 24 - Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 25 - Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I – extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II – licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo por motivo de doença comprovada;

III – houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular;

IV – for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art. 26 - A renúncia do vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita mediante comunicação escrita e será tida como efetivada mediante a simples leitura em Plenário.

Art. 27 - A destituição do membro da Mesa ocorrerá quando houver comportamento comprovadamente desidioso, ou ineficiente ou ainda quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos dependendo de representação formalizada por qualquer Vereador acolhida por deliberação do Plenário, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 28 - Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleição suplementar na primeira sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga.

Art. 29 - Os membros da Mesa não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Temporária, executando-se na hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O Vice-Presidente e o 2º Secretário, poderão pertencer às Comissões, ficando todavia impedidos de nelas funcionar no curso do exercício da Presidência e da 1ª Secretaria, nos casos de impedimento, licença ou ausência do Presidente e do 1º Secretário.

Art. 30 - É defeso ao membro da Mesa falar de sua cadeira sobre assunto alheio às incumbências do cargo, sempre que pretender propor ou discutir matéria ou participar de debates, o membro da Mesa deixará o assento que nela ocupar, utilizando-se do microfone, exceção feita à Presidência da Mesa.

CAPÍTULO III

DA MESA DIRETORA**Seção I****Da Competência Privativa da Mesa**

Art. 31 - A Mesa Diretora é órgão de direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 32 - É de competência privativa da Mesa Diretora:

I – Na parte legislativa:

- a) propor projetos de resolução que criem, transformem ou extingam cargos, empregos ou funções dos serviços do Poder Legislativo, bem como fixação e alteração da respectiva remuneração;
- b) apresentar proposição que fixe ou atualize a remuneração do Prefeito e dos Vereadores para legislatura subsequente, bem como a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente e do 1º Secretário da Câmara;
- c) apresentar projetos de decreto legislativo concessivos de licença e afastamento do Prefeito;
- d) assinar, por todos os seus membros, as resoluções e os decretos legislativos;
- e) autografar os projetos de lei aprovados para sua remessa ao Executivo;
- f) determinar, no início da Legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na Legislatura anterior;
- g) elaborar um regulamento interno de atribuições dos órgãos da Câmara.

II – Na parte administrativa:

- a) elaborar a proposta orçamentária anual da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;
- b) baixar ato para alterar dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;
- c) organizar cronograma de desembolso das dotações orçamentárias da Câmara, vinculadas ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo bem como dos créditos suplementares quando for o caso;
- d) devolver ao Executivo no final de cada exercício o saldo de caixa, se houver;
- e) enviar ao Executivo as contas do Legislativo do exercício precedente para incorporação às contas do Município;
- f) determinar a realização de concurso público para provimento dos cargos do quadro da Câmara, homologá-lo e designar a banca examinadora;
- g) autorizar despesas para as quais a lei não exija licitação.

Seção II**Da Competência Específica dos Membros da Mesa**

Art. 33 - O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo o Plenário bem como a todos os serviços auxiliares do Legislativo, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento.

Art. 34 - Compete ao Presidente da Câmara:

I – quanto às sessões em geral:

- a) presidi-las, abrindo-as, conduzindo-as e encerrando-as, nos termos regimentais;
- b) suspender-las ou levantá-las sempre que julgar conveniente ao bom andamento técnico e disciplinar dos trabalhos, na forma deste Regimento;
- c) fazer observar o Regimento e, quando julgar necessário à ordem dos trabalhos, mandar evacuar as galerias;
- d) fazer ler a ata, o expediente e as comunicações pelo 1º Secretário;
- e) conceder a palavra aos Vereadores;
- f) convidar o orador a declarar, quando for o caso se vai falar a favor ou contra a proposição;
- g) interromper o orador que se desviar da matéria em debate, falar sobre o vencido ou faltar com a consideração devida à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, e, em caso de insistência, retirando-a a palavra;
- h) determinar o não registro em Ata de discurso ou aparte quando anti-regimental;
- i) convidar o Vereador a retirar-se do recinto do Plenário, quando perturbar a ordem;
- j) comunicar ao orador que dispõe de três minutos para conclusão de seu pronunciamento, chamar-lhe a atenção ao esgotar-se o tempo a que tem direito, e impedir que, nesse ínterim, sofra ele apartes;
- k) decidir sobre as questões de ordem e as reclamações, ou atribuir a decisão ao plenário, em caso de recurso;
- l) fazer-se substituir na Presidência, quando tiver que deixar o recinto do Plenário ou quando tiver que exercer o voto secreto e convocar substitutos eventuais para a Secretaria, na ausência, licença ou impedimento dos Secretários;
- m) anunciar a ordem do Dia e o quorum presente;
- n) submeter à discussão e votação as matérias constantes da pauta;
- o) anunciar, antes do encerramento da sessão, os Vereadores que estiverem presentes e os que estiverem ausentes aos seus trabalhos;
- p) organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da Sessão seguinte e anunciá-la ao término dos trabalhos;
- q) convocar sessões extraordinárias, secretas e solenes, nos termos regimentais;
- r) promulgar as leis, as resoluções e os decretos legislativos, nos termos regimentais;
- s) declarar empossados os Vereadores retardatários e suplentes, bem como o Prefeito quando tratar-se do Presidente da Câmara no exercício substituído da chefia do Executivo Municipal;
- t) declarar extintos os mandatos do Prefeito, de Vereador e de Suplente, nos casos previstos em lei, e, em face da deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de perda de mandato;
- u) convocar Suplente de Vereador, quando for o caso;
- v) declarar destituído membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos no Regimento;
- x) assinar, juntamente com o Secretário, as atas das sessões e os atos da Mesa;
- z) justificar a ausência de Vereadores, nas hipóteses regimentais.

II – quanto às proposições:

- a) despachá-las às Assessorias Técnico-Legislativa e das Comissões, bem como às Comissões Permanentes;
- b) determinar a retirada de proposição da Ordem do Dia, nos termos deste Regimento;
- c) não aceitar requerimento de audiência de Comissão, quando impertinente, ou quando sobre a proposição já se tenham pronunciado as

Comissões em número regimental;

d) mandar arquivar o relatório ou parecer de Comissão Temporária que não haja concluído por projeto;

e) declarar prejudicada qualquer proposição, que assim deva ser considerada, na conformidade regimental;

f) despachar os requerimentos submetidos à sua apreciação, especialmente os que versem sobre pronunciamentos de Vereadores e atos do Poder Legislativo.

III – quanto às Comissões:

a) nomear, à vista da indicação dos líderes os membros efetivos das Comissões e seus Suplentes;

b) nomear, atendendo indicação dos Líderes, na ausência do membro efetivo da Comissão, substituto ocasional, observada a proporcionalidade partidária;

c) declarar a perda de cargo de membro da Comissão quando o Vereador incidir no número de faltas previstas no § 2º do art. 69, deste Regimento Interno;

d) convocar reunião extraordinária de Comissão para apreciar proposição em regime de urgência;

e) presidir as reuniões dos Presidentes de Comissões Permanentes e Temporárias;

f) convidar o relator ou outro membro da Comissão a explicar as razões do parecer considerado inconclusivo, impreciso ou incompleto;

g) nomear à vista da indicação partidária, Comissão Temporária e de Inquérito, nos termos deste Regimento.

IV – quanto às reuniões da Mesa:

a) presidi-las;

b) tomar parte nas discussões e deliberações, com direito a voto e assinar os respectivos atos;

c) ser agente executor das decisões da Mesa cuja execução não foi atribuída a outro dos seus membros.

V – quanto às publicações:

a) não permitir a publicação de expressões, conceitos e discursos infringentes das normas regimentais;

b) determinar que as informações oficiais sejam publicadas por extenso ou apenas em resumo, ou que sejam somente referidas na ata;

c) ordenar a publicação das matérias que devam ser divulgadas.

VI – quanto aos atos de intercomunicação com o Executivo:

a) receber as mensagens de proposição legislativa, fazendo-as protocolar;

b) encaminhar ao Prefeito, por ofício os Projetos de Lei de sua iniciativa, aprovados ou rejeitados bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito informações pretendidas pelo Plenário.

VII – quanto aos atos administrativos:

a) assinar a correspondência destinada aos órgãos e autoridades federais, estaduais e municipais;

b) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara;

c) autorizar a realização de conferência, exposições, palestras ou seminários no edifício da Câmara;

d) visar a carteira de identidade parlamentar fornecida aos Vereadores;

e) ordenar as despesas da Câmara e proceder, juntamente com a emissão de cheques e movimentação das contas bancárias da Casa em conjunto com o Primeiro-Secretário;

f) colocar à disposição do Plenário e fixar em local público mensalmente o balancete da Câmara do mês anterior;

g) administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença;

h) atribuir aos servidores de Legislativo, vantagens legalmente autorizadas;

i) determinar a apuração de responsabilidade administrativa civil e criminal de servidores faltosos e aplicar-lhes as penalidades;

j) praticar quaisquer outros atos atinentes à área de gestão de pessoal;

k) mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimento de situações;

l) exercer atos de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara, dentro ou fora do seu recinto;

m) representar em nome da Câmara junto aos Poderes da União e do Estado, inclusive em Juízo.

VIII – compete ainda ao Presidente da Câmara:

a) exercer, em substituição, a chefia do Poder Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;

b) representar a Câmara junto ao Prefeito e perante as entidades públicas e privadas em geral;

c) fazer expedir convite para as sessões solenes;

d) conceder a seu critério, audiências ao público;

e) requisitar força, quando necessária, à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara.

§ 1º - Em qualquer momento o Presidente poderá, da sua cadeira, fazer ao Plenário comunicação de interesse público ou da Casa.

§ 2º - O Presidente não poderá votar, exceto nos casos de empate, no quorum qualificado de dois terços, na eleição da Mesa Diretora, nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereadores e Prefeito e na apreciação do veto.

§ 3º - Para tomar parte em qualquer discussão o Presidente não precisa deixar a Presidência e o fazendo, não a reassumirá enquanto estiver sob debate a matéria em que interveio.

CAPÍTULO IV

DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 35 - O Vice-Presidente, além do disposto no Art. 36, substituirá o Presidente nos termos previstos neste Regimento e farão parte do Colegiado de Direção da Mesa, tanto no Plenário quanto administrativamente.

Art. 36 - O Vice-Presidente poderá desempenhar missões de caráter diplomático, cívico, cultural ou administrativo, por convite ou delegação do Presidente.

Art. 37 - Sempre que tiver que se ausentar do Município, o Presidente passará o exercício ao Vice-Presidente.

§ 1º - No caso de ausência prevista no caput deste artigo, a substituição se dará tanto no Plenário quanto administrativamente, conforme o disposto no artigo 35 deste Regimento.

§ 2º - O substituto do Presidente fará jus a todos os direitos e vantagens a estes assegurados, quanto ao exercício da Presidência.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA DA MESA

Art. 38 - Os titulares das Secretarias, terão as designações do 1º e 2º Secretários.

§ 1º - O 2º Secretário será o substituto imediato do 1º Secretário nos casos de licença, ausência ou impedimento.

§ 2º - O 2º Secretário quando substituir o 1º Secretário no seu impedimento ou licença por período superior a 15 (quinze) dias, fará jus aos direitos e vantagens a este assegurado por este Regimento Interno.

Art. 39 - Compete ao 1º Secretário:

I – superintender os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno;

II – fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando as presenças e ausências, para efeito da percepção da parte variável da remuneração;

III – ler a ata, as proposições e demais assuntos que devam ser do conhecimento da Casa;

IV – proceder à chamada dos Vereadores nas votações nominais e secretas;

V – assinar, juntamente com o Presidente, as resoluções, atas das sessões e os atos da Mesa;

VI – superintender a redação das atas, determinando os resumos das atas das sessões;

VII – registrar em livro próprio os precedentes regimentais;

VIII – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

IX – presidir as sessões plenárias em substituição do Vice-Presidente;

X – assumir, juntamente com o Presidente, toda a administração financeira da Câmara, inclusive assinando cheques.

CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES

Seção I

Das Modalidades das Comissões

Art. 40 - As Comissões da Câmara são:

I – permanentes, as que permanecem por toda a legislatura;

II – temporárias, as que são constituídas com finalidades especiais ou de representação e se extinguem quando preenchido o fim a que se destinam;

Parágrafo único. Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir, votar e emitir pareceres nos Projetos de Lei, nos termos do disposto neste Regimento;

II – realizar audiências públicas, com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários do Município e dirigentes de autarquias, empresas públicas, de sociedade de economia mista e de fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Municipal para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas contra qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos municipais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Seção II

Da Competência das Comissões Permanentes e Temporárias

Art. 41 - As Comissões Permanentes são:

I – comissão de Constituição, Justiça e Redação;

II – comissão de Economia e Finanças;

III – comissão de Transportes, Urbanismo e Meio Ambiente;

IV – comissão de Educação, Cultura e Saúde;

V – comissão de Defesa do Consumidor;

VI – comissão Permanente de Direitos Humanos;

VII – comissão de Recursos Hídricos;

VI – comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 42 - As Comissões Temporárias podem ser:

I – comissões Especiais;

II – comissão Parlamentar de Inquérito;

III – comissões de Representação;

IV – comissões de Investigação e Processantes.

Seção III

Da Audiência Pública

Art. 43 - A audiência pública será realizada pela Comissão para:

I - instruir matéria sobre sua apreciação, caso em que a Comissão deverá publicar no Diário Oficial ou nos veículos de imprensa local o chamamento das entidades que deverão participar da audiência;

II - tratar de assunto de interesse público relevante;

§ 1º - A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil.

§ 2º - A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da Comissão.

Art. 44 - Os representantes de entidade se manifestarão por escrito e de forma conclusiva.

§ 1º - Na hipótese de haver defensores e opositores, relativos à matéria objeto de exame, a Comissão assegurará a audiência de todas as entidades participantes.

§ 2º - Os membros da Comissão poderão, terminada a leitura, interpellar o orador, exclusivamente sobre a manifestação lida, por prazo nunca superior a três minutos.

§ 3º - O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Vereador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Art. 45 - Os expedientes, a que se referem o inciso IV do parágrafo único do artigo 40, deverão ser encaminhados por escrito, com identificação do autor e serão distribuídos a um relator que os apreciará e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas, pela Comissão, pela Mesa ou pelo Ministério Público.

Parágrafo único. O relatório será discutido e votado na Comissão, devendo concluir por projeto de decreto legislativo se contiver providência a ser tomada por outra instância.

Seção IV

Das Comissões Permanentes

Art. 46 - Iniciados os trabalhos da Legislatura, a Mesa providenciará, dentro do prazo improrrogável de cinco dias, a constituição das Comissões Permanentes, para cada ano da Legislatura, de acordo com o previsto no inciso II do art. 19 e por ocasião da renovação da Mesa será observado o mesmo procedimento para os anos seguintes.

§ 1º - As comissões permanentes são compostas por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, que serão chamados para substituir pela ordem cronológica de colocação na lista de suplência.

§ 2º - Logo que constituídas, as Comissões Permanentes reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes e prefixar os dias e horas em que se reunirão ordinariamente.

§ 3º - O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

Seção V

Da Competência Específica de cada Comissão

Art. 47 - À Comissão de Constituição, Justiça e Redação compete manifestar-se em todas as proposições que tramitem na Casa, quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental e redacional.

§ 1º - Quando a Comissão emitir parecer unânime pela inconstitucionalidade e antijuridicidade de qualquer proposição, tomar-se-ão as seguintes providências:

I - lavrar-se-á parecer conclusivo a respeito da inconstitucionalidade ou antijuridicidade remetendo-o para ciência do plenário.

II - a rejeição deste parecer somente será viabilizada por decisão da maioria absoluta do soberano plenário, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

§ 2º - Tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda corrigindo o vício.

§ 3º - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma da conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

I - organização administrativa e de pessoal da Prefeitura e da Câmara;

II - criação de entidade de administração indireta e fundação;

III - aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do município;

IV - licença para processar Prefeito e Vereador;

V - concessão de licença ao Prefeito;

VI - alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos municipais;

VII - reforma da Lei Orgânica;

VIII - perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;

IX - concessão de título honorífico;

X - declaração de utilidade pública;

XI - reforma deste Regimento Interno.

Art. 48 - Compete à Comissão de Economia e Finanças opinar, quanto ao mérito, sobre:

I - matéria tributária e empréstimos públicos;

II - fixação ou alteração da remuneração do Prefeito e dos Vereadores, bem como da verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente e do 1º Secretário da Câmara;

III - projetos de lei orçamentária, plano plurianual de investimento, lei de diretrizes orçamentárias e abertura de crédito;

IV - concessão de anistia ou isenção fiscal;

V - qualquer proposição que concorra para aumentar ou diminuir a receita ou despesa pública;

VI - código Tributário Municipal;

VII - código Administrativo do Processo Fiscal.

Art. 49 - Compete à Comissão de Transporte, Urbanismo e Meio Ambiente opinar, quanto ao mérito, nas matérias referente a:

I - plano Diretor;

II - código de Obras e Edificações;

III - código de Posturas;

IV - código de Zoneamento;

V - lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo;

VI - matéria referida no inciso III, do § 3º do art. 47, deste Regimento Interno;

VII - quaisquer obras ou serviços públicos.

Parágrafo único. Compete opinar também sobre matérias relacionadas direta ou indiretamente com o transporte urbano e o meio ambiente.

Art. 50 - Compete à Comissão de Educação, Cultura e Saúde, opinar, quanto ao mérito, sobre assuntos educacionais, culturais, desportivos, saúde pública, saneamento básico, assistência e previdência social municipal e projetos de lei que visem declarar de utilidade pública municipal entidades que possuam fins filantrópicos.

Art. 51 - Compete à Comissão de Defesa do Consumidor opinar, quanto ao mérito, sobre o Código Administrativo do Processo Fiscal e nas matérias relacionadas direta ou indiretamente com os interesses do consumidor, inclusive, como contribuinte do erário público.

Parágrafo único. Compete ainda à Comissão de Defesa do Consumidor:

I - opinar sobre proposições relativas a produtos, serviços e, quando cabível, contratar serviços técnicos de laboratórios de análises e de técnicos em assuntos pertinentes ao consumidor quando necessários;

- II - fiscalizar os produtos de consumo e seu fornecimento e zelar pela sua qualidade;
- III - receber e investigar reclamações e encaminhá-las ao órgão competente;
- IV - emitir pareceres técnicos, quanto aos assuntos ligados ao consumidor e ao usuário;
- V - informar aos consumidores e usuários individualmente e através de campanha pública;
- VI - manter intercâmbio e formas de ação conjunta com órgãos públicos e instituições particulares.

Art. 51-A - Competem à Comissão Permanente dos Direitos humanos dentre outros, os assuntos:

I - a denúncia de violência aos Direitos Humanos, relacionados a:

- a) vida;
- b) trabalho;
- c) habitação;
- d) alimentação;
- e) transporte;
- f) saúde;
- g) educação;
- h) cultura;
- i) lazer;
- j) saneamento básico;
- k) segurança;
- l) liberdade;
- m) consumidor;
- n) mulher;
- o) infância e adolescência;
- p) racismo.

II - quanto à funcionalidade:

- a) promoção de palestras, conferências e debates;
- b) patrocínio de trabalhos técnicos referentes aos Direitos Humanos por meio de temas relativos às matérias da sua competência.

§ 1º - Compete ainda à Comissão de Defesa dos Direitos humanos o acompanhamento e a investigação no território do município de Doutor Pedrinho, de qualquer tipo de lesão dos Direitos Humanos, individual ou coletivo.

§ 2º - Como fontes de Denúncia, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos reconhece:

- a) os meios de comunicação social;
- b) os movimentos populares organizados;
- c) qualquer pessoa capaz.

Art. 51-B - Compete à Comissão de Recursos Hídricos:

I - emitir pareceres em assuntos relacionados à distribuição, consumo e qualidade da água;

II - contratar serviços especializados de laboratórios de análises, bem como de profissionais técnicos, quando necessários;

III - manter intercâmbio e formas de ações conjuntas com órgãos públicos e instituições privadas;

IV - fiscalizar a qualidade da água distribuída para o consumo humano;

V - promover ações e políticas de defesa e preservação dos cursos d'água que se localizam dentro dos limites dos municípios;

VI - promover campanhas nas escolas e universidades públicas e privadas, e no seio da sociedade em geral, buscando esclarecer e conscientizar todos sobre o problema da água;

VII - comprometer os órgãos competentes em ações concretas que visem solucionar o problema da água.

Art. 52 - O mérito das proposições será analisado na alçada de cada Comissão.

Seção VI

Das Comissões Temporárias

Art. 53 - As Comissões Temporárias podem ser de: Representação, Inquérito, Investigação e Processantes e Especiais.

§ 1º - As Comissões de Representação tem por finalidade representar a Câmara em atos externos.

§ 2º - As Comissões Especiais são destinadas a desempenhar missões de interesse do Legislativo, e podem ser constituídas, também, por proposta de pelo menos três Vereadores, através de projeto.

§ 3º - As Comissões Especiais terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentação de seus trabalhos.

§ 4º - As Comissões de Investigação e Processantes, serão constituídas com as seguintes finalidades:

I – apurar as infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções e nos termos fixados na legislação federal pertinente;

II – destituição dos membros da mesa, nos termos dos artigos 25, IV e 27 deste Regimento.

Seção VII

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 54 - As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas na forma da Lei Orgânica do Município, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º - O Presidente, no prazo de quarenta e oito horas contado da criação da CPI, publicará resolução de sua constituição, especificando o fato a ser investigado, os Vereadores que a constituirão, observada a composição partidária, e o prazo de sua duração que não será superior a cento e vinte dias, prorrogáveis a juízo do Plenário.

§ 2º - A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá requisitar técnicos especializados para realizar as perícias indispensáveis ao completo esclarecimento do assunto.

§ 3º - No exercício de suas atribuições a Comissão poderá, dentro e fora da Câmara, observada a legislação específica, diligenciar, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos, requerer a convocação de Secretários Municipais e tomar depoimento de quaisquer autoridades.

§ 4º - Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal. Em caso justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde o intimado se encontre.

I – após tomar depoimento do indiciado ou indiciados, o Presidente da Comissão dará:

- a) prazo de dez dias para que o mesmo apresente sua defesa ou justificativa, inclusive documentos;
- b) prazo de dez dias, no caso de mais de um indiciado.

II – os indiciados, ou testemunhas, poderão fazer-se acompanhar de advogados, que terão livre acesso aos autos nas dependências da Câmara Municipal.

III – para formalização da defesa ou justificação, ser-lhe-á fornecida uma cópia integral dos autos da acusação que lhe é imputada.

§ 5º - A Comissão Parlamentar de Inquérito redigirá relatório, que concluirá por projeto de resolução, se a Câmara for competente para deliberar a respeito, ou por conclusões, a serem encaminhadas ao Ministério Público, se for o caso.

§ 6º - As Comissões Parlamentares de Inquérito terão como dispositivos subsidiários para a sua atuação, no que for aplicável, os Códigos Penal e de Processo Penal.

§ 7º - Qualquer Vereador poderá comparecer às Comissões Parlamentares de Inquérito, mas sem participação nos debates e, desejando esclarecimento de qualquer parte, requererá ao Presidente da Comissão, sobre o que pretende seja inquirida a testemunha ou o indiciado, apresentando, se entender conveniente, quesitos.

§ 8º - Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos cinco, salvo mediante projeto de resolução com o quorum de apresentação de um terço dos membros da Câmara.

Seção VIII

Das Reuniões das Comissões

Art. 55 - As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara.

Art. 56 - As reuniões das Comissões Permanentes realizar-se-ão:

I - se ordinárias, nos dias e horários por elas estabelecidos no início da sessão legislativa, salvo deliberação em contrário;

II - se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias da Câmara.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de Comissão Permanente ou Temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões ordinárias da Câmara.

Art. 57 - As Comissões reunir-se-ão com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de matéria em regime de urgência será fixada nas dependências da Câmara, com antecedência mínima de três dias úteis, devendo ser distribuída aos titulares e suplentes da respectiva Comissão mediante protocolo.

Art. 58 - As deliberações conclusivas nas Comissões serão tomadas pelo processo nominal e maioria de votos.

Art. 59 - As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a Comissão.

Art. 60 - Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelos respectivos Presidentes.

Art. 61 - É facultado a qualquer Vereador assistir às reuniões das Comissões, discutir o assunto em debate, em prazo por elas prefixado, enviar-lhes, por escrito, informações ou esclarecimentos, bem como apresentar emendas.

Parágrafo único. As informações ou esclarecimentos apresentados serão anexados aos pareceres, se o autor o requerer e a Comissão o deferir.

Art. 62 - O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo único. Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:

I - cada Comissão deverá estar presente pela maioria de seus membros;

II - o estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;

III - cada Comissão poderá ter o seu relator se não preferir relator único;

IV - o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionado, em qualquer caso, os votos vencidos, ou em separados, os pelas conclusões e os com restrições.

Art. 63 - As Comissões serão secretariadas por servidores da Câmara e terão Assessoramento próprio, constituído de até três assessores, constantes do quadro da Casa, indicados pelos respectivos presidentes.

Parágrafo único. Ao Secretário da Comissão compete, além da redação das atas, a organização da pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento.

Art. 64 - Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas das quais constarão:

a) o dia, a hora e o local da reunião;

b) os nomes e os membros presentes e os dos ausentes com causa justificada ou sem ela;c) a distribuição das matérias por assunto e relatores;

d) as conclusões dos pareceres lidos;

e) referências sucintas aos debates;

f) os pedidos de adiamento, diligências e outras providências.

Art. 65 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, salvo deliberação em contrário.

Art. 66 - As reuniões poderão ser reservadas ou secretas.

§ 1º - Salvo deliberação em contrário, serão reservadas as reuniões em que haja matéria que deva ser debatida apenas com a presença dos servidores a serviço da Comissão e terceiros, devidamente convidados.

§ 2º - Serão obrigatoriamente secretas as reuniões quando as Comissões tiverem de deliberar sobre perda de mandato.

§ 3º - Nas reuniões secretas, servirá como secretário de Comissão, por designação do Presidente, um de seus membros.

§ 4º - Só Vereadores poderão assistir às reuniões secretas.

§ 5º - Deliberar-se-á sempre, nas reuniões secretas, sobre a conveniência de seu objetivo, quando da cassação de mandato do vereador ser discutido e votado em reunião secreta do Plenário.

Seção IX

Da Presidência das Comissões

Art. 67 - Ao Presidente da Comissão compete:

I - ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão;

II - dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;

III - designar, na Comissão, relatores para as matérias;

IV - resolver as questões de ordem;

V - ser o elemento de comunicação da Comissão com a Mesa, com as outras Comissões e com os Líderes;

VI - convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela Comissão;

VII - desempatar as votações;

VIII - assinar os expedientes da Comissão.

§ 1º - Quando o Presidente funcionar como relator, passará a Presidência ao substituto eventual, enquanto discutir ou votar o assunto que relatar.

§ 2º - Ao encerrar-se a legislatura, o Presidente providenciará a fim de que os seus membros devolvam à Comissão os processos que lhes tenham sido distribuídos.

§ 3º - O Presidente da Comissão, exercerá no âmbito desta, quanto às reuniões, no que couber, as competências deferidas ao Presidente da Câmara para as sessões em geral, previstas no art. 34 deste Regimento.

Art. 68 - Se, por qualquer motivo, o Presidente deixar de fazer parte da Comissão ou renunciar ao cargo, proceder-se-á nova eleição para escolha de seu sucessor, salvo se faltar menos de três meses para o término da legislatura, caso em que será substituído pelo vice-presidente.

Seção X

Das Vagas nas Comissões

Art. 69 - As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a renúncia;

II – com a perda do lugar;

III – com a investidura em cargo do Poder Executivo.

§ 1º - A renúncia de qualquer membro da Comissão será definitiva desde que comunicada, por escrito, ao Presidente da Câmara.

§ 2º - Perderá automaticamente o lugar na Comissão o Vereador que não comparecer a cinco reuniões ordinárias consecutivas, salvo motivo de força maior comunicado, previamente, por escrito, à Comissão e por esta considerado como tal. A perda do lugar será declarada pelo Presidente da Câmara, à vista da comunicação do Presidente da Comissão.

§ 3º - O Vereador que perder o lugar na Comissão a ela não poderá retornar na mesma sessão legislativa.

§ 4º - A vaga na Comissão será preenchida por designação do Presidente da Câmara, numa das três sessões subseqüentes à sua ocorrência, de acordo com a indicação do Líder.

Seção XI

Dos Impedimentos e Ausências nas Comissões

Art. 70 - Nenhum Vereador poderá presidir reunião da Comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator.

Parágrafo único. Não poderá o autor de proposição ser dela relator.

Art. 71 - Sempre que um membro de Comissão não puder comparecer às reuniões, deverá comunicar o fato ao seu Presidente.

§ 1º - Se, por falta de comparecimento do membro efetivo, ou de suplente, estiver sendo prejudicado o trabalho de qualquer Comissão, o respectivo Presidente solicitará ao líder da bancada do membro faltoso que indique o substituto.

§ 2º - Cessará a substituição logo que o titular, ou o suplente voltar ao exercício.

Seção XII

Dos Trabalhos nas Comissões

Art. 72 - Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria absoluta de seus membros e obedecerão à seguinte ordem:

I – discussão e votação da ata da reunião anterior;

II – expediente:

a) sinopse da correspondência e outros documentos afetos à Comissão;

b) comunicação das matérias distribuídas aos Relatores.

III – ordem do dia:

a) conhecimento, exame e instrução de matéria de natureza legislativa, fiscalizatória ou informativa, ou outros assuntos da alçada da Comissão;

b) discussão e votação de proposição e respectivos pareceres sujeitos à aprovação do Plenário da Câmara.

Parágrafo único. Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria em regime de urgência ou no caso de comparecimento de Secretário Municipal ou de qualquer autoridade, ou ainda no caso de realização de audiência pública.

Art. 73 - As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento dos seus trabalhos, observadas as normas fixadas neste Regimento.

Seção XIII

Dos Prazos

Art. 74 - É de quinze dias úteis o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º - O prazo a que se refere este artigo será duplicado à Comissão de Economia e Finanças, em se tratando de proposta orçamentária e de processo de prestação de contas do Executivo.

§ 2º - Esse prazo será triplicado a todas as Comissões em se tratando de projeto de código e reduzido pela metade quando se tratar de

matéria em regime de urgência e de emendas e sub- emendas a eles relacionados.

Art. 75 - O Presidente da Comissão terá vinte e quatro horas para designar relator.

Art. 76 - O relator tem, para apresentar o relatório, a metade de prazo atribuído à Comissão.

Art. 77 - É facultado ao Presidente da Comissão, avocar para si a proposição para relatar, caso em que, terá o prazo de cinco dias para fazê-lo.

Parágrafo único. Os dez dias restantes serão divididos entre os demais membros da Comissão.

Art. 78 - Sempre que qualquer Comissão solicitar a seus membros, no caso da mesma possuir decisão conclusiva, ou ao Plenário, no caso da competência deste, informações ao Prefeito sobre o que julgar necessário ao melhor exame da proposição, o prazo para emissão do parecer será suspenso, retornando a contagem tão logo seja recebida a informação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões realizem diligências em quaisquer órgãos públicos.

Art. 79 - Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria que tramitar em regime de urgência será incluída na Ordem do Dia das sessões que restarem para sua apreciação.

Art. 80 - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se-á sempre em primeiro lugar.

Art. 81 - Somente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre o veto.

Seção XIV

Disposições Gerais

Art. 82 - Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias submetidas à apreciação do plenário da Câmara.

Art. 83 - Durante o recesso, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com as atribuições que lhe forem especialmente deferidas, na oportunidade, por Ato da Mesa Diretora.

Art. 84 - Assegurar-se-á nas Comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos políticos.

Art. 85 - Nas Comissões cada Partido terá tantos Suplentes quantos forem seus membros efetivos e serão classificados por numeração ordinal.

Art. 86 - O Vereador participará como membro efetivo em até duas Comissões Permanentes.

Art. 87 - Poderão participar dos trabalhos das Comissões desde que solicitados pelo seu Presidente e autorizados pelo Presidente da Câmara, técnicos de reconhecida competência ou representante de entidade que tenha legítimo interesse no esclarecimento da matéria sem ônus no caso deste último.

TÍTULO III

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Do Exercício do Mandato

Art. 88 - O Vereador é agente político investido de mandato parlamentar para representar o povo e seus interesses na Câmara Municipal.

Art. 89 - É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

I - tomar parte nas sessões e apresentar proposição;

II - concorrer e votar na eleição para cargo da Mesa, das Comissões, salvo impedimento;

III - examinar a qualquer tempo os documentos existentes na Câmara;

IV - requisitar da Mesa providências para a garantia de sua inviolabilidade e de suas prerrogativas, no exercício do mandato;

V - utilizar-se dos serviços da Câmara desde que para fins relacionados com suas funções.

Seção II

Da Perda do Mandato e da Falta de Decoro

Art. 90 - Perderá o mandato o Vereador que infringir o disposto na L.O.M.

§ 1º - Considera-se atentatório ao decoro parlamentar usar em discurso ou proposição, expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 2º - É incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Seção III

Das Penalidades por Falta de Decoro

Art. 91 - As infrações definidas no artigo anterior, acarretam as seguintes penalidades, em ordem de gradação:

I - censura;

II - perda temporária do exercício do mandato, não excedente a trinta dias;

III - perda do mandato.

Art. 92 - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

I - inobservar os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos deste Regimento;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões da Comissão.

§ 2º - A censura escrita será imposta pela Mesa ao Vereador que:

I – usar em discurso proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II – praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras outro parlamentar, Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 93 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

I – reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo antecedente;

II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar;

III – revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela entidade.

§ 1º - Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ampla defesa do infrator.

§ 2º - Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício o máximo da penalidade, resguardado o princípio da defesa.

Art. 94 - A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e forma prevista na LOM.

Art. 95 - Quando, no curso de uma discussão, um Vereador for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade pode pedir ao Presidente da Câmara ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

CAPÍTULO II

DAS LICENÇAS

Art. 96 - O Vereador poderá obter licença para:

I – desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

II – tratamento de saúde, devidamente comprovado e licença-gestante;

III – tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não seja inferior a 30 (trinta) dias e não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa, e neste caso, o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

IV – investidura em qualquer dos cargos referidos no § 2º, do artigo 29 da LOM.

§ 1º - A licença será concedida pela Mesa Diretora.

§ 2º - A licença depende de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara, e lido na primeira sessão após o seu recebimento.

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 97 - Dar-se-á a convocação de suplente nos casos de vaga, de afastamento do exercício do mandato para investidura nos cargos referidos na LOM, ou de licença por prazo superior a cento e vinte dias.

CAPÍTULO IV

DA VACÂNCIA

Art. 98 - As vagas da Câmara verificar-se-ão em virtude de:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - perda de mandato.

Art. 99 - A declaração de renúncia do Vereador ao mandato, deve ser dirigida por escrito à Mesa e independe da aprovação da Câmara, mas se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no Diário Oficial do Município ou equivalente.

§ 1º - Considera-se, também, haver renunciado:

I - o Vereador que não prestar compromisso no prazo estabelecido no § 4º do art. 10, deste Regimento.

II - o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo de trinta dias.

§ 2º - A vacância, nos casos de renúncia, será declarada em sessão, pelo Presidente.

CAPÍTULO V

DAS LIDERANÇAS

Seção I

Da Indicação dos Líderes

Art. 100 - Líder é o porta voz de uma representação partidária com prerrogativas constantes deste Regimento e será substituído, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Líder.

Parágrafo único. A indicação dos Líderes partidários será feita no início das Sessões Legislativas, e comunicada à Mesa Diretora em documento subscrito pelo Diretório Municipal do Partido da respectiva bancada.

Seção II

Da Competência dos Líderes

Art. 101 - É da competência dos Líderes:

I - indicar o representante do respectivo partido político e seu substituto nas Comissões;

II - encaminhar a votação de qualquer proposição à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a cinco minutos.

§ 1º - É concedido ao Líder, durante o expediente, salvo quando houver orador na tribuna, e por prazo nunca superior a dez minutos, o uso

da palavra para fazer comunicação urgente ou responder a críticas dirigidas contra a política que defende.

§ 2º - O exercício da regalia do § 1º não será admitido na fase destinada a Ordem do Dia e no curso de discussão de matéria urgente.

Seção III

Do Líder do Prefeito

Art. 102 - O Prefeito pode indicar Vereador para exercer a liderança do governo municipal, que terá as mesmas prerrogativas regimentais conferidas aos Líderes das representações partidárias.

Parágrafo único. Poderá haver também o Vice-Líder, sem entretanto, ser-lhe conferido nenhuma prerrogativa.

CAPÍTULO VI

DO NOME PARLAMENTAR

Art. 103 - Ao assumir o exercício do mandato, o Vereador, ou o Suplente convocado escolherá o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa.

Parágrafo único. Ao Vereador é lícito, a qualquer tempo, mudar o seu nome parlamentar para o que dirigirá comunicação escrita à Mesa, vigorando a alteração a partir daí.

CAPÍTULO VII

DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 104 - Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença ou comprovada mediante laudo médico passado por junta constituída, no mínimo, de três médicos de reputada idoneidade profissional, será o Vereador suspenso do exercício do mandato, sem perda de remuneração, enquanto durarem os seus efeitos.

CAPÍTULO VIII

DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 105 - A remuneração dos Vereadores será fixada através de resolução, em cada legislatura para a subsequente, no mínimo noventa dias antes das eleições.

Art. 106 - A remuneração do Prefeito, bem como a verba de representação deste e do Vice-Prefeito será fixada através de decreto legislativo, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 107 - Lidos no expediente, os projetos serão encaminhados à Comissão de Finanças e Orçamento que no prazo improrrogável de três dias, oferecerá parecer.

§ 1º - Não emitindo a Comissão, no tempo hábil, o parecer, o Presidente da Câmara designará Comissão Especial que opinarão em vinte e quatro horas.

§ 2º - Oferecido o parecer, será o projeto colocado na Ordem do Dia para única discussão e votação.

Seção II

Da Composição da Remuneração

Art. 108 - A remuneração do Vereador, na forma da legislação, compõe-se de duas partes iguais:

I - fixa;

II - variável.

§ 1º - A remuneração, tanto na sua parte fixa quanto na variável, é paga mensalmente.

§ 2º - O Vereador que não comparecer à sessão, ou comparecendo e não participar da votação, terá descontado para cada sessão de ausência 1/8 da remuneração variável.

§ 3º - Considera-se para os efeitos da percepção da remuneração correspondente à sessão, o Vereador que:

I – até o máximo de três sessões, em cada mês, estiver fora da Câmara a serviço desta, em Comissão constituída na forma regimental;

II – a época das convenções partidárias destinadas a escolha dos candidatos, faltar a 03 (três) sessões no máximo, participando daquelas;

III – a serviço do mandato que exerce, faltar a três sessões, no máximo, por mês.

§ 4º - Terá direito à remuneração o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II do art. 96.

§ 5º - Não terá direito à remuneração:

I – o Vereador afastado da Câmara para investidura no cargo de Secretário de Estado, Secretário da prefeitura, Ministro de Estado, ou chefe de missão diplomática temporária.

II – o Vereador licenciado para tratar de interesses particulares;

Seção III

Da Ajuda de Custo

Art. 109 - Durante o recesso legislativo a remuneração do Vereador será integral.

Art. 110 - No período que vai da posse até o início da sessão legislativa ordinária, no primeiro ano da legislatura o Vereador terá remuneração integral.

TÍTULO IV

DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 111 - As sessões da Câmara serão:

- I – preparatórias, as que precedem a inauguração dos trabalhos em cada sessão legislativa de cada legislatura;
- II – ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas apenas uma vez por semana, às terça-feiras, com início às 19:00 horas, podendo ter a duração de até 03 (três) horas.
- III – extraordinárias, as realizadas em dia ou horas diversas das prefixadas para as ordinárias;
- IV – solenes, as realizadas para comemoração ou homenagem, a qualquer dia e hora, não havendo prefixação de sua duração;
- V - especiais: a serem realizadas apenas uma vez por semana, às quartas ou sextas-feiras, conforme a solicitação do Vereador, a partir das 19:00 horas, dentro ou fora do recinto da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, compostas de leitura de Requerimento pelo 1º Secretário e uso da tribuna, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 1º - A sessão ordinária não se realizará:

- I - por falta de quorum;
 - II - por deliberação do Plenário;
 - III - por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.
- § 2º - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto reservada ao público, desde que:
- I – apresente-se conveniente trajado;
 - II – não porte arma, e para esse fim, haverá fiscalização;
 - III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
 - IV – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;
 - V – atenda às determinações do Presidente.

§ 3º - O Presidente determinará a retirada do assistente que se portar de forma a perturbar os trabalhos.

§ 4º - Na sessão solene poderão usar da palavra autoridades e homenageados a critério do Presidente da Câmara ou a pedido das bancadas partidárias.

Art. 112 - As sessões poderão ser prorrogadas a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário em votação simbólica, pelo tempo necessário à conclusão de matéria em discussão.

Parágrafo único. O requerimento verbal deverá ser proposto até quinze minutos antes do encerramento da sessão e não comporta discussão.

Art. 113 - Em caso de realização de sessão secreta, conforme o disposto no § 5º do art. 66 a ata respectiva, juntamente com os documentos que a ela se referirem será encerrada em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelos membros da Mesa, e recolhida ao arquivo.

Art. 114 - As gravações magnéticas das sessões serão conservadas na íntegra, vedando-se a reutilização das fitas.

Art. 115 - A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido à sessão, pelo menos, um terço dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo único: Não havendo número legal, o Presidente aguardará quinze minutos e, caso o quorum não se complete, fará lavrar ata com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando prejudicada a realização da sessão.

Art. 116 - Se, ao iniciar sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros da Mesa, assumirá a Presidência, o Vereador mais idoso presente, que designará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário AD HOC.

Seção I Da Tribuna Livre

Art. 117 - A Tribuna Livre terá um espaço de dez (10) minutos sem apartes, antes do início dos trabalhos disposto no artigo seguinte.

§ 1º - Os oradores deverão tratar de matéria de interesse público, respeitar as imposições feitas pela Mesa Diretora e fazerem inscrição com antecedência mínima de 03 (três) dias, não podendo desviarem-se do assunto em tela.

§ 2º - A 1ª Secretaria receberá as inscrições e encaminhará ao conhecimento do Presidente e dos Líderes partidários.

§ 3º - O orador terá o prazo de 05 (cinco) minutos para fazer sua explanação.

Seção II Da Realização das Sessões

Art. 118 - As sessões ordinárias compõem-se de cinco fases:

- I - pequeno expediente;
- II - grande expediente;
- III - comunicação de lideranças;
- IV - ordem do dia;
- V - palavra livre.

§ 1º - O pequeno Expediente terá a duração de sessenta minutos, improrrogáveis, e será destinado:

- a) à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, retificação ou impugnação da mesma;
- b) à leitura dos documentos oriundos do Prefeito e de diversos;
- c) à breve comunicação dos Líderes sobre assuntos de relevância municipal;
- d) ao conhecimento do Plenário sobre os projetos que deram entrada na Casa;
- e) à leitura das indicações apresentadas pelos Vereadores;
- f) à apresentação de requerimentos verbais, especificados no art. 173, que não comportam discussão.

§ 2º - O Grande Expediente terá duração de sessenta minutos, prorrogáveis apenas em caso de não haver pauta para Ordem do Dia, e destinar-se-á ao tema livre, assegurado dez minutos para cada Vereador inscrito com direito a aparte.

§ 3º - A Ordem do Dia destinar-se-á à apreciação da pauta da sessão e terá duração de sessenta minutos, prorrogáveis a pedido de qualquer Vereador.

§ 4º - A Palavra Livre terá a duração do tempo que faltar para o encerramento da sessão e destinar-se-á às explicações pessoais, quando o uso da palavra será dado preferencialmente às lideranças e posteriormente aos oradores inscritos.

§ 5º - Para pronunciamento do Grande Expediente e na Palavra Livre, deverá o Vereador inscrever-se em livro próprio, que ficará sobre a Mesa e que será controlado pelo 1º Secretário, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 6º - A inscrição será feita no dia da Sessão pelo próprio Vereador, que assinará em livro próprio que ficará sobre a mesa, após a abertura da sessão, podendo inscrever-se mesmo quando a sessão estiver suspensa.

§ 7º - Qualquer orador que esteja inscrito para o Grande Expediente ou Palavra Livre, poderá ceder, no todo ou em parte, a vez a outro Vereador.

§ 8º - É permitida a permuta de ordem de inscrição, mediante comunicação dos permutantes à Mesa.

§ 9º - Quando o orador inscrito não responder a chamada para falar, perderá a vez.

§ 10 - Na sessão em que não houver pauta para a Ordem do Dia, o tempo previsto para esta será incorporado ao Grande Expediente.

§ 11 - A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido durante o pronunciamento.

§ 12 - Os documentos apresentados no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, poderão os Vereadores solicitá-los à Mesa.

§ 13 - Nenhum discurso poderá ser interrompido ou transferido para outra sessão, salvo se findo o tempo a ele destinado, na parte da sessão em que deve ser proferido e nas hipóteses dos arts. 171, 172 e 174.

§ 14 - Em caso de requerimento de retificação ou impugnação da ata, o Presidente considerará procedente ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

§ 15 - Finda a primeira parte das sessões, por esgotada a hora ou por falta de orador, terão início as Comunicações das Lideranças, não sendo permitido apartes.

Parágrafo único. As comunicações de Lideranças destinam-se aos Líderes que queiram fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice- Líder, por período de tempo proporcional ao número de membros de suas respectivas bancadas, com o mínimo de três e o máximo de dez minutos.

Seção III

Da Ordem do Dia

Art. 119 - Na Ordem do dia, verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e a mesma só poderá ser iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O Presidente determinará ao Primeiro Secretário a leitura de proposição:

I - constante da pauta aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes para apreciação de eventual recurso de um quinto dos membros da Casa.

II - sujeita à deliberação do Plenário, para caso de oferecimento de emendas, na forma do art. 167.

Art. 120 - A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, à ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelo Líder e comunicada à Mesa.

Art. 121 - A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

I- matérias em regime de urgência especial;

II- matérias em regime de urgência simples;

III- vetos;

IV- matérias em discussão única;

V- matérias em segunda discussão;

VI - matérias em primeira discussão;

VII – recursos;

VIII- demais proposições.

Seção IV

Do Encerramento

Art. 122 - Esgotado o tempo da sessão ou ultimados a Ordem do Dia e a Palavra Livre, o Presidente a encerrará.

Art. 123 - Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, esta será ultimada independentemente de pedido de prorrogação.

Art. 124 - Estando em apreciação matéria em regime de urgência especial, a sessão só poderá ser encerrada quando ultimada a deliberação.

Art. 125 - É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, com recurso de sua decisão ao Plenário, retirar da pauta proposição em desacordo com as exigências regimentais.

Seção V

Das Sessões Extraordinárias

Art. 126 - A Sessão Extraordinária poderá ser convocada, em caso de urgência ou de interesse público relevante:

I - de Ofício, pelo Presidente da Câmara;

II - por deliberação do Plenário em requerimento subscrito por um terço dos membros da Câmara;

III - pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - A Sessão extraordinária será destinada exclusivamente à discussão e votação das matérias constantes do ato de convocação.

§ 2º - Durante os períodos de sessões a que se refere o parágrafo anterior, não serão realizadas sessões ordinárias nem funcionarão as Comissões Permanentes.

§ 3º - O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia da Sessão extraordinária, que serão comunicados aos Vereadores em Sessão ou mediante edital de convocação, ambos com vinte e quatro horas de antecedência.

§ 4º - Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

§ 5º - A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do dia.

Seção VI

Da Suspensão e do Levantamento das Sessões

Art. 127 - Suspensão é a interrupção da sessão por tempo certo, por conveniência técnica, por falta de quorum para deliberação, para recepção de personalidade ilustre ou em caso de tumulto que comprometa a ordem ou em caso de solicitação formulada por líder de bancada para tratar de assunto relevante, urgente, pertinente à sessão.

§ 1º - A suspensão da sessão não determinará a prorrogação compensatória do tempo destinado a qualquer de suas fases.

§ 2º - Na hipótese da falta de quorum para deliberação, o Presidente aguardará quinze minutos antes de passar à fase seguinte da sessão.

Art. 128 - Levantamento é a interrupção definitiva da sessão em caso de tumulto grave ou quando se esgotar os quinze minutos de suspensão, permanecer a falta de quorum.

Art. 129 - Fora dos casos expressos nos artigos 171 e 172, só mediante deliberação da Câmara poderá a sessão ser suspensa ou levantada.

Art. 130 - A Câmara poderá destinar o Grande Expediente para pronunciamento de representante da sociedade organizada sobre assunto de interesse público, a critério do Presidente ou a pedido de qualquer Vereador aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Cada manifestante terá cinco minutos para o seu pronunciamento e o tempo restante será dividido entre os Vereadores inscritos.

CAPÍTULO I – A DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 130ª - As audiências Públicas são reuniões patrocinadas pela Câmara com a participação da sociedade civil organizada, para debater assuntos de interesse do município.

Parágrafo único. As audiências públicas deste capítulo não se confundem com a audiência pública de comissão (art. 43), nem tampouco com a modalidade regimental de Sessão Especial (art. 111, IV).

Art. 130B - A Audiência Pública poderá ser requisitada por qualquer Vereador através de Requerimento, que deverá ser aprovado por maioria de votos em sessão plenária.

§ 1º - A reunião de que trata o caput deste artigo poderá ser realizada dentro do recinto do Plenário.

§ 2º - A Audiência Pública, após sua provação, poderá ser realizada desde que esteja presente o autor da proposição, sendo facultada a possibilidade de que este dirija os trabalhos na ausência do Presidente ou com a sua anuência.

§ 3º - A Audiência não se confunde com qualquer sessão da Câmara e não necessita de quorum mínimo para sua realização.

Art. 130 C - Poderão usar da palavra na Audiência Pública até 6 (seis) Vereadores inscritos, por 10 (dez) minutos cada um e, no máximo 12 (doze) convidados, com um tempo total para estes de 120 (cento e vinte) minutos, podendo este tempo ser fracionado da forma como determinar o Presidente dos trabalhos.

Parágrafo único. A duração máxima de cada Audiência Pública não poderá ultrapassar a três horas e vinte minutos.

Art. 130D - As Audiências Públicas poderão ser realizadas em qualquer dia da semana em que não haja Sessão Ordinária ou Especial, com horário a ser definido pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO II DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Seção I Disposições Preliminares

Art 131 - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:
I - falar de pé, exceto quando tratar-se do Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II - dirigir-se ao Presidente ou a Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III - não usar da palavra sem a solicitação e sem receber consentimento do Presidente;

IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência ou Senhor.

Art. 132 - O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

I - usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado;

II - desviar-se da matéria em debate;

III - falar sobre a matéria vencida (a menos que seja para apresentar recurso anulando decisões que infringirá o Regimento Interno);

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI - deixar de atender as advertências do Presidente.

SEÇÃO II Do Uso da Palavra

Art. 133 - O Vereador somente usará da palavra:

I - no Expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito;

II - para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou declarar o seu voto;

III - para apartear, na forma regimental;

IV- para explicação pessoal, na fase da palavra livre;

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimentos à Mesa;

VI - para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII - quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre;

VIII - quando for citado nominalmente com agressões verbais.

Art. 134 - Quando mais de 01 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte forma:

I - ao autor da proposição em debate;

II - ao relator do parecer em apreciação;

III - ao autor da emenda;

IV - alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Seção III

Da Interrupção do Discurso

Art. 135 - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

II - para atender questão de ordem.

Art. 136 - Para o aparte, ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

I - o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 2 (dois) minutos;

II - não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;

III - não é permitido aparte o Presidente, nem ao orador que fala em questão de ordem, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV - o aparteante permanecerá de pé quando apartear e enquanto ouve a resposta do aparteado;

V - solicitado aparte e negado com palavra ou gesto, o aparteante não mais poderá solicitá-lo, se o fizer, deverá ser imediatamente advertido pelo Presidente.

Seção IV

Dos Prazos Para Uso da Palavra

Art. 137 - Os oradores terão os seguintes prazos para uso da palavra:

I- 2 (dois) minutos para apartear se lhe for dado o aparte;

II- 3 (três) minutos para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da Ata e levantar questão de ordem;

III- 5 (cinco) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, declarar voto, discutir parecer e proferir explicação pessoal;

IV - 10 (dez) minutos para discutir Projeto de Lei, de Resolução ou Decreto Legislativo, veto e artigo isolado de proposição;

V - 20 (vinte) minutos para discutir a proposta orçamentária a prestação de contas e a destituição de membro da Mesa;

VI - 03 (três) minutos, em qualquer momento da sessão para o vereador que for citado nominalmente e atingido em sua honra.

CAPÍTULO III

DA ATA

Art. 138 - Lavrar-se-á a Ata com a sinopse dos trabalhos de cada sessão, cuja redação obedecerá a padrão uniforme.

§ 1º - As Atas datilografadas serão organizadas em anais, por ordem cronológica, encadernadas por sessão legislativa e recolhidas ao arquivo.

§ 2º - Da Ata constará a lista nominal de presença e de ausência às sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara.

TÍTULO V

DAS PROPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 139 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação de Câmara.

Art. 140 - Consistem as proposições em:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;

II - projeto de lei complementar;

III - projeto de lei;

IV - projeto de decreto legislativo;

V - projeto de resolução;

VI - projeto substitutivo;

VII - emenda e subemenda;

VIII - veto;

IX - parecer de comissão permanente;

X - relatório de comissão especial;

XI - requerimento;

XII - indicação;

XIII - representação;

XIV - moções de repúdio, protesto, aplausos, congratulações, apoio e pesar.

Art. 141 - As proposições deverão ser redigidas em termos claros de forma articulada, acompanhadas de justificativa e conter ementa indicativa do assunto a que se referem, excetuando, quanto a esta última, as especificadas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do artigo anterior.

Art. 142 - A justificativa poderá ser oral, caso em que o autor deverá solicitar a sua juntada ao respectivo processo, devendo para isso ser extraída da gravação da fita pelo Departamento competente.

Art. 143 - Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

§ 1º - Ao signatário da proposição, só é lícito dela retirar sua assinatura, antes da sua inserção na Ordem do Dia.

§ 2º - Nos casos de proposição dependendo de número mínimo de subscritores, se com a retirada de assinaturas esse limite não for alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento ao Plenário.

§ 3º A proposição será retirada da Ordem do Dia quando seu autor não se encontrar em Plenário.

Art. 144 - Quando se tratar de matéria oriunda do Poder Executivo, esta só terá sua tramitação iniciada depois de extraída e remetida cópia da proposição dos Vereadores, com o respectivo carimbo de protocolo.

Seção I

Da Tramitação

Art. 145 - De toda e qualquer proposição protocolada na Casa, será dado conhecimento pelo 1º Secretário, durante o pequeno expediente.

Art. 146 - Cada proposição, salvo emenda, recurso ou parecer, terá curso próprio.

Art. 147 - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora a reconstituirá pelos meios ao seu alcance, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 148 - A proposição não será submetida a discussão e votação sem parecer das Comissões afetas, salvo se houver transcorrido o prazo para sua apreciação, caso em que as Comissões oferecerão parecer oral em Plenário para sua inserção na Ordem do Dia.

Art. 149 - Dispensa-se a redação final no caso do projeto não haver sofrido alteração no curso da sua discussão caso contrário, o projeto retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para as providências.

Art. 150 - Dada a redação final, ou dispensada esta, a Mesa expedirá o autógrafo do Projeto de Lei, no prazo de dez dias (10) úteis para enviá-lo à sanção, promulgação e publicação pelo Executivo.

§ 1º - Se o Prefeito entender o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção tácita e promulgação pelo Presidente da Câmara Municipal no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

§ 4º - O veto será apreciado, dentro de quinze dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação oral, por chamada nominal. Este prazo não corre quando a Câmara estiver em recesso, a não ser que haja convocação de sessão extraordinária convocada pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara.

§ 5º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado para promulgação ao Prefeito Municipal.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º - Se a Lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito Municipal, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Câmara promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 9º - Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação ao texto vetado.

§ 10 - Cabe ao Presidente da Câmara a promulgação e remessa para publicação de Resoluções e Decretos Legislativos, no prazo de quarenta e oito horas da sua aprovação.

Seção II

Do Regime de Urgência

Art. 151 - As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§ 1º - O regime de urgência especial implica a dispensa de exigências regimentais, exceto quorum e pareceres obrigatórios; e assegura à proposição, inclusão com prioridade, na Ordem do Dia até a sua votação final.

§ 2º - O regime de urgência simples implica a impossibilidade do adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista de audiência de Comissão a que não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição, inclusão, em segunda prioridade, na Ordem do Dia.

Art. 152 - A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito, da Mesa ou de Comissão, quando forem os autores da proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade ou ainda por proposta de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros da edilidade.

§ 1º - O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exija apreciação pronta sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º - Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, será feito o levantamento da sessão, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na Ordem do Dia da própria sessão.

§ 3º - Caso não seja possível obter-se, de imediato, o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art. 153 - O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exija, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

§ 1º - Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I - a proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II - os projetos de lei do executivo, sujeitos a apreciação em quarenta e cinco dias serão automaticamente incluídos na Ordem do Dia do 45º dia, com ou sem pareceres, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime e votação;

III - o veto, no 15º dia para sua apreciação, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 2º - O prazo do inciso II não corre no período de recesso, nem se aplica aos projetos de Códigos e Estatuto.

CAPÍTULO II

DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 154 - Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependendo de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei, todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso.

§ 1º - Destinam-se os decretos legislativos a regular matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham

efeito externo, tais como:

- I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
- II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado;
- III - fixação da remuneração do Prefeito, bem como sua verba de representação e a do Vice-Prefeito;
- IV - alteração territorial do Município;
- V - perda de mandato do Prefeito e dos Vereadores.

§ 2º - Destinam-se as resoluções a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativos a assuntos de economia interna da Câmara, tais como:

- I - fixação da remuneração dos Vereadores, bem como a verba de representação do Presidente e do 1º Secretário;
- II - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;
- III - criação de Comissão Especial;
- IV - qualquer matéria de natureza regimental.

Art. 155 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, Mesa da Câmara, as Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos Cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa do Legislativo, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

Art. 156 - Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado para substituir outro, já formalizado, sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único. Não é permitido mais de um substitutivo ou substitutivo parcial ao mesmo projeto.

Art. 157 - Veto é a oposição formal e com a justificativa do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara, por considerá-lo inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público.

Art. 158 - Parecer é o pronunciamento, por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Parágrafo único. O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo.

Art. 159 - Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medida de interesse público ao Prefeito.

CAPÍTULO III

DOS REQUERIMENTOS

Art. 160 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, à Mesa, sobre assunto de interesse público ou pessoal do Vereador.

Art. 161 - O requerimento poderá ser verbal ou escrito:

§ 1º Será verbal e decidido pelo Presidente da Câmara o requerimento que solicite:

- I - a palavra, ou a desistência desta;
- II - permissão para falar sentado;
- III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV - observância de disposição regimental;
- V - retirada pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetida à deliberação do Plenário;
- VI - requisição de documentos;
- VII - declaração de voto e sua transcrição em ata;
- VIII - retificação ou impugnação de ata;
- IX - verificação de quorum;
- X - preenchimento de lugar em comissão;
- XI - licença de Vereador para ausentar-se da sessão;
- XII - prorrogação de prazo para orador na tribuna;
- XIII - inclusão em Ordem do Dia de proposição em condições regimentais de nela figurar;
- XIV - esclarecimento sobre o ato da administração ou economia interna da Câmara.

§ 2º - Serão verbais, sujeitos à deliberação do Plenário, os requerimentos que solicitem:

- I - prorrogação de sessão ou dilação da própria prorrogação;
- II - destaque de matéria para votação;
- III - votação nominal;

IV - voto de louvor, congratulação, pesar ou repúdio.

§ 3º - Serão escritos e de alçada do Presidente da Câmara os Requerimentos que solicitem:

- I - renúncia do membro da Mesa;
- II - audiência de comissão permanente;
- III - juntada de documentos a processo ou desentranhamento;
- IV - constituição de comissões especiais;
- V - votos de pesar por falecimento, serão encaminhados em nome da Câmara;
- VI - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara;
- VII - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio.

§ 4º - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

- I - preferência para discussão de matéria;
- II - retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;
- III - inclusão de proposição no regime de urgência especial ou simples;
- IV - anexação de proposições com objeto idêntico;
- V - constituição de Comissão Especial, exceto de CPI;
- VI - convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário;
- VII - realização de Sessão Especial.

§ 5º - Os requerimentos previstos neste artigo, exceto os incisos VII do § 3º, IV e V do parágrafo anterior não sofrerão discussão e serão decididos pelo processo simbólico.

Art. 162 - Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara, visando a destituição de membro

da Mesa, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Para efeitos regimentais equipara-se à representação, a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de crime de responsabilidade.

CAPÍTULO IV DAS EMENDAS

Art. 163 - Emenda é a proposição apresentada para alterar partes do texto de projeto.

Parágrafo único. As emendas podem ser supressivas, aglutinadas, substitutivas, aditivas, modificativas e de redação.

I - emenda supressiva é a que manda erradicar qualquer parte do texto;

II - emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas, a ser inclusa no texto;

III - emenda substitutiva é a proposição que deve ser colocada no lugar do texto;

IV - emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada ao texto;

V - emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação do texto;

VI - denomina-se emenda de redação a que visa sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

VII - denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra emenda.

Art. 164 - As emendas poderão ser apresentadas diretamente à Comissão, por qualquer de seus membros, ou por qualquer Vereador, a partir do recebimento da proposição principal até o término da sua discussão pelo órgão técnico.

Parágrafo único. A emenda somente será tida como de Comissão quando apresentada pela maioria de seus membros sobre matéria de seu campo temático.

Art. 165 - As emendas de Plenário serão apresentadas às proposições constantes da Ordem do Dia, ou em segunda discussão ainda não encerrada, devendo neste último caso, trazer a assinatura de pelo menos um terço dos membros da Câmara.

Art. 166 - O Presidente da Câmara não receberá emenda:

I - que aumente de qualquer forma as despesas ou o número de cargos previstos em projeto referente ao Poder Legislativo;

II - que crie despesa ou aumente a prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito. Parágrafo único. Excetua-se da proibição contida no inciso II, as emendas originárias do Poder Executivo relativamente às proposições de sua iniciativa.

Art. 167 Toda proposição em qualquer fase de sua tramitação sempre que sofrer emendas, estas deverão receber parecer das Comissões competentes que terão cada qual o prazo de (10) dez dias úteis para sua apreciação, caso em que o prazo para emissão do parecer sobre a proposição principal ficará automaticamente prorrogado até dez dias após apresentação do último parecer sobre as emendas.

Parágrafo único. Se a emenda for proposta na fase de Ordem do Dia, o parecer de que trata o caput deste artigo será oral, em Plenário, e poderá ser em conjunto.

CAPÍTULO V DAS DISCUSSÕES

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 168 - Discussão é o debate de proposição constante da Ordem do Dia pelo Plenário antes de se passar a sua votação.

§ 1º - Não estão sujeitos a discussão:

I - as indicações;

II - os requerimentos a que se refere o art. 161, salvo as exceções previstas no § 4º.

§ 2º - O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I - de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se nesta última hipótese o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III - da emenda ou subemenda, idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV - de requerimento repetitivo.

§ 3º - A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 4º - O Presidente, aquiescendo o Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 169 - Terão uma única discussão as proposições seguintes:

I - as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II - as que se encontrem em regime de urgência simples;

III - os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV - o veto;

V - os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VI - os projetos de Códigos, Leis Complementares e Consolidações;

VII - os requerimentos sujeitos a debates.

Art. 170 - Terão 2 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo anterior.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art. 171 - A discussão não será interrompida, salvo para:

a) formulação de questão de ordem;

b) adiamento para os fins previstos no art. 172;

c) verificação do quorum exigido;

d) votação de requerimento de prorrogação da sessão;

e) ser suspensa ou levantada a sessão.

Seção II Do Adiamento da Discussão

Art. 172 - A discussão, salvo nos projetos em regime de urgência, podem ser adiada mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador ou Comissão, para os seguintes fins:

- I - audiência de Comissão que sobre ela, regimentalmente, não se tenha manifestado;
- II - reexame por uma ou mais Comissões por motivo justificado, pela maioria de seus membros;
- III - ser realizada em dia determinado, com prazo não excedente de trinta dias;
- IV - preenchimento de formalidades essenciais;
- V - diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento.

§ 1º - O requerimento previsto no inciso II somente poderá ser recebido quando:

- I - a superveniência de fato novo passa justificar a alteração do parecer proferido;
- II - houver omissão ou engano manifesto no parecer;
- III - a própria Comissão, pela maioria de seus membros, julgue necessário o reexame.

§ 2º - O adiamento aprovado, será sempre por tempo determinado, não excedente de 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o período da sessão legislativa.

Seção III

Da Dispensa da Discussão

Art. 173 - As proposições, com todos os pareceres favoráveis, poderão ter a discussão dispensada por deliberação unânime de Plenário, mediante requerimento do Líder.

Parágrafo único. A dispensa da discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a matéria e não prejudicada a apresentação de emendas.

Seção IV

Do Encerramento da Discussão

Art. 174 - Encerra-se a discussão:

- a) pela ausência de oradores;
- b) por decurso dos prazos regimentais;
- c) por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador ou quando já houverem falado, pelo menos, três Vereadores a favor e três contra.

CAPÍTULO VI

DAS VOTAÇÕES

Art. 175 - As votações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Seção I

Do Quorum para Aprovação

Art. 176 - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta da Câmara, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

- I - leis complementares conforme a LOM;
- II - criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores;
- III - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito;
- IV - rejeição de veto;
- V - sessão especial ;

Parágrafo único. Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art. 177 - Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

- I - concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;
- II - denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- III - concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;
- IV - concessão de títulos honoríficos e honrarias;
- V - alienação de bens imóveis;
- VI - rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Município deve, anualmente, prestar;
- VII - alteração territorial do Município;
- VIII - criação, organização e supressão de distritos;
- IX - recebimento de denúncia contra o Prefeito e Vereadores, para apuração de crime de responsabilidade;
- X - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- XI - perda de mandato de Vereador;
- XII - Regimento Interno da Câmara.

Art. 178 - Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima, conforme o disposto neste Regimento, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

Art. 179 - Quando se esgotar o tempo regimental da sessão, esta considerar-se-á prorrogada até ser concluída a votação da matéria em causa.

Art. 180 - Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Seção II

Do Voto Público e Secreto

Art. 181 - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Art. 182 - Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Seção III

Dos Processos de Votação

Art. 183 - Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e nominal.

§ 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores, para que permaneçam sentados ou se levantem respectivamente.

§ 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votações através de cédula.

Art. 184 - O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

§ 2º - Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§ 3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 185 - A votação será nominal nos casos em que seja exigido o quorum de maioria absoluta e dois terços previstos nos arts. 176 e 177.

Art. 186 - Uma vez iniciada, a votação somente interromper-se-á se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados (ou quando o processo não respeitar os preceitos regimentais).

Art. 187 - Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Art. 188 - O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria pelo espaço de tempo de três minutos.

Art. 189 - Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

TITULO VI

CAPITULO I

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Seção I

Do Orçamento

Art. 190 - Recebidos do Prefeito os projetos de Lei relativos às matérias referidas ao Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, o Presidente dará conhecimento aos Vereadores, enviando-os, imediatamente, à Comissão de Economia e Finanças para recebimento de emendas, nos vinte dias seguintes.

Parágrafo único. A Comissão de Economia e Finanças pronunciar-se-á em vinte dias sobre os projetos e as emendas findos os quais, com ou sem parecer a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art. 191 - Na primeira discussão, assegurar-se-á preferência no uso da palavra, ao relator da Comissão e aos autores das emendas, respectivamente.

Art. 192 - Se forem aprovadas as emendas, as matérias retornarão incontinentem à Comissão de Economia e Finanças, para incorporação ao texto original, no prazo improrrogável de três dias úteis, após o que serão os projetos reincluídos imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo.

Seção II

Das Codificações

Art. 193 - Os projetos de leis complementares, estatutos e consolidações, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados incontinentem à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para recebimento de emendas, nos quinze dias subseqüentes.

§ 1º - Ao projeto serão anexadas as proposições em curso ou sobrestadas, que envolvam matérias com elas relacionadas.

§ 2º - A Comissão pronunciar-se-á em vinte dias sobre o projeto, as emendas e as proposições eventualmente anexadas, findos os quais, a matéria será incluída como item único da ordem do Dia da matéria da primeira sessão subseqüente.

§ 3º - Caso a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não tenha oferecido o parecer no prazo previsto no § 2º, o Plenário deliberará sobre sua dispensa ou não.

§ 4º - No caso do Plenário deliberar pela não dispensa do parecer, o Presidente da Câmara designará uma Comissão Especial composta de cinco membros para exarar parecer previsto no § 2º, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo 5 (cinco) dias para o relator.

§ 5º - Os projetos a que se refere este artigo serão discutidos e votados em turno único, em tantas sessões quantas forem necessárias à apreciação total da matéria.

§ 6º - Poder-se-á encerrar a discussão, mediante requerimento de Líder aprovado pelo Plenário depois de debatida a matéria em cinco sessões, se antes não for encerrada por falta de oradores.

§ 7º - A Mesa destinará sessões exclusivas para a discussão e votação dos projetos referidos no "caput" deste artigo.

Art. 194 - Aprovados o projeto, as emendas e as proposições eventualmente anexadas, a matéria voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação ou a Comissão Especial, se for o caso, para sua incorporação ao texto definitivo, no prazo de três dias úteis.

Art. 195 - Na discussão do projeto os oradores disporão de dez minutos para uso da palavra, salvo o Relator da Comissão que disporá de quinze minutos.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

Seção I

Do Julgamento das Contas

Art. 196 - Recebido o Parecer Prévio do Tribunal de Contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do

mesmo, bem como do balanço anual, a todos Vereadores, enviando o processo à Comissão de Economia e Finanças, que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição do parecer.

§ 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Economia e Finanças receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 197 - O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Economia e Finanças sobre a prestação de contas, será submetido a uma única discussão e votação, assegurando-se aos Vereadores, debater a matéria.

Parágrafo único. Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art. 198 - O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre todas as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem anualmente prestar, só deixarão de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 199 - Na sessão em que for apreciado o parecer prévio, a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à sua discussão e votação.

Seção II

Do Processo Destitutivo

Art. 200 - Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação deliberará, preliminarmente, em face da prova documental, oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, esta será autuada pelo 1º Secretário e o Presidente ou seu substituto legal, se for denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§ 2º - Se houver defesa, anexada a mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º - Se não houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três), para cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator, membro da Mesa.

§ 5º - Na sessão, o relator, que se servirá de funcionário efetivo da Câmara para coadjuv-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular perguntas do que se lavrar assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

TÍTULO VII

DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

CAPÍTULO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 201 - Questão de Ordem é toda dúvida, levantada em Plenário sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática ou relacionada com as Constituições Federal e Estadual e com a Lei Orgânica do Município.

§ 1º - Durante a Ordem do Dia só poderá ser levantada questão de ordem atinente à matéria que nela figure.

§ 2º - Nenhum Vereador poderá exceder do prazo de 3 (três) minutos para formular questão de ordem.

§ 3º - Durante a votação, a palavra para formular questão de ordem só poderá ser concedida uma vez ao Relator da Comissão específica da matéria e uma vez a um Vereador, de preferência ao Autor da proposição.

§ 4º A questão de ordem deve ser objetiva, claramente formulada, com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de as repelir sumariamente o Presidente.

Art. 202 - Considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento através de resolução.

Art. 203 - Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para parecer.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto.

Art. 204 - Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos, soberanamente pelo Plenário e serão anotados em livro próprio pelo 1º Secretário, apenas para fins de registro.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO

Art. 205 - O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por projeto de resolução de iniciativa de qualquer Vereador, da Mesa Diretora ou de Comissão Temporária para esse fim criada, aplicando-se a sua tramitação as normas estabelecidas para os demais projetos de resolução.

TÍTULO VIII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO I

DA INICIATIVA POPULAR DE LEI

Art. 206 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei subscrito por cinco por cento do total do eleitorado, quando for do interesse do Município, e de cinco por cento do eleitorado residente na cidade, no distrito ou no bairro, respectivamente,

quando se tratar do interesse específico das mencionadas unidades geográficas, obedecidas as seguintes condições:

- I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;
- II - as listas de assinatura serão organizadas por unidades geográficas mencionadas no caput deste artigo, em formulário padronizado pela Mesa da Câmara;
- III - será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, responsabilizando-se, inclusive, pela coleta das assinaturas;
- IV - o projeto será instruído com documento hábil da Justiça Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada unidade geográfica, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;
- V - o projeto será protocolado perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências legais e regimentais para sua apresentação;
- VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;
- VII - nas Comissões ou em Plenário poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação do projeto;
- VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão da Constituição, Justiça e Redação, em proposições autônomas, para tramitação em separado;
- IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, escoimá-lo dos vícios formais para sua regular tramitação;
- X - a Mesa designará Vereador para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor de proposição, devendo a escolha recair sobre quem tenha sido, com sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

CAPÍTULO II

DE OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 207 - A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida através do oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais de associações e sindicatos e demais instituições representativas.

Parágrafo único. A contribuição da sociedade civil será examinada por Comissão cuja área de atuação tenha pertinência com a matéria contida no documento recebido.

TÍTULO IX

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE PESSOAL

Art. 208 - Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por Regulamento Interno próprio, aprovado pelo Plenário e serão dirigidos pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

§ 1º - Caberá ao Presidente supervisionar os serviços administrativos e fazer observar o Regulamento Interno.

§ 2º - O Regulamento Interno obedecerá ao disposto no artigo 217 deste Regimento e a LOM e aos seguintes princípios:

- I - descentralização administrativa e agilização de procedimentos, com a utilização de processamento eletrônico de dados;
- II - orientação da política de recursos humanos da Casa, no sentido de que as atividades administrativas e legislativas, sejam executadas por integrantes do quadro de pessoal da Câmara, adequados às suas peculiaridades e que tenham sido recrutados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, destinados a recrutamento interno, preferencialmente, dentre os servidores de carreira técnica ou profissional;
- III - política de recursos humanos no sentido de que os cargos de assessoramento institucional, inclusive os de assessoramento técnico-legislativo e das comissões, sejam providos por concurso público de provas ou de provas e títulos, específico para o preenchimento dos mesmos incluída essa exigência para os servidores da Casa que queiram se habilitar, observado o artigo da Lei Federal nº 2.053/82;
- IV - adoção de política de valorização de recursos humanos, através de programas permanentes de capacitação, treinamento, desenvolvimento, reciclagem e avaliação profissional e da instituição do sistema de carreira.

Art. 209 - As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas à Mesa, para providência dentro de setenta e duas horas. Decorrido este prazo, poderão ser levadas ao Plenário.

Art. 210 - São obrigatórios os seguintes livros:

- a) de ata das sessões;
- b) de atas das reuniões das Comissões Permanentes;
- c) de atas das reuniões da Mesa;
- d) de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;
- e) de termos de posse de funcionários;
- f) de termos de contrato;
- g) de precedentes regimentais;
- h) de declaração de bens dos Vereadores e do Prefeito.

TÍTULO X

DO ASSESSORAMENTO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO I

DA ASSESSORIA TÉCNICA-LEGISLATIVA

Art. 211 - Toda proposição sujeita a deliberação da Câmara, uma vez protocolada e conhecida do Plenário, será despachada pela Presidência cópias às Assessorias Técnica-Legislativa, e das Comissões que dará parecer técnico-legislativo, sem análise de mérito no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

§ 1º - No caso de matéria urgente ou relevante poderá o relator solicitar, verbal ou por escrito a sua prioridade.

- I - a Assessoria Técnica-Legislativa organizar-se-á sob forma de núcleos temáticos de consultoria e assessoramento integrados por uma equipe a ser definida em Regulamento próprio, onde, parte será admitida mediante concurso público de provas e títulos e parte escolhida dentro os Assessores com maior experiência e qualificação, na forma de resolução específica;
- II - a Assessoria Técnica-Legislativa disporá também de núcleo de assessoramento às Comissões, incumbido de organizar e coordenar a prestação de assistência técnica ou especializada aos trabalhos colegiados da Casa, através dos profissionais integrantes dos núcleos temáticos com as quais tenham correlação;
- III - a Assessoria Técnica-Legislativa terá colaboração preferencial dos órgãos de pesquisa bibliográfica e legislativa, de documentação e informação e de processamento de dados da Câmara na execução dos trabalhos que lhe forem distribuídos.

TÍTULO XI

DA CONSULTORIA PARLAMENTAR

Art. 212 - A Consultoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º - A Consultoria Parlamentar será constituída por sete membros designados pelo Presidente da Câmara a cada dois anos, no início da sessão legislativa, com observância, tanto quanto possível, do princípio da proporcionalidade partidária.

§ 2º - A Consultoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou de imprensa que veicular a matéria ofensiva a Casa ou a seus membros.

§ 3º - A Consultoria Parlamentar promoverá, por intermédio do Ministério Público ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação.

TÍTULO XII

DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 213 - Antes do término da última Sessão Legislativa, e quarenta e cinco dias antes da entrega do cargo, o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal elaborará relatório completo a ser entregue ao seu sucessor.

Parágrafo único. O relatório a que se refere este artigo deverá conter, entre outros dados:

I - fluxo de Caixa previsto para os seis meses subseqüentes, com previsão detalhada de receitas e despesas;

II - estudo dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

III - projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal que tenham especial relevância para a Administração Municipal;

IV - projetos de lei enviados ao Prefeito para sanção ou veto e seus respectivos prazos;

V - quadro contendo o quantitativo de pessoal por unidade administrativa da estrutura básica dos órgãos da Câmara, com a respectiva relação dos cargos em comissão.

TÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 214 - Salvo disposição em contrário, os prazos assinalados em dias ou sessões neste regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Câmara efetivamente realizados; os fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclusive o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso da Câmara Municipal.

Art. 215 - Os atos ou providências cujos prazos se achem em fluência devem ser praticados durante o período de expediente normal da Câmara ou das suas sessões ordinárias, conforme o caso.

Art. 216 - A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, constituir-se-á em 10 (dez) dias após a promulgação da Resolução que a institui, e deverá ser constituída nos moldes do § 1º e seguintes do artigo 46 deste Regimento, ficando seus integrantes responsáveis pela elaboração do Projeto de Resolução contendo o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, que será discutido e aprovado de acordo com o previsto no inciso XII do artigo 177 do Regimento Interno.

Art. 217 - A Mesa elaborará e submeterá a aprovação do Plenário o projeto de Regulamento Interno das Comissões e dos Regulamentos Administrativo e de Pessoal, ajustado às diretrizes deste Regimento.

Art. 218 - A denominação das dependências ou edificações da Câmara Municipal far-se-á mediante a escolha de nomes de brasileiros que tenham prestados relevantes serviços ao município de Doutor Pedrinho.

Art. 2 - Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Resolução nº. 001/2016.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 2016.

LÚCIA FÁTIMA KISNER MOSER
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 01/2016

Portaria nº01/2016, de 01 de dezembro de 2016

Designa servidores da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho.

A Presidente da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho/ SC, no uso de sua competência, resolve:

Art.º 1 Designar os funcionários da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, conforme a Lei Complementar nº 132/2016 - Dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho e sobre a organização de seu quadro de pessoal.

Art.º 2 Fica designado para atuar no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

TERESINHA TOMELIN MOSER

Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, 01 de dezembro de 2016

Lúcia Fátima Kisner Moser

Presidente da Câmara

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 084, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 084, de 22 de dezembro de 2016.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 23 de dezembro de 2016, no período da tarde, tendo em vista as comemorações alusivas ao Natal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2016

DECRETO LEGISLATIVO N.º 004, de 22 de dezembro de 2016.

Decreta Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Ermo.

O Presidente da Câmara Municipal de Ermo, vereador RENATO SERAFIM, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONSIDERANDO o início do recesso legislativo para os nobres EDIS na data de hoje;
CONSIDERANDO as festividades de fim de ano;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Ermo, entre os dias 26 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ermo - SC, em 22 de dezembro de 2016.

RENATO SERAFIM

Presidente

Registre-se e Publique-se.

ROQUE FABIANO BRISTOT

Primeiro Secretário

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 005/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 007/2016

Edital de Pregão nº 005/2016

Objeto: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes para os veículos do Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2017.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10:00h00min do dia 09/01/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 041/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 069/2016

Edital de Pregão Presencial nº 041/2016

Objeto: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes para a frota do Município de Erval Velho para o ano de 2017.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 09 /01/2017.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal.

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO Nº. 1669/2016

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1669/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 29/2016

No dia 22 de dezembro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 115/2016 para o recebimento da documentação exigida na ata anterior do processo licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. A Comissão reuniu-se para analisar a documentação apresentada pela empresa GRÁFICA BAROZZI EIRELI – EPP, que apresentou o Alvará de localização e funcionamento com data de validade até dia 10/03/2017, dentro do prazo estipulado na ata anterior, sendo que no dia 12 de dezembro de 2016, a empresa apresentou a mesma vencida, sendo assim o proponente foi habilitado, pois, cumpriu com as exigências impostas pela pelo pregoeiro e comissão de licitação.

Findos os trabalhos o presidente da comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1716/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1716/2016

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 32/2016

As 14:00 horas do dia 21 de dezembro de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2017. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: FABIANO KUNH – ME. Iniciada a sessão, com a presença do representante da empresa, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.
1	19.440,00	KM	FABIANO KUNH - ME	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO NO TURNO VESPERTINO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, SEGUINDO NA VIA DE ACESSO A LINHA MARMELEIRO ATÉ A PROPRIEDADE DO Srº SEBASTIÃO RAMOS, RETORNANDO A SEDE DO MUNICÍPIO AI PERCORRENDO NA AVENIDA FLOR DO SERTÃO PASSANDO NAS RESIDÊNCIAS DO SR. SEDENIR LUIZ PUNTEL, JOÃO MARCIANO DA SILVA E ANA MARIA RAMOS, E SEGUINDO SENTIDO A MARAVILHA ATE A APAE E RETORNANDO NO MESMO TRAJETO NO TURNO VESPERTINO, PERCORRENDO UM TOTAL 81 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,35
2	16.800,00	KM	FABIANO KUNH - ME	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO O ROTEIRO NO TURNO NOTURNO NO COLÉGIO EDUCACIONAL PADRE LUIZ MUHL, COM DESTINO A MARAVILHA PELA BR 282 ATÉ A UNOESC, ICEU, INEP E UNOPAR, RETORNANDO AO MESMO LOCAL DE ORIGEM PELO MESMO TRAJETO NO FINAL DAS AULAS E SEGUINDO A BR 282 ATÉ A ENTRADA DA LINHA FUZIL E RETORNANDO PELO TREVO DE ACESSO, PERCORRENDO UM TOTAL DE 70 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,50

3	13.920,00	KM	FABIANO KUNH - ME	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO NO DO TURNO MATUTINO NA LINHA PEDRA BRANCA NA PROPRIEDADE DO SR. FLORIBERTO JAPPE, SEGUINDO SENTIDO A COMUNIDADE DE LINHA PEDRA BRANCA, ATE O CRUZAMENTO COM A ESTRADA PRINCIPAL, SEGUINDO A MESMA ATÉ A COMUNIDADE DE LINHA FLOR DA SERRA PASSANDO PELO SALÃO COMUNITÁRIO DA Lª. FLOR DA SERRA, PASSANDO PELA ESTRADA GERAL DE ACESSO A PROPRIEDADE DO SR. VILSO PIZZATTO COM DIREÇÃO À COMUNIDADE DE Lª. MARMELEIRO ATÉ A ENCRUZILHADA JUNTO À PROPRIEDADE DO SR. JORGE RAMOS, SEGUINDO COM DESTINO A SEDE DO MUNICÍPIO. RETORNANDO AO MESMO TRAJETO NO TÉRMINO DA AULA DO TURNO MATUTINO E VESPERTINO, PERCORRENDO UM TOTAL DE 58 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,50
4	2.880,00	KM	FABIANO KUNH - ME	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO NO TURNO VESPERTINO, SAINDO DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL ATÉ A PROPRIEDADE DO SR. ANTONIO RODRIGUES E REFAZENDO O MESMO TRAJETO NO CAMINHO DE VOLTA PERCORRENDO A SC 161 ATE A PROPRIEDADE DO SR. GELSON GIACOMELI E RETORNANDO ATÉ O CENTRO EDUCACIONAL PADRE LUIS MUHL E REFAZENDO O MESMO TRAJETO NO FINAL DAS AULAS, SENDO UM TOTAL DE 12 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,35

Sendo um valor total de R\$ 182.292,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

e acordo:

PORTARIA Nº 238/2016

PORTARIA Nº 238/2016
PRORROGA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria PRORROGADA a Contratação dos Professores ACT a seguir relacionados: ADRIANE DOPKE 40 horas semanais, CLEVIO OSVALDO PEREIRA 30 horas semanais, DELISA ENGEL 20 horas semanais, ELI ALVES DE OLIVEIRA WAGNER 30 horas semanais, FRANCIELY MARIA BALDO GENZ 20 horas semanais, LAURA MARIA ROGOSKI 20 horas semanais, MICHELI CRISTINA ZAMBIASI 20 horas semanais, NEUSA MARIA NORONHA 20 horas semanais, PATRICIA DE FREITAS NORONHA 40 horas semanais, RAQUEL APARECIDA DE LIMA 30 horas semanais, ROSINÉIA WROENSKI DALL AGNOL 20 horas semanais, e SANDRA BATISTA MACHADO MERLO 40 horas semanais, em caráter temporário e de excepcional interesse publico, todos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - A devida prorrogação ocorre em decorrência do Decreto nº 084/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 23 dias do mês de Dezembro de 2016.
ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 239/2016

	PORTARIA Nº 239/2016
	CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA ao Servidor Municipal SIDICLEI DALL AGNOL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, a partir da data de 23/12/2016 até a data do Laudo Pericial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 23 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/FMS/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/FMS/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 13/2016 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 04/2016 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de mobiliário e equipamentos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/06/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 93/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 37/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de brinquedos, para atender às necessidades da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/06/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 94/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 38/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/06/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 70/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/PMF/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 70/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 175/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado

ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa WOOLUÊ CONFECÇÕES LTDA, CNPJ/MF n.º 80.498.546/0001-53, estabelecida na Rua Aderbal Ramos da Silva, Ascurra/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Maurício Kuhn, brasileiro, CI 5.829.689, CPF 081.069.819-67, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 175/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de fardamentos: operacional, social, educação física e de inverno, para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 10 (dez) dias.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de

Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 175/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal
WOOLUÊ CONFECÇÕES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Maurício Kuhnen
CPF: 494.985.259-00

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DA CANCHA DE BOCHA ROLADA DO COMPLEXO ESPORTIVO SANTA ISABEL COM ÁREA DE 277,30 M², SITUADO NA RUA BONIFÁCIO BACK, BAIRRO SANTA ISABEL, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 179/PMF/2016. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a planilha orçamentária oficial foi corrigida pelo arquiteto Daniel Jaeger, devido a não inclusão do subitem 5.10 no somatório do item 5 e consequentemente no somatório geral da planilha. Após a devida correção, o valor global da planilha orçamentária oficial passa a ser: R\$ 397.795,47 (trezentos e noventa e sete mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos). Continuando os trabalhos, as empresas NELGUI CONSTRUTORA LTDA, MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, KAMIG CONSTRUÇÕES LTDA ME, CONSTRUTORA NUNES LTDA, CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME, TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP, protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, verificou-se que as empresas NELGUI CONSTRUTORA LTDA, MOURA E NOBRE CONSTRUÇÕES LTDA EPP, ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA, KAMIG CONSTRUÇÕES LTDA ME, CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÃO EIRELI ME, TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06. A comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Luiz Renato Steiner e o arquiteto Sr. Daniel Jaeger e certificaram-se que a empresa KAMIG CONSTRUÇÕES LTDA ME apresentou a declaração de visita em desacordo com item 3.1.5 do edital. Apresentou ainda atestados e certidões de capacidade técnica da empresa em desacordo com as características exigidas no item 3.1.8 letra "A" do edital. Diante disto, a empresa KAMIG CONSTRUÇÕES LTDA ME foi inabilitada. As demais empresas licitantes apresentaram suas documentações em conformidade com o disposto do edital, portanto foram habilitada para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. Os envelopes da proposta foram rubricados pela comissão de licitação e pelos participantes. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2016.

VALDECIR TISCOSKI KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

TAINARA SILVEIRA REDIVO

Membro da Comissão

LUIZ RENATO STEINER

Engenheiro Civil

DANIEL JAEGER

Arquiteto

ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

Edson Bagio

KAMILLA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Camila Costa Hermani

KAMIG CONSTRUÇÕES LTDA ME

Clovis dos Santos Cardoso

CONSTRUTORA NUNES LTDA

Darlan de Oliveira Fernandes

TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Neiva Teresinha Eckert

DECRETO Nº. 230, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 230, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO DE FORNECIMENTO MENSAL DO AUXÍLIO FEIRA POPULAR (TICKET-FEIRA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, bem como pela Lei Municipal nº 1.719, de 16 de setembro de 2011, Decreto nº 093, de 03 de outubro de 2011, e Lei Municipal nº 2.184, de 01 de abril de 2016,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 1º da Lei Municipal nº 1.719, de 16 de setembro de 2011, dispôs que o prazo de concessão do Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) será regulamentado por ato próprio do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que o Ticket-Feira visa incentivar uma melhor alimentação dos servidores municipais, com a inclusão de alimentos mais saudáveis, com a compra direta dos agricultores familiares através da Feira Popular, melhorando a saúde e a qualidade de vida dos servidores;

CONSIDERANDO que o Município Forquilha é eminentemente agrícola e que a instituição do Ticket-Feira tem melhorado a renda dos pequenos produtores rurais do nosso Município, evitando um maior o êxodo rural,

DECRETA:

Art. 1º É prorrogado até o mês de dezembro de 2017 o Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) no valor mensal de R\$ 20,00 (vinte reais), a ser fornecido aos servidores públicos municipais ativos, sem ônus, para ser utilizado na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar através da Feira Popular do Município de Forquilha, instituído pelo Decreto nº 093, de 03 de outubro de 2011, e Lei Municipal nº 1.719, de 16 de setembro de 2011, reajustado pela Lei Municipal nº 2.184, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 093, de 03 de outubro de 2011.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município de Forquilha, no elemento de despesa 3.3.9.0.46.01.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 231, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 231, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTITUI O REGIME DE FÉRIAS COLETIVAS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990; art. 139 e seguintes do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e §3º do art. 84 da Lei Municipal nº 487/98;

CONSIDERANDO haver recesso e férias escolares;

CONSIDERANDO que a maioria dos servidores goza férias nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro;

CONSIDERANDO que no mês de janeiro, historicamente tem registro em nosso Município que os serviços públicos em geral têm mantido um ritmo reduzido em relação aos demais períodos do ano, em virtude das férias escolares e a temporada de verão;

CONSIDERANDO que no período das férias coletivas haverá manutenção geral nas máquinas e equipamentos;

CONSIDERANDO que não haverá prejuízo para os serviços essenciais, pois nestes setores não haverá férias coletivas;

CONSIDERANDO que todas as Secretarias manterão plantão para os casos de urgência e emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime de férias coletivas ao funcionalismo público do Executivo Municipal, no período compreendido entre os dias 02 à 31 de janeiro de 2016.

§ 1º Aos que desempenham atividades consideradas essenciais não se aplica o regime de férias coletivas.

§ 2º As Secretarias poderão não conceder férias coletivas ou alterar o seu período caso haja interesse público e necessidade de serviço.

Art. 2º Cada Secretaria Municipal manterá plantão para o atendimento dos serviços considerados urgentes.

Art. 3º O regime de férias coletivas poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 4º Os servidores contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando novo período aquisitivo.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 42/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 45/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 02/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – SIDERCOMP INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO – Contratação de serviços de mão de obra, através de empresa do ramo pertinente, para manutenção de hardware e software dos equipamentos e estrutura de informática da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DO VALOR – O valor unitário pago ao contratado sofrerá um reajuste de 7,13%, conforme índice de IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) para R\$ 52,49 (cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos) por hora. O valor global previsto é de R\$ 47.244,33 (quarenta e sete mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos) para o exercício de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 14 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 145/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 145/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 98/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSTRUTORA NELGUI LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de pavimentação com revestimento a base de lajotas sextavadas pré-moldadas de concreto de cimento Portland em logradouros do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 59 (cinquenta e nove) dias no prazo de execução e vigência do contrato 98/PMF/2016 passando de 31/12/2016 para 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA
PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA o contribuinte abaixo relacionado, que encontra-se em local incerto e não sabido ou que recusou o recebimento da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento do Auto de Multa e Serviço de Roçada, referente ao exercício fiscal de 2016.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR
ALIRIO MACHADO GOULART	01.06.022.0136.001	2.045,61

Forquilha/SC, 19 de Dezembro de 2016.

Ademir Brandieli Pedro
Secretário de Administração e Finanças.

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 317/2016

DECRETO Nº 317, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (79)	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	25.000,00
TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2229/2016

PORTARIA Nº 2229, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.264.609-93, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22302016

PORTARIA Nº 2230, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22312016

PORTARIA Nº 2231, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22322016

PORTARIA Nº 2232, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro

de 2016 até 05 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22332016

PORTARIA Nº 2233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando que está substituindo LUCIANO DOS SANTOS, que teve o contrato rescindido por ter completado os 2 (dois) anos de contrato;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO IRINEU VICENTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 865.559.369-91, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22342016

PORTARIA Nº 2234, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSIMERI DOS SANTOS FERNEDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 614.111.839-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22352016

PORTARIA Nº 2235, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 534.347.149-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 02 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22362016

PORTARIA Nº 2236, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22372016

PORTARIA Nº 2237, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARITANI MARIZA MARGREITER KAFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 800.372.249-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de

dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22382016

PORTARIA Nº 2238, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Higiene Dental, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCILA CASAGRANDE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 814.001.959-34, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22392016

PORTARIA Nº 2239, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Higiene Dental, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA NOIA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.534.359-96, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22402016

PORTARIA Nº 2240, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Odontólogo, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIA APARECIDA BIANCHI KURITA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.850.959-87, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22412016

PORTARIA Nº 2241, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Odontólogo, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de WENDY PATRICIA ROMANO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 509.559.695-49, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22422016

PORTARIA Nº 2242, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Motorista, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SÔNIA APARECIDA SCHADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.231.329-83, contratada em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de

abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22432016

PORTARIA Nº 2243, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Motorista, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de THALES SERAFIM DIAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 068.217.449-12, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22442016

PORTARIA Nº 2244, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILIA DE BAIRROS CERON, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 058.664.419-93, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22452016

PORTARIA Nº 2245, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0023 de 07 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Médico de Saúde da Família – ESF, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO DE SAÚDE DE FAMÍLIA – ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22462016

PORTARIA Nº 2246, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Farmacêutico, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELÉIA REGINA DA ROSA LOCATELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.366.549-02, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22472016

PORTARIA Nº 2247, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 13 de setembro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando que está por 40 horas semanais substituindo a servidora TACIANE MITTANCK FANTIN, que encontra-se em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINE ISRAEL RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.020.469-61, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro

de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22482016

PORTARIA Nº 2248, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LICEIA RINALDI RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.431.399-04, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 18 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22492016

PORTARIA Nº 2249, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILDE ANTUNES MOREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.444.249-20, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22502016

PORTARIA Nº 2250, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando que estará por 40 horas semanais, substituindo JANAINA APARECIDA MATOS FERREIRA GALVÃO, que teve o contrato rescindido;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 039.905.209-70, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22512016

PORTARIA Nº 2251, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando que estará por 40 horas semanais substituindo ADRIANA APARECIDA GONÇALVES, que encontra-se em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VIVIANE VAZ COSTA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 092.157.619-69, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22522016

PORTARIA Nº 2252, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JEQUECELE OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 057.639.139-57, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22532016

PORTARIA Nº 2253, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA PALHANO RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.362.299-09, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22542016

PORTARIA Nº 2254, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE FERREIRA DA CRUZ RICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 050.019.239-13, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22552016

PORTARIA Nº 2255, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEIDI DOS SANTOS PAGANINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.032.179-13, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22562016

PORTARIA Nº 2256, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BERENICE CONRADI DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.704.939-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22572016

PORTARIA Nº 2257, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUNICE APARECIDA CARLIM DIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 966.533.299-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de

dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22582016

PORTARIA Nº 2258, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAINA APARECIDA MATOS FERREIRA GALVÃO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 048.066.219-35, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 28 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22592016

PORTARIA Nº 2259, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.693.109-16, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 19 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22602016

PORTARIA Nº 2260, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA APARECIDA GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.385.479-22, contratada em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22612016

PORTARIA Nº 2261, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando que a servidora está em Licença Maternidade e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TACIANE MITTANCK FANTIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.194.229-60, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 15 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22622016

PORTARIA Nº 2262, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando que a servidora é gestante e tem estabilidade assegurada conforme estabelece o ADCT, art. 10, II, "b";

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIANE GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.105.969-84, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22632016

PORTARIA Nº 2263, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009 de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTÔNIO GONÇALVES DE MORAIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 345.586.329-91, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 02 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22642016

PORTARIA Nº 2264, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0007 de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CIRLENE TEREZINHA DE JESUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 715.517.279-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22652016

PORTARIA Nº 2265, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0007 de 20 de abril de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente de Leitura e Inspeção, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEBER ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.346.149-07, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22662016

PORTARIA Nº 2266, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 18 de fevereiro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando que está por 40 horas semanais substituindo HENRIQUE DA ROSA MATOS, o qual pediu rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEISIANE BEAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 084.724.489-08, contratada em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22672016

PORTARIA Nº 2267, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 20 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente Operacional, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENERSSON DIEGO TELES REZENDE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 095.542.109-81, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22682016

PORTARIA Nº 2268, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 20 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando que está por 40 horas semanais substituindo JULIANO DE JESUS, que pediu rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENILSON AMARAL DE ALMEIDA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 105.975.728-10, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22692016

PORTARIA Nº 2269, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009 de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DIRCEU DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.716.089-71, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22702016

PORTARIA Nº 2270, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0004 de 01 de março de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Mototrista, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDGAR DE ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 486.583.599-72, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22712016

PORTARIA Nº 2271, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 18 de fevereiro de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de ETA/ETE, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HENRIQUE DIAS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.670.479-19, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22722016

PORTARIA Nº 2272, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0010 de 26 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Tecnólogo em Saneamento, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVAN PADILHA DE GOES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.869.779-30, contratado em caráter temporário na função de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 01 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22732016

PORTARIA Nº 2273, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0004 de 21 de julho de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 082/2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Operador de ETA/ETE, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOÃO ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 892.177.139-53, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22742016

PORTARIA Nº 2274, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 23 de março de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Instalador Hidráulico, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LINDOMAR PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 423.311.109-72, contratado em caráter temporário na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22752016

PORTARIA Nº 2275, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 01 de março de 2016 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Farmacêutico Bioquímico, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANDRA ZONTA, brasileiro, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.563.509-27, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento

de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22762016

PORTARIA Nº 2276, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Agente Operacional, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIO ROQUE NARDI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.942.060-80, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22772016

PORTARIA Nº 2277, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009 de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Guarda do Patrimônio Público, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de WOLMIR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 646.853.579-49, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 22782016

PORTARIA Nº 2278, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público e considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 687.871.039-15, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 24 de dezembro de 2016 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 227/2016

DECRETO N.º 227, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.500,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.500,00
3.1.90.0.2.14.000068 - Aplicações Diretas	10.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.500,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.500,00
3.3.90.0.2.14.000068 - Aplicações Diretas	10.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 228/2016

DECRETO N.º 228, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 256.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	256.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	256.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	106.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1192/2016.

PORTARIA N.º 1192, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato IAN DA SILVA ARGOU, CPF n.º 090.930.339-80, aprovado e classificado como 9º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1193/2016.

PORTARIA N.º 1193, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato RENAN ELIZEU HILÁRIO, CPF n.º 010.181.449-60, aprovado e classificado como 6º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de ENFERMEIRO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1194/2016.

PORTARIA N.º 1194, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato FERNANDO MENDES SOARES, CPF n.º 057.896.249-79, aprovado e classificado como 4º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de dirigir e conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1195/2016.

PORTARIA N.º 1195, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/200 a candidata SANDRA CIBELE MASCARENHAS, CPF n.º 364.413.924-53, aprovada e classificada como 2ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar funções de atendimento ao público, arquivo, protocolo de correspondências e atendimento a telefonemas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1196/2016.

PORTARIA N.º 1196, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/200 o candidato VITOR HUGO AUGUSTO GARCEZ FILHO, CPF n.º 000.079.799-59, aprovado e classificado como 1ª colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de COVEIRO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de abertura de covas, capinação e manutenção, serviços de atendimento junto ao cemitério municipal.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 23/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 189/2016

DECRETO Nº 189 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, da Lei nº 1917, de 09/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.08.244.1023.2089 Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00	R\$	6.800,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação das receitas provenientes de recursos ordinários.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO TP PMG Nº 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 031/2016
Modalidade: Tomada de Preço p/ Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: contratação de empresa de engenharia para execução integral de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública do município de Garuva/SC, compreendendo todos os serviços relacionados ao sistema de iluminação pública, inclusive a elaboração de projetos, cadastro de unidades, tele atendimento, gerenciamento informatizado, atendimento a e ventos, automação de luminárias, fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do parque de iluminação pública, conforme projeto básico em anexo

- Considerando que o processo não obteve sucesso no seu andamento normal;
- Considerando que o município não poderia ficar desprovido de tal serviço;
- Considerando que para cumprir com o objeto, a administração tomou a decisão de Contratação Emergencial, instruído conforme Processo de Dispensa PMG nº 032/2016;

Determino a REVOGAÇÃO do referido Processo Licitatório, para ajustes em seus memoriais descritivos e quantitativos, para que a próxima gestão tome a decisão de abrir novo processo.

GARUVA, 21 de dezembro de 2016.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO PMG Nº 038/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato do Secretário Municipal de Infraestrutura, Darci de Souza, que declarou inexigível a licitação para a contratação da empresa Dicave Gartner Distribuidora Catarinense de Veículos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.740.456/0001-00, para a manutenção do caminhão

Volvo placa MLJ3150, incluindo o fornecimento de materiais, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Publique-se.

Garuva, 21 de dezembro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 09/2016

Decreto Legislativo nº 0009/2016

AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES DE GARUVA A OUTORGAR O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE GARUVA AO SR. SAUL DOMINGOS ZAMBONI.

Considerando numero utilizado em duplicidade do Decreto 06/2016 no DOM.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50, inciso XIII do Regimento Interno desta Casa, decreta:

Art. 1º - Fica outorgado o Título de Cidadão Honorário de Garuva ao Sr. Saul Domingos Zamboni.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta Do orçamento do Poder Legislativo Municipal/ Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores de Garuva.

Art. 3º - Retifica-se neste ato o Decreto 06/2016 publicado no DOM em 21 de dezembro de 2016, como sendo Decreto 09/2016.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 22 de dezembro de 2016

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO 29/2016

Resolução nº 0029/2016

Dispõe sobre licença prêmio de servidor.

Considerando requerimento apresentado pelo Servidor;

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50, paragrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Ernandes Mendonça Fürbringer conforme dispositivos do artigo 96, combinado com o artigo 100 da LC 001/98.

Parágrafo Único - O período aquisitivo a que se refere a licença prêmio corresponde a 01/02/2011 a 31/01/2016.

Art. 2º - A licença prêmio será convertida em pecúnia na sua totalidade conforme artigo 101 da LC 001/98.

Art. 3º - A remuneração da licença prêmio atenderá os dispositivos do artigo 100 parágrafo 2º da LC 001/98.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta resolução correrão por conta da dotação orçamentária 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais, devendo ser liquidados/pagos até 30/12/2016.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 22 de dezembro de 2016

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa Diretora

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.271, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.271, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA O DECRETO Nº 5.355, DE 31 DE JANEIRO DE 2013, QUE CEDEU A SERVIDORA IDA LUCIANI SCOTTINI AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO JUNTO À CÂMARA DE VEREADORES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 5.355, de 31 de janeiro de 2013, que cedeu a servidora IDA LUCIANI SCOTTINI ao Poder Legislativo Municipal, para ocupar cargo em comissão junto à Câmara de Vereadores do Município de Gaspar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de dezembro de 2016.

Gaspar, 15 de dezembro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito de Gaspar

DECRETO Nº 7.277, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.277, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Administração Direta:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 64 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 354.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO - ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 006/2016

EXTRATO - ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 006/2016

1. Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e PACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, representados pelos signatários abaixo, resolvem prorrogar, pelo período de 12 meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, o CONTRATO CM 006/2016, referente à locação do imóvel utilizado como sede pela Câmara de Vereadores de Gaspar.

2. A prorrogação é feita em observância ao que dispõe o artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, bem como previsão contida no contrato ora prorrogado.

3. Fica acrescida à área locada pela Câmara de Vereadores uma sala de 20,40m², que resultará no acréscimo de R\$ 254,70 (duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos) ao valor mensal do aluguel.

4. O valor mensal do aluguel é reajustado com base na soma dos valores do INPC compreendidos entre 1º de março e 30 de novembro de 2016.

5. Somando-se o valor resultante da nova área locada com o valor resultante da correção da importância paga mensalmente pelo INPC, o

valor mensal do aluguel passa para R\$ 15.870,00 (quinze mil oitocentos e setenta reais).

6. A Câmara de Vereadores fica obrigada a ressarcir à Paca Empreendimentos Imobiliários as despesas que a empresa tiver em relação ao pagamento do IPTU e da manutenção do condomínio, em importância proporcional à área efetivamente locada.

7. A Paca empreendimentos imobiliários fica obrigada a apresentar à Câmara de Vereadores de Gaspar, trimestralmente, todos os documentos que comprovem os gastos com despesas condominiais.

Gaspar (SC), em 22 de dezembro de 2016.

CÂMARA DE VEREADORES

Giovano Borges
Presidente

PACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Ivana Carla Correa Schneider

RESOLUÇÃO Nº 080/2016

RESOLUÇÃO Nº 080/2016

RECONHECE OS VALORES APURADOS PELA COMISSÃO ESPECÍFICA INSTITUÍDA PARA A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS DA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas nos artigos 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e 31, inciso IX do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO ser necessária a observância dos prazos e procedimentos definidos nos artigos 6º, 7º e 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, os quais se encontram no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, de observância obrigatória pelos entes da Federação;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a eficiência patrimonial e contábil da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO os resultados dos trabalhos realizados pela comissão específica instituída para realização dos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Câmara de Vereadores de Gaspar;

Resolve:

Art. 1º Fica reconhecida a reavaliação dos bens adquiridos pela Câmara de Vereadores de Gaspar até o dia 31 de dezembro de 2015, nos seguintes valores e categorias:

I - veículos: R\$ 72.169,00 (setenta e dois mil cento e sessenta e nove reais);

II - mobiliário geral: R\$ 286.090,24 (duzentos e oitenta e seis mil e noventa reais e vinte e quatro centavos).

§1º A categoria mobiliário geral subdivide-se nas seguintes subcategorias:

I - balcão: R\$ 4.415,00 (quatro mil quatrocentos e quinze reais);

II - vídeo: R\$ 6.390,40 (seis mil trezentos e noventa reais e quarenta centavos);

III - mesas: R\$ 33.778,54 (trinta e três mil setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

IV - utensílios: R\$ 22.041,00 (vinte e dois mil e quarenta e um reais);

V - informática: R\$ 49.270,00 (quarenta e nove mil duzentos e setenta reais);

VI - cadeiras: R\$ 45.588,40 (quarenta e cinco mil quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos);

VII - elétricos: R\$ 60.406,90 (sessenta mil quatrocentos e seis reais e noventa centavos);

VIII - armário: R\$ 27.083,00 (vinte e sete mil e oitenta e três reais);

IX - telefonia: R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais);

X - eletrônicos: R\$ 15.843,00 (quinze mil oitocentos e quarenta e três reais);

XI - som/áudio: R\$ 17.494,00 (dezesete mil quatrocentos e noventa e quatro reais).

Art. 2º Fica determinado lançamento contábil dos valores apurados, a fim de que sejam atualizados os valores constantes dos relatórios contábeis existentes nesta Casa de Leis.

Art. 3º Encerram-se com a presente Resolução os trabalhos da comissão específica instituída para realização dos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de dezembro de 2016.

MESA DIRETORA

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 81/2016

RESOLUÇÃO Nº 81/2016

Ratifica e homologa procedimento que especifica e autoriza a prorrogação do Contrato CM 006/2016 firmado com Paca Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX, do Regimento Interno,

Considerando os Autos do Procedimento de Renovação/Aditivo Contratual nº 01/2016, instaurado para prorrogar o Contrato CM 006/2016, firmado com Paca Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 83.449.728/0001-22, cujo objeto é a locação do imóvel no qual se encontra instalada a Câmara de Vereadores de Gaspar, mais precisamente a locação da área de 1.312,56m² do Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, situado na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar (conhecido o prédio por GASCIC), além de 15 (quinze garagens);

Considerando a inexistência de outro imóvel a servir de locação para as atividades precípua da Edilidade, segundo suas necessidades, notadamente porque o atual espaço locado conta com instalação dos gabinetes dos Vereadores com acesso externo e instalação de salas para o ambiente administrativo, bem como por possuir Plenário com auditório mobiliado para cento e vinte pessoas sentadas, e que é de extrema relevância em razão das sessões (ordinárias, extraordinárias e solenes), audiências públicas e demais reuniões realizadas pela Câmara de Vereadores de Gaspar;

Considerando que o imóvel locado possui amplo estacionamento interno e externo para atendimento das necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar;

Considerando que a localização do imóvel atualmente locado pela Câmara de Vereadores de Gaspar possibilita o acesso dos munícipes com facilidade, especialmente por se localizar no Bairro Centro, próximo a corredores de ônibus e outros serviços;

Considerando tudo o mais que já contém na Resolução nº 73/2016, que autorizou a contratação que ora será prorrogada;

Considerando que no Contrato CM 006/2016 foi prevista a possibilidade de renovação/prorrogação do mesmo [conforme itens "3.3" e "6.2" daquele instrumento], pode-se firmar renovação para o exercício financeiro de 2017 [de 1º de janeiro a 31 de dezembro];

Considerando que, quanto ao reajuste, vê-se que também já se prefixou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) – item "3.3" do Contrato CM 006/2016;

Considerando que pelo cálculo existente nos autos, o valor da locação passa de R\$ 15.000,00 para R\$ 15.615,30 (quinze mil, seiscentos e quinze reais e trinta centavos) mensais, sendo que os índices são de março/2016 a novembro/2016. Dezembro não está incluso porque seu índice será conhecido somente em Janeiro/2017;

Considerando que a Câmara de Vereadores manifestou interesse em permanecer com todo o andar, acabando por incorporar na locação uma sala que está vazia, ainda não locada, com a metragem de 20,40 m², acertado ao valor mensal de R\$ 254,70 (duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos), sala cuja parede faz divisa com o banheiro feminino do mesmo andar;

Considerando que as despesas condominiais serão rateadas e calculadas na proporcionalidade da área locada pela Câmara Municipal;

Considerando que foi acertado o pagamento por parte da Edilidade do IPTU anual, proporcional à área locada e tendo por base o valor de pagamento à vista aos cofres públicos;

Considerando a existência de dotação orçamentária e de recursos financeiros; e

Considerando os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade dos serviços públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam ratificados e homologados todos os atos constantes dos Autos do Procedimento de Renovação/Aditivo Contratual nº 01/2016.

Art. 2º Fica autorizado o Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar a firmar Aditivo prorrogando para o exercício financeiro de 2017 o Contrato CM 006/2016 efetivado com Paca Empreendimentos Imobiliários Ltda, tendo por objeto a locação do imóvel no qual se encontra instalada a Câmara de Vereadores de Gaspar, correspondente agora a uma área de 1.312,56m² do Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, situado na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Município de Gaspar e 15 (quinze) vagas de garagem.

Art. 3º O valor mensal da locação será de R\$ 15.870,00 (quinze mil e oitocentos e setenta reais), além das despesas condominiais e pagamento de IPTU, proporcionais à área locada.

Art. 4º A vigência da prorrogação será em 1º de janeiro de 2017, findando em 31 de dezembro de 2017, prorrogável por sucessivos períodos iguais à vigência do crédito orçamentário.

Art. 5º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 0001 – Manutenção das Atividades do Legislativo; Ação: 2004 Manutenção das Atividades em Geral; Dotação: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas.

Art. 6º Permanecem vigentes as demais Cláusulas do Contrato CM 006/2016 por esta Resolução não alteradas.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gaspar - SC, em 22 de dezembro de 2016.

Mesa Diretora

Giovano Borges	José Amarildo Rampelotti
Presidente	Vice-Presidente
Ciro André Quintino	José Hilário Melato
1º Secretário	2º Secretário

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL 2016

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

No uso das atribuições que me são conferidas, resolvo HOMOLOGAR os laudos técnicos elaborados, bem como todos os demais trabalhos da Comissão específica para realização dos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens da Câmara de Vereadores de Gaspar instituída pela Resolução nº 65/2016). Com base nos valores unitários orçados, determinados nos laudos técnicos anexos às atas das reuniões da Comissão de Avaliação, ficam homologados os preços finais dos bens avaliados, adquiridos até 31/12/2015, conforme os seguintes valores: Veículos: reavaliados em R\$ 72.169,00 e Mobiliário em Geral: R\$ 286.090,24. Quanto ao "Mobiliário em Geral", o valor total corresponde ao somatório destes itens: Balcão: R\$ 4.415,00; Vídeo: R\$ 6.390,40; Mesas: R\$ 33.778,54; Utensílios: R\$ 22.041,00; Informática: R\$ 49.270,00; Cadeiras: R\$ 45.588,40; Elétricos: R\$ 60.406,90; Armário: R\$ 27.083,00; Telefonia: R\$ 3.780,00; Eletrônicos: R\$ 15.843,00; Som/Áudio: R\$ 17.494,00. DETERMINO que seja providenciada a publicação do presente Termo de Homologação no mural oficial desta Casa de Leis, bem como no Diário Oficial dos Municípios.

Gaspar, 21 de dezembro de 2016.

	GIOVANO BORGES	
	Presidente da Câmara de Vereadores	

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 113.16 AQUISIÇÃO DE SEMEM BOVINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº113/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 138/16, Edital de Pregão Presencial Nº 113/16, Objeto: Aquisição de Semem Bovino; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 06/01/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 06/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 22 de dezembro 2016.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Em Exercício

Guaramirim

PREFEITURA

CONVENIO Nº 027/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 27/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 27/2016

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CRISTO DEM FRONTEIRAS,

OBJETO: Projeto Novos Caminhos

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 12.010,00 (doze mil e dez reais)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.

REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convênio será da data de sua assinatura ate o dia 16.12.2016.

DATA: 31.12.2017

SIGNATÁRIOS: LUCIANA MOHR TONET Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim e ALCIDES JAREMCJUK JUNIOR Presidente pela contratada.

DECRETO Nº. 728/2016

DECRETO Nº. 728/2016

Altera o Decreto nº. 719/2016, que aprova o Loteamento Residencial Jardim Florença.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 719/2016 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º. Para garantia da realização e conclusão do referido loteamento, ficam caucionados em favor do Município de Guaramirim um total de 108 lotes, conforme tabela abaixo:

Lotes nº	Rua	Quantidade	Lotes nº	Rua	Quantidade
36 e 37	B	2	93 a 107	B	15
38	G	1	110 a 112	B	3
42 a 44	G	3	116 a 118	B	3
48 a 50	F	3	122	B	1
54 a 56	F	3	185 e 186	A	2
60 a 62	E	3	190 a 192	A	3
64 a 70	E	7	196 a 198	A	3
71	B	1	200 a 212	A	13
72	B	1	213 a 226	A	14
73 a 83	D	11	227	B	1
84 e 85	B	2	228 e 229	A	2
86 a 88	C	3	233 a 235	A	3
90 a 92	C	3	239 e 240	A	2

" (NR) Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 729/2016

DECRETO Nº. 729/2016

Aprova o Loteamento Residencial Luiz Gonzaga.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento Residencial Luiz Gonzaga, situado no bairro Bananal do Sul, neste município, empreendido no imóvel com superfície de 102.581,29m², na Rua 27 – Bananal, objeto da matrícula nº 30.465, de propriedade de Irene Tereza Treis da Silva, inscrita no CPF 730.075.289-68.

Art. 2º. Para garantia da realização e conclusão do referido loteamento, ficam caucionados em favor do Município de Guaramirim um total de 173 lotes, conforme tabela abaixo:

Lotes nº	Rua	Quantidade	Lotes nº	Rua	Quantidade
17 a 20	A	4	135 a 139	B	5
21 a 34	A	14	140 a 144	B	5
35 a 41	A	7	156 a 160	B	5
42 a 47	A	6	161 a 174	B	14
48 a 53	A	6	175 a 178	B	4
67 a 71	A	5	190 a 194	C	5
72 a 85	A	14	195 a 208	C	14
86 a 91	A	6	209 a 212	C	4
92 a 102	A	11	222 a 226	C	5
116 a 120	B	5	227 a 242	C	16
121 a 134	B	14	243 a 246	C	4

Art. 3º. É condição para a eficácia do presente decreto, que esta caução seja averbada no registro imobiliário competente, sendo as custas necessárias, por conta da proprietária do empreendimento, devendo a mesma encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cópia da matrícula atualizada com a averbação mencionada.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 730/2016

DECRETO Nº. 730/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 417.000,00 (quatrocentos e dezessete mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente, abaixo discriminada:

12 Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

12.0010010.0305.0006.2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3319000000000000

01381600 R\$ 9.000,00

Art. 2º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo 1º, são oriundos de anulações de dotações do orçamento vigente, na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), abaixo discriminadas:

12 Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

12.0010010.0305.0006.2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3339000000000000

01381600 R\$ 9.000,00

Art. 3º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente, abaixo discriminada:

12 Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001

0010.0301.0006.2040 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde da Família

3319000000000000

01380800 R\$ 60.000,00

3319000000000000

1381000 R\$ 55.000,00

3319000000000000

01381110 R\$ 280.000,00

3319000000000000

01387300 R\$ 13.000,00

Art. 4º. Os recursos para as suplementações de que trata o artigo 3º, são oriundos do provável excesso de arrecadação do orçamento corrente, apurado segundo tendência do exercício, na importância de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), na fonte de recursos abaixo discriminada

01380800 - Piso de Atenção Básica – Pab R\$ 60.000,00

01381000 - Programa de Saúde Familiar – Psf R\$ 55.000,00

01381110 - Incentivo Temp. de Atenção Básica R\$ 280.000,00

01387300 - Piso de Atenção Básica Variável – Pmaq R\$ 13.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 731/2016

DECRETO Nº. 731/2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a alínea "i", art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, a parte ideal do imóvel de propriedade de Tapajós Representações Ltda. ME, constante da Matrícula nº. 8.202, do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, contendo uma área de 4.515,74 m² (quatro mil quinhentos e quinze metros quadrados e setenta e quatro décimos quadrados), descrita da forma a seguir:

"Imóvel localizado no perímetro urbano do município de Guaramirim, distante 122,85m da Rua Ramon Haffemann, situado no lado impar da Rua Vereador João Pereira Lima, contendo uma área de 4.515,74 m2, com a seguinte descrição: Partindo-se do vértice V3 com coordenadas X=698571.7151 e Y=7069992.5155, seguindo com azimute 92º06'06" e distância 16.00m confrontando com o alinhamento predial do lado impar da Rua Vereador João Pereira Lima, chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=698587.7044 e Y=7069991.9287. Deste com azimute de 181º56'38" e distância 282.20m confrontando em 28.00m com a matrícula nº. 10.108, 27,92m com a matrícula nº. 20.997, 12.28m com a Rua 446 – Rudolpho Grun, 28.00m com a matrícula nº. 21.766, 21.00m com a matrícula nº. 23.261, 71.00m com a matrícula nº. 23.716, 94.00m com a matrícula nº. 23.715, chega-se ao vértice V5 com coordenadas X=698578.1321 e Y=7069709.8911. Deste com azimute de 271º51'29" e distância 16.00m confrontando com o lado par da faixa de domínio da BR 280, chega-se ao vértice V6 com coordenadas X=698562.1405 e Y=7069710.4099. Deste com azimute de 1º56'38" e distância 282.27m confrontando com a matrícula nº. 8.202, chega-se

ao vértice V3, ponto origem deste memorial.”

Art. 2º. A área será desapropriada para fins de abertura de logradouro público, conforme alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotação específica do orçamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 93/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/2016– PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 163/2016 - PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA APLICAÇÃO EM ÁGUA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 163/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: STARTUBO COMERCIAL EIRELI, com sede na Rua XV de Novembro, n.º 780, Sítio São José, em Mombuca/SP, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.191.995/0001-18.

Vigência: Início: 14/12/2016 Término: 13/12/2017

Fornecedor: 3024610 - STARTUBO COMERCIAL EIRELI					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	137,5	MT	TUBO PONTA E BOLSA K7 - TKJGS 400 6000	498,00	68.475,00
2	4	PC	VÁLVULA EURO 23 C/FLANGES CORPO CURTO + CABEÇOTE - ARRUELAS E PARAFUSOS COM PORCAS INCLUSOS - R23FC 10/16-ATSQ 50	250,00	1.000,00
5	3	PC	VENTOSA TRÍPLICE FUNÇÃO - ARRUELAS, PARAFUSOS E PORCAS INCLUSOS - VTF 10/16/25-ATSQ 50	230,00	690,00
6	3	PC	TÊ COM FLANGES - ARRUELAS, PARAFUSOS E PORCAS INCLUSOS - TFF 10-ATSQ 200 150	568,00	1.704,00
7	3	PC	LUVAS COM BOLSAS JGS LIGS 400	648,00	1.944,00
8	3	PC	TÊ-BOL-FI TJGSF 10/16/25 250 50	425,00	1.275,00
9	3	PC	VÁLVULA EURO 23 C/FLANGES CORPO CURTO + CABEÇOTE - ARRUELAS, PARAFUSOS E PORCAS INCLUSOS R23FCNG10/16ISO-ATSQ 150	800,00	2.400,00

10	3	PC	TÊ COM BOLSAS JGS E FLANGE - ARRUELAS, PARAFUSOS E PORCAS INCLUSOS TJGSF 10/16-ATSQ 400 100	1.092,00	3.276,00
11	3	PC	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES - ARRUELAS, PARAFUSOS E PORCAS INCLUSOS RFF 10/16-ATSQ 100 50	130,00	390,00
Total				R\$81.154,00	

Guaramirim (SC), 23 de dezembro de 2016.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2016 – PMG
Processo Licitatório nº 191/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DE SUBESTAÇÃO DE 300KVA EM POSTE, CONTEMPLANDO A RETIRADA DE UM TRANSFORMADOR COM POTÊNCIA IGUAL A 225KVA, INSTALAÇÃO DE UM TRANSFORMADOR COM POTÊNCIA IGUAL 300KVA, TROCA DE DISJUNTORES, CABOS E CONEXÕES AO BARRAMENTO, CONFORME PROJETO.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Serrana Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64, estabelecida na Ottokar Doerffel, nº 841, bairro Atiradores, município de Joinville, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 14/12/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 22 de dezembro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2016 – PMG
Processo Licitatório nº 191/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM DE SUBESTAÇÃO DE 300KVA EM POSTE, CONTEMPLANDO A RETIRADA DE UM TRANSFORMADOR COM POTÊNCIA IGUAL A 225KVA, INSTALAÇÃO DE UM TRANSFORMADOR COM POTÊNCIA IGUAL 300KVA, TROCA DE DISJUNTORES, CABOS E CONEXÕES AO BARRAMENTO, CONFORME PROJETO.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Central Elétrica Vale do Itajaí Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 85.341.782/0001-85, estabelecida na Rua Angola, nº 187, bairro Nações, município de Itajaí, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 14/12/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 22 de dezembro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2016 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Aquisição de equipamentos para o corpo de bombeiro voluntário: pré-hospitalar, salvamento aquático, combate a incêndios, resgate veicular e resgate em altura com recursos oriundos do Convênio nº 00251/2016 com o estado de Santa Catarina.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 24.586.113/0001-89 e inscrição Estadual nº 257.937.986, estabelecida na Rua Alberto Manske, nº 84, fundos 2, bairro Passo Manso, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de fornecimento em 60 (sessenta) dias e da vigência do contrato até a data de 17 de abril de 2017.

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 17/04/2017.

Guaramirim (SC), 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 039/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 039/2016 – FMS
Processo Licitatório nº 050/2016 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM ANESTESIOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA GERAL, CIRURGIA GINECOLÓGICA, CIRURGIA VASCULAR, DERMATOLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, GASTROENTEROLOGIA, NEUROLOGIA, OFTALMOLOGIA, ORTOPIEDIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, PROCTOLOGIA, PSIQUIATRIA, REUMATOLOGIA E UROLOGIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 155, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Zandavalli Clínica Médica Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.835.416/0001-55, estabelecida na Rua João Picolli, nº 348, sala 1, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 20/12/2016 Vigência: 31/12/2017

Guaramirim (SC), 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

NOTA DE RETIFICAÇÃO LEI Nº. 4383/2016

NOTA DE RETIFICAÇÃO LEI Nº. 4383/2016

Retifica a Lei nº. 4383/2016, publicada no dia 22/12/2016 (quinta-feira), DOM/SC - Edição nº. 2151, para constar a assinatura do Sr. José Olívio Papp, Secretário de Gestão Estratégica.

PORTARIA Nº. 717/2016

PORTARIA Nº. 717/2016

Concede licença saúde para Lidianie Maria Mettler.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Lidianie Maria Mettler, na função de Diretora de Comunicação, vinculada ao Gabinete do Prefeito, a partir de 09 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 718/2016

PORTARIA Nº. 718/2016

Exonera Cibelli Simoni Persch.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Cibelli Simoni Persch, da função de Diretora de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de dezembro de 2016.

Guaramirim/SC, 22 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº. 08/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 08/2016/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação de inscrição de entidades no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE GUARAMIRIM, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.638 de 26 de outubro de 2009, pelo Regimento Interno do CMDCA de 27 de Agosto de 2012, pela Resolução nº 164 de 09 de abril de 2014 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de novembro de 2016,

Considerando:

- A necessidade de regulamentar os procedimentos com vistas à inscrição dos programas de atendimento às crianças e/ou adolescentes executados pelas Entidades Governamentais e Não governamentais, de conformidade com o artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o registro da entidade Governamental Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim - CMDCA .

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 21 de dezembro 2016.

JANDIRA VRÉS FREITAG

PRESIDENTE DO CMDCA

TERMO DE ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 198/2016 PMG

PROCESSO LICITATORIO N.º 198/2016- PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 198/2016 – PMG

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

1. Trata-se de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item para Aquisição de 01 (uma) retroescavadeira 4 x 4 com potência líquida mínima de 79 hp e demais características técnicas mínimas, constantes no termo de referência.
2. Diante das impugnações apresentadas pelas empresas Macromaq Equipamentos Ltda. e Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda, verifica-se a existência de vícios no edital que maculam os ditames do procedimento licitatório.
3. Assim, nos termos da Súmula 473 do STF, ANULO o presente processo licitatório.

Guaramirim (SC), 22 de dezembro de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LAURO FRÖHLICH

Guarujá do Sul

PREFEITURA

202/2016

DECRETO Nº 202/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.258,85 (cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

01- Departamento de Urbanismo:

Atividade: 0801.15.452.0019.2.021

3.3.90.00-00.00.0008- Aplicações Diretas R\$ 5.258,85 -----

Soma R\$ 5.258,85 -----

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação do exercício de 2016, referente recursos do COSIP, no valor de R\$ 5.258,85.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

22 de dezembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3612/2016

DECRETO Nº 3612/2016.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município DECRETA :

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, nos dias 23 e 30 de dezembro de 2016.

§1º O Ponto facultativo que trata este Decreto, não se aplica aos servidores lotados em repartições que desempenhem serviços de caráter essencial.

§2º Considera-se para fins desse Decreto como serviços de caráter essencial aqueles prestados pelo Abrigo Municipal Anjos da Luz e UPA – 24C Horas, que atenderão no horário normal.

Art. 2º Nos dias 26,27,28 e 29 de dezembro de 2016, as repartições públicas Municipais trabalharão em regime especial das 12h30min às 17h, já os serviços de competência da Secretaria de Saúde, exceto UPA 24 horas, realização atendimento de 6 (seis) horas ininterruptas, sendo das 7h às 13h.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste(SC) EM 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1427/2016

PORTARIA Nº 1427/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 291/2015, do Servidor PAULO CÉZAR DOLEJAL BERTÉ (Matr. 516), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Administrador, Nível – 12/1, Referência “F”, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2013 e 01 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 22 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1428/2016

PORTARIA Nº 1428/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR OS EFEITOS da Portaria nº 772/2015, da Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência - 7/A, Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, a contar de 30 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 30 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1429/2016

PORTARIA Nº 1429/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 7/A, do anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, à Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 01 de Novembro de 2013 a 31 de outubro de 2016, consoante o que determina o Decreto nº 3277 de 05 de Maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 31 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

TERMO ADITIVO CT 02/2014

TERMO ADITIVO Nº 001/2016-FMS

CONTRATO Nº 002/2014 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2013 – DISPENSA Nº 011/2013

Termo aditivo ao contrato público administrativo 002/2014, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Clovis José Busatto, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, de ora em diante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.592.369/0009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Dr. Alciomar Antônio Marin Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 385.909.219-72, de ora em diante denominado de CONTRATADO. Resolvem pactuar este termo aditivo de prorrogação de vigência, com amparo na Cláusula Sexta do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 002/2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, para o exercício financeiro de 2017, compreendido o período de 01/01/2017 até 31/12/2017. Podendo, à critério de Administração, ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado. A partir de 01/01/2017, o valor mensal pago pelo Fundo Municipal de Saúde, ao Hospital Univ. Santa Terezinha, conforme proposta apresentada pelo hospital, e aprovada pelo Executivo Municipal, passa a ser de R\$ 5.594,00(Cinco Mil Quinhentos e noventa e quatro reais), perfazendo nos 12 meses do ano um total de R\$ 67.128,00(Sessenta e Sete Mil Cento e Vinte Oito Reais).

Cláusula Segunda: Para próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de ano de 2017. As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 06 de Dezembro de 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

HOSPITAL UNIV. SANTA TEREZINHA - HUST
Diretor Geral: Dr. Alciomar Antônio MARIN
Contratado

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF –490.157.709-30

Antônio L. S. do Amaral
CPF:253.216.419-00

TERMO ADITIVO CT 06/2014

TERCEIROTERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 006/2014 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 051/2013
PREGÃO PRESENCIAL No 039/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 0006/2013, que entre si celebram O Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam - FMAS, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CNPJ: sob nº 14.760.897/0001-66, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício o Sr. CLOVIS JOSÉ BUSATTO, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1 e o Sr. Francisco Gheno, CPF N.º 032.647.429-34, RG Nº 3.828.524, residente na Avenida 20 de Julho, 461, Centro, Ibiam/SC, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2016 do contrato 006/2014 do FMAS, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 006/2014 do FMAS de Ibiam, para o exercício financeiro de 2017, compreendido de 01/01/2017 até 30/12/2017. A partir de 01/01/2017, o valor mensal pago pelo Fundo Municipal de Assistência Social, ao Sr. FRANCISCO GHENO, passa a ser de R\$ 1.073,80(mil e setenta e três reais e oitenta centavos), perfazendo nos 12 meses do ano um total de R\$ 12.885,60 (doze mil oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 30/12/2017.

Cláusula Terceira – As demais Cláusulas do contrato 006/2014 FMAS permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 23 de dezembro de 2016.

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Francisco Gheno
CPF: 032.647.429-34
Contratado

TESTEMUNHAS:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Eudes Vilmar Trindade
CPF: 509.352.839-00

TERMO ADITIVO CT 06/2015

TERMO ADITIVO Nº 001/2016-FMS

CONTRATO Nº 006/2015 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2014 – TOMADA DE PREÇO nº 011/2014

Termo aditivo ao contrato público administrativo 006/2015, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000 CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, de ora em diante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado a SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.392.348/0001-60 estabelecido na Vila São Roque, s/n, interior, no Município de Chapecó, SC, neste ato representado pelo Sr. Jeferson Doacyr Balbinot, inscrito no CPF sob o nº 034.244.159-04, residente e domiciliado à Rua Concórdia, nº 239, Bairro Líder Chapecó - SC, de ora em diante denominado de CONTRATADO. Resolvem pactuar este termo aditivo de prorrogação de vigência, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 006/2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, para o exercício financeiro de 2017, compreendido o período de 01/01/2017 até 31/12/2017. Podendo, a critério de Administração, ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado.

Valores serão pagos através de reajustados pelo índice INPC correspondente a 6,35% acumulado no ano .

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Mensal	INPC	Valor Mensal
1	12	mês	Serviço de coleta, transporte e incineração para até 600 litros/mês de resíduos sólidos tipo A/E provenientes das área de saúde, de acordo com a RDC 306/04 e 305/02 da Anvisa e demais legislações vigentes relacionadas aos resíduos de saúde. A coleta deverá ser quinzenal através de veículos especializados, licenciados e identificados para este tipo de transporte.	R\$1.396,00	6,35%	R\$1.484,64
2	600	LT	Serviço de coleta, transporte e incineração para até 50 litros/mês excedentes de resíduos sólidos tipo A/E provenientes da área de saúde, de acordo com a RDC 306/04 e 305/02 da ANVISA e demais legislações vigentes relacionadas aos resíduos de saúde. A coleta deverá ser quinzenal através de veículos especializados, licenciados e identificados para este tipo de transporte. O desembolso será variável somente da quantidade de litros coletados excedentes ao contratado no item 1.	R\$ 1,63	6,35%	R\$ 1,70
3	360	Kg	Serviço de coleta, transporte e incineração para até 30 Kg/mês excedentes de resíduo sólido tipo B provenientes da área de saúde, de acordo com a RDC 306/04 e 305/02 da ANVISA e demais legislações vigentes relacionadas aos resíduos de saúde. A coleta deverá ser quinzenal através de veículos especializados, licenciados e identificados para este tipo de transporte. O desembolso será variável somente da quantidade de quilos.	R\$ 3,80	6,35%	R\$ 4,04

Cláusula Segunda: Para próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de ano de 2017. As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 01 de Dezembro de 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAS LTDA
Diretor Geral: Dr.Jeferson Doacyr Balbinot
Contratado

TESTEMUNHAS:

Olivo Ceron Antônio
CPF: 304.876.849-15

L. S. do Amaral
CPF: 253.261.419-00

Gustavo Henrique Perin
OAB/SC 45.267

TERMO ADITIVO CT 14/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 014/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 011/2014
PREGÃO PRESENCIAL No 009/2014

Termo aditivo ao Contrato nº 014/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travesa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSÉ BUSATTO, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1 e a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 17.301.930/0001-88, com sede na Rua da Consolação, 317, Sala 3, Bairro Martinho, Xanxerê/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Loacir Milto Fin, CPF: 540.520.259-20, CI 902.056, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2017 do contrato 014/2014, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 014/2014 do Município de Ibiam, para o exercício financeiro de 2017, compreendido o período de 01/01/2017 até 31/12/2017. Podendo, à critério de Administração, ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado. A partir de 01/01/2017, o valor mensal pago pelo Município de Ibiam, à ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP, passa a ser de R\$ 4.940,00(quatro mil e novecentos e quarenta reais), perfazendo nos 12 meses do ano um total de R\$ 59.280(cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais). Com base no índice INPC de 7,38%.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2017.

Cláusula Terceira – As demais Cláusulas do contrato 014/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 20 de Dezembro de 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CNPJ: 17.301.930/0001-88
Sócio Adm: Loacir Milto Fin
CONTRATADA

Testemunhas

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF:490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF:004.198.899-25

TERMO ADITIVO CT 23/2015

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº 023/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015

O Município de Ibiam, representado pelo Prefeito Municipal, CLOVIS JOSÉ BUSATTO, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, e a Empresa Líder Materiais Elétricos Ltda EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.521.103/0001-05, com sede à Rua 29 de Julho, nº 224, Sala 1, Centro, na cidade de Concordia/SC, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Antônio Fernando Franchin, CPF: 477.062.959-15, CI 10/R 1.109.781, de ora em diante denominado de Contratado, com fulcro na cláusula Terceira e décima segunda do contrato nº 023/2015, e artigo 65 da Lei Federal

nº 8.666 de 21 de julho de 1993, bem como solicitação realizada, resolvem celebrar este instrumento, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: As partes acima identificadas resolvem em comum acordo aditar o prazo do contrato 023/2015, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de Janeiro de 2016, até 31 de dezembro de 2017.

Cláusula Segunda: A partir desta data, o contrato tem o valor majorado, precedendo-se o reajuste de valores pelo índice do INPC acumulado desde a data da assinatura do contrato 023/2015, correspondente a 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), passando a vigorar com o seguinte valor:

Item	Descrição	Valor atual pago por mês.	Valor reajustado pago por mês
1	Coleta, transporte e destino final do lixo urbano do Município de Ibiã, para o ano de 2016. As coletas devem ocorrer 2 vezes por semana, no período da manhã, nas terças e sábados, no horário compreendido entre 07:30 as 10:30 horas. A critério da Administração Municipal de Ibiã, os dias e horários de coletas, poderão sofrer alteração, no decorrer da vigência do contrato.	R\$ 12.257,85	R\$ 13.162,47

Cláusula Terceira: Este termo aditivo entre em vigor na data de sua assinatura, com termino em 31/12/2017.

Cláusula Quarta: As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteradas e por estarem certos, firmam este Termo Aditivo em duas vias, perante Testemunhas que também assinam.

Ibiã – SC, 20 de Dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP
CNPJ: 00.521.103/0001-05
Adm.: Antônio Fernando Franchin

Testemunhas:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

TERMO ADITIVO CT 45/2015

TERMO ADITIVO Nº 003/2016

CONTRATO Nº 045/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015

Termo aditivo ao contrato público administrativo 045/2015, que celebram MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, representado pelo Prefeito Municipal, Clóvis José Busatto, CPF nº 497.720.139-49, residente e domiciliado em Ibiã – SC, e de outro lado a empresa DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 12.323.692/0001-98, com sede na BR 470, Km 102, nº 460, Ribeirão Basílio, Apiúna – SC, CEP nº 89.135-000, neste ato representada por seu Administrador Fábio Barni, CPF nº 003.980.379-14, pactuam o presente termo aditivo, com fulcro na cláusula décima primeira do contrato e art. 65 da lei 9.666/93, pelas cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado até dia 30 de abril de 2017.

Cláusula Segunda: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiã – SC, 20 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP
CNPJ nº 12.323.692/0001-98

Fábio Barni

Testemunhas:

Rosinei Ceron
CPF nº 004.918.899-25

Olivo Ceron
CPF nº 304.876.849-15

TERMO ADITIVO CT 48/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

CONTRATO Nº 048/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2016

Termo aditivo ao contrato público administrativo 048/2016, que celebram MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, representado pelo Prefeito Municipal, CLOVIS JOSÉ BUSATTO, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, e de outro lado à empresa MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 23.108.271/0001-60, com sede na Rua Dolores Duram, nº 393, Itoupava Norte, Blumenau – SC, CEP: 89.052.020, neste ato representada por seu Administrador o Sr. Ulysses Martini, CPF nº 073.024.809-74, pactuam o presente termo aditivo, com fulcro na cláusula décima primeira do contrato e art. 65 da lei 9.666/93, pelas cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado até dia 30 de março de 2017.

Cláusula Segunda: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam – SC, 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE IBIAM
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

MARTINI E FRANCISCATTO ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº 23.108.271/0001-60
Rep. Ulysses Martini

Testemunhas:

Rosinei Ceron
CPF nº 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF nº 490.157.709-30

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 086, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 086, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
NOMEIA LEILOEIRO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ULISSES DONIZETE RAMOS, devidamente inscrito no CPF sob o n. 102.471.938-36 e RG n.2.222.8858/SESP/SC, matriculado regularmente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC sob nº AARC 309, como Leiloeiro Público Oficial credenciado através do Processo Licitatório n.º54/2015, Contrato PMI 028/2016, homologado em 30 de junho de 2015, para proceder ao LEILÃO de Bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis.

Art. 3º Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 21 de dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 082 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 082 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016 na importância de R\$ 833.000,00 (oitocentos e setenta e trinta e três mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 07	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude			
UNIDADE – 02	Diretoria de Ensino			
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	78	0.1.018 – Fundeb 60%	Aplicações Diretas	513.000,00
ÓRGÃO – 05	Secretaria de Planejamento e Gestão			
UNIDADE – 01	Secretaria de Planejamento e Gestão			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	26	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	51.500,00
ÓRGÃO – 11	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos			
UNIDADE – 01	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	191	0.1.008 - COSIP	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 05	Secretaria de Planejamento e Gestão			
UNIDADE – 01	Secretaria de Planejamento e Gestão			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	28	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	80.000,00
ÓRGÃO – 07	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude			
UNIDADE – 02	Diretoria de Ensino			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00	221	0.1.036 – Outras Transf. do FNDE	Aplicações Diretas	7.470,00
ÓRGÃO – 04	Secretaria Municipal de Governo			
UNIDADE – 02	Procuradoria Jurídica			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	12	0.1.011 – Fundo da Procuradoria Jurídica	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 07	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude			
UNIDADE – 04	Diretoria de Desporto e Juventude			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	6.300,00
ÓRGÃO – 08	Secretaria de Indústria, Com. E Turismo			
UNIDADE – 01	Secretaria de Indústria, Com. E Turismo			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRET. DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	106	0.1.0 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	230,00
ÓRGÃO – 15	Fundo Municipal de Assistência Social			
UNIDADE – 01	Fundo Municipal de Assistência Social			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MIN. ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	22.500,00
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	8	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	132.000,00
Total Geral		833.000,000		

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 07	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude			
UNIDADE – 02	Diretoria de Ensino			
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	79	0.1.019 – Fundeb 40%	Aplicações Diretas	513.000,00
ÓRGÃO – 05	Secretaria de Planejamento e Gestão			
UNIDADE – 01	Secretaria de Planejamento e Gestão			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	29	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	51.500,00
ÓRGÃO – 11	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos			
UNIDADE – 01	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	192	0.1.008 - COSIP	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 05	Secretaria de Planejamento e Gestão			
UNIDADE – 01	Secretaria de Planejamento e Gestão			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	29	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	80.000,00
ÓRGÃO – 07	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude			
UNIDADE – 02	Diretoria de Ensino			
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	222	0.1.036 – Outras Transf. do FNDE	Aplicações Diretas	7.470,00

ÓRGÃO – 04	Secretaria Municipal de Governo			
UNIDADE – 02	Procuradoria Jurídica			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	15	0.1.011 – Fundo da Procuradoria Jurídica	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO – 07	Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude			
UNIDADE – 04	Diretoria de Desporto e Juventude			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	101	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	6.300,00
ÓRGÃO – 08	Secretaria de Indústria, Com. E Turismo			
UNIDADE – 01	Secretaria de Indústria, Com. E Turismo			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRET. DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO			
Dotação	Cód. resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	106	0.2.0 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	230,00
ÓRGÃO – 15	Fundo Municipal de Assistência Social			
UNIDADE – 01	Fundo Municipal de Assistência Social			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MIN. ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	24	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	22.500,00
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	7	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	9	0.1.000 – Recursos Ordinários	Aplicações Diretas	132.000,00
Total Suplementação		833.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 15 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 083, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 083, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$787.100,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO			
UNIDADE – 01	GABINETE DO PREFEITO			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	0.1.000	Recursos Ordinários	16.700,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO			
UNIDADE – 01	GABINETE DO VICE-PREFEITO			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	6	0.1.000	Recursos Ordinários	11.200,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA DE GOVERNO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SEC. DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	9	0.1.000	Recursos Ordinários	20.500,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	16	0.1.000	Recursos Ordinários	28.500,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	0.1.000	Recursos Ordinários	65.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	22	0.1.000	Recursos Ordinários	35.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	56	0.1.000	Recursos Ordinários	80.900,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	68	0.1.000	Recursos Ordinários	96.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	74	0.1.000	Recursos Ordinários	10.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DE IND. COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE IND. COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE IND. COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	106	0.1.000	Recursos Ordinários	10.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	120	0.1.000	Recursos Ordinários	20.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	181	0.1.000	Recursos Ordinários	60.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	184	0.1.000	Recursos Ordinários	40.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	202	0.1.000	Recursos Ordinários	13.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	117	0.1.000	Recursos Ordinários	13.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	196	0.1.000	Recursos Ordinários	8.300,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	21	0.1.002	Recursos Ordinários	50.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	0.1.002	Recursos Ordinários	150.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	5	0.1.002	Recursos Ordinários	17.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	18	0.1.002	Recursos Ordinários	20.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	27	0.1.002	Recursos Ordinários	22.000,00
Total Geral			787.100,00	

Art. 2º Para a Suplementação que trata o artigo (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentárias:

Orgão/Unidade	Projeto/Atividade	Cód. Reduzido	Valor	Fonte de Recursos
17.01	2.400 - Manutenção do Fundema	2	R\$ 12.600,00	01000
17.01	2.400 - Manutenção do Fundema	8	R\$ 19.700,00	01000
17.01	2.400 - Manutenção do Fundema	10	R\$ 5.000,00	01000
17.01	1400 - Aquisição de área para exploração Mineral	1	R\$ 5.000,00	01000
16.01	2.301 - Manutenção da Rede de Abastecimento	12	R\$ 10.000,00	01000
16.01	2.300 - Manutenção do SAMAE	7	R\$ 40.000,00	01000
16.01	2.300 - Manutenção do SAMAE	9	R\$ 185.000,00	01000
16.01	1.300 - Construção, Ampliação e Manu. Rede ag.	3	R\$ 50.000,00	01000
14.05	2.115 – Teto Municipal MAC	43	R\$ 110.000,00	01002
14.06	1.100 – Programa Reequip. UBS Construção e Amp	48	R\$ 39.500,00	01002
14.04	2.114 - Farmácia Básica	42	R\$ 45.000,00	01002
11.01	2.063 – Manut. Convênio de Trânsito - Polícia Civil	194	R\$ 8.300,00	01000
10.01	2.055 – Manutenção Da Sec. Pesca e Aquicultura	134	R\$ 8.000,00	01000
10.01	1.057 - Construção, Ampliação e Reforma Galpão	133	R\$ 5.000,00	01000
10.01	1.057 - Construção, Ampliação e Reforma Galpão	130	R\$ 5.000,00	01000
10.01	1.056 – Construção, ampl. e reforma de Trapiches	127	R\$ 5.000,00	01000
09.01	2.051 – Programa de Inspeção Municipal	124	R\$ 4.500,00	01000
09.01	1.050 - Aquis. Maquinas e Equip Agrícolas	112	R\$ 2.800,00	01000
07.04	2.035 – Manutenção do Desporto e Juventude	101	R\$ 8.900,00	01000
07.03	2.034 – Manutenção das Atividades Culturais	90	R\$ 8.000,00	01000

07.02	2.022 - Manutenção do NAE	52	R\$ 50.000,00	01001
07.02	2.022 - Manutenção do NAE	54	R\$ 13.200,00	01001
07.02	1014 – Implantação, Reforma e Ampli Informática	50	R\$ 5.000,00	01001
08.01	1.052 - Construção, ampl, e ref Galpão	113	R\$ 5.000,00	01001
08.01	1.052 - Construção, ampl, e ref Galpão	116	R\$ 5.000,00	01001
07.03	1.015 - Construção, ampli. Ref. Biblioteca	87	R\$ 10.000,00	01001
07.03	1.015 - Construção, ampli. Ref. Biblioteca	88	R\$ 10.000,00	01001
07.02	2.029 - Manutenção ensino Fundamental	73	R\$ 10.000,00	01001
07.02	2.028 - Manutenção da Educação Infantil	67	R\$ 7.900,00	01001
06.01	2.013 – Manutenção dos Encargos Gerais	29	R\$ 93.700,00	01001
Total de Reduções			R\$ 787.100,00	
Total Geral		R\$ 787.100,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 19 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 085, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 085, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO TEMPORÁRIA DE PREGOEIRO E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de atribuições que lhe confere o art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a CI n.096/2016 da Secretaria de Administração e Finanças;

CONSIDERANDO o afastamento da atual pregoeira para tratar de assuntos de saúde;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de realização dos processos licitatórios n.026/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para atuar nos processos licitatórios n.026/2016, conforme segue:

I – Debora Borges Catarina, Pregoeira Oficial;

II – José Domingos Jr, Equipe de Apoio;

III – Adelson Silva, Equipe de Apoio.

Parágrafo único – Na ausência de algum membro da Equipe de Apoio assumirá o respectivo cargo ou função a Sra. Haline de Mendonça Jacques Dias, o Sra.Viviane Vilmar Nunes Laurentino e o Sr. Diego Postai.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até a conclusão dos processos licitatórios n.026/2016.

Imaruí, SC, 21 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito de Imaruí

DECRETO Nº. 84, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 84, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETA expediente interno e reCESSO ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMARUÍ, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 61, do parágrafo VI da Lei Orgânica do Município, e considerando as festividades natalícias e de final de ano;

Considerando a necessidade de paralisação dos serviços públicos nestes dias comemorativos;

Considerando ainda a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado expediente interno nas Repartições Públicas do Município no período de 19 de Dezembro de 2016 a 02 de Janeiro de 2017.

Paragrafo único. Fica ratificado o feriado nacional alusivo às comemorações de 25 de dezembro de 2016 e 01 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 3º - Os processos sindicantes e disciplinares, bem como os pretensos recursos licitatórios não ficarão suspensos nos prazos de expediente interno mencionados neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 19 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 1.953 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº. 1.953 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$787.100,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO			
UNIDADE – 01	GABINETE DO PREFEITO			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	0.1.000	Recursos Ordinários	16.700,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE-PREFEITO			
UNIDADE – 01	GABINETE DO VICE-PREFEITO			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	6	0.1.000	Recursos Ordinários	11.200,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA DE GOVERNO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SEC. DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	9	0.1.000	Recursos Ordinários	20.500,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	16	0.1.000	Recursos Ordinários	28.500,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	20	0.1.000	Recursos Ordinários	65.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	22	0.1.000	Recursos Ordinários	35.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	56	0.1.000	Recursos Ordinários	80.900,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	68	0.1.000	Recursos Ordinários	96.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	74	0.1.000	Recursos Ordinários	10.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DE IND. COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE IND. COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE IND. COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	106	0.1.000	Recursos Ordinários	10.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	120	0.1.000	Recursos Ordinários	20.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	181	0.1.000	Recursos Ordinários	60.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	184	0.1.000	Recursos Ordinários	40.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	202	0.1.000	Recursos Ordinários	13.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	117	0.1.000	Recursos Ordinários	13.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVS. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	196	0.1.000	Recursos Ordinários	8.300,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	21	0.1.002	Recursos Ordinários	50.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	0.1.002	Recursos Ordinários	150.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	5	0.1.002	Recursos Ordinários	17.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	18	0.1.002	Recursos Ordinários	20.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	27	0.1.002	Recursos Ordinários	22.000,00
Total Geral			787.100,00	

Art. 2º Para a Suplementação que trata o item (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentárias:

Orgão/Unidade	Projeto/Atividade	Cód. Reduzido	Valor	Fonte de Recursos
17.01	2.400 - Manutenção do Fundema	2	R\$ 12.600,00	01000
17.01	2.400 - Manutenção do Fundema	8	R\$ 19.700,00	01000
17.01	2.400 - Manutenção do Fundema	10	R\$ 5.000,00	01000
17.01	1400 - Aquisição de área para exploração Mineral	1	R\$ 5.000,00	01000
16.01	2.301 - Manutenção da Rede de Abastecimento	12	R\$ 10.000,00	01000
16.01	2.300 - Manutenção do SAMAE	7	R\$ 40.000,00	01000
16.01	2.300 - Manutenção do SAMAE	9	R\$ 185.000,00	01000
16.01	1.300 - Construção, Ampliação e Manu. Rede ag.	3	R\$ 50.000,00	01000
14.05	2.115 – Teto Municipal MAC	43	R\$ 110.000,00	01002
14.06	1.100 – Programa Reequip. UBS Construção e Amp	48	R\$ 39.500,00	01002
14.04	2.114 - Farmácia Básica	42	R\$ 45.000,00	01002
11.01	2.063 – Manut. Convênio de Trânsito - Polícia Civil	194	R\$ 8.300,00	01000
10.01	2.055 – Manutenção Da Sec. Pesca e Aquicultura	134	R\$ 8.000,00	01000
10.01	1.057 - Construção, Ampliação e Reforma Galpão	133	R\$ 5.000,00	01000
10.01	1.057 - Construção, Ampliação e Reforma Galpão	130	R\$ 5.000,00	01000
10.01	1.056 – Construção, ampl. e reforma de Trapiches	127	R\$ 5.000,00	01000
09.01	2.051 – Programa de Inspeção Municipal	124	R\$ 4.500,00	01000
09.01	1.050 - Aquis. Maquinas e Equip Agrícolas	112	R\$ 2.800,00	01000
07.04	2.035 – Manutenção do Desporto e Juventude	101	R\$ 8.900,00	01000
07.03	2.034 – Manutenção das Atividades Culturais	90	R\$ 8.000,00	01000
07.02	2.022 - Manutenção do NAE	52	R\$ 50.000,00	01001
07.02	2.022 - Manutenção do NAE	54	R\$ 13.200,00	01001
07.02	1014 – Implantação, Reforma e Ampli Informática	50	R\$ 5.000,00	01001
08.01	1.052 - Construção, ampl, e ref Galpão	113	R\$ 5.000,00	01001
08.01	1.052 - Construção, ampl, e ref Galpão	116	R\$ 5.000,00	01001
07.03	1.015 - Construção, ampli. Ref. Biblioteca	87	R\$ 10.000,00	01001
07.03	1.015 - Construção, ampli. Ref. Biblioteca	88	R\$ 10.000,00	01001
07.02	2.029 - Manutenção ensino Fundamental	73	R\$ 10.000,00	01001
07.02	2.028 - Manutenção da Educação Infantil	67	R\$ 7.900,00	01001
06.01	2.013 – Manutenção dos Encargos Gerais	29	R\$ 93.700,00	01001
Total de Reduções			R\$ 787.100,00	
Total Geral		R\$ 787.100,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 19 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.954, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº. 1.954, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes, metas, objetivos, e as prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2017, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Imaruí para o exercício de 2017, EM CUMPRIMENTO AO art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04, de maio de 2000, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017;

II – a estrutura e organização dos orçamentos do Município, dos Fundos Municipais e das Autarquias;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, e suas alterações;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII – as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º - A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2017 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais.

§ 1º - Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000- LRF.

I – Demonstrativo I – Metas Anuais;

II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo V – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII – Demonstrativo VI.a – projeção Atuarial do RPPS;

VIII – Demonstrativo VIII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX – Demonstrativo IX – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X – Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;

XI – Anexo I.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

XII – Anexo II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas – Total das Despesas;

XIII – Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das principais Despesas;

XIV – Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV – Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das metas Anuais para o resultado Nominal;

XVI – Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XIX – Anexo VII - Demonstrativo da origem e Destinação dos Recursos;

XX – Anexo IX – Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI – Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII – Anexo XI – Relatório das metas e prioridades das Despesas por programas;

Art. 3º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 (LOA) serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo desta Lei, decorrentes das discussões junto à população, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017 (LOA) o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas

nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5º - O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento de ensino fundamental e infantil, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo 15% das referidas receitas.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI – Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

XII – Concedente, órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

XIII – Conveniente, órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos governos Federal, Estaduais, Municipais, e as entidades privadas, com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrente de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

XIV – Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

XV – Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei orçamentária e na respectiva lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º - Os produtos e as unidades de medidas a que se refere o §3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§5º - As metas físicas serão identificadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais;

§6º - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§7º - Cada projeto contará somente de uma esfera orçamentária e de um programa;

§8º - A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área de atuação governamental, ainda que seja viabilizada com a transferência de recursos a entidade públicas e privadas.

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos Municipais e Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Autarquia e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- III – Resumo Geral Natureza da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II, da LRF);
- XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);
- XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22, da Lei 4.320/64;
- XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º, da CF);
- XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I, da LRF);
- XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017. (Art. 5º, III, da LRF);
- XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);
- XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício. (Art. 4º, § 1º e 9º, da LRF);
- XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para o exercício. (Art. 8º e Art. 50, I, da LRF).

§ 1º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora cada Fundo Municipal e Autarquia com orçamento e contabilidade próprios.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal, desde que no mesmo Projeto Atividade.

§ 4º O orçamento dos Fundos Municipais e Autarquias descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 5º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menores volumes não exigidos sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 10 - A mensagem que encaminhar ao Poder Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 11 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município

Art. 12 - O orçamento para o exercício de 2017 obedecerá os princípios da transparência, do controle social e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias. (Art. 1º, § 1º e Art. 4º, I, "a" da LRF).

I – O princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

II – O princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante o regular exercício da cidadania e dos processos de consulta.

III – O princípio do equilíbrio das contas públicas implica assegurar que a elaboração, aprovação e a execução da Lei orçamentária será orientada no sentido de alcançar equilíbrio entre receitas e despesas capaz de garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 13 - Os Fundos Municipais e Autarquia terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestoras Centrais, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 9º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais e Autarquias serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais e Autarquias deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 14 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2017 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita municipal nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 12 da LRF.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 15 - Se a receita estimada para 2017 comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 17 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º, da LRF).

Art. 18 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício anterior.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 19 - O orçamento para o exercício de 2017 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. (Art. 5º, III, "d" da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO desta Lei (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, ser utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 20 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 21 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, Art. 9º e Art. 13 da LRF).

Art. 22 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, parágrafo único e Art. 50, I, da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e Art. 50, I, LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e Art. 50, I, da LRF).

Art. 23 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do anexo desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 24 - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando ao desenvolvimento do programa de governo.

Art. 25 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial de saúde, assistencial recreativo, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e Art. 26 da LRF).

§ 1º - Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas as entidades associativas municipalistas, a que o Município for associado.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo (Art. 30, parágrafo único da CF/88 e IN nº 014/ 2012 do TCE-SC).

§ 3º - O Poder Executivo disciplinará a liberação dos recursos financeiros a entidades beneficiadas através de Decreto.

§ 4º - As entidades interessadas deverão apresentar o plano de trabalho e demais documentos requeridos pelo Decreto que regulamentará referida questão.

§ 5º - Fica vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais, de dotações, a título de subvenções sociais e a título de auxílio, para entidades privadas cujas condições de funcionamento não forem consideradas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização, de acordo com a al. "f" do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação, fixado nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Parágrafo único: Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, incisos I e II da Lei Complementar nº 101/2000 fazem parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Art. 27 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no anexo desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 28 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 29 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 30 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Órgão ou Secretaria Municipal, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI, da CFRB/88).

Art. 31 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores. (Art. 167, I, da CF).

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Art. 33 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I,

“e” da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, “e”, da LRF).

Art. 34 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, “e” e Art. 9º, § 4º, da LRF).

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 35 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 36 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I, da LRF)

Art. 37 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II, da LRF).

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 38 - Fica considerado objetivo da Administração Municipal o desenvolvimento de programas visando a:

- I – valorizar a imagem pública do servidor municipal, ressaltando a função social do seu trabalho e o incentivando permanentemente a contribuir na qualificação e melhoria do serviço público;
- II – proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores através da qualificação;
- III – melhoria das condições de trabalho do servidor, especialmente com relação à segurança no trabalho e à justa e adequada remuneração; e
- IV – atenção à saúde do servidor.

Art. 39 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 40 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 41 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites previstos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que são de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, calculados sobre a Receita Corrente Líquida.

Parágrafo Único: para assegurar tais limites, o Executivo Municipal, se necessário, adotará medidas pela seguinte ordem:

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 42 - Considerar-se-á despesas de pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros do poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º - As despesas de pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º - As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos constantes do quadro de cargos e salários da administração municipal, serão contabilizados em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 43 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Imaruê, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”

Art. 44 - Os critérios de fixação dos limites das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo serão estabelecidos de conformidade com o art. 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45 - A autorização para o Poder Executivo ceder servidores efetivos mediante convênio a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, será concedida através de lei específica para cada convênio no decorrer do exercício de 2017, relevado o imprescindível caráter e interesse público.

Art. 46 - A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Finanças a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2017, determinados pelo § 1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago;

VII - data do trânsito em julgado.

CAPITULO VII

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Municipal

Art. 47 - A estimativa de receita que constará do Projeto de Lei Anual para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração de tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 48 - A estimativa de receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - criação e atualização da planta genérica de valores do Município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive quanto à progressividade.

III - revisão da legislação sobre uso do solo, com definições e redefinições da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação sobre o Imposto de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas para utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre taxas pelo exercício do Poder de Polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 49 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo considerá-los nos cálculos da receita e apresentar estudos de impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 50 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º, da LRF).

Art. 51- O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º, da LRF).

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 52 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção também no prazo da Lei Orgânica e que não poderá passar do corrente exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 53 - O Poder Executivo Municipal, poderá conceder incentivos fiscais e materiais às novas empresas que desejem se instalar no Município e as já instaladas com proposta de ampliação, visando o desenvolvimento econômico-social, o incremento tributário das receitas do Município, bem como a geração de novos empregos e renda à população imaruiense, nos termos da lei Municipal nº 1.678/2013.

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos considerados involuntários ao ordenador primário das despesas municipais, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 55 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com a iniciativa privada, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 56 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57 – Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017, que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo Único: Os valores do Plano Plurianual 2014/2017 para o exercício de 2017 em diante, bem como as metas físicas, passam a vigorar com a redação dos Anexos da presente Lei, no que couber.

Art. 58 – Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 59 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos durante o exercício de 2017.

Imaruí, SC, 19 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 017, 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEAPI Nº 017, 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de serviço de Táxi e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E INFRAESTRUTURA, no uso de sua competência atribuída pelo art. 2, Inciso XVI da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010, C/C o Art. 25, Inciso III, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o dispositivo do Art. 2, inciso XV, C/C do art. 60 da Lei Complementar 3.647/2010;

Considerando o Art. 25, Inciso II, "d" e "e" da Lei 4.514/2015;

Considerando o dispositivo no Art. 94 da Lei Orgânica do Município consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61 de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II "d" e "e";

Considerando o Processo Administrativo nº 24992/2016;

Considerando CI/DTP nº0079/2016 integrante do Processo Administrativo nº24992/2016;

Considerando as observações contidas na guia de remessa Nº 27028/2016 integrante do Processo Administrativo nº 24992/2016; e
Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, integrante no Processo Administrativo nº 24992/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 11- Vila Nova Alvorada, IMBITUBA-SC, do Senhor NÉLSON DO NASCIMENTO CPF nº 306.023.279-20, para o Senhor LUIZ FILIPE PAMATO DE BRUM ROCHA CPF nº 080.823.459-50, nos termos do Processo Administrativo nº 24992/2016.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de dezembro de 2016.

Juliana da Silva Ignácio
Secretária Municipal de Agricultura Pesca e Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Everson Martins Bernardino
Diretor de Mobilidade Urbana

ERRATA À LEI Nº 4.781/2016

ERRATA À LEI Nº 4.781/2016

A Chefe de Departamento de Atos Normativos da Prefeitura Municipal de Imbituba informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 4.781/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 21 de dezembro do ano em curso, edição 2150, página 369 em virtude de erro de transmissão.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.781, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Campo D'Una, Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos do artigo 1º da Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:
'I – D.S. Rua ESMERALDA, com início na D.S. Rua Ametista, sem saída;

- II – D.S. Rua AMETISTA, com início na rodovia SC 434, e término na D.S. Rua Rubi;
III – D.S. Rua RUBI, com início ao sul da D.S. Rua Ametista, sem saída; e término ao norte da D.S. Rua Ametista, sem saída;
IV – D.S. Rua ÁGATA, com início na rodovia SC 434 e término na D.S. Rua Esmeralda;
V – D.S. Rua TOPÁZIO, com início na D.S. Rua Ágata, sem saída;
VI – D.S. Rua CITRINO, com início na rodovia SC 434, sem saída;
VII – D.S. Rua DIAMANTE, com início na rodovia SC 434, sem saída;
VIII – D.S. Rua JADE, com início na rodovia SC 434 e término na D.S. Rua da Primavera;
IX – D.S. Rua DA PRIMAVERA, com início na rodovia SC 434 e término na D.S. Rua Diamante;
X – D.S. Rua ÔNIX, com início na rodovia SC 434, sem saída;
XI – D.S. Rua JOÃO LEANDRO GREGÓRIO, com início na SC 434 e término na D.S. Rua Pérola;
XII – D.S. Rua GRANADA, com início na D.S. Rua João Leandro Gregório, sem saída;
XIII – D.S. Rua PÉROLA, com início na rodovia SC 434, sem saída;
XIV – D.S. Rua DA FELICIDADE, com início e término na D.S. Rua Pérola;
XV – D.S. Rua DONA DOLORES, com início na rodovia SC 434, sem saída;
XVI – D.S. Rua NOVO MUNDO, com início na rodovia SC 434, sem saída;
XVII – D.S. Rua DOS MANACÁS, com início na rodovia SC 434, sem saída;
XVIII – D.S. Rua AGAPITO MANUEL PEREIRA, com início na rodovia SC 434, sem saída;
XIX – D.S. Rua QUARTZO, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;
XX – D.S. Rua TURQUESA, com início na divisa com o município de Garopaba e término na D.S. Rua Safira;
XXI – D.S. Rua SAFIRA, com início na D.S. Rua Quartzo, sem saída;

XXII – D.S. Rua TURMALINA, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;
XXIII – D.S. Rua PIRITA, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;
XXIV – D.S. Rua ÂMBAR, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;
XXV – D.S. Rua MARFIM, com início na divisa com o município de Garopaba e término na D.S. Rua Âmbar;
XXVI – D.S. Rua MADREPÉROLA, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída."

Art. 2º Ficam acrescentados ao artigo 1º da Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, os Incisos XXVII, XXVIII, XXIX, com a seguinte redação:

- "XXVII – D.S. Rua PÉROLA NEGRA, com início na D.S. Rua Citrino, sem saída;
XXVIII – D.S. Rua ÁGUA-MARINHA, com início na D.S. Rua Diamante e término na D.S. Rua Citrino; e
XXIX – D.S. LOURIVAL CASSIMIRO ALVES, início na rodovia SC 434, sem saída."

Art. 3º O Anexo I (mapa do bairro), previsto no artigo 2º, da Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Campo D'Una, Município de Imbituba/SC, passa a vigorar com a configuração do Anexo I desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

ANEXO LEI Nº 4.781, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 695/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 695, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. LUCIANE FALLEIRO MURADAS, Auditora Fiscal, inscrita no CPF sob o n.º 511.848.500-20, admitida em 03 de novembro de 2010, matrícula nº 5575, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2010 a 2015	01.03.2017 a 30.03.2017 01.08.2017 a 30.08.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 696/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 696, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a alteração da fruição de licença-prêmio, concedida conforme Portarias PMI/GGP nº(s) 517 e 542/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a fruição da licença-prêmio, da servidora FABIANE CORRÊA DO NASCIMENTO, Professora III – 20h, inscrita no CPF sob o nº 781.465.009-78, admitida em 12 de maio de 1992 (contrato nº 159) e admitida em 07 de junho de 1994 (contrato nº 160), concedida conforme Portarias PMI/GGP nº(s) 517 e 542/2016, referente aos quinquênios devidos, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012 2009 a 2014	17.04.2017 a 16.07.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 697/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 697, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a alteração da data de exoneração de servidores em cargos comissionados, elencados na PORTARIA PMI/GGP Nº 674, de 20 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a data de exoneração, dos servidores públicos municipais abaixo descritos, elencados na PORTARIA PMI/GGP Nº 674, de 20 de dezembro de 2016, considerando a importante funcionalidade departamental pelo qual são diretamente responsáveis, junto a Secretaria

Municipal de Administração e Gestão Pública, até o fim da atual gestão administrativa.

Nome	Cargo	CPF	Exoneração
VALDETE DE SOUZA PIRES	Diretor (a)	21612846904	30/12/2016
DILSON PETRASSEM JUNIOR	Diretor (a)	04106942909	30/12/2016
EDSON ROMARIO DE OLIVEIRA	Diretor (a)	00360460941	30/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 698/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 698, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Servidores Contratados Temporariamente, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, os(as) abaixo relacionados(as), admitidos(as) para exercerem os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Bruno Cipriano	Motorista	059.898.589-14	28/12/2016
Carmelinda Luiz de Souza	Auxiliar de Serviços	578.781.029-53	28/12/2016
Milton Fernando de Souza Barroca	Professora II – 40h	737.375.180-68	15/12/2016
Sandrine Botzan Maria	Professora I – 20h	047.446.159-96	15/12/2016
Tânia Mara Porto Laurentino	Professora I – 20h	045.424.399-50	15/12/2016
Zilda de Souza	Servente Merendeira	725.630.289-49	15/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 22 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 699/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 699, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 02/2016, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Matr.	Nome	Cargo	CPF	PSS	Admissão
9028	Vanensa Miguel da Rosa	Professora II – 20h	074.704.709-05	14/2015	16/12/2016
9029	Aderiane Aparecida Marques	Professora I – 20h	065.120.739-83	14/2015	16/12/2016
9030	Daiany Tolentino da Rosa	Professora II – 20h	070.661.909-98	14/2015	16/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 700/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 700, de 22 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Lenir Ramos Pfeiffer	Agente Comunitário de Saúde – PACS (Área 07)	033.671.249-90	02/01/2017

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição a servidora Sra. Ivonete Trietro Daniel, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 4333, inscrita no CPF sob o nº 784.799.169-15, que solicitou demissão, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 052/2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 052, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/GGP Nº 501, de 31 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 26.733/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Renato Ramos da Silva, Vila Nova, próximo ao Estilo Box, Imbituba-SC, a Sr. ELTON CONSTANTE, inscrito no CPF sob o nº 073.265.299-57, residente na Av. Renato Ramos da Silva, s/n, Vila Nova, Imbituba-SC, para realização de atividade de comércio ambulante (venda de frutas e verduras), durante o período de segunda-feira a sábado, das 08:00h as 19:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 31 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 053/2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 053, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/GGP Nº 501, de 31 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 27.101/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Octávio Ribeiro de Castro, Canto da Praia da Vila, Centro, Imbituba-SC, a REDE WEB DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 20.705.016/0001-07, situada na Rua Nereu Ramos, nº 815, Sala 204, Centro, Imbituba-SC, para realização do evento "Festa de Reveillon", durante a virada do ano (31/12/2016 – 01/01/2017).

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 31 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e

intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória devere restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 054/2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 054, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/GGP Nº 501, de 31 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 25.893/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Irineu Bornhausen com Avenida Santa Catarina, em frente ao TER, Centro, Imbituba-SC, a DANIELA ADRIANE DENSCHINSKI ZITTALAU, inscrita no CPF sob o nº 045.424.099-61, residente na Rua Irineu Bornhausen, nº 700, Centro, Imbituba-SC, para a atividade de serviços ambulantes de alimentação, no período de 15/12/2016 a 31/12/2016.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 31 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória devere restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 055/2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 055, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/GGP Nº 501, de 31 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 24.993/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Acopiara, s/n, Nova Brasília, Imbituba-SC, ao Sr. ADRIANO BORSATO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 028.231.279-09, residente na Rua João de Araújo, nº 712, Nova Brasília, Imbituba-SC, para a atividade de fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar, no período semanal, no horário das 18:00h às 02:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 31 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 056/2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 056, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações no Processo nº 25751/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada em Nova Brasília, em frente à praça Laurentino João de Oliveira –Imbituba, a Sra. Maria Conceição da Silva, inscrita no CPF nº 88.517.299-72, residente na Rua São Francisco nº 177, Nova Brasília, Imbituba/SC para serviços de vendas de frutas e verduras da época, nos período de Segunda a Sábado, das 08:00h às 18:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.
§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 31 de Dezembro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de Dezembro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 107/2016

PORTARIA CMI Nº 107/2016

“Exonera André Luiz Indalêncio do Cargo em Comissão de Ouvidor Geral”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Exonerar a Senhor André Luiz Indalêncio, portador do RG de nº 4.309.978 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 056.663.209-80, nomeado pela Portaria CMI nº 022/2016, do cargo em comissão de Ouvidor Geral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de dezembro de 2016.

Guilherme Santos Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 22/12/2016.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2332/16

. DECRETO Nº 2332/16
. De 22 de dezembro de 2016

Altera Decreto nº 2314/16 – Que Exonera Assessora de Expediente do Gabinete / CLAUDIAMARA DA LUZ

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2314/16, que passa a vigorar com a seguinte redação:

□Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 23 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assessora de Expediente do Gabinete (CC-3), nomeada nos termos do Decreto nº 809/14, CLAUDIAMARA DA LUZ.”

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 16 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2333/16

DECRETO Nº 2333/16
De 22 de dezembro de 2016

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Artigo 1º - Fica anulado no valor de R\$ 316.875,87 (trezentos e dezesseis mil e oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2101.3319100000000000	01180000	95.747,16
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000000000	01180000	121.128,71
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	01010000	100.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	01180000	95.747,16
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	01180000	121.128,71
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000000000	01010000	100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2334/16

. DECRETO Nº 2334/16

. De 22 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAL, provenientes de provável Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 467.479,96 (quatrocentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	01370005	3.200,00
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	01180000	2.983,70
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	01180000	461.296,26

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação a ser apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 180/16

. LEI COMPLEMENTAR Nº 180

. de 22 de dezembro de 2016

Dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município

O Prefeito do Município de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º - Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º - Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

I - análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - averbação de reserva legal;

VI - licença ambiental para terraplenagem urbana e rural;

VII - certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII - autorização ambiental.

§ 1º - Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º - Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º - A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º - A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º - Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - a taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - as licenças ambientais de operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido, e as licenças simplificadas terão validade de 01 (um) ano, desde que permaneçam as condições iniciais que autorizaram sua concessão; e

III - a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º - O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º - Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º - Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima elencadas deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º - O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º - A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º - No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário

Municipal e suas alterações.

Art. 7º - Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º - Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Fiscal do Município - UFM e serão atualizados anualmente conforme dispõe o Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 9º - As disposições constantes na presente lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, revogado o artigo 361 da Lei Complementar nº 79, de 18/12/2007 (Código Tributário Municipal).

MUNICÍPIO DE INDIAIAL, em 22 de dezembro de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito de Indaial/SC

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Anexo único

Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada, tal prazo ser reduzido.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais serão efetuadas em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme legislação em vigor.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças serão cobrados o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 14/2012 e nº 15/2013, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
P	M	G		
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 13/2012, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UFM

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	42,81	75,39	131,23	229,89	345,30	402,07	575,19	703,62	1.230,41
LAI	106,10	187,07	327,61	571,46	858,12	1.000,52	1.429,59	1.749,75	3.061,14
LAO	212,20	375,08	655,23	1.143,86	1.715,32	2.001,05	2.859,17	3.499,51	6.122,28
Total	361,12	637,54	1.114,07	1.945,21	2.918,74	3.403,64	4.863,94	5.952,89	10.413,83

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades agrícolas, pecuárias e florestais

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	41,88	48,40	77,25	93,07	155,43	186,14
LAI	116,34	139,61	232,68	280,15	212,20	559,36
LAO	77,25	93,07	155,43	186,14	310,86	373,22
Total	235,47	281,08	465,36	559,36	678,50	1.118,73

Tabela nº 04

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UFM para as atividades de Captação de Água Subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
24,20	54,91	67,01	146,12

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UFM 14,89/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UFM 34,44/dia) + V x R (UFM 0,20/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,04

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UFM 20,48 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UFM 20,48 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UFM 42,81 + 0,01 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte, conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA -Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE INDIAIAL/SC).

UFM 42,81 + 0,02 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UFM 24,20 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UFM 42,81 para análise de projeto de corte de vegetação -AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc), com recomposição vegetal. Conforme definido no termo de delegação de atribuição de gestão florestal (FATMA -Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e MUNICIPIO DE INDIAIAL/SC).

UFM 24,20 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UFM 42,81 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvipastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UFM 42,81 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UFM 20,48 para AM ≤ 500

UFM 20,48 + 0,03 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 20,48 + 0,03 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 20,48 + 0,04 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UFM 20,48 para AM ≤ 500

UFM 20,48 + 0,01 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UFM 20,48 + 0,01 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UFM 20,48 + 0,02 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UFM 20,48

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = UFM 20,48

8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UFM 20,48

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental -AuA.

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UFM 47,47

10. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

11. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação
UFM 7,45 + 0,03 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL
UFM 7,45 + 0,05 x NM

Granja de suínos - Creche
UFM 7,45 + 0,01 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo
UFM 7,45 + 0,15 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,93 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,40 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,16 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m ²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

LEI Nº 5380/16

. LEI Nº 5380
. de 22 de dezembro de 2016

Declara de Utilidade Pública Municipal / Associação dos Moradores do Bairro Encano do Norte.
(Autoria: vereador Rubens Ittner).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, com base na Lei Municipal 3.855/09, alterada pela Lei Municipal 4.003/09, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ENCANO DO NORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.953.451/0001-50, com sede na Rua Palotina, nº 2677, bairro Encano do Norte, município de Indaial.

Art. 2º - À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ENCANO DO NORTE, fica assegurado todas as vantagens, prerrogativas e isenções constantes da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5381/16

. LEI Nº 5381
. de 22 de dezembro de 2016

Altera Anexos I – De Receitas, e II - De programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, unidades de medidas, meta e valor global da Lei 4.869/13 e alterações, referente PPA – Plano Plurianual da vigência 2014 a 2017.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I – De Receitas, da Lei nº 4.869/13 e alterações posteriores, que passa a vigorar com as fontes e valores de receitas constantes do Anexo de Receitas da presente Lei.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II -De programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, unidades de medidas, meta e valor global para os quatro exercícios (2014 a 2017), previsto da Lei nº 4.869/13 e alterações posteriores, que passam a vigorar em conformidade do novo quadro constante de Ações e Metas Globais da presente Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5382/16

. LEI Nº 5382

. de 22 de dezembro de 2016

Altera Tabelas 1, 3 e 7 do Anexo I e Tabela 9 do Anexo II, ambas constantes do art. 2º da Lei nº 5.343/16, que trata da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela 1 - De Metas Anuais, do ANEXO I -De Metas Fiscais para 2017, constante do art. 2º da Lei nº 5.343/16, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 2º Fica alterada a Tabela 3 -Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, do ANEXO I -De Metas Fiscais para 2017, constante do art. 2º da Lei nº 5.343/16, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 3º Fica alterada a Tabela 7 -Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, do ANEXO I -De Metas Fiscais para 2017, constante do art. 2º da Lei nº 5.343/16, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 4º Fica alterada a Tabela 9 -De Metas Físicas Priorizadas para o exercício financeiro de 2017, do ANEXO II -Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2017, constante do art. 2º da Lei nº 5.343/16, que passa a vigorar em conformidade do referido Anexo constante da presente Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5383/16

. LEI Nº 5383

. de 22 de dezembro de 2016

Estima a Receita e Fixa a Despesa a LOA -Lei Orçamentária Anual do Município de Indaial para o Exercício Financeiro de 2017.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA PREVISÃO DA RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral consolidado do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2017, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$289.300.000,00 (duzentos oitenta e nove milhões e trezentos mil reais).

Parágrafo 1º - A Receita consolidada do Município será realizada mediante a arrecadação de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Quadro I abaixo, e em anexos da presente Lei, com o seguinte desdobramento:

I-Demonstrativo da Participação das Origens (MCASP), antiga classificação de Fontes (Lei 4.320/64) de Receita em percentual (%) do Total Geral de Receitas:

DEMONST. DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA em % do TOTAL DE RECEITAS			
Receitas	Valores em R\$ 1,00	% s/Total	
RECEITAS CORRENTES	227.071.155,53		78,49
Receita Tributária	37.421.694,77	12,94	
Receitas de Contribuições	6.535.173,94	2,26	
Receita Patrimonial	19.801.069,59	6,84	
Receita Industrial	304.175,00	0,11	
Receitas de Serviços	1.449.043,75	0,50	
Transferências Correntes	138.893.373,20	48,01	
Outras Receitas Correntes	22.666.625,28	7,83	
RECEITAS DE CAPITAL	49.144.422,00		16,99
Operações de Crédito	34.500.000,00	11,93	
Alienação de Bens	50.000,00	0,02	
Transferências de Capital	11.438.922,00	3,95	
Outras Transferências de Capital	3.155.500,00	1,09	
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA Corrente	13.084.422,47	4,52	4,52
RECETIA TOTAL ORÇAMENTÁRIA	289.300.000,00		

Parágrafo 2º - A Despesa do Município (consolidada), será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação Institucional, por Função e por Categoria Econômica de Despesa (funcional programática), distribuídas em conformidade dos quadros II, III e IV destacados abaixo:

II - Demonstrativo Consolidado da Despesa Fixada por Órgão/Unidade para o exercício financeiro de 2017:

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA POR PODER/ÓRGÃO - 2017			
Cód.	Descrição do Órgão	Valores em R\$1,00	% repres.
1	CAMARA DE VEREADORES	5.889.650,40	2,04
2	GABINETE DO PREFEITO	13.081.884,00	4,52
4	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	26.141.781,24	9,04
5	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	63.961.300,00	22,11
6	SECRETARIA DE AGRICULTURA	4.019.212,00	1,39
8	SECRETARIA DE OBRAS	17.342.720,00	5,99
9	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	4.522.000,00	1,56
10	SECRETARIA DE SANEAMENTO BASICO	5.970.000,00	2,06
20	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	1.635.000,00	0,57
21	DEMUTIN	4.305.000,00	1,49
22	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	5.035.789,76	1,74
23	FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO - FUMPAV	39.656.779,63	13,71
24	FUNDO DE REEQ. E MELHORIAS DA PM/SC - FUNREPOM	500.000,00	0,17
25	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	550.000,00	0,19
26	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC	3.774.000,00	1,30
27	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	135.000,00	0,05
	SUB TOTAL PREFEITURA	190.630.466,63	65,89
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	46.263.767,78	15,99
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.301.209,19	3,91
32	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESC.	267.000,00	0,09
33	FUNDO M. DE ASS. A SAÚDE DOS SERVIDORES - FASSPI	6.000.000,00	2,07
40	FUNDAÇÃO MUNIC. DE ESPORTES MARO M. HADLICH -FME	3.745.940,00	1,29
41	FUNDAÇÃO IND. DE CULTURA - PREF. VICTOR PETTERS	4.367.300,00	1,51
50	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - INDAPREV (Incluso Reserva)	20.834.666,00	7,20

	SUB TOTAL FUNDOS, FUND. E INSTITUTO	92.779.882,97	32,07
	TOTAL	289.300.000,00	

III - Demonstrativo Consolidado da Despesa Fixada por Função de Governo para o exercício financeiro de 2017:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO	
FUNÇÃO DE GOVERNO	FIXADO Exercício 2017
LEGISLATIVA	5.889.650,40
JUDICIÁRIA	4.160.000,00
ADMINISTRAÇÃO	30.246.781,24
SEGURANÇA PÚBLICA	8.554.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.301.209,19
PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.670.000,00
SAÚDE	46.228.767,78
EDUCAÇÃO	63.950.300,00
CULTURA	4.367.300,00
DIREITOS DA CIDADANIA	367.000,00
URBANISMO	58.521.499,63
HABITAÇÃO	1.635.000,00
SANEAMENTO	9.890.789,76
AGRICULTURA	4.019.212,00
INDÚSTRIA	1.210.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.961.884,00
DESPORTO E LAZER	5.061.940,00
ENCARGOS ESPECIAIS	4.550.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA + Reserva RPPS	7.714.666,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	289.300.000,00

IV - Demonstrativo Consolidado da Despesa Fixada por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa para o exercício financeiro de 2017:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA (Consolidado) POR CATEGORIA ECONÔMICA DE DESPESA e GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	
DESPESAS	FIXADO 2017
*DESPESAS CORRENTES	209.591.440,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	116.238.185,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.350.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.003.254,58
DESPESAS DE CAPITAL	71.993.893,63
INVESTIMENTOS	68.793.893,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.200.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	550.000,00
RESERVA DO RPPS (INDAPREV)	7.164.666,00
TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	289.300.000,00
*Já acrescidos das DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	

TÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DO ORÇAMENTO FISCAL (CF/88 art. 165, § 5º, I).

Seção I - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAIAL (Prefeitura - Órgão Central)

Art. 2º - O Orçamento do Município de Indaial (Prefeitura Municipal - Órgão Central) para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$248.953.383,66 (duzentos e quarenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos) e Fixa Despesa em R\$190.630.466,63 (cento noventa milhões seiscentos e trinta mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) em conformidade dos anexos da presente lei.

Parágrafo 1º - O superávit na previsão no valor de R\$58.322.917,03 (cinquenta e oito milhões trezentos e vinte e dois mil, novecentos e dezessete reais e três centavos) será destinado e esta integralmente comprometido com a cobertura dos repasses financeiros (transferências

financeiras) cotas concedidas aos Fundos, Fundações e ao Poder Legislativo Municipal (Câmara de Vereadores do Município).

Parágrafo 2º -Serão realizadas transferências financeiras a título de despesas com inativos e pensionistas a serem pagos com próprios do executivo.

Seção II - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Indaial, para o exercício financeiro de 2017 estima a Receita em R\$11.864.070,34 (onze milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e setenta reais e trinta e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$46.263.767,78 (quarenta e seis milhões duzentos e sessenta e três mil e setecentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$34.399.697,44 (trinta e quatro milhões trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

Seção III - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial para o exercício financeiro de 2017 estima a Receita em R\$1.072.000,00 (um milhão e setenta e dois mil reais) e fixa a Despesa em R\$11.301.209,19 (onze milhões trezentos e um mil e duzentos e nove reais e dezenove centavos) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$10.229.209,19 (dez milhões duzentos e vinte e nove mil, duzentos e nove reais e dezenove centavos) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

Seção IV - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal Para a Infância e Adolescência de Indaial para o exercício financeiro de 2017 estima receita em R\$100.000,00 (cem mil reais) e fixa despesa em R\$267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$167.000,00 (cento e sessenta sete mil reais) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

Seção V - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FME

Art. 6º - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich -FME de Indaial para o exercício financeiro de 2017 estima a Receita em R\$430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) e fixa a Despesa em R\$3.745.940,00 (três milhões setecentos e quarenta e cinco mil e novecentos e quarenta reais) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$3.315.940,00 (três milhões, trezentos e quinze mil e novecentos e quarenta reais) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

Seção VI - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - PREF. VICTOR PETTERS

Art. 7º - O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura Pref. Victor Petters para o exercício financeiro de 2017 estima a Receita em R\$45.880,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta reais) e fixa a Despesa em R\$4.367.300,00 (quatro milhões trezentos e sessenta e sete mil e trezentos reais) em conformidade dos anexos da presente lei, gerando um déficit de R\$4.321.420,00 (quatro milhões trezentos e vinte e um mil e quatrocentos e vinte reais) que será coberto pelas transferências financeiras do órgão central do tesouro municipal.

Seção VII - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE INDAIAL - FASSPI

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Indaial - FASSPI para o exercício financeiro de 2017 estima Receita em R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) e fixa a Despesa em R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) em conformidade dos anexos da presente lei.

Seção VIII -DOS SUBSÍDIOS E DA FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE INDAIAL -PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 9 - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Indaial -Poder Legislativo Municipal para o exercício financeiro de 2017 estima recursos financeiros que serão repassados pelo Órgão Central do Tesouro Municipal por meio de Transferência Financeira sob a forma de subsídios da ordem de R\$5.889.650,40 (cinco milhões oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta centavos) fixando a Despesa no montante de R\$5.889.650,40 (cinco milhões oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta centavos) em conformidade dos anexos da presente lei.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (CF/88 art. 165, § 5º, III).

Seção I - DA ESTIMATIVA DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDAIAL -INDAPREV (RPPS)

Art. 10º - O Orçamento Do Instituto De Aposentadorias e Pensões Dos Servidores Públicos Municipais De Indaial -INDAPREV (RPPS) para o

exercício de 2017 estima Receita Orçamentária em R\$20.834.666,00 (vinte milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e sessenta e seis reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$13.670.000,00 (treze milhões e seiscentos e setenta mil reais) em conformidade dos anexos da presente lei.

Parágrafo 1º - Fica fixado a Reserva do RPPS ao montante de R\$7.164.666,00 (sete milhões cento e sessenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e seis reais).

Parágrafo 2º - Também darão entrada no sistema financeiro Do Instituto De Aposentadorias e Pensões Dos Servidores Públicos Municipais De Indaial - INDAPREV as Transferências Financeiras providas de Juros e Amortização de Empréstimos concedidos.

Capítulo III

Seção I - DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos dos artigos 31 e 32 da Lei Municipal nº 5.343/16 (LDO/17), obedecidas às disposições dos art. 7º, inciso I, e art. 43 da Lei Federal 4.320/64, a abrir ou remanejar créditos adicionais suplementares, por Decreto Municipal, até o limite de 1/3 (um terço) da Receita estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, quando utilizados como fonte de recursos os casos em que se menciona abaixo:

I -o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II -superávit financeiro do exercício anterior.

III -a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

Parágrafo 1º -Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares e especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Parágrafo 2º - Nos casos previstos do inciso III deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir ou remanejar créditos adicionais suplementares por Decreto, desde que dentro de cada categoria de programação, definida pelo art. 4º, parágrafo único da Lei Municipal nº 5.343/16 (LDO/17), o saldo das dotações das categorias econômicas de despesa que o compõem.

Parágrafo 3º - Nos casos previstos do inciso III deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, definida pelo art. 4º, parágrafo único da Lei Municipal nº 5.343/16 (LDO/17), o saldo de Fonte/Destinação de Recursos aprovados nesta Lei Orçamentária, a fim de atender as necessidades de execução do Orçamento.

Art. 12 -Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício financeiro de 2017, constantes no Anexo II, tabela 9 da LDO - Lei Municipal nº 5.343/16 e ou em Leis que vierem a alterá-la (LDO/17 -Lei n. 5.343/16 art. 2 e 33).

Art. 13 -Os créditos à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, poderão ser utilizados, observando o disposto no inciso III, do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, segundo critérios estabelecidos pelo Anexo III, Tabela 10 previsto do art. 2º da Lei 5.343/16 (LDO/17), seja, o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 14 -Fica o Executivo Municipal autorizado a tomar durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais.

Capítulo IV

Seção I - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 -As despesas consignadas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante efetivamente ingressado.

Parágrafo único - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 16 -Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17 -As operações de crédito ao longo do exercício de 2017 destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento só serão executadas e ou contratadas se autorizadas por Lei específica.

Parágrafo único - Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 18 -Autorizado por Lei específica, poderá o Executivo Municipal, conceder benefícios fiscais (Lei Municipal nº 5343/16, art. 43 e 44).

Parágrafo único -Os benefícios fiscais de que tratam o caput deste artigo estão dispostos da Tabela 7 -De Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita do Anexo I -De Metas Fiscais do art. 2º da Lei Municipal nº 5.343/16 (LDO/17).

Art. 19 -Fica o Poder Executivo autorizado a promover alienação de bens móveis inservíveis, mediante laudo de comissão especialmente instituída para esse fim.

Art. 20 -Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

Art. 21 -Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e acordos de cooperação com os governos Federal, Estadual e outros da esfera Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta, indireta e fundacional.

Art. 22 – Sem prejuízo do atendimento as demais disposições legais, desde que comprovado o interesse público pode o Município no campo cooperativo com outras esferas administrativas, em caráter excepcional, realizar a cessão de servidores para outro Poder ou Órgão mediante Lei específica e Convênio.

At. 23 -A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 168/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 168/2016

Dispensa nº 008/2016-10430

Objeto: Locação de imóvel residencial situado à Rua Palmas, 183 – Tapajós – Lei Municipal 5368/16.

Entrega dos envelopes: 23/12/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 169/2016

Dispensa nº 009/2016-10430

Objeto: Locação de imóvel residencial situado à Rua Arnolso Fritz, 68 – Warnow – Lei Municipal 5368/16.

Entrega dos envelopes: 23/12/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 170/2016

Dispensa nº 010/2016-10430

Objeto: Locação de imóvel residencial situado à Rua Herbert Prust, 155 – Ribeirão das Pedras – Lei Municipal 5368/16.

Entrega dos envelopes: 23/12/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br
Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 73/2016

Portaria Nº 73/16

Nomeia Comissão Representativa para o Recesso de Dezembro/2016.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 54, § 3º da Lei Orgânica do Município, artigo 57 do Regimento Interno, e deliberação do Plenário na reunião do dia 14 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Os vereadores Anderson Luz dos Santos (PP), José Carlos Mandel (PT) e Osvaldo Metzner (PMDB), compõem a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Indaial, durante o período de recesso parlamentar, a partir de 15 de dezembro a 31 de dezembro de 2016, com as atribuições previstas no artigo 57 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Dezembro de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 74/2016

Portaria Nº 74/16

Exoneração / Elio Lavinski

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso VII, do artigo 50 da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do artigo 21 do Regimento Interno, Lei Complementar 167/2015, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a partir de 31 de dezembro de 2016, o servidor ELIO LAVINSKI, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC6-AG, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 22 de Dezembro de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock

Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº.457/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EFETIVA DE ZELADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

A MARILIA CUMERLATTO, matrícula 1.710-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 3.942.797 e do CPF sob o nº. 027.287.389-63, no cargo efetivo de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 22 de Dezembro de 2016 a 19 de Junho de 2017, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos retroativos a partir de 22 de Dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 22 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2016/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 05/01/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 05/01/2017. Objeto da licitação: contratação de serviços médicos na área de Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 22/12/2016

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 77/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: aluguel de imóvel para abrigar a Sede do Conselho Tutelar do Município de Ipumirim, para o exercício de 2017. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 22/12/2016

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015/PM

TERMO DE ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015.

Diante do equívoco verificado e tendo em vista a possibilidade de prorrogação do contrato do objeto da presente Homologação, fica anulada a presente publicação, tornando-a sem efeito. Faz-se dessa forma necessário a anulação da referida Homologação do processo acima transcrito

Laudecir Francio
Presidente da Comissão

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3133/2016

DECRETO Nº 3.133/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.035 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários da Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.0251 (36)	Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Art. 3º - Fica suplementada no montante de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.3.90.00.00.00.00.0251 (41)	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 4º - Devido a suplementação dos artigos anteriores, fica parcialmente anulada a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.3.90.00.00.00.00.0251 (53)	Aplicações Diretas	R\$ 7.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3134/2016

Decreto nº 3.134/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 21.912,00 (Vinte e um mil novecentos e doze reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.0252 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 21.912,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 252 – Recursos SAMU.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3135/2016

Decreto nº 3.135/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a, suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos de Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3)	Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de Dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3136/2016

Decreto nº 3.136/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 257 – Recursos MDE - 25%.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3137/2016

Decreto nº 3.137/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação seguinte:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.061 – Programa Merenda Escolar Creche		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (63)	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a seguinte dotação:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.010 – Apoio ao Ensino Superior		
3.3.50.00.00.00.00.0100 (153)	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de dezembro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

HOSPITAL Bom Jesus

RESOLUÇÃO 027/2016

RESOLUÇÃO NR. 027/2016

CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder férias regulamentares as servidoras abaixo relacionadas:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
Cristiane Kruger	Enfermeira	02.01.17 a 31.01.17
Maria Laura Binder Lima	Contadora	09.01.17 a 28.01.17
Solange Lech	Tecnica de enfermagem	02.01.17 a 31.01.17

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 21 de dezembro de 2016

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS Presidente.

Itá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO DA EMPRESA BR SUL

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 007/2016, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 14h30min do dia vinte e dois do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de recebimento de recurso quanto a fase de habilitação da empresa BR SUL OBRAS E CONSTRUÇÕES EIRELLI ME, protocolada tempestivamente no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e dezesseis sob o número 269. Lido e analisado o recurso, a comissão deliberou em não dar provimento ao recurso e encaminhar todo o processo licitatório bem como o recurso para a autoridade superior para análise e parecer; em tempo, com relação ao fato da Licitante descrever em seu recurso que solicitou no setor competente para autenticar o acervo técnico (CAT) e este foi informado que o mesmo não precisaria de autenticação por ser um documento extraído da internet, é verídico, no entanto o mesmo foi desclassificado por apresentar cópia não autenticada do atestado de capacidade técnica, documentos distintos. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrou-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presidente e membros da Comissão, a qual será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br e no diário oficial do Municípios DOM.

Delso Minski Silvine
Presidente

Carla Mertins
Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSO

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 março de 1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e demais interessados a liberação do crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 20/12/2016, no valor de R\$ 144.727,05 (cento e quarenta e quatro mil e setecentos e vinte e sete reais e cinco centavos), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 833101/2016 - Operação 1032989-07, firmado com Município de Itá, assinado em 20/06/2016, no âmbito do Programa Ação Fomento ao Setor Agropecuário, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem por objeto "Aquisição de equipamentos agrícolas".

Itá, SC, 22 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 239 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 239 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 113 – Transporte Escolar do Estado, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.362.0068.2035 – Manutenção do Ensino Médio

33.90.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 5,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 21 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

Página: 1/1

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 181/2016

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 181/2016 Licitação: 181/2016 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 140769 - BETHA SISTEMAS LTDA									
1	78111	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMATICA PREFEITURA MUNICIPAL	BETHA SISTEMAS	MES	12,000	0,0000	15.245,0000	182.940,00	Venceu
2	72905	LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BETHA SISTEMAS	MES	12,000	0,0000	735,0000	8.820,00	Venceu
3	78112	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMATICA ASSISTENCIA SOCIAL	BETHA SISTEMAS	MES	12,000	0,0000	95,0000	1.140,00	Venceu
4	72907	SERVIÇOS DE IMPLANTACÃO DOS SISTEMAS E GERENCIADOR	BETHA SISTEMAS	UND	1,000	0,0000	14.000,0000	14.000,00	Venceu
5	72908	SUPORTE TECNICO E TREINAMENTOS APOS IMPLANTACÃO	BETHA SISTEMAS	HRS	200,000	0,0000	80,0000	16.000,00	Venceu
6	72909	REEMBOLSO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO NO SUPORTE	BETHA SISTEMAS	KM	4.000,000	0,0000	0,8000	3.200,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->					4.237,000			226.100,00	

Itapiranga, 22 de Dezembro de 2016.

Assinatura do Responsável

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 182/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 182/2016 Fornecedor: 143347 - PALOSCHI E PALOSCHI LTDA ME			Licitação: 182/2016 - PR Data da Homologação:						
1	78106	ARBITRAGEM E COORDENAÇÃO PARA JOGOS DOS 20º JAÍT	JOG		800,000	0,0000	110,0000	88.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->					800,000			88.000,00	

Itapiranga, 22 de Dezembro de 2016.

Assinatura do Responsável

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 183/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 183/2016 Licitação: 183/2016 - PR Data da Homologação:									
Fornecedor: 33987 - RELOJOARIA CONFIANCA LTDA - ME									
1	78107	MEDALHA 63000 D "OURO"	VITORIA	UND	500,000	0,0000	4,0000	2.000,00	Venceu
2	78108	MEDALHA 63000 P "PRATA"	VITORIA	UND	500,000	0,0000	4,0000	2.000,00	Venceu
3	78109	MEDALHA 63000 BZ "BRONZE",	VITORIA	UND	500,000	0,0000	4,0000	2.000,00	Venceu
4	77184	TROFÉU COM NO MÍNIMO 49 CM DE ALTURA, REF. 501381-VR (Gr.10)	VITORIA	UND	110,000	0,0000	33,0000	3.630,00	Venceu
5	77185	TROFÉU COM NO MÍNIMO 44 CM DE ALTURA, REF. 501382-VR(Gr.10),	VITORIA	UND	110,000	0,0000	31,0000	3.410,00	Venceu
6	78110	TROFÉU COM NO MÍNIMO 39 CM DE ALTURA REF. 501383-VR(Gr 10)	VITORIA	UND	110,000	0,0000	29,5000	3.245,00	Venceu
					Total do Fornecedor ---->	1.830,000			
						16.285,00			

Itapiranga, 22 de Dezembro de 2016.

Assinatura do Responsável

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2958_2016 – EXONERA PROCURADOR MUNICIPAL.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2958/2016

Data: 20 de dezembro de 2016.

EXONERA PROCURADOR MUNICIPAL

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica exonerado o Sr. LEANDRO MACHADO DA SILVA na função de Procurador Municipal.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Itapoá (SC), 20 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LCM Nº 51/2016 - REVOGA LC Nº 01_2003, Nº 02_2003 E Nº 03_2003

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 051/2016

Data: 22 de dezembro de 2016.

REVOGA AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 01/2003, Nº03/2003 E Nº 04/2003.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC) em exercício, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam revogadas as Leis Complementares nº 01/2003, nº 03/2003 e nº 04/2003.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LM 685/2016 – REORGANIZAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LEI MUNICIPAL Nº 685/2016.

Data: 22 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, criado pela Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde – SUS, integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá e passa a ser regido por esta lei.

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde – CMS observará, no exercício de suas atribuições, as diretrizes e bases do Sistema Único de Saúde – SUS, descritas nos artigos 190 e 191 da lei Orgânica do Município, Lei Municipal 500/13, na Lei Federal nº 8.142/90 e Resolução nº 453/12 do Conselho Nacional de Saúde.

CAPITULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Sem prejuízo das funções constitucionais do Poder Legislativo e nos limites da Legislação vigente, são atribuições e competências do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Parágrafo Único: A cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art.12 da Lei nº 8.689/93 e com a Lei Complementar nº 141/2012.

CAPITULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde – CMS tem caráter permanente e será integrado por representantes do governo, profissionais de Saúde, prestadores de serviço e usuários.

Parágrafo Único: A representação dos usuários dar-se-á sempre de forma paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde será constituído por dezoito (18) Conselheiros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato tendo a seguinte composição:

I – 03 (três) Representantes do Governo.

1 – representante da Secretaria Municipal de Saúde.

1 – representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

1 – representante da Secretaria Municipal e Educação.

II – 03 (três) Representantes dos Prestadores de Serviços (laboratórios, saneamento básico, transporte de saúde).

III – 03 (três) Representantes dos Profissionais de Saúde vinculados ao SUS.

IV – 09 (nove) Representantes dos Usuários.

1 – representante dos portadores de deficiências;

1 – representante de sindicato urbano/rural;

1 – representante das instituições religiosas;

1 – representante da OAB/SC subseção Joinville;

5 – representantes de entidades comunitárias e/ou moradores de bairros e/ou associações de proteção de direitos coletivos e individuais.

§1º A ampliação ou qualquer outra alteração na composição do Conselho Municipal de Saúde – CMS deverá ser previamente deliberada por

seu plenário, para posterior regulamentação mediante Lei.

§2º Será considerada como existente, para fins de participação do CMS, a entidade regularmente organizada, nos termos da lei 13.090/2014.

§3º A representação dos profissionais de Saúde vinculados ao SUS, no âmbito do município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias, alternando-se periodicamente.

Art. 6º A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde não pode ser representante dos usuários ou de trabalhadores.

Art. 7º A ocupação de funções da saúde que interfiram na autonomia representativa do Conselheiro deve ser avaliada como possível impedimento da representação de Usuário e Trabalhador, e, a juízo da entidade, indicativo de substituição do Conselheiro.

Art. 8º A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, não é permitida nos Conselhos de Saúde.

Art. 9º Os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito, mediante indicação formal dos respectivos órgãos e entidades que representarem.

§ 1º Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão propor a substituição de seus respectivos representantes

§ 2º O exercício da função de conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

CAPITULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 10 O conselho Municipal de saúde terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I O plenário constitui-se em instância máxima de deliberação do Conselho Municipal de Saúde

II O Presidente será eleito entre os Conselheiros titulares, mediante voto direto, para um período de dois anos, vedado ao titular da Secretaria Municipal de Saúde, da Assistência Social e da Educação, devendo ser um representante do segmento não governamental.

III Cada membro do Conselho Municipal de Saúde terá direito a um único voto na sessão plenária.

IV O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá além do voto comum, o de qualidade, após duas votações sucessivas com resultados empatados.

V O documento competente para divulgar as decisões do Conselho Municipal de Saúde, para todos os efeitos legais, será a Resolução, assinada pelo Presidente do Conselho e Secretário Municipal de Saúde e homologada pelo Prefeito em um prazo de trinta (30) dias, dando-lhe a devida publicidade.

§1º Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a Resolução, nem apresentada ao Conselho Municipal de Saúde a justificativa do Gestor a ser apreciada na assembleia seguinte, os Conselheiros poderão recorrer ao Ministério Público.

§2º O Plenário do Conselho Municipal de Saúde poderá manifestar-se também por meio de recomendações e moções.

VI Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão substituídos caso falem sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou seis intercaladas no período de um ano.

VII As sessões serão realizadas ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocado de maneira formal, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas corridas, sempre pelo seu Presidente ou por um terço dos seus membros titulares.

VIII As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial ou maioria qualificada de votos.

IX As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde deverão ter a divulgação prévia e acesso assegurado ao público.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 O Conselho Municipal de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará outras comissões e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias. As comissões poderão contar com integrantes não conselheiros.

Art. 12 O Conselho Municipal de Saúde constituirá uma Mesa Diretora eleita em Plenário, respeitando a paridade.

Art.13 O Conselho Municipal de Saúde contará com uma secretaria-executiva, coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.

Parágrafo Único: A secretaria-executiva será ocupada por servidor de carreira do quadro administrativo da Prefeitura Municipal de Itapoá, indicado e nomeado pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art.14 Aos Conselheiros, quando em representação do Conselho Municipal de Saúde, será assegurado o direito a diárias equivalentes ao padrão usual do quadro geral dos servidores da prefeitura municipal, para custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação, bem como, ao pagamento da inscrição em cursos, congressos, seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos ligados aos objetivos do Conselho.

Art.15 Cabe ao Conselho de Saúde deliberar a cerca da sua estrutura administrativa e quadro de pessoal, observadas as disposições legais e constitucionais que definem as regras de competência.

Art.16 Os Conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito, mediante indicação formal dos respectivos órgãos e entidades que representam.

Art.17 O Conselho de Saúde encaminhará proposta de seu orçamento para o ano subsequente em conjunto com a secretaria municipal de saúde, para análise de inclusão no projeto de lei correspondente.

Art.18 O Conselho de Saúde disporá sobre o uso e manutenção de sua estrutura, que deverá ser regulamentado por portaria aprovada pelo plenário do Conselho, observada a competência do prefeito municipal, disposto na lei orgânica municipal.

Art. 19 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de Abril de 2001.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 115 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 115 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADM., PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADM., PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (09) – 3.3.50.00.00.00.0080 – Transf. a Inst. Priv. S/ fins Luc. R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 08 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 113 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 113 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 330.000,00 (Trezentos e treze mil reais), como segue:

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade: 2.063 – Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (91) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

TOTAL R\$ 330.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade: 2.063 – Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: (92) – 4.6.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

TOTAL R\$ 330.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 08 de dezembro de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 114 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 114 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (31) – 3.3.90.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 250,00

TOTAL R\$ 250,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (28) – 3.1.90.00.00.00.0092 – Aplicações Diretas R\$ 250,00

TOTAL R\$ 250,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 08 de dezembro de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 16

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado- SC, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

· TERMO DE COMPROMISSO Nº PAR nº 32358/2014; Processo nº 23400003738201425 firmado entre a FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Jacinto Machado – SC.

Objeto do Convênio: Construção de Escola 06 Salas (Projeto FNDE).

Origem dos Recursos: Ministério da Educação/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Data do Repasse da 9ª Parcela: 20/12/2016

Valor da 9ª Parcela: R\$ 97.665,19 (noventa e sete mil seiscentos e sessenta cinco reais e dezenove centavos).

Data do Repasse da 10ª Parcela: 20/12/2016

Valor da 10ª Parcela: R\$ 39.066,08 (trinta e nove mil e sessenta e seis reais e oito centavos).

Jacinto Machado/SC, 22 de Dezembro de 2016.

LEI Nº. 827 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº. 827 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2017 estima a Receita, e fixa a Despesa em R\$ 31.800.000,00 (Trinta e um milhões e oitocentos mil reais), sendo R\$ 24.882.000,00 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 6.918.000,00 (Seis milhões, novecentos e dezoito mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 28.202.000,00 (Vinte e oito milhões e duzentos e dois mil reais), fixa em R\$ 22.332.000,00 (Vinte e dois milhões e trezentos e trinta e dois mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal, em R\$ 4.570.000,00 (Quatro milhões e quinhentos e setenta mil reais) as transferências financeiras para os Fundos Municipais e em R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) as transferências financeiras ao Poder Legislativo.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1 .	RECEITAS CORRENTES	25.935.000,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.340.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	259.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	508.500,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	19.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	62.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.676.500,00
9.1	DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(3.730.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	800.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	2.267.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.070.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	79.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.118.000,00
	TOTAL:	28.202.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	730.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	2.000.000,00
04 –	SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA	150.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	11.615.000,00
06 –	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	5.387.000,00
07 –	SECRETARIA DA AGRIC., IRRIG. E M. AMBIENTE	877.000,00
08 –	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.290.000,00
09 –	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	228.000,00
12 -	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	30.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
	SOMA:	22.332.000,00
Transferências Financeiras para o F.M.Saúde		3.343.000,00
Transferências Financeiras para o F.M.A. Social		1.227.000,00
Transferências Financeiras p/ Câmara Municipal de Vereadores		1.300.000,00

SOMA:	5.870.000,00
TOTAL:	28.202.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.730.000,00
08	Assistência Social	150.000,00
12	Educação	10.800.000,00
13	Cultura	650.000,00
15	Urbanismo	3.117.000,00
18	Gestão Ambiental	26.000,00
20	Agricultura	797.000,00
22	Indústria	77.000,00
23	Comércio e Serviços	30.000,00
26	Transporte	2.270.000,00
27	Desporto e Lazer	370.000,00
28	Encargos Especiais	1.290.000,00
99	Reserva de Contingência	25.000,00
	SOMA:	22.332.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.870.000,00
	TOTAL:	28.202.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	17.928.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.571.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.307.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	4.379.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	3.739.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	640.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00
	SOMA:	22.332.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDOS	4.570.000,00
	TRANSF. FINANC. P/ CÂMARA VEREADORES	1.300.000,00
	TOTAL:	28.202.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 1.957.000,00 (Um milhão, novecentos e cinquenta e sete mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.343.000,00 (Três milhões, trezentos e quarenta e três mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.300.000,00 (Cinco milhões e trezentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.852.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	60.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.730.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00
	SOMA:	1.957.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.343.000,00
	SOMA:	5.300.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	5.290.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	5.300.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	5.015.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.950.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.065.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	275.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	275.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	5.300.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 226.000,00 (Duzentos e vinte e seis mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.227.000,00 (Um milhão e duzentos e vinte e sete mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.453.000,00 (Um milhão e quatrocentos e cinquenta e três mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	199.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	6.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	193.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	27.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.000,00
	SOMA:	245.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.227.000,00
	SOMA:	1.453.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.448.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	1.453.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.233.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	460.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	773.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	215.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	215.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	1.453.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO - FASSP para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	15.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00
	SOMA:	15.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FASSP, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00
----	--------------------	-----------

SOMA:	15.000,00
-------	-----------

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	15.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
	SOMA:	15.000,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

Art. 6º - O Orçamento da entidade SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.295.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	1.128.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	105.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	105.000,00
	SOMA:	1.400.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	1.390.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	1.400.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.080.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	530.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	550.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	310.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	310.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	1.400.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 7º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2017, estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais).

§ 1º - As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º - A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.300.000,00
----	-------------	--------------

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.200.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	900.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	100.000,00
	SOMA:	1.300.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 8º - As despesas do FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, no exercício de 2017, serão destacadas em órgãos próprios da Administração Municipal Direta e Descentralizada.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas específicas da Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	5.000,00
	Passivos Contingentes	5.000,00

UNIDADE GESTORA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	25.000,00
	Passivos Contingentes	25.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 11/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial, até o limite dos seus saldos, observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 11 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

IV – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas mediante a disponibilidade financeira ou se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o Exercício de 2017, por meio de autorização específica e observada a legislação pertinente, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente

ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão remetidos à Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 18 – Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, por ato do Chefe do Poder Executivo as Destinações de Recursos serão ajustadas àquelas, bem como poderão ser inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, verificadas ainda as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Art. 19 – Ficam autorizados os ajustes necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 que se fizerem necessárias em função dos valores constantes dos Anexos da presente Lei, cujas metas fiscais dos Programas e Ações passam a vigorar conforme constantes na Lei Orçamentária/2017.

Art. 20 - Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, com os ajustes de que trata o artigo anterior.

Art. 21 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 20 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.053 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.053 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRORROGA PRAZO DE PROCESSO SELETIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados por 06 (seis) meses os efeitos do Edital de Processo Seletivo FMS nº 09/2016, a contar de 28 de dezembro de 2016, conforme o disposto no respectivo Edital.

Art. 2º. Este decreto entrará na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

359/2012 FMS TA 05

CONTRATO Nº 359/2012/FMS – TA 05

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e KEILLA KARLOH – ME (FISIOVIDA AKQUA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.830.705/0001-50, situada na Avenida Santa Terezinha, nº 275, centro, Joaçaba, SC, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pela Senhora Keilla Karloh, residente e domiciliada na Rua Floriano Peixoto, 380, centro, Joaçaba, SC, portadora do Documento de Identidade nº 3.347.782 e do CPF nº 007.652.759-02, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 359/2012/FMS, firmado em 21/12/2012, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa KEILLA KARLOH – ME (FISIOVIDA AKQUA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA), PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA CLÁUSULA SEXTA

A vigência do contrato fica prorrogada para 20 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões

oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 21 de dezembro de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

KEILLA KARLOH – ME (FISIOVIDA AKQUA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA)
KEILLA KARLOH

Testemunhas:

1. _____

2. _____

485/2007 TA 10

CONTRATO Nº 485/2007 – TA 10

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. LUIZ EUSEBIO MALISKA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. Santa Terezinha nº 476, nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF nº 134.553.119-20, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 485/2007, celebrado em 24 de janeiro de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2007, instaurado através da Dispensa nº 12/2007, homologado no dia 24 de janeiro de 2007, que tem como objeto a locação de um imóvel de propriedade do LOCADOR, localizado na Avenida Santa Terezinha, 453 neste Município, e destina-se à instalação de PSF – PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE

O valor mensal a ser pago ao LOCADOR fica reajustado em 9,4929% referente à variação do INPC/IBGE no período de 01/07/2015 a 30/06/2016, passando para R\$ 2.444,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), a partir de 01 de janeiro de 2017.

Diante do reajuste constante nesta cláusula e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 29.328,00 (vinte e nove mil trezentos e vinte e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 21 de dezembro de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCATÁRIO
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

LUIZ EUSÉBIO MALISKA
LOCADOR

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

59/2014 FMS TA 03

CONTRATO Nº 59/2014/FMS – TA 03

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.757.127/0001-52, estabelecida na Avenida João Marques Vieira, nº 975, centro, no Município de Fraiburgo, SC, CEP 89.580-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. Flávio José Martins, portador da Carteira de Identidade nº 227.817 e CPF nº 133.199.739-91, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 59/2014/FMS, firmado em 02/12/2014, proveniente do Edital de Credenciamento nº 1/2014/FMS - Processo de Licitação nº 30/2014/FMS – Inexigibilidade nº 3/2014/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E

EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 do Edital, onde se ADITA a CLÁUSULA SEXTA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2017 a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses e 29 (vinte e nove) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 21 de dezembro de 2016.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA
CREDENCIADA

Testemunhas:

1 _____
2 _____

96/2016/FMS TA 01

CONTRATO Nº 96/2016/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, por e a empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, estabelecida na AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 56, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. ANDRE LEMOS VIEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 2.808.914 e inscrito no CPF sob o nº 026.240.709-40, residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGAGE, 39, cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 96/2016/FMS, firmado em 26/06/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2016/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2016/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento do material e equipamentos necessários, para pequenos reparos, lavagem e pintura interna e externa de diversos prédios mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais), correspondentes a 35,45% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto nos parágrafos 1º e 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao corte dos seguintes serviços:

ITEM 5							
Pequenos reparos e pintura interna - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS - Rua Martinho Lutero, nº 252 – Cruzeiro do Sul							
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTDE	UN	MAT. UN	MAT. TOTAL	M.O. UN	M.O. TOTAL	VALOR TOTAL

Pintura látex PVA ambientes internos – duas demãos	959,56	m²	4,000	3.838,240	1.428	1.369,772	5.208,01
Limpeza final	959,56	m²	1,000	959,560	0,357	342,467	1.302,03
Limpeza/preparo superfície concreto para pintura	35,00	m²	3.428	119,963	2.000	70,000	189,96
TOTAIS R\$				4.917,76		1.782,24	6.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 22 de dezembro de 2016.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME
ANDRE LEMOS VIEIRA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

DECRETO Nº 5.048 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.048 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 4.320/64 E AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, INCISO I, DA LEI Nº 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º- Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, por conta do provável excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 90.022,64 (noventa mil e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), destinados à suplementar as dotações abaixo indicadas:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.119 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 150,82 (38)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.071 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 37.076,01 (4)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 48.622,69 (11)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.073 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS/PAIF/IGD PBF/PBV II/SCFV

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - R\$ 4.173,12 (20)

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 21 de dezembro de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 5.050 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.050 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16, DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 26.653,46 (vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(54) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 9.990,84

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(42) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 16.662,62

Art. 2º O recurso para suplementar à dotação de que trata o artigo 1º, é oriunda da anulação da dotação abaixo indicada:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(37) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619

Valor: R\$ 9.990,84

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(50) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002

Valor: R\$ 16.662,62

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 21 de dezembro de 2016.

Marcos Weiss

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 5.051 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.051 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei n 5.057,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.017 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - FMS

(9) Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 1.700,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(22) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 1.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 5.052 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.052 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE TAXAS DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O prazo para recolhimento da taxa de renovação anual do Alvará Sanitário referente ao exercício 2017, para todos os estabelecimentos, será até dia 31/03/2017.

Art. 2º As taxas expedidas para processos de Alvará Sanitário inicial, análise de projeto hidrossanitário para construção, alvará para habitação (habite-se) e demais taxas de expediente, terão vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos necessários junto à Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 3º No caso de descumprimento dos prazos fixados no presente decreto serão aplicados encargos de acordo com o disposto no art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Parágrafo único. O não pagamento da taxa de Alvará Sanitário fica sujeito à inscrição em Dívida Ativa do Município ao final do exercício financeiro.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

ERRATA 05/2016/FMS/17 TA 01

MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Errata ao termo aditivo nº 1 da ata de registro de preço 05/2016/FMS/17/- ta 01, publicado no DOM em 23/11/2016 (edição nº 2128, página 323):

1) ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
162	Ibuprofeno 600 mg	cp	TEUTO	1,23	1,21

2) LEIA-SE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
60	Carbonato de lítio CR 450mg	cp	TEUTO	1,23	1,21

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba – SC, 22.12.2016

Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE REVOGAÇÃO PL 83/2016/PMJ - CC 9/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 9/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 83/2016/PMJ – concorrência nº 9/2016/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do Município de Joaçaba, SC, conforme Resolução nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética PROPEE da ANEEL, compreendendo: LOTE 01 - Medição e verificação (M&V) inicial e final de resultados, incluindo os serviços de marketing (divulgação), treinamento e capacitação. LOTE 02 - Fornecimento e instalação de luminárias para Iluminação Pública com tecnologia de diodo emissor de luz (LED).”, que em face do despacho exarado no processo fica CANCELADO o lote 02. Considerando que o lote 01 foi cancelado na data de ontem, decido por REVOGAR o presente processo licitatório. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES – Secretário

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO N.º 01/2016- FMS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO N.º 01/2016- FMS

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

COM FUNDAMENTO NA LEI MUNICIPAL N.º 5.043/2016 E EM ATENDIMENTO À LEI Nº 4.320/64

OBJETO: O PRESENTE CONVÊNIO VISA AO ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CUJA FINALIDADE É A REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) E DO CONJUNTO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS NÃO HOSPITALARES DA REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS (RUE), EM CONFORMIDADE COM A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS.

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DE 01 DE JANEIRO DE 2017.

JOAÇABA-SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

MARCOS WEISS

PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PAULA GIOVANA KLEBER

GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAÚDE DE JOAÇABA

NELSON GUINDANI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

RODRIGO DALLA VECHIA

GESTORA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

LEI COMPLEMENTAR Nº 337 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 337 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSERE SEÇÕES NO ANEXO " PLANTA DE VALORES" DA LEI COMPLEMENTAR 31/97 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º No anexo " Planta de Valores" da Lei Complementar nº 31/97 – Código Tributário Municipal, ficam inseridas as seguintes seções :

DISTR.	SETOR	LOGRAD	SEÇÃO	TIPO	NOME DO LOGRADOURO	VALOR R\$
01	06	55	409 E/D	RUA	CEL MANOEL PASSOS MAIA	221,94
01	07	2137	419 E/D	RUA	Cesar João Omizzolo	77,68
01	07	370	97 E/D	RUA	Almir Walendowski	277,43
01	07	1544	151 D	RUA	Roldão do Nascimento Maestri	332,91
01	07	1544	279 E/D	RUA	Roldão do Nascimento Maestri	332,91

Art. 2º Ficam revogadas as seguintes seções:

Setor	LOGRAD	SEÇÃO	NOME DO LOGRADOURO	Lado
01.06	1574	49	RUA A - (LOT. JARDIM AMÉRICA)	D/E
01.07	2108	57	RUA A (BRISAS DO VALE)	E
01.07	2108	57	RUA A (BRISAS DO VALE)	D
01.07	2109	94	RUA B (BRISAS DO VALE)	E
01.07	2109	94	RUA B (BRISAS DO VALE)	D
01.07	1481	60	RUA ALMIR WALENDOWSKI	E
01.07	1481	60	RUA ALMIR WALENDOWSKI	D
01.07	2109	271	RUA ROLDÃO DO NASCIMENTO MAESTRI	D
01.07	2109	384	RUA ROLDÃO DO NASCIMENTO MAESTRI	D/E

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

LEI Nº 5.055 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 5.055 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O LIONS CLUBE JOAÇABA CRUZEIRO A CONSTRUIR MONUMENTO EM LOGRADOURO PÚBLICO do município.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Lions Clube Joaçaba Cruzeiro, entidade de utilidade pública, autorizado a construir em logradouro público municipal monumento alusivo aos 100 (cem) anos do Município de Joaçaba.

§ 1º - O local a ser instalado o monumento, bem como suas características, serão definidos entre o Poder Executivo e a entidade, com estrita observância da legislação municipal.

§ 2º - As despesas com a construção, custeio e manutenção do monumento serão de exclusiva responsabilidade do Lions Clube Joaçaba Cruzeiro.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

LEI Nº 5.056 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 5.056 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - É concedido aos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Joaçaba a revisão geral anual salarial na seguinte forma:

I - revisão geral anual na ordem de 7,38% (sete virgula trinta e oito por cento) sobre os vencimentos dos servidores efetivos, e proventos dos cargos em comissão e funções gratificadas do Quadro Geral da Câmara de Vereadores.

II - revisão na ordem de 7,38% (sete virgula trinta e oito por cento) sobre o auxílio alimentação do Quadro Geral da Câmara de Vereadores.

Art. 2º - As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

LEI Nº 5.057 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 5.057 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.017 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - FMS

(9) Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 1.700,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(22) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 1.700,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 3.496 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo o remanejamento de recursos orçamentários do Orçamento vigente para o exercício de 2016 do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Trata-se de adequação orçamentária necessária para que o Fundo Municipal de Saúde mantenha a consecução dos serviços de promoção e manutenção da saúde dos munícipes joaçabenses através do SUS, buscando constantemente o atendimento a legislação vigente em todos os aspectos.

No entanto, torna-se oportuna a abertura de crédito adicional suplementar, com a devida alteração no orçamento vigente, essas mudanças não acarretam aumento nas despesas, pois representam ajustes através de remanejamento de dotações, ou seja, o valor total do orçamento será mantido.

Para melhor entendimento, esclarecemos que foi anulada parte das dotações existente no Projetos/Atividades 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE da fonte de recurso 01.0002(Recurso Próprio), tendo em vista o valor estimado para esta despesa estar superior ao que está sendo utilizado, permitindo deste modo o redirecionamento do saldo orçamentário para o Projeto/Atividade 2.017 – CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE GESTÃO DO SUS - FMS que se encontra com escassez orçamentária.

O escopo desta movimentação orçamentária é a manutenção da contribuição patronal junto ao IMPRES- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

Pelo exposto, entendemos ser da maior importância à aprovação do presente Projeto de Lei, que proporcionará a realização de atendimento a toda população da regional que necessitar serviço nessa área de atuação.

ATENCIOSAMENTE,

Joaçaba (SC), em 07 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 5.058 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 5.058 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DE PROPRIEDADE DO SIMAE- SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, QUE ESPECIFICA"

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a baixa para posterior alienação mediante Licitação Pública dos bens patrimoniais considerados inservíveis ao SIMAE-Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de acordo com o levantamento efetuado pelo Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio desta Autarquia e pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 308/2016 de 03.11.2016 cuja relação é parte integrante desta lei.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

TERMO DE EXAME E AVALIAÇÃO DE BEM PATRIMONIAL

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às 14h 00 min. na sede do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE sito na Rua Tiradentes 123, em Joaçaba/SC., reuniu-se a Comissão designada pela Portaria nº 308/2016 de três de novembro do ano dois mil e dezesseis, do Diretor Presidente do SIMAE, com a incumbência de proceder vistoria, avaliação e exame de melhor destinação, no caso de venda, e destruição e ou incineração dos bens inservíveis arrolados pelo Setor de Materiais Transportes e Patrimônio no exercício de 2016.

Para os itens de informática, contamos com o auxílio do membro de comissão Mauricio Ricardo Dahmer, e para os itens ferramentas, maquinas e equipamentos, com o membro da comissão Valdinei Antônio Gusatto. Para os veículos foi consultada a tabela FIPE. Para os demais itens como móveis, eletrodomésticos, o SMTP - Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio, fez consultas aos representantes das marcas ou revendas de nossa região. Os valores levantados conforme descrito acima serviram de norteadores dos valores, que foram atribuídos aos bens julgados inservíveis, após consenso entre os membros da comissão.

Abaixo segue relação dos bens que serão destinados a Alienação com os valores atribuídos pela comissão:

1. Bem Patrimonial nº 111 – ARQUIVO DE AÇO, MAT, COM 03 GAVETAS, MARCA METALSUL.

1.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

1.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 50,00

2. Bem patrimonial nº194 - REFRIGERADOR ELÉTRICO MARCA PROSDÓCIMO, COM 7 PÉS, 220 V – BID

2.1 Descrição do bem atualmente: eletrodoméstico apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE já foi substituído.

2.2 Valor do bem: R\$ 100,00

3. Bem Patrimonial nº 1264 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001691, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE.

3.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do Palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

3.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

4. Bem Patrimonial nº 365 – ARQUIVO DE AÇO, MAT, COM 03 GAVETAS, MARCA TRES-S

4.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

4.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 50,00

5. Bem Patrimonial nº 399 – FICHÁRIO PARA DISQUETES 5.1/4"- MARCA MENNO

5.1 Descrição do Bem atualmente: Aparelho obsoleto, sem chave e sem condições de uso pelo SIMAE.

5.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 10,00

6. Bem Patrimonial nº 423 - COMPRESSOR DE AR, 5,2 PES X 100VL, MARCA SCHULZ, C/MOTOR MONOFÁSICO DE 1CV, 2 POLOS

6.1 Descrição do Bem atualmente: Compressor de ar com motor queimado. Compressor antigo, reservatório de ar não atende a NR 13.

6.2 Valor do Bem julgado inservível: R\$ 100,00

7. Bem Patrimonial nº 441 - CADEIRA FIXA, FORRADA C/TECIDO PRETO

7.1 Descrição do Bem atualmente: cadeira apresentando desgaste elevado pelo uso, sem utilidade para o SIMAE.

7.2 Valor do Bem julgado inservível: R\$ 15,00

8. Bem Patrimonial nº 449 – ARMÁRIO PADRÃO IMBUÍDA, LAMINADO, MEDINDO 2,00 X 2,00M, C/8 CHAVES

8.1 Descrição do Bem atualmente: Armário antigo, caiu em desuso.

8.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

9. Bem Patrimonial nº 481 – GEOFONE MECÂNICO COM 2 SENSORES DE SOLO, 2 MANGUEIRAS CONDUTORAS E 1 AURICULAR TIPO ESTETOSCÓPIO

9.1 Descrição do Bem atualmente: Equipamento apresentando desgaste elevado pelo uso, tecnologia ultrapassada, sem condições de utilização pelo SIMAE.

9.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 15,00

10. Bem Patrimonial nº 528 – NO BREAK ESTABILIZADO 1,00 KVA, C/BATERIA INTERNA SELADA, MARCA NHS

10.1 Descrição do Bem atualmente: Nobreak com defeito na bateria. Além disso, o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Nobreaks em cada máquina.

10.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 30,00

11. . Bem Patrimonial nº 529 – NO BREAK ESTABILIZADO 0,5 KVA, C/BATERIA INTERNA SELADA, MARCA NHS

11.1 Descrição do Bem atualmente: Nobreak com Defeito Interno, piscando leds e emitindo ruído. Além disso, o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Nobreaks em cada máquina.

11.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

12. . Bem patrimonial nº 558 - CADEIRA GIRATÓRIA EM TECIDO, MOD. DIGITADOR

12.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

12.2 Valor do bem R\$ 30,00

13. Bem Patrimonial nº 579 – TERMO NEBULIZADOR SUPER FOG XXI - EQUIPAMENTO PARA EXTERMINIO DE INSETOS.

13.1 Descrição do Bem atualmente: Aparelho obsoleto, sem condições de uso pelo SIMAE.

13.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 50,00

14. Bem Patrimonial nº 588 – 01 MESA 1,20M C/ BORDAS 3CM 03 GAV. C/CHAVE E TECLADO RETRÁTIL

14.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

14.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 35,00

15. Bem Patrimonial nº 628 – SISTEMA DE TELEMETRIA W SUPERVISÃO DE RECALQUE E RESERVATÓRIOS PRA CASAS DE BOMBAS.

15.1 Descrição do Bem Atualmente: Sistema obsoleto, foi substituído por outro sistema com controles mais precisos e comunicação livre de taxas, sem condições de uso pelo SIMAE.

15.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 15.000,00

16. Bem Patrimonial nº 635 - ROÇADEIRA COM CABO FLEXÍVEL, POTENCIA MIN. 1,1KW, PESO MAX.11KG, CILINDRADA (CM3) 34,4 COM CINTURÃO E ALMOFADA, COM ADAPTADOR PARA FIO DE NYLON.

16.1 Descrição do Bem Atualmente: Roçadeira obsoleta, quebrada, sem peças para reposição.

16.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

17. Bem Patrimonial nº 657 - VEICULO MISTO (TOYOTA) ANO 2000, CABINE DUPLA 4X4, MOTOR A DIESEL, CAP 5 PASSAG. COR

BRANCA C/PROTETOR DE CAÇAMBA E CAPOTA DE FIBRA C/JANELAS DESLIZANTE.MBC-1236

17.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural, dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

17.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 32.000,00

18. Bem Patrimonial nº 658 – ESTABILIZADOR COM POTÊNCIA 1,5 KVA, C/PROTEÇÃO NA ENTRADA P/SURTOS DE TENSÃO (DESLIG. AUTOMÁTICO) 4 ESTG. REGULAÇÃO. ENTRADA 220V, SAÍDA BIVOLT (110V/220V), ATRAVÉS DE CHAVE.

18.1 Descrição do Bem atualmente: Em condições de uso, porém o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Estabilizadores em cada máquina.

18.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 25,00

19. Bem Patrimonial nº 678 – CIRCULADOR DE AR 45 CM, 3 VELOCIDADES, COR BRANCO

19.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

19.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 10,00

20. Bem Patrimonial nº 679 – CIRCULADOR DE AR 45 CM, 3 VELOCIDADES, COR BRANCO

20.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

20.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 10,00

21. Bem Patrimonial nº 685 – ESTABILIZADOR ELETRÔNICO DE TENSÃO RAGTECH, POTÊNCIA 1000 VA, PROTEÇÃO ENTRADA CONTRA SURTOS TENSÃO, 5 ESTÁGIOS, ENTRADA 220V, SAÍDA 115/220V, MODELO MS 1000

21.1 Descrição do Bem atualmente: Em condições de uso, porém o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Estabilizadores em cada máquina.

21.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

22. Bem Patrimonial nº 689 - GEOFONE MECÂNICO CONSTRUÍDO EM BRONZE E AÇO GALVANIZADO, C/CAIXA P/TRANSPORTE E PROTEÇÃO. MODELO F-06

22.1 Descrição do Bem atualmente: Equipamento apresentando desgaste elevado pelo uso, tecnologia ultrapassada, sem condições de utilização pelo SIMAE.

22.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 15,00

23. Bem Patrimonial nº 690 – GEOFONE MECÂNICO CONSTRUÍDO EM BRONZE E AÇO GALVANIZADO, C/CAIXA P/TRANSPORTE E PROTEÇÃO MODELO F-06

23.1 Descrição do Bem atualmente: Equipamento apresentando desgaste elevado pelo uso, tecnologia ultrapassada, sem condições de utilização pelo SIMAE.

23.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 15,00

24. Bem Patrimonial nº 731 – MICROCOMPUTADOR PENTIUM IV INTEL 2.4GHZ, 800 MHZ/MST NE02FIS2R, MEMÓRIA DDR PC3200 MHZ, 400 MHZ, HARDISK S.ATA SEAGATE 120MB 7200RPM E IDE 40GB 7200 RPM, MONITOR DE VIDEO 15" CTR 5E.

24.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

24.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

25. Bem Patrimonial nº 873 – FOGÃO A GÁS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, QUEIMADORES EM INOX, DOIS QUEIMADORES NORMAIS E DOIS GRANDES TAMPA DE VIDRO TRANSPARENTE, FORNO AUTOLIMPANTE, COR BRANCA, MARCA CONSUL PLUS ESSENCIAL

25.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste

pelo uso, obsoleto para o SIMAE.

25.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

26. Bem Patrimonial nº 874 – ESTABILIZADOR (NOBREAK) INTERNO C/4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO, MODELO BIVOLT, AUTONOMIA P/MIN.20 MINUTOS RECARGA AUTOMÁTICA BATERIAS, LEDS INDICATIVOS DAS CONDIÇÕES NOBREAK, MINI NHS.

26.1 Descrição do Bem atualmente: Nobreak com defeito na bateria. Além disso, o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Estabilizadores em cada máquina.

26.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 30,00

27. Bem Patrimonial nº 997 – MESA DE CENTRO NA COR TABACO NAS DIMENSÕES 1,20X0,90X0,30 COM PÉS CROMADOS. MARCA HERVAL.

27.1 Descrição do bem atualmente: Móvel obsoleto para o Simae, devido a reestruturação das salas da sede administrativa;

27.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

28. Bem Patrimonial nº 1009 – NOBREAK NHS LINE INTERACTIVE INTERNA COM 4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT E SAÍDA EM 115V, BATERIA INTERNA PARA 20 MINUTOS POTENCIA 600 V A.

28.1 Descrição do Bem atualmente: Nobreak com defeito interno, sem condições de uso. Além disso, o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Nobreaks em cada máquina.

28.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 40,00

29. Bem Patrimonial nº 1010– NOBREAK NHS LINE INTERACTIVE INTERNA COM 4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO, TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT E SAÍDA DE 115V, BATERIA INTERNA PARA 20 MINUTOS, POTENCIA 600 V A.

29.1 Descrição do Bem atualmente: Nobreak com a frente quebrada. Sem condições de uso, porém o SIMAE realizou através do processo TP nº 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de Nobreaks em cada máquina.

29.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 25,00

30. Bem Patrimonial nº 1031 – MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR INTEL P4 3,0 GHZ FSB C/ COLHER ,2 X 256MB MEM.DDR 400 PC 3200, CHIP SET NTEL 865 GV, PADRÃO MICRO ATX SOCKET MPGA478, C/SYSTEM BUS 800MH\2 SLOTS MEM.DDR400, MONITOR 19" T.PLANA

30.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE

30.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

31. Bem Patrimonial nº 1067 – MOTO HONDA, MOTOR 4 TEMPOS MODELO NXR 150 BROS ESD, FREIO DIANT. A DISCO, SUSPENSÃO TRASEIRA COM APENAS UM AMORTECEDOR, NA COR PRETA, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, P/ USO ESPECIALMENTE EM TERRA.

31.1 Descrição do Bem atualmente: motocicleta com avançado desgaste natural, dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo

31.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 3.000,00

32. Bem Patrimonial nº 1086 – CADEIRA GIRATÓRIA, ESPALDAR MÉDIO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ASSENTO E ENCOSTO. ESTRUTURA EM MADEIRA C/ALMOFADAS EM ESPUMA REVESTIMENTO 100% LÃ COR AZUL MARCA GIROFLEX BASE GIRATÓRIA C/ 05 PÉS

32.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE

32.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 30,00

33. Bem Patrimonial nº 1121 – TELEVISOR COLORIDO MARCA PHILIPS 29", CONTROLE REMOTO, TELA PLANA, SOM ESTÉREO, SAÍDA A/V, 110-240V 50/60HZ, CONSUMO MÁX. 135W, ENTRADA COMPONENT VÍDEO/DVD, ÁUDIO ESTÉREO, VÍDEO, SAÍDA ÁUDIO/VIDEO

33.1 Descrição do Bem atualmente: aparelho obsoleto, sem utilidade pelo SIMAE.

33.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

34. Bem Patrimonial nº 1130 – ESTANTE MÓVEL P/ TV 29" C/02 PRA-TELEIRAS, PORTAS FRONTAIS E FECHADURA EM TUBO E CHAPAS DE AÇO CARBONO C/RODAS DE 4" MEDINDO 1,85X900X700MM (ALT X LARG X PROF), ACOMPANHA RÉGUA C/06 TOMADAS E EXTENSÃO C/ 05 MT

34.1 Descrição do Bem atualmente: móvel obsoleto, sem utilidade pelo SIMAE.

34.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

35. Bem Patrimonial nº 1150 – CADEIRA GIRATÓRIA, ESPALDAR MÉDIO, ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURA EM MADEIRA C/ ALMOFADAS ESPUMA 100% LÃ COR AZUL, BASE GIRATÓRIA COM 05 PÉS, DENSIDADE DE 62KG/M3 ASSENTO E 52KG/M3 ENCOSTO, MARCA GIROFLEX.

35.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

35.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

36. Bem Patrimonial nº 1153 – CADEIRA GIRATÓRIA, ESPALDAR MÉDIO, ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURA EM MADEIRA C/ ALMOFADAS ESPUMA 100% LÃ COR PRETA, BASE GIRATÓRIA COM 05 PÉS, DENSIDADE DE 62KG/M3 ASSENTO E 52KG/M3 ENCOSTO, MARCA GIROFLEX

36.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE

36.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

37. Bem Patrimonial nº 1195 – CÂMERA IP, MODELO DCS 2100, COM FIO, 01 FONTE DE 220V PARA 5VDC, ÁUDIO INCORPORADO, RECURSO SMART PLAYBACK, ZOOM DIGITAL DE 4X, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 5 VDC, MARCA D.LINK.

37.1 Descrição do Bem atualmente: Câmera com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir imagens para o sistema de CFTV impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

37.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

38. Bem Patrimonial nº 1255 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G01H, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008.

38.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

38.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

39. Bem Patrimonial nº 1256 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G031, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

39.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

39.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

40. Bem Patrimonial nº 1257 – PALM MARCA CENTRO COM

CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G02T, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

40.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

40.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

41. Bem Patrimonial nº 1258 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G03G, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

41.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

41.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

42. Bem Patrimonial nº 1259 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G03B, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

42.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

42.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20,00

43. Bem Patrimonial nº 1260 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001696, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE

43.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do Palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

43.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

44. Bem Patrimonial nº 1261 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001695, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE

44.1 Descrição do Bem atualmente: Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do Palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

44.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

45. Bem Patrimonial nº 1262 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001697, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE.

45.1 Descrição do Bem atualmente: Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

45.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

46. Bem Patrimonial nº 1263 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001698, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE.

46.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do Palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos

novos coletores.

46.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

47. Bem Patrimonial nº 1317 – IMPRESSORA JATO DE TINTA, COLORIDA HP OFFICEJET PRO K 5400, Nº DE SÉRIE MY8A968147, C8184A-023, COR PRETA, MARCA HP.

47.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com defeito interno. Equipamento em desuso pela atualização tecnológica, impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

47.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

48. Bem Patrimonial nº 1318 – IMPRESSORA JATO DE TINTA, COLORIDA HP OFFICEJET PRO K 5400, Nº DE SÉRIE MY8A96815P, C8184M-023, COR PRETA, MARCA HP.

48.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com defeito interno. Equipamento em desuso pela atualização tecnológica, impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

48.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

49. Bem Patrimonial nº 1368 – COLETOR DE DADOS PARA LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA TIPO PDA, ROBUSTO, COM CARCAÇA DE MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, MODELO IKON (PART NUMBER IKON 111213133100) MARCA PSION TECNOLOGIX, Nº DE SÉRIE CHOCU9450464

49.1 Descrição do Bem atualmente: Coletor com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

49.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

50. Bem Patrimonial nº 1369 – COLETOR DE DADOS PARA LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA TIPO PDA, ROBUSTO, COM CARCAÇA DE MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, MODELO IKON (PART NUMBER IKON 111213133100) MARCA PSION TECNOLOGIX, Nº SERIAL CHOCU9450461.

50.1 Descrição do Bem atualmente: Coletor com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

50.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

51. Bem Patrimonial nº 1370 – COLETOR DE DADOS PARA LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA TIPO PDA, ROBUSTO, COM CARCAÇA DE MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, MODELO IKON (PART NUMBER IKON 111213133100) MARCA PSION TECNOLOGIX, Nº SERIAL CHOCU9450458

51.1 Descrição do Bem atualmente: Coletor com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

51.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

52. Bem Patrimonial nº 1372 – COLETOR DE DADOS PARA LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA TIPO PDA, ROBUSTO, COM CARCAÇA DE MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, MODELO IKON (PART NUMBER IKON 111213133100) MARCA PSION TECNOLOGIX, Nº SERIAL CHOCU9450460

52.1 Descrição do Bem atualmente: Coletor com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

52.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

53. Bem Patrimonial nº 1487 – AUTOMÓVEL FIAT STRADA WORKING, ANO 1999/2000, PLACA MBH-0317, CHASSI 9BD278012Y2721460, RENAVAL Nº725544953. COR BRANCA.

53.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural, dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a

produtividade do veículo.

53.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 9.100,00

54. Bem Patrimonial nº 1535 – MAQUINA DIGITAL 12,1 MEGAPIXELS, MARCA SONY, MODELO DSC-W510/B, Nº DE SÉRIE 8177458, COR PRETA, 4X ZOOM ÓPTICO, TELA LCD 2,7", ACOMPANHA: BATERIA RECARREGÁVEL 3,6V, CARTÃO DE MEMÓRIA 4 GB, CARREGADOR DE BATERIA, CABO DE ENERGIA, CABO USB, CORDÃO DE MÃO, MANUAL DE INSTRUÇÕES E CD DE INSTALAÇÃO. .

54.1 Descrição do Bem atualmente: Câmera com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

54.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 30,00

Abaixo segue relação do bem que deverá destruído tendo em vista o móvel estar completamente deteriorado.

1. Bem Patrimonial nº 339 – MESA DE CENTRO, MEDINDO 1,00 X 0,60 CM

1.1 Descrição do Bem atualmente: Mesa deteriorada por cupins, sem condições de uso.

1.2 A Comissão sugere a destruição tendo em vista o móvel estar completamente deteriorado.

LEI Nº 5.059 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 5.059 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio de Cooperação Técnica, Financeira e Institucional, com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência do Comando Geral da Polícia Militar e da Delegacia de Polícia Civil , para manutenção de sistema de monitoramento urbano composto pela central de monitoramento com 13 (treze) de câmeras de vídeo instaladas no Município de Joaçaba.

Art. 2º O prazo de duração do Convênio é de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente, em conformidade com as obrigações contidas no Convênio, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

LEI Nº 5.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 5.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual aos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (SC), totalizando 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento) referente a variação do INPC do período dezembro/15 – novembro/16, incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de janeiro de 2017, na seguinte forma:

I revisão geral anual na ordem de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), sobre os vencimentos e funções gratificadas dos servidores de que trata as Leis Complementares nºs 209/2011, 210/2011 e alterações e 211/2011 e alterações, a Lei Complementar nº 80/2004 e alterações, inativos e pensionistas regidos pela Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005, Leis Complementares nºs 95,96 e 97/2005; Lei Complementar 101/2005 e alterações; Lei Complementar 119/2006 e alterações; Lei Complementar 140/2007 e alterações; Lei Complementar 145/2007 e alterações; Lei Complementar 147/2007 e alterações; Lei Complementar 173/2009 e alterações; Lei Complementar nº 288/2014; Lei Complementar nº 323/2016 e Lei Complementar nº 273/2014.

II revisão geral anual na ordem de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), sobre os vencimentos e funções gratificadas dos servidores do SIMAE, regidos pela Lei Complementar nº 193/2010.

Art. 2º Fica revisado em 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), o auxílio alimentação dos Servidores Públicos do Município e o valor da remuneração de referência para concessão do auxílio alimentação de que trata o art. 1º, §2º da Lei nº 4.025/2010 e SIMAE, a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

LEI Nº 5.061 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 5.061 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, ATRAVÉS DO FUNREBOM, CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM,

autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO, com a Associação de Bombeiros Comunitários de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, objetivando a Cessão de Uso de um veículo GM/Celta Placa AMI - 4833, modelo 2004/2005.

Parágrafo único – O bem patrimonial de que trata o “caput” do artigo 1º desta Lei, será incorporado ao Convênio nº 10/2016 e tem por finalidade exclusiva o uso nos serviços do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas relativas à operação, bem como a manutenção e conservação do bem ora cedido e as obrigações legais e encargos que venham ocorrer pelo uso do mesmo, responsabilizando-se pelos reparos, manutenção ou qualquer outra, correrão por conta do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 6961

PORTARIA Nº 6.961 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico, das funções de Chefe do Laboratório Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6962

PORTARIA Nº 6.962 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ANA PAULA PEREIRA, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Serviços Administrativos, nível FCM-3, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6963

PORTARIA Nº 6.993 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) INES MARIA PICOLI, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Arrecadação, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6964

PORTARIA Nº 6.964 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6965

PORTARIA Nº 6.965 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) BRUNO ROGERIO DA ESPADA, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6966

PORTARIA Nº 6.966 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CAMILA BRANCO SGARIA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6967

PORTARIA Nº 6.967 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CLARICE MARIA PECCIN ENDERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6968

PORTARIA Nº 6.968 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CLAUDETE MARIA TOSCAN DA SILVA, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6969

PORTARIA Nº 6.969 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutico, das funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6970

PORTARIA Nº 6.970 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CRISTIANE TURRA, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6971

PORTARIA Nº 6.971 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CRISTINA VIEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Coordenador de Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6972

PORTARIA Nº 6.972 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Coordenador de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6973

PORTARIA Nº 6.973 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DANIELA BORSOI DALLA LASTA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6974

PORTARIA Nº 6.974 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DANIELA APARECIDA DE MATOS, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Assessoria do Gabinete do Prefeito, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6975

PORTARIA Nº 6.975 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DARCY ZAGO, Motorista, das funções de Chefe dos Serviços de Ajardinamento, nível FC-1, vinculado a Coordenadoria de Serviços Públicos, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6976

PORTARIA Nº 6.976 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DARLENE DE VARGAS RECK, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, das funções de Chefe do Setor de oficinas Artísticas, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal – Gerência de Cultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6977

PORTARIA Nº 6.977 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Frida Regensburger, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6978

PORTARIA Nº 6.978 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DEBORAH APARECIDA SUFRE-DINI, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - CERT, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6979

PORTARIA Nº 6.979 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DELCIR DOTTI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Serviço de Projetos e Convênios, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6980

PORTARIA Nº 6.980 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) EDUARDO DE CARLI BORTOLI, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Prestação de Contas e Acompanhamento de Convênios, nível FC-2, vinculado a Coordenadoria de Planejamento, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6981

PORTARIA Nº 6.981 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIANE DE SOUZA BUTTNER, Professor Pós Graduação Nível I (Cargo em extinção), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6982

PORTARIA Nº 6.982 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6983

PORTARIA Nº 6.983 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIO DA SILVA, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Folha de Pagamento, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6984

PORTARIA Nº 6.984 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6985

PORTARIA Nº 6.985 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6986

PORTARIA Nº 6.986 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) FABIO AUGUSTO CONTE, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Arrecadação, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6987

PORTARIA Nº 6.987 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) FERNANDA BRAGA, Contador, das funções de Chefe do Serviço de Contabilidade, nível FC-1A, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6988

PORTARIA Nº 6.988 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) FRANCIANE ALICE RIZZI, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal – Diretoria de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6989

PORTARIA Nº 6.989 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) GEORGETE REGINA SEBASTIÃO, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6990

PORTARIA Nº 6.990 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - CERT, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6991

PORTARIA Nº 6.991 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor Agrícola, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6992

PORTARIA Nº 6.992 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ILTON ANTONIO SCHMITZ, Monitor Social, das funções de Chefe de Transportes, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6993

PORTARIA Nº 6.993 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) INES MARIA PICOLI, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Arrecadação, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6994

PORTARIA Nº 6.994 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) IVO LAMB, Técnico de Topografia, das funções de Assistente de Topografia, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6995

PORTARIA Nº 6.995 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) IVONE ZANATTA, Professor Pós Graduação Nível I (cargo em extinção), das funções de Chefe de Execução dos Programas Sociais, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6996

PORTARIA Nº 6.996 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) JAISON STRAPASSOLA, Arquiteto, das funções de Chefe do Serviço de Projetos e Orçamentação, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6997

PORTARIA Nº 6.997 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – NUPERAJO, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6998

PORTARIA Nº 6.998 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) JESIEL DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Transportes, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 6999

PORTARIA Nº 6.999 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) JULIANA DARTORA BESBATI, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Concessão de Direitos e Benefícios, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7000

PORTARIA Nº 7.000 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CERT, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7001

PORTARIA Nº 7.001 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Menino Deus, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7002

PORTARIA Nº 7.002 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) KENYA XAVIER FERREIRA, Arquiteto, das funções de Chefe dos Serviços de Avaliação de Imóveis, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7003

PORTARIA Nº 7.003 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LEANDRA OMILDE COSTENARO, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Almozarifado, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7004

PORTARIA Nº 7.004 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LEANDRA FRANCIELLI VALENTINA GOMES DE LIMA DESIDERIO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7005

PORTARIA Nº 7.005 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LUCI TEREZINHA HEBERLE, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Gerenciamento de Contratos e Atendimentos, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7006

PORTARIA Nº 7.006 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LUIZ FERNANDO VACCARI, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Tecnologia da Informação/Cidade Digital, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7007

PORTARIA Nº 7.007 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LURDES FOPPA PANTTI, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - CERT, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7008

PORTARIA Nº 7.008 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARA HELAINE DAMASIO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7009

PORTARIA Nº 7.009 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARCOS ANTONIO MARTINAZZO, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Almoxarifado, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7010

PORTARIA Nº 7.010 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARIA CRISTINA FRANÇA ANTUNES, Professor Pós Graduação Nível I (Cargo em extinção), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7011

PORTARIA Nº 7.011 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARIANA ZOPELETTO, Enfermeiro, das funções de Chefe de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7012

PORTARIA Nº 7.012 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7013

PORTARIA Nº 7.013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MARIVETE PIRES, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7014

PORTARIA Nº 7.014 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MILTON GAGLIETTI, Motorista, das funções de Assistente Administrativo, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7015

PORTARIA Nº 7.015 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) MIRIAN DOLZAN, Professor Pós Graduação Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), das funções de Chefe do Setor de Eventos Esportivos, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal – Diretoria de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7016

PORTARIA Nº 7.016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) NATHALIA COSTENARO MASCARELLO, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Projetos Sociais, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7017

PORTARIA Nº 7.017 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) NEI TESSER, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, das funções de Chefe da Coordenação Técnica, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal – Diretoria de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7018

PORTARIA Nº 7.018 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) NELIA MARIA FIN, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Serviço de Controle de Multas de Trânsito, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7019

PORTARIA Nº 7.019 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) NEWDIBERTO NIVALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Assessoria de Fiscalização de Tributos, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7020

PORTARIA Nº 7.020 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) PEDRO DORLI BELOTTO, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Patrimônio, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7021

PORTARIA Nº 7.021 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CEI Clara Zomkowsky, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7022

PORTARIA Nº 7.022 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ROSANE MARIA CERON, Telefonista/Recepcionista, das funções de Chefe do Setor de Atendimento ao Público, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7023

PORTARIA Nº 7.023 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) ROSELI MARIA LAGO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – EM Anita Lopes Vieira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7024

PORTARIA Nº 7.024 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, Assistente Social, das funções de Chefe do CAPS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7025

PORTARIA Nº 7.025 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SANDRA SCHINDLER ZANELLA, Professor Nível I (Licenciatura), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – CERT, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7026

PORTARIA Nº 7.026 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Controle de Informações, nível FC-1, vinculado a Coordenadoria de Controle Interno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7027

PORTARIA Nº 7.027 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SONIA MARIA POZZA, Auxiliar de Enfermagem, das funções de Chefe da Vigilância Epidemiológica, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7028

PORTARIA Nº 7.028 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, Técnico de Administração, das funções de Assistente do Controle e distribuição de Merenda Escolar, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7029

PORTARIA Nº 7.029 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SUELEN FERREIRA FRANÇA, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Arrecadação, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7030

PORTARIA Nº 7.030 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SULANY DE FATIMA BORTOLOZZO WELTER, Auxiliar de Enfermagem, das funções de Chefe do Programa DST/AIDS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7031

PORTARIA Nº 7.031 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) TIAGO DUPONT GIUMBELLI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Licitações, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7032

PORTARIA Nº 7.032 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) VALDECIR VALENTIN DAROLD, Motorista, das funções de Assistente de Infraestrutura Rural, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7033

PORTARIA Nº 7.033 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) VALDIRENE FERNANDES DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – NUPERAJO, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7034

PORTARIA Nº 7.034 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) VALERIA TERESINHA FERREIRA, (Licenciatura) Lei 283/2014, das funções de Chefe do Setor de Fiscalização de Parcerias e Convênios e Planejamento, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal – Diretoria de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7035

PORTARIA Nº 7.035 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) VANIA BRANDALIZE, Advogado, das funções de Chefe dos Procedimentos Administrativos, nível FC-1, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7036

PORTARIA Nº 7.036 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, Motorista, das funções de Chefe dos Serviços de Distribuição de Materiais, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 173 de 11 de março de 2009, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, Lei Complementar n.º 282 de 19 de dezembro de 2014, Lei Complementar n.º 299 de 20 e março de 2015, Lei Complementar n.º 329 de 11 de abril de 2016 e Lei Complementar n.º 334 de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7037

PORTARIA Nº 7.037 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RICARDO SCHNEEBERGER, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando 233/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 20 de dezembro de 2014 a 19 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de dezembro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de dezembro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7038

PORTARIA Nº 7.038 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"Retificar a portaria n.º 5.216/2016"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - RETIFICAR a portaria n.º 5.216 na qual TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. JEFERSON LUIZ KRUG, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o Gabinete do Prefeito Municipal, estará atuando junto a Divisão de Habitação, conforme memorando interno sob n.º 05/2016, deferido pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

Onde lê-se: TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. JEFERSON LUIZ KRUG, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o Gabinete do Prefeito Municipal, estará atuando junto a Divisão de Habitação, conforme memorando interno sob n.º 05/2016, deferido pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

Leia-se: TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. JEFERSON LUIZ KRUG, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, estará atuando junto a Gerência de Habitação e Regularidade Fundiária, conforme memorando interno sob n.º 05/2016, deferido pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7039

PORTARIA Nº 7.039 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) CLENI ISABEL TURRA, do cargo de Professor Nível II Pós Graduação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7040

PORTARIA Nº 7.040 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) SOELI SALETE GOMES, do cargo de Técnico de Administração, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N º 7041

PORTARIA Nº 7.041 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"ANULA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – ANULAR A PORTARIA N.º 6.840/2016 na qual RESCINDIR, em 21 de dezembro de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) LUANA APARECIDA FILIPINI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) LUANA APARECIDA FILIPINI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de dezembro de 2016, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6946

PORTARIA Nº 6.946 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) ROBERTO MINATI, Coordenador de Controle Interno, nível CC-1, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 7042

PORTARIA Nº 7.042 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016
"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ELIANE GONÇALVES LAMPERTI, Professor nível I (Licenciatura Plena), em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0002798/2016 de 14 de dezembro de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor nível II (Pós-Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 23 de dezembro de 2016
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 7043

PORTARIA Nº 7.043 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE KLOTZ, Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando 325/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de junho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de junho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 23 de dezembro de 2016.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

NOTA DE REVOGAÇÃO PL 83/2016/PMJ - CC 9/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

CONCORRÊNCIA
Nr.: 9/2016 - CC

Processo Administrativo: 85/2016
Processo de Licitação: 83/2016
Data do Processo: 18/11/2016

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do Município de Joaçaba, SC, conforme Resolução nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética PROPEE da ANEEL

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 13 / 2016

Motivo: Em face dos despachos exarados no processo ficam CANCELADOS os lotes 01 e 02. Diante disto, o Sr. Venilton, decide por REVOGAR o presente processo licitatório.

Joaçaba, 22 de Dezembro de 2016

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO TERMO ADITIVO 01/2016**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 014/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 14/2014 assinado em 08 de dezembro de 2014 com vigência de 01/01/2015 até 31/12/2015, oriundo do Processo Licitatório n. 020/2014, Pregão Presencial n. 017/2014, cujo objeto é a "locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, patrimônio, folha de pagamento, ponto eletrônico, recursos humanos e portal transparência, conforme as condições estabelecidas no Edital" com fundamento no art. 57, IV da Lei n. 8.666/1993 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2016, totalizando 36 (trinta e seis) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE VALOR - Conforme cláusula 4.14 do Contrato nr. 014/2014, os valores contratados serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual. Considerando que a Câmara de Vereadores estará em recesso no referido mês de janeiro/2017, será efetivado o reajuste, referente ao período de 01/01/2016 a 31/12/2016, quando do retorno de suas atividades no início do mês de fevereiro/2017, com efeitos retroativos à data da implementação do direito ao reajuste. CLÁUSULA TERCEIRA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 02/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 02/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 013/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 013/2014 assinado em 01 de setembro de 2014 oriundo do Processo de Licitação nº 013/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 010/2014, homologado no dia 20/08/2014, cujo objeto é "Contratação de serviços de limpeza, conservação, higienização e jardinagem nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC. A prestação dos serviços compreende a disponibilização de pessoal, materiais, produtos de limpeza e equipamentos conforme detalhado no termo de referência que integra o Edital de Pregão Presencial n. 10/2014" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, totalizando 40 (quarenta) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 03/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 015/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 015/2014 assinado em 15 de dezembro de 2014 oriundo do Processo de Licitação nº 019/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 016/2014, homologado no dia 12/12/2014, cujo objeto é "Contratação de serviços de copa nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, totalizando 36 (trinta e seis) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 01/2015.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 01/2015 assinado em 02 de março de 2015 oriundo do Processo de Licitação nº 001/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 001/2015, homologado no dia 27/02/2015, cujo objeto é "A prestação, pela CONTRATADA, de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos, exceto papel por demanda, conforme especificações constantes nesse Contrato e no Edital de Licitação nr. 001/2015, Pregão Presencial nr. 001/2015 e seus anexos" com fundamento no art. 57, IV da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, totalizando 34 (trinta e quatro) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 05/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 012/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA – EPP

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços

n. 012/2014 assinado em 22 de agosto de 2014 oriundo do Processo de Licitação nº 015/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 012/2014, homologado no dia 13/08/2014, cujo objeto é "a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos mensal de acesso a internet, meio fibra ótica ou par metálico: link ip dedicado de no mínimo de 02 Mbps, incluindo instalação, locação e configuração de modems/routers e outros equipamentos necessários, em conformidade com as especificações técnicas constantes nesse contrato e no edital de Processo de Licitação nº 15/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 12/2014" com fundamento no art. 57, IV da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, totalizando 40 (quarenta) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 06/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 011/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: OI S.A.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 011/2014 assinado em 20 de agosto de 2014, oriundo do Processo de Licitação nº 014/2014, Pregão Presencial n. 011/2014, homologado em 12/08/2014, cujo objeto é "a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, em conformidade com as especificações técnicas constantes nesse contrato e no edital de Processo de Licitação nº 14/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 11/2014" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, totalizando 40 (quarenta) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA – As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 07/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 004/2016.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: ONSSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 04/2016 assinado em 19 de outubro de 2016 oriundo do Processo de Licitação nº 16/2016 e Edital de Pregão Presencial nº 006/2016, homologado no dia 18/10/2016, cujo objeto é "contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância eletrônica com fornecimento, instalação, manutenção e monitoramento 24h, em sistema de comodato, com pronto atendimento de ocorrências para a sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de

2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, totalizando 14 (quatorze) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 09/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 002/2015.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: CASSUBA & SOUZA ENGENHARIA, SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO LTDA - ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 02/2015 assinado em 14 de dezembro de 2015 oriundo do Processo de Licitação nr. 006/2015, Dispensa nr. 002/2015, homologado no dia 09/12/2015, cujo objeto é "contratação de empresa prestadora de serviços de saúde e segurança do trabalho para elaboração e fornecimento da documentação obrigatória necessária, visitas mensais, assessoria e consultoria para a Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, totalizando 24 (vinte e quatro) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 28/11/2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 191/2016 - CLENI IZABEL TURRA**

PORTARIA Nº 191 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79 da Lei Complementar nº 099/2005 e suas alterações, e tendo em vista o que consta no processo nº 200 de 21 de julho de 2016, resolve,

Artigo 1º. Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, a CLENI IZABEL TURRA, inscrita no CPF nº 425.707.359-49, portadora do RG nº 11/R - 1.077.534, inscrita no PASEP sob o nº 108.64829.40-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, nível II, Classe "A-VI", lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.558, nos termos do artigo 22 da Lei Complementar nº 099/2005, c/c artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Artigo 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 099/2005.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Joaçaba, 22 de dezembro de 2016
ELISABETH MARIA ZANELA SARTORI
Diretora/Presidente

PORTARIA Nº 192/2016 - SOELI SALETE GOMES

PORTARIA Nº 192 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79 da Lei Complementar nº 099/2005 e suas alterações, e tendo em vista o que consta no processo nº 200 de 21 de julho de 2016, resolve,

Artigo 1º. Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, a SOELI SALETE GOMES, inscrita no CPF nº 501.770.019-68, portadora do RG nº 11/R - 182.445, inscrita no PASEP sob o nº 170.05151.45-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Administração, Classe "D-IV", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.318, nos termos do artigo 22 da Lei Complementar nº 099/2005, c/c artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Artigo 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da última remuneração de contribuição da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do artigo 53 da Lei Complementar nº 099/2005.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Joaçaba, 22 de dezembro de 2016
ELISABETH MARIA ZANELA SARTORI
Diretora/Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ORDEM DE SUSPENSÃO DE CONTRATO 0001/2016**

ORDEM DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 0062/2016

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, representado por seu Diretor Presidente Aluir Flemming determina, com fundamento no art. 57, § 1º, VI, da Lei nº 8.666/93, a suspensão por 60 (sessenta) dias do prazo de execução e de vigência do Contrato JHL nº 0062/2016, assinado em 15 de agosto de 2016, firmado com a empresa Poggere Construções e Implementos Ltda – EPP, decorrente do Processo JHL nº 0031/2016, Tomada de Preços 0003/2016, e da Ordem de Execução de Serviço nº 0008/2016, assinada em 05 de setembro de 2016, referente à construção de muro de arrimo, terraplanagem e construção de casa para abrigo de equipamentos do SIMAE e demolições, no terreno do RAP 012, em Herval d'Oeste, conforme justificativa apresentada pelo Fiscal do Contrato, o Sr. João Carlos Ungericht, sob páginas 242 a 253, e parecer jurídico elaborado pelo Advogado do SIMAE, sob páginas 254 a 256.

Joaçaba/SC, 22 de dezembro de 2016.
Aluir Flemming
Diretor Presidente do SIMAE

Recebimento pela empresa
Joaçaba-SC, ____/____/____

Leandro Poggere
Administrador

Poggere Construções e Implementos Ltda - EPP
CNPJ: 11.767.402/0001-32
Rod. SC 135, nº 6.250, Caixa Postal 16
Linha Santa Bárbara
CEP: 89.663-000 – OURO/SC

PORTARIA JHL 359/2016

PORTARIA SIMAE JHL 359/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna SC., no uso de suas atribuições legais, e com base no Artigo 34 da LC 193/10,

- Considerando a existência de tabela diferenciada para a concessão de diárias aos servidores do Simae;
- Considerando injustificável tal diferenciação;
- Considerando a necessidade da revisão das diárias.

RESOLVE:

- 1) Adotar faixa única de valores de diárias para todos os cargos, conforme tabela anexa;
- 2) Reajustar os valores das diárias da Autarquia, de acordo com a Tabela anexa;
- 3) Para as concessões de diárias, deverão ser seguidas as normas estabelecidas na Resolução JHL 005/2010 e IN 14/2012 TCE/SC.
- 4) Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2017.

Joaçaba - SC, 22 de dezembro de 2016.

ALUIR FLEMMING

Diretor PresidenteTABELA COM VALORES DE DIÁRIAS

Anexo da Portaria SIMAE JHL 359/2016 de 22.12.2016

Reajustado a partir de 01.01.2017 em 7,38% referente ao período de novembro/14 à novembro/16, pela variação do INPC – IBGE do período de dezembro/15 à novembro/16, conforme demonstração em anexo:

CLASSIFICAÇÃO	DIÁRIAS ACRESCIDAS DE:				
	DIÁRIA NORMAL	50%	70%	90%	160%
	290,50	435,74	493,83	551,93	755,28

Observações:

1 – Nos deslocamentos para as cidades abaixo, o valor da diária normal será acrescido da importância correspondente a:

- 160% - Viagem Internacional.
- 90% - Brasília-DF, Manaus-AM.
- 70% - Deslocamento para as demais capitais dos Estados.
- 50% - Deslocamentos para as cidades com mais de 150.000 habitantes.

2 – Em caso de viagem aérea, será concedido um adicional equivalente R\$ 232,41 destinados a cobrir despesas de diária de estacionamento, deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou hospedagem e vice-versa.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0059/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 59/2016 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 77/2016 Processo de Licitação: 77/2016 Data do Processo: 24/11/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2016
b) Licitação Nr.: 59/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 22/12/2016
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO SAVEIRO TOTAL FLEX 8V CE PLACAS MCR7035 NÃO ADQUIRIDAS NO PREGÃO 0050/2016 E FIAT DUCATO CARGO 2.8 TB DIESEL ANO 2004 PLACAS MDS4409 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**MECANICA SPIER LTDA - ME (6905)**

1	CAPO DIANTEIRO - Marca: CENTAURO	PÇ	1,00	0,0000	421,00	421,00
2	PARACHOQUE DIANTEIRO - Marca: DTS	PÇ	1,00	0,0000	189,20	189,20
3	FAROL FROTAL DIREITO - Marca: MG	UN	1,00	0,0000	182,30	182,30
4	FAROL FRONTAL ESQUERDO - Marca: MG	PÇ	1,00	0,0000	182,30	182,30
5	PAINEL FRONTAL - SAVEIRO - Marca: OURIQUES	UN	1,00	0,0000	141,32	141,32
6	FECHADURA CAPÔ - Marca: UNIVERSAL	UN	1,00	0,0000	49,25	49,25
7	POLIA REDONDA DA DIREÇÃO HIDRAULICA - Marca: POLICAR	PÇ	1,00	0,0000	117,55	117,55
8	PROTEÇÃO DE CORREIA - Marca: RIN	PÇ	1,00	0,0000	110,20	110,20
9	CORREIA ALTERNADOR - Marca: GATER	PÇ	1,00	0,0000	29,30	29,30
10	RADIADOR AGUA - Marca: VISCONDE	PÇ	1,00	0,0000	159,20	159,20
11	TENSOR DO ALTERNADOR - Marca: SKF	PÇ	1,00	0,0000	292,34	292,34
12	ADITIVO RADIADOR - Marca: VISCONDE	LT	2,00	0,0000	18,25	36,50

Joaçaba, 22 de Dezembro de 2016.

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 59/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	77/2016
	Processo de Licitação:	77/2016
Data do Processo:		24/11/2016
Folha: 2/2		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****MECANICA SPIER LTDA - ME (6905)**

13	ESPELHO RETROVISOR ESQUERDO ORIGINAL SAVEIRO 2005 - Marca: METAGAL	UN	1,00	0,0000	110,00	110,00
----	---	----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 2.020,46**Total Geral: 2.020,46**

Joaçaba, 22 de Dezembro de 2016.

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 12-A/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 494.610,21 quatrocentos e noventa e quatro mil seiscentos e dez reais e vinte e um centavos), sendo:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 00.802002/0001-02 COM SEDE A ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320 – FUNDO CANOAS CEP 89.163-554 – RIO DO SUL/SC.

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-C/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 51.813,50 (cinquenta e um mil oitocentos e treze reais e cinquenta centavos), sendo:

BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – ME – CNPJ 21.438.123/0001-89 – RUA SVERINO AUGUSTO PRETTO, 574 SL 102 SANTO ANTÃO ENCANTADO/RS CEP 95.960-000

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-B/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 423.140,00 (quatrocentos e vinte e três mil cento e quarenta reais), sendo:

BLUMÉDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS LTDA – CNPJ 01.470.743/0001-98 – RUA COLIBRI, 425 BLOCO 02 SALTO WEISBACH BLUMENAU/SC CEP 89.032-235..

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-D/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 61.555,80 (sessenta e um mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), sendo:

DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA – CNPJ 05.531.725/0001-20 AV. ARY MIGUEL DA SILVEIRA 391 – JD ELDORADO – PALHOÇA/SC 88.133-531

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-E/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-E/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 19.879,80 (dezoito mil oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), sendo:

DUTRAMED DISTRIBUIDORA LTDA. – ME – CNPJ 08.435.077/0001-04 – RUA ITACOLOMI, 1831 AMADORI PATO BRANCO/PR CEP

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-F/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-F/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 242.200,00 (duzentos e quarenta e dois mil e duzentos reais), sendo:

FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ 25.034.906/0001-58 – RUA SANTOS DUMONT, 1094 AEROPORTO ERECHIM/RS CEP 99.709-096.

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-G/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-G/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$613.170,00 (seiscentos e treze mil cento e setenta reais), sendo:

FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – CNPJ 07.164.711/0001-40 – RUA JOAQUIM NABUCO, 1595 CAPOEIRAS FLORIANÓPOLIS/SC CEP 88.090-060

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-H/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-H/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 14.245,00 (catorze mil duzentos e quarenta e cinco reais), sendo:

IDEAL CENTER COM. DE PROD. DE HIGIENE PESSOAL LTDA – CNPJ 08.811.393/0001-25 – RUA TITO BIANCHINI, 409 BAIRRO COPACABANA LAGES/SC CEP 88.504-099

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-I/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-I/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 105.146,00 (cento e cinco mil cento e quarenta e seis reais), sendo:

MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA – CNPJ 05.912.018/0001-83
RUA BRÉSCIA, 184-2 BAIRRO MAUÁ COLOMBO/PR CEP 83.413-575

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-J/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-J/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I – DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 10.046,69 (dez mil e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos), sendo:

METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 83.157.032/0001-22, SEDIADA A ESTRADA DA BOA ESPERANÇA, 1918 – FUNDO CANOAS – RIO DO SUL/SC, CEP 89.163-920

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-K/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-K/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I – DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 245.514,95 (duzentos e quarenta e cinco mil quinhentos e catorze reais e noventa e cinco centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA E CIA LTDA – CNPJ 05.021.932/0001-34 RUA SEBASTIÃO FURTADO, 101 CENTRO – CEP 88.501-140 LAGES/SC.

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-L/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-L/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I – DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 228.863,25 (duzentos e vinte e oito mil oitocentos sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), sendo:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – CNPJ 03.033.589/0001-12 VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIICH, 1515 ITROUPAVA NORTE BLUMENAU/SC CEP 89.052-475

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-M/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-M/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAÚSULA I – DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 54.080,00 (cinquenta e quatro mil e oitenta reais), sendo:

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – EPP – CNPJ 01.648.513/0001-76 RUA ALMIR SCHIMITT Nº 390 CENTRO ANTONIO CARLOS/SC CEP 88.180-000

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-N/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-N/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016
PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAUSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 14.468,70 (catorze mil quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta centavos), sendo:

PR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP
CNPJ 24.878.609/0001-26 – RUA MARINHO NERBASS, 30 CENTRO
LAGES/SC CEP 88.502-180.

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-O/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-O/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016
PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAUSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 312.750,00 (trezentos e doze mil setecentos e cinquenta reais), sendo:

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ
03.505.263/0001-40 – RUA COLIBRI, 425 SALTO WEISSBACH BLU-
MENAU/SC CEP 89.032-235

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-P/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-P/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016
PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAUSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 46.928,30 (quarenta e seis mil novecentos e vinte e oito reais e trinta centavos), sendo:

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTOS E
EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 09.196.745/0001-42 – RUA TREZE
DE JUNHO 795 FLOR DE NAPOLIS SÃO JOSÉ/SC CEP 88.106-470.

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 12-Q-2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12-Q/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016
PROCESSO Nº 35/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLAUSULA I- DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem para unidades de saúde e pronto atendimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 374.852,10 (trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), sendo:

TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA ME –
CNPJ 12.069.550/0001-46 – RUA BENTO GONÇALVES Nº 60 SALA
601 CENTRO PAULO BENTO/RS CEP 99.718-000

Lages, 22 de dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO PERMISSÃO DE USO Nº 08/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: TERMO DE PERMISSÃO DE USO, N.º 08/2016 PML

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

PERMISSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PONTE GRANDE CNPJ 05.031.774/0001-01 Rua Terezinha Cândido do Amarante S/N Ponte Grande/ Lages/SC CEP 88.509-130.

Termo de Permissão de Uso conforme Decreto Municipal nº 15.395

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Fica outorgado à Associação de Moradores do Bairro Ponte Grande, Permissão de Uso, a título precário e gratuito, por prazo indeterminado, do imóvel público matriculado sob o nº 20.991

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

A permissão de uso de bem público municipal a título precário e por prazo indeterminado.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

A Permissão de Uso será de Forma Precária e Gratuita.

Lages, 22 de dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.801/16

DECRETO Nº 4.801 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município, e na Lei nº 1.896/16,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elementos da Despesa:

2 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 75.000,00

3 - 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 – Obrigações Patronais R\$ 25.000,00

5 - 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor do orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura das seguintes dotações:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Proj/Ativ: 1.300 – Manutenção ao evento "Semana Cultural" e República em Laguna

Elemento da Despesa: 32 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Proj/Ativ: 1.302 – Apoio ao Evento Carnaval

Elemento da Despesa: 28 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 70.000,00

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Proj/Ativ: 1.304 – Laguna verão Temporada

Elemento da Despesa:

20 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

21 - 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.802/16

DECRETO Nº 4.802 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ: 2.701 – Psf's/NASF/PAB

Elemento da Despesa: 68 - 4.4.90.52.00.00.00.01.0101 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 400.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ: 2.701 – Psf's/NASF/PAB

Elemento da Despesa: 56 - 3.1.90.16.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 400.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EDITAL 2016

EDITAL DE CHAMAMENTO/INFORMAÇÃO PARA RETIRADA DE RESTOS MORTAIS DAS SEPULTURAS DO CEMITÉRIO DA GLÓRIA

O Sr. Secretário de Administração e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Administração Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente Edital, realizará a retirada dos restos mortais de pessoas falecidas e que estão sepultadas no Cemitério da Glória (lado direito), em Laguna/SC, junto a gavetas, por um prazo igual ou superior a 05 (cinco) anos,, conforme relação em anexo, objetivando o posterior depósito dos referidos restos mortais nos ossários do cemitério. Convocamos os familiares das pessoas falecidas, listadas no presente Edital, para que caso haja interesse em acompanhar os trabalhos, a comparecerem perante a Secretaria de Administração para obtenção de maiores informações.

HÊNIO MARCELINO CARDOSO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

LISTAGEM DAS PESSOAS FALECIDAS

LC Nº 338/16

LEI COMPLEMENTAR Nº 338 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
"CONCEDE REVISÃO GERAL AOS VEREADORES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna iniciou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder a revisão geral anual aos vereadores, no percentual cumulativo de 9,28% (nove vírgula vinte e oito por cento).

Parágrafo único. Para atribuição do percentual previsto no caput deste artigo foi considerado IPCA/IBGE durante o período de maio de 2015 a abril de 2016.

Art. 2º A presente Lei Complementar tem como fundamento o art. 12, X da Lei Orgânica do Município de Laguna.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2017.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.896/16

LEI Nº 1.896 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura
Elementos da Despesa:
2 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$ 75.000,00
3 - 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 – Obrigações Patronais R\$ 25.000,00
5 - 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura com a anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Proj/Ativ: 1.300 – Manutenção ao evento "Semana Cultural" e República em Laguna
Elemento da Despesa: 32 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Proj/Ativ: 1.302 – Apoio ao Evento Carnaval
Elemento da Despesa: 28 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 70.000,00

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura
Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura
Proj/Ativ: 1.304 – Laguna verão Temporada
Elemento da Despesa:
20 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 30.000,00
21 - 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2016 DE 19/12/2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO DOS FERIADOS DE NATA E ANO NOVO, PELO TURNO VESPERTINO NOS DIAS 23/12/16 E 30/12/16, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 047/2016
DE 19/12/2016

“DECRETA PONTO FACULTATIVO DOS FERIADOS DE NATA E ANO NOVO, PELO TURNO VESPERTINO NOS DIAS 23/12/16 E 30/12/16, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 98 inciso I letra “c” da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no serviço público municipal nos dias 23/12/16 e 30/12/16, pelo período vespertino em alusão aos feriados do Natal e Ano Novo, sem prejuízos dos serviços emergenciais e urgentes.

Parágrafo Único – As secretarias municipais deverão promover escala de atendimento, para não causar nenhum prejuízo dos serviços essenciais, emergenciais e urgentes.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora designada

LEI Nº 691/2016 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016 DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS E POSTURA DO MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE ESTADO DE SANTA CATARINA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI Nº 691/2016

DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS E POSTURA DO MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE ESTADO DE SANTA CATARINA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este Código tem o objetivo de garantir a observância e promover a melhoria de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações, estabelecendo normas para a elaboração de projetos, execução, instalações e regularizações de obras, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todas as obras deverão estar de acordo com este Código.

Seção I DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar e executar obras neste Município, os registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

A responsabilidade dos projetos, cálculos, especificações e execução de obras, cabem aos seus respectivos responsáveis técnicos.

A substituição do responsável técnico de uma obra deverá ser comunicada por escrito ao Município pelo proprietário da obra. O profissional que substituir a outro, deverá comparecer ao departamento competente munido de documento de responsabilidade técnica sobre os serviços assumidos.

CAPÍTULO II TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma obra de construção, ampliação, reforma, transladação, demolição e alteração de atividade, uso ou função poderá ser realizada sem prévio licenciamento do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Independe de licença os serviços de limpeza, pinturas, consertos e pequenos reparos no interior ou exterior das edificações, impermeabilização de terraços, substituições de telhas, calhas e condutores e muros até a altura de 02 m (dois metros).

O alvará de licença para obras somente será expedido após o projeto aprovado de acordo com este Código, juntamente com as demais Leis Municipais e Federais pertinentes.

Seção II APROVAÇÃO DE PROJETOS

Para aprovação do projeto o interessado deverá apresentar ao Município junto ao departamento competente, pasta do processo que deverá conter via física e digital do Requerimento, da Certidão Atualizada de Imóvel, ART e/ou RRT de projeto e execução, e 03 (três) vias do Projeto Arquitetônico e Hidrossanitário, que deverão conter:

§ 1º Projeto Arquitetônico:

I - Planta de situação: deve constar o contorno do quarteirão, nome das ruas que o definem, indicação do Norte, indicação do lote e distância do lote a esquina mais próxima.

II - Planta de locação: devem constar as dimensões do lote, a distância do meio-fio até o alinhamento do lote, a cota da entrada da edificação em relação ao passeio, a locação da edificação no lote e a localização de rios e/ou similares.

III - Plantas baixas de todos os pavimentos na escala 1:50 ou

condizente com as dimensões da obra: deve constar na planta baixa a utilização, as dimensões e a área de cada compartimento. Tratando-se de repetição, bastará a apresentação de uma planta baixa tipo.

IV - Planta de cobertura: deverá constar a projeção da edificação e cotas de amarração em relação às divisas.

V - Cortes em número suficiente para compreensão da edificação e nunca inferior a dois na escala 1:50 ou condizente com as dimensões da obra, devidamente cotados.

VI - Fachadas em número suficiente para compreensão da edificação e nunca inferior a dois na escala 1:50 ou condizente com as dimensões da obra.

VII - Memorial descritivo dos serviços a serem executados.

§ 2º Projeto Hidrossanitário:

I - Planta de locação: deve constar a locação do sistema de tratamento de esgoto, com as devidas cotas em relação às divisas e sua dimensão;

II - Planta baixa com as instalações hidráulicas e sanitárias;

III - Detalhe do sistema de tratamento de esgoto;

IV - Memorial descritivo e dimensionamento respectivo.

§ 3º O atestado de aprovação do projeto no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina será exigido para todas as edificações, independente da área construída, exceto para as edificações residenciais unifamiliares, conforme Lei Estadual nº 16.157, de 07 de novembro de 2013.

§ 4º Deverá apresentar outras autorizações e aprovações quando o tipo da obra exigir.

O Município deverá analisar o processo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da entrega do requerimento. O projeto será aprovado caso esteja de acordo com todas as Leis pertinentes ou será devolvido para que se façam as correções necessárias.

A aprovação de um projeto valerá pelo prazo de 01 (um) ano da data de seu despacho.

Art.10. Mediante projeto aprovado e matrícula no INSS, será concedido o alvará de licença da construção.

Seção III MODIFICAÇÃO DO PROJETO APROVADO

Art.11. Deverá ser requerida a aprovação das alterações do projeto efetuadas após a emissão do alvará de licença para construção.

PARÁGRAFO ÚNICO - Antes do pedido de vistoria para emissão do habite-se, deverá o responsável técnico pela obra, apresentar ao departamento competente, planta elucidativa em 02 (duas) vias com as modificações propostas e/ou realizadas, a fim de receber a aprovação definitiva, quando não ferir a legislação vigente. Caso não seja feita ou não possa ser feita a regularização da modificação do projeto aprovado, não será liberado o habite-se até que desapareça a irregularidade.

Seção IV ALVARÁ DE LICENÇA DA CONSTRUÇÃO, VALIDADE E RENOVAÇÃO

Art.12. O licenciamento para início da construção será válido pelo

prazo de 01 (um) ano. Findo este prazo e não tendo sido iniciada a construção, o licenciamento deverá ser reavaliado sem ônus para o proprietário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito da presente Lei, uma edificação será considerada iniciada quando provida a execução das fundações.

Art.13. No caso de interrupção da construção licenciada, será considerado válido o alvará respectivo, até completado o prazo máximo de 05 (cinco) anos, desde que requerida à paralisação da obra e após este prazo será revalidada a licença sem qualquer ônus para o proprietário.

Art.14. Para fins de fiscalização, os alvarás de licença deverão permanecer no local das obras juntamente com o projeto aprovado, protegidos contra ação do tempo e facilmente acessíveis.

CAPÍTULO III CONCLUSÃO DE OBRA E EMISSÃO DE HABITE-SE

Art.15. Uma obra será considerada concluída quando estiver em condições de ser habitada ou de ser ocupada para os fins a que se destina.

Art.16. Após a conclusão das obras, o proprietário deverá solicitar por meio de requerimento, a vistoria e o habite-se.

§ 1º Deverá ser apresentado junto ao requerimento para vistoria de habite-se ao Município, o habite-se emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para todas as edificações, independente da área construída, exceto para as edificações residenciais unifamiliares, conforme Lei Estadual Nº 16.157 de 07 de novembro de 2013.

§ 2º Antes do fechamento ou do aterro do sistema de tratamento de esgoto, o proprietário deverá solicitar por meio de um requerimento a vistoria prévia do mesmo, sem a qual não receberá o habite-se.

§ 3º Nas vias pavimentadas, os passeios fronteiros deverão estar executados e concluídos de acordo com as normas pertinentes.

Art.17. Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação não foi construída, aumentada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado, o proprietário será notificado e intimado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer demolição ou as modificações necessárias para repor a obra de acordo com projeto aprovado.

Art.18. Estando às obras de acordo com o projeto aprovado, o Município fornecerá ao proprietário o habite-se, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de entrega do requerimento.

CAPÍTULO IV FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Art.19. O Município através de Lei deverá definir atribuições aos fiscais de obra e fornecer cursos de aprendizado e aperfeiçoamento.

Art.20. Os profissionais fiscalizadores têm competência no âmbito de suas atribuições para exercer as funções de fiscalização, controle e orientação de obras, serviços de edificação por pessoas físicas ou jurídicas no Município em caráter permanente e em conformidade com a legislação, podendo expedir para tanto, autos de intimação, infração e aplicação de penalidades cabíveis.

Art.21. A fiscalização compete:

I - Efetuar vistorias em geral, levantamentos e avaliações.

II - Efetuar medições e inspeções.

III - Elaborar relatórios técnicos de inspeções.

IV - Lavrar notificações, autos de inspeção, de vistoria e de infração.

V - Verificar as infrações e aplicar as respectivas sanções, nos termos da Lei.

VI - Lacrar equipamentos, unidades de produção, instalações de qualquer espécie, nos termos da Lei.

VII - Exercer outras atividades que lhe forem designadas.

CAPÍTULO V INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.22. Deverá ser expedida notificação de obra, pela fiscalização, quando constatada(s) irregularidade(s) na execução da obra, ocasião em que o notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar.

PARÁGRAFO ÚNICO. Consideram-se infratores: o proprietário, o responsável técnico e a construtora.

Art.23. A notificação deverá ser emitida quando:

I - Iniciada a construção da obra sem a necessária licença;

II - Ocupado o prédio sem a necessária vistoria e habite-se;

III - Não forem obedecidas as cotas de alinhamento estabelecidas;

IV - O projeto apresentado estiver em desacordo com o local ou forem falseadas as cotas, cálculos e indicações do projeto ou qualquer elemento do processo;

V - As obras forem executadas em desacordo com o projeto aprovado e licenciado;

VI - Não tiveram sido tomadas as medidas de segurança cabíveis;

VII - Obstruída a rua ou passeio com material da obra.

Art.24. A critério do órgão fiscalizador, poderá ao notificado ser concedido o prazo de mais 15(quinze) dias para sanar as irregularidades apresentadas, desde que, apresente requerimento motivando seu pedido.

PARÁGRAFO ÚNICO. O auto de infração será aplicado quando finalizado o prazo fixado em notificação e não for sanada a irregularidade apurada.

Art.25. As infrações ao disposto no presente Código serão passíveis das seguintes penalidades:

I – Multa;

II - Embargo;

III - Interdição;

IV - Demolição.

Seção I MULTA

Art.26. Aos infratores, além das medidas cabíveis, serão aplicadas multas, conforme o caso, sempre com base na UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de acordo com o abaixo disposto:

PENALIDADE	VALOR (UFRM)
Pela falta de projeto aprovado e licenciado da obra	75
Pela ocupação da obra sem que o habite-se tenha sido expedido	75
Quando não forem obedecidos os nivelamentos estabelecidos	75
Quando o projeto apresentado estiver em desacordo com o local ou forem falseadas cotas e indicações ou qualquer elemento do processo	100
Quando a obra for executada em desacordo com o projeto aprovado e licenciado	75
Quando não tiverem sido tomadas as medidas de segurança cabíveis	75
Quando os materiais da obra obstruírem a rua ou passeio	25

Art.27. A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesse código será multa de 75 UFRM.

Art.28. Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto, sendo uma via entregue ao autuado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso os infratores negarem-se a assinar o auto de infração, este será encaminhado por correio por meio de AR ou assinado como recebido pelo fiscal do órgão público e 02 (duas) testemunhas.

Art.29. A falta de recolhimento do auto no prazo de 30 (trinta) dias, será inscrito em dívida ativa e encaminhado para execução fiscal.

Seção II EMBARGO

Art.30. As obras em andamento sejam elas de reforma, reconstrução, construção ou demolição, serão embargadas, sem prejuízo das multas, quando estiverem:

I - Sendo executadas sem o devido licenciamento;

II - Desrespeitando o respectivo projeto aprovado em qualquer de seus elementos essenciais;

III - Desrespeitando as cotas de alinhamento estabelecidas;

IV - For iniciada sem a demarcação do terreno;

V - Sendo executadas sem a responsabilidade de profissional qualificado;

VI - Causando danos ou oferecendo riscos ao próprio imóvel, a segurança ou a interesses públicos;

VII - Sendo executadas sobre valas, redes pluviais existentes, cursos de água ou outras áreas não edificáveis.

Art.31. Verificada a procedência do embargo, será lavrado o respectivo auto, sendo uma via entregue ao autuado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso os infratores negarem-se a assinar o auto de infração, este será encaminhado por correio por meio de AR ou assinado como recebido pelo fiscal do órgão público e 02 (duas) testemunhas.

Seção III DEMOLIÇÃO

Art.32. A demolição total ou parcial de uma edificação poderá ser imposta nos seguintes casos:

I - Quando executada sem licenciamento;

II - Quando desrespeitar o projeto aprovado ou alinhamento estabelecido;

III - Quando for julgada em risco iminente de caráter público;

§ 1º A demolição será imposta quando o projeto não puder ser modificado, adequando-se a este Código.

§ 2º Havendo a recusa ou inércia do infrator, o Município poderá proceder às obras de demolição.

Seção IV INTERDIÇÃO

Art.33. Uma obra ou edificação poderá ser interditada, total ou parcialmente, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art.34. Poderão ser interditadas obras de construção, reconstrução ou reforma, sempre que forem necessárias, tendo em vista a segurança e o sossego público.

CAPÍTULO VI OCUPAÇÃO E USO DO SOLO URBANO

Art.35. Ocupação do solo é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros denominados instrumentos urbanísticos. Para a devida adequação as características da zona de implantação, as edificações são reguladas por meio dos seguintes instrumentos urbanísticos:

I - Índice de Aproveitamento;

II - Taxa de Ocupação;

III - Taxa de Impermeabilização;

IV - Recuos.

Seção I DO ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

Art.36. Definido pela relação entre a soma da área de todos os pavimentos da construção e a área total do lote.

Art.37. Não serão computados no índice de aproveitamento:

§ 1º As áreas destinadas aos serviços gerais, tais como: casa de máquinas de elevadores, de bombas, transformadores, instalações centrais de ar condicionado, calefação e aquecimento de água e gás, contadores e medidores em geral;

§ 2º Vagas de estacionamento e garagem, quando descobertas.

Art.38. O Índice de Aproveitamento (IA) adotado será de 5 (cinco).

Seção II DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Art.39. A taxa de ocupação é definida como a porcentagem máxima de construção em projeção horizontal permitida em um lote.

Art.40. No cálculo das projeções horizontais máximas para taxa de ocupação de construções permitidas não serão computadas:

I - As marquises;

II - As áreas construídas em balanço, formando saliências sobre os recuos de ajardinamento, desde que não ultrapassem 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

Art.41. A Taxa de Ocupação (TO) adotada será de 80% (oitenta por cento).

Seção III DA TAXA DE IMPERMEABILIZAÇÃO

Art.42. É a relação entre a parte impermeável, que não permite a infiltração de água no solo e a área do lote.

Art.43. A Taxa de Impermeabilização (TI) será limitada a 90% (noventa por cento).

Art.44. Para as pavimentações citadas abaixo, deverão ser considerados os seguintes índices de impermeabilização:

GRAMA/TERRA/BRITA	0%
PAVER	50%
CALÇAMENTO/ASFALTO/CONCRETO/LAJOTAS	100%

Art.45. Quando a taxa de impermeabilização ultrapassar a estabelecida no Código, deverá ser adotado o sistema de coleta de águas pluviais (cisternas ou caixas de retenção), nas seguintes situações:

I - Para TI = 70% - Capacidade de reserva mínima: 2.000 litros

II - Para TI > 70% - A cada 1% deverá ser acrescido 275 litros na capacidade de reserva.

III - Para TI 90% - Capacidade de reserva máxima: 7.500 litros

Exemplo:

TI calculada = 80%

* 70% = 2000 litros

* 10% = 10 x 275 = 2750 litros

Volume total do reservatório para TI 80% = 2000 + 2750 = 4750 litros

PARÁGRAFO ÚNICO: Para as habitações populares e unidades residenciais unifamiliares com área construída de até 100 m² (cem metros quadrados) a capacidade de reserva mínima da cisterna será de 1.000 l (Um mil litros).

Seção IV DOS RECUOS

Art.46. O recuo frontal tem como objetivo a reserva de área para ajardinamento e futuros alargamentos viários, além de permitir uma ampliação visual do espaço urbano aliado a melhores condições dos espaços públicos. Os recuos laterais e de fundos têm como objetivo possibilitar melhores condições de circulação de ar e insolação do espaço urbano e das edificações.

Art.47. O recuo frontal é a distância mínima entre a edificação e a testada do terreno para cada um dos logradouros públicos com que confronta, considerando:

I - O recuo frontal será obrigatório para residências em 2,00 m (dois metros);

II - Para lotes de esquina os recuos obrigatórios serão 2,00 m (dois metros), frontal e lateral;

III - O recuo frontal não será obrigatório para edificações que

possuam no pavimento térreo atividades comerciais, podendo a mesma ser construída até a divisa frontal do lote urbano, não invadindo em hipótese alguma o logradouro público;

IV - Onde a via for menor que 18 m (dezoito metros) de largura deverá ser previsto recuo frontal para as edificações, sem exceção.

V - Será permitida a construção de sacadas em balanço sobre o recuo frontal desde que não ultrapassem 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de largura e a divisa frontal do terreno.

VI - Os únicos elementos de uma edificação que poderão avançar sobre o passeio são as proteções de ar condicionado e marquises.

Art.48. O recuo lateral e de fundos é a distância entre a edificação e as divisas laterais e de fundos do terreno, para tanto:

I - Todas as edificações residenciais e comerciais, quando possuírem aberturas, deverão distar 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas;

II - Será permitida construção de empena cega na divisa para edificações de até 02 (dois) pavimentos no máximo. A faixa edificável de uma lateral com empena cega poderá ser 100% (cem por cento). Para as outras duas laterais não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) cada.

III - As sacadas laterais poderão ser em balanço sobre o afastamento lateral desde que mantenha um afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa lateral correspondente;

IV - Paredes construídas nas divisas deverão usar platibanda.

Art.49. No caso dos terrenos com acesso através de servidão de passagem também será aplicado o disposto nesta Seção.

Art.50. As edificações deverão ainda observar as limitações decorrentes das normas relativas aos serviços de telecomunicações, energia elétrica e a navegação aérea expedidas pelos órgãos ou entidades competentes.

CAPÍTULO VII

OBRIGAÇÕES A SEREM CUMPRIDAS DURANTE A EXECUÇÃO DAS OBRAS

Seção I

TAPUMES, ANDAIMES E BANDEJAS

Art.51. Os tapumes, andaimes e bandejas deverão seguir a NR 18, conforme Lei Federal Nº 6.154, de 22 de dezembro de 1977.

Art.52. A colocação de tapumes e bandejas não poderá danificar árvores e aparelhos de iluminação pública.

Art.53. Os tapumes deverão preservar uma passagem livre mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) junto ao meio fio para passagem de pedestres.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os tapumes, andaimes e bandejas de uma construção paralisada há mais de 180 (cento e oitenta) dias, que estiverem obstruindo o passeio, deverão ser demolidos, desimpedindo o passeio e deixando-o em perfeitas condições de uso.

Seção II

CONSERVAÇÃO DOS LOGRADOUROS

Art.54. Durante a execução das obras deverão ser tomadas as medidas necessárias para que o logradouro, no trecho fronteiro à

obra, seja mantido em estado de permanente limpeza e conservação.

Art.55. Nenhum material poderá permanecer no logradouro público senão o tempo necessário para sua descarga. Não é permitido depósito de material sobre o leito do passeio, que deve ficar desobstruído para passagem dos pedestres.

CAPÍTULO VIII

TERRENOS BALDIOS, PASSEIOS, MUROS E LIXEIRAS

Art.56. Os proprietários de terrenos baldios deverão obrigatoriamente ser responsáveis pela conservação e limpeza do mesmo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis disciplinadas na legislação municipal.

Art.57. Os proprietários dos imóveis edificados ou não, que tenham frente para logradouros públicos pavimentados (asfalto e/ou calçamento), são obrigados a pavimentar e manter em bom estado os passeios em frente de seus lotes.

§ 1º O Município determinará a padronização da pavimentação, arborização e ajardinamento dos passeios por razões de ordem técnica e estética.

§ 2º O dimensionamento, as declividades e as demais especificações do passeio público deverão seguir as normas da NBR 9050.

§ 3º É proibido, sobre os passeios, a construção de lixeiras, hidrômetros, degraus, rampas, placas publicitárias, toldos, caixas de concessionárias de energia, telefonia e afins, que atrapalhem o fluxo.

§ 4º O chanframento do passeio e rebaixamento do meio-fio para entrada e saída de veículos poderá ser de 1 (uma) unidade na extensão de 7,00m (sete metros) contínuos ou 2 (duas) unidades na extensão de 3,00 m (três metros) cada.

Art.58. Os recuos para alargamento viário serão mantidos abertos, enquanto que os recuos para jardins em terrenos edificados poderão ser murados com acesso para o logradouro e mantidos limpos ou ajardinados.

Art.59. A execução de muros de contenção acima de 2,00 m (dois metros) deverá obrigatoriamente possuir responsável técnico habilitado com suas respectivas ART ou RRT.

Art.60. Os muros em terrenos de esquina com mais de um metro de altura em relação ao passeio, deverão deixar livre um canto chanfrado de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) perpendicular à bissetriz do ângulo formado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o fechamento seja feito com elementos vazados ou transparentes com no máximo 3 cm (três centímetros) de espessura e afastamento mínimo de 10 cm (dez centímetros) entre as partes, não haverá a necessidade de chanframento.

Art.61. Os muros com frente para logradouros, excetuando-se os de contenção, poderão ter altura máxima de 2,00 m (dois metros) junto ao alinhamento, acima disto, deverão conter elementos vazados.

Art.62. Os portões de elevação poderão ficar no alinhamento do passeio público, desde que a sua abertura se projete totalmente para dentro da área do imóvel, o que deverá constar no projeto.

Art.63. Toda edificação deverá ter internamente ao lote e com acesso livre para a coleta, local próprio para a armazenagem de lixo orgânico e lixo seco, em compartimentos separados, com capacidade

mínima de 0,125 m³ (cento e vinte cinco metros cúbicos) cada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os estabelecimentos de saúde deverão ter mais um compartimento, nas mesmas dimensões, para armazenar o lixo hospitalar e Plano de Gerenciamento de Resíduos.

CAPÍTULO IX ELEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

Seção I FUNDAÇÕES

Art.64. As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da ABNT. As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, sejam totalmente independentes, situadas dentro dos limites do lote e estas não poderão invadir o leito da via pública.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando houver escavação ou aterro em terreno lindeiro à edificação existente, deverá o proprietário da obra garantir a estabilidade da edificação existente e a manutenção das características do terreno onde assenta aquela edificação, sem prejuízos ou ônus para o proprietário da mesma.

Seção II PAREDES

Art.65. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas às respectivas normas da ABNT para os diferentes tipos de material utilizado.

Seção III FACHADAS

Art.66. As fachadas e demais paredes externas das edificações, inclusive as das divisas do lote, deverão receber acabamento e ser convenientemente conservadas, considerando seu compromisso com a paisagem urbana.

Art.67. As fachadas das edificações no alinhamento, não poderão ter saliências sobre o passeio público.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando no pavimento térreo forem previstas janelas providas de venezianas, maxi ar ou grades salientes, deverão ficar na altura de 2,00m (dois metros) no mínimo, em relação ao nível do passeio.

Art.68. Todas as edificações situadas nas esquinas, em ruas onde não haja exigência de recuo do alinhamento predial, deverão, quando construídas no alinhamento predial ou tiverem recuo inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deixar livre um canto chanfrado mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) perpendicular à bissetriz do ângulo formado pelos alinhamentos dos logradouros até a altura de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros) do passeio.

Art.69. É permitida a construção de pilar ou coluna no cruzamento dos alinhamentos dos logradouros públicos, sob a condição de permanecer livre, entre o pilar ou coluna, e as outras partes da construção, faixa não menor que 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura até a altura de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) do passeio. A faixa será perpendicular à bissetriz formada pelos alinhamentos prediais.

Seção IV MARQUISES

Art.70. As edificações construídas sobre o alinhamento não poderão

ter balanços de qualquer natureza sobre o passeio, com exceção de marquises.

§ 1º A construção de marquises deverá ter altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) em relação ao nível do passeio e poderá avançar sobre o passeio público no máximo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 2º A construção de marquises deverá atender as normas da concessionária de energia elétrica.

Seção V RAMPAS E ESCADAS

Art.71. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso coletivo, público e reunião de público ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art.72. O dimensionamento das rampas e escadas deverão atender a normas da ABNT, NBR e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art.73. Deverá ser executada rampa de acesso para pedestres nos seguintes casos:

I - Edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial.

II - Edificações de uso público; aquelas administradas por entidades da administração pública.

III - Reunião de público: auditórios, salas de reunião, restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, boates, clubes noturnos em geral, salões de baile, clubes sociais, salão de festas, circos, teatros, museus, cinemas, templos religiosos, estádios, ginásios, piscinas, arquibancadas, quadras esportivas, bibliotecas, rodoviárias, parques de diversão, hospitais, aeroportos, aeroclubes e áreas internas ou externas de uso comum das edificações.

Art.74. As escadas deverão ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), para todas as edificações, com exceção das residenciais unifamiliares.

Art.75. Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5mm dispensam tratamento especial. Desníveis superiores a 5mm (cinco milímetros) até 20mm (vinte milímetros) devem possuir inclinação máxima de 50% (cinquenta por cento). Desníveis superiores a 20mm (vinte milímetros), quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus.

§ 1º Os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso.

§ 2º Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamento eletromecânico de deslocamento vertical para uso das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Seção VI TOLDOS, LETREIROS E ANÚNCIOS

Art.76. A colocação de toldo será permitida sobre o recuo para jardim ou passeio desde que atendidas às seguintes condições:

I - Ser engastado na edificação, não podendo haver colunas de apoio sobre o passeio em hipótese alguma;

II - Ter estrutura compatível com as cargas solicitadas.

III - Ter balanço máximo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

IV - Não possuir elementos abaixo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) em relação ao nível do passeio;

V - Não prejudicar a arborização, a iluminação pública e não ocultar placas de utilidade pública.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será permitido o uso de toldo para abrigo de veículos desde que seja respeitada a taxa de ocupação.

Art.77. Letreiros e anúncios perpendiculares à fachada não poderão ultrapassar 1,00m (um metro) de balanço e deverão garantir altura livre de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art.78. É terminantemente proibida a colocação de suportes no passeio para fixação de letreiros publicitários.

Seção VII DUTOS

Art.79. Os compartimentos de utilização transitória como: sanitários, hall, circulações, garagem, adega, pequenos depósitos, poderão ser ventilados por meio de dutos de ventilação, ligados diretamente ao exterior e regulamentados conforme a necessidade.

Seção VIII VÃOS E FOSSOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art.80. Salvo os casos expressos no Artigo 77, todo compartimento deve ter vãos para o exterior.

Art.81. Os vãos de iluminação e ventilação, quando não distantes 75cm (setenta e cinco centímetros) da linha da divisa, deverão possuir elementos em alvenaria ou concreto com pelo menos 75cm (setenta e cinco centímetros) de comprimento, paralelos à linha da divisa, com altura mínima de 2,00m (dois metros).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os terraços que ficarem na divisa deverão ter paredes com altura mínima de 2,00m (dois metros).

Art.82. Poderá ser dispensada a abertura de vãos para o exterior em cinemas, auditórios, teatros, estabelecimentos de saúde, desde que:

I - Sejam dotadas de instalação central de ar condicionado;

II - Tenham iluminação artificial conveniente.

Art.83. O fosso de iluminação e ventilação, quando existente, deverá ter as seguintes dimensões mínimas:

Nº DE PAVTOS.	FOSSO ABERTO (Diâmetro Mínimo)	FOSSO FECHADO (Diâmetro Mínimo)
01	1,50m	2,00m
02	1,50m	2,00m
03	1,50m	2,00m
04	1,50m	2,00m
> 04	20cm a mais para cada pavimento a ser construído	

I - Fosso aberto

II - Fosso fechado

CAPÍTULO X EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art.84. Quando as edificações sofrerem mudanças de uso ou função deverão seus projetos ser adequados arquitetonicamente a este Código.

Seção I RESIDÊNCIAS ISOLADAS E GEMINADAS

Art.85. Todas as residências deverão distar no mínimo 2,00m (dois metros) do alinhamento do logradouro. Quando a residência for de esquina deverá distar no mínimo 2,00m (dois metros) do alinhamento dos logradouros.

Art.86. As residências deverão ter pé direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

Art.87. Para cada unidade residencial é obrigatório 01 (uma) vaga para estacionamento.

Art.88. O lote de residências geminadas só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver as dimensões mínimas estabelecidas na Lei do Parcelamento do Solo Urbano e respeitar a legislação de Uso e Ocupação do Solo.

Seção II EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art.89. São consideradas edificações residenciais multifamiliares, todas as construções destinadas à moradia de mais de uma família, podendo agregar juntamente comércio.

Art.90. A edificação multifamiliar deverá ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art.91. As edificações multifamiliares deverão ser dotadas de garagens para guarda de veículos ou áreas de estacionamento de uso pessoal de seus moradores à razão de 1 (uma) vaga por unidade de moradia de até 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área privativa construída. Quando as unidades de moradia tiverem área privativa construída superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), a razão será de 2 (duas) vagas por unidade, não computando para o cálculo, áreas de uso comum. As vagas deverão ter dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) por 5,00m (cinco metros), livres de colunas ou qualquer outro obstáculo.

Art.92. Quanto à acessibilidade em edificações multifamiliares:

§ 1º Nas edificações multifamiliar de até 04 (quatro) pavimentos será obrigatória a construção do fosso do elevador para a instalação futura do referido equipamento. As dimensões mínimas do dimensionamento das cabinas de elevador deverão seguir a NBR 13994 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

§ 2º As edificações multifamiliar com mais de 04 (quatro) pavimentos, não entrando neste cálculo os pavimentos de subsolo, deverão obrigatoriamente ser servidas por elevadores. As dimensões mínimas do dimensionamento das cabinas de elevador deverão seguir a NBR 13994 - Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

§ 3º A construção de edificações de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público. Também estão

sujeitas as normas de acessibilidade os acessos, piscinas, andares de recreação, salão de festas e reuniões, saunas e banheiros, quadras esportivas, portarias, estacionamentos e garagens, entre outras partes das áreas internas ou externas de uso comum das edificações.

CAPÍTULO XI EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art.93. Quando as edificações sofrerem mudanças de uso ou função deverão seus projetos ser adequados arquitetonicamente a este Código.

Seção I CONDIÇÕES GERAIS

Art.94. São edificações não residenciais, aquelas destinadas às instalações de atividades comerciais de prestações de serviços industriais e institucionais.

Art.95. Classificação das edificações não residenciais quanto aos usos:

I - Edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial.

II - Edificações de uso público: aquelas administradas por entidades públicas.

III - Reunião de público: auditórios, salas de reunião, restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, boates, clubes noturnos em geral, salões de baile, clubes sociais, salão de festas, circos, teatros, museus, cinemas, templos religiosos, estádios, ginásios, piscinas, arquibancadas, quadras esportivas, bibliotecas, rodoviárias, parques de diversão, hospitais, aeroportos, aeroclubes e áreas internas ou externas de uso comum das edificações.

Art.96. As edificações não residenciais deverão:

I - Atender as exigências e normas do Corpo de Bombeiros;

II - Atender ao Capítulo IX - Elementos da Edificação;

Art.97. Quanto aos sanitários para portadores de necessidades especiais (PNE) e coletivos:

§ 1º Edificações de uso coletivo: o sanitário PNE será distribuído na razão de, no mínimo, 01 banheiro PNE unissex para cada sala, com acesso independente. Os sanitários coletivos deverão ser dimensionados considerando, no mínimo, vaso sanitário na razão de 1 (um) p/cada 30 (trinta) pessoas e lavatório, na razão de 1 (um) p/cada 60 (sessenta) pessoas, de acordo com cálculo de população da Instrução Normativa 009 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (IN009/DAT/CBMSC), que trata dos Sistemas de Saídas de Emergência, conforme Anexo C - Capacidade de Passagem das Saídas de Emergência.

§ 2º Edificações de uso público: o sanitário PNE será distribuído na razão de, no mínimo, 01(um) cabine para cada sexo, a cada pavimento da edificação, com acesso independente. Os sanitários coletivos deverão ser dimensionados considerando, no mínimo, vaso sanitário, na razão de 1 (um) p/cada 30 (trinta) pessoas e lavatório, na razão de 1(um) p/cada 60 (sessenta) pessoas, de acordo com cálculo de população da Instrução Normativa 009 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (IN009/DAT/CBMSC), que trata dos Sistemas de Saídas de Emergência, conforme Anexo C - Capacidade de Passagem das Saídas de Emergência.

§ 3º Reunião de público: o sanitário PNE será distribuído na razão

de, no mínimo, 01 (um) banheiro unissex para cada pavimento da edificação, com acesso independente. Os sanitários coletivos deverão ser dimensionados considerando, no mínimo, vaso sanitário, na razão de 1(um) p/cada 30 (trinta) pessoas e lavatório na razão de 1 (um) p/cada 60 (sessenta) pessoas, de acordo com cálculo de população da Instrução Normativa 009 do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (IN009/DAT/CBMSC), que trata dos Sistemas de Saídas de Emergência, conforme Anexo C - Capacidade de Passagem das Saídas de Emergência.

Art.98. Quanto às vagas de estacionamento:

PARÁGRAFO ÚNICO - A vaga para estacionamento deverá ter as dimensões mínimas de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de largura e 5,00m (cinco metros) de comprimento, livres de colunas ou qualquer outro obstáculo e com acesso independente.

Art.99. Quanto às vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais (PNE):

a) As vagas de estacionamento para PNE que conduzam, ou sejam conduzidas, deverão obedecer a NBR 9050/2015, com no mínimo uma ou conforme quadro abaixo:

Número Total de Vagas	Vagas Reservadas
02 a 100	1 (pessoas com deficiência) 1 (idoso)
Acima de 100	2% (pessoas com deficiência) 5% (idoso)

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas edificações já existentes a serem reformadas, deverá ser exigido o que prevê este Código. Para as edificações que foram aprovadas anteriormente a este, as vagas em desacordo poderão ser passíveis de regularização através de pagamento de multa, conforme prevê o Capítulo XIV.

Art.100. Quantificação das vagas de estacionamento por atividade:

I - Hotéis, pensões e similares: 01 (uma) vaga para 04 (quatro) unidades de alojamento, observando-se o mínimo de 02 (duas) vagas por estabelecimento e canaleta para embarque e desembarque com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento de 10,00m (dez metros);

II - Motéis: 01(uma) vaga por unidade de alojamento;

III - Internatos, orfanatos, asilos: 01 (uma) vaga para cada 300,00 m² (trezentos metros quadrados) de área construída observando-se o mínimo de 03 (três) vagas por estabelecimento;

IV - Quadras de esportes, estádios, ginásios cobertos e similares: 01 (uma) vaga para cada 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) da área utilizada para esportes e 01(uma) vaga para cada 20,00 m² (duzentos metros quadrados) de área de arquibancada;

V - Salões de bailes, boates, boliches, sala de jogos, teatros, sala de convenções, cinemas, auditórios não públicos: 01(uma) vaga para cada 10,00 m² (dez metros quadrados) de área de salão;

VI - Unidade de saúde: 01 (uma) vaga para cada consultório;

VII - Hospitais: 01 (uma) vaga para cada 04 (quatro) leitos.

VIII - Estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo grau: 01 (uma) vaga para cada sala de aula por turno e canaleta para embarque e desembarque com largura mínima de 2,50m (duzentos e cinquenta metros) e comprimento de 10,00m (dez metros);

IX - Estabelecimentos de ensino de terceiro grau: vaga para cada 15 (quinze) alunos por turno ou a cada 25,00m² (vinte cinco metros quadrados) de área construída;

X - Igrejas, templos: 01 (uma) vaga por estabelecimento, observando-se o mínimo de 01 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída de uso comum;

XI - Cemitérios particulares: 01 (uma) vaga para cada 2.000m² (dois mil metros quadrados) de terreno, observando-se o mínimo de 10 (dez) vagas;

XII - Indústrias: 01 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área construída;

XIII - Comércio varejista em geral: 01 (uma) vaga para cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área construída, observando-se o mínimo 01 (uma) vaga por sala;

XIV - Supermercados e centros comerciais: 01 (uma) vaga para cada 30,00m² (trinta metros quadrados) de área construída;

XV - Comércio atacadista e depósitos: 01 (uma) vaga para cada 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de área construída;

XVI - Bancos e administração pública: 01 (uma) vaga para cada 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área construída;

XVII - Restaurantes, bares, confeitarias: 01 (uma) vaga a cada 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área construída;

XVIII - Serviços de manutenção pesada, oficinas e similares: 01 (uma) vaga por estabelecimento até 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída e uma para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) excedentes. O pátio para serviço não será computado como vagas de estacionamento;

XIX - Casos não citados, deverão ter 01 (uma) vaga para estacionamento a cada 100,00 m² (cem metros quadrados) de área construída.

Seção II PRÉDIOS COMERCIAIS E ESCRITÓRIOS

Art.101. A edificação destinada a comércio em geral, escritórios, estúdios e consultórios de caráter profissional, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis deverá:

I - Atender as normas da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual;

II - Ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros).

Art.102. Ter entrada especial para veículos de carga e descarga de mercadorias em pátio ou compartimento dentro do lote, que não obstrua a via pública, para salas comerciais com área acima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Seção III HOTÉIS

Art.103. As edificações destinadas a hotéis e congêneres, além das disposições do presente Código que lhe forem aplicáveis, deverão:

I - Ter os compartimentos destinados à habitação (apartamentos ou dormitórios);

II - Os dormitórios deverão ter área mínima de 9,00m² (nove metros quadrados);

III - Ter vestiário e banheiros privativos para o pessoal de serviço;

IV - Ter em cada pavimento, banheiros separados por sexo, na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de 06 (seis) hóspedes, que não possuam banheiros privativos;

V - Garantir acesso de PNE às dependências de uso coletivo;

VI - Possuir o mínimo de um alojamento e um sanitário adaptado e previsão de 5% (cinco por cento) dos alojamentos e sanitários, quando com mais de 20 (vinte) unidades.

Art.104. As pensões e similares poderão ter a área dos dormitórios reduzida para 8,00m² (oito metros quadrados) e o número de banheiros (vaso, chuveiro e lavatório) separados por sexo, calculado na proporção de um conjunto para cada 08 (oito) pessoas.

Art.105. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção IV HOSPITAIS E CLÍNICAS DE SAÚDE

Art.106. As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - Atender às normas da Vigilância Sanitária Estadual e Municipal.

II - A aprovação pelo Município não está vinculada com as normas da Vigilância Sanitária.

Art.107. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção V ESCOLAS

Art.108. Nas edificações destinadas a escolas, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

§ 1º Ser previstos locais de recreação descobertos e cobertos atendendo ao seguinte:

I - Local de recreação ao ar livre com área mínima igual a 10% (quinze por cento) da área do terreno devendo o mesmo ser pavimentado, gramado ou ensaiado, com dimensão mínima de 5,00 m² (cinco metros quadrados) e com perfeita drenagem;

II - Local de recreação coberto com área mínima igual a 15% (quinze por cento) da área do terreno não sendo considerados corredores com largura inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) como local de recreação coberto.

§ 2º Ter instalações sanitárias obedecendo às seguintes proporções mínimas:

I - Um vaso sanitário para cada 20 (vinte) alunos, e um lavatório para cada 40 (quarenta) alunos.

II - Ter no mínimo 01(um) chuveiro ou a proporção de 01 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

III - Ter 01 (um) conjunto de vaso sanitário, lavatório e chuveiro para cada grupo de 10 (dez) funcionários e professores.

§ 3º Quanto aos sanitários para PNE, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei;

Art.109. As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

I - Pé direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);

II - Nas escolas de primeiro e segundo graus:

III - Comprimento máximo de 8,00m (oito metros);

IV - Largura mínima de 6,00m (seis metros).

V - Área calculada à razão de 1,50m² (um metro e cinquenta centímetros), no mínimo, por aluno.

VI - Possuir janelas para ventilação e iluminação em cada sala, cuja superfície total seja equivalente a 1/5 (um quinto) da área do piso respectivo.

Art.110. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Art. 111. Para creches, maternais e jardins de infância o projeto deverá respeitar os parâmetros indicados pelo MEC/FNDE.

Seção VI AUDITÓRIOS, CINEMAS, TEATROS E TEMPLOS

Art.112. As edificações destinadas a cinemas, teatros, auditórios, templos e assemelhados além das disposições do presente Código deverão:

PARÁGRAFO ÚNICO - Respeitar as disposições da NBR 9050 e as leis de acessibilidade, relativo à adequação das edificações e do mobiliário urbano;

Art.113. Quanto aos sanitários para PNE e uso coletivo, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei.

Art.114. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção VII GINÁSIOS, ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS DESPORTIVAS, CULTURAIS E LOCAIS DE DIVERSÕES

Art.115. Os ginásios além das disposições deste Código que lhe forem aplicáveis deverão:

I - Respeitar as disposições da NBR 9050 e as leis de acessibilidade, relativo à adequação das edificações e do mobiliário urbano.

II - Ter banheiros para uso exclusivo dos atletas, separados por sexo, obedecendo, no mínimo:

III - Homens: 1(um) Vaso, 1(um) Mictório, 2(dois) Chuveiros, 2(dois) Lavatórios;

IV - Mulheres: 2 (dois) Vasos, 2 (dois) Lavatórios, 2 (dois) Chuveiros.

Art.116. Quanto aos sanitários para PNE e uso coletivo, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei.

Art.117. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção VIII INDÚSTRIAS E OFICINAS

Art.118. Todo projeto de indústrias geradoras de resíduos e poluentes, encaminhado ao Município deverá vir acompanhado da Licença Ambiental Prévia (LAP) concedido pelos órgãos competentes.

Art.119. As edificações deverão:

I- Ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros) de altura.

II - Ter vestiário com um conjunto de vaso, lavatório e chuveiro para cada grupo de 20 (vinte) operários, separados por sexo.

III - Obedecer às normas de Vigilância Sanitária Estadual e Municipal.

Art.120. Quanto aos sanitários para PNE, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei.

Art.121. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Art.122. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões, forjas ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor, deverão ser convenientemente dotadas de isolamento térmico, obedecendo a NBR 15220, que trata do Desempenho Térmico das Edificações.

Art.123. Quando houver poluição sonora que ultrapasse o limite permitido pela NBR 10151, que trata sobre Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade, a edificação deverá obrigatoriamente possuir tratamento acústico.

Seção IX ARMAZÉNS E DEPÓSITOS DE MATERIAIS

Art.124. As edificações não poderão obstruir o trânsito de pedestre sobre o passeio para carga ou descarga de mercadorias.

Art.125. Quanto às vagas de estacionamento, deverá ser observado o Artigo 99 desta Lei.

Seção X ESTACIONAMENTOS

Art.126. Os estacionamentos cobertos ou descobertos deverão:

I - Ter vagas para estacionamento com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros).

II - Ter nos corredores de circulação, largura mínima de 3,00m (três metros) e área de manobra com diâmetro mínimo de 5,00m (cinco metros). A área de manobra poderá ser substituída por corredores de circulação com largura mínima de 5,00m (cinco metros).

III - Ter os vãos de entrada e saída com largura mínima de 3,00m (três metros).

Art.127. O rebaixamento ao longo do meio fio deve seguir o que dita o Artigo 57, § 4º.

Seção XI POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇO

Art.128. A instalação de dispositivos para abastecimento de combustível será permitida somente em postos de serviço, garagens comerciais, estabelecimentos comerciais, indústrias, empresas de

transporte e entidade públicas.

Art.129. O abastecimento de veículos deverá ter afastamento mínimo de 100,00m (cem metros) de qualquer estabelecimento escolar, casa de saúde, creche, ambulatório, hospital ou entidades similares.

Art.130. São considerados postos de abastecimento e serviço os estabelecimentos que tiverem como atividade a comercialização, distribuição ou abastecimento de combustíveis utilizados em veículos automotores, podendo existir lavagem, lubrificação e reparos.

Art.131. As edificações destinadas a postos de abastecimento e/ou serviço, além das disposições deste Código que forem aplicáveis deverão:

I - Para análise e encaminhamento de empreendimento os interessados deverão apresentar LAP (Licença Ambiental Prévia) e LAI (Licença Ambiental de Instalação), garantindo que a localização do empreendimento está em conformidade com as normas ambientais, para que possa ser apresentado aos técnicos para análise e aprovação do projeto hidrossanitário e arquitetônico;

II - Ter serviços de lavagem e lubrificação em recintos fechados, com caixa separadora de óleo e lama;

III - Quanto aos sanitários para PNE e uso coletivo, deverá ser observado o Artigo 97 desta Lei;

IV - Ter instalações sanitárias de serviço na proporção de um conjunto com vaso sanitário, lavatório, chuveiro e vestiário para cada 10 (dez) funcionários;

V - Os rebaixamentos ao longo do meio fio do passeio para acesso de veículos, não deverão ter extensão superior a 10,00 m (dez metros) em cada trecho rebaixado. Nas esquinas, o passeio e meio fio deverão permanecer inalterados até uma distância de 5,00m (cinco metros) de cada lado contados a partir do vértice do encontro das vias, sendo que a via engloba passeio e caixa carroçável;

VI - Ter muro na divisa com altura de 2,00m (dois metros) quando houver qualquer serviço oferecido pelo posto a menos de 10,00m (dez metros) da divisa.

Art.132. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I - As colunas e válvulas dos reservatórios deverão ficar recuadas no mínimo 5,00m (cinco metros) das divisas e 4,00m (quatro metros) do alinhamento de qualquer via pública;

II - Os reservatórios serão subterrâneos e hermeticamente fechados, devendo ainda distar, no mínimo 3,00m (três metros) de qualquer edificação.

CAPÍTULO XII OBRAS PÚBLICAS

Art.133. De acordo com o que estabelece a Lei Federal Nº 125 de 03 de dezembro de 1935, não poderão ser executadas sem licença, devendo obedecer às determinações do presente Código.

Art.134. As obras públicas deverão respeitar as disposições da NBR 9050 e o Decreto Estadual 5.296 de 02 de dezembro de 2004, quanto à adequação das edificações às pessoas com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO XIII INSTALAÇÕES

Seção I

INSTALAÇÕES PARA ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE INFILTRAÇÃO

Art.135. Os terrenos ao receberem edificações, serão convenientemente preparados para dar escoamento às águas pluviais e de infiltração.

Art.136. As águas pluviais, de infiltração e a coleta do condensador de aparelhos de ar condicionado, serão dirigidas para a canalização pluvial. Caso não exista tal canalização no logradouro, poderão ser dirigidas para calha de logradouro (sarjeta).

Art.137. Somente o Município poderá autorizar ou promover a eliminação ou canalização de redes pluviais, bem como a alteração do curso das águas.

Art.138. Constitui crime, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, a ligação do esgoto pluvial na rede cloacal, bem como a ligação do esgoto cloacal na rede de esgoto pluvial. No caso de constatação pela fiscalização do Município, a inviabilidade do sumidouro no local devido/ou o solo não permitir a retenção de líquidos, poderá ser feita a ligação do efluente cloacal para rede pluvial desde que este passe previamente pelo tanque séptico e filtro anaeróbico, dimensionados conforme NBR 7229.

Seção II

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

Art.139. As edificações abastecíveis pela rede pública de distribuição de água, deverão ter as instalações hidráulicas, obedecendo às normas ditadas pela ABNT.

Seção III

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Art.140. Onde não existir rede de tratamento de esgoto cloacal será obrigatório o emprego de sistema de tratamento de esgoto sanitário individual. Ficará a cargo do Município regulamentar os elementos que o compõem. Onde houver estação de tratamento de esgoto deverá haver ao menos, caixa de inspeção dentro do lote.

Art.141. O sistema de tratamento de esgoto será dimensionado conforme a NBR 7229, deve estar situado no interior do lote e ter acesso fácil para limpeza, distar 30m (trinta metros) de poços de água e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de todas as divisas.

PARÁGRAFO ÚNICO - O tratamento feito através de tanque séptico e sumidouro é um sistema fechado, ficando proibido o lançamento de excedentes para quaisquer cursos de água.

Seção IV

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art.142. Os projetos e a execução das instalações de energia elétrica devem ser feitos em rigorosa observância das normas aprovadas pela ABNT e pela concessionária de energia elétrica.

Seção V

INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art.143. Os projetos e a execução das instalações telefônicas devem ser feitos em rigorosa observância das normas aprovadas pela ABNT e pela concessionária de energia elétrica.

Seção VI

INSTALAÇÕES DE ELEVADORES

Art.144. Conforme Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis Federais nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000 é obrigatório em todas as edificações de uso coletivo com até 4 (quatro) pavimentos a instalação ou dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de equipamentos eletromecânico de deslocamento vertical para o uso das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

PARÁGRAFO ÚNICO - Edificações multifamiliar acima de 04 (quatro) pavimentos, deverão obrigatoriamente ter instalados elevadores, não sendo computado neste cálculo os pavimentos de subsolo.

Art.145. Em caso algum, os elevadores poderão constituir o meio exclusivo de acesso aos diversos pavimentos de uma edificação.

Art.146. Para edificações com outros usos deverá ser seguida a Lei Federal 10.098 de 19 de dezembro de 2000, no que diz da Acessibilidade nos Edifícios Público ou de Uso Coletivo.

Seção VII

INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Art.147. Para a aprovação de projetos de quaisquer edificações, exceto unifamiliares, deverá ser apresentado atestado de aprovação de projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Seção VIII

INSTALAÇÕES DE ANTENAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Art.148. A localização, instalação e operação de antenas de telecomunicações, com estrutura de torre ou similar, deverá observar o disposto na Lei Estadual nº 12.864 de 12 de janeiro de 2004, na Resolução ANATEL nº 303/2002 e na IN-40 da FATMA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em nenhuma hipótese poderá ser instalado no Município, antenas de telecomunicações em Área de Preservação Permanente.

CAPÍTULO XIV

REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

Art.149. A presente lei abrange as edificações iniciadas e concluídas antes da aprovação desta Lei.

Art.150. A regularização de obra deverá ser feita para todas as construções existentes no imóvel.

Art.151. Só serão passíveis de regularização as obras iniciadas das quais tenham sido concluídas as fundações, estando já em execução à parte estrutural.

§ 1º Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I - Construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Poder Público Municipal, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - Construção clandestina: aquela executada sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença;

III - Construção clandestina parcial: aquela correspondente a ampliação de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Poder Público Municipal.

Art.152. São passíveis de regularização, as construções que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - Recuos;

II - Taxa de ocupação;

III - Índice de aproveitamento;

IV - Projeção de sacadas e pavimentos superiores sobre o recuo e/ou logradouro público (passeio) no limite máximo de 50% (cinquenta por cento) deste, com o máximo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

V - Pé direito não ser inferior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) nas unidades residenciais e 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) nas unidades não residenciais;

VI - Número de vagas de garagem e/ou estacionamento, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) do mínimo exigido, não se aplicando esta limitação às edificações residenciais unifamiliares.

Art.153. As edificações comerciais a serem regularizadas deverão estar de acordo com a NBR 9050 e as leis de acessibilidades pertinentes, estar com o projeto de prevenção contra incêndio aprovado no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, quando necessário ter a Licença Ambiental e sanitários adequados conforme Artigo 97 desta Lei.

Art.154. Sempre que a regularização tratar de recuo, o proprietário deverá apresentar declaração expressa dos vizinhos limítrofes, que ficará anexada ao processo, na qual estes manifestem não se oporem à irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativa ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente ou da futura edificação.

Art.155. Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei, as edificações que:

I - Apresentarem irregularidades não previstas neste Código;

II - Estejam localizadas em logradouros, terrenos públicos ou que avancem sobre eles, exceto as projeções de sacadas e pavimentos superiores, até o limite de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) sobre os passeios públicos;

III - Estejam localizados em faixas não edificáveis junto a nascentes, lagos, rios, córregos, fundos de vales, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

IV - Que desatendam o direito de vizinhança de que trata o Código Civil Brasileiro em vigor.

V - Que não estejam em consonância com a Legislação Ambiental vigente. Estes casos apenas serão regulamentados por Termo de Ajuste de Conduta.

VI - Quando o Município possuir Lei anterior a este Código e a edificação não cumpriu com as normas construtivas contidas na Lei antiga.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todas as obras irregulares que por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art.156. A regularização das construções dependerá da apresentação, pelo proprietário além dos documentos especificados no Artigo 7, o seguinte:

§ 1º comprovante de que a construção foi iniciada e/ou concluída anteriormente à aprovação da presente Lei, através de Espelho de Cadastro Imobiliário, emitido pelo Município.

§ 2º Não será aceito comprovante de luz e água de ligação tipo provisória ou laudo do Departamento de Fiscalização do Município.

Art.157. As edificações existentes, atingidas por recuo de alinhamento ou em desconformidade com o presente Código, não poderão sofrer obras de reconstrução ou acréscimo, sem que a obra resultante se ajuste aos parâmetros estabelecidos pela Lei.

Seção I MULTAS

Art.158. Os proprietários ou responsáveis pelas edificações licenciadas e concluídas, que foram executadas em desacordo com o projeto aprovado deverão, quando possível, adequar-se à legislação vigente, e não sendo possível deverão apresentar as alterações do projeto junto ao departamento competente bem como recolher aos cofres públicos o valor correspondente a infração cometida de acordo com o contido no Artigo 160 desta Lei.

Art.150. Os proprietários ou responsáveis pelas edificações não licenciadas e concluídas, em andamento ou paralisadas, deverão adotar e cumprir as seguintes exigências:

I - Apresentar no Departamento de Engenharia o projeto da edificação;

II - Quando possível a edificação deverá adequar-se à legislação vigente, e não sendo possível deverão recolher aos cofres públicos o valor correspondente a infração cometida.

Art.160. Para efeitos de regularização das edificações abrangidas por esta Lei, os proprietários deverão recolher o valor correspondente a infração cometida de acordo com a tabela abaixo:

a) Edificação sobre o recuo de ajardinamento	5 UFRM p/m ² da área construída sobre o recuo
b) Edificação coletiva com falta de Área de Recreação	5 UFRM p/m ² de área de recreação a menos que a exigida por lei
c) Edificação com Índices Urbanísticos (Taxa de Ocupação, Taxa de Impermeabilização e Índice de Aproveitamento) em desacordo com o Código de Zoneamento de Ocupação e Uso do Solo	5 UFRM p/m ² de área irregular
d) Edificação com empena cega excedente ao exigido	5 UFRM p/m ² de área excedente
e) Edificação com falta de estacionamento para veículos	25 UFRM por vaga a menos que as exigidas por lei
f) Edificação com vãos de iluminação e ventilação que não respeitem a tabela de recuos	5 UFRM p/m ² de área construída excedente
g) Edificação com sacadas/varandas que não respeitem a distância da linha da divisa	5 UFRM p/m ² de área construída excedente

Art.161. Quaisquer outras irregularidades eventualmente constatadas e não contempladas por esta Lei, serão passíveis de solução e aprovação, devendo ser recolhido o valor correspondente a infração cometida, considerando-se para efeitos deste lançamento o montante de 5 UFRM por metro quadrado.

PARÁGRAFO ÚNICO - As irregularidades que não puderem ser medidas em metros quadrados, o proprietário deverá recolher o valor correspondente a 50 UFRM por infração.

Art.162. O valor correspondente a infração poderá ser parcelado em até 06 (seis) meses.

Art.163. Após análise do projeto o Departamento de Aprovações indicará as infrações cometidas na edificação, devendo o proprietário da obra para fins de regularização e emissão de alvará de habite-se recolher o valor correspondente a cada infração nos termos desta Lei.

CAPÍTULO XV ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art.164. Serão consideradas Áreas de Preservação Permanente, aquelas sujeitas à preservação permanente por disposição de Legislação Ambiental vigente.

CAPÍTULO XV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.165. Esta Lei Complementar deverá ser regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir de sua entrada em vigor.

Art.166. Os casos omissos serão regulamentados pelo Município.

Art.167. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 21 de Novembro de 2016.

VALMR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

LEI Nº 692/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DAS CHÁCARAS URBANAS 06 E 07 COM ÁREA SUPERFICIAL DE 14.995,37M² REGISTRADO NA MATRÍCULA DE N. 10.864 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LA
LEI Nº 692/2016

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE ÁREA E PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DE PARTE DAS CHÁCARAS URBANAS 06 E 07 COM ÁREA SUPERFICIAL DE 14.995,37m² REGISTRADO NA MATRÍCULA DE N. 10.864 DO CRI DA COMARCA DE XAXIM LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DE LAJEADO-GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada o parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento das chácaras 06 e 07, com área de 14.995,37m² registrado na matrícula de n. 10.864 do CRI da comarca de Xaxim, localizada no lado ímpar da Rua Dr. Ary Moacyr

Lunardi, esquina com a Rua projetada Augustinho Maraschim, na forma do mapa e memorial descritivo anexo a esta Lei.

Art. 2º. A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

NORTE: Com a Rua Dr. Ary Moacyr Lunardi, com 173,02 metros.
SUL: Com parte das chácaras 02 e 03 e com a chacara 04, de Nildo Donzelli, matrícula 11.502, com 171,69 metros;
LESTE: Com parte do lote colonial 07, de Antoninho Tofolo, Matrícula 7.916, com 67,37 metros;
OESTE: Com a Rua projetada Augustinho Maraschim, com 110,00 metros.

Art. 3º. A situação do imóvel, após o desmembramento consiste em:

I – CHÁCARA 6-A e 7-A, com área superficial de 13.974,67m² (treze mil novecentos e setenta e quatro metros e sessenta e sete decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Dr. Ary Moacyr Lunardi, esquina com a Rua projetada Augustinho Maraschim, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com a Rua Dr. Ary Moacyr Lunardi, com 147,97 metros, com o Lote 01, em 14,97 metros e com a Rua Dr. Ary Moacyr Lunardi, com 10,00 metros;
SUL: Com parte das chácaras 02 e 03 e com a chacara 04, de Nildo Donzelli, Matrícula 11.502, com 171,69 metros.
LESTE: Com lote 01, em 70,98 metros e Com parte do lote colonial 07, de Antoninho Tofolo, Matrícula 7.916, com 67,37 metros;
OESTE: Com a Rua projetada Augustinho Maraschim, com 110,00 metros e com o lote 01 em 67,37 metros.

II – LOTE Nº 01, com área superficial de 1.020,70 m² (Um Mil e vinte metros e setenta decímetros quadrados), Localizado no lado ímpar da Rua Dr. Ary Moacyr Lunardi, distante pelo lado esquerdo em 147,97 metros da Rua projetada Augustinho Maraschim, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com a Rua Dr. Ary Moacyr Lunardi, com 15,05 metros..
SUL: Com parte das Chácaras 06-A e 07-A em 14,97 metros.
LESTE: Com parte das Chácaras 06-A e 07-A em 67,37 metros
OESTE: Com parte das chácaras 06-A e 07-A, com 70,98 metros.

Art. 4º. Qualquer desmembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá aos padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º. A implantação da infra-estrutura básica (rede de energia elétrica, rede de água potável e pavimentação) caberá ao parcelador/unificador/desdobrador/proprietário dos lotes.

Art. 6º. A área institucional prevista na Legislação fica restrita a área da via que comunicará aos lotes da regularização.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 8º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária específica e do orçamento geral do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 19 de Dezembro de 2016.

VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 249/2016 DE 19/12/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IEDAMAR COVATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 249/2016

DE 19/12/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IEDAMAR COVATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal IEDAMAR COTATTI por 60 dias a partir 16/12/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 19 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 250/2016 DE 21/12/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIA DE SOUSA NUNES RAMPAZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 250/2016

DE 21/12/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIA DE SOUSA NUNES RAMPAZZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal MARCIA DE SOUSA NUNES RAMPAZZO por 15 dias a partir 21/12/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 21 de dezembro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 140/2016 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 140/2016 PMLM

Contrato 140/2016

Processo Licitatório nº 67/2016 – TOMADA DE PREÇO 67/2016

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, a contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução de execução serviços de melhorias em 19,95Km de estradas rurais, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos. O presente é proveniente do Convenio n. 0782/2016.

Contratado: JL CONSTRUTORA LTDA ME

Valor global: R\$ 520.632,47 (quinhentos e vinte mil duzentos e trinta e dois mil e quarenta e sete reais)

Vigencia : 22/12/2016 a 31/12/2017

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipa

EXTRATOS ADITIVOS DEZEMBRO E 2017

EXTRATO 002/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 03/PMLM/2016

Processo licitatório nº 101/2015 – Tomada de preço 101/2015

Objeto: a contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução de reforma remanescente II do Ginásio de Esporte Nelson Riguetto, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos

Contratado: GILMAR PROINELLI E CIA LTDA ME

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 04/PMLM/2016

Processo licitatório nº 100/2015 – Tomada de preço 100/2015

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para contratação de empresas do ramo pertinente, para construção de muros e finalização da Creche tipo C na Localidade de Barro Branco, Lauro Muller/SC, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as especificações e condições previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 30/06/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 04/PMLM/2016

Processo licitatório nº 100/2015 – Tomada de preço 100/2015

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para contratação de empresas do ramo pertinente, para construção de muros e finalização da Creche tipo C na Localidade de Barro Branco, Lauro Muller/SC, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as especificações e condições previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 30/06/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 002/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 122/2015 PMLM

Processo licitatório nº 6/2014 – Tomada de preço 6/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para execução das obras de Reforma do Terminal Rodoviário para implantação de Museu e Centro de Informações Turísticas, sito à Rodovia SC-438, no Município de Lauro Muller/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária e memorial descritivo,Contratado: Construtora Nelgui

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2014 á 31/03/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 151/2015 PMLM

Processo licitatório nº 55/2015 – Tomada de preço 55/2015

Objeto: Construção da edificação industrial para instalação de usina de beneficiamento de leite para fomento ao setor agropecuario etapa 1 no Município de Lauro Muller/SC, de acordo com o Convênio a Caixa Econômica Federal, através do Ministerio da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento conforme Termos de Compromissos números 783893 / 2013.

Contratado: Construtora Nelgui

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/12/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 002/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 152/2015 PMLM

Processo licitatório nº 56/2015 – Tomada de preço 56/2015

Objeto Constitui objeto do presente contrato, contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente e obras complementares, na rua JOÃO ELPIDIO ARAUJO com extensão de 156,96 m Lauro Muller /SC, de acordo com o Convênio com a Caixa Econômica Federal, através do Ministério das Cidades conforme Termo de Compromisso número 800526/2013 mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratado: COMPACTAR COMPACTACAO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/12/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 002/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 144/2015 PMLM

Processo licitatório nº 72/2014 – Tomada de preço 72/2014

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção do Centro Integrado de Desporto e Lazer, localizado no Bairro Itanema no Município de Lauro Muller/SC., de acordo com o Convênio da SDR, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nas planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e projeto(s), que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 30/06/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 006/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 145/2014 PMLM

Processo licitatório nº 69/2014 – Tomada de preço 97/2014

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Reforma e Ampliação do Ginásio de Esporte Nelson Righetto com área total de 1.610,62m², localizado no Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: Mazon Construções

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 006/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 145/2014 PMLM

Processo licitatório nº 69/2014 – Tomada de preço 97/2014

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Reforma e Ampliação do Ginásio de Esporte Nelson Righetto com área total de 1.610,62m², localizado no Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: Mazon Construções

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 003/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 87/2014 FMS

Processo licitatório nº 47/2014 – Tomada de preço 47/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Reforma da Unidade do ARIZONA Município de LAURO MULLER/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 004/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 86/2014 FMS

Processo licitatório nº 46/2014 – Tomada de preço 46/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Reforma da Unidade do SUMARÉ Município de LAURO MULLER/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante e

inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 004/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 85/2014 FMS

Processo licitatório nº 46/2014 – Tomada de preço 46/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Reforma da Unidade do BARRO BRANCO no Município de LAURO MULLER/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Contratado: LATINA CONTRUÇÕES LTDA EPP

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 004/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 84/2014 FMS

Processo licitatório nº 46/2014 – Tomada de preço 46/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de material de construção Reforma da Unidade do ITANEMA no Município de LAURO MULLER/SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento como se aqui estivessem transcritos.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 002/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 74/ FMS/2016

Processo licitatório nº 25/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 25/2015

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e destinação final resíduos de saúde em aterro devidamente licenciado

Contratado: SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 24/07/2017

EXTRATO 001/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 80/ FMS/2016

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo I (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Contrato

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAURO MULLER

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 19/11/2016 á 19/11/2017

EXTRATO 001/2016 DE VALOR AO CONTRATO 122/ 2016

Processo licitatório nº 70/2015 – CARTA CONVITE 70/2015

Objeto: EXECUÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

Contratado: SANDRO HOBOLD
Contratante: Município de Lauro Muller
Prazo de vigência: 31/12/2016

EXTRATO 007/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 145/2014 PMLM

Processo licitatório nº 69/2014 – Tomada de preço 97/2014

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Reforma e Ampliação do Ginásio de Esporte Nelson Righetto com área total de 1.610,62m², localizado no Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: Mazon Construções

Contratante: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/03/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

PORTARIA Nº 513/2016

PORTARIANº 513/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, MICHELE DOS SANTOS, Professora II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 514/2016

PORTARIANº 514/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.506/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, EMERSON BORGES, para o Quadro Funcional da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Superintendente.

Art. 2º - DESIGNAR, EMERSON BORGES, Motorista da Secretaria Municipal de Obras, para responder cumulativamente pelo cargo de Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, sem ônus para o Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 515/2016

PORTARIANº 515/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ALONSO LUIZ RAMOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 516/2016

PORTARIANº 516/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 004/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Efetuar o acesso funcional de VANDERLI DA SILVA, Atendente Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para Auxiliar de Consultório Odontológico, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, Edital nº 004/2016 – Resultado Final das Provas Homologado em 07/06/2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

TERMO DE POSSE

No dia 01 do mês de Novembro do ano de 2016, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora VANDERLI DA SILVA, aprovada no Concurso Público nº 004/2016, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 516/2016. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes.

Lauro Müller, 01 de Novembro de 2016.
VANDERLI DA SILVA
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 517/2016 PORTARIANº 517/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, TELMO TONON RIBEIRO, Médico do ESF, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE NOVEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 518/2016 PORTARIANº 518/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, AMÁLIA DAL-BÓ MACCARI DO NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário(a) Adjunto(a) junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 519/2016 PORTARIANº 519/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, SUZAMARA VIEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessora junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 520/2016 PORTARIA Nº 520/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, SANTALINA CEOLIN PALHANO, Atendente Social, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 07/11/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2016.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 521/2016

PORTARIA Nº 521/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, GRICELDA BENTO DE ASSUNÇÃO, Técnica em Enfermagem, do Quadro Funcional junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 01/11/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 522/2016

PORTARIA Nº 522 / 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Processo Seletivo 003/2016 - Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DULCINEIA APARECIDA ANASTACIO OLIVEIRA, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo - Edital nº 03/2016, para exercer o Cargo de Técnica de Enfermagem (SAMU), em Caráter Temporário, pelo período de 07 de Novembro de 2016 a 01 de agosto de 2018, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. Planej.

PORTARIA Nº 523/2016

PORTARIA Nº 523/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, ANA PAULA MENDES, Recepcionista, do Quadro Funcional junto ao Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 524/2016

PORTARIA Nº 524/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, RITA DE CÁSSIA MENDES CÚRCIO, Professora II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 18/11/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 525/2016

PORTARIA Nº 525/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, SORAYA CURCIO LIBRELATO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria

Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 526/2016

PORTARIANº 526/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JAIR FERNANDES MADEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DAS 1, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 207/2015, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Gabinete.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 527/2016

PORTARIANº 527/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, RITA DE CÁSSIA NOVASKI, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 528/2016

PORTARIANº 528/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, VANESSA ZANELATTO, Professora II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 529/2016

PORTARIANº 529/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, JAQUELINE SIBERINO, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 530/2016

PORTARIANº 530/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, CASSIANA ESPINDOLA DA SILVA, Professora I, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 531/2016

PORTARIANº 531/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, MAIARA NOVASKI, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 532/2016

PORTARIANº 532/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, SAMIR RIGHETTO, Professor II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 533/2016

PORTARIANº 533/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, ROSANEA APARECIDA MENDES MOURO, Servente, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 534/2016

PORTARIANº 534/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR, KATIA REGINA DE BONA MENDES, Servente, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016

TIPO: Menor Preço por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças complementares para montagem do motor do veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0515, ano 2013, e veículo FORD TRANSIT, placa MLX 0495, ano 2013, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as especificações no Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 041/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 11 de janeiro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 22/12/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

CONSULTA PÚBLICA LEI REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

CONSULTA PÚBLICA

LEI DE REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

A Administração Municipal de Luzerna objetivando adequar-se as determinações legais da Constituição Federal, Leis correlatas e a decisão do Supremo Tribunal Federal, está elaborando a LEI DE REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

Buscando dar maior transparência na sua elaboração será disponibilizada a Minuta do Projeto de Lei para Consulta Pública nos sites do Município: www.luzerna.sc.gov.br e Câmara de Vereadores: www.camaryluzerna.sc.gov.br.

Os servidores municipais temporários e Agentes Comunitários de Saúde terão oportunidade de realizarem no período de 22 de dezembro de 2016 a 01 de fevereiro de 2017, a leitura e envio de suas contribuições, críticas ou sugestões para o e-mail sugestaoestatuto@hotmail.com.

Os servidores deverão ainda atentar-se as seguintes disposições:

1. A Minuta foi desenvolvida por um Grupo de Trabalho composto por representantes de servidores de todas as Secretarias e do grupo de servidores do Município com participação de representantes do SINSEADRE. (Portaria nº 149/16 de 31 de outubro de 2016);
2. Foram realizadas consultas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, FECAM e ao IBAM;
3. Os agentes temporários (ACT's) não exercem emprego público, mas, tão somente função. Assim, a Lei que transformar os empregos públicos em cargos públicos não alcançará os ACT's, bem como os Agentes Comunitários de Saúde, os quais serão regidos pelo Regime Especial de Direito Administrativo ora proposto.

Acesse a Minuta do Projeto de Lei de Regime Especial de Direito Administrativo colocada em Consulta Pública.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 0062016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2016 de 12 de dezembro de 2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, tendo em vista a conclusão dos trabalhos de realização do processo Seletivo por Análise de Currículo - Edital nº 006/2016, e não havendo pendências quanto aos recursos depois de decorridos os prazos legais, HOMOLOGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo destinado a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC):

Emprego Público: PROFESSOR DE MÚSICA – Não Habilitado							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mes-trado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
09	Italo Vicente Vivan	-	-	01	-	01	1º
27	Gilvane Paulo Reisner	-	-	-	-	00	2º

CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS		
Inscr.	Candidato	
024	Giulia Chanes do Santos	não atendeu o Anexo I do Edital
029	Suzie Helena Mignoni	não atendeu o Anexo I do Edital

Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – Habilitado							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mes-trado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
019	Doraci Bazzo *	02	03	02	08	15	1º
015	Maria de Fátima Pinho Huber *	02	03	02	08	15	2º
007	Neusa Terezinha Fortes	02	03	02	3,2	10,2	3º
005	Ricardo Nava *	02	03	02	2,4	9,4	4º
002	Adriana Pelentir Karsburg *	02	03	02	2,4	9,4	5º

021	Jurema Caricimi	02	-	02	4,4	8,4	6º
022	Neide Maria David de Azevedo *	02	03	02	0,8	7,8	7º
017	Margarete de Oliveira *	02	03	02	0,8	7,8	8º
012	Fabiana Schmidt dos Santos *	02	03	02	0,8	7,8	9º
025	Tami Rafaela Pascotto Dahmer	02	03	-	1,6	6,6	10º
003	Juliana Bisatto Kleber	02	-	02	2,4	6,4	11º
018	Luciana Jarominek	02	03	-	0,8	5,8	12º
013	Rubia Sibelis Chiamulera Duarte	02	-	02	0,8	4,8	13º
004	Gisele Luiz Serafim	02	-	01	01	4,0	14º
013	Maria Elizabete Alves	02	-	-	1,8	3,8	15º

*Critério de desempate conforme item 5.2, alínea "d". (maior idade)

Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - Não Habilitado							
Inscr.	Candidato	Habilitação	Especialização/Mestrado/Doutorado	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Pontuação Final	Colocação
006	Silvia Regina Pratto	-	-	02	6,6	8,6	1º
001	Angélica Bianchetti da Silva	-	-	0,5	-	0,5	2º

CANDIDATOS DESCLASSIFICADOS

Inscr.	Candidato	
008	Monica Oliveira de Deus Duregger	não atendeu o anexo I do Edital
010	Rosangela Aparecida Moraes Deitos	não atendeu o anexo I do Edital
011	Fabiana Parolin Antes	não atendeu o anexo I do Edital
016	Leila Cezar	não atendeu o anexo I do Edital
020	Gelise Ciarnoski	não atendeu o anexo I do Edital
023	Lilian Cristine Moreira	não atendeu o anexo I do Edital
026	Joice Franciele Parolin de Carvalho	não atendeu o anexo I do Edital
028	Daiane Cristina Leite	não atendeu o anexo I do Edital

Fica HOMOLOGADO definitivamente o Resultado Final do PROCESSO SELETIVO destinado a prover vagas temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna(SC), Edital nº 006/2016 de 12 de dezembro de 2016.

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

RESPOSTA ÀS INTERECORRÊNCIAS - RECURSOS - PROCESSO SELETIVO 006/2016

RESPOSTAS ÀS INTERCORRÊNCIAS (RECURSOS)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2016 de 12 de dezembro de 2016.

Inscrição	Emprego Público	Solicitação
018	Professor de Educação Especial	Contra contagem de Cursos
Situação:	INDEFERIDO	
Justificativa	Os Cursos foram contados em conformidade com o item 3.2.5 do Edital que dispõe "Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e área de ensino". Analisou-se, portanto apenas os cursos neste caso na área de Educação Especial. Mantida a classificação.	

Registra-se e publica-se em

Luzerna(SC), 23 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0014/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0014/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0047/2016

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação n° 0014/2016 para os serviços fotográficos aéreos do Município de Macieira, compreendendo: 03 (três) quadros de 100x200 cm, com imagens da sede e do localidade do km 30, molduras e acabamentos, conforme imagens aprovadas pela administração municipal. Através da empresa MARLENE BERKEMBROCH ME, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo n° 0043/2016

Vigência do Contrato: 31/12/2016

Valor Total do Contrato: R\$ 6.090,00 (seis mil e noventa reais).

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços, entrega e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 20 de dezembro de 2016.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO N° 23/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 23/2016

Processo Licitatório n° 0034/2016.

Tomada de Preços n° 0004/2016.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0030/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica com drenagem das águas pluviais e obra de arte das Ruas Ângelo Pandini e Rodolfo Nickel, a ser adquirida através de recursos do Contrato de Repasse n° 819399/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: MINEROCHA CATARINENSE LTDA

Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0030/2016.

Prazo e Vigência: Fica prorrogado o prazo de execução da obra e o prazo de vigência do contrato até 30 de dezembro de 2017, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 20 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações.

Mafra

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 042

LEI COMPLEMENTAR Nº. 042
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A REVISÃO E CANCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 2.359, 11 DE NOVEMBRO DE 1999, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a revisão documentada em processo administrativo individualizado de todos os créditos tributários lançados e inscritos em dívida ativa, com vistas às seguintes medidas:

I - expurgo dos alcançados em prescrição, nos termos do artigo 174 do Código Tributário Nacional, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem deu causa à prescrição;

II - cancelamento dos valores lançados, quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador, especialmente no caso do Imposto sobre Serviços e taxas pelo exercício do Poder de Polícia; Parágrafo único. A revisão de que trata este artigo será procedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e deverá ser documentada em expediente administrativo, inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos que forem estabelecidos.

Art. 2º O Poder Executivo instituirá o Cadastro dos Contribuintes Inadimplentes em relação a créditos municipais devidamente constituídos, pertinentes a impostos, taxas, contribuição de melhoria, condições sociais, tarifas, preços públicos, multas e valores de qualquer outra origem.

§ 1º Será obrigatória a consulta ao Cadastro de que trata este artigo, toda vez que for examinado pedido formulado por munícipe objetivando concessão de auxílio, subvenção, contribuição financeira, incentivo, financiamento ou transferência de recursos a qualquer título.

§ 2º Ao contribuinte que estiver em débito com o Município, ressaltando o caso de parcelamento em vigor com situação de regular adimplência, não será deferido qualquer pedido ou solicitação de que trata o parágrafo anterior, salvo nos casos de:

I - auxílio para atender situação decorrente de calamidade pública;
II - benefício previsto em lei para os comprovadamente necessitados.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará em 90 (noventa) dias por Decreto no que couber, a presente Lei.

Art. 4º O caput do art. 216 da Lei nº. 2.359, 11 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 216. A dívida ativa será cobrada por procedimentos amigável, extrajudicial ou judicial.”

Art. 5º O § 2º do art. 216 da Lei nº. 2.359, 11 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 216

§ 2º Enquanto não houver ajuizamento, o órgão encarregado da

cobrança promoverá pelos meios ao seu alcance, a cobrança amigável ou extrajudicial do débito.”

Art. 6º O art. 227 da Lei nº. 2.359, 11 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 227. O prazo máximo para a expedição de certidão será de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a entrada de requerimento na repartição competente.”

Art. 6º-A. Inclui-se a parágrafo único ao art. 227 da Lei nº. 2.359, 11 de novembro de 1999 com a seguinte redação:

“Art. 227

Parágrafo único. O desrespeito ao estabelecimento no caput ensejará a abertura de processo administrativo disciplinar a ser instaurado nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais a título de descumprimento de dever de ofício”.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 22 de novembro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 043

LEI COMPLEMENTAR Nº. 043
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 041, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE INSTITUI NO MUNICÍPIO DE MAFRA A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CO-SIP, PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O anexo único da Lei Complementar n. 041, de 15 dezembro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR RESIDENCIAL/RURAL	
Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 50	1,00
50 a 100	3,00
101 a 200	6,00
201 a 300	9,00
301 a 400	11,00
401 a 500	14,00
501 a 600	17,00
601 a 700	19,00
701 a 800	21,00
801 a 900	23,00
901 a 1000	25,00
Acima de 1001	27,00

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR COMERCIAL, INDUSTRIAL E ORGÃOS PÚBLICOS	
Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 50	1,00
50 a 100	4,00
101 a 200	7,00
201 a 300	9,00
301 a 400	13,00
401 a 500	15,00
501 a 600	18,00
601 a 700	22,00
701 a 800	25,00
801 a 900	30,00
901 a 1000	40,00
1001 a 3000	66,00
3001 a 5000	75,00
5001 a 10.000	100,00
Acima de 10.001	125,00

CONTRIBUINTES CLASSE CONSUMIDOR GRUPO A	
Faixa de Consumo de Energia Elétrica em KWh	PROPOSTA % Sobre o Valor do MWh da Tarifa B4a
0 a 2000	52,39
2001 a 5000	104,80
5001 a 10000	154,51
10001 a 50000	208,26
Acima de 50001	266,04

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 22 de dezembro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.247

LEI Nº. 4.247

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2016 até o valor de R\$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais), conforme descrição abaixo:

13 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
01 Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
154510013.2.54000 - Desenvolvimento Urbano
(301) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 312.000,00
Fonte: 124

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

11 Secretaria Municipal de Obras
01 Secretaria Municipal de Obras
154510011.2.47000 Manutenção, ampliação e infraestrutura de vias - área urbana e rural
(282) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

21 Secretaria Municipal de Agricultura
02 Desenvolvimento da Agricultura
201220021.2.136000 Aquisição de máquinas, veículos e manutenção da frota
(333) 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
Fonte: 124

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 22 de dezembro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI Nº. 4.248

LEI Nº. 4.248

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2016 até o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme descrição abaixo:

17 Fundo Municipal de Educação
01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino
123650017.2.100000 – Manutenção e Administração da Secretaria de Educação
(376) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte: 122

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

17 Fundo Municipal de Educação
01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino
123610017.2.206000 – Ampliação da Frota e Apoio ao Ensino com Transporte Escolar
(48) 3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte: 122

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 22 de dezembro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 108/2016

DECRETO Nº 108 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MARACAJÁ - FUMPREV
2.041 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0130 (02) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MARACAJÁ - FUMPREV
2.041 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS
3.3.90.00.00.00.00.00.0130 (03) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 109/2016

DECRETO Nº 109 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
HOMOLOGA AS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 46 de 26 de Agosto de 2015 e a Lei nº 985 de 12 de Junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Ficam Homologadas as avaliações, anexo a este Decreto, do estágio probatório referente aos primeiros 12 (doze meses) de efetivo exercício, dos servidores públicos municipais contratados pelo concurso público nº 001/2015 que completaram o período previsto

no art. 30 da lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 110/2016

DECRETO Nº 110 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei nº 1078 de 22 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (01) – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (03) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (15) – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (18) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00
2.047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (24) – Aplicações Diretas . R\$ 12.000,00
04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO
2.010 – ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (29) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
2.034 – MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (99) - Aplicações Diretas
.....R\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 382.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO
 2.003 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (04) – Aplicações Direta R\$ 12.793,27
 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 2.043 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (23) – Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00
 05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA
 3.2.90.00.00.00.00.00.0104 (32) – Aplicações Direta R\$ 4.500,00
 1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA – ENSINO FUNDAMENTAL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (37) – Aplicações Direta R\$ 205.003,60
 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
 3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (60) – Aplicações Direta R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (61) – Aplicações Direta R\$ 505,62
 2.019 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
 3.3.50.00.00.00.00.00.0104 (68) – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00
 2.021 - BOLSA DE TRABALHO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (70) - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00
 2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CULTURA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (75) - Aplicações Diretas
R\$ 7.044,00
 05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE ESPORTES
 2.006 - MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (78) - Aplicações Diretas
R\$ 9.760,48
 2.023 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (80) - Aplicações Diretas
R\$ 23.038,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
 07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
 1.017 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas
R\$ 57.466,75
 2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (96) - Aplicações Diretas
R\$ 5.108,10
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (97) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
 13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 2.027 – INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E MANUT. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (118) - Aplicações Diretas
R\$ 2.912,46
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (120) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
 14.01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA
 2.025 – PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (121) - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (123) - Aplicações Diretas
R\$ 3.560,00
 16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
 1.019 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (129) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (130) - Aplicações Diretas
R\$ 4.533,72
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (131) - Aplicações Diretas

.....R\$ 5.000,00
 2.050 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (133) - Aplicações Diretas
R\$ 1.774,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (134) - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 382.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 16 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
 Secretária de Administração

LEI 1078/2016

LEI Nº 1078 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 2.001 – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (01) – Aplicações Diretas
 R\$ 80.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (03) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (15) – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (18) – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 2.047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (24) – Aplicações Diretas
 R\$ 12.000,00
 04.01 – DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO
 2.010 – ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (29) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
 2.034 – MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (99) - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
 TOTAL R\$ 382.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO
 2.003 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (04) – Aplicações Direta R\$ 12.793,27
 03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 2.043 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (23) – Aplicações Diretas
R\$ 6.000,00
 05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 0.002 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA
 3.2.90.00.00.00.00.00.0104 (32) – Aplicações Direta R\$ 4.500,00
 1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA – ENSINO FUNDAMENTAL
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (37) – Aplicações Direta R\$ 205.003,60
 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
 3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (60) – Aplicações Direta R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (61) – Aplicações Direta R\$ 505,62
 2.019 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
 3.3.50.00.00.00.00.00.0104 (68) – Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00
 2.021 - BOLSA DE TRABALHO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (70) - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00
 2.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA CULTURA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (75) - Aplicações Diretas
R\$ 7.044,00
 05.02 DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE ESPORTES
 2.006 - MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (78) - Aplicações Diretas
R\$ 9.760,48
 2.023 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (80) - Aplicações Diretas
R\$ 23.038,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
 07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS
 1.017 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (88) - Aplicações Diretas
R\$ 57.466,75
 2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (96) - Aplicações Diretas
R\$ 5.108,10
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (97) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
 13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 2.027 – INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E MANUT. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (118) - Aplicações Diretas
R\$ 2.912,46
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (120) - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
 14.01 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA
 2.025 – PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (121) - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (123) - Aplicações Diretas
R\$ 3.560,00
 16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
 1.019 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PARQUE ECOLÓGICO
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (129) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
 2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (130) - Aplicações Diretas
R\$ 4.533,72
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (131) - Aplicações Diretas

.....R\$ 5.000,00
 2.050 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (133) - Aplicações Diretas
R\$ 1.774,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (134) - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 382.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 16 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
 Secretária de Administração

LEI 1079/2016

LEI Nº 1079 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 19 DA LEI 985, DE 12 DE JUNHO DE 2014, "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Balneário Arroio do Silva, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Art. 19 da Lei nº 985, de 12 de junho de 2014 que "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS", passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

" Art. 19

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste Artigo o Servidor que atingir o Teto Salarial em razão das Normas Gerais de Enquadramento, concedendo-o o percentual de 2%(dois por cento) ano a ano sobre a Remuneração do Cargo a título de Progressão Funcional por Tempo de Serviço e Desempenho até a sua vagância que será automaticamente extinto."(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas na Lei nº 985, de 12 de junho de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Setembro de 2016.

Wagner da Rosa Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 28 de Setembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 892/2016

DECRETO Nº 892, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016
Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública DILVA BERTOLDI BENVENUTTI, matrícula nº 509101, ocupante do cargo de Assessor em P. Educação, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 893/2016

DECRETO Nº 893, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
Prorroga prazo do Edital de Concurso Público nº 002/2014 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o prazo do Edital de Concurso Público nº 002/2014, conforme item 1.8 do referido Edital.

Art. 2º O prazo a que se refere o artigo 1º, será pelo período de 2 (dois) anos, a contar da data de 23 de dezembro de 2016, conforme Decreto de Homologação nº 171/2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra.

Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 894/2016

DECRETO Nº 894, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: PARTE DAS CHÁCARAS URBANAS nºs: (6 e 7), com as áreas respectivas de: (13.346,32 m² e 17.028,49 m²), perfazendo a área total de (30.374,81 m²), com edificação, sendo: uma casa residencial de madeira bruta, medindo (84,00 m²), coberta de telhas de barro; CHÁCARA URBANA nº: (8), com a área de: (16.695,00 m²), sem edificações; CHÁCARA URBANA nº: (10), com a área de: (30.535,81 m²), sem edificações e PARTE DA CHÁCARA URBANA nº: (15), com a área de: (7.806,00 m²), situadas no Loteamento "Bairro Padre Antonio", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 22.387, 1.129, 22.110 e 22.111 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de G.I.5 Incorporadora Imobiliária Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.303.158/0001-73, com sede na Rua José de Anchieta, s/nº, sala 1, nesta cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU.: A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

PARTE DAS CHÁCARAS URBANAS nºs: (6, 7 e 15) e CHÁCARAS URBANAS nºs: (8 e 10), situadas no Loteamento "Bairro Padre Antonio", com as áreas respectivas de: (13.346,32 m², 17.028,49 m², 7.806,00 m², 16.695,00 m² e 30.535,81 m²), perfazendo a área total de (85.411,62 m²), de propriedade de G.I.5 Incorporadora Imobiliária Ltda., com edificação, sendo: uma casa residencial de madeira bruta, medindo (84,00 m²), coberta de telhas de barro; Confrontando em conjunto:

- ao Norte, por duas linhas, uma com parte da chácara urbana nº (14), de Irwing Dartora Behm - M. 16.015, e outra, com a chácara urbana nº (9), de Vilmar Borgaro, Vilmo Antonio Carraro, Hermide Lurdes Lahm e Alessandro Robson Lahm - M. 2.966;

- ao Sul, por duas linhas, uma com a Rua José de Anchieta e com parte da chácara urbana nº (18), de Lauro Veit - M. 10.283, e outra, com parte das mesmas chácaras urbanas nºs: (6 e 7), de Hortifrutas Liceo Beck Eireli Me - M. 22.239;

- ao Leste, por três linhas, uma com a chácara urbana nº (9), de Vilmar Borgaro, Vilmo Antonio Carraro, Hermide Lurdes Lahm e Alessandro Robson Lahm - M. 2.966; outra com parte da chácara urbana nº (5), de Mirian Nair Regauer, Roseli Eva Lüneburger, Elizete Mirna Lüneburger Geier, Milita Herta Lüneburger, Marli Elsa Lüneburger, Ires Joana Lüneburger, Luisa Mara Lüneburger Behling, Beatris Erna Lüneburger, Paulo Roberto Lüneburger e Eleonor Jandir Lanz - M. 11.162; e outra, com parte da mesma chácara urbana nº (7), de Hortifrutas Liceo Beck Eireli Me - M. 22.239;

- ao Oeste, por duas linhas, uma com as chácaras urbanas nºs: (11 e 12), de Ândreo Tomiozzo e Ernesto Giehl - M. 866, (13), de Irwing Dartora Behm, Janete Aimi Moreira da Cruz e Simone Aimi Pinheiro - M. 22.145 e (14), de Irwing Dartora Behm - M. 16.015, e outra, com parte da mesma chácara urbana nº (15), de Alcides Filimberti - M. 20.412;

- ao Noroeste, com parte "norte" do lote colonial rural nº (11), da

Seção Maravilha, ex-gleba "A" de Pinhais, de Alessandro Robson Lahm, Lauro Linke, Lordes Kirch e Hermide Lurdes Lahm - M. 380; - ao Sudeste, com parte da mesma chácara urbana nº (6), de Mirian Nair Regauer, Roseli Eva Lüneburger, Elizete Mirna Lüneburger Geier, Milita Herta Lüneburger, Marli Elsa Lüneburger, Ires Joana Lüneburger, Luisa Mara Lüneburger Behling, Beatris Erna Lüneburger, Paulo Roberto Lüneburger e Elenor Jandir Lanz - M. 11.162; - ao Nordeste, com uma Estrada.

§ 1º A área de (5.988,17m²), parte das chácaras urbanas nºs: (6 e 7), compõe a Reserva Florestal Legal, está localizada no imóvel objeto da M. 16.012, conforme Av. 1/22.387.

§ 2º A área de (3.339,00 m²), da chácara urbana nº (8), compõe a Reserva Florestal Legal, está localizada no imóvel objeto da M. 17.983, caracterizada na Av. 10/17.983, conforme Av. 4/1.129.

§ 3º A área de (6.066,00 m²), da chácara urbana nº (10), compõe a Reserva Florestal Legal, está localizada no imóvel objeto da M. 16.012, nos termos da Av. 9/16.012, conforme Av. 1/22.110.

§ 4º A área de (1.561,20 m²), parte da chácara urbana nº (15), compõe a Reserva Florestal Legal em cumprimento aos artigos 12, inciso II; 13, parágrafo primeiro e 15, parágrafo segundo, da Lei nº 12.651, de 25.05.2012, alterada pela Lei nº 12.727, de 17.10.2012, localizada e previamente constituída no imóvel objeto da matrícula nº 17.983, nos termos da Av. 12/17.983 e mencionada na Av. 1/22.111.

§ 5º Os imóveis neste artigo descritos não possuem características de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, e estão inscritos no Cadastro Municipal sob nºs: 160000-0, 161000-0, 162000-0 e 126901-0.

Art. 2º As despesas deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 849, de 15 de dezembro de 2016.

Maravilha - SC, 22 de dezembro de 2016.
SANDRO DONATI
Registrado e publicado na data supra.
Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Complementar nº 104/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 104, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o disposto no artigo 2º da Lei Complementar Municipal n. 083, de 14 de dezembro de 2015 e da outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Complementar Municipal n. 083, de 14 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação, in verbis:

"Art. 2º Os valores relativos à permuta foram obtidos de acordo com o disposto nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar Municipal nº 72/2015 e representam o montante de R\$ 5.137.191,60 (cinco milhões, cento e trinta e sete mil, cento e noventa e um reais e sessenta centavos)".

§ 1º. A permuta será pela área de 32.211,55m² e sua edificação de 5.000 m², de propriedade do Município de Maravilha, avaliados conjuntamente em R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais), permutados por direitos e obrigações no valor de R\$ 5.137.191,60 (cinco milhões, cento e trinta e sete mil, cento e noventa e um reais e sessenta centavos), mais edificação total de pavilhão de 1.042,64m², avaliado em R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), de propriedade da empresa CSM Indústria e Comércio de Fogões Ltda.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 15 de dezembro de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado em data supra.
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016 - DISPENSA Nº 06/2016**

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC TORNA PÚBLICO que realizou, com base na Lei e 8.666/93, Licitação na Modalidade DISPENSA LICITATÓRIA, no dia 22 de dezembro de 2016, na Câmara Municipal de Vereadores, para fornecimento de Energia Elétrica, de acordo com o detalhamento descrito no processo de dispensa e seus anexos. A íntegra do Edital de dispensa poderá ser obtida junto à Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com sede à Rua 15 de novembro, nº 817 – Centro, e no site da entidade, www.cmm.sc.gov.br, ou pelo link:

<http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/40450>

Demais informações fone (49) 3664 0727.

Maravilha/SC, 22 de dezembro de 2016.

SÉRGIO BOURSCHIED

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 11/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pela Comissão Processante de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade DISPENSA LICITATÓRIA Nº 6/2016, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Procedimento Licitatório Nº 11/2016

TIPO: Dispensa (fulcro no Art. 24, XXII, da Lei 8.666/93).

OBJETO: Fornecimento de Energia Elétrica para a Câmara Municipal de Vereadores, conforme especifica detalhadamente os termos da Dispensa licitatória em voga.

ADJUDICADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A - CNPJ sob o n.º 08.336.783/0001-90.

Maravilha/SC, 22 de dezembro de 2016.

Sérgio Bourscheid - Presidente.

Marema

PREFEITURA

DECRETO N. 133/2016

Decreto n. 133/2016

De 14/12/2016

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ EXERCENDO O CARGO DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 093/2005.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ por motivo de aposentadoria na função de PROFESSORA, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 134/2016

Decreto n. 134/2016

De 14/12/2016

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELIZETE MOREIRA EXERCENDO O CARGO DE ASS DE ADM CC-08 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 024/2013.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal ELIZETE MOREIRA na função de ASS DE ADM CC-08, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 135/2016

Decreto n. 135/2016

De 14/12/2016

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL GESICA CRISTINA NOSSAL EXERCENDO O CARGO DE ASS DE ADM CC-09 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 014/2014.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal GESICA CRISTINA NOSSAL na função de ASS DE ADM CC-09,, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 136/2016

Decreto n. 136/2016

De 14/12/2016

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL JANETE TEREZINHA TESTA EXERCENDO O CARGO DE ASS DE ADM CC-10 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos. CONSIDERANDO decreto 129/2015.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração da Servidora Pública Municipal JANETE TEREZINHA TESTA na função de ASS DE ADM CC-10,, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de dezembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2016 AO CONTRATO Nº 043-2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2016 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato n.º. 043/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC
Objeto: Desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes.
Vigência: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Data da assinatura: 21 de dezembro de 2016

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2016 AO CONTRATO Nº 048-2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2016 (Prorrogação do Prazo de Vigência)
Contrato n.º. 048/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: HAYDE MACARINI MANFREDINI (Espólio Eneir Manfredini)
Objeto: Locação de uma sala comercial situado na Rua Sete de Setembro nº 287, Bairro Centro na cidade de Meleiro/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento da Biblioteca Municipal Cruz e Souza durante o exercício de 2017.
Vigência: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017
Data da assinatura: 22 de dezembro de 2016

PORTARIA Nº615-2016

PORTARIA nº 615/2016
TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, reSOLVE:

EXONERAR

Art. 1º - A Senhora SAMIRA BRISTOT DE FREITAS, do cargo de Secretária de Escola, com carga horária de 40 horas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Modelo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048-2016 - TERMO ADITIVO 01-2016 - MOBILBRAS -...

TERMO ADITIVO Nº. 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 048/2016

TERMO ADITIVO AATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MOBILEBRAS EIRELI EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS PRIMEIRA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a EmpresaMOBILEBRAS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia BR 280, Km 53, 7517, Bairro Guamiranga, na Cidade de Guarapiranga – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.279.692/0001-26, neste ato representado por seu procurador, Senhor CLEVERTON DALMANN, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 702/2016 – Pregão de Registro de Preço nº 036/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Editalantes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica aditado o objeto da Ata de Registro de Preços nº 048/2016 de 19.07.2016, Constante da Cláusula Primeira, com ampliação do objeto, e valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos termos da solicitação de compras apresentada, que fazem parte integrante do presente contrato, sendo o item 10 da proposta, que é parte do item 06:

Item	Descrição do Produto	Und.	Qdt.	Vlr. Unt.	Vlr. Total
06	BIKE DUPLA (SUBITEM 10) QUE FAZ PARTE DO CONJUNTO DO ITEM 06 DA ATA	01	01	2.029,20	2.029,20
			TOTAL		2.029,20

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Fica aditado o valorda Ata de Registro de Preços nº 048/2016 de 19.07.2016, Constante da Cláusula Primeira, com aditivo de valor, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, constante da solicitação de compras apresentadaque faz parte integrante do presente contrato, sendo o valor do presente Aditivo corresponde a R\$ 2.029,20 (dois mil e vinte e nove reais e vinte centavos) acrescido ao valor original da ata no valor de R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais), totalizando o valor de R\$ 22.729,20 (vinte e dois mil setecentos e vinte e nove reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas naAta de Registro de Preços nº 048/2016 de 19.07.2016.

Considerando que não foi formalizado contrato administrativo, que as compras foram formalizadas através do emprenho que também é considerado uma formalização de contrato, foi aditivado a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo(SC), aos 22 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	MOBILBRAS EIRELI EPP Cleverton Dalmann Procurador – Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 1759-2016 EDITAL PREGÃO Nº 055-2016 LIMPEZA URBANA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 1759/2016

Modalidade: Pregão Nº 55/2016

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Execução de Serviços de limpeza urbana do Município de Modelo: Varrição de Ruas, calçadas, logradouros, praças, canteiros entre outros locais públicos, compreendendo ainda a coleta dos materiais (lixo). A execução dos serviços deverá ocorrer com a periodicidade e nos locais constantes no Edital.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 05 de janeiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 05 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 22 de dezembro de 2016.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 2016.

Aprova as contas do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Mondaí, Senhor Valdemar Arnaldo Bornholdt, referentes ao exercício de 2005.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Mondaí votou e aprovou por unanimidade e eu, Marilena D'Altoé, presidente da Câmara, nos termos do art. 36, inciso VIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Mondaí, Senhor Valdemar Arnaldo Bornholdt, referentes ao exercício de 2005, acolhendo-se integralmente o Parecer exarado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Contas.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de dezembro de 2016.

Marilena D'Altoé,

Presidente da Câmara de Vereadores.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO Nº. 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondaí - SC	LEILÃO Nr.: 1/2016 - LE Processo Administrativo: 123/2016 Processo de Licitação: 123/2016 Data do Processo: 22/11/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 123/2016
b) Licitação Nr.: 1/2016-LE
c) Modalidade: Leilão
d) Data Homologação: 21/12/2016
e) Objeto da Licitação: Venda de Ativos Inservíveis do Município de Mondaí - SC

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Ivan Soares de Souza (11961)

8 CAÇAMBA BASCULANTE	UN	1,00	0,0000	4.500,00	4.500,00
9 MOTOCICLETA HONDA CG 125, 1986, PL.: LZR-5511 (SC), CH.: CG125BR1506647	UN	1,00	0,0000	1.700,00	1.700,00
10 MICRO TRATOR A DIESEL TOBATA 14CV	UN	1,00	0,0000	4.200,00	4.200,00
Total do Fornecedor:					10.400,00

João Celso Tremea (11960)

1 RENAULT MEGANE SD EXP 1.6, 2006/2007, PL.: MGK-6212 (SC), CH.: 93YLM2E1H7J715744	UN	1,00	0,0000	10.500,00	10.500,00
Total do Fornecedor:					10.500,00

ROQUELANE MEIER (10699)

7 TRATOR DE PNEUS FORD 5030 4x4, 1996, SÉRIE: CB749	UN	1,00	0,0000	25.525,00	25.525,00
Total do Fornecedor:					25.525,00
Total Geral:					46.425,00

Mondaí, 21 de Dezembro de 2016.

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 71/2016 UFM 2017

DECRETO Nº 71/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PROMOVE O REAJUSTE DO VALOR DA COBRANÇA DA UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 NA FORMA QUE ESPECIFICA".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º - Fica reajustado o valor da UFM – Unidade Fiscal do Município, com as devidas atualizações monetárias pelo INPC acumulado de dezembro, fixado em 7,38% estipulada em R\$ 173,06 (cento e setenta e três reais com seis centavos) para o exercício financeiro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 78/2015, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Monte Carlo, SC, 12 de dezembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 72/2016 REAJUSTE

DECRETO Nº 72/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PROMOVE O REAJUSTE TARIFA DE LIXO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica promovido o reajuste da tarifa de cobrança do serviço de coleta de lixo, nos termos do Decreto 77/2015, de 10 de dezembro de 2015, pela variação da correção da UFM para o exercício de 2017.

Art. 2º. O reajuste será efetuado com base no índice de Correção da UFM, com base anual em 2016 de 7,38%, de acordo com o Decreto nº 71/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 3º. A tarifa pela prestação dos serviços compreendidos no decreto supracitado será calculada na forma da tabela abaixo:

USUÁRIOS	VALOR CORRIGIDO EM R\$
RESIDENCIAL	7,22
COMERCIAL I	15,03
COMERCIAL II	22,58
COMERCIAL III	30,08

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 80/2015, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 73/2016 REAJUSTE TAXA

DECRETO Nº 73/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"REAJUSTA A TAXA DE MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUNREBOM DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e na Lei Complementar 032/2008.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reajustados os valores para a taxa do Funrebom, que passará a ser cobrada na forma da tabela abaixo a partir de 01 de janeiro de 2017, reajustados de acordo com os valores da UFM, em conformidade com o Decreto nº 71/2016, de 12 de dezembro 2016.

ANEXO I

Tarifas Referentes à Contribuição Sobre Segurança Contra Sinistros

1 - EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS:

R\$ 3,94 (tres reais e noventa e quatro centavos) mensais, por conta de água.

2 - EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

R\$ 19,74 (dezenove reais e setenta e quatro centavos) mensais, por conta de água.

2- TAXA DE SERVIÇOS GERAIS

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	Valor em R\$
Corte de árvore	Em ação preventiva contra potenciais riscos ou sinistros, requeridas pelo interessado	39,46 por bombeiro/hora
Extermínio de insetos	Quando solicitados por Qualquer pessoa física ou jurídica	39,46 por bombeiro/hora
Abastecimento d'água	Em estabelecimentos industriais, agropecuários, ou prestações de serviços, cuja falta implique em perigo iminente à segurança, higiene ou produção	197,40 mais 7,08 reais por km quando superior a 5 km.
Serviço de segurança preventiva	Contra sinistros em shows, futebol, exposições, feiras, circos e outros similares) com cobrança de ingresso ou inscrições.	39,46 por bombeiro/hora
Fornecimento	Compêndio de normas sobre segurança contra incêndios	49,34 por exemplar
Recarga	De cilindros de mergulho ou assemelhados	39,46 por cilindro.

Busca aquática	De bens submersos (barcos, motores, veículos e outros bens materiais)	39,46 por bombeiro/hora.
----------------	---	--------------------------

Art. 2º - Para efeitos deste decreto, considera-se residencial ou comercial a situação de fato e não a declarada pelo munícipe.

Art. 3º - Em caso de prédio, construção, residência ou qualquer outra propriedade imóvel que contenha apenas um hidrômetro, mas que se constate a existência de mais de uma residência ou atividade comercial, a taxa será lançada, na mesma oportunidade, de acordo com o número de residências ou comércios constantes no local.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Nº 81/2015, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015..

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 74/2016 REAJUSTE TAXA

DECRETO Nº 74/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"FIXA A TARIFA DE ÁGUA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estipulados os novos valores para a tarifa do serviço de água municipal, que passará a ser cobrada na forma da tabela abaixo, reajustados nos termos da Lei Complementar Municipal 045/10 de 21 de Dezembro de 2010 e Decreto nº 71/2016, com base na atualização monetária da UFM, fixada em 7,38% para o ano/exercício de 2017:

Consumo/Tipo	Tarifa R\$
Tipo Comercial	
Consumo - 10	48,13
- 30	6,01
- 50	7,51
- 100	9,02
- 500	10,51
- 999	12,03
Tipo Pública	
Consumo - 10	48,13
- 30	6,01
- 50	7,51
- 100	9,02
- 500	10,51

- 999	12,03
Tipo Residencial	
Consumo - 10	24,05
- 15	2,83
- 25	3,45
- 50	4,05
- 999	4,65

Art. 2º - Para efeitos deste decreto, considera-se comercial, residencial ou pública a situação de fato e não a declarada pelo munícipe.

Art. 3º - Em caso de prédio, construção, residência ou qualquer outra propriedade imóvel que contenha apenas um hidrômetro, mas que se constate a existência de mais de um tipo de consumo, a tarifa será lançada de acordo com o tipo que possua o maior valor na tabela.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o DECRETO Nº 85/2015, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 75/2016 REAJUSTE

DECRETO Nº 75/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PROMOVE O REAJUSTE DE TAXAS DE SERVIÇOS OFERECIDOS PELO DMAE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica promovido o reajuste das Taxas de cobrança para o exercício financeiro de 2017, dos serviços prestados pelo DMAE, constantes da tabela do artigo 3º deste Decreto.

Art. 2º. O reajuste será efetuado com base no índice de Correção da UFM, com base anual em 2015 de 7,38%, de acordo com o Decreto 71/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Art. 3º. As taxas pela prestação dos serviços compreendidos no decreto supracitado terão os valores na forma da tabela abaixo:

SERVIÇO	VALOR EM R\$
Ligação de água	184,88
Religação de água	51,10
Substituição hidrômetro	100,09
Mudança de cavalete até 1 metro	15,21
Mudança de cavalete acima de 1 metro	7,60 POR METRO
Retirada da segunda via	2,94

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 79/2015, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Monte Carlo, 12 de dezembro de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 76/2016 RECESSO

DECRETO Nº 76/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ESTABELECE PERÍODO DE RECESSO NATALINO DAS SECRETARIAS E FUNDOS QUE COMPÕE O MUNICÍPIO DE MONTECARLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º. Haverá recesso nos dias compreendidos entre 26 de dezembro de 2016 até dia 01 de janeiro de 2017, no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Monte Carlo-SC.

Art. 2º. Excetuam-se desse decreto os serviços essenciais de saúde que também serão estabelecidos e regulados pela Secretária Municipal de Saúde do Município, e organizará escala conforme a essencialidade.

Art. 3º. Excetuam-se também desse decreto os serviços essenciais de Água e Esgoto, que também serão estabelecidos e regulados pelo Diretor do DMAE do Município, que organizará escala conforme a essencialidade.

Art. 4º. Fica suspenso o atendimento ao público desta prefeitura nos dias descritos no artigo 1º deste decreto, para fechamento anual das contas públicas.

Art. 5º. Fica expressamente autorizado por este decreto, quando houver a necessidade por emergência, urgência, fato superveniente ou o interesse público, a convocação de qualquer funcionário pela autoridade superior, sempre que necessário.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 22 de dezembro de 2016

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CONTRATOS NOV/2016 PMMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/1

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: J LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.

CNPJ: 05.908.609/0001-87

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 10/2016

Número do Processo: 10/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 77/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS NAS ÁREAS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA TÉCNICA, LEVANTAMENTOS, CARTAS CONSULTAS PREVIAS, CADASTRO, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PARECERES TÉCNICOS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E AUTARQUIAS

Data da Assinatura: 07/11/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/12/2016

Vigência: 07/11/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 50.000,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: TEC-ENGE TECNOLOGIA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 02.898.148/0001-10

Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 95/2016

Número do Processo: 95/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 78/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA DA RUA ROQUE ABRÃO, conforme anexo

Data da Assinatura: 28/11/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/12/2016

Vigência: 28/11/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 43.786,64

Forma de Pagamento: PARCELADO

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 10/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 FME

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADE ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM (ÁRBITROS; ASSISTENTES AUXILIARES; MESÁRIOS; CRONOMETRISTAS E GANDULAS) PARA EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS OU APOIADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC, QUE ACONTECE- RÃO NO ANO DE 2017. Data da entrega dos envelopes: 05/01/2017 até às 08h50. Abertura envelopes: 05/01/2017 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 11/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 FME

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (COPOS DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 200ML), PARA ATENDER AS COMPETIÇÕES DE VERÃO, EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES NO ANO DE 2017 ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE DE NAVEGANTES /SC. Data da entrega dos envelopes: 05/01/2017 até às 13h50. Abertura envelopes: 05/01/2017 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo RICARDO JOSÉ FELISBINO, matrícula 62128/02, inscrito no CPF nº 032.540.329-50, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/2014 e 01/2015 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva NILCÉA MARCIA PEREIRA, matrícula 4811304, inscrita no CPF nº 064.020.928-94, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01, 02/2014 (1ª incorporação) e 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01, 02/2015 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva SUELI DORTI DE MELO, matrícula 418707, inscrita no CPF nº 766.987.509-72, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10/2014 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva VÂNIA ALVES VOLTOLINI, matrícula 1899/01, inscrita no CPF nº 020.385.779-86, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 01, 02, 03, 04, 05,

06, 07, 08, 09/2013 (1ª incorporação), 10, 11, 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo VALDEMIR CHAGAS SANTOS JÚNIOR, matrícula 126011 e 126009, inscrito no CPF nº 763.358.449-15, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2012 (1ª incorporação), 10, 11, 12/2012, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2013 (2ª incorporação) e 10, 11, 12/2013, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2014 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva VANDERLÉIA DA SILVA ADRIANO, inscrita no CPF nº 589.950.729-20, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09/2012 (1ª incorporação), 10/2012, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2013 (2ª incorporação) e 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11/2014 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o art. 2º da Lei Complementar n.º 106/2011, e alteração do art. 17º e parágrafo único do art. 68º da lei complementar 168/2013 que o servidor efetivo ROBERTO CARLOS DE SOUZA, inscrito no C.P.F n.º 573.409.359-91, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo (fichas financeiras), que demonstra contribuições sobre o cargo no meses de 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/2013 (1ª incorporação), e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo SEBASTIÃO ALVES DA SILVA, matrícula 1337204, inscrito no CPF nº 647.138.739-34, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01, 02/2015 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 27 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo SÉRGIO SOARES, matrícula 102605, inscrito no CPF nº 851.621.759-00, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05/2014 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva SALETE MARIA BRANCHI, matrícula 1639804, inscrita no CPF nº 840.568.869-20, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2012 e 01/2013 (1ª incorporação), 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01/2014 (2ª incorporação), 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01/2015 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 03 de março de 2015.

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva NATÁLIA FERREIRA COSTA, matrícula 16283/03, inscrita no CPF nº 786.540.332-15, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2013 e 01/2014 (1ª incorporação), 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01/2015 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º

da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva VANDERLÉIA DA SILVA ADRIANO, matrícula 25001, inscrita no CPF nº 589.950.729-20, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09/2011 (1ª incorporação), 10/2012, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11/2013 (2ª incorporação) e competências de 12/2013, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11/2014 para compor a 3ª incorporação.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 19 de dezembro de 2014.

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva SAMARA CLAUDINO ERBS, matrícula 2182/02, inscrita no CPF nº 031.916.159-54, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.
CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo NELSON DA CUNHA, matrícula 446/01, inscrito no CPF nº 455.578.299-20, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2013 (1ª incorporação) e 12/2013, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 17 de março de 2015.

JAN ULLRICH
Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo RENATO GASPERI, matrícula 360303, inscrito no CPF nº 440.593.889-04, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01/2015 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 26 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo UGILSON LUIZ FOLLE, matrícula 1626303, inscrito no CPF nº 550.875.409-10, adquiriu direito a incorporação de 1/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12/2014 e 01/2015 (1ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que a servidora efetiva SHEILA MARIA SAGÁS MACHADO, matrícula 1381/02, inscrita no CPF nº 005.009.879-98, adquiriu direito a incorporação de 3/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2012 (1ª incorporação), 12/2012 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2013 (2ª incorporação), 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2014 (3ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL.

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de Incorporação de Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificável (VPNI), conforme dispõe o artigo 2º da Lei Complementar nº 106/2011, que o servidor efetivo SÉRGIO MANOEL MAFRA, matrícula 45201, inscrito no CPF nº 592.564.009-87, adquiriu direito a incorporação de 2/5, conforme relatório de contribuições anexo, que demonstra contribuições sobre o cargo comissionado nos meses de 10, 11, 12/2011 e 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2013 (1ª incorporação), 12/2013 e 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11/2014 (2ª incorporação).

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 13 de fevereiro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

CONVOCAÇÃO APRESENTAÇÃO AMOSTRAS 3º E 4º COLOCADOS PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 FME **CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS 3º e 4º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMV, CONFORME SEGUE:

ITENS	3º E 4º COLOCADOS
05	COMERCIAL STORINNY
07	COMERCIAL STORINNY
10	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI
11	ALPHA HIGIENE E LIMPEZA
17	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI
18	PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI
19	ALPHA HIGIENE E LIMPEZA
20	ALPHA HIGIENE E LIMPEZA
21	BLUNAC DISTRIBUIDORA
22	BLUNAC DISTRIBUIDORA
24	COMERCIAL STORINNY
29	ELO COMERCIO E SERVIÇOS

DECRETO Nº 236 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ: 83.102.855/0001-50
--

DECRETO Nº 236 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 134.900,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil e Novecentos Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 33600 – Superávit Financeiro/2015 – Recursos do Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
02 – Diretoria Pedagógica
12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EF
243 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 134.900,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 238 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 238 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, § 1º, § 2º, § 3º e § 4º do art. 16, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo da Reserva de Contingência, até a importância de R\$ 418.770,85 (Quatrocentos e Dezoito Mil, Setecentos e Setenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10.000 – Recursos Ordinários
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
01 – Diretoria de Operações
15.452.0019 – 2.061 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações
171 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 418.770,85

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 239 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 11.474.080/0001-33 Rua Vereador Nereu Liberato Nunes nº 150 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 239 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 30201 – Sup. Financeiro/2015 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 49 – Serviços de Saúde
2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde
127 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 240 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 240 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 01.0200 – Receitas e Transferência de Impostos - Saúde, a importância de 600.000,00 (Seiscientos mil reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica****Função: 10 – Saúde****Subfunção: 301 – Atenção Básica****Programa: 49 – Serviços de Saúde****2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde****Fonte de Recursos – 01.0200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde****11 - 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 390.500,00****12 - 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentária R\$ 202.800,00****ÓRGÃO: 25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar****Função: 10 – Saúde****Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial****Programa: 102 – Atendimento Hospitalar****1.100 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares****Fonte de Recursos – 01.0200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde****78 - 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.700,00****T O T A L R\$ 600.000,00**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de Dezembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 237 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50

DECRETO Nº 237 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminadas, até a importância de R\$ 4.490.001,00 (Quatro Milhões, Quatrocentos e Noventa Mil e Hum Real) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 11800 – Transferências do Fundeb – 60%**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****02 – Diretoria Pedagógica****12.361.0008 – 2.040 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EF****90 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas R\$ 1.071.480,00****12.365.0007 – 2.042 - Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 60% - EI****95 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais-Apl. Diretas R\$ 1.791.100,00****Fonte de Recursos: 11900 – Transferências do Fundeb – 40%****13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****02 – Diretoria Pedagógica****12.361.0008 – 2.041 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do FUNDEB - 40% - EF****92 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e encargos – Apl. Diretas R\$ 570.100,00****Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários****03 – GABINETE DO VICE PREFEITO****01 – Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito****04.122.0002 – 2.005 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio ao Gabinete do Vice Prefeito****09 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 27.700,00****07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO****01 – Diretoria de Projetos****04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos****20 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 141.900,00****09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA****01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos****04.128.0005 - 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos****31 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 202.800,00****10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****02 – Diretoria do Tesouro****28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública****46 - 4.6.90.00.00.00 – Principal de Dívida Contratual Resgatado R\$ 4.321,00****12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****01 – Diretoria de Programas Sociais**

08.243.0032 – 2.023 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar
51 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 23.300,00
08.244.0030 – 2.035 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
62 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 156.220,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

01 – Diretoria de Operações
15.452.0019 – 2.061 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Operações
171– 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 293.580,00
02 – Diretoria de Serviços Públicos
15.452.0019 – 2.062 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Serviços Públicos / Serviços Urbanos
178 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 69.600,00

31 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

04 – Diretoria de Indústria e Comércio
11.334.0056 – 2.141 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Indústria e Comércio
220 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 137.900,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

EXTRATO CONTRATUAL Nº 260/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL.
Contrato Nº.: 260/2016.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Contratada: SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ sob o nº 13.475.225/0001-46
Vigência : Início: 03/01/2017 Término:... 11/02/2017.
Licitação: TP nº176/2015.
Valor: R\$ 20.399,78
Recursos: 2.062 3.3.90.00.00
Objeto: Segundo Termo aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 172/2016 e o Acréscimo de itens ao Contrato, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL (INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA) E ELABORAÇÃO DE LAUDOS NA ÁREA DO "ANTIGO LIXÃO" DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., LOCALIZADA NA RODOVIA BR 470, COORDENADAS 26º 52'2. 13"S E 48º 40'14. 36", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. conforme Tomada de Preço nº 176/2015.
Navegantes, 19 de dezembro de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 259/2016 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes
Secretaria de Administração
Contrato Nº.: 259/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes
Contratada...: Instituto O Barriga Verde
CNPJ: 08.072.361/0001-55
Vigência : Início: 19/12/2016 Término:..19/12/2017.
Licitação : Concorrência 115/2016 PMN
Valor Total: R\$ 55.000,00
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO COM ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL, NÍVEL MÉDIO E DE NÍVEL SUPERIOR PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA CONCORRÊNCIA 115/2016.
Navegantes, 19 de dezembro de 2016.

RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO 03 2016 FMV

RESULTADO AMOSTRAS - Pregão Presencial 03/2016 FMV

Referente aos Itens 23, 26, 27 e 30 do pregão presencial 03/2016 da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA, não foram apresentadas as amostras. Em não tendo outro classificado a ser chamado, os itens se deram como fracassados.

TERMO DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 28/2016, instaurado pela Portaria nº. 1627 de 29 de junho de 2016.
Indiciado: A apurar
Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1627 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida aos veículos RENAUT/MASTER, placa MKA 7232 (data 5/12/2012) e RENAUT/MASTER, placa MHP1997 (data 6/12/2012 e 10/12/2012).

Os servidores H.S.S., O.S. e J.R.V. foram citados/intimados, compareceram na audiência, com exceção do senhor J.R.V.. Somente H.S.S. assumiu ser a condutora do veículo e ter cometido a infração de trânsito. Os demais motoristas não há comprovação.

É o Relatório.

Sugeriu-se então descontos mensais nos vencimentos da servidora H.S.S..

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne a descontos na folha de pagamento da servidora H.S.S. em conformidade com o art. 54 da Lei Complementar nº 007/2013, pela infração praticada no dia 28/7/2014.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no

prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.
Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 12 de dezembro de 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

TERMO DE JULGAMENTO **PROCESSO**
ADMINISTRATIVO 30/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 30/2016, instaurado pela Portaria nº. 1629 de 29 de junho de 2016.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1629 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida ao veículo GM/PRISMA placa MFP 7507. Os servidores A.C.S.; M.C.M.; H.P.J. e P.A.N. foram citados/intimados, compareceram na audiência, com exceção do senhor P.A.N. condutor do veículo, responsável pela infração de trânsito.

É o Relatório.

Analisando os autos verificou-se que o senhor P.A.N. não faz mais parte do quadro de servidores desta Municipalidade.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne ao ARQUIVAMENTO do processo.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 12 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

TERMO DE JULGAMENTO **PROCESSO**
ADMINISTRATIVO 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº. 32/2016, instaurado pela Portaria nº. 1631 de 29 de junho de 2016.

Indiciado: A apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1631 de 29 de junho de 2016, instaurou-se Processo Administrativo Disciplinar, com vistas a apurar responsabilidade por multa infligida aos veículos IVECO/4912, placa LYF 3018; GM/PRISMA, placa MHL 8506 e placa MHL 8416.

Os motoristas O.S.; L.S.J.; A.D.S. foram citados/intimados, compareceram na audiência, e somente L.S.J. assumiu ser o condutor do veículo e ter cometido a infração de trânsito. Os demais motoristas não há comprovação.

É o Relatório.

Sugeriu-se então descontos mensais nos vencimentos do servidor L.S.J..

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003 (Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes/SC).

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne a descontos na folha de pagamento do servidor L.S.J, em conformidade com o art. 54 da Lei Complementar nº 007/2013, pela infração praticada no dia 7/8/2013.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 12 de dezembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA N º 100 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA N º 100 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO.

O DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99 de maio de 2011, RESOLVE:

I – Prorrogar os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Previdenciário, instituída pela portaria nº 84 de 28 de outubro de 2016, por 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 23 de dezembro de 2016.

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 036/16 - PR Nº 023/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas

para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: ALEXANDRE PANSERA E CIA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 126,00 (Cento e vinte seis reais).

DATA: 20/12/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO 40/2014-3

Aditivo Nº : 40/2014-3 - Contrato Nº: 40/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada....: COLINA JARDINAGEM E COMERCIO DE PLANTAS LTDA EPP

Valor : 14.990,00 (quatorze mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2014

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (118) Saldo: 140.145,35

Objeto : SERVIÇOS DE JARDINAGEM PARA FAZER A MANUTENÇÃO DOS JARDINS, CANTEIROS E PRAÇAS NO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME RELAÇÃO DE LOCAIS ANEXO."

Orleans, 16 de Dezembro de 2016

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

RESCISÃO DO CONTRATO 49/2016

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Contrato Nº: 49/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: GP SINALIZAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO DA RUA JANUÁRIO MAZON CONFORME PROJETO ANEXO.

RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2016

Orleans, 14 de Dezembro de 2016.

EDUARDO BERTONCINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO 154/2015-1

TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 154-2015-1

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Prorrogação do prazo de vigência até 30/12/2017.

Valor: R\$ 6.827,00 (seis mil oitocentos e vinte e sete reais), que corresponde a 04 (quatro) parcelas trimestrais de R\$ 1.706,75 (um mil setecentos e seis reais e setenta e cinco centavos)

Orleans, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

CARLITO MELLO DE LIZ - P. CONTRATADA

TERMO ADITIVO 156/2015-1

TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 156-2015-1

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2017.

Valor: R\$ 17.580,00 (dezessete mil, quinhentos e oitenta reais) Anualmente, dividido em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.465,00 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais.)

Orleans, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINOP. CONTRATADA

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO 070/2016

Processo Licitatório n. 0060/2016

Tomada de Preço n. 0005/2016

CONTRATO Nº 0005/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA - EPP

Objeto: Reforma da Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra

Vigência: 21/12/2016 até 30/12/2016.

Valor total: R\$ 153.700,01 (cento e cinquenta e três mil setecentos reais e um centavos)

Data de assinatura: 21/12/2016

DECRETO 392

DECRETO Nº 392, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.438, de 29 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 718.105,16 (setecentos e dezoito mil, cento e cinco reais e dezesseis centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.71.00.00.0.1.007010.(318). Transferência a Consórcios Públicos	R\$	3.562,43
3.1.90.00.00.0.1.000000.(023). Aplicações Diretas	R\$	10.800,00
3.3.71.00.00.0.1.007010.(319). Transferência a Consórcios Públicos	R\$	1.488,78
3.3.90.00.00.0.1.000000.(025). Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
4.4.71.00.00.0.1.007010.(320). Transferência a Consórcios Públicos	R\$	265,85

0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

3.3.90.00.00.0.3.000000.(311). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
---	-----	----------

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.0.1.000000.(039). Aplicações Diretas	R\$	8.500,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(040). Aplicações Diretas	R\$	5.500,00
4.4.90.00.00.0.1.890000.(344). Aplicações Diretas	R\$	100.000,00

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.306.0004.2009. Merenda Escolar

3.3.90.00.00.0.1.360000.(051). Aplicações Diretas	R\$	500,00
3.3.90.00.00.0.1.371010.(052). Aplicações Diretas	R\$	2.200,00

3.3.90.00.00.0.1.371020.(053). Aplicações Diretas	R\$	2.160,00
3.3.90.00.00.0.1.371030.(054). Aplicações Diretas	R\$	3.330,00
3.3.90.00.00.0.1.373020.(338). Aplicações Diretas	R\$	446,10

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.0.1.010000.(057). Aplicações Diretas	R\$	15.600,00
3.3.90.00.00.0.3.010000.(300). Aplicações Diretas	R\$	3.170,30

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.1.90.00.00.0.1.010000.(061). Aplicações Diretas	R\$	16.100,00
3.3.90.00.00.0.1.010000.(062). Aplicações Diretas	R\$	21.000,00
3.3.90.00.00.0.1.360000.(063). Aplicações Diretas	R\$	19.100,00

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.180000.(070). Aplicações Diretas	R\$	103.700,00
3.1.90.00.00.0.1.190000.(341). Aplicações Diretas	R\$	58.865,00
3.3.90.00.00.0.1.010000.(071). Aplicações Diretas	R\$	16.500,00
3.3.90.00.00.0.1.190000.(342). Aplicações Diretas	R\$	6.279,00
3.3.90.00.00.0.3.010000.(302). Aplicações Diretas	R\$	91,00

12.367.0004.2016. Manutenção da Educação Especial

3.3.90.00.00.0.1.010000.(076). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

3.1.90.00.00.0.1.020000.(099). Aplicações Diretas	R\$	21.500,00
3.3.90.00.00.0.1.020000.(100). Aplicações Diretas	R\$	14.000,00
3.3.90.00.00.0.3.020000.(309). Aplicações Diretas	R\$	113,70

10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.3.90.00.00.0.1.020000.(104). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.1.90.00.00.0.1.020000.(110). Aplicações Diretas	R\$	13.000,00
3.3.90.00.00.0.1.020000.(112). Aplicações Diretas	R\$	2.100,00

10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.0.1.381040.(331). Aplicações Diretas	R\$	9.500,00
---	-----	----------

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.1.90.00.00.0.1.381010.(125). Aplicações Diretas	R\$	90,00
3.3.90.00.00.0.1.020000.(126). Aplicações Diretas	R\$	24.500,00
3.3.90.00.00.0.1.381010.(127). Aplicações Diretas	R\$	1.500,00
3.3.90.00.00.0.1.381050.(345). Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
3.3.90.00.00.0.1.382010.(317). Aplicações Diretas	R\$	1.400,00

10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00.0.1.020000.(129). Aplicações Diretas	R\$	1.600,00
---	-----	----------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.3.383020.(337). Aplicações Diretas	R\$	3.800,00
---	-----	----------

10.306.0007.2031. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição

3.3.90.00.00.0.1.020000.(139). Aplicações Diretas	R\$	700,00
---	-----	--------

3.3.90.00.00.0.3.020000.(328). Aplicações Diretas	R\$	623,00
---	-----	--------

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES****26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais**

3.3.90.00.00.0.1.000000.(147). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
3.3.90.00.00.0.3.000000.(267). Aplicações Diretas	R\$	3.250,00
3.3.90.00.00.0.1.641170.(347). Aplicações Diretas	R\$	10.000,00

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO**0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS****06.181.0009.2034. Manutenção da sinalização de trânsito**

3.3.90.00.00.0.1.120000.(164). Aplicações Diretas	R\$	11.200,00
---	-----	-----------

06.181.0009.2037. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.0.3.009020.(253). Aplicações Diretas	R\$	1.800,00
4.4.90.00.00.0.3.009020.(284). Aplicações Diretas	R\$	3.800,00

15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.1.90.00.00.0.1.000000.(172). Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(173). Aplicações Diretas	R\$	5.600,00

15.452.0010.2041. Manutenção da iluminação pública

3.3.90.00.00.0.1.080000.(182). Aplicações Diretas	R\$	35.400,00
---	-----	-----------

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas**

3.1.90.00.00.0.1.000000.(190). Aplicações Diretas	R\$	49.900,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(191). Aplicações Diretas	R\$	2.800,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO****23.691.0013.2046. Desenvolvimento econômico**

3.3.90.00.00.0.1.000000.(202). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar**

3.1.90.00.00.0.1.000000.(208). Aplicações Diretas	R\$	10.300,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(209). Aplicações Diretas	R\$	300,00

08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.1.90.00.00.0.1.000000.(227). Aplicações Diretas	R\$	26.370,00
3.3.90.00.00.0.1.000000.(228). Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
TOTAL	R\$	718.105,16

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 21.648,00 (vinte e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais), nas seguintes Destinações de Recursos:

000000. Recursos Ordinários	R\$	8.250,00
009020. Recursos Ordinários: Rádio Patrulha	R\$	5.600,00
010000. Receitas de Impostos: Educação	R\$	3.261,30
020000. Receitas de Impostos: Saúde	R\$	736,70
383020. Transferências SUS/União: VGS/Projeto Prevenção	R\$	3.800,00
TOTAL	R\$	21.648,00

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 561.453,16 (quinhentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

000000. Recursos Ordinários	R\$	115.700,00
007010. Recursos Ordinários: Licença Ambiental	R\$	5.317,06
010000. Receitas de Impostos: Educação	R\$	37.100,00
020000. Receitas de Impostos: Saúde	R\$	77.400,00
080000. Contribuição: COSIP	R\$	35.400,00
120000. Convênio de Trânsito: Prefeitura	R\$	11.200,00
180000. FUNDEB: Remuneração Magistério	R\$	103.700,00
360000. Salário Educação	R\$	19.600,00
371010. Transferências FNDE: PNAE Fundamental	R\$	2.200,00
371020. Transferências FNDE: PNAE Creche	R\$	2.160,00
371030. Transferências FNDE: PNAE Pré-Escola	R\$	3.330,00
373020. Transferências FNDE: Programa Brasil Carinhoso	R\$	446,10
381010. Transferências SUS/União: ATB/PAB	R\$	1.500,00
381050. Transferências SUS/União: ATB/PMAQ	R\$	35.000,00
382010. Transferências SUS/União: MAC/MAC	R\$	1.400,00
641170. TC Estado/Outros: Recuperação Estradas Vicinais	R\$	10.000,00
890000. Alienação Bens destinados a Outros Programas	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	561.453,16

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 135.004,00 (cento e trinta e cinco mil e quatro reais), nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias**

4.4.90.00.00.0.1.000000.(028). Aplicações Diretas	R\$	17.800,00
---	-----	-----------

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO****12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental**

3.1.90.00.00.0.1.010000.(055). Aplicações Diretas	R\$	15.600,00
---	-----	-----------

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

4.4.90.00.00.0.1.010000.(066). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.1.010000.(069). Aplicações Diretas	R\$	16.500,00
3.1.90.00.00.0.1.180000.(070). Aplicações Diretas	R\$	65.144,00

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família**

3.1.90.00.00.0.1.020000.(102). Aplicações Diretas	R\$	300,00
---	-----	--------

10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.3.90.00.00.0.1.381040.(119). Aplicações Diretas	R\$	9.500,00
---	-----	----------

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.1.381010.(127). Aplicações Diretas	R\$	90,00
---	-----	-------

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES****26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais**

3.1.90.00.00.0.1.000000.(146). Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
---	-----	----------

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**
23.691.0013.2046. Desenvolvimento econômico

3.1.90.00.00.0.1.000000.(201). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
---	-----	----------

08.244.0014.2053. Manutenção da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.1.000000.(228). Aplicações Diretas	R\$	1.940,00
4.4.90.00.00.0.1.000000.(229). Aplicações Diretas	R\$	2.130,00
TOTAL	R\$	135.004,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de novembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 407**DECRETO Nº 407, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de janeiro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de novembro de 2016, de -0,03% (três centésimos por cento negativos),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,3636 (três inteiros e três mil, seiscentos e trinta e seis dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ouro-SC, 20 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 408**DECRETO Nº 408, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Atualiza o valor venal dos imóveis para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980,

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, que determina que os valores

venais dos imóveis sejam atualizados anualmente;

Considerando que a Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000, instituiu a Unidade de Referência Municipal - URM, destinada a indexação dos Tributos Municipais;

Considerando que o indexador da URM é o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas;

Considerando que o valor venal dos imóveis foi atualizado em 1º de janeiro de 2016, através da Lei nº 2.433, de 23 de dezembro de 2015;

Considerando que a Lei nº 2.433, de 2015, concede desconto de 5,00% (cinco por cento) para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em cota única, no prazo estabelecido;

Considerando que a variação acumulada do IGPM no período de 1º de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016 é 6,65% (seis inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento);

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado em 6,65% (seis inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) o valor venal dos imóveis urbanos e sub-urbanos, constantes do Cadastro Imobiliário do Município, destinado à apuração do montante para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício financeiro de 2017.

Parágrafo único. O percentual de atualização correspondente a variação acumulada no período 1º de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016 do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2º O Valor de Referência - VR, instituído pela Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, fica fixado em R\$ 516,69 (quinhentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º Fica concedido desconto de 5,00% (cinco por cento) para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em cota única, no prazo estabelecido, conforme estabelece a Lei nº 2.433, de 23 de dezembro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ouro-SC, 20 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 409**DECRETO Nº 409, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Fixa os valores das taxas dos serviços públicos para o exercício de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980 e na Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando que o Valor de Referência - VR foi fixado em R\$ 516,69 (quinhentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos), através do Decreto nº 408, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado os valores das taxas dos serviços públicos para o exercício de 2017, conforme tabela:

Serviços Públicos	% sobre a VR	Valor em R\$
TAXA DE COLETA DE LIXO - Residencial	8,00%	41,34
TAXA DE COLETA DE LIXO - Comercial/Industrial	12,00%	62,00
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	3,63%	18,76
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO	3,63%	18,76
TAXA DE EXPEDIENTE - Emissão de Documentos	3,63%	18,76
TAXA DE EXPEDIENTE - Busca de Documentos	7,26%	37,51

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2017.

Ouro-SC, 20 de dezembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

DESPACHO

Processo: 0055/2016CV

AVOCO OS AUTOS.

Considerando, a controvérsia instaurada no presente caso quanto ao prazo para a apresentação das negativas fiscais;

Considerando, a necessidade de se dar estabilidade e segurança jurídica às relações;

Considerando, as disposições legais e previstas no edital;

Considerando, o recesso de fim de ano;

Considerando, a necessidade dos serviços e a urgência na contratação, haja vista que o prazo contratual do atual prestador dos serviços encerra-se no dia 31.12.2016;

RESOLVO, deixar de homologar o presente processo licitatório e determino a abertura de novo certame.

Cumpra-se.

Publique-se.

Comunique-se.

Ouro Verde – SC, 22 de dezembro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0069/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: FITFORMA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELLI - ME

Objeto:Aquisição de matérias permanente (estantes, batedeira, máquina de lava roupa, frizer, máquina de costura, armários, processador de alimentos, batedeira) para a Escola Municipal Benvenuto Tacca certo e ajustado de R\$:8.767,00 (oito mil setecentos e sessenta e sete reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0070/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA

Objeto:Aquisição de matérias permanente (estantes, batedeira, máquina de lava roupa, frizer, máquina de costura, armários, processador de alimentos, batedeira) para a Escola Municipal Benvenuto Tacca certo e ajustado de R\$:20.324,00 (vinte mil trezentos e vinte e quatro reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0071/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA

Objeto:Aquisição de matérias permanente (estantes, batedeira, máquina de lava roupa, frizer, máquina de costura, armários, processador de alimentos, batedeira) para a Escola Municipal Benvenuto Tacca certo e ajustado de R\$:17.300,00 (dezesete mil e trezentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0072/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: LUIS CESAR REIS EPP

Objeto:Aquisição de matérias permanente (estantes, batedeira, máquina de lava roupa, frizer, máquina de costura, armários, processador de alimentos, batedeira) para a Escola Municipal Benvenuto Tacca certo e ajustado de R\$:36.215,00 (trinta e seis mil duzentos e quinze reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0073/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: BANZAY SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL LTDA - ME

Objeto:Aquisição de matérias permanente (estantes, batedeira, máquina de lava roupa, frizer, máquina de costura, armários, processador de alimentos, batedeira) para a Escola Municipal Benvenuto Tacca certo e ajustado de R\$:9.548,00 (nove mil quinhentos e quarenta e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0074/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

Objeto:Aquisição de matérias permanente (estantes, batedeira, máquina de lava roupa, frizer, máquina de costura, armários, processador de alimentos, batedeira) para a Escola Municipal Benvenuto Tacca certo e ajustado de R\$:11.980,00 (onze mil novecentos e oitenta reais).Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0012/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA-ME
Objeto: Locação Do Sistema de movimento econômico para o município Ouro Verde/SC. Vigência de 01/01/2017 á 31/01/2017. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 21 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA Nº 176/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 176/2016 do PREGÃO Nº 144/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa NC COMUNICAÇÕES S.A.. OBJETO: : Contratação de empresa para publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação diária em todo o estado de Santa Catarina, incluindo as publicações legais feitas pela Comissão Permanente de Licitações, exigidas pe 8.666/93, para dar maior publicidade aos Processos Administrativos. VALOR: R\$135.500,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais). DATA: 02/12/2016 A 02/12/2017.

Fornecedor: 3972720 - NC COMUNICAÇÕES S.A.						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços de publicação e divulgação de atos oficiais, bem como outros atos administrativos que se fizerem necessários em jornal com circulação diária em todo estado de Santa Catarina para Prefeitura Municipal de Palhoça.	cm/co		3.500	R\$39,20	R\$136.500,00
Total do Fornecedor:						R\$136.500,00

EXTRATO DE ATA Nº 177/2016 P

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 177/2016 do PREGÃO Nº 143/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e empresa CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de Artefatos de Cimento, lajotas sextavadas, paver e meio fio a serem utilizados em diversas obras p município. VALOR: R\$872.500,00 (oitocentos e setenta e dois mil e quinhentos reais). DATA: 02/12/2016 A 02/12/2017.

Fornecedor: 3570444 - CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Lajotas sextavada 2,50x2,50x80mm.	UN		10.000,00	R\$26,50	R\$265.000,00
2	Paver de concreto 10x20cm	comM2 de		10.000,00	R\$37,00	R\$370.000,00
	espessura de 0,08cm na cor cinza,		mínima			
	com resistência mínima					
	Fck=35Mpa					
3	Meio Fio - 100x30x10	PÇ		19.000,00	R\$12,50	R\$237.500,00
Total do Fornecedor:						R\$872.500,00

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 233/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 335/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS – EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais). Data: 12/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 315/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 315/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL IND. DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. OBJETO: aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e para a Polícia Civil deste Município. VALOR: R\$ 162.000,00 (Cento e sessenta e dois reais). Data: 01/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 316/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 316/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e para a Polícia Civil deste Município. VALOR: R\$ 73.290,00 (setenta e três mil, duzentos e noventa reais). Data: 01/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 318/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 318/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSTRUTORA TS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem da Avenida 23 de Março (trecho 02) no bairro Caminho Novo neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 53.116,54 (cinquenta e três mil, cento e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos). Data: 02/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 320/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 320/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de veículo zero quilômetro e Motocicletas zero quilômetro, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. VALOR: R\$ 86.900,00 (oitenta seis mil e novecentos reais). Data: 05/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 321/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 320/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DORVALINO MOTOS LTDA. OBJETO: aquisição de Motocicletas zero quilômetro, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. VALOR: R\$ 108.507,44 (cento e oito mil, quinhentos e sete reais e quarenta e quatro centavos). Data: 05/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 322/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 322/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA. OBJETO: aquisição de conjunto de sinalizador visual e sonoro para as Viaturas da Polícia Militar de Palhoça. VALOR: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais). Data: 05/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 327/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 327/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de drenagem da Rua Doraci Freitas, localizada no bairro Rio Grande; drenagem da Rua Benta Martins Ribeiro, localizada no bairro Praia de Fora e drenagem da Rua Aldo Estacino Patrício, localizada no bairro Ariú, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 143.865,65 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). Data: 09/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 329/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 329/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CESAR RAFAEL WILKE EPP. OBJETO: aquisição de equipamentos de ginástica para suprir as necessidades do Corpo de Bombeiros deste Município. VALOR: R\$ 19.975,00 (dezenove mil novecentos e setenta e cinco reais). Data: 08/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 335/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 335/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS – EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de

informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais). Data: 12/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 337/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 337/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais). Data: 14/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 338/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 338/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BEE2B INFORMÁTICA LTDA – EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais). Data: 20/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 339/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 339/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA – EPP. OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática, áudio e vídeo para a Faculdade Municipal de Palhoça. VALOR: R\$ 762,00 (setecentos e sessenta e dois reais). Data: 14/12/2016.

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 344/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL, DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 344/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STOP BIKE LTDA. OBJETO: aquisição de bicicletas para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. VALOR: R\$ 3.396,00 (três mil, trezentos e noventa e seis reais). Data: 19/12/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 314 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 314/2016

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 199/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME

OBJETO: SERVIDÃO MANOEL MOYSÉS DO ESPIRITO SANTO: Fica acrescido o valor 8.594,19 (oito mil, quinhentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos) no percentual de 6,190% do valor atualizado do contrato nº 201/2016.

Fica Suprimido o valor de R\$ 5.864,98 (cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos), no percentual de 4,224 % do valor atualizado do contrato nº 201/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 59/2016

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “622” –

2.136.3.44.90.51.91.00.00.00.

DATA: 01/12/2016

Signatários: pelo Contratante:
SÉRGIO MATIOLA
Secretária Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE
JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 133.083-3
DIOGO JESUS DA ROSA
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 056.773-4
Pelo Contratado,
MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME
Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 319 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 319/2016
Termo de Aditamento – Readequação
Espécie: 11º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 125/2015, firmado em 23/06/2015, com a empresa AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA OBJETO: RUA ARISTIDES FRANCISCO DE MELO: fica suprimido o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) no percentual de 0,222%, do contrato nº 125/2015.
Fica Suprimido o valor de R\$ 5.864,98 (cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos), no percentual de 4,224 % do valor atualizado do contrato nº 201/2016.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO N. 37/2015
COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "622" –
2.136.3.44.90.51.91.00.00.00.
DATA: 01/12/2016
Signatários: pelo Contratante:
EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura
SÉRGIO MATIOLA
Secretária Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE
LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 129521-4
FABIANO LORENZETT SOUZA
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 136384-3
Pelo Contratado,
MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME
Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 323 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 323/2016
Termo de Aditamento – Prorrogação
Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 202/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - EPP. OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras n.º 202/2016.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 59/2016.
DATA: 06/12/2016.
Signatários: pelo Contratante:
SÉRGIO MATIOLA

Secretário Municipal Abastecimento e Esgoto - SAMAE
ANDREIA SCHREIBER DA COSTA
Técnica de Edificações
ALEXSANDER DA SILVA
Engenheiro Civil – Prefeitura Palhoça
CREA/SC 090082-3
Pelo Contratado:
ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – EPP
Íris Farias

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 324 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 324/2016
Termo de Aditamento – Prorrogação
Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 203/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME.
OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 203/2016.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 59/2016.
DATA: 06/12/2016.
Signatários: pelo Contratante:
SÉRGIO MATIOLA
Secretário Municipal Abastecimento e Esgoto - SAMAE
DIOGO JESUS DA ROSA
Engenheiro Civil Municipal de Palhoça
CREA/SC 056773-4
FABIANO LORENZETT DE SOUZA
Engenheiro Civil Municipal de Palhoça
CREA/SC 136384-3
Pelo Contratado:
PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
Miriam Cássia Figueiredo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 325 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 325/2016
Termo de Aditamento – Readequação
Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 203/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME OBJETO: LOTE 5: RUA ÁLVARO CONCEIÇÃO MOREIRA, ALCINO JOSÉ MARTINS E GREGÓRIO HONORATO ESPÍNDOLA: Fica suprimido o valor de R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais) no percentual de 0,614%, do valor atualizado do contrato nº 203/2016; Fica acrescido o valor de R\$ 7.598,00 (sete mil, quinhentos e noventa e oito reais), no percentual de 3,239%, do valor atualizado do contrato nº 203/2016.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO N. 59/2016
COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "622" –
2.136.3.44.90.51.91.00.00.00.
DATA: 06/12/2016
Signatários: pelo Contratante:
SÉRGIO MATIOLA
Secretária Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE
DIOGO JESUS DA ROSA
Engenheiro Civil Municipal de Palhoça

CREA/SC 056773-4
FABIANO LORENZETT SOUZA
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 136384-3
Pelo Contratado,
PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
Miriam Cássia Figueiredo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 326 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 326/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 203/2016, firmado em 03/12/2011, com a empresa PRO-ACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 1 (um) mês o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 223/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 226/2011.

DATA: 06/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

SÉRGIO MATIOLA

Secretário Municipal Abastecimento e Esgoto - SAMAE

Pelo Contratado:

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Régis Jean Daniel Hahn

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 328 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 328/2016

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 252/2015, firmado em 03/11/2015, com a empresa WA COMÉRCIO LTDA ME OBJETO: LOTE 2: RUA JOINVILLE: Fica suprimido o valor de R\$ 25.824,67 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos) no percentual de 15,04% do valor atualizado do contrato nº 252/2015; RUA JOÃO CANDIDO DA ROSA: Fica Suprimido o valor de R\$ 21.375,57 (vinte e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) no percentual de 7,19% do valor atualizado do contrato nº 252/2015; RUA MARIA EMÍLIA DOS SANTOS: fica Suprimido o valor de R\$ 14.804,31 (quatorze mil, oitocentos e quatro reais e trinta e um centavos) no percentual de 6,05% do valor atualizado do contrato nº 252/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO
N. 122/2015

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "62" 3.4.4.90.51.91.00.00.00.

DATA: 08/12/2016

Signatários: pelo Contratante:

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura

Contratante

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal

CREA/SC 090082-3

Pelo Contratado,

WA COMÉRCIO LTDA ME

Érido Wisbeck Andrade

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 330 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 330/2016

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 10º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 180/2014, firmado em 01/08/2014, com a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: MANOEL JOÃO MARTINS: Fica suprimido o valor de R\$ 5.631,60 (cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos) no percentual de 6,886% do valor atualizado do contrato nº 180/2014;

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO
N. 129/2014

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "189" 14.01.1.023.4.4.90.51.98.00.00.00.

DATA: 08/12/2016

Signatários: pelo Contratante:

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura

Contratante

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal

CREA/SC 090082-3

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA PAVICON LTDA

Paulo Henrique Mattos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 331 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 345/2016

Termo de Aditamento – Alteração Contratual

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 147/2014, firmado em 26/07/2014, com a empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA.

OBJETO: Ficam substituídos os dispositivos de identificação de condutores para leitores e cartões magnéticos, conforme Ofício nº 179/2016, encaminhado pela Secretaria de Administração e Ofício nº 0077/2016/KSP-CONT, encaminhado pela empresa Khronos Segurança Privada Ltda., juntados ao processo.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso II, alínea "a" da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 073/2014.

DATA: 08/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração

e Serviços Compartilhados

Pelo Contratado:

KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Pedro Paulo Corrêa de Souza

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 332 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 332/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 121/2016, firmado em 31/05/2016, com a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 121/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS
N. 036/2016.

DATA: 09/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

FERNANDO IRENO VIEIRA

2ºTen. BM Cmt FUNREBOM

Pelo Contratado:

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Ronaldo Benkendorf

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 334 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 334/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Locação de Impressoras nº 280/2015, firmado em 01/12/2016, com a empresa A4 DIGITAL PRINT LTDA EPP.

OBJETO: – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 280/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 133/2015.

DATA: 12/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDSON GUIZONI

Secretário de Serviços Públicos

EVANDRO CASTRO

Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

VANILSON VALDEMAR DA SILVEIRA

Fundação Municipal de Esporte

LUCIANO DALLA POZZA

Procuradoria Geral do Município

EDUARDO FRECCIA

Secretário Infraestrutura

LAUDELINO NAIRDO SOARES

Secretário de Finanças

CLÁUDIO MONTEIRO

Secretário Segurança Pública

MÁRIO CÉSAR HUGEN

Secretário Governo

MARCELO FETT

Secretário Desenv. Econ. Sustentável

Secretário de Receita

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO

Fundação Meio Ambiente

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Gestão e Comunicação

Pelo Contratado:

A4 DIGITAL PRINT LTDA EPP

José Carlos Furtado Parrelas

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 336 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 336/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 265/2015, firmado em 12/11/2015, com a empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

OBJETO: – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 265/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 156/2015.

DATA: 12/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

Pelo Contratado:

LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

Francisco Lopes de Aguiar

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 340 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 340/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 184/2014, firmado em 14/08/2014, com a empresa J. PEREIRA INFORMÁTICA ME.

OBJETO: – Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 184/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N. 114/2014.

DATA: 14/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado:

J. PEREIRA INFORMÁTICA ME

Francisco Lopes de Aguiar

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 342 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 342/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 198/2016, firmado em 08/08/2016, com a empresa AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV (Lote 01), do Contrato de Execução de Obras n.º 198/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 057/2016.

DATA: 16/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

SÉRGIO MATIOLA

Secretário Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil

CREA-SC 129521-4

FABIANO LORENZETT SOUZA

Engenheiro Civil
CREA/SC 136364-3
Pelo Contratado:
AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME
Ana Maria Teixeira Heinz

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 343 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 343/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 244/2016, firmado em 19/09/2016, com a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Prestação de Serviços nº 244/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 121/2016.

DATA: 16/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

SÉRGIO MATIOLA

Secretário Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE

Pelo Contratado:

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Regis Jean Daniel Hahn

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 345 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 345/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 177/2013, firmado em 08/11/2013, com a empresa SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do contrato de execução de obra 177/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 150/2012.

DATA: 19/12/2016.

Signatários: pelo Contratante:

SÉRGIO MATIOLA

Secretário Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE

RICARDO MATTIELLO

Engenheiro Sanitarista

Pelo Contratado:

SANETAL ENG. LTDA EPP

Adriano Augusto Ribeiro

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 347 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 347/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 8º Termo de Aditamento ao Contrato de prestação de Serviços nº 161/2014, firmado em 26/12/2014, com a empresa BITMAP CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 07 (sete) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços nº 161/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores

alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO REGISTRO DE PREÇO
N. 120/2014

DATA: 19/12/2016

Signatários: pelo Contratante:

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado,

BITMAP CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA

André Luiz Ribeiro Alves

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 348 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 348/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 165/2016, firmado em 25/07/2016, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 165/2016, sendo o prazo de vigência com início retroagido a 23/12/2016 a 22/03/2017, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇOS

N. 42/2016

DATA: 20/12/2016

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura

Contratante

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 126.521-4

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 349 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 349/2016

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 199/2016, firmado em 17/08/2016, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: RUA OSNI JOSÉ PEREIRA E ANTÔNIO BENJAMIM BATISTA, PACHECO – PALHOÇA/SC: Fica suprimido o valor de R\$ 2.362,86 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos), sendo R\$ 686,34 (seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), referentes aos serviços de mão de obra e R\$ 1.676,52 (um mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), referente ao emprego dos materiais, no percentual de 1,110%, do valor atualizado do contrato nº 199/2016, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUA OSNI JOSÉ PEREIRA E ANTÔNIO BENJAMIM BATISTA, PACHECO – PALHOÇA/SC: Fica acrescido o valor de R\$ 30.075,59 (trinta mil, setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 11.796,18 (onze mil, setecentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), referentes aos serviços de mão de obra e R\$ 18.279,41 (dezoito mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos), referente ao emprego dos materiais, no percentual de 14,125%, do valor atualizado do contrato nº 199/2016, conforme

cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e o § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 042/2016

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "622" –
2.136.3.44.90.51.91.00.00.00.

DATA: 20/12/2016

Signatários: pelo Contratante:

SERGIO MATIOLA

Secretário Municipal de Abastecimento e Esgoto

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 351 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 351/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação De Serviços Nº 160/2015, firmado em 14/07/2015, com a empresa ANFITRIAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Décima Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 160/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE PREGÃO PRESENCIAL

N. 41/2015

DATA: 21/12/2016

Signatários: pelo Contratante,

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

Pelo Contratado,

ANFITRIAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP

Cassiano Hilário Bernardo da Silva

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 354 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 354/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação De Serviços Nº 104/2006, firmado em 18/04/2006, com a empresa SINASC - SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 104/2006.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

N. 47/2006

DATA: 22/12/2016

Signatários: pelo Contratante,

CLÁUDIO MONTEIRO

Secretário Municipal de Segurança Pública

Pelo Contratado,

SINASC - SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS LTDA

Francisco de Assis Peres da Silva

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 355 / 2016

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 355/2016

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 6º Termo de Aditamento ao Contrato de prestação de Serviços nº 223/2011, firmado em 01/12/2011, com a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços n.º 223/2011.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA

N. 226/2011

DATA: 22/12/2016

Signatários: pelo Contratante:

SERGIO MATIOLA

Secretário Municipal de Abastecimento e Esgoto

Pelo Contratado,

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Régis Jean Daniel Hahn

LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI complementar Nº 229, de 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. Altera a Taxa de Serviço de Coleta de Lixo - TSCL e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 172 da Lei Complementar n. 036, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172 A base de cálculo da Taxa de Serviço de Coleta de Lixo – TSCL será determinada, em função da utilização dada ao imóvel e levará em conta a frequência semanal com que é feita a coleta.

I – Imóveis de uso residencial terão incidência do valor único de R\$ 338,53 (trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos) por exercício;

II – Imóveis de uso comercial terão incidência do valor único de R\$ 507,43 (quinhentos e sete reais e quarenta e três centavos) por exercício;

§ 1º Será considerada frequência normal a coleta de resíduos sólidos urbanos realizada 03 (três) vezes por semana.

§ 2º A alteração da frequência definida no parágrafo anterior em decorrência de eventos especiais ou sazonais e as coletas de resíduos diferenciados, tais como os resíduos de saúde e os recicláveis, não implicará em alteração do valor da TSCL.

§ 3º As vias e logradouros públicos cuja frequência de coleta, observado o disposto no parágrafo anterior, seja inferior ou superior a prevista no § 1º, terão seus valores de TSCL reduzidos ou aumentados na mesma proporção.

§ 4º Os valores da TSCL definidos neste artigo têm como fundamento o rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo do respectivo serviço público, levando-se em conta os gastos diretos e indiretos envolvidos na prestação do serviço de coleta de lixo." (NR)

Art. 2º O artigo 177 da Lei Complementar n. 036, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177 A Taxa de Serviço de Coleta de Lixo – TSCL poderá ser recolhida em até 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas, na fatura de energia elétrica, na fatura de água ou no carnê de IPTU.

Parágrafo único. O contribuinte poderá requerer o recolhimento integral da Taxa de Serviço de Coleta de Lixo – TSCL, no setor de atendimento da Secretaria da Receita, para pagamento em rede bancária autorizada, mediante documento da arrecadação municipal." (NR)

Art. 3º Dá nova redação ao § 1º do art. 424 da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 424 (...)
§ 1º As isenções previstas neste dispositivo deverão ser requeridas anualmente." (N.R)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. Institui a Taxa de Fiscalização de Transbordo - TFT e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Institui a Taxa de Fiscalização de Transbordo - TFT, Seção II ao Capítulo XII, acrescentando os seguintes artigos ao Código Tributário do Município de Palhoça - Lei Complementar 018/2002, com a seguinte redação:

"SEÇÃO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSBORDO - TFT
SUBSEÇÃO I
FATO GERADOR

Art. 195-A. A Taxa de Fiscalização de Transbordo (TFT) decorre do exercício do poder de polícia para acompanhamento, fiscalização e monitoramento do transbordo e do depósito temporário de resíduos e descartes de qualquer natureza, que sejam destinados a aterros sanitários, contanto que tais atividades sejam efetuadas pelo contribuinte de forma remunerada.

SUBSEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 195-B. O contribuinte da TFT é a pessoa física ou jurídica que provocar, em seu benefício ou por ato seu, a realização da atividade definida como fato gerador do tributo, na forma do artigo anterior.

SUBSEÇÃO III
BASE DE CÁLCULO E PAGAMENTO

Art. 195-C. O valor a ser recolhido pelo contribuinte será de R\$ 2,00 (dois reais), cobrados por cada tonelada de lixo domiciliar ou com as mesmas características, transbordados ou depositados temporariamente no Município de Palhoça.

Parágrafo Único. O Contribuinte fica obrigado a efetuar o lançamento das Notas Fiscais diretamente no próprio sistema informatizado do Município, onde deverão ser lançados os efetivos recebimentos da TFT, e a consequente emissão da guia de arrecadamento.

SUBSEÇÃO IV
PAGAMENTO

Art. 195-D. O pagamento da TFT deverá ser efetuado até o décimo dia útil do mês seguinte ao recebimento pelo contribuinte dos respectivos valores descritos das notas fiscais por ele emitidas.

Parágrafo Único. Nos termos deste artigo, os pagamentos deverão ser feitos mediante apuração e recolhimento pelo contribuinte, através de guia de recolhimento."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 231, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 231, de 21 de dezembro de 2016.
COSIP. Altera a Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002 e revoga a Lei Complementar nº 35, de 28 de dezembro de 2005 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 1º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
§ 1º. Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, áreas de lazer e de práticas esportivas, praias e orla marítima, logradouros de uso comum e livre acesso, monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas e definidas por meio de legislação específica, incluindo o fornecimento de energia elétrica e as atividades de projeto, instalação, operação, manutenção, automatização, expansão e modernização das respectivas redes de iluminação, inclusive a realização de eventos públicos."(N.R.)

Art. 2º Fica alterado o artigo 2º, da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os valores individuais da contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - de que trata o artigo anterior, serão obtidos através dos percentuais constantes da tabela do anexo único, a qual passa ser parte integrante desta Lei

Complementar, os quais serão aplicados sobre o valor do MWh, da tarifa B4a, determinada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para a Concessionária e/ou permissionária, para a energia destinada ao sistema de iluminação pública acrescida de eventuais adicionais tarifários vigentes no mês da apuração.)

Parágrafo Único. Os valores da COSIP, estabelecidos na forma deste artigo, serão apurados e cobrados, mensalmente, por meio de nota fiscal fatura de energia elétrica, emitida pela Concessionária e/ou pela Permissionária responsável pela distribuição de energia elétrica para as instalações do contribuinte." (N.R.)

Art. 3º Fica alterado o artigo 3º, da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado, nas mesmas ocasiões e percentuais aplicados à tarifa B4a, incluindo-se eventuais encargos setoriais ou adicionais tarifários como bandeiras tarifárias, determinados pela ANEEL, para fornecimento de energia elétrica para a iluminação pública pela Concessionária e/ou pela Permissionária de Distribuição de energia elétrica, tomando-se como base os valores vigentes na data de aprovação desta Lei Complementar." (N.R.)

Art. 4º Fica alterado o artigo 4º, da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio ou contrato com a Concessionária (Celesc Distribuição S.A.) ou com a Permissionária (CEREJ – Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior) de distribuição de energia elétrica, ou outra que as sucederem, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Parágrafo Único. O convênio ou contrato a que se refere o caput deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela Concessionária ou pela Permissionária ao Município, podendo prever a retenção dos valores necessários ao pagamento da energia elétrica fornecida para a iluminação pública e os valores estabelecidos para remuneração dos custos de aferição e arrecadação da COSIP, devendo ser apresentado à Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, demonstrativo detalhado da arrecadação realizada." (N.R.)

Art. 5º Fica revogado o § 2º do artigo 4º, da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002.

Art. 6º Fica alterado o artigo 6º da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei Complementar será integralmente destinado ao Fundo Especial para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – FECOSIP, para aplicação, obrigatória e exclusivamente na iluminação pública, conforme definido no artigo 1º desta Lei Complementar." (N.R.)

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas a Lei Complementar 035/2005 e demais disposições contrárias.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

VALORES DA COSIP POR GRUPO E POR FAIXA DE CONSUMO

CONSUMIDORES DO GRUPO RESIDENCIAL

FAIXA DE CONSUMO	% do MWh da tarifa B4a
0 a 30 KWh	isento
31 a 50 KWh	isento
51 a 100 KWh	isento
101 a 200 KWh	6,49%
201 a 300 KWh	11,56%
301 a 400 KWh	16,64%
401 a 500 KWh	20,04%
501 a 600 KWh	24,72%
601 a 700 KWh	29,41%
701 a 800 KWh	34,09%
801 a 900 KWh	38,78%
901 a 1000 KWh	43,47%
1001 a 1100 KWh	48,15%
1101 a 1200 KWh	52,83%
1201 a 1300 KWh	54,34%
1301 a 1500 KWh	57,20%
acima de 1500 KWh	58,20%

CONSUMIDORES DOS GRUPOS COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS PÚBLICOS, PODER PÚBLICO E PRIMÁRIOS

FAIXA DE CONSUMO	% do MWh da tarifa B4a
0 a 30 KWh	2,15%
31 a 50 KWh	3,15%
51 a 100 KWh	6,58%
101 a 200 KWh	18,88%
201 a 300 KWh	22,31%
301 a 400 KWh	24,17%
401 a 500 KWh	29,96%
501 a 600 KWh	36,63%
601 a 700 KWh	43,30%
701 a 800 KWh	49,96%
801 a 900 KWh	56,63%
901 a 1000 KWh	63,27%
1001 a 1100 KWh	69,94%
1101 a 1200 KWh	76,60%
1201 a 1300 KWh	83,26%
acima de 1300 KWh	85,80%

LEI COMPLEMENTAR Nº 232, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI complementar Nº 232, de 21 de dezembro de 2016.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. Altera Planta Genérica de Valores do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os Valores Unitários de Metros Quadrados de Terrenos - VuT's, os Fatores de Correção de Construção - FCC e os valores do m² do Setor 01, 02, 03, 04 e 05 previstos nos Anexos I e I/A da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, alterados pela Lei Complementar nº 151, de 18 de dezembro de 2013, que tratam da Planta Genérica de Valores do Município terão um acréscimo de 16,8% (dezesesseis vírgula oito por cento), já consideradas as atualizações até a aplicação desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 233, de 22 de dezembro de 2016.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. Altera, acresce e revoga, dispositivos da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002 da Lei Complementar nº 024 de 30 de dezembro de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Dá nova redação à alínea "g" do inciso I, do art. 28, ao inciso II e à alínea "b", bem como ao §1º, do art. 37, da Lei Complementar nº 024/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. (...)

I -

g – quando o valor do imposto for apurado e efetuado o lançamento em ação de procedimento fiscal."

"Art. 37. (...)

II – a pessoa física ou pessoa jurídica estabelecida no Município de Palhoça, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária:

(...)

b) dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02 a 7.06, 7.09 e 7.10, 7.12, 7.16 a 7.19, 10.02 e 10.03, 11.02, 14.06, 17.05 e 17.10, 33.01 da Lista de Serviços.

(...)

§ 1º O disposto nos incisos II "b", VI, VII, VIII e IX não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço, possuir inscrição do Cadastro Mobiliário Econômico neste Município e sujeitar-se ao pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada."

Art. 2º Ficam acrescidos o art. 30-A, e os incisos X e XI ao art. 37, da Lei Complementar nº 024/2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30-A – Na hipótese no caso previsto na alínea "g" do inciso I, do art. 28, da Lei Complementar nº 024/2004, o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, será recolhido em até 30 (trinta) dias após a cientificação".

"Art. 37. (...)

X – os condomínios residenciais, comerciais, industriais, inclusive recreativo e qualquer outra espécie, quando contratarem prestações de serviços sujeitas à incidência do imposto, exceto quanto aos serviços descritos no item 15 da lista de serviços".

XI – os Bancos e instituições Financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações quaisquer, inclusive comissões, por elas pagos à Empresas Públicas, Economia Mistas, Fundações, Cooperativas, à farmácias, mercearias ou estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços quaisquer, estabelecidas no Município de Palhoça, pela cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento, inclusive os serviços descritos nos subitens nos subitens 1.01 a 1.08; 7.02 a 7.07; 7.09; 7.11; 7.13; 8.02; 10.04 e 10.05; 10.10; 17.01; 17.03 e 17.04; 17.08 e 17.09; 17.13 e 17.14; 17.16; 17.19 e 17.20; 17.22; 17.23; 18.01; 19.01; 20.01; 23.01; 28.01 e 35.01 da lista anexa."

Art. 3º Acresce o inciso IX ao art. 224, da Lei Complementar nº 018/2002, altera o caput do art. 225-H, da Lei Complementar nº 018/2002,

quem passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 224. (...)

IX – Qualquer pessoa física ou jurídica que exercerem atividades de construção civil e incorporação neste Município, deverá requerer o Cadastro Mobiliário, desde que ficar caracterizado a indicação de qualquer um dos requisitos ou situação prevista no artigo 4º, da Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004 ou na legislação tributária, como local onde é desenvolvida a atividade de prestar serviços.

"Art. 225-H O contribuinte, além de observar as obrigações constantes do artigo 225-G, deverá, no caso de erro, na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata, entregar declaração retificadora, na forma estabelecida em regulamento."

Art. 4º Acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 256, a alínea "g" ao inciso I, do art. 257 e dá nova redação ao inciso III, do art. 257, da Lei Complementar nº 018/2002, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 256. (...)

I - (...)

j – Quando a pessoa física ou jurídica deixar de inscrever-se no Cadastro Mobiliário, na forma e no(s) prazo(s) previsto na legislação municipal".

"Art. 257 (...)

I - (...)

g – quando o contribuinte deixar de registrar, apurar ou recolher o imposto quando devido, como base nos documentos fiscais/contábeis/gerenciais."

III – de 150% (cento cinquenta por cento) do valor do tributo, atualizado monetariamente, quando retido e não recolhido, declarado ou não no Livro Eletrônico pelo substituto tributário".

Art. 5º Fica transformado o parágrafo único do art. 397-A, que passa a ser o § 2º, vigorando com nova redação, e acrescenta o §1º ao art. 397-A, da Lei Complementar nº 018/2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 397-A (...)

§ 1º Para os fins deste artigo, as pessoas nele referidas obrigam-se a manter sob sua guarda os livros e documentos fiscais pelo prazo mínimo de cinco anos, contados do exercício seguinte ao do encerramento dos livros ou da emissão dos documentos, enquanto não decidir o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário.

§ 2º Os Auditores Fiscais de Tributos Municipais terão acesso a quaisquer dependências do estabelecimento, assim considerado para fins da Legislação Tributária, mediante a apresentação de sua identidade funcional aos representante(s) presente(s) no local."

Art. 6º Ficam alterado o inciso I do art. 309, e o art. 404, e acrescenta o art. 404-A na Lei Complementar nº 018/2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 309. (...)

I – em primeira instância, o Secretário da Receita Municipal ou autoridade designada como Julgador de Processos Fiscais, através de Portaria baixada pelo Prefeito Municipal."

"Art. 404-A. Os Auditores Fiscais de Tributos Municipais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal e, reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção."

Art. 7º Altera os valores e dá nova redação ao Anexo IX, da Lei Complementar nº 018/2002, alterado pela Lei Complementar nº 154/2013, que consta no anexo desta Lei Complementar.

Art. 8º Altera os valores e dá nova redação ao Anexo II, da Lei Complementar nº 018/2002, alterado pela Lei Complementar nº 182/2015, que consta no anexo desta Lei Complementar.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 22 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ANEXO IX – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - TFO

TIPO DE OBRA OU ATIVIDADE	Unidade	R\$ por unidade
Licenciamento de Obra – Galpões e prédios industriais	.m²	3,2
Licenciamento de Obra popular até 70 m2	.m²	2,51

Licenciamento de Obra	.m²	5,59
Licenciamento de Obra – Galpões e prédios industriais	.m²	4,37
Licenciamento para Demolição	.m²	1,51
Licenciamento para Reforma	.m²	2,45
Alinhamento de muro	.ml	6,96
Marquises, cobertas e tapumes	.ml	31,38
Habite-se - Licença para habitar	Até 100 m2	156,82
	De 100 a 300 m2	219,6
	De 300 a 500 m2	313,76
	De 500 a 1000 m2	439,18
	De 1000 a 2000 m2	627,52
	De 2000 a 5000 m2	941,28
	Acima de 5000 m2	1568,8
Desmembramento	Por lote	61,03
Amembramento	Por lote	61,03

Licenciamento e Análise para Parcelamento de Solo	R\$ Convencional	R\$ Popular	R\$ Institucional
Loteamento, arruamento e condomínio – por lote ou fração	94,92	42,71	23,73

Considera-se: Convencional como o Parcelamento de solo usual ; Popular o Parcelamento de solo assim reconhecido por ato da Administração Pública e Institucional como o Parcelamento de solo para assentamento urbano definido por ato da Administração Pública.

ANEXOII – ALÍQUOTA DO ITBI

Parte financiada nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação do Programa Minha Casa, Minha Vida, de 0 a 3 salários mínimos.	0,5%
Demais Transações	2,0%

LEI Nº 4.442, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.442, de 19 de dezembro de 2016.

EDUCAÇÃO. Cria o Centro de Educação Infantil Mundo Mágico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil para atendimento de crianças de 03 (três) a 05 (cinco) anos, completados até 31 de março, integradas à Rede Municipal de Educação, na comunidade do Frei Damião, sob a denominação de "Centro de Educação Infantil Mundo Mágico".

Art. 2º Ficam igualmente criadas 89 (oitenta e nove) vagas, no Centro de Educação Infantil a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º A ampliação ou supressão de vagas de que trata o art. 2º desta Lei, serão registradas por meio de documento próprio emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º As matrículas serão efetuadas no decorrer deste exercício.

Art. 5º A despesa de custeio de que trata esta Lei corre por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 19 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.443, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.443, de 19 de dezembro de 2016.

EDUCAÇÃO. Cria o Centro de Educação Infantil Primeiros Passos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil para atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, completados até 31 de março, integradas à Rede Municipal de Educação, na comunidade do Bairro Brejarú, sob a denominação de "Centro de Educação Infantil Primeiros Passos".

Art. 2º Ficam igualmente criadas 90 (noventa) vagas, no Centro de Educação Infantil a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º A ampliação ou supressão de vagas de que trata o art. 2º desta Lei, serão registradas por meio de documento próprio emitido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º As matrículas serão efetuadas no decorrer deste exercício.

Art. 5º A despesa de custeio de que trata esta Lei corre por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 19 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.444, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.444, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOA. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça para o Exercício de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Palhoça para o Exercício Financeiro de 2017 na forma apresentada nos anexos, em R\$ 593.644.000,00 (Quinhentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, Lei No. 4.437/2016, para o exercício de 2017 - e do PPA, Lei nº 3923/2013, Quadriênio 2013 a 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os das Fundações, dos Fundos, e das Autarquias.

Parágrafo Único. A importância correspondente a 15% (quinze por cento) do total previsto no "caput" deste artigo, fica disponível para Abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, a que se refere o artigo 17, em atendimento às necessidades da Prefeitura, dos Fundos, Autarquias e Fundações, em até 15% (Quinze por cento), da receita estimada consolidada do Município.

Art. 2º A receita total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consolidado é de R\$ 593.644.000,00 (Quinhentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais) e decorrerá da arrecadação dos tributos, demais receitas correntes, das transferências correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, além das receitas auferidas pelas Fundações, Autarquias e Fundos, e terá a seguinte composição:

II - DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO - TODAS AS FONTES	
1.1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 512.571.000,00
- Receitas Tributárias	R\$ 119.850.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 31.066.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$ 11.465.000,00
- Receitas de Serviços	R\$ 55.128.000,00
- Transferências Correntes	R\$ 260.547.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 34.515.000,00
- DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 30.580.000,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 22.000.000,00
- Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 22.000.000,00
2.1 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 89.653.000,00
- Operações de Crédito	R\$ 27.500.000,00
- Alienações de Bens	R\$ 200.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 61.953.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 593.644.000,00

Art. 3º A Despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consolidado é de R\$ R\$ 593.644.000,00 (Quinhentos e noventa

e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais) e será realizada de acordo com as discriminações das modalidades de aplicação diretas, constantes dos Anexos de Despesas desta Lei, à conta de recursos próprios e vinculados, da Administração Direta e Indireta, Fundações, Fundos, e Autarquias:

2 - DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - TODAS AS FONTES	
2.1 - POR ÓRGÃO/UNIDADE - RECURSOS TOTAIS	
I - PODER LEGISLATIVO	R\$ 17.970.000,00
03.00 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 17.970.000,00
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 575.674.000,00
04.00 -- Gabinete do Prefeito	R\$ 4.760.000,00
05.01 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP	R\$ 33.681.000,00
06.01 – Secretaria Municipal de Habitação	R\$ 7.384.000,00
07.01 -- Procuradoria Geral do Município	R\$ 7.151.000,00
08.01 -- Secretaria Municipal de Governo	R\$ 1.120.000,00
09.01 – Secretaria Municipal de Receita	R\$ 9.845.000,00
10.01 – Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 6.787.000,00
12.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca	R\$ 4.522.000,00
13.01 – Secretaria Municipal de Educação	R\$ 111.701.250,00
14.01 – Secretaria. de Planejamento e Infraestrutura	R\$ 60.493.400,00
15.01 – Secretaria de Assistência Social	R\$ 145.000,00
16.01 - Encargos Gerais do Município	R\$ 22.025.000,00
17.01 – Fundo Municipal de Saúde	R\$ 95.806.750,00
18.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 25.335.000,00
19.01 – Instituto de Previdência Social – IPPA	R\$ 45.296.000,00
20.01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente	R\$ 2.921.000,00
21.01 – Fundo Municipal do corpo de Bombeiro-FUNREBOM	R\$ 1.860.000,00
22.01 – Faculdade Municipal de Palhoça	R\$ 10.554.000,00
23.01 – Fundo Municipal da Infância e do Adolescente	R\$ 1.350.000,00
27.01 _ Secretaria Municipal de Administração	R\$ 17.860.000,00 R\$ 16.893.000,00 R\$ 1.385.000,00 R\$ 1.928.000,00 R\$ 1.315.000,00 R\$ 3.212.000,00 R\$ 79.300.000,00 R\$ 1.043.600,00 R\$ 593.644.000,00
28.01 – Secretaria de Segurança Pub e Def do Cidadão	
30.01 - Secretaria de Gestão e Comunicação	
31.01 – Secretaria Munic. De Desenv. Economico e Planejamento	
33.01 – Secretaria Municipal de Turismo	
34.01 _ Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça	
35.01 _ Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE	
99.99 – Reserva de Contingência	
TOTAL GERAL	
3 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
01 – Legislativa	R\$ 17.970.000,00
02 – Judiciária	R\$ 5.551.000,00
04 – Administração	R\$ 72.792.000,00
06 - Segurança Pública	R\$ 18.738.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 28.011.000,00
09 - Previdência Social	R\$ 27.830.000,00
10 – Saúde	R\$ 95.806.750,00
12 – Educação	R\$ 122.255.250,00
13 - Cultura	R\$ 1.511.000,00
15 – Urbanismo	R\$ 62.247.400,00
16 – Habitação	R\$ 4.896.000,00
17 – Saneamento	R\$ 80.030.000,00

18 - Gestão Ambiental	R\$ 2.921.000,00
20 - Agricultura	R\$ 4.522.000,00
23- Comércio e Serviços	R\$ 2.528.000,00
25 - Energia	R\$ 20.960.000,00
26 - Desporto e Lazer	R\$ 1.300.000,00
27 - Encargos Especiais	R\$ 5.265.000,00
77 - Reserva de Contingência - IPPA	R\$ 17.466.000,00
99 - Reserva de Contingência -Administração Direta	R\$ 1.043.600,00
TOTAL GERAL	R\$ 593.644.000,00
4 - POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA -CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 428.532.500,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 240.000.000,00
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.800.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 185.732.500,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 146.601.900,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 139.641.900,00
2.2 _ AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 6.960.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 18.509.600,00
3.1 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA -IPPA	R\$ 17.466.000,00
3.2 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Administração Direta	R\$ 1.043.600,00
TOTAL GERAL	R\$ 593.644.000,00

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2017, fixa a despesa em R\$ 17.970.000,00 (Dezessete milhões, novecentos e setenta mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante Transferências Financeiras Concedidas.

1 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 17.970.000,00
1 - Suprimento	R\$ 17.970.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 17.970.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 17.560.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 11.900.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.660.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 410.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 410.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 17.970.000,00

2 - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça para o Exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 488.773.000,00 (Quatrocentos e oitenta e oito milhões, setecentos e setenta e três mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça

será realizada mediante receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, transferências, de alienação de bens imóveis e de operações de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 447.153.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 119.150.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 24.000.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 4.095.000,00
1.4 - Receitas de Serviços	R\$ 53.728.000,00
1.5 - Transferências Correntes	R\$ 217.545.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 28.635.000,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 30.580.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 72.200.000,00
2.1- Operações de Crédito	R\$ 27.500.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$ 150.000,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$ 44.550.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 488.773.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 265.694.250,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 127.786.250,00
1.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.800.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 135.108.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 122.601.400,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 115.641.400,00
2.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 6.960.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.043.600,00
3.1- Reserva De Contingência	R\$ 1.043.600,00
4 - + TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 99.433.750,00
TOTAL GERAL	R\$ 488.773.000,00

3 - DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE PALHOÇA-IPPA.

Art. 6º O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça - IPPA, para o Exercício de 2017, estima à Receita e fixa a Despesa em R\$ 45.296.000,00 (Quarenta e cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil reais).

§ 1º A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada como segue:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 19.296.000,00
1.1 - Receitas de Contribuições	R\$ 7.066.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 6.730.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 5.500.000,00
2 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 22.000.000,00
2.1 - Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 22.000.000,00
+ Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 4.000.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 45.296.000,00

§ 2º A Despesa do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.290.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 23.080.000,00
2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.210.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.540.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 2.540.000,00
(+) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 17.466.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 45.296.000,00

4 – DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.921.000,00 (Dois milhões, novecentos e vinte e um mil reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada mediante Transferências Financeiras de recursos da Prefeitura, de receita tributária, patrimonial e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 810.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 300.000,00
1.2 - Outras Receitas Correntes	R\$ 180.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 330.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 2.111.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.921.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.681.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.203.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 478.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 240.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 240.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.921.000,00

5 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 95.806.750,00 (Noventa e cinco milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas Tributária, Patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 36.670.000,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$ 400.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 36.210.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 60.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 10.353.000,00
2.1 - Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.2 - Transferências de Capital	R\$ 10.303.000,00

(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 48.783.750,00
TOTAL GERAL	R\$ 95.806.750,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 84.066.250,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 55.103.750,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 28.962.500,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 11.740.500,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 11.740.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 95.806.750,00

6 - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 25.335.000,00 (Vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, receitas tributárias, patrimoniais e de outras receitas correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 5.492.000,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$ 100.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 5.372.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 14.593.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.250.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 5.250.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 25.335.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 19.410.000,00
- PESSOAL 1.1 E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 11.512.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 7.898.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.925.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 5.925.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 25.335.000,00

7 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE – FIA

Art. 10. O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, para o Exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.350.000,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura e de receitas patrimoniais, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 850.000,00
1.2 – RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 100.000,00
1.3 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 750.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 500.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.350.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.300.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.300.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 50.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 50.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.350.000,00

8 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL FUMPRESI

Art. 11. O Orçamento Fundo Municipal FUMPRESI, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal FUMPRESI, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura, receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.560.000,00
1.1 – Receita Patrimonial	R\$ 110.000,00
1.2 – Receita de Serviços	R\$ 1.400.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 50.000,00
2 – RECEITA DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.860.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal FUMPRESI, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.040.000,00
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 120.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 920.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 820.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 820.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.860.000,00

9 – DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 12. O Orçamento da Faculdade Municipal de Palhoça, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 10.554.000,00 (Dez milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, patrimoniais e de outras transferências correntes, de

acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 70.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 70.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.550.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 1.550.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 8.934.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.554.000,00

§ 2º A Despesa da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.734.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.064.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.670.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.820.000,00
2.1 – INVESTIMENTO	R\$ 1.820.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.554.000,00

10 – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Art. 13. O Orçamento da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 3.212.000,00 (Três milhões, duzentos e doze mil reais).

§ 1º Receita da Fundação Municipal de Esportes e Cultura, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributárias, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 670.000,00
1.1 – Transferências Correntes	R\$ 670.000,00
(+) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 2.542.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.212.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.757.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.231.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.526.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 455.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 455.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.212.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14. O Poder Executivo é autorizado a contratar Operações de Crédito, nos limites e prazos estabelecidos nas legislações vigentes.

Art. 15. Na realização do Orçamento referente as Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 16. É vedada a redução de recursos, destinados à execução de investimentos já iniciados, para acorrer despesas resultantes de novos projetos

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a suplementar/remanejar dotações Orçamentárias, criar elementos de despesas, transferir de uma categoria econômica para outra, de um projeto/atividade para outro, de uma unidade/entidade para outra, abrir Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, em atendimento às necessidades de suplementações e anulações do orçamento da Prefeitura, dos Fundos, Fundações, autarquias e Legislativo, em até 15% (quinze por cento), do total da receita estimada consolidada do Município, aprovada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2017.

Parágrafo Único. São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, contidas na presente Lei, as anulações totais ou parciais de dotações não mais utilizáveis; o superávit financeiro do exercício anterior; o provável excesso de arrecadação, resultante de operações de créditos e outros próprios e vinculados, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos, fundações e Autarquias.

Art. 18. Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 19. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a cobertura dos riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 28 de dezembro de 2017, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes.

Art. 20. As ações, de obras, serviços, equipamentos, projetos/atividades de manutenção e demais investimentos e os programas de manutenção e conservação da máquina administrativa pública da administração direta e indireta, ora inseridos no Orçamento do Município de Palhoça, para o exercício de 2017, ainda não contemplados, passam a integrar a LDO/2017 e o Plano Plurianual, Quadriênio de 2013 a 2017.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.445, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.445, de 21 de dezembro de 2016.
CONVÊNIO. Conselho Comunitário São Sebastião.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário São Sebastião, inscrito no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47, com sede Rua David José dos Santos, nº 90, bairro São Sebastião, CEP 88.136-260, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 277.080,00 (duzentos e setenta e sete mil e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.446, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.446, de 21 de dezembro de 2016.
CONVÊNIO. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS, inscrita no CNPJ/MF nº 83.932.608/0004-84, com sede na Rua Ricardo Schlemper s/n, bairro Brejaru, CEP 88.133-652, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 128.887,20 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.447, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.447, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrito no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann, s/n, bairro Pachecos, CEP 88.131-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 453.780,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e setecentos e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.448, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.448, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Furadinho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Furadinho, inscrito no CNPJ/MF nº 79.655.379/0001-28, com sede Rua Domingos de Souza Filho, nº 774, bairro Furadinho, CEP 88.138-100, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 266.310,00 (duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e dez reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.449, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.449, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, inscrito no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Trinta e Um de Março, s/n, bairro Ponte Imaruim, CEP 88.130-350, Palhoça/SC, no valor de global de R\$ 353.658,60 (trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.450, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.450, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Santa Clara.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Santa Clara, inscrito no CNPJ/MF nº 80.152.317/0001-82, com sede Rua Salézio Beltrame,

s/n, bairro Caminho Novo, CEP 88.132-598, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.451, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.451, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, inscrito no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com sede Rua Antonio da Silva, s/nº, bairro Aririú da Formiga, CEP 88.134-770, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 184.330,80 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.452, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.452, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Associação João Paulo II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação João Paulo II, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.500/0001-12, com sede Rua João Gonçalves, nº 128, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88.130-330, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 269.539,20 (duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.453, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.453, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Padre Réus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Padre Réus, inscrito no CNPJ/MF nº 76.875.764/0001-92, com sede Rua Germano Spriggo, s/n, bairro Caminho Novo, CEP 88.130-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 514.992,00 (quinhentos e quatorze mil e novecentos e noventa e dois reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.454, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.454, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Associação Pró-Brejarú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Pró-Brejarú, inscrita no CNPJ/MF nº 07.104.903/0001-61, com sede Rua Pascoal Mazili, nº 10, bairro Brejarú, CEP 88.133-600, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 262.978,80 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.455, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.455, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Jardim Eldorado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-39, com sede Rua Victor

Meirelles, nº 527, bairro Jardim Eldorado, CEP 88.133-370, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 255.063,48 (duzentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.456, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.456, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ/MF nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalício Vidal, s/n, bairro Centro, neste Município, no valor de R\$ 867.886,80 (oitocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para o atendimento adequado de pessoas com deficiência da Rede Municipal de Ensino e da Escola Especial Caminho da Esperança, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.457, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.457, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional "Doce Mar".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional "Doce Mar", inscrita no CNPJ/MF nº 08.960.082/0001-28 com sede na Rua Ieda Moreira nº 137, bairro Praia de Fora, CEP 88.138-506, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 301.982,40 (trezentos e um mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.458, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.458, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, inscrita no CNPJ/MF nº 46.250.411/0008-02, com sede Rua Américo Vespúcio, s/n, bairro Barra do Aririú, CEP 88.134-420, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 426.000,00 (quatrocentos e vinte e seis mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil e Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.459, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.459, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede à Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririú, CEP 88.135-160, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 604.777,20 (seiscentos e quatro mil e setecentos e setenta e sete reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio e do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

I – Recursos do FUNDEB:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.0.01190207 – Transferência a Instituições Privadas em fins lucrativos

II – Recursos Próprios:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.460, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.460, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Alto Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede Rua Cesar Rene Wagner, s/n, bairro Alto Aririú, no valor global de R\$ 664.808,40 (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e quarenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil e Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio e do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

I – Recursos do FUNDEB:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

II – Recursos Próprios:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.0.01010143 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.461, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.461, de 21 de dezembro de 2016.

CONVÊNIO. Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Centro Comunitário Bela Vista – C.C.B.V., inscrito no CNPJ/MF 22.218.345/0001-59 com sede na Rua Duílio José Pizzani s/n, bairro Bela Vista, neste Município, Palhoça/SC, no valor de global de R\$ 291.595,20 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações

orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade – 1.047 – Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.0.01190207 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º O Convênio a ser firmado será executado durante o Exercício de 2017, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover alteração na dotação orçamentária, mediante Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 21 de dezembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 3681/2016

PORTARIA Nº. 3681/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR ESTÁGIO REMUNERADO de, WILLIAN SCHUTZ SANTOS, estudante regularmente matriculado no Curso de Administração, da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 21/09/16 e término em 21/09/17, com carga horária de 20 (vinte horas semanais), no CIRETRAN.

Palhoça, SC, em 05 de setembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3765/2016

PORTARIA Nº. 3765/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, Silvia de Castro Ribeiro, estudante regularmente matriculado na Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 03/10/16 e término em 03/10/17, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no PROCON

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3781/2016

PORTARIA Nº. 3781/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO, RODRIGO AZEREDO BRUM, estudante regularmente matriculado na Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 03/10/16 e término em 30/11/16, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

Palhoça, SC, em 19 de setembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4231/2016

PORTARIA Nº. 4231/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2146 de 03 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado do servidor CASSIANO CASTRO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/11/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4232/2016

PORTARIA Nº. 4232/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0864 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora LETICIA DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4233/2016

PORTARIA Nº. 4233/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3794 de 27 de setembro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ESTER GASPAS LOPES, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/10/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4234/2016

PORTARIA Nº. 4234/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 16 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801054-1	Heldinar Martins	R\$ 1.000,00
3745215-2	Lisandra Mello da Silva	R\$ 487,50
210665-5	Luana Rufatto	R\$ 487,50
801772-1	Vanessa da Silva	R\$ 578,40

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4235/2016

PORTARIA Nº. 4235/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) LISANDRA MELLO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Vovó Maria, a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4236/2016

PORTARIA Nº. 4236/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) LUANA RUFATTO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o GE Evanda Sueli Juttel Machado, a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4237/2016

PORTARIA Nº. 4237/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para HELDINAR MARTINS, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4238/2016

PORTARIA Nº. 4238/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para LISANDRA MELLO DA SILVA, matrícula nº. 3745215-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Vovó Maria da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4239/2016

PORTARIA Nº. 4239/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para LUANA RUFATTO, matrícula nº. 210665-5, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do GE Evanda Sueli Juttel Machado da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4240/2016

PORTARIA Nº. 4240/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) ESTER GASPAR LOPES, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Abílio Manoel de Abreu, a contar de 24/10/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4241/2016

PORTARIA Nº. 4241/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELSA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 800939-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/11/2016 à 16/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4242/2016

PORTARIA Nº. 4242/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SOLANGE ZLUHAN BORBA, matrícula nº. 800695-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 16/11/2016 à 16/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4243/2016

PORTARIA Nº. 4243/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR PRISCILA MARIA ELEUTERIO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4244/2016

PORTARIA Nº. 4244/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ARIANE ASSUNÇÃO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4245/2016

PORTARIA Nº. 4245/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KARINA DEROSI, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4246/2016

PORTARIA Nº. 4246/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE DOMINGUES, matrícula nº. 100002-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração

PORTARIA Nº. 4248/2016

PORTARIA Nº. 4248/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Ana Carolina Maioli	Enfermeiro	15	08/11/16	I – J 45-0, II – Z 76-3
Ana Maria Pereira	Professor	14	01/11/16	I – O 47
Andre Luiz Cunha Filho	Artífice	30	06/11/16	I – S 63-6
Bianca Leandro Luiz	Monitor	30	07/11/16	I – Z 54-0
Carmem Lucia Vieira	Professor	10	03/11/16	I – F 43
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	02	02/11/16	I – N 30
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	04	08/11/16	I – N 30
Cimaria Souza Pereira	ASG	14	31/10/16	I –
Cleude Eliza Detofol Marcio	ACS	60	07/11/16	I –
Cristina da Silva	ACS	04	01/10/16	I – F 25-9
Daiany Martins	Merendeira	05	31/10/16	I – M 79-6
Dayane da Silva	ACD	02	03/11/16	I – M 54-5, II – Z 76-3,
Dayane da Silva	ACD	03	09/11/16	I – M 54-5, II – Z 76-3,

Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2005 a 02/01/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/11/2016 à 22/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4247/2016

PORTARIA Nº. 4247/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE LUCIA FERREIRA, matrícula nº. 801098-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/06/2009 a 04/06/2014, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 10/10/2016 à 10/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

Débora Luiza Cioff	Professor	05	01/11/16	I –
Débora Ouriques	Professor	14	09/11/16	I – Z 54
Denise Ferreira Warmling	Assessor	180	19/10/16	I –
Denise P. Natividade	Assistente Administrativo	07	03/11/16	I – S 63
Denise P. Natividade	Assistente Administrativo	20	09/11/16	I – S 63
Desdete Enair Menezes	ASG	52	31/10/16	I – M 65-9, II – S 93-2, III – M 25-5
Dilceia Soares	ASO	365	03/11/16	I – Z 76-3
Doriel Soares de Souza	Agente Administrativo Auxiliar	60	03/11/16	I – I 24-9
Elaine Prado dos Santos Rosa	Professor	05	07/11/16	I – O 50
Eliane dos Santos	ASO	60	09/11/16	I –
Eliete Maria de Abreu Rosa	Merendeira	30	09/11/16	I – M 65-9, II – M 25-5
Elisabete Pereira	Merendeira	08	04/11/16	I – M 75-1
Elizete Raimundo Faust	Técnico em Enfermagem	12	08/11/16	I – M 54-5
Fabiana Araudi	Enfermeiro	04	07/11/16	I –
Fabio Linder de Souza	Motorista	180	04/11/16	I -
Fernanda Cristina Machado	Técnico em Enfermagem	05	10/11/16	I – M 25-5
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	16	10/11/16	I – M 75-1
Fernanda Ulmer Dias Pesarini	Assistente de Educação	42	03/11/16	I – O 13
Gabriela de Oliveira	Professor	03	08/11/16	I – A 09
Gladet Maria Parisoto	Agente Administrativo Auxiliar	70	04/11/16	I – C 34-9
Gleyce Cristina da Rocha	Professor	03	02/11/16	I – S 93-4
Gleyce Cristina da Rocha	Professor	07	06/11/16	I – S 93-4
Heloisa Aurora Pamplona	Professor	02	04/10/16	I – A 09
Heloisa Aurora Pamplona	Professor	02	19/10/16	I – A 09
Iara Martins Collaço Cordeiro	ACS	180	04/10/16	I – j 44-9, II – J 45-9
Ivone Luize da Silva	ACS	180	01/11/16	I -
Janaina Moreira Silva	Professor	05	07/11/16	I – O 20-9
Jane Aparecida dos Santos	ASO	08	09/11/16	I – M 75, II – M 29-6
Jane dos Santos Silva	ASG	30	31/10/16	I – M 25-5, II – M 65-9
Jessica Alessandra Feijo	ASG	05	31/10/16	I – M 65-9
Jessica Carla de Souza	ACS	04	08/11/16	I – M 79-1
Josi Ivana Goulart	Professor	02	13/10/16	I -
Josi Ivana Goulart	Professor	02	19/10/16	I -
Josi Ivana Goulart	Professor	13	24/10/16	I -
Josiane Hames	Professor	05	31/10/16	I – E 07
Josiane Pereira	Professor	07	03/11/16	I – F 41
Josue Jose dos Santos	Motorista	12	07/11/16	I – M 79-6
Jucelia Concilia da Silva	Professor	60	28/10/16	I – M 54, II – M 51, III – M 54-1
Juliana Adriana de Souza	Professor	04	08/11/16	I – F 41-1
Jussara Carmisini de Lima	Professor	180	24/10/16	I –
Karini Regina Homem	Assistente Administrativo	06	27/10/16	I – N 84-0
Karla Garcia Cortez	Dentista	40	03/11/16	I – N 63
Karoline Wessler Borba	ASO	60	08/11/16	I – M 77-1
Kedma Verônica Federici	ACD	30	09/11/16	I – M 54-4
Kelly Cristian Pierri Custodio	Enfermeiro	31	31/10/16	I – K 80
Lenir Hilda da Silva	Merendeira	05	31/10/16	I – M 54-0, II – M 65-8, III – M 25-5
Luciane Maria da Silva	ASO	12	07/11/16	I – Z 76-3
Lucilie Juracy dos Santos	Professor	15	27/10/16	I – F 41-2
Marcelo Roberto da Silva	Professor	30	03/11/16	I – M 52-1
Maria Eni Valente da Silva	ASO	15	04/11/16	I -
Maria Helena Refatti	ACS	04	15/11/16	I – Z 76-3
Maria Rosa da Silva Ferreira	Merendeira	07	02/11/16	I – J 18-9
Mariana Mara Ignacio Pacheco	Médico	180	01/11/16	I –
Marilene da Silva e Silva	ASG	15	07/11/16	I –
Marilucia Steinbach	Professor	16	10/11/16	I – Z 54-0

Marlene da Silva de Medeiros	Professor	05	31/10/16	I –
Marlucia Cordeiro	Professor	45	01/11/16	I – M 89-0, II – G 56-4
Mauricio Martins	Auditor Fiscal de Tributos	10	08/11/16	I – M 54-5
Michele Lopes	ASO	30	10/11/16	I –
Michele Paula Santiago	Professor	02	03/11/16	I – M 79-1
Michele Paula Santiago	Professor	08	11/11/16	I – M 79-1
Miriam Machado da Silva	ACS	07	10/11/16	I – M 54-5
Otávio Marcelino Martins Filho	Técnico em Agrimensura	05	05/11/16	I – N 83-0
Patrícia Adelaide da Silva	Professor	20	14/11/16	I – M 79-0, II – M 25-5, III – M 72-2
Renato Valdeci Kuss	Professor	06	04/11/16	I – B 07
Rodnei Alves	Professor	30	04/11/16	I – S 92-3
Rosana M. da Silva	ASO	30	09/11/16	I – I 83
Roselane Marli Martins	Merendeira	60	02/11/16	I – T 93, II – M 25-5
Rosilene Francelina da Silva	Professor	03	13/10/16	I – Z 76-3, II – H 52
Rosilene Francelina da Silva	Professor	01	31/10/16	I – Z 76-3, II – H 52
Sandra Aparecida Resende	Psicólogo	40	14/11/16	I – N 32, II – Z 54
Sandra Cristiane Saibert	Professor	30	03/11/16	I – D 27, II – D 80
Sandra Helena de Melo Kuntze	ASO	60	03/11/16	I – M 23
Selma Luzia Gomes de Souza	ACS	11	04/11/16	I – F 43
Silene Amaral	ASG	45	07/11/16	I – M 51-0
Solange Harger	Professor	45	25/10/16	I – Z 54-0, II – N 39-3
Sueli Zamora Sonoki	Professor	15	06/10/16	I – S 92-0
Susana Angélica da Silva	ASG	15	08/11/16	I – F 43-2
Suzete Angelica Silva	Merendeira	20	01/10/16	I –
Talita Silva Vieira Pereira	Assistente Administrativo	02	06/10/16	I –
Talita Silva Vieira Pereira	Assistente Administrativo	02	20/10/16	I –
Tânia Soares	Professor	45	04/11/16	I – M 50-2
Tatyana Marcondes Quint	Auditor Fiscal do Meio Ambiente	05	07/11/16	I – Z 76-3, II – I 83-9, III – J 06-9
Telmo da Rocha	Técnico em Edificações	15	01/11/16	I – S 92-5
Valdeci Enedina Santos	Merendeira	180	26/10/16	I – C 56
Valdete Maria Pinho	ASG	15	07/11/16	I –
Valdete Weber Goulart	Professor	05	07/11/16	
Vanderleia Alves	ASG	10	07/11/16	I – K 42-9
Vanio Lauro Garcia	ASO	15	04/11/16	I – M 54-5
Vivian Engelke	Pediatra	60	09/11/16	I – F 33
Wanderleia de Fátima Rossi	Assistente Administrativo	05	08/11/16	I – M 68-8
Zeneide Petry Schweitzer	Professor	30	01/11/16	I – Z 54-0

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4249/2016

PORTARIA Nº. 4249/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LENIR HILTA DA SILVA, matrícula nº. 800363-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias a contar de 16/11/2016, de acordo com às folhas 07.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4250/2016

PORTARIA Nº. 4250/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUIZ GUILHERME SCHEIDT STEIN, titular do cargo de Agente de Trânsito, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4251/2016

PORTARIA Nº. 4251/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRUNA DURIGON FIORI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do

Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/11/2016 a 16/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4252/2016

PORTARIA Nº. 4252/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 16 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3745738-1	Adilson Pires	R\$ 487,50
802085-2	Marcos Moser	R\$ 1000,00
802052-3	Sirley Westphal Raitz	R\$ 578,40

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4253/2016

PORTARIA Nº. 4253/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NATANE CELLARIUS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016 a 15/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4254/2016

PORTARIA Nº. 4254/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DOUGLAS HENRIQUE RODRIGUES DE PAIVA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 008/2016, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 10/11/2016 a 10/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4255/2016

PORTARIA Nº. 4255/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/11/2016 a 09/11/2017.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4256/2016

PORTARIA Nº. 4256/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) TANIA MARIA ALVES DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, para o CEI Voo Livre, a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4257/2016

PORTARIA Nº. 4257/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GENILSA QUINT DE SOUZA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4258/2016

PORTARIA Nº. 4258/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ZOLEIDE DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4259/2016

PORTARIA Nº. 4259/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3747 de 19 de setembro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora TANIA MARIA ALVES DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/11/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4260/2016

PORTARIA Nº. 4260/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0886 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ZILMA SALVELINA SILVEIRA DE AZEVEDO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/11/2016 a 09/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4261/2016

PORTARIA Nº. 4261/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SOLANGE DE OLIVEIRA DOS SANTOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4262/2016

PORTARIA Nº. 4262/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
3760887-2	Munique Laylane Araujo Jorge	68%	90%

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSEINE DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4263/2016

PORTARIA Nº. 4263/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 17 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA	LOCAL
801772-1	Vanessa da Silva	R\$ 1100,00	Diretor do CEI Snoopy

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4264/2016

PORTARIA Nº. 4264/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSE RIBAMAR FERNANDES FREIRE, matrícula nº. 500933-1, titular do cargo de Artífice do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/07/2010 a 05/07/2015, por 01 (um) mês, a contar de 16/11/2016 à 16/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4265/2016

PORTARIA Nº. 4265/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDINEIA ALVINA CHAVES MARTINS, matrícula nº. 801186-1, titular do cargo de ASG do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/04/2005 a 07/04/2010, por 01 (um) mês, a contar de 21/11/2016 à 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4266/2016

PORTARIA Nº. 4266/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ADILSON PIRES, matrícula nº. 3745738-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da EB Antonieta Silveira de Souza da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a

contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4267/2016

PORTARIA Nº. 4267/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para SIRLEY WESTPHAL RAITZ, matrícula nº. 802052-3, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4268/2016

PORTARIA Nº. 4268/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 20 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
210524-18	Carmelita Gregoria Martins de Souza	R\$ 488,00
129562-1	Jani Tadea Andrade Wiggers	R\$ 800,00
800786-1	Rosi Maria Varella	R\$ 1000,00
801863-3	Simone Kuhnén Moraes	R\$ 579,00

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4269/2016

PORTARIA Nº. 4269/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº. 800786-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4270/2016

PORTARIA Nº. 4270/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para SIMONE KUHNEN MORAES, matrícula nº. 801863-3, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Bolinhas de Sabão da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4271/2016

PORTARIA Nº. 4271/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da

Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de novembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
401569-7	Andrea Patricia Alves	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4272/2016

PORTARIA Nº. 4272/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FRANCISCA FILGUEIRAS NETA BARBOSA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4273/2016

PORTARIA Nº. 4273/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTÉRIO para MARCOS MOSER, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 17/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4274/2016

PORTARIA Nº. 4274/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALCILENE VIEIRA AREAS, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4275/2016

PORTARIA Nº. 4275/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA PAULA GODOI, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4276/2016

PORTARIA Nº. 4276/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLEIA MARIA MELO DE QUADROS, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a

contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4277/2016

PORTARIA Nº. 4277/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTIANE PEIXER MELO SCHEIDT, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4278/2016

PORTARIA Nº. 4278/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ELOISA ELENA DOS PASSOS GALDINO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4279/2016

PORTARIA Nº. 4279/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EUNIR INES SCHULTZ WENDISCH, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4280/2016

PORTARIA Nº. 4280/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FRANCIELA BRUCHADO, titular do cargo de Professor Artesão, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/11/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4287/2016

PORTARIA Nº. 4287/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTÁGIO REMUNERADO de, RHALFI MEURER, estudante regularmente matriculado no Curso de Fisioterapia, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010,

com início em 01/11/16 e término em 01/11/17, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria da Saúde.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4352/2016

PORTARIA Nº. 4352/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR ESTÁGIO REMUNERADO de, RODRIGO AZEREDO BRUN estudante regularmente matriculado no Curso de ENGENHARIA, da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 01/12/16 e término em 30/06/17, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), no Corpo de Bombeiros Militar de Palhoça.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 4594/2016

PORTARIA Nº. 4594/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR ESTÁGIO REMUNERADO de, LEONARDO ALVES DE SOUZA estudante regularmente matriculado no Curso de TURISMO, da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, nos termos estabelecidos pelo artigo 5º da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com início em 19/12/16 e término em 18/12/17, com carga horária de 25 (vinte e cinco horas semanais), na Secretaria de Turismo.

Palhoça, SC, em 14 de dezembro de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº. 054/2016

RESOLUÇÃO Nº. 054/2016

Dispõe sobre aprovação do balancete Financeiro referente ao mês de setembro.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2016, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeiro;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de assistência social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar com ressalva o balancete financeiro do mês de setembro de 2016, haja vista que permanece a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento da pensão vitalícia;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 19 de dezembro de 2016.

Flavia Regina Gomes Theisen

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 055/2016

RESOLUÇÃO Nº. 055/2016

Revoga resolução nº 51/CMAS/2016 e aprova nova data para orientação das entidades inscritas no CMAS, sobre plano de ação 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2016, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando os artigos 3 e 9 da lei n.8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências,

Considerando o Decreto n. 6.308 de 14 de dezembro de 2007, art. 4 do Decreto n.6.308/2007 que regulamenta o art. 3 da lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993/ Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS n.109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios

socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando que o CMAS tem finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito Municipal;

Considerando que o controle social é exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de assistência social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º- Organizar a orientação para as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça, para orientar sobre o modelo de plano de ação 2017, conforme aprovado na resolução n.45/CMAS/2016.

I- A orientação será no dia 08/02/2017, à partir das 13h e 30 minutos, no Centro de Convivência do idoso, no bairro Caminho Novo;

II- Poderão participar até 2 (dois) representantes de cada entidade, que deverão confirmar presença pelo endereço eletrônico cmas-palhoca@outlook.com;

III- Os representantes das entidades deverão comparecer na orientação, com seus planos já preenchidos, pois a orientação será para retirada de dúvidas e esclarecimentos.

Art. 2º Convidar a Sra. Celia Regina Moraes Betiolo, conselheira tutelar, para participar da orientação às entidades, visto que, a mesma participou da elaboração do modelo do plano de ação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 19 de dezembro de 2016.

Flavia Regina Gomes Theisen

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 056/2016

RESOLUÇÃO Nº. 056/2016

Dispõe sobre aprovação da agenda das reuniões ordinárias do CMAS/2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2016, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o controle social é exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de assistência social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a agenda para 2017, definindo as datas das

reuniões plenárias ordinárias, bem como as reuniões das comissões do CMAS.

Art. 2º As plenárias ordinárias ocorrerão sempre nas terças-feiras da semana seguinte às reuniões das comissões, às 14 horas, a partir de fevereiro de 2017.

Art. 3º As reuniões ordinárias das comissões permanentes do CMAS iniciarão em fevereiro de 2017, ficando assim definidas:

§1º Primeiro Semestre (Fevereiro à Junho):

I- Comissão Bolsa Família e PETI: Primeira segunda-feira de cada mês, às 13h e 30 min;

II- Comissão Comunicação e Divulgação: Primeira segunda-feira de cada mês, às 15h e 30 minutos;

III- Comissão Normas, Regulamentos e Inscrições: Primeira terça-feira de cada mês, com exceção de maio, que será na segunda terça-feira. Todas no horário das 13h e 30 minutos;

IV- Comissão de Financiamento e Orçamento: fevereiro, março e maio, as reuniões serão nas segundas quarta-feira e em abril e junho, nas primeiras quarta-feira, todas no horário das 13h e 30 minutos;

V- Comissão de Acompanhamento às entidades: Segunda quinta-feira de cada mês, com exceção do mês de abril, que será na primeira quinta-feira, todas no horário das 13h e 30 minutos;

VI- Comissão de Políticas Públicas- Segunda sexta-feira de cada mês, com exceção de abril, que será na primeira sexta-feira, todas no horário das 13h e 30 minutos.

§2º Segundo Semestre (Julho à Dezembro):

I- Comissão Bolsa Família e PETI: Primeira segunda-feira de cada mês, com exceção de julho e outubro que será na segunda segunda-feira. Todas no horário das 13h e 30 min;

II- Comissão Comunicação e Divulgação: Primeira segunda-feira de cada mês, com exceção de julho e outubro que será na segunda segunda-feira. Todas no horário das 15h e 30 min;

III- Comissão Normas, Regulamentos e Inscrições: Nos meses de Julho, agosto e outubro, as reuniões serão nas segundas terça-feira do mês e nos meses de setembro, novembro e dezembro, serão nas primeiras terça-feira do mês. Todas no horário das 13h e 30 minutos;

IV- Comissão de Financiamento e Orçamento: Segunda quarta-feira de cada mês, com exceção de setembro e dezembro que serão nas primeiras quarta-feira do mês. todas no horário das 13h e 30 minutos;

V- Comissão de Acompanhamento às entidades: Segunda quinta-feira de cada mês, com exceção do mês de dezembro, que será na primeira quinta-feira. Todas no horário das 13h e 30 minutos;

VI- Comissão de Políticas Públicas- Segunda sexta-feira de cada mês, com exceção de setembro e outubro, que será na primeira sexta-feira. Todas no horário das 13h e 30 minutos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 19 de dezembro de 2016.

Flavia Regina Gomes Theisen
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 057/2016

RESOLUÇÃO Nº. 057/2016

Dispõe sobre o decreto municipal que regulamenta as parcerias do município de Palhoça e organizações da sociedade civil.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2016, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito Municipal;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar ao Sr. Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito do município de Palhoça, informações acerca do processo de elaboração do decreto municipal de Palhoça, que regulamenta as parcerias entre o município de Palhoça e as organizações da sociedade civil;

Art. 2º Solicitar que os conselheiros Sr. Claudemir Osmar da Silva (conselheiro não governamental) e a Sra. Susy Conceição Marques (conselheira governamental) participem da comissão de elaboração do decreto, como representantes do CMAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 19 de dezembro de 2016.

Flavia Regina Gomes Theisen
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 058/2016

RESOLUÇÃO Nº. 058/2016

Dispõe sobre pensão vitalícia.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária do Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2016, às 14 horas, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito Municipal;

Considerando que as contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do

CMAS, mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre sua aprovação;

Considerando que é atribuição do CMAS acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o envio de ofício para a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS reiterando o ofício n. 032/CMAS/2015, que traz em anexo a resolução n.20/CMAS/2015, que solicita à SMAS providências quanto a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS para pagamento da pensão vitalícia.

I- Conforme a Lei Orgânica do Município de Palhoça, art.152, parágrafo único, a pensão vitalícia é destinada ao "deficiente físico e/ ou mental com carência comprovada". Contudo, nesse mesmo período em que foi encaminhado o ofício à SMAS, este conselho foi informado pela Secretaria de Governo e CI nº 0728/PGM/20144 da Procuradoria Geral do Município, que não existe regulamentação para este artigo, de forma que lhe confira aplicabilidade. Haja vista a existência do BPC- benefício de Prestação Continuada, previsto na constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS, Lei nº 8.742 e alterado pela lei nº 12.435, de 06/07/2011. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, compõe a proteção social básica, constitui a garantia de um salário mínimo mensal, para idosos acima de 65 anos e deficientes que "comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família", conforme critério de renda previsto na lei supracitada. O beneficiário precisa passar por avaliação médica pericial a cada 2 (dois) anos para que seja avaliado a continuidade ou não do benefício, ou seja, não se trata de benefício vitalício e a LOAS não prevê benefícios dessa natureza.

II- o Conselho Municipal de Assistência Social, desde o início de 2015, vem reprovando ou aprovando com ressalva, os balancetes financeiros, conforme resoluções n. 22, 23, 24, 25, 36, 66, 67, 68, 69, 83, 117/CMAS/2015 e resoluções n. 19, 20, 26, 36, 37 e 42/CMAS/2016, devido ser utilizado recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para o pagamento da pensão vitalícia, sendo que não há regulamentação de forma que lhe confira aplicabilidade, nem tampouco lei específica para pagamento de pensão vitalícia;

III- Em novembro de 2016 este conselho recebeu ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social, com o relatório Final de Recadastramento de beneficiários da Pensão Vitalícia, onde detalhava o processo de recadastramento dos beneficiários, demonstrando os beneficiários que não procuraram a SMAS, no período estabelecido em edital e os beneficiários que procuraram a SMAS, levaram os documentos exigidos, passaram pela avaliação médica pericial e conforme avaliação, permaneceram ou não, recebendo a pensão vitalícia. Esse recadastramento foi sugerido pelo CMAS através da Res. n. 20/CMAS/2015 e encaminhado à SMAS conforme o ofício n. 032/CMAS/2015, porém, esse processo de recadastramento não altera a irregularidade que ocorre em razão do uso de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento da pensão

vitalícia;

Parágrafo único- A Secretaria Municipal de Assistência Social deve responder ao ofício supracitado, no prazo de 60 (sessenta dias) dias após seu envio. Caso não haja resposta, o Conselho Municipal de Assistência Social encaminhará ofício ao Ministério Público, solicitando providências.

Art. 2º Solicitar que não seja mais utilizado recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para o pagamento da pensão vitalícia;

Parágrafo único- Tendo em vista que segundo a Lei 3.521, de 20 de setembro de 2011, os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social devem ser aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;

VIII - atendimento das ações sócio assistenciais de caráter emergencial;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei orgânica de Assistência Social; e

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Ainda inclui nesse artigo "recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública", sendo previsto no art. 22 e parágrafos da LOAS. Considerando que o artigo 22 da LOAS trata de benefícios eventuais, novamente não se aplica a beneficiários de pensão vitalícia.

Art.3º- Solicitar que seja feito devolução ao Fundo Municipal de Assistência Social, de todos os valores que já foram utilizados para pagamento da pensão vitalícia;

Parágrafo único: A partir de janeiro de 2017, os pagamentos da pensão vitalícia não devem ser de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de dezembro de 2016.
Flavia Regina Gomes Theisen
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 059/2016

RESOLUÇÃO Nº. 059/2016

Dispõe sobre a prestação de contas referente à 6º parcela do edital 003/CMAS/2015 da Ação Social Paroquial de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião Plenário online, conforme resolução n. 109/CMAS/2016, realizada nos dias 20 e 21 de dezembro de 2016, no Centro de Convivência do Idoso, localizado no bairro Caminho Novo, Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeiro;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as

atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de assistência social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos financeiros destinados à sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle, zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

RESOLVE:

Art. 1º Reprovar a 6º prestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$25.092,40 (vinte e cinco mil, noventa e dois reais e quarenta centavos), posto que a entidade não realizou o pagamento da guia de INSS com vencimento em 20/12/2016, referente a folha de pagamento de competência em 11/2016 dos colaboradores da referida entidade.

Art. 2º A aprovação da prestação de contas citada é direcionada a análise do plano de aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil;

Art. 3º A prestação de contas recebida pelo CMAS, será entregue ao setor de controle interno da Prefeitura Municipal de Palhoça, para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 19 de dezembro de 2016.

Flavia Regina Gomes Theisen

Presidente CMAS

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº837/2016.

PROJETO DE LEI Nº837/2016.

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA. Maria Melo Botelho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça Maria Melo Botelho, Praça Pública, localizada na Rua Nelson Floriano Campos com a Rua Osni José Pereira, bairro Pachecos, neste Município.

Parágrafo Único. A localização da Praça Pública de que trata o caput deste artigo obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 887/2016.

PROJETO DE LEI Nº 887/2016.

DESAFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área no Jardim Eldorado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Institucional o imóvel, adiante denominado de Área "1", com as seguintes descrições:

I – Área "1" com 215,40 m² sendo parte de área maior com 29.620,72 m² matrícula nº 91.300 de propriedade do Município de Palhoça com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 5,58 metros com a Avenida Guilherme Scharf (Av. das Torres); fundos com 5,55 metros com a marginal da BR 101; laterais de um lado medindo 40,11 metros com Lotes área remanescente e do outro lado com 41,13 metros com terras de Cortona Administradora de Imóveis Ltda., conforme memorial descritivo, croqui e documentos em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em forma de permuta os imóveis, adiante denominados de Área "2", com as seguintes descrições:

I – Área "2" medindo 199,64 m² e outra medindo 15,76 m², sendo parte de área maior, medindo 4.091,60 m² com matrícula nº 66.144 em nome de Cortona Administradora de Imóveis Ltda. com as seguintes medidas e confrontações: Primeira Área - frente medindo 80,99 metros com a Avenida Guilherme Scharf (Av. das

Torres); fundos medindo 70,90 metros com Área Remanescente; laterais medindo, de um lado 2,87 metros com Avenida Guilherme Scharf (Av. das Torres) e do outro medindo 2,44 metros com Acesso Avenida Caetano Silveira; Segunda área fazendo ângulo com a primeira área distância de 16,91 m R=15 metros, totalizando 215,40 m², conforme memorial descritivo, croqui e documentos em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a Área "1" de sua propriedade, prevista no artigo 1º, pela Área "2", de propriedade da empresa Cortona Administradora de Imóveis Ltda., previstas no art. 2º, ambos desta Lei.

Parágrafo Único. Fica igualmente autorizado a transferir a caracterização da Área "1" ao imóvel dados em permuta, denominados como Área "2", passando a ser denominado como bem público de uso comum.

Art. 4º A permuta de que trata esta Lei destina-se à implantação da Avenida das Torres no Município, componente do sistema viário

municipal.

Art. 5º A desafetação e a permuta desta Lei não gerarão ônus para o Município.

Art. 6º Eventuais despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 864/2016.

PROJETO DE LEI Nº 864/2016.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993 de demais alterações subsequentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as Áreas do mapa que compõe o Anexo I, referido no artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante da presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA ATUAL	LOCAL	CROQUI	ÁREA APÓS ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
APL APP	Bela Vista	01	ARP-P1 – Área Residencial Predominantemente - Popular 1.

Art. 2º A área prevista nesta Lei fica incorporada ao perímetro urbano do Município de Palhoça

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº842/2016.

PROJETO DE LEI Nº842/2016.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993 de demais alterações subsequentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as áreas do mapa que compõe o Anexo I, referido no artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante da presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA ATUAL	LOCAL	CROQUI	ÁREA APÓS ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
ARP-1	Ponte do Imaruim	01	AMC-8 – Área Mista Comercial 8

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.439, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.439, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão João Figueredo Goulart.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Servidão João Figueredo Goulart, com extensão de 73,40 metros de comprimento e 6,00 metros de largura, com início na Rua Orgel Rodrigues Nunes, Via Pública localizada no Bairro Alto Ariirú, neste Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de Dezembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Lei originada do Projeto de Lei nº 655/2015 e Veto 09/2016

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 132/2016.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 132/2016.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002 da Lei Complementar nº 024 de 30 de dezembro de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Dá nova redação à alínea "g" do inciso I, do art. 28, ao inciso II e à alínea "b", bem como ao §1º, do art. 37, da Lei Complementar nº 024/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. (...)

I -

g – quando o valor do imposto for apurado e efetuado o lançamento em ação de procedimento fiscal."

"Art. 37. (...)

II – a pessoa física ou pessoa jurídica estabelecida no Município de Palhoça, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária:

(...)

b) dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02 a 7.06, 7.09 e 7.10, 7.12, 7.16 a 7.19, 10.02 e 10.03, 11.02, 14.06, 17.05 e 17.10, 33.01 da Lista de Serviços.

(...)

§ 1º O disposto nos incisos II "b", VI, VII, VIII e IX não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço, possuir inscrição do Cadastro Mobiliário Econômico neste Município e sujeitar-se ao pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa, devendo esta condição ser comprovada."

Art. 2º Ficam acrescidos o art. 30-A, e os incisos X e XI ao art. 37, da Lei Complementar nº 024/2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30-A – Na hipótese no caso previsto na alínea "g" do inciso I, do art. 28, da Lei Complementar nº 024/2004, o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, será recolhido em até 30 (trinta) dias após a cientificação".

"Art. 37. (...)

X – os condomínios residenciais, comerciais, industriais, inclusive recreativo e qualquer outra espécie, quando contratarem prestações de serviços sujeitas à incidência do imposto, exceto quanto aos serviços descritos no item 15 da lista de serviços".

XI – os Bancos e instituições Financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações quaisquer, inclusive comissões, por elas pagos à Empresas Públicas, Economia Mistas, Fundações, Cooperativas, à farmácias, mercearias ou estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços quaisquer, estabelecidas no Município de Palhoça, pela cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento, inclusive os serviços descritos nos subitens nos subitens 1.01 a 1.08; 7.02 a 7.07; 7.09; 7.11; 7.13; 8.02; 10.04 e 10.05; 10.10; 17.01; 17.03 e 17.04; 17.08 e 17.09; 17.13 e 17.14; 17.16; 17.19 e 17.20;

17.22; 17.23; 18.01; 19.01; 20.01; 23.01; 28.01 e 35.01 da lista anexa.”

Art. 3º Acresce o inciso IX ao art. 224, da Lei Complementar nº 018/2002, altera o caput do art. 225-H, da Lei Complementar nº 018/2002, quem passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 224. (...)

IX – Qualquer pessoa física ou jurídica que exercerem atividades de construção civil e incorporação neste Município, deverá requerer o Cadastro Mobiliário, desde que ficar caracterizado a indicação de qualquer um dos requisitos ou situação prevista no artigo 4º, da Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004 ou na legislação tributária, como local onde é desenvolvida a atividade de prestar serviços.

“Art. 225-H O contribuinte, além de observar as obrigações constantes do artigo 225-G, deverá, no caso de erro, na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata, entregar declaração retificadora, na forma estabelecida em regulamento.”

Art. 4º Acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 256, a alínea “g” ao inciso I, do art. 257 e dá nova redação ao inciso III, do art. 257, da Lei Complementar nº 018/2002, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 256. (...)

I - (...)

j – Quando a pessoa física ou jurídica deixar de inscrever-se no Cadastro Mobiliário, na forma e no(s) prazo(s) previsto na legislação municipal”.

“Art. 257 (...)

I - (...)

g – quando o contribuinte deixar de registrar, apurar ou recolher o imposto quando devido, como base nos documentos fiscais/contábeis/gerenciais.”

III – de 150% (cento cinquenta por cento) do valor do tributo, atualizado monetariamente, quando retido e não recolhido, declarado ou não no Livro Eletrônico pelo substituto tributário”.

Art. 5º Fica transformado o parágrafo único do art. 397-A, que passa a ser o § 2º, vigorando com nova redação, e acrescenta o §1º ao art. 397-A, da Lei Complementar nº 018/2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 397-A (...)

§ 1º Para os fins deste artigo, as pessoas nele referidas obrigam-se a manter sob sua guarda os livros e documentos fiscais pelo prazo mínimo de cinco anos, contados do exercício seguinte ao do encerramento dos livros ou da emissão dos documentos, enquanto não decidir o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário.

§ 2º Os Auditores Fiscais de Tributos Municipais terão acesso a quaisquer dependências do estabelecimento, assim considerado para fins da Legislação Tributária, mediante a apresentação de sua identidade funcional aos representante(s) presente(s) no local.”

Art. 6º Ficam alterado o inciso I do art. 309, e o art. 404, e acrescenta o art. 404-A na Lei Complementar nº 018/2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 309. (...)

I – em primeira instância, o Secretario da Receita Municipal ou autoridade designada como Julgador de Processos Fiscais, através de Portaria baixada pelo Prefeito Municipal.”

“Art. 404-A. Os Auditores Fiscais de Tributos Municipais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal e, reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.”

Art. 7º Altera os valores e dá nova redação ao Anexo IX, da Lei Complementar nº 018/2002, alterado pela Lei Complementar nº 154/2013, que consta no anexo desta Lei Complementar.

Art. 8º Altera os valores e dá nova redação ao Anexo II, da Lei Complementar nº 018/2002, alterado pela Lei Complementar nº 182/2015, que consta no anexo desta Lei Complementar.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ANEXO IX – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - TFO

TIPO DE OBRA OU ATIVIDADE	Unidade	R\$ por unidade
Licenciamento de Obra – Galpões e prédios industriais	.m²	3,2
Licenciamento de Obra popular até 70 m2	.m²	2,51
Licenciamento de Obra	.m²	5,59
Licenciamento de Obra – Galpões e prédios industriais	.m²	4,37
Licenciamento para Demolição	.m²	1,51
Licenciamento para Reforma	.m²	2,45
Alinhamento de muro	.ml	6,96
Marquises, cobertas e tapumes.	.ml	31,38
Habite-se - Licença para habitar	Até 100 m2	156,82
	De 100 a 300 m2	219,6
	De 300 a 500 m2	313,76
	De 500 a 1000 m2	439,18
	De 1000 a 2000 m2	627,52
	De 2000 a 5000 m2	941,28
	Acima de 5000 m2	1568,8
Desmembramento	Por lote	61,03
Amembramento	Por lote	61,03

Licenciamento e Análise para Parcelamento de Solo	R\$ Convencional	R\$ Popular	R\$ Institucional
Loteamento, arruamento e condomínio – por lote ou fração.	94,92	42,71	23,73

Considera-se: Convencional como o Parcelamento de solo usual ; Popular o Parcelamento de solo assim reconhecido por ato da Administração Pública e Institucional como o Parcelamento de solo para assentamento urbano definido por ato da Administração Pública.

ANEXOII – ALÍQUOTA DO ITBI

Parte financiada nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação do Programa Minha Casa, Minha Vida, de 0 a 3 salários mínimos.	0,5%
Demais Transações	2,0%

PROJETO DE LEI Nº 853 /2016.

PROJETO DE LEI Nº 853 /2016.

DENOMINA VIA PUBLICA, Rua Laura Maria da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

“Art.1º Fica denominado de Rua Laura Maria da Silva, com extensão de 27,00 metros de comprimento e 6,00 metros de largura. Com início na Rua João Jorge da Silva, via pública localizada no bairro Barra do Aririú, neste Município.”

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 885/2016.

PROJETO DE LEI Nº 885/2016.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 4.293, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015. E DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO SETOR NÁUTICO NA CATEGORIA DE SEGMENTOS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PARA O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, NOS TERMOS QUE ESPECÍFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta as alíneas “o”, “p”, “q”, “r” e “s” ao art. 3º da Lei nº 4.293, de 29 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

(...)

o) setor náutico;

p) empresas e empreendimentos que atuem na gestão de portfólio de cartões, em especial, mas não se limitando, a emissão, implementação e gestão;

q) empresas e empreendimentos que atuem no desenvolvimento de tecnologia, análise, consultoria e planejamento de programas relacionados à área de pagamento via meios eletrônicos;

r) empresas e empreendimentos que atuem no desenvolvimento de tecnologia e procedimentos direcionados ao credenciamento, análise, concessão e autorização de meios de pagamento através de dispositivo eletrônico de telefonia móvel, ou outras tecnologias para realização de compras e aquisição de bens e serviços;

s) empresas e empreendimentos que atuem no desenvolvimento de tecnologias voltadas a execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento.” (N.R.)

Art. 2º Dá nova redação ao caput do art. 21 da Lei nº 4.293, de 29 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 Para projetos de investimento que tenham como objetivo a instalação, ampliação, diversificação ou modernização de atividades relacionadas aos setores automotivo, aeronáutico, aeroespacial, náutico e de defesa, além dos demais tratamentos previstos nesta Lei e sem prejuízo das demais legislações aplicáveis, podem ser concedidos os seguintes benefícios a critério do Chefe do Executivo Municipal:” (N.R.)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 886 /2016.

PROJETO DE LEI Nº 886 /2016.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 4.193, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015 E DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS E SEU FUNDO GARANTIDOR, NOS TERMOS QUE ESPECÍFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 1º e 2º ao art. 22 da Lei nº 4.193, de 12 de fevereiro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. (...)

§ 1º O patrimônio do Fundo Especial para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – FECOSIP de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 017, de 30 de dezembro de 2002, poderá ser destinado a integralização das cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, inclusive mediante cessão de seus recebíveis em garantia e para adimplemento de eventuais financiamentos destinados a investimentos em projetos de que trata o art. 1º, §1º da Lei Complementar nº 017 de 30 de dezembro de 2002.

§ 2º Os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação do Município de Palhoça – FADEP, de que trata a Lei nº 4.292, de 29 de setembro de 2015, poderão ser destinados a integralização das cotas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, inclusive mediante cessão de seus recebíveis em garantia e para adimplemento de eventuais financiamentos obtidos junto à instituições financeiras oficiais, com objetivo de financiamento de projetos de Parcerias Público-Privadas.”(N.R.)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 661/2015

PROJETO DE LEI Nº 661/2015

FOSSA SÉPTICA. Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação e instalação, determinando outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar doação e instalação de kit(s) de fossa(s) séptica(s) individual (is), destinada ao tratamento de dejetos humanos de maneira ambientalmente correta.

Art. 2º A doação das fossas sépticas serão realizadas pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento – Samae Palhoça.

Art. 3º O beneficiário previsto nesta Lei será definido aos munícipes que comprovarem:

I – renda familiar não superior a 3,0 (três) salários mínimos; e

II – possuir um único imóvel, destinado à sua moradia.

Parágrafo Único. Deverá ser elaborado parecer social, realizado por assistente social da Assistência Social do Município de Palhoça, para comprovação dos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 4º O Samae de Palhoça fará publicar no Diário Oficial relação mensal das doações efetivadas, contendo os nomes dos munícipes beneficiados, local da residência e indicação do kit.

Art. 5º Os interessados em receber a doação dos kits deverão efetuar requerimento direcionado ao Presidente do Samae, com a devida justificativa.

Art. 6º A necessidade do atendimento será definida após inspeção pelo Samae de Palhoça.

Art. 7º Os licenciamentos municipais para aplicabilidade desta Lei deverão observar ritos especiais.

PROJETO DE LEI Nº 704/2016.

(com emenda Supressiva)

PROJETO DE LEI Nº 704/2016.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993 de demais alterações subsequentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as áreas do mapa que compõe o Anexo I, referido no artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante da presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA ATUAL	LOCAL	CROQUI	ÁREA APÓS ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
APP	Passagem do Maciambú	01	AMC-6 – Área Mista Comercial 6
APP	Pinheira	02	AMC-6 – Área Mista Comercial 6
APP	Morretes I	03	AMC-6 – Área Mista Comercial 6
APP	Guarda do Embaú /Pinheira	04	AMC-6 – Área Mista Comercial 6 ATR-3 – Área Turística Residencial 3
APP	Ilha do Papagaio Pequena	06	ATE – Área Turística Ecológica

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Art. 8º Na eventualidade de detecção de fraude na obtenção do benefício assegurado por esta Lei, o munícipe contemplado será compelido a ressarcir ao erário o custo do material recebido em doação, sem prejuízo da aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ambos atualizados de acordo com os índices legais vigentes.

Art. 9º Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 843/2016.

(Loa compilada com emendas)

PROJETO DE LEI Nº 843/2016.

LOA. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça para o Exercício de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Palhoça para o Exercício Financeiro de 2017 na forma apresentada nos anexos, em R\$ 593.644.000,00 (Quinhentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO, Lei No. xxxxxxxx, para o exercício de 2017 - e do PPA, Lei nº 3923/2013, Quadriênio 2013 a 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os das Fundações, dos Fundos, e das Autarquias.

Parágrafo Único. A importância correspondente a 15% (quinze por cento) do total previsto no "caput" deste artigo, fica disponível para Abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, a que se refere o artigo 17, em atendimento às necessidades da Prefeitura, dos Fundos, Autarquias e Fundações, em até 15% (Quinze por cento), da receita estimada consolidada do Município.

Art. 2º A receita total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consolidado é de R\$ 593.644.000,00 (Quinhentos e noventa e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais) e decorrerá da arrecadação dos tributos, demais receitas correntes, das transferências correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, além das receitas auferidas pelas Fundações, Autarquias e Fundos, e terá a seguinte composição:

II - DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO - TODAS AS FONTES	
1.1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 512.571.000,00
- Receitas Tributárias	R\$ 119.850.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 31.066.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$ 11.465.000,00
- Receitas de Serviços	R\$ 55.128.000,00
- Transferências Correntes	R\$ 260.547.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 34.515.000,00
- DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 30.580.000,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 22.000.000,00
- Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 22.000.000,00
2.1 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 89.653.000,00
- Operações de Crédito	R\$ 27.500.000,00
- Alienações de Bens	R\$ 200.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 61.953.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 593.644.000,00

Art. 3º A Despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consolidado é de R\$ R\$ 593.644.000,00 (Quinhentos e noventa

e três milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil reais) e será realizada de acordo com as discriminações das modalidades de aplicação diretas, constantes dos Anexos de Despesas desta Lei, à conta de recursos próprios e vinculados, da Administração Direta e Indireta, Fundações, Fundos, e Autarquias:

2 - DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - TODAS AS FONTES	
2.1 - POR ÓRGÃO/UNIDADE - RECURSOS TOTAIS	
I - PODER LEGISLATIVO	R\$ 17.970.000,00
03.00 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 17.970.000,00
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 575.674.000,00
04.00 -- Gabinete do Prefeito	R\$ 4.760.000,00
05.01 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP	R\$ 33.681.000,00
06.01 – Secretaria Municipal de Habitação	R\$ 7.384.000,00
07.01 -- Procuradoria Geral do Município	R\$ 7.151.000,00
08.01 -- Secretaria Municipal de Governo	R\$ 1.120.000,00
09.01 – Secretaria Municipal de Receita	R\$ 9.845.000,00
10.01 – Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 6.787.000,00
12.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca	R\$ 4.522.000,00
13.01 – Secretaria Municipal de Educação	R\$ 111.701.250,00
14.01 – Secretaria. de Planejamento e Infraestrutura	R\$ 60.493.400,00
15.01 – Secretaria de Assistência Social	R\$ 145.000,00
16.01 - Encargos Gerais do Município	R\$ 22.025.000,00
17.01 – Fundo Municipal de Saúde	R\$ 95.806.750,00
18.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 25.335.000,00
19.01 – Instituto de Previdência Social – IPPA	R\$ 45.296.000,00
20.01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente	R\$ 2.921.000,00
21.01 – Fundo Municipal do corpo de Bombeiro-FUNREBOM	R\$ 1.860.000,00
22.01 – Faculdade Municipal de Palhoça	R\$ 10.554.000,00
23.01 – Fundo Municipal da Infância e do Adolescente	R\$ 1.350.000,00
27.01 _ Secretaria Municipal de Administração	R\$ 17.860.000,00 R\$ 16.893.000,00 R\$ 1.385.000,00 R\$ 1.928.000,00 R\$ 1.315.000,00 R\$ 3.212.000,00 R\$ 79.300.000,00 R\$ 1.043.600,00 R\$ 593.644.000,00
28.01 – Secretaria de Segurança Pub e Def do Cidadão	
30.01 - Secretaria de Gestão e Comunicação	
31.01 – Secretaria Munic. De Desenv. Economico e Planejamento	
33.01 – Secretaria Municipal de Turismo	
34.01 _ Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça	
35.01 _ Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE	
99.99 – Reserva de Contingência	
TOTAL GERAL	
3 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
01 – Legislativa	R\$ 17.970.000,00
02 – Judiciária	R\$ 5.551.000,00
04 – Administração	R\$ 72.792.000,00
06 - Segurança Pública	R\$ 18.738.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 28.011.000,00
09 - Previdência Social	R\$ 27.830.000,00
10 – Saúde	R\$ 95.806.750,00
12 – Educação	R\$ 122.255.250,00
13 - Cultura	R\$ 1.511.000,00
15 – Urbanismo	R\$ 62.247.400,00
16 – Habitação	R\$ 4.896.000,00
17 – Saneamento	R\$ 80.030.000,00

18 - Gestão Ambiental	R\$ 2.921.000,00
20 - Agricultura	R\$ 4.522.000,00
23- Comércio e Serviços	R\$ 2.528.000,00
25 – Energia	R\$ 20.960.000,00
26 - Desporto e Lazer	R\$ 1.300.000,00
27 - Encargos Especiais	R\$ 5.265.000,00
77 - Reserva de Contingência – IPPA	R\$ 17.466.000,00
99 - Reserva de Contingência –Administração Direta	R\$ 1.043.600,00
TOTAL GERAL	R\$ 593.644.000,00
4 - POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA –CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 428.532.500,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 240.000.000,00
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.800.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 185.732.500,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 146.601.900,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 139.641.900,00
2.2 _ AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 6.960.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 18.509.600,00
3.1 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA –IPPA	R\$ 17.466.000,00
3.2 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Administração Direta	R\$ 1.043.600,00
TOTAL GERAL	R\$ 593.644.000,00

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2017, fixa a despesa em R\$ 17.970.000,00 (Dezessete milhões, novecentos e setenta mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante Transferências Financeiras Concedidas.

1 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 17.970.000,00
1 – Suprimento	R\$ 17.970.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 17.970.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 17.560.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 11.900.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.660.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 410.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 410.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 17.970.000,00

2 – DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça para o Exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 488.773.000,00 (Quatrocentos e oitenta e oito milhões, setecentos e setenta e três mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça será realizada mediante receitas tributárias, de contribuições,

patrimonial, transferências, de alienação de bens imóveis e de operações de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 447.153.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 119.150.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 24.000.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 4.095.000,00
1.4 – Receitas de Serviços	R\$ 53.728.000,00
1.5 - Transferências Correntes	R\$ 217.545.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 28.635.000,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$- 30.580.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 72.200.000,00
2.1- Operações de Crédito	R\$ 27.500.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$ 150.000,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$ 44.550.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 488.773.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 265.694.250,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 127.786.250,00
1.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 2.800.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 135.108.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 122.601.400,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 115.641.400,00
2.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 6.960.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.043.600,00
3.1- Reserva De Contingência	R\$ 1.043.600,00
4 - + TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 99.433.750,00
TOTAL GERAL	R\$ 488.773.000,00

3 – DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE PALHOÇA-IPPA.

Art. 6º O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça - IPPA, para o Exercício de 2017, estima à Receita e fixa a Despesa em R\$ 45.296.000,00 (Quarenta e cinco milhões, duzentos e noventa e seis mil reais).

§ 1º A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada como segue:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 19.296.000,00
1.1 – Receitas de Contribuições	R\$ 7.066.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 6.730.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 5.500.000,00
2 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 22.000.000,00
2.1 – Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 22.000.000,00
+Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 4.000.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 45.296.000,00

§ 2º A Despesa do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.290.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 23.080.000,00
2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.210.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.540.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 2.540.000,00
(+) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 17.466.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 45.296.000,00

4 – DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.921.000,00 (Dois milhões, novecentos e vinte e um mil reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada mediante Transferências Financeiras de recursos da Prefeitura, de receita tributária, patrimonial e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 810.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 300.000,00
1.2 - Outras Receitas Correntes	R\$ 180.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 330.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 2.111.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.921.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.681.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.203.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 478.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 240.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 240.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 2.921.000,00

5 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 95.806.750,00 (Noventa e cinco milhões, oitocentos e seis mil, setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas Tributária, Patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 36.670.000,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$ 400.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 36.210.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 60.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 10.353.000,00
2.1 - Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.2 - Transferências de Capital	R\$ 10.303.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 48.783.750,00

TOTAL GERAL	R\$ 95.806.750,00
-------------	-------------------

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 84.066.250,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 55.103.750,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 28.962.500,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 11.740.500,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 11.740.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 95.806.750,00

6 - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 25.335.000,00 (Vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, receitas tributárias, patrimoniais e de outras receitas correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 5.492.000,00
1.1 - Receita Patrimonial	R\$ 100.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 5.372.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 14.593.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.250.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 5.250.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 25.335.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 19.410.000,00
- PESSOAL 1.1 E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 11.512.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 7.898.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.925.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 5.925.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 25.335.000,00

7 – DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE – FIA

Art. 10. O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, para o Exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.350.000,00 (Um milhão, trezentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura e de receitas patrimoniais, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 850.000,00
1.2 – RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 100.000,00
1.3 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 750.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 500.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.350.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.300.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.300.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 50.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 50.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.350.000,00

8 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL FUMPRESI

Art. 11. O Orçamento Fundo Municipal FUMPRESI, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal FUMPRESI, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura, receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.560.000,00
1.1 – Receita Patrimonial	R\$ 110.000,00
1.2 – Receita de Serviços	R\$ 1.400.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 50.000,00
2 – RECEITA DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.860.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal FUMPRESI, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.040.000,00
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 120.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 920.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 820.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 820.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.860.000,00

9 – DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 12. O Orçamento da Faculdade Municipal de Palhoça, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 10.554.000,00 (Dez milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil reais).

§ 1º A Receita da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura,

de receitas, patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 70.000,00
1.2 – Outras Receitas Correntes	R\$ 70.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.550.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$ 1.550.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 8.934.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.554.000,00

§ 2º A Despesa da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.734.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.064.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.670.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.820.000,00
2.1 – INVESTIMENTO	R\$ 1.820.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.554.000,00

10 – DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Art. 13. O Orçamento da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 3.212.000,00 (Três milhões, duzentos e doze mil reais).

§ 1º Receita da Fundação Municipal de Esportes e Cultura, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributárias, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 670.000,00
1.1 – Transferências Correntes	R\$ 670.000,00
(+) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 2.542.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.212.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.757.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.231.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.526.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 455.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 455.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 3.212.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14. O Poder Executivo é autorizado a contratar Operações de

Crédito, nos limites e prazos estabelecidos nas legislações vigentes.

Art. 15. Na realização do Orçamento referente as Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 16. É vedada a redução de recursos, destinados à execução de investimentos já iniciados, para acorrer despesas resultantes de novos projetos

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a suplementar/remanejar dotações Orçamentárias, criar elementos de despesas, transferir de uma categoria econômica para outra, de um projeto/atividade para outro, de uma unidade/entidade para outra, abrir Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, em atendimento às necessidades de suplementações e anulações do orçamento da Prefeitura, dos Fundos, Fundações, autarquias e Legislativo, em até 15% (quinze por cento), do total da receita estimada consolidada do Município, aprovada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2017.

Parágrafo Único. São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, contidas na presente Lei, as anulações totais ou parciais de dotações não mais utilizáveis; o superávit financeiro do exercício anterior; o provável excesso de arrecadação, resultante de operações de créditos e outros próprios e vinculados, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos, fundações e Autarquias.

Art. 18. Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 19. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a cobertura dos riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 28 de dezembro de 2017, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes.

Art. 20. As ações, de obras, serviços, equipamentos, projetos/atividades de manutenção e demais investimentos e os programas de manutenção e conservação da máquina administrativa pública

da administração direta e indireta, ora inseridos no Orçamento do Município de Palhoça, para o exercício de 2017, ainda não contemplados, passam a integrar a LDO/2017 e o Plano Plurianual, Quadriênio de 2013 a 2017.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de Dezembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 845/2016.

PROJETO DE LEI nº 845/2016.

Denomina Via Pública. SERVIDÃO NAILDA MARIA DE OLIVEIRA.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada a Servidão Nailda Maria de Oliveira com extensão de 45 m (quarenta e cinco metros) e 4 m (quatro metros) de largura, com início na Rua Caetano de Medeiros, no Bairro Aritú.

PARÁGRAFO ÚNICO – A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui e o Atestado de óbito, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 865/2016.

PROJETO DE LEI Nº 865/2016.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993 de demais alterações subsequentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I, referido no artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante da presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA ATUAL	LOCAL	CROQUI	ÁREA APÓS ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
APP	Enseada de Brito - Pedras Altas	01	ATR-2 – Área Turística Residencial 2

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº702/2015.

PROJETO DE LEI Nº702/2015.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº. 16, de 07 de abril de 1993 de demais alterações subsequentes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I, referido no artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante da presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA ATUAL	LOCAL	CROQUI	ÁREA APÓS ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
ATR-3 AMC-6 APP	Passagem do Maciambú	01	AMC-1 – Área Mista Comercial 1 AMC-5 – Área Mista Comercial 5

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº806/2016.

PROJETO DE LEI Nº806/2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. No Loteamento Cambirela II e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as seguintes vias públicas localizadas no Loteamento Cambirela II, bairro Praia de Fora, neste Município, com os seguintes nomes:

I – RUA 1 – Travessa Monte Cambirela, via pública municipal com extensão total de aproximadamente 104,00m (centro e quatro metros), e 12,00m (doze metros) de largura;

II – RUA 2 – Rua Jacob Brunet, via pública municipal com extensão total e aproximadamente, 316,00m (trezentos e dezesseis metros) e 12,00m (doze metros) de largura;

III – RUA 3 – Rua dos Artistas, via pública municipal com extensão total e aproximadamente, 316,00m (trezentos e dezesseis metros) e 12,00m (doze metros) de largura;

IV – RUA 4 – Rua João de Barro, via pública municipal com extensão total e aproximadamente, 345,00 (trezentos e quarenta e cinco metros) e 12,00m (doze metros) de largura;

V – RUA 5 – Rua Dona Chica, via pública municipal com extensão total e aproximadamente, 449,00 (quatrocentos e quarenta e nove metros) e 12,00m (doze metros) de largura;

VI – RUA 6 – Rua Itamir José Fabro, via pública municipal com extensão total e aproximadamente, 320,00 (trezentos e vinte metros) e 12,00m (doze metros) de largura;

Parágrafo único. A localização das referidas vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica revogada a Lei n. 1.635 de 27 de Março de 2003.

Art. 3º Fica revogada a Lei n. 4.146 de 16 de Dezembro de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 131/2016

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 131/2016

Dispõe sobre o assessoramento parlamentar vinculado e a estrutura administrativa do Poder Legislativo de Palhoça Estado de Santa Catarina, e altera a Lei Complementar nº 145/2013, em que cria cargos efetivos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre cargos comissionados e o assessoramento parlamentar vinculado aos Vereadores do Poder Legislativo de Palhoça dentro da organização administrativa da Câmara Municipal.

CAPÍTULO I**DO ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR**

Art. 2º - Ficam criados junto à Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Palhoça, na assistência e assessoramento aos Vereadores, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - Assessor Parlamentar;

II - Chefe de Gabinete;

§ 1º - Os cargos de Chefe de Gabinete exigem para o seu provimento nível médio completo, quanto que o cargo de Assessor Parlamentar exige nível fundamental completo.

§ 2º - Os cargos serão preenchidos por indicação do Vereador solicitante, de livre nomeação e exoneração por parte do Presidente da Mesa Diretora, referendados por meio de Portaria.

§ 3º - Caso não haja indicação da data de afastamento, o servidor deverá permanecer no exercício do cargo até a data de publicação do ato em mural ou no Diário Oficial do Município.

§ 4º - Os cargos mencionados neste artigo subordinam-se diretamente ao Vereador, lotados no respectivo gabinete de trabalho.

Art. 3º - Na composição dos gabinetes, cada Vereador deverá ter:

I – 03 (três) Assessores parlamentares; e

II - 01 (um) Chefe de Gabinete.

Parágrafo Único – A remuneração mensal será a constante do Anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 4º - Aos Assessores Parlamentares compete:

I – acompanhar e representar o Vereador nas reuniões realizadas perante a comunidade, anotando as reivindicações e encaminhados propostos para subsidiar os trabalhos legislativos;

II – realizar pesquisas e levantamentos de dados e informações junto à comunidade acerca de assuntos de interesses do Vereador, a fim de subsidiar a elaboração de indicações, moções, projetos e demais proposições;

III – dirigir o veículo à disposição do vereador para as atividades do mandato dentro do Município, quando não houver servidor efetivo para realizá-la, desde que possua a devida habilitação perante o

órgão de trânsito;

IV – promover as medidas necessárias à realização de viagens pelo Vereador;

V – participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar ministradas na Câmara de Vereadores;

VI - cuidar dos assuntos pertinentes à função do Vereador.

Art. 5º - Ao Chefe de Gabinete compete o planejamento, direção, controle e execução das atividades do gabinete dentro das diretrizes administrativas fixadas pelo Vereador, e as seguintes:

I – atender as pessoas que contatam o Gabinete do Vereador, orientando-as ou marcando audiência;

II – gerenciar a preparação do expediente a ser assinado e despachado pelo Vereador;

III – coordenar os contatos do Vereador com órgãos e autoridades, bem como preparar sua agenda diária;

IV – controlar a tramitação de documentos e processos de interesse do Vereador;

V – demais atribuições delegadas pelo Vereador.

Art. 6º – Os cargos subordinam-se ao Regime Geral da Previdência Social, não tendo direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social previstos no estatuto do servidor público municipal.

Art. 7º - Caberá ao Vereador promover o cumprimento das exigências funcionais dos seus respectivos Assessores e Chefe de Gabinete.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA**

Art. 8º A Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Palhoça é subordinada diretamente à Presidência, tendo os seguintes órgãos:

I – Consultoria Jurídica da Presidência;

II – Diretoria Geral;

III – Diretoria Administrativa;

IV – Diretoria de Controle Interno.

Art. 9º À Consultoria Jurídica da Presidência compete, privativamente:

I - atender as consultas sobre assuntos jurídicos feitas pela Presidência;

II - emitir pareceres sobre assuntos jurídicos e legislativos solicitados pela Presidência;

III - solicitar à Diretoria Geral a aquisição de livros e periódicos sobre matéria legislativa e jurídica, visando manter o material de consulta da Câmara sempre atualizado;

IV - atender a Presidência na elaboração e análise de atos, contratos, convênios e demais providências de sua alçada;

V - assistir e assessorar o Presidente em todas as matérias

legislativas e de interesse da Câmara quando for parte interessada.

VI - executar demais atribuições delegadas pelo Presidente.

Art. 10 A Diretoria Geral subordinada diretamente ao Presidente da Câmara é o órgão que tem por finalidade exercer atividades junto aos poderes públicos, entidades e associações de classe, atuando ainda como órgão de assessoramento técnico legislativo aos vereadores na supervisão, coordenação e controle geral da Câmara Municipal de Palhoça, em seus assuntos legislativos e especialmente:

I – dirigir os serviços nas dependências da Câmara;

II – baixar ordens de serviço.

III – despachar os papéis relativos aos serviços internos da Câmara;

IV - distribuir o pessoal sob sua subordinação pelos vários setores da Câmara, de acordo com as suas necessidades funcionais;

V – convocar os servidores para prestação de serviços extraordinários de acordo com as necessidades existentes;

VI – propor a abertura de sindicâncias e instauração de processos administrativos;

VII – assinar as certidões que forem fornecidas pela Câmara;

VIII – julgar os pedidos de abono e justificações de faltas ao serviço de todos os funcionários da Câmara;

IX – autorizar os pedidos de compras necessárias ao funcionamento da Câmara, até o limite previsto em lei sem licitação;

X – promover em todas as suas fases, os processos de licitação, com a colaboração da Divisão Administrativa e demais divisões e órgãos da Câmara, consignando os editais respectivos juntamente com a Presidência, sempre com a oitiva do assessoramento jurídico em ofício na Casa;

XI – executar outras tarefas correlatas às funções e responsabilidades próprias da Diretoria Geral designadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 11 À Diretoria Administrativa compete:

I - aplicar e fazer aplicar a legislação referente aos servidores da Câmara;

II - estudar e discutir, com os órgãos interessados, a proposta orçamentária da Câmara na parte referente a pessoal;

III - supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora;

IV - fazer preparar e revisar os atos de nomeação dos novos servidores, bem como promover a lavratura dos atos referentes a pessoal e, ainda, os termos de posse dos servidores da Câmara;

V - providenciar a identificação e matrícula dos servidores da Câmara, bem como a expedição dos respectivos cartões funcionais;

VI - programar a revisão periódica do Plano de Classificação de Cargos, organizando a lotação nominal e numérica dos servidores da Câmara;

VII - coordenar as atividades relativas à execução de programas de capacitação de servidores, levantando, anualmente, as

necessidades de treinamento nas repartições da Câmara;

VIII - supervisionar a seleção de candidatos a cursos de treinamento, providenciando a expedição de certificados de conclusão e o registro, na ficha funcional dos servidores, dos resultados dos cursos;

IX - promover a verificação dos dados relativos ao controle do salário-família, do adicional por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores, previstas na legislação vigente;

X - supervisionar a organização e atualização dos registros, controles e ocorrências de servidores e parlamentares, bem como a preparação das respectivas folhas de pagamento;

XI - exercer outras atividades correlatas.

Art. 12 À Diretoria de Controle Interno compete:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades do Poder Público Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO ESPECÍFICA DE CADA UNIDADE, NÚMERO DE CARGOS FORMA DE PROVIMENTO, CARGA HORÁRIA SEMANAL, ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO REFERENCIAL E REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO.

Art. 13 À Consultoria Jurídica da Presidência será composta por 01 (um) cargo de provimento em comissão de Consultor Jurídico da Presidência, com carga horária semanal de 30 horas, a ser exercido por profissional advogado, devidamente inscrito nos quadros da OAB, com pelo menos 01 (um) ano de efetiva e comprovada militância, que será remunerado conforme Anexo II da presente Lei.

Art. 14 A Diretoria Geral constitui-se em unidade administrativa autônoma, diretamente subordinada à Presidência da Câmara, sendo exercida por 01 (um) ocupante de cargo de provimento em comissão, denominado Diretor Geral, que deverá possuir ensino médio completo, e será remunerado conforme Anexo II da presente Lei.

Art. 15 A Diretoria Administrativa será composta por 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, com formação mínima de Ensino Médio Completo, e carga horária semanal de 30 horas, e será remunerado conforme o constante no Anexo II da presente Lei.

Art. 16 A Diretoria de Controle Interno é constituída de 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor de Controle Interno, com formação mínima de Ensino Médio Completo, e será remunerado conforme Anexo II da presente Lei.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art. 17 Os ocupantes de cargos de provimento em comissão de que

tratam esta Lei Complementar, serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado nos Anexos desta Lei, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, exceto décimo terceiro salário, férias e o auxílio alimentação, se houver.

Art. 18 Compõe ainda a estrutura administrativa da Câmara Municipal o quadro de servidores de provimento efetivo.

Art. 19 O servidor efetivo nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão que optar em receber os vencimentos do seu cargo de carreira, será devido uma gratificação no valor de 60% (sessenta por cento) da remuneração fixada para o respectivo cargo.

Parágrafo único. Ao servidor de outro órgão público que vier à disposição da Câmara de Vereadores poderá ser concedida gratificação de 60% (sessenta por cento) de seus vencimentos.

Art. 20 A revisão dos subsídios aqui fixados será efetuada anualmente e sempre na mesma data e índices dos demais servidores efetivos.

Art. 21 Os ocupantes de cargo de provimento em comissão de que trata esta Lei Complementar são regidos pelo regime estatutário (Lei Complementar nº. 96/2010) e o geral de previdência.

Art. 22 Os cargos serão ocupados gradativamente, levando-se em consideração as necessidades, administrativas da Câmara Municipal de Palhoça e o limite legal de despesa com pessoal estabelecida em Lei de Responsabilidade Fiscal e no orçamento vigente.

Art. 23 As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, correm à conta de dotações orçamentárias específicas, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, no que concerne aos órgãos e unidades administrativas criadas, mantidas ou alteradas.

Art. 24 Para fins de reequilíbrio, os cargos de diretoria, gerência e de sub-gerência, bem como as assessorias contempladas na legislação anterior e não mencionadas nesta Lei, ficam extintos.

Art. 25 Ficam revogadas as Leis Complementares Municipais nº 146/2013 e nº 148/2013.

Art. 26 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ANEXO I

Cargo	Remuneração
Assessor Parlamentar	R\$ 4.000,00
Chefe de Gabinete	R\$ 8.000,00

ANEXO II

Cargo	Remuneração
Consultor Jurídico da Presidência	R\$ 6.000,00
Diretor Geral	R\$ 6.000,00
Diretor Administrativo	R\$ 5.000,00
Diretor de Controle Interno	R\$ 4.000,00

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 131/2016

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 131/2016

Dispõe sobre o assessoramento parlamentar vinculado e a estrutura administrativa do Poder Legislativo de Palhoça Estado de Santa Catarina, e altera a Lei Complementar nº 145/2013, em que cria cargos efetivos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre cargos comissionados e o assessoramento parlamentar vinculado aos Vereadores do Poder Legislativo de Palhoça dentro da organização administrativa da Câmara Municipal.

CAPÍTULO I

DO ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR

Art. 2º - Ficam criados junto à Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Palhoça, na assistência e assessoramento aos Vereadores, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - Assessor Parlamentar;

II - Chefe de Gabinete;

§ 1º - Os cargos de Chefe de Gabinete exigem para o seu provimento nível médio completo, quanto que o cargo de Assessor Parlamentar exige nível fundamental completo.

§ 2º - Os cargos serão preenchidos por indicação do Vereador solicitante, de livre nomeação e exoneração por parte do Presidente da Mesa Diretora, referendados por meio de Portaria.

§ 3º - Caso não haja indicação da data de afastamento, o servidor deverá permanecer no exercício do cargo até a data de publicação do ato em mural ou no Diário Oficial do Município.

§ 4º - Os cargos mencionados neste artigo subordinam-se diretamente ao Vereador, lotados no respectivo gabinete de trabalho.

Art. 3º - Na composição dos gabinetes, cada Vereador deverá ter:

I – 03 (três) Assessores parlamentares; e

II - 01 (um) Chefe de Gabinete.

Parágrafo Único – A remuneração mensal será a constante do Anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 4º - Aos Assessores Parlamentares compete:

I – acompanhar e representar o Vereador nas reuniões realizadas perante a comunidade, anotando as reivindicações e encaminhando os propostos para subsidiar os trabalhos legislativos;

II – realizar pesquisas e levantamentos de dados e informações junto à comunidade acerca de assuntos de interesses do Vereador, a fim de subsidiar a elaboração de indicações, moções, projetos e demais proposições;

III – dirigir o veículo à disposição do vereador para as atividades do mandato dentro do Município, quando não houver servidor efetivo para realiza-la, desde que possua a devida habilitação perante o

órgão de trânsito;

IV – promover as medidas necessárias à realização de viagens pelo Vereador;

V – participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar ministradas na Câmara de Vereadores;

VI - cuidar dos assuntos pertinentes à função do Vereador.

Art. 5º - Ao Chefe de Gabinete compete o planejamento, direção, controle e execução das atividades do gabinete dentro das diretrizes administrativas fixadas pelo Vereador, e as seguintes:

I – atender as pessoas que contatam o Gabinete do Vereador, orientando-as ou marcando audiência;

II – gerenciar a preparação do expediente a ser assinado e despachado pelo Vereador;

III – coordenar os contatos do Vereador com órgãos e autoridades, bem como preparar sua agenda diária;

IV – controlar a tramitação de documentos e processos de interesse do Vereador;

V – demais atribuições delegadas pelo Vereador.

Art. 6º – Os cargos subordinam-se ao Regime Geral da Previdência Social, não tendo direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social previstos no estatuto do servidor público municipal.

Art. 7º - Caberá ao Vereador promover o cumprimento das exigências funcionais dos seus respectivos Assessores e Chefe de Gabinete.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA

Art. 8º A Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Palhoça é subordinada diretamente à Presidência, tendo os seguintes órgãos:

I – Consultoria Jurídica da Presidência;

II– Diretoria Geral;

III – Diretoria Administrativa;

IV – Diretoria de Controle Interno.

Art. 9º À Consultoria Jurídica da Presidência compete, privativamente:

I - atender as consultas sobre assuntos jurídicos feitas pela Presidência;

II - emitir pareceres sobre assuntos jurídicos e legislativos solicitados pela Presidência;

III - solicitar à Diretoria Geral a aquisição de livros e periódicos sobre matéria legislativa e jurídica, visando manter o material de consulta da Câmara sempre atualizado;

IV - atender a Presidência na elaboração e análise de atos, contratos, convênios e demais providências de sua alçada;

V - assistir e assessorar o Presidente em todas as matérias

legislativas e de interesse da Câmara quando for parte interessada.

VI - executar demais atribuições delegadas pelo Presidente.

Art. 10 A Diretoria Geral subordinada diretamente ao Presidente da Câmara é o órgão que tem por finalidade exercer atividades junto aos poderes públicos, entidades e associações de classe, atuando ainda como órgão de assessoramento técnico legislativo aos vereadores na supervisão, coordenação e controle geral da Câmara Municipal de Palhoça, em seus assuntos legislativos e especialmente:

I – dirigir os serviços nas dependências da Câmara;

II – baixar ordens de serviço.

III – despachar os papéis relativos aos serviços internos da Câmara;

IV - distribuir o pessoal sob sua subordinação pelos vários setores da Câmara, de acordo com as suas necessidades funcionais;

V – convocar os servidores para prestação de serviços extraordinários de acordo com as necessidades existentes;

VI – propor a abertura de sindicâncias e instauração de processos administrativos;

VII – assinar as certidões que forem fornecidas pela Câmara;

VIII – julgar os pedidos de abono e justificações de faltas ao serviço de todos os funcionários da Câmara;

IX – autorizar os pedidos de compras necessárias ao funcionamento da Câmara, até o limite previsto em lei sem licitação;

X – promover em todas as suas fases, os processos de licitação, com a colaboração da Divisão Administrativa e demais divisões e órgãos da Câmara, consignando os editais respectivos juntamente com a Presidência, sempre com a oitiva do assessoramento jurídico em ofício na Casa;

XI – executar outras tarefas correlatas às funções e responsabilidades próprias da Diretoria Geral designadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 11 À Diretoria Administrativa compete:

I - aplicar e fazer aplicar a legislação referente aos servidores da Câmara;

II - estudar e discutir, com os órgãos interessados, a proposta orçamentária da Câmara na parte referente a pessoal;

III - supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora;

IV - fazer preparar e revisar os atos de nomeação dos novos servidores, bem como promover a lavratura dos atos referentes a pessoal e, ainda, os termos de posse dos servidores da Câmara;

V - providenciar a identificação e matrícula dos servidores da Câmara, bem como a expedição dos respectivos cartões funcionais;

VI - programar a revisão periódica do Plano de Classificação de Cargos, organizando a lotação nominal e numérica dos servidores da Câmara;

VII - coordenar as atividades relativas à execução de programas de capacitação de servidores, levantando, anualmente, as

necessidades de treinamento nas repartições da Câmara;

VIII - supervisionar a seleção de candidatos a cursos de treinamento, providenciando a expedição de certificados de conclusão e o registro, na ficha funcional dos servidores, dos resultados dos cursos;

IX - promover a verificação dos dados relativos ao controle do salário-família, do adicional por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores, previstas na legislação vigente;

X - supervisionar a organização e atualização dos registros, controles e ocorrências de servidores e parlamentares, bem como a preparação das respectivas folhas de pagamento;

XI - exercer outras atividades correlatas.

Art. 12 À Diretoria de Controle Interno compete:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades do Poder Público Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO ESPECÍFICA DE CADA UNIDADE, NÚMERO DE CARGOS FORMA DE PROVIMENTO, CARGA HORÁRIA SEMANAL, ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO REFERENCIAL E REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO.

Art. 13 À Consultoria Jurídica da Presidência será composta por 01 (um) cargo de provimento em comissão de Consultor Jurídico da Presidência, com carga horária semanal de 30 horas, a ser exercido por profissional advogado, devidamente inscrito nos quadros da OAB, com pelo menos 01 (um) ano de efetiva e comprovada militância, que será remunerado conforme Anexo II da presente Lei.

Art. 14 A Diretoria Geral constitui-se em unidade administrativa autônoma, diretamente subordinada à Presidência da Câmara, sendo exercida por 01 (um) ocupante de cargo de provimento em comissão, denominado Diretor Geral, que deverá possuir ensino médio completo, e será remunerado conforme Anexo II da presente Lei.

Art. 15 A Diretoria Administrativa será composta por 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, com formação mínima de Ensino Médio Completo, e carga horária semanal de 30 horas, e será remunerado conforme o constante no Anexo II da presente Lei.

Art. 16 A Diretoria de Controle Interno é constituída de 01 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor de Controle Interno, com formação mínima de Ensino Médio Completo, e será remunerado conforme Anexo II da presente Lei.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS.

Art. 17 Os ocupantes de cargos de provimento em comissão de que

tratam esta Lei Complementar, serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado nos Anexos desta Lei, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, exceto décimo terceiro salário, férias e o auxílio alimentação, se houver.

Art. 18 Compõe ainda a estrutura administrativa da Câmara Municipal o quadro de servidores de provimento efetivo.

Art. 19 O servidor efetivo nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão que optar em receber os vencimentos do seu cargo de carreira, será devido uma gratificação no valor de 60% (sessenta por cento) da remuneração fixada para o respectivo cargo.

Parágrafo único. Ao servidor de outro órgão público que vier à disposição da Câmara de Vereadores poderá ser concedida gratificação de 60% (sessenta por cento) de seus vencimentos.

Art. 20 A revisão dos subsídios aqui fixados será efetuada anualmente e sempre na mesma data e índices dos demais servidores efetivos.

Art. 21 Os ocupantes de cargo de provimento em comissão de que trata esta Lei Complementar são regidos pelo regime estatutário (Lei Complementar nº. 96/2010) e o geral de previdência.

Art. 22 Os cargos serão ocupados gradativamente, levando-se em consideração as necessidades, administrativas da Câmara Municipal de Palhoça e o limite legal de despesa com pessoal estabelecida em Lei de Responsabilidade Fiscal e no orçamento vigente.

Art. 23 As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, correm à conta de dotações orçamentárias específicas, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, no que concerne aos órgãos e unidades administrativas criadas, mantidas ou alteradas.

Art. 24 Para fins de reenquadramento, os cargos de diretoria, gerência e de sub-gerência, bem como as assessorias contempladas na legislação anterior e não mencionadas nesta Lei, ficam extintos.

Art. 25 Ficam revogadas as Leis Complementares Municipais nº 146/2013 e nº 148/2013.

Art. 26 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ANEXO I

Cargo	Remuneração
Assessor Parlamentar	R\$ 4.000,00
Chefe de Gabinete	R\$ 8.000,00

ANEXO II

Cargo	Remuneração
Consultor Jurídico da Presidência	R\$ 6.000,00
Diretor Geral	R\$ 6.000,00
Diretor Administrativo	R\$ 5.000,00
Diretor de Controle Interno	R\$ 4.000,00

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133/2016.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133/2016.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

TÍTULO I**DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Esta Lei Complementar define a organização administrativa da Administração Municipal de Palhoça e reestrutura o quadro de cargos de provimento em comissão, de funções gratificadas e adota outras providências.

Art. 2º A Administração Municipal de Palhoça pautará sua ação pelas disposições constitucionais que lhe são aplicáveis, bem como pelos seguintes princípios:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II - sustentabilidade, transparência, finalidade, motivação, proporcionalidade, segurança jurídica, razoável duração do processo administrativo, amplo acesso à informação, contraditório e ampla defesa;

III - melhoria de qualidade e ampliação da abrangência dos serviços públicos municipais, que deverão observar os princípios da universalidade, igualdade, modicidade e adequação;

IV - democratização e desburocratização das ações administrativas;

V - aprimoramento da capacidade institucional da Administração Municipal; e

VI - integração com a União, o Estado e os Municípios, especialmente para obter os melhores resultados possíveis na prestação de serviços e no atendimento a demandas de competências concorrentes.

Parágrafo Único. O planejamento da ação administrativa será pautado pelas normas constantes das leis que aprovarem:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - o orçamento anual; e

IV - o plano diretor.

Art. 3º A diretriz organizacional da Administração Pública Municipal primará pela prestação de serviço público capaz de facilitar as ações da sociedade, proporcionando condições para o pleno exercício das liberdades individuais e do desenvolvimento dos talentos, criatividade, vocações e potencialidades das pessoas e das regiões.

TÍTULO II**DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I****Do Prefeito e do Vice-Prefeito**

Art. 4º A Administração Superior do Poder Executivo Municipal é exercida pelo Prefeito, auxiliado pelo Procurador Geral do Município e pelos Secretários Municipais.

Parágrafo Único. O Vice-Prefeito, além das atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito quando convocado para missões e atividades especiais.

Seção II**Das Atribuições dos Secretários Municipais e Presidentes de Autarquias e Fundações**

Art. 5º Os Secretários Municipais e aos Presidentes de Autarquias e Fundações, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito, exercem atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos

de provimento em comissão e dos de provimento efetivo.

Art. 6º No exercício de suas atribuições cabe aos Secretários Municipais e aos Presidentes de Autarquias e Fundações:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II - distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais que dirigem e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas, respeitada a legislação pertinente;

III - expedir circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais disposições normativas compatíveis com a legislação vigente para promover as atividades realizadas pela Secretaria;

IV - apresentar ao Prefeito relatório semestral de sua gestão na Secretaria, bem como prestar apoio à equipe designada pelo Prefeito Municipal no acompanhamento de metas;

V - revogar, anular, sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública, na área de sua competência;

VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;

VII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência;

VIII - representar, gerenciar e administrar os respectivos órgãos de sua competência, assinando processos, despachos, ofícios e demais atos necessários;

IX - ser responsável pelos atos praticados, bem como ordenar primariamente as despesas dos respectivos órgãos; e

X - exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção III

Das Atribuições do Procurador Geral do Município

Art. 7º O Procurador Geral do Município, auxiliar direto e imediato do Prefeito, exerce atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão e dos de provimento efetivo.

Art. 8º O Procurador Geral do Município exercerá a direção superior da Procuradoria Geral do Município, cabendo-lhe a chefia do órgão, bem como a competência para, em nome do Município, propor e desistir de ações, transigir, acordar, compromissar, receber citações e notificações, podendo interpor recursos nas ações em que o Município figure como parte ou interessado.

Art. 9º O Procurador Geral do Município poderá delegar funções aos Subprocuradores Gerais do Município e aos Procuradores do Município, para o exercício pleno das atribuições do órgão.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DA SUA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 10. A Administração Pública Municipal compreende:

I - a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito, da Procuradoria Geral e das Secretarias Municipais; e

II - a Administração Indireta, que abrange as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Fundações Públicas; e
- c) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Seção I

Da delegação de competência

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação.

Art. 12. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização e desconcentração administrativas, com o objetivo de assegurar rapidez às decisões, dentro dos limites legais e constitucionais.

Art. 13. É facultado ao Chefe do Poder Executivo, ao Procurador Geral do Município, aos Secretários Municipais e Presidentes de Autarquias e Fundações, delegar parte de sua competência aos dirigentes de órgãos por eles supervisionados, coordenados, orientados e controlados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Seção II

Do controle administrativo

Art. 14. O controle das atividades da Administração Pública Municipal será exercido em todos os níveis, órgãos e entidades, em especial:

I - pelo Comitê Gestor de Governo e Comitê de Desburocratização que desenvolverão suas atividades por designação do Prefeito Municipal;

II - pela chefia competente, no que toca à execução dos programas, projetos, ações e observância das normas inerentes à atividade específica do órgão ou da entidade vinculada ou controlada; e

III - pelos órgãos de cada sistema, referente à observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades administrativas;

IV - pelo Controle Interno do Município no uso de suas atribuições legais.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 15. A estrutura organizacional básica da Administração Direta compreende:

I - Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito, constituído da seguinte forma:

- a) Comitê Gestor de Governo;
- b) Comitê de Desburocratização;
- c) Ouvidoria; e
- d) Diretoria Executiva de Controle Interno.

II - Procuradoria Geral do Município;

II - Secretarias Municipais:

- a) Secretaria Municipal de Administração;
- b) Secretaria Municipal da Fazenda;
- c) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento;
- d) Secretaria Municipal da Educação;
- e) Secretaria Municipal da Saúde;
- f) Secretaria Municipal de Segurança Pública;
- g) Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão;
- h) Secretaria Municipal de Serviço Público – SESP;
- i) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- j) Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;
- k) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- l) Secretaria Municipal de Turismo;
- m) Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais;
- n) Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

Dos órgãos deliberativos

Art. 16. Fica criado o Comitê Gestor de Governo, órgão deliberativo diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, que terá como incumbência coordenar ações voltadas à gestão da Administração Pública, bem como ao controle de gastos, incremento de receitas e potencialização de investimentos.

Parágrafo Único. A composição, atribuições e especificidades do Comitê Gestor de Governo serão dispostas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Art. 17. Fica criado o Comitê de Desburocratização, órgão deliberativo e executivo diretamente vinculado ao Gabinete de Prefeito Municipal, que terá as seguintes atribuições:

I - Contribuir para a definição das linhas estratégicas e das políticas gerais relacionadas com a administração eletrônica, a simplificação administrativa e a distribuição de serviços públicos;

II - Desenvolver os serviços de atendimento ao cidadão, integrados e especializados, articulando com os sistemas de atendimento on-line;

III - Promover a modernização da prestação e distribuição dos serviços públicos orientados para a satisfação das necessidades dos cidadãos; e

IV - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas ao Comitê por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. A composição, atribuições e especificidades do Comitê de Desburocratização serão dispostas por meio de Decreto do Poder Executivo.

Seção II Do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 18. O Gabinete da Chefia do Executivo assiste direta e imediatamente ao Prefeito Municipal nos serviços de secretaria.

Parágrafo Único. São vinculados ao Gabinete do Prefeito Municipal:

I - Diretoria Executiva de Controle Interno do Município;

II - Ouvidoria; e

III - Diretoria de Comunicação Social.

Art. 19. Compete à Ouvidoria do Município de Palhoça a execução de atos de controle, administração e gerenciamento de consultas, críticas, denúncias, elogios, reclamações, sugestões e pedidos encaminhados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 20. São atribuições da Ouvidoria do Município, além de outras que lhe forem conferidas por lei:

I - receber, apurar a procedência e encaminhar consultas, críticas, denúncias, elogios, reclamações, solicitações, sugestões ou demais manifestações que lhe forem dirigidas por membros da comunidade palhocense;

II - acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo o(s) interessado(s) informado(s) do trâmite dos processos;

III - propor aos Órgãos da Administração Municipal a edição, alteração e revogação de atos normativos internos, com vistas ao aperfeiçoamento, nos termos da legislação vigente;

IV - promover e divulgar suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos;

Art. 21. A Diretoria de Comunicação Social, órgão de apoio, terá as seguintes atribuições:

I - assessorar o Poder Executivo nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação da Administração Direta e Indireta;

II - acompanhar e subsidiar os veículos de comunicação com informações sobre as ações administrativas, desenvolvendo serviços de imprensa, relações públicas, comunicação digital das atividades governamentais e inclusão digital no âmbito do Município;

III - formular e gerir toda a política de comunicação para o público interno e externo da Prefeitura Municipal de Palhoça; e

IV - as despesas com publicidade serão executadas pelo Diretor;

V - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º Todo e qualquer órgão ou agente da Administração Municipal Direta ou Indireta que exerça atividade de assessoria de comunicação junto às secretarias e às entidades da Administração Indireta estará sujeito à supervisão e à subordinação técnica da Diretoria de Comunicação Social;

§ 2º A supervisão consiste na orientação, normatização, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados tecnicamente à Diretoria de Comunicação Social, no intuito de unificar os procedimentos de assessoramento no âmbito da Administração Direta e Indireta.

Art. 22. Compete à Diretoria Executiva de Controle Interno do Município de Palhoça a execução de atos de controle e supervisão dos atos administrativos, licitatórios, patrimoniais, financeiros e contábeis, bem como a realização de pareceres técnicos quando solicitados pelo Prefeito, Secretários Municipais e Presidentes de Autarquias e Fundações.

Art. 23. São atribuições da Diretoria Executiva de Controle Interno do Município, além de outras que lhe forem conferidas:

I - Exercer o controle interno do Município através de mecanismos que visem a garantir a aplicação e gestão dos recursos públicos em conformidade com os princípios fundamentais e constitucionais explícitos e implícitos e a legislação orçamentária, licitatória, contratual, contábil, patrimonial, financeira e fiscal vigente;

II - Fiscalizar a execução da gestão orçamentária, licitatória, contratual, contábil, patrimonial, financeira e fiscal, nos órgãos e entidades da Prefeitura;

III - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

IV - Examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras, qualquer que seja o objeto, inclusive as notas explicativas e relatórios de órgãos e entidades da Prefeitura;

V - Desenvolver e executar, além do controle da legalidade, legitimidade e economicidade, outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções.

Art. 24. São atribuições do Gabinete do Prefeito, dentre outras:

I - propor a fixação de normas regulamentares, métodos, critérios e procedimentos destinados a reger a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo;

II - efetuar o acompanhamento, avaliar e controlar a execução dos programas de governo, sistêmicos ou isolados, objetivando racionalizar e harmonizar as ações administrativas;

III - coordenar e elaborar projetos de natureza especial que visem a implantar programas de qualidade e produtividade no serviço público;

IV - planejar, acompanhar e avaliar atividades afetas a programas de qualidade e produtividade;

V - articular com os órgãos e entidades da administração pública medidas capazes de diagnosticar e sanear desajustes administrativos;

VI - fixar normas e diretrizes destinadas a compatibilizar a questão administrativa, financeira, orçamentária, salarial e patrimonial das entidades da administração indireta com as políticas, planos e programas governamentais;

VII - definir, no âmbito do Poder Executivo, a política salarial a ser observada pela administração direta e indireta.

VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações em sua área de atuação, para conhecimento e permanente avaliação do Prefeito do Município;

IX - apoiar as Secretarias Municipais na execução de atividades, ações, programas e projetos das suas respectivas competências;

X - elaborar o planejamento estratégico de desenvolvimento do Município, de forma articulada com as Secretarias Municipais;

XI - definir as políticas, diretrizes e estratégias de planejamento;

XII - sugerir a definição da alocação dos recursos orçamentários segundo as áreas prioritárias para investimentos;

XIII - viabilizar o desenvolvimento de projetos e a sua execução através de outras instituições oficiais ou particulares;

XIV - propor e apoiar as ações voltadas ao desenvolvimento de um processo contínuo e permanente de modernização administrativa, com vistas à integração, racionalização e eficiência das rotinas, métodos e processos de trabalho, no âmbito da Administração Municipal, contribuindo, dessa forma, para a melhoria dos serviços públicos;

XV - coordenar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, instrumentos do Sistema de Planejamento Público Brasileiro;

XVI - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 25. A estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização;

II - 01 (um) Diretor Executivo de Controle Interno;

III - 01 (um) Diretor de Gestão, subordinado ao Secretário Executivo;

IV - 01 (um) Diretor de Planejamento e Desburocratização, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Diretor de Gabinete;

VI - 01 (um) Diretor de Controle e Transparência;

VII - 01 (um) Diretor de Comunicação;

VIII - 01 (um) Gerente Geral de Mídias, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

IX - 01 (um) Gerente Geral de Gabinete, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

X - 01 (um) Gerente de Imprensa, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XI - 01 (um) Gerente de Ouvidoria subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XII - 01 (um) Gerente de Atendimento, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XIII - 06 (seis) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XIV - 01 (um) Assessor II, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XV - 01 (um) Assessor III, subordinado ao Diretor Executivo de Controle Interno;

XVI - 01 (um) Assessor IV, subordinados ao Secretário Municipal a quem por ele designado.

Seção III

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 26. Compete à Procuradoria Geral do Município de Palhoça, efetuar a representação judicial e extrajudicial do Município, provendo a defesa de seus interesses em qualquer instância, órgão, juízo ou tribunal, a cobrança judicial dos créditos lançados em Dívida Ativa, bem como a prestação de consultoria e assessoramento jurídico, quando solicitados pelo Prefeito, Secretários Municipais e Presidentes de Fundações e Autarquias.

Art. 27. São atribuições exclusivas da Procuradoria Geral do Município de Palhoça, além de outras que lhe forem conferidas por lei:

I - promover o ajuizamento e o acompanhamento de ações judiciais e a interposição de recursos em geral;

II - propor orientação jurídico-normativa para a Administração Pública, direta e indireta;

III - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Municipal;

IV - promover a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos lançados em Dívida Ativa do Município, de forma articulada com a Secretaria Municipal de Receita e com o Poder Judiciário;

V - promover a unificação de jurisprudência administrativa do Município;

VI - organizar e dar impulso aos processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei;

VII - representar e defender os interesses da Administração Pública Municipal perante os Tribunais de Contas do Estado e da União, Ministério Público e demais órgãos de fiscalização;

VIII - receber citações, intimações e notificações em nome do Município;

IX - promover e coordenar a elaboração de informações que devam ser prestadas pelas autoridades públicas municipais aos órgãos de fiscalização em geral;

X - realizar acordos judiciais e extrajudiciais em nome do Município, desde que haja autorização expressa do Prefeito Municipal, nos termos da lei;

XI - desenvolver as atividades de consultoria e de assessoramento jurídico aos órgãos do Município;

XII - propor em nome do Município ações possessórias, ações demolitórias, ações civis públicas, ações cautelares, entre outras dispostas em lei, sempre que estiver presente o interesse público;

XIII - Prestar assessoria jurídica e defesa dos interesses de todos os órgãos da Administração Indireta.

Art. 28. A Procuradoria Geral do Município manterá arquivo e controle dos seus bens, bem como dos documentos e processos referentes às suas atribuições e competências.

Art. 29. Todo e qualquer órgão ou agente da Administração Municipal, direta ou indireta, que exerça atividade de assessoria ou consultoria jurídica junto às Secretarias Municipais e às entidades da administração indireta estará sujeito à supervisão e à subordinação técnica do Procurador Geral do Município.

§ 1º A supervisão consiste na orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados ou vinculados tecnicamente à Procuradoria Geral do Município, no intuito de unificar os procedimentos de assessoramento e consulta jurídica no âmbito da Administração Direta e Indireta.

§ 2º Os Assessores Técnicos Jurídicos não poderão atuar isoladamente em processos judiciais, ainda que estes digam respeito ao órgão a que estejam vinculados.

Art. 30. A estrutura administrativa da Procuradoria Geral será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Procurador Geral do Município;

II - 02 (dois) Subprocuradores Gerais do Município, subordinados ao Procurador Geral;

III - 01 (um) Diretor de Cobrança, subordinado ao Procurador Geral;

IV - 05 (cinco) Assessores Técnicos, subordinados ao Procurador Geral;

V - 01 (um) Assessor II, subordinado ao Procurador Geral ou a quem por ele designado;

VI - 01 (um) Assessor III, subordinado ao Procurador Geral ou a quem por ele designado;

Parágrafo Único. Um dos cargos de Subprocurador Geral do Município, preferencialmente vinculado ao contencioso e com atuação em processos judiciais, deverá ser ocupado por Procurador do Município com cargo de provimento efetivo, a ser escolhido pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção IV Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 31. À Secretaria Municipal de Administração, como órgão central dos sistemas de gestão pública, patrimonial e pessoal, compete, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional:

I - planejar, coordenar, supervisionar, normatizar, controlar, orientar e formular políticas públicas de gestão de pessoas, envolvendo:

- a) benefícios funcionais que não tenham natureza previdenciária;
- b) ingresso, movimentação e lotação de pessoal;
- c) programas de capacitação e de educação continuada de servidores;
- d) planos de carreira, cargos e vencimento;
- e) plano de saúde dos servidores públicos e seus dependentes;
- f) progressão funcional;
- g) remuneração;
- h) perícia médica e saúde do servidor;
- i) melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos municipais e a prevenção contra acidentes de trabalho;
- j) adoção de estratégias de comprometimento dos servidores em substituição às estratégias de controle;
- k) programas de atração e permanência dos servidores públicos; e
- l) programas de valorização do servidor público calcados no desempenho;

II - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, juntamente com o respectivo órgão, envolvendo:

- a) licitações de materiais e serviços;
- b) contratos de material e serviços; e
- c) estocagem e logística de distribuição de material;

III - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial, juntamente com o respectivo órgão, envolvendo:

- a) material adjudicado;
- b) bens móveis; e
- c) transportes oficiais.

IV - editar portarias e despachos finais relativos a:

- a) movimentação de pessoal;
- b) concessão de licenças de todos os tipos;
- c) concessão de benefícios funcionais;
- d) readaptação funcional;
- e) a exoneração a pedido, de ocupante de cargo de provimento efetivo;
- f) designação para o exercício de função gratificada e função executiva de confiança;
- g) nomeação de servidor para cargo de provimento efetivo;
- h) nomeação ou exoneração a pedido, de ocupante de cargo de provimento em comissão;
- i) concessão de produtividade;
- j) alteração de carga horária;
- k) designação para compor comissão;
- l) lançamento (autorização) e homologação dos procedimentos licitatórios em geral;

V - garantir a prestação de serviços municipais relativos à sua área de competência de acordo com as diretrizes do programa de governo; e

VI - efetuar a coordenação geral dos setores de gestão de pessoas, de forma central;

VII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 32. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Administração;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Administração;

III - 01 (um) Diretor Executivo de Gestão de Pessoas, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Gerente de Custos, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Gerente Geral de Contratos, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 01 (um) Gerente de Atendimento, subordinado ao Diretor Executivo de Gestão de Pessoas;

VII - 06 (seis) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VIII - 04 (quatro) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

IX - 02 (dois) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Parágrafo Único. Compete ao Diretor Executivo de Gestão de Pessoas a emissão de todos os atos de pessoal, juntamente com o respectivo Secretário/Presidente.

Seção V

Da Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 33. Compete a Secretaria Municipal da Fazenda, como órgão central do sistema de administração tributária e fazendária:

I - administrar, organizar e manter atualizado os lançamentos e o cadastro fiscal mobiliário e imobiliário;

II - administrar o contencioso administrativo-tributário em primeiro grau de jurisdição, realizadas através de servidores que detenham conhecimento da legislação municipal aplicável à matéria;

III - planejar e coordenar as atividades de arrecadação e dos serviços relacionados com o recebimento das receitas tributárias;

IV - acompanhar a cobrança de débitos fiscais, em conjunto com as demais Secretarias Municipais e a Procuradoria Geral do Município;

V - desenvolver atividades relacionadas ao lançamento, arrecadação, controle e fiscalização dos tributos imobiliários, mobiliários e demais receitas municipais;

VI - participar de estudos e projetos sobre a estrutura e a legislação tributária, visando à manutenção e/ou aumento da arrecadação municipal;

VII - expedir instruções ou ordens de serviços visando o aprimoramento dos serviços de arrecadação, lançamento e cadastro;

VIII - proceder à admissão à exclusão de agentes da rede arrecadadora, propor normas e auditar a ação dos referidos agentes;

IX - propor normas, disciplinar procedimentos, executar, orientar e supervisionar os serviços de concessão de parcelamento de débitos fiscais não inscritos;

X - zelar pela fiel observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos em matéria pertinente à receita municipal;

XI - realizar atos que visem prevenir a evasão fiscal;

XII - fiscalizar, coordenar, encaminhar e agilizar a cobrança da dívida amigável ou judicial;

XIII - acompanhar a execução dos acordos de débitos fiscais municipais, propondo a revisão ou denúncia caso o interesse da fazenda municipal o aconselhe;

XIV - promover a inscrição em Certidão da Dívida Ativa;

XV - atender e orientar contribuintes e não contribuintes acerca dos serviços prestados pelo Município;

XVI - realizar cadastramento de ambulante para fins de eventos públicos ou particulares;

XVII - desempenhar a pesquisa, cadastro e mapeamento dos imóveis do Município, e manter o registro atualizado e informatizado; e

XVIII - coordenar os assuntos afins e as ações interdependentes que tenham repercussão financeira, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração;

XIX - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com as demais Secretarias e entidades vinculadas;

XX - em relação aos controles financeiros:

a) controlar os recursos financeiros disponíveis, sua correspondente movimentação bancária e os pagamentos;

b) proceder aos registros contábeis das movimentações financeiras; e

c) controlar e registrar a despesa e a dívida pública passiva.

XXI - administrar os Encargos Gerais do Município;

XXII - execução e apoio à administração dos Fundos, Fundações e Autarquias, relativo às Finanças do Município, Contabilidade, Balanço Geral, Balancetes Orçamento, Prestações de Contas, escrituração e registro contábil da receita, despesas, folhas de pagamentos;

XXIII - elaborar e executar o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA;

XXIV - auxiliar na realização das ações preventivas de auditoria interna nas contas dos órgãos e entidades vinculadas e supervisionadas;

XXV - manter registros contábeis, financeiros e orçamentários atualizados e organizados para fins de conferência;

XXVI - elaborar a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo e do Município, na forma da legislação e nos prazos legais; e

XXVII - coordenar, compartilhar e avaliar a alocação de recursos orçamentários necessários ao cumprimento dos objetivos e metas governamentais, bem como o acompanhamento de sua execução; e

XXVIII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 34. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Fazenda será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Fazenda;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Fazenda;

III - 01 (um) Secretário Executivo de Finanças, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Contador Geral, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Diretor de Receita, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 01 (um) Diretor Executivo de Finanças, subordinado ao Secretário Executivo de Finanças;

VII - 01 (um) Gerente de Protocolo, subordinado ao Secretário Municipal;

VIII - 01 (um) Gerente de Fiscalização, subordinado ao Secretário Municipal;

IX - 01 (uma) Gerente Geral de Tributos e Dívida Ativa, subordinado ao Secretário Municipal;

X - 05 (cinco) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XI - 05 (cinco) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XII - 06 (seis) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XIII - 12 (doze) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XIV - 30 (trinta) Assessores IV, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Parágrafo Único. As atribuições previstas nos incisos XVIII a XXVII do artigo anterior serão de responsabilidade do Secretário Executivo de Finanças.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Art. 35. À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento compete:

I - definir as áreas prioritárias para elaboração de projetos;

II - definir os critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos a serem executados;

III - estabelecer canais de relacionamento com instituições que desenvolvam pesquisas, com a finalidade de articular-lhes as atividades, para melhor aproveitamento de esforços e recursos;

IV - emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades;

V - incentivar a realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação do processo de planejamento em infraestrutura, bem como o desenvolvimento de novas técnicas e processos; e

VI - elaborar projetos relacionadas aos sistemas de mobilidade:

- a) rodoviária;
- b) cicloviária;
- c) aquaviária;
- d) de pedestres.

VII - a concessão, autorização ou permissão e fiscalização do serviço público de transporte municipal de passageiros;

VIII - a execução, fiscalização e manutenção das obras públicas;

IX - a construção, conservação, restauração, reconstrução, promoção de melhoramentos das estradas de rodagem municipais, inclusive pontes e obras complementares;

X - a coordenação dos serviços relacionados com a infraestrutura de transporte rodoviário, a cargo do Município em conjunto com a Secretaria responsável;

XI - a fiscalização da colocação ou construção de instalações permanentes ou provisórias, de caráter particular ou público, ao longo das rodovias municipais;

XII - a construção de acessos ao longo das rodovias estaduais e federais, bem como o uso de travessias de qualquer natureza na faixa rodoviária;

XIII - o apoio às Secretarias e entidades vinculadas na realização de obras de infraestrutura pública;

XIV - o apoio aos órgãos da administração municipal na elaboração de processos licitatórios relativos às obras e serviços de engenharia;

XV - a análise de projetos de obras privadas de construção civil e de desmembramento, amembramento e loteamento do solo, bem como a fiscalização de sua execução;

XVI - promover autorização para cessão de área pública, para fins precários ou não;

XVII - autorizar funcionamento em horário especial, com data/hora de início e fim, desde que devidamente justificado, observando o interesse dos moradores do local e a razoabilidade;

XVIII - realizar o cadastramento e autorização de aforamento, nos termos da legislação aplicável;

XIX - conceder autorização para eventos públicos e privados em área pública, bem realizar a sua fiscalização;

XX - o exercício da fiscalização e do poder de polícia em relação à construção de obras privadas, nos termos e limites da lei;

XXI - efetuar a concessão de bens e serviços públicos, juntamente com os respectivos órgãos, na forma da legislação aplicável;

XXII - planejar, coordenar, administrar, executar, operar e explorar os serviços públicos de saneamento básico;

XXIII - estudar, projetar e executar as obras e respectiva infraestrutura relativas à construção, ampliação, remodelação ou aperfeiçoamento dos sistemas públicos de saneamento básico;

XXIV - promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;

XXV - exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de saneamento básico e sua respectiva infraestrutura;

XXVI - propor, cobrar e arrecadar as taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos, respeitando-se as normas estabelecidas pela entidade de regulação designada por Lei;

XXVII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 36. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Infraestrutura e Saneamento;

III - 01 (um) Secretário Executivo de Saneamento;

IV - 01 (um) Diretor Geral de Abastecimento e Esgoto, subordinado ao Secretário Executivo de Saneamento;

V - 01 (um) Diretor de Controle, subordinado ao Secretário Executivo de Saneamento;

VI - 01 (um) Diretor de Infraestrutura, subordinado ao Secretário Municipal;

VII - 01 (um) Diretor de Análise Técnica, subordinado ao Secretário Municipal;

VIII - 01 (um) Gerente Geral de Limpeza de Vias Públicas, subordinado ao Secretário Executivo de Saneamento;

IX - 01 (um) Gerente Geral de Fiscalização, subordinado ao Secretário Municipal;

X - 01 (um) Gerente Geral de Topografia, subordinado ao Secretário Municipal;

XI - 01 (um) Gerente Geral de Patrimônio Público, subordinado ao Secretário Municipal;

XII - 05 (cinco) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XIV - 03 (três) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XV - 03 (três) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XVI - 03 (três) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XVII - 05 (cinco) Assessores IV, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Parágrafo Único. As atribuições previstas nos incisos XXII a XXVI do artigo anterior serão de responsabilidade do Secretário Executivo de Saneamento.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 37. À Secretaria Municipal de Educação compete:

I - a organização, administração, supervisão, controle e avaliação da política municipal de educação, desenvolvendo programas voltados, prioritariamente, à educação infantil e ao ensino fundamental, em cumprimento ao disposto na legislação vigente;

II - organizar, manter e desenvolver as instituições do Sistema Municipal de Ensino, integrando-se às políticas e planos educacionais da União e do Estado;

III - a supervisão dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;

IV - implantar políticas de erradicação do analfabetismo, oportunizando ensino fundamental para jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

V - promover o levantamento e censo escolar, estudos e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

VI - a administração dos fundos e recursos específicos de sua Secretaria;

VII - a manutenção regular e adequada da guarda dos registros da documentação escolar geral e individual dos alunos e professores;

VIII - a gestão das atividades relativas à merenda escolar;

IX - a permanente interação com os municípios da região, visando à promoção de políticas de desenvolvimento regional na área da educação;

X - a conservação e manutenção da Secretaria e das unidades escolares;

XI - dar suporte para o funcionamento de Conselho cuja área de atuação está afeta à Secretaria; e

XII - desenvolver outras competências correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 38. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação será composta dos respectivos cargos/órgãos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Educação;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Educação;

III - 01 (um) Diretor de Educação Fundamental, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Diretor de Educação Infantil, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Gerente de Manutenção, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 01 (um) Gerente de Alimentação Escolar, subordinado ao Secretário Municipal;

VII - 01 (um) Gerente Geral Administrativo, subordinado ao Secretário Municipal;

VIII - 01 (um) Assessor Técnico, subordinado ao Gerente de Manutenção;

IX - 01 (um) Assessor I, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

X - 01 (um) Assessor II, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

XI - 07 (sete) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XII - 01 (um) Assessor IV, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Art. 39. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar, mediante Decreto, a estrutura administrativa complementar da Secretaria Municipal de Educação, com no máximo 16 (dezesesseis) setores, cujos titulares serão remunerados em razão da produção e dedicação a ser exercida, mediante a concessão de gratificação de produtividade, limitada a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor, em patamar indicado pelo Secretário Municipal de Educação e deliberado pelo Comitê Gestor de Governo.

Art. 40. O professor designado para atividade/função de auxiliar de direção escolar poderá se habilitar ao recebimento de gratificação de produtividade com valor limitado no máximo ao que receberia se em sala de aula estivesse.

Parágrafo Único. O regramento deste dispositivo se dará por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção VIII

Da Secretaria Municipal da Saúde

Art. 41. À Secretaria Municipal da Saúde compete:

I - formular e executar a Política Municipal de Saúde, priorizando as ações preventivas;

II - desenvolver ações que objetivem o aumento da efetividade na prestação de serviços de saúde à sociedade;

III - desenvolver ações que objetivem o crescimento e desenvolvimento institucional e aprendizagem de toda a Secretaria Municipal da Saúde, construindo uma base de pessoal competente, tecnologia da informação coerente e mecanismos de gestão efetivos para suportar e fomentar o desenvolvimento da organização;

IV - consolidar temáticas estratégicas no nível central, articulando as políticas nacional e municipal de saúde;

V - aumentar a integração e articulação entre os níveis da Secretaria Municipal da Saúde através do estabelecimento de metas bilaterais orientadas mutuamente no sentido de gerar, subsidiar e acompanhar as programações de atividades num ciclo contínuo de integração;

VI - desempenhar e organizar as atividades médicas, paramédicas, odontológicas e sanitárias no Município;

VII - promover a educação para a saúde, visando a prevenção e orientação da população;

VIII - executar a administração ambulatorial;

IX - exercer a vigilância e epidemiológica;

X - gerenciar a Unidade de Pronto de Atendimento - UPA, que será regida por legislação específica;

XI - desenvolver, organizar e promover a vigilância sanitária e alimentar no Município, através de atos e disposições adequadas;

XII - o combate à zoonose;

XIII - realizar atividades relacionadas ao meio ambiente, desde que vinculadas com ações de saúde;

XIV - cadastramento, pesquisa, controle e distribuição de medicamentos;

XV - formulação de políticas de saúde pública, em especial nas áreas de risco;

XVI - exames clínicos e laboratoriais.

XVII - realizar o controle dos projetos e a prestação de contas de todos os recursos destinados à saúde;

XVIII - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 42. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Saúde;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Saúde;

III - 01 (um) Diretor de Saúde, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

IV - 02 (dois) Gerentes de Saúde, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

V - 02 (dois) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VI - 03 (três) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VII - 03 (três) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VIII - 06 (seis) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

IX - 08 (oito) Assessores IV, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Art. 43. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar, mediante Decreto, a estrutura administrativa complementar da Secretaria Municipal de Saúde, com no máximo 44 (quarenta e quatro) setores, cujos titulares serão remunerados em razão da produção e dedicação a ser exercida, mediante a concessão de gratificação de produtividade, limitada a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor, em patamar indicado pelo Secretário Municipal de Saúde e deliberado pelo Comitê Gestor de Governo.

Parágrafo Único. O regramento deste dispositivo se dará por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção IX

Da Secretaria Municipal de Segurança Pública

Art. 44. Compete à Secretaria Municipal de Segurança Pública:

I - estudar, planejar, executar e controlar assuntos relativos à defesa e à segurança social do Município de Palhoça prevenindo e reprimindo a criminalidade, como também oferecendo serviços que possibilitem a garantia dos direitos do cidadão e o pleno desenvolvimento da personalidade;

II - assessorar o Prefeito e demais Secretários Municipais na ação coordenadora das ações de defesa social do Município;

III - promover a cooperação entre as instâncias Federal e Estadual, articulando-se com os demais órgãos da Administração e com a sociedade, visando otimizar as ações na área de segurança pública e social de interesse do Município;

IV - promover a gestão dos mecanismos de proteção do patrimônio público municipal e de seus usuários;

V - coordenar as ações de defesa civil no Município, articulando os esforços das instituições públicas e da sociedade;

VI - atuar e apoiar na política de prevenção e combate às drogas, através de agentes multiplicadores, na orientação escolar, na elaboração de estatísticas e sugestões pertinentes, tudo em conformidade com as disposições da Legislação Federal;

VII - colaborar com a fiscalização municipal na aplicação da legislação referente ao exercício do poder de polícia administrativa do Município;

VIII - promover a fiscalização das vias públicas, oferecendo o necessário suporte às demais secretarias municipais;

IX - implantar e coordenar as ações dos Agentes de Trânsitos de Palhoça;

X - regular, coordenar, fiscalizar, administrar o Trânsito no Município de Palhoça, definindo estratégias de mobilidade urbana e elaborar planos e projetos para sua adequação em conjunto com demais órgãos municipais;

XI - a implantação, em conjunto com os demais afins, do Plano Municipal de Segurança;

XII - administrar, gerenciar, dirigir e supervisionar os terminais de passageiros aéreos, rodoviários, urbanos e paradas de ônibus do Município, segundo a necessidade, natureza e finalidade;

XIII - administrar, gerenciar, supervisionar o transporte público de passageiros, em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura;

XIV - administrar os serviços de táxis e correlatos;

XV - desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção ao cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade de forma motivadora, visando a organizar e ampliar a capacidade de defesa dos cidadãos;

XVI - organizar e administrar os serviços de fiscalização municipal;

XVII - fiscalizar, organizar, disciplinar e atuar como superior hierárquico das atividades de fiscalização dos Auditores Fiscais/Fiscais de Vigilância Sanitária, Obras, Posturas, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Tributos do Município de Palhoça, de forma conjunta com a respectiva Secretaria;

XVIII - coordenar e gerenciar o poder de polícia do Município;

XIX - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 45. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Segurança Pública será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Segurança Pública;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Segurança Pública;

III - 01 (um) Secretário Executivo da Ordem Social, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Gerente Geral de Defesa Civil, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Gerente de Trânsito, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 01 (um) Gerente de Segurança, subordinado ao Secretário Municipal;

VII - 01 (um) Gerente Operacional, subordinado ao Secretário Municipal;

VIII - 02 (dois) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

IX - 01 (um) Assessor I, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

X - 02 (dois) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XI - 02 (dois) Assessores III, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XII - 01 (um) Assessor IV, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Art. 46. As atribuições do Secretário Executivo serão definidas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção X

Da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

Art. 47. Compete à Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão:

I - garantir a defesa dos direitos do cidadão;

II - assegurar a aplicabilidade da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor;

III - gerir o Centro de Bem Estar Animal do Município, zelando pela correta aplicação das leis municipais;

IV - promover a execução do Procon Municipal, definindo estratégias, mecanismos de fiscalização e de atuação, na defesa dos interesses do cidadão;

V - zelar pelo cuidado animal no Município, promovendo políticas públicas, em conjunto com demais Secretarias correlatas, e, quando

possível com organizações sociais;

VI - formular e executar a Política Municipal do Idoso em parceria com as demais políticas públicas, conforme Estatuto do Idoso;

VII - formular a política municipal da juventude, da mulher e da igualdade racial;

VIII - acompanhar, avaliar e criar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento social, educacional e lazer da juventude;

IX - colaborar com as demais secretarias e órgãos do Município na implementação de políticas voltadas para a juventude;

X - desenvolver e divulgar estudos e pesquisas sobre o jovem;

XI - promover e organizar seminários, cursos, congressos e fóruns, anualmente, com o intuito de discutir a política municipal da juventude e outros assuntos de interesse da juventude em parceria com entidades representativas, organizações não-governamentais e órgãos públicos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas Municipal, Estadual e Federal;

XII - estabelecer parcerias, mediante convênio, contrato ou acordo de cooperação, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, com vistas a promover projetos nas áreas político-jurídicas de apoio à juventude;

XIII - fortalecer as ações voltadas aos movimentos associativos da juventude;

XIV - garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas da área de cidadania;

XV - fiscalizar e adotar as providências necessárias para garantir o cumprimento da legislação pertinente aos direitos da juventude;

XVI - reconhecer e valorizar os jovens e grupos juvenis como criadores de cultura, apoiando o desenvolvimento de suas habilidades e capacidades de criação e expressão crítica;

XVII - incentivar o desenvolvimento de programas municipais voltados para jovens portadores de necessidades especiais, visando desenvolvimento pessoal e social que lhes permita inserir-se na vida social através de atividades culturais e de lazer;

XVIII - estimular políticas destinadas de combate ao racismo, machismo, homofobia, xenofobia ou qualquer tipo de discriminação quanto a gênero, raça, religião, cor, origem ou classe social;

XIX - estimular a garantia da democracia;

XX - garantir o direito ao território para construção de uma cidade sustentável, desenvolvida, saudável e democrática;

XXI - promoção da saúde integral verificando peculiaridades referentes ao contexto comunitário e a identidade histórica classificada por censo estatístico comprovando suas necessidades;

XXII - garantia do direito humano à comunicação, assegurando a pluralidade de idéias e opiniões dos diferentes grupos sociais e culturais, através de ações que garantam o acesso a informação e as tecnologias de informação e comunicação;

XXIII - formular políticas para promover a integração social da pessoa portadora de deficiência;

XXIV - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 48. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Defesa do Cidadão;

II - 01 (um) Gerente do Bem Estar Animal, subordinado ao Secretário Municipal;

III - 01 (um) Gerente do Idoso, subordinado ao Diretor de Proteção Social Básica;

IV - 03 (três) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

V - 01 (um) Assessor I, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VI - 01 (um) Assessores II, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VII - 04 (quatro) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Seção XI

Da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESP

Art. 49. Compete à Secretaria de Serviços Públicos – SESP, as seguintes atribuições:

- I - prestar apoio administrativo e institucional às ações referentes à execução dos serviços públicos municipais, incluindo iluminação pública;
- II - realizar reparos nas vias e logradouros públicos;
- III - executar obras de limpeza e manutenção dos espaços públicos;
- IV - realizar obras públicas de menor complexidade;
- V - realizar a administração dos cemitérios municipais;
- VI - realizar estudo e projetos relacionados à sua área de competência;
- VII - emitir parecer, fundamentado, em processos ligados à sua área de atribuição;
- VIII - administrar a manutenção da iluminação pública do município;
- IX - informar e opinar em processos referentes a projetos de ampliação da rede de iluminação do município;
- X - promover instalações e manutenção na rede de iluminação municipal;
- XI - promover o controle de ligações da rede de iluminação pública;
- XII - promover reparação ou substituição de lâmpadas, disjuntores, reatores e demais materiais elétricos da rede de iluminação pública de responsabilidade do município; e
- XIII - auxiliar e atuar em conjunto com a CELESC no que competir, referente a iluminação pública do município;
- XIV - Administrar Processos referentes a Telecomunicações no Município;
- XV - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 50. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Serviços Públicos será composta dos respectivos cargos/órgãos:

- I - 01 (um) Secretário Municipal de Serviços Públicos;
- II - 01 (um) Secretário Adjunto de Serviços Públicos;
- III - 01 (um) Secretário Executivo de Serviços Regionais;
- IV - 01 (um) Secretário Executivo do Sul;
- V - 01 (um) Diretor de Limpeza Urbana, subordinado ao Secretário Municipal;
- VI - 01 (um) Diretor do Sul, subordinado ao Secretário Municipal;
- VII - 01 (um) Diretor de Iluminação Pública, subordinado ao Secretário Municipal;
- VIII - 01 (um) Gerente Geral de Almoxarifado, subordinado ao Secretário Municipal;
- IX - 01 (um) Gerente Geral de Repavimentações, subordinado ao Secretário Municipal;
- X - 01 (um) Gerente Geral de Iluminação Pública, subordinado ao Secretário Municipal;
- XI - 01 (um) Gerente de Limpeza de Valas e Manutenção Viária, subordinado ao Secretário Municipal;
- XII - 01 (um) Gerente de Marcenaria, subordinado ao Secretário Executivo de Saneamento;
- XIII - 01 (um) Gerente de Obras, subordinado ao Secretário Executivo de Saneamento;
- XIV - 01 (um) Gerente de Manutenção, subordinado ao Secretário Executivo de Saneamento;
- XV - 01 (um) Gerente de Obras de Iluminação Pública, subordinado ao Secretário Municipal;
- XVI - 04 (quatro) Coordenadores Regionais I, subordinados ao Secretário Municipal;
- XVII - 04 (quatro) Coordenadores Regionais II, subordinados ao Secretário Municipal;
- XVIII - 04 (quatro) Coordenadores Regionais III, subordinados ao Secretário Municipal;

XIX - 02 (dois) Coordenadores Regionais IV, subordinados ao Secretário Municipal;

XX - 18 (dezoito) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XXI - 16 (dezesseis) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XXII - 12 (doze) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XXIII - 27 (vinte e sete) Assessores IV, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Parágrafo Único. A atividade dos Coordenadores Regionais será delimitada por ato próprio, de acordo com a complexidade e a área de abrangência.

Seção XII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 51. À Secretaria de Assistência Social compete:

I - formular e organizar a Política Municipal de Assistência Social, sob comando único, responsável pela execução do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

II - organizar a Política de Assistência Social, por níveis de proteção social, sendo Proteção Social Básica e Proteção Social de Média Complexidade e de Alta Complexidade;

III - garantir a Assistência Social, como direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações e iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas;

IV - implantar e executar programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais conforme a Lei Orgânica da Assistência Social 8.742/93;

V - manter atividades de pesquisa da realidade social, desenvolvendo e treinando recursos humanos orientados à prestação de serviços técnicos na área social;

VI - planejar e coordenar a aplicação de recursos municipais disponíveis para auxílios e subvenções a entidades particulares de caráter assistencial;

VII - promover o fortalecimento das relações familiares no âmbito da sociedade;

VIII - fiscalizar entidades sociais beneficiárias de recursos financeiros municipais;

IX - a defesa dos direitos humanos;

X - promover articulações que resulte no engajamento, integração e participação das comunidades, com vistas ao atendimento das suas demandas;

XI - implantar e coordenar a sistemática de informação, monitoramento e avaliação contínua sobre os serviços, programas, projetos e benefícios da Política Municipal de Assistência Social;

XII - executar a Política Municipal de Assistência Social em parceria com as demais políticas sociais e organizações da sociedade civil, regularmente constituídas, na perspectiva da intersetorialidade das políticas públicas e articulação com a rede de serviços socioassistenciais;

XIII - oferecer infraestrutura necessária para o efetivo funcionamento do Conselho Municipal da Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros;

XIV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

XV - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social;

XVI - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da Rede Socioassistencial Governamental e Não-Governamental do Município;

XVII - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;

XVIII - assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;

XIX - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 52. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Assistência Social;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Assistência Social;

III - 01 (um) Gerente Geral de Proteção Social Básica, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Gerente Geral de Média Complexidade, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Gerente Geral de Alta Complexidade, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 03 (três) Gerentes de Abrigos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VII - 01 (um) Gerente de Emprego e Renda, subordinada ao Secretário Municipal;

VIII - 04 (quatro) Gerentes de CRAS, subordinados ao Gerente Geral de Proteção Social Básica;

IX - 01 (um) Gerente de Serviço de Convivência, subordinado ao Gerente Geral de Proteção Social Básica;

XI - 01 (um) Gerente de Benefício Eventual, subordinado ao Gerente Geral de Proteção Social Básica;

XII - 03 (três) Gerentes de CREAS, subordinados ao Gerente Geral de Média Complexidade;

XIII - 01 (um) Gerente do PETI, subordinado ao Gerente Geral de Média Complexidade;

XIV - 01 (um) Gerente de Família Acolhedora, subordinado ao Gerente Geral de Alta Complexidade;

XV - 01 (um) Gerente de Abrigos Conveniados, subordinado ao Gerente Geral de Alta Complexidade;

XVI - 01 (uma) Gerente de Carteira de Trabalho e SINE, subordinado ao Secretário Municipal e ao Gerente Geral de Emprego e Renda ou a quem por eles designados;

XVII - 03 (três) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XVIII - 02 (dois) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XIX - 07 (sete) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XX - 08 (oito) Assessores III, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

XXI - 10 (dez) Assessores IV, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Art. 53. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir, mediante Decreto, a carga horária dos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de remuneração, para até seis horas diárias.

Art. 54. Compete à Secretaria de Assistência Social dar apoio administrativo aos Conselhos Tutelares.

Art. 55. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a disciplinar, mediante Decreto, a estrutura administrativa complementar da Secretaria Municipal de Assistência Social, com no máximo 16 (dezesesseis) setores, cujos titulares serão remunerados em razão da produção e dedicação a ser exercida, mediante a concessão de gratificação de produtividade, limitada a 100% (cem por cento) da remuneração do servidor, em patamar indicado pelo Secretário Municipal de Assistência Social e deliberado pelo Comitê Gestor de Governo.

Parágrafo Único. O regramento deste dispositivo se dará por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção XIII

Da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

Art. 56. Compete à Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária:

I - definir, coordenar e gerir as políticas de habitação de interesse social do Município;

II - qualificar e integrar os espaços urbanos, priorizando as intervenções em assentamentos precários;

III - elaborar, acompanhar e atualizar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, assim como os demais elementos necessários ao planejamento estratégico dessa área;

IV - elaborar, coordenar, acompanhar e fiscalizar projetos, programas, obras públicas e ações realizadas pelo Município nas Áreas de Habitação de Interesse Social;

V - elaborar, coordenar, acompanhar e fiscalizar levantamentos topográficos, laudos técnicos e avaliação de imóveis nas Áreas de Habitação de Interesse Social;

VI - mapear e cadastrar as Áreas de Habitação de Interesse Social;

VII - analisar e emitir pareceres técnicos em projetos, relatórios e processos afins às áreas de competência da Secretaria;

VIII - articular com órgãos governamentais federais, estaduais, municipais, da iniciativa privada, de instituições financeiras e da comunidade, visando à elaboração e execução de projetos e programas habitação de interesse social; e

IX - promover a regularização fundiária, nas áreas de interesse do Município;

X - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 57. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Habitação e Regularização Fundiária;

III - 01 (um) Gerente de Habitação, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Gerente de Regularização Fundiária, subordinada ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

V - 03 (três) Assessores II, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Seção XIV

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Art. 58. Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - promover, por intermédio de políticas públicas, a inovação e a cidadania para o desenvolvimento econômico e sustentável do Município, com ênfase na dignidade do cidadão;

II - executar projetos e programas que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos;

III - planejar, formular e normatizar, de forma desconcentrada, as políticas de desenvolvimento econômico e sustentável, urbano, recursos ambientais e saneamento;

IV - fomentar e incentivar investimentos no Município, em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e sustentável, mediante ações que atraiam, facilitem e informem investidores privados, nacionais e estrangeiros sobre as possibilidades oferecidas pelo Município;

V - estimular a realização de pesquisa científica e tecnológica; e

VI - prospectar um novo modelo de desenvolvimento para o Município;

VII - definir instrumentos de apoio à sustentabilidade e a expansão das empresas sediadas no Município, atraindo e estimulando novos empreendimentos;

VIII - formular políticas municipais de desenvolvimento econômico, emprego e renda;

IX - formular políticas e coordenar ações de apoio às micro e pequenas empresas, bem como aos microempreendedores individuais;

X - fomentar a implantação e o desenvolvimento de condomínios de empresas e de pólos e incubadoras de base tecnológica;

XI - acompanhar, avaliar e controlar a execução das políticas e dos planos de desenvolvimento do Município;

XII - definir programas integrados de recursos humanos, para a melhoria dos níveis educacionais e de capacitação profissional dos trabalhadores e para prevenção de doenças ocupacionais;

XIII - promover a capacitação tecnológica, gerencial e a formação de empreendedores;

XIV - produção e análise de informações estatísticas; e

XV - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 59. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico;

III - 02 (dois) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

IV - 01 (um) Assessor II, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

V - 02 (dois) Assessores III, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Seção XV

Da Secretaria Municipal de Turismo

Art. 60. Compete à Secretaria Municipal de Turismo:

I - planejar, formular e normatizar as políticas integradas de turismo, apoiando e incentivando a realização de eventos e manifestações turísticas, bem como intercambiando experiências e elaborando estudos e análises específicas, com vistas à proposição de planos, diretrizes e metas para o desenvolvimento do turismo no Município;

II - captar recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico, com ampliação e diversificação da infraestrutura municipal na área;

III - promover, fomentar, incentivar, assistir e apoiar o turismo;

IV - promover intercâmbio, convênios e parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em assuntos relativos ao desenvolvimento turístico do Município;

V - interagir com os municípios da região visando à concepção, promoção e implementação de políticas de desenvolvimento turístico, em especial as relacionadas ao turismo integrado;

VI - administrar os fundos e recursos específicos de sua Secretaria; e

VII - elaborar estudos e análises específicas sobre as áreas turísticas, visando à proposição de diretrizes para o desenvolvimento e fomentos dos potenciais naturais;

VIII - coordenar ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico, junto a organismos nacionais e internacionais;

IX - elaborar projetos e programas voltados à inclusão de portadores de necessidades especiais e demais segmentos da sociedade nas atividades turísticas;

X - compatibilizar as diretrizes municipais com as políticas estadual e nacional de desenvolvimento do turismo;

XI - normatizar e consolidar os critérios para os estudos e pesquisas de demanda turística;

XII - identificar fontes de financiamento, bem como promover intercâmbio e captação de recursos visando ao cumprimento de sua finalidade;

XIII - emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza turística;

XIV - auxiliar instituições e grupos governamentais e não-governamentais, mediante apoio ou assessoramento;

XV - realizar permanente trabalho de conscientização da sociedade, do governo e das instituições privadas na oferta de recursos em geral para o cumprimento de seus objetivos;

XVI - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 61. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Turismo será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Turismo;

II - 01 (um) Diretor de Eventos, subordinado ao Secretário Municipal;

III - 01 (um) Gerente de Turismo, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Assessor Técnico, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 02 (dois) Assessores IV, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado.

Seção XVI

Da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais

Art. 62. Compete à Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais:

I - formular planos e programas em sua área de competência, observadas as determinações governamentais, em articulação com as demais Secretarias Municipais;

II - formular a política de governança institucional, de forma integrada com as demais secretarias, e submetê-la ao Prefeito Municipal;

III - coordenar e integrar institucionalmente a ação de governo;

IV - apoiar o Prefeito Municipal no relacionamento institucional do Poder Executivo com o Poder Legislativo, com os demais Poderes de todos os entes da Federação;

V - coordenar a representação institucional do Município, observadas as diretrizes definidas pelo Prefeito Municipal;

VI - coordenar o processo de padronização, normatização e publicidade dos atos de governo pertinentes à sua área de competência;

VII - coordenar a elaboração da agenda institucional, bem como de documentos oficiais e adotar as providências técnicas do protocolo dos eventos e correspondentes;

VIII - elaborar os atos normativos e decisórios do Poder Executivo Municipal;

IX - promover:

- a) a revisão de projetos de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e de todos os atos do processo legislativo;
- b) o encaminhamento de mensagens governamentais e o acompanhamento da tramitação das proposições na Câmara de Vereadores;
- c) o controle do cumprimento dos prazos constitucionais, legais e regimentais relativos aos atos oriundos do Poder Legislativo; e
- d) a expedição e a publicação dos atos e decretos editados e das leis sancionadas pelo Prefeito do Município ou promulgadas pela Câmara de Vereadores.

X - desenvolver atividades de integração política e administrativa;

XI - apoiar os órgãos do Sistema de Controle Interno no relacionamento intragovernamental e na relação institucional com os órgãos de controle externo;

XII - realizar o controle por meio da instituição de ouvidoria municipal;

XIII - realizar projetos de captação de recursos Estaduais e Federais, bem como a elaboração do competente instrumento;

XIV - efetuar o acompanhamento de todos os convênios e financiamentos oriundos de verba federal e/ou estadual;

XV - realizar a conferência de atos legislativos encaminhados pela Câmara Municipal, efetuando a respectiva certificação;

XVI - normatizar, supervisionar, orientar e formular as ações relacionadas com publicações oficiais, coordenando e executando as publicações oficiais do Município;

XVII - atuar na coordenação das ações político-governamentais do Município;

XVIII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 63. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Governo e Relações Institucionais;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Governo e Relações Institucionais;

III - 01 (um) Secretário Executivo de Relações Institucionais;

IV - 02 (dois) Assessores Técnicos, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

V - 02 (dois) Assessores I, subordinados ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VI - 01 (um) Assessor III, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VII - 01 (um) Assessor IV, subordinados ao Secretário Municipal a quem por ele designado.

Art. 64. as atribuições do Secretário Executivo serão definidas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção XVII

Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura

Art. 65. Compete à Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura:

I - buscar a sustentabilidade ambiental, econômica e social da maricultura, pesca e agricultura no Município, atuando em consonância com os órgãos gestores da pesca no Brasil, com a promoção de programas para a qualificação e requalificação profissional relativas ao setor;

II - orientar pescadores e produtores no cultivo, na organização e na comercialização dos produtos, em consonância com a legislação vigente.

III - propor, implantar, coordenar e apoiar políticas desenvolvimento da maricultura, pesca e agricultura artesanal, amadora, esportiva e comercialização de seus produtos;

IV - coordenar todos os expedientes relativos à prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento da pesca, agricultura e maricultura artesanal, amadora e esportiva, bem como a comercialização e apoio à pesquisa para desenvolvimento da atividade no Município;

V - coordenar o apoio às atividades dos escritórios das agências públicas promotoras de políticas de apoio à pesca e à agricultura artesanal, amadora e esportiva no Município;

VI - elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento da Pesca e promover a sua execução;

VII - realizar estudos, que visem à atualização das leis municipais aplicáveis à maricultura, pesca e agricultura, propondo as providências convenientes;

VIII - executar, diretamente, ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos relativos ao desenvolvimento da maricultura, pesca e da agricultura;

IX - complementar, quando conveniente a ação dos órgãos exercer, supletivamente, a fiscalização do cumprimento das normas no âmbito de suas atribuições;

X - pronunciar-se sobre iniciativas de órgãos, que afetem a maricultura, pesca ou a agricultura;

XI - pesquisar e difundir as tecnologias agropecuárias e pesqueiras;

XII - coordenação de programas e projetos de desenvolvimento e sustentável nas microbacias;

XIII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Art. 66. A estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Secretário Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura;

II - 01 (um) Secretário Adjunto de Maricultura, Pesca e Agricultura;

III - 01 (um) Diretor de Maricultura, Pesca e Agricultura, subordinado ao Secretário Municipal;

IV - 01 (um) Gerente de Maricultura e Pesca, subordinado ao Secretário Municipal;

V - 01 (um) Gerente de Agricultura, subordinado ao Secretário Municipal;

VI - 01 (um) Assessor II, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

VII - 01 (um) Assessor IV, subordinado ao Secretário Municipal ou a quem por ele designado;

TÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 67. A estrutura organizacional da Administração Indireta compreende:

I - Fundações:

a) Fundação Cambirela de Meio Ambiente;e

b) Fundação Municipal de Esporte e Cultura;

II - Autarquias:

a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA; e

b) Faculdade Municipal de Palhoça - FMP.

III - Empresa Pública:

a) Empresa Palhocense de Serviços - EPS.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68. As entidades integrantes da Administração Indireta Municipal reger-se-ão pelas disposições contidas nesta Lei Complementar e nas leis específicas, obedecidos os seguintes princípios institucionais:

I - as Autarquias e as Fundações Públicas de Direito Público funcionarão segundo as diretrizes dadas pelas leis de criação e respectivos regimentos internos;

II - as Fundações Públicas de Direito Privado funcionarão segundo as diretrizes dadas pelas leis que autorizarem sua institucionalização e pelos respectivos estatutos; e

III - as Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, suas subsidiárias ou controladas funcionarão segundo as diretrizes dadas pelas leis que autorizarem sua constituição e pelos respectivos estatutos ou contratos sociais.

CAPÍTULO III

DAS AUTARQUIAS

Seção I

Do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA

Art. 69. O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA tem por objetivo executar a política de previdência social dos servidores públicos do Município de Palhoça, incluindo os servidores de seu quadro funcional, na forma estabelecida em Lei específica que a disciplina.

Art. 70. A estrutura administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Presidente do IPPA;

II - 01 (um) Vice-Presidente do IPPA;

III - 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, subordinado ao Presidente;

Art. 71. O Presidente do IPPA poderá designar servidor para prestar assessoramento à Presidência, devendo ser exclusivamente efetuada por servidor efetivo, investido em cargo de nível médio ou superior, a quem competirá realizar:

I - organizar e controlar as atividades de apoio administrativo ao Presidente do IPPA;

II - recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e o público em geral que desejar comunicar-se com o Presidente do IPPA;

III - elaborar e manter atualizado o registro de visitas do Presidente do IPPA e de contatos por ele realizados;

IV - organizar e manter atualizado o cadastro de pessoas relacionadas com o Presidente do IPPA;

V - organizar e manter atualizada a agenda do Presidente do IPPA;

VI - organizar, programar e controlar a expedição de convites para solenidades oficiais;

VII - proceder a distribuição de processos e demais documentos aos órgãos ou servidores competentes, após o despacho;

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Presidente do IPPA;

§ 1º O Presidente do IPPA designará servidor efetivo ou à disposição que exercerá as atribuições previstas neste dispositivo;

§ 2º A função prevista neste artigo poderá ser remunerada de acordo com o § 2º do art. 15 da Lei Complementar nº 159, de 13 de março de 2014.

Art. 72. Os atos relativos aos benefícios previdenciários serão assinados diretamente pelo Presidente do IPPA.

Seção II
Da Faculdade Municipal de Palhoça – FMP

Art. 73. A Faculdade Municipal de Palhoça - FMP tem por objetivo executar a política de ensino superior municipal público e gratuito, com o apoio dos servidores de seu quadro funcional, na forma estabelecida em Lei que a instituiu, obedecidas a legislação específica e as normas constitucionais.

Art. 74. A estrutura administrativa da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça;

II - 01 (um) Vice-Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça;

III - 01 (um) Diretor Acadêmico, subordinado ao Presidente;

IV - 04 (quatro) Assessores II, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado;

V - 02 (dois) Assessores III, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado;

VI - 02 (dois) Assessores IV, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado.

Seção III
Da Empresa Palhocense de Serviços - EPS

Art. 75. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar empresa pública, a ser denominada de Empresa Palhocense de Serviços - EPS, com o objetivo de prestar serviços de manutenção de vias públicas, manutenção de espaços públicos, áreas verdes, prédios públicos, limpeza de vias públicas, coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, manutenção e administração de cemitérios, alimentação escolar e assistencial e condução de pessoas e materiais.

Art. 76. A Empresa Palhocense de Serviços - EPS será dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, sendo regida pelo regime celetista, com capital social integral do Município de Palhoça.

Art. 77. O Chefe do Poder Executivo Municipal disciplinará sobre a Empresa Palhocense de Serviços - EPS, através de Decreto.

Art. 78. A Presidência da Empresa Palhocense de Serviços - EPS será exercida pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos, e demais funções e atividades serão disciplinadas por Decreto.

CAPÍTULO IV
DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Seção I
Da Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM

Art. 79. A Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM tem por objetivo executar a política de preservação, fiscalização e policiamento ambiental, na forma estabelecida em lei que a instituiu, observadas as regras desta Lei Complementar.

Art. 80. Dentre as atribuições previstas na Lei de criação da Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM, compete ainda:

I - executar projetos específicos, incluídos os de pesquisa científica e tecnológica, de defesa e preservação do meio ambiente;

II - fiscalizar, acompanhar e controlar os níveis de poluição urbana e rural;

III - participar na análise das potencialidades dos recursos naturais com vistas ao seu aproveitamento racional;

IV - promover a execução de programas e políticas públicas visando à criação e administração de parques, reservas florestais e unidades de conservação;

V - promover ações em defesa da sustentabilidade ambiental;

VI - coordenar, formular e elaborar programas e políticas públicas indutores do desenvolvimento com sustentabilidade ecológica;

VII - formular e executar políticas de racionalização e controle de recursos minerais, energéticos e hídricos do Município;

VIII - promover a defesa, preservação e melhoria do meio ambiente local;

IX - coordenar, orientar e promover campanhas públicas de defesa, preservação e educação ambiental;

X - promover a integração das ações do Município com as ações dos Governos estadual e federal e municipais limítrofes, através dos seus organismos especializados, nas questões pertinentes ao meio ambiente;

XI - fomentar e coordenar a análise das potencialidades dos recursos naturais com vistas ao desenvolvimento sustentável;

XII - apoiar a criação dos comitês de bacias;

XIII - exercer o policiamento e a fiscalização ambiental no Município, incluindo os parques municipais;

XIV - exercer o poder de polícia ambiental no território do Município;

XV - executar, em conjunto com as Secretarias Municipais competentes, políticas públicas visando o planejamento e a ordenação dos espaços urbano e rural no Município;

XVI - licenciar obras e atividades potencialmente causadoras de danos ou impactos ao meio ambiente, nos limites de sua competência legal;

XVII - instaurar processos administrativos, aplicar sanções e penalidades aos infratores da lei ambiental e julgar os recursos incidentes, nos termos da lei.

Art. 81. A estrutura administrativa da Fundação Cambirela de Meio Ambiente será composta dos respectivos cargos:

I - 01 (um) Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente;

II - 01 (um) Vice-Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente;

III - 01 (um) Diretor de Meio Ambiente, subordinado ao Presidente;

IV - 04 (quatro) Assessores Técnicos, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado;

V - 03 (três) Assessores II, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado;

VI - 03 (três) Assessores III, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado.

Seção II

Da Fundação Municipal de Esporte e Cultura

Art. 82. A Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça tem por objetivo executar a política de Esporte e Cultura do Município, promovendo as ações, programas, serviços e benefícios para o seu desenvolvimento, com o apoio de seu quadro funcional, na forma estabelecida em lei que a instituiu, obedecendo a legislação específica e as normas constitucionais.

Art. 83. A estrutura administrativa da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, prevista na Lei Complementar nº 171, de 22 de agosto de 2014, passa a vigorar com os seguintes cargos:

I - 01 (um) Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura;

II - 01 (um) Vice-Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura;

III - 01 (um) Gerente Geral de Esporte, subordinado ao Presidente;

IV - 01 (um) Gerente Geral de Cultura, subordinado ao Presidente;

V - 05 (cinco) Gerentes, subordinados ao Presidente ou a quem ele designar;

VI - 02 (dois) Assessores III, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado;

VII - 02 (dois) Assessores IV, subordinados ao Presidente ou a quem por ele designado.

TÍTULO VI

DAS GRATIFICAÇÕES, DAS PRODUTIVIDADES E DAS FUNÇÕES

Seção I

Das Funções Executivas de Confiança

Art. 84. Ficam criadas as Funções Executivas de Confiança, nos termos constantes do Anexo II desta Lei Complementar, destinadas aos servidores efetivos do Município, em razão de atividade executiva de confiança.

§ 1º A Função Executiva de Confiança não poderá ser cumulada com gratificação de produtividade, destinadas aos servidores municipais, incluindo a de Direção Escolar e as Funções Gratificadas;

§ 2º A gratificação prevista no caput deste artigo será devida ao servidor durante as férias e nas demais licenças remuneradas, considerando o valor médio recebido nos últimos 12 (doze) meses.

§ 3º As funções executivas de confiança não constituem situação permanente, mas sim transitória.

§ 4º O servidor, detentor de função executiva de confiança, ao deixar de exercê-la, voltará a receber, somente, a remuneração correspondente ao seu cargo de provimento efetivo.

Seção II

Da Produtividade de Direção Escolar

Art. 85. Fica instituída a Gratificação de Produtividade de Direção Escolar, destinada aos profissionais da Educação, de forma exclusiva, em razão do esforço e da produção do servidor no exercício das suas atividades como Diretor Escolar, observados os critérios do Anexo III desta Lei Complementar e demais disposições legais e regulamentares.

§ 1º A aferição da produção do servidor será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A gratificação prevista no caput deste artigo será devida ao servidor durante as férias e nas demais licenças remuneradas, considerando o valor médio recebido nos últimos 03 (três) meses.

§ 3º A Gratificação de Produtividade de Direção Escolar não poderá ser cumulada com Função Gratificada, Função Executiva de Confiança, assim como não poderá ser com a gratificação de produtividade mensal.

§ 4º O servidor, detentor da Produtividade de Direção Escolar, ao deixar de exercê-la, voltará a receber, somente, a remuneração correspondente ao seu cargo de provimento efetivo.

Art. 86. Ficam criadas 02 (duas) Produtividades de Direção Escolar no valor de R\$ 2.560,00 (dois mil e quinhentos e sessenta reais) para as unidades escolares que possuem acima de 800 (oitocentos) alunos.

Art. 87. Ficam criadas 02 (duas) Produtividades de Direção Adjunta Escolar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para as unidades escolares que possuem acima de 800 (oitocentos) alunos.

Seção III

Da Gratificação de Produtividade

Art. 88. Fica instituída a Gratificação de Produtividade, em razão do esforço e da produção do servidor no exercício das suas atividades.

§ 1º A produtividade referida no caput terá limite individual de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao mês, excetuadas as disposições específicas.

§ 2º A produtividade referida no caput deste artigo não poderá exceder o limite mensal global fixado pelo Chefe do Poder Executivo, através de Decreto.

§ 3º Verificada a extrapolação do limite previsto no parágrafo anterior, a Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas deverá aplicar redutor proporcional à cada produtividade individual, com a finalidade de atender o limite global.

§ 4º O limite previsto no § 1º deste dispositivo não se aplica às disposições específicas de gratificação de produtividade.

Art. 89. A Gratificação de Produtividade, prevista no art. 88 desta Lei Complementar, bem como a prevista no art. 122-A da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e art. 23 da Lei Complementar nº 221, de 15 de junho de 2016, será concedida por deliberação do Comitê Gestor de Governo, que analisará objetivamente a avaliação individual semestral a ser efetuada pelo respectivo Secretário/Presidente.

§ 1º A avaliação individual será elaborada em modelo a ser disciplinado por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º A qualquer momento o dirigente do órgão poderá solicitar ao Comitê Gestor a revisão do valor da produtividade a ser concedida ou sua cessação, mediante justificativa.

Art. 90. A Gratificação de Produtividade além dos critérios indicados pelo Decreto regulamentador, observará os seguintes ditames:

I – Prestação do Serviço, que corresponde à capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área;

II – Qualidade, que corresponde à exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados;

III – Iniciativa, que corresponde à ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada;

IV – Relacionamento, que corresponde à habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados;

V – Assiduidade e Pontualidade, que corresponde à maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas com ou sem a autorização da chefia

imediatas;

VI – Interação com a Equipe, que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo;

VII – Interesse, que corresponde à ação no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências;

Parágrafo Único. Os critérios serão avaliados de forma objetiva, através da graduação de conceitos, pela chefia imediata, de forma semestral.

Art. 91. A Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas deverá elaborar relatório de faltas abonadas pela chefia imediata.

Art. 92. A gratificação de produtividade não será devida nas licenças remuneradas, exceto:

I - durante as férias, que será calculada sobre o valor percebido no mês anterior;

II - licenças para tratamento de saúde, nos casos em que for acometido por alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social.

Art. 93. O art. 23 da Lei Complementar nº 221, de 15 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. Os profissionais da Equipe Médica de Emergência e Urgência poderão habilitar-se a percepção de gratificação de produtividade limitando-se em até 100 % (cem por cento) do salário base da categoria.” (N.R.)

Art. 94. Ressalvadas as disposições específicas, o regramento previsto nos artigos 88 a 92 serão aplicados à todos os servidores públicos do Poder Executivo Municipal.

Art. 95. Fica instituída gratificação de produtividade específica aos cargos abaixo denominados:

I - Auditor Fiscal de Tributos Municipais, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - Arquiteto, Engenheiro, Geógrafo e Sanitarista, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

III - Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

IV - Auditor Fiscal do Meio Ambiente, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

V - Auditor Fiscal de Obras, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

VI - Técnico em Agrimensura, R\$ 1.000,00 (um mil reais); e

VII - Técnico em Edificações, R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo Único. Aplicam-se as regras previstas nos artigos 88 até 92 à produtividade previstas neste artigo.

Art. 96. O pagamento previsto no artigo anterior fica condicionado a realização de pontuação mínima de tabela de serviços/atividades a ser elaborada por Decreto.

Parágrafo Único. As tarefas executadas, devidamente certificadas pela chefia imediata e homologadas pelo titular do órgão, com a indicação clara do percentual de cumprimento das metas estabelecidas, serão comprovadas através de relatórios individuais, que deverão ser enviados à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas, até o dia 10 do mês subsequente ao de sua realização, para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 97. Fica vedado o pagamento de produtividade para o servidor cedido a outro órgão da esfera Municipal, Estadual e Federal, com exceção dos servidores cedidos ao Poder Judiciário na circunscrição municipal.

Art. 98. As produtividades não constituem situação permanente, mas sim transitória.

Art. 99. O servidor, detentor de produtividade, ao deixar de exercê-la, voltará a receber, somente, a remuneração correspondente ao seu cargo de provimento efetivo.

Art. 100. Fica revogado o art. 122 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e o Parágrafo Único do art. 23 da Lei Complementar nº 221, de 15 de junho de 2016.

Art. 101. Todos os tipos de gratificações de produtividade concedidas no âmbito municipal poderão ser reduzidas mediante ato do Comitê Gestor ou cortadas integralmente mediante Decreto.

TÍTULO VII

Das Disposições Finais e Gerais

Art. 102. Fica criado o Banco de Oferta e Demanda de Serviços Voluntários no Município de Palhoça.

§ 1º As atividades referidas no caput serão desenvolvidas na forma de serviço voluntário, como apoio a qualquer atividade pública municipal, conforme determina a Lei Federal 9.608, de 12 de fevereiro de 1998;

§ 2º O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim;

§ 3º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder ajuda de custo aos voluntários no valor limitado ao teto do auxílio alimentação pago aos servidores municipais;

§ 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará o serviço voluntário e a ajuda de custo, mediante Decreto;

§ 5º Não poderá ser objeto de serviço voluntário as atividades/funções previstas no Plano de Cargos e Salários do Município.

Art. 103. Dá nova redação ao art. 110 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 110 Não se aplica o pagamento de Diárias ao deslocamento de servidores aos municípios com distância inferior a 100 (cem) quilômetros da sede do município.” (N.R.)

Art. 104. Dá nova redação ao art. 134 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134 Não se aplica o pagamento de Diárias ao deslocamento de profissionais da educação aos municípios com distância inferior a 100 (cem) quilômetros da sede do município.” (N.R.)

Art. 105. Dá nova redação ao § 2º do art. 133 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 133 (...)

§ 2º Sendo que as férias somente serão usufruídas pelo período de 30 (trinta) dias, podendo ser parcelada em 15 (quinze) dias.” (N.R.)

Art. 106. Dá nova redação ao § 2º do art. 179 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 179 (...)

§ 2º Sendo que as férias somente serão usufruídas pelo período de 30 (trinta) dias, podendo ser parcelada em 15 (quinze) dias.” (N.R.)

Art. 107. Fica revogado o art. 134-A e seus parágrafos da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 108. Dá nova redação ao § 4º do art. 153 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 153. (...)

§ 4º As férias serão concedidas por ato do dirigente máximo do órgão, nos doze meses subseqüentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito;” (N.R.)

Art. 109. Dá nova redação aos incisos e parágrafos do art. 290 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que vigorará com a seguinte redação:

“Art. 290. (...)

I - Será acrescido o percentual de 10% (dez por cento), sobre o vencimento do servidor ocupante de cargo de nível médio ou inferior que concluir graduação, com duração mínima de 2.000 (duas mil) horas;

II - O servidor que concluir curso de especialização, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, poderá agregar 15 % (quinze por cento), desde que efetue a opção, renunciando ao percentual do inciso I;

III - O servidor que concluir curso de mestrado, poderá agregar 20 % (vinte por cento), desde que efetue a opção, renunciando aos percentuais dos incisos I e/ou II;

IV - O servidor que concluir curso de doutorado, poderá agregar 25 % (vinte e cinco por cento), desde que efetue a opção, renunciando aos percentuais dos incisos I, II e/ou III;

§ 1º As agregações previstas nos incisos acima somente serão devidas se o servidor tiver concluído os respectivos cursos após data de posse no cargo;

§ 2º O curso concluído deverá contribuir de forma significativa para o aperfeiçoamento técnico das tarefas desempenhadas, ou na implantação de novas tecnologias;

§ 3º O inciso I deste artigo não se aplica ao servidor detentor de cargo de nível superior ou técnico;

§ 4º A realização de mais de um curso previstos nos incisos de I a IV deste artigo não implicará no pagamento de nova agregação;

§ 5º Os títulos utilizados para agregação nos termos deste artigo não poderão ser utilizados para fins de progressão;

§ 6º Aos servidores que estiverem cursando nível superior na data de publicação desta Lei aplica-se a regra prevista na redação anterior do inciso I do artigo 290;

§ 7º Aos servidores matriculados até o dia 15 de dezembro de 2016, mesmo que não estejam cursando, aplica-se a exceção prevista no § 6º deste dispositivo;

§ 8º Fica limitado em 30% (trinta por cento) a agregação de que trata este artigo, incluídas as agregações concedidas na vigência da lei anterior;

§ 9º A habilitação para o benefício de que trata este artigo deverá ser efetuada mediante a apresentação de diploma ou certificado;

§ 10º Dúvidas e omissões serão regulamentadas através de Decreto" (N.R.)

Art. 110. Dá nova redação ao § 2º do art. 154 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010:

"Art. 154 (...)

§ 2º A gratificação pelo exercício de função de confiança, a gratificação especial e o adicional de insalubridade integrarão a remuneração de férias, desde que tenha percebido o benefício no mês anterior;" (N.R.)

Art. 111. Dá nova redação ao inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

II - o exercício do trabalho voluntário nos termos da Lei federal nº 9.608, de 18/02/98." (N.R.)

Art. 112. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar as dotações aprovadas na Lei Municipal nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual (LOA 2016), bem como na LOA do Exercício de 2017, as dotações orçamentárias dos órgãos, unidades e entidades da Administração Direta e Indireta, extintos, transformados, alterados ou transferidos em face da presente Lei Complementar para aqueles que tiverem sido criados, absorvidos, alterados ou transferidos às correspondentes ou às novas atribuições.

Parágrafo Único. O remanejamento previsto no caput deste artigo não se aplica o limite estabelecido da Lei Orçamentária Anual de 2017, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 113. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a promover alteração de nomenclatura, acrescentar ou suprimir atribuições, transferências de lotação e demais características dos cargos de provimento em comissão e das Secretarias Municipais, Autarquias e Fundações desta Lei Complementar, mediante Decreto específico, vedada as alterações que importem em aumento de despesas.

Art. 114. No cômputo geral do provimento dos cargos em comissão previstos nos anexos integrantes desta Lei Complementar, observar-se-á, preferencialmente, que 10% (dez por cento) do quantitativo seja ocupado por servidores titulares de cargo do quadro efetivo do Município.

Art. 115. Para o exercício do cargo em comissão de Assessor Técnico, deverá o ocupante do cargo possuir formação em curso superior nível superior e respectivo registro em entidade de classe.

Art. 116. A distribuição do quantitativo de cargos de Assessor Técnico para cada área de competência serão regulamentados mediante Decreto.

Art. 117. Fica autorizada a contratação temporária, através de processo seletivo, para atender necessidade de interesse público, nas áreas da Educação, Saúde, Esporte, Assistência Social e demais serviços públicos essenciais, visando:

I - a admissão de profissionais para suprir insuficiência de servidores efetivos;

II - a admissão para cobrir férias e licenças de servidores efetivos;

III - a manutenção de atividades indispensáveis ao funcionamento das Unidades Educacionais e de Saúde do Município.

Parágrafo Único. Os contratos temporários poderão ser rescindidos a qualquer tempo à critério da Administração.

Art. 118. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento do Município aprovado pela Lei Municipal nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, bem como pelo PPA, LDO e LOA vigentes para o Exercício de 2017.

Art. 119. Fica o Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento autorizado a firmar termo de compromisso, acordo judicial ou extrajudicial, visando a regularização do uso de espaços públicos ocupados e não licitados, até finalização de processo licitatório.

Art. 120. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a apresentar o organograma do Poder Executivo, através de Decreto, em conformidade com os cargos criados na presente Lei Complementar.

Art. 121. Os valores da remunerações dos cargos previstos nesta Lei estão previsto no Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 122. As atribuições dos cargos de provimento em comissão estão previstas no Anexo IV, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 123. O titular de cargo em comissão poderá ausentar-se de suas atividades por até 15 (quinze) dias ao ano, sem remuneração, mediante autorização prévia do Comitê Gestor de Governo.

Art. 124. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a editar atos regulamentadores, para fiel execução desta Lei Complementar.

Art. 125. Fica revogada a Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, suas alterações e demais disposições em contrário.

Art. 126. Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir do dia 1º de fevereiro de 2017.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	CÓDIGO	REMUNERAÇÃO
PROCURADOR GERAL	PROC	R\$ 10.243,22
SECRETÁRIO MUNICIPAL	SEC	R\$ 10.243,22
SECRETÁRIO EXECUTIVO	EXE	R\$ 10.243,22
PRESIDENTE AUTARQUIA E FUNDAÇÃO	PRE	R\$ 10.243,22
CONTADOR GERAL	CG	R\$ 10.243,22
COORDENADOR REGIONAL I	CR I	R\$ 8.000,00
COORDENADOR REGIONAL II	CR II	R\$ 6.000,00
COORDENADOR REGIONAL III	CR III	R\$ 5.000,00
COORDENADOR REGIONAL IV	CR IV	R\$ 4.000,00
SECRETÁRIO ADJUNTO	ADJ	R\$ 6.500,00
DIRETOR EXECUTIVO	DEX	R\$ 7.500,00
VICE-PRESIDENTE	VC	R\$ 6.500,00
DIRETOR GERAL	DG	R\$ 6.500,00
SUBPROCURADOR GERAL	SUB	R\$ 6.500,00
DIRETOR	DR	R\$ 5.500,00
GERENTE GERAL	DAS I	R\$ 4.000,00
GERENTE	DAS II	R\$ 3.000,00
ASSESSOR TÉCNICO	DAS III	R\$ 3.000,00
ASSESSOR I	DAS IV	R\$ 2.500,00
ASSESSOR II	DAS V	R\$ 1.800,00
ASSESSOR III	DAS VI	R\$ 1.400,00
ASSESSOR IV	DAS VII	R\$ 1.100,00

ANEXO II

FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA

FUNÇÃO EXECUTIVA	CÓDIGO	VALOR	QUANTIDADE
Gabinete do Prefeito	FEC I	R\$ 1.891,76	01
Controle Interno	FEC I	R\$ 1.891,76	02
Contabilidade	FEC I	R\$ 1.891,76	09
Administração	FEC I	R\$ 1.891,76	07
Pregoeiro/Comissão (Adm.)	FEC II	R\$ 2.100,00	10

ANEXO III

PRODUTIVIDADE DE DIREÇÃO ESCOLAR

QUANTIDADE DE ALUNOS	VALOR PRODUTIVIDADE
Até 50 Alunos	R\$ 1.110,00
De 51 até 100 Alunos	R\$ 1.220,00
De 101 até 150 Alunos	R\$ 1.390,00
De 151 até 200 Alunos	R\$ 1.450,00
De 201 até 250 Alunos	R\$ 2.000,00
De 251 até 799 Alunos	R\$ 2.210,00

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

1 - Secretário Municipal e Presidente de Autarquias e Fundações:

I - Representar para todos os fins o órgão a que se vincula;

II - Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal na área de sua competência;

III - Cumprir e fazer cumprir os atos legislativos do Município, Estado e da União;

IV - Gerenciar e expedir instruções para executar as atribuições dos órgãos de sua competência, observando as normas específicas previstas nesta Lei ou em legislação própria;

V - Apresentar relatório de sua gestão ao Prefeito Municipal;

VI - Apresentar declaração de bens, sempre que solicitado pelos demais órgãos municipais;

VII - Fiscalizar e administrar seus subordinados;

VIII - Ser ordenador de despesa;

IX - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

X - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

2 - Secretário Executivo:

I - Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal na área de sua competência;

II - Cumprir e fazer cumprir os atos legislativos do Município, Estado e da União;

III - Gerenciar e expedir instruções para executar as atribuições dos órgãos de sua competência, observando as normas específicas previstas nesta Lei ou em legislação própria;

IV - Apresentar declaração de bens, sempre que solicitado pelos demais órgãos municipais;

V - Fiscalizar e administrar seus subordinados;

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

3 - Secretário Adjunto:

I - Auxiliar o Secretário Municipal no uso de suas competências e atribuições;

II - Cumprir e fazer cumprir as leis;

III - Auxiliar na promoção de instrução interna do órgão administrativo;

IV - Representar o Secretário Municipal na sua ausência;

V - Gerenciar e expedir instruções para executar as atribuições dos órgãos de sua competência, observando as normas específicas previstas nesta Lei ou em legislação própria;

VI - Apresentar relatório de sua gestão ao Secretário Municipal;

VII - Apresentar declaração de bens, sempre que solicitado pelos demais órgãos municipais;

VIII - Auxiliar na fiscalização e administração de seus subordinados;

IX - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

X - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

4 - Vice-Presidente:

I - Auxiliar o Presidente Municipal no uso de suas competências e atribuições;

II - Cumprir e fazer cumprir as leis;

III - Auxiliar na promoção de instrução interna do órgão administrativo;

IV - Representar o Presidente Municipal na sua ausência;

V - Gerenciar e expedir instruções para executar as atribuições dos órgãos de sua competência, observando as normas específicas previstas nesta Lei ou em legislação própria;

VI - Apresentar relatório de sua gestão ao Presidente Municipal;

VII - Apresentar declaração de bens, sempre que solicitado pelos demais órgãos municipais;

VIII - Auxiliar na fiscalização e administração de seus subordinados;

IX - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

X - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

5 - Procurador Geral:

I - Exercer a orientação, coordenação e supervisão da Procuradoria Geral do Município;

II - Cumprir e fazer cumprir as leis;

III - Emitir parecer jurídicos, quando requisitados pelos órgãos municipais;

IV - Defender e representar o Município de Palhoça em demandas judiciais, bem como em atos extrajudiciais;

V - Ajuizar ações de interesse do Município;

VI - Apresentar relatório de sua gestão ao Prefeito Municipal;

VII - Apresentar declaração de bens, sempre que solicitado pelos demais órgãos municipais;

VIII - Fiscalizar e administrar seus subordinados;

IX - Ser ordenador de despesa;

X - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

XI - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

6 - Subprocurador Geral:

I - Auxiliar o Procurador Geral na administração e gerenciamento da Procuradoria Geral;

II - Emitir parecer jurídicos, quando requisitados pelos órgãos municipais ou pelo Procurador Geral;

III - Defender e representar o Município de Palhoça em demandas judiciais, bem como em atos extrajudiciais, na impossibilidade do Procurador Geral;

IV - Ajuizar ações de interesse do Município;

V - Apresentar declaração de bens, sempre que solicitado pelos demais órgãos municipais;

VI - Auxiliar a fiscalizar e administrar os subordinados;

VII - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VIII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

7 - Contador Geral:

I - Executar atividades técnicas e de conhecimento específico na área da contabilidade;

II - Ser responsável por atos próprios de finanças, orçamento e contabilidade pública;

III - Realizar consulta, orientação, suporte deliberativo e executar trabalhos vinculados à Secretaria Municipal da Fazenda, de alta, média e pequena complexidade;

IV - Elaborar relatórios técnicos e específicos, apresentar prestação de contas anuais e as legais;

V - Desempenhar atribuições de organização estrutural em conjunto com os Secretários Municipais e Presidentes de Autarquias e Fundações;

VI - Promover empenho, bloqueios e demais atos contábeis;

VII - Elaborar comunicações, internas e externas, atos administrativos no geral;

VIII - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

IX - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

8 - Coordenador Regional I:

I - Planejar, estruturar, acompanhar, deliberar e orientar o Chefe do Executivo Municipal, especialmente no tocante as regiões previamente definidas para sua atuação;

II - Dar conhecimento ao Prefeito Municipal das necessidades e anseios de cada comunidade inserida em sua região;

III - Atuar de forma articulada e auxiliar os órgãos públicos;

IV - Promover a integração social;

V - Ser responsável pela comunicação e divulgação dos atos sociais do Município junto à comunidade;

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

9 - Coordenador Regional II:

I - Planejar, estruturar, acompanhar, deliberar e orientar o Chefe do Executivo Municipal, especialmente no tocante as regiões previamente definidas para sua atuação;

II - Dar conhecimento ao Prefeito Municipal das necessidades e anseios de cada comunidade inserida em sua região;

III - Atuar de forma articulada e auxiliar os órgãos públicos;

IV - Promover a integração social;

V - Ser responsável pela comunicação e divulgação dos atos sociais do Município junto à comunidade.

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação.

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

10 - Coordenador Regional III:

I - Planejar, estruturar, acompanhar, deliberar e orientar o Chefe do Executivo Municipal, especialmente no tocante as regiões previamente definidas para sua atuação;

II - Dar conhecimento ao Prefeito Municipal das necessidades e anseios de cada comunidade inserida em sua região;

III - Atuar de forma articulada e auxiliar os órgãos públicos;

IV - Promover a integração social;

V - Ser responsável pela comunicação e divulgação dos atos sociais do Município junto à comunidade;

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

11 - Coordenador Regional IV:

I - Planejar, estruturar, acompanhar, deliberar e orientar o Chefe do Executivo Municipal, especialmente no tocante as regiões previamente definidas para sua atuação;

II - Dar conhecimento ao Prefeito Municipal das necessidades e anseios de cada comunidade inserida em sua região;

III - Atuar de forma articulada e auxiliar os órgãos públicos;

IV - Promover a integração social;

V - Ser responsável pela comunicação e divulgação dos atos sociais do Município junto à comunidade;

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

12 - Diretor Executivo:

I - Efetuar a direção e administração de órgãos públicos;

II - Planejar e executar políticas necessárias à manutenção do serviço público;

III - Planejar, coordenar, efetuar a execução técnica e simplificada, controle, supervisão e desenvolvimento de atividades administrativas;

IV - Executar tarefas próprias, exercer chefia, organização, convocar e participar de reuniões, elaborar relatórios e pautas, designar atividades e competências;

V - Auxiliar os Secretários e Presidentes de Autarquias e Fundações no exercício de sua competência;

VI - Promover atividade diretivas de serviços, programas e/ou ações públicas, de forma geral, dentro das competências do órgão;

VII - Prestar contas de seu gerenciamento ao dirigente do órgão administrativo;

VIII - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

IX - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

13 - Diretor Geral:

I - Planejar, coordenar, efetuar a execução técnica e simplificada, controle, supervisão e desenvolvimento de atividades administrativas;

II - Executar tarefas próprias, exercer chefia, organização, convocar e participar de reuniões, elaborar relatórios e pautas, designar atividades e competências;

III - Auxiliar os Secretários e Presidentes de Autarquias e Fundações no exercício de sua competência;

IV - Promover atividade diretivas de serviços, programas e/ou ações públicas, de forma geral, dentro das competências do órgão;

V - Prestar contas de seu gerenciamento ao dirigente do órgão administrativo;

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

14 - Diretor:

I - Executar atividades internas e externas vinculadas ao órgão que se vincula;

II - Auxiliar na manutenção, controle e administração dos serviços públicos;

III - Promover atividade diretivas de serviços, programas e/ou ações públicas, de forma específica, dentro das competências do órgão;

IV - Atuar como consultor aos superiores hierárquicos;

V - Realizando tarefas de acompanhamento interno, tais como funções e atribuições, elaboração de relatórios, documentos internos, ofícios, comunicações, atos administrativos em geral;

VI - Prestar contas de seu gerenciamento ao dirigente do órgão administrativo;

VII - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VIII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

15 - Gerente Geral:

I - Realizar atividades designadas por seus superiores hierárquicos;

II - Auxiliar na administração coletiva e individual do órgão municipal;

III - Ficar responsável por atividades específicas internas e de execução administrativa, dentro das competências de cada órgão;

IV - Atuar como profissional de orientação dos superiores hierárquicos;

V - Elaborar pareceres, relatórios, atas, comunicações, ofícios, atos administrativos em geral;

VI - Prestar contas de seu gerenciamento ao dirigente do órgão administrativo;

VII - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VIII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

16 - Gerente:

I - Auxiliar a planejar, organizar, controlar e assessorar os órgãos administrativos;

II - Apresentar sugestões de projetos, ações ou funções administrativos;

III - Realizar atividades designadas por seus superiores hierárquicos;

IV - Elaborar pareceres, relatórios, atas, comunicações, ofícios, atos administrativos em geral;

V - Prestar contas de seu gerenciamento ao dirigente do órgão administrativo;

VI - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

17 – Assessor Técnico:

I - Realizar estudos, projetos e demais atos que exijam conhecimentos específicos, tanto jurídico, contábil, administrativo, ambiental, ou

de engenharia;

II - Garantir suporte deliberativo e consultivo aos superiores hierárquicos, dentro das competências do órgão;

III - Elaborar pareceres técnicos, pesquisas, exposições de motivos, relatórios específicos e circunstanciados;

IV - Zelar pela aplicação das leis;

V - Auxiliar nos temas de maior complexidade do órgão;

VI - Emitir documentos de responsabilidade profissional, quando for o caso;

VII - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação;

VIII - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

18 – Assessor I, II, III e IV:

I - Prestar consultoria e assessoramento aos órgãos municipais que se vinculam, diferenciando-se conforme a complexidade das respectivas atribuições;

II - Apresentar sugestões e propostas de melhorias aos superiores hierárquicos;

III - Elaborar, redigir, estudar e examinar projetos, processos, atos e outros documentos;

IV - Inserir dados em sistemas, quando solicitado;

V - Efetuar pedido de compra de materiais e equipamentos;

VI - Auxiliar nas atividades de administração geral, controle de material e patrimônio;

VII - Efetuar o atendimento ao público em geral;

VIII - Cumprir as determinações internas e demais regramentos;

IX - Realizar demais atividades de menor complexidade, dentre as gerais inerentes ao órgãos municipais;

X - Responder pedidos de esclarecimentos e manifestações, quando de sua área de atuação, se autorizado pelos superiores hierárquicos;

XI - Praticar demais atos pertinentes à seu órgão ou que lhe forem delegados, bem como as atividades necessárias para manutenção dos serviços públicos.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº124/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município. DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA EPP				CNPJ: 06.555.143/0001-46	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abridor de boca odontopediátrico de borracha, caixa com 02 unidades.					
1	8,00	CX	IODONTOSUL	R\$6,4500	R\$51,6000
Especificação: Agulha hipodérmica 25X4 para irrigação intrarradicular, em inox, sem bisel.					
3	100,00	CX	KONNEN	R\$59,5000	R\$5.950,0000
Especificação: Alavanca apical adulto reta, canelada, com ponta fina, em aço inox					
4	15,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$213,0000
Especificação: Alavanca apical direita adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox					
5	15,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$213,0000
Especificação: Alavanca apical direita infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
6	10,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$142,0000
Especificação: Alavanca apical esquerda adulto, canelada, com ponta fina, em aço inox					
7	15,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$213,0000
Especificação: Alavanca apical esquerda infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
8	10,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$142,0000
Especificação: Alavanca apical reta infantil, canelada, com ponta fina, em aço inox					
9	10,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$142,0000
Especificação: Alavanca seldin 1L adulto, em aço inox					
10	15,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$213,0000
Especificação: Alavanca seldin 1L infantil, em aço inox					
11	10,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$142,0000
Especificação: Alavanca seldin 1R adulto, em aço inox					
12	15,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$213,0000
Especificação: Alavanca seldin 1R infantil, em aço inox					
13	10,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$142,0000
Especificação: Alavanca seldin reta nº2 adulto, em aço inox					
14	15,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$213,0000
Especificação: Alavanca seldin reta nº2 infantil, em aço inox					
15	10,00	UN	LM	R\$14,2000	R\$142,0000
Especificação: Aplicador de dycal, duplo, pequeno					
26	20,00	UN	LM	R\$4,3800	R\$87,6000
Especificação: Broca cirúrgica em carboneto de tungstênio PM 701 L					

39	15,00	UN	MK-Life	R\$8,6000	R\$129,0000
Especificação: Broca cirúrgica em carboneto de tungstênio PM 702					
40	15,00	UN	MK DENT	R\$8,6000	R\$129,0000
Especificação: Broca de alta rotação 3082					
42	200,00	UN	FAVA	R\$1,4000	R\$280,0000
Especificação: Broca de alta rotação 3083					
43	200,00	UN	FAVA	R\$1,4000	R\$280,0000
Especificação: Cabo de bisturi nº 3					
51	20,00	PÇ	LM	R\$6,1500	R\$123,0000
Especificação: Cabo de bisturi nº 4					
52	20,00	PÇ	LM	R\$6,1500	R\$123,0000
Especificação: Cabo para espelho em inox.					
53	400,00	UN	LM	R\$2,0500	R\$820,0000
Especificação: Calcador 6335 p/ inserção de resina nº 1					
55	30,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$127,5000
Especificação: Calcador 6335 para inserção de resina nº2					
56	30,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$127,5000
Especificação: Calcador 6335 para inserção de resina nº3					
57	30,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$127,5000
Especificação: Calcador classe V.					
58	10,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$42,5000
Especificação: Calcador de Paiva nº 01					
59	3,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$12,7500
Especificação: Calcador de Paiva nº 02					
60	3,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$12,7500
Especificação: Calcador de Paiva nº 03					
61	3,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$12,7500
Especificação: Calcador de Paiva nº 04					
62	3,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$12,7500
Especificação: Calcador ward nº 02					
63	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
Especificação: Calcador ward nº 03					
64	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
Especificação: Calcador ward nº 04					
65	5,00	PÇ	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
Especificação: Calcador ward nº 06					
66	5,00	PÇ	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
Especificação: Condensador de amalgama nº 1					
76	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
Especificação: Condensador de amalgama nº 2					
77	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500

Especificação: Condensador de amalgama nº 3

78	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
----	------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 4

79	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
----	------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 5

80	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
----	------	----	----	-----------	------------

Especificação: Condensador de amalgama nº 6

81	5,00	UN	LM	R\$4,2500	R\$21,2500
----	------	----	----	-----------	------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº125/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº125/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: M.F. DE ALMEIDA & CIA LTDA ME				CNPJ: 05.021.932/0001-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aparelho fotopolimerizador programável até 09 minutos aprox., display de cristal líquido, botão liga/desliga tipo membrana.					
25	5,00	PÇ	KONDORTECH	R\$426,3000	R\$2.131,5000
Especificação: Broqueiro Júnior, redondo,acrílico com tampa					
50	20,00	UN	JON	R\$16,4000	R\$328,0000
Especificação: Cânula adaptadora de aspiração de endodontia.					
69	20,00	UN	KONNEN	R\$12,6400	R\$252,8000
Especificação: Dedal de borracha					
104	3,00	UN	JON	R\$2,1500	R\$6,4500
Especificação: Escova de limpeza para lavagem de instrumentais, com cabo e cerdas em nylon.					
109	30,00	UN	BIGOLIN	R\$5,1000	R\$153,0000
Especificação: Filme de PVC esticavel, com aproximadamente medindo 100 X 0,28m, em rolo.					
122	100,00	RL	SELPACK	R\$14,9000	R\$1.490,0000
Especificação: Fita matriz nº. 0,5 mm em estojo plástico.					
134	250,00	UN	PREVEN	R\$1,0000	R\$250,0000
Especificação: Mandril para disco de lixa.					
208	40,00	UN	PREVEN	R\$1,7500	R\$70,0000
Valor Total		(quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos)			R\$4.681,75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

CNPJ: 04.989.294/0001-87

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cariostatic Frasco com 10ml					
70	10,00	FRS	IODONTOSUL	R\$11,0600	R\$110,6000
Especificação: Cimento cirúrgico líquido, frasco com 20 ml.					
71	8,00	FRS	IODONTOSUL	R\$7,4900	R\$59,9200
Especificação: Cimento cirúrgico pó, frasco com 50 grs.					
72	8,00	FRS	IODONTOSUL	R\$7,4900	R\$59,9200
Especificação: Curativo alveolar com própolis, para tratamento de alveolites, frasco com 10gr.					
97	50,00	FRS	BIODINAMICA	R\$18,3000	R\$915,0000
Especificação: Curetas cirurgicas CRANE Kaplan nº 06					
98	3,00	UN	GOLGRAN	R\$34,8900	R\$104,6700
Especificação: Descolador de perioósteo (tipo molt)					
105	20,00	UN	LM	R\$9,4500	R\$189,0000
Especificação: Espátula nº 31 de aço inox					
116	20,00	PÇ	LM	R\$5,9000	R\$118,0000
Especificação: Fixador para processamento radiográfico, uso odontológico, contendo água (85 a 90%), sulfito de sódio (1 a 5%), dietilenoglicol (1 a 5%) e hidroquinona (1 a 5%), frasco com 475ml.					
136	100,00	FRS	KODAK	R\$10,3500	R\$1.035,0000
Especificação: Lima para osso, pequena.					
164	30,00	UN	LM	R\$24,6500	R\$739,5000
Especificação: Pinça Allis 15 cm					
221	15,00	UN	LM	R\$25,4500	R\$381,7500
Especificação: Pinça clínica odontopediátrica					
223	20,00	UN	LM	R\$6,4200	R\$128,4000
Especificação: Pinça porta dique					
224	5,00	PÇ	GOLGRAN	R\$53,8500	R\$269,2500
Especificação: Régua milimetrada para endodontia em aço inoxidável					
239	10,00	UN	PRISMA	R\$12,0000	R\$120,0000
Especificação: Revelador de placa bacteriana em pastilha, caixa com 20 blister com 06 unidades cada.					
254	20,00	CX	IODONTOSUL	R\$10,3700	R\$207,4000
Especificação: Seringa carpule p/ tubete odontológico de 1,8ml, com refluxo.					
257	50,00	UN	LM	R\$20,8000	R\$1.040,0000
Especificação: Sonda exploradora nº 5					
262	100,00	UN	LM	R\$4,4000	R\$440,0000
Especificação: Sugador cirúrgico - metal.					
264	20,00	UN	LM	R\$11,0000	R\$220,0000
Valor Total		(seis mil, cento e trinta e oito reais e quarenta e um centavos)			R\$6.138,41

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº127/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº127/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 03.033.589/0001-12
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Avental descartável frontal manga longa, punho lastex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.					
30	250,00	UN	ANADONA/MANGA LONGA	R\$1,2900	R\$322,5000
Especificação: Bandeja de aço com tampa - tamanho aproximado de 30x24 cm.					
31	10,00	UN	FAMI/30X24	R\$52,0000	R\$520,0000
Especificação: Haste em plástico flexível, com algodão em suas pontas, caixa com aprox. 150 unid.					
161	100,00	CX	COTTON/150UND	R\$1,7900	R\$179,0000
Especificação: Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, ângulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.					
214	40,00	UN	DANNY/FENNIX	R\$4,0500	R\$162,0000
Especificação: Seringa luer, sem agulha, descartável, 10 ml.					
258	5000,00	UN	SR/10ML	R\$0,2300	R\$1.150,0000
Valor Total					(dois mil, trezentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) R\$2.333,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº128/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº128/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTARIA E DIST. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: DENTARIA E DIST.HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA					CNPJ: 91.083.212/0001-35
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alveolotomo curvo, em aço inox					
16	5,00	UN	TRINKS	R\$55,0000	R\$275,0000
Especificação: Armário clínico para odontologia, dotado de 04 rodízios revestidos em poliuretano, três gavetas rasas e um gavetão (79x49x38cm), puxadores e tampo em poliestireno de alto impacto e bandeja em aço inox.					
28	5,00	UN	OLSEN	R\$1.630,0000	R\$8.150,0000
Especificação: Autoclave modelo horizontal de bancada para esterilização e secagem de material, com capacidade para 21 litros, com 03 bandejas. Confeccionada em aço lavável permitir uma boa circulação do vapor garantindo excelente qualidade na esterilização do Material de enfermagem (curativo e odontológico), garantia mínima de 01 ano, voltagem 220 v.					
29	8,00	PÇ	BS DIGITALE	R\$3.850,0000	R\$30.800,0000
Especificação: Broca em tungstênio para peça reta, formato de pêra.					
44	3,00	UN	KG SORENSEN	R\$82,0000	R\$246,0000
Especificação: Broca gaites de 01 à 06, 25mm, caixa com 06 unidades.					
46	20,00	UN	INJECTA	R\$51,0000	R\$1.020,0000
Especificação: Escova para limpeza interna de sugador cirúrgico de metal.					
110	10,00	UN	PR	R\$42,3000	R\$423,0000

Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida (f), uso infantil, caixa com 150 unidades.

123	20,00	CX	KODAK	R\$215,0000	R\$4.300,0000
Especificação: Pedra de amolar instrumentos odontológicos					
219	40,00	UN	JON	R\$11,9000	R\$476,0000
Especificação: Porta amalgama, em aço inox					
235	5,00	UN	JON	R\$18,9000	R\$94,5000
Especificação: Sonda milimetrada periodontal tipo williams.					
263	50,00	UN	PRATA	R\$15,9000	R\$795,0000
Especificação: Tesoura cirúrgica Goldmann Fox nº16, reta, serrilhada, em aço inox					
268	10,00	UN	GOLGRAN	R\$30,5000	R\$305,0000
Especificação: Tesoura Cirurgica Goldmann Fox nº16, curva, serrilhada, em aço inox					
269	10,00	UN	GOLGRAN	R\$30,5000	R\$305,0000
Valor Total		(quarenta e sete mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)			R\$47.189,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº129/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº129/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município. DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Caixa em aço inox para endodontia perfurado, para autoclave, com medidas aproximadas de 20 x 10 x 5 cm, com capacidade de 72 furos.					
54	2,00	UN	Fami/Luminox/10135	R\$55,9100	R\$111,8200
Especificação: Caneta de alta rotação com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em alpaca com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas, spray triplo, controle de rotação através do pedal de comando, turbina balanceada, rolamentos apoiados em anéis de borracha sintética, baixo nível de ruído, baixo consumo de ar (35 litros/min.), pressão de trabalho 30 PSI em alto torque axial e radial, esterilizável em autoclave, com sacas brocas esterilizável em autoclave.					
68	5,00	PÇ	KAVO 605	R\$349,3000	R\$1.746,5000
Especificação: Destilador de água, capacidade mínima de 4litros, produção de 1000 a 1200 ml/hora, potência mínima de 750 W, voltagem 220v					
106	10,00	UN	CRISTOFOLI	R\$718,3300	R\$7.183,3000
Especificação: Solução bucal de gluconato de clorexidina 0,12%, frasco com 1 Litro					
259	60,00	LTS	Vic Pharma/ Viclohex	R\$14,9800	R\$898,8000
Valor Total		(nove mil, novecentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos)			R\$9.940,42

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº130/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº130/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-MEDICO LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município. DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-MEDICO LTDA. - ME				CNPJ: 11.088.993/0001-11	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bicho de pelúcia com altura média de 40 cm, contendo macro arcada superior e inferior inquebrável, macro escova de 36 cm, fio dental e bolsa para transporte.					

35	10,00	UN	D-EXPRESS	R\$177,0000	R\$1.770,0000
Especificação: Escovódromo portátil de 6 pias, 3 reservatórios para água utilizada, 3 reservatórios para água potável, com 6 placas com nome da instituição, com 6 espelhos					
111	1,00	UN	D-EXPRESS	R\$4.499,0000	R\$4.499,0000
Especificação: Kit educação em saúde bucal contendo: Macro Modelo Escovação Clássico com arcada superior, arcada inferior e articulador metálico flexível, que permite posicionar na oclusão tipo I, oclusão tipo II, oclusão tipo III e mordida cruzada. Ideal para treinamento de escovação dentária e uso de fio dental. Medidas: 8x8x10 cm. Macromodelo Evolução da Doença Periodontal vem com 3 modelos demonstrando a Gengiva hígida, Gengivite e Periodontite - Medidas: 08 x 11 x 08 cm. Macro Modelos Evolução da Cárie com 4 molares demonstrando dente Hígido, Cárie de esmalte, Cárie de dentina e Exposição Pulpal medindo 20 x 09 x 08 cm. Maleta para transporte.					
163	20,00	KIT	D-Express/ Maxi Maleta	R\$299,0000	R\$5.980,0000
Valor Total		(doze mil e duzentos e quarenta e nove reais)			R\$12.249,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº131/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº131/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município. DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A				CNPJ: 14.190.675/0002-36	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adesivo com premier para resina fotopolimerizável em 01 só frasco com 06 ml, primer a base de água tipo single bond.					
2	100,00	FRS	AMBAR/FGM	R\$22,5000	R\$2.250,0000
Especificação: Alveolotomo reto, em aço inox					
17	5,00	PÇ	GOGLRAN	R\$58,8900	R\$294,4500
Especificação: Amalgamador capsular c/ temporizador de 0 (zero) a 16 (dezesesseis) seg, display c/ indicador digital, oscilação p/ minuto, trava de segurança no abrir da tampa, garantia (mínima) 03 anos, voltagem 220 volts.					
18	2,00	PÇ	ECEL / ECMIX	R\$494,0000	R\$988,0000
Especificação: Anestésico cloridrato de prilocaina a 3% com vaso constritor octapressin, tubetes com 1.8 ml, caixa com 50 unidades.					
20	150,00	CX	CITANEST/DENTSPLY	R\$38,7000	R\$5.805,0000
Especificação: Anestésico injetável mepivacaina 3% s/ vaso constritor, tubete c/1,8 ml, caixa com 50 unidades.					
23	80,00	CX	MEPIVALEM 3% / DENTSPLY	R\$59,0000	R\$4.720,0000
Especificação: Aparelho de Ultra-Som Piezelétrico 24-32 KHz multifunções e jato de bicarbonato (bivolt 110-220 volts)					
24	10,00	UN	KONDENTECH / SCALER JET	R\$1.495,0000	R\$14.950,0000
Especificação: Arco para dique de borracha em nylon					
27	2,00	UN	MAQUIRA	R\$4,9900	R\$9,9800
Especificação: Bandeja de aço inox, sem tampa, tamanho 22x12x1,5cm					
32	10,00	UN	FAVA	R\$17,9000	R\$179,0000
Especificação: Bomba de vácuo com tampa, com as seguintes especificações mínimas: Filtro coletor de detritos na entrada da sucção com abertura superior, protetor térmico intermitente, eixo central do motor em inox, gabinete em aço fosfatizado com pintura em poliuretano, comando de acionamento eletrônico. Motor (potência) 1 CV, vácuo máximo 640 mmHg/25,06HG, rotação do motor (r.p.m) 3450-60Hz, capacidade para até 5 consultórios simultâneo, tensão na placa de comento 24v, alimentação 220v ou bivolts.					
36	3,00	UN	SUCTRON ELERONIC / SCHUSTER	R\$2.365,0000	R\$7.095,0000
Especificação: Broca carbide 329					
37	200,00	UN	KAVO	R\$4,8000	R\$960,0000
Especificação: Broca carbide 330					
38	200,00	UN	KAVO	R\$4,8000	R\$960,0000

Especificação: Broca cirúrgica em carboneto de tungstênio PM 703 L					
41	15,00	UN	JET	R\$12,5000	R\$187,5000
Especificação: Broca lentulo de 25-40, 25mm, caixa com 04 unidades					
47	20,00	CX	WILCOS	R\$28,9000	R\$578,0000
Especificação: Broca zecrya 23mm, haste curta					
48	50,00	UN	DENTSPLY	R\$28,7000	R\$1.435,0000
Especificação: Broca Zecrya 28 mm, haste longa					
49	50,00	UN	DENTSPLY	R\$28,7000	R\$1.435,0000
Especificação: Caneta de alta rotação cabeça pequena e arredondada para odontopediatria, com 420.000 rotações por minuto, possui corpo em ALPACA com canais arredondados de pega, sistema de conexão dois furos, sistema de substituição da broca através de saca-brocas					
67	1,00	UN	KAVO / MAGNO 504	R\$456,3000	R\$456,3000
Especificação: Condensador de Guta percha Mac Spadden em aço inoxidável, número 40 de 25mm. Caixa com 4 unidades.					
82	5,00	CX	DENTSPLY	R\$122,4500	R\$612,2500
Especificação: Condensador de Guta percha Mac Spadden, em aço inoxidável, número 35 de 25mm. Caixa com 4 unidades.					
83	5,00	CX	DENTSPLY	R\$122,4500	R\$612,2500
Especificação: Cone de guta percha principal nº 30, caixa com 120 unidade.					
85	50,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$827,5000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 35, caixa com 120 unidade.					
86	50,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$827,5000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 40, caixa com 120 unidade.					
87	40,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$662,0000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 45, caixa com 120 unidade.					
88	40,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$662,0000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 50, caixa com 120 unidade.					
89	30,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$496,5000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 55, caixa com 120 unidade.					
90	30,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$496,5000
Especificação: Cone de guta percha principal nº 60, caixa com 120 unidade.					
91	30,00	CX	MK LIFE	R\$16,5500	R\$496,5000
Especificação: Cone gutha percha auxiliar B7					
92	150,00	CX	DENTSPLY	R\$18,6900	R\$2.803,5000
Especificação: Cone gutha percha auxiliar B8					
93	150,00	CX	DENTSPLY	R\$18,6900	R\$2.803,5000
Especificação: Contra-ângulo baixa rotação autoclavável, de formato anatômico, baixo peso e acoplável ao micromotor através de sistema intra, onde o torque e a rotação são transmitidos à broca por um conjunto de eixos e engrenagens com relação de transmissão 1:1, possuir corpo em alpaca, giro livre de 360º sobre o micromotor, tamanho reduzido da cabeça, fixação da broca com trava de aço temperada com sistema lateral de acoplamento, eixo principal para brocas normais de contra ângulo com tração por encaixe e canal para trava, eixo principal do suporte de brocas apoiado sobre rolamentos com esferas de aço.					
95	5,00	UN	KAVO / 500	R\$350,0000	R\$1.750,0000
Especificação: Corrente p/ guardanapo, com 25cm(mínimo) em metal					
96	20,00	UN	MAQUIRA	R\$4,1000	R\$82,0000
Especificação: Curetas Goldmann Fox nº. 04					
99	3,00	UN	GOLGRAN	R\$31,4000	R\$94,2000

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº01

100	3,00	UN	GOLGRAN	R\$31,4000	R\$94,2000
-----	------	----	---------	------------	------------

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº02

101	3,00	UN	GOLGRAN	R\$31,4000	R\$94,2000
-----	------	----	---------	------------	------------

Especificação: Curetas Goldmann Fox nº03

102	3,00	UN	GOLGRAN	R\$31,4000	R\$94,2000
-----	------	----	---------	------------	------------

Especificação: Edta trissódico, frasco 10 ml.

107	30,00	FRS	MAQUIRA	R\$3,5800	R\$107,4000
-----	-------	-----	---------	-----------	-------------

Especificação: Esponja hemostática de colágeno liofilizado embalado individualmente em caixa com 10 unidades

118	20,00	CX	HEMOSPON	R\$19,5000	R\$390,0000
-----	-------	----	----------	------------	-------------

Especificação: Eugenol líquido, frasco com 18ml

119	100,00	FRS	MAQUIRA	R\$7,1500	R\$715,0000
-----	--------	-----	---------	-----------	-------------

Especificação: Filme periapical insight ip, velocidade rápida(f), uso adulto, caixa com 150 unidades.

124	80,00	CX	AGFA	R\$84,5000	R\$6.760,0000
-----	-------	----	------	------------	---------------

Especificação: Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha de ½ circulo e 2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades.

126	50,00	CX	PROCARE	R\$25,7000	R\$1.285,0000
-----	-------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Fio de nylon 3-0, para sutura com agulha de 3/8 circulo e 2 cm, estéril, não absorvível, caixa com 24 unidades. Marcas

127	50,00	CX	PROCARE	R\$25,7000	R\$1.285,0000
-----	-------	----	---------	------------	---------------

Especificação: Fio de nylon 4-0, com agulha de ½ circulo e 2cm, caixa com 24 unidades.

128	50,00	CX	PROCARE	R\$25,7000	R\$1.285,0000
-----	-------	----	---------	------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº132/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº132/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município. DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - ME	CNPJ: 15.250.965/0001-00
---	--------------------------

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Fio dental com 25m, embalagem individual

133	10000,00	UN	Hillo/ALG	R\$0,6300	R\$6.300,0000
-----	----------	----	-----------	-----------	---------------

Especificação: Gel dental com até 1100ppm de flúor, sabor de tuti-fruti ou morango, embalagem com 90 gramas

159	5000,00	UN	ALG KIDS	R\$1,9000	R\$9.500,0000
-----	---------	----	----------	-----------	---------------

Especificação: Gel dental com flúor com até 1500 PPM de flúor, embalagem com 90 gramas.

160	6000,00	UN	ICE FRESH	R\$1,5000	R\$9.000,0000
-----	---------	----	-----------	-----------	---------------

Valor Total	(vinte e quatro mil e oitocentos reais)			R\$24.800,00	
-------------	---	--	--	--------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2016 – Pregão Presencial 48/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME. OBJETO: Aquisição de materiais odontológicos consumo e permanente, para utilização nos serviços de odontologia das Unidades da rede municipal de Saúde e para CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município.

DATA: 21/09/2016 à 20/09/2017.

Nome da Empresa: DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES - EIRELI - ME

CNPJ: 21.504.525/0001-34

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anestésico articaína 4% 1:100 com vasoconstritor, tubetes com 1,8ml, caixa com 50 unidades.					
19	60,00	CX	ARTICAINE/DFL	R\$82,2400	R\$4.934,4000
Especificação: Anestésico em gel topico com aminobenzoato de etila em base hidrossolúvel sabor tuti fruti/ morango, frasco com 12 gr.					
21	200,00	FRS	BENZOTOP/DFL	R\$5,3900	R\$1.078,0000
Especificação: Anestésico injetável lidocaína a 2% com vaso constritor. Tubetes com 1,8 ml caixa com 50 unidades.					
22	250,00	CX	LIDOSTESIN/DLA	R\$37,0000	R\$9.250,0000
Especificação: Barreira gengival fotopolimerizável. Seringa de 2g. Com pontas descartáveis. Composição:HEMA, monômeros de uretano dimetacrilato, carga inerte, pigmentos e fotoiniciadores.					
33	20,00	UN	MAQUIRA	R\$15,9000	R\$318,0000
Especificação: Bicarbonato de sódio em pó extra fino. Sachê de 40g.					
34	250,00	Sachê	AIRON/MAQUIRA	R\$1,7800	R\$445,0000
Especificação: Broca Endo Z					
45	30,00	UN	MICRODONT	R\$25,3000	R\$759,0000
Especificação: Cimento de ionômero de vidro fotoativado. Modificado por resina , com flúor. Kit com pó, líquido, primer.					
73	80,00	KIT	VITRO FILL LC/DFL	R\$130,0000	R\$10.400,0000
Especificação: Cimento de ionômero de vidro condensável para técnica ART. Pó e líquido. De alta resistência a compressão, radiopaco, com flúor e fácil manipulação. Contendo pó, líquido, bloco de mistura.					
74	80,00	KIT	VITRO MOLAR/DFL	R\$90,0000	R\$7.200,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 40, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
165	40,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$732,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 40, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
166	40,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$732,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 40, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
167	40,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$732,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 45, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
168	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 45, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
169	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 45, 31 mm, caixa com 06 unidades.					
170	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 50, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
171	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 50, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
172	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000

Especificação: Lima tipo flexo file numero 55, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
174	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 55, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
175	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 60, 21 mm, caixa com 06 unidades.					
177	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo file numero 60, 25 mm, caixa com 06 unidades.					
178	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 15 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
183	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 15 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
184	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 15 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
185	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 20 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
186	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 20 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
187	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 20 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
188	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 25 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
189	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 25 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
190	30,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$549,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 25 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
191	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 30 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
192	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 30 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
193	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 30 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
194	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 35 c/ 21mm, caixa com 06 unidades.					
195	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 55 c/ 25mm, caixa com 06 unidades.					
196	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Lima tipo flexo-file numero 35 c/ 31mm, caixa com 06 unidades.					
197	60,00	CX	SYBROENDO/KERR	R\$18,3000	R\$1.098,0000
Especificação: Sugador endodontico descartável, pacote com 20 unidades.					
267	100,00	PCT	SS PLUS	R\$11,5000	R\$1.150,0000
Valor Total		(cinquenta e oito mil, quarenta e três reais e quarenta centavos)			R\$58.043,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º85/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa BACKES CONFECÇÕES LTDA ME

OBJETO: Confeção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

3581519 - BACKES CONFECÇÕES LTDA ME - 01.570.669/0001-81						
Sem lote						
Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PEÇA		BACKES	50	R\$13,00	R\$650,00
Produto 23617: Confeção de boné microfibra (100% poliéster) na cor jade, aba larga (tipo feminino) gomos, parte superior com botão, lado esquerdo e direito escrito na cor branca "ESF Estratégia da Saúde da Família", traseira com elástico regulado. Com fornecimento do material.						
2	PEÇA		BACKES	150	R\$13,50	R\$2.025,00
Produto 23936: Confeção de boné microfibra (100% poliéster) na cor jade, com regulador, parte superior com botão, lado esquerdo e direito escrito na cor branca "ESF Estratégia da Saúde da Família". Com fornecimento do material						
4	PEÇA		BACKES	25	R\$126,00	R\$3.150,00
Produto 64663: Confeção de jaqueta microfibra 100% poliéster, dupla face, forrada, na cor verde oliva, tamanhos P, M, G, GG e EGG, com faixa nas mangas e na frente em "V" na cor branca, com 02 bolsos embutidos, bordados: frente - lado direito 6 (seis) cores com Brasão do Município no lado esquerdo na cor branca com descrição "Secretaria Municipal de Saúde - Palhoça - SC", e costas na cor branca com descrição "Vigilância Epidemiológica". Com fornecimento de material.						
8	PEÇA		BACKES	60	R\$31,00	R\$1.860,00
Produto 64667: Confeção de Camisa Gola Polo Unissex: confeccionada em malha piquet tubular 50% algodão e 50% poliéster, gramatura - 180 à 200grs. TAMANHOS P, M, G e GG, manga curta com recorte, bainha de 2,5cm de largura, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NA COR BRANCO. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: manga esquerda 6 (seis) cores logotipo Do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça, na frente no lado esquerda 6 (seis) cores o logotipo da UPA 24 Horas. Frente semiaberta com fechamento através de 2 (dois) botões e caseados com vista coberta, vista frontal com 3x15cm.						
9	PEÇA		BACKES	60	R\$32,00	R\$1.920,00
Produto 64668: Confeção de Camisa Gola Polo Unissex: confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, tamanho P, M, G e GG, gramatura - 180 à 200grs, manga curta com recorte, bainha de 2,5cm de largura bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "MOTORISTA", NA COR AZUL MARINHO. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: manga esquerda 6 (seis) cores logotipo Do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça, na frente no lado esquerda 6 (seis) cores o logotipo da UPA 24 Horas. Frente semiaberta com fechamento através de 2 (dois) botões e caseados com vista coberta, vista frontal com 3x15cm.						
10	PEÇA		BACKES	60	R\$32,00	R\$1.920,00
Produto 64669: Confeção de Camisa Gola Polo Unissex: confeccionada em malha piquet 50% algodão e 50% poliéster, gramatura - 180 à 200grs, tamanho P, M, G e GG, na cor PRETO, manga curta com recorte, bainha de 2,5cm de largura, bordados: frente 01 (um) cor com a descrição da "SEGURANÇA", NA COR PRETO. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: manga esquerda 6 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça, na frente no lado esquerda 6 (seis) cores o logotipo da UPA 24 Horas. Frente semiaberta com fechamento através de 2 (dois) botões e caseados com vista coberta, vista frontal com 3x15cm.						
11	PEÇA		BACKES	60	R\$37,50	R\$2.250,00
Produto 64670: Confeção de Jaleco Feminino: Tecido: gabardine microfibra, 100% Poliéster, largura 150cm, trama: sarja 2x1, gramatura:216 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho. Cor: BRANCO. Manga Longa com botões nas mangas, Gola Tradicional. Longo e acinturado, cinto nas costas, 05 botões branco tamanho 28, medida 18mm. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: no bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da UPA 24 horas, manga esquerda 6 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça. Bolsos: (03) Três bolsos frontais na parte superior e inferior externa. Tamanhos: P. M. G. GG.						
12	PEÇA		BACKES	60	R\$37,50	R\$2.250,00
Produto 64671: Confeção de Jaleco Masculino: Tecido: gabardine microfibra, 100% Poliéster, largura 150cm, trama: sarja 2x1, gramatura:216 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho Cor: BRANCO. Manga Longa com botões nas mangas, Gola Tradicional, botões branco embutidos, tamanho 28, medida 18mm. Cinto solto nas costas com 02 botões. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: no bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da UPA 24 horas, manga esquerda 66 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça. Manga longa, gola tipo blazer. Bolsos: (03) Três bolsos frontais na parte externa. Tamanhos: P. M. G. GG.						
13	PEÇA		BACKES	60	R\$68,00	R\$4.080,00
Produto 64672: Confeção Pijama médico cirúrgico (equipe médica e enfermagem): Tecido: grafil plus, 67% poliéster e 33% algodão, gramatura 165 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho Cor AZUL MARINHO. Camisa: Manga curta, sem gola, decote em V, na confecção acrescentar em média 5cm no comprimento, incluir três bolsos, um na parte superior onde irá o bordado e dois partes inferior para colocar materiais de bolso... Calça: Com elástico 30mm atrás e cordão na frente e cordão na cintura, com bolsos internos, tipo abrigo, nos tamanhos P, M G E GG. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: No bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da upa 24 horas, manga esquerda 6 (seis) cores logotipo Do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça.						
14	PEÇA		BACKES	60	R\$68,00	R\$4.080,00

Produto 64673: Confeção Pijama médico cirúrgico (Serviço Operacional): Tecido: grafil plus, 67% poliéster e 33% algodão, gramatura 165 gr/m2. Produto confeccionado seguindo todas as normas técnicas de segurança e saúde do trabalho Cor AZUL celeste. Camisa: Manga curta, sem gola, decote em V, na confecção acrescentar em média 5cm no comprimento, incluir três bolsos, um na parte superior onde irá o bordado e dois partes inferior para colocar materiais de bolso. Calça: Com elástico 30mm atrás e cordão na frente e cordão na cintura, com bolsos internos, tipo abrigo, nos tamanhos P, M G E GG. Bordado conforme Manual de Identidade Visual da UPA 24 horas: no bolso superior esquerda 6 (seis) cores logotipo da upa 24 horas, manga esquerda 6 (seis) cores logotipo do Ministério da Saúde, manga direita 6 (seis) cores com Brasão do Município de Palhoça.

15	PEÇA		BACKES	40	R\$13,00	R\$520,00
----	------	--	--------	----	----------	-----------

Produto 64674: Boné SAMU, tipo sarja 2/1, peso 221g/m2, composto por 67% de fibra de poliéster e 33% de fibra de algodão, tipo terbrim profissional, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens. Cor Azul marinho, padrão 519 da cartela de cor da Santista, ou perfeitamente similar. Modelo Padrão, com ajuste de velcro. Detalhes bordado logomarca SAMU na frente, Bordado SAMU 192 no lado direito, Bordado Bandeira Palhoça lado esquerdo. Tipologia de fonte e padronização de cores: deverão seguir o Manual de Identificação Visual SAMU, conforme determina Ministério da Saúde.

17	PEÇA		BACKES	40	R\$129,00	R\$5.160,00
----	------	--	--------	----	-----------	-------------

Produto 64676: Conjunto chuva SAMU, calça e jaqueta. Tecido 100% poliamida, cor azul marinho, padrão 519 da cartela de cor da Santista, ou perfeitamente similar. Modelo jaqueta com capuz regulado por cordão, fechamento frontal com zíper protegido por aba dupla fechada com velcro, punhos de elástico, aberturas por baixo do refletivo para ventilação. Calça com elástico e cordão para regulagem, com regulador de nylon e velcro na barra. Detalhes: Logomarca do SAMU na frente esquerda medindo 10cm altura x 7cm largura, e nas costas medindo 21cm altura x 14cm largura. Tipologia de fonte e padronização de cores: deverão seguir o Manual de Identificação Visual SAMU, conforme determina Ministério da Saúde. Com faixa refletiva com largura de 5cm, na cor prata a luz do dia e cor refletida branca, composto de lentes retrorefletivas expostas de angula amplo, aderente a um tecido durável com composição 65% Poliéster, 35% Algodão. Possuir desempenho físico e retrofletivo certificado para atender a Norma ANSI/ISEA 107-1999 Nível 2 - Desempenho Retrorefletivo e à Norma EN471 Classe 2 - Desempenho Retrorefletivo. O coeficiente de retroreflexão (Ra em Cd/lux/mt²) medido por métodos rastreáveis de acordo com os seguintes procedimentos, ASTM E809 / E810 (Ra) e CIE 54:1982 (R'). Tendo os valores Ra Tipc em 500 e Ra mínimo em 330.

18	PEÇA		BACKES	40	R\$115,00	R\$4.600,00
----	------	--	--------	----	-----------	-------------

Produto 64677: Jaqueta SAMU, confeccionada em tecido nylon resinado (dupla resina), impermeável que garanta proteção contra a chuva, cor azul marinho, forrado com matelasse em tecido 100% poliéster. Elástico nos punhos e cordão de regulagem na cintura. Costurada com linha de poliéster de alta resistência. As costuras deverão receber processo de impermeabilização. Gola: A gola deve ser tipo camisa, capuz embutido na gola com fechamento em zíper; capuz com cordão para regulagem. Bolso: bolso interno no lado esquerdo, na altura do tórax, medindo 16cm altura x 15 cm largura com abertura superior livre. Na frente 2 bolsos tipo faca embutidos na parte inferior da jaqueta, na diagonal. Fechamento: fechamento frontal com zíper da mesma cor do tecido, com lapela de 5,5 cm cobrindo o zíper em toda extensão e fechada com 3 botões de pressão fixados equidistantes. Para ajuste na cintura deverá ter dois cadarços paralelos, com regulagem e ponteira em pvc. Mangas: manga longa com elástico nos punhos, punhos medindo 4,5 cm; com faixa refletiva de 5 cm em toda circunferência das mangas. Forro: forro interno em nylon, com manta acrílica 100% poliéster de gramatura 100g/m2, em matelasse 5x 5cm, cor azul marinho. Faixas refletivas: faixas de 5 cm, na cor prata a luz do dia e cor refletida branca com largura de 50 mm, composto de lentes retro refletivas expostas de angulo amplo, aderentes a um tecido durável com composição 65% poliéster e 35% algodão. Deve garantir alta visibilidade noturna, ser resistente a constantes lavagens domesticas e ser constituído de microesferas de vidro, atender no mínimo a norma ANSI/ISEA 107 - 2010 Nível 2. Aplicação: deverá ser aplicado com costuras. Na frente e nas mangas: A aplicação deverá ser feita no tórax no sentido horizontal em toda a extensão do tórax, dando continuidade a faixa refletiva das mangas na qual deve ser aplicada em toda circunferência. Nas costas: no sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala e se estender até a cintura onde será embutida. Bordados: os bordados deverão ser do tipo bordado cheio. Frente: no lado superior esquerdo, na altura do peito deverá ser bordado o logo do SAMU, versão vertical, medindo 10 cm x 6,5 cm. Manga Direita: logomarca do SAMU, versão vertical, medindo 12 cm x 8 cm. Manga Esquerda: deverá ser bordado bandeira do município de Palhoça medindo 7 cm x 4 cm e baixo bandeira do estado de Santa Catarina medindo 7cm x 4cm. Costas: Emblema do SAMU, versão vertical, medindo 22 cm x 14,5 cm. Faixas coloridas: Faixas 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, na cor 186 e 717 da escala pantone, respectivamente. Devem possuir 1,5 cm de largura devendo ser embutidas nas laterais externas da jaqueta, nas mangas, sendo que a laranja fica na frente e a vermelha atrás com um espago de no máximo 1,5 cm entre elas. Nas laterais das mangas a aplicação inicia abaixo da faixa refletiva e se estende ate o punho e nas laterais da jaqueta a laranja fica embutida na ombreira e a vermelha na cava e se estende até a cintura. Etiqueta: E obrigatório uma ou mais etiquetas (a critério do fabricante) contendo no mínimo as seguintes informações: Identificação do fabricante (mínimo: nome e CNPJ); Composição do tecido; Identificação do tamanho e Instruções de Uso (lavar, secar e passar etc.)

19	PEÇA		BACKES	72	R\$163,00	R\$11.736,00
----	------	--	--------	----	-----------	--------------

Produto 64678: Macacão SAMU. Tecido: Pré-escolhido, tipo sarja 2/1, peso 221g/m², composto por 67% de fibra de poliéster e 33% de fibra de algodão, tipo terbrim profissional, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens. Na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores Santista ou padrão 194010-TP da escala pantone. Aplicação: Roupa considerada item de segurança, a gramatura do tecido confere proteção UV (ultravioleta) e a sua modelagem garante proteção do corpo, membros superiores e inferiores. Modelo: Macacão com costuras duplas e abertura frontal. Frente: corte reto. Gola com pontas perfeitamente arredondadas, medindo 5 cm de altura, com comprimento proporcional a numeração do macacão. (Imagem 1) Ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, embutida, indo da gola até o ombro onde também será embutida na costura, em dimensões compatíveis com a numeração do macacão, e da frente até a pala das costas totalizando 12 cm. Com dois bolsos frontais tipo profissional, com zíper embutido 4 cm abaixo do comprimento inicial, coberto por vista simples de 1 cm partindo de ambos os lados. (Imagem 2) A 5 cm abaixo dos bolsos frontais, logo após a cinta, será confeccionada os bolsos para descanso de mão, com abertura livre. (Imagem 3) A 6,5 cm abaixo dos bolsos para descanso de mão, serão confeccionados bolsos com aplicação do zíper embutido 3 cm abaixo do comprimento inicial cobertos por uma vista simples de 1 cm partindo de ambos os lados. (Imagem 4). Deverá ser aplicado joelheira (proteção), formato oval ou retangular em dimensões suficientes a fim de garantir a proteção do joelho, forrada com fibra 6 mm e matelassada. Na perna esquerda, logo após o bolso para descanso de mãos será aplicado acessório porta tesoura tipo "envelope" arredondado externamente fechamento com botão de pressão resistente. (Imagem 5) Cintura: na altura da cintura, na parte posterior do macacão terá um passante confeccionado no mesmo tecido do macacão, com largura de 8 cm por onde passara um cinto. O cinto será composto por tecido (o mesmo do macacão), elástico e velcro, (IMAGENS 6 E 7). O elástico deverá ser do tipo elástico forte composto por 72% a 75% poliéster e 25 a 28% elastodieno. O comprimento do elástico e do passante deverão ser proporcionais a numeração do macacão. O cinto deverá proporcionar um perfeito ajuste da cintura. O velcro que será costurado no macacão e utilizado para fechamento do cinto e deverá ter 25 cm de comprimento e 5 cm de largura de modo que o seu uso seja opcional e deverá ser afixado logo após o passante alinhado simetricamente a este. O fechamento do macacão deverá ser frontal, iniciando cerca de 10 cm acima do cavalo com zíper de duplo curso, coberto por uma vista simples de 5 cm de largura (tipo lapela) partindo do lado esquerdo. O zíper deverá possuir em toda extensão proteção interna de 6 cm de largura para que não fique em contato direto com a pele do usuário. O zíper deverá ser resistente, de boa qualidade e na cor do macacão. (IMAGEM 8) Mangas: Acabamento em corte reto nos punhos e lingueta reguladora que será embutida na costura medindo 11 cm de comprimento e 6 cm de largura e velcro com 5 cm de largura e 7 cm de comprimento. Nas mangas deverá ser aplicada faixa refletiva de 5cm de largura em toda circunferência. Na manga, na lateral externa, a 9 cm da lingueta deverá ser aplicado velcro medindo 15 cm de comprimento e 5 cm de largura, para ajuste do punho. Manga Esquerda: Na manga esquerda, acima da faixa refletiva, será confeccionado bolso com 12,5 cm de comprimento e largura de 10 cm, com lapela de 5,5 cm para fechamento. O fechamento será em velcro de 1,5 cm de largura e 8 cm comprimento. Este bolso deverá ter espago para encaixe de 2 canetas na parte superior sem a necessidade de abri-lo. Na aba deverá ser bordada a bandeira do município medindo 9,5 cm x 4,5 cm. Manga Direita: Na manga direita, acima da faixa refletiva deverá ser bordado a logomarca do SAMU medindo 10 cm x 6,5 cm. Costa: Com pala, com duas pregas fundas para dar movimento. Deve ser bordado logomarca do SAMU medindo 22 cm x 14,5 cm e acima deste velcro medindo 22,5 cm x 5 cm onde será afixado a tarjeta com a função do profissional. Parte posterior da calça: dois bolsos traseiros chapados, chanfrados, com duas costuras paralelas, medindo 15 cm de largura e 18 cm de altura, fechamento com lapela de 6 cm e velcro, sendo este velcro com medidas de 12 cm x 2,5 cm. Bordados: os bordados deverão ser do tipo bordado cheio. Frente: no lado superior esquerdo, na altura do peito deverá ser bordado o logo do SAMU, versão vertical, medindo 10 cm x 6,5 cm. (lembrando que acima deste deverá conter um velcro em dimensões suficientes para afixar a função do profissional). Manga Direita: logomarca do SAMU, versão vertical, medindo 10 cm x 6,5 cm. Manga Esquerda: na lapela do bolso deverá ser bordado bandeira do estado de santa catarina medindo 7,5 cm x 4,5 cm. Costas: Emblema do SAMU, versão vertical, medindo 22 cm x 14,5 cm. Todos os velcros deverão ter dimensões suficientes a fim de garantir perfeito acabamento. Faixas coloridas: Faixas 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, na cor 186 e 717 da escala pantone, respectivamente. Devem possuir 1,5 cm de largura devendo ser embutidas nas laterais externas do macacão, nas mangas e pernas, sendo que a laranja fica na frente e a vermelha atrás com um espago de no máximo 1,5 cm entre elas. Nas laterais das mangas a aplicação inicia abaixo da faixa refletiva e se estende até o punho; nas laterais do macacão a laranja fica embutida na ombreira e a vermelha na cava e se estendem até a barra da calça. Faixas refletivas: faixas na cor prata a luz do dia e cor refletida branca com largura de 50 mm, composto de lentes retro refletivas expostas de angulo amplo, aderentes a um tecido durável com composição 65% poliéster e 35% algodão. Deve garantir alta visibilidade noturna, ser resistente a constantes lavagens domesticas e ser constituído de microesferas de vidro, atender no mínimo a norma ANSI/ISEA 107 2010 - Nível 2. Na frente e nas mangas: A aplicação deverá ser com costuras e feita no tórax no sentido horizontal em toda a extensão do tórax, dando continuidade a faixa refletiva das mangas na qual deve ser aplicada em toda circunferência. Nas pernas: deve ser aplicado logo abaixo da joelheira em toda a circunferência. Nas costas: no sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala e se estender até a cintura onde será embutida no passante da cinta. Fecho de contato tipo velcro: deverá ser utilizado na cor preta, fabricado em 100% nylon composta de duas fitas, uma de poliamida e outra com ganchos de polietileno HTH. Todos os velcros deverão ter dimensões suficientes a fim de garantir perfeito acabamento. Zíper: de material sintético na cor do tecido. A espiral que forma a cremalheira e produzida de monofilamento sintético e deve possuir 5mm de largura. O deslizador deve ser de material metálico. Linha: todas as costuras para as operações de fechar, fixar, pespontar e casear devem ser feitas com linha de paraquedas (com resistência adequada e na cor do tecido). As operações de overlock e interlock devem ser feitas com linha e filamento. Fabricada com fibras descontinuas de poliéster com alta resistência. Reforço de costura: As costuras de fechamento nas laterais, ombros, braços e pernas deverão ser duplas com simetria reta. Os reforços de costura deverão ser feitos em todos os pontos de maior tração de ruptura de modo que a costura não abra na hora de procedimentos que exijam que o socorrista fique agachado. Simetria: O produto deve ter um excelente acabamento. As costuras deverão ser retas e paralelas quando necessárias. Os acessórios deverão estar alinhados verticalmente e horizontalmente. Medidas: Deverão ser confeccionados nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XGG, XXGG, XXXGG. Etiqueta: O produto deverá conter etiqueta com no mínimo as seguintes informações: nome e CNPJ da empresa fabricante, tamanho, instruções de lavagem clara e definida. Etiqueta indicando a procedência do tecido com no mínimo: CNPJ e nome da indústria têxtil, tipo do tecido, composição. Acondicionamento: As peças deverão ser entregues embaladas individualmente em sacos plásticos hermeticamente fechados de forma adequada ao transporte. Na embalagem deverá conter o tamanho da pega em local de fácil visualização. Garantia: O fornecedor deve dar garantia de reposição contra quaisquer defeitos de fabricação das vestimentas ofertadas, durante a vida útil de seis meses em condições normais de utilização, tais como: rasgos, encolhimento ou alongamento, desbota-mento e manchas, rompimento de costuras e queima dos aviamentos. O prazo máximo entre a fabricação dos tecidos e data de entrega das vestimentas não poderá ser superior à 12 (doze) meses.

Total do Fornecedor:

R\$46.201,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º86/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa BEM10 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

OBJETO: Confeção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

Nome da Empresa: BEM10 COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME			CNPJ: 24.375.213/0001-66		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Confeção de calça meio elástico em brim leve, na cor azul escuro, unissex, tamanhos P, M, G, GG e EGG. Cós inteiro (mesmo tecido da calça) com aproximadamente 4,0 cm de largura, com elástico total, com 4 costuras, com cordão para amarrar. A, 2 bolsos traseiros chapados com portinhola para abotoar, chanfrados nas extremidades e, bainha de 2,0 cm com 5 passantes distribuídos: 2 na frente, 1 em cada lado e 1 na parte de trás (central). Abertura na frente com 3 botões, 2 bolsos frontais chapados (inteiros acompanhando o cós), chanfrados nas extremidades. Botões não metálicos, tamanho 26, com 2 furos para abotoar portinholas dos bolsos traseiros; botões não metálicos, tamanho 24, com 2 furos para abotoar na frente. Linha mercerizada no 30 ou pesponto no 80 para fechamento, viés do bolso no mesmo no mesmo tecido da peça, linha, botões e cordão na mesma tonalidade do tecido. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas ou máquina de pregar elásticos para o cós. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento das laterais, linha mercerizada no 30. Costuras em interlock bitola média ou larga para fechamento entrepernas, linha pesponto algodão no 80. Costura ponto corrente 2 agulhas paralelas para fechamento dos ganchos dianteiro e traseiro, linha mercerizada no 30. Costuras ponto fixo 2 agulhas paralelas para colocação dos bolsos, portinholas, linha mercerizada no 30. Travetes para reforçar os cantos dos bolsos, portinholas e o acabamento final da vista, linha pesponto algodão no 80. Overlock nas partes desfiadas do tecido, linha pesponto algodão no 120. Com fornecimento de material.					
3	115,00	PÇ	BEM 10	R\$46,5000	R\$5.347,5000
Especificação: Confeção de camiseta, 100% algodão, fio 30 penteado, 30x1, tamanhos P, M, G, GG e EGG, na cor branco, manga curta, decote redondo com ribana, frente lado esquerdo superior com a inscrição Prefeitura Municipal de Palhoça, costa logo do ESF escrito "Agente Comunitário de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde", ambos bordado na cor verde. Com fornecimento de material.					
5	750,00	PÇ	BEM 10	R\$15,7000	R\$11.775,0000
Especificação: Confeção de camiseta baby look, fio 30, 50% algodão e 50% poliéster, cor preta, tamanho G e GG, decote redondo com acabamento, serigrafia na frente e costas contendo 08 cores. Com fornecimento de material.					
6	15,00	PÇ	BEM 10	R\$27,6000	R\$414,0000
Valor Total		(dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)			R\$17.536,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º87/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa FREDERICO THADEU EMERIM ME

OBJETO: Confeção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

Nome da Empresa: FREDERICO THADEU EMERIM ME			CNPJ: 22.259.901/0001-35		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bota/Coturno de cano médio tipo resgate SAMU, cano médio em couro vaqueta curtido ao cromo na cor preta, estampa pólvora, hidro fugada com espessura mínima de 2,0 mm, bico redondo, zíper lateral na parte interna, com forro de isolamento interno na extensão do zíper; cano superior de aproximadamente 20 cm, em couro napa vacuum vestuário hidro fugado; caneleira com reforço interno em couro reconstruído e palmilha limpeza conformada em EVA. Cabedal: em couro bovino de alta qualidade, vaqueta curtida ao cromo, espessura mínima de 2,0 mm com acabamento semicromo hidro fugado. Gáspea: com protetor de borracha, sobreposto em alto relevo (3D), para evitar desgaste do couro. Forro da Gáspea: de couro tipo napa vacuum vestuário na cor preta. Parte Superior Traseira: acolchoada com espuma látex de espessura 10 a 15 mm e densidade 30, em três gomos revestimento na parte exterior em couro tipo napa vacuum cor preta, e na parte interna com o mesmo forro da parte traseira do cano. Parte Dianteira: na altura do peito do pé haverá um acolchoado de cinco gomos em espuma PU de espessura 10 mm e densidade 33, recoberto em napa tipo vacuum vestuário, na cor preta, para uma melhor acomodação e mobilidade da região do tornozelo. Solado: em borracha legítima cor preto, que deverá ser colado e blaqueado na sua lateral resistente a altas temperaturas (300° C). Deve ser desenhado de forma que o produto seja antiderrapante, com canais de escoamento de água. Deve ser também resistente ao desgaste e a flexão. Zíper 100% Nylon: de alta resistência, posicionado na lateral interna do cano, recoberta por "pala" externa em couro semi-cromo que cubra toda a extensão do zíper, de 40 mm de largura, com detalhe de corte em V quando aberto, fechado através de fecho de contato tipo fita de velcro preto. Tecido Refletivo: Na região do calcanhar de ambos os pés, haverá um refletivo em alta frequência, em alto relevo, no formato de boomerang, na cor prata/cristal e cor refletida branca. E no entorno do refletivo deverá ser colocado uma borracha com estampas em 3 D costurada em todo seu contorno. Na região do tornozelo deverá conter um protetor contra impactos em borracha 3D com o logo do SAMU que deverá ser resinado, deverá ser colado e costurado, com um diâmetro aproximado de 40 mm. Logo acima da caneleira, em couro vacuum vermelho, será inserido um gomo acolchoado para dar maior conforto ao socorrista e nesta pega deverá ser inserida uma etiqueta costurada com a seguinte inscrição: SAMU 192.					
20	40,00	PAR	Guartelá	R\$420,0000	R\$16.800,0000

Valor Total	(dezesesseis mil e oitocentos reais)	R\$16.800,00
-------------	--------------------------------------	--------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º88/2016

Pregão Presencial 23/2016

Partes: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA e a empresa VIA GENERAL CONFECÇÕES LTDA.

OBJETO: Confecção de uniformes e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, UPA, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CAPS AD, CEAP, e demais setores, com fornecimento de todos os materiais necessários e aquisição de bota tática para o SAMU.

DATA: 17/06/2016 a 16/06/2016.

Nome da Empresa: VIA GENERAL CONFECÇÕES LTDA				CNPJ: 09.121.085/0001-30	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Confecção de camiseta, fio 30, 50% algodão e 50% poliéster, diversas cores, tamanho P, M, G e GG, decote redondo com acabamento, serigrafia na frente e costas contendo 08 cores. Com fornecimento de material.					
7	3000,00	PÇ	Via General	R\$14,7500	R\$44.250,0000
Especificação: Camiseta SAMU, Modelo: Camisa modelo tradicional, decote redondo, em malha tecido Frio, 100% algodão, fio 30x1 penteado., na cor branca, manga curta, barra de reforço nos ombros. Bordados: emblema do SAMU, versão vertical, bordado na parte frontal lado superior esquerdo medindo 10cm x 7cm. Medidas: Deverão ser confeccionadas nos tamanhos PP, P, M, G, GG, XGG, XXGG, XXXGG. Etiqueta: É obrigatório uma ou mais etiquetas (a critério do fabricante), contendo no mínimo as seguintes informações: Identificação do fabricante (mínimo: nome e CNPJ); Composição do tecido; Identificação do tamanho da camisa e Instruções de Uso (lavar, secar e passar etc.).					
16	144,00	PÇ	Via General	R\$12,9000	R\$1.857,6000
Valor Total	(quarenta e seis mil, cento e sete reais e sessenta centavos)				R\$46.107,60

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 129/2016

DECRETO Nº 129/2016. De 12 de dezembro de 2016.	DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:
--	---

CONSIDERANDO o requerimento e a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca dos débitos de I.V.V, R.P.A e PRVEG que encontram-se prescritos dos anos de 1990 a 2005 em relação aos contribuintes: TRICHES E CIA LTDA, POSTO CAPITAL DA PRODUÇÃO LTDA, WILMUTH FREDERIC HERMANN, HARRY HOFFMANN, DERLI FURLAN, IRACI SCHELLE, CARLOS FIORESE, ADEMAR LORENO MEGEN, OSVINO DALCORTIVO, ERNO BARON, CLAUDINO BIOLCHI, JOÃO C. LIMA MACHADO, ERENEU F. SCHULZ, BRENO JOSE SCHIELE, EDUARDO TUMELEIRO, JUAREZ VASCONCELOS, LEONIR G. DA SILVA, GERSON TRIACCA, WALDOMIRO SCHNEIDER, JOÃO SANTIN, WALDIR DE SORDI, EVALDO MEYER, JOÃO RODRIGUES PADILHA, JAIRO R. DOS SANTOS, VALMOR VICENTE REBELATTO, JOSE DE ANDRADE, LEODIR MARIN, IRNO GATTO, LAURO JANCK, LOURES JANKE, JOSE ANTONIO RAMIRES, AURELIO FRIEBEL.

CONSIDERANDO que o recebimento da Dívida Ativa sem a baixa do Ativo configura a ocorrência de receita sem o respectivo cancelamento do direito a receber, gerando uma informação incorreta nos demonstrativos contábeis do Ente Público e que as baixas da Dívida Ativa podem ocorrer pelo recebimento, pelos abatimentos ou anistias previstos legalmente e pelo cancelamento administrativo ou judicial da inscrição;

CONSIDERANDO que a Lei 2.200/94 - Código Tributário Municipal em seu art. 25, alínea "V", dispõe que extinguem o crédito tributário pela prescrição;

CONSIDERANDO que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, conforme disposto no art. 174 do Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decretada a Extinção do crédito Tributário pela Prescrição da dívida ativa referente aos débitos de I.V.V, R.P.A e PRVEG abaixo, e, consequentemente, CANCELADO eventual lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança dos referidos contribuintes.

DECRETO Nº 129/2016.
De 12 de dezembro de 2016.

TRICHES E CIA LTDA, CADASTRO 718, REFERENTE TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO, PERIODO DE 1996 A 1998 E I.VV, 1995;

POSTO CAPITAL DA PRODUÇÃO LTDA, CADASTRO 630, REFERENTE

I.V.V, PERIODO DE 1995;

WILMUTH FREDERIC HERMANN, CADASTRO 674, REFERENTE R.P.A, PERIODO DE 1997;

HARRY HOFFMANN, CADASTRO 673, REFERENTE REFRENTE R.P.A, PERIODO DE 1997;

DERLI FURLAN, CADASTRO 581, REFERENTE R.P.A, PERIODO DE 1997;

IRACI SCHELLE, CADASTRO 448, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

CARLOS FIORESE, CADASTRO 432, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

ADEMAR LORENO MERGEN, CADASTRO 63 E 10107, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

OSVINO DALCORTIVO, CADASTRO 465, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

ERNO BARON, CADASTRO 439, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

CLAUDINO BIOLCHI, CADASTRO 177, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

JOÃO C. LIMA MACHADO, CADASTRO 451, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

ERNEU F. SCHULZ, CADASTRO 437, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

BRENO JOSE SCHIELE, CADASTRO 431, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

EDUARDO TUMELEIRO, CADASTRO 436, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

JUAREZ VASCONCELOS, CADASTRO 456, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

LEONIR G. DA SILVA, CADASTRO 458, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

GERSON TRIACCA, CADASTRO 445, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

WALDOMIRO SCHNEIDER, CADASTRO 472, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

DECRETO Nº 129/2016.
De 12 de dezembro de 2016.

JOÃO SANTIN, CADASTRO 453, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

WALDIR DE SORDI, CADASTRO 470, REFERENTE PRVEG, PERIODO DE 1997;

EVALDO MEYER, CADASTRO 440, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 1997;

JOÃO RODRIGUES PADILHA, CADASTRO 452, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 1997;

JAIR R. DOS SANTOS, CADASTRO 449, REFERENTE PRVEG E, PERÍODO DE 1997;

VALMOR VICENTE REBELATTO, CADASTRO 468, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 1997;

JOSE DE ANDRADE, CADASTRO 455, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 1997;

LEODIR MARIN, CADASTRO 1207, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 2002;

IRNO GATTO, CADASTRO 311, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 2002;

LAURO JANCK, CADASTRO 113, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 2002;

LOURES JANKE, CADASTRO 541, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 2002;

JOSE ANTONIO RAMIRES, CADASTRO 1284, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 2002;

AURELIO FRIEBEL, CADASTRO 1292, REFERENTE PRVEG, PERÍODO DE 2002;

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome dos referidos contribuintes, referente aos débitos de I.V.V, R.P.A e PRVEG, período de 1990 a 2005 que encontram-se prescritos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 12 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito de IPTU, período de 2004 a 2008—números 2803, 2815, 3382, 3383, 3384, 3385 e 3386, contribuinte JOVENTINO DOMINGOS FADANI-3899, e, consequentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de IPTU do referido contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome da contribuinte JOVENTINO DOMINGOS FADANI, cadastro n.º 2803, 2815, 3382, 3383, 3384, 3385 e 3386, referente ao débito de IPTU, período de 2004 a 2008.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 12 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECRETO 130/2016

<p>DECRETO Nº 130/2016. De 12 de dezembro de 2016.</p>	<p>DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:</p>
--	--

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do acordo firmado no processo de execução fiscal n. 0000332-34.2010.8.24.0046 cadastro números 2803, 2815, 3382, 3383, 3384, 3385 e 3386, contribuinte JOVENTINO DOMINGOS FADANI-3899, e tendo vista a sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Palmitos, em 05 de julho de 2016, homologando e extinguindo o débito de IPTU do referido contribuinte, período de 2004 a 2008;

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 095/2016

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 090/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/11/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa PNEU-BRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.794.633/0001-14, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de pneus novos sem uso, para os veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes na Relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 – O fornecimento do item adjudicado somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 – No caso de impossibilidade na entrega do item adjudicado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste item e assim sucessivamente;
1.4 – o valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 42.660,00 (quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta reais), relativos aos itens 02, 03, 04 e 05, objeto do processo licitatório pregão presencial 090/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano, a partir da sua assinatura;
2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos itens, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver efetiva comprovação do aumento pela contratada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes

das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- 3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 090/2016 e seus anexos;
- 3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – As entregas deverão ser realizadas conforme necessidade do município, cuja Contratada, terá o prazo de 07 (sete) dias consecutivos contados da data da solicitação, para entregar o objeto desta licitação na sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à Rua Sérgio Glevinski 134, Centro, Papanduva/SC, conforme a solicitação;
4.2 – Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora da especificação do edital e anexo I do edital.
4.3 – Os itens adjudicados somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;
4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato;
5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 090/2016 e seus anexos;
5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o item que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
7.1.1 – Houver desistência na entrega do item após a adjudicação da licitação;
7.1.2 – Não for entregue o item no prazo estabelecido neste Instrumento;
7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- 7.2.1 – Advertência;
- 7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:
8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) item(ns) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis. Papanduva, 29 de novembro de 2016.

Equipe de Apoio

Equipe de Apoio

Contratada

– Márcio Wisniewski – Pregoeiro
– ErliEdivinaWunscheBacellar –
– ElitonLuis de Souza Prestes –
– Otávio Hunka – Equipe de Apoio
– Rubens KrugerKaszczuk – Pela

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 055/2016 CONTRATO055/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal nº386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua AnélioNicocelli, 1720 – Bairro Figueirinha – Guaramirim/SC, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Vogelsanger, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CPF sob Nº 638.924.309-00, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem origem no Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 073/2016, no qual a contratada como vencedora se compromete com a execução de Pavimentação Asfáltica da Rua Miguel Ferenz, a saber:

Item 01: Execução de Pavimentação Asfáltica da Rua Miguel Ferenz, em uma área de 2.287,55m² (dois mil, duzentos e oitenta e sete metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – A execução da obra será sob o regime de execução de EMPREITADA GLOBAL, a partir da emissão da Ordem de Serviço, devendo ser concluída no prazo abaixo:
2.1.1 – O prazo de execução da obra será correspondente ao prazo de 30 (trinta) dias, conforme cronograma físico-financeiro, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço.
2.1.2 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital e seus anexos sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

3 – Os recursos financeiros para pagamento de que trata este instrumento, serão oriundos do Programa Transferência nº 2016005362 no SIGEF do Governo do Estado de Santa Catarina e contra partida com o orçamento municipal.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4 – As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade 10.12 – Pavimentação de Vias Urbanas - elemento de despesa 4.4.90.00 – Aplicações diretas
CLAUSULA QUINTA: DO PREÇO, DOS PAGAMENTOS E DAS MEDIÇÕES

5.1 – O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 154.031,93 (cento e cinquenta e quatro mil, trinta e um reais e noventa e três centavos);
5.2 – O pagamento será efetuado conforme medição, de acordo com o cronograma físico financeiro, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, acompanhada da folha de pagamento quitada dos empregados e comprovante de recolhimento do INSS e FGTS quitada do período correspondente, respeitando-se as instruções normativas do INSS vigentes, referentes aos aspectos previdenciários.
5.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização da CONTRATANTE.
5.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia da CONTRATANTE, por solicitação através de ofício expedido pela contratada, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:
5.4.1 – A medição será na totalidade dos serviços executados de cada etapa conforme cronograma físico financeiro.
5.4.2 – O faturamento referente aos serviços medidos será pago após o devido empenhamento.
5.4.3 – Após o recebimento do ofício solicitando a liberação da parcela a fiscalização da CONTRATANTE, procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos na etapa.
5.4.4 – Caso a fiscalização venha constatar divergência quanto aos valores apurados, informará, por escrito, à CONTRATADA, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuadas as correções requeridas.
5.4.5 – A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da

obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 – Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 – A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da sua assinatura e término previsto para 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido no objeto deste instrumento e seus adendos.

8.2 – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

8.3 – Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

8.4 – A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a CONTRATANTE ou à terceiros.

8.5 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo permanecerem na obra.

8.6 – A CONTRATADA providenciará às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.7 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento das placas indicativa da obra e de registro histórico conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.8 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) conforme o caso, da obra ou serviço de forma discriminada.

8.9 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.10 – O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

8.11 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.12 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do mesmo.

8.13 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

8.14 – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA
10.1 – A fiscalização da execução da obra será realizada por engenheiro designado pelo município, ao qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessário para a fiel execução dos serviços Contratados.

10.2 – A fiscalização se efetivará no Local da obra.

10.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

10.4 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o Termo de Recebimento Provisório e comprovada a execução da obra e o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

10.5 – A CONTRATADA fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

10.6 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

11 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1 – Caso a CONTRATADA fique total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

12.1.1 – advertência;

12.1.2 – multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

12.1.3 – suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo púnico: As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO

13 – Este contrato está vinculado ao Edital de Tomada de Preços nº 073/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93 consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa

Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 25 de novembro de 2016.

Dario Schicovski Mauricio Vogelsanger
Pela Contratante Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski Ricardo Zenfe
Matrícula: 50 Matrícula: 2675

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014

OITAVO ADITIVO AO CONTRATO 006/2014

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA TRANSDEZIO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa TRANSDEZIO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 04.335.869/0001-48, com sede na Rua Tenente Ary Rauhen, 1649, Bairro São Cristóvão, Papanduva/SC, neste ato representado pelo Sr. Jadson Frederico, residente e domiciliado em Papanduva/SC, inscrito no CPF sob N.º 007.252.279-82, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 006/2014, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 006/2014, datado de 15 de janeiro de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 151/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57, inciso II combinado com o Artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projetos atividades nºs 2.017, 2.015 e 2.014 - Transporte Escolar - elemento de despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski Jadson Frederico
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe Otávio Hunka
Matrícula: 2675 Matrícula: 611

De Acordo:
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014

OITAVO ADITIVO AO CONTRATO 007/2014

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA H'ANA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa H'ANA TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 05.622.411/0001-32, com sede na Rua Antonio Borges Bueno, 85, sala 02 - centro - Papanduva/SC, neste ato representado pelo seu procurador Sr. Paulo Henrique Ulbrich, residente e domiciliado na Localidade de Arroio Fundo - Papanduva/SC, inscrito no CPF sob N.º 039.202289-36, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 007/2014, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 007/2014, datado de 15 de janeiro de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 151/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57, inciso II combinado com o Artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao

presente Edital correrão por conta do projetos atividades nºs 2.017, 2.015 e 2.014 - Transporte Escolar - elemento de despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Paulo Henrique Ulbrich
PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe
Matricula: 2675

Otávio Hunka
Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 021/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 021/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Papanduva, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.533/0001-01 neste ato representada por seu Prefeito Sr. Dario Schicovski, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 021/2016 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando que a Cláusula Segunda do contrato supracitado prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso IV do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 27 de março de 2017.

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas provenientes da execução deste aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: nº 2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração - Elemento de Despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, do orçamento municipal vigente.

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva, 21 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Papanduva Betha Sistemas Ltda.
Dario Schicovski Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Ricardo Zenfe
Matricula nº 2765

Otávio Hunka
Matricula nº 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E RICARDO JULIANO RUDNICK

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado RICARDO JULIANO RUDNICK, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 3939, apartamento 02 – centro – Papanduva, inscrito no CPF sob nº 041.380.309-05, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 031/2016, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 031/2016, datado de 18 de maio de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 037/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato 031/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 037/2016; Considerando que a cláusula sétima do referido contrato bem como, as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando-se também que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de janeiro de 2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão a conta de recursos próprios do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57 incisos I e II combinado com o artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelo artigo 2º da Lei Federal 10.192/2001.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski Ricardo Juliano Rudnick
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe Otávio Hunka
Matricula: 2675 Matricula: 611

De Acordo:
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 052/2014
TERMO ADITIVO AO CONTRATO 052/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA MAZZARO SAUDE S/S LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa MAZZARO SAUDE S/S LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 10.224.874/0001-86, com sede na Rua Frei Menandro Kamps, 257-sala 201 – centro – Canoinhas/SC, neste ato representado pelo Sr. Franco Ricieri Mazzaro, residente e domiciliado em Canoinhas/SC, inscrito no CPF sob Nº 001.023.319-95, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 052/2014, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 052/2014, datado de 07 de maio de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão nº 044/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 052/2014, Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando que a cláusula sétima do contrato nº 052/2014 prevê a possibilidade de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite

prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2017, podendo ser revisto a qualquer momento, por interesse público em função de possível nomeação de candidato aprovado por concurso público.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta projeto atividade nº 4.003 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - elemento de despesa 3.3.90 – Aplicações Diretas, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado nos Artigos 57 inciso e 65 inciso II letra d) da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 22 de dezembro de 2016

Marli dos Santos da Cunha Ramos Franco Ricieri Mazzaro
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe Marcio Wisniewski
Matricula: 2675 Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 121/2013
TERMO ADITIVO AO CONTRATO 121/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 73.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841 – Bairro Atiradores – Joinville/SC, neste ato representado pelo Sr. Odair José Manrich, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 121/2013, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 121/2013, datado de 06 de dezembro de 2013, referente ao processo licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 147/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato 121/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 147/2013; Considerando a cláusula Segunda do referido contrato bem como as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando-se também que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de janeiro de 2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão a conta de recursos próprios do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57 incisos I e II combinado com o artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelo artigo 2º da Lei Federal 10.192/2001.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski	Odair José Manrich
PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe	Otávio Hunka
Matricula: 2675	Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014

SEXTO ADITIVO AO CONTRATO 005/2014

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA ADILSON TOMPOROWSKI ME.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa ADILSON TOMPOROWSKI ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 10.297.201/0001-56, com sede na Estrada Geral Nova Cultura, SN – Papanduva/SC, neste ato representado pelo Sr. Adilson Tomporowski, residente e domiciliado na Localidade de Nova Cultura, Papanduva/SC, inscrito no CPF sob N.º 067.481.119-43, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 005/2014, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 005/2014, datado de 15 de janeiro de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 151/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57, inciso II combinado com o Artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projetos atividades nºs 2.017, 2.015 e 2.014 - Transporte Escolar - elemento de despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski	Adilson Tomporowski
PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe	Otávio Hunka
Matricula: 2675	Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2014

SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA TRANS PINOTTI LTDA – EPP.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa TRANS PINOTTI LTDA – EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º

04.207.886/0001-08, com sede na Rua Tenente Ary Rauhen, 543 – sala 02, centro – Papanduva/SC, neste ato representado pelo Sr. Marco Aurélio Pinotti, residente e domiciliado em Papanduva/SC, inscrito no CPF sob N.º 924.199.929-24, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 004/2014, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 004/2014, datado de 15 de janeiro de 2014, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 151/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que a Clausula Sétima do Contrato em Epigrafe e as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade, adita-se este contrato que passa assim ter a sua vigência de 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57, inciso II combinado com o Artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projetos atividades nºs 2.017, 2.015 e 2.014 - Transporte Escolar - elemento de despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Marco Aurélio Pinotti
PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe
Matricula: 2675

Otávio Hunka
Matricula: 611

De Acordo:
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2013

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 73.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841 – Bairro Atiradores – Joinville/SC, neste ato representado pelo Sr. Odair José Manrich, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 95/2013, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 95/2013, datado de 02 de agosto de 2013, referente ao processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 072/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 95/2013 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 072/2013; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do projeto atividade 2.032 – Manutenção dos Serviços Urbanos - elemento de despesa 33.90.00 – Aplicações diretas, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57 § incisos I e II combinado com o artigo 65 inciso II alínea b da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Odair José Manrich
PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe
Matricula: 2675

Otávio Hunka
Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 03.620.927/0001-12, Rua Anelio Nicocelli, 1720, Figueirinha – Guaramirim / SC, neste ato representado pelo Sr. Mauricio Vogelsanger, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CPF sob Nº 638.924.309-00, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 004/2016, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 004/2016, datado de 26 de janeiro de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 088/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo financeiro de R\$ 130.908,89 (cento e trinta mil, novecentos e oito reais e oitenta e nove centavos) do contrato supra citado. Considerando a necessidade de readequação do projeto visando a melhor qualidade da obra; considerando que o parecer técnico do engenheiro responsável pelo projeto é favorável as alterações propostas e o mesmo segue acostado juntamente com as planilhas orçamentárias, faz-se necessário o presente aditivo, sendo que o mesmo representa um acréscimo de 8.528% no valor global do contrato original que agora passa a ser de R\$ 1.665.890,17 (Um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais e dezessete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 31 de outubro de 2016

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Mauricio Vogelsanger
PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe
Matricula: 2675

Marcio Wisniewski
Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico
OAB/SC 14035B

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAPANDUVA

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAPANDUVA, Associação Privada, inscrita no CNPJ: 79.357.778/0001-02, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. Ana Rita Mikalovicz, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tenente Ary Rauhen, centro, Papanduva - SC, inscrita no CPF sob nº 631.465.689-34, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 112/2013, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 112/2013, datado de 25 de novembro de 2013, referente ao processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação 152/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato.

Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de prorrogação; Considerando que a Lei Municipal nº 2113/2016 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando que a cláusula terceira do contrato nº 094/2014 prevê a possibilidade de prorrogação; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2017. Considerando os valores constantes da nova Tabela de Teto MAC, a municipalidade repassará mensalmente a APAE o montante de até R\$ 11.719,68 (onze mil, setecentos e dezenove mil reais e sessenta e oito centavos) pelos serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 57, inciso II combinado com o Artigo 65 inciso II da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projeto Atividade 2.042 – Manutenção do Convênio APAE, elemento de despesa 3.3.3.50 – transferências a instituições, do orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 21 de dezembro de 2016

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Ana Rita Mikalovicz
PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe
Matricula: 2675

Otávio Hunka
Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 161/2016

DECRETO Nº. 161, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PRICILA MAGNUS SANTOS PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, FG-1”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Pricila Magnus Santos , para exercer além de suas atribuições, a função de responsável pelo Controle Interno – FG - 1.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI 1032 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OU TRAS PROVIDÊNCIAS”
.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Passo de Torres para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais), sendo R\$ 25.430.000,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 5.570.000,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais), em R\$ 25.590.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais) as transferências financeiras para o Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1 .	RECEITAS CORRENTES	28.445.600,00
1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.830.100,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	350.000,00

1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	186.900,00	
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	21.000,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	24.900,00	
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.478.700,00	
9.1	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE P/ FUNDEB	(3.406.000,00)	
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	960.000,00	
2.	RECEITAS DE CAPITAL	2.554.400,00	
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	250.000,00	
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	139.900,00	
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.164.500,00	
	TOTAL:	31.000.000,00	

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02	–	GABINETE DO PREFEITO	700.000,00	
03	–	SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	2.260.000,00	
04	–	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	11.165.000,00	
05 –		SECRETARIA DE ESPORTES	300.000,00	
07	–	SECRETARIA DE TURISMO	435.000,00	
08	–	SECRETARIA DE DESENV. HUMANO E SOCIAL	780.000,00	
09	–	SECRETARIA DE AGRICULTURA	300.000,00	
10	–	SECRETARIA DA PESCA	335.000,00	
11	–	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO	365.000,00	
12	–	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	6.550.000,00	
13	-	ENCARGOS GERAIS	1.000.000,00	
14-		FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	60.000,00	
99	–	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	
			24.290.000,00	
		SOMA:		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	4.210.000,00
Transferências Financeiras para a Câmara Municipal de Vereadores	1.200.000,00
SOMA:	5.410.000,00
TOTAL:	29.700.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.900.000,00
06	Segurança Pública	20.000,00
08	Assistência Social	820.000,00
12	Educação	10.700.000,00
13	Cultura	465.000,00
14	Direitos da Cidadania	60.000,00
15	Urbanismo	4.515.000,00
17	Saneamento	300.000,00
18	Gestão Ambiental	105.000,00
20	Agricultura	300.000,00
22	Indústria	595.000,00
26	Transporte	2.170.000,00
27	Desporto e Lazer	300.000,00
28	Encargos Especiais	1.000.000,00
99	Reserva de Contingência	40.000,00
	SOMA:	24.290.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	5.410.000,00
	TOTAL:	29.700.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	18.772.500,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.117.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.555.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL	5.477.500,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	5.377.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	100.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00
	SOMA:	24.290.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDO M.	4.210.000,00
	SAÚDE	
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ CÂMARA	1.200.000,00
	TOTAL:	29.700.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 1.300.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 5.510.000,00 (cinco milhões, quinhentos e dez mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.105.100,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	600,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	14.900,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.089.600,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	194.500,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	15.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	179.900,00
	SOMA:	1.300.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.210.000,00
	SOMA:	5.510.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, será

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	5.500.000,00
99	Reserva de Contingência	10.000,00
	SOMA	5.510.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	5.075.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.660.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.415.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	425.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	425.000,00
9.9.99.00.00.00	Reserva de Contingência	10.000,00
	SOMA:	5.510.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 4º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES para o exercício de 2017, estima a as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.200.000,00 (um milhão, duzentos mil reais).

§ 1º - As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º - A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.200.000,00
----	-------------	--------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.050.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	750.000,00

3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	150.000,00
	SOMA:	1.200.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 5º - As despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO

FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, DO

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício de 2.017, estão destacadas em órgão próprio da Administração Municipal no Orçamento da Unidade Gestora Central.

Parágrafo Único - As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas próprias Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

99	Reserva de Contingência	40.000,00
	Passivos Contingentes	40.000,00

II - UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 11/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial, até o limite dos seus saldos, observada a origem e a destinação dos recursos.

Art.8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, por Ato Próprio, abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício. II – O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.

III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas. IV – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por Ato Próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito

de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2017, através de autorização específica, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, verificados os limites da legislação eleitoral e demais dispositivos da

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

legislação federal pertinente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Parágrafo Único: Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão levados ao conhecimento da Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 15 – Nos casos em que houver alterações nas portarias do Governo Federal ou nas instruções do Tribunal de Contas do Estado, as Destinações de Recursos poderão ser ajustadas àquelas, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 – Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.

Passo de Torres, 06 de dezembro de 2016
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO 0061/2016

CONTRATO Nº 0061/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº 0073/2016

PREGAO PRESENCIAL Nº 0044/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

0. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- v. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- a. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- b. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- c. Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- d. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

0. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt" ou "csv".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

4. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente. O pagamento dos serviços técnicos eventuais de suporte técnico, treinamento de reforço ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

5. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

6. Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.

7. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até 10 (dez) dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 0073/2016, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).

4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:

- a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado.
- b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
- c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
- d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
- e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
- f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
- g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
- h. Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
- i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
- j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Caberá a CONTRATADA:

- a. Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
- b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.
- c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
- d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável.
- f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.
- g. Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e sim como Treinamento de Reforço deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a

CONTRATANTE.

7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
2. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
3. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
4. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
5. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
6. Desenvolver relatórios específicos.
7. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
8. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
9. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.
10. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:
 - a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
3. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias.
4. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
5. Multa de 10% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
6. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
7. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
8. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
 - a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
 - b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Ponte Serrada - SC. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Passos Maia-SC 22 de Dezembro de 2016
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

BETHA SISTEMAS LTDA
LUIZ VILMAR DA SILVA

EDSON SALVADEGO
CPF Nº 067.004.859-32

ALEX ZANCHET
CPF Nº068.152.419-71

CONTRATO Nº 0061/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº 0073/2016
PREGAO PRESENCIAL Nº 0044/2016

15. Licenciamento de uso dos aplicativos: Município de Passos Maia

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	3	1.329,00	15.948,00
2.	12	Mês	Planejamento Municipal	1	330,00	3.960,00
3.	12	Mês	Compras e Licitações	2	515,00	6.180,00
4.	12	Mês	Patrimônio	1	280,00	3.360,00
5.	12	Mês	Folha de Pagamento	1	607,00	7.284,00
6.	12	Mês	Tributação Pública	2	934,00	11.208,00
7.	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	ILIMITADO	295,00	3.540,00
8.	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	ILIMITADO	351,00	4.212,00
9.	12	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	ILIMITADO	585,00	7.020,00
10.	12	Mês	Ponto eletrônico	1	444,00	5.328,00
11.	12	Mês	Recursos Humanos	1	340,00	4.080,00
12.	12	Mês	Atendimento ao servidor público via internet	ILIMITADO	234,00	2.808,00
13.	12	Mês	Protocolo via internet	6	276,00	3.312,00
14.	12	Mês	Gestão de Frotas	1	280,00	3.360,00
15.	12	Mês	Portal da Transparência	ILIMITADO	250,00	3.000,00
16.	12	Mês	Relógio Ponto via internet	ILIMITADO	280,00	3.360,00
VALOR TOTAL R\$				87.960,00		

1. Licenciamento de uso dos aplicativos: Fundo Municipal de Saúde de Passos Maia

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	1	153,00	1.836,00
2.	12	Mês	Compras e Licitações	1	94,00	1.128,00
VALOR TOTAL R\$				2.964,00		

3. Licenciamento de uso dos aplicativos: Câmara de Passos Maia

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	1	360,00	4.320,00
2.	12	Mês	Patrimônio	1	234,00	2.808,00

3.	12	Mês	Folha de Pagamento	1	330,00	3.960,00
4.	12	Mês	Portal da Transparência	ILIMITADO	159,00	1.908,00
5.	12	Mês	Compras	1	234,00	2.808,00
6.	12	Mês	Recursos Humanos	1	230,00	2.760,00
VALOR TOTAL R\$				18.564,00		

0. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	1	1.003,16	12.038,00
2.	150	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1	80,00	12.000,00
3.	4000	Km	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	1	0,80	3.200,00
4.	20	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	1	151,00	3.020,00
VALOR TOTAL R\$				30.258,00		

Passos Maia/sc, 22 de Dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	BETHA SISTEMAS LUIZ VILMAR DA SILVA
---	--

Testemunhas:

EDSON SALVADEGO CPF Nº 067.004.859-32	ALEX ZANCHET CPF Nº068.152.419-71
--	--------------------------------------

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 60/2016

DECRETO Nº 60/2016.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 1.000,00 (um mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 1.000,00

04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0154.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais):

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 1.000,00

04.122.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0154.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de dezembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 59/2016

DECRETO Nº 59/2016.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar a dotação abaixo, no limite de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 85.000,00

12.361.0004.2.021 – Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fund. R\$ 85.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0122.001001 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) da fonte 0.1.22.001001 – Transporte Escolar Estadual.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de dezembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL - EDITAL 05/2016

EDITAL Nº05/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a lista de CLASSIFICAÇÃO FINAL do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 05/2016, destinado ao preenchimento de vaga de AUXILIAR OPERACIONAL, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	NOME
01	ADRIANO VIEIRA
02	VANDA MARIA MACHADO
03	MARIA DAS NEVES SILVA
04	JOSÉ SILVEIRA DA ROSA
05	MARIA DO CARMO CAMILO
06	ALDO MARCOS CARDOSO
07	JESUINO DOS SANTOS NETO
08	EDUARDO BOHR
09	CLEIDE MARIA SEVERINO
10	OSNI FARIA
11	AGNALDO MOACIR GONÇALVES
12	WANESSA SOLANGE DA SILVA
13	JANDERSON HOWE
14	JOCIMAR DEOLINDO
15	NILTO JOSE INACIO DE AZEVEDO
16	JOSE DA SILVA OLIVEIRA
17	ADOLFO HOWE
18	MARCELO BARROS PROFIRIO DE FREITAS
19	GIZELI DE SOUZA
20	CRISKELI CORDEIRO
21	ADRIANA DE CARVALHO PRESTE
22	EDICLÉIA SCHWALBE MOREIRA
23	CRISTIAN ANGELO FERREIRA
24	ALESSANDRO CAMILO
25	MARLON GERCINO BERNARDO
26	JESSICA CRISTINA HOWE

Penha, 22 de dezembro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - EDITAL 05/2016

EDITAL Nº05/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais HOMOLOGA O RESULTADO FINAL do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 05/2016, destinado ao preenchimento de vaga de AUXILIAR OPERACIONAL, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	NOME
01	ADRIANO VIEIRA
02	VANDA MARIA MACHADO
03	MARIA DAS NEVES SILVA
04	JOSÉ SILVEIRA DA ROSA
05	MARIA DO CARMO CAMILO
06	ALDO MARCOS CARDOSO
07	JESUINO DOS SANTOS NETO
08	EDUARDO BOHR
09	CLEIDE MARIA SEVERINO
10	OSNI FARIA
11	AGNALDO MOACIR GONÇALVES
12	WANESSA SOLANGE DA SILVA
13	JANDERSON HOWE
14	JOCIMAR DEOLINDO
15	NILTO JOSE INACIO DE AZEVEDO
16	JOSE DA SILVA OLIVEIRA
17	ADOLFO HOWE
18	MARCELO BARROS PROFIRIO DE FREITAS
19	GIZELI DE SOUZA
20	CRISKELI CORDEIRO
21	ADRIANA DE CARVALHO PRESTE
22	EDICLÉIA SCHWALBE MOREIRA
23	CRISTIAN ANGELO FERREIRA
24	ALESSANDRO CAMILO
25	MARLON GERCINO BERNARDO
26	JESSICA CRISTINA HOWE

Penha, 22 de dezembro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 3ª Sessão Extraordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos dezoito de dezembro de 2016, às 18:00 horas. Presentes todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a Leitura do Parecer das Comissões Legislativas Permanentes aos Projetos de Lei Ordinária nº 30/2016, de autoria do Poder Executivo. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Discussão e Votação Única ao Projeto de Lei Ordinária Nº 30/2016 de autoria do Poder Executivo. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia dezoito de dezembro, às dezoito horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 48ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos trinta e um de outubro de 2016. Ausente o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida determinou a leitura dos expedientes recebidos: REQUERIMENTOS AO PRESIDENTE: Nº 151 e 152/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. INDICAÇÕES nº 478 e 479/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 480/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 481 e 482/2016 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Nº 483/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 484, 485 E 486/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Pedido de Informação Nº 30/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Pedido de Informação Nº 31/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Pedido de Informação Nº 32/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Leitura do Projeto de Emenda a Lei Orgânica Nº 03/2016 de autoria dos Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Isac Hamilton da Costa, Maria Juraci Alexandrino e Sérgio de Mello. Leitura do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 28 do Executivo. Leitura do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Ordinária Nº 28 do Executivo. Leitura do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento à Emenda Modificativa Nº 01/2016 de autoria da Comissão Legislativa Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final. Moção Nº 97/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Moção Nº 98/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 99/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Em seguida determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno, o Vereador Jefferson Ademir Custódio pediu dispensa do uso da Tribuna. Seguiu com a palavra o Vereador Isac Hamilton da Costa, discursou sobre a ressaca que atingiu várias regiões do estado de Santa Catarina no último fim de semana. Uma grande cratera se formou na Praia de São Miguel e a pedido dos pescadores da região, o Vereador pediu providências da Secretaria de Obras para que seja feito o reparo necessário e assim os pescadores consigam retomar o trabalho com suas embarcações. Aparte a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro questionou o que pode ser feito para auxiliar os pescadores e o orador respondeu que seja solicitado aos órgãos ambientais para que não impeçam a Prefeitura de fazer o reparo necessário naquela localidade. Pediu aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela e sugeriu que seja feito um pedido via Ofício a Defesa Civil para auxiliar o Município de Penha. O Vereador Isac da Costa concordou e prosseguiu seu discurso relatando sobre o Projeto de limpeza das praias, onde espera que o próximo governo coloque em pauta na transição para que tanto os moradores quanto os turistas não sofram com falta de limpeza nas praias. Destacou ainda que protocolou um Projeto para que sejam instaladas cabines blindadas para os Bancos Bradesco e Caixa Econômica Federal proporcionando maior segurança e conforto aos vigilantes que trabalham nesses locais. Com a palavra, a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, falou sobre a catástrofe da natureza que atingiu diversos municípios do litoral catarinense. Enalteceu a necessidade de se colocar em prática o Projeto Praia Limpa, com a proximidade do verão a preocupação se agrava, pois a Prefeitura não se organiza para realizar a referida limpeza, o que prejudica o comércio, os turistas e os moradores. Relatou também que na próxima semana estará viajando a Brasília para protocolar um pedido de solicitação de emenda para recurso de pavimentação da Rua Nilo Anastácio Vieira, e também para Rua Vereador Ignácio Vicente Costa e Estrada Geral São Nicolau através do Ministério das Cidades. Estará protocolando o Projeto Praça da Juventude junto ao Ministério dos Esportes, que atenderá todas as faixas etárias da comunidade. Deixou registrado nos anais da casa sua preocupação no que diz respeito ao censo escolar, disse que estará verificando junto ao Ministério da Educação, pois vários alunos penhenses não foram registrados no censo escolar. Seguiu com a palavra o Vereador Felipe Rebello Schmidt, concedeu aparte ao Vereador Jesuel Francisco Capela que afirmou que as praias não estão abandonadas, pois várias contam com o serviço de pessoas durante todo o ano para limpeza e que o Projeto Praia Limpa pode ser executado pela transição de governo de forma tranquila. O Vereador Felipe prosseguiu seu discurso relatando o Ofício Nº 711/2016 do Secretário de Estado da Saúde dizendo que o Município de Penha irá receber uma Ambulância nova no início de Dezembro. Relatou sobre o Requerimento nº 152/2016 de autoria do Vereador Sérgio de Mello. Requerimento esse que solicita que sejam tomadas providências cabíveis em relação a um jornalista que divulgou em seu "blog" assuntos da câmara. Questionou sobre a liberdade de imprensa, defendendo que a censura não deve existir. Assim como questionou onde estão as inverdades que o Vereador Sérgio de Mello disse existir na coluna, sendo que os assuntos abordados são de conhecimento de todos os vereadores. Aparte o Vereador Sérgio de Mello, rebateu dizendo que não houve reunião para criação de cargo de assessor como está escrito no Blog do referido jornalista. Com a palavra o proponente, disse não se tratar de matéria jornalística, e que o assunto foi abordado nos corredores da câmara. Dando prosseguimento, o Vereador Sérgio de Mello fez uso da Tribuna discursando sobre a coluna no Blog do jornalista de Penha e disse que o mesmo faltou com coerência e ética já que afirma ser mentira o que foi escrito pelo mesmo. Relatou que gostaria que fosse legalizado o Projeto de Emenda a Lei Orgânica que altera a LOM, mudando a duração da presidência da casa para um ano. Em relação aos jornalistas, pediu respeito à Câmara de Vereadores, assim como que seja autorizado o uso dos nomes dos mesmos. Finalizou dizendo que entrou com um pedido de informação sobre a Saúde de Penha que enfrenta um grande desafio, pois a população está sem atendimento básico, com falta de materiais e cancelamento de consultas e exames. Aparte o Vereador Felipe Rebello Schmidt, defendeu o jornalista dizendo que ele é um profissional e tem o direito de relatar em sua coluna o assunto referido e que a reforma da Lei Orgânica e Regimento Interno foram discutidos em reunião entre os vereadores. Em tréplica, o Vereador Sérgio de Mello, disse que protocolou o requerimento em nome dos funcionários da Casa que o procuraram descontentes com o pronunciamento do jornalista. O Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI tomou a palavra e esclareceu um dos pontos relatados em Tribuna, a questão do Projeto Praia Limpa, dizendo que não adianta ser discutida pois o próximo Prefeito precisará fazer uma licitação. Relatou que na Praia Alegre foi feito um mutirão realizado pela Associação de moradores para limpeza depois da catástrofe que aconteceu recentemente. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. E de acordo com o Regimento Interno, Art. 144, Inciso 1º, pediu a votação do Requerimento Nº 152/2016 de autoria do Vereador Sérgio de Mello. Requerimento RETIRADO pelo autor do mesmo. Em discussão e votação da Moção Nº 97/2016 da Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro. Moção APROVADA por

unanimidade. Discussão e votação da Moção Nº 98/2016 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Moção APROVADA por unanimidade. Discussão e votação da Moção Nº 99/2016 do Vereador Isac Hamilton da Costa. Moção APROVADA por unanimidade. Discussão e votação única da EMENDA Nº 01/2016 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 28 do Executivo. Emenda APROVADA por unanimidade. Discussão e votação única do Projeto de Lei Ordinária Nº 28 do Executivo. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia sete de novembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Ten. Milton Fonseca, 31 de outubro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 49ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos sete de novembro de 2016. Ausente os Vereadores Isac Hamilton da Costa, Maria Juraci Alexandrino e Áurea Márcia dos Santos Pinheiro e presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida determinou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 487/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 488/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 489, 490 e 491/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. REQUERIMENTO Nº 153/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Pedido de Informação Nº 33/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Pedido de Informação Nº 34/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. O Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI pediu um requerimento verbal solicitando a Prefeitura o conserto do molhe da Praia Alegre que sofreu uma erosão grave. Leitura do Projeto de Resolução Nº 08/2016 de autoria da Mesa Diretora. Leitura do Projeto de Resolução Nº 09/2016 de autoria da Mesa Diretora. Leitura do Projeto de Lei Complementar Nº 03/2016 de autoria da Mesa Diretora. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 30/2016 do Executivo. Em seguida determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno, com a palavra o Vereador Sérgio de Mello. Falou sobre o convite do Grupo Renascer para palestra que será realizada no Bailão do Silva sobre o tema A luta contra o câncer. Relatou sobre seu Pedido de Indicação que questiona a aplicação do dinheiro da COSIP no Município. Discursou ainda sobre sua ida a Brasília nos próximos dias e o desejo de tornar reais os pedidos de encaminhamentos de emendas de verbas para o ano de 2017. Com a palavra, o Vereador Jesuel Francisco Capela, que usou a Tribuna para discursar sobre segurança pública. Falou sobre sua preocupação em relação aos afogamentos nas praias que vem ocorrendo e que podem ocorrer na temporada de verão, onde o fluxo de pessoas aumenta muito. Fez um ofício solicitando ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros uma reunião para discutirem a possibilidade de trazer mais salva vidas para o Município de Penha. Pediu também atenção ao efetivo da Polícia Militar, dizendo que enviará um protocolo pedindo que aumente o número de efetivos na Operação Veraneio, pois o Parque Beto Carrero World sediará três grandes eventos e a cidade irá necessitar de mais segurança. Seguiu com a palavra o Vereador Adriano de Souza, relatando a viagem que fez a Brasília há algumas semanas. Visitou diversos gabinetes de Deputados Federais, Ministérios, e conversou com políticos que demonstraram preocupação em relação ao ano que se aproxima. Relatou sobre o retorno ao seu cargo na Prefeitura no setor de tributação e sua satisfação com o trabalho e o atendimento ao público. Finalizou exaltando as obras realizadas no último mandato na cidade. O Vereador Claudinei Ruduite Pressi pediu dispensa do uso da Tribuna. Dando prosseguimento, o Vereador Felipe Rebello Schmidt iniciou seu discurso lamentando o falecimento da Dona Rosa de Lara Cardoso. Compartilhou sua opinião acerca dos Projetos e propostas que serão votadas e analisadas nas próximas semanas na Câmara de Vereadores. Com a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio pediu ao Executivo Municipal através do líder da bancada para que o Governo encaminhe para a Câmara o Projeto de Lei do Conselho Municipal de Regularização Fundiária de Penha. Projeto que foi enviado através de Requerimento e que o Vereador espera conseguir votar ainda neste mandato, já que acredita que o mesmo trará contribuição grande aos municípios. Assumiu a Tribuna o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho discursando sobre a COSIP e a injustiça de ruas que não tem iluminação adequada, porém os moradores pagam a taxa. Aparte o Vereador Sérgio de Mello pediu transparência pública nos valores que estão sendo pagos e onde são investidos. Aparte o Vereador Adriano de Souza explicou que perante a Lei, a taxa de iluminação pública é paga como uma contribuição para que o cidadão usufrua da iluminação pública de toda a cidade. O orador finalizou seu discurso, relatando sua preocupação em relação aos bombeiros salva vidas e sua estrutura precária. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Homologação da Redação Final do Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2016 do Executivo. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia dezesseis de novembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Ten. Milton Fonseca, 07 de novembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 50ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos dezesseis de novembro de 2016. Presentes todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a leitura dos expedientes recebidos: REQUERIMENTO Nº 154/2016 de autoria do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. INDICAÇÕES nº 492/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 493, 494 E 495/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 496 E 497/2016 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 198/2016 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Pedido de Informação Nº 35/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Pedido de Informação Nº 36/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2016 de autoria da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Leitura do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal Nº 04/2016 de autoria dos Vereadores Adriano de Souza, Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, Felipe Rebello Schmidt, Jefferson Ademir Custódio e Jesuel Francisco Capela. O Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI realizou a leitura de um Convite do Comando da Polícia Militar para todos os presentes e seus familiares participarem da Solenidade de Formatura do Programa Proerd no Município de Penha. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 187 do Regimento Interno, com o uso da Tribuna Cidadã. Pronunciou-se o representante da Associação de Moradores e Amigos da Praia Grande, o Professor Gilberto Manzoni. Relatou sobre a importância da preservação ambiental nas praias do Município de Penha que são o grande atrativo para os turistas que visitam a região. Em especial os cuidados com a Praia Grande, Praia do Cascalho e Praia do Poá que são as que fazem parte da Associação a qual representa. Contou que a sociedade precisa se reunir e fazer sua parte e não somente criticar o Poder Público. A AMAPG foi criada com a intenção de fazer um gerenciamento coletivo com a Prefeitura e Câmara de Vereadores, e juntos realizarem melhorias nos pontos defasados da cidade, sempre pensando na questão coletiva. Discursou sobre as ações realizadas pela Associação como o Cadeirão que foi construído para salva-vidas, Placas de sinalização nas praias, que são alicerçadas no Projeto Orla e junto ao CONDEMA, assim como colocação de lixeiras e recolhimento de lixo acumulado nas praias. Falou sobre a parceria da Associação com o CONSEG, onde várias casas e comércios estão sinalizadas com a placa "Vizinhos em Alerta", que é um mecanismo de segurança, e vem apresentando um bom resultado com essa aproximação junto a Polícia Militar. Demonstrou grande preocupação com a questão do acúmulo de lixo que não é recolhido pela Concessionária, pois a mesma não recolhe em área pública e a Prefeitura não tem feito esse serviço corretamente, então a Associação faz mutirão para efetuar essa limpeza. Reivindicou aos órgãos competentes a necessidade de manter um programa de limpeza das praias como ação imediata e também a manutenção do programa de coleta do lixo reciclável. Pediu ao Poder Público que seja feita a recuperação do calçamento na Praia do Cascalho. Em longo prazo solicitou ação fiscalizatória na Ponta da Vigia, Praia da Paciência e Praia do Cascalho, que sofrem com assalto, som alto, fogueira, uso de bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas. Pediu o compromisso em efetivar a implantação das Unidades de Conservação, previstas no Plano Diretor Municipal de 2007. Por fim, solicitou o reconhecimento da AMAPG como instituição de utilidade pública. O Vereador Jesuel Francisco Capela parabenizou o orador e enalteceu a importância das implantações das placas de sinalização nas praias. O Vereador Felipe Rebello Schmidt manifestou sua satisfação com a participação do Sr. Gilberto Manzoni no Plenário, e questionou os benefícios que as Unidades de Conservação podem trazer ao Município. O Orador respondeu que o Parque Municipal da Ponta da Vigia será um atrativo turístico que irá agregar valor ao Município. O Vereador Adriano de Souza perguntou ao Professor o que mudaria na Ponta da Vigia com a implantação do Parque, e a resposta foi que tanto os moradores quanto os turistas ganham segurança e respeito, pois acabariam os lixos e tumultos com som alto no local. O Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho parabenizou o Presidente da AMAPG. O Vereador Sérgio de Mello pediu a opinião do orador sobre as áreas de conservação, e o Senhor Gilberto relatou que fiscalização é fundamental e que a Fundação Municipal do Meio Ambiente deve cuidar do Meio Ambiente, pois além de captar recursos, tem o poder legal de fazer gerenciamento dos embargos existentes na região. Com a palavra, a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, questionou se o Projeto de Implantação das Unidades de Conservação foi protocolado junto a Secretaria de Planejamento. A resposta foi sim, que no mês de Outubro foi feito todo o processo com a Prefeitura. O Vereador Isac Hamilton da Costa cumprimentou o orador e se colocou a disposição do mesmo no próximo mandato. A Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro perguntou ao cidadão que solução em curto prazo é necessária para a temporada que se aproxima. O senhor Gilberto Manzoni disse que o mais preocupante é o lixo que deve ser coletado de forma a manter as praias limpas constantemente. Vereador Jefferson Ademir Custódio questionou que tipo de lucro o Município terá com o Parque da Ponta da Vigia, o orador disse que a estrutura será adequada para receber o visitante com segurança e isso irá atrair mais visitantes para a cidade de Penha. O Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI parabenizou o trabalho e a explanação do Professor Manzoni. O Vereador Claudinei Ruduitte Pressi pediu que a Associação buscasse a implantação de banheiros fixos na orla das praias de Penha. O orador finalizou agradecendo a atenção de todos. De acordo com o Artigo 180 do R.I. Seguiu com o pronunciamento dos Senhores Vereadores. Fez uso da Tribuna, o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi e discursou sobre a falta de banheiros nas praias do Município. Falou sobre sua preocupação em relação à imagem que os turistas estão levando da cidade, disse também que é viável a implantação de banheiros fixos para maior conforto a todos os visitantes e moradores. Dando prosseguimento, o Vereador Felipe Rebello Schmidt discursou sobre a importância dos Poderes Públicos em auxiliar os cidadãos a ter poder de contribuir com a cidade que escolheram para viver. afirmou que os problemas sociais que surgem no dia a dia, na maioria das vezes, são culpa da falta de educação cidadã. Sugeriu aos Vereadores reeleitos que lutem para que o Projeto Câmara Mirim seja fortalecido no próximo ano, e assim a juventude esteja envolvida na política do Município. Com a palavra, o Vereador Sérgio de Mello falou sobre a questão do Meio Ambiente dizendo que falta empenho do Poder Público. Mostrou que no Plano de Governo da coligação Penha para Todos do próximo Prefeito, existe o compromisso para em 2017 instaurar a Fundação Municipal do Meio Ambiente. Assumiu a Tribuna a Vereadora Maria Juraci Alexandrino discursando sobre a importância da implantação do Projeto Praia Limpa, da distribuição de lixeiras ecológicas pela orla da praia e a contratação de equipe de limpeza. Relatou que é obrigação do Poder Público o Projeto Praia Limpa, porém que o atual governo está sendo omissivo, pois não dialoga com a população, com empresários locais e associações. Disse que está agendado para o ano que vem uma reunião com o Senador Dário Berger no Departamento do Ministério do Meio Ambiente para discutir a Fundação do Meio Ambiente no Município de Penha. Sugeriu que os Vereadores marquem uma audiência com o Prefeito Municipal para que ele responda a sociedade sobre a implantação do Programa Praia Limpa para esse ano. Seguiu com a palavra o Vereador Jefferson Ademir Custódio. Relatou que esteve no Governo do Estado cobrando a iluminação da Rodovia Transbeto, porque isso a torna mais segura. Argumentou que os Vereadores precisam se unir para resolver essa questão. Elogiou o bom exemplo da Associação da Praia Grande com a instalação das placas de sinalização e de todos os serviços prestados. Com a palavra o Vereador Jesuel Francisco Capela, discursou que também esteve no Governo do Estado cobrando a iluminação da Rodovia Transbeto. Falou que promessas de Governo não estão sendo cumpridas no Município de Penha. Aparte o Vereador Felipe Rebello Schmidt disse que desde o dia 03 de Novembro se encontra na SDR os recursos de convênio, faltando apenas certidão negativa. Vereador Jesuel retomou seu discurso parabenizando o Orador Gilberto Manzoni por sua explanação no Plenário. Aparte o Vereador Adriano de Souza, falou que todo ano é realizado o

Projeto Praia Limpa na temporada de verão, porém a Prefeitura não possui recurso para efetuar limpeza durante todo o ano. O Vereador Jesuel Capela finalizou dizendo que no seu próximo mandato irá cobrar as promessas ditas na tribuna. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a votação da Moção de Aplauso Nº 100/2016 de autoria da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Moção APROVADA por unanimidade. Votação da Moção de Apoio Nº 101/2016 da Mesa Diretora. Moção APROVADA por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia vinte e um de novembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Tem. Milton Fonseca, em 16 de novembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 51ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos vinte e um de novembro de 2016. Presentes todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou com o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 499 e 500/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 501/2016 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 502, 503 E 504/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Pedido de Informação Nº 37/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 38/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 39/2016 do Vereador CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI. Nº 40/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. MOÇÃO Nº 102/2016 dos Vereadores ISAC HAMILTON DA COSTA E MARIA JURACI ALEXANDRINO. Leitura do Projeto de Lei Nº 29/2016 do Legislativo. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno. Pediu dispensa do uso da Tribuna o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi. Com a palavra, o Vereador Sérgio de Mello relatou parte da sua história de vida, contando que irá conhecer seu pai de sangue e sente-se emocionado ao reencontrar seus familiares. Aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela falou que compartilha do mesmo sentimento por ser pai adotivo. Prosseguiu o Vereador Sérgio falando de sua preocupação com a falta de coleta de lixo reciclável. Falou também do Pedido de Informação que fez a casa sobre a solicitação do relatório de desempenho da Empresa Águas de Penha. O Vereador Isac Hamilton da Costa pediu dispensa do uso da Tribuna. Seguiu com a palavra o Vereador Felipe Rebello Schmidt, discursando sobre o Projeto de Lei Nº 29/2016 do Legislativo. Proposta essa que visa tornar obrigatória a publicação da listagem de espera para exames, consultas especializadas e procedimentos cirúrgicos. Disse que a preocupação da proposta é a de não expor o paciente, assim a divulgação deverá ser feita através do número do cadastro nacional de Saúde do paciente. Será então possível fazer a fiscalização e o paciente ficará protegido na questão da ordem da fila. Pediu o apoio dos colegas de bancada para que o Projeto se torne Lei ainda no ano de 2016. Parabenizou o mandato do Presidente da Câmara, o Exmo. Vereador Clóvis Bergamaschi, onde juntamente com a mesa diretora apresentou Projetos de Lei que alteram as regulamentações das diárias, assim como deixará de legado na sua gestão um dispositivo legal no Regimento Interno da Câmara. Obrigando os vereadores eleitos a participarem de cursos de qualificação legislativa e somente depois de concluído, poderão acessar as verbas de gabinete. Fez uso da Tribuna, a Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Discursou sobre a viagem que fez a Brasília onde participou da Conferência Nacional dos Municípios, que tem por objetivo orientar os novos gestores e vereadores eleitos para os anos de 2017 a 2020. Relatou que entregou Projetos e Ofícios, assim como protocolou o pedido de um ônibus escolar com acesso a cadeirantes. Informou que o Projeto protocolado no início do ano juntamente com seu parceiro de bancada, o Vereador Sérgio de Mello, solicitando Tablets para todos os alunos da rede de ensino do 6º ao 9º ano, foi atendido e no próximo ano os alunos receberão os aparelhos. Solicitou também um trator para os agricultores, que devem ter seus direitos garantidos. No Ministério dos Esportes foi protocolado o Projeto da Praça da Juventude, que deverá ser recebida até 2018 no Município de Penha. Contou que no Ministério da Cultura discutiu a implantação da Fundação Municipal de Cultura em Penha. Pediu aos colegas vereadores e ao público presente em Plenário que divulguem um site do Ministério da Educação, o www.dominiopublico.gov.br, que conta com inúmeras obras literárias, artigos científicos, entre outros. Este site pode ser desativado por falta de acesso. Seguiu com a palavra, o Vereador Jesuel Francisco Capela, discursando sobre o compromisso que os políticos devem ter de cumprir as promessas que fazem em campanha e que uma de suas missões no próximo mandato será a de cobrar a realização dessas promessas. Fazendo uso da Tribuna o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, falou sobre sua preocupação com a questão da falta de água na temporada de verão. Disse que procurou a Empresa Águas de Penha para questionar o porquê da troca de relógios de água nas residências e consequente aumento na fatura. Relatou que pediu a Secretaria de Obras que tome providências na Rua Júlia da Costa Flores que se encontra esburacada e sem sinalização. Com a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio. Falou sobre o Projeto de Lei Nº 29/2016 e sua importância para que a fila de pacientes seja cumprida corretamente. Discursou também que acredita que o melhor para o Município de Penha seria a terceirização da rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Pediu ao Exmo Sr. Presidente da Casa e aos Vereadores que convoquem uma reunião com o Procon, o Ministério Público, A Empresa Águas de Penha e a Prefeitura Municipal para que se esclareça os problemas que vem ocorrendo na cidade. Aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela sugeriu que seja feito um requerimento convocando a gerente da Águas de Penha para que venha a Tribuna explicar o aumento das tarifas. O Vereador Jefferson finalizou parabenizando o time de futebol de Penha, Esporte Clube Litoral, que pode ser campeão da série B do Campeonato Catarinense. Ressaltando que o Projeto incentiva os jovens a praticar esporte e dar a oportunidade de se tornarem atletas profissionais. O Exmo. Sr. Presidente Clóvis Bergamaschi usou a palavra para demonstrar seu apoio ao Projeto de Lei Nº 29/2016, dizendo que se trata de um projeto que complementa a acessibilidade de pessoas que necessitam de ajuda. Disse também sobre sua sugestão da obrigatoriedade da Águas de Penha de executar uma audiência pública para demonstrar um relatório para a população sobre as metas e prestação de contas da empresa. Para concluir, falou da importância dos vereadores eleitos fazerem curso para terem conhecimento de todos os procedimentos que regem a Câmara Municipal de Vereadores. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a votação da Moção de Aplauso Nº 102/2016 de autoria dos Vereadores Isac Hamilton da Costa e Maria Juraci Alexandrino. Moção APROVADA por unanimidade. Em discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária Nº 26/2016 do Legislativo, de autoria da Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro. Pedido de Vista para que seja apresentado um Parecer Técnico

para votação desse Projeto. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia vinte e oito de novembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Expedicionário Milton Fonseca, 21 de novembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

Presidente

1º Secretário

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 52ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos vinte e oito de novembro de 2016. Ausente o Vereador Jesuel Francisco Capela, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES nº 505/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 506 E 507/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 508, 509 E 510/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Pedido de Informação Nº 41/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 42/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. MOÇÃO Nº 103/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. MOÇÃO Nº 104/2016 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. MOÇÃO Nº 105/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. MOÇÃO Nº 106/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Leitura do Projeto de Emenda à Lei Orgânica Nº 05/2016 de autoria dos Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Isac Hamilton da Costa, Maria Juraci Alexandrino e Sérgio de Mello. Leitura da Emenda Nº 01 do Projeto de Resolução Nº 08/2016 de autoria da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 30/2016 de autoria da Mesa Diretora. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 31/2016 de autoria da Mesa Diretora. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 32/2016 de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 33/2016 de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Leitura do Projeto de Lei Nº 31/2016 do Executivo. Leitura de Pareceres da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissão Legislativa Permanente de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei Ordinária Nº 27/2016. Leitura de Pareceres da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final e Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento ao Projeto de Resolução Nº 09/2016. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno, com a palavra o Vereador Felipe Rebelo Schmidt. Discursou sobre as sugestões que o presente mandato de Vereadores apresentou a Deputados Federais de Santa Catarina. Falou que em 2017 cada Deputado transformará as indicações genéricas em emendas específicas a Municípios de sua escolha. Mais especificamente os programas ou obras que o Vereador, Deputado Estadual ou Prefeito indicarem. Mencionou uma relação de diversas das suas sugestões que foram encaminhadas a Deputados Federais em Brasília. Aparte a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro salientou que não necessariamente o Executivo utiliza a emenda recebida no que foi indicado pelo Vereador. O orador concorda e conclui dizendo que protocolou o presente documento contando com o apoio dos Deputados. Com a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio fez uso da Tribuna para comemorar conquistas dos últimos dias. A primeira foi parabenizar o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi pela homenagem que receberá do Parque Beto Carrero World na Assembleia Legislativa do Estado por sua contribuição ao referido parque. Em segundo lugar demonstrou sua satisfação com o início das obras de iluminação na Rodovia Transbeto. Por último relatou sua alegria com o título de Campeão Estadual da Série B do Campeonato Catarinense de futebol, o time Litoral Barroso. Aparte o Vereador Adriano de Souza parabenizou o time pela vitória no campeonato. O orador da tribuna finalizou sugerindo uma homenagem ao clube e falou que o esporte oportuniza aos jovens uma carreira no futebol. Seguiu com a palavra, o Vereador Sérgio de Mello parabenizando os Times Litoral Barroso e Palmeiras por suas conquistas. Falou da Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores no período vespertino onde foram demonstrados números da LOA, Lei Orçamentária Anual. Finalizou contando que em breve estará concretizando o sonho de conhecer seu pai. Com a palavra, o Vereador Claudinei Ruduite Pressi manifestou-se em Tribuna para discursar sobre a Empresa Águas de Penha. Disse que não se arrepende de ter votado a favor da empresa, pois acredita que a administradora anterior, Casan, não agiu corretamente com o Município e deixou de cumprir promessas como o tratamento de esgoto, entre outros. Pediu ao Jurídico da Casa a possibilidade de criar projeto de Lei que ajude a regulamentar os padrões da Águas da Penha que fazem cobrança a cada troca de relógio. Aparte o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho afirmou que não há custo na troca de padrão da referida empresa. O Vereador Claudinei pediu que fosse dado prazo maior para a troca de padrão, assim como pediu a regulamentação das taxas dos relógios de água. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Votação Única da Moção Nº 103/2016. Moção APROVADA por unanimidade. Votação Única da Moção Nº 104/2016. Moção APROVADA por unanimidade. Votação Única da Moção Nº 105/2016. Moção APROVADA por unanimidade. Votação Única da Moção Nº 106/2016. Moção APROVADA por unanimidade. Votação Única do Requerimento Nº 155/2016 da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final. Requerimento APROVADO por unanimidade. Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 27/2016 do Legislativo. Projeto APROVADO por unanimidade. Votação Única do Projeto de Resolução Nº 09/2016. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia cinco de dezembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Ten. Milton Fonseca, em 28 de novembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 53ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos cinco de dezembro de 2016. Ausente os Vereadores Adriano de Souza e Sérgio de Mello, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES Nº 511 e 512/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 513, 514 e 515/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 516/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. REQUERIMENTOS Nº 156/2016 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Nº 157/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 158/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Pedido de Informação Nº 43/2016 do Vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 44/2016 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. MOÇÃO Nº 107/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 32/2016 do Executivo. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno, com a palavra a Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Começou o discurso falando sobre sua participação na formatura de educação infantil da Creche Casa da Amizade e de como se surpreendeu com a mensagem de paz e esperança que as crianças transmitiram na ocasião. Seguiu relatando e apresentando fotos sobre o descaso da Prefeitura Municipal com várias obras na cidade. A Rua Bento Gonçalves que está esburacada, assim como a academia ao ar livre, situada na Praia do Quilombo que se encontra abandonada, sem iluminação pública e com falta de manutenção. Aparte a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro concorda com a oradora e transmitiu sua tristeza em ver que Penha é uma das poucas cidades que não possuem academias bem conservadas. A Vereadora Juraci finalizou reivindicando que o Prefeito antes de concluir seu mandato limpe e faça a manutenção nas ruas, praças, academias e praias do Município. Seguiu com a palavra, o Vereador Felipe Rebello Schmidt convidando a todos para a reunião solene de encerramento da Câmara Mirim que irá acontecer no dia sete de dezembro. Pediu aos vereadores reeleitos que lutem para manter o Projeto Câmara Mirim ativo em 2017 por ser um programa que incentiva a juventude a conhecer a política de forma real. Falou também que nessa semana estará presente em Florianópolis no ato público de entrega de uma unidade de ambulância para o Município de Penha, fato que o deixa satisfeito por conseguir contribuir para essa aquisição. Aparte o Vereador Jesuel Francisco Capela contou que também estará presente no ato de entrega da ambulância e nos anos anteriores do seu mandato conseguiu recursos juntamente com outros colegas vereadores e o Município foi contemplado com outras ambulâncias. O orador concordou com seu colega e finalizou seu discurso desejando um excelente governo aos candidatos eleitos. Com a palavra, o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi fez uso da Tribuna para pedir que todos orem pela saúde e recuperação da Pastora Maria, do bairro de Armação, demonstrando sua admiração e respeito por ela. Aparte o Vereador Isac Hamilton da Costa prestou seu apoio a corrente de oração pela pastora. Aparte a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro se solidarizou com o estado de saúde da Pastora. Finalizou lembrando um conselho da pastora para que nunca se perca a fé. Seguiu com a palavra o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, reclamou da falta de energia que acontece com frequência no Bairro São Nicolau. O Vereador Jesuel Francisco Capela pediu aparte para dizer que concorda com o orador e que realmente o problema se repete há muito tempo. O Vereador Antônio relatou que a situação se agrava porque o transformador é antigo e não tem manutenção. Falou também do descaso da Prefeitura com a Rua Júlia da Costa Flores, no Bairro Gravatá, que se encontra esburacada e sem manutenção, com a população correndo risco de acidentes graves. O Vereador Jefferson Ademir Custódio pediu dispensa do uso da Tribuna. Com a palavra, o Vereador Jesuel Francisco Capela, relatou sua satisfação em ver que a obra de iluminação da Rodovia TRANSBETO está quase concluída. Lamentou o atropelamento do ciclista Constante Melchiorretto que faleceu no domingo na referida rodovia. Lamentou também a grande tragédia com o time Chapecoense que ocorreu na última semana. Para finalizar pediu apoio dos colegas vereadores para aprovar o projeto que altera o horário de posse da nova legislatura. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Discussão e Votação o Projeto de Lei Nº 26/2016 de autoria da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Projeto REJEITADO por maioria dos votos, com as abstenções dos vereadores Isac Hamilton da Costa e Jefferson Ademir Custódio, o projeto teve os votos contrários dos vereadores Felipe Rebello Schmidt, Jesuel Francisco Capela e Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Votaram favoráveis a autora do projeto, a vereadora Maria Juraci Alexandrino e Claudinei Ruduitte Pressi. Com o empate em três votos contrários e três a favor, coube ao presidente da casa, Clóvis Bergamaschi decidir pela rejeição do projeto que foi arquivado. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia doze de dezembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 05 de dezembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 54ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos doze de dezembro de 2016. Ausente os Vereadores Adriano de Souza, Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, Jesuel Francisco Capela e Maria Juraci Alexandrino. Presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a leitura dos expedientes recebidos: MOÇÕES Nº 108/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 109/2016 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Leitura dos Projetos protocolados: Projeto de Lei Ordinária Nº 33/2016 do Executivo. Emenda da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2016 de autoria da Mesa Diretora. Projeto de Resolução nº 10/2016 de autoria dos Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Isac Hamilton da Costa, Maria Juraci Alexandrino e Sérgio de Mello. Projeto de Resolução nº 11/2016 de autoria dos Vereadores Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Isac Hamilton da Costa, Maria Juraci Alexandrino e Sérgio de Mello. Leitura dos Pareceres das Comissões Legislativas Permanentes aos Projetos da Ordem do Dia: Projeto de Resolução Nº 08/2016. Emenda Nº 01/2016 ao Projeto de Resolução Nº 08/2016. Projeto de Lei Ordinária Nº 28/2016 de autoria da Vereadora Maira Juraci Alexandrino. Projeto de Lei Nº 29/2016 de autoria dos Vereadores Jefferson Ademir Custódio e Felipe Rebello Schmidt. Projeto de Lei Ordinária Nº

30/2016. Projeto de Lei Ordinária Nº 31/2016 de autoria da Mesa Diretora. Projeto de Lei Ordinária Nº 32/2016 de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Projeto de Lei Ordinária Nº 33/2016 de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno, com a palavra o Vereador Sérgio de Mello. Começou o discurso falando sobre sua Moção de congratulações a Senhora Lilly Serafim Salgado pelo seu aniversário e contribuição no Grupo de Reflexão Nossa Senhora da Penha. Agradeceu a todos os envolvidos nos bastidores da Câmara de Vereadores pelos serviços prestados nesses quatro anos de mandato. Falou do seu encontro com o pai sanguíneo depois de 40 anos e da emoção que viveu nos últimos dias. Seguiu com a palavra, o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi fazendo o uso da tribuna para deixar registrado alguns fatos realizados no último mandato. Denunciou empresas que não estão cumprindo com a legislação vigente e com o contrato de concessão. Citou a concessão que foi dada ao guincho da cidade e a empresa Águas de Penha, e exemplificou problemas que vem ocorrendo nas referidas empresas. Finalizou contando que a Rua São Miguel e a Rua Manoel Cardoso Filho, irão receber pavimentação no próximo ano. Com a palavra, o Vereador Felipe Rebello Schmidt relatou seu percurso no mandato que está chegando ao fim. Agradeceu a cada voto recebido e disse ter feito o possível para representar as pessoas que confiaram que ele os representasse frente ao Município. Discursou sobre os projetos, convênios e alterações positivas no Regimento Interno que foram realizadas no governo atual. Prosseguiu discursando o Vereador Jefferson Ademir Custódio, cumprimentando todos os presentes na sessão, em especial os representantes da Associação de Moradores e Amigos da Praia de São Miguel. Declarou sua satisfação em ter o Projeto que torna utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Praia de São Miguel inserida na pauta da presente reunião. Mencionou que as associações colaboram com o Poder Público e com a Câmara de Vereadores. Aparte o Vereador Isac Hamilton da Costa parabenizou o colega de plenário pelo Projeto apresentado. Aparte o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi declarou que o vereador que mais contribuiu com as associações foi o presente orador que se apresenta em Tribuna e o parabenizou. O Vereador Jefferson concluiu seu discurso dizendo que continuará contribuindo para o município com seu trabalho. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Discussão e Votação da Moção Nº 108/2016 do Vereador Jesuel Francisco Capela. Moção APROVADA por unanimidade. Discussão e Votação da Moção Nº 109/2016 do Vereador Sérgio de Mello. Moção APROVADA por unanimidade. Discussão e Votação Única da Emenda Nº 01/2016 ao Projeto de Resolução Nº 08/2016. Emenda APROVADA por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Resolução Nº 08/2016. Projeto APROVADO por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 29/2016 de autoria dos Vereadores Jefferson Ademir Custódio e Felipe Rebello Schmidt. Projeto APROVADO por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 30/2016. Projeto APROVADO por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 31/2016 de autoria da Mesa Diretora. Projeto APROVADO por unanimidade. Discussão e Votação Única do Parecer da Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final REJEITANDO o Projeto de Lei Nº 28/2016 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Parecer APROVADO por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 33/2016 de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Projeto APROVADO por unanimidade. Por decisão do Presidente do Poder Legislativo entrou em Discussão e Votação Única o Projeto de Lei Nº 32/2016 de autoria do Vereador Jefferson Ademir Custódio. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi convocou reunião extraordinária no dia dezenove de dezembro às dezoito horas para votação do Projeto de Lei que trata do Orçamento do Município de Penha para o ano de 2017. Reunião Extraordinária aprovada por unanimidade. Encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia dezenove de dezembro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueiredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Ten. Milton Fonseca, em 12 de dezembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 55ª Sessão Ordinária do 4º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos dezenove de dezembro de 2016. Ausente a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, presentes os demais Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a leitura dos expedientes recebidos: INDICAÇÕES Nº 517, 518 e 519/2016 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 520/2016 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 521/2016 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 45/2016 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. REQUERIMENTO Nº 162/2016 dos Vereadores CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI e ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 163/2016 dos Vereadores ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, ISAC HAMILTON DA COSTA, MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO. Nº 164/2016 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. MOÇÕES Nº 110/2016 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO. Nº 111/2016 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2016 do Executivo. Leitura do Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2016 de autoria do Vereador Claudinei Ruduitte Pressi. Leitura de Pareceres dos Projetos em trâmite na presente reunião. Determinou a abertura do Grande Expediente conforme Art. 180 do Regimento Interno, com a palavra o Vereador Adriano de Souza. Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e falou da sua emoção ao chegar o fim do seu mandato. Lembrou o trabalho nos últimos quatro anos como Vereador, falou sobre obras realizadas pelo atual governo e sua luta para o bem estar da população. Seguiu com a palavra, o Vereador Isac Hamilton da Costa fazendo o uso da tribuna para deixar registrados os projetos que foram protocolados no seu mandato. Lamentou o falecimento da Pastora Maria, da Igreja do Evangelho Quadrangular da Armação. Agradeceu a parceria dos colegas vereadores, sua família e amigos, em especial a Deus. Com a palavra, o Vereador Jesuel Francisco Capela relatou sua trajetória no mandato que se encerra. Agradeceu a cada Vereador pelo apoio, aos amigos presentes, aos funcionários da casa e ao governo do Estado. Prosseguiu discursando a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentando todos os presentes. Em especial prestou condolências ao Pastor João por sua recente perda. Disse que coragem será a palavra chave para iniciar o próximo mandato, com o objetivo de fazer parceria com o Executivo para que consigam satisfazer os anseios da comunidade. Declarou que acredita que o caminho está no investimento em Educação para que se consiga construir uma sociedade mais justa e próspera. Com a palavra, o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, agradeceu a presença de todos, aos colegas vereadores e os funcionários da Câmara. Em especial agradeceu sua família e ao Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi. Finalizou

seu discurso desejando que o próximo ano seja repleto de sucesso para o Município de Penha. Seguiu fazendo uso da Tribuna, o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi. Falou sobre o término do ciclo da sua vereança e seu percurso nos últimos quatro anos na Casa. Com a palavra, o Vereador Sérgio de Mello, cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, aos funcionários e a TV Câmara Online pelos serviços prestados. Falou da emoção de representar os munícipes de Penha como Vereador, assim como da satisfação na realização de vários projetos protocolados na Câmara. Prosseguiu com a palavra, o Vereador Felipe Rebello Schmidt, relatando o fim do exercício do seu mandato. Pronunciou-se falando sobre a esperança da população em ter um governo justo, que faça a cidade evoluir. Falou que se dedicou com afinco em aprender a ser vereador, contou sua trajetória na Câmara e confirmou que ajudou a população penhense citando vários fatos realizados. Com a palavra, o Vereador Jefferson Ademir Custódio, iniciou seu discurso relatando seu percurso de vida e se emocionou ao relembrar o início da sua carreira política. Contou que finaliza seus oito anos de vereança com alegria e orgulho pelo serviço prestado. Pronunciou-se em Tribuna, o Vereador Clóvis Bergamaschi. Agradeceu todos os Vereadores pela parceria, aos presentes na última sessão desta Legislatura, em especial a satisfação em receber a homenagem do Parque Beto Carrero World. Agradeceu também aos funcionários da casa, e a sua família pelo apoio. Disse que deixou um legado para a população de Penha e região, que foi o Aeroporto e também a entrega do Projeto da Transbeto. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. Com a Discussão e Votação Única da Moção Nº 110/2016 dos Vereadores Maria Juraci Alexandrino e Sérgio de Mello. Moção APROVADA por unanimidade. Discussão e Votação Única da Moção Nº 111/2016 do Vereador Clóvis Bergamaschi. Moção APROVADA por unanimidade. Discussão e Votação Única do Projeto de Lei Ordinária Nº 32/2016 do Executivo. Projeto APROVADO por unanimidade. Em 2ª Discussão e Votação ao Substitutivo Global Nº 01 ao Projeto de Emenda a LOM Nº 038/2016. Projeto APROVADO por unanimidade. Em 2ª Discussão e Votação ao Projeto de Emenda a LOM Nº 04/2016. Projeto APROVADO por unanimidade. Em 2ª Discussão e Votação ao Projeto de Emenda a LOM Nº 05/2016. Projeto APROVADO por unanimidade. Única Discussão e Votação do Projeto de Lei Ordinária Nº 22/2016, de autoria do Vereador CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI. Projeto APROVADO por unanimidade. Única Discussão e Votação do Projeto de Lei Ordinária Nº 23/2016, de autoria do VEREADOR CLAUDINEI RUDUITTE PRESSI. Projeto APROVADO por unanimidade. Única Discussão e Votação da Emenda Modificativa Nº 01/2016 de autoria da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei Complementar Nº 03/2016, de autoria da Mesa Diretora. Emenda APROVADA por Unanimidade. Única Discussão e Votação do Projeto de Lei Complementar Nº 03/2016, de autoria da Mesa Diretora. Projeto APROVADO por Unanimidade. Única Discussão e Votação do Projeto de Resolução Nº 10/2016, de Autoria dos Vereadores SÉRGIO DE MELLO, ISAC HAMILTON DA COSTA, MARIA JURACI ALEXANDRINO E ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Projeto APROVADO por unanimidade. Única Discussão e Votação do Projeto de Resolução Nº 11/2016, de autoria dos Vereadores SÉRGIO DE MELLO, ISAC HAMILTON DA COSTA, MARIA JURACI ALEXANDRINO E ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Projeto APROVADO por unanimidade. Única Discussão e Votação do Projeto de Resolução Nº 12/2016, de autoria do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Presidente Vereador Clóvis Bergamaschi encerrou a presente sessão. E, para constar, eu, Ana Olívia Teodoro Pires Figueredo, Diretora de Plenário, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2016.

CLÓVIS BERGAMASCHI

Presidente

ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário

DECRETO Nº 05/2016

Decreto Nº 05/2016

Decreta Ponto Facultativo

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente da Câmara de Vereadores de Penha, faço saber, que eu, nos termos do artigo 105 inciso VII, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º Fica decretado ponto facultativo no Poder Legislativo, nos dias 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2016.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Penha em, 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antonio Alfredo Cordeiro Filho

Primeiro Secretário

EMENDA A LOM Nº 12/2016

EMENDA A LOM Nº 12/2016

Altera o mandato da Mesa Diretora para (1) um ano

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e a Mesa Diretora, sanciona a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - Ficam alteradas as redações dos dispositivos que determinam o tempo do mandato da Mesa Diretora, na Lei Orgânica do Município de Penha, Santa Catarina, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 22. ...

...

§3º Logo após a posse, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores de Penha, estes elegerão os membros da Mesa Diretora, que serão imediatamente empossados para o mandato de um ano.

...

§5º A eleição da Mesa Diretora far-se-á na última reunião ordinária de cada Sessão Legislativa Ordinária, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente.

...

Art. 23. O mandato da Mesa Diretora será de um (1) ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 2º - A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data da publicação.

Câmara de Vereadores, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Emenda a Lei Orgânica na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antônio Alfredo Cordeiro Filho

Primeiro Secretário

EMENDA A LOM Nº 13/2016

EMENDA DA LOM 13/2016

Altera a redação da alínea "a", do inciso II, do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e a Mesa Diretora, sanciona a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - A alínea "a", do inciso II, do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal passará a ter a seguinte redação:

...

“Art. 37 – É vedado ao Vereador:

(...)

II – desde a posse:

a) - ocupar cargo ou função que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a", inclusive o cargo de secretário municipal, presidente de empresa pública, ou superintendência de autarquia, ressalvada a admissão por concurso público.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Penha, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Emenda a Lei Orgânica na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antônio Alfredo Cordeiro Filho

Primeiro Secretário

EMENDA A LOM Nº 14/2016

EMENDA A LOM Nº 14/2016

Altera o artigo 22, caput, da Lei Orgânica Municipal

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e a Mesa Diretora, sanciona a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 22, caput, da Lei Orgânica do Município de Penha, Santa Catarina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

"Art. 22 A Câmara de Vereadores de Penha reunir-se-á às dez horas do dia primeiro de janeiro, no primeiro ano de cada Legislatura, para a posse de seus membros, eleição da Mesa Diretora e posse do Prefeito e Vice-Prefeito".

...

Art. 2º - A presente Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data da publicação.

Câmara de Vereadores de Penha, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Emenda a Lei Orgânica na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antônio Alfredo Cordeiro Filho

Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 28/2016

RESOLUÇÃO Nº 28/2016

Fixa diárias para os Vereadores e Servidores do Poder Legislativo a serviço em outro Município, Capitais e Distrito Federal

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, faço saber que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º As diárias devidas aos Vereadores e servidores do Legislativo Municipal de Penha, quando a serviço em outras cidades, para fins de despesas de alimentação e pernoite, será concedida na seguinte forma:

I - em viagem para cidades de Santa Catarina, exceto os municípios que fazem fronteira com nosso município:

- a) R\$ 70,00 por refeição, limitando-se a 02 (duas) refeições diárias (almoço e janta), conforme horário de saída e retorno.
- b) R\$ 260,00 para despesas de pernoite.

II - em viagem para as capitais da República Federativa do Brasil, exceto Florianópolis e Curitiba:

- a) R\$ 100,00 por refeição, limitando-se a 02 (duas) refeições diárias (almoço e janta), conforme horário de saída e retorno.
- b) R\$ 500,00 para despesas de pernoite.

III - em viagem para as demais cidades fora do Estado de Santa Catarina,

- a) R\$ 100,00 por refeição, limitando-se a 02 (duas) refeições diárias (almoço e janta), conforme horário de saída e retorno.
- b) R\$ 300,00 para despesas de pernoite.

IV - em viagem para o exterior, serão aplicados os valores do inciso II, acrescidos de 100%.

Parágrafo único - Além da nota fiscal de refeições ou pernoite, deverá sempre ser apresentado pelo menos 01(uma) outra comprovação da viagem (documento devidamente protocolado, diploma, etc), bem como Roteiro preenchido manualmente.

Art. 2º Para que se efetive o direito ao recebimento da diária, nas condições desta Resolução, deverá ser formulado o pedido pelo Vereador ou Servidor, para homologação da Presidência no qual o interessado deverá apresentar o roteiro prévio da viagem fora do Estado de Santa Catarina ou inscrição no curso que participará, para recebimento antecipado da diária.

Art. 3º A prestação de contas deverá ser efetuada dentro 02 (dois) dias úteis após o retorno, apresentado os comprovantes conforme Parágrafo único, do Artigo 1º.

Parágrafo Único: O recebimento antecipado de diárias se dará, somente quando em viagens já programadas e justificadas com pernoite.

Art. 4º Para fins de concessão do pagamento da refeição correspondente:

I- para almoço, a nota ou cupom fiscal, deverá constar horário, e saída de Penha até 12 (doze) horas;

II - a janta, a nota ou cupom fiscal, deverá constar horário, e este ser após as 17 (dezesete) horas.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a promover os reajustes das diárias, anualmente, tendo como data base o mês de março, e o INPC como índice oficial a ser aplicado.

Parágrafo único– O aumento real das diárias, só poderá ser efetuado ao término de cada mandato, valendo o aumento somente para a próxima legislatura, com a aprovação pelo plenário com o voto da maioria simples.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria.

Art. 7º O Vereador ou o Funcionário que exceder 50% do subsídio ou remuneração mensal, respectivamente, será descontado o Imposto de Renda, na última diária do mês, sendo considerado o valor total que recebeu de diárias naquele mês.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogando-se a Resolução nº 01/2012 e Resolução nº 01/2013 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Resolução, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antonio Alfredo Cordeiro Filho
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 29/2016

RESOLUÇÃO Nº 29/2016

Altera a Resolução nº 24/2016 que estabelece o Regimento Interno

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, faço saber que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 ...

...

§ 4º Os valores dos subsídios serão divididos por 30 dias relativos ao mês, sendo devido ao Vereador os dias de efetivo exercício na Câmara de Vereadores de Penha, e será considerado a título de desconto por ausência em reunião ordinária o valor referente a um quinto (1/5) do valor total do subsídio, exceto quando:”

...

“Art. 48 ...

...

II ...

a) A Mesa Diretora após sua posse terá trinta dias para estipular limites de quotas de diárias, de cursos inerentes à vereança e de passagens aéreas, observando o limite máximo de 4% orçamento da Câmara de Vereadores de Penha distribuídos igualmente entre os membros do Poder Legislativo Municipal.

...

“Art. 74. Salvo as exceções previstas neste Regimento Interno, para emitir parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão Legislativa Permanente terá o prazo máximo de dez (10) dias contados após emissão parecer jurídico e distribuição do projeto à comissão, prorrogáveis por igual prazo, desde que solicitado pela Comissão Legislativa e deliberação favorável do Plenário.”

....

“Art. 121. As proposições protocoladas até as dezessete (17) horas do dia útil anterior à reunião serão incluídas na pauta da reunião e lidas durante o expediente, sendo despachadas de plano pelo Presidente, que às encaminhará a assessoria jurídica e indicará as comissões legislativas permanentes competentes para a análise da matéria.

§ 1º Após a devida autuação, os projetos seguirão para análise da assessoria jurídica para emitir parecer prévio, prazo de até dez (10) dias, em seguida encaminhados às Comissões Legislativas Permanentes pertinentes.”

....

Art. 173. A Câmara de Vereadores de Penha realizará, entre a data da Posse e a primeira Reunião Ordinária, da nova Legislatura, cursos intensivos de processo, técnica legislativa ou administração pública, para os novos Vereadores e seus três (03) primeiros suplentes, convidando servidores públicos do quadro ou preferencialmente contratando profissionais habilitados para ministrá-los.

Parágrafo único. É condição para o Vereador ter acesso a uso do carro oficial, telefonia móvel, diárias, bem como acessar demais verbas de gabinete ou indenizações previstas no orçamento, participar dos cursos oferecidos pela Câmara de Vereadores de Penha, com presença

mínima no curso de setenta e cinco (75%) com a devida certificação.

...

"Art. 182 ...

...

§ 2º As proposições a serem deliberadas pelo Plenário na Ordem do Dia serão publicadas no átrio e no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de Penha, bem como disponibilizada a todos os Vereadores até as dezoito (18) horas do último dia útil anterior a Reunião, exceto as proposições em regime de urgência."

....

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Resolução, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antonio Alfredo Cordeiro Filho
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 30/2016

RESOLUÇÃO Nº 30/2016

Alterar a Resolução nº 24/2016 que estabelece o Regimento Interno

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, faço saber que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. A Câmara de Vereadores de Penha instalar-se-á em Reunião Solene de Instalação da Legislatura as dez (10) horas do dia 1º de janeiro do ano em que se iniciar a legislatura, com qualquer número de Vereadores, em lugar designado anteriormente, sob a presidência do mais idoso entre os presentes.

Art. 40. As chapas que concorrerão à eleição da Mesa Diretora deverão protocolar a inscrição junto a Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha até as nove (9) horas do dia da eleição."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Resolução, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antonio Alfredo Cordeiro Filho
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 31/2016

RESOLUÇÃO Nº 31/2016

Alterar a Resolução nº 24/2016 que estabelece o Regimento Interno.

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, faço saber que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Regimento Interno passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11. ...

§1º ...

IX – após a eleição da Mesa Diretora, conhecido o resultado, o Presidente o proclamará e empossará os eleitos nos respectivos cargos, para mandato de um (01) ano.

Art. 38. A Mesa Diretora é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara de Vereadores de Penha, eleito pelos Vereadores para mandato de um (01) ano vedada recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Art. 39. ...

§3º A eleição da Mesa Diretora far-se-á na última reunião ordinária de cada Sessão Legislativa Ordinária, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 59. As Comissões Legislativas Permanentes, em número de três (03) e com prazo de composição de um (01) ano, são as seguintes:”

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi
Presidente

Registrada e publicada a presente Resolução, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antonio Alfredo Cordeiro Filho
Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 32/2016

RESOLUÇÃO Nº 32/2016,

Dispõe sobre a criação da Galeria histórico-cultural de Penha, na sede do Poder Legislativo

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, faço saber que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada a Galeria Histórico-Cultural de Penha, Estado de Santa Catarina, na sede do Poder Legislativo.

Art. 2º A referida Galeria tem por finalidade resgatar a memória histórico-cultural do Município.

Art. 3º Caberá à Galeria Histórico-Cultural de Penha realizar inventário, aquisição, documentação, pesquisa, conservação, preservação, e divulgação do seu acervo.

Parágrafo único. O acervo da Galeria dar-se-á das seguintes formas de aquisição:

- I- compra
- II- doação
- III- empréstimos
- IV- legado
- V- herança

Art. 4º Será composta um Comissão por 5 (cinco) membros, sendo 02 (dois) representantes da Câmara de Vereadores de Penha, 02 (dois) representantes do Poder Executivo e 01 (um) representantes de instituições da comunidade ligadas à área de história e cultura.

§ 1º A comissão descrita no caput terá mandato de 01(um) ano, com direito a uma prorrogação de mandato, composta por indicação da Mesa Diretora.

§ 2º As atividades da comissão da qual trata o caput não serão remuneradas.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de verba própria do orçamento vigente.

Art. 6º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Clóvis Bergamaschi

Presidente

Registrada e publicada a presente Resolução, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Penha, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

Antonio Alfredo Cordeiro Filho
Primeiro Secretário

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014 / 2016 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 014 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 020 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 003 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO PRÉDIO PRINCIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 525 - CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 206,76 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO N.º 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM.

Prorrogação – 120 dias – prazo final – 20/01/2017.

Justificativa: Prorrogação de vigência contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, em virtude de divergências e acréscimos ao projeto licitado, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 014 / 2016 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 09 de Setembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2016 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 031 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 02 SALAS DE AULA E SANITÁRIOS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DR. AMADEU DA LUZ, LOCALIZADA NA RUA HILDA A. G. VOLKMANN, N.º 400 - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 198,65 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 120 dias – prazo final – 11/02/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, em virtude de condições climáticas desfavoráveis e divergências no projeto licitado, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 020 / 2016 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 03 de Outubro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2016 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 041 / 2016.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: CONSTRUTORA TERTEL LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO NA RUA OTTO BEHLING, BAIRRO TESTO REGA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 120 dias – prazo final – 23/02/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 120 (cento e vinte) dias, em virtude da necessidade de implantação de tubulação pela Secretaria de Obras para o início da obra, serviço este ainda não realizado pela municipalidade, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 022 / 2016 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 13 de Outubro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2016 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 033 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA HILDA AUGUSTA GUILHERMINA VOLKMANN - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO DE 2.035,20 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000016651.

Prorrogação – 30 dias – prazo final – 28/01/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 30 (trinta) dias, em virtude da drenagem da pavimentação ser concluída apenas em 29/11/2016 pelo Município, bem como a demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 024 / 2016.

Pomerode / SC, 16 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Prorrogação – 150 dias – prazo final – 28/04/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 150 (cento e cinquenta) dias, em virtude da ampliação do projeto, com a execução de muro de contenção e execução de rampa de acesso a ponte, bem como atraso na liberação dos recursos, conforme justificativa anexa e CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 006 / 2016.

Pomerode / SC, 17 de Novembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2016 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2016
PRAZO

Processo Administrativo n.º 015 / 2016.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE PÊNSIL A SER CONSTRUÍDA SOBRE O RIO DO TESTO, LIGANDO A RUA JOHANES ROEDEL COM A RUA HERMANN WEEGE - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Ponte Serrada

PREFEITURA

ADITIVO 02.2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016
PROCESSO DE LICITAÇÃO 003/2016
PREGÃO Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO COPPINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.787.186 e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.060.509-10, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ELETRONICA COPPINI LTDA ME, centro, Ponte Serrada, neste ato representada neste ato, pelo administrador Sr. Evandro Coppini, portador do RG n. 1.788.192 e CPF n. 561.060.769-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão nº 0032/2016, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas: Considerando o pedido de prorrogação do presente contrato pela futura gestão municipal (doc. Anexo)

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual.

II- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente termo aditivo dar-se-á do dia 01 de janeiro de 2017 encerrando-se em 31 de dezembro de 2017, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação do contratante.

II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

III – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ponte Serrada/SC, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI	ELETRONICA COPPINI LTDA
Prefeito Municipal	EVANDRO COPPINI
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Rodrigo Pecinato Girardi	Nome: Joseane C. F. Petuco
CPF: 057.845.029-13	CPF: 051.492.139-00

LEANDRO BALDISSERA
OAB/SC 30.293

ADITIVO 118.2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0188/2014 – FMS
PROCESSO DE LICITAÇÃO 021/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito

público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO COPPINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.787.186 e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.060.509-10, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LAIS LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.282.423/0001-65, com sede na Avenida XV de Novembro, Centro, Ponte Serrada - SC, representada neste ato, por seu representante legal Sra. Valdete Zotti Favero, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando o pedido de prorrogação do presente contrato pela futura gestão municipal (doc. Anexo)

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual.

II- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente termo aditivo dar-se-á do dia 01 de janeiro de 2017 encerrando-se em 31 de dezembro de 2017, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação do contratante.

II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

III – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ponte Serrada/SC, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI	LABORATORIO DE ANALISES
	CLINICAS CRUZ E BAHU LTDA
Prefeito Municipal	CARLA BAHU
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Rodrigo Pecinato Girardi	Nome: Joseane C. F. Petuco
CPF: 057.845.029-13	CPF: 051.492.139-00

LEANDRO BALDISSERA
OAB/SC 30.293

ADITIVO 171.2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0171/2014 – FMS
PROCESSO DE LICITAÇÃO 021/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO COPPINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.787.186

e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.060.509-10, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LAIS LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.282.423/0001-65, com sede na Avenida XV de Novembro, Centro, Ponte Serrada - SC, representada neste ato, por seu representante legal Sra. Valdete Zotti Favero, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando o pedido de prorrogação do presente contrato pela futura gestão municipal (doc. Anexo)

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual.

II- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente termo aditivo dar-se-á do dia 01 de janeiro de 2017 encerrando-se em 31 de dezembro de 2017, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação do contratante.

II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

III – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ponte Serrada/SC, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI LABORATORIO DE ANALISES
CLINICA LAIS LTDA

Prefeito Municipal Valdete Zotti Favero
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Rodrigo Pecinato Girardi Nome: Joseane C. F. Petuco
CPF: 057.845.029-13 CPF: 051.492.139-00

LEANDRO BALDISSERA
OAB/SC 30.293

ADITIVO 183.2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0183/2014 – FMS
PROCESSO DE LICITAÇÃO 021/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO COPPINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.787.186 e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.060.509-10, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa FERNANDA POLETTO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 07.697.700/0001-26, com sede na Rua Frei Caetano, Centro, Ponte Serrada - SC, representada neste ato, por seu representante legal Sra. Fernanda Poletto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando o pedido de prorrogação do presente contrato pela futura gestão municipal (doc. Anexo)

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual.

II- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente termo aditivo dar-se-á do dia 01 de janeiro de 2017 encerrando-se em 31 de dezembro de 2017, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação do contratante.

II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

III – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ponte Serrada/SC, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI FERNANDA POLETO & CIA LTDA
Prefeito Municipal Fernanda Poletto
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Rodrigo Pecinato Girardi Nome: Joseane C. F. Petuco
CPF: 057.845.029-13 CPF: 051.492.139-00

LEANDRO BALDISSERA
OAB/SC 30.293

ADITIVO 31.2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2016
PROCESSO LICITATÓRIO 024/2016
PREGÃO Nº 016/2016

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO COPPINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.787.186 e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.060.509-10, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CRI COLETA RECICLAGEM E INDUST. DE LIXO, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.239.339/0001-45, com sede na Rod SC 465, KM 14 Ipumirim - SC, CEP: 89790-000, representada neste ato, pelo seu representante legal, Senhora Micheli Schiavini, portadora da Cédula de Identidade nº 3.910.189 SESP-SC e inscrita no CPF-MF sob o nº 040.497.289-66, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando o pedido de prorrogação do presente contrato pela futura gestão municipal (doc. Anexo)

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual.

II- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente termo aditivo dar-se-á do dia 01 de janeiro de 2017 encerrando-se em 31 de dezembro de 2017, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação do contratante.

II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

III – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ponte Serrada/SC, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI	CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS
Prefeito Municipal	Micheli Schiavini
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Rodrigo Pecinato Girardi	Nome: Joseane C. F. Petuco
CPF: 057.845.029-13	CPF: 051.492.139-00

LEANDRO BALDISSERA
OAB/SC 30.293

ADITIVO 46.2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2016

CONTRATO DE LOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO COPPINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.787.186 e inscrito no CPF/MF sob o nº 561.060.509-10, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIO, e JOSÉ ANTÔNIO FRIGUETTO, com endereço na RUA Madre Maria Theodora -285, centro, Ponte Serrada, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 102.616.649-72, doravante denominada simplesmente LOCADOR, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato de locação, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação nº 045/2016, pactuam o presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Considerando o pedido de prorrogação do presente contrato pela futura gestão municipal (doc. Anexo)

I – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual.

II- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A vigência do presente termo aditivo dar-se-á do dia 01 de janeiro de 2017 encerrando-se em 31 de dezembro de 2017, possibilitando a sua prorrogação mediante aprovação do contratante.

II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e válidas.

III – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de

lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Ponte Serrada/SC, 21 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI	JOSÉ ANTÔNIO FRIGUETTO
Prefeito Municipal	LOCADOR
CONTRATANTE	

Testemunhas:

Nome: Rodrigo Pecinato Girardi	Nome: Joseane C. F. Petuco
CPF: 057.845.029-13	CPF: 051.492.139-00

LEANDRO BALDISSERA
OAB/SC 30.293

DECRETO 1015/2016

DECRETO Nº 1015/2016, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE RECESSO NO EXECUTIVO MUNICIPAL NO PERÍODO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO que no período compreendido entre os dias 23 a 31 de dezembro de 2016 são comemoradas as festividades natalinas e de ano novo, sendo a oportunidade de permanência dos servidores com suas famílias com a finalidade de confraternização;

CONSIDERANDO a necessidade do fechamento das contas do presente exercício para atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao encerramento do mandato;

CONSIDERANDO que o recesso administrativo proporciona redução de custos à administração pública em face da pouca demanda das atividades administrativas neste período;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado recesso no poder executivo municipal no período compreendido entre os dias 23 a 31 de dezembro de 2016. Parágrafo Único – Excetua-se do disposto neste artigo, o trabalho executado por servidores em serviço de urgência, plantões ou necessidades indispensáveis, especialmente os serviços de saúde, vigilância de prédios públicos, limpeza pública e outros a critério de cada Secretária.

Art. 2º - Cada Secretário ficará responsável pela elaboração das estratégias para que não ocorram quaisquer prejuízos ao serviço público, podendo as Secretarias trabalhar em escala.

Art. 3º - Os serviços essenciais, inclusive de atendimento ao público, funcionarão normalmente sem percepção de horas extras, sendo cada secretário responsável pela adequação de sua pasta.

Art. 4º - Ficam convocados os membros da comissão de licitação para acompanhar o andamento do Processo Licitatório que ocorrerá no dia 27 de dezembro de 2016.

Art. 5º - Ficam suspensos os prazos dos processos administrativos em andamento durante o período do recesso.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA,

ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 395/2016

DECRETO Nº 395/2016, DE 06 DE MAIO DE 2016.

“NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO PERANTE SECRETARIA DE DIREITO HUMANOS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica, a partir desta data, designada a servidora pública municipal detentora de cargo efetivo de Agente Administrativo SONIA COLETTI SPRANDEL, matrícula 0006, portadora da Carteira de Identidade n. 1.306.548-SSI/SC e do CPF nº. 561.067.779, atualmente lotada na Secretaria de Assistência Social do Município exercendo cargo em comissão de Assessora, para ser responsável por representar o Município de Ponte Serrada perante a Secretaria de Direitos Humanos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 560/2016

DECRETO Nº 560/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016.

“ESTABELECE NORMAS E INSTRUÇÕES PARA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DO PAGAMENTO PARCELADO DA APÓLICE DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

Considerando a edição da Lei 2.848/2015 que estabelece normas sobre o Serviço de Táxi Municipal.

Considerando a necessidade da organização do Serviço de Transporte de Passageiros para efeito de planejamento, controle e fiscalização;

DECRETA:

Art. 1º - É obrigatória a contratação de seguro pelos permissionários do serviço de Táxi (condutor autônomo) para cada veículo operante no sistema, sendo obrigatória a renovação/vigência de apólice durante todo o período da permissão.

Art. 2º - A apólice de seguro deverá possuir cobertura mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), englobando tanto danos materiais como morais.

Art. 3º - Em caso de substituição do veículo, o permissionário deverá apresentar endosso da apólice em via original, cópia autenticada acompanhado do comprovante de pagamento do mês vigente ou da quitação total pela seguradora que a emitiu, transferindo a

cobertura do veículo excluído para o veículo a ser incluído.

Art. 4º - Os permissionários deverão portar no veículo proposta, certificado ou apólice de seguros com o comprovante de quitação total.

§1º - Os documentos previstos neste artigo deverão ser apresentados ao Órgão Gestor quando da inclusão de novos veículos e também quando da solicitação da renovação do Selo de Vistorias e da Licença de Tráfego para todos os veículos.

§2º - A apresentação de proposta, certificado, apólice e o respectivo comprovante de pagamento, deverão ser feitas em via original ou cópia autenticada ou certificação digital.

Art. 5º - O descumprimento desta Norma Complementar implicará em infração do Serviço de Transporte de Táxi, ensejando responsabilização por parte do permissionário.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE JULHO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 953/2016

DECRETO Nº 953/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (Cem e dez Mil Reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - Fundo Municipal de Saúde

08.301.1001.2.008 - Manutenção do Bloco Média e Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação: 339000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.01.065.000000 - 14- R\$ 110.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Provável Excesso de arrecadação referente repasse do Programa Média e Alta Complexidade - MAC Transferência Fundo a Fundo no exercício de 2016 .

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

JULGAMENTO PAD 010/2016**JULGAMENTO**

Processo Administrativo Disciplinar Portaria n. 010/2016

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar possíveis irregularidades atribuídas a Claudia Batista Allegrini, professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

ACATO o parecer da Controladoria Geral do Município, o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e considerando que a servidora Claudia Batista Allegrini através de sua conduta infringiu o disposto nos incisos I, III, IX e XI do art. 119 e incisos I, XXI e XXIII da Lei Complementar n. 022/2003, aplico a penalidade de advertência em conformidade com o art. 132 da Lei Complementar n. 022/2003.

Ao Setor de Recursos Humanos para registro do fato e da penalidade nos assentamentos funcionais da servidora.

Cientifique-se, inclusive, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Ponte Serrada, 22 de dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.476-2016

DECRETO Nº 1.476, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Acrescenta o §§ 1º, 2º e 3º ao Artigo 1º do Decreto nº 1.473/2016 e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 1º, 2º e 3º ao Artigo 1º do Decreto nº 1.473/2016, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§1º Até que se finde o prazo de 90 dias ou concluída a integração prevista no caput deste artigo, a Concessionária deverá, imediatamente, a partir da publicação deste Decreto observar e cumprir o disposto nos Artigos 4º à 7º.

§2º Fica vedada a contar da publicação deste Decreto, especialmente enquanto não houver a integração das linhas urbanas às linhas interurbanas de que trata o caput deste Artigo 1º, a cobrança em duplicidade ou acima da tarifa já praticada no valor de R\$ 3,00 (três reais) para o deslocamento na área urbana.

§3º Com a publicação deste Decreto, a Concessionária fica, imediatamente, obrigada, a dar continuidade às paradas em todos os pontos de ônibus da cidade, incluindo aqueles pontos que sejam próximos ao Terminal Rodoviário Municipal”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 22 dias do mês de dezembro do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI 2.458-2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.458, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Transfere dois cargos de professor de educação física do quadro de pessoal previsto na Lei Complementar 37/2011 para o quadro de servidores da Fundação Municipal de Esportes e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam transferidos do quadro de pessoal previsto na Lei Complementar 37/2011 para o quadro de servidores da Fundação Municipal de Esportes dois cargos de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas.

Parágrafo Único: O Servidor Público lotado por transferência manterá as vantagens remuneratórias até então adquiridas.

Art. 2º Para fins de transferência dos dois cargos de professor de Educação Física com Carga Horária de 20 horas, descrita no caput do Artigo 1º desta Lei, deverão ser observados os mesmos critérios descritos no artigo 39 da Lei Complementar nº 037/2011, devendo também ser realizado mediante processo administrativo oportunizando a participação de todos os profissionais ocupantes deste Cargo.

Parágrafo Único: Os profissionais ocupantes do cargo de Professor de Educação Física, somente poderão participar do processo administrativo de transferência, previsto no caput deste artigo, se possuírem pós graduação *latu sensu* na área específica de futebol e futsal, com ênfase em treinamento de escolhinhas esportivas com carga horária mínima de 360 horas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.044/2016

DECRETO Nº 1.044, de 25 de novembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 25.800,00 (Vinte e cinco mil e oitocentos reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2109 – Proteção Básica – Estado		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	18	25.800,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		25.800,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 169 – Transferência de Recursos do FEAS – Proteção Básica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.050/2016

DECRETO Nº 1.050, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3350 – 104 – Transf. a Instit. Privadas sem fins lucrativos	12	2.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	08	1.000,00
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Oper.Intraorçamentárias	10	1.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.051/2016

DECRETO Nº 1.051, de 30 de novembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3390 – 3170 – Aplicações Diretas	204	3.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2015, na Fonte 3170 – Recursos de Convênios com a União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.056/2016

DECRETO Nº 1.056, de 07 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3190 – 170 – Aplicações Diretas	162	90.000,00
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3190 – 170 – Aplicações Diretas	176	60.000,00
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	4490 – 167 – Aplicações Diretas	216	170.000,00
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		

ATIVIDADE	2030 – Convênio Polícia Militar		
MODALIDADE	3390 – 167 – Aplicações Diretas	122	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		330.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 170 – Transferência de Recursos do SUS/União – Média e Alta Complexidade, Transferência de Recursos do SUS/União – Atenção Básica e Fonte 167 – Convênio de Trânsito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.089/2016

DECRETO Nº 1.089, de 21 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 127.800,00 (Cento e vinte e sete mil e oitocentos reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3390 – 3169 – Aplicações Diretas	208	32.088,00
MODALIDADE	4490 – 3169 – Aplicações Diretas	222	35.712,00
ATIVIDADE	2108 – Assistência Farmacêutica – Saúde		
MODALIDADE	3390 – 3169 – Aplicações Diretas	223	60.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		127.800,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2015, na Fonte 3169 – Convênios com o Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.113/2016

DECRETO Nº 1.113, de 21 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.441, de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		

ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	33	200.000,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria da Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	08	100.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	15	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos acima citados serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	42	500.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		500.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
 Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
 Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI Nº 4.433/2016

LEI Nº 4.433, de 14 de dezembro de 2016.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício Financeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, para o Exercício Financeiro do ano 2017, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em R\$ 113.092.324,80 (Cento e treze milhões, noventa e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º A Receita será realizada pela arrecadação de tributos, transferências, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, relacionadas no Anexo I e obedecida a seguinte classificação:

1 - RECEITAS DE ARRECADAÇÃO – CONSOLIDADO		
1.1 - Receitas Correntes		100.337.876,40
1.1.1 - Receita Tributária	13.222.994,40	
1.1.2 - Receita Patrimonial	11.616.314,81	
1.1.3 - Receita de Contribuições	5.242.160,00	
1.1.4 - Receita de Serviços	0	
1.1.5 - Transferências Correntes	66.912.759,19	
1.1.6 - Outras Receitas Correntes	3.343.648,00	
1.2 - Receitas de Capital		18.049.030,00
1.2.1 - Operações de Crédito	3.864.000,00	
1.2.2 - Alienação de Bens	351.380,00	
1.2.3 - Transferências de Capital	13.833.650,00	
1.3 - Receitas Intraorçamentárias		3.400.320,00
1.3.1 - Receitas Intraorçamentárias Correntes	3.400.320,00	
1.3.2 - Receitas Intraorçamentárias de Capital	00,00	
Menos: Deduções (FUNDEB e Renúncias)		- 8.694.901,60
Total de Receita Administrativa Direta e Indireta		113.092.324,80

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com a discriminação apresentada nos anexos que integram a presente Lei, por modalidade de despesa, de acordo com o estabelecido através de legislação vigente, distribuída nos órgãos:

1 - Poder Legislativo

1.1 - Câmara Municipal	3.400.320,00
2 - Poder Executivo 68.194.158,00	
2.02 - Governo Municipal	1.416.800,00
2.03 - Secretaria Municipal de Planejamento	538.384,00
2.04 - Secretaria Municipal da Administração e Esporte	3.896.200,00
2.05 - Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade	1.014.428,80
2.07 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	28.625.178,80
2.08 - Secretaria Municipal de Agricultura	1.133.440,00
2.09 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	4.724.439,20
2.10 - Encargos Gerais do Município	7.065.342,40
2.11 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	493.046,40
2.12 - Sec. Mun.de Desenvolv. Econômico Sustentável e Meio Ambiente	391.036,80
2.13 - Fundo Municipal de Saúde	18.534.577,60
2.14 - Fundação Municipal de Cultura	311.696,00
2.15 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	49.588,00
Total Despesa Orçamentária da Administração Direta - Executivo	68.194.158,00
TOTAL DESPESA ADMINISTRAÇÃO DIRETA COM LEGISLATIVO	71.594.478,00

Art. 4º Os orçamentos da Administração Indireta terão a seguinte constituição:

3 - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Órgãos Adm. Indireta		DESPESA	
3.1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Despesa Orçamentária			1.059.766,40
Subtotal			1.059.766,40
3.2 - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IMPRESS			
Despesa Orçamentária			14.476.862,40
Subtotal			14.476.862,40
3.3 - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de P.U. -AMASPU			
Despesa Orçamentária			3.400.320,00
Subtotal			3.400.320,00
3.4 - Fundo Municipal de Educação			
Despesa Orçamentária 22.560.898,00			
Subtotal			22.560.898,00
TOTAL DESPESA ADM. INDIRETA			41.497.846,80
TOTAL ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO			113.092.324,80

Art. 5º O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal e na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos dos Artigos 7º e 43, itens e parágrafos, fica autorizado:

- I- abrir créditos suplementares conforme artigo 35 da Lei nº 4.399/16, para dotações dos órgãos da Administração Direta e Indireta que se tornarem insuficientes no decorrer do Exercício, utilizando como recursos os previstos no Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64;
- II- proceder abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições, auxílios a convênios para aplicações em despesas vinculadas, tendo como limite o valor dos recursos recebidos;
- III- realizar operações de crédito até o montante de R\$ 3.360.000,00 (três milhões trezentos e sessenta mil reais), dentro das normas de capacidade de endividamento do Banco Central e da legislação vigente, com Lei específica para cada operação de crédito;
- IV- instituir através de Decretos os orçamentos da Administração Indireta e Fundos, por modalidade;
- V- promover ajustes orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa e do efetivo comportamento da receita;
- VI- transferir recursos às APMs e APPs de escolas municipais, referente Dinheiro Direto na Escola através de Convênios; e
- VII- firmar convênios com outros entes da Federação.

Art. 6º Fica alterada a Lei Municipal nº 4.165, de 07 de agosto de 2013 (PPA 2014 – 2017).

Art. 7º Fica alterada a Lei Municipal nº 4.399, de 15 de junho de 2016 (LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias).

Art. 8º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI Nº 4.441/2016

LEI Nº 4.441, de 21 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	33	200.000,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria da Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	08	100.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	15	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos acima citados serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2078 – Manutenção EJA		
MODALIDADE	3190 – 112 – Aplicações Diretas	42	500.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		500.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 21 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

Pouso Redondo

PREFEITURA

2455

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.655/2016 de 22/12/2016.

“Dispões sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pouso Redondo (CMDRS) e dá outras providências.”

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1. Fica reestruturado e renomeado para Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pouso Redondo (CMDRS), como órgão colegiado, de caráter deliberativo, de funcionamento permanente, para tratar de assuntos ligados ao meio rural.

Art. 2. - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pouso Redondo tem por objetivo:

I – Oportunizar a participação dos agricultores e suas famílias, bem como, órgãos e/ou entidades que atuam junto às mesmas, na formulação de políticas e na tomada de decisão em questões de competência da administração municipal que visem o desenvolvimento rural sustentável do município;

II – Garantir a participação do agricultor Pousoredondense, através da organização de seus representantes, no encaminhamento de questões de interesse coletivo.

Art. 3. Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pouso Redondo compete:

I – Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo executivo municipal, órgãos e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural do município;

II – Colaborar na definição de metas e prioridades da política municipal de desenvolvimento do meio rural;

III – Colaborar no estabelecimento das diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;

IV – Enviar ao prefeito e câmara de vereadores as decisões do conselho, a fim de servir de subsídio para elaboração do orçamento e programa de aplicação de fundos existentes, atestando sua viabilidade e legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores e recomendando sua execução;

V – Elaborar, executar e avaliar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Pouso Redondo, inclusive, proceder a avaliação anual de desempenho do pessoal engajado na execução do plano;

VI – Emitir pareceres sobre assuntos de sua atribuição, ou que lhe venham a ser submetidos por instituições públicas ou privadas;

VII – Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município;

VIII – Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais, congregando esforços no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento rural do município;

IX – Elaborar, propor e aprovar emendas, ou a revisão de seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.

X - Solicitar aos órgãos federais, estaduais e municipais competentes o suporte técnico necessário para o desenvolvimento das ações relativas ao desenvolvimento rural;

XI - Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária para o meio rural, bem como a execução do orçamento a fim;

XII - Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidade públicas e privadas que desenvolvam atividades relativas ao desenvolvimento rural;

XIII - Emitir parecer sobre a celebração de convênios, contratos e acordos da iniciativa do Poder Executivo Municipal, relativas ao desenvolvimento rural;

XIV – Propor, promover e orientar programas que visem a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais;

XV - Eleger sua diretoria executiva;

XVI - Instalar Subcomissões, se necessário;

XVII - Promover e assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades da agropecuária desenvolvidas no município;

XVIII - Atuar junto aos agentes financeiros, visando solucionar eventuais dificuldades relacionadas ao crédito rural;

XIX - Participar ativamente na elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) do município;

XX - Acompanhar e exercer vigilância na execução das ações previstas no PMDRS, PPA, LDO e LOA;

XXI - Compatibilizar as propostas dos agricultores com as demais prioridades municipais;

XXII - Acompanhar o funcionamento e solicitar informações e esclarecimentos, sempre que necessário, às associações municipais de Produtores Rurais e/ou Agricultores sobre o desenvolvimento de suas atividades;

XXIII - Sabatar e avaliar candidatos indicados ao cargo de secretário municipal de agricultura, pesca e meio ambiente, para somente então poderem assumir a função.

Art. 4. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pouso Redondo será composto pelos representantes das entidades,

órgãos e comunidades rurais que contribuam significativamente para o desenvolvimento rural sustentável do município, assim definidos:

- I - Um representante de entidade Sindical Trabalhista, atuante no município, vinculada ao meio rural;
- II - Um representante de entidade Sindical Patronal, atuante no município, vinculada ao meio rural;
- III - Um representante de cada entidade Cooperativista, estabelecida no município, vinculada às atividades produtivas do meio rural;
- IV - Um representante de cada órgão público estadual, atuante e estabelecido no município, vinculado ao meio rural;
- V - Dois representantes do Poder Executivo Municipal, sendo, no mínimo um funcionário efetivo oriundo da Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente;
- VI - Um representante do Poder Legislativo Municipal;
- VII - Um representante de cada Associação de Produtores Rurais e/ou Agricultores, legalmente instituída e atuante no município;
- VIII - Uma representante das mulheres agricultoras;
- IX - Um representante da juventude rural;
- X - Um representante de cada agência de crédito que operem com crédito rural, atuantes e estabelecidas no município;
- XI - Um representante das comunidades rurais de Alto Paleta, Paleta e Serra dos Ilhéus;
- XII - Um representante das comunidades rurais de Alto Pombinhas, Barro Branco e Salto Pombinhas;
- XIII - Um representante das comunidades rurais de Alto Rio de Trás e Santa Isabel;
- XIV - Um representante das comunidades rurais de Arroio Grande, Fazenda Viana e Serra Grande;
- XV - Um representante das comunidades rurais de Aterrado e Rancho Queimado;
- XVI - Um representante da comunidade rural de Barra do Aterrado;
- XVII - Um representante das comunidades rurais de Boa Vista, Ervinha e Sítio Peters;
- XVIII - Um representante da comunidade rural de Corruchel, Rio das Pombas e Serra dos Koenig;
- XIX - Um representante das comunidades rurais de Faxinal e Rio Novo;
- XX - Um representante da comunidade rural de Lageado;
- XXI - Um representante das comunidades rurais de Pombinhas e Serra Vencida;
- XXII - Um representante da comunidade rural de Pouso da Caixa;
- XXIII - Um representante da comunidade rural de Ribeirão Vassoura;
- XXIV - Um representante da comunidade rural de Rio de Trás;
- XXV - Um representante da comunidade rural de Santa Rita;
- XXVI - Um representante da comunidade rural de São Bernardo;
- XXVII - Um representante das comunidades rurais de São Miguel e Serra do Aterrado;
- XXVIII - Um representante das comunidades rurais de Serra Azul, Saltinho e Sumidor.

§ 1º - A representação dos agricultores não será inferior a 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) do total de membros que compõem o Conselho.

§ 2º - As comunidades, órgãos e/ou entidades elencadas indicarão 2 (dois) representantes para compor o conselho, sendo um titular e um suplente.

§ 3º - Os representantes das comunidades serão escolhidos conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 4º - Os demais órgãos e/ou entidades participantes do conselho terão autonomia na forma de indicar seus representantes.

§ 5º - Não havendo indicação dos representantes no prazo de até 15 (quinze) dias após a formalização da solicitação de indicação, o Poder Executivo poderá designar representantes filiados e representantes das comunidades, órgãos e entidades omissas para comporem o CMDRS.

§ 6º - Após emissão do Decreto de nomeação, quando houver solicitação formal de participação com consequente indicação de representantes de uma nova entidade ou órgão previsto na Lei, ou substituição de um membro efetivo ou suplente por indicação das entidades, órgãos ou comunidades rurais, o representante e/ou seu substituto será nomeado por ato do presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pouso Redondo.

§ 7º - O Executivo após homologação, sem direito a veto dos membros indicados, os nomeará mediante Decreto.

Art. 5º - O mandato dos membros do CMDRS será de três anos, podendo haver recondução, a critério das entidades, órgãos e comunidades rurais representadas.

Parágrafo Primeiro: O exercício das funções de membros do CMDRS será gratuito e considerado serviço relevante de interesse público.

Artigo 6º - O CMDRS organizar-se-á em:

I – Conselho Pleno: Órgão constituído por todos os membros a que se refere os incisos do Artigo 4º desta Lei.

II – Comissões ou câmaras setoriais: Nos termos do Regimento Interno.

III – Diretoria Executiva: Eleita pelo Conselho Pleno, dentre seus integrantes, sendo composta, essencialmente, pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário Geral;
- d) Secretário Adjunto. (alterado)

§ 1º - A Diretoria Executiva do CMDRS será escolhida entre os conselheiros titulares através de votação ou aclamação na primeira reunião após a publicação do decreto de nomeação dos conselheiros, em reunião com a presença mínima de 50% + 1 dos componentes do CMDRS.

§ 2º - O mandato da Diretoria Executiva do CMDRS será de três anos.

Artigo 7º - O chefe do Poder Executivo ou seu representante convocará e presidirá o CMDRS em sua primeira reunião, quando será votado o Regimento Interno e eleita a Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – Decreto Executivo homologará o Regimento Interno, elaborado e aprovado pelo CMDRS.

Artigo 8º - O CMDRS reunir-se-á de acordo com o que dispuser seu Regimento Interno.

Artigo 9º - A Diretoria Executiva do CMDRS enviará, anualmente, ao Conselho Pleno, aos Poderes Executivo e Legislativo municipais, relatório de suas atividades.

Artigo 10 – O Poder Executivo municipal, através de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta fornecerá as condições e as informações necessárias para o CMDRS cumprir com suas atribuições.

Parágrafo Único - Poderá o CMDRS valer-se de assessoramento técnico, desde que cumpridas as formalidades legais.

Artigo 11 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.760 DE 23/06/2004.

Pouso Redondo, 22 de dezembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2654

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PROJETO DE LEI Nº 020/2016 de 05/12/2016.

Regulamenta e Denomina Ruas, Avenidas, Becos e Travessas do Perímetro Urbano do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam regulamentadas e Denominadas as Ruas, Avenidas, Becos e Travessas do Perímetro Urbano do Município de Pouso Redondo, abaixo identificadas, contendo medições de extensão e largura, conforme descrição do perímetro urbano:

- Avenida 1º DE MAIO, medindo 795 metros de extensão com 20 metros de largura no Bairro Progresso, tem seu início no Rio das Pombas e término na Rua Eugênio Schneider; medindo 125 metros de extensão com 20 metros de largura no Bairro Arno Siewerdt, tem seu início na Rua Eugênio Schneider e término na Rua São Paulo; medindo 450 metros de extensão com 20 metros de largura no Bairro Arno Siewerdt, tem seu início na Rua São Paulo e término na Rua Justino Nunes Ferreira, trecho este projetado no imóvel de herdeiros Siewerdt; medindo 589 metros de extensão com 18 metros de largura no Bairro Arno Siewerdt e Vila Adelaide, tem seu início na Rua Justino Nunes Ferreira até o limite de propriedade particular de Mauricio Kretzler.

- Avenida ARI VERDI, nos Bairros Independência (lado direito), Centro (lado esquerdo), medindo 1.120 metros de extensão por 20 metros de largura, tem início na Ponte sobre o Rio das Pombas e termino a Rua Prefeito Querino Ferrari.

- Beco DUQUE DE CAXIAS, no Bairro Centro, medindo 55 metros de extensão por 6 de largura, tem seu início na Avenida Ari Verdi término limite de propriedade particular (final das terras de espólio Dorvalino Gonzaga).

- Beco LAURA BRETZKE, no Bairro Centro, medindo 110 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Avenida Ari Verdi e seu término limite de propriedade particular de Gisela Bretzke.

- Beco LUIZ SCOZ, no Bairro Vila Adelaide, medindo 110 metros de extensão por 8 metros de largura, tem seu início na Rua Ivo Gomes e seu termino junto ao Ginásio Municipal de Esportes do Bairro Vila Adelaide.

- Beco PROGRESSO, no Bairro Boa Vista, medindo 70 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início na Rua Getúlio Vargas e seu termino limite de propriedade particular de Vilmar Pandini.

- Rua 23 DE JULHO, nos Bairros Centro, Boa Vista e Planalto, medindo 1.615 metros de extensão, tem seu início em imóvel de propriedade da Cooperativa Regional do Alto Vale do Itajaí – CRAVIL até esquina da Rua Jorge Lacerda 16,00 metros de largura, da esquina Jorge Lacerda até esquina da Rua Prefeito Querino Ferrari 16 metros de largura, da esquina da Rua Prefeito Querino Ferrari até esquina da Rua Manoel Mariano da Rocha 14 metros de largura, da esquina da Rua Manoel Mariano da Rocha até o limite de propriedade particular de LZK Construtora Ltda 12 metros de largura.

- Rua 7 DE SETEMBRO, nos Bairros Centro e Independência, medindo 740 metros de extensão, tem seu início na Rodovia BR 470 até Rua Prefeito Querino Ferrari com 12 metros de largura.

- Rua Prefeito ARTUR CLAUDINO DOS SANTOS, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 875 metros de extensão, tem seu início no Rio das Pombas até a Rua Ralf Hebeda 10 metros de largura e da Rua Ralf Hebeda até a Rua Alfredo Fronza 12 metros de largura.

- Rua Prefeito BENJAMIN BINI, no Bairro Arno Siewerdt, medindo 165 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu término na Avenida 1º de Maio.

- Rua Prefeito OSNI GOMES, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 850 metros de extensão, tem seu início na Rua Vereador Ricardo Ziele até a Rua Ralf Hebeda 10 metros de largura e da Rua Ralf Hebeda até a Rua Alfredo Fronza 15 metros de largura.

- Rua Prefeito QUERINO FERRARI, nos Bairros Centro, Independência (lado direito da Rua) e Boa Vista (lado Esquerdo da Rua), medindo 1.920 metros de extensão, tem seu início na Rodovia BR 470 até a Rua 23 de Julho 16 metros de largura e da Rua 23 de Julho até seu termino no final do Perímetro Urbano (Conjunto Habitacional Santa Felicidade) 15 metros de largura.
- Rua Vereador ABILINO VOLTOLINI, no Bairro Progresso, medindo 152,50 metros de extensão por 12,00 metros de largura, tem seu início na Rua Itajaí e seu termino nas terras de Edamar Martins da Silva.
- Rua Vereador ALMIR FELIZARDO, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 157 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos e termino na Rua Constantino Antônio Maximiano.
- Rua Vereador ALOIS GRABNER, no Bairro Boa Vista, medindo 220 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua Otto Reif e seu termino a Rua Manoel Mariano da Rocha.
- Rua Vereador AIRTO "Bala" FELIZARDO - medindo 104,83 metros de extensão com 15 metros de largura, tem início na Rua Aldemiro Albino e seu termino na Rua Vereador Geovani Tontini.
- Rua Vereador DORVALINO GONZAGA, no Bairro Independência, medindo 150 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Adolfo Bretzke e seu termino no Rio das Pombas.
- Rua Vereador GEOVANI TONTINI, no Bairro Arno Siewerdt, medindo 1.000 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu termino no final do Perímetro Urbano.
- Rua Vereador HEINZ ARNO SIEWERDT, no Bairro Vila Adelaide, medindo 180 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Ivo Gomes e seu termino a Rua Helmeth Schlosser.
- Rua Vereador HELMUTH SCHLOSSER, no Bairro Vila Adelaide, medindo 180 metros de extensão por 10 de largura, tem seu início a Rua Willy Tomio e seu termino a Rua Alberto Taufenbach.
- Rua Vereador JOÃO CUSTÓDIO DA LUZ, nos Bairro Boa Vista e Bairro Planalto, medindo 575 metros de extensão por 12 metros de largura, tem início a Rua Otto Reif e seu termino a Rua Colorindo Sandri.
- Rua Vereador JOÃO FELICIO ADRIANO, no Bairro Progresso, medindo 215 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Veronica Shwinden e seu termino junto ao Rio das Pombas.
- Rua Vereador JOSÉ SARDO, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 68 metros de extensão por 5 metros de largura, tem seu início na Rua Ralf Hebeda e termino no final da própria Rua.
- Rua Vereador SILVESTRE KRAMEL, no Bairro Planalto, medindo 131 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Vereador João Custodio da Luz e e seu termino na Rua Projetada denominada Bubi Reif.
- Rua Vereador RICARDO ZIELE, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 100 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos e seu termino a Rua Constantino Antônio Maximiliano.
- Rua Vereador VALDIR ROCHA, no Distrito de Aterrado, medindo 835 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início junto a Ponte Central do Distrito de Aterrado e seu termino a Rodovia BR 470.
- Rua Vereador WILLY FRITSCHKE, no Bairro Boa Vista, medindo 200 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Antônio Carlos Thiesen e seu termino a Rua Getúlio Vargas.

- Estrada Geral ANDRÉ VENTURI, no bairro Saltinho, medindo 273,13 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Estrada Municipal Saltinho e termino na propriedade de Adelino de Oliveira Vargas e Palmira Venturi Vargas.
- Estrada OSWALDO REIF, Bairro Arroio Grande, medindo 915 metros de extensão por 16 metros de largura, tem seu início na Rua Estevão Riscarolli e seu término no final do perímetro urbano, estrada que dá acesso ao Centro de Eventos de Pouso Redondo.
- Estrada VEREADOR PAULINO CHEQUETTO, a estrada que tem início no termino da Rua Querino Ferrari com a Rua Vitório Vendramin, indo até a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Guarani no Corruchel por 15 metros de largura.
- Rua ADELINO FRONZA, no Distrito de Aterrado, medindo 460 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua José Valente de Campos e seu termino no final do perímetro urbano.
- Rua ADOLFO BRETZKE, Bairro Independência, medindo 200 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Alice Gomes e seu termino a Rua Jorge Lacerda.
- Rua ADOLFO FACHINI, no Bairro Progresso, medindo 152,50 metros de extensão por 12,00 metros de largura, tem seu início na Rua Itajaí e seu termino nas terras de Volni de Oliveira e Terezinha Fronza.
- Rua AFONSO PENA, no Bairro Centro e Progresso, medindo 880 metros de extensão por 20 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470, no Bairro Centro e seu termino a Rua Germano Reif no Bairro Progresso.
- Rua ALDEMIRO ALBINO, no bairro Arno Siewerdt, medindo 798,80 metros de extensão, com 15 metros de largura, a Rua tem início na Avenida 1º de Maio e seu termino na área verde do Loteamento São Lucas.
- Rua ALICE GOMES, no Bairro Independência, medindo 320 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início na Avenida Ari Verdi e seu termino no Rio das Pombas.
- Rua ALBERTO TAUFENBACH, no Bairro Vila Adelaide, medindo 960 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Ivo Gomes e seu termino no final do Perímetro Urbano Vila Adelaide.
- Rua ALBINO VERDI, no Bairro Centro, medindo 160 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de Julho e seu termino na Avenida Ari Verdi.
- Rua ALFREDO FRONZA, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 1.980 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu termino no final do Perímetro Urbano bairro Leopoldo Mees.
- Rua AMADEU VERDI, no Bairro Centro, medindo 155 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de Julho e seu termino a Rua Henrique Bichels.
- Rua ANGELINA RAIZER, no bairro Arno Siewerdt, medindo 99,59 metros de extensão com 15 metros de largura, a Rua tem início na Rua Aldemiro Albino e seu termino na Rua Vereador Geovani Tontini.
- Rua ANGELO SCOZ, medindo 260 metros de extensão, tem seu início na área verde do Loteamento Scoz até Av. 1º de Maio 10 metros de largura e da Av. 1º de Maio até limite de propriedade particular de Antônio de Oliveira 12 metros de largura.
- Rua ANTÔNIO CARLOS THIESEN, nos Bairros Independência e Boa Vista, medindo 450 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua 7 de Setembro e seu termino a Rua Otto Reif.
- Rua ARGENTINO GERMANO DE MELLO, Bairro Arno Siewerdt, medindo 236 metros de extensão por 12 de largura, tem seu inicio na área verde do Loteamento Scoz e seu termino na propriedade particular de Isidoro Simplicio.
- Rua ARNO JENSEN, no Bairro Progresso, medindo 150 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Irineu

Bornhausen e seu termino a Rua Jenny Schneider.

- Rua ATILIO VERDI, no Bairro Progresso, medindo 290 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua Verônica Schwinden e seu termino a Rua Irineu Bornhausen.
- Rua AUGUSTO PETERS, no Bairro Boa Vista, medindo 485 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Prefeito Querino Ferrari e seu termino a Rua Otto Paulo Bein.
- Rua AUGUSTO SIEWERDT, no Bairro Boa Vista, medindo 300 metros de extensão por 11 metros de largura, tem seu início a Rua Otto Reif e seu termino a Rua Manoel Mariano da Rocha.
- Rua BUBI REIF, nos Bairros Boa Vista e Planalto, medindo 380 metros de extensão por 12 metros de largura, início na Rua Prefeito Querino Ferrari até a esquina da Rua Otílio Gomes e medindo 485 metros de extensão por 12 metros de largura, da esquina da Rua Otílio Gomes até a Rua Colorindo Sandri trecho este projetado.
- Rua CASTELO BRANCO, nos bairros Centro, Progresso e Saltinho, medindo 2.290 metros de extensão por 15 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 (bairro centro) quando encontra a Avenida 1º de Maio (bairro Progresso), segue pelo Bairro Saltinho até o termino do perímetro urbano.
- Rua CATARINA REIF, nos Bairros Progresso e Arno Siewerdt, medindo 1.190 metros de extensão, tem seu início da Rua Ella Sthamer até a Rua Aldemiro Albino 12 metros de largura e da Rua Aldemiro Albino até a Rua Vereador Geovani Tontini 15 metros de largura.
- Rua COLORINDO SANDRI, no Bairro Planalto, medindo 400 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de julho e seu termino na Rua Vereador João Custodio da Luz.
- Rua CONCORDIA, no Bairro Arno Siewerdt, medindo 212,50 de extensão por 9 metros de largura, tem inicio a Rua Eugêncio Schneider, e seu termino limite de propriedade particular de Herdeiros Siewerdt.
- Rua CONSTANTINO ANTONIO MAXIMIANO, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 1.030 metros de extensão, tem seu início na Rua Vereador Ricardo Ziele até a Rua Ralf Hebeda com 10 metros de largura e da Rua Ralf Hebeda até a Rua Alfredo Fronza com 12 metros de largura.
- Rua DEMÉTRIO RAIZER, no Bairro Saltinho, tem 260 metros de extensão, por 12 de largura, tem início na Rua Castelo Branco e término no perímetro urbano sobre ponte Rio das Pombas.
- Rua DOCO SCHWINDEN, no bairro Arno Siewerdt, medindo 89,61 metros de extensão com 15 metros de largura, a Rua tem início Rua Aldemiro Albino e seu termino na Rua Vereador Geovani Tontini.
- Rua DO HIPÓDROMO, no Bairro Arroio Grande, medindo 1.450 metros de extensão por 12 de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu termino no final do perímetro urbano.
- Rua ELLA STHAMER, no Bairro Progresso, medindo 505 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Avenida 1º de Maio e seu termino a Rua Jenny Schneider.
- Rua ELSE SIEWERDT, no Bairro Arno Siewerdt, medindo 110 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua São Paulo e seu termino limite de propriedade particular de Herdeiros Siewerdt.
- Rua EMILIO PETERS, no Bairro Centro, medindo 370 metros de extensão por 15 metros de largura, tem seu início a Rua Henrique Bichels e seu termino até encontrar o Rio das Pombas.
- Rua ERICO BASTOS, no Bairro Vila Adelaide, medindo 120 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua Vereador Heinz Arno Siewerdt e seu termino a Rua Porfírio João do Carmo.
- Rua ERNESTO GOULART – no Bairro Arno Siewerdt, medindo 105,21 metros de extensão com 15 metros de largura, a Rua tem início Rua Aldemiro Albino e seu termino na Rua Vereador Geovani Tontini.
- Rua ERVIN BARON, no Distrito de Aterrado, medindo 2100 metros de extensão por 12 de largura, tem seu início no entroncamento da Rua Valdir Rocha com a Rodovia BR 470, Km 171 e seu termino na Rua Silvio Agustini no Bairro Vila Adelaide.
- Rua ESTEVÃO RISCAROLLI, nos Bairros Independência e Arroio Grande, medindo 1.020 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Prefeito Querino Ferrari e seu termino na Estrada Oswaldo Reif.
- Rua EXPEDICIONÁRIO DOMINGOS JOSÉ ALBINO, no Bairro Progresso, medindo 90 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua Castelo Branco e seu termino a Rua Afonso Pena.
- Rua EUGÊNIO SCHNEIDER, nos Bairro Centro, Progresso, Arno Siewerdt e Saltinho, medindo 875 metros de extensão por 15 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu termino limite de propriedade particular de Volnei Gomes.
- Rua FORTUNATO FRONZA, no Distrito de Aterrado, medindo 1.970 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua José Valente de Campos e seu termino no final do Perímetro Urbano estrada geral São Miguel.
- Rua FRANCISCO TINTI, no Bairro Boa Vista, medindo 245 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Getúlio Vargas e seu termino a Rua Jacó Lamim.
- Rua FRITZ WINDISCH, no Bairro Arroio Grande, medindo 750 metros de extensão por 12,00 metros de largura, tem seu início a Rua do Hipódromo até encontrar a Rodovia BR 470 acesso ao Hospital Annegret Neitzke.
- Rua GERMANO AMÂNCIO, no Bairro Arroio Grande, medindo 455 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua do Hipódromo e seu termino limite de propriedade particular de Herdeiros Amâncio.
- Rua GERMANO REIF, nos bairros Progresso e Saltinho, medindo 210 metros de extensão por 12 de largura, tem seu início a Rua Castelo Branco e seu termino a Rua Eugênio Schneider.
- Rua GETULIO VARGAS, no Bairro Boa Vista, medindo 405 metros de extensão por 16 metros de largura, tem seu início na Rodovia BR 470 e seu termino a Rua Antônio Carlos Thiesen.
- Rua GOTLIEB REIF, nos Bairros Centro e Progresso, medindo 635 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rodovia 470 e seu termino sobre o Rio das Pombas.
- Rua GUILHERME GEMBALA, nos Bairro Centro e Progresso, medindo 350 metros de extensão, tem seu início a Rodovia BR 470 até Av. 1º de Maio 12 metros de largura e da Av. 1º de Maio até a Rua Irineu Bornhausen 11 metros de largura.
- Rua GUSTAVO KLEGIN, Bairro Independência, medindo 436 metros de extensão por 12 metros de largura, tem início a Rua Paulo Vendramin e seu termino no final do Conjunto Habitacional Santa Felicidade.
- Rua HENRIQUE BICHELS, no Bairro Centro, medindo 236 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu termino a Avenida Ari Verdi.
- Rua IRINEU BORNHAUSEN, no bairro Progresso, medindo 375 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início no Rio das Pombas seu termino a Rua Ella Stahmer.
- Rua ITAJAÍ, nos Bairros Progresso e Arno Siewerdt, medindo 1.000 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Vereador João Felício Adriano até limite de propriedade de Herdeiros Siewerdt; medindo 270 metros de extensão por 12 metros de largura,

tem seu início em terras de Herdeiros Siewerdt até a Rua Justino Nunes Ferreira trecho este projetado; medindo 60 metros de extensão por 12 metros de largura, início na Rua Justino Nunes Ferreira até a Rua Aldemiro Albino e medindo 155 metros de extensão por 15 metros de largura da Rua Aldemiro Albino até a Rua Vereador Geovani Tontini.

- Rua IVO GOMES, no Bairro Vila Adelaide, medindo 375 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rodovia BR 470 e seu termino limite de propriedade particular de Rodhen Portas.

- Rua IZIDORO VERDI, no Bairro Progresso, medindo 120 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Itajaí e seu termino limite de propriedade particular de Valdir Feldmann.

- Rua JACO LAMIN, no Bairro Boa Vista, medindo 320 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de julho e seu termino a Rua Augusto Siewerdt.

- Rua JANDIRA AMANCIO, Bairro Arroio Grande, medindo 309 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua do Hipódromo e termino limite de propriedade particular de Herdeiros Amâncio.

- Rua JENNY SCHNEIDER, nos Bairros Progresso e Arno Siewerdt, medindo 900 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Gotlieb Reif até limite de propriedade particular de Herdeiros Siewerdt; medindo 165 metros de extensão por 12 metros de largura, início terras de Herdeiros Siewerdt até a Rua Justino Nunes Ferreira trecho este projetado; medindo 120 metros de extensão por 12 metros de largura, início na Rua Justino Nunes Ferreira até a Rua Aldemiro Albino e medindo 155 metros de extensão por 15 metros de largura, início na Rua Aldemiro Albino até a Rua Vereador Geovani Tontini.

- Rua JORGE LACERDA, nos Bairros Centro e Independência, medindo 350 metros de extensão, tem seu início a Rodovia BR 470 até Av. Ari Verdi 13,50 metros de largura e da Av. Ari Verdi até a Rua Adolfo Bretzke 12 metros de largura.

- Rua JOSÉ FRONZA, no Distrito de Aterrado, medindo 80 metros de extensão por 12 de largura, tem seu início na Rodovia BR 470 e seu termino na Rua Valdir Rocha.

- Rua JOSÉ SCOZ, no Bairro Vila Adelaide, medindo 250 metros de extensão por 15 metros de largura, tem seu inicio a Rodovia BR 470 e seu termino no limite de propriedade particular de Pedro Scoz.

- Rua JOSÉ SERAFIM STEIL, no Bairro Boa Vista, medindo 250 metros de extensão por 12 de largura, tem seu início a Rua Otto Reif e seu termino a Rua Manoel Mariano da Rocha.

- Rua JOSÉ VALENTE DE CAMPOS, no Distrito de Aterrado, medindo 950 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início junto a Ponte localizada no Centro do Distrito de Aterrado e seu termino na Rodovia BR 470.

- Rua JUSTINO NUNES FERREIRA, no Bairro Arno Siewerdt, medindo 920 metros de extensão, tem seu início na Avenida 1º de Maio até Rua Catarina Reif por 14 metros de largura e da Rua Catarina Reif até limite de propriedade particular de Herdeiros Fritsche por 15 metros de largura.

- Rua LEOPOLDO FRONZA, no Bairro Progresso, medindo 75 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua Guilherme Gembala e seu termino a Rua Ella Sthamer.

- Rua LEOPOLDO KNOBLAUCH, no Bairro Planalto, medindo 520 metros de extensão por 10 metros de largura, tem inicio a Rua 23 de Julho e seu termino na Rua Projetada denominada Bubi Reif.

- Rua LEOPOLDO SCHULTZ, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 162 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos, e seu termino Rua Constantino Antônio Maximiano.

- Rua LUIZ BINI, no Barro Planalto, medindo 385 metros de extensão por 10 metros de largura, tem inicio a Rua 23 de Julho e seu termino a Rua Vereador João Custódio da Luz.

- Rua LUIZ DEL' CASTAGNE, no Bairro Vila Adelaide, medindo 135 metros de extensão por 10 de largura, tem seu início a Rua Vereador Helmuth Schlosser e seu termino a Rua Alberto Taufenbach.

- Rua LUIZ VENDRAMIN, no Bairro Boa Vista, medindo 260 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Francisco Tinti e seu termino a Rua Augusto Siewerdt.

- Rua MANOEL JACINTO DE LIZ, no Bairro Independência, medindo 160 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 7 de Setembro e seu termino a Rua Prefeito Querino Ferrari.

- Rua MANOEL MARIANO ROCHA, no Bairro Planalto, medindo 540 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de Julho e seu termino na Rua Vereador Alois Grabner.

- Rua MATHIAS SCHWINDEN, no Bairro Independência, medindo 95 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 7 de setembro e seu termino a Rua Prefeito Querino Ferrari.

- Rua MAX BICHELS, no Bairro Independência, medindo 115 metros de extensão por 12 de largura, tem seu início na Avenida Ari Verdi e seu termino no Rio das Pombas.

- Rua MIGUEL VIEIRA, no Bairro Planalto, medindo 490 metros de extensão por 10 metros de largura, tem início a Rua 23 de Julho e seu termino a Rua Vereador João Custodio da Luz.

- Rua OSCAR MORAES, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 120 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu inicio na Rua Ralf Hebeda e termino limite de propriedade particular de Avelino Clemente da Cunha.

- Rua OTILIA BICHELS, bairro centro, medindo 107,73 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Av. Ari Verdi e seu termino limite de propriedade particular de Ariel Verdi.

- Rua OTILIO GOMES, Bairro Boa Vista, medindo 580 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de julho e seu termino na Rua Bubi Reif.

- Rua OTTO PAULO BEIN, no Bairro Boa Vista, medindo 385 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a Rua 23 de Julho e seu termino a Rua Vereador João Custódio da Luz.

- Rua OTTO REIF, no Bairro Boa Vista, medindo 490 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início a Rua Francisco Tinti e seu termino a Rua Vereador Alóis Grabner.

- Rua PAULO VENDRAMIN, Bairro Independência, medindo 82,70 metros de extensão, por 12 metros de largura, tem início Rua Vitório Vendramin e seu termino a Rua Gustavo Klegin.

- Rua Professor SÉRGIO POSSAMAI, medindo 750 metros de extensão por 12 de largura, no Distrito de Aterrado, tem seu início na Rodovia BR 470 e seu termino no final do perímetro urbano do Distrito de Aterrado, sentido Barra do Aterrado.

- Rua PORFIRIO JOÃO DO CARMO, no Bairro Vila Adelaide, medindo 230 metros de extensão por 10 de largura, tem seu início a Rua Erico Bastos e seu termino a Rua Willy Tomio.

- Rua RAFAEL MARCHESE, no Bairro Planalto, medindo 485 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início a esquina da Rua Miguel Vieira e seu termino na Rua Projetada denominada Bubi Reif.

- Rua RALF HEBEDA, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 1.100 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu início na Rodovia BR 470, Km 176, e seu termino no limite de propriedade particular de Nelson Mees.
- Rua RICARDO FELDMANN, no Bairro Planalto, medindo 100 metros de extensão por 12 de largura, tem início a Rua Miguel Vieira e seu termino na Rua Colorindo Sandri.
- Rua SÃO PAULO, no Bairro Arno Siewerdt, medindo 620 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu início na Avenida 1º de Maio e seu termino a Rua Jenny Schneider.
- Rua SILVIO AGUSTINI, no Bairro Vila Adelaide, medindo 460 metros de extensão por 12 de largura, tem seu inicio a Rodovia BR 470 e seu termino no final do perímetro urbano sentido Rancho Queimado.
- Rua VERÔNICA SCHWINDEN, no Bairro Progresso, medindo 115 metros de extensão por 10 metros de largura, tem seu inicio no Rio das Pombas e termino a Rua Gotlieb Reif.
- Rua VILSON COELHO NETO – no bairro Arno Siewerdt, medindo 106,29 metros de extensão com 15 metros de largura, a Rua tem início Rua Aldemiro Albino e seu termino na Rua Vereador Geovani Tontini.
- Rua VITORIO PISETTA, no Bairro Leopoldo Mees, medindo 350 metros de extensão por 12 metros de largura, tem seu inicio no Rio das Pombas e termino limite de propriedade particular de Ademir Maximiano.
- Rua VITÓRIO VENDRAMIN, Bairro Independência, medindo 776,7 metros de extensão por 12 metros de largura, tem início na Ponte sobre o Rio das Pombas até final do Conjunto Habitacional Santa Felicidade.
- Rua WILLY TOMIO, no Bairro Vila Adelaide, medindo 167 metros de extensão e 10 de largura, tem seu início a Rua Erico Bastos e seu termino a Rua Porfírio João do Carmo.

Art. 2º - Parte integrante e obrigatória, Anexo 01, desta Lei, contendo Gabarito das Vias, sua hierarquia, largura de passeios e pista.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotação própria, consignada no orçamento anual do Município.

Art. 4º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis: 2.435/2012, de 18/12/2012; 2.436/2012, de 18/12/2012, 2.438/2012, de 18/12/2012, 2.597/2015, de 05/05/2015 e 2.606/2015, de 01/06/2015.

Pouso Redondo, 05 de dezembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA

Pretende o presente Projeto a autorização para a regulamentação de nomenclatura de Ruas, Avenidas, Becos e Travessas do nosso Município.

Este projeto vem de encontro a uma necessidade diária de toda população, uma vez que toda e qualquer transferência de imóvel, desmembramento e demais atos de planejamento é imprescindível que se tenha denominação e localização correta, trata-se de uma forma simplificada de auxiliar e descomplicar o cotidiano.

Lei única para ser utilizada por todos, com indicação de extensão, hierarquia, largura, início e fim, gabarito total de pista e passeios.

Por acreditar que se trata de assunto de interesse da comunidade, dispensamos maiores comentários ao presente Projeto, requerendo a apreciação da presente matéria.

Pouso Redondo, data supra.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

LEI 2654 - I

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
1		Av. 1º de Maio	Rio das Pombas	Término Perímetro Urbano – Vila Adelaide	Via Local	20,00	2,50	15,00	2,50
2		Av. Ari Verdi	Rio das Pombas	Rua Pref. Querino Ferrari	Via Local	20,00	2,50	15,00	2,50
3		Beco Duque de Caxias	Av. Ari Verdi	Limite de Propriedade Particular (final das terras de Espolio Dorvalino Gonzaga)	Via Local	6,00	0,00	5,00	1,00
4		Beco Laura Bretzke	Av. Ari Verdi	Limite de Propriedade Particular (Gisela Bretzke)	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

5		Beco Luiz Scoz	Rua Ivo Gomes	Terras do Ginásio Municipal de Esportes do bairro Vila Adelaide	Via Local	8,00	1,00	6,00	1,00
6		Beco Progresso	Rua Getúlio Vargas	Limite de propriedade particular de Vilmar Pandini	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
7		Rua 23 de Julho	Imóvel de propriedade da CRAVIL	Até esquina da Rua Jorge Lacerda	Via Local	16,00	2,00	12,00	2,00
		Rua 23 de Julho	Esquina da Rua Jorge Lacerda	Até esquina da Rua Pref. Querino Ferrari	Via Local	16,00	2,00	10,00	4,00
		Rua 23 de Julho	Esquina da Rua Pref. Querino Ferrari	Até esquina Rua Manoel Mariano da Rocha	Via Local	14,00	2,00	10,00	2,00
		Rua 23 de Julho	Esquina da Rua Manoel Mariano da Rocha	Até limite de propriedade particular de LZK Construtora.	Via Local	12,00	1,00	10,00	1,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
8		Rua 7 de Setembro	Rodovia BR 470	Até esquina da Rua 23 de Julho	Via Local	12,00	2,50	7,00	2,50
		Rua 7 de Setembro	Esquina da Rua 23 de Julho	Até esquina da Rua Antonio Carlos Thiesen	Via Local	12,00	2,00	7,00	3,00
		Rua 7 de Setembro	Esquina da Rua Antonio Carlos Thiesen	Rua Pref. Querino Ferrari	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
9		Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos	Rio das Pombas	Rua Ralf Hebeda	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
		Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos	Rua Ralf Hebeda	Rua Alfredo Fronza	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
10		Rua Prefeito Benjamin Bini	Rodovia BR 470	Av. 1º de Maio	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
11		Rua Prefeito Osni Gomes	Rua Vereador Ricardo Ziele	Até Rua Ralf Hebeda	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
		Rua Prefeito Osni Gomes	Rua Ralf Hebeda	Rua Alfredo Fronza	Via Local	15,00	2,00	11,00	2,00
12		Rua Prefeito Querino Ferrari	Rodovia BR 470	Até esquina da Rua 23 de Julho	Via Coletora	16,00	2,00	12,00	2,00
		Rua Prefeito Querino Ferrari	Esquina da Rua 23 de Julho	Término final do perímetro urbano (Conj. Hab. Santa Felicidade)	Via Coletora	15,00	2,50	10,00	2,50
13		Rua Vereador Abilino Voltolini	Rua Itajai	Limite de propriedade particular de Edamar Martins da Silva	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
14		Rua Vereador Almir Felizardo	Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos	Rua Constantino Antonio Maximiano	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
15		Rua Vereador Alois Grabner	Rua Otto Reif	Rua Manoel Mariano da Rocha	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
16		Rua Vereador Aírto "bala" Felizardo	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
17		Rua Vereador Dorvalino Gonzaga	Rua Adolfo Bretzke	Rio das Pombas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

18		Rua Vereador Geovani Tontini	Rodovia BR 470	Término perímetro urbano	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
19		Rua Vereador Heinz Arno Siewerdt	Rua Ivo Gomes	Rua Vereador Helmuth Schlosser	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
20		Rua Vereador Helmuth Schlosser	Rua Willy Tomio	Rua Alberto Taufenbach	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
21		Rua Vereador João Custódio da Luz	Rua Otto Reif	Rua Colorindo Sandri	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
22		Rua Vereador João Felício Adriano	Rua Veronica Schwinden	Rio das Pombas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
23		Rua Vereador José Sardo	Rua Ralf Hebeda	Final da própria rua	Via Local	5,00	0,00	5,00	0,00
24		Rua Vereador Silvestre Kramel	Rua Vereador João Custódio da Luz	Rua Projetada denominada Bubi Reif	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
25		Rua Vereador Ricardo Ziele	Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos	Rua Constantino Antonio Maximiano	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
26		Rua Vereador Valdir Rocha	Ponte Central do Distrito do Aterrado	Rodovia BR 470	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
27		Rua Vereador Willy Fritsche	Rua Antonio Carlos Thiesen	Rua Getúlio Vargas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
28		Estrada Geral André Venturi	Estrada Municipal Saltinho	Limite de propriedade particular de Adelino de Oliveira Vargas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
29		Estrada Oswaldo Reif	Rua Estevão Riscarolli	Final do perímetro urbano	Via Local	16,00	3,00	10,00	3,00
30		Estrada Vereador Paulino Chequetto	Rua Prefeito Querino Ferrari com a Rua Vitório Vendramin	Limite de propriedade da Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Guarani no Corruchel.	Via Local	15,00	2,50	10,00	2,50
31		Rua Adelino Fronza	Rua José Valente de Campos	Término do perímetro urbano Distrito de Aterrado	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
32		Rua Adolfo Bretzke	Rua Alice Gomes	Rua Jorge Lacerda	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
33		Rua Adolfo Fachini	Rua Itajai	Limite propriedade de Volni de Oliveira e Terezinha Fronza	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
34		Rua Afonso Pena	Rodovia BR 470	Rua Germano Reif	Via Local	20,00	2,5	15,00	2,50
35		Rua Aldemiro Albino	Av. 1º de Maio	Término na área verde do Loteamento São Lucas	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
36		Rua Alice Gomes	Av. Ari Verdi	Rio das Pombas	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
37		Rua Alberto Taufenbach	Rua Ivo Gomes	Término do perímetro urbano Vila Adelaide	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
38		Rua Albino Verdi	Rua 23 de Julho	Av. Ari Verdi	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
39		Rua Alfredo Fronza	Rodovia BR 470	Término do perímetro urbano bairro Leopoldo Mees	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

40		Rua Amadeu Verdi	Rua 23 de Julho	Rua Henrique Bichels	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
41		Rua Angelina Raizer	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
42		Rua Angelo Scoz	Na área verde loteamento Scoz	Av. 1º de Maio	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
		Rua Angelo Scoz	Av. 1º de Maio	Limite de propriedade particular de Antonio Oliveira	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
43		Rua Antonio Carlos Thiesen	Rua 7 de setembro	Rua Pref. Querino Ferrari	Via Local	12,00	1,50	9,00	1,50
		Rua Antonio Carlos Thiesen	Rua Prefeito Querino Ferrari	Rua Otto Reif	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
44		Rua Argentino Germano de Mello	Na área verde do Loteamento Scoz	Limite de propriedade particular de Isidoro Simplicio	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
45		Rua Arno Jensen	Rua Irineu Bornhausen	Rua Jenny Schneider	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
46		Rua Atilio Verdi	Rua Verônica Schwinden	Rua Irineu Bornhausen	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
47		Rua Augusto Peters	Rua Prefeito Querino Ferrari	Rua Otto Paulo Bein	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
48		Rua Augusto Siewerdt	Rua Otto Reif	Rua Manoel Mariano da Rocha	Via Local	11,00	2,00	7,00	2,00
49		Rua Bubi Reif	Rua Prefeito Querino Ferrari	Rua Colorindo Sandri	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
50		Rua Castelo Branco	Rodovia BR 470	Término perímetro urbano bairro Saltinho	Via Coletora	15,00	3,00	9,00	3,00
51		Rua Catarina Reif	Rua Ella Sthamer	Rua Aldemiro Albino	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
		Rua Catarina Reif	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
52		Rua Colorindo Sandri	Rua 23 de Julho	Rua Vereador João Custódio da Luz	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
53		Rua Concordia	Rua Eugênio Schneider	Limite de propriedade particular de Herdeiros Siewerdt.	Via Local	9,00	1,00	7,00	1,00
54		Rua Constantino Antonio Maximiano	Rua Vereador Ricardo Ziele	Rua Ralf Hebeda	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
		Rua Constantino Antonio Maximiano	Rua Ralf Hebeda	Rua Alfredo Fronza	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
55		Rua Demétrio Raizer	Rua Castelo Branco	Término perímetro urbano ponte sobre Rio das Pombas bairro Saltinho	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
56		Rua Doco Schwinden	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
57		Rua DO Hipódromo	Rodovia BR 470	Término perímetro urbano bairro Arroio Grande	Via Coletora	12,00	2,00	8,00	2,00
58		Rua Ella Sthamer	Av. 1º de Maio	Rua Jenny Schneider	Via Local	12,00	1,50	9,00	1,50
59		Rua Else Siewerdt	Rua São Paulo	Término na própria rua extensão 110 mts	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
60		Rua Emilio Peters	Rua Henrique Bichels	Rio das Pombas	Via Local	15,00	3,50	8,00	3,50
61		Rua Erico Bastos	Rua Vereador Heinz Arno Siewerdt	Rua Porfirio João do Carmo	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
62		Rua Ernesto Goulart	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
63		Rua Ervin Baron	Entroncamento da Rua Valdir Rocha com a Rodovia BR 470	Rua Silvio Agustini	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
64		Rua Estevão Riscarolli	Rua Prefeito Querino Ferrari.	Estrada Oswaldo Reif	Via Coletora	12,00	2,00	8,00	2,00
65		Rua Expedicionário Domingos José Albino	Rua Castelo Branco	Rua Afonso Pena	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
66		Rua Eugênio Schneider	Rodovia BR 470	Limite de propriedade particular de Volnei Gomes	Via Local	15,00	2,00	11,00	2,00
67		Rua Fortunato Fronza	Rua José Valente de Campos	Término perímetro urbano Estrada geral São Miguel	Via Coletora	12,00	2,00	8,00	2,00
68		Rua Francisco Tinti	Rua Getúlio Vargas	Rua Jacó Lamin	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
69		Rua Fritz Windisch	Rua Do Hipódromo	Rodovia BR 470 acesso ao Hospital Annegret Neitzke	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
70		Rua Germano Amancio	Rua Do Hipódromo	Limite de propriedade particular de Herdeiros Amancio.	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
71		Rua Germano Reif	Rua Castelo Branco	Rua Eugênio Schneider	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
72		Rua Getúlio Vargas	Rodovia BR 470	Rua Antonio Carlos Thiesen	Via Local	16,00	3,00	10,00	3,00
73		Rua Gotlieb Reif	Rodovia BR 470	Rio das Pombas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
74		Rua Guilherme Gem-bala	Rodovia BR 470	Av. 1º de Maio	Via Local	12,00	1,50	9,00	1,50
		Rua Guilherme Gem-bala	Av. 1º de Maio	Rua Irineu Bornhausen	Via Local	11,00	1,50	8,00	1,50
75		Rua Gustavo Klegin	Rua Paulo Vendramin	Final do Conjunto Hab. Santa Felicidade	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
76		Rua Henrique Bichels	Rodovia BR 470	Av. Ari Verdi	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
77		Rua Irineu Bornhausen	Rio das Pombas	Rua Ella Sthamer	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
78		Rua Itajai	Rua Vereador João Felício Adriano.	Rua Aldemiro Albino	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
		Rua Itajai	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
79		Rua Ivo Gomes	Rodovia BR 470	Limite de propriedade particular de Rodhen Portas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
80		Rua Izidoro Verdi	Rua Itajai	Limite de propriedade de Valdir Feldmann	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
81		Rua Jacó Lamin	Rua 23 de Julho	Rua Augusto Siewerdt	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
82		Rua Jandira Amâncio	Rua Do Hipódromo	Limite de propriedade de Herdeiros Amâncio.	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
83		Rua Jenny Schneider	Rua Gotlieb Reif	Rua Aldemiro Albino	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
		Rua Jenny Schneider	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
84		Rua Jorge Lacerda	Rodovia BR 470	Av. Ari Verdi	Via Local	13,50	1,50	10,50	1,50
		Rua Jorge Lacerda	Av. Ari Verdi	Rua Adolfo Bretzke	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
85		Rua José Fronza	Rodovia BR 470	Rua Valdir Rocha	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
86		Rua José Scoz	Rodovia BR 470	Limite de propriedade de Pedro Scoz	Via Local	15,00	2,50	10,00	2,50
87		Rua José Serafim Steil	Rua Otto Reif	Rua Manoel Mariano da Rocha	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
88		Rua José Valente de Campos	Ponte localizado no centro do Distrito de Aterrado	Rodovia BR 470	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
89		Rua Justino Nunes Ferreira	Av. 1º de Maio	Rua Catarina Reif	Via Local	14,00	2,00	10,00	2,00
		Rua Justino Nunes Ferreira	Rua Catarina Reif	Limite de propriedade particular de Herdeiros Fristche	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
90		Rua Leopoldo Fronza	Rua Guilherme Gem-bala	Rua Ella Sthamer	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
91		Rua Leopoldo Kno-blauch	Rua 23 de Julho	Rua Projetada denomina-da Rua Bubi Reif.	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
92		Rua Leopoldo Schultz	Rua Prefeito Artur Claudino dos Santos	Rua Constantino Antonio Maximiano	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
93		Rua Luiz Bini	Rua 23 de Julho	Rua Vereador João Custodio da Luz	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
94		Rua Luiz Del'Castagné	Rua Vereador Helmuth Schlosser	Rua Alberto Taufenbach	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
95		Rua Luiz Vendramin	Rua Francisco Tinti	Rua Augusto Siewerdt	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
96		Rua Manoel Jacinto de Liz	Rua 7 de Setembro	Rua Pref. Querino Ferrari	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
97		Rua Manoel Mariano Rocha	Rua 23 de Julho	Rua Vereador Alois Grabner.	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
98		Rua Mathias Schwin-den	Rua 7 de Setembro	Rua Pref. Querino Ferrari	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
99		Rua Max Bichels	Av. Ari Verdi	Rio das Pombas	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
100		Rua Miguel Vieira	Rua 23 de Julho	Rua Vereador João Custódio da Luz	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
101		Rua Oscar Moraes	Rua Ralf Hebeda	Limite de propriedade particular de Avelino Clemente da Cunha.	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
102		Rua Otilia Bichels	Av. Ari Verdi	Limite de propriedade particular de Ariel Verdi	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
103		Rua Otílio Gomes	Rua 23 de Julho	Rua Bubi Reif	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
104		Rua Otto Paulo Bein	Rua 23 de Julho	Rua Vereador João Custódio da Luz	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50

105		Rua Otto Reif	Rua Francisco Tinti	Rua Vereador Alois Grabner.	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
-----	--	---------------	---------------------	-----------------------------	-----------	-------	------	------	------

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

Nº	LEGISLAÇÃO	DENOMINAÇÃO DA VIA	TRAJETO		HIERARQUIA	GABARITO PREVISTO (m)			
			INICIO	FINAL		LARG. TOTAL	PASS. DIR.	PISTA	PASS. ESQ.
106		Rua Paulo Vendramin	Rua Vitório Vendramin	Rua Gustavo Klegin	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
107		Rua Professor Sergio Possamai	Rodovia BR 470	Término perímetro urbano Distrito de Aterrado, sentido Barra do Aterrado	Via Coletora	12,00	2,00	8,00	2,00
108		Rua Porfirio João do Carmo	Rua Erico Bastos	Rua Willy Tomio	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
109		Rua Rafael Marchese	Rua Miguel Vieira	Rua Projetada denominada rua Bubi Reif	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
110		Rua Ralf Hebeda	Rodovia BR 470	Término perímetro urbano limite de propriedade particular de Nelson Mees	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
111		Rua Ricardo Feldmann	Rua Miguel Vieira	Rua Colorindo Sandri	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
112		Rua São Paulo	Av. 1º de Maio	Rua Jenny Schneider	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
113		Rua Silvio Agustini	Rodovia BR 470	Término perímetro urbano Vila Adelaide sentido localidade de Rancho Queimado	Via Coletora	12,00	2,00	8,00	2,00
114		Rua Verônica Schwinden	Rio das Pombas	Rua Gotlieb Reif	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50
115		Rua Vilson Coelho Neto	Rua Aldemiro Albino	Rua Vereador Geovani Tontini	Via Local	15,00	3,00	9,00	3,00
116		Rua Vitório Pisetta	Rio das Pombas	Limite de propriedade particular de Ademir Maximiano.	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO - SC

ANEXO 01 – GABARITO DAS VIAS

117		Rua Vitório Vendramin	Ponte sobre o Rio das Pombas	Final do Conjunto Hab. Santa Felicidade	Via Local	12,00	2,00	8,00	2,00
118		Rua Willy Tomio	Rua Érico Bastos	Rua Porfirio João do Carmo	Via Local	10,00	1,50	7,00	1,50

..

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 143/2016

DECRETO Nº. 143/2016 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O ARTIGO 1.º DO DECRETO 75/2014 DE 18/08/2014, QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS A SERVIDORES MUNICIPAIS PERTENCENTES AO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do artigo 9º e § 2º do artigo 9º da Lei Complementar Municipal 004/2003 de 19 de dezembro de 2003, e ainda em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, baixa o seguinte:

DECRETO

Art. 1º. – O Art. 1.º do Decreto 75/2014, de 18 de agosto de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O servidor efetivo designado para exercer as funções de CONTROLADOR INTERNO receberá Função Gratificada correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do Vencimento Base de seu respectivo cargo de provimento efetivo”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 23 de dezembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 144/2016

DECRETO Nº. 144/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
RECONSTITUI UNIDADE OPERACIONAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, especialmente aquelas que lhe são conferidas pelo artigo 4º, inciso II, Letra “a”, combinado com o artigo 9º, da Lei Complementar nº. 004/2003, de 19 de Dezembro de 2003:

DECRETA:

Art. 1º - Fica assim reconstituído o Sistema de Controle Interno Municipal:

I – CONTROLADORIA

Jean Tillmann: Agente de Controle Interno (Gerente de Informática);

Sônia Correia: Auxiliar de Controle Interno (Gerente Administrativo)

II – ÓRGÃO COLEGIADO

Aline Leske: Coordenadora (Contadora)

Claudelice Belegante: Vice-Coordenadora (Secretária Municipal de Assistência Social)

Benito Brand: Secretário (Secretário Municipal de Saúde)

Eliane Schaufelberger: Membro (Atendente de Consultório)

Laercio Jonck: Membro (Fiscal de Tributos)

Art.2º - Fica Revogado o Decreto Nº. 88/2016

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 23 de Dezembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 142/2016 (REDAÇÃO CORRETA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 142, de 20 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0015.0451.1701.2021.33900000000000.01080000 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$10.000,00 (dez mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000000000.0000.01080000 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº235 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 235, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Dispõe sobre a atualização monetária dos valores dos Tributos Municipais e multas de qualquer natureza para o exercício de 2017, e da outras providências”.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 107 do Código Tributário do Município, Lei Municipal nº. 018, de 17 de dezembro de 2013.

Considerando, o índice inflacionário acumulado nos últimos 12 meses, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE;

Considerando, a necessidade de atualizar monetariamente os tributos municipais e multas de qualquer natureza, para atendimento das exigências da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (LRF);

Considerando, por fim, o disposto no § 2º, do art. 97, da Lei Federal nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – CTN;

DECRETA

Art. 1º. O valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, a que se refere o artigo 107 do Código Tributário do Município, será corrigida monetariamente em 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento), que corresponde ao INPC/IBGE, acumulado no exercício de 2016, sendo que seu valor passará para R\$ 2.534,37 (dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se.

DECRETO Nº236 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 236, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Dispõe sobre a atualização da taxa de segurança contra sinistros de edificações residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviço, taxa de fiscalização de projetos, taxa de vistoria para alvará de funcionamento, taxa de serviços gerais, contra sinistros terrenos baldios do Corpo de Bombeiros, para o exercício de 2017, e dá outras providências”.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 107 do Código Tributário do Município, Lei Municipal nº. 018, de 17 de dezembro de 2013 e do Parágrafo 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 330, de 17 de dezembro de 2006.

Considerando, o índice inflacionário acumulado nos últimos 12 meses, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE;

Considerando, a necessidade de atualizar monetariamente os tributos municipais e multas de qualquer natureza, para atendimento das exigências da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (LRF);

Considerando, por fim, o disposto no § 2º, do art. 97, da Lei Federal nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 – CTN;

DECRETA

Art. 1º. O valor da taxa de segurança contra sinistros de edificações residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviço, taxa de fiscalização de projetos, taxa de vistoria para alvará de funcionamento, taxa de serviços gerais do Corpo de Bombeiros, será corrigida monetariamente em 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento), que corresponde ao INPC/IBGE, acumulado no exercício de dezembro de 2015 a novembro de 2016, sendo que seus valores passarão a ser os seguintes:

Taxa de segurança sinistros/ edificações residenciais	
Área construída	taxa
Até 70 m²	R\$18,92
De 71 a 100 m²	R\$ 28,36
De 101 a 150 m²	R\$ 37,84
De 151 a 300 m²	R\$ 56,88
Acima de 301 m²	R\$ 71,20

Taxa de segurança sinistros/ edificações industriais, comerciais e prestação de serviço	
Área construída	taxa
Até 200 m²	R\$ 94,61
De 201 a 1000 m²	R\$ 141,91
De 1001 a 2000 m²	R\$ 227,05
De 2001 a 3000 m²	R\$ 321,65
De 3001 a 4000 m²	R\$ 473,06
Acima de 4001 m²	R\$ 756,86
Taxa de fiscalização de projetos	
	0,46
Taxa de vistoria para alvará de funcionamento	
	0,46
Taxa de serviços gerais	
Descrição do serviço	taxa
Corte de árvore	R\$ 18,92
Abastecimento de água	R\$ 47,29
Serviço de segurança preventiva	R\$ 18,92
Fornecimento	R\$ 47,29
Recarga	R\$ 18,92
Busca aquática	R\$ 47,29
Taxa de segurança sinistros/ terrenos baldios	
Numero de lotes	taxa
Até 5 lotes	R\$ 8,93
De 6 a 15 lotes	R\$ 13,39
Mais de 16 lotes	R\$ 17,83

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se.

DECRETO Nº237/2016

DECRETO Nº. 237, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº18, de 17 de dezembro de 2013, Parecer Jurídico nº08/2016 e o disposto no inciso II, do art.198, do Código Tributário Nacional.

DECRETA

Art. 1º. Autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar o valor total de R\$ 272,11 (duzentos e setenta e dois reais e onze centavos) da Dívida Ativa Tributária, referente a débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, pertinentes ao imóvel 344.

Art. 2º. Os contribuintes, receitas e valores de que trata o artigo 1º do referido decreto são os seguintes:

Lote	Imóvel	Receita/Ano	Valor Total	Motivo da baixa
P/ 332 e P/ 334	344	IPTU 2007	272,11	Baixa por prescrição
TOTAL			272,11	Baixa por prescrição

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
em 22 de dezembro de 2016.
OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2016, às 11:00 horas, reuniram-se no Auditório Renato Cardoso, localizado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito à Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão Permanente de Levantamento e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, sob a coordenação do Sr. Valmir Rubleski, presidente da comissão, sendo que compareceram os seguintes membros neste dia: Amauri de Sousa Freitas Junior, Diego da Silva Ossemer, Ramiro de Liz e Souza, Pedro Ernesto Rodrigues, Patricia Claudino dos Santos, Patricia Nicolladelli Gili, Rúbia Cristina Mohr, Maisa da Luz e Valmir Rubleski. Com a Palavra o presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os membros presentes, seguiu sua fala relembando a pauta da referida reunião: 1) Discussão sobre os ofícios enviados à empresa IPM SISTEMAS, de números 001/2016 e 002/2016 e o de número 003/2016 para empresa PÚBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO EIRELE ME; 2) Colocação de etiquetas da educação; 3) Móveis planejados; 4) Eleição novo presidente; 5) Assinatura da última ata. Dando sequência fez um breve comentário sobre primeiro item elencado, esclarecendo que foram enviados os ofícios as empresas na qual solicitava os esclarecimentos, soluções e aperfeiçoamento, salientou que a empresa IPM respondeu com os ofícios de números 327/2016 e 328/2016 e a empresa PÚBLICA respondeu com um ofício sem número e que todos foram respondidos dentro do prazo estipulado. O Ofício 001/2016 tratava sobre a diferença cadastral existente entre os números 1450 a 1856 da Assistência Social onde à diferença entre o código e a plaqueta anterior. A empresa IPM relatou que o foi um erro de cadastro realizado pela empresa PÚBLICA e que o valor previsto é de R\$ 394,72, um total de 8 horas, e que deverá ser agendado com antecedência de 48 horas. O Ofício 002/2016 solicitava a inclusão no sistema de patrimônio a "Localização do Bem" no termo de responsabilidade e também incluir o número da "nota fiscal" no relatório do bem. Em contato com o servidor Bruno Ossemer do Departamento de Patrimônio o mesmo afirmou que o problema já foi resolvido. O ofício 003/2016 enviado a empresa PÚBLICA se tratava basicamente o mesmo assunto do ofício 001/2016, a empresa através do ofício sem número se prontificou para arcar com os custos exigidos pela empresa IPM para resolver a situação, mas solicitou que um responsável da Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis acompanhasse a realização do procedimento pois acha que 8 horas é muito tempo. O pedido foi colocado em votação e por unanimidade dos presentes foi negado. A Empresa PÚBLICA representada por Angelita enviou o mesmo ofício para ao Controle Interno (CI) relatando os fatos evidenciados, mediante o recebimento o Controle Interno (CI) enviou a esta Comissão o Memorando de número 102/2016 pedindo esclarecimentos da situação e o posicionamento da Comissão para resolver a situação. Ficou decidido que o ofício será respondido logo no início de janeiro. O segundo assunto seria a realização de um mutirão dos membros da Comissão para auxiliar o Departamento de Patrimônio na colocação de etiquetas em vários bens da Secretaria da Educação, por unanimidade dos presentes ficou aprovado o pedido e logo no início de janeiro será decidido os dias que será realizado o mutirão. O terceiro assunto seria sobre móveis planejados recebidos por 2 escolas, onde o Diego da Silva Ossemer relatou que vieram itens diferentes do que constam na Nota Fiscal, será feito um ofício ao Controle Interno para relatar o caso e solicitar providências. O quarto assunto foi a eleição do novo presidente da Comissão onde o atual presidente enfatizou a importância de ser um estatutário, para ter continuidade nas atividades. Pelo fato de que vários membros sairão a partir de janeiro, ficou decidido que elegeríamos um presidente provisório até que todos os novos membros tomassem posse, então o Diego da Silva Ossemer foi eleito. Como primeiro trabalho já terá que verificar no Departamento de Recursos Humanos sobre a necessidade de fazer um novo decreto de nomeação dos membros da Comissão. E o quinto assunto seria a assinatura da ata anterior. Não havendo mais nada a tratar e a registrar, dar-se-á por encerrada a presente reunião. Para que surta os devidos fins e efeitos legais, foi lavrado o presente termo que vai ser assinado pelos presentes.

Amauri de Sousa Freitas Junior, Diego da Silva Ossemer, Ramiro de Liz e Souza, Pedro Ernesto Rodrigues, Patrícia Claudino dos Santos, Patrícia Nicolladelli Gili, Rúbia Cristina Mohr, Maisa da Luz, Valmir Rubleski.

DECRETO Nº 5724, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5724, de 22 de dezembro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 160.090,17 (cento e sessenta mil, noventa reais e dezessete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.135	Blatb -Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	160.090,17
	TOTAL	R\$	160.090,17

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 160.090,17 (cento e sessenta mil, noventa reais e dezessete centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.135	Blatb -Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	160.090,17
	TOTAL	R\$	160.090,17

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5725, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5725, de 22 de dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 46.088,04 (quarenta e seis mil, oitenta e oito reais e quatro centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.135	Blatb -Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	46.088,04
	TOTAL	R\$	46.088,04

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de dezembro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5726, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 5726, de 22 de dezembro de 2016.

“ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Garibaldi Antônio Ayroso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto nos arts. 1º e 9º da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, e o Art. 13 da Lei n. 5.661 de 30 de novembro de 2015 e, considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º – Para fins de limitação de empenhos, de acordo com o Art. 13, da Lei Municipal n. 5.661/15 – LDO, a emissão de empenhos, fica vinculada à arrecadação da receita orçamentária, observando ainda, o que determinam os parágrafos do artigo em questão.

Parágrafo único – A limitação está pautada na análise por fonte de recursos, que indica o contingenciamento de R\$ 27.539.456,66 (vinte e sete mil, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º – São responsáveis pelas implementações das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, os secretários municipais.

Parágrafo único – As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes, adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3.º - As Unidades Orçamentárias e Administrativas Municipais terão dotações orçamentárias bloqueadas como segue.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 1.122 – Cidade Digital

Elemento de Despesa: 240 – 3.3.3.90.00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 326.313,45

Elemento de Despesa: 252 – 3.4.4.90. 00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.140.812,80

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente

Unidade: 03 – Departamento de Urbanismo

Projeto/Atividade: 1.022 – Pavimentação de Ruas, Execução de Galeria e Aquisição de Equipamentos – Operações de Crédito

Elemento de Despesa: 224 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.838.792,31

Projeto/Atividade: 1.120 – Pac 2 – Segunda Fase

Elemento de Despesa: 158 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.83.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.941.776,55

Projeto/Atividade: 1.123 – Obras de Prevenção e Recuperação de Desastres

Elemento de Despesa: 279 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.5405 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.278.154,85

Projeto/Atividade: 1.435 – Pavimentação Asfáltica Rio do Sul/Presidente Getúlio

Elemento de Despesa: 455 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.5405 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.766.647,92

Projeto/Atividade: 1.419 – Aquisição de Maquinário, Implementos e Equipamentos Rodoviários

Elemento de Despesa: 215 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.5405 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 02 – Departamento Pedagógico de Ensino

Projeto/Atividade: 1113 - Construção, Ampliação e Reforma de Centros de Educação

Elemento de Despesa: 175 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.32.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.869.485,78

Elemento de Despesa: 398 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.3.34.5408 – Aplicações Diretas
..... R\$ 258.226,68

Projeto/Atividade: 1115 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes

Elemento de Despesa: 399 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.3.34.5408 – Aplicações Diretas
..... R\$ 576.119,84

Órgão: 11 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade: 02 – Departamento de Agricultura

Projeto/Atividade: 1.126 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos– Construção e Equipamento

Elemento de Despesa: 272 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.5411 – Aplicações Diretas
..... R\$ 674.000,00

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Unidade: 2 – Departamento de Assistência Social

Projeto/Atividade: 1132 - Recuperação e Melhorias Condomínio Luis Demarchi
Elemento de Despesa: 238 – 3.4.4.90.00.00.00.00.0.1.34.5412 – Aplicações Diretas
..... R\$ 869.126,48

TOTAL CONSOLIDADO: R\$ 27.539.456,66 (vinte e sete milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

Art. 4.º – No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujo empenho foi limitado, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
22 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5727, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5727, de 22 de dezembro de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2016, de 25.11.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 100/2016 de 25.11.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

COMERCIO DE AUTOMOVEIS RIO DO SUL S/A

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
22 de dezembro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 5727/2016

Pregão Presencial nº 100/2016 de 25.11.2016.

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE (01) VEICULO NOVO, ZERO KM UTILITÁRIO TIPO PICK UP, 4X4 DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL

Participantes:

COMERCIO DE AUTOMOVEIS RIO DO SUL S/A

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

COMERCIO DE AUTOMOVEIS RIO DO SUL S/A

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.783/2016

DECRETO Nº 3.783/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
(67) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	55.000,00
Fonte: 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do provável EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, da fonte 101 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação.

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 3.000,00 (Três mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.02 – Departamento de Cultura	
13.392.0019.2.031000 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Publica Municipal	
(81) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	340,06
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03 – Departamento de Esportes	
27.812.0020.2.033000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
(84) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.659,94
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto nos artigos anteriores, são provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme discriminação a seguir:

06.02 – Departamento de Cultura	
13.392.0019.2.031000 – Manutenção das Atividades da Biblioteca Publica Municipal	
(82) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	340,06
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

06.03 – Departamento de Esportes	
27.812.0020.2.033000 – Manutenção das Atividades do Depto de Esportes	
(85) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.659,94
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.177/2015 de 22 de dezembro de 2015.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
22 de Dezembro de 2016.
VALDOCI SAUL
Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Milton Aimi
Agente Financeiro

PORTARIA 8.183/2016

PORTARIA N 8183/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Conceder férias ao Servidor Público Municipal Sr PAULINO ARI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2014 à 01 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 19 de dezembro de 2016 à 18 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 22 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

PORTARIA 8.184/2016

PORTARIA N 8184/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Sr SILVANE NUNES DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2015 à 01 de agosto de 2016, para serem gozadas de 20 de dezembro de 2016 à 19 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 22 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

PORTARIA 8.185/2016

PORTARIA N 8185/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Art. 1ª – Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal Srª. NEIDE DE PAULA PEREIRA DA FONSECA, cargo de carreira de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO 40 HORAS SEMANAIS, para serem gozadas de 21/12/2016 à 15/03/2017, conforme autoriza a Lei Complementar 005/2009, em seu artigo 105.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 22 de Dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

PORTARIA 8.186/2016

PORTARIA N 8186/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Art. 1ª – Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal Srª. ARCINDA FRANCISCA JONER, cargo de carreira de PROFESSORA 20 HORAS SEMANAIS, para serem gozadas de 21/12/2016 à 15/03/2017, conforme autoriza a Lei Complementar 005/2009, em seu artigo 105. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 22 de Dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 131/2016

DECRETO Nº 131/2016 - DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015; DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 9

Art. 2º - Ficam reduzidos o mesmo valor de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 8

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2016

DECRETO Nº 132/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPRAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015; DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 71.000,00 (Onze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MANUT. DAS ATIV. AD. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1300.00000

RED: 170

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.047 – MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIV. CULT.

Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1300.00000

RED: 171

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.047 – MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.000,00

Fonte: 1300.00000

RED: 169

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 05 de Dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 133/2016

DECRETO Nº 133/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 4.730,00 (Quatro Mil Setecentos e Trinta Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2051– MANUT. DO PROG. DA MERENDA ESCOLAR

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 4.730,00

Fonte: 1137.00000

RED: 144

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 21 de Dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 090/2016 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 90/2016 – CV Nº 90/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Assessoria Jurídica ao poder Executivo do Município de Santa Rosa do Sul/SC, exercício 2017. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h30min do dia 30/12/2016, abertura dos envelopes 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113 - E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 22 de Dezembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2016

Processo de Licitação nº 002/2016 - Pregão Presencial nº 001/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, bem como, a implantação, o treinamento, e serviços técnicos.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 22.525,00 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

Vigência: 02/01/2017 a 30/06/2017.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 107/2016

DECRETO Nº 107/2016

DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO NA SEMANA NATALINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude da semana que antecede o natal, o atendimento ao público será normal em todos os departamentos municipais de segunda-feira a quinta-feira. Na sexta-feira, não haverá expediente em nenhuma repartição municipal.

Art. 2º. Na Secretaria Municipal de Saúde, às pessoal que necessitarem de atendimento médico, será disponibilizado plantão para transporte dos pacientes até o hospital de sua necessidade.

Art. 3º. O atendimento na Secretaria Municipal de Saúde voltará ao normal na segunda-feira dia 26 de Dezembro.

Art. 4º. Já na Prefeitura Municipal, não haverá expediente ao público a partir de 26 de Dezembro, em virtude do encerramento do ano.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 19 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA N. 16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede férias à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

ARNO ADELIR ARNT Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares a Servidora Pública Municipal, Senhora Francieli Ludwig, matrícula n. 515-01, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 23/12/2016 a 11/01/2017, relativo ao período aquisitivo de 15/06/2015 a 14/06/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, e Santa Terezinha do Progresso, SC, em 23 de dezembro de 2016.

ARNO ADELIR ARNT
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ADAGIR FREITAS
Técnico Legislativo

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 356/2011 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

(Ref.: Edital Concorrência Pública nº 356/2011)

I – DOS FATOS

Foi instaurado o processo administrativo nº 6487/2016 para apurar notícias de que a empresa Paviplan Pavimentação Ltda. estaria recusando-se a prestar garantia quinquenal da obra de pavimentação asfáltica da Rua Carlos Rueckl, Bairro Serra Alta, no âmbito do contrato administrativo nº 360/2011, pelo que a empresa foi notificada da abertura do processo e da determinação de execução imediata dos serviços de melhorias com sinalização do local, onde através de defesa escrita (fls. 56-57) se manifestou requerendo a concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para iniciar as manutenções e a concessão de todas as provas admitidas em direito, especialmente testemunhal.

O processo foi remetido a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, que através do memorando 664/2016 – SEPLU, (fls. 63) se manifestou contrária ao pedido da empresa e favorável à manutenção da decisão da Secretaria de Administração, de 25 de agosto de 2016 (fls. 02-05).

A empresa foi notificada a respeito do indeferimento do seu pedido, considerando não apresentar motivos para o retardamento do início dos trabalhos na via, sendo solicitado o início imediato dos serviços de melhorias necessários e a sinalização de perigo no local, informando a municipalidade para acompanhamento. Com relação ao requerimento de prova testemunhal solicitou-se esclarecimento do pedido.

Considerando que a empresa não apresentou manifestação e também não executou os consertos até a presente data, com a apertadíssima síntese, relato do indispensável, ao que passo a fundamentar e decidir.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O controle da Administração Pública sobre o desempenho das obras recebidas é assegurado fundamentalmente pelo art. 618 do Código Civil, o qual impõe que nos contratos de obras públicas, empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.

Tal controle também é assegurado pelo art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos, que determina: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

A aplicação do Código Civil aos contratos da Administração Pública é assegurado pelo art. 54 da Lei nº 8.666/93, que dispõe: Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Nesse sentido, é de se observar que o contratado tem o dever de reparar os vícios, defeitos e incorreções na obra que executou, como determina o art. 69 da Lei n. 8.666/1993, segundo o qual:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Sobre esse dispositivo, pertinente é a lição de Marçal Justen Filho:

“Cada parte tem o dever de executar fielmente as prestações que lhe incumbem. No caso do particular, isso significa cumprir o disposto na Lei, no ato convocatório e no contrato.

O particular é contratado para executar uma prestação identificada de modo previsto e definido. Tem o dever de executar essa prestação de modo perfeito. Ainda que o contrato seja omissão, deverão ser observadas as regras técnicas, científicas ou artísticas pertinentes à tarefa executada [...]” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 1064)

A notificação aos responsáveis por quaisquer defeitos verificados em obras públicas, durante o prazo quinquenal de garantia, é assegurada em função da sua responsabilidade objetiva, determinada pela lei, cabendo a estes as eventuais provas de exclusão de culpabilidade, que devem se limitar tão somente às alegações de: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.

Importante salientar que o próprio contrato administrativo nº 360/2011, na Cláusula Terceira, onde trata das obrigações da contratada prevê a garantia como uma das obrigações da empresa contratada.

Do conjunto probatório extrai-se que a contratada informou que iria efetuar o conserto dos pontos na Rua Carlos Rueckl (fl. 51).

Já às fls. 56/57 a empresa contratada solicitou novo prazo, agora de 60 (sessenta) dias, para dar início à manutenção da via, objeto de garantia contratual.

Em que pese o pedido supramencionado, não foram apontadas justificativas plausíveis que denotassem a real necessidade de estender o prazo, até porque as notificações para a execução da garantia contratual datam do mês de Abril de 2015, sendo que até o momento não há quaisquer comprovações de que tenha efetuados os reparos decorrentes da garantia contratual (fl. 66).

Por fim, é de se concluir que a empresa, agindo com extremo descaso para com a Administração Pública, reconhece a necessidade de reparar os vícios encontrados, mesmo assim ignora as notificações da municipalidade para dar início às obras, deixando de cumprir com sua responsabilidade contratual.

Neste particular, portanto, a presente decisão tem por objetivo tutelar um bem jurídico de importância: a qualidade de vida, a mobilidade urbana e o desenvolvimento da infraestrutura básica do Município.

III – DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, com base nos arts. 78, 86, 87 e 88 da Lei Federal n. 8.666/93 e seus incisos, Cláusulas Décima, e Décima Primeira e Décima Segunda do Contrato n. 078/2016, DECIDO aplicar a seguinte penalidade à empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (CNPJ/MF n. 03.620.927/0001-12):

- a) MULTA de 10% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- b) DETERMINO, ainda, que a empresa contratada PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, imediatamente execute os serviços de recuperação necessários, informando a Secretaria Municipal de Planejamento da execução dos serviços para que possa fazer o acompanhamento e fiscalização;

Intime-se a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (CNPJ/MF n. 03.620.927/0001-12) do teor desta decisão, para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar recurso, tudo conforme art. 109, inciso I, alíneas "e" e "f", da Lei n. 8.666/93.

Após o trânsito em julgado da presente decisão, encaminhe-se à Contabilidade da Prefeitura Municipal, para que apure o valor da multa, e emitam a respectiva guia de recolhimento, que deverá ser quitada, sob pena de inscrição em dívida ativa não tributária.

Publique-se.
Intime-se.

São Bento do Sul/SC, 20 de dezembro de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Secretário Municipal de Administração

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, declaro, que em ____/____/____
, recebi cópia integral da presente decisão.

DECISÃO ADMINISTRATIVA FINAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 95/2014 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
(Ref.: Edital Concorrência Pública nº 95/2014)

I – DOS FATOS

Foi instaurado o processo administrativo 8421/2015 para apurar notícias de que a empresa Paviplan Pavimentação Ltda. estaria recusando-se a prestar garantia quinquenal da obra de pavimentação asfáltica da Rua Carlos Tascheck, Bairro Centenário, no âmbito do contrato administrativo nº 170/2014, pelo que a empresa foi notificada da abertura do processo e da determinação de execução imediata dos serviços de melhorias com sinalização do local, onde através de defesa escrita (fls. 42-46) se manifestou alegando que o problema decorre de tubulação antiga, executada anteriormente às obras de pavimentação da via, tentando se eximir da responsabilidade de realizar os consertos.

No dia 14 de janeiro de 2015 emitiu-se decisão interlocutória do então Secretário de Administração, Sr. Alcionei França da Silva, solicitando esclarecimentos à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo a fim de elucidar os fatos.

O processo foi remetido a Secretaria, que se manifestou com desenhos técnicos e explicações detalhadas da evolução dos problemas surgidos na via (fls.61-66).

A Secretaria Municipal da Administração solicitou, após análise da manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, que a mesma notificasse novamente a empresa Paviplan,

quanto à comprovação de culpa do Município, tendo a notificação sendo emitida em 18/05/2016 e recebida pela empresa em 20/05/2016.

A empresa não apresentou defesa em e tampouco realizou a averiguação, sendo, então, enviado o memorando 601/2016 – SEPLU (fls. 69) para a Secretaria Municipal de Administração informando os fatos e solicitando a continuidade do processo administrativo, a qual novamente notificou a empresa no dia 30/08/2016 a executar a averiguação do problema ou manifestar-se a respeito (fls. 71).

Na data de 26/09/2016 a Secretaria Municipal de Administração encaminhou o processo à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, que relatou, através do memorando 717/2016 – SEPLU, que os serviços não foram executados e que não havia manifestação da empresa.

Novamente no dia 23/11/2016 este Secretário de Administração solicitou informações atualizadas ao que a fiscalização respondeu que os serviços não foram executados.

Em apertadíssima síntese, é o relato do indispensável, ao que passo a fundamentar e decidir.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O controle da Administração Pública sobre o desempenho das obras recebidas é assegurado fundamentalmente pelo art. 618 do Código Civil, o qual impõe que nos contratos de obras públicas, empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.

Tal controle também é assegurado pelo art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos, que determina: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

A aplicação do Código Civil aos contratos da Administração Pública é assegurado pelo art. 54 da Lei nº 8.666/93, que dispõe: Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Nesse sentido, é de se observar que o contratado tem o dever de reparar os vícios, defeitos e incorreções na obra que executou, como determina o art. 69 da Lei n. 8.666/1993, segundo o qual:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Sobre esse dispositivo, pertinente é a lição de Marçal Justen Filho:

"Cada parte tem o dever de executar fielmente as prestações que lhe incumbem. No caso do particular, isso significa cumprir o disposto na Lei, no ato convocatório e no contrato.

O particular é contratado para executar uma prestação identificada de modo previsto e definido. Tem o dever de executar essa prestação de modo perfeito. Ainda que o contrato seja omissão, deverão ser observadas as regras técnicas, científicas ou artísticas pertinentes à tarefa executada [...]" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 1064)

A notificação aos responsáveis por quaisquer defeitos verificados em obras públicas, durante o prazo quinquenal de garantia, é assegurada em função da sua responsabilidade objetiva, determinada pela lei, cabendo a estes as eventuais provas de excludência de culpabilidade, que devem se limitar tão somente às alegações de: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.

Importante salientar que o próprio contrato administrativo nº 360/2011, na Cláusula Terceira, onde trata das obrigações da contratada prevê a garantia como uma das obrigações da empresa contratada.

Do conjunto probatório extrai-se que a contratada efetuou reparos em outras oportunidades, assumindo tacitamente a responsabilidade pela recuperação dos vícios apresentados.

No entanto, mesmo notificada para comunicar a Secretaria de Planejamento para acompanhar a obra, não o fez em nenhuma das oportunidades, o que impossibilitou que os engenheiros responsáveis tivessem conhecimento das causas e dos reparos feitos. Isto ocorreu em todas as oportunidades em que foram realizados reparos (fls. 61/63).

Além do mais, os fatos impeditivos apresentados pela empresa não são insuficientes para comprovar suas alegações. Sendo inclusive possibilitada à empresa que comprovasse a culpa do município, devendo portanto escavar controladamente o local, na presença de pessoa designada pelo Município de São Bento do Sul. Mesmo assim, nada fora feito, de modo que, segundo a manifestação de fls. 74, a erosão na Rua Carlos Taschek não foi consertada pela contratada até o momento.

Neste particular, portanto, a presente decisão tem por objetivo tutelar um bem jurídico de importância: a qualidade de vida, a mobilidade urbana e o desenvolvimento da infraestrutura básica do Município.

III – DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, com base nos arts. 78, 86, 87 e 88 da Lei Federal n. 8.666/93 e seus incisos, Cláusulas Décima, e Décima Primeira e Décima Segunda do Contrato n. 078/2016, DECIDO aplicar a seguinte penalidade à empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (CNPJ/MF n. 03.620.927/0001-12):

- a) MULTA de 10% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;
- b) DETERMINO, ainda, que a empresa contratada PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, imediatamente execute os serviços de recuperação necessários, informando a Secretaria Municipal de Planejamento da execução dos serviços para que possa fazer o acompanhamento e fiscalização;

Intime-se a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (CNPJ/MF n. 03.620.927/0001-12) do teor desta decisão, para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar recurso, tudo conforme art. 109, inciso I, alíneas “e” e “f”, da Lei n. 8.666/93.

Após o trânsito em julgado da presente decisão, encaminhe-se à Contabilidade da Prefeitura Municipal, para que apure o valor da multa, e emitam a respectiva guia de recolhimento, que deverá ser quitada, sob pena de inscrição em dívida ativa não tributária.

Publique-se.
Intime-se.

São Bento do Sul/SC, 20 de dezembro de 2016.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Secretário Municipal de Administração

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, declaro, que em ____/____/____, recebi cópia integral da presente decisão em 4(quatro) laudas.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2016 FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA.

DO OBJETO: Contratação de serviços de assistência médica e psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul – SC (internação por leitos) sendo 09 (nove) leitos mensais para atendimento à maiores de 18 anos e 03 (três) leitos mensais para atendimento à adolescente de 12 a 18 anos pelo período de 01 de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 95/2016 de 24 de novembro de 2016.

DO VALOR: R\$ 432.000,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.11.2016.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 250/2016

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 250/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, Serviço Funerário Bom Jesus Ltda – ME CNPJ 75.508.820/0004-30 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 16 de novembro de 2016 até 14 de maio de 2017, conforme Dispensa de Licitação nº 214/2016.

DO VALOR: A PERMISSÃO será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 16/11/2016. São Bento do Sul, 16 de novembro de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA – ME, como Permissionária.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 070/2016 FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 070/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 020/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA ME, em 11 de março de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 09/2014.

Considerando o objeto de Contrato de nº 020/2014, que consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de processamento de dados para o Fundo Municipal de Saúde de

São Bento do Sul, incluindo a administração do banco de dados e assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limite de quantidade de estações de trabalho conforme descrição e condições definidas neste edital e seus anexos;

Considerando o término da vigência do contrato no dia 31 de dezembro de 2016, e por se tratar de serviços contínuos ao Município, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato conforme previsto na Cláusula Terceira – Da Vigência e também com base no Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e a terminar em 31 de dezembro de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 10.943,07 (dez mil, novecentos e quarenta e três reais e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 131.316,84 (cento e trinta e um mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos) para o período prorrogado, para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de março de 2014, Termo Aditivo nº 024/2015 de 25 de março de 2015 e Termo Aditivo nº 018/2016 de 30 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

OLOS TECNOLOGIA LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 085/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 085/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 069/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 29 de outubro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 92/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 069/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de um Posto de Saúde, situado na Rua Papanduva esquina com a Rua Iracema, Bairro Cruzeiro em São Bento do Sul, com área total de 298,46 m², conforme memorial descritivo, projetos em anexo e contrato de repasse junto ao Ministério da Saúde;

Considerando solicitação da Contratada em anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação dos prazos devido a readequação de projetos, quantitativos e memorial descritivo, e também devido ao atraso quanto ao repasse dos recursos pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, acarretando em atraso na execução da obra, sendo que a mesma terá continuidade quando da liberação destes recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, incisos I, IV e V e VI, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 01 (um) mês, a contar de 06 de janeiro de 2017 e com término em 05 de fevereiro de 2017.

Fica prorrogado o prazo de vigência por 08 (oito) dias, a contar de 29 de janeiro de 2017 e com término em 05 de fevereiro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 007/2016 de 17 de fevereiro de 2016, Termo Aditivo nº 021/2016 de 05 de abril de 2016, Termo Aditivo nº 051/2016 de 05 de setembro de 2016 e Termo Aditivo nº 057/2016 de 29 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MARCELO LEVANDOWSKI, como Arquiteto e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 258/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 258/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de nº 313/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BANCO DO BRASIL S.A., em 27 de novembro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 231/2015.

Considerando o Contrato nº 313/2015 que consiste na contratação de instituição bancária para prestação de serviços de implantação de sistema de emissão e cobrança de boleto bancário, avulso com registro, na condição de que a taxa referente ao mesmo somente será cobrada com a liquidação deste, não havendo cobrança de taxas para boletos registrados não quitados, com base no Convênio nº 11.291/2011-7, para Taxas de Alvará de Funcionamento, Análise de Projeto, Habite-se e Boleto Avulso, para Taxas aplicadas pela Seção de Atividades Técnicas da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul/SC, através do Sistema Integrado de Gerenciamento das Atividades Técnicas – SIGAT, disponível na página do CBM/SC na internet, e conforme o Edital de Tomada de Preços nº 231/2015;

Considerando o término do Contrato nº 313/2015 em 26 de novembro de 2016 e que a demanda na emissão de Taxas de Segurança Contra Incêndios através do Convênio nº 11.291/2011-7 mantém-se como principal fonte de arrecadação para suprir os investimentos/custeios necessários à prestação de serviços do Corpo de Bombeiros Militar de São Bento do Sul e que, conforme Cláusula Quinta – Da Vigência do referido Contrato, o mesmo pode ser prorrogado a critério do Contratante até o limite de 48 meses;

Considerando solicitação da Contratada, deferida conforme Parecer Jurídico nº 285/2016, onde a mesma solicita prorrogação do prazo de vigência do Contrato e reajuste do valor unitário do boleto em 10% (dez por cento), passando o valor de R\$ 4,00 (quatro reais) para R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos), referenciando esse reajuste através da Taxa DI-CETIP acumulada para o período em 13,93% (treze vírgula noventa e três por cento), sendo que para apoiar a economia da Municipalidade a Contratada concorda com redução de 3,93% (três vírgula noventa e três por cento) do percentual da correção, conforme documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência e reajustar os valores do referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 27 de novembro de 2016 e com término em 26 de novembro de 2017.

Altera-se o valor unitário do boleto de R\$ 4,00 (quatro reais) para R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos) totalizando o valor para o período prorrogado em R\$ 28.160,00 (vinte e oito mil, cento e sessenta reais) referente à estimativa de 6.400 boletos/ano, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 27 de novembro de 2015 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de novembro de 2016.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

BANCO DO BRASIL S.A., como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 271/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 271/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 101/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA, em 13 de maio de 2016, conforme Edital de Pregão Presencial nº 95/2016.

Considerando o objeto do presente Contrato que consiste na prestação de serviço de jardinagem para o 23º Batalhão de Polícia

Militar de São Bento do Sul, conforme descrição e especificação no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 95/2016.

Considerando o término do referido Contrato em 31 de dezembro de 2016, e conforme declaração da Contratada em anexo ao Termo Aditivo onde a mesma se compromete a manter os valores praticados para o período prorrogado;

Diante do exposto e por se tratar de serviços contínuos ao Município, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato de Prestação de Serviços, conforme Cláusula Décima Primeira – Da Vigência, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 07 (sete) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e a terminar em 31 de julho de 2017. Permanece o valor de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) por serviço de jardinagem, totalizando a prorrogação em R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais) referente a 12 (doze) serviços, para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de maio de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 281/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 281/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empresa para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de São Bento do Sul de nº 312/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, em 14 de outubro de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 230/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 312/2014, que constitui na contratação de empresa para manutenção do Sistema de Iluminação Pública do município de São Bento do Sul, conforme projeto básico, planilha, quantitativos e anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 230/2014.

Considerando o Termo Aditivo de Prorrogação Contratual nº 233/2016, no qual foi renovado o referido Contrato para mais 12 meses sem alteração de valores;

Considerando que não foi reajustado o valor mensal dos serviços e demais itens quando de sua prorrogação conforme previsto em Lei e Cláusula Sexta – do Reajuste de Preços, devido a não ter o índice acumulado referente ao período, faz-se necessário reajustar o referido valor conforme cálculo do IGP-M em anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 10,6777%, com base no art. 65, inciso II, "d", da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores totais para execução do objeto do Contrato de R\$ 2.297.698,18 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa e oito reais e dezoito centavos) para R\$ 2.543.040,32 (dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quarenta reais e trinta e dois centavos), sendo que o valor mensal de R\$ 24.471,11 (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e um reais e onze centavos) altera-se para R\$ 27.084,07 (vinte e sete mil, oitenta e quatro reais e sete centavos) e os demais itens conforme planilha anexa ao Termo Aditivo com percentual de acréscimo de 10,6777% a partir de 14 de outubro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de outubro de 2014, Termo Aditivo nº 285/2015 de 08 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 322/2015 de 03 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 233/2016 de 11 de outubro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2016.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 283/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 283/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 357/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa XPTI TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, em 26 de novembro de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 324/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 357/2013, que consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento de câmeras de vigilância conforme convênio firmado entre o Estado de SC, através de Secretaria de Segurança Pública e o Município, conforme Lei nº 2846 de 26/07/2011, Termo de Convênio nº 16/2011 e memorial descritivo em anexo;

Considerando o Ofício 612/2016 enviado pela Contratada solicitando a renovação do referido Contrato sem alteração de valores, anexo ao Termo Aditivo;

Considerando a continuidade do bom funcionamento do sistema de vídeo-monitoramento do Município, sendo que toda estrutura encontra-se montada para o atendimento a população, bem como para manutenção da ordem pública, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e cláusula 5.9 do Edital de Pregão Presencial nº 324/2013, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de dezembro de 2017.

Permanece o valor mensal em R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), totalizando o valor em R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais) referente ao período prorrogado, para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de novembro de 2013, Termo Aditivo nº 362/2014 de 26 de novembro de 2014 e Termo Aditivo nº 337/2016 de 14 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2016.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

XPTI TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 290/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 290/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 353/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 353/2015, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados

pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 18.300,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 4.995,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 8.340,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 31.635,00 (trinta e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 2.636,25 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 0674-2, Conta Corrente n.º 2332-9, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º 3728 de 17 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 353/2015.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

Florianópolis – SC, 12 de dezembro de 2016.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito de São Bento do Sul.

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 295/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 295/2016

Da Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2015 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, objetivando a Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, de conformidade com a Dispensa de Licitação nº 120/2015 e Lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações Públicas.

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Mafra, unidade da CONTRATADA.

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano

anual de trabalho (PAT), que desde já integra este instrumento.

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 36.804,00 (trinta e seis mil, oitocentos e quatro reais), divididos em 12 (doze) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

São Bento do Sul SC, 13 de dezembro de 2016.

Ass: LIRIO VOLPI, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 297/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 297/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 049/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa VANDIESEL LTDA, em 23 de fevereiro de 2016, conforme Edital de Pregão Presencial nº 20/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 049/2016 que consiste na contratação de horas de serviços de mão de obra mecânica das viaturas operacionais e administrativas da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, conforme anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 20/2016;

Considerando que as viaturas operacionais e administrativas são diariamente utilizadas no trem de socorro e nos serviços administrativos, ocorrendo um desgaste natural com o passar do tempo, as mesmas necessitam de serviços de manutenção e mão de obra para substituição de peças constante, visto que precisam estar em condições para pronta resposta das ocorrências atendidas. A estimativa de horas contratadas tornou-se insuficiente até o término do Contrato, para tanto, faz-se necessário aditar em 20% o valor do contrato original para a prestação dos serviços conforme Cláusula Nona – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica acrescido no contrato o montante de 20 horas, importando em majoração de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 26 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de dezembro de 2016.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município. VANDIESEL LTDA, como Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 234/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 234/2016

OBJETO: Renovação de assinatura de jornal "A Gazeta" para entrega nas 49 Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e na Secretaria de Educação, pelo período de 12 meses.

CONTRATADO: Editora A Gazeta do Norte Ltda.

VALOR: R\$ 14.161,00

SÃO BENTO DO SUL, 20 de dezembro de 2016.

ALCIONE TERESINHA HINKE – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 234/2016**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Renovação de assinatura de jornal "A Gazeta" para entrega nas 49 Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e na Secretaria de Educação, pelo período de 12 meses.

II - Contratado: EDITORA A GAZETA DO NORTE.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a renovação de assinatura pelo período de um ano, do Jornal "A Gazeta" para as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica por se tratar de jornal local com circulação diária, com maior número de edições o qual circula no Planalto Norte Catarinense e Sul do Paraná, o qual circula diariamente levando as informações do município e região para os educadores, bem como será utilizado para fins de pesquisa e trabalhos pedagógicos em sala de aula com os educandos e servirá como uma ferramenta a mais, pois para muitos alunos somente nas escolas eles possuem esta estratégia de leitura informativa e se justifica pela inviabilidade de competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada foi escolhida porque é do ramo pertinente ao objeto (edição de jornais diários), e é única que possui divulgação e distribuição diária dos jornais.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 14.161,00 para a distribuição nas 49 Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e na sede administrativa da Secretaria de Educação é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária de Educação

LISTAGEM PORTARIAS 12/2016 - EXONERA COORDENADOR PEDAGÓGICO E DIRETOR ESCOLAR

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 13391, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Algodão Doce, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANGELA INÊS ZWIEFKA CARDOSO DOS SANTOS. SEMED.

Portaria nº 13392, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Amor Perfeito, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIANA DOROTÉIA PLANTES DOS ANJOS. SEMED.

Portaria nº 13393, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Berçário Magia do Bebê, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANA CLAUDIA DA SILVA MURARA. SEMED.

Portaria nº 13394, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Castelo Encantado, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIA MARLI BRÜSKY. SEMED.

Portaria nº 13395, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Fada Madrinha, a partir de 31 de

dezembro de 2016, ROSANA RODRIGUES MONTEIRO. SEMED.

Portaria nº 13396, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Neide de Fátima Lobermayer, a partir de 31 de dezembro de 2016, EUNICE TEREZINHA HILGENSTIELER PERES. SEMED.

Portaria nº 13397, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Neide de Fátima Lobermayer, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSANE ZIEMANN. SEMED.

Portaria nº 13398, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Nosso Mundo, a partir de 31 de dezembro de 2016, DULCE MARA TAMANINI SALLES. SEMED.

Portaria nº 13399, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Nosso Mundo, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADRIANA APARECIDA SACHT HINKE. SEMED.

Portaria nº 13400, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Pastor Adolf Prinz, a partir de 31 de dezembro de 2016, CATIA DELLA JUSTINA. SEMED.

Portaria nº 13401, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Pequenos Passos, a partir de 31 de dezembro de 2016, SUSANA ANDRÉA DAL BÓ. SEMED.

Portaria nº 13402, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Peter Pan, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDINEIA PECHIBILSKI ZADOROSNY. SEMED.

Portaria nº 13403, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Peter Pan, a partir de 31 de dezembro de 2016, ZENAIDE TEREZITHA FENDRICH. SEMED.

Portaria nº 13404, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Pica Pau, a partir de 31 de dezembro de 2016, CIRLENE NENEVÊ ROESLER. SEMED.

Portaria nº 13405, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Pica Pau, a partir de 31 de dezembro de 2016, ZULEIDE SILVEIRA MARTINS. SEMED.

Portaria nº 13406, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Pingo de Gente, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUCIA UDETE ZAMBONI. SEMED.

Portaria nº 13407, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Raio de Sol, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDREA LUCIANE MARTINS. SEMED.

Portaria nº 13408, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Sonho Meu, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANARELI SCHREINER. SEMED.

Portaria nº 13409, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Sossego da Mamãe, a partir de 31 de dezembro de 2016, GRASIELE PSCHIEDT. SEMED.

Portaria nº 13410, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Tempo Mágico, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS. SEMED.

Portaria nº 13411, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Tico e Teco, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLAUDETE APARECIDA DECKY. SEMED.

Portaria nº 13412, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Trenzinho Maluco, a partir de 31 de

dezembro de 2016, LEONILDA DE JESUS PIECHONTCOSKI. SEMED.

Portaria nº 13413, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico no CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIA IRACEMA F DE CARVALHO. SEMED.

Portaria nº 13414, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na PEM Abelhinha Feliz, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANÁLIA MARIA RODRIGUES. SEMED.

Portaria nº 13415, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na PEM Abelhinha Feliz, a partir de 31 de dezembro de 2016, LEOMAR BRANDL. SEMED.

Portaria nº 13416, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na PEM Cantinho do Céu, a partir de 31 de dezembro de 2016, STÉFANI ZULMIRA HINKE. SEMED.

Portaria nº 13417, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na PEM Criança Feliz, a partir de 31 de dezembro de 2016, ISABEL CRISTINA DYBAS TERRES. SEMED.

Portaria nº 13418, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na PEM Ernesto Venera dos Santos, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDELTRAUT ILG. SEMED.

Portaria nº 13419, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na PEM Ver. Alexandre A. Garcia, a partir de 31 de dezembro de 2016, CATIA ROPELATO WIATEK. SEMED.

Portaria nº 13420, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Alexandre Pfeiffer, a partir de 31 de dezembro de 2016, FABIANE INES KRUCKEVICZ HOMECHEN. SEMED.

Portaria nº 13421, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Alexandre Pfeiffer, a partir de 31 de dezembro de 2016, LEONESS DOMINI SALZVEDEL SOARES. SEMED.

Portaria nº 13422, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Annelize Beckhauser Mallon, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARGARETE ROESLER. SEMED.

Portaria nº 13423, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Baselisse C R Virmond, a partir de 31 de dezembro de 2016, VERIDIANA APARECIDA MARTINS JAROSZEVCKI. SEMED.

Portaria nº 13424, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Cel Osny Vasconcellos, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLEIDE TEREZINHA MILDE PEREIRA DE LIMA. SEMED.

Portaria nº 13425, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Dalmir Pedro Cubas, a partir de 31 de dezembro de 2016, CELINA APARECIDA DORIGAO FRITZ. SEMED.

Portaria nº 13426, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Denise Cristiane Harms, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELISANGELA APARECIDA ALVES. SEMED.

Portaria nº 13427, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Dr. Hercílio Malinowsky, a partir de 31 de dezembro de 2016, GISLAINE APARECIDA OLIVEIRA ZANIN. SEMED.

Portaria nº 13428, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Emilio Engel, a partir de 31 de dezembro de 2016, CINTIA TERESINHA GNATKOSKI. SEMED.

Portaria nº 13429, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Garibaldina S Fuginaga, a partir de 31 de dezembro de 2016, SIMONE WEISS DOS PASSOS. SEMED.

Portaria nº 13430, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Maria Waltrudes Kruger, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSÉ MARCOS DE OLIVEIRA. SEMED.

Portaria nº 13431, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Prof. Alfredo Diener, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANDRA REGINA BAYERL. SEMED.

Portaria nº 13432, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Prof. Antonio Treml, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADRIANO LUIZ MOREIRA. SEMED.

Portaria nº 13433, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Prof. Henrique Schwarz, a partir de 31 de dezembro de 2016, PATRICIA BAYERL. SEMED.

Portaria nº 13434, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Pres. Castelo Branco, a partir de 31 de dezembro de 2016, ÁUREA WAWZENIAK. SEMED.

Portaria nº 13435, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Pres. Castelo Branco, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARLISE RUDA ARNOLD. SEMED.

Portaria nº 13436, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profª Adélia Lutz, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLOS ROBERTO BAPTISTA. SEMED.

Portaria nº 13437, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profª Adélia Lutz, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSANGELA THEILE. SEMED.

Portaria nº 13438, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profª Aracy Hansen, a partir de 31 de dezembro de 2016, ARLEI DAVID SILVEIRA. SEMED.

Portaria nº 13439, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profª Lúcia Tschoeke, a partir de 31 de dezembro de 2016, FABIANA DO ROCIO RUTHES SCHMIDT. SEMED.

Portaria nº 13440, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profª Lúcia Tschoeke, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELISABETH SADOWSKY. SEMED.

Portaria nº 13441, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profº Carlos Doetsch, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALINE CRISPI DE MORAES MIRANDA. SEMED.

Portaria nº 13442, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Profº Newton Mendes, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSEANE NOSSOL BIERNAZKI. SEMED.

Portaria nº 13443, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Rodolfo Berti, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ. SEMED.

Portaria nº 13444, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Rodolfo Berti, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELISANGELA RANDIG ENDLER. SEMED.

Portaria nº 13445, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na EBM Sophia Schwedler, a partir de 31 de dezembro de 2016, REGIANE PINTO DIAS. SEMED.

Portaria nº 13446, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Coordenador Pedagógico na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, a partir de 31 de dezembro de 2016, PATRICIA SCHEUER. SEMED.

Portaria nº 13447, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Algodão Doce, a partir de 31 de dezembro de 2016, MÁRCIA DA CONCEIÇÃO ALVES TIBES. SEMED.

Portaria nº 13448, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Amor Perfeito, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADRIANA PSCHIEDT. SEMED.

Portaria nº 13449, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Berçário Magia do Bebê, a partir de 31 de dezembro de 2016, ORLANDA MULLER DOS SANTOS. SEMED.

Portaria nº 13450, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Castelo Encantado, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADRIANE CAVALHEIRO FRAGOSO HABLE. SEMED.

Portaria nº 13451, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Estrela Guia, a partir de 31 de dezembro de 2016, LILIANA DOS SANTOS DE CARVALHO. SEMED.

Portaria nº 13452, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Fada Madrinha, a partir de 31 de dezembro de 2016, NOEMI MARIA PETERS. SEMED.

Portaria nº 13453, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Neide de Fátima Lobermayer, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSÂNGELA RUDA BASSANI. SEMED.

Portaria nº 13454, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Nosso Mundo, a partir de 31 de dezembro de 2016, JUCÉLIA DRECHSLER ZOTZ. SEMED.

Portaria nº 13455, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Pastor Adolf Prinz, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOCYMARA APARECIDA BOHOMO DE ALMEIDA. SEMED.

Portaria nº 13456, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Pequenos Passos, a partir de 31 de dezembro de 2016, JEANETE SOARES BUENO FRAGOZO. SEMED.

Portaria nº 13457, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Peter Pan, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELIANE DO ROCIO GREIN NEUMANN. SEMED.

Portaria nº 13458, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Pica Pau, a partir de 31 de dezembro de 2016, IVETE VARELA LANGER. SEMED.

Portaria nº 13459, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Pingo de Gente, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUZIA MARGARETE ALVES TIBES. SEMED.

Portaria nº 13460, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Raio de Sol, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIA GORETI MEISTER. SEMED.

Portaria nº 13461, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Sonho Meu, a partir de 31 de dezembro de 2016, DAILI HANEMANN SMOGER. SEMED.

Portaria nº 13462, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Sossego da Mamãe, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANA CRISTINA LIEBL MUHLBAUER. SEMED.

Portaria nº 13463, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Tempo Mágico, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADRIANE DA SILVA ENGEL. SEMED.

Portaria nº 13464, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Tico e Teco, a partir de 31 de dezembro de 2016, THADIA JAMILLE POLESIA FISCHER. SEMED.

Portaria nº 13465, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Trenzinho Maluco, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELAINE MARIA RUECKL. SEMED.

Portaria nº 13466, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIA PEREIRA DE SOUZA. SEMED.

Portaria nº 13467, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELIZABETH GODESCKI. SEMED.

Portaria nº 13468, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Abelhinha Feliz, a partir de 31 de dezembro de 2016, GLACIRA REISER. SEMED.

Portaria nº 13469, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Cantinho do Céu, a partir de 31 de dezembro de 2016, INÊS TEREZINHA KOSZANSKI LINZMEYER. SEMED.

Portaria nº 13470, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Criança Feliz, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCIA ELISETE MALLON. SEMED.

Portaria nº 13471, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Ernesto Venera dos Santos, a partir de 31 de dezembro de 2016, IRENE BATISTA FRAGOSO NIESPODZINSKI. SEMED.

Portaria nº 13472, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Ver. Alexandre A. Garcia, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELAINE MORRIESEN RODRIGUES. SEMED.

Portaria nº 13473, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Alexandre Pfeiffer, a partir de 31 de dezembro de 2016, OLDEMAR DUVOISIN JUNIOR. SEMED.

Portaria nº 13474, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Annelize Beckhauser Mallon, a partir de 31 de dezembro de 2016, TANIA LUCIA GRUBER. SEMED.

Portaria nº 13475, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Baselisse C R Virmond, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSIMARA SENN GOESTEMEIER. SEMED.

Portaria nº 13476, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Cel Osny Vasconcellos, a partir de 31 de dezembro de 2016, DORITA BUENO DE OLIVEIRA ANDRADE. SEMED.

Portaria nº 13477, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Dalmir Pedro Cubas, a partir de 31 de dezembro de 2016, DAVI ORLANDO IÖNK. SEMED.

Portaria nº 13478, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Denise Cristiane Harms, a partir de 31 de dezembro de 2016, FLÁVIA DA ROSA KOSZANSKI. SEMED.

Portaria nº 13479, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Dr. Hercílio Malinowsky, a partir de 31 de dezembro de 2016, ÂNGELA APARECIDA RECKZIEGEL HUBNER. SEMED.

Portaria nº 13480, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Emilio Engel, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSANE BELLO RANK. SEMED.

Portaria nº 13481, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Garibaldina S Fuginaga, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDRÉA CRISTINA WALTRICK HERMES. SEMED.

Portaria nº 13482, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Ilona Tschoeke, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCILIANE DE OLIVEIRA. SEMED.

Portaria nº 13483, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Mª Waltrudes V Kruger, a partir de 31 de dezembro de 2016, SCHYRLEY TEREZª DE OLIVEIRA. SEMED.

Portaria nº 13484, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Pref. Alfredo Diener, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELIANE MARIA MUNCINELI DA SILVA. SEMED.

Portaria nº 13485, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Pref. Antonio Tremel, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDREA APARECIDA CIELUSINSKI BAIER. SEMED.

Portaria nº 13486, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Pref. Henrique Schwarz, a partir de 31 de dezembro de 2016, DORLI FRUCHTING DA SILVA. SEMED.

Portaria nº 13487, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Pres Castelo Branco, a partir de 31 de dezembro de 2016, SILVANE TEREZINHA BAYERL. SEMED.

Portaria nº 13488, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Profª Adélia Lutz, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSELI SCHMIDT. SEMED.

Portaria nº 13489, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Profª Aracy Hansen, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANDRA REGINA LEPECK. SEMED.

Portaria nº 13490, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do PEM Profª Ladir dos Santos, a partir de 31 de dezembro de 2016, SILVANA NEUMANN. SEMED.

Portaria nº 13491, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Profª Lúcia Tschoeke, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSANE PSCHIEDT KNOP. SEMED.

Portaria nº 13492, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Profª Maria Ferreira Ziemann, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELLA MARINEZ KNOP. SEMED.

Portaria nº 13493, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Profº Carlos Doetsch, a partir de 31 de dezembro de 2016, LEILA REGINA APARECIDA BASTOS TISCHNER. SEMED.

Portaria nº 13494, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Profº Newton Mendes, a partir de 31 de dezembro de 2016, KARLA REJANE BATISTA CHOMA. SEMED.

Portaria nº 13495, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Rodolfo Berti, a partir de 31 de dezembro de 2016, CRISLAINE KIEM COSTA. SEMED.

Portaria nº 13496, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Escolar do EBM Sophia Schwedler, a partir de 31 de dezembro de 2016, CRISTIANE JUNKTON. SEMED.

Portaria nº 13497, de 21 de dezembro de 2016. Exonera Diretor

Escolar do Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos, a partir de 31 de dezembro de 2016, LIANE BAYERL. SEMED.

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2016.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

LISTAGEM PORTARIAS 12/2016 - RETIRA GRATIFICAÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 13190, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARCELO LAYNES MILLA, Engenheiro Civil. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13191, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. INÊS MARILDA ROSSETTO WAGNER, Administradora. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13192, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARCELO DE LIMA, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13193, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. MARCELO GROSSI, Motorista. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13194, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. WELINGTON LUIS DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13195, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA, Administradora. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13196, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. LISANE KRISZ ILG, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13197, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. LINDOMAR ROSÁ, Analista de Sistemas. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13198, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. JORGE LUIS CARVALHO, Técnico em Radiologia. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13199, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. ADRIANA REJANE BEIL HERZER, Enfermeira. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13200, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. SANDRA MARIA SADOWSKY ANDRZEJEVSKI, Oficial Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13201, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016. KAREN LILI FECHNER, Assistente Social. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13202, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 5, a partir de 31 de dezembro de 2016, SOLANGE DE JESUS FAUSTINO FURST, Professor Anos Finais. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13203, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, ESIO BELARMINO, Vigia. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13204, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARINA APARECIDA DOS SANTOS, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13205, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, REGINA CÉLIA FARY WITT, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13206, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, TONY ALDRIN FERNANDES FREZZA, Analista de Sistemas. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13207, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCIA VIEIRA ALVES SCHWIRCOWSKI, Professor Educação Infantil. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13208, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, VERA LUCIA KUZAWSKI, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13209, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ROBERTO UHLIG, Analista de Sistemas. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13210, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, MAURIAN GROSSKOPF SADOWSKI, Analista de Sistemas. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13211, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, FABIO MARCELO SCHLOEGEL, Técnico Desenhista. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13212, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELEONICE ODIA MASCHITZKY, Técnico Desenhista. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13213, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, BIANCA FELIPP CHIELLA SANTIAGO, Psicólogo. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13214, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, DENISE GARCIA AROUCA, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13215, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOÃO ARRI BELLO, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13216, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, OSORIO JOÃO MARTINS NETO, Carpinteiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13217, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, MILENA TELMA CRISTOFF, Fonoaudiólogo. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13218, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLA ELOISE MUHLBAUER, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13219, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, LENI RODRIGUES SKONIESKY, Auxiliar de Berçário. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13220, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSEMARIE AUGUSTIN, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13221, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, LAURO ADEMAR DA SILVA, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13222, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13223, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, JULIANA MARIA CHAPIEWSKI, Professor Anos Iniciais. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13224, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, HELENICE GRANEMANN COSTA GREIN, Instrutor de Recriação. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13225, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADELAIDE MARIA CRISPI DE MORAES, Economista. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13226, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, IARA CARINA DUMS WERLICH, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13227, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG – 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSIANE FERREIRA DE LIMA, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13228, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDENILSON GREIN, Auxiliar de Biblioteca. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13229, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, AVELINO COMIM, Economista. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13230, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELVIS

WIGANDO BAUM, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13231, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ADALBERTO MARTINS MATOS, Almoxarife. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13232, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, LARISSA JULIANE JABLONSKI, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13233, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, SIRLEI APARECIDA DAMBROZ, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13234, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, DEBORAH CINTIA DE QUADROS, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13235, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARGARETH BAYERL KEISER, Economista. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13236, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, FABIO MILBRATZ, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13237, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANDRA MARIA PSCHIEDT, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13238, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, SOLANGE STREIT, Instrutor de Recreação. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13239, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCIO ANDREI DIAS, Almoxarife. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13240, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, GERMANO URBAINSKI, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13241, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSÉ RENATO NANIAS, Motorista II. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13242, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALCEMIR EUGENIO CARVALHO, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13243, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ MAURO BARON, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13244, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIA APARECIDA SCHARMACH, Técnico em Enfermagem. Secretaria

Municipal de Saúde.

Portaria nº 13245, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSANGELA MACHADO FRAGOSO, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13246, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCOS GEOVANE LOCH DA SILVA, Motorista II. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13247, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALCIONEI FRANCISCO CARVALHO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13248, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, SIMONE GREIN, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13249, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MIRELA CAROLINA FIX, Psicólogo. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13250, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARILDA BAIL GREIN, Secretária de Escola. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13251, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLA CRISTINA NICOCHIELI, Professor Anos Iniciais. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13252, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALESSANDRA EDELCE PEREIRA, Técnico em Contabilidade. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13253, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ CARLOS ADÃO, Motorista II. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13254, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLAYTON DE LIMA, Motorista. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13255, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, LEOMAR SANOCCI, Motorista II. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13256, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, GRASIELE APARECIDA FENDRICH, Técnico em Informática. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13257, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ROSÁ, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13258, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS, Almoxarife. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13259, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação

de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, RAFAELA HAMARA JAELEPT GOULART, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13260, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANGELINE FRIEDRICH NOVASKI, Telefonista. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13261, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARILENE QUOST, Telefonista. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13262, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, CACILDO JOSÉ TREML, Administrador. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13263, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOICE RUDNICK LINZMEYER, Telefonista. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13264, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROBSON JUNIOR GOTTARDO, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13265, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LILIANE IEDA LACERDA, Auxiliar de Consultório Dentário. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13266, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ARSENIR WITIKOSKI, Pintor. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13267, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LÉSLIE LIA HERMES TSCHOEKE, Farmacêutico. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13268, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LEILA MARA DE OLIVEIRA JELLER, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13269, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADÃO SOUZA RIBEIRO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13270, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, VALMIR GREIN, Vigia. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13271, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LANDIVO DRECHSLER, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13272, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DIRCEU ANTONIO BOBATO, Mecânico. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13273, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DOMINGOS SOARES, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13274, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDUARDO DOS SANTOS, Pedreiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13275, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, EVERALDO ZOELLNER, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13276, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JURANDIR MOREIRA MACHADO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13277, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, FELIPE CORREA, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13278, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ILARIO LUIZ SCHROEDER, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13279, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOÃO LEAL DE SOUZA, Pedreiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13280, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSÉ SADI COSTA PAES, Pedreiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13281, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LAERCIO BUENO DA SILVA, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13282, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LAERCIO FERREIRA CHAVES, Pedreiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13283, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCELO HUEBNER, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13284, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARIO DO MONTE, Pedreiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13285, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANTONIO ALCIONI CARDOSO, Secretária de Escola. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13286, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, OREVALDE PEREIRA, Calceteiro. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13287, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOÃO FALKIEVICZ PRIMO, Motorista II. Secretaria Municipal de Obras e

Serviços Urbanos.

Portaria nº 13288, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALESSANDRO VALMOR FREDERICO, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13289, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDERSON MOMBELLI BARRAGAN, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13290, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DIRCEU ALVES DE LIMA, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13291, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDSON LUIZ MARIANO, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13292, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELISANDRO ALVES DE RAMOS, Eletricista. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13293, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LAERTES PASDIORA, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13294, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DERLI TELES DE ANDRADE, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13295, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DANIELE CELESKI WOJAKIEWICZ, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13296, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROGÉRIO ADRIANO UNGER RODRIGUES, Agente de Autoridade de Trânsito. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13297, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, HELENA DE FÁTIMA OLIVEIRA FREITAS, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13298, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, SOELI TERESINHA SCHEWINSKI, Assistente Administrativo. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13299, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, CRISTIANE APARECIDA JANTSCH SESTREN, Enfermeiro. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13300, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DANIELA GARCIA PSCHIEDT, Professor Educação Infantil. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13301, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ

LINDECIR PESENTI, Técnico Agrícola. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13302, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JUAREZ HEISSMOU DE OLIVEIRA, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13303, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALBERTO MARCZAK NETO, Mecânico. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13304, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, WAGNER GROSSL, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13305, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ADAURI PUTTKAMMER, Técnico Agrícola. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13306, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDERSON MAY, Motorista. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13307, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ FABIANO VICENTE BELLI, Motorista II. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13308, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, NATALIO GRAVI GONÇALVES, Motorista. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13309, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, OTTO SCHWALBE, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13310, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JESSICA VANESSA BRUESKY, Recepcionista. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13311, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, REINALDO MEYER, Pintor. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13312, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, GILMAR STEIN, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13313, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDREIA MILBRATZ, Oficial Administrativo. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13314, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, CASSIANO RUTHES, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13315, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ZILAH ADA TERRES, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13316, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, FERNANDO LUTKE, Fiscal de Obras. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13317, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, HANS LEOPOLD PAREY, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13318, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANTONIO WILSON MULLER, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13319, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ODIRLEI DIAS, Técnico em Serviço Público. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13320, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, LINO ZOLLNER, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13321, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDREA MARA MACHADO PEDRO, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13322, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JAIME ROPKE, Soldador. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13323, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, DÉBORA ELAINE BELLO, Telefonista. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13324, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13325, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, SÁLVIO ROBERTO DE SOUZA, Vigia. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13326, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO CELSO DE OLIVEIRA, Vigia. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13327, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, CELSO CARNEIRO, Vigia. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13328, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCIO EDUARDO BILESKI, Vigia. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13329, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALISSON MANOEL CANDIDO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13330, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLOS

GILMAR CANDIDO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13331, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDEVINO PECHEBELA, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13332, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSIANE APARECIDA MOREIRA NEUMANN, Professor Anos Iniciais. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13333, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSÉ ALCEU MULLER, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13334, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, FABRICIA POKRYWIECKI, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13335, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIS MOREIRA, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13336, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, NATALIO SANTANA, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13337, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, LEANDRO DE ANDRADE, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13338, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, SIMONE SCHLUCUBIER, Técnico em Enfermagem. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13339, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, ARIILDO RIBEIRO, Auxiliar de Topógrafo. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13340, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, ORLI TADEU RAMOS, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13341, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, BERTOLDO SCHOEFFEL, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13342, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, IRIS HUTTL SLOMINSKI, Auxiliar de Operações. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13343, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, DOROTEIA KOVALWSKI MARTINS, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13344, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação

de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, ARNOLDO PAULINO, Operador de Máquina. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13345, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 5, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSILEI DE CASSIA SANT'ANNA FRAGOSO, Professor Educação Infantil. Fundação Cultural.

Portaria nº 13346, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 5, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDRÉA BLASKOVISKI, Bibliotecária. Fundação Cultural.

Portaria nº 13347, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, VERA LÚCIA DE LIMA NEPOMUCENO PINTO, Auxiliar Administrativo. Fundação Cultural.

Portaria nº 13348, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ CARLOS KLUSKA, Assistente Administrativo. Fundação Cultural.

Portaria nº 13349, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, JAMIL GABARDO GOMES, Operador de Máquina I. Fundação Cultural.

Portaria nº 13350, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARGARETH SONNTAG HAMMEL, Auxiliar de Serviços. Fundação Cultural.

Portaria nº 13351, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, ZÉLIA TERESINHA CONTE MANFIO, Auxiliar de Serviços. Fundação Cultural.

Portaria nº 13352, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JONNY EVERSON SCHUTZER, Auxiliar de Serviços. Fundação Cultural.

Portaria nº 13353, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANTO GONÇALVES DE OLIVEIRA, Eletricista. Fundação Cultural.

Portaria nº 13354, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 1, a partir de 31 de dezembro de 2016, KEILA TATIANE DE LIMA, Auxiliar Administrativo. Fundação Cultural.

Portaria nº 13355, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 5, a partir de 31 de dezembro de 2016, FERNANDA SPITZNER, Assistente Administrativo. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13356, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 4, a partir de 31 de dezembro de 2016, ESMAEL TERRES, Professor Anos Finais. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13357, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 3, a partir de 31 de dezembro de 2016, CRISTIANE MOURA, Assistente Administrativo. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13358, de 20 de dezembro de 2016. Retira Gratificação de Função FG - 2, a partir de 31 de dezembro de 2016, JUAREZ FERREIRA DE LIMA, Motorista II. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13359, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil, a partir de 31 de dezembro de 2016, SERGIO RICARDO PEREIRA, Contador. Fundação Cultural.

Portaria nº 13360, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLÁUDIA MOREIRA DE SOUZA, Técnico em Contabilidade. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13361, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Assessoramento em Responsabilização Disciplinar, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALESSANDRO ROBERTO SCHARF, Assistente Administrativo. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13362, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil - Consórcio Quiriri, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALICE DROSCZAKA, Contador. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13363, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Operador de Moto Niveladora, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSÉ LUIS LOURENÇO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13364, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Operador de Moto Niveladora, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOÃO CARLOS LOURENÇO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13365, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Operador de Moto Niveladora, a partir de 31 de dezembro de 2016, VILMAR LOURENÇO, Operador de Máquina I. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13366, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Coordenação CAFI – 1º de maio, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSANGELA BELESCKY DOS SANTOS, Instrutor de Recriação. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13367, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Coordenação Serviços Gerais dos CRAS, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUCIA MARTENDAL, Auxiliar de Serviços. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13368, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Assessoramento de Conselhos Municipais, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOSÉ TADEU SANTANA JUNIOR, Auxiliar Administrativo. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13369, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Médica Veterinária – Centro Zoonoses, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCO AURÉLIO OLINISKY, Médico Veterinário. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13370, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Direção de Enfermagem, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCILIA RUTHES OLINISKY, Enfermeiro. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13371, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Odontológica, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCELO LEANDRO NENEVÊ, Odontólogo. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13372, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil, a partir de 31 de dezembro de 2016, SILVIA CRISTIANE HOMECHEN DA SILVA, Contador. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13373, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Médica Veterinária - SIM,

a partir de 31 de dezembro de 2016, MAURO FERNANDES BACS-FALUSI, Médico Veterinário. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13374, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Coordenação de Núcleos de Tecnologia Municipais, a partir de 31 de dezembro de 2016, PATRICIA POPADIUK CORDOVA, Professor Educação Infantil. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13375, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Assessoramento em Notificações Judiciais, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDINÉIA NARLOK KALUZNY, Oficial Administrativo. Procuradoria Jurídica.

Portaria nº 13376, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica de Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016, GERSON EVERS MENDES, Engenheiro Civil. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13377, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica de Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016, RICARDO CALLADO, Arquiteto e Urbanista. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13378, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica de Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016, CARLOS HENRIQUE REITZ ARAKAKI, Engenheiro Civil. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13379, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Fiscalização Obra Pública, a partir de 31 de dezembro de 2016, CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, Arquiteto e Urbanista. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13380, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Fiscalização Obra Pública, a partir de 31 de dezembro de 2016, RAPHAEL BEDIN BUENO, Engenheiro Civil. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13381, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Fiscalização Obra Pública, a partir de 31 de dezembro de 2016, SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, Engenheiro Civil. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13382, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Fiscalização Obra Pública, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDERSON HINKE, Engenheiro Civil. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13383, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSILANE ZELIA DOS SANTOS, Contador. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13384, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica de Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROGERIO FOSSATI PINTO, Arquiteto e Urbanista. Empresa Municipal de Habitação.

Portaria nº 13385, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Fiscalização Obra Pública, a partir de 31 de dezembro de 2016, RODRIGO SCHREINER, Engenheiro Civil. Empresa Municipal de Habitação.

Portaria nº 13386, de 20 de dezembro de 2016. Retira Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Contábil, a partir de 31 de dezembro de 2016, IVO HENNING FILHO, Contador. Empresa

Municipal de Habitação.

Portaria nº 13387, de 20 de dezembro de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de novembro de 2016, ANDREIA BINECK, Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, passando da Classe A para a Classe B.

Portaria nº 13388, de 20 de dezembro de 2016. Concede Progressão Vertical, a partir de 08 de dezembro de 2016, DIOCELI APARECIDA KORNATZKI, Assistente Social, Grupo Ocupacional 05, Classe B, passando no Nível I para o Nível II – Especialização.

Portaria nº 13389, de 20 de dezembro de 2016. Concede Progressão Vertical, a partir de 14 de dezembro de 2016, ANDREIA BINECK, Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, Classe B, passando no Nível I para o Nível II – Especialização.

Portaria nº 13390, de 20 de dezembro de 2016. Conclusão de Estágio Probatório, período de 16/10/2013 a 15/10/2016, ALAN FERNANDO FARIAS. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2016.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

LISTAGEM PORTARIAS Nº 12/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 13066, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretária Municipal de Finanças, a partir de 31 de dezembro de 2016, AURIENE ROEPKE. SEFIN.

Portaria nº 13067, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretário Municipal de Administração, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS. SECAD.

Portaria nº 13068, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, a partir de 31 de dezembro de 2016, CASSIO LUIZ ZSCHOERPER. SEPLU.

Portaria nº 13069, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretária Municipal de Educação, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALCIONE HINKE. SEMED.

Portaria nº 13070, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretário Municipal de Saúde, a partir de 31 de dezembro de 2016, DEODATO RAUL HRUSCHKA. SEMUS.

Portaria nº 13071, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 31 de dezembro de 2016, OSMAR TELMA. SEMOB.

Portaria nº 13072, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARISA DO AMARAL. SEMAS.

Portaria nº 13073, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOCELITO PIERIN. SECON.

Portaria nº 13074, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 31 de dezembro de 2016, LIRIO VOLPI. SEMAN.

Portaria nº 13075, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Procurador Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, MATHEUS

GUEDES REIS. PROCUR.

Portaria nº 13076, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Administrativo, a partir de 31 de dezembro de 2016, EMERSON HINKE. GAPRE.

Portaria nº 13077, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Gabinete, a partir de 31 de dezembro de 2016, PEDRO IVO DIENER. GAPRE.

Portaria nº 13078, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Governo, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ROGÉRIO TURECK. GAPRE.

Portaria nº 13079, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALINE FONTANA DE SOUZA. PROCUR.

Portaria nº 13080, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, THIAGO HILGENSTIELER. PROCUR.

Portaria nº 13081, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDUARDO NASCIMENTO JUNIOR. PROCUR.

Portaria nº 13082, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, GEORGIA ALESSANDRA VIEIRA DA LUZ BLEYER MENDES. PROCUR.

Portaria nº 13083, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Gabinete, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCOS ROBERTO CORREIA. GAPRE.

Portaria nº 13084, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Gabinete, a partir de 31 de dezembro de 2016, CELIA NOEMI FARY. GAPRE.

Portaria nº 13085, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Gabinete, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI. GAPRE.

Portaria nº 13086, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Gabinete, a partir de 31 de dezembro de 2016, DIMAS DE FREITAS. GAPRE.

Portaria nº 13087, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Ouvidor, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARLI ZIMMERMANN. GAPRE.

Portaria nº 13088, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Defesa Civil, a partir de 31 de dezembro de 2016, VERONI ANA ROSSATO LINKE. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13089, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Controle Interno, a partir de 31 de dezembro de 2016, MILTON SANOCKI. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13090, de 20 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Comunicação Social, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUZARDO CHAVES. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13091, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Receita, a partir de 31 de dezembro de 2016, WERNER TASCHECK. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13092, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Contabilidade, a partir de 31 de dezembro de 2016, RICARDO ANTONIO HOMECHEN. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13093, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Suprimento e Patrimônio, a partir de 31 de dezembro de 2016, JOCEMARI TELMA TEIXEIRA. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13094, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLEBER VINICIUS MARQUES. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13095, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Urbanismo, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ROBERTO SCHUHMACHER. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13096, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Acompanhamento de Convênios, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIS ALBERTO MUHLBAUER. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13097, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Trânsito Urbano, a partir de 31 de dezembro de 2016, VILMAR CIPRIANI. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13098, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Ensino, a partir de 31 de dezembro de 2016, DAGUEMA JOSEANE GLATZ. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13099, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Administração, a partir de 31 de dezembro de 2016, EDRIANGELA MARTINS WIGGERS GALKOWSKI. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13100, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Programas e Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROSELI ROSENSCHECK SCHLOGL. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13101, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUCIANE MARY KOCH SCATOLON. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13102, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Atenção de Saúde, a partir de 31 de dezembro de 2016, MIRIAN TEREZINHA ROIK LOTT. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13103, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANDRA DOS SANTOS SCHREINER. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13104, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, a partir de 31 de dezembro de 2016, JARI PEREIRA. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13105, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Obras e Manutenção, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ IVAN FERREIRA DE LIMA. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13106, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Administração, a partir de 31 de dezembro de 2016, DIRCEU BUTTECHEWITZ. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13107, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Proteção Social Básica, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDRIGO CARVALHO. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13108, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELITON CLAUDIO DA SILVA DEPACKER. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13109, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Turismo, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROBSON RODRIGUES DA SILVA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13110, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Meio Ambiente, a partir de 31 de dezembro de 2016, CEZAR LUIZ CELESKI. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13111, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor do Departamento de Administração e Controle, a partir de 31 de dezembro de 2016, ACACIO ANDERSON DROSCZAKA. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13112, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Administrativo, a partir de 31 de dezembro de 2016, OSWALDO JOSÉ CANDATTEN. Empresa Municipal de Habitação.

Portaria nº 13113, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Administrativo e Financeiro, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ FERNANDO ROESLER. Fundação Cultural.

Portaria nº 13114, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor de Cultura e Patrimônio Histórico, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARLA HUEBL KAISER. Fundação Cultural.

Portaria nº 13115, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Administrativo, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIS ANTONIO BOHOMO. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13116, de 20 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Benefícios, a partir de 31 de dezembro de 2016, ROBERTA LINZMEYER. Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos de São Bento do Sul.

Portaria nº 13117, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Financeiro, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUCILENE ZÉLIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA. Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos de São Bento do Sul.

Portaria nº 13118, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Executivo de Apoio Operacional ao Gabinete, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANDI PAULI. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13119, de 20 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Imprensa e Relacionamento com a Mídia, a partir de 31 de dezembro de 2016, VIVIANE ANGELA DE VARGAS MIRANDA. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13120, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor de Divulgação e Cerimonial, a partir de 31 de dezembro de 2016, DEYSE MARY MACHADO BRAGA. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13121, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Administrativo da SEMED, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANDREIA BRUSKE. SEMED.

Portaria nº 13122, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessora de Expediente e Legislação, a partir de 31 de dezembro de 2016, ANA MARIA FURMANN COMARELLA. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13123, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessora de Gabinete II, a partir de 31 de dezembro de 2016, JULIANA TERESINHA SCHVETLER. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13124, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, ALEXANDRE ZOTZ. EMHAB.

Portaria nº 13125, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Assessor Jurídico, a partir de 31 de dezembro de 2016, DIOGO HEITOR CÓRDOVA. IPRESBS.

Portaria nº 13126, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe Divisão de Defesa Civil, a partir de 31 de dezembro de 2016. ESIDIO JOSÉ SUCHY. Gabinete do Prefeito.

Portaria nº 13127, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Arrecadação, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOSIANE CAETANO DE SOUZA ALVES DAS NEVES. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13128, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Tesouraria, a partir de 31 de dezembro de 2016. JANETE RANK RUTHES. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13129, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Controle de Frota, a partir de 31 de dezembro de 2016. RUGNER ZOMER. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13130, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Vigilância Patrimonial, a partir de 31 de dezembro de 2016. DINO VAZ MORCELLI. Secretaria Municipal de Administração.

Portaria nº 13131, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Cartografia e Legislação, a partir de 31 de dezembro de 2016. ALEXSANDRO MACHALEVSKI. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13132, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão Administrativa e Processos, a partir de 31 de dezembro de 2016. DIVALDO PAVILOSKY. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13133, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Análise e Controle do Trânsito Urbano, a partir de 31 de dezembro de 2016. PATRICIA ZEIDEMANN ZIPPERER. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Portaria nº 13134, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir de 31 de dezembro de 2016. MIRIAN MARIA BIAOBOCK SADOWSKI. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13135, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Anos Finais do Ensino Fundamental, a partir de 31 de dezembro de 2016. CINTIA BECKER CORDEIRO. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13136, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Creches, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOSLEINE TRAVINSKI. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13137, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Programas e Projetos, a partir de 31 de dezembro de

2016. LIGIA MORRIESEN. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13138, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Programas e Ensino, a partir de 31 de dezembro de 2016. CARLA ANDREIA SCHIER. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13139, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão Educação Especial e Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016. GEOVANA FRANCK RODRIGUES VICENTE. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13140, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão Pré Escola, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHOEKE. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13141, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão Apoio Administrativo, a partir de 31 de dezembro de 2016. MAURICIO BERTOTTI. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13142, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Expediente, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELIANE BERGMANN RANK. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13143, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Registro Escolar, a partir de 31 de dezembro de 2016. GICELIA WEISS. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13144, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Pessoal, a partir de 31 de dezembro de 2016. SANDRA PETERS. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13145, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Apoio Operacional, a partir de 31 de dezembro de 2016. ELIANE APARECIDA MACHADO. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13146, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Planejamento, Controle, Gestão e Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016. MAURO SIQUEIRA RAMOS. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13147, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Tratamento da Saúde Fora do Domicílio, a partir de 31 de dezembro de 2016. ANDREA SOARES BUENO DE FREITAS. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13148, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, a partir de 31 de dezembro de 2016. SILVANA MARIA BIANCO BAUER. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13149, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Atenção à Saúde Mental, a partir de 31 de dezembro de 2016. VALDIRENE GREICI MALLON SCHOREDER. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13150, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Assistência Farmacêutica, a partir de 31 de dezembro de 2016. CARLA GROSSL DIENER. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13151, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Obras Viárias, a partir de 31 de dezembro de 2016. CELESTINO OLSCHESKI. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13152, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Manutenção de Vias, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOSÉ ELVINO PEDROCHESKI. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13153, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Garagem e Oficina, a partir de 31 de dezembro de 2016. SIMÃO PEDRO KRAMAR. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13154, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Transporte e Trânsito, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOEL PADILHA VAZ. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13155, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Manutenção Drenagem Urbana, a partir de 31 de dezembro de 2016. RUBENS SCHROEDER. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13156, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Iluminação Pública, a partir de 31 de dezembro de 2016. LIVITO PYKOCZ. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13157, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Administração e Finanças, a partir de 31 de dezembro de 2016. GENESIO CRISTOFOLINI. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13158, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Proteção Social Básica, a partir de 31 de dezembro de 2016. JOÃO PATERNO. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13159, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Eventos e Promoções, a partir de 31 de dezembro de 2016. JENIFER ANA DE MATOS. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13160, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Empregos e Renda, a partir de 31 de dezembro de 2016. CRISTIANO BERTI. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Portaria nº 13161, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão Administrativa e Controle, a partir de 31 de dezembro de 2016. SERGIO SILVA DOS SANTOS. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13162, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Meio Ambiente, a partir de 31 de dezembro de 2016. JONAS FERNANDO ENGEL. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Portaria nº 13163, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe Divisão Administrativo-Financeiro, a partir de 31 de dezembro de 2016. SAULO JOSÉ MUCHALSKI. Empresa Municipal de Habitação.

Portaria nº 13164, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe Divisão de Cadastro e Projetos, a partir de 31 de dezembro de 2016. DENISE CRISTIANE SANOCKI SLUMINSKI. Empresa Municipal de Habitação.

Portaria nº 13165, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão Cultural, a partir de 31 de dezembro de 2016. VIVIAN POLLUM. Fundação Cultural.

Portaria nº 13166, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Divisão de Escola de Música, a partir de 31 de dezembro de 2016. CLAUDIO JOSÉ FAGUNDES. Fundação Cultural.

Portaria nº 13167, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe Divisão de Desporto Comunitário, a partir de 31 de dezembro de 2016. LAURO RANK. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13168, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Recursos Humanos e Expediente, a partir de 31 de dezembro de 2016, ZENILDA MARGARIDA PSCHIEDT. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13169, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Atenção ao Autista, a partir de 31 de dezembro de 2016, ISMAR PSCHIEDT. Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 13170, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Vigilância Ambiental, a partir de 31 de dezembro de 2016, JERRI AFONSO CRISTOFOLINI. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13171, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Logística e Transporte, a partir de 31 de dezembro de 2016, TATIANE RIBEIRO. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13172, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Recursos Humanos, a partir de 31 de dezembro de 2016, SANDRO DOS SANTOS. Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13173, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Terminal Rodoviário, a partir de 31 de dezembro de 2016, VINICIUS FAGUNDES NEUMANN. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13174, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Almoxarifado e Manutenção, a partir de 31 de dezembro de 2016, JAQUELINE GASSNER. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13175, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Controladoria Contábil, a partir de 31 de dezembro de 2016, DORACI MARIA BAPTISTA FRAGOSO. Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 13176, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor Administrativo e Recursos Humanos, a partir de 31 de dezembro de 2016, NATHALIER MAIOLLI BERALDO. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13176, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor Administrativo e Recursos Humanos, a partir de 31 de dezembro de 2016, NATHALIER MAIOLLI BERALDO. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13177, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Limpeza Urbana, a partir de 31 de dezembro de 2016, MARCELO LUIZ QUOST. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Portaria nº 13178, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Atenção aos Grupos Sociais, a partir de 31 de dezembro de 2016, INGRID MALLON DO NASCIMENTO. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13179, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor do Centro de Referência em Assistência Social, a partir de 31 de dezembro de 2016, JAQUELINE BENOIT. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13180, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor do Centro de Referência em Assistência Social, a partir de 31 de dezembro de 2016, ELENARA SANDRA CAMILO PINTO. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 13181, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor do Centro de Referência em Assistência Social, a partir de 31 de dezembro de 2016, EVELIN MACHADO. Secretaria Municipal de

Assistência Social.

Portaria nº 13182, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Manutenção e Obras, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUCIANO TADEU BERALDO. Empresa Municipal de Habitação.

Portaria nº 13183, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Desportos Aquáticos, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLAUDIO ANTONIO DE SOUZA. Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 13184, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Chefe de Setor de Administração, a partir de 31 de dezembro de 2016, CAMILA DE OLIVEIRA PAULI. Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos de São Bento do Sul.

Portaria nº 13185, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ CARLOS PEDROSO. EMHAB.

Portaria nº 13186, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Presidente da Fundação Cultural, a partir de 31 de dezembro de 2016, CLEUSA PICCOLI VIEIRA. FC.

Portaria nº 13187, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos, a partir de 31 de dezembro de 2016, LUIZ NERI PEREIRA. FMD.

Portaria nº 13188, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Servidores Públicos de São Bento do Sul, a partir de 31 de dezembro de 2016, PAULO ROBERTO SCHEIDE. IPRESBS.

Portaria nº 13189, de 19 de dezembro de 2016. Exonera Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal De Água e Esgoto, a partir de 31 de dezembro de 2016, OSVALCIR PETERS. SAMAE.

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2016.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 13500/2016

PORTARIA Nº 13500, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Portarias

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, as Portarias nº 0026/2013, 0047/2013, 0078/2013, 0094/2013, 0095/2013, 0098/2013, 0102/2013, 0103/2013, 0112/2013, 0113/2013, 0114/2013, 0115/2013, 0116/2013, 0120/2013, 0130/2013, 0134/2013, 0136/2013, 0150/2013, 0151/2013, 0156/2013, 0157/2013, 0160/2013, 0162/2013, 0163/2013, 0164/2013, 0188/2013, 0189/2013, 0195/2013, 0196/2013, 0209/2013, 0355/2013, 0356/2013, 0361/2013, 0362/2013, 0363/2013, 0364/2013, 0365/2013, 0366/2013, 0367/2013, 0370/2013, 0371/2013, 0373/2013, 0374/2013, 0375/2013, 0375/2013, 0376/2013, 0377/2013, 0378/2013, 0386/2013, 0387/2013, 0388/2013, 0435/2013, 0436/2013, 0440/2013, 0441/2013, 0442/2013, 0455/2013, 0456/2013, 0492/2013, 0493/2013, 0547/2013, 0548/2013, 0599/2013, 0650/2013, 0678/2013, 0679/2013, 0680/2013, 0681/2013, 0682/2013, 0731/2013, 0765/2013, 0766/2013, 0767/2013, 0768/2013, 0794/2013, 1067/2013, 1069/2013, 1080/2013, 1283/2013, 1284/2013, 1285/2013, 1633/2013, 1725/2013, 1842/2013, 1843/2013, 1848/2013, 1853/2016, 1927/2013, 1936/2013, 1953/2013, 1959/2013, 2334/2013, 2353/2013, 2406/2013, 2408/2013,

2409/2013, 2438/2016, 2518/2013, 2526/2016, 2548/2016,
 2577/2013, 2597/2013, 2692/2013, 2693/2016, 2712/2013,
 2714/2013, 2718/2013, 2724/2013, 2725/2013, 2774/2013,
 2787/2013, 3056/2013, 3096/2013, 3097/2013, 3119/2013,
 3124/2013, 3126/2013, 3295/2013, 3330/2013, 3331/2013,
 3336/2013, 3344/2013, 3346/2013, 3371/2013, 3402/2013,
 3474/2013, 3512/2013, 3561/2013, 3633/2013, 3634/2013,
 3723/2013, 3724/2013, 3819/2013, 3917/2013, 3969/2014,
 4014/2014, 4087/2014, 4130/2014, 4267/2014, 4403/2014,
 4434/2014, 4631/2014, 4632/2014, 4646/2014, 4982/2014,
 4983/2014, 4984/2014, 4985/2014, 5151/2014, 5575/2014,
 5632/2014, 5722/2014, 5816/2014, 5901/2014, 5902/2014,
 5924/2014, 5926/2014, 6122/2014, 6140/2014, 6252/2014,
 6292/2014,

6320/2014, 6372/2014, 6383/2014, 6470/2014, 6471/2014,
 6504/2014, 6525/2014, 6574/2014, 6706/2014, 6709/2014,
 6733/2014, 6735/2014, 6737/2014, 6748/2014, 6778/2014,
 6871/2014, 6872/2014, 6873/2014, 6876/2014, 6886/2014,
 6824/2014, 6933/2014, 7047/2014, 7064/2014, 7101/2015,
 7206/2015, 7233/2015, 7269/2015, 7294/2016, 7364/2015,
 7365/2015, 7366/2015, 7830/2015, 7831/2015, 8053/2015,
 8209/2015, 8417/2015, 8418/2015, 8441/2015, 8445/2015,
 8467/2015, 8669/2015, 8670/2015, 8730/2015, 8733/2015,
 9103/2015, 9104/2015, 9109/2015, 9117/2015, 9118/2015,
 9119/2015, 9170/2015, 9244/2015, 9324/2015, 9565/2015,
 9623/2015, 9667/2015, 9749/2015, 9754/2015, 9761/2015,
 9804/2015, 9813/2015, 9972/2015, 9973/2015, 10006/2015,
 10115/2015, 10147/2015, 10205/2015, 10228/2015, 10233/2015,
 10244/2015, 10257/2015, 10258/2015, 10308/2015, 10523/2015,
 10524/2013, 10525/2015, 10526/2015, 10565/2015, 10637/2016,
 10665/2015, 10751/2016, 10793/2016, 10973/2016, 10974/2016,
 11055/2016, 11059/2016, 11271/2016, 11332/2016, 11333/2016,
 11373/2016, 11508/2013, 11534/2016, 11543/2016, 11544/2016,
 11619/2016, 11696/2016, 11707/2016, 11708/2016, 11715/2016,
 11721/2016, 11754/2016, 11908/2016, 11927/2016, 11931/2016,
 11946/2016, 11958/2016, 11959/2016, 12052/2016, 12093/2016,
 12141/2016, 12142/2016, 12220/2016, 12221/2016, 12280/2016,
 12317/2016, 12318/2016, 12325/2016, 12392/2016, 12552/2016,
 12815/2016, 12816/2016, 12822/2016, 12847/2016, 12928/2016
 e 12929/2016, as quais autorizam servidores públicos municipais a
 dirigirem veículos oficiais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2016.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
 DE _____ A _____
 PUBLICADO NO DOM Nº _____
 PÁGINA _____ DE _____
 ASSINATURA:

PORTARIA Nº 13501/2016

PORTARIA Nº 13501, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
 Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas
 atribuições legais,
 RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal DENIZIA APARE-
 CIDA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais,
 na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Ser-
 viço/Contribuição de 01 ano, 10 meses e 18 dias de contribuição
 ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV,

conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 514/2016, Proce-
 so nº 8833, 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2016.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
 DE _____ A _____
 PUBLICADO NO DOM Nº _____
 PÁGINA _____ DE _____
 ASSINATURA:

PORTARIA Nº 13502/2016

PORTARIA Nº 13502, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
 Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas
 atribuições legais,
 RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal REILLI GUETTKY
 WABERSICH, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Se-
 cretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/
 Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.100071/15-1, de 07
 anos, 07 meses e 15 dias, para fins de aposentadoria, conforme
 documentação anexa ao Processo nº 8823, de 20 de dezembro de
 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2016.
 FERNANDO TURECK
 Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
 DE _____ A _____
 PUBLICADO NO DOM Nº _____
 PÁGINA _____ DE _____
 ASSINATURA:

VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 23 DE DEZEMBRO DE 2016

São Bento do Sul 14 de Dezembro de 2016

Decisão Final
 Processo 017/16
 Secretaria Municipal de Saúde
 Divisão de Vigilância Sanitária
 Centro de Apoio e Formação Infantil (CAFI) Portal Alegria
 CNPJ 86.051.398/0001-00

Penalidade de Interdição

Luciane M K Scatolon
 Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 14 de Dezembro de 2016

Decisão Final
 Processo 024/2016
 Secretaria Municipal de Saúde
 Divisão de Vigilância Sanitária
 PEM Abelinha Feliz
 CNPJ 86.051.398/0001-00

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 14 de Dezembro de 2016
Decisão Final
Processo 028/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
EBM Professora Ladir dos Santos
CNPJ 86.051.398/0001-00

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 14 de Dezembro de 2016

Decisão Final
Processo 029/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Transresíduos Transportes Residenciais e Industriais Ltda
CNPJ 77.371.789/0006-26

Penalidade de advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 14 de Dezembro de 2016
Decisão Final
Processo 030/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
EBM Alexandre Pfeiffer
CNPJ 86.051.398/0001-00

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 16 de Dezembro de 2016
Decisão Final
Processo 031/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
EBM Professora Maria Ferreira Ziemann
CNPJ 86.051.398/0001-00

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 16 de Dezembro de 2016
Decisão Final
Processo 033/2016

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
EBM Garibaldina Fuginaga
CNPJ 86.051.398/0001-00

Penalidade de Advertência

Luciane M. K. Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 090/2016

DECRETO Nº 090/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerado o senhor ALECSSANDRO DANI SCALCON do cargo de Diretor da Fundação Cultural, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 035/2015 de 22 de junho de 2015.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 14 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e
publique-se

RELATORIO COMPRAS ADM -10

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	AFIAÇÃO DE CORRENTE DE MOTOSERRA	2569	1,000	10,0000	10,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	AFIAÇÃO DE CORRENTE DE MOTOSERRA	2619	1,000	20,0000	20,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	AFIAÇÃO DE NAVALHA DE ROÇADEIRA	2562	1,000	70,0000	70,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	BICO ENGRAXADEIRA	2564	1,000	15,0000	15,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CHAPA DE PROTEÇÃO DO ROLAMENTO	2599	1,000	40,0000	40,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CHAVE COMBINADA 22	2608	1,000	23,5000	23,50
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CORDA DE ARRANQUE	2509	1,000	7,0000	7,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CORREIA A93	2564	1,000	20,0000	20,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CORRENTE 34 DENTES 3/8	2627	2,000	39,1000	78,20
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CRUZETA	2585	4,000	3,0000	12,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CRUZETA CARDÃ	2564	1,000	73,4000	73,40
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	CRUZETA R 36	2585	1,000	68,0000	68,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	ELETRONICO	2599	1,000	179,4000	179,40
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	GATILHO DA ROÇADEIRA	2562	1,000	40,0000	40,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	GUIA DE VALVULA	2581	1,000	97,0000	97,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	JUNTA DO CABECOTE	2581	1,000	28,0000	28,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	LIMA P/ MOTOSSERA	2619	1,000	14,0000	14,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	LUVA TERMINAL CARDÃ	2529	1,000	247,0000	247,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	MANGUEIRA DO COMBUSTÍVEL	2604	1,000	37,0000	37,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	MOLA	2604	1,000	8,3000	8,30
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	MOLA DO CARRETEL	2509	1,000	4,5000	4,50
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	MOLA DO CARRETEL	2599	1,000	7,3000	7,30
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	MOLA DO CARRETEL	2604	1,000	7,3000	7,30
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	2562	1,000	12,0000	12,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	2604	1,000	7,9200	7,92
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	PARAFUSO 12 X 60	2585	1,000	6,0000	6,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	PINO DE ENGATE	2585	1,000	14,7500	14,75
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	PORCA DO CARRETEL DA ROÇADEIRA	2604	1,000	27,5000	27,50
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	REPARO DO CARBURADOR	2509	1,000	87,5000	87,50
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	REPARO DO CARBURADOR	2608	1,000	78,4000	78,40
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇO DE LIMPEZA DE CARBURADOR	2627	1,000	20,0000	20,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CARBURADOR	2599	1,000	45,0000	45,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2562	1,000	80,0000	80,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2569	1,000	40,0000	40,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2599	1,000	50,0000	50,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2599	1,000	70,0000	70,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2608	1,000	120,0000	120,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2619	1,000	128,0000	128,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2509	1,000	70,0000	70,00

SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS

Página: 2/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2585	1,000	60,0000	60,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2604	1,000	30,0000	30,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE REGULAGEM E CARBURAÇÃO	2569	1,000	70,0000	70,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE REGULAGEM E CARBURAÇÃO	2599	1,000	75,0000	75,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE REGULAGEM E CARBURAÇÃO	2619	1,000	73,4000	73,40
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	SERVIÇOS DE TORNO	2581	1,000	45,0000	45,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	TAMPA ROSCAVEL DO CAREETEL	2604	1,000	26,0000	26,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	TERMINAL F B	2585	1,000	84,6000	84,60
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	TERMINAL UNIVERSAL	2585	1,000	79,8000	79,80
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	TUBO MAÇICO CARDÁ 1,20 MTS	2585	1,000	176,0000	176,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	VALVULA DE ESCAPE	2581	1,000	78,0000	78,00
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	VELA	2599	1,000	19,8000	19,80
AGRICOLA TRATOR SOLO LTDA	VELA P/ ROÇADEIRA	2619	1,000	18,5000	18,50
ALTAIR FABRO & CIA LTDA ME	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO NOVO	2413	1,000	19,950,0000	19,950,00
ARMANDO WATTE - ME	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - VOLTA	2666	837,000	3,3000	2,762,10
ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOL	CHAPECO				
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	COLHEDEIRA/ENSLADEIRA DE FORRAGEM	2415	1,000	21,000,0000	21,000,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	BATERIA 100 AH	2296	1,000	460,0000	460,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	BOMBA INJETORA DE ÁGUA 24V	2578	1,000	42,0000	42,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	BOTÃO DE PARTIDA	2453	1,000	24,0000	24,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	CARGA EM BATERIA	2455	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	CARGA EM BATERIA	2486	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	CORREIA DO MICRO V	2442	1,000	80,0000	80,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	CORREIA MICRO V	2433	1,000	90,0000	90,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	CORREIA MICRO V	2474	1,000	110,0000	110,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	CORREIA POLI V	2474	1,000	45,0000	45,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	ESPAGUETE	2453	3,500	1,7000	5,95
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	ESPAGUETE	2458	3,000	1,5000	4,50
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	FAROL AUXILIAR DE LED	2668	3,000	120,0000	360,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	FIO 1X2,5 MM	2453	3,500	3,2000	11,20
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	FIO 2,5 MM	2458	3,000	3,0000	9,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	INTERRUPTOR RETO	2493	1,000	95,0000	95,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	LAMPADA	2493	7,000	7,0000	49,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	LAMPADA 24 V	2484	1,000	7,0000	7,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	LAMPADA 24 V	2493	2,000	7,0000	14,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	LAMPADA 24 V	2498	4,000	7,0000	28,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	LENTE LANTERNA TRASEIRA	2498	1,000	29,0000	29,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	LENTE TRASEIRA	2484	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	PALHETA DO PARABRISA	2653	2,000	98,0000	196,00

Página: 3/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	PORTA HASTE	2458	1,000	7,0000	7,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	REGULADOR - VOLTAGEM	2442	1,000	300,0000	300,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	REGULADOR DE VOLTAGEM	2456	1,000	155,0000	155,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	RELÊ AUXILIAR	2453	1,000	25,0000	25,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2461	3,000	25,0000	75,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2468	1,000	25,0000	25,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE CONSERTO DE ARRANQUE	2468	1,000	100,0000	100,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2453	1,000	40,0000	40,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2456	1,000	80,0000	80,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2467	1,000	70,0000	70,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2473	1,000	100,0000	100,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2474	1,000	210,0000	210,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2484	1,000	5,0000	5,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2486	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2490	1,000	25,0000	25,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2493	1,000	60,0000	60,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2578	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2667	1,000	85,0000	85,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2668	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2465	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2440	1,000	35,0000	35,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE SOCORRO	2461	1,000	20,0000	20,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE SOCORRO	2499	2,000	25,0000	50,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS DE SOCORRO	2502	2,000	25,0000	50,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS ELÉTRICOS EM VEÍCULOS	2440	1,000	180,0000	180,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	SERVIÇOS NO ALTERNADOR	2442	1,000	110,0000	110,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	TERMINAL DE BATERIA	2456	1,000	12,0000	12,00
AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	TERMINAL DE BATERIA	2465	2,000	15,0000	30,00
BAVARESCO & CIA LTDA - ME	LIVRO PONTO CAPA DURA - 154 X 216 - 160 FLS	2432	3,000	15,0000	45,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA ALMOXARIFADO	2398	3,000	371,8700	1.115,61
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA FLY PROTOCOLO	2398	3,000	191,7900	575,37
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA FLY TRANSPARENCIA	2398	3,000	230,1500	690,45
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA COMPRAS E LICITAÇÕES	2398	3,000	553,6500	1.660,95
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA CONTABILIDADE PÚBLICA	2398	3,000	703,2400	2.109,72
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA CONTROLE DE FROTAS	2398	3,000	217,3700	652,11
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA FOLHA DE PAGAMENTO	2398	3,000	485,8700	1.457,61
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA PATRIMONIO PÚBLICO	2398	3,000	217,3700	652,11
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA PLANEJAMENTO	2398	3,000	255,7300	767,19
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DO SISTEMA SERVIDOR PÚBLICO	2398	3,000	255,7300	767,19

Página: 4/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	CARDAN	2316	1,000	930,0000	930,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	EIXO PILOTO	2316	1,000	540,0000	540,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	PINHÃO	2316	1,000	430,0000	430,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	ROLAMENTO DA COROA DE FRENTE	2316	1,000	110,0000	110,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	ROLAMENTO DA COROA DE RÉ	2316	1,000	110,0000	110,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	SERVIÇOS DE COLAGEM DAS BANANAS INFLÁVEIS	2315	1,000	610,0000	610,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	SERVIÇOS DE CONserto EM CASCO DE FIBRA	2315	1,000	680,0000	680,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE RABETA	2316	1,000	330,0000	330,00
CHARLES ALENCAR BRUGGEMANN - EPP	SERVIÇOS DE TROCA DE OLÉO	2316	1,000	70,0000	70,00
COPY MAIS CARTUCHOS & SUPRIMENTOS PAR	CARTUCHO 122 COLOR- REMANUFATURADO	2313	2,000	25,0000	50,00
COPY MAIS CARTUCHOS & SUPRIMENTOS PAR	CARTUCHO 122 PRETO - REMANUFATURADO	2313	2,000	25,0000	50,00
COPY MAIS CARTUCHOS & SUPRIMENTOS PAR	CARTUCHO EPSON - AMARELO COMPATÍVEL	2313	2,000	25,0000	50,00
COPY MAIS CARTUCHOS & SUPRIMENTOS PAR	CARTUCHO EPSON AZUL- COMPATÍVEL	2313	2,000	25,0000	50,00
COPY MAIS CARTUCHOS & SUPRIMENTOS PAR	CARTUCHO EPSON MAGENTA - COMPATÍVEL	2313	2,000	25,0000	50,00
COPY MAIS CARTUCHOS & SUPRIMENTOS PAR	CARTUCHO EPSON PRETO- COMPATÍVEL	2313	2,000	25,0000	50,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	BONÉ (COBERTURA),MODELO PADRÃO BOMBEIRO COMUNITÁRIO	2416	13,000	18,0000	234,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	BORDADO (BIRIBA COM NOME DE GUERRA).	2416	13,000	5,0000	65,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	CALÇA MASCULINA/FEMININA LINHA OPERACIONAL	2389	2,000	110,0000	220,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	MODELO PADRÃO BOMBEIROS	2416	13,000	70,0000	910,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	CAMISETA MANGA CURTA, COM SERIGRAFIA - SAMU	2389	9,000	18,0000	162,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	CAMISETA MANGA CURTA, MODELO PADRÃO BOMBEIRO	2416	13,000	22,0000	286,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	CINTO VERMELHO COM FIVELA CROMADA	2389	2,000	15,0000	30,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	CINTO VERMELHO. (1,20 METROS)	2416	13,000	4,5000	58,50
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	FIVELA PERSONALIZADA COM BRASÃO	2416	13,000	5,0000	65,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	GANDOLA MASCULINA/FEMININA LINHA OPERACIONAL	2416	13,000	95,0000	1.235,00
CORDEIRO CONFECÇÕES LTDA	PAR DE BOTINA	2416	13,000	60,0000	780,00
CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUN	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORT	2393	70,000	70,0000	4.900,00
CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUN	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORT	2394	70,000	6,6666	466,66
CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUN	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORT	2395	70,000	6,6666	466,66
CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUN	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORT	2396	70,000	3,3333	233,33
CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUN	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORT	2397	70,000	3,3333	233,33
CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUN	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORT	2417	70,000	36,6663	2.566,64
CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	TAXA DE ART REF A FISCALIZAÇÃO DE PAVIM ASFÁSTICA EM RUAS	2431	1,000	74,3700	74,37
CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	TAXA DE ART REF AO PROJETO PREVENTIVO	2256	1,000	64,2900	64,29
CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	TAXA DE ART REFER A EXECUÇÃO DE OBRA	2292	1,000	74,3700	74,37
CREA - SC - CONSELHO REGIONAL DE ENGENH	CAPACITAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA, GESTORES, SERVIDORES E	2253	1,000	3,600,0000	3.600,00
DETRAN - SC	SEGURO DPVAT	2287	1,000	105,2500	105,25
EDSON ELEANRO LAND - ME	SERVIÇOS DE SOLDA EM TRAVES ESPORTIVAS	2438	1,000	80,0000	80,00
EL INFORMATICA LTDA - ME	ROTEADOR	2251	1,000	110,0000	110,00

Página: 5/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EL INFORMATICA LTDA - ME	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/ INFORMÁTICA NO SETOR	2251	1,000	85,0000	85,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	ADITIVO RADIADOR	2478	2,000	24,0000	48,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	AJUSTE DO CO2	2496	1,000	35,0000	35,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	ARRUELA BUJÃO CARTER	2450	1,000	7,0000	7,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	BALANCEAMENTO	2480	1,000	20,0000	20,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	BOTÃO DE ARRANQUE	2451	1,000	14,0000	14,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CABO DE EMBREAGEM	2445	1,000	77,8000	77,80
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CANO DE DIREÇÃO	2478	1,000	188,0000	188,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CARGA EM BATERIA	2441	1,000	15,0000	15,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CARGA EM BATERIA	2487	1,000	20,0000	20,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CHAVE LIGADESLIGA	2471	1,000	5,0000	5,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CONSRTO DE ARRANQUE	2476	1,000	150,0000	150,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	CONSRTO DE INJEÇÃO	2496	1,000	135,0000	135,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	2496	1,000	26,8000	26,80
ELETRO WERLANG LTDA - ME	FILTRO DE AR	2496	1,000	26,2700	26,27
ELETRO WERLANG LTDA - ME	FILTRO DE OLEO 1870	2450	1,000	23,0000	23,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	FILTRO DE OLEO 8446	2450	3,500	28,5700	100,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	GEOMETRIA EM VEICULOS	2478	1,000	45,0000	45,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	JOGO DE PASTILHA	2469	1,000	89,0000	89,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	JOGO DE VELA	2496	1,000	109,0000	109,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	KIT ELÉTRICO	2459	1,000	15,0000	15,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	KIT MECÂNICO	2478	1,000	30,0000	30,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	LAMPADA	2500	1,000	6,0000	6,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	LAMPADA 1141	2459	1,000	5,0000	5,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	LAMPADA AMARELA	2491	1,000	9,0000	9,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	LANTERNA	2488	2,000	75,0000	150,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	LENTE TRASEIRA	2462	1,000	19,3200	19,32
ELETRO WERLANG LTDA - ME	LENTE TRASEIRA	2500	1,000	25,0000	25,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	PASTILHA DE FREIO	2480	2,000	31,0000	62,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	PLANETÁRIA	2476	1,000	173,0000	173,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	RABICHO CHICOTE	2471	1,000	30,0000	30,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇO E CONSRTO DE MOTOR DE ARANQUE	2449	1,000	185,0000	185,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2444	1,000	25,0000	25,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2447	1,000	40,0000	40,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2441	1,000	60,0000	60,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2447	1,000	120,0000	120,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2451	1,000	25,0000	25,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2459	1,000	85,0000	85,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2462	1,000	10,0000	10,00

Página: 6/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2471	1,000	20,0000	20,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2488	1,000	30,0000	30,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2491	1,000	50,0000	50,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2495	1,000	85,0000	85,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2500	1,000	20,0000	20,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2444	1,000	80,0000	80,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2464	1,000	35,0000	35,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2478	1,000	190,0000	190,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2480	1,000	40,0000	40,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2445	1,000	30,0000	30,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2469	1,000	95,0000	95,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2495	1,000	50,0000	50,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SOQUETE DE LÂMPADA	2451	1,000	2,0000	2,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	SUPORTE ESCOVAS	2476	1,000	63,0000	63,00
ELETRO WERLANG LTDA - ME	VELA DO MOTOR	2447	1,000	33,0000	33,00
ELMOR ALOISIUS TROJACK - ME	ALGEROSA GALVANIZADA	2503	10,940	27,5000	300,85
ELMOR ALOISIUS TROJACK - ME	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE CALHA E MANTA	2503	1,000	380,0000	380,00
EMPRESA JORNALISTICA FONTE LTDA - ME	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	2259	1,000	2.891,7400	2.891,74
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGE	TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OFICINA SOBRE VIGILÂNCIA SOCIOASSIS	2335	1,000	300,0000	300,00
FATMA - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	TAXA DE CERTIDÃO AMBIENTAL DA FATMA	2430	1,000	64,8100	64,81
FAZOLO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA	BATERIA 3V CR 123 LITHIUM ALL TECH 1330	2384	10,000	12,9000	129,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ABRACADEIRA MANGA	2549	2,000	18,0000	36,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ABRACADEIRA PLÁSTICA	2531	4,000	1,5000	6,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ABRACADEIRA PLÁSTICA	2646	6,000	1,0000	6,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL DE VEDAÇÃO	2531	1,000	8,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL DE VEDAÇÃO	2549	6,000	8,0000	48,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL DE VEDAÇÃO	2576	1,000	6,0000	6,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL DE VEDAÇÃO	2646	6,000	8,0000	48,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL DE VEDAÇÃO BORRACHA	2636	5,000	2,0000	10,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL TRAVA	2512	2,000	7,5000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL TRAVA	2634	4,000	5,0000	20,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ANEL VEDAÇÃO	2616	4,000	8,0000	32,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ARRUELA	2519	4,000	1,0000	4,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ARRUELA	2549	8,000	1,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ARRUELA	2572	4,000	1,0000	4,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ARRUELA CALÇO	2636	2,000	9,0000	18,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ARRUELA DE PRESSÃO	2583	3,000	1,0000	3,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ARRUELA LISA	2543	16,000	2,2500	36,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	BARRA DE DIREÇÃO COMPLETA	2565	1,000	358,0000	358,00

Página: 7/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	BATENTE GUIA	2512	2,000	41,0000	82,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	BICO ENGRAXADEIRA	2572	1,000	17,0000	17,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	BRAÇO DE DIREÇÃO	2549	1,000	224,0000	224,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	BRAÇO DE DIREÇÃO	2549	1,000	224,0000	224,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CALÇO LATERAL	2512	4,000	147,0000	588,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CALÇO LATERAL	2514	2,000	119,8000	239,60
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CASTANHA RODA	2549	16,000	8,8000	140,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CHAVETA	2531	1,000	15,0000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CHAVETA	2596	1,000	7,0000	7,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CHAVETAS	2646	3,000	12,0000	36,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	COLA PRETA	2512	0,600	29,0000	17,40
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	COLA PRETA	2517	1,000	31,0000	31,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	COLA PRETA	2537	1,000	10,0000	10,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	COLA PRETA	2576	1,000	18,0000	18,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CONEXÃO	2588	1,000	48,0000	48,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CONTRA-PINO	2565	2,000	2,5000	5,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CORREIA POLIA	2512	3,000	68,3000	204,90
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	CRUZETA CARDÁ	2565	1,000	131,6000	131,60
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	DENTE DA CONCHA ESCAVADEIRA HIDRAULICA	2592	3,000	249,5000	748,50
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ENGRAXADEIRA	2514	4,000	2,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	ENGRAXADEIRA	2517	4,000	2,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	FILTRO DE AR	2549	1,000	158,8000	158,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	FILTRO OLEO MOTOR	2576	1,000	28,0000	28,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	FILTRO OLEO MOTOR	2634	1,000	29,0000	29,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	FILTRO PSC 75	2565	1,000	98,0000	98,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	FILTRO PSD 960/1	2565	1,000	63,0000	63,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	GRAXA	2537	1,000	23,0000	23,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	GRAXA	2549	1,000	28,0000	28,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	HELICE RADIADOR	2565	1,000	168,4000	168,40
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	HÉLICE VENTILADOR	2596	1,000	490,0000	490,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	JOGO DE LONA DE FREIO TRACÃO/TRUCK	2622	2,000	154,6000	309,20
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	JOGO DE LONAS FD 88	2537	2,000	182,5000	365,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	JUNTA DESCARGA	2624	1,000	10,0000	10,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	JUNTA DIFERENCIAL	2512	1,000	10,0000	10,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	LIQUIDO DOT 4	2596	1,000	23,0000	23,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	MANGA ESCARIFICADOR	2624	1,000	260,0000	260,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	MANGA HIDRÁULICA	2634	1,000	110,0000	110,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	MANGUEIRA SA SAPATA	2555	1,000	220,0000	220,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	MOLA RETORNO	2512	1,000	209,2000	209,20

Página: 8/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	OXIGENIO	2624	1,000	130,0000	130,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	OXIGENIO MAÇARICO	2616	1,000	30,0000	30,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2514	4,000	8,0000	32,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2531	1,000	6,0000	6,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2549	2,000	6,0000	12,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2592	1,000	15,0000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2596	2,000	7,5000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2624	3,000	4,0000	12,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO	2646	2,000	5,0000	10,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 10	2616	4,000	3,0000	12,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 12	2616	4,000	4,0000	16,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 12 MM	2512	4,000	4,0000	16,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 12 MM	2624	6,000	3,0000	18,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 14 MM	2512	8,000	4,0000	32,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 16	2592	6,000	6,0000	36,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 16 X 70	2543	16,000	12,0000	192,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 16MM	2624	4,000	4,3000	17,20
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 4MM	2624	4,000	3,0000	12,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO 8MM	2512	6,000	1,5000	9,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COM PORCA	2555	1,000	15,0000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO	2543	2,000	4,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO	2549	1,000	12,0000	12,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO	2614	2,000	9,0000	18,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO 10MM	2519	2,000	7,0000	14,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO 14MM	2519	2,000	7,5000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO 18 MM	2572	2,000	7,5000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO COMPLETO DE AÇO	2549	6,000	7,0000	42,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO CONCHA DENTE	2634	6,000	8,0000	48,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO DE AÇO 16 MM	2572	1,000	12,0000	12,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO DE AÇO COMPLETO	2517	4,000	6,0000	24,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO DE AÇO COMPLETO	2549	4,000	5,0000	20,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO DE LAMINA	2540	8,000	6,5000	52,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO ESTEIRA	2624	8,000	4,9000	39,20
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO HW - 6000574	2549	1,000	70,5000	70,50
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO PROTEÇÃO	2624	4,000	8,0000	32,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSO RODA COMPLETA	2572	1,000	17,0000	17,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSOS DE ROLETE	2540	5,000	12,0000	60,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PARAFUSOS DE ROLETE	2583	8,000	12,0000	96,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PINO	2549	1,000	88,6000	88,60

Página: 9/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PINO BOLA 31035	2549	1,000	178,0000	178,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PINO BOLA 6100172	2549	1,000	188,0000	188,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PINO CELA	2549	1,000	249,8000	249,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PINO CELA	2549	1,000	249,8000	249,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PINO CONCHA	2555	1,000	75,6000	75,60
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA	2519	2,000	1,5000	3,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA	2549	25,000	2,4000	60,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA	2555	4,000	2,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA	2592	3,000	9,0000	27,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA	2624	8,000	2,1000	16,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA	2634	6,000	4,0000	24,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA 1/4	2549	30,000	0,1000	3,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA BRAÇO HW6001220	2549	2,000	10,0000	20,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA CARDÃ	2565	1,000	34,3000	34,30
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA DUPLA	2512	6,000	3,0000	18,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA DUPLA	2572	1,000	4,0000	4,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA HW-6001167	2549	1,000	23,0000	23,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA HW-6001216	2549	1,000	10,0000	10,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCA LAMINA	2540	8,000	4,0000	32,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCAS BRAÇO HW6001218	2549	2,000	23,0000	46,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PORCAS DUPLAS	2614	2,000	4,0000	8,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	PRISIONEIRO	2549	25,000	7,5000	187,50
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REBITE	2537	1,000	30,0000	30,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REBITES PARA LONA DE FREIO	2622	133,000	0,0900	11,97
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO	2549	2,000	104,8500	209,70
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO - 3391	2549	1,000	210,9000	210,90
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO 9581	2549	1,000	219,0000	219,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO ALAVANCA	2565	1,000	72,1000	72,10
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO DA EMBREAGEM	2596	1,000	338,0000	338,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO ESTEIRA	2624	1,000	78,6000	78,60
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO PISTÃO	2549	1,000	212,8000	212,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO PISTÃO	2588	1,000	112,3000	112,30
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO PISTÃO	2634	1,000	96,6000	96,60
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO PISTÃO ESTABIL	2616	1,000	253,4000	253,40
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	REPARO PISTÃO GIRO	2549	1,000	67,8000	67,80
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	RETENTOR	2512	2,000	19,3000	38,60
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	RETENTOR	2514	1,000	50,0000	50,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	RETENTOR LATERAL	2512	1,000	147,0000	147,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	RETENTOR TRASEIRO	2537	1,000	39,0000	39,00

Página: 10/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	RETENTOR TRASEIRO	2549	1,000	69,0000	69,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	ROLAMENTO	2512	2,000	101,6000	203,20
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	ROLAMENTO	2514	1,000	175,0000	175,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	ROLAMENTO HW	2549	1,000	64,9000	64,90
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SEMI - EIXO	2512	1,000	151,2000	151,20
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇO DE TORNO INDUSTRIAL	2512	1,000	125,0000	125,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2539	1,000	80,0000	80,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2565	1,000	280,0000	280,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2588	1,000	148,0000	148,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2624	1,000	280,0000	280,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	2549	1,000	235,0000	235,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2514	1,000	50,0000	50,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2519	1,000	15,0000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2531	1,000	73,0000	73,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2539	1,000	25,0000	25,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2540	1,000	370,0000	370,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2549	1,000	90,0000	90,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2576	1,000	110,0000	110,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2614	1,000	60,0000	60,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2633	1,000	220,0000	220,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2634	1,000	240,0000	240,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2636	1,000	65,0000	65,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2512	1,000	385,0000	385,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2514	1,000	150,0000	150,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2517	1,000	110,0000	110,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2537	1,000	180,0000	180,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2543	1,000	640,0000	640,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2555	1,000	30,0000	30,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2555	1,000	30,0000	30,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2555	1,000	30,0000	30,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2565	1,000	123,0000	123,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2576	1,000	15,0000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2583	1,000	270,0000	270,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2588	1,000	150,0000	150,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2592	1,000	350,0000	350,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2596	1,000	148,0000	148,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2616	1,000	170,0000	170,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2622	1,000	170,0000	170,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSP	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2624	1,000	80,0000	80,00

Página: 11/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2646	1,000	185,0000	185,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO PISTÃO	2549	1,000	130,0000	130,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOCORRO	2549	1,000	100,0000	100,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2539	1,000	40,0000	40,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2543	1,000	180,0000	180,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2565	1,000	160,0000	160,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2588	1,000	160,0000	160,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2592	1,000	150,0000	150,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2596	1,000	75,0000	75,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2624	1,000	90,0000	90,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2633	1,000	80,0000	80,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2634	1,000	115,0000	115,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2636	1,000	40,0000	40,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2648	1,000	130,0000	130,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2514	1,000	90,0000	90,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE TORNO	2549	1,000	170,0000	170,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SERVIÇOS DE TORNO	2624	1,000	129,4000	129,40
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SILENCIOSO	2539	1,000	25,0000	25,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA	2549	1,000	86,0000	86,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA	2555	1,000	45,0000	45,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA DE METAL	2549	2,000	24,0000	48,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA DE OXIGÊNIO	2514	1,000	60,0000	60,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA MIG	2517	1,000	45,0000	45,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA MIG	2540	1,000	60,0000	60,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA MIG	2555	1,000	45,0000	45,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SOLDA MIG	2614	1,000	80,0000	80,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SPRAY	2540	2,000	7,5000	15,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SPRAY	2583	1,000	9,0000	9,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	SPRAY DESENCRAVANTE	2543	1,000	9,0000	9,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	TAMPA PISTÃO	2616	1,000	375,0000	375,00
FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPI	TRAVA ROSCA	2585	0,500	20,0000	10,00
FUNDO DE MATERIAIS PUB E IMPRESSOS OFIC	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	2290	1,000	165,3900	165,39
FUNDO DE MATERIAIS PUB E IMPRESSOS OFIC	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	2386	1,000	155,6600	155,66
GL COMERCIAL EIRELI - ME	PNEU 275/80 R 22.5 - LISO MISTO	2349	2,000	1,254,0000	2,508,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELET	APARELHO DE TELEFONE SIMPLES COM FIO	2408	1,000	55,0000	55,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELET	CABO PP EMBORRACHADO PRETO 2 X 2,5 MM	2298	5,000	3,7300	18,65
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELET	CINTAS PLÁSTICAS	2298	10,000	0,1000	1,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELET	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS	2298	2,000	30,0000	60,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELET	LAMPADA HALOGENEA 500 W	2298	3,000	10,0000	30,00

Página: 12/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELEI	LAMPADA METALICA 250 W	2674	5,000	55,8880	279,44
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELEI	REATOR METALICO 250 W	2674	1,000	97,5000	97,50
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELEI	REFLETOR LAMPADA HALOG 300 W	2298	3,000	35,0000	105,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELEI	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADOR	2298	1,000	60,0000	60,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELEI	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	2298	1,000	100,0000	100,00
IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELEI	SERVIÇOS ELETRICOS REFER A INSTALAÇÕES C/ MÃO DE OBRA	2674	1,000	480,0000	480,00
IMPrensa NACIONAL	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	2362	1,000	121,4800	121,48
INACIO RAUBER - ME	CONFECÇÃO DE CHAVE YALE	2314	7,000	28,0000	196,00
INACIO RAUBER - ME	CONFECÇÃO DE CHAVES YALE PEQUENAS	2314	6,000	8,0000	48,00
INACIO RAUBER - ME	CONFECÇÃO DE CHAVES YALE PEQUENAS	2336	56,000	6,0000	336,00
INACIO RAUBER - ME	SERVIÇOS DE ABERTURA DE FECHADURA	2409	2,000	30,0000	60,00
INACIO RAUBER - ME	SERVIÇOS DE ABERTURA DE FECHADURA	2409	2,000	20,0000	40,00
INACIO RAUBER - ME	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CHAVE GORJA	2409	5,000	5,0000	25,00
INACIO RAUBER - ME	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CHAVE YALE	2409	11,000	5,0000	55,00
INACIO RAUBER - ME	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CHAVES	2409	8,000	7,0000	56,00
INACIO RAUBER - ME	SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE CILINDRO DE FECHADURA	2409	2,000	20,0000	40,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	BARRA DE TRAÇÃO	2551	1,000	700,0000	700,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	CABO DE AÇO	2530	4,500	50,0000	225,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	CLIPS	2530	4,000	10,0000	40,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	GANCHOS REFORÇADOS	2530	2,000	175,0000	350,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE CONSRTO REFORMA TRAVES ESPORTIVAS	2436	2,000	300,0000	600,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2559	1,000	250,0000	250,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2508	1,000	250,0000	250,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2516	1,000	400,0000	400,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2551	1,000	220,0000	220,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2575	1,000	350,0000	350,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2580	1,000	80,0000	80,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2587	1,000	300,0000	300,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2598	1,000	1,010,0000	1,010,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2601	1,000	600,0000	600,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2610	1,000	80,0000	80,00
IRMÃOS HERBERT LTDA	TRAVE DE FERRO PARA FUTEBOL SUIÇO	2436	2,000	950,0000	1,900,00
JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP	CARRETÃO AGRICOLA BASCULANTE METALICO	2414	1,000	16,170,0000	16,170,00
JOSE HOSS - ME	TRANSPORTE DE ALUNOS - MADEIREIRA/BAIRRO OLARIA	2300	4,620,0000	3,3000	15,246,00
KNORST E CIA LTDA - EPP	BARRA DE CHOCOLATE AO LEITE 130 GRAMAS	2358	160,000	3,9900	638,40
KNORST E CIA LTDA - EPP	BOMBOM PCT 01 KG	2358	8,000	24,9900	199,92
LAERTE MARCOS GOTTSCHALK	JUNTA SEMI EIXO	2644	1,000	8,0000	8,00
LAERTE MARCOS GOTTSCHALK	PORCA DA CARCAÇA	2644	1,000	37,0000	37,00
LAERTE MARCOS GOTTSCHALK	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2644	1,000	110,0000	110,00

Página: 13/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LAERTE MARCOS GOTTSCHALK	TAMPA CUBO TRASEIRO	2644	1,000	40,0000	40,00
LEONIR JOSE SCHWARTZ 46027033991	SERVIÇO DE CONsertos DE PORTAS CORREDIÇAS DA VIATURA ABTR 01	2303	1,000	360,0000	360,00
LEONIR JOSE SCHWARTZ 46027033991	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO E PINTURA NO CAMINHÃO ABT 68	2303	1,000	580,0000	580,00
LUIZ KROLOF - ME	ADITIVO	2651	2,000	20,0000	40,00
LUIZ KROLOF - ME	CARTER	2307	1,000	580,0000	580,00
LUIZ KROLOF - ME	FILTRO DE OLEO	2307	1,000	30,0000	30,00
LUIZ KROLOF - ME	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	2307	1,000	85,0000	85,00
LUIZ KROLOF - ME	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	2482	1,000	85,0000	85,00
LUIZ KROLOF - ME	RADIADOR	2651	1,000	489,0000	489,00
LUIZ KROLOF - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2307	1,000	225,0000	225,00
LUIZ KROLOF - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2482	1,000	35,0000	35,00
LUIZ KROLOF - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2651	1,000	90,0000	90,00
MARLENE A.M. DE ANDRADE	ARRUELA 7/16	2642	2,000	0,5000	1,00
MARLENE A.M. DE ANDRADE	CRUZETA CARDÃ	2642	1,000	70,0000	70,00
MARLENE A.M. DE ANDRADE	JOGO EMBUCHAMENTO DIREÇÃO	2642	1,000	200,0000	200,00
MARLENE A.M. DE ANDRADE	LUVAS DO CARDÃ	2642	1,000	285,0000	285,00
MARLENE A.M. DE ANDRADE	PARAFUSO 8 X 30	2642	2,000	2,0000	4,00
MARLENE A.M. DE ANDRADE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DIVERSOS	2642	1,000	180,0000	180,00
MECANICA TRICOLOR LTDA-ME	SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ROLETES	2507	1,000	270,0000	270,00
MECANICA TRICOLOR LTDA-ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2507	1,000	300,0000	300,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ABRAÇADEIRA TRAVANTE	2527	4,000	0,5000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ABRAÇADEIRA TRAVANTE	2557	20,000	0,5000	10,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ABRAÇADEIRA TRAVANTE	2606	4,000	0,7500	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ABRAÇADEIRA TRAVANTE	2629	2,000	0,7500	1,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ALGEMA MOLA DIANTEIRA	2594	1,000	58,0000	58,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA	2527	1,000	3,0000	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA	2535	4,000	0,5000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA 1/4	2602	2,000	0,3800	0,76
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA 10 MM	2612	6,000	0,4000	2,40
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA 3/8	2590	22,000	0,5000	11,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA 6 MM	2590	6,000	0,2500	1,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA 9/16	2594	8,000	0,7500	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA AJUSTE	2557	1,000	4,0000	4,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA DE ALUMINIO	2525	2,000	2,5000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA ESTOFADOR	2612	4,000	0,5000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA LISA	2511	2,000	1,2500	2,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA LISA	2626	4,000	1,2500	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA LISA 1/2	2406	12,000	0,7500	9,00

Página: 14/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA LISA 1/2	2672	12,000	0,7500	9,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA PINO MOLA	2557	5,000	3,0000	15,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA PINO MOLA	2594	4,000	3,5000	14,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA PINO MOLA	2618	5,000	3,5000	17,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ARRUELA PRESSÃO	2511	2,000	2,5000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ASSENTO DE MOLA	2557	1,000	75,0000	75,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BADANA 60 MM	2590	1,570	70,0000	109,90
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BOMBA ESGUICHADORA DE AGUA	2400	1,000	48,0000	48,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BORDANA	2527	1,000	75,0000	75,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA AMORTECEDOR DIANTEIRO	2404	2,000	25,0000	50,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA AMORTECEDOR TRASEIRO	2404	2,000	11,5000	23,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA	2521	2,000	16,0000	32,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA DE MOLA	2557	3,000	8,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA JUMELO	2387	2,000	33,0000	66,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA MOLA DIANTEIRA	2594	6,000	7,0000	42,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	BUCHA TRAZEIRA DE MOLA	2553	2,000	34,0000	68,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CABO DE EMBREAGEM	2573	1,000	60,0000	60,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CALÇO DA CAIXA	2331	1,000	184,0000	184,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CALÇO SEPARADOR FEIXE MOLA	2557	1,000	78,0000	78,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CILINDRO MESTRE	2560	1,000	385,0000	385,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CINTA TANQUE	2570	1,000	29,0000	29,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	COLA TRAVA ROSCA	2535	1,000	16,0000	16,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CORREIA MULTI V	2527	1,000	65,0000	65,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	COXIM CABINE GRANDE	2594	1,000	12,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	COXIM CABINE PEQUENO	2594	1,000	7,0000	7,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	COXIM RADIADOR	2638	1,000	12,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	COXIM TRASEIRO	2535	2,000	70,0000	140,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CRUZETA CARDÃ	2631	1,000	265,0000	265,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	CUNHA DE MOLA	2557	1,000	20,0000	20,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	DESCANSA BRAÇO	2570	1,000	25,0000	25,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	DISCO DE CORTE	2527	2,000	7,5000	15,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	DISCO DE CORTE	2629	6,000	8,0000	48,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	DISCO DE DESBASTE	2527	1,000	13,0000	13,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	DISCO DESBASTE	2557	2,000	13,0000	26,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	EMBUCHAMENTO	2594	1,000	145,0000	145,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ENGRAXADEIRA	2557	4,000	3,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ENGRAXADEIRA	2612	1,000	3,0000	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ENGRAXADEIRA 1/8	2594	2,000	3,0000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FECHADURA PARA PORTA	2612	1,000	45,0000	45,00

Página: 15/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FERRO BARRA CHATA	2527	4,000	12,0000	48,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FERRO BARRA CHATA	2557	2,000	12,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FERRO BARRA CHATA	2590	2,000	12,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FERRO BARRA CHATA	2594	4,000	12,0000	48,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FERRO DE CANTONEIRA P/ PROTEÇÃO	2590	2,000	11,0000	22,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO AP 9834	2594	1,000	70,0000	70,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO AR	2527	1,000	128,0000	128,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO COMBUSTÍVEL	2527	1,000	60,0000	60,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE	2527	1,000	22,0000	22,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO LUBRIFICANTE	2527	1,000	42,0000	42,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO LUBRIFICANTE	2557	2,000	12,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO P 2519	2594	1,000	26,0000	26,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO PSC 498/5	2406	1,000	94,0000	94,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO SECADOR	2301	1,000	120,0000	120,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	2527	1,000	60,0000	60,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	FLEXIVEL DE BOMBA INJETORA	2525	1,000	22,0000	22,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	GRAMPO 3/4 X 82 X 420	2557	1,000	40,0000	40,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	GRAMPO 3/4 X 82 X 470	2570	1,000	45,0000	45,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	GRAMPO FORRAÇÃO	2527	8,000	2,0000	16,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	GRAMPO MOLA 3/4 X 82 X 480	2594	1,000	47,0000	47,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	GREMALHEIRA	2535	1,000	235,0000	235,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	HASTE DA MAÇANETA	2527	1,000	28,0000	28,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	INSERTO 12 MM	2557	3,000	2,0000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	JUNTA ESCAPAMENTO	2557	2,000	15,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	JUNTA UNIVERSAL	2527	1,000	195,0000	195,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	JUNTA UNIVERSAL	2570	1,000	160,0000	160,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	KIT EMBREAGEM	2331	1,000	2,547,0000	2,547,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	KIT EMBREAGEM	2535	1,000	3,000,0000	3,000,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	LANTERNA PISCA DIANTEIRA	2612	1,000	25,0000	25,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	LENTE LANTERNA TRASEIRA	2527	1,000	25,0000	25,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	LUVAS DE REDUÇÃO	2557	1,000	40,0000	40,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MAÇANETA DO VIDRO	2573	1,000	15,0000	15,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MAÇANETA DO VIDRO	2612	1,000	12,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MAÇANETA INTERNA	2521	1,000	20,0000	20,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MAÇANETA INTERNA	2523	1,000	20,0000	20,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MAQUINA DE VIDRO	2573	1,000	85,0000	85,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA AG 43.1	2406	1,000	218,0000	218,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 120.1	2521	1,000	335,0000	335,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 125.3	2557	1,000	85,0000	85,00

Página: 16/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 125.4	2557	1,000	70,0000	70,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 346.2	2594	1,000	270,0000	270,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 354.1	2570	1,000	223,0000	223,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 354.2	2570	1,000	187,0000	187,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA MB 354.3	2570	1,000	160,0000	160,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	MOLA VW 138.1	2533	2,000	284,0000	568,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	OXIGENIO PARA SOLDA MIG	2590	1,000	470,0000	470,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PALHETA	2594	3,000	26,0000	78,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO	2612	4,000	0,5000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 10 X 30 MM	2590	12,000	2,5000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 10 X 30 MM	2640	2,000	2,5000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 10 X 40	2535	2,000	2,5000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 10 X 40	2612	4,000	2,5000	10,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 10 X 60	2527	2,000	3,0000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 12 X 40	2406	6,000	3,0000	18,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 12 X 45	2672	6,000	4,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 12 X 70	2527	1,000	5,0000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 12 X 70	2590	3,000	4,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 12 X 80	2533	2,000	5,0000	10,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 12X140	2557	3,000	5,0000	15,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 14 X 60	2404	1,000	7,0000	7,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 14 X 60	2533	1,000	6,0000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 3/4 X 5	2594	4,000	5,5000	22,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 3/8 X 3 MM	2626	2,000	14,0000	28,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 5/16 X 3 MM	2590	1,000	5,0000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 6 X 20 MM	2590	8,000	3,5000	28,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 6 X 25	2602	9,000	1,5000	13,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 6X15 OVAL	2594	2,000	1,5000	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 8 X 100	2545	4,000	1,5000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 8 X 20	2590	1,000	3,0000	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 8 X 20	2602	10,000	1,5000	15,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO 8 X 50	2560	2,000	1,7500	3,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO DE AÇO 18MM	2525	2,000	2,5000	5,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO MANGA EIXO	2594	1,000	16,0000	16,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO RODA	2511	1,000	22,0000	22,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO RODA	2618	4,000	18,0000	72,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PARAFUSO RODA 22 X 90	2567	5,000	18,0000	90,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO	2402	7,000	22,0000	154,00
			1,000	15,0000	15,00

Página: 17/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO 12 X 5	2557	1,000	10,0000	10,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO 12 X 6	2521	1,000	11,0000	11,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO 12 X 6	2570	1,000	11,0000	11,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO 12 X 7	2557	1,000	13,0000	13,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO 12 X 8	2557	1,000	12,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO CENTRO 12 X 8	2594	1,000	12,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO DE MOLA	2557	3,000	15,0000	45,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO DE MOLA CEMENT	2594	6,000	22,0000	132,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PINO TRAVA	2594	3,000	6,0000	18,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PONTEIRA FIXA CARDAN	2612	1,000	235,0000	235,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 1/4	2629	1,000	0,5000	0,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 10	2638	2,000	1,0000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 10MM	2527	1,000	2,0000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 10MM	2535	2,000	1,0000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 10MM	2594	3,000	1,0000	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12	2402	1,000	1,0000	1,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12	2557	9,000	1,0000	9,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12	2594	1,000	1,0000	1,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12 TRAVANTE	2672	6,000	2,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12MM	2404	1,000	2,0000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12MM	2521	1,000	1,0000	1,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 12MM	2533	2,000	1,5000	3,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 3/8	2590	1,000	1,0000	1,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 6MM	2590	3,000	0,3300	0,99
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA 6MM	2602	2,000	0,3800	0,76
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA DE AÇO 12 MM	2570	1,000	1,0000	1,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA DE AÇO 8 MM	2590	8,000	0,6300	5,04
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA DUPLA 3/4	2557	2,000	4,0000	8,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA DUPLA 3/4	2570	2,000	4,0000	8,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA DUPLA 3/4	2594	2,000	3,5000	7,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA RODA	2511	4,000	6,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA RODA	2557	10,000	8,0000	80,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA RODA	2618	5,000	6,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVA 12 MM	2406	6,000	2,0000	12,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE	2612	6,000	1,5000	9,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE	2629	1,000	2,0000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE 10 MM	2640	2,000	1,0000	2,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE 12 MM	2590	3,000	2,0000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE 14 MM	2533	1,000	3,0000	3,00

Página: 18/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE 14 MM	2594	4,000	2,5000	10,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE 3/4	2626	2,000	3,5000	7,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PORCA TRAVANTE 8MM	2545	1,000	1,5000	1,50
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	PUNHO DA ALAVANCA	2527	1,000	35,0000	35,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	REPARO VALVULA DESCARGA RAPIDA	2301	1,000	200,0000	200,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	REPARO VALVULA RELE	2521	1,000	160,0000	160,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	RESERVATÓRI DE AGUA	2400	1,000	70,0000	70,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	RETENTOR CAMARA	2525	2,000	15,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ROLAMENTO DO VOLANTE	2535	1,000	40,0000	40,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	ROLAMENTO SUPORTE CARDAN	2612	1,000	65,0000	65,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇO DE RETIRADA DE MANGUEIRA	2560	1,000	100,0000	100,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇO DE TORNO INDUSTRIAL	2612	1,000	150,0000	150,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2525	1,000	140,0000	140,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2629	1,000	265,0000	265,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	2638	1,000	50,0000	50,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PEÇAS	2590	2,000	45,0000	90,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2331	1,000	300,0000	300,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2402	1,000	90,0000	90,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2533	1,000	120,0000	120,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2560	1,000	70,0000	70,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2567	1,000	50,0000	50,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2570	1,000	125,0000	125,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2573	1,000	25,0000	25,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2590	1,000	205,0000	205,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2602	1,000	100,0000	100,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2611	1,000	15,0000	15,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2621	1,000	50,0000	50,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2640	1,000	50,0000	50,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	2672	1,000	120,0000	120,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2301	1,000	75,0000	75,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2387	1,000	45,0000	45,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2400	1,000	30,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2404	1,000	55,0000	55,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2406	1,000	70,0000	70,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2521	1,000	195,0000	195,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2523	1,000	25,0000	25,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2527	1,000	340,0000	340,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2535	1,000	400,0000	400,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2545	1,000	80,0000	80,00

Página: 19/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2553	1,000	80,0000	80,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2557	1,000	200,0000	200,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2560	1,000	80,0000	80,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2570	1,000	80,0000	80,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2573	1,000	25,0000	25,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2590	1,000	105,0000	105,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2594	1,000	420,0000	420,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2606	1,000	175,0000	175,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2612	1,000	200,0000	200,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2631	1,000	90,0000	90,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2527	1,000	235,0000	235,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2545	1,000	135,0000	135,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2560	1,000	30,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2567	1,000	50,0000	50,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2570	1,000	65,0000	65,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2594	1,000	120,0000	120,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2602	1,000	40,0000	40,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2606	1,000	30,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2611	1,000	30,0000	30,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2612	1,000	85,0000	85,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2621	1,000	85,0000	85,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2629	1,000	110,0000	110,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2638	1,000	75,0000	75,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2640	1,000	60,0000	60,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	2672	1,000	20,0000	20,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SOLDA	2535	1,000	40,0000	40,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SOLDA	2557	1,000	60,0000	60,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SOLDA	2557	1,000	80,0000	80,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	SUPORTE DE MOLA TRASEIRO	2533	1,000	495,0000	495,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	TAMPA DO RADIADOR	2557	1,000	7,0000	7,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	TERMINAL DE BATERIA	2594	2,000	12,0000	24,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	TIRANTE DE BARRA ESTABILIZADORA	2400	1,000	130,0000	130,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	TOMADA DA ALAVANCA	2527	1,000	10,0000	10,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	TRAVA FIXAÇÃO MAÇANETA	2612	1,000	6,0000	6,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	TUBO DE RETORNO BICO INJETOR	2553	1,000	480,0000	480,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	UNIÃO COM PORCA 12 MM	2557	2,000	18,0000	36,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	UNIÃO ENGATE RÁPIDO	2527	2,000	10,0000	20,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	UNIÃO ENGATE RÁPIDO 12	2527	2,000	10,0000	20,00
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	UNIAO ENGATE RAPIDO 6MM	2527	1,000	7,0000	7,00

Página: 20/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Outubro/2016**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	UNIÃO ENGATE RAPIDO 8	2527	2,000	8,0000	16,00
MERCADO IDEAL LTDA - ME	BALA SORTIDA PACOTE 1 KG	2359	8,000	8,9000	71,20
MERCADO IDEAL LTDA - ME	PIRULITO SORTIDO - PCT 01 KG	2359	5,000	9,9000	49,50
NC COMUNICACOES SA	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	2291	1,000	365,0000	365,00
NC COMUNICACOES SA	PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS E ATOS OFICIAIS DA ADM	2391	1,000	365,0000	365,00
NORBERTO JOSE DIEL & CIA LTDA - ME	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO	2297	2,000	69,9000	139,80
NORBERTO JOSE DIEL & CIA LTDA - ME	BOLA DE VOLEI 6.0 C/ COSTURA	2297	2,000	89,9000	179,80
NORBERTO JOSE DIEL & CIA LTDA - ME	CHINELO INFANTIL	2297	1,000	33,9000	33,90
NORBERTO JOSE DIEL & CIA LTDA - ME	CROCKS INFANTIL	2297	1,000	51,9000	51,90
NORBERTO JOSE DIEL & CIA LTDA - ME	REDE DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL - FIO 4 MM	2439	1,000	239,9000	239,90
PEGEPEL EQUIP.SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LT	APOSTILAS DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DA DEFESA CIVIL	2390	24,000	11,2500	270,00
RAUBER INDUSTRIA MECANICA LTDA - EPP	LIMPADOR DE PARA-BRISA	2435	1,000	300,0000	300,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	CORREIA B 32	2670	1,000	45,0000	45,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	FIO DE CORTE QUADRADO 3 MM	2306	100,000	0,6000	60,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	ROLAMENTO PINHÃO	2670	1,000	22,5000	22,50
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	SERVIÇO DE AFIAÇÃO DE CORRENTE	2670	1,000	10,0000	10,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	SERVIÇO DE LIMPEZA DECARBURADOR	2670	1,000	30,0000	30,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2670	1,000	40,0000	40,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	SERVIÇOS DE TROCA DE CANO	2670	1,000	234,0000	234,00
RAUBER MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	SERVIÇOS SUPORTE DA ESCADA	2670	1,000	95,0000	95,00
RESTAURANTE GALPÃO LTDA ME	MARMITA	2260	28,000	17,0000	476,00
ROQUE KOLLING ME	REFIL PARA FILTRO DE ÁGUA	2434	2,000	90,0000	180,00
VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	ADAPTADOR ORIENTAVEL MACHO	2288	1,000	98,0000	98,00
VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	CAPA 422	2288	1,000	36,8600	36,86
VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	PARAFUSO 8,8 10X50 AÇO	2288	1,000	2,0000	2,00
VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	2288	1,000	50,0000	50,00
VALTER EBERT & FILHO LTDA - ME	TERMINAL PRENS UNIV FG RETA JIC 37	2288	1,000	37,4200	37,42
Total Geral do Mês ---->					183.399,36

RELATORIO COMPRAS FMS-10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/9

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Outubro/2016.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO	JANICE HOFFMANN KLOCK ME	09.660.643/0001-36	64,00	h	16,99	1.087,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CARPinteIRO	JANICE HOFFMANN KLOCK ME	09.660.643/0001-36	38,00	h	15,99	607,62
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE	JANICE HOFFMANN KLOCK ME	09.660.643/0001-36	34,00	h	11,99	407,66
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BLOCO DE RECEITUÁRIO MÉDICO SIMPLES 1 X 50	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	200,00	un	3,60	720,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLADO ESPECIAL	GRAFICA E EDITORA VALE DAS AGUAS LTDA	08.986.219/0001-13	100,00	un	7,90	790,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPOR	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	70,00	un	19,998	1.399,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LOCAÇÃO DO SISTEMA COMPRAS/LICITAÇÕES SAUDE REF BETHA	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	1,00	un	140,58	140,58
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EXAMES LABORATORIAIS CFME RELATORIO MENSAL EM ANEXO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - ME	09.389.607/0001-80	1,00	un	277,53	277,53
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BALCÃO PARA AMBULATÓRIO	MOVESA COMERCIO DE ELETRO MOVEIS LTDA - ME	07.123.259/0001-79	1,00	un	700,00	700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALUGUEL DECONCENTRADOR DE OXIGÊNIO	BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	06.103.122/0002-70	2,00	ms	780,00	1.560,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	16.738.785/0001-34	15,00	un	1,98	29,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SABÃO EM PÓ 1 KG - PRIMEIRA QUALIDADE	SCS COMERCIO LTDA - ME	13.995.853/0001-52	30,00	un	8,00	240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AGUA SANITARIA (HIDROCLORITO DE SÓDIO)	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	10,00	cx	32,00	320,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRANSITO	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	42,56	42,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAVAGEM DO MICRO ONIBUS DA SAÚDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	6,00	un	20,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAVAGEM DE VEÍCULOS SAUDE	LAVAGEM E LUBRIFICACAO SERINGUEIRA LTDA - ME	02.341.687/0001-54	7,00	un	10,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONSORTEO DE ALTERNADOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	240,00	240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DE AR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	20,00	20,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVICO DE MEDICO CLINICO GERAL	ANFERMED - PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA - M	11.407.730/0001-28	1,00	ms	7.850,00	7.850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

Folha: 2/9

CNPJ: 11.553.540/0001-19
 RUA CONCORDIA N.100
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MEDICO CLINICO GERAL PARA ATENDIMENTO	ANFERMED - PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA - M	11.407.730/0001-28	1,00	un	11.775,00	11.775,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	OESTE CAR SERVICOS DE MECANICA EIRELI - ME	08.493.277/0001-05	1,00	S	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRA	OESTE CAR SERVICOS DE MECANICA EIRELI - ME	08.493.277/0001-05	1,00	un	268,60	268,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	EXAMES LABORATORIAIS CFME RELATORIO MENSAL EM ANEXO	JUSTINA INES WICKERT ROHR - ME	09.389.607/0001-80	1,00	un	13.423,49	13.423,49
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAVAGEM DE AMBULANCIA	LAVAGEM E BORRACHARIA COLINA LTDA - ME	13.030.926/0001-71	10,00	un	24,00	240,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇO MEDICO CLINICO GERAL PARA ATENDIMENTO	ANFERMED - PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA - M	11.407.730/0001-28	1,00	ms	15.700,00	15.700,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CUBO DA RODA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	420,00	420,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	180,00	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	INFRAÇÃO DE TRANSITO	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	638,47	638,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SEGURO DPVAT	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	246,48	246,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TAXAS DETRAN/SC	DETRAN - SC	82.951.294/0007-97	1,00	un	74,20	74,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇO DE CONserto DE INJEÇÃO E ARREFECIMENTO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	145,00	145,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE LIMPEZA DE ARREFECIMENTO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ADITIVO DO RADIADOR	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	33,00	33,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FONTE	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BATERIA PARA NO BREAK	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	2,00	un	80,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROTEADOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	110,00	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CABO DE REDE	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	69,00	m	1,00	69,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AUTO TRAFÓ	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	1,00	un	90,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DIVERSOS DE HORA TÉCNICA/INFORMATICA NO SETOR	EL INFORMATICA LTDA - ME	07.356.048/0001-86	33,25	h	37,00	1.230,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT PASTA TÉRMICA PARA AUTOCALVE	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	1,00	un	21,00	21,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MANGUEIRA TRIPLA OBLET	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	2,00	m	13,00	26,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DE EQUIPAMENTO	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	4,00	S	50,00	750,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DESLOCAMENTO PARA ATENDIMENTO	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	3,00	un	120,60	361,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE COMPRESSOR DE AR	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	1,00	S	180,00	180,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VALVULA GNATUS	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	1,00	un	189,00	189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TURBINA GNATUS PB	ODONTOMEDTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA -	20.950.730/0001-60	1,00	un	230,00	230,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REATOR ELETRONICO 2 X 40	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELÉTRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	38,00	38,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

Folha: 3/9

CNPJ: 11.553.540/0001-19
 RUA CONCORDIA N.100
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FIO FLEXIVEL 2,5 MM	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	20,00	m	1,31	26,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SENSOR DE PRESENÇA COM FOTOCELULA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	50,07	50,07
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA FLUORESCENTE 40W T10	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	2,00	pc	8,21	16,42
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA DE LED 15 W	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	1,00	un	51,87	51,87
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LX TOMADA 20 A	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	3,00	un	8,84	26,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CANALETE FINA COM FITA	IMPERIAL LUZ COMERCIO E INSTALACOES ELETRICAS LTDA	10.526.361/0001-20	3,00	pc	8,02	24,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	serviços de confecção de adesivos	WILHAN JON DE ALMEIDA - ME	08.578.140/0001-53	1,00	un	480,00	480,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CAPACITOR DO CONDICIONADOR DE AR	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	pc	115,00	115,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CARGA DE GÁS REF. A CLIMATIZADOR	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	78,00	78,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E REPAROS EM CLIMATIZADOR	OESTE ELETRO MOVEIS LTDA ME	76.872.514/0001-07	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	pc	20,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA DA SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	48,00	48,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COXIM	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	69,00	69,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	S	80,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CALÇO DO MOTOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	149,00	149,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMORTECEDOR DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	282,50	565,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	97,00	97,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	S	115,00	230,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DE OLEO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	31,00	62,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CALÇO DA CAIXA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	167,50	335,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT ESTABILIZADOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	25,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	kg	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COXIM DO CAMBIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	215,00	215,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	3,00	kg	75,00	225,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	pc	28,00	56,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DE OLEO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	30,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE DISCO DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	kg	189,00	189,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	S	37,50	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	134,00	134,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA DA BANDEJA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	69,50	139,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19

RUA CONCORDIA N.100

C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 4/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	lg	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	35,00	35,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	lg	157,00	157,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO DE RODA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	250,00	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	185,00	185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA DA SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	82,00	82,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	S	280,00	560,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	S	35,00	35,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SUPORTE DE BARRA TENSORA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	73,00	146,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT EMBREAGEM	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	349,00	349,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PIVÔ DA SUSPENSÃO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	84,00	168,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	3,00	lg	65,00	195,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT AMORTECEDOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	29,00	58,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DE COMBUSTIVEL 01	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	28,00	28,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TENSOR DA CORREIA DENTADA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	pc	115,00	115,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COXIM DO MOTOR	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CORREIA DENTADA	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AMORTECEDOR DIANTEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	210,00	420,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT ROLAMENTO TRASEIRO	LUIZ KROLOF - ME	80.657.802/0001-08	2,00	un	70,00	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE ABERTURA DE FECHADURA	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	1,00	un	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CHAVE GORJA	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	10,00	un	6,00	60,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CHAVES PLASTICAS	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	1,00	S	20,00	20,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE CONserto EM FACHADURA DE ARMÁRIO	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	1,00	S	40,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE CONserto DE FECHADURA	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	4,00	un	27,50	110,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE CILINDRO DE FECHADURA	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	2,00	un	25,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CHAVE YALE	INACIO RAUBER - ME	79.293.205/0001-62	25,00	un	7,00	175,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONserto DE COMPRESSOR DE AR	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	S	140,00	140,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E DESLOCAMENTO	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	S	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DISJUNTOR	MARCIO ZART ELETROELETRONICA - ME	13.665.603/0001-54	1,00	un	15,00	15,00

ESTADO DE SANTA CATARINA								Folha: 5/9
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS								
CNPJ: 11.553.540/0001-19								
RUA CONCORDIA N.100								
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC								
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PALHETAS	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	lg	34,60	34,60	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE INJEÇÃO ELETRÔNICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	170,00	170,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA SEI 43	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	25,00	25,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	10,00	10,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA H7	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	27,00	27,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PALHETA 22 - 22	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	2,00	un	36,00	72,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	S	35,00	35,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	25,00	25,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BATERIA 45 AH	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	312,00	312,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TERMINAL	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	7,00	7,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ABRAÇADEIRA PARA BATERIA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	8,00	8,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BATERIA 90AH PREMIUM	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	528,00	528,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	ELETRO WERLANG LTDA - ME	75.522.367/0001-74	1,00	un	20,00	20,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	120,00	120,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA H4 12 V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	30,00	30,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PALHETA DO PARABRISA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	un	36,00	72,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	3,00	un	7,00	21,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA H7 12 V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	45,00	45,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	95,00	95,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE TORNO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	50,00	50,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LAMPADA FLUORESCENTE	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	32,00	32,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REATOR	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	60,00	60,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	2,00	pc	5,00	10,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CORREIA MICRO V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	72,00	72,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RELÊ	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	30,00	30,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PC-947 MASTER	A E AUTO PEÇAS LTDA - ME	05.783.836/0001-23	1,00	un	58,00	58,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HOMOCINÉTICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	318,60	318,60	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	S	145,00	290,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MECANICO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	80,00	80,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	105,00	105,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	1,00	2,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TRIZETA CAIXA CAMBIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	193,10	193,10	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANÉIS DESCARGA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPEÇAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	5,00	un	5,00	25,00	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS**

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 6/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANEL DE DESCARGA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	pc	5,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO RODA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	un	8,00	64,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	331,30	331,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SPRAY DESENCRAVANTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,50	un	10,00	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OLEO LUBRIFICANTE 5W/30	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	7,00	l	38,50	269,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO OLEO MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OLEO MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	8,00	l	39,00	312,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	lg	196,70	196,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	260,00	260,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OLEO DO CAMBIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	l	68,00	68,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO AR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	98,00	98,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 8MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	4,00	8,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ABRAÇADEIRA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	6,00	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT EMBREAGEM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	1.278,00	1.278,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	215,00	215,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE TORNO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OLEO MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	9,00	l	44,30	398,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO OLEO MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	65,30	65,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO CUBO TRASEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	272,30	272,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	lg	185,40	185,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PORCA CUBO DIANTEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	27,00	27,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO COMBUSTIVEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	65,00	65,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO CUBO DIANTEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	312,60	312,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
 RUA CONCORDIA N.100
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Folha: 7/9

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OLEO MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	9,00	l	39,00	351,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	900,00	900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ABRACADEIRA 22X32	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	6,00	un	3,50	21,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLA ALTA TEMPERATURA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	12,00	12,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CABECOTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	6.385,00	6.385,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	120,00	120,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	GRAXA - KG	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	kg	23,00	23,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CONTRA PINO GRANDE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	2,50	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	RENTOR DA RODA DIANTEIRA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	17,00	34,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO DIANTEIRO EXTERNO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	68,50	137,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ROLAMENTO DIANTEIRO INTERNO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	89,00	178,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ARRUELA DE VEDAÇÃO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	2,50	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FLEXIVEL FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	70,00	70,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	275,00	275,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	S	25,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	OLEO EXTRA TURBO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	7,00	l	14,00	98,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANTICORROSIVO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	20,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ANEL BORRACHA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	5,00	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SELA MOTOR	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	10,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TAMPA RESERVATÓRIO D' AGUA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	15,00	15,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO PSL 340	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	77,00	77,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	kg	93,50	187,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TERMINAL DE DIREÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	98,10	98,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BARRA DE DIREÇÃO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	324,10	324,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	185,00	185,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MANGUEIRA DO RADIADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	pc	123,10	123,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CORREIA ALTERNADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	55,60	55,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA MOLA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	24,00	96,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

Folha: 8/9

CNPJ: 11.553.540/0001-19
 RUA CONCORDIA N.100
 C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 10MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	6,00	un	3,00	18,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 16 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	5,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 12 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	4,00	16,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BORRACHA DO ESTABILIZADOR DIANTEIRO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	18,20	36,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BORRACHA DO ESTABILIZADOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	23,80	95,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	S	130,00	130,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ABRAÇADEIRA	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	6,50	6,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ARRUELA 5/16"	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	0,50	1,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 8 X 40	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	pc	2,50	2,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE MOLA PATIM	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	20,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REBITES PARA LONA DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	56,00	un	0,15	8,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE LONA DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	kg	90,00	90,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 12 X 50	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	un	3,50	7,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DOT 4	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	22,00	22,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	JOGO DE PASTILHA DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	kg	94,00	94,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REGULADOR DO FREIO TRASEIRO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	76,00	76,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FLUIDO DE FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	3,00	un	22,00	66,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÓLEO LUBRIFICANTE	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	7,00	l	14,00	98,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	REPARO PINÇA DO FREIO	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	2,00	S	97,50	195,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO PSL 340	MECANICA TRUCAR EIRELI - ME	06.814.543/0001-29	1,00	un	77,00	77,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SPRAY DESINGRIPANTE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	6,00	6,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO OLEO MOTOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	89,00	89,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	S	102,50	205,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	KIT MOLA PASTILHA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	18,00	18,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BUCHA DO AMORTECEDOR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	4,00	un	10,00	40,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO AÇO 14 MM	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	5,00	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PASTILHA DE FREIO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	95,00	190,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLA SILICONE	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,50	un	14,00	7,00

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS</div> <div>CNPJ: 11.553.540/0001-19</div> <div>RUA CONCORDIA N.100</div> <div>C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC</div>							Folha: 9/9
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNP J / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	160,00	160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COLA PRETA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	0,50	un	20,00	10,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO 12	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	2,00	un	4,00	8,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	BOMBA DE ÁGUA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	448,90	448,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	S	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELETRICA	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	25,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE TORNIO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	25,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	pc	5,00	5,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CORREIA MICRO V	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	80,00	80,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PARAFUSO DE AÇO	AUTO ELETRICA 283 LTDA - ME	19.598.467/0001-03	1,00	un	9,00	9,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECANICA P/ REPOSIÇÃO DE PEÇAS	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	S	155,00	155,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TENSOR CORREIA COM ROLAMENTO	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	215,00	215,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DE AR	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	105,00	105,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	FILTRO DIESEL	FERSAN COMERCIO DE AUTOPECAS E TRANSPORTES LTDA -	82.810.300/0001-09	1,00	un	69,00	69,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CADEADO 40 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	20,00	20,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PREGO DE AÇO 17 X 21 C/ CABEÇA	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	9,00	9,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	CHAVE DE TUBOS 12	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	49,00	49,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,53 X 5 MM	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	1,00	un	26,00	26,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PREGO COM CABEÇA 19 X 39	FERRAGEM SÃO CARLOS LTDA	83.408.799/0001-87	2,00	un	7,50	15,00
Total Geral ---->							92.484,33

RELATORIO COMPRAS FUNDAÇÃO-10

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 19.498.254/0001-00
Rua Demétrio Lorenz
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC

Folha: 1/1

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de Outubro/2016.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA FOLHA DE PAGAM. FUNDAÇÃO	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	2,00	un	269,83	539,66
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA CONTABILIDADE FUNDAÇÃO	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	3,00	un	269,83	809,49
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	LOCAÇÃO DO SISTEMA BETHA COMPRAS FUNDAÇÃO	BETHA SISTEMAS LTDA	00.456.865/0001-67	3,00	un	181,97	545,91
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	CONTRATAÇÃO EMPRESA P/ ACESSO INTERNET IP CORPORAT	CPNET COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	06.349.207/0001-52	70,00	un	3,3333	233,33
						Total Geral ---->	2.128,39

São Domingos

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016. APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO DOMINGOS

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Tutelar de São Domingos.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de São Domingos, no uso de suas atribuições legais e regimentais, amparados pela Lei nº 8.069/90, pela Lei Municipal nº 1594, de 29 de junho de 2009, torna público que o plenário do Conselho em sessão ordinária realizada em 14 de dezembro de 2016:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Tutelar de São Domingos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 22 de dezembro de 2016.

Francismara Ap. Mariani

Presidente do Conselho Municipal

Da Criança e Adolescente

São João do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.799 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 1.799 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de até R\$ 231.049,27 (duzentos e trinta e um mil, quarenta e nove reais e vinte e sete centavos), com as seguintes classificações:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.300,00

28.846.0000.0064 – Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 8.760,00

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0123.2005 – Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.1038 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.361.0128.2036 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas R\$ 20.669,27

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 13.550,00

0601 – SEC. MUN. DE PLANEJ., CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

04.121.0123.2006 – Manutenção da Sec. De Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 670,00

23.695.0132.2044 – Manutenção e Desenvolvimento do Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.600,00

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 18.500,00

15.452.0124.2010 – Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL

..... R\$ 231.049,27

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas R\$ 120.669,27

0601 – SEC. MUN. DE PLANEJ., CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

13.392.0129.2039 – Manutenção da Cultura, Realização de Eventos, Festas e Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 110.380,00

TOTAL

..... R\$ 231.049,27

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
22 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 102 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 102 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1799, de 22 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - - Fica determinado a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 231.049,27 (duzentos e trinta e um mil, quarenta e nove reais e vinte e sete centavos), com as seguintes classificações:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 9.300,00	
28.846.0000.0064 – Inativos e Pensionistas	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 8.760,00	
0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.123.0123.2005 – Manutenção da Secretaria de Finanças	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 1.000,00	
0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0128.1038 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 100.000,00	
12.361.0128.2036 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 20.669,27	
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 13.550,00	
0601 – SEC. MUN. DE PLANEJ., CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE	
04.121.0123.2006 – Manutenção da Sec. De Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 670,00	
23.695.0132.2044 – Manutenção e Desenvolvimento do Turismo	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 2.600,00	
0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS	
26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 32.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 18.500,00	
15.452.0124.2010 – Manutenção da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 7.000,00	
TOTAL	
..... R\$ 231.049,27	

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 120.669,27	
0601 – SEC. MUN. DE PLANEJ., CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE	
13.392.0129.2039 – Manutenção da Cultura, Realização de Eventos, Festas e Atividades Culturais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 110.380,00	
TOTAL	
..... R\$ 231.049,27	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

22 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2016

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA SEXTAVADA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E SINALIZAÇÃO DA RUA NOELSI FRANCELINO PEREIRA. EXTENSÃO: 243,13M, LARGURA: 8M, VILA SANTA CATARINA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, CONFORME CONTRATO DE CONVÊNIO 102459-34/2015 JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 20/12/2016 à 31/12/2017.

VALOR: R\$ 294.820,75 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 65/2016 – Tomada de Preços nº 03/2016 de 02/12/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 – 26.782.0135.1056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.0024; 0901 – 26.782.0135.1056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2016

OBJETO: pavimentação, com pedra sextavada e drenagem, das Ruas "A" "B" e "C" na localidade de Vila Santa Catarina totalizando 242,34m de extensão e 6m de largura, conforme localização, condições, especificações, quantitativos e demais dados técnicos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico e demais anexos do presente edital. O presente objeto é decorrente de convênio/contrato nº 829819/2016- Processo 1029694-94/2016 junto a Caixa Econômica Federal.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 20/12/2016 à 31/12/2017.

VALOR: R\$ 204.883,47 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 62/2016 – Tomada de Preços nº 02/2016 de 18/11/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0901 – 26.782.0135.1056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.0024; 0901 – 26.782.0135.1056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 046/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 046/2016

OBJETO: Prestação de serviços de saúde na área ambulatorial para os procedimentos de Laboratórios de Análises, especificamente Procedimentos com Finalidade Diagnóstica – Grupo 02, Subgrupos: 02, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, de acordo com as normas do SUS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: LABORATORIO SÃO JOÃO DO SUL LTDA

VALOR: R\$ 23.189,59 – Total

VIGÊNCIA: 30/12/2016 á 31/12/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Publica nº 01/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0701 – 10.301.0127.2024 – 3.3.90.39.50.00.00.00.0078.

São João do Sul, 30 de Novembro de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016 DE 17/11/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016 DE 17/11/2016.

OBJETO: TRATOR AGRÍCOLA NOVO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DO CONTRATO 833072/2016 PROCESSO 1033000-55/2016 JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, após análise a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa: ITUARA LTDA no item único pelo valor de R\$ 89.699,00. Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontram-se apensos ao processo licitatório à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

São João do Sul, 22 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 44/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 44/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS E DE AFERIÇÃO (CLORÍMETRO, LUXÍMETRO E MEDIDOR DE PH), PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: HAYA INFORMÁTICA LTDA ME

VALOR: R\$ 4.854,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 21/2016 – Pregão Presencial nº 06/2016 de 28/10/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.304.0127.0125 – 4.4.90.52.04.00.00.00.3049; 0701 – 10.304.0127.10.25 – 4.4.90.52.30.00.00.00.3049.

São João do Sul, 23 de Novembro de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 45/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 45/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS E DE AFERIÇÃO (CLORÍMETRO, LUXÍMETRO E MEDIDOR DE PH), PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP

VALOR: R\$ 8.370,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 21/2016 – Pregão Presencial nº 06/2016 de 28/10/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 – 10.304.0127.0125 – 4.4.90.52.12.00.00.00.3049; 0701 – 10.304.0127.10.25 – 4.4.90.52.33.00.00.00.3049; 0701 – 10.304.0127.10.25 – 4.4.90.52.35.00.00.00.3049..

São João do Sul, 23 de Novembro de 2016.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2016 – PE 128/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2016 – PE 128/2016 – Processo 601/2016 – Proc. Adm. 22543/2016 – Fornecedor: ELITO SCAINI REFEIÇÕES EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) CONFORME CARDÁPIO FORNECIDO PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 71.760,00 (setenta e um mil, setecentos e sessenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17 de novembro de 2016.

DECRETO Nº 7214/2016

DECRETO Nº 7214/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 2.262.900,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil e novecentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

344 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 2.262.900,00
Total desta Atividade
.. R\$ 2.262.900,00
Total do Órgão
R\$ 2.262.900,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 2.262.900,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 2.262.900,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil e novecentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

224 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 806.000,00
231 – 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 612.000,00
237 – 3.1.91.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 574.000,00

229 – 3.1.90.11.00.00.0099 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 270.900,00
Total desta Atividade
.. R\$ 2.262.900,00
Total do Órgão
R\$ 2.262.900,00
Total da Anulação
R\$ 2.262.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de novembro de 2016

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7299/2016

DECRETO Nº 7299/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 6412, de 05 de maio de 2016, que nomeia a servidora AMABILLY DOS SANTOS para o cargo em comissão de Diretor de Centros de Saúde – CCM7, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7318/2016

DECRETO Nº 7318/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 543.365,29 (quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.201 – Funcionamento e Manutenção das Entidades

Filantrópicas – E.I.

339 - 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 543.365,29

Total desta Atividade

.... R\$ 543.365,29

Total do Órgão

.. R\$ 543.365,29

Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 543.365,29

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 543.365,29 (quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 – Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para

Centros de Educação Infantil

300 – 4.4.90.51.00.00.0081 – Obras e Instalações,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 288.714,97

Total deste Projeto

..... R\$ 288.714,97

08.01.12.361.0103.1.175 – Implantação, Reforma, Ampliação de Ginásios e Quadras

de Esportes – Educação

193 – 4.4.90.51.00.00.0081 – Obras e Instalações,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 36.473,25

Total deste Projeto

..... R\$ 36.473,25

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de

Educação

215 – 3.3.90.33.00.00.0081 – Passagens e Despesa com Locomoção,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 5.000,00

219 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 18.729,90

Total desta Atividade

..... R\$ 23.729,90

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

247 – 3.3.90.34.00.00.0081 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos

de Terceirização,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 19.329,51

Total desta Atividade

..... R\$ 19.329,51

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil –

Creche

326 – 3.3.90.34.00.00.0081 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos

de Terceirização,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 10.359,28

331 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 9.524,71

Total desta Atividade

..... R\$ 19.883,99

08.01.12.365.0103.2.050 – Vale Transporte – Ensino Infantil,

338 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 68.790,58

Total desta Atividade

..... R\$ 68.790,58

08.01.12.361.0103.2.051 – Vale Transporte – Ensino Fundamental

267 – 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Educação

..... R\$ 86.443,09

Total desta Atividade

..... R\$ 86.443,09

Total do Órgão

.. R\$ 543.365,29

Total da Anulação

. R\$ 543.365,29

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7319/2016

DECRETO Nº 7319/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.1.227 – Construção de Policlínicas

1321 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Ordinários – Saúde

..... R\$ 40.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 40.000,00

25.01.10.304.0102.2.143 – Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental - FMS

1389 – 3.3.90.39.00.00.0042 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios – Saúde – VISA

..... R\$ 126.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 126.000,00

25.01.10.301.0102.2.146 – Medicamentos de Processo Judicial e outros

1191 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita, Recursos Ordinários – Saúde

..... R\$ 50.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 50.000,00

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1230 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Saúde

..... R\$ 50.000,00

1229 – 3.3.90.39.00.00.0334 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos do PAB FIXO – FMS

..... R\$ 22.000,00

1225 – 3.3.90.34.00.00.0334 – Obras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos

de Terceirização

Recursos do PAB FIXO – FMS

..... R\$ 120.000,00

44931 – 3.3.90.34.00.00.0348 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de

Contratos de Terceirização

Recursos Convênios MS/SUS – COPAC

..... R\$ 210.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 402.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 618.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

R\$ 618.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.0102.1.187 – Centro de Zoonoses e Bem Estar Animal

1379 – 4.4.90.51.00.00.0042 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios – Saúde – VISA

..... R\$ 50.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 50.000,00

25.01.10.302.0102.1.227 – Construção de Policlínicas

1317 – 4.4.90.51.00.00.0082 – Obras e Instalações,

Recursos Ordinários – Saúde

..... R\$ 40.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 40.000,00

25.01.10.304.0102.2.143 – Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária e Ambiental - FMS

1392 - 4.4.90.52.00.00.0042 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios – Saúde – VISA

..... R\$ 14.980,00

1383 – 3.3.90.30.00.00.0042 – Material de Consumo,

Recursos Próprios – Saúde – VISA

..... R\$ 61.020,00

Total desta Atividade

..... R\$ 76.000,00

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

1208 – 3.1.90.94.00.00.0082 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,

Recursos Ordinários – Saúde

..... R\$ 100.000,00

1247 – 4.4.90.52.00.00.0334 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos do PAB FIXO – FMS

..... R\$ 28.958,20

1242 – 3.3.90.92.00.00.0334 – Despesas de Exercícios Anteriores,

Recursos do PAB FIXO – FMS

..... R\$ 17.672,89

1240 – 3.3.90.47.00.00.0334 – Obrigações Tributárias e Contributivas,

Recursos do PAB FIXO – FMS

..... R\$ 5.492,50

1223 – 3.3.90.33.00.00.0334 – Passagens e Despesas com Locomoção,

Recursos do PAB FIXO – FMS

..... R\$ 4.870,09

1213 – 3.3.90.14.00.00.0334 – Diárias - Civil,
Recursos do PAB FIXO – FMS
..... R\$ 18.866,36
1233 – 3.3.90.39.00.00.0334 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica,
Recursos do PAB FIXO – FMS
..... R\$ 11.164,06
1263 – 3.3.90.39.00.00.0348 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica,
Recursos Convênios MS/SUS – COPAC
.... R\$ 210.000,00
Total desta Atividade
... R\$ 397.024,10

25.01.10.301.0102.2.142 – Programa Saúde da Mulher

1177 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos do PAB FIXO – FMS
..... R\$ 37.083,84
Total desta Atividade
..... R\$ 37.083,84

25.01.10.301.0102.2.251 – Fornecimento de Fraldas Geriátricas e
Outros

1304 – 3.3.90.32.00.00.0334 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos do PAB FIXO – FMS
..... R\$ 17.892,06
Total desta Atividade
..... R\$ 17.892,06
Total do Órgão
.. R\$ 618.000,00
Total da Anulação
. R\$ 618.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7320/2016

DECRETO Nº 7320/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMEN-
TO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições,
conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com
o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância
de R\$ 534.100,50 (quinhentos e trinta e quatro mil, cem reais e
cinquenta centavos), referente às dotações consignadas no Orça-
mento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Edu-
cação Infantil –

Creche

318 – 3.1.91.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,

Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 252.557,21

Total desta Atividade
..... R\$ 252.557,27

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do En-
sino Fundamental

237 – 3.1.91.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 281.543,29

Total desta Atividade
..... R\$ 281.543,29

Total do Órgão
.. R\$ 534.100,50

Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 534.100,50

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adi-
cional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º des-
te Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$
534.100,50 (quinhentos e trinta e quatro mil, cem reais e cinquen-
ta centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Municí-
pio de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do En-
sino Fundamental

224 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determina-
do,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 239,37

225 – 3.1.90.04.00.00.0099 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB
..... R\$ 139,18

228 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 164.413,68

229 – 3.1.90.11.00.00.0099 – Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB
..... R\$ 15.979,95

231 – 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 387,47

232 – 3.1.90.13.00.00.0099 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB
..... R\$ 79.695,64

234 – 3.1.90.16.00.00.0098 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal
Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 2.170,55

236 – 3.1.90.94.00.00.0098 – Indenizações e Restituições Traba-
lhistas,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 17.168,79

238 – 3.1.91.13.00.00.0099 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB
..... R\$ 33.206,56

240 – 3.3.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB
..... R\$ 22.581,07

241 – 3.3.90.05.00.00.0099 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB
..... R\$ 298,50

Total desta Atividade
..... R\$ 336.280,78

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche
309 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 159.394,14
313 – 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 1.000,00
315 – 3.1.90.16.00.00.0098 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 8.850,69
320 – 3.3.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 6.232,97
Total desta Atividade
.... R\$ 175.477,80

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola

344 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 0,10
346 – 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 1.000,00
348 – 3.1.90.16.00.00.0098 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 10.000,00
353 – 3.3.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 11.341,82
Total desta Atividade
..... R\$ 22.341,92
Total do Órgão
.. R\$ 534.100,50
Total da Anulação
. R\$ 534.100,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7321/2016

DECRETO Nº 7321/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de

R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

3.3.90.93.00.00.0330 – Indenizações e Restituições,
Recursos de Convênio com o Governo do Estado – FUNDAM R\$ 84.000,00

Total desta Atividade
..... R\$ 84.000,00

Total do Órgão
.. R\$ 84.000,00

Total do Crédito Adicional Especial
. R\$ 84.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.3.300 – Obras da Estrada Geral do Alto Forquilha

778 – 4.4.90.51.00.00.0330 – Obras e Instalações,
Recursos de Convênio com o Governo do Estado - FUNDAM R\$ 84.000,00

Total deste Projeto
..... R\$ 84.000,00

Total do Órgão
.. R\$ 84.000,00

Total da Anulação
. R\$ 84.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 7346/2016

DECRETO Nº 7346/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 7302/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Decisão Liminar junto aos Autos de N.º 0312489-96.2016.8.24.0064;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 7302/2016, que demite a servidora CLEIDE VANUSA NETO, matrícula: 13883-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7347/2016

DECRETO nº 7347/2016

DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº 21, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, destinada a apurar infrações administrativas imputadas a servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de São José/SC, os seguintes servidores:

I- Membros titulares, sob a Presidência da primeira: JULIANA GRACIOSA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, THAÍS FARIAS DE SOUSA, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal e KARINA DA SILVA GRACIOSA, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal.

II- Membros suplentes: ILSON ELIAS, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal e WILLIAM RAMOS MOREIRA, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal.

Parágrafo único. Para secretariar os trabalhos da referida Comissão, sem poder decisório, fica designado o servidor SANDRO JOSÉ DA SILVA na qualidade de titular e o servidor RAFAEL FERREIRA JUCHEM na qualidade de suplente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7348/2016

DECRETO Nº 7348/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor OMAR JOSÉ CASSOL JUNIOR, matrícula: 395986, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30 de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7349/2016

DECRETO Nº 7349/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JOSIMARY SOUZA DA SILVA, matrícula: 155993, ocupante do cargo de Enfermeira da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7350/2016

DECRETO Nº 7350/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MARAYSA GOULART MELO, matrícula: 392804, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7351/2016

DECRETO Nº 7351/2016

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso II, IV e VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor MICHAEL WILLY METZNER, matrícula: 352357, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7352/2016

DECRETO Nº 7352/2016

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, KARINA FÁTIMA KREMER DE SOUZA, Enfermeira da Família, matrícula: 414212, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7257/2016

DECRETO Nº 7257/2016

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO O DECRETO 7230 de 29 DE NOVEMBRO DE 2016 QUE EXONERA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DISPENSA FUNÇÕES GRATIFICADAS E SUSPENDE COMISSÕES REMUNERADAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna parcialmente sem efeito o Decreto 7230 de 29 de novembro de 2016, no que se refere ao Decreto 6412, de 05 de maio de 2016, que nomeia a servidora LÚCIA DE FÁTIMA KUNTZ MAKOWIECKY para o cargo em comissão de Diretor de Vigilância Sanitária – CCM 7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, a Comissão de Processos Disciplinares, em razão do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei

Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 07 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Comissão de Processos Disciplinares
Membro - Relator

LEI N.º 5.604 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL JARDIM ZANELATO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO DE BARRO, BAIRRO SERRARIA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Zanelato, localizado na Rua João de Barro, Bairro Serraria, neste município, para atendimento de crianças de 04 meses a 06 anos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.605 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, inclusive orientações para a elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município de São José para o exercício de 2017.

Art. 2º O Orçamento do Município de São José para o exercício de 2017, será elaborado, executado e acompanhado observando as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas, em especial, as estabelecidas nesta lei e as possíveis alterações, compreendendo:

- I - os objetivos, as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014 a 2017, aprovado pela Lei Municipal nº. 5.373, de 27 de dezembro de 2013;
- II - a estrutura do Orçamento Anual dos Órgãos da Administração Pública Municipal;
- III - as diretrizes para elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre a política das despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO I**DOS OBJETIVOS, DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 3º Os objetivos, as prioridades e as metas fiscais de receita, de despesa, de resultado primário e nominal, do montante da dívida

pública e da política de pessoal para o exercício de 2017, especialmente as metas que estão dispostas nesta Lei, foram extraídas do Plano Plurianual para o período compreendido entre os exercícios de 2014 a 2017.

§ 1º Os recursos a serem estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para atender as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2017, o Poder Executivo Municipal poderá incluir e/ou excluir Ações, aumentar e/ou diminuir as metas físicas, financeiras e outras metas de resultados, estabelecidas nesta Lei, com a devida autorização legislativa, a fim de compatibilizar e ajustar as despesas orçadas às receitas arrecadadas; atender as demandas prioritárias da sociedade, de forma a preservar também o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 4º O Orçamento do Município de São José para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, a Autarquia São José Previdência, as Fundações e os Fundos Especiais e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional vigente e suas possíveis alterações.

Art. 5º Para efeito da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

I - Programa é o instrumento de organização de maior nível da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Função representa o maior nível de agregação das ações do Governo nos diversos setores;

III - Subfunção representa o desdobramento das funções de governo, os meios e instrumentos de ação organicamente articulados para alcançar os objetivos pretendidos e, mais do que isso, servindo de ligação, entre o planejamento de longo e médio prazo e o orçamento anual.

IV - Órgão é o maior nível da classificação institucional;

V - Unidade Orçamentária é o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos;

VI - Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais, resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo, objetivando o atendimento aos anseios da população;

VII - Atividade é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto, necessário à manutenção da ação de governo;

VIII - Operação Especial representa as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais, não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

IX - Receita Pública, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental;

X - Despesa Pública, pelo enfoque orçamentário, são todas as saídas consignadas no orçamento para cobertura das necessidades públicas, em qualquer esfera governamental;

XI - Despesas Correntes, classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação de investimento ou aquisição de um bem de capital;

XII - Despesas de Capital, classificam-se nesta categoria aquelas

despesas que contribuem, diretamente, para a formação de um investimento ou aquisição de bens de capital;

XIII - Concedente é o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

XIV - Conveniente é o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta, com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XV - Execução física é a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

XVI - Execução orçamentária representa o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XVII - Execução financeira refere-se ao pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Art. 6º No Orçamento Anual, cada programa governamental identificará as ações necessárias para atingir os objetivos e metas, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, funções e subfunções, inclusive pela natureza da despesa, esta, até o grau de modalidade de aplicação, bem como a identificação dos órgãos e suas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação, detalhando-os posteriormente em elementos de despesas, fontes de recursos e seus respectivos valores, através da aprovação por ato do Executivo Municipal do QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa.

Art. 7º A Proposta Orçamentária do Município de São José, relativa ao exercício de 2017, deverá ser elaborada, executada e acompanhada em conformidade com os princípios orçamentários, contábeis, administrativos e financeiros geralmente aceitos e os demais princípios aplicáveis à matéria.

Art. 8º O Orçamento Anual para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobradas, as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir por decreto os necessários elementos de despesas com suas respectivas fontes de recursos e valores, inclusive no decorrer de sua execução, tudo de conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001, de 04/05/2001, Portaria MOG nº 042/1999, de 14/04/1999 e demais legislações pertinentes à matéria e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Resumo Geral da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita por Natureza;

III - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;

IV - Demonstrativo por Programa de Trabalho – Despesa por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo;

VIII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário;

IX - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016;

X - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; e

XI - Demonstrativo da previsão do Resultado Primário para 2017 e posição em 31/07/16 do Resultado Nominal.

§ 1º Os Orçamentos, do Poder Legislativo, da Autarquia São José Previdência, das Fundações e dos Fundos Especiais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 9º A Mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, inciso I da Lei nº 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e Não Arrecadados de 2014 e 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a nível de Grupo de Natureza, realizada nos exercícios de 2014 e 2015, fixada para 2016 e prevista para 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Órgão e Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu percentual de comprometimento, realizada em 2014 e 2015, fixada para 2016 e a prevista para 2017;

V - Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo Financeiro, posições em 31/12/2015 e 31/07/2016;

VI - Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato posição em 31/12/2015, posição em 31/07/2016 e projetada para 2017;

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A elaboração do Orçamento Anual, sua aprovação, sua execução e seu acompanhamento deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo Único: Na programação das despesas não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio das contas públicas.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único: Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo Municipal, colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12 Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento.

Art. 13 Na execução e no acompanhamento do orçamento, verificado que o comportamento da receita própria poderá afetar o equilíbrio financeiro e o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde e educação, não incluídas no inciso I deste Artigo.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município de São José, aqueles constantes dos anexos desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 O Orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, imprevistos e imprevisíveis, para obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 5º da Portaria MPO nº 42/99.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a riscos fiscais, dispostos no parágrafo anterior deste artigo, caso estes não se concretizem até o dia 09 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares, em atendimento às dotações insuficientes.

§ 3º Para efeito desta Lei entende-se como eventos fiscais imprevistos, também as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e as decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual, se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Programação Financeira das Receitas e Despesas e o Cronograma de Execução Mensal para suas Unidades Gestoras, inclusive do Poder Legislativo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação de empenhos para obtenção das metas fiscais e do equilíbrio financeiro, se necessário.

§ 1º A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação dos diversos Órgãos na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base às ações constantes dos programas definidos no PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios definidos pela Constituição da República.

§ 3º São vedados quaisquer procedimentos que motivem o início

e a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os recursos financeiros para a devida liquidação.

Art. 18 Os projetos, as atividades e os encargos especiais, priorizados na Lei Orçamentária para 2017, com dotações vinculadas a recursos de transferências, operações de crédito, alienação de bens, convênios e outros instrumentos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º Os recursos vinculados previstos no orçamento da receita, oriundos de transferências, convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros desta natureza, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos oriundos de transferências, convênios, operações de créditos, alienação de bens, acordos e outros desta natureza, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 3º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme dispõem o inciso I, parágrafo único dos artigos 8º e 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constante do anexo desta Lei, será expurgada para efeito de cálculo do orçamento da receita para o exercício.

Art. 20 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, de proteção à fauna e flora, de cooperação técnica e aquelas voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal.

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21 Os procedimentos administrativos de bloqueio das respectivas dotações orçamentárias, da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador da despesa de que trata os incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, deverão estar inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa para inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no inciso I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos, quando da alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, vinculados a convênios e/ou operações de crédito.

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público, no exercício de 2017

estão demonstrados nesta Lei.

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e os recursos previstos no Orçamento, ou autorizados por créditos adicionais.

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017, a preços correntes.

Art. 25 A Lei Orçamentária para 2017 autorizará o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou encargo especial, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem.

Parágrafo Único: Os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2017 poderão receber reforços de dotações, por créditos adicionais suplementares.

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou encargos especiais, no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades estabelecidas por esta lei.

Art. 27 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde.

Parágrafo Único: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 A Lei Orçamentária de 2017 conterá autorização para contratação de operações de crédito no atendimento as Despesas de Capital, observado os limites de endividamento dispostos na legislação vigente.

Art. 30 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31 Ultrapassado o limite de endividamento definido na Resolução nº 43 do Senado Federal, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo Municipal obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar as estruturas

de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos públicos ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 33 Ressalvada a hipótese do inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal e encargos sociais em 2017, de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), respectivamente.

Art. 34 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, os Chefes dos Poderes, Executivo e Legislativo, poderão autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal e encargos não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estabelecidos no inciso III, do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 Se a despesa de pessoal ultrapassar no final de cada quadrimestre o percentual decorrente da aplicação do artigo 34 desta Lei, o Executivo Municipal ficará impedido de;

I – Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentenças judiciais ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – Provimento de cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de Educação e Saúde.

V – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal e nas hipóteses, ressalvadas no inciso anterior, de falecimento de servidores nas áreas de educação e saúde e na Assistência Social exclusivamente para os serviços de Acolhimento Institucional com 24 horas diárias.

Art. 36 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal e encargos, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação das despesas com horas extras, excetuada a hipótese prevista no inciso V, do artigo anterior; e

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 37 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São José, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outro elemento

de despesa, que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização”.

§ 2º Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados no elemento de despesa “34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização”, e computados como Despesas de Pessoal, na apuração de seu limite, estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 39 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 41 O Executivo Municipal enviará a Proposta Orçamentária de 2017 até o dia 30 de outubro de 2016 à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017, não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar o orçamento do exercício anterior.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidos e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ter seus saldos reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, acordos e ajustes com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, ONGs e demais

entidades privadas, para realização de obras, serviços, eventos ou cooperação técnica de competência do Município ou não.

Art. 44 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos só poderão ser reconhecidas de caráter público, se as dotações consignadas para este fim estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 45 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas Físicas e demais prioridades, sempre que houver necessidade.

Art. 46 É autorizado ao Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2017, a incluir novas Fontes de Recursos e seus elementos de despesas, para execução dos Orçamentos.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

LEI N.º 5.605 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, inclusive orientações para a elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município de São José para o exercício de 2017.

Art. 2º O Orçamento do Município de São José para o exercício de 2017, será elaborado, executado e acompanhado observando as diretrizes, os objetivos, as prioridades e as metas, em especial, as estabelecidas nesta lei e as possíveis alterações, compreendendo:

I - os objetivos, as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014 a 2017, aprovado pela Lei Municipal nº. 5.373, de 27 de dezembro de 2013;

II - a estrutura do Orçamento Anual dos Órgãos da Administração Pública Municipal;

III - as diretrizes para elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre a política das despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS, DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º Os objetivos, as prioridades e as metas fiscais de receita, de despesa, de resultado primário e nominal, do montante da dívida pública e da política de pessoal para o exercício de 2017, especialmente as metas que estão dispostas nesta Lei, foram extraídas do Plano Plurianual para o período compreendido entre os exercícios de 2014 a 2017.

§ 1º Os recursos a serem estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para atender as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2017, o Poder Executivo Municipal poderá incluir e/ou excluir Ações, aumentar e/ou diminuir as metas físicas, financeiras e outras metas de resultados, estabelecidas nesta Lei, com a devida autorização legislativa, a fim de compatibilizar e ajustar as despesas orçadas às receitas arrecadadas; atender as demandas prioritárias da sociedade, de forma a preservar também o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 4º O Orçamento do Município de São José para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, a Autarquia São José Previdência, as Fundações e os Fundos Especiais e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional vigente e suas possíveis alterações.

Art. 5º Para efeito da Lei Orçamentária Anual, entende-se por:

I - Programa é o instrumento de organização de maior nível da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Função representa o maior nível de agregação das ações do Governo nos diversos setores;

III - Subfunção representa o desdobramento das funções de governo, os meios e instrumentos de ação organicamente articulados para alcançar os objetivos pretendidos e, mais do que isso, servindo de ligação, entre o planejamento de longo e médio prazo e o orçamento anual.

IV - Órgão é o maior nível da classificação institucional;

V - Unidade Orçamentária é o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos;

VI - Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais, resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo, objetivando o atendimento aos anseios da população;

VII - Atividade é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto, necessário à manutenção da ação de governo;

VIII - Operação Especial representa as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais, não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

IX - Receita Pública, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental;

X - Despesa Pública, pelo enfoque orçamentário, são todas as saídas consignadas no orçamento para cobertura das necessidades públicas, em qualquer esfera governamental;

XI - Despesas Correntes, classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação de investimento ou aquisição de um bem de capital;

XII - Despesas de Capital, classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação de um investimento ou aquisição de bens de capital;

XIII - Concedente é o órgão ou a entidade da administração pública

direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

XIV - Conveniente é o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta, com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;

XV - Execução física é a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

XVI - Execução orçamentária representa o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XVII - Execução financeira refere-se ao pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Art. 6º No Orçamento Anual, cada programa governamental identificará as ações necessárias para atingir os objetivos e metas, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, funções e subfunções, inclusive pela natureza da despesa, esta, até o grau de modalidade de aplicação, bem como a identificação dos órgãos e suas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação, detalhando-os posteriormente em elementos de despesas, fontes de recursos e seus respectivos valores, através da aprovação por ato do Executivo Municipal do QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa.

Art. 7º A Proposta Orçamentária do Município de São José, relativa ao exercício de 2017, deverá ser elaborada, executada e acompanhada em conformidade com os princípios orçamentários, contábeis, administrativos e financeiros geralmente aceitos e os demais princípios aplicáveis à matéria.

Art. 8º O Orçamento Anual para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobradas, as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir por decreto os necessários elementos de despesas com suas respectivas fontes de recursos e valores, inclusive no decorrer de sua execução, tudo de conformidade com a Portaria Interministerial STN/SOF nº. 163/2001, de 04/05/2001, Portaria MOG nº 042/1999, de 14/04/1999 e demais legislações pertinentes à matéria e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Resumo Geral da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita por Natureza;

III - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação;

IV - Demonstrativo por Programa de Trabalho – Despesa por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo;

VIII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário;

IX - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016;

X - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; e

XI - Demonstrativo da previsão do Resultado Primário para 2017 e posição em 31/07/16 do Resultado Nominal.

§ 1º Os Orçamentos, do Poder Legislativo, da Autarquia São José Previdência, das Fundações e dos Fundos Especiais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 9º A Mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o artigo 22, inciso I da Lei nº 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e Não Arrecadados de 2014 e 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a nível de Grupo de Natureza, realizada nos exercícios de 2014 e 2015, fixada para 2016 e prevista para 2017;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Órgão e Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu percentual de comprometimento, realizada em 2014 e 2015, fixada para 2016 e a prevista para 2017;

V - Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo Financeiro, posições em 31/12/2015 e 31/07/2016;

VI - Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato posição em 31/12/2015, posição em 31/07/2016 e projetada para 2017;

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A elaboração do Orçamento Anual, sua aprovação, sua execução e seu acompanhamento deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma destas etapas.

Parágrafo Único: Na programação das despesas não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio das contas públicas.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único: Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo Municipal, colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12 Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento.

Art. 13 Na execução e no acompanhamento do orçamento, verificado que o comportamento da receita própria poderá afetar o equilíbrio financeiro e o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde e educação,

não incluídas no inciso I deste Artigo.

Art. 14 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município de São José, aqueles constantes dos anexos desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 O Orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, imprevistos e imprevisíveis, para obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 5º da Portaria MPO nº 42/99.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a riscos fiscais, dispostos no parágrafo anterior deste artigo, caso estes não se concretizem até o dia 09 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares, em atendimento às dotações insuficientes.

§ 3º Para efeito desta Lei entende-se como eventos fiscais imprevistos, também as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e as decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual, se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Programação Financeira das Receitas e Despesas e o Cronograma de Execução Mensal para suas Unidades Gestoras, inclusive do Poder Legislativo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação de empenhos para obtenção das metas fiscais e do equilíbrio financeiro, se necessário.

§ 1º A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação dos diversos Órgãos na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base às ações constantes dos programas definidos no PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo o valor calculado de acordo com os critérios definidos pela Constituição da República.

§ 3º São vedados quaisquer procedimentos que motivem o início e a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os recursos financeiros para a devida liquidação.

Art. 18 Os projetos, as atividades e os encargos especiais, priorizados na Lei Orçamentária para 2017, com dotações vinculadas a recursos de transferências, operações de crédito, alienação de bens, convênios e outros instrumentos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º Os recursos vinculados previstos no orçamento da receita, oriundos de transferências, convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros desta natureza, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos oriundos de transferências, convênios, operações de créditos, alienação de bens, acordos e outros desta natureza, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 3º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o § 3º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64 será apurado em cada fonte de recursos, para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme dispõem o inciso I, parágrafo único dos artigos 8º e 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constante do anexo desta Lei, será expurgada para efeito de cálculo do orçamento da receita para o exercício.

Art. 20 A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, de proteção a fauna e flora, de cooperação técnica e aquelas voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal.

Parágrafo Único: As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21 Os procedimentos administrativos de bloqueio das respectivas dotações orçamentárias, da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração do ordenador da despesa de que trata os incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, deverão estar inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa para inexigibilidade.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no inciso I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos, quando da alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, vinculados a convênios e/ou operações de crédito.

Parágrafo Único: As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público, no exercício de 2017 estão demonstrados nesta Lei.

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados

por convênios, acordos ou ajustes e os recursos previstos no Orçamento, ou autorizados por créditos adicionais.

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017, a preços correntes.

Art. 25 A Lei Orçamentária para 2017 autorizará o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto, atividade ou encargo especial, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem.

Parágrafo Único: Os créditos adicionais especiais abertos no exercício de 2017 poderão receber reforços de dotações, por créditos adicionais suplementares.

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou encargos especiais, no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades estabelecidas por esta lei.

Art. 27 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do metro quadrado das construções, do metro quadrado das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde.

Parágrafo Único: Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28 Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 A Lei Orçamentária de 2017 conterá autorização para contratação de operações de crédito no atendimento as Despesas de Capital, observado os limites de endividamento dispostos na legislação vigente.

Art. 30 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 31 Ultrapassado o limite de endividamento definido na Resolução nº 43 do Senado Federal, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo Municipal obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 32 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos públicos ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 33 Ressalvada a hipótese do inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal e encargos sociais em 2017, de cada um dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), respectivamente.

Art. 34 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, os Chefes dos Poderes, Executivo e Legislativo, poderão autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal e encargos não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) dos limites estabelecidos no inciso III, do artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 Se a despesa de pessoal ultrapassar no final de cada quadrimestre o percentual decorrente da aplicação do artigo 34 desta Lei, o Executivo Municipal ficará impedido de;

I – Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentenças judiciais ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – Provimento de cargo Público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de Educação e Saúde.

V – Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal e nas hipóteses, ressalvadas no inciso anterior, de falecimento de servidores nas áreas de educação e saúde e na Assistência Social exclusivamente para os serviços de Acolhimento Institucional com 24 horas diárias.

Art. 36 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal e encargos, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação das despesas com horas extras, excetuada a hipótese prevista no inciso V, do artigo anterior; e

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 37 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São José, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

§ 1º Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outro elemento de despesa, que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização".

§ 2º Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem

a substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados no elemento de despesa "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização", e computados como Despesas de Pessoal, na apuração de seu limite, estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 39 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 41 O Executivo Municipal enviará a Proposta Orçamentária de 2017 até o dia 30 de outubro de 2016 à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017, não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar o orçamento do exercício anterior.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidos e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ter seus saldos reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, acordos e ajustes com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, ONGs e demais entidades privadas, para realização de obras, serviços, eventos ou cooperação técnica de competência do Município ou não.

Art. 44 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou

Contratos só poderão ser reconhecidas de caráter público, se as dotações consignadas para este fim estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 45 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas Físicas e demais prioridades, sempre que houver necessidade.

Art. 46 É autorizado ao Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2017, a incluir novas Fontes de Recursos e seus elementos de despesas, para execução dos Orçamentos.

Art. 47 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA NO 010, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016. portaria no 010, de 22 de DEZEMBRO de 2016.

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída através da Portaria nº 009, de 22 de 18 de novembro de 2016, com a finalidade de apurar possível desvirtuamento de repasses celebrados em Convênio.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos I e IV da Lei Orgânica Municipal c/c Arts. 1º e 24, § 2º da Instrução Normativa TCE nº 14, de 13 de junho de 2012,

- Considerando a Comunicação Interna nº 0127/2016/SAS, de 22 de dezembro de 2016.

RESOLVE :

Art. 1º. Fica prorrogada em 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação, para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída através da Portaria nº 009, de 18 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 22 de dezembro de 2016.

NORMA WARMLING
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 1.461/2016

DIVULGA O RESULTADO DA TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DE LOCAL DE ATUAÇÃO E ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA DOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal e,
CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 001/2016, que disciplina a transferência temporária de local de atuação e alteração temporária de carga horária para os ocupantes de cargos de provimento efetivo do magistério municipal para o ano letivo de 2017,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado das transferências temporárias de local de atuação e alterações temporárias de carga horária para o ano letivo de 2017.

Matrícula	Servidor	Cargo	Solicitação	Resultado
32395-0	Rosangela Machado	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Los Angeles matutino
21735-2	Maria Lucia Florinda	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino no CEI Ana Sperandio Battisti
42089-1	Gislaine de Souza Caroni	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Zenir Kretzer Borges período vespertino
33353-0	Mara Lucia Valverde da Silva	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino no CEI Maria Ferreira
13798-7	Joicy Isabel da Silva	Auxiliar de Ensino	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e Indeferido o remanejamento conforme Art. 5º da Instrução Normativa nº 001/2016
35702-2	Zilma da Rosa Lima	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino no CEI São José
13900-9	Zelia Hoffmann Junckes	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para o CEI Zenir Kretzer Borges no período matutino
13914-9	Syomara Dalva Machado	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para o CEI São Judas Tadeu período matutino
35705-7	Paulo Cesar Ávila	Auxiliar de Ensino	Aumento e Transferência	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei período vespertino – Indeferido aumento de Carga Horária, outro vínculo
21726-3	Janete Laureci Marques Hames	Auxiliar de Ensino	Aumento e Transferência	Deferido remanejada para CEI Los Angeles período vespertino e aumento 10h período matutino
35707-3	Vanessa Nellyn Natividade	Auxiliar de Ensino	Transferência	Permanece no local de lotação
13878-9	Patrícia da Silva Coelho	Auxiliar de Ensino	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Terezinha Mª Claudino dos Santos período vespertino
35706-5	Deise Ana Rios	Auxiliar de Ensino	Transferência Temporária	Deferido o pedido de remanejamento para o CEM Santa Ana
33287-9	Cleusa Maria da Silva	Auxiliar de Ensino	Aumento e Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI São Judas Tadeu período vespertino e aumento 10 horas período matutino
36515-7	Aline Vieira	Auxiliar de Ensino	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora das Graças período matutino
13568-2	Maria Alves do Vale Oliveira	Auxiliar de Ensino	Transferência Temporária	Permanece no local de lotação
13851-7	Osnilda Kuhn Haskel	Auxiliar de Ensino	Aumento	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
33289-5	Daiana Pauli Wollinger	Auxiliar de Ensino	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Maria Ferreira período vespertino
21716-6	Jaqueline Alice Pereira	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino no CEI Regina T. de Oliveira Bastos
42100-6	Alice Maria Jonck Hammes	Auxiliar de Ensino	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Flor de Nápolis período matutino
13855-0	Claudia Regina Machado	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora Aparecida período vespertino
25835-0	Denise Melo Goulart	Auxiliar de Sala	Aumento	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
35763-4	Divanir de Fátima V. dos Santos	Auxiliar de Sala	Aumento	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
40465-9	Maria de Fátima G. dos Santos	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos período matutino
40689-9	Gleisy Goulart Cardoso Prazeres	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Maria Arlinda C. dos Santos período vespertino

33261-5	Francine Bueno	Auxiliar de Sala	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino no CEI Bom Jesus de Iguape
33260-7	Luciana Maria Costa Machado	Auxiliar de Sala	Aumento	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único Instrução Normativa nº 001/2016
42149-9	Janaina Albino	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Vera Lúcia Medeiros período matutino
42090-5	Fabia Schmitt	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
35727-8	Ilaine Aparecida Souza	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o período matutino no CEI São José
42065-4	Tamiris Celia Fernandes Garcia	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei período matutino
36403-7	Cibelle Borges Cidade Uhlmann	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Jardim Zanelatto período matutino
35733-2	Amélia Boeger Rohling Berto	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Regina T. de Oliveira Bastos no período vespertino
35669-7	Luana Maria Mafra	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
21676-3	Dagmar Lucia Reinaldo de Melo	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único Instrução Normativa nº 001/2016
42076-0	Marlete Cardoso	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Jardim Zanelatto no período matutino
37538-1	Saionara Santos de S. Cesconetto	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos no período matutino
40692-9	Izabel Cristina dos S. Hellmann	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Nossa Senhora de Fátima período matutino
40236-2	Eveli Carla Vargas	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Flor de Nápolis no período matutino
35674-3	Jaqueline Amaral	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Nossa Senhora de Fátima período matutino
35737-5	Ellen Lucia Gonçalves da Silva	Auxiliar de Sala	Aumento e Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI São José período matutino e aumento de 10 horas no período vespertino
39847-0	Marilene Regina do Amaral	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Santa Inês período matutino
35667-0	Ivonete Maria Ventura Coelho	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Cristo Rei no período matutino
42120-0	Vanessa dos Santos Gregório	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Julia Francisca dos Santos no período matutino
40677-5	Katty Rodrigues	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
40708-9	Angela de Jesus Oliveira da Silva	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Santa Inês no período matutino
40231-1	Patricia Fernandes	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Santa Inês no período matutino
35695-6	Claudia Coelho Melo	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
426066-0	Renata de Souza	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos no período matutino
40680-5	Roseli Cardoso Pereira Petry	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira no período matutino
39848-9	Schirley Teixeira	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI São Francisco de Assis no período matutino
35728-6	Tatiane Sewald da Silva	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Antônio Joaquim de Souza no período vespertino
35696-4	Cristina Rodrigues	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Nossa Senhora de Fátima no período matutino
40694-5	Deisi Bazzana de Freitas Gonzaga	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos no período vespertino
40542-6	Adriana Kivel Vasconcelos	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
35719-7	Rosinete Machado	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Regina T. de Oliveira Bastos no período matutino
40704-6	Rosecler Capistrano	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Maria de Lourdes Bott Philippi no período vespertino

40671-6	Floripes Maria de Souza	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Araci Olívia da Silva no período matutino
40208-7	Juliane Ferreira Coelho	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Lício Mauro F. da Silveira no período matutino
39841-1	Sandra Mara de Sá	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para o CEI Ana Sperandio Battisti no período matutino
35677-8	Taciani Cristina Ferreira	Auxiliar de Sala	Aumento	Deferido aumento 10 horas no CEI São José período vespertino
35678-6	Daiany de Oliveira Ribas	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Ana Sperandio Battisti no período matutino
39849-7	Estela Correa de Macedo Pretula	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Jardim Pinheiros no período matutino
39798-9	Clarice Daiane R. de Lima da Rosa	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Jardim Pinheiros no período vespertino
42152-9	Laise dos Santos Silva	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio no período vespertino
42109-0	Rozana Pamplona	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Bom Jesus de Iguape no período matutino
35688-3	Mislania Silva	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio no período vespertino
40669-4	Maria Tereza Gevaerd	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva no período vespertino
35679-4	Simone Cristina Voigt de F. Cruz	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Ana Sperandio Battisti no período matutino
39799-7	Maria Celene da S. de Assunção	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio período vespertino
42145-6	Rosenilda Hames Boell	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora das Graças período vespertino
36383-9	Mariana Cardoso Baschiroto	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio no período matutino
40690-2	Eunice Estefanini Rocha Muller	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Maria Ferreira no período matutino
42108-1	Raquel Andrade	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Lício Mauro F. da Silveira no período matutino
42080-8	Janaina Teixeira Schneider	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI São José no período vespertino
35682-4	Guisela Koerich Sá	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Ondina Schmidt Gerlach no período vespertino
41410-7	Julio Cesar Medeiros	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido pedido de remanejamento
40683-0	Cristina da Silva	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Maria Minervina S. Cunha no período vespertino
25842-3	Ana Paula da Silva Mohr	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Maria de Lourdes Bott Philippi no período matutino
40467-5	Mariana de Souza	Auxiliar de Sala	Aumento e Transferência Temporária	Indeferido conforme Art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
42106-5	Grasielle de Souza	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Lício Mauro F. da Silveira no período vespertino
40552-3	Marta Mara Martins Batisti	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva no período matutino
21692-5	Tania Soares	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Los Angeles no período matutino
42093-0	Daiane Catarina C. Gomes	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora Aparecida no período vespertino
40229-0	Barbara Ondina M. de Souza	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio no período matutino
35132-4	Jucimara Margarida H. de Oliveira	Auxiliar de Sala	Transferência Temporária	Permanece no local de lotação
40710-0	Ana Carla Silvy Nunes	Auxiliar de Sala	Transferência	Indeferido conforme Artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
40711-9	Cintia da Silveira Pires	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora Aparecida no período matutino
40673-2	Aline Thais de Souza	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Ondina Schmidt Gerlach no período vespertino

35676-0	Lilian Cristiane Zilli	Auxiliar de Sala	Aumento	Deferido aumento 10 horas no período matutino no CEI Ana Sperandio Battisti
42084-0	Hamanda Moraes Pereira Vidal	Auxiliar de Sala	Transferência	Indeferido conforme Artigo 11 da Instrução Normativa 001/2016
42112-0	Jéssica Luise Sabino	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva no período vespertino
40206-0	Patricia Maria da Silva	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio no período matutino
39633-8	Stives Lennon dos Santos	Auxiliar de Sala	Aumento e Transferência	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei no período matutino e aumento de 10 horas no período vespertino
33262-3	Fernanda Cristina Braga	Auxiliar de Sala	Transferência	Indeferido conforme Artigo 3º da Instrução Normativa nº 001/2016
40705-4	Silvia Helena A. do Nascimento	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Santa Inês no período vespertino
35721-9	Lidiane dos S. Silva Delfino	Auxiliar de Sala	Transferência	Indeferido conforme Artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
35830-4	Cristiana Gertrudes Fernandes	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Regina T. de Oliveira Bastos no período matutino
41411-5	Silvia Fernandes M. Moraes Freire	Auxiliar de Sala	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino no CEI Santa Inês
35764-2	Fabiana de Lima Pereira	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para o CEM Ceniro Martins
40653-8	Betania Eing de Oliveira	Auxiliar de Sala	Transferência	Indeferido conforme Artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13836-3	Lenita Terezinha Lehmkuhl	Auxiliar de Sala	Transferência	Deferido remanejamento de local de atuação.
35752-9	Myrna Jaqueline dos Santos	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para o CEM São Luiz
35771-5	Priscila da Costa Vieira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI São José
33949-0	Gabriela de Amorim	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para o período matutino no CEI São José
33337-9	Adriana Rosana do N. Oliveira	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa 001/2016
33275-5	Roselia Costa de Moraes	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
40463-2	Vanuza Maria Alves	Professor	Transferência	Deferido remanejamento no período matutino para CEI Nossa Senhora de Fátima
11662-9	Regina Bitencourt	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São José no período matutino
39821-7	Bernadete Petry de Avila	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
33317-4	Elisete Antunes Espindola	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas vespertino e remanejamento para período matutino no CEI Jardim Pinheiros
13677-8	Andrea O. de Andrade	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período vespertino no CEI Jardim Pinheiros
1213-0	Cinthia Cristhine Zanin Alves	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Bom Jesus de Iguape
33269-0	Michela da Silva Pereira Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Jardim Zanelatto período matutino
33276-3	Renata de Souza Vieira	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
40665-1	Simone Patricia Rodrigues	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Jardim Zanelatto no período matutino
3464-9	Deise Costa de Oliveira Mayer	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Santa Inês
36568-8	Claudia Maria Umbelino	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Santa Inês
39836-5	Juliana Isabella da S.Espindola	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva no período vespertino
39837-3	Gicele Maisa de Christo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São Judas Tadeu no período matutino
40468-3	Claudia Maria A. dos Santos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Terezinha Maria Claudino dos Santos período matutino
40662-7	Penelope Lethiere M. de Freitas	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora de Fátima período matutino
35831-2	Vera Lucia Custódio	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São José período vespertino
39843-8	Fabiana de Souza Conrad	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º da Instrução Normativa 001/2016
35832-0	Rita de Cássia Correa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI São Francisco de Assis
33906-7	Roberta Conrado	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para CEI São Francisco de Assis período matutino
13666-2	Alessandra Lostada	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva período vespertino
33314-0	Daiane Graça da Silva Caetano	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas vespertino e remanejamento para CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos período matutino
42081-6	Josiane Amaral Vieira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira período vespertino
33320-4	Elisa Thiesen	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Bom Jesus de Iguape período vespertino

33994-6	Lucimare Coelho Burg	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Jardim Pinheiros no período vespertino
34837-6	Vanda Ivandir dos Santos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento no período matutino para CEI Antônio Joaquim de Souza
35749-9	Janaina Fernandes Fraga	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o período matutino no CEI Regina Terezinha de Oliveira Bastos
35714-6	Patrícia Romão de Souza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei período matutino
42133-2	Elaine Cristina de Sá	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei período matutino
33293-3	Isabel Rosa de Almeida	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
33330-1	Leticia Izabel Vieira Martins	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Ana Sperandio Battisti no período matutino
42062-0	Vanessa Angelina de C. Melo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o período matutino no CEI Júlia Francisca dos Santos
34925-9	Solange Ponciano Custodia	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas matutino e remanejamento para CEI São Francisco de Assis período vespertino
33358-1	Alice Nascimento	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período matutino e remanejamento para CEI Santo Antônio no período vespertino
33349-2	Cristiane Trapp Inácio de Souza	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
34848-1	Janaina Idelzina Batista Rocha	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Ana Sperandio Battisti no período matutino
39824-1	Claudia Helena Bento Dacol	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora de Fátima período matutino
42111-1	Juliana Alves Bezerra de Andrade	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São José no período vespertino
33303-4	Marcos Antônio Curcio	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
33325-5	Juliana de Souza Mangrich	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
40655-4	Janete Barreiros Barbosa Olguins	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Maria Minervina Soares Cunha no período matutino
33279-8	Sabrina T. dos Passos Anacleto	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
35777-4	Suzi Machado Faria	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Jardim Pinheiros
10860-0	Erida Luisa Perfeito da Cruz	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período vespertino no CEI Jardim Pinheiros
13758-8	Ivani Maria Peres Pioner	Professor	Aumento e Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Júlia Francisca dos Santos, Indeferido aumento de carga horária
34835-0	Lilia Antonieta da Silva Soares	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período matutino e remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva período vespertino
13701-4	Karla Regina Cunha da Silveira	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
35750-2	Débora Woll Regis de Souza	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa 001/2016
40654-6	Gisele Terezinha de Oliveira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora de Fátima período matutino
33331-0	Perla Silva de Souza	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
10878-2	Marcelene Pauli Besen	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio no período matutino
425703-0	Juliana Souza da Silveira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos
2743-0	Joelma da Silva dos Santos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Santo Antônio
42141-3	Eduarda Souza Ferreira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Vila Formosa
42098-0	Bruna Brando de Medeiros	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São José no período vespertino
42129-4	Elizabeth Coelho Kikuchi	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Vera Lúcia Medeiros
13828-2	Anair Michels Fortunato	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Ondina Schmidt Gerlach período matutino
35842-8	Jemima Eufrazia Fernandes	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa 001/2016
42170-7	Marileia Backes	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São José período vespertino
10869-3	Raquel Janning Stiefelmann	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
33292-5	Glaucia de Souza Correa	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para CEI Maria de Lourdes Bott Phillipi período matutino
21605-4	Miriane Fernandes M. da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Santo Antônio período matutino
33307-7	Bruna Schmidt	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Antônio Joaquim de Souza período vespertino
10749-2	Rosa de Lima Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira
42063-8	Thayse de Souza Pires	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Jardim Pinheiros
15163-7	Judite Veronica Felisbino	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Araci Olívia da Silva
42148-0	Cintya R. Lentz de Machado	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei período matutino
40479-9	Roselei Regina Titon Rogalski	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Cristo Rei período matutino

33351-4	Salete de Oliveira T. Ferreira	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para CEI Jardim Zanelatto período matutino
40533-7	Daniela Mara Martins	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
34786-8	Jacqueline Ramos R. Vargas	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira período matutino
36399-5	Rosa Maria de Jesus da Silveira	Professor	Transferência	Indeferido o pedido, permanece no local de lotação (CEI Maria Ferreira período matutino)
33300-0	Marilene Pereira M. dos Santos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos no período vespertino
34700-0	Francylli Hoffmann de Matos	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
36382-0	Fernanda Fernandes M. Dias	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para CEI Ana Sperandio Battisti período matutino
37532-2	Sandra Helena Abreu	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Terezinha Maria Claudino dos Santos período matutino
33291-7	Fernanda Cristina P. Coelho	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Regina Terezinha de Oliveira Bastos
33356-5	Elaine Cristina Marcilio	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
42168-5	Patricia David Gomes da Rosa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Vera Lúcia Medeiros
42175-8	Ana Paula Moreira Eger	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Vera Lúcia Medeiros
13703-0	Adriana Terezinha S. Rosa	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
13887-8	Adriana Roldão de F. Raimundo	Professor	Transferência	Permanece no local de lotação (CEI Regina Terezinha de O. Bastos período matutino)
10799-9	Rose Barbara Gelsleuchter	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva período matutino
2796-0	Rosangela Salete Kramer	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para a EEF Potecas
33266-6	Joice Jordelina Fernandes	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
35746-4	Cristina da Silva Junckes	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
34839-2	Graziela Siegel Virtuoso	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Vera Lúcia Medeiros período matutino
33306-9	Andrea Mara Godinho	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período vespertino e remanejamento para período matutino no CEI Apam
40535-3	Mércia Cristina M. Macedo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Vida Nova no período matutino
33333-6	Karina Esterchotter Viana	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º da Instrução Normativa nº 001/2016
42124-3	Juliana Duarte	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira período vespertino
41001-2	Graziela Regina dos Santos	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
10788-3	Keila Cristina A. Villamayor Gonzalez	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (CEI Flor de Nápolis período vespertino)
33278-0	Simone Weber	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o período vespertino no CEI Regina Terezinha de Oliveira Bastos
33265-8	Victor Worner Leite	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o período matutino no CEI Regina Terezinha de Oliveira Bastos, Indeferido aumento por acúmulo de cargo
33305-0	Ana Lucia Beirith Weber	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI São José no período matutino
40657-0	Elisandra Salete V. da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Manoel Cunha período matutino
15207-2	Maria de Lourdes G. Will	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Antônio Joaquim de Souza período vespertino
33315-8	Edinalva de Sousa Miranda	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 10 horas período matutino, Indeferido remanejamento permanece no local de lotação (CEI Eloí Nietzsche período vespertino)
1778-7	Dorys Elisabeth Olm Francisco	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
40536-1	Eliane Maria do A. Antunes	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13817-7	Claudia Regina de Souza	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
42083-2	Isabel Rodrigues da Silva	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
42102-2	Alessandra de Costa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CEI Los Angeles
34834-1	Ana Paula Ouriques Vieira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Nossa Senhora das Graças no período matutino
33304-2	Alexandra Ventura de A. Portela	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período vespertino
13904-1	Lucia Maria Leopoldo	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (CEI Julia Francisca dos Santos, período vespertino)
39830-6	Viviane S. Parente de Melo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Ana Sperandio Battisti no período vespertino
35751-0	Gracikeli Kalkmann	Professor	Aumento	Deferido aumento 10 horas período matutino
39831-4	Aline de Assis Scherer	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
42166-9	Stefani Vicente Cavalheiro	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016

425727-8	Bruna Carla Menegol	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
2711-1	Katia Cristina Vieira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período matutino
13500-3	Andreza Folster	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Antônio Francisco Machado
13513-5	Elisangela Schwinden Rachadel	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período matutino
15192-0	Melissa Del Rei de Souza	Professor	Aumento	Deferido aumento para o período matutino no EEF Palmira Lima Mambrini
13512-7	Cristiani Souza	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento no período matutino e remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade
1712-4	Marcia Terezinha Rocha	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período vespertino
1640-3	Rosana Machado II	Professor	Transferência	Indeferido conforme art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
15180-7	Heloisa Maria Silva do Vale	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Renascer período noturno – Alfabetização EJA
2757-0	Judith Olga da Silva Carvalho	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Albertina Krummel Maciel
13750-2	Ivete Goldmeyer Leal	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Araucária período vespertino
13833-9	Adriana Medeiros S. Vieira	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento (PLE período matutino) e remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período vespertino
15193-9	Nereida de Fátima Santana	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Renascer período vespertino, permanece período matutino no seu local de lotação (CEM Maria Iracema Martins de Andrade).
13762-6	Roseli Pranger Laurentino	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
1413-3	Rosele Coelho Martins	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período matutino
21645-3	Gilda Freiburger	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Altino Corsino da Silva Flores período noturno – Alfabetização EJA
15170-0	Rosalia Amante Vieira	Professor	Aumento	Deferido aumento para o período matutino no CEM Maria Iracema Martins de Andrade
13652-2	Sonia Maria Vieira Coelho	Professor	Aumento	Deferido aumento período matutino no CEM Maria Iracema Martins de Andrade
15162-9	Elis Regina Schmitt Pitz	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Gov. Vilson Kleinubing período matutino
15164-5	Rosane Nunes Farias	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período vespertino
10882-0	Denise Furtado Koerich	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período vespertino
13911-4	Maristela Souza	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento no período matutino e remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade
13492-9	Denise Medeiros Araujo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período vespertino
10867-7	Adriana Elza Curcio	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM José Nitro
13719-7	Josiane Mara Rampeloti Alves	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EEB Palmira Lima Mambrini período vespertino
15171-8	Fabiana Hoffmann Ferreira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período vespertino
2800-2	Roberta de Senna	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
15184-0	Suzane Dutra Kammer	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Albertina K. Maciel período matutino
39826-8	Jusara Albertina Ferreira Amaral	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para o período matutino no CEM Maria Iracema Martins de Andrade
1602-0	Luciane Paiva de Jesus Schmitt	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período matutino
2753-7	Geraldo Anderson Silva	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
10795-6	Clari Nair Droppa Pereira	Professor	Aumento	Deferido aumento período matutino no CEM Luar
15188-2	Maria Aparecida Rech Monteiro	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Escola do Mar
13566-6	Patricia Alexandre Moratelli	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CM Maria Luiza de Melo
10751-4	Alessandra de O. Niconchuk	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EEF Palmira Lima Mambrini período matutino e CEM Maria Iracema Martins de Andrade período vespertino
15165-3	Adriana Andrea S. de Espindola	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Renascer
21607-0	Dalva Zulmira de Souza	Professor	Transferência	Indeferido remanejamento para o CEM Antônio Francisco Machado
13942-4	Elisangela Nunes Silva Dias	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Colégio Maria Luiza de Melo período vespertino
15206-4	Tania Regina da Silva	Professor	Transferência	Deferido o pedido para o CEM Maria Iracema Martins de Andrade
3357-0	Marisa Adelina S. Monteiro	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 5º da Instrução Normativa nº 001/2016
22454-5	Janaine Pottes Trebien Tonon	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EEF Palmira Lima Mambrini período vespertino
13618-2	Janaina Priscilla Ricci	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade
21663-1	Tania Regina Pereira	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para o CEM Santa Ana
13794-4	Geter de Oliveira Cardoso	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Renascer período vespertino

10877-4	Marlene Machado Rafael	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período matutino
13531-3	Jussara Pereira da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período vespertino
13575-5	Claudete Adaci da Costa Silva	Professor	Aumento	Deferido aumento período matutino no CEM Antônio Francisco Machado
13563-1	Tania Maria Ribeiro da Silva	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa 001/2016
13865-7	Ana Lucia Machado	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para o CEM Interativo
16521-2	Maria Aparecida da Silva IV	Professor	Transferência	Indeferido. Remanejamento para EBM Altino Corsino da Silva Flores
13863-0	Giselle Correa Costa	Professor	Aumento e Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação e aumenta no período matutino
15189-0	Adinar dos Santos	Professor	Aumento	Deferido aumento período matutino no CEM Escola do Mar
1503-2	Adriana Mara Vechi	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de atuação no EBM Altino Corsino da Silva Flores
2729-4	Soraya de Oliveira Gomes	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de atuação no EBM Altino Corsino da Silva Flores
13622-0	Albina Aparecida Stockmann	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Renascer no dois cargos: (Auxiliar de Ensino período matutino e Anos Iniciais período vespertino)
13538-0	Dayane Beatriz da S. Pagliuso	Professor	Aumento e Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para o CEI São José
15160-2	Deise Kloch Correa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Luar
1772-8	Cleide Feldberger Silvestre	Professor	Transferência	Permanece no CM Maria Luiza de Melo, Anos Iniciais (20 horas)
13782-0	Vania Vieira Manes	Professor	Transferência	Deferido o pedido remanejamento para o CEM Araucária
2764-2	Julio César da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período noturno – Alfabetização EJA (sala de aula)
13653-0	Virginia Canarin Polla Weber	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período vespertino
13660-3	Ana Helena Bueno Pereira	Professor	Transferência	Deferido aumento período matutino no CEM Santa Terezinha
33309-3	Alissandra Cristiana Berrido	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade no período vespertino
40672-4	Raquel Santos Goes	Professor	Aumento	Deferido aumento no CEM Maria Iracema Martins de Andrade período matutino
15201-3	Ketryn Fabiana Cidade Beseke	Professor	Transferência	Remanejada para período matutino no CEM Antônio Francisco Machado
21622-4	Roselia Aparecida Castro	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EEF Palmira Lima Mambrini período matutino
13992-0	Maria Tereza Silva Martins	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Jardim Solemar
3358-8	Rosilene Santana	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (EBM Altino Corsino da Silva Flores, 40 horas)
13690-5	Adilia Schlischtig da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM São Luiz
1796-5	Maria Casanova da Silva	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (EBM Albertina K. Maciel matutino e CM Maria Luiza de Melo vespertino)
2754-5	Taneli Schweitzer Vieira	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para o CM Maria Luiza de Melo
13854-1	Carina Gorges de Oliveira	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e pedido de remanejamento para o CEM José Nitro
1612-8	Beli Izabel Darelli Antunes	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade
13779-0	Claudia Phelippe	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EEF Califórnia
13856-8	Clarisse da Luz Nascimento	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Interativo
13759-6	Vanessa de Carvalho Pereira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Interativo
15204-8	Carolina Gerlach Martins	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Vilson Kleinubing no período vespertino
10850-2	Silvani de Souza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Interativo no período matutino
13910-6	Jucineide da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Interativo no período vespertino
13565-8	Onésia Ana Botameli	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 10 da Instrução Normativa nº 001/2016
1317-0	Jane Aparecida Matos	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 3º da Instrução Normativa nº 001/2016
13780-4	Terezinha Firmina F. dos Santos	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
1777-9	Ivonete Maria Rodrigues da Rosa	Professor	Transferência	Permanece 20 horas em sala no período matutino no CEM Maria Hortência Pereira Furtado.
15214-5	Maria Helena Pereira	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme art. 11 da Instrução Normativa 001/2016. Permanece no local de lotação (CEM Escola do Mar período matutino)
13698-0	Mara Ellen M. dos Santos	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13692-1	Marilene da Rosa	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento.
13985-8	Carlos Eduardo Vieira Areas	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Albertina Krummel Maciel
33340-9	Vanessa Bozzano Gouveira	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento para o período matutino no CEM Luar

13693-0	Maria Luiza Coutinho Vieira	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido, permanecer no local de lotação
21733-6	Claudia Rejane Lopes	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Albertina K. Maciel período matutino
13788-0	Tatiana Pereira Rosa	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Renascer
13709-0	Maria Odete da Silva Pereira	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Jardim Solemar período vespertino
21713-1	Ana Cristina Colombi de Paula	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo
21757-3	Gleise Cristiani de Souza	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Vila Formosa
21751-4	Marlei Gandin	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa 001/2016
21729-8	Márcia Marina Vidal	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Altino Corsino da Silva Flores
21758-1	Juliana Claudia Wisintainer Alflen	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13764-2	Luciana Aparecida Farias	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
15199-8	Gilberto Ilario dos Santos	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Escola do Mar
21743-3	Janete Santos Costa Merize	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio F. Machado no período matutino
21736-0	Gertrudes Otilia da Silva	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Iracema M. de Andrade no período vespertino
22446-4	Cleusa Wagner Hoffmann	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Ceniro Martins
21710-7	Cely Garcia G. da Natividade	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para a EEF Palmira Lima Mambrini
13725-1	Maria Cristina Ramos Fraga	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento e remanejamento para EEF Palmira Lima Mambrini
13704-9	Josiane Luiza Luz de Souza	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme art. 3º da Instrução Normativa nº 001/2016
24504-6	Juciani Binhoti Martins	Auxiliar de Ensino	Aumento	Indeferido conforme art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13705-7	Viviane Scarabelot Campos	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Morar Bem
13727-8	Rosimeri Sueli Martins de Sá	Auxiliar de Ensino	Aumento	Deferido aumento período vespertino no CEM Antônio Francisco Machado
25832-6	Liliany Cristina Goedert	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Morar Bem período vespertino
21718-2	Maria Gisele Koerich	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Vilson Kleinubing
21741-7	Andrea Nascimento	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Santa Terezinha período vespertino
21759-0	Jociane Lohn Macagnan	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido o remanejamento para CEM Santa Ana período matutino
22465-0	Claudia Maria Dutra Neves	Auxiliar de Ensino	Aumento	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
21723-9	Naldir Hang Alexandre	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido o remanejamento para o CEM Vilson Kleinubing
21752-2	Roberta Silvano	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido o remanejamento para CEM Antônio F. Machado no período vespertino
13684-0	Regina Bitencourt	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo
13982-3	Josiani Regina Dias	Auxiliar de Ensino	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
21762-0	Rosilane Capistrano N. da Silva	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo período matutino
21719-0	José Indalecio Warmling	Auxiliar de Ensino	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo.
16513-1	Janete da Silveira	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
15139-4	Nilva Bonetti	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13716-2	Jacine Gomes Miranda Peres	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
10784-0	Christie Santos Dela Rocca	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016

33341-7	Barbara Karolina Araujo	Orientador	Transferência	Deferido aumento para CEM Vilson Kleinubing período vespertino
16523-9	Maria Leopoldina da S. Coutinho	Orientador	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Araucária
21766-2	Jucilene Souza C. Gamba	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 3º da Instrução Normativa nº 001/2016
13838-0	Helaine Cristina R. Milazzo	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
10817-0	Edilene Eva de Lima	Orientador	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação
13936-0	Janistela Jochen	Orientador	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento
15140-8	Maria Elena da Silva Will	Orientador	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
21765-4	Georgina Martins da Costa	Orientador	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Interativo período matutino
21770-0	Lourdes Mª Canazaro D. Vecchia	Supervisor	Aumento	Indeferido conforme artigo 3º da Instrução Normativa nº 001/2016
15158-0	Jussara Melo	Supervisor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11º da Instrução Normativa nº 001/2016
13961-0	Zeli Aparecida Kógus	Supervisor	Transferência	Deferido remanejamento para EEF Potecas
42171-5	Maria José Lozano	Supervisor	Aumento	Deferido aumento CEM Santa Ana no período vespertino
24511-9	Nicelene Maria Soares	Supervisor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Santa Terezinha no período matutino
1915-1	Luciene Maria Coelho	Supervisor	Transferência	Permanece no local de lotação
13570-4	Ylmara Cruz Elbert	Supervisor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado período vespertino
13958-0	Angela Maria de Souza Peixer	Supervisor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (CEM Antônio Francisco Machado)
22444-8	Luciana T. Cechinel da Silva	Supervisor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Ceni Martins período vespertino
13640-9	Cristina Aparecida da Silva	Supervisor	Transferência	Indeferido remanejamento
1626-8	Rosete Ana da Silva	Supervisor	Transferência	Indeferido, retorna para local de lotação (Fundação Municipal de Cultura)
11653-0	Jane Valéria da Silveira Costa	Supervisor	Transferência	Indeferido conforme art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
14952-7	Nanci de Rocco	Supervisor	Transferência	Indeferido, permanece nos locais de lotação
42131-6	Ana Carina Baron Engerroff	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Hortência Pereira Furtado (10 aulas período vespertino)
13860-6	Diane Debora Zanin	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
1618-7	Orlando Xavier Junior	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino no CM Maria Luiza de Melo
35804-5	Samuel Arlindo Goes	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 10 aulas, período noturno no CEM Maria Iracema Martins de Andrade e 10 aulas período vespertino no CEM São Luiz
39813-6	Priscila Alves	Professor	Aumento	Deferido aumento de 05 aulas período noturno Ensino Fundamental EJA do CM Maria Luiza de Melo
39814-4	Fabiana de Fatima A. de Oliveira	Professor	Aumento	Indeferido conforme art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
40707-0	Silvana Dantas Trevisan	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 20 aulas no período noturno - EJA para o EBM Altino C. da Silva Flores
22447-2	Cristiane Moura de Almeida Pretto	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 10 aulas para o CM Maria Luiza de Melo período vespertino
35821-5	Simone de Abreu	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Albertina Krummel Maciel com carga horária de 20 aulas período matutino e 05 aulas período vespertino
13542-9	Myriam Pereira B. Ramos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 05 aulas período noturno Ensino Fundamental EJA no CM Maria Luiza de Melo
36386-3	Marcos Vinicius M. da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 10 aulas período vespertino no CEM Antônio Francisco Machado
33318-2	Emerson José Machado	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Araucária (09 EJA Ensino Médio e 08 EJA Ensino Fundamental)
35815-0	Marize Richartz	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Luar (20 aulas matutino)
13596-8	Ombelino José da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Altino Corsino da Silva Flores (10 aulas matutino e 09 aulas EJA)
33199-6	Franciely Samistraro	Professor	Aumento	Deferido aumento
13627-1	Joice Turnes Santana	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade (08 aulas EJA Ensino Fundamental e 09 aulas EJA Ensino Médio)
10773-5	Rosania Jochen Farias	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (CM Maria Luiza de Melo 08h/a)
42130-8	Acmon Francisco P. Bhering	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
1856-2	Nézio Pereira de A. Junior	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação
13902-5	Cleonice Maria Steimbach	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Interativo (05 aulas matutino e 15 aulas vespertino) e CEM Maria Iracema Martins de Andrade (05 aulas matutino)
2767-7	Luiz Carlos Nascimento	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo (09 aulas Ensino Médio e 06 aulas EJA Ensino Médio)
21658-5	Rosimari Raimondi Martins	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 10 aulas período vespertino no EBM Albertina Krummel Maciel
37099-1	Jaison Gasperi	Professor	Aumento	Deferido aumento de 05 aulas período matutino no CEM Escola do Mar

13625-5	Marilda de Souza S. Cipriano	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 15 aulas período matutino no CEM Antônio Francisco Machado
35820-7	Marcelo Rivadavia T. Peres	Professor	Aumento	Deferido aumento de 05 aulas período vespertino no CEM Antônio Francisco Machado
10808-1	Luiz Carlos Rodrigues	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Maria Iracema Martins de Andrade
35828-2	Ricardo Comini Barcelos	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado (15 aulas matutino e 12 aulas vespertino)
42068-9	Romoaldo Muller	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa 001/2016
39811-0	Antônio Roberto Fernandes	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento 06 aulas EJA Ensino Fundamental CEM Ceniro Martins
10884-7	Boaventura C. Leão de Moura	Professor	Transferência	Remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado (08 aulas EJA Ensino Fundamental)
13723-5	Natal Dias Araujo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado
13234-9	Murilo Adilio da Silveira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade (06 aulas EJA Ensino Médio e 04 aulas EJA Ensino Fundamental)
1622-5	Aroldo Vicente de Souza	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º (requerimento incompleto) da Instrução Normativa 001/2016
10822-7	Geraldo Aldair de Souza	Professor	Transferência	Deferido aumento e remanejamento 03 aulas para EBM Albertina Krummel Maciel E.F. EJA
13528-3	Valeria Ortiz Siqueira	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º da Instrução Normativa 001/2016
35814-2	Renato Gomes Fontoura	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM José Nitro (06 aulas matutino e 06 aulas vespertino) e EBM Albertina K. Maciel (08 aulas Ens. Fundamental EJA e 03 aulas Ensino Médio EJA)
35809-6	Suzana Dias Aquino	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º da Instrução Normativa 001/2016
13604-2	Jaerson Miguel Silva da Silva	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CM Maria Luiza de Melo (04 aulas matutino, 04 aulas EJA Ensino Fundamental, 03 aulas EJA Ensino Médio, 04 aulas Ensino Médio)
39839-0	Carlos Roberto Pereira Tolosa	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
35829-0	Denise Peretti Bogoni	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento no CEM Gov. Vilson Kleinubing (12 aulas matutino e 18 aulas vespertino)
10900-2	Alessandra T. Borges Crozeta	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Renascer (10 aulas matutino, 04 aulas EJA Ensino Fundamental, 03 aulas EJA Ensino Médio), CEM Maria Hortência (10 aulas vespertino)
35811-8	Dany Andrei Soar	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Solemar (06 aulas matutino, 14 aulas vespertino) e CEM Ceniro Martins (06 aulas EJA Ensino Fundamental e 03 aulas EJA Ensino Médio)
39809-8	Denise Maximiano	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Jardim Solemar (04 aulas matutino)
10781-6	Mileidi Heiderscheidt	Professor	Redução	Deferido a redução de 08 aulas período matutino no EBM Albertina Krummel Maciel
34956-9	Walterson de Faria	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o CEM Maria Iracema Martins de Andrade período vespertino
22466-9	Ana Carolina Farias de Souza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 04 aulas para o período vespertino no CEM Araucária
21639-9	Ana Rita Chaves Correa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para a EBM Altino Corsino da Silva Flores
13619-0	Silvana de Fátima Carneiro	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 08 aulas período matutino para o CM Maria Luiza de Melo
39812-8	Elcione Antunes Pinto	Professor	Transferência	Deferido aumento de 05 aulas no CEM Maria Hortência P. Furtado período vespertino e 05 aulas no CEM Maria Iracema M. de Andrade período vespertino
35819-3	Janilda Arcinilha de S. Hemsing	Professor	Transferência	Indeferido conforme art. 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
10816-2	Kathleen Bicca Franco	Professor	Redução	Deferido redução de carga horária para 20 aulas e remanejamento para o CEM Antônio Francisco Machado com 12 aulas no período matutino e 08 aulas no período vespertino
10811-1	Simone Faoro dos Santos	Professor	Transferência	Indeferido conforme Art. 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
35806-1	Luiz Guilherme Menezes Lopes	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade (03 aulas Ensino Fundamental EJA)
13591-7	Helena Lohmann	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
21629-1	Luciana Scheuer Brum	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Maria Iracema M. de Andrade (16 aulas vespertino) e EBM Altino Corsino da Silva Flores (07 aulas matutino e 05 vespertino)
33313-1	Dismael Sagas	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Morar Bem (10 aulas matutino) e CEM Araucária (08 aulas EJA Ensino Fundamental e 06 aulas EJA Ensino Médio)

1597-0	Roberto Luiz de Amorim	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo (04 aulas EJA Ensino Fundamental e 06 EJA Ensino Médio) e EBM Albertina K. Maciel (06 aulas EJA Ensino Médio)
13967-0	Marlene Carvalho Guedes	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo com carga horária de 20 aulas ministradas no período matutino
13501-1	Janaina Amorim da Silva	Professor	Transferência	Permanece no local de lotação
35802-9	Daiane Peretti	Professor	Redução	Indeferido estágio probatório
13536-4	Solange Cristina Veiga	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 06 aulas e aumento de 02 aulas para E.F. EJA, período noturno no CEM Antônio Francisco Machado
40227-3	Fabiano Furini Ignacio	Professor	Transferência	Deferido aumento de 06 aulas no E.F. EJA período noturno no CEM Ceniro Martins
1579-2	Salete Furtado Swiech	Professor	Transferência	Permanece no local de lotação (licença – prêmio)
35982-3	Antônio de Assis Poleza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento de 15 aulas para o CEM Maria Iracema Martins de Andrade período matutino
2782-0	Sérgio Luiz de Almeida	Professor	Transferência	Remanejado 06 aulas para o período matutino no CM Maria Luiza de Melo
10772-7	Angela Centini Torres	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para EBM Altino Corsino da Silva Flores (06 aulas vespertino, 08 aulas EJA Ensino Fundamental, 06 aulas EJA Ensino Médio)
1613-0	Geraldo José H. da Rosa	Professor	Transferência	Indeferido, permanece no local de lotação (EBM Albertina Krummel Maciel)
13535-0	Sérgio Stahelin	Professor	Transferência	Permanece no local de lotação (CM Maria Luiza de Melo)
21586-4	Marcelo Chitolina	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Araucária
13610-7	Maria Benedita da Silva Prim	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para 09 aulas período matutino no CEM Ceniro Martins
1523-7	Silésio dos Santos	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Maria Iracema M. de Andrade (06 aulas EJA Ensino Médio), EBM Albertina K. Maciel (06 aulas EJA Ensino Médio) e CM Maria Luiza de Melo (06 aulas EJA Ensino Médio)
2765-0	Jurandir Martins	Professor	Transferência	Deferido aumento no CM Maria Luiza de Melo (06 aulas no EJA Ensino Médio)
13543-7	Margarete Regina Melo Mainchein	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Cândido Amaro Damásio período vespertino
13852-5	Tania Maria de Souza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Santo Antônio no período vespertino
22449-9	Maria da Paz Ricardo Santos	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13898-3	Valdete do Carmo dos Santos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Patchwork período matutino e vespertino na Escola Profissional Cândido Amaro Damásio
13886-0	Rosana Farias Reginaldo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Deolinda dos Santos Farias no período vespertino
13524-0	Dolores Oscarina Espindola	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para período matutino na Escola Profissional Bela Vista
13811-8	Nara Lucia Sartori W. de Souza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Patchwork período noturno na Escola Profissional Santo Antônio
13986-6	Deise Xavier	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o período vespertino na Escola Profissional Santo Antônio
13496-1	Alfreda Adriana Sagaz	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13557-7	Soraia Leal Martins	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13494-5	Helionalva dos S. Warmling	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Artes Aplicadas período noturno na Escola Profissional de Campinas
13561-5	Divani Weiss de Matos	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para a Escola Profissional Bela Vista (período matutino e noturno)
13928-9	Inacio Dorvantil Nunes Rodrigues	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13810-0	Giselle Eugenia Silva de Lima	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Santo Antônio
13918-1	Andreia Rodrigues	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 5º da Instrução Normativa nº 001/2016
13943-2	Sandra Regina Machado	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento
22455-3	Lucenir Martins M. Jacinto	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para 10 horas período vespertino e 10 horas período noturno na Escola Profissional Santo Antônio
13873-8	Sonia Regina Cabral Bastos	Professor	Aumento	Deferido aumento no período vespertino na Escola Profissional de Campinas e remanejamento para Bordado à mão
13881-9	Rosangela Machado dos Santos	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13845-2	Angélica Cecilia Fraga	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13583-6	Maristela Bruggemann dos Santos	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para a Escola Profissional Cândido Amaro Damásio

13546-1	Marineuza Koch	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Pintura em Madeira na Escola Profissional Santo Antônio
16510-7	Geni Policeno Fernandes	Professor	Aumento	Deferido aumento para o período noturno na EP Cândido Amaro Damásio
13515-1	Meri Terezinha Victorino	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Bela Vista vespertino
13848-7	Carmem Lucia Lobato P. da Costa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Deolinda dos Santos Farias período matutino e vespertino
2719-7	Daguimar Dutra	Professor	Transferência	Deferido, retornar para local de lotação
16508-5	Edir Homem da Silveira	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Campinas período matutino
13520-8	Sonia Maria Andrade	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
23208-4	Ivone Fraga Inácio	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Bela Vista período vespertino
13523-2	Rosana Cardoso	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento
13499-6	Suzana Monteiro Souza	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para o período matutino na Escola Profissional Bela Vista
22441-3	Ana Cristina Brandes	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 4º parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016
13984-0	Michelle Menezes Weickert	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento
13926-2	Nilda Abreu Moraes	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Cândido Amaro Damásio (período matutino e noturno)
13876-2	Nazareth Luzia Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Corte e Costura na Escola Profissional Cândido Amaro Damásio
21588-0	Rachel da Silva	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 5º da Instrução Normativa nº 001/2016
22440-5	Mara Regina Weiss Sell	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para Escola Profissional Cândido Amaro Damásio período matutino
11882-6	Rosamonia Garcia	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 5º da Instrução Normativa nº 001/2016
1727-2	Eliane Boschetti	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para a EBM Albertina Krummel Maciel
35827-4	Guilherme Dutra Antunes	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para o CEM Santa Ana
1624-1	Julio Cezar Broch	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo (09 aulas matutino e 09 aulas vespertino)
15492-0	Flavia Alves Zanon da Silveira	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
40474-8	Maria Lucia da Silva	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEI Regina Terezinha de Oliveira Bastos (12 aulas) e CEI Nossa Senhora Aparecida (15 aulas)
1639-0	Magda Beatriz Bruno Bacellar	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento.
15209-9	Marcelo Cidral	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento.
22451-0	Giovana Martins da Costa Dantas	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade
1644-6	Sonia Regina Posso de Almeida	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento.
13897-5	Renato Campos	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Araucária
42144-8	Simone Valmira Mariano	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
33343-3	Nathalia Cristina Matos	Professor	Aumento e Transferência	Deferido remanejamento para CEI Araci Olívia da Silva
21582-1	Silvana Silveira de Amorim de Melo	Professor	Transferência	Deferido alteração no quadro de aulas do CEM Interativo Floresta
1646-2	Luciana Delpizzo Miranda	Professor	Aumento e Transferência	Deferido o pedido de remanejamento para CEM Santa Ana.
15208-6	Maria Margarete Antero	Professor	Aumento e Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
1614-4	Rafael Crozeta	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Antônio Francisco Machado
2755-3	Fernanda Cabral de S. Garcia	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
35817-7	Lorena Helena da Silva	Professor	Aumento	Deferido aumento de 03 aulas no CEM Maria Hortência Pereira Furtado
35979-3	Fabiola da Silva Aguiar de Souza	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13745-6	Rafael Rodrigo de Melo	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Maria Iracema Martins de Andrade
15490-3	Iraja Barão Filho	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CEM Luar
21620-8	Elisa de Oliveira dos S. Pauli	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
21650-0	Josy Ramos Machado	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
13839-8	Fernanda Ouriques Quint	Professor	Aumento e Transferência	Deferido aumento e remanejamento para CM Maria Luiza de Melo
21637-2	Anderson Sebastião Chaves	Professor	Transferência	Indeferido conforme artigo 11 da Instrução Normativa nº 001/2016
2737-5	Rosa Cristina Costa	Professor	Transferência	Deferido remanejamento para CM Maria Luiza de Melo

11654-8	Flávio Soares Stersi dos Santos	Professor	Transferência	Deferido o pedido de remanejamento.
35816-9	Carina Loss Pacheco	Professor	Transferência	Deferido alteração do quadro de aulas no CEM Antônio Francisco Machado
1606-3	Maria de Lourdes Araujo	Professor	Transferência	Indeferido artigo 4º da Instrução Normativa nº 001/2016
13753-7	Cristiane da Silva de Oliveira	Professor	Transferência	Indeferido artigo 4º da Instrução Normativa nº 001/2016
13802-9	Hudson de Resende Moreira	Professor	Transferência	Indeferido artigo 4º da Instrução Normativa nº 001/2016
22437-5	Caroline Flores Araújo	Professor	Transferência	Indeferido artigo 4º da Instrução Normativa nº 001/2016 Permaneço no local de lotação
2062-1	Maria Rita Vieira	Serviços Gerais	Transferência	Deferido remanejamento
1520-2	Maura Filomena M. de Castro	Serviços Gerais	Transferência	Deferido remanejamento
10803-0	Marco Aurelio Michels	Informática	Aumento	Indeferido a solicitação de aumento de carga horária
13607.7	Lenadra Vieira Vidal Pereira	Professor	Anos Iniciais	Indeferido artigo 4º , parágrafo único da Instrução Normativa nº 001/2016.

II – Os casos omissos e as decisões que se fizerem necessárias por interesse da Administração Pública serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Comissão responsável pela análise dos requerimentos, nos termos do artigo 16 da Instrução Normativa nº 001, de 27 de outubro de 2016.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2017.

São José (SC), 22 de dezembro de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 009/2016 – Processo Adm. nº 23443/2016. Fornecedor: CONSTRUFORMAS – CONSTRUÇÃO REPAROS E REFORMAS LTDA - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECURSOS E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Vencedora dos lotes I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2016 - Processo nº 196/2016 – Proc. Adm. 11705/2016. Fornecedores: ASA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME; BIO SAN SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA – ME; DAYANA WOLFF e KEVIN BUGS VAZ - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA E CAIXAS DE GORDURA, CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO AMBIENTAL PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 453.943,83 – quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/2016

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CONSELHO COMUNITARIO DO BAIRRO SANTOS DUMONT

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 82 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 353.898,88 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 22 de dezembro de 2016.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Daniela da Silva Fraga e Marcos Aurelio Rufino.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 259/2016/SF

DECRETO Nº. 259/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"130"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$90.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"151"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Fundeb 40%, Fonte nº10018, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de novembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 306/2016/SF

DECRETO Nº. 306/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"37"3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias – Civil

..... R\$10.000,00

"40"3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"38"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo
..... R\$10.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 307/2016/SF

DECRETO Nº. 307/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.002 CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP

"78"3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas
..... R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 308/2016/SF

DECRETO Nº. 308/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 31.932,98 (trinta e um mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO

"138"3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$31.932,98

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Salário Educação, Fonte nº10058, no valor de R\$ 31.932,98 (trinta e um mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 309/2016/SF

DECRETO Nº. 309/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 69.768,00 (sessenta e nove mil setecentos e sessenta e oito reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"129"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$37.410,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"149"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$32.358,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Fundeb 40%, Fonte nº10019, no valor de R\$ 69.768,00 (sessenta e nove mil setecentos e sessenta e oito reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 310/2016/SF

DECRETO Nº. 310/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"50"3.1.90.11.00.00.1.0038 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos do Programa de Melhoria ao Acesso a Qualidade e Atenção Básica - PMAQ, Fonte 1.0038, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.092 PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO A QUALIDADE E ATENÇÃO BÁSICA

"53"3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 311/2016/SF

DECRETO Nº. 311/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

"12"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$7.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 312/2016/SF

DECRETO Nº. 312/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.864,10 (cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"41"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.864,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.864,10 (cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"38"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil
..... R\$1.717,50

"39"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.023,09

"40"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$3.123,51

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 313/2016/SF

DECRETO Nº. 313/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB

"129"3.1.9+0.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$2.400,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), Recursos Fundeb 60% e Fundeb 40%, Fontes 1.0018 e 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG - FUNDEB

"133"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo
..... R\$2.400,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 314/2016/SF

DECRETO Nº. 314/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 230.700,00 (duzentos e trinta mil e setecentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

"130"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$107.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"149"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$2.700,00

"151"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$121.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Fundeb 40%, Fonte nº10019, no valor de R\$ 230.700,00 (duzentos e trinta mil e setecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 315/2016/SF

DECRETO Nº. 315/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

01 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"20"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$16.000,00

"21"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais

..... R\$7.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANCEIRO E CONTABIL

2.015 DEPTO FINANCEIRO E CONTADORIA

"88"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$9.400,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.004 APOSENTADOS E PENSIONISTAS

"83"3.1.90.01.00.00.1.0000 Aposentadorias e Reformas R\$2.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

"373"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$12.500,00

"374"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$2.700,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 49.600,00 (quarenta e nove mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 316/2016/SF

DECRETO Nº. 316/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 DEPTO DE PATRIMÔNIO PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"334"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$7.000,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"285"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$9.000,00

"286"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais

..... R\$2.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTES E OBRAS
03 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"246" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil...R\$4.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO – API
"412" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil R\$3.600,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
03 DEPTO DE PATRIMÔNIO PROJETOS E EDIFICAÇÕES
2.039 DEPTO DE PATRIMÔNIO PROJETOS E EDIFICAÇÕES
"337"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$7.000,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO. DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
"289"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros –
Pessoa Jurídica...R\$9.000,00
"296"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$2.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTES E OBRAS
03 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"253"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros –
Pessoa Jurídica...R\$4.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE
2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO – API
"416"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros –
Pessoa Física...R\$1.000,00
"417"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros –
Pessoa Jurídica...R\$2.600,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de dezembro de 2016.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 317/2016/SF

DECRETO Nº. 317/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF
"5"3.3.90.46.00.00.1.0002 Auxílio – Alimentação
..... R\$1.300,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF
"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil....R\$1.300,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2016.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 318/2016/SF

DECRETO Nº. 318/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"12"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil R\$294,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 319/2016/SF

DECRETO Nº. 319/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL

"120"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), Recursos Transferências Impostos Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL

"123"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo
..... R\$4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 320/2016/SF

DECRETO Nº. 320/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.700,00

(um mil e setecentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

01 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"20"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$1.700,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

01 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"23"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.200,00

"24"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 321/2016/SF

DECRETO Nº. 321/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$15.300,00 (quinze mil e trezentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"8"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$1.000,00

"9"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$2.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO

"393"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$2.300,00

"394"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$15.300,00 (quinze mil e trezentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"12"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$3.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENV SOCIAL E HABITAÇÃO

"395"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$2.300,00

"396"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$3.000,00

"400"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Civil R\$7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 322/2016/SF

DECRETO Nº. 322/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.093 NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA

"6"3.1.90.11.00.00.1.0067 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), Recursos do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Fonte 1.0067, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.093 NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA

"8"3.3.90.30.00.00.1.0067 Material de Consumo R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 323/2016/SF

DECRETO Nº. 323/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 910,82 (novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

"14"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$910,82

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 910,82 (novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 324/2016/SF

DECRETO Nº. 324/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$14.001,88 (catorze mil e um reais e oitenta e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
"153"3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais
..... R\$14.001,88

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 14.001,88 (catorze mil e um reais e oitenta e oito centavos), Recursos Fundeb 60% e Fundeb 40%, Fontes 1.0018 e 1.0019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
"149"3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$14,04
"151"3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$864,21
"156"3.3.90.30.00.00.1.0019 Material de Consumo R\$156,79
"159"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$3.878,04
"161"3.3.90.46.00.00.1.0019 Auxílio – Alimentação R\$9.088,80

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2016.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 325/2016/SF

DECRETO Nº. 325/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$13.150,00 (treze mil cento e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO. DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
"286"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$600,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
"215"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$850,00

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"266"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$7.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
"69"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$2.700,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO
01 GABINETE DO VICE-PREFEITO
2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
"15"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 13.150,00 (treze mil cento e cinquenta reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO. DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
289"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$600,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
"216"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$850,00

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
"270"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$7.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
"72"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$2.700,00

03 GABINETE DO VICE-PREFEITO
01 GABINETE DO VICE-PREFEITO
2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
"17" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2016.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 326/2016/SF

DECRETO Nº. 326/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“36”3.3.30.93.00.00.1.000 Indenizações e Restituições
..... R\$1.200,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“39”3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.200,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5920/2016

DECRETO Nº 5.920, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

“PRORROGA O PERÍODO DE TURNO ÚNICO DE HORÁRIO DE TRABALHO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos IX e X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE, esta é uma das medidas de contenção de gastos que visam o reequilíbrio das contas públicas, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como por razões de interesse público e economicidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até 31 de janeiro de 2017, o período de turno único com horário reduzido, instituído pelo Decreto nº 5.899, de 06 de outubro de 2016, exceto:

§1º. Aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde;

§2º. Aos servidores da área externa alocados na Secretaria Municipal de Agricultura;

§3º. Aos servidores do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE;

§4º. Aos conselheiros tutelares.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 5.919, de 15 de dezembro de 2016 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº302/2016/SF

DECRETO Nº. 302/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“42”3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e Contributivas
..... R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“38”3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil
..... R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº303/2016/SF

DECRETO Nº. 303/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2.118 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
"389"3.3.90.30.00.00.1.0052 Material de Consumo
..... R\$300,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), Recursos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Fundo Nacional de Assistência Social, Fonte 1.0052, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.106 PROGRAMA INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA
"391"3.3.90.39.00.00.1.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$300,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de dezembro de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº304/2016/SF

DECRETO Nº. 304/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 14.053,99 (catorze mil e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTE E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
"227"3.3.90.39.00.00.1.0017 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$14.053,99

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 14.053,99 (catorze mil cinquenta

e três reais e noventa e nove centavos), Recursos Contribuição e Custeio de Serviços de Iluminação Pública - COSIP, Fonte 1.0017, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTE E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
"226"3.3.90.30.00.00.1.0017 Material de Consumo
..... R\$14.053,99

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2016.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº305/2016/SF

DECRETO Nº. 305/2016 - SF

O Prefeito Municipal em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTE E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
"227"3.3.90.39.00.00.1.0017 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$2.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, Recursos COSIP – Contribuição Custeio Iluminação Pública, Fonte 1.0017, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de dezembro de 2016.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº5921/2016

DECRETO Nº 5.921, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

“FIXA O PERCENTUAL DOS VALORES E A INCLUSÃO DE PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADOS PELO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE”.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO, a Decisão nº. 041/2016, de 19 de dezembro de 2016 e Parecer Técnico nº186/2016, da Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados os valores referentes à revisão das tarifas de ligação de água residencial e não residencial e a inclusão na tabela de preços os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo SEMAE das ligações de esgoto residencial e não residencial, conforme segue:

- I – Ligação de água residencial e não residencial: R\$234,92;
- II – Ligação de esgoto residencial e não residencial: R\$233,13.

Art. 2º. Os valores acima fixados tem como base a Decisão nº. 041/2016, de 19 de dezembro de 2016 e Parecer Técnico nº186/2016, da Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de dezembro de 2016.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.568, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.568, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01.20.606.4507.1.048 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000	205	Aplicação Direta	R\$ 14.250,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.569, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.569, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 463.250,00 (quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA			
10.01.20.606.4507.1.048 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0034	161	Aplicação Direta	R\$ 463.250,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 020/2016, Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Projetel Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2016 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 940,50 (novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

Pagamento: O pagamento dos itens entregues, será realizado até o dia 30/12/2016, através de transferência bancária à Contratada mediante entrega da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 002/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC; e D - 004/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.3000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 09/12/2016.

Vigência: de 09/12/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Claudir Antonio Suzin - pela Contratada.

LEI Nº 2.308, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 2.308, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial, por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 3.375,27 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.01.0000 202 Aplicação Direta R\$ 3.375,27

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.309, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 2.309, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 22.020,59 (vinte e dois mil, vinte reais e cinquenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.03.0000 201 Aplicação Direta R\$ 22.020,59

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.03.0000 168 Aplicação Direta R\$ 22.020,59

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.310, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 2.310, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a compensação ambiental pelo uso de Áreas de Preservação Permanente em imóveis públicos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar a compensação das Áreas de Preservação Permanente inseridas nos seguintes imóveis de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste/SC, com o imóvel descrito no artigo 3º, da seguinte forma:

I - parte do lote industrial nº 11, denominado rua Mário Pagliosa, com área superficial de 4.459,12m² (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove metros e doze centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Área Industrial, neste Município, com as confrontações descritas na matrícula de nº 13.912 - "A", do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, conforme certidão de inteiro teor constante no Anexo I desta Lei;

II - lote industrial nº 10, com área de 1.658,76 m² (um mil, seiscentos e cinquenta e oito metros e setenta e seis centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Área Industrial, neste Município, com as confrontações constantes na matrícula de nº 15.208, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, conforme certidão de inteiro teor constante no Anexo I desta Lei;

III - lote nº 05, com área de 4.069,93m² (quatro mil e sessenta e nove metros e noventa e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Área Industrial, neste Município, com as confrontações descritas na matrícula de nº 9.411, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC, conforme certidão de inteiro teor constante no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As áreas descritas neste artigo encontram-se demonstradas na planta de situação da Área de Preservação Permanente a ser compensada, constante no Anexo III desta Lei.

Art. 2º Fica alterada a finalidade de parte do lote rural nº 2 - "A", situado na Linha Gramadinho, neste Município, com área superficial de 32.600m² (trinta e dois mil e seiscentos metros quadrados), com as confrontações descritas na matrícula de nº 5.926, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, destinado à implantação de aterro sanitário pela Lei nº 348, de 16 de junho de 1983, passando à destinação de compensar as Áreas de Preservação Permanente suprimidas nos imóveis descritos no artigo 1º, conforme Termo de Compromisso no Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. A área ideal, específica a ser destinada como Área de Preservação Permanente em razão da compensação de que trata o caput, apresenta as seguintes coordenadas: do 'ponto P01', de coordenadas E= 313013.448 m e N= 7083317.011 m; seguindo com azimute e distância: 51°25'26" 30.97 m até o vértice denominado 'ponto P02', de coordenadas E=313037.660 m e N=7083336.322 m; seguindo com azimute e distância: 195°58'14" 178.88 m até o vértice denominado 'ponto P03', de coordenadas E=312988.442 m e N=7083164.347 m; seguindo com azimute e distância: 349°50'44" 32.06 m até o vértice denominado 'ponto P04', de coordenadas E=312982.790 m e N=7083195.900 m; seguindo com azimute e distância: 12°46'09" 68.91 m até o vértice denominado 'ponto P05', de coordenadas E=312998.021 m e N=7083263.106 m; seguindo com o seguinte azimute e distância: 15°58'14" 56.07 m até o vértice denominado 'ponto P01', de coordenadas E=313013.448 m e N=7083317.011 m; até o início da descrição, encerrando o perímetro do polígono, com área superficial de 2.540,45 m² (dois mil, quinhentos e quarenta metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), em conformidade com o Memorial Descritivo, Planta Topográfica e Levantamento Planimétrico, constantes nos Anexos II e III, desta Lei.

Art. 3º Para cobrir eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei nº 2.310, de 22 de dezembro de 2016)

CÓPIAS DE INTEIRO TEOR DAS MATRÍCULAS DE Nºs 13.912 - "A", 15.208, 9.411 e 5.926 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei nº 2.310, de 22 de dezembro de 2016)

MEMORIAIS DESCRITIVOS E TERMO DE COMPROMISSO

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO III
(Lei nº 2.310, de 22 de dezembro de 2016)

PLANTA DE SITUAÇÃO DA CANALIZAÇÃO PROPOSTA E DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE A SER COMPENSADA, PLANTA TOPOGRÁFICA, LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO E ARTs

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de dezembro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.793/2016- FICA AUTORIZADO O CORTE DE DUAS (02) ÁRVORES DA ESPÉCIE FICUS, LOCALIZADAS NA ESQUINA DAS RUAS XV DE NOVEMBRO COM A RUA GUANABARA (EDIF. VALANDRO), CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE- SC

DECRETO Nº 8.793/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de DUAS (02) árvores da espécie Ficus, localizadas na esquina das Ruas XV de Novembro com a Rua Guanabara (Edif. Valandro), Centro, neste Município, Devido ao fato de ambas das árvores estarem bem no acesso da faixa de pedestre, a árvore localizada na Rua XV de Novembro, além de estar bem na faixa de pedestre, ela está constituindo obstáculo para a acessibilidade de cadeirantes;

Art. 2º Como medida compensatória, devido à impossibilidade de substituir no local novos exemplares de árvores, deverá ser realizado à doação de 20 (vinte) mudas de árvores, podendo estas serem doadas para a municipalidade ou outra entidade que fará o plantio dessas mudas, as espécies a serem doadas deverão ser arbóreas, não arbustivas nativas, sem ônus a municipalidade, com altura mínima da muda de 0,50 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Ipês, Timbaúva ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 21 de dezembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.794/2016- FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 08-D, COM ÁREA DE 286,75M2, MATRICULA Nº 45.727 E DE PARTE DO LOTE URBANO Nº 08-D, DA SUBDIVISÃO DO LOTE URBANO Nº 08, COM ÁREA DE 13,80M2 E O LOTE URBANO Nº 08-E, COM ÁREA DE 300,96M2, NUM TOTAL DE 314,76M2, ...

DECRETO Nº 8.794/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, §2º e art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento e REMEMBRAMENTO, do lote urbano nº 08-D, com área de 286,75m2, matrícula nº 45.727 e de parte do lote urbano nº 08-D, da subdivisão do lote urbano nº 08, com área de 13,80m2 e o lote urbano nº 08-E, com área de 300,96m2, num total de 314,76m2, matrícula nº 45.729, situados na Rua Hélio Anjos Ortiz, Loteamento Jardim Acácias, perímetro urbano da cidade, de propriedade de Bolfe Empreendimentos e Participações Ltda, desdobramento do referido Lote formando novos lotes urbanos, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTO:

Parte do lote urbano nº 08-D, com área de 85,25m2,(matrícula nº 45.727), confrontando: Ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 08-D, por linha seca medindo 15,327metros; ao Leste, com parte da chácara nº 34-B, por linha seca medindo 5,495metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 08-D, por linha seca medindo 15,82metros; ao Oeste, com a Rua Hélio Anjos Ortiz, medindo 5.472metros.

Parte do lote urbano nº 08-D, com área de 13,80m2 e parte do lote urbano nº 08-E, com área de 100,95m2,(matrícula nº 45.729), confrontando: Ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 08-D, por linha seca medindo 15,52metros; ao Leste, com parte da chácara nº 34-B, por linha seca medindo 7,137metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 08-E, por linha seca medindo 16,47metros; ao Oeste, com a Rua Hélio Anjos Ortiz, medindo 7,108metros.

Remembramento

Parte do lote urbano nº 08-D, com área de 85,25m², parte do lote urbano nº 08-D, com área de 13,80m² e parte do lote urbano nº 08-E, com área de 100,95m², perfazendo um total de 200,00m², confrontando em conjunto: Ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 08-D, por linha seca medindo 15,327metros; ao Leste, com parte da chácara nº 34-B, por linha seca medindo 12,632metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 08-E, por linha seca medindo 16,47metros; ao Oeste, com a Rua Hélio Anjos Ortiz, medindo 12,58metros.

Remanescente:

Parte do lote urbano nº 08-D, com área de 201,50m², (matricula nº 45.727), confrontando: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 08-C, por linha seca medindo 14,08metros; ao Leste, com parte da chácara nº 34-B, por linha seca medindo 13,755metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 08-D, por linha seca medindo 15,327metros; ao Oeste, com a Rua Hélio Anjos Ortiz, medindo 13,708metros.

Parte do lote urbano nº 08-E, com área de 200,01m², (matricula nº 45.729), confrontando: Ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 08-E, por linha seca medindo 16,47metros; ao Leste, com parte da chácara nº 34-B, por linha seca medindo 11,813metros; ao Sul, com o lote urbano nº 08-F, por linha seca medindo 17,54metros; ao Oeste, com a Rua Hélio Anjos Ortiz, medindo 11,762metros.

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 22 de dezembro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.996/2016 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.996/2016 de 21 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.221,00 (vinte e dois mil duzentos e vinte e um reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 145,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.350,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 135,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.100,00

05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 520,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.051,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 6.250,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 450,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.220,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 145,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.350,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 135,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ.Infantil - "Creches"

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 10.100,00

05.02.12.367.3009.2.323 - Manutenção da Educação Especial
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 520,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - UNID DE AGRICULTURA
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.501,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.250,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.220,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

DECRETO Nº 3.997/2016 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.997/2016 de 21 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.122.3013.2.334 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.200,00

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0212 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.700,00

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obrigacoes Patronais R\$ 200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.122.3013.2.334 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.200,00

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.700,00

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

DECRETO Nº 3.998/2016 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.998/2016 de 21 de dezembro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0216 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0216 - Auxilio-Alimentacao R\$ 1.100,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0216 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.200,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.859/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº6.859/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A SUSTITUIÇÃO REGULAMENTAR DE SERVIDOR.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de fechamento de todas as contas do Município de Schroeder do exercício de 2016;

Resolve:

Art. 1º Designar a servidora Senhora Ângela Luisa Dobler, Contadora – CRC SC-039511/0-0, para substituir o servidor Senhor Hercílio Peitruka Júnior, Contador – CRC PR-034345/0-3 T-SC, no período de 23 de janeiro a 11 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único. A substituição de que trata o caput deste artigo é decorrente de férias regulamentares do substituído e perdurará até que o substituído retorne as suas atividades normais.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº6.857/2016, de 19 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 22 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.860/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.860/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Maria Aparecida Schmidt Miodutzki, do cargo comissionado de Assessora de Saúde, com efeitos retro-ativos a partir de 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Telefonista, percebendo o nível salarial 28 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 3º Fica revogada a portaria nº 6.841/2016 de 16 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 2148, de 19 de dezembro de 2016, p. 1571.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK	ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal	Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.861/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.861/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Alessandro Martins Viana, do cargo comissionado de Diretor Administrativo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.862/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.862/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Diego Guilherme Lasta, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.863/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.863/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Paulo Roberto Ferreira, do cargo comissionado de Controlador Municipal, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.864/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.864/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Girold Guckert, do cargo comissionado de Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.865/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.865/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Sr. Orlando Tecilla, do cargo de Secretário Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.866/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.866/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Tânia Maria Zoz, do cargo comissionado de Secretária Executiva, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo o nível salarial 43 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.867/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.867/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marlise Jacobi, a partir de 27 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.868/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.868/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Cristiane Finckler Lavaqui, a partir de 30 de dezembro de 2016, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.869/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.869/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. José Antonio Lourenço, do cargo comissionado de Diretor de Convênios, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.870/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.870/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Fernando Rodrigo da Rosa, do cargo comissionado de Procurador Municipal, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.871/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.871/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Jonny Jordy Walz, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Auxiliar de Expediente

PORTARIA Nº 6.872/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.872/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o Sr. Elmer Sandro Quadros, do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Auxiliar de Expediente

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS – CLASSIFICAÇÃO GERAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ADMISSÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF, ENFERMEIRO ESF, E MÉDICO ESF, EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER, SC.

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. Osvaldo Jurck, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2016 SMS/PMS para os cargos de Técnico em Enfermagem ESF, Enfermeiro ESF e Médico ESF, conforme lista de classificação abaixo:

Nome	Cargo Pretendido	Nota	Classif.
Daiane Zoz	Técnico em Enfermagem ESF	7,0	1
Elenir Beatriz Vasel Motta	Técnico em Enfermagem ESF	6,8	2
Karianne Cibeles da Silva	Técnico em Enfermagem ESF	6,8	3
Glauce Mery Pajenkamp	Técnico em Enfermagem ESF	6,6	4
Paulo Vinicius Spengler	Técnico em Enfermagem ESF	5,8	5
Diane Walz	Técnico em Enfermagem ESF	5,8	6
Bruna Eichenberger	Técnico em Enfermagem ESF	5,8	7
Renata Lourenço da Silva	Técnico em Enfermagem ESF	5,4	8
Aline Bachmann	Técnico em Enfermagem ESF	5,4	9
Edvaldo de Ramos Oliveira	Técnico em Enfermagem ESF	5,2	10
Pâmela Danieli Mundt	Técnico em Enfermagem ESF	5,2	11
Graciele de Miranda Flores	Técnico em Enfermagem ESF	5,0	12
Adriana Augusta Ribas	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Barbara Belarmino	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Vera Lucia Kirtaski Colduro	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Liane Junges	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Luana Vanessa dos Santos Gabriel	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Irene Rech	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Claudia Volles Demarch	Técnico em Enfermagem ESF	-	Desclassificado*
Dirlene Lais Demarchi	Enfermeiro ESF	10,0	1
Kézia Mercedes Oliveira dos Santos	Enfermeiro ESF	10,0	2
Talita Piccoli	Enfermeiro ESF	9,0	3
Juliana Pasquali	Enfermeiro ESF	9,0	4
Melissa Kâue Boese Coelho de Cristo	Enfermeiro ESF	8,6	5
Maria de Fátima de Oliveira	Enfermeiro ESF	8,0	6
Marilso Valdemar Rückl	Enfermeiro ESF	7,8	7
Nilton Machado da Silva	Enfermeiro ESF	7,6	8

Suelen Dorneles Soares	Enfermeiro ESF	7,6	9
Samara Setter Girardi	Enfermeiro ESF	7,6	10
Glaucia de Souza	Enfermeiro ESF	7,4	11
Samya Baumgardt Duffeck	Enfermeiro ESF	7,4	12
Sara Francieli Brych	Enfermeiro ESF	7,2	13
Inês Flauzino Fagundes Vieira	Enfermeiro ESF	7,0	14
Adilson Juliano Thilles	Enfermeiro ESF	6,8	15
Eduardo Alexander Dalprá	Enfermeiro ESF	6,6	16
Bruna Campregheer	Enfermeiro ESF	6,4	17
Karoline Rosa	Enfermeiro ESF	6,0	18
Márcia Rosa Loge de Camargo	Enfermeiro ESF	5,4	19
Gabriela Zanghelini	Médico ESF	9,4	1
Thais Fernanda Borba	Médico ESF	8,4	2
Thalia Macaris	Médico ESF	8,4	3
Natalia Marchet De Antoni	Médico ESF	8,0	4
Francisco Márcio Casarim Junior	Médico ESF	7,6	5
Daniela Nos	Médico ESF	7,6	6
Marcos Daniel da Silva	Médico ESF	7,4	7
Gustavo Araujo de Almeida	Médico ESF	7,2	8
Renata Gullini	Médico ESF	7,2	9
Márcio Lohmann	Médico ESF	7,0	10
Carmem Luiza Lucht Gascho	Médico ESF	7,0	11
Jéssica de Andrade	Médico ESF	7,0	12
Vanessa Machado Gomes	Médico ESF	6,8	Desclassificada**
Eduardo Fernandes Leite	Médico ESF	6,8	13
Carlos Gustavo Antoni de Carvalho	Médico ESF	6,4	14
Davi Marcellani Montani	Médico ESF	6,4	15
Eduardo Moili	Médico ESF	6,2	16
Ana Flavia Garnica Camargo	Médico ESF	6,2	17
Mateus Caldeira Lavrador	Médico ESF	5,8	18
David Alejandro Lara Rodriguez	Médico ESF	-	Desclassificado*

* Não atingiu a pontuação mínima para classificação, conforme edital.

** Desclassificação ocorrida por não cumprir as exigências do caderno de provas.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, SC, 23 de dezembro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Nádia Cristiane Hefter Tambosi
Presidente Comissão Organizadora do Processo Seletivo

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS – GABARITO OFICIAL DAS PROVAS OBJETIVAS
PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS
GABARITO OFICIAL DAS PROVAS OBJETIVAS

CARGO NÍVEL MÉDIO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
TÉCNICO EM ENFERMAGEM ESF	E	A	E	C	D	A	B	E	C	A	C	A	B	D	E	A	C	E	B	E
CARGO SUPERIOR	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
ENFERMEIRO ESF	D	C	E	E	E	B	B	E	C	A	C	ANU-LADA	A	A	D	D	D	B	A	D
MÉDICO ESF	D	C	E	E	E	B	B	E	C	A	A	B	A	C	C	C	B	D	E	D

Schroeder (SC), 23 de dezembro de 2016.

Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado
Município de Schroeder

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 001/2016 – SMS/PMS – RESULTADO DOS PEDIDOS DE RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

Processo Seletivo nº. 002/2016 - SECEL/PMS
Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016

O Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2016 SECEL/PMS para os cargos de Professores e Auxiliares de Sala. Conforme lista de classificação abaixo:

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Auxiliar de Sala	Kethlin Jung	9,40	1º
Auxiliar de Sala	Evani Salete Chaves Klodzinski	9,10	2º
Auxiliar de Sala	Ligia Camila Danielak	9,10	3º
Auxiliar de Sala	Maria Karolina Cavalheiro Heguedichi	9,00	4º
Auxiliar de Sala	Greice Meri Ferreira dos Santos	9,00	5º
Auxiliar de Sala	Tainara Terra	8,90	6º
Auxiliar de Sala	Daniela Strapazon	8,80	7º
Auxiliar de Sala	Noenice Maske Mundel	8,80	8º
Auxiliar de Sala	Carla Stricker de Abreu	8,60	9º
Auxiliar de Sala	Agatha Winter Rodrigues	8,40	10º
Auxiliar de Sala	Andréa Ramos Faust Vieira	8,40	11º
Auxiliar de Sala	Gilcione Veiber de Almeida Lima	8,30	12º
Auxiliar de Sala	Gabriele Aparecida Ferreira	8,20	13º
Auxiliar de Sala	Tairine Leila Walz	8,20	14º
Auxiliar de Sala	Diane Evani Wendpap Delfino	8,10	15º
Auxiliar de Sala	Semiramis Baier Puttendorf Mundel	8,00	16º
Auxiliar de Sala	Isolde Ferreira Stuy	7,90	17º
Auxiliar de Sala	Bruna Carla Neumann Wulf	7,90	18º
Auxiliar de Sala	Bianca Eggert	7,90	19º
Auxiliar de Sala	Pricila Lourenço	7,90	20º
Auxiliar de Sala	Bruna Rabuske	7,80	21º
Auxiliar de Sala	Rosecler de Rodettes de Mera	7,80	22º
Auxiliar de Sala	Leia Gerva da Rosa	7,80	23º
Auxiliar de Sala	Clarinice Ullmann	7,80	24º
Auxiliar de Sala	Greice Vieira Probst	7,70	25º
Auxiliar de Sala	Suely da Silva Vieira	7,60	26º
Auxiliar de Sala	Aline Knuth	7,40	27º
Auxiliar de Sala	Daiana Lilian de Oliveira	7,40	28º
Auxiliar de Sala	Pâmela Driéli Bolduan	7,30	29º
Auxiliar de Sala	Katiane Stocksneider	7,30	30º
Auxiliar de Sala	Priscila Nair de Santana	7,20	31º
Auxiliar de Sala	Márcia Nogueira	6,70	32º
Auxiliar de Sala	Sara da Silva	6,70	33º
Auxiliar de Sala	Luciane Rosa de França	6,70	34º
Auxiliar de Sala	Talita Luzia Moreira dos Santos	6,50	35º
Auxiliar de Sala	Neli da Rocha	6,40	36º
Auxiliar de Sala	Jenifer Reinki	6,30	37º
Auxiliar de Sala	Juliana Rother Heidemann	6,20	38º
Auxiliar de Sala	Sandra Mara Becker da Silva	6,20	39º

Auxiliar de Sala	Francisnara Cardoso Portella Vieira	6,00	40º
Auxiliar de Sala	Karen Michaelsen	5,80	41º
Auxiliar de Sala	Alecsandra Andresa Walz	5,80	42º
Auxiliar de Sala	Zenilda Mariano Ferreira	5,40	43º
Auxiliar de Sala	Valdy Rodrigues Cavalcante	5,10	44º
Auxiliar de Sala	Ivone Florencio de Borba	-	
Auxiliar de Sala	Ivete Simões	-	
Auxiliar de Sala	Marisa Aparecida dos Santos Viana	-	
Auxiliar de Sala	Tania Mara Mohr	-	
Auxiliar de Sala	Caroline de Toledo	-	
Auxiliar de Sala	Siomara Lucia Fugel de Toledo	-	
Auxiliar de Sala	Elonita da Rocha	-	
Auxiliar de Sala	Lucineide Ramos da Silva	-	
Auxiliar de Sala	Jessica Taiane Peschke	-	
Auxiliar de Sala	Débora Kurzwski	-	
Auxiliar de Sala	Patrícia de Souza Luz	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Marciana Andreia Marchioro	7,80	1º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Francisleine Lopes Maas	7,00	2º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Clarice Tomaselli Borchardt	7,00	3º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Carla Adriana de Juli Cristaldo	6,60	4º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ana Maria Alexandre	6,40	5º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Gisele Soares dos Santos	6,30	6º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Giselia Aparecida Pereira	6,30	7º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Scheila Gilvana Gnewuch Pereira	6,20	8º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Valdenira Maciel Duarte	6,10	9º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Fernanda Magali Moretti	6,10	10º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Thalissa Leite	6,10	11º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ivane Leu	6,10	12º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Beatriz Marlene Cogrossi Weber	5,90	13º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Shálly Katleem Piske	5,77	14º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vanessa Paiano Machado Harmel	5,70	15º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Karoline Odwazny Rocha	5,60	16º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Gabbi Cristina Jahn	5,60	17º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Angelica F. Vieira	5,50	18º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Tamaila Aparecida da Silva	5,50	19º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Claudia Regina da Silva	5,40	20º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Claudia Ines Ortiz Fernandes	5,30	21º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Viviane Bolduan da Silva	5,30	22º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Mara Luciana Kamchen Silva	5,30	23º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Francieli de Fátima da Silva Lima Carvalho	5,10	24º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Noemi Silvana Riedel	5,00	25º
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vilma da Aparecida Bueno	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Claudete Duarte	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Angela de Toledo	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Marcia Luzia Moreira da Rocha	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Simone Aparecida Tonello Cavalheiro	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ivanice Cervelin	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Joceneia Rodrigues	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Letícia de Oliveira	-	

Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Joelma Maia Brandão	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Sheila de Carvalho Entholzer	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Adriana Peixoto Bezerra Silva	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rosangela Almeida Paz	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Dominique Gadotti	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Josiane Greski Schiochet	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Eliane Czervinski	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Nelci Rejane Nunes Bergmann	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rita de Cassia Benthien Pereira	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Gislaine Vital dos Santos Ludtke	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Nilson Feliciano	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Angela Siqueira Prates	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Mayara Cristina Diel	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Mariele Teixeira	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Caroline Gaedtker	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Lucilene Pereira	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Elisangela Maris Pires Dallagnolo	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cristiane Decker Steinbach	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Sherlyne Aparecida Schons Moreira	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Graciele de Miranda Flores	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rosa Leontina Svinka	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Valcenira dos Santos Maciel	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Diana Ilaine Gnewuch de Abreu	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Larissa Mendes de Almeida	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Lineia Fernanda Cora	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Aparecida da Silva Pereira	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Simoni Mundstock Nunes	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Solange Laueremann	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Tadeu Arbighaus	-	
Professor A – Ensino Fundamental Anos Iniciais	Tais Correa	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Patricia Hasse Onofre	10,00	1º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Josiani Maioli de Anevão	9,60	2º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Alessandra Fischborn	9,40	3º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Cátia Cristina Stingham	9,40	4º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Patricia de Lima	9,30	5º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Danmiles da Silva Santos	9,30	6º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Mirian Ramos	9,10	7º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Lidia Fernanda Cora	9,10	8º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Evelin Cristian Weigle da Silva	9,10	9º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rosane Armindo Vieira Borges	9,00	10º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Debora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	9,00	11º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Vanessa Stack do Amaral	8,90	12º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Maria Eliane Pereira de Souza	8,80	13º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Solange Ines Fenerich Astolfi	8,70	14º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Juliana Bertotti Miranda Medeiros	8,70	15º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Lia Mara Thomsen Maas	8,70	16º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Maria Aparecida Pruss Petry	8,50	17º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Patricia dos Santos	8,50	18º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jaqueline Aparecida da Silva	8,50	19º

Professor B – Ensino de Educação Infantil	Mirian de Oliveira Rosa	8,50	20º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Clevia Bittencurt Ersching	8,40	21º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Carmen Luzia Kucarz	8,40	22º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Mariana Soares	8,40	23º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Claudia Viviane de Freitas da Silveira	8,30	24º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Juliane Svarcz Storki	8,30	25º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Teresinha Pereira Pacheco	8,30	26º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Veridiana Michelle Metzner	8,20	27º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Susiane Patrícia dos Santos Blasius	8,20	28º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Francielle Padilha	8,18	29º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Roseli Lopes Fritzen	8,10	30º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rosangela Poteriko de Lima	8,10	31º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Gabriella Tavares Silva Schiochet	8,10	32º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Sirlei Lombardi	8,10	33º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Helaine Herrmann	8,10	34º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Anelice Weller de França	8,10	35º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rozangela Berger Franzagua	8,10	36º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Simone Justen	8,00	37º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Fernanda Odorizzi	8,00	38º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jaqueline Mendes de Souza	8,00	39º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jaqueline Junckes Stefanini	7,92	40º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Marinalva Aparecida de Oliveira Arent	7,90	41º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Dhyessica Santos da Costa	7,90	42º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Vanessa Hillesheim Will	7,90	43º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Sonia Terezinha Momm Oldoni	7,90	44º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Marines Maas	7,90	45º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Edvando Santos Cordeiro	7,90	46º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Claudineia B. Fernandes	7,90	47º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Deise Mara Klitzke	7,90	48º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Sirlene Pavarin Maciel	7,80	49º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Olivia Aparecida Specht	7,80	50º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Celene Voos Amorim	7,80	51º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Elsinira Porath Borgmann	7,80	52º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Laurecir da Silva Frogel	7,80	53º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jaqueline Fernandes da Silva	7,70	54º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Adriana Taborda Ribas	7,70	55º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Meriane Gabriel de Oliveira Machado	7,70	56º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Carine Graciela da Silveira	7,60	57º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Marcia Ronchi de Araujo	7,60	58º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Tania Viebrantz Hansen	7,60	59º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rosemary dos Santos	7,60	60º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Marcelo Gomes de Souza	7,50	61º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Andreia C. de Oliveira	7,50	62º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Sonia Mara Gomes Fereira Kuffel	7,50	63º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rosemeri K. de Bonfim	7,40	64º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Iracema Zoz Konrad	7,40	65º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Carina Piecharski	7,40	66º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Charlene Roberta Mielke Miranda	7,40	67º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Edina Aparecida da Silva Godoi	7,40	68º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Deise Ketlin Stiegler Balena	7,36	69º

Professor B – Ensino de Educação Infantil	Clair Beliski	7,30	70º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Alessandra Coelho Camargo	7,30	71º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Narielly Elis da Silva	7,20	72º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Greice Antunes Briesemeister	7,20	73º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Romi Klebber da Silva	7,20	74º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Karolyne Evans Gaspar	7,10	75º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Eliane Pereira de Almeida Cavalheiro	7,10	76º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Joseane Correa Furtado	7,10	77º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Kelly Luisa Mundt Guckert	7,10	78º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Aline Chilanti	7,00	79º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Luciane Stuy	7,00	80º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Cintia Temira Trinoski	6,90	81º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Tatiane Olczyk	6,90	82º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Daniele de Souza	6,90	83º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Abigail Regina Blaka	6,90	84º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Marina Tromm	6,90	85º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Silvane Guimarães Pelechate	6,80	86º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Caroline Maria Wodzinski	6,80	87º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Janete de Castilhos Soares	6,80	88º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Nadieli Priscila Avance	6,80	89º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Camila Robera de Souza Thilles	6,80	90º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Daniele Esther Dalcanalle	6,80	91º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Ritiele Silva da Rosa Kronbauer	6,80	92º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Mara Lúcia Creado de Aro Santos	6,80	93º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Viviane Fiedler	6,70	94º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Viviane Carla Braga Tavares	6,70	95º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rita de Cássia da Silva Hildebrando Pohl	6,70	96º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Roseli Aparecida Paes	6,60	97º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Graciella Strelow	6,50	98º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Vanessa Gottemms	6,40	99º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Berenice Kucarz	6,40	100º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Cristiane Vieira Voigt	6,39	101º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Erica Rabelo Domingues	6,30	102º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Antonio Cezar N. dos Santos Cristofolini	6,10	103º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Mirian Maria da Silva	6,00	104º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Elaine Cristina Ferreira	6,00	105º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Elisabeth Teresinha Fagundes Rosa	5,90	106º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Fabiana Gnewuch de Souza	5,80	107º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Olga Teles de Souza Viero	5,80	108º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Stephanie Costa Santos Honorato	5,80	109º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Tassiane Aparecida Hellstron	5,70	110º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Luciane Zamboni Moreira	5,70	111º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Flavia Aparecida Koslowski Machado	5,64	112º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Sandra Elisa Marquart Bublitz	5,60	113º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Luciana de Oliveira	5,46	114º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Elma de Oliveira Silva da Costa	5,40	115º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Debora Eluiza Weber Szurmiak	5,20	116º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Ilete Riedel Junckes	5,10	117º
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Rosemeire Costa Kuhnen	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Loreni Alves Padilha	-	

Professor B – Ensino de Educação Infantil	Renata Devigili	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Meri Terezinha Pinzeger	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Samyra Vilela Entholzer	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Aryane Bley Gomes	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Ilce Cristina Vieira Probst	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Paulo Roberto Balbino	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Leni Fauro Ortiz	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Gladis Ines Ulsenheimer	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Silmara de Fátima Cordeiro Neuburger	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jaqueline Aparecida Taborda Ribas	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Ivone Ciquelero Pereira	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Sidineia Maria Aparecida Schwalbe	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Maria de Lourdes da Silveira	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Daiane Titz Darem	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Elaneda Silva Shiratu	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Maria Alice da Luz Jahn	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Thaize Albrecht	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jussara Cavalcante dos Santos	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Alana Gomes	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Natieli Aparecida da Silva	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Flaviana de Lima	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Mariane Fernanda Mendes	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Thayná Carolina Tonon	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Crislei Scheuer Bollauf	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Tatiane Schutz	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Maria Soloi Antunes Borba Klossoski	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Vanessa Amabile de Carvalho	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Juceli Aparecida Miada	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Caroline Lang	-	
Professor B – Ensino de Educação Infantil	Jaqueline Andressa Morineli	-	
Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	Nayara Laporte Pereira de Almeida	8,65	1º
Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	Cristiane Aparecida da Silva de Oliveira	6,20	2º
Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	Flavio Augusto Santoro Bachion	6,10	3º
Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	Leticia Regina Paul Paciello	5,40	4º
Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	Angelica Carolina Freiburger	-	-
Professor B – Arte Anos Inicias e Finais	Marilza Cordeiro	-	-
Professor C – Arte Anos Inicias e Finais	Patrícia Rosa	-	-
Professor C – Arte Anos Inicias e Finais	Rafael Rodrigo Soares	-	-
Professor B – Língua Estr. Inglês Anos Finais	Rejane de Cássia Cordeiro	6,90	1º
Professor B – Língua Estr. Inglês Anos Finais	Juliana Aparecida Bizo	6,50	2º
Professor C – Língua Estr. Inglês Anos Finais	Morgana Bresolin Bogoni Lorenço	7,20	1º
Professor A – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	Fernanda Karina Pellim	8,30	1º
Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	Cristina Holzinger	8,60	1º
Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	Morgana Patricia Gebhardt Ponath	6,60	2º

Professor B – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	Patricia de Almeida Pauli	6,00	3º
Professor C – L. Estr. Alemã Anos Iniciais e Finais	Marcelo Elias Ackermann	8,10	1º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 16 de dezembro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN

Presidente

Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1171

DECRETO Nº. 1171, de 22 de dezembro de 2016.

Concede e/ou indefere evolução funcional por desempenho à servidores públicos efetivos.

A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 16, 17, 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 27/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara e dá Outras Providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a evolução funcional por desempenho aos seguintes servidores municipais efetivos:

Matrícula	Servidor	Cargo	Classe Atual	Classe Promoção
201501	Ana Ciluar Prigol	Servente Interno	IN	NA
187602	Angélica Sara Pelizza	Fisioterapeuta	IN	NA
155301	Arival Cruz Do Nascimento	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
201201	Carla Regina Fussieger Izaías	Servente Interno	IN	NA
203001	Diogo Luiz Biondo	Psicólogo	IN	NA
201401	Diva Bordignon Steffen	Servente Interno	IN	NA
194902	Dulcimar Paulo Mezaroba	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA
191802	Eduardo Peres Neto	Médico Veterinário	IN	NA
204301	Eliane Bender Alberti	Servente Interno	IN	NA
191603	Eliane Marcia Gomann	Servente Interno	IN	NA
161702	Elisete Lucia Bevilaqua Prior	Servente Interno	IN	NA
155001	Enio Santo Balbinot	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
196602	Fabiula Pereira	Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	IN	NA
170802	Giseli Garghetti	Técnico em Enfermagem	IN	NA
167203	Ivanilde Dias	Gari	IN	NA
191702	Jair Francisco Viecegli Della Betta	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
1102	Jandira De Lima Fernandes	Técnico em Enfermagem	IN	NA
184403	Jose Valdecir Hoffmann	Operador de Britador	IN	NA
162205	Juliane De Fatima De Oliveira	Técnico em Enfermagem	IN	NA
188302	Katia Magri Tecchio	Técnico em Enfermagem	IN	NA
204201	Leila Fatima Strauss	Servente Interno	IN	NA
202201	Maickon Felipe Wolff Pereira	Fiscal de Obras e Posturas	IN	NA
203601	Mirian Luisa Gabriel	Adjunto Administrativo	IN	NA
184103	Mirian Marafon Mariani	Servente Interno	IN	NA
158401	Neudir Boni	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
188802	Olga Versa Guimaraes	Servente Interno	IN	NA
202801	Ortência Muller	Cirurgião Dentista	IN	NA
190402	Paulo Miguel Braun	Pedreiro	IN	NA
149804	Rafael Octavio Casarotto	Cirurgião Dentista	IN	NA
203401	Rene Paulo Ritter	Mecânico	IN	NA
190302	Ricardo Drexler	Servente Externo	IN	NA
202001	Sonia Dariva	Técnico em Enfermagem	IN	NA
188102	Taísa Cristina Dutra Ferreira	Cirurgião Dentista	IN	NA
202501	Tatiane Mara Puntel	Enfermeira	IN	NA
204001	Tiago José Braun	Adjunto Administrativo	IN	NA
203201	Valdemir Gonçalves	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	IN	NA
204101	Vildeomar Antônio Detofano	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA

Art. 2º. Fica indeferida a evolução funcional por desempenho aos servidores abaixo, conforme artigo 19, § 7º da Lei Complementar 27/2008, que regulamenta os critérios para a evolução por desempenho:

Matrícula	Servidor	Cargo	Fundamento Legal
201901	Eleandro Antunes	Servente Externo	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008

203501	Vanderi Fortuna	Vigia	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008
--------	-----------------	-------	--

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017.

Seara – SC., 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário de Administração

DECRETO N° 1172

DECRETO N.º 1172, de 22 de dezembro de 2016.

Aprova e divulga os Anexos de metas bimestrais de arrecadação e o anexo da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2017.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 24 da lei 1794 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2015 - LDO, e dá outras providências e na forma dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Anexo de Metas Bimestrais de Arrecadação e da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Município de Seara, SC, para o exercício financeiro de 2017, na forma do Anexo a seguir relacionado:

· Anexo PMS - 15 – Demonstrativo das Metas de Arrecadação Consolidado e da Programação Financeira e Cronograma de Execução de Desembolso Consolidado.

Parágrafo único. O referido Anexo passa a ser divulgado na forma da Legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 22 de dezembro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1172 - ANEXO

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE ARRECAÇÃO CONSOLIDADO

(Arts.8º e 13, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.)

ENTE:
Município de Seara

COMPETÊNCIA:
Exercício de 2017

LEI ORÇAMENTÁRIA:
1901, de 20 de Dezembro de 2016

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS		DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS MENSAIS DE ARRECAÇÃO											
		FONTE DE RECURSOS: Ordinários											
DESCRIÇÃO RECURSOS	Estimado/Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0.1.0000 - Ordinários - Prefeitura Municipal	25.422.468,50	2.089.726,92	2.049.050,97	2.765.964,58	2.300.733,40	2.120.233,88	1.843.128,97	1.867.713,94	2.178.705,56	1.937.192,10	1.856.840,21	2.135.487,36	2.478.690,61
0.1.0000 - Ordinários - Fundação Cultural	14.450,00	1.187,79	1.164,67	1.572,16	1.307,73	1.205,13	1.047,63	947,92	1.238,37	1.101,09	1.054,85	1.213,80	1.408,88
0.1.0000 - Ordinários Fundação Esportes	14.450,00	1.187,79	1.164,67	1.572,16	1.307,73	1.205,13	1.047,63	947,92	1.238,37	1.101,09	1.054,85	1.213,80	1.408,88
TOTAL ORDINÁRIOS	25.451.368,50	2.092.102,90	2.051.380,31	2.769.108,90	2.303.348,85	2.122.644,14	1.845.224,22	1.869.609,78	2.181.182,29	1.939.394,28	1.857.949,91	2.137.914,96	2.481.508,36

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS		DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS MENSAIS DE ARRECAÇÃO											
		FONTE DE RECURSOS: Vinculados											
DESCRIÇÃO	Estimado/Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0.1.0001 - MDE - 25 %	5.433.220,00	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,33	452.768,37
0.1.0002 - Convênio Ensino	426.500,00	0,00	0,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00	42.650,00
0.1.0003 - ASPS 15%	7.147.091,50	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.590,95	595.591,05
0.1.0004 - Fundeb 60%	5.449.500,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00	454.125,00
0.1.0011 - SUS Plena - União	2.053.200,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00	171.100,00
0.1.0012 - FNDE Sal. Educ.	585.700,00	51.248,75	47.383,13	51.073,04	50.804,48	46.270,30	43.576,08	47.090,28	48.496,96	46.973,14	47.031,71	52.771,57	53.181,56
0.1.0013 - FNDE PNAE	160.800,00	0,00	0,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00	16.080,00

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

0.1.0735 - Convênio SUS - União - Obras	73.000,00	0,00	0,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0.1.0740 - FEAS - Alta Complexidade	25.000,00	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37
0.1.0741 - Convênios União - Habitação	160.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
0.1.0745 - Fundo Especial - FEP	145.000,00	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,33	12.083,37
0.1.0746 - CAPS I - Incentivo ao Custeio - SUS União	344.600,00	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,66	28.716,74
0.1.0748 - FEAS/Proteção Básica	37.900,00	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,33	3.158,37
0.1.0762 - CFM - Compl.Fin.Rec. Minerais	9.800,00	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,66	816,74
0.1.0786 - Conv.Corpo de Bombeiros Militar	229.700,00	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,66	19.141,74
0.1.0788 - Operação de Crédito - Pró-Transporte	1.200.000,00	0,00	0,00	75.000,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	187.500,00	0,00
0.1.0801 - FNAS/BL GBF	17.160,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00	1.430,00
0.1.0802 - FNAS/BL PSEMC	10.600,00	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,33	883,37
0.1.0803 - FNAS/BL PSB	175.500,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00	14.625,00
0.1.0804 - FNAS/BL GSUAS	6.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
0.1.0807 - Taxa de Licenciamento Ambiental	80.000,00	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,74
TOTAL VINCULADOS	29.858.981,50	2.193.220,19	2.589.799,45	2.354.189,02	2.787.539,79	2.424.955,93	2.772.787,99	2.839.316,39	2.450.480,75	2.424.700,61	2.391.171,00	2.252.094,22	4.390.009,18	4.249.120,91	4.364.094,89	4.631.663,04	4.508.926,17	4.880.254,53	4.880.254,53
TOTAL GERAL	55.310.350,00	4.285.322,69	4.641.179,76	5.123.297,92	5.070.885,64	4.547.500,07	4.617.992,21	4.508.926,17	4.631.663,04	4.364.094,89	4.249.120,91	4.390.009,18	4.880.254,53	4.880.254,53	4.880.254,53	4.880.254,53	4.880.254,53	4.880.254,53	4.880.254,53

Os valores estimativos da receita constantes nos presentes quadros, compreendem o valor líquido da receita, já deduzida as transferências ao FUNDEB.

ESPECIFICAÇÃO DA FONTE DE RECURSOS	DEMONSTRATIVO GERAL DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO					
	Estimado/Ano	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	25.451.368,50	4.143.482,81	5.072.457,75	3.967.868,36	3.850.792,07	3.797.344,19
TOTAL DE RECURSOS ORDINÁRIOS	25.451.368,50	4.143.482,81	5.072.457,75	3.967.868,36	3.850.792,07	3.797.344,19
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	29.858.981,50	4.783.019,64	5.121.728,81	5.197.723,92	5.289.797,14	4.815.871,61
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS	29.858.981,50	4.783.019,64	5.121.728,81	5.197.723,92	5.289.797,14	4.815.871,61
PREVISÃO TOTAL BIMESTRAL	55.310.350,00	8.926.502,45	10.194.186,56	9.165.592,28	9.140.589,21	8.613.215,80
TOTAL DA RECEITA PREVISTA ACUMULADA		8.926.502,45	19.120.689,01	28.286.281,29	37.426.870,49	46.040.086,29
						55.310.350,00

Fonte: Departamento de Contabilidade
Nota: Aprovado através do Decreto Nº 1172, de 22 de dezembro de 2016.

Seara (SC), em 22 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

ADEMIR FRANCISCO MORA
Técnico Contábil CRC/SC 11657/O-1

DECRETO Nº. 1171, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 1171, de 22 de dezembro de 2016.

Concede e/ou indefere evolução funcional por desempenho à servidores públicos efetivos.

A Prefeita Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 16, 17, 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 27/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara e dá Outras Providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a evolução funcional por desempenho aos seguintes servidores municipais efetivos:

Matrícula	Servidor	Cargo	Classe Atual	Classe Promoção
201501	Ana Ciluar Prigol	Servente Interno	IN	NA
187602	Angélica Sara Pelizza	Fisioterapeuta	IN	NA
155301	Arival Cruz Do Nascimento	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
201201	Carla Regina Fussieger Izaías	Servente Interno	IN	NA
203001	Diogo Luiz Biondo	Psicólogo	IN	NA
201401	Diva Bordignon Steffen	Servente Interno	IN	NA
194902	Dulcimar Paulo Mezaroba	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA
191802	Eduardo Peres Neto	Médico Veterinário	IN	NA
204301	Eliane Bender Alberti	Servente Interno	IN	NA
191603	Eliane Marcia Gomann	Servente Interno	IN	NA
161702	Elisete Lucia Bevilaqua Prior	Servente Interno	IN	NA
155001	Enio Santo Balbinot	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
196602	Fabiula Pereira	Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental	IN	NA
170802	Giseli Garghetti	Técnico em Enfermagem	IN	NA
167203	Ivanilde Dias	Gari	IN	NA
191702	Jair Francisco Viecilli Della Betta	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
1102	Jandira De Lima Fernandes	Técnico em Enfermagem	IN	NA
184403	Jose Valdecir Hoffmann	Operador de Britador	IN	NA
162205	Juliane De Fatima De Oliveira	Técnico em Enfermagem	IN	NA
188302	Katia Magri Tecchio	Técnico em Enfermagem	IN	NA
204201	Leila Fatima Strauss	Servente Interno	IN	NA
202201	Maickon Felipe Wolff Pereira	Fiscal de Obras e Posturas	IN	NA
203601	Mirian Luisa Gabriel	Adjunto Administrativo	IN	NA
184103	Mirian Marafon Mariani	Servente Interno	IN	NA
158401	Neudir Boni	Operador de Máquinas Pesadas	IN	NA
188802	Olga Versa Guimaraes	Servente Interno	IN	NA
202801	Ortência Muller	Cirurgião Dentista	IN	NA
190402	Paulo Miguel Braun	Pedreiro	IN	NA
149804	Rafael Octavio Casarotto	Cirurgião Dentista	IN	NA
203401	Rene Paulo Ritter	Mecânico	IN	NA
190302	Ricardo Drexler	Servente Externo	IN	NA
202001	Sonia Dariva	Técnico em Enfermagem	IN	NA
188102	Taisa Cristina Dutra Ferreira	Cirurgião Dentista	IN	NA
202501	Tatiane Mara Puntel	Enfermeira	IN	NA
204001	Tiago José Braun	Adjunto Administrativo	IN	NA
203201	Valdemir Gonçalves	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	IN	NA
204101	Vildeomar Antônio Detofano	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA

Art. 2º. Fica indeferida a evolução funcional por desempenho aos servidores abaixo, conforme artigo 19, § 7º da Lei Complementar 27/2008, que regulamenta os critérios para a evolução por desempenho:

Matrícula	Servidor	Cargo	Fundamento Legal
201901	Eleandro Antunes	Servente Externo	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008
203501	Vanderi Fortuna	Vigia	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017.

Seara – SC., 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 72

LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a regularização de construções irregulares e clandestinas no Município e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas executadas anteriormente à data de vigência desta Lei, edificadas em desconformidade com os parâmetros urbanísticos estabelecidos no Plano Diretor Físico-Territorial Urbano e Código de Obras e Edificações de Seara, desde que apresentem condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade e salubridade.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I – construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Município, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II – construção clandestina: aquela que foi executada sem autorização do Município, ou seja, sem projeto aprovado e sem licença correspondente;

III – construção clandestina parcial: aquela correspondente a ampliação ou modificação de construção legalmente autorizada, sem licença do Município.

Art. 2º Poderão ser regularizadas uma ou mais edificações no mesmo terreno, desde que tenham condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade e salubridade, garantidas por laudo técnico emitido pelo responsável técnico e pelo proprietário.

§ 1º Além do laudo técnico citado no caput deste artigo, a regularização das obras será concretizada mediante a aprovação pelo Corpo de Bombeiros.

§ 2º Não serão exigidos elevadores em condomínios verticais para regularização de edificações consolidadas executadas anteriormente da Lei nº 542, de 28 de abril de 1986, que institui o Plano Diretor Físico-Territorial Urbano da cidade de Seara no Município de Seara e dá outras providências.

§ 3º Somente será promovida legalização, no que se refere ao parâmetro de número de pavimentos, se a construção tiver somente um pavimento a mais do que determinado pelo Plano Diretor Físico-Territorial Urbano de Seara/SC.

§ 4º Edificações executadas anterior a da vigência da Lei nº 542, de 28 de abril de 1986 são consideradas consolidadas, ficando isentas de multas, porém devem apresentar os devidos projetos e pagamento de taxas.

§ 5º Edificações executadas a partir da Lei nº 542, de 28 de abril de 1986 até o início da vigência da presente Lei, consideradas irregulares ou clandestinas estarão beneficiadas por esta Lei.

Art. 3º As edificações beneficiadas por esta Lei deverão atender as demais exigências da legislação estadual e federal pertinentes à matéria.

Parágrafo único. As construções classificadas nos incisos I e III do art. 1º desta Lei, atenderão a legislação estadual e federal vigente à época do seu alvará de construção.

Art. 4º Não serão passíveis de regularização, para efeitos desta Lei, as edificações que:

I – invadirem logradouro público, áreas de preservação ou de interesse ambiental;

II – estiverem situadas em áreas de risco, assim definidas pelo Município;

III – proporcionarem riscos quanto à estabilidade, segurança, higiene e salubridade;

IV – invadirem áreas particulares ou públicas;

V – estejam situadas em faixas não edificáveis junto a represas, lagos, córregos, fundo de vale e linhas de transmissão de energia de alta tensão;

VI – estejam edificadas em parcelamentos clandestinos ou irregulares perante o Município;

VII – cujo uso ou atividade seja proibida pelo Plano Diretor Físico-Territorial Urbano de Seara, na zona em que estiverem localizadas, salvo

se na época do início da edificação, o uso era pertinente ou a empresa já possuía Alvará de Funcionamento.

Art. 5º Poderão ser regularizadas as edificações cujas janelas ou recuos laterais sejam inferiores ao exigido pela legislação pertinente, desde que expressamente autorizado pelo proprietário vizinho, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativa ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente.

§ 1º No caso de recuo frontal ou lateral para via ou logradouro público, a edificação poderá ser regularizada mediante assinatura de termo de compromisso do proprietário, desonerando o Município de qualquer reparação financeira do valor da edificação em caso de desapropriação ou necessidade de alargamento da via.

§ 2º A autorização do proprietário vizinho previsto no caput do presente artigo obrigatoriamente deverá ser reconhecida em cartório.

Art. 6º A regularização de que trata esta Lei não implica no reconhecimento, pelo Município, da propriedade, das dimensões e da regularidade do lote e nem exime os proprietários de glebas parceladas ou os respectivos responsáveis das obrigações e responsabilidades decorrentes do parcelamento do solo.

Art. 7º A solicitação para análise da regularização das construções de que trata esta Lei, dependerá da apresentação, pelo proprietário, dos seguintes documentos:

I – requerimento do interessado solicitando vistoria;

II – registro de imóveis atualizado;

III – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a regularização da obra, com laudo técnico informando as condições da mesma;

IV – projeto arquitetônico;

V – memorial descritivo das irregularidades da obra, com relação às normas do Plano Diretor Físico Territorial de Seara, acompanhado de registro fotográfico datado.

Art. 8º Para emissão do Alvará de Construção e posterior Alvará de Habite-se deverá ser complementada a documentação, apresentando:

I – comprovante de recolhimento da taxa de expediente relativo ao registro da obra, se esta for clandestina;

II – comprovante de recolhimento da taxa específica incidente sobre a área a ser regularizada, no período que essa será exigida;

III – análise do Corpo de Bombeiros para edificações multifamiliares, comerciais, industriais e mistas.

Art. 9º Para todos os casos de regularização previstos nesta Lei deverá constar no selo de identificação do projeto, em cada prancha: "REGULARIZAÇÃO DE OBRA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2016"

Art. 10. As regularizações para qualquer tipo de edificação dependerão do pagamento de multa, para cada irregularidade, cobradas cumulativamente, e taxa de regularização, obedecidos os seguintes critérios:

I – para o primeiro ano de vigência da presente Lei:

a) para todas as edificações, irregulares ou clandestinas, para a taxa de regularização será aplicada a tabela estabelecida pelo art. 236 da Lei Complementar nº 25, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Seara, revoga leis anteriores, e dá outras providências.

b) aplica-se também a tabela estabelecida na alínea "a" do presente inciso para as regularizações estabelecida no § 1º do presente artigo.

II – para o segundo e último ano da vigência da presente Lei:

a) para todas as edificações, irregulares ou clandestinas, a multa será calculada à razão de 30 (trinta) Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFRM;

b) além da multa especificada na alínea "a" inciso II deste artigo, a regularização será feita mediante pagamento de taxa de 2 (duas) Unidades Fiscais de Referência Municipal – UFRM por m² (metro quadrado) de área irregular ou clandestina;

c) para as obras que invadem o recuo frontal a taxa para regularização será calculada sobre a área total invadida.

d) para a falta de vagas de garagem a taxa para regularização será calculada sobre a área total das vagas inexistentes.

§ 1º Fica incluído na regularização, as disposições do art. 9º da Lei Complementar nº 41, de 28 de outubro de 2010, que dispõe sobre a alteração e estruturação da Lei nº 543, de 18 de abril de 1986, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Seara e dá outras providências, mesmo que essa venha ser revogada na vigência desta Lei.

§ 2º Para a regularização prevista no § 1º do presente artigo, no segundo e último ano da vigência da presente Lei, a taxa corresponderá

a 25 % (vinte e cinco por cento) da estabelecida na alínea "b" do inciso II do presente artigo, que incidirá sobre a área total do terreno a ser desmembrado.

§ 3º A taxa de regularização poderá ser em parcelas mensais, desde que o número de parcelas não ultrapasse o prazo estabelecido no § 5º do art. 13 desta Lei e o valor de cada parcela não seja inferior a 10 (dez) Unidades Fiscal de Referência Municipal – UFRM.

§ 4º Se a edificação a ser regularizada foi objeto de ação judicial, mesmo com trânsito em julgado, a multa e taxa serão cobradas em dobro, sem prejuízo da obrigação de saldar os honorários advocatícios, despesas processuais e eventuais sucumbências.

Art. 11. Ficam isentas de multa e taxa de regularização de obras as edificações construídas em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, as edificações públicas ou com uso comunitário sem fins lucrativos.

Art. 12. As receitas provenientes das multas e taxas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do inciso II do art. 10 desta Lei, serão depositadas em Conta Vinculada com aplicação obrigatória em infraestrutura, mobilidade e mobiliário urbano.

Art. 13. Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão protocolizar requerimento solicitando vistoria, conforme o inciso I do art. 7º desta Lei, no prazo de até dois anos da publicação da presente Lei.

§ 1º Após protocolizado o requerimento, o requerente terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para juntada dos demais documentos, conforme os incisos II, III, IV e V do art. 7º desta Lei.

§ 2º A Secretaria Municipal da Cidade poderá solicitar documentação complementar, caso seja necessário, para elucidar aspectos relativos à obra.

§ 3º Salvo circunstâncias devidamente justificadas, a análise do processo de regularização deverá ser concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de juntada de todos os documentos.

§ 4º Quando cabível e nos casos reputados necessários, como condição de eficácia, a regularização poderá ficar condicionada ao registro junto a matrícula do(s) imóvel(is).

§ 5º O interessado deverá solicitar a vistoria de habite-se no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias da data de aprovação da análise do processo de regularização.

§ 6º Os processos não concluídos por omissão do requerente durante os prazos estabelecidos serão indeferidos e arquivados.

Art. 14. O Município poderá autorizar obras que sejam essenciais para adequar a edificação irregular ou clandestina, quanto as áreas de uso comum, passeios públicos, segurança e ao saneamento básico, desde que exigidas pelos órgãos públicos competentes.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 73

LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar.

TÍTULO I **CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS**

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica instituído, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Seara, que obedecerá aos objetivos e às diretrizes básicas desta Lei.

§ 1º O Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Seara, visa ordenar o espaço urbano ou de fins urbanos e de expansão urbana, com o objetivo de propiciar um desenvolvimento integrado e abrange as funções da vida coletiva, em que incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, visando à melhoria de qualidade de vida da população, dando melhores condições de desempenho às funções urbanas, com menor custo social e ambiental.

§ 2º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como, os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.

Art. 2º. Este Plano Diretor abrange todo o território do Município de Seara, adequando sua política de desenvolvimento urbano de acordo com a Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, definindo:

- I – a Política e as estratégias de desenvolvimento físico-territorial do Município;
- II – os critérios para garantir que a Cidade cumpra com sua função social;
- III – os critérios para garantir que a propriedade cumpra com sua função social;
- IV – as regras orientadas do uso e da ocupação do solo;
- V – o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento físico-territorial.

§ 1º A interpretação da presente Lei, será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos dispositivos nela contidos com as disposições da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Posturas Municipais e Código de Edificações.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei, que se encontram formalizados do Glossário anexo.

Art. 3º O Plano Diretor de Desenvolvimento consolida as normas gerais, os objetivos e as diretrizes técnicas urbanísticas aplicáveis ao Município de Seara, observando-se o disposto na sua Lei Orgânica, na legislação urbanística citada ao longo dessa lei, podendo, ainda, ser integrado por outras normas regulamentares.

Parágrafo único. A presente Lei é denominada: "Lei do Plano Diretor", dispondo sobre os objetivos, as diretrizes e as estratégias de desenvolvimento do Município.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º Constituem objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Seara:

- I – garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;
- II – orientar as ações dos diversos agentes, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do Município;
- III – garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;
- IV – orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste Plano Diretor, visando aproximar o planejamento realizado da gestão urbana cotidiana;
- V – promover a justiça social e reduzir as desigualdades no Município, buscando a reversão do processo de segregação sócio espacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais;
- VI – elevar a qualidade do ambiente do Município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico e paisagístico;
- VII – fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do Município;
- VIII – racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;
- IX – garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes das obras e dos serviços de infraestrutura urbana;
- X – garantir acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 5º Para que se atinjam os objetivos do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Seara, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

- I – dotar o Município de instrumentos técnicos e administrativos capazes de coibir os problemas do desenvolvimento urbano para o futuro, e, ao mesmo tempo indicar soluções para os problemas atuais;
- II – dotar o Município de instrumentos jurídicos adequados, norteadores da política urbana municipal;

III – implantar as Políticas de Desenvolvimento priorizadas e definidas com a participação popular, quais sejam:

- a) Desenvolvimento Ambiental;
- b) Desenvolvimento Socioeconômico;
- c) Desenvolvimento Habitacional;
- d) Desenvolvimento de Infraestrutura;
- e) Desenvolvimento Histórico Cultural.

TÍTULO II DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 6º O programa tem por definição promover a melhoria das condições ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população urbana e rural, através de políticas relacionadas ao saneamento básico, recursos naturais e disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 7º A política tem por objetivo:

- I – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e dos ecossistemas;
- II – aumentar e regenerar a vegetação das margens dos rios e recuperar as matas ciliares com espécies nativas;
- III – articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos federais e estaduais;
- IV – implantar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 8º A política de desenvolvimento ambiental será implantada através dos projetos:

- I – incentivar a reutilização das águas servidas e captação das águas pluviais, através de cisternas;
- II – definição de taxa de permeabilidade para armazenamento e infiltração das águas pluviais;
- III – fiscalização e preservação dos rios e nascentes;
- IV – manutenção e preservação das áreas de APP's – Áreas de Preservação Permanente;
- V – legislação para ocupação do solo em áreas de proteção ambiental, através do Plano Diretor;
- VI – conclusão e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

TÍTULO III DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 9º A política tem por definição promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico através do fortalecimento da pequena propriedade rural, fortalecimento da indústria e do comércio, incentivando o empreendedorismo, a diversificação e a qualificação da mão de obra priorizando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Art. 10. A política tem por objetivo:

- I – qualificar a mão de obra;
- II – fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas às vocações do Município;
- III – apoiar o fortalecimento das empresas instaladas;
- IV – melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;

V – agregar valor a produção rural;

VI – diversificar as atividades econômicas;

VII – dotar a área rural de oportunidades;

VIII – diversificar a atividade industrial.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 11. A política de desenvolvimento socioeconômico será implantada através dos projetos:

I – busca de parcerias para implantação de cursos de qualificação profissional;

II – diversificação da atividade industrial e viabilização da implantação de novas indústrias, para geração de emprego e renda;

III – promoção do fortalecimento e diversificação do comércio e prestação de serviço local;

IV – criação de programas de incentivo à agregação de valor a produção da pequena propriedade rural;

V – incentivo a capacitação dos agricultores;

VI – criação de ações voltadas à fixação da população na área rural;

VII – projeto de alargamento e melhoria das principais estradas municipais para facilitar o escoamento da produção.

TÍTULO IV DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 12. A política tem por definição promover o direito à moradia como direito social básico incorporando o direito a infraestrutura e serviços, através de diretrizes locais de política habitacional, definidas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, destinando áreas infraestruturadas na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e a própria cidade.

Art. 13. A política habitacional tem por objetivos:

I – facilitar o acesso à habitação mediante incentivos para a aquisição de imóveis à população de baixa renda;

II – monitorar e avaliar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

III – combater os fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 14. A política habitacional será implantada através dos projetos:

I – implantação de programa de construção, ampliação e reforma de unidades habitacionais de Interesse Social;

II – reurbanização e/ou relocação das subhabitações e ocupações irregulares em áreas de risco;

III – regularização das escrituras de terrenos em situação irregular;

IV – criação de novas ZEIS – Zona Especial de Interesse Social;

V – incentivo a criação de novos loteamentos populares de Interesse Social Urbano e Rural;

VI – criação de um observatório habitacional.

TÍTULO V DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 15. A Política tem por definição promover a melhoria da infraestrutura urbana e rural visando a melhoria da qualidade de vida da população, buscando a integração da área urbana com a área rural.

Art. 16. A Política tem por objetivos:

- I – dotar com infraestrutura as estradas municipais;
- II – promover a integração da área rural com a urbana, melhorando a infraestrutura na área rural;
- III – garantir a melhoria das vias urbanas e estradas municipais;
- IV – melhorar a acessibilidade;
- V – implantar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 17. A política de Infraestrutura será implantada pelos projetos:

- I – melhoria e alargamento das estradas municipais;
- II – ampliação da pavimentação das ruas;
- III – implantação de passeios públicos padronizados e de acordo com a Lei de Acessibilidade;
- IV – implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- V – melhoria do abastecimento e tratamento de água;
- VI – captação de recursos para a implantação da rede e tratamento de esgoto, conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico;
- VII – implantação de programas de instalação de fossas, filtros e sumidouros individuais nas residências da área urbana e rural;
- VIII – ampliação da drenagem urbana pluvial;
- IX – implantação de coleta de lixo no interior;
- X - implantação de lixeiras na área urbana;
- XI – articulação para melhoria da telefonia fixa e móvel;
- XII – articulação para ampliação do efetivo policial;
- XIII – melhoria e manutenção da iluminação pública;
- XIV – ampliação do adensamento das áreas com infraestrutura;
- XV – elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- XVI – recuperação e ou criação de áreas de lazer com equipamentos urbanos.

TÍTULO VI DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO CULTURAL

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 18. A Política tem por definição promover a melhoria, o resgate, o levantamento e a proteção do patrimônio histórico cultural do Município.

Art. 19. A Política tem por objetivos:

- I – levantar as construções de valor histórico;
- II – incentivar a restauração e a valorização dos prédios históricos;
- III – criar a Lei de Tombamento;

IV – valorizar o potencial turístico histórico cultural do Município.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS

Art. 20. A política de desenvolvimento histórico cultural será implantada pelos projetos:

I – levantamento dos prédios com valor histórico para o Município;

II – criação de Lei de Tombamento Municipal;

III – implantação de programas de incentivo ao resgate e preservação do patrimônio histórico cultural do Município;

IV – busca de parcerias público/privadas para ampliar o turismo histórico cultural no Município.

TÍTULO VII DOS INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS

Art. 21. Compõem o conjunto de instrumentos disponibilizado ao Município de Seara, além de outros indicados pelo Estatuto da Cidade:

I – do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória;

II – do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo;

III – da Desapropriação por Títulos da Dívida Pública;

IV – do Direito de Preempção;

V – da Outorga Onerosa do Direito de Construir- Solo Criado;

VI – da Transferência do Potencial Construtivo;

VII – do Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social;

VIII – das Operações Urbanas Consorciadas;

IX – das Zonas Especiais de Interesse Social;

X– do Estudo de Impacto de Vizinhança;

XI – da Contribuição de Melhoria;

XII – da Gestão Orçamentária Participativa.

CAPÍTULO II CONJUNTO DOS INSTRUMENTOS DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 22. O Poder Público Municipal poderá utilizar o instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsória como forma de induzir a ocupação de imóveis urbanos, providos de infraestrutura e equipamentos, que não estão edificados, que estão sendo subutilizados ou não utilizados.

§ 1º Estarão isentos da aplicação deste instrumento os imóveis localizados em áreas de proteção ambiental.

§ 2º Entende-se como subutilizáveis, aqueles imóveis da ZMC – Zona Mista Central e ZMD1 – Zona Mista Diversificada 1, que não atinjam o IABas – Índice de Aproveitamento Básico

Art. 23. Para a utilização deste instrumento o Município identificará os imóveis que não estejam cumprindo a função social da propriedade urbana e deverá notificar os seus proprietários para que promovam no prazo de um ano o parcelamento, edificação e utilização adequadas.

Parágrafo único. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei específica.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 24. Nos casos do não atendimento dos prazos para o cumprimento da função social da propriedade através do parcelamento, edificação

ou utilização compulsório, o Município poderá aplicar o IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota, podendo a alíquota máxima atingir a 15% (quinze por cento) do valor do lançamento fiscal do imóvel, até que o proprietário cumpra a obrigação de dar uso ao mesmo.

Art. 25. O valor da alíquota será estabelecido em lei específica, e, será calculado através da Planta Genérica de Valores do Município em consonância com os valores do mercado imobiliário.

Art. 26. No caso do descumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, no prazo de cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra à referida obrigação, ficando garantida a posterior aplicação do instrumento de desapropriação do imóvel com pagamento em título da dívida pública.

CAPÍTULO IV DA DESAPROPRIAÇÃO POR TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 27. O Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, caso não tenha sido cumprida a função de parcelar, edificar e dar uso ao referido imóvel após o prazo de cinco anos de cobrança do IPTU progressivo.

Art. 28. Cabe ao Município, mediante prévia autorização do Senado Federal, emitir títulos da dívida pública com prazo de resgate de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Art. 29. Os imóveis desapropriados serão utilizados para construção de habitações populares ou equipamentos urbanos, podendo ser alienados a particulares, mediante prévia licitação.

CAPÍTULO V DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 30. Através do direito de preempção o Poder Público Municipal terá a preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.

Art. 31. O objetivo do direito de preempção é facilitar a aquisição de imóveis por parte do Poder Público para fins de:

- I – regularização fundiária;
- II – execução de programas e projetos habitacionais;
- III – constituição de reserva fundiária;
- IV – ordenamento e direcionamento da ocupação urbana;
- V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII – preservação de área de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 32. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO VI DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 33. A outorga onerosa do direito de construir é a permissão onerosa, que o Poder Público confere ao empreendedor, para que este construa além dos coeficientes urbanísticos permitidos.

§ 1º Lei específica de concessão da outorga onerosa do direito de construir estabelecerá as bases de cálculo, a contrapartida, os casos passíveis da isenção ou redução de contrapartida e condições relativas à aplicação deste instrumento, estando determinados os limites máximos de coeficiente de aproveitamento e número de pavimentos, em relação à infraestrutura implantada.

§ 2º A aplicação da outorga onerosa em determinadas áreas da cidade poderá ser limitada.

§ 3º As vendas de áreas construtivas (solo criado) serão imediatamente suspensas mediante Decreto do Poder Executivo nos seguintes casos:

- I – em caso de se constatar impacto negativo não suportável pela infraestrutura decorrente da aplicação do solo criado;
- II – quando se verifique o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 34. Os recursos arrecadados com a venda do direito de construir a mais serão destinados para obras e fundos definidos em lei específica, referente à regulamentação deste instrumento.

Art. 35. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO VII

DA TRANSFERÊNCIA DO POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 36. A transferência do potencial construtivo ou do direito de construir é um instrumento que permite aos proprietários de imóveis urbanos preservados em áreas de interesse cultural, o direito de edificar em outro local a área construída não utilizada em seu imóvel, segundo autorização do Município, ou alienar mediante escritura pública o potencial construtivo de determinado lote que tenha interesse para:

I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – preservação histórica, artística, arquitetônica, arqueológica, ambiental e paisagística;

III – regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda em habitação de interesse social.

Art. 37. O proprietário de um imóvel de valor cultural ou localizado em área de proteção ambiental, impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo devido às limitações de usos definidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial construtivo desse imóvel.

Art. 38. Ao proprietário que conceder ao Município o seu imóvel ou parte dele para fins descritos acima será concedido o benefício de transferência do potencial construtivo.

Art. 39. Os critérios de aplicação deste instrumento e os procedimentos para sua efetivação serão estabelecidos em lei complementar específica, que também operacionalizará os certificados para transferência do direito de construir, os prazos, os registros e as obras de restauro e conservação do imóvel que transfere.

Art. 40. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidas em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO VIII

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO E DA OPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 41. Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. 42. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

Art. 43. O valor real desta indenização deverá:

I – refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;

II – excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

Art. 44. Os consórcios imobiliários deverão ser formalizados por termo de responsabilidade e participação, pactuados entre o proprietário urbano e a Municipalidade, visando à garantia da execução das obras do empreendimento, bem como das obras de uso público.

Art. 45. Todas as condições e critérios para aplicação deste instrumento serão estabelecidos em lei específica, devendo ser observadas as disposições do art. 27, da Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

CAPÍTULO IX

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 46. A operação urbana consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, organizando o sistema de transporte coletivo, implantando programas de melhorias de infraestrutura, sistema viário e de habitações de interesse social, num determinado perímetro contínuo ou descontínuo.

Parágrafo único. Cada operação urbana consorciada será efetivada através de um plano de operação urbana específico, criado por lei, de acordo com o previsto neste Plano Diretor e com as disposições dos arts. 32, 33 e 34, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 47. As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidades:

- I – implantação de espaços e equipamentos públicos estratégicos para o desenvolvimento urbano;
- II – otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;
- III – implantação de programas de habitação de interesse social;
- IV – ampliação e melhoria do sistema de transporte público coletivo;
- V – proteção e recuperação de patrimônio ambiental e cultural;
- VI – melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária;
- VII – reurbanização e tratamento urbanístico de áreas;
- VIII – dinamização de áreas visando à geração de empregos.

Art. 48. As operações urbanas consorciadas se fazem necessárias para viabilizar intervenções urbanísticas de grande porte, que exijam a cooperação entre o Poder Público, os interesses privados e da população envolvida, e que possam implicar entre outras medidas:

- I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edículas, considerado o impacto ambiental delas decorrentes ou o impacto de vizinhança;
- II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;
- III – a ampliação dos espaços públicos e implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- IV – a oferta de habitação de interesse social.

Art. 49. A lei específica, que regerá o Plano de Operação Urbana Consorciada, deverá conter no mínimo:

- I – delimitação da área de abrangência;
- II – finalidades da operação;
- III – programa básico de ocupação e intervenções previstas;
- IV – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- V – estudo prévio de impacto de vizinhança;
- VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos;
- VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhada com representação da sociedade civil;
- VIII – garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou por lei;
- IX – conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

Parágrafo único. Os recursos obtidos pelo Poder Público serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação de cada plano de operação urbana consorciada.

CAPÍTULO X ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

Art. 50. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas ocupadas por habitações subnormais e loteamentos irregulares de baixa renda ou áreas onde haja concentração de imóveis desocupados ou deteriorados, e vazios urbanos dotados de infraestrutura com potencial de implantação de lotes urbanizados e/ou novas moradias populares.

Art. 51. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):

- I – estabelecer condições especiais para a regularização fundiária de assentamentos subnormais e ampliar a oferta de moradia;
- II – estimular a permanência da população de baixa renda das áreas regularizadas e/ou beneficiadas com investimentos públicos.

CAPÍTULO XI DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 52. O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV é um instrumento a ser exigido para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades que possam causar impacto afetando a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.

Parágrafo único. Algumas atividades estabelecidas na Tabela de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, anexo da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, terão obrigatoriedade de apresentar Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV.

Art. 53. Deverá alertar e precaver quanto à repercussão do empreendimento no que se refere às questões ligadas a visibilidade, acesso, uso e estrutura do meio ambiente natural ou construído evitando o desequilíbrio no crescimento urbano e garantindo condições mínimas de ocupação dos espaços habitáveis.

Art. 54. Os empreendimentos e atividades, privados ou públicos que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público Municipal, estão definidos na Tabela de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, anexo da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 55. O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades. Os critérios de análise para elaboração do EIV estarão estabelecidos em lei específica, a ser editada no prazo de um ano a partir da aprovação deste Plano Diretor.

CAPÍTULO XII DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 56. O Município poderá instituir contribuição de melhoria sobre os imóveis que forem beneficiados e/ou tiverem o seu valor venal acrescido em decorrência de obra e/ou serviço realizado pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Lei específica definirá critérios.

CAPÍTULO XIII DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PARTICIPATIVA

Art. 57. Visando promover um processo contínuo de Gestão compartilhada do Plano Diretor, atualizado e democrático, fica instituído o Sistema de Gestão Urbana, composto por:

I – Poder Executivo Municipal;

II – Participação Popular;

III – Entidades da sociedade civil.

Art. 58. O Sistema de Gestão Urbana terá como objetivos:

I – viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – promover o processo educativo e de capacitação da população para que possa participar dos processos decisórios concernentes à política urbana;

III – tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

IV – identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

V – implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;

VI – gerenciar e atualizar permanentemente este Plano Diretor;

VII – evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbana e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para a política urbana do Município através da gestão democrática.

SEÇÃO I DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 59. São atribuições do Poder Executivo Municipal, no que compete ao Sistema de Gestão Urbana:

I – promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;

II – implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo a todos os interessados, indistintamente;

III – adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;

IV – formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;

V – executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais seja no âmbito estadual e federal;

VI – promover a realização de audiências públicas;

VII – elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Municipal as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

SEÇÃO II DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 60. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

I – Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara;

II – Conferência Municipal de Política Urbana;

III – Audiência Pública;

IV – Gestão Orçamentária Participativa.

Art. 61. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

Art. 62. O Poder Executivo apresentará, a cada quadriênio, juntamente com o Plano Plurianual à Câmara Municipal e ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara relatório de Gestão Urbana e Plano de Ação para o próximo período.

Subseção I Do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara

Art. 63. O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara é órgão integrante do Sistema de Gestão Urbana e tem como atribuições:

I – emitir parecer sobre todas as atividades estabelecidas como “Permissíveis” na Tabela de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, anexo da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação de Solo;

II – emitir parecer sobre todo projeto de Lei de caráter urbanístico do Município e naqueles casos cuja solução esteja omissa na Legislação ou, se prevista nesta, suscite dúvidas;

III – promover estudos e divulgações de conhecimento relativo a áreas urbanas, especialmente no que se refere ao Uso e Ocupação do Solo;

IV – colaborar com a equipe técnica encarregada de aplicar o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, encaminhando críticas, sugestões, reivindicações e problemas urbanos e emitir pareceres sobre os mesmos;

V – zelar pela boa aplicação e interpretação exata do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal;

VI – realizar bianualmente a Conferência Municipal de Política Urbana para avaliar a aplicação e os resultados do Plano Diretor e da Política Urbana Municipal revendo as diretrizes e os rumos da política para:

a) enfrentar a diminuição de emprego e renda;

b) garantir o controle social no processo de implantação de políticas urbanas;

c) integrar as diferentes políticas sociais.

VII – propor, discutir, promover debates, e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei;

VIII – emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;

IX – aprovar os estoques construtivos do Direito de Construir adicional a serem oferecidos através de Outorga Onerosa do Direito de Construir;

X – aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da Outorga Onerosa do Direito de Construir;

XI – apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano

Diretor;

XII – definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva do Conselho;

XIII – elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições;

XIV – assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XV – analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XVI – promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável, através da integração das ações do Poder Público e organizações privadas, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

§ 1º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do Conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara será composto por um Presidente, pelo Plenário e um Secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso XI deste artigo.

Art. 64. O Conselho será formado de forma paritária por Membros Representativos da Sociedade e Poder Público, com respectivos Titulares e Suplentes, eleitos ou indicados por seus respectivos órgãos ou categorias, e homologados pelo Prefeito Municipal, com renovação bienal.

Parágrafo único. O Conselho deverá ser constituído pelo Prefeito, por Decreto, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei.

Subseção II

Da Conferência Municipal de Política Urbana

Art. 65. A Conferência Municipal de Política Urbana é instância máxima deliberativa do Sistema de Gestão Urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar ações e medidas referentes ao Plano Diretor, devendo ser realizada bianualmente.

Art. 66. São objetivos da Conferência Municipal de Política Urbana:

I – assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;

II – mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas do Município;

III – sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV – integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V – avaliar a atividade do Conselho de Desenvolvimento Municipal visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI – definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 67. A Conferência Municipal de Política Urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara, por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pela Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§ 2º No regimento da Conferência Municipal de Política Urbana deverá estar previsto, no mínimo:

I – as competências e matérias de deliberação;

II – os critérios e procedimentos para a escolha dos delegados;

III – a forma de organização e funcionamento da Conferência;

IV – a previsão de um colegiado responsável pela organização da Conferência.

Subseção III Das Audiências Públicas

Art. 68. As Audiências Públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas no inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal N.º 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

I – a cooperação entre diversos agentes sociais do Poder Executivo e Poder Legislativo de Seara;

II – promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III – garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV – possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

c) associações de classe;

d) fóruns e redes formuladas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 69. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implantação.

Parágrafo único. A falta de realização de Audiências Públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 70. As Audiências Públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituída, como principal meio para divulgação das Audiências Públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura do Município.

Art. 71. As Audiências Públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

Subseção IV Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 72. No âmbito do Município de Seara, será aplicada a Gestão Orçamentária Participativa de que trata o art. 4º, inciso III, alínea "f" da Lei Federal n.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

I – propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II – possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 73. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidos da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da Lei do Orçamento Municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 74. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:

I – Atividade Compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;

II – Atividade Incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 75. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente Lei:

I – de dois anos, para que o Poder Executivo Municipal promova as reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor, bem como dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e de gestão democrática nos termos da Lei n.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade;

II – de um ano, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo, as modificações na Legislação Municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior;

III – de até um ano para que se propicie as condições para início das atividades do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Seara, com as atribuições previstas no Art. 63 da presente Lei.

Parágrafo único. As medidas previstas nos incisos I, II e III do presente artigo não prejudicarão os dispositivos autoaplicáveis deste Plano Diretor.

Art. 76. Este Plano Diretor deverá ser revisto pelo menos a cada 10 anos, na forma do § 3º, do art. 40, do Estatuto da Cidade.

Art. 77. Faz parte desta Lei o Anexo - Glossário

Art. 78. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 79. Ficam revogadas a Lei 542, de 18 de abril de 1986, Lei nº 555 de 30 de junho de 1986, Lei 559, de 10 de outubro de 1986, Lei 626 de 24 de abril de 1988 e Lei complementar nº 42 de 29 de novembro de 2010.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

GLOSSÁRIO

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Acesso Particular - Acesso destinado ao atendimento de um lote.

Atividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento - Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e as divisas do lote, não considerada a projeção dos beirais podendo ser:

- Frontal
- Lateral
- Fundos

Afastamento do Eixo da Via - É a distância entre a edificação e o eixo da via.

Água Potável - Água própria para consumo humano proveniente de uma origem que permanentemente garante sua qualidade, atendendo a parâmetros físicos e químicos estabelecidos por autoridades sanitárias.

Alimento Perecível - Aquele que está sujeito a deterioração caso não seja mantido em condições especiais de armazenamento.

Alinhamento - A linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

Alpendre - Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares, consolos ou em balanço.

Altitude - Distância vertical de um ponto da superfície da terra em relação ao nível zero ou nível dos oceanos.

Alvará - É o instrumento da licença ou da autorização para construir ou lotear.

Alvará de Construção - Documento expedido pelo Município que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;

Alvará de Localização e Funcionamento - Documento expedido pelo Município que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra - Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário - Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém-construído ou reformado e/ou o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de saúde, de educação pré-escolar e outros, após a vistoria prévia das condições físico-sanitárias do mesmo.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção.

Andaime - Obra provisória destinada a sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Antessala - Compartimento que antecede a uma sala; sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto - Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

Aprovação de Obra (habite-se) - Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

Área Total Construída - Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares;

Área Ocupada - Projeção, em plano horizontal, da área construída.

Áreas Institucionais - Parcela do terreno destinado às edificações ou usos com fins comunitários ou de utilidade pública.

Área Rural - Toda a área do município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis - Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Urbanizada - Compreende as áreas caracterizadas pela contiguidade das edificações e pela existência de equipamentos públicos, urbanos e comunitários, destinados às funções urbanas de habitação, recreação e circulação.

Área Útil - Área que corresponde a área utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia – CREA.

Aterro Sanitário - É uma forma de dispor adequadamente o lixo sobre o solo, compactando-o com um trator, recobrando-o diariamente com camadas de terra de modo a não causar prejuízos ao meio ambiente.

Ático - Pavimento no topo do edifício, cuja área não poderá exceder a 30% da área do pavimento inferior.

Átrio - Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Auto de Infração - É o instrumento por meio do qual a autoridade apura a violação das disposições das Leis, Decretos e Regulamentos Municipais.

Autorização - É ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço - Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balão de Retorno - Alargamento dos logradouros sem saída (becos) para manobras de veículos.

Balcão - Varanda ou sacada guarnecida de peitoril.

Baldrame - Viga de concreto, madeira, pedra ou similar que corre amarrando as fundações.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Benfeitoria - Obra de infraestrutura ou melhoramento feito em determinado local.

Brise - Conjunto de placas ou chapas de material variável que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Caixa de Escada - Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixa da Via - É a medida da via, em seção transversal, incluindo as pistas de rolamento, os canteiros centrais e as calçadas.

Caixilho - Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Calçada - Parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada a circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

Canteiro - Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão - construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casa Geminada - Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Caução - Depósito de valores ou bens aceitos para tornar efetiva a responsabilidade de um ato.

Centro Comercial - Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Certificado de Conclusão de Obra - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação (Habite-se).

Cisterna - Reservatório de água inferior.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Cone de Sombreamento - Linha de projeção de um ângulo de 70º (setenta graus) medindo a partir do eixo da via até o ponto mais elevado da fachada.

Conservação - Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção - É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina - Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta Prévia de Viabilidade - Documento fornecido pela Municipalidade informando os usos e parâmetros de construção vigentes em determinado imóvel.

Corrimão - Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce.

Cota Emergencial - Cota determinada em metro em relação ao nível do mar, que é facilmente alagável.

Cota Inundável de Máxima Cheia - Área sujeita a inundação, acima da cota emergencial constante do levantamento do órgão local de defesa civil.

CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Croqui - Esboço preliminar de um projeto.

Cumeeira - A parte mais alta do telhado de uma edificação.

Declividade - Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel(dB) - Unidade de intensidade física relativa ao som.

Degradação Ambiental - É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes de níveis capazes de direta ou indiretamente:

Prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos - Resíduos, excrementos, restos.

Demolição - Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

D.E.R - Departamento de Estradas de Rodagem.

DEINFRA - Departamento Estadual de Infraestrutura.

CNP - Conselho Nacional do Petróleo.

DNC - Departamento Nacional de Combustíveis.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgão extinto, sucedido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral.

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por partes dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo - Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Desmembramento - É a subdivisão da área em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura, prolongamento ou modificação de vias existentes.

Divertimento Público - São os realizados em vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Duto de Ventilação - Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 70 cm (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos de utilização transitória.

Economia - Unidade autônoma de uma edificação, passível de tributação.

Edícula - Denominação genérica para compartimento acessório de habitação, separado da edificação principal.

Edificação de Ocupação Mista - Possui caracterizado mais de um tipo de uso.

Edifícios garagens – Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador - Máquina que executa o transporte em altura de pessoas e mercadorias.

Embargo de Obra - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos Comunitários - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos - São os equipamentos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala - Relação das dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificação - Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento - Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento - Espaço reservado para um ou mais veículos.

Explosivos - Consideram-se explosivos:
Cartuchos de guerra, caça e mina;
Fogos de artifício;
Nitroglicerina, seus componentes e derivados;
Pólvora e algodão-pólvora;
Fulminatos, cloros, forminatos e congêneres.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio - É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e de seus acessórios.

Faixa "non aedificandi" - Área do terreno onde não é permitida a construção.

Faixa de Proteção - Faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão.

Faixa de Rolamento - É a subdivisão longitudinal de uma pista de rolamento, por onde flui uma única fila de veículos;

Faixa Sanitária - Área do terreno onde não é permitida qualquer construção, e cujo uso está vinculado à servidão de passagem, para efeito

de drenagem, captação de águas pluviais, ou colocação de redes de esgotos.

FATMA - Fundação do Meio Ambiente.

Feira Livre - Local ao ar livre que funciona com o objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos - São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança - Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor, caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbico - Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbicas, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica - Unidade de sedimentação e digestão, de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinado ao tratamento primário de esgotos sanitários.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas de edificação sobre um terreno.

Gabarito - É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria - Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, um comércio.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente, pelo menos em três das suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;

Garagem Bloqueada - Garagem ligada a circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre - Garagem ligada diretamente a circulação interna de veículos.

Gêneros Alimentícios - Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Guarda Corpo - É a vedação de proteção contra quedas.

Habitação - Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Habite-se - Documento expedido pelo Município que autoriza a ocupação de uma edificação.

Hachura - Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Índice de Aproveitamento - É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área escriturada deste mesmo terreno.

Infração - Violação da Lei.

Infrator - Todo aquele que cometer mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jusante - Para o lado que vaza a maré, ou um curso de água.

Interdição - Determinação da proibição de uso de parte ou da totalidade de uma obra ou edificação quando constituir ameaça a segurança de pessoas, bens ou equipamentos, a estabilidade das construções próximas ou quando houver prejuízo a higiene e a saúde pública.

Jirau - Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até $\frac{1}{4}$ da área do compartimento.

Kit - Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.

Kitchenete - Unidade residencial formada de sala e quartos conjugados, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Ladrão - Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiro, pias etc., para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo - Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

Lavatório - Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

Licença - É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da Obra - Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro – Limítrofe.

Logradouro Público - Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja - Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote - Porção de terreno com testada para logradouro público.

Loteamento - Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Lote Mínimo - Porção mínima permitida de um terreno líquido como resultado de processos de parcelamento do solo (loteamento, desmembramento e remembramento), representado em metros quadrados.

Manancial - Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação.

Marquise - Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-fio - Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo - Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino - Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Montante - Para o lado da nascente de um rio.

Nível de SomdB (A) - Intensidade do som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151-ABNT.

N.D.A. - Nível de Degradação Ambiental, estabelecido pela FATMA. Classifica-se em:

Pequeno,
Médio,
Alto.

Olho d'água / Nascente - Local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento lençol freático.

Parapeito - É a vedação de proteção de sacadas.

Pára-Raios - Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega - Parede sem abertura.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação; entepiso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos e sobrelojas.

Pavimento Térreo - Piso ao nível da rua.

Passeio - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres; parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso, separado por pintura ou elemento físico separador, livre de interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pé-Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade - Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Perímetro Urbano - Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Pista de Rolamento - Parte da via pública destinada a circulação e estacionamento de veículos.

Plano Diretor - Conjunto de leis urbanísticas, definidas pelas Leis de Zoneamento de Uso e Ocupação de Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

Play-Ground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Poço de Iluminação - Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Poluição Ambiental - Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Posto de Abastecimento - É o estabelecimento que se destina à venda no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e óleos lubrificantes.

Posto de Serviço - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece ainda serviços de lavagens, lubrificações de veículos e outros serviços correlatos.

Posto Garagem - É o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento e Posto de serviço, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Prisma de Iluminação e Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir, obrigatoriamente, a iluminação e ventilação dos compartimentos habitáveis que com ele se comuniquem.

Prisma de Ventilação: é o espaço "non edificandi" mantido livre, dentro do lote, em toda a altura de uma edificação destinada a garantir a ventilação dos compartimentos não habitáveis que com eles se comuniquem.

Produto Perigoso - Toda substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento - É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou em todo.

Recuo - É a incorporação ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma - Fazer obra que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente - É quem violar os preceitos da Lei, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

Remembramento - A junção de dois ou mais lotes formando um novo lote.

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, emitida por profissional com registro junto Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Ruído - Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão - Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial - Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas da chuva.

Sobreloja - Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão - Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).

Subsolo - Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior ao pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro - Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar a sua infiltração.

Tapume - Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Talvegue - Linha de maior profundidade no leito fluvial. Resulta da intersecção dos planos das vertentes com dois sistemas de declives convergentes; é o oposto de crista.

Taxa de Ocupação - A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro - Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Terreno Baldio - Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Testada - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular.

Tombamento - É a declaração, pelo Poder Público, do valor histórico, paisagístico, artístico ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas; o tombamento pode acarretar uma restrição individual, reduzindo os direitos do proprietário, ou uma limitação geral, quando abrange uma coletividade, obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos e arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de núcleos históricos.

UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal;

Unidade de Moradia - Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com o apartamento.

Uso Permitido - forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Inadequado - Usos incompatíveis com o zoneamento.

Uso Tolerado - Permitido somente se ouvido o Órgão de Planejamento Municipal e com exigências extremamente rigorosas.

Valas de Filtração - Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração - Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica, através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda - Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

Vazio Urbano - Lotes não edificados servidos de infraestrutura urbana; Vazios urbanos são áreas não ocupadas por atividades urbanas, enclavadas no interior da estrutura da cidade, cujas dimensões permitem o parcelamento na forma de loteamentos médios e pequenos (áreas públicas: terrenos militares, terrenos do INCRA; áreas privadas: antigos sítios; propriedades rurais desativadas).

Vestíbulo - Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria - Diligência efetuada pela municipalidade tendo por fim verificar as condições de uma construção ou obra.

Zoneamento - Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região a utilização mais adequada em função do sistema viário, recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 74

LEI COMPLEMENTAR Nº 74, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Seara, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar.

TITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código, parte integrante do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, estabelece normas de projeto e construção em geral no Município de Seara, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuadas por particulares, entidades ou órgãos públicos no Município de Seara, é regulamentada por este Código, obedecida às normas Federais e Estaduais relativas à matéria.

Parágrafo único. Para o licenciamento das atividades de que reza este Código, serão observadas as disposições da Lei do Plano Diretor, Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, incidentes sobre o imóvel.

CAPITULO I OBJETIVOS DO CÓDIGO

Art. 3º Este Código tem como objetivos:

I – orientar os projetos e execução de edificações no Município;

II - assegurar a observância de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a

comunidade;

III – promover a melhoria dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações em seu território;

IV – estabelecer normas técnicas, visando o progressivo aperfeiçoamento da construção, voltado principalmente para a paisagem urbana e o aprimoramento da arquitetura nas edificações e consequentemente a melhoria da qualidade de vida da população.

CAPITULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para efeito deste Código, são adotadas as seguintes definições:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Aclividade: Diferença altimétrica entre dois pontos, em que o segundo ponto está acima do ponto de referência.

Afastamento: Distância entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote, não considerada a projeção dos beirais, podendo ser: a) frontal; b) lateral; c) fundos.

Alinhamento: Linha divisória legal entre o lote e a via ou logradouro público.

Alpendre: Área coberta saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou área em balanço.

Alvará de Construção: Documento expedido pela Municipalidade que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Alvará de Localização e Funcionamento: Documento expedido pela Municipalidade que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade ou serviço.

Alvará de Obra: Ato administrativo que corresponde a autorização para início de obra.

Alvará Sanitário: Documento fornecido pela autoridade da saúde, que autoriza a ocupação e uso de imóvel recém construído ou reformado e/ou funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, com a vistoria prévia das condições físico-sanitárias.

Ampliação: Alteração no sentido de se tornar maior a área edificada.

Andaime: Obra provisória destinada à sustentação de operários e materiais durante a execução da obra.

Ante-sala: Compartimento que antecede uma sala, sala de espera.

Apartamento: Unidade autônoma de moradia.

Aprovação do Projeto: Ato administrativo que precede o licenciamento das obras.

Aprovação da Obra (Habite-se): Documento municipal que autoriza a ocupação da edificação.

Área Total Construída: Somatório das áreas de todos os pisos de uma edificação, cobertos ou não, inclusive as áreas ocupadas por paredes e pilares.

Área Ocupada: Projeção, em plano horizontal, da área construída.

Área de Recuo: Espaço livre e desembaraçado em toda a altura da edificação.

Área Rural: Toda área do Município, excluída a zona urbana.

Área sob Pilotis: Área coberta contendo apenas as colunas de sustentação de uma edificação.

Área Útil: Superfície utilizável de uma edificação, excluindo-se a área ocupada com paredes e estruturas.

A.R.T – Anotação de Responsabilidade Técnica: emitida por profissional com registro junto Conselho Regional Engenharia, Arquitetura, e Agronomia - CREA.

Átrio: Pátio interno, de acesso a uma edificação.

Autorização: Ato administrativo discriminatório e precário.

Balanço sobre o Térreo: Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares.

Balcão: Varanda ou sacada guarnecida de grade ou peitoril.

Baldrame: Viga que contorna e une as fundações.

Beiral: Prolongamento do telhado, além da prumada das edificações.

Boca de Lobo: Caixa sifonada, cuja finalidade é a captação de águas pluviais.

Brise: Conjunto de placas ou chapa de material variável colocado nas fachadas expostas ao sol com o objetivo de controle da insolação.

Calçada: É a parte da via, normalmente segregada em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros.

Caixa de Escada: Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento.

Caixilho: Parte de uma esquadria onde se fixam os vidros.

Canteiro: Área destinada a ajardinamento junto ou não com passeios públicos.

Caramanchão: Construção em ripas, canos ou estacas com o objetivo de sustentar vegetação.

Casas Geminadas: Edificações unifamiliares situadas no mesmo lote, possuindo uma parede divisória comum, compondo uma unidade arquitetônica única.

CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Centro Comercial: Áreas destinadas a espaços comerciais compostos por um conjunto de lojas ou salas, também entendido como shopping center quando de grande porte.

Certificado de Conclusão da Obra: Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação (habite-se).

Cisterna: Reservatório de água inferior.

Conservação: Obra de reparo, visando apenas conservar o valor de uma construção ao longo do tempo, não importando em acréscimo de área construída.

Construção; É de modo geral, a realização de qualquer obra.

Construção Clandestina: Obra feita sem prévia aprovação do projeto ou sem alvará de licença.

Consulta de Viabilidade: Documento indispensável, prioritário de encaminhamento à Municipalidade, buscando informações de uso, ocupação e parâmetros de construção, definidos para cada zona.

Compartimento: Cada uma das divisões de uma edificação.

Corrimão: Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada ou rampa, que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

Cumeeira: A parte mais alta de uma edificação.

CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Croqui: esboço preliminar de um projeto.

Declividade: Diferença altimétrica entre dois pontos em que o segundo ponto está abaixo do ponto de referência.

Decibel - (dB): Unidade de intensidade física relativa a som.

Degradação Ambiental: É a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causado por qualquer forma de energia ou substância sólida, gasosa ou combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes em níveis capazes de direta ou indiretamente:

- a) Prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) Ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e outros recursos naturais.

Dejetos: Resíduos, excrementos, restos.

Demolição: Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção.

Dependência de Uso Comum: Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.

Dependência de Uso Privativo: Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Duto de Ventilação: Área de ventilação interna ao corpo de uma edificação que circunscreva um raio de no mínimo 0,70 m (setenta centímetros), destinado a ventilar somente compartimentos não habitáveis.

Edícula: Denominação genérica para compartimento acessório da habitação, separado da edificação principal.

Edifício Garagem: Construção destinada ao estacionamento de veículos.

Elevador: Equipamento que executa transporte em altura, de pessoas e/ou mercadorias.

Embargo: Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo.

Equipamentos Comunitários: São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, área verde, segurança e assistência social.

Equipamentos Urbanos: São os equipamentos públicos, como por exemplo, os de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado.

Escala: Relação constante entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

Especificações: Discriminação dos materiais e serviços empregados numa construção.

Estabelecimento: Local onde se fabrica, produz, manipula, beneficia, acondiciona, conserva, transporta, armazena, deposita para venda, distribui ou vende produtos ou presta serviços.

Estacionamento: Espaço reservado para um ou mais veículos.

Fachada: Elevação das paredes externas de uma edificação.

Faixa de Domínio: É a área do terreno destinado ao poder público para a implantação e proteção de uma rodovia e seus acessórios.

Faixa "non aedificandi": Área do terreno onde não é permitida a construção.

FATMA: Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

Feira Livre: Local ao ar livre que funciona, mediante prévia autorização da Municipalidade, com objetivo de facilitar aos produtores a venda de sua produção.

Festejos Públicos: São os que se realizam nas vias públicas, com o acesso do público.

Fiança: Obrigação acessória assumida por terceira pessoa, que se responsabiliza, total ou parcialmente, pelo cumprimento da obrigação do devedor caso este não cumpra a obrigação.

Filtro Anaeróbio: Unidade de tratamento biológico do efluente da fossa séptica de fluxo ascendente em condições anaeróbias, cujo meio filtrante mantém-se afogado.

Fossa Séptica: Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal, destinada ao tratamento de esgotos.

Fundações: Parte da construção destinada a distribuir as cargas da edificação sobre um terreno.

Gabarito: É o número máximo de pavimentos permitidos em uma edificação.

Galeria: Corredor interno de um edifício que faz ou não ligação entre duas ruas e que comporte, além da circulação de pessoas, comércio.

Galeria Comercial: Conjunto de lojas voltadas para passeio coberto, interligando duas vias públicas.

Galpão: Construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

Garagem Bloqueada: Garagem ligada à circulação de veículos através de outra garagem.

Garagem Livre: Garagem ligada diretamente à circulação interna de veículos.

Guarda Corpo: É a vedação de proteção contra quedas.

Gêneros Alimentícios: Substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, pastoso ou qualquer outra forma adequada destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais a sua formação, manutenção e ao seu desenvolvimento.

Habite-se: Documento expedido pela Municipalidade, que autoriza a ocupação de uma edificação.

Habitação: Lugar ou casa onde se habita, morada ou residência.

Hachura: Raiado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio tom.

Hall: Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos.

Índice de Aproveitamento: É calculado para expressar a área máxima da construção permitida; relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno.

Infração da Lei: Violação da lei.

Infrator: Todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar a praticar infração.

Jirau: Piso intermediário dividindo compartimento existente com área até 1/4 (um quarto) da área do compartimento.

Kit: Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada pavimento nas edificações comerciais.

Kitchenete: Unidade residencial formada de sala, quarto, banheiro e pequena cozinha, não necessariamente separada da sala.

Ladrão: Tubo de descarga colocado nos reservatórios de água, banheiro, pias, para escoamento automático do excesso de água.

Lavabo: Instalação sanitária composta de pia e vaso sanitário.

Lavatório: Cuba para lavar as mãos, com água encanada e esgoto pluvial.

Licença: É ato administrativo vinculado e definitivo. A licença, quando concedida regularmente, gera direito subjetivo à continuidade da atividade licenciada nas condições estabelecidas em lei.

Licenciamento da obra: Ato administrativo que concede licença e prazo para início e término de uma obra.

Lindeiro: Limítrofe.

Logradouro Público: Toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população.

Loja: Espaço reservado a comercialização de produtos.

Lote: Porção de terreno, com testada para logradouro público.

Loteamento: Subdivisão de gleba em lotes destinados à edificações, com abertura, modificação ou prolongamento de vias e logradouros.

Marquise: Cobertura em balanço sobre o logradouro.

Meio-fio: Peça de pedra ou de concreto ou similar que separa em desnível o passeio da pista de rolamento.

Memorial Descritivo: Texto contendo especificações sobre materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas numa edificação ou parcelamento de solo.

Mezanino: Pavimento situado no interior de outro compartimento com acesso exclusivamente através deste e pé direito reduzido.

Nível de Som - dB (A): Intensidade de som medido na curva de ponderação "A" definido na NBR 10.151 - ABNT.

Mobiliário Urbano: São equipamentos de uso comercial de serviços, localizados em logradouro público.

N.D.A: Nível de Degradação Ambiental.

Parapeito: É a vedação de proteção de sacadas.

Para-raios: Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios.

Parede Cega: Parede sem abertura.

Passeio: É a parte da calçada ou pista de rolamento, neste último caso, separada por pintura ou elemento físico separador, livre de

interferências, destinada à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente de ciclistas.

Patamar: Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pavimento: Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, de uma edificação, entre piso de uma edificação, desconsiderados os mezaninos ou sobre lojas.

Pavimento Térreo: Piso ao nível da rua.

Pé Direito: Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Penalidade: Conjunto ou sistema de penas impostas pela lei.

Playground: Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica.

Perímetro Urbano: Linha que separa a zona urbana da área ou zona rural.

Plano Diretor: Conjunto de leis, que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano, Perímetro Urbano e pelos Códigos de Posturas e Edificações.

Poluição Ambiental: Qualquer alteração das características físicas, químicas e/ou biológicas do meio ambiente, que possa importar em prejuízo a saúde e a segurança da população.

Poço de Iluminação: Área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos.

Prisma Interno de Iluminação e Ventilação: Poço de iluminação - área interna na edificação, destinada a iluminação e ventilação de compartimentos não habitáveis, também conhecido como poço de iluminação e ventilação.

Prisma Externo de Iluminação e Ventilação: Área destinada a iluminação e ventilação de compartimentos quando localizada na face externa das edificações.

Produto Perigoso: Toda a substância que possa ser considerada combustível, inflamável, explosiva, tóxica, corrosiva ou radioativa.

Profundidade de um Compartimento: É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta.

Reconstrução: Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva qualquer obra em parte ou no todo.

Recuo: Reserva ao logradouro público de uma área pertencente à propriedade particular e destinada a futura ampliação deste logradouro.

Reforma: Obra em que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Reincidente: É quem violar os preceitos das leis, por cuja infração já tenha sido autuado e punido.

RRT: Registro de Responsabilidade Técnica.

Ruído: Qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações do sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Sacada: Construção que avança da fachada de uma parede.

Saguão: Sala de entrada da edificação onde se encontra o hall e a circulação principal.

Sala Comercial: Unidade autônoma para comércio e prestação de serviços.

Sarjeta: Escadouro nos logradouros públicos para as águas das chuvas.

Sobreloja: Pavimento situado acima da loja, com acesso exclusivo através desta e sem numeração independente.

Sótão: Compartimento de edificação situado no interior do volume formado pelo telhado com inclinação máxima de 45º (quarenta e cinco graus).

Subsolo: Pavimento total ou parcialmente situado em nível inferior do pavimento térreo ou ao terreno natural, medido no ponto médio da fachada perpendicular às curvas de nível.

Sumidouro: Poço destinado a receber o efluente da fossa séptica e a facilitar sua infiltração.

Tapume: Vedação provisória feita em tábuas ou material similar para proteção de obras.

Taxa Ocupação: A relação percentual entre a projeção horizontal da edificação e a área total do terreno.

Telheiro: Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terreno Baldio: Terreno não edificado, sem proveito ou uso definido.

Terraço: Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada: É a linha divisória que separa o logradouro público do lote.

Unidade de Moradia: Conjunto de compartimentos de uso privativo de uma família, no caso de edifícios coincide com apartamento.

Uso Permitido: Forma de uso previsto para a área ou zona em que se localiza.

Uso Proibido: Usos incompatíveis com o zoneamento.

Uso Permissível: Permitido somente se atendido as exigências da legislação aplicável ao caso.

UFRM: Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Valas de Filtração: Unidade complementar de tratamento do efluente da fossa séptica, por filtração biológica, constituída de tubulação e leito filtrante.

Valas de Infiltração: Valas destinadas a receber o efluente da fossa séptica através de tubulação convenientemente instalada e a permitir sua infiltração em camadas superficiais do terreno.

Varanda: Espécie de alpendre à frente e/ou em volta de uma edificação.

Vestíbulo: Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações.

Vistoria: Diligência efetuada por profissionais habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Zoneamento: Repartição da cidade e das áreas urbanizáveis segundo a sua precípua destinação de uso e ocupação do solo; visa dar a cada região utilização mais adequada em função do sistema viário; recursos naturais, topografia e a infraestrutura existente através da criação de zonas de uso e ocupação.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

CAPÍTULO I DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS A PROJETAR E A CONSTRUIR

Art. 5º São considerados profissionais legalmente habilitados para projetar, orientar, administrar e executar obras no Município de Seara, os registrados nos Conselho de Arquitetura e Urbanismo e no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Art. 6º Somente os profissionais inscritos como determina o art. 5º deste Código, poderão ser responsáveis por projetos, cálculos e memoriais apresentados a Municipalidade ou assumir a responsabilidade pela execução de obras.

CAPÍTULO II DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS

Art. 7º A execução de quaisquer das atividades citadas no art. 2º deste Código, com exceção de demolição será precedida dos seguintes atos administrativos:

I – consulta de viabilidade técnica para construção, se necessária;

II – análise do projeto arquitetônico e hidrossanitário;

III – aprovação dos projetos definitivos;

IV – alvará de construção – licenciamento da obra;

V – alinhamento para construção.

§ 1º A aprovação e licenciamento da obra de que tratam os incisos III e IV poderão ser requeridos simultaneamente, devendo neste caso, os projetos estarem de acordo com todas as exigências deste Código.

§ 2º Incluem-se no disposto neste artigo todas as obras do Poder Público, tendo seu exame preferência sobre quaisquer pedidos.

SEÇÃO I

DA CONSULTA DE VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 8º Antes de solicitar aprovação do projeto o requerente deverá efetivar a Consulta de Viabilidade Técnica, se necessária, através do preenchimento de formulário próprio cedido pela Municipalidade.

§ 1º Ao requerente cabe as indicações:

I – título de propriedade do imóvel;

II – nome e endereço do proprietário;

III – endereço da obra (logradouro, quadra, lote, bairro);

IV – destinação da obra (residencial, comercial, industrial e outros);

V – materiais construtivos (alvenaria, madeira ou mista);

VI – croqui de situação do lote.

§ 2º À Municipalidade cabe as indicações por escrito das normas urbanísticas incidentes sobre o lote, como zona de uso, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, recuos e afastamentos mínimos.

§ 3º A Consulta de Viabilidade Técnica deverá ser respondida num prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.

§ 4º A Consulta de Viabilidade terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por mais 120 (cento e vinte) dias a pedido, por escrito, da parte interessada observando, sempre a legislação vigente na data da solicitação.

SEÇÃO II**DA ANÁLISE DO PROJETO ARQUITETÔNICO E HIDROSSANITÁRIO**

Art. 9º A partir das informações prestadas pela Municipalidade na Consulta de Viabilidade Técnica, o requerente poderá solicitar a análise do Projeto Arquitetônico, mediante requerimento e Plantas exigidas nos incisos III, IV, V e VII do Artigo 10 deste Código.

§ 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em uma via.

§ 2º A análise do Projeto Arquitetônico deverá ser efetuada num prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do primeiro dia útil após ao protocolo.

SEÇÃO III**DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA ANÁLISE**

Art. 10. Após a Consulta de Viabilidade Técnica e da análise prévia do Projeto Arquitetônico, o requerente apresentará o Projeto Arquitetônico Definitivo composto e acompanhado de:

I – requerimento solicitando a aprovação do Projeto Definitivo, assinado pelo proprietário ou representante legal. O Alvará de Construção (Licenciamento da Obra) poderá ser solicitado simultaneamente;

II – documento de solicitação do Alvará de Construção preenchido;

III – planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:

a) orientação do norte – verdadeiro ou Magnético;

b) indicação do lote na quadra – amarração com a respectiva distância a uma esquina;

c) dimensões do lote;

d) entrada de veículos;

e) posição do posteamento em relação ao lote;

f) projeção da edificação ou edificações dentro do lote, localizando rios, mananciais, córregos ou outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades competentes;

g) posição da edificação ou edificações em relação às linhas divisórias do lote (afastamentos) e a outras construções nele existente.

IV – planta baixa de cada pavimento não repetido, na escala 1:50, contendo:

a) as dimensões e áreas de todos os compartimentos, inclusive dimensões dos vãos de iluminação, garagens, áreas de estacionamento;

- b) destinação ou finalidade de cada compartimento, bem como outras informações necessárias a perfeita compreensão do projeto;
- c) indicação das espessuras das paredes e dimensões internas e externas totais da obra;
- d) indicação dos cortes longitudinais e transversais.

V – cortes longitudinais e transversais na mesma escala da planta baixa, com a indicação dos elementos necessários para um perfeito entendimento do projeto, tais como: pé direito, cotas de nível, alturas das janelas, peitoris e perfis do telhado. No mínimo um os cortes deverá passar pelo banheiro, cozinha e circulação vertical (se houver);

VI – planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala que se fizer necessária para compreensão do projeto. A planta de cobertura poderá ser elaborada conjuntamente com a planta de situação/locação;

VII – elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VIII – projeto complementar;

IX – matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e se for o caso, também a autorização para construção firmada pelo proprietário e usufrutuário quando houver;

X – fotocópia do carnê de IPTU regularizado.

§ 1º Em todas as peças gráficas dos incisos IV, V, VI e VII do art. 10 deste Código deverão constar as especificações dos materiais utilizados.

§ 2º A escala não dispensará a indicação de cotas que prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho e havendo divergência entre a soma das cotas parcial e total, prevalecerá a cota total.

§ 3º Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, as mesmas serem legíveis para análise e aprovação.

§ 4º Todas as pranchas relacionadas nos itens anteriores deverão ser apresentadas em 4 (quatro) vias, uma das quais será arquivada no órgão competente da Municipalidade e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas os carimbos de aprovação e as rubricas dos técnicos encarregados.

§ 5º O Projeto de uma construção será examinado em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Art. 11. As edificações para habitações populares poderão utilizar projetos padrão disponíveis na Municipalidade, ficando sujeitas ao atendimento no disposto em regulamento específico.

SEÇÃO IV DOS PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 12. O Projeto Complementar citado no inciso VIII do art. 10 para atendimento deste Código é o hidrossanitário.

I – o projeto Hidrossanitário será exigido para toda a edificação servida de água e deverá:

- a) ser apresentado em conformidade com as Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT;
- b) atender ao que dispõe o Regulamento de Serviços de Água e Esgoto Sanitário da Concessionária Estadual - Casan.

II – o projeto elétrico obedecerá as normas estabelecidas pela ABNT e Concessionária local de energia elétrica - CELESC, sendo exigido para todas as edificações industriais e demais edificações com área igual ou superior a 70m² (setenta metros quadrados).

III – o projeto estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:

- a) tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;
- b) tratar-se de área construída igual ou superior a 1000 m² (um mil metros quadrados);
- c) a seu entendimento se julgar necessário.

IV – o projeto de prevenção contra incêndios deverá atender Legislação pertinente e ser aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 1º Deverá ser apresentado à Prefeitura cópia do projeto de prevenção contra incêndios, bem como a ART e/ou RRT do profissional responsável, devidamente aprovado pela unidade do Corpo de Bombeiros.

§ 2º Para efeito da definição do número de pavimentos será considerado sempre o térreo e subsolo.

§ 3º O projeto estrutural não merecerá análise da Municipalidade, sendo exigida tão somente a entrega da respectiva ART devidamente

registrada junto ao CREA/SC.

SEÇÃO V
DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO – LICENCIAMENTO DA OBRA

Art. 13. Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com a legislação pertinente, a Municipalidade aprovará o Projeto e fornecerá ao requerente o Alvará de Construção mediante:

I – requerimento solicitando o Alvará de Construção, dirigido à Secretaria competente e mencionando o nome do proprietário e do profissional habilitado responsável pela execução dos serviços;

II – título de propriedade ou se o proprietário da obra não for o proprietário do terreno, uma prova do acordo entre ambos, por escrito;

Parágrafo único. Deverá constar do Alvará de Construção:

I – nome do proprietário;

II – número do requerimento solicitando aprovação do Projeto;

III – descrição sumária da obra, com indicação da área construída, finalidade e materiais construtivos;

IV – local da obra;

V – profissional responsável pelo projeto e pela execução devidamente inscrito nos órgãos competentes;

VI – nome e assinatura da autoridade da Municipalidade, assim como qualquer outra indicação que for julgada necessária.

Art. 14. O alvará de construção será válido pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de sua expedição, devendo ser renovado anualmente. Se a obra não for iniciada dentro do prazo de um ano, o alvará perderá sua validade.

§ 1º Para efeito deste código, uma obra será considerada iniciada, desde que suas fundações e vigas de baldrame estejam concluídas.

§ 2º Considera-se prescrito o alvará de construção que após ser iniciada a obra, sofrer interrupção superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

§ 3º Após a caducidade do primeiro alvará, se a parte interessada quiser iniciar a obra, deverá requerer e pagar novo licenciamento, desde que ainda válido o Projeto aprovado.

§ 4º Esgotado o prazo de validade do alvará de construção e não estando concluída a obra, só será prorrogada a licença mediante o pagamento dos tributos legais.

Art. 15. Depois de aprovado o projeto definitivo e expedido o alvará de construção, se houver alteração no projeto, o interessado deverá requerer nova aprovação, conforme Seção II, do Capítulo III, do Título II, deste Código.

Art. 16. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 17. Salvo a necessidade do andaime ou tapume, hipótese em que será obrigatória a licença, ficam dispensados de apresentação de projeto e requerimento para expedição de alvará de construção:

I – pequenos consertos ou reparos, em prédios em que não se alterem os elementos geométricos e sistema estrutural, tais como os serviços de pintura, consertos em assoalhos, esquadrias, paredes;

II – construção de muros de divisa até altura de 1,80 metros;

III – rebaixamento de meio-fio e conserto de pavimentação;

IV – construção de dependências não destinadas à moradia, uso comercial e industrial, tais como: telheiros, depósitos de uso doméstico, viveiros, caramanchões ou similar, com área máxima de 12m² (doze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro ou em áreas non aedificandi;

V – construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações (somente quando aprovado o projeto e a respectiva licença) que deverão ser demolidos logo após o término das obras.

Parágrafo único. A Municipalidade reserva-se o direito de exigir o projeto das obras especificadas neste artigo, sempre que julgar necessário.

Art. 18. Nas construções existentes nos logradouros para os quais seja obrigatório o afastamento do alinhamento, não serão permitidas obras de construção, modificações e acréscimos que não respeitem o afastamento do alinhamento.

Art. 19. A Municipalidade terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias para aprovação do projeto definitivo e expedição do alvará de construção, a

contar da data de entrada do requerimento no protocolo da Municipalidade ou da última chamada para esclarecimento, desde que o projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Art. 20. A construção dentro das especificações deste Código, mas sem alvará de construção, está sujeita a multa conforme Seção I, Capítulo Único, Título V deste Código.

Parágrafo único. A construção fora das especificações do Plano Diretor está sujeita à demolição por ato do Executivo Municipal, podendo ser concedido um prazo de até 90 (noventa) dias para sua legalização, sem dispensa de multa correspondente.

CAPÍTULO III DAS NORMAS TÉCNICAS

SEÇÃO I DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 21. Os projetos somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela ABNT.

§ 1º As folhas do Projeto deverão seguir as normas da ABNT quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0cm x 29,7cm (tamanho A4), com número ímpar de dobras, tendo margem de 1,0cm em toda a periferia da folha, exceto na margem lateral esquerda, a qual será de 2,5cm (orelha) para fixação em pastas.

§ 2º No canto inferior direito da (s) folha (s) do projeto será delimitado um quadro legenda com 17,5cm de largura e 29,7cm de altura (tamanho A4), reduzidas as margens, onde constarão :

I – representação Gráfica - Ocupando o extremo inferior com dimensões de 17,5 cm de largura x 9,0 cm de altura, especificando:

- a) natureza e destino da obra;
- b) referência da folha, como conteúdo, plantas, cortes e elevações e etc.;
- c) tipo de projetos: arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, etc.;
- d) indicação do nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos registros no CREA e/ou CAU e na Municipalidade;
- e) data;
- f) escala;
- g) no caso de vários desenhos de um Projeto que não caibam em uma única folha será necessário numerá-las em, ordem crescente.

II – espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas;

III - espaço reservado a Municipalidade e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações.

§ 3º Nos projetos de reforma, ampliação ou reconstrução, as peças gráficas serão apresentadas:

I – obrigatório:

- a) em traço cheio, as partes conservadas (existentes);
- b) em hachurado, as partes a construir ou renovar;
- c) em tracejado, as partes a demolir ou retirar.

II – complementar facultativa:

- a) em traço cheio (azul ou preto), as partes conservadas (existentes);
- b) em hachurado (vermelho), as partes a construir ou renovar;
- c) em tracejado (verde), as partes a demolir ou retirar.

SEÇÃO II DAS MODIFICAÇÕES DOS PROJETOS APROVADOS

Art. 22. Para modificações em projeto, assim como para alteração do destino de qualquer compartimento constante do mesmo, será

necessária a aprovação de projeto modificado.

§ 1º O requerimento solicitando a aprovação do projeto modificado deverá ser acompanhado de cópia do projeto anteriormente aprovado e quando já expedido, também do respectivo alvará de construção.

§ 2º A aprovação do projeto modificado será anotada no alvará de construção se anteriormente aprovado, que será devolvido ao requerente juntamente com o Projeto.

SEÇÃO III

DO HABITE-SE E DA ACEITAÇÃO DE OBRAS PARCIAIS

Art. 23. Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria da Municipalidade e expedido o respectivo habite-se.

§ 1º O habite-se é solicitado à Municipalidade, pelo proprietário através de requerimento assinado pelo mesmo.

§ 2º O habite-se só será expedido quando a edificação apresentar condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias e possuindo o alvará de habite-se do Corpo de Bombeiros.

§ 3º A Municipalidade tem um prazo de 15 (quinze) dias, para vistoriar a obra e para expedir o habite-se, juntamente com a numeração.

Art. 24. Poderá ser concedido o habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

I – que não haja perigo para o público ou para os habitantes da edificação;

II – quando estiverem concluídas a estrutura, a alvenaria os fechamentos, os revestimentos externos, instalações elétricas e hidráulicas comuns a todas as unidades e que permitam o uso da unidade objeto do habite-se parcial;

III – quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;

IV – quando um elevador esteja em funcionamento em se tratando de unidade acima da quarta laje contando a do pavimento de acesso;

V – quando se tratar de unidade habitacional parte de um conjunto habitacional, deverá toda a infraestrutura comum estar concluída;

VI – quando se tratar de mais de um prédio licenciados por um só alvará e construídos no interior de um mesmo lote devendo as obras necessárias para o perfeito acesso e infraestrutura comuns estarem concluídos.

Art. 25. Terminada a obra de construção, modificação ou acréscimo, deverá ser requerida sua aceitação, pelo proprietário ou responsável pela execução, através do requerimento do habite-se.

§ 1º A Municipalidade só fornecerá o habite-se à obras regularizadas através de aprovação de projeto e alvará de construção.

§ 2º Nenhum prédio novo, ou em obra de reforma, será habitado sem que primeiro seja efetuado a vistoria administrativa, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias, elétricas e prevenção contra incêndios e demais instalações necessárias.

SEÇÃO IV

DAS VISTORIAS

Art. 26. A Municipalidade fiscalizará as diversas obras requeridas, a fim de que as mesmas estejam de acordo com disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com os projetos aprovados.

§ 1º Os fiscais do Município de Seara terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2º Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Art. 27. Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Municipalidade poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 28. Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código e intimados a legalizar as obras, caso as alterações possam ser executadas ou a fazer a demolição ou modificações necessárias para regularizar a situação da obra, de acordo com o projeto.

Parágrafo único. A vistoria para expedição da Certidão de Vistoria Sanitária deverá ser solicitada pelo proprietário junto ao Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, enquanto os elementos que compõem o quadro sanitário estejam a descoberto e possibilitem perfeita identificação das soluções propostas no projeto.

SEÇÃO V DAS OBRAS PARALISADAS

Art. 29. No caso de se verificar a paralisação de uma obra por mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro, dotado de portão de entrada.

Parágrafo único. No caso de continuar paralisada a obra, depois de decorridos mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, será feito pelo órgão competente da Municipalidade o exame do local, a fim de verificar se a construção oferece perigo e promover as providências julgadas convenientes, nos termos do Capítulo único, do Título V deste Código, que trata das penalidades.

Art. 30. As disposições desta Seção serão aplicadas também as obras que já se encontram paralisadas na data de vigência deste Código, contando-se o prazo do artigo anterior a partir da data de vigência do presente Código.

SEÇÃO VI DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 31. A responsabilidade pelos projetos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores e a execução das obras os que tiverem assinado como seus responsáveis, não assumindo a Municipalidade, em consequência da aprovação qualquer tipo de responsabilidade.

Art. 32. As penalidades impostas aos profissionais de Engenharia e Arquitetura pelo CREA e/ou CAU serão observadas pela Municipalidade no que lhe couber.

Art. 33. Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa de responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito a Municipalidade essa pretensão.

§ 1º Realizada a vistoria, será intimado o interessado para que dentro de 10 (dez) dias úteis, sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico o qual deverá satisfazer as condições deste Código e assinar também a comunicação a ser dirigida à Municipalidade.

§ 2º A comunicação da baixa de responsabilidade poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico, desde que o interessado e os dois responsáveis técnicos assinem conjuntamente.

Art. 34. Poderá, ainda, ser concedida a exoneração de qualquer responsabilidade do autor do projeto, desde que este o requeira, fundamentado em alteração feita ao projeto à sua revelia ou contra sua vontade, com os serviços suspensos de imediato.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA DEMOLIÇÃO VOLUNTÁRIA

Art. 35. A demolição de qualquer edificação, excetuados apenas os muros de fechamento até 3,00 m (três metros) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pela Municipalidade.

§ 1º Qualquer edificação que esteja a juízo do departamento competente da Municipalidade, ameaçada de desabamento, deverá ser demolida pelo proprietário.

§ 2º Tratando-se de edificação com mais de dois pavimentos, ou que tenha 6,00 m (seis metros) ou mais de altura, a demolição só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 3º No caso de edificação no alinhamento do logradouro ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que seja de um só pavimento será exigida a responsabilidade de profissional habilitado.

§ 4º Em qualquer demolição o profissional responsável ou o proprietário, conforme o caso, providenciará a construção de tapumes e demais medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos proprietários e do público, das benfeitorias do logradouro e propriedades vizinhas.

§ 5º A Municipalidade poderá, sempre que julgar conveniente, estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser executada.

§ 6º O requerimento em que for solicitada a licença para uma demolição, será assinado pelo profissional responsável juntamente com o proprietário.

§ 7º No pedido de licença para a demolição deverá constar o prazo de duração dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitação justificada do interessado e a juízo da Municipalidade, salvo os casos fortuitos e de força maior, quando o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo do evento.

§ 8º Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo prorrogado, o responsável ficará sujeito às multas previstas neste Código.

§ 9º Em casos especiais, a Municipalidade poderá exigir obras de proteção para demolição de muro de altura inferior a 3,00m (três metros).

SEÇÃO VIII DAS OBRIGAÇÕES DURANTE A EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 36. Para fins de documentação e fiscalização, os alvarás de alinhamento, nivelamento e licença para obras em geral, deverão permanecer no local das mesmas, juntamente com o projeto aprovado.

Parágrafo único. Esses documentos deverão ser protegidos contra a ação do tempo e facilmente acessíveis à fiscalização da Municipalidade, durante as horas de trabalho.

Art. 37. Salvo o disposto no artigo 17, desta lei, todas as obras deverão ser executadas de acordo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais, a saber:

- I – altura da edificação;
- II – os pé-direitos;
- III – a espessura das paredes mestras, as seções das vigas, pilares e colunas;
- IV – a área dos pavimentos e compartimentos;
- V – as dimensões das áreas e passagens;
- VI – a posição das paredes externas;
- VII – a área e a forma da cobertura;
- VIII – a posição e dimensão dos vãos externos;
- IX – as dimensões das saliências;
- X – planta de localização aprovada.

Art. 38. Durante a execução das obras, a empresa responsável pela construção e/ou proprietário deverão por em prática todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas mesmas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

§ 1º Quaisquer detritos caídos das obras assim como resíduos de materiais que fiquem sobre parte do leito do logradouro público, deverão ser imediatamente recolhidos sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho do mesmo logradouro cuja limpeza ficar prejudicada, além de irrigação para impedir o levantamento do pó.

§ 2º A empresa responsável pela construção e/ou proprietário, deverão pôr em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar incômodos para a vizinhança pela queda de detritos nas propriedades vizinhas, pela produção da poeira ou ruído excessivo.

TÍTULO III DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 39. Para fins deste Código, uma construção é caracterizada pela existência do conjunto de elementos construtivos contínuos em suas 3 (três) dimensões, com um ou vários acessos às circulações ao nível do pavimento de acesso.

Art. 40. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada isolada das divisas quando a área livre, em torno do volume edificado é contínua em qualquer que seja o nível do piso considerado.

Art. 41. Dentro de um lote, uma construção ou edificação é considerada contígua a uma ou mais divisas, quando a área deixar de contornar, continuamente, o volume edificado no nível de qualquer piso.

Art. 42. Quando num lote houver duas edificações, formar-se-á o "Grupamento de Edificações", que, conforme suas utilizações, poderá ser residencial ou não residencial.

Art. 43. Conforme a utilização a que se destina, as edificações classificam-se em:

- I – residenciais;
- II – não residenciais;
- III – mistas.

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 44. Segundo o tipo de utilização, as edificações residenciais subdividem-se em :

I – edificações residenciais unifamiliares;

II – edificações residenciais multifamiliares.

Parágrafo único. Toda unidade residencial será constituída de no mínimo 1 (um) compartimento habitável, desde que tenha área não inferior à 20,00m² (vinte metros quadrados), com instalações sanitárias e uma cozinha.

SEÇÃO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES

Art. 45. Uma edificação é considerada unifamiliar quando nela existir uma única unidade residencial, podendo ser:

I – isoladas;

II – geminadas.

Subseção I Das Edificações Residenciais Unifamiliares Isoladas

Art. 46. Uma residência é considerada isolada quando sozinha ocupar o interior de um lote.

Subseção II Das Edificações Residenciais Unifamiliares Geminadas

Art. 47. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de residências contíguas, que possam usar uma parede comum em alvenaria, alcançando até a altura da cobertura, constituindo no seu aspecto externo uma unidade arquitetônica homogênea, não implicando simetria bilateral.

§ 1º Além do disposto no que couber, as residências geminadas obedecerão o que segue:

I – cada unidade deverá ter acesso independente;

II – ter no máximo 2 (dois) pavimentos por unidade residencial, sendo permitido 1 (um) subsolo;

III – ter instalações elétricas, hidrossanitárias e complementares independentes.

§ 2º O lote das residências geminadas, só poderá ser desmembrado quando cada unidade tiver dimensões de lote estabelecidas pela Lei do Plano Diretor, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e as residências, isoladamente estejam de acordo com este Código e a Lei do Plano Diretor e Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

SEÇÃO II DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 48. Uma edificação é considerada multifamiliar, quando existem na mesma edificação duas ou mais unidades residenciais, podendo ser:

I – edificação residencial multifamiliar permanente;

II – edificação residencial multifamiliar transitória;

III – edificações residenciais coletivas.

Subseção I Das Edificações Residenciais Multifamiliares Permanentes

Art. 49. São consideradas neste caso as edificações que comportam mais de duas unidades residenciais autônomas, agrupadas verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público e estas possuirão sempre:

I – portaria com caixa de distribuição de correspondência em local centralizado;

II – instalação de interfone, para edificações com 3 (três) pavimentos ou mais;

III – local centralizado - equipamento - para coleta de lixo ou resíduos de sua eliminação;

IV – equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros e disposições do presente Código;

V – área de recreação proporcional ao número de compartimentos habitados, de acordo com o abaixo previsto:

- a) proporção mínima de 6,00m² por unidade habitacional não podendo ter área inferior à 40,00m² (quarenta metros quadrados);
- b) admitindo-se particionamento em no máximo duas áreas isoladas;
- c) Obrigatoriedade de nela se inscrever uma circunferência com raio mínimo de 2,50m. (dois metros e cinquenta centímetros);
- d) facilidade de acesso através de partes comuns afastadas dos equipamentos coletores de lixo e centrais de gás, isoladas das passagens de veículo.

VI – local para estacionamento ou guarda de veículos, conforme Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V- Tabela II – Garagens e Estacionamentos.

VII – instalação de tubulação para antenas de TV;

VIII – instalação de tubulação para telefone e dados;

IX – instalação de para-raios;

X – central de gás de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 50. As edificações residenciais multifamiliares permanentes podem apresentar-se sob forma de conjuntos habitacionais. Os conjuntos habitacionais são constituídos por dois ou mais blocos de edifícios de habitação, com área de uso comum, implantados no mesmo terreno.

Art. 51. Qualquer conjunto habitacional deverá estar de acordo com o traçado do sistema viário básico, com as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental, determinadas pelo Município com a Lei do Plano Diretor, Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, disposições relativas ao Parcelamento de Solo e demais parâmetros estabelecidos por regulamento específico, de modo a garantir a adequada integração com a estrutura urbana existente.

Parágrafo único. Os conjuntos habitacionais de que trata o artigo 50 deverão observar o que dispõe este Código sobre estacionamento de áreas residenciais.

Subseção II

Das Edificações Residenciais Multifamiliares Transitórias

Art. 52. Entende-se por edificações residenciais multifamiliares transitórias, as edificações destinadas a hotéis, motéis, apart-hotéis e congêneres, sendo que existirão sempre, como parte comuns obrigatórias:

I – hall de recepção com serviço de portaria e comunicação, e no caso dos hotéis, sala de estar ou visitas;

II – entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;

III – compartimento próprio para administração;

IV – compartimento para rouparia e guarda de utensílios de limpeza em cada pavimento;

V – acesso e condições de utilização especial de pelo menos uma unidade de dormitório para usuários de cadeiras de rodas;

VI – equipamentos para extinção de incêndio, de acordo com as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros e disposições deste Código;

VII – instalações sanitárias;

VIII – ter piso e paredes de copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias de uso comum, até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), revestidos com material lavável e impermeável;

IX – ter vestiários e instalações sanitárias privativos para pessoal de serviço;

X – todas as demais exigências contidas na legislação sanitária estadual;

XI – local fechado e interno à edificação para depósito de lixo.

§ 1º Nos hotéis as instalações sanitárias deverão ser na proporção mínima de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório para cada apartamento.

§ 2º Nos motéis, edificações com características horizontais, cada unidade de hospedagem deve ser constituída de, no mínimo, quarto e instalação sanitária, podendo dispor de uma garagem abrigo ou vaga para estacionamento.

Art. 53. A adaptação de qualquer edificação para sua utilização como hotel, motel, apart-hotel e congêneres terá que atender integralmente todos os dispositivos do presente Código.

Art. 54. Deverá ser previsto o local para embarque e desembarque de usuários, bem como estacionamento de veículos, segundo capítulo específico deste Código que trata dos estacionamentos.

Subseção III

Das Edificações Residenciais Coletivas

Art. 55. Edificações residenciais multifamiliares coletivas são aquelas nas quais as atividades residenciais se desenvolvem em compartimentos de utilização coletiva, como dormitórios, salões de refeições, sanitários comuns, podendo ser: internatos, pensionatos, asilos ou orfanatos, e congêneres.

CAPÍTULO II

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

Art. 56. As edificações não residenciais são aquelas destinadas a:

I – comércio, negócios e atividades profissionais;

II – uso industrial;

III – usos de saúde;

IV – estabelecimentos educacionais;

V – locais de reunião;

VI – usos especiais diversos.

SEÇÃO I

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, NEGÓCIOS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Art. 57. As unidades destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais são as lojas, salas e escritórios sendo que:

I – entende-se por loja o espaço destinado a comercialização de produtos;

II – entende-se por sala ou escritório o espaço destinado à prestação de serviços.

Art. 58. As edificações destinadas ao comércio em geral deverão obedecer aos seguintes requisitos quanto ao pé direito:

I – 3,00m. (três metros) quando a área do compartimento for de até 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

II – 3,50m. (três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento for superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados).

Art. 59. O hall das edificações comerciais, observará:

I – quando houver um só elevador, no mínimo 10,00m² (dez metros quadrados) e dimensão mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);

II – a área do hall aumentada em 30% (trinta por cento) por elevador excedente;

III – quando os elevadores se situarem no mesmo lado do hall, dimensão mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 60. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter sanitário:

I – acima de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados) da área total é obrigatória a construção de sanitários separados para os dois sexos, na proporção de um conjunto de sanitários a cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de área acrescida;

II – quando se tratar de um conjunto de lojas ou salas em um mesmo pavimento, poderá ser feito um agrupamento de instalações sanitárias, observado o inciso I deste artigo, devendo ser acrescido sanitário para portadores de necessidades especiais, em quantidade proporcional à área construída, conforme legislação vigente.

Art. 61. As galerias comerciais além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I – ter pé direito mínimo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

II – ter largura mínima igual 3,00m (três metros), para extensão de no máximo 15,00 m (quinze metros) e para cada 5,00 m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada em 10 % (dez por cento);

III – o hall de elevadores que se ligar as galerias não deverá interferir na circulação das mesmas.

Art. 62. Nas farmácias, os compartimentos destinados à guarda de drogas, aviamentos de receitas, curativos e aplicação de injeção, os pisos e as paredes deverão ter revestimento com material liso, resistente, lavável e impermeável até a altura de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. As farmácias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 63. Os açougues e peixarias deverão ter:

I – pisos e paredes em material resistente, durável e impermeável;

II – balcões com tampos impermeabilizados com material liso e resistente, providos de anteparo para evitar o contato do consumidor com a mercadoria;

III – instalações sanitárias compostas de vaso sanitário e lavatório.

Parágrafo único. Os açougues e peixarias, além do disposto neste artigo, deverão atender a legislação sanitária estadual.

Art. 64. Nos supermercados, mercados e estabelecimentos do gênero, além das normas municipais pertinentes, o acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios estarão sujeitos a normas de proteção à higiene e à saúde, dos órgãos estaduais e federais.

Art. 65. As edificações destinadas a comércio, serviços ou atividades profissionais deverão ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e normas específicas do Corpo de Bombeiros.

Subseção I

Dos Restaurantes, Bares, Cafés, Lanchonetes e Similares

Art. 66. As edificações tratadas nesta Subseção deverão observar, no que couber, as disposições da Seção I deste Capítulo, que trata das edificações comerciais.

Art. 67. Nos locais onde houver preparo, manipulação ou depósito de alimentos, os pisos e as paredes até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverão ser revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.

Art. 68. As salas de refeições não poderão ter ligação direta com os compartimentos sanitários.

Art. 69. Os compartimentos sanitários destinados ao público deverão estar adequados às normas de acessibilidade e obedecerem as seguintes condições:

I – para o sexo feminino, em áreas até 75,00m² (setenta e cinco metros quadrados), 1 (um) vaso sanitário e 1 (um) lavatório;

II – para o sexo masculino, em áreas de até 75,00m² (setenta e cinco metros quadrados) 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) mictório e 1 (um) lavatório.

Parágrafo único. Para cada área adicional de 75,00m² (setenta e cinco metros quadrados) deverão acrescer-se os implementos dos itens I e II deste artigo.

Subseção II

Das Oficinas Mecânicas

Art. 70. As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer as seguintes condições:

I - ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo;

II – ter pé direito mínimo de 3,00m (três metros), inclusive nas partes inferiores dos mezaninos;

III – ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações do artigo 60 deste Código;

IV - ter acessos e saídas devidamente sinalizados e sem barreiras visuais;

V – equipamentos prevenção de incêndio;

VI – local para depósito do lixo no interior do lote;

VII – áreas laterais fechadas com muros;

VIII – tratamento especial para resíduos, óleos e graxas, conforme legislação específica.

Art. 71. Nas edificações onde houver produção de ruídos intensos, estes deverão ser tecnicamente isolados não podendo haver propagação

de ruídos para o exterior, sendo respeitadas as determinações do Código de Posturas, Capítulo III - Do Bem Estar Público.

SEÇÃO II DAS INDÚSTRIAS

Art. 72. A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida em área previamente aprovada pela Municipalidade.

Art. 73. As edificações destinadas a indústrias em geral, fábricas e oficinas, deverão:

I – ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas de cobertura;

II – ter dispositivo de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações deste Código e do Corpo de Bombeiros;

III – ter 2 (dois) sanitários quando possuírem área superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados);

IV – quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes;

V – seus compartimentos quando tiverem área superior a 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), deverão ter pé direito mínimo de 3,20m (três metros e vinte centímetros).

Art. 74. Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

I – uma distância mínima de 1,00m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) pelo menos, quando houver pavimento superposto;

II – uma distância mínima de 1,00m (um metro) das paredes da própria edificação e 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das paredes das edificações vizinhas.

Art. 75. As edificações destinadas ao uso industrial, terão tratamento especial para os efluentes líquidos e gasosos, quando apresentarem características físico-químicas, biológicas ou bacteriológicas agressivas, obrigando-se as indústrias a esgotarem seus efluentes líquidos e/ou gasosos dentro dos padrões exigidos pela legislação Municipal, Estadual e Federal vigente.

§ 1º O tratamento de efluentes industriais mencionado neste artigo deverá estar instalado antes das indústrias novas começarem a operar e poderá ser comum a mais de uma indústria.

§ 2º O sistema de tratamento proposto, bem como memorial descritivo, planta e relatório de eficiência deverão ser apresentados ao órgão Estadual ou Federal competentes para análise e aprovação, e posteriormente à aprovação da Municipalidade.

§ 3º A Municipalidade poderá negar aprovação se entender que o sistema será inoperante ou aprovar em caráter temporário.

§ 4º Os despejos deverão ser emitidos em regime de vazão constante, principalmente durante o período de funcionamento da indústria.

§ 5º Os resíduos sólidos serão transportados para local designado pelo órgão de limpeza pública do Município, as expensas do proprietário da indústria.

§ 6º Nas indústrias a serem instaladas e nas indústrias existentes que passem a possuir lançamento de efluentes industriais, este deverá ser feito à montante de captação de água da própria indústria quando ambos se derem em cursos d'água.

Art. 76. Toda a indústria já instalada em que for constatado o lançamento de efluente líquido, sólido e/ou gasoso com carga considerada poluente, deverá apresentar dentro do prazo estipulado pela Municipalidade, sendo no máximo de 180 (cento e oitenta dias) podendo ser prorrogado por igual período e órgãos competentes, uma solução que satisfaça a condição infringida.

Art. 77. As edificações de que tratam esta seção nunca poderão ser construídas nos limites laterais. Deverão sempre estar recuadas pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das extremidades.

Art. 78. A construção de residência em lotes industriais, não altera o seu uso que é preferencialmente industrial, cabendo ao morador da residência, total adaptação ao uso industrial preferencial.

Parágrafo único. Só será permitida a construção de uma unidade de moradia para segurança.

SEÇÃO III DAS EDIFICAÇÕES PARA USOS DE SAÚDE

Art. 79. Consideram-se edificações para uso de saúde as destinadas à prestação de assistência médico-cirúrgica e social, com ou sem internamento de pacientes, podendo ser:

- I – hospitais;
- II – maternidades;
- III – clínicas, Laboratórios de Análises e Prontos-socorros;
- IV – postos de Saúde.

Art. 80. As edificações para uso de saúde deverão obedecer além das normas deste Código, as condições estabelecidas pelas legislações Federal, Estadual e Municipal pertinentes a matéria.

Art. 81. A edificação para posto de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população pertencente a um pequeno núcleo - deverá ter no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I – espera;
- II – guarda de material e medicamentos;
- III – atendimento e imunização;
- IV – curativos e esterilização;
- V – material de limpeza;
- VI – sanitário público e de funcionários;
- VII – acesso e estacionamento de veículos.

Art. 82. A edificação para centro de saúde - estabelecimento de atendimento primário, destinado à prestação de assistência médico-sanitária a uma população determinada, tendo como característica o atendimento permanente por clínicos gerais - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I – espera;
- II – sanitário público e de funcionários;
- III – registro e arquivo médico;
- IV – administração e material;
- V – consultório médico;
- VI – atendimento e imunização;
- VII – preparo de pacientes;
- VIII – curativos e reidratação;
- IX – laboratório;
- X – despensa para medicamentos;
- XI – esterilização e roupa limpa;
- XII – utilidade e despejo;
- XIII – serviços;
- XIV – acesso e estacionamento de veículos, dependendo do porte e conforme regulamento específico.

Art. 83. A edificação para clínica sem internamento - aquela destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com dois ou mais consultórios sem internamento - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

- I – recepção, espera e atendimento;
- II – acesso e circulação de pessoas;
- III – instalações sanitárias;

IV – serviços;

V – acesso e estacionamento de veículos;

VI – administração;

VII – material.

Art. 84. A edificação para clínica com internamento - destinada a consultas médicas, odontológicas ou ambas, com internamento e dois ou mais consultórios - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I – recepção, espera e atendimento;

II – acesso e circulação de pessoas;

III – instalações sanitárias;

IV – serviços;

V – acesso e estacionamento de veículos.

VI – administração;

VII – quartos ou enfermarias para pacientes;

VIII – serviços médico-cirúrgicos;

IX – material.

Art. 85. Os laboratórios de análises clínicas, edificações nas quais se fazem exames de tecidos ou líquidos do organismo humano, deverão ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I – recepção, espera e atendimento;

II – acesso e circulação de pessoas;

III – instalações sanitárias;

IV – coleta de Material;

V – laboratório propriamente dito;

VI – administração;

VII – serviços;

VIII – acesso e estacionamento de veículos.

IX – administração;

X – quartos ou enfermarias para pacientes;

XI – serviços médico-cirúrgicos;

XII – material.

Art. 86. A edificação destinada à fabricação ou manipulação de produtos farmacêuticos deverá ter, no mínimo, compartimentos para:

I – manipulação e fabricação;

II – acondicionamento;

III – laboratório de controle;

IV – embalagem de produto acabado;

V – armazenamento de produtos acabados e de material de embalagem;

VI – depósito de matéria-prima;

VII – instalações sanitárias;

VIII – serviços;

IX – Acesso e estacionamento de veículos;

X – armazenamento de resíduos.

Art. 87. A edificação para hospital - estabelecimento de saúde, de atendimento de nível terciário, de prestação de assistência médica em regime de internação e emergência nas diferentes especialidades médicas - deverá ter, no mínimo, compartimentos, ambientes ou locais para:

I – recepção, espera e atendimento;

II – acesso e circulação;

III – instalações sanitárias;

IV – serviços;

V – quartos ou enfermarias para pacientes;

VI – administração;

VII – serviços médico-cirúrgicos e serviços de análise ou tratamento;

VIII – ambulatório;

IX – acesso e estacionamento de veículos;

X – disposição adequada de resíduos hospitalares.

SEÇÃO IV

DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS

Art. 88. Os estabelecimentos educacionais, além das disposições da legislação Municipal cabível, obedecerão às condições estabelecidas pela legislação educacional.

Art. 89. Todo profissional responsável pela construção, reconstrução e/ou reforma de edificações destinadas ao ensino no que diz respeito à orientação da construção, deverá fazê-la preferencialmente de forma que as salas de aula, de leitura, salas ambiente, biblioteca e similares não tenham suas aberturas externas voltadas para o sul, e situadas na face da edificação que faça ângulo menor que 45º (quarenta e cinco graus) com a direção leste - oeste.

Parágrafo único. Quando as aberturas estiverem situadas entre os rumos nordeste e noroeste, deverão ser providas de elementos quebra-sol, exceto quando o beiral avançar 1,00m (um metro) no mínimo.

Art. 90. Todo estabelecimento de ensino deverá ter seus equipamentos, revestimentos interno e externo, instalações e mobiliários de material inócuo, a fim de garantir a segurança de seus usuários.

Subseção I

Das Salas de Aula, Salas Ambiente e Auditórios

Art. 91. Todo ambiente de ensino deverá proporcionar volume de ar equivalente a 4,00m³ (quatro metros cúbicos) por aluno.

Parágrafo Único. Quando o volume de ar por aluno for abaixo deste valor deverão ser adotadas soluções de ventilação cruzada.

Art. 92. As edificações destinadas a estabelecimentos escolares de qualquer natureza, deverão dispor de salas destinadas às aulas, correspondendo a cada aluno área não inferior a 1,30m² (um metro e trinta centímetros quadrados), excluídos os corredores, áreas de circulação interna e áreas destinadas a professores e equipamentos didáticos.

Art. 93. Na existência de salas destinadas à aula prática, especialmente de química, física e biologia, deverão as mesmas possuir dispositivos apropriados para refrigeração, circulação, renovação e filtração de ar.

Art. 94. As salas ambientes, quando existirem, deverão seguir as normas da ABNT, de acordo com os cursos a que se destinarem.

Art. 95. O pé direito mínimo das salas de aula em geral, nunca poderá ser inferior a 3,00m (três metros), com o mínimo, em qualquer ponto de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), incluindo vigas ou luminárias, devendo ser aumentado sempre que as condições de iluminação natural assim exigirem.

Art. 96. A iluminação das salas de aula em geral, será sempre natural, predominando a unilateral esquerda, não se dispensando a iluminação artificial para as condições climatológicas peculiares e para aulas noturnas.

§ 1º Quando houver necessidade de iluminação zenital, esta deverá corresponder a 25% (vinte e cinco por cento) de área do piso, devendo ser previstos elementos que evitem o ofuscamento.

§ 2º As aberturas nas paredes para iluminação natural, devem corresponder a uma área total mínima que atinja 30% (trinta por cento) da área do ambiente.

Art. 97. Os auditórios dos estabelecimentos de ensino terão área útil não inferior a 0,80m² (oitenta centímetros quadrados) por pessoa, observando-se ventilação adequada e perfeita visibilidade da mesa, quadros ou telas de projeção, para todos os espectadores.

Subseção II Das Condições de Circulação

Art. 98. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a área de circulação geral:

I – quanto aos corredores:

- a) largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para corredores e passagens de uso coletivo;
- b) nas áreas de circulação que servem às salas de aula deverá haver um acréscimo na largura de 0,20m (vinte centímetros) por sala, até o máximo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);
- c) acréscimo de 0,50m (cinquenta centímetros) por lado utilizado, caso seja instalado armário ou vestiário.

II – quanto às portas:

- a) as portas de comunicação dos ambientes com as circulações deverão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros);
- b) as portas de salas - ambientes deverão ser duplas com a largura total não inferior a 1,40m (um metro e quarenta centímetros);
- c) as aberturas de entrada e saída do estabelecimento deverão ter largura mínima de 3,00m (três metros).

III – quanto às escadas:

- a) terão passagem livre com altura não inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros).
- b) terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- c) o dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: $2E + P = 0,631964$ onde "E" é altura ou espelho do degrau e "P" é a profundidade do piso, obedecendo aos seguintes limites: altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,27m (vinte e sete centímetros);
- d) terão o piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;
- e) terão corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);
- f) terão seus lances retos números de degraus não superior a 10 (dez);
- g) terão patamares planos entre os andares, quando necessário, de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- h) terão corrimão intermediário para escadas com largura superior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), não ultrapassando as subdivisões de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de largura;
- i) terão iluminação natural, direta ou indireta;
- j) não apresentarão trechos em leques.

IV – quanto às rampas:

- a) serão construídas de material resistente e incombustível;
- b) terão passagens livres com altura não inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);
- c) terão largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);
- d) terão declividade não superior a 10% (dez por cento) do seu comprimento;

e) terão piso revestido com material antiderrapante e adequado à sua finalidade;

f) terão balaustre ou corrimão com altura de 0,85m (oitenta e cinco centímetros);

Parágrafo único. O acesso nos estabelecimentos de ensino deverá ser facilitado para deficientes físicos, mediante rampas ou planos inclinados de materiais especiais, conforme o estabelecido pela ABNT.

Subseção III

Das Instalações Sanitárias

Art. 99. Toda pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificações destinadas ao ensino de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às seguintes condições em relação às instalações sanitárias:

I – serão separadas por sexo, com acessos independentes;

II – ser dotada de bacias sanitárias em número correspondente, a no mínimo 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos e 1 (um) lavatório para cada 40 (quarenta) alunos;

III – os mictórios terão forma de cuba ou calha, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos, separados uns dos outros, por uma distância de 0,60m (sessenta centímetros);

IV – ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente até a altura de 2,00m (dois metros);

V – ter condições de ventilação permanente;

VI – ter pisos impermeáveis e resistentes;

VII – ter chuveiros na proporção de 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) alunos do grupo que utiliza os vestiários simultaneamente, quando for previsto a prática de esportes ou educação física;

VIII – ter banheiros para portadores de necessidades especiais, conforme legislação vigente;

IX – os “box” sanitários deverão ter largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) por 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) ou o equivalente em área para larguras maiores, com portas de largura não inferior a 0,60m (sessenta centímetros) e suspensa dos pisos deixando vãos livres de 0,15m (quinze centímetros) de altura na parte inferior e 0,30m (trinta centímetros), no mínimo, na parte superior.

Subseção IV

Das Cozinhas, dos Refeitórios, das Cantinas, das Lanchonetes e Congêneres

Art. 100. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino na parte correspondente a cozinhas, refeitórios, cantinas, lanchonetes e congêneres, além de atender às disposições regulamentares dos Decretos que dispõe sobre os Estabelecimentos Industriais, Comerciais, Agropecuários, de Alimentos e Bebidas, deverá obedecer ao seguinte:

I – apresentar, na cozinha as condições:

a) paredes revestidas com material liso, lavável resistente e impermeável, até o mínimo de 2,00m (dois metros) de altura;

b) forro de material adequado, podendo ser dispensado em caso de cobertura que ofereça proteção suficiente;

c) piso revestido com material resistente, liso, impermeável e lavável;

d) ventilação e iluminação de acordo com as normas fixadas no presente regulamento;

e) água potável;

f) lavatórios;

g) não haver comunicação direta da cozinha com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos.

II – apresentar despensa anexa à cozinha com paredes e pisos revestidos de material impermeável, resistente, lavável e aberturas com telas protetoras.

Subseção V

Dos Locais de Esporte e Lazer

Art. 101. Todo estabelecimento de ensino deverá atender às seguintes condições em relação a locais de recreio, esporte, parques infantis e congêneres:

I – ter área coberta para educação física e festividades com dimensões mínimas de 10,00m (dez metros) de largura e 3,50m (três metros

e cinquenta centímetros) de altura;

II – ter área descoberta para recreio e esporte com 3,00m² (três metros quadrados) a 5,00m² (cinco metros quadrados) por aluno e/ou quadra cimentada de 20,00m (vinte metros) por 30,00m (trinta metros);

III – ter zonas sombreadas e ensolaradas e protegidas de ventos frios;

IV – ter quadras orientadas para norte/sul.

Parágrafo único. As escolas ao ar livre, parques infantis e congêneres obedecerão às exigências deste código no que lhes forem aplicáveis, obedecendo às especificações contidas no regulamento referente a locais de lazer.

Art. 102. Nos estabelecimentos de ensino escolar é obrigatória a existência de local coberto para recreio, com área mínima de 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

SEÇÃO V DOS LOCAIS DE REUNIÃO E CASAS DE ESPETÁCULO

Art. 103. São considerados locais de reunião:

I – estádios;

II – auditórios, ginásios esportivos, centros de convenção e salões de exposição;

III – templos religiosos;

IV – cinemas;

V – teatros;

VI – parques Temáticos;

VII – circos;

VIII – feiras Livres;

IX – feiras de exposição permanentes;

X – piscinas públicas;

XI – boates e salões de dança.

Art. 104. As partes destinadas ao público, em geral, terão que prever:

I – circulação de acesso e de escoamento;

II – condições de perfeita visibilidade;

III – espaçamento entre filas e séries de assentos;

IV – locais de espera;

V – instalações sanitárias para ambos os sexos e portadores de necessidades especiais;

VI – lotação máxima fixada;

VII – acessibilidade a portadores de necessidades especiais;

VIII – segurança contra incêndio conforme a legislação vigente.

Subseção I

Dos Estádios, Auditórios, Ginásios Esportivos, Centros de Convenções, Salões de Exposições, Templos Religiosos, Cinemas e Teatros

Art. 105. Será assegurada, de cada assento ou lugar, perfeita visibilidade do espetáculo, o que ficará demonstrado através de curva de visibilidade.

Art. 106. O espaço entre duas filas consecutivas de assentos não será inferior a 0,90m (noventa centímetros) de encosto a encosto.

Art. 107. Os espaçamentos entre as séries, bem como, o número máximo de assentos por fila, obedecerá ao seguinte:

I – número máximo de 15 (quinze) assentos por fila;

II – espaçamento mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) entre as séries.

Parágrafo único. Não serão permitidas séries de assentos que terminem junto às paredes.

Art. 108. Deverá ser previsto local para parada de cadeira de rodas conforme determinado pela norma para eliminação de barreiras arquitetônicas para portadores de necessidades especiais editada pela ABNT.

Art. 109. Os estádios, além das demais condições estabelecidas por este código, obedecerão, ainda, às seguintes:

I – as entradas e saídas só poderão ser feitas através de rampas. Essas rampas, terão a soma de suas larguras calculadas na base de 1,40m (um metro e quarenta centímetros) para cada 1.000 (um mil) espectadores, não podendo ser inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

II – para o cálculo da capacidade das arquibancadas gerais serão admitidas para cada metro quadrado, 2 (duas) pessoas sentadas ou 3 (três) em pé.

Art. 110. os auditórios, cinemas, ginásios esportivos, salas de convenções e salões de exposições, obedecerão às seguintes condições:

§ 1º Quanto aos assentos:

I – atenderão a todas as condições estabelecidas nos artigos 107 a 109;

II – o piso das localidades elevadas se desenvolverá em degraus, com altura máxima de 0,20m (vinte centímetros) e profundidade mínima de 0,50m (cinquenta centímetros).

§ 2º Quanto às circulações e portas de acesso:

I – haverá sempre mais de uma porta de saída e cada uma delas não poderá ter largura inferior a 2,00 m (dois metros);

II – A soma das larguras de todas as portas de saídas equivalerá uma largura total correspondente 0,01m (um centímetro) por espectador;

III – o dimensionamento das portas de saídas independe daquele considerado para as portas de entrada;

IV – as portas de saída terão a inscrição Saída, sempre luminosa, e deverão abrir sempre para o exterior do recinto;

V – os corredores de acesso aos locais de reunião, deverão obedecer a largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada a assentos seja igual ou inferior a 500,00 m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área haverá um acréscimo de 0,05 m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

VI – as circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,10m (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares.

§ 3º Quanto às circulações de níveis diferentes:

I – quando o local de reunião ou salas de espetáculos estiver situado em pavimento que não seja térreo serão necessárias duas escadas no mínimo, que deverão obedecer às seguintes condições:

a) as escadas deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), para salas de até 100 (cem) lugares, e ser acrescidas de 0,10 (dez centímetros) por fração de 50 (cinquenta) lugares excedentes;

b) sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), devem ter patamares, os quais terão profundidade de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

c) as escadas não poderão ser desenvolvidas em caracol ou degraus em leque.

§ 4º Quanto à localidades elevadas:

I – o guarda corpo das localidades elevadas terá altura mínima de 1,10m (um metro e dez centímetros) .

II – as escadas poderão ser substituídas por rampas com no máximo 10% (dez por cento) de declividade, observadas entretanto, as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste Código.

§ 5º Quanto aos locais de espera:

I – o locais de espera para o público serão independentes das circulações com área equivalente, no mínimo, a 1,00m² (um metro quadrado)

para cada 10 (dez) espectadores no caso de cinemas e para cada 5 (cinco) espectadores, no caso de teatros, auditórios, centros de convenção e salões de exposição, considerando a lotação máxima.

§ 6º Quanto aos sanitários:

I – as instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo, com as seguintes proporções mínimas:

a) para o sanitário masculino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório e 1 (um) mictório para cada 50 (cinquenta) lugares;

b) para o sanitário feminino, 1 (um) vaso sanitário, 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) lugares;

c) sanitários para portadores de necessidades especiais, conforme legislação vigente;

d) para efeito de cálculo de número de pessoas serão consideradas, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00m² (um metro quadrado) por pessoa, referente a área efetivamente destinada às mesmas.

§ 7º Quanto a renovação e condicionamento do ar:

I – os auditórios com capacidade superior a 300 (trezentas) pessoas, possuirão obrigatoriamente, equipamentos de condicionamento de ar;

II – quando a lotação for inferior a 300 (trezentas) pessoas, bastará a existência de sistema de renovação de ar.

Art. 111. As paredes externas deverão possuir tratamento acústico de acordo com as normas da ABNT.

Art. 112. Os camarins dos teatros serão providos de instalações sanitárias privativas.

Subseção II

Dos Parques de Diversões

Art. 113. A armação e montagem dos parques de diversões atenderão as seguintes condições :

I – o material dos equipamentos será incombustível;

II – haverá obrigatoriedade de vãos de “entrada” e “saída” independentes;

III – a soma total da largura destes vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 500 (quinhentas) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada um;

IV – a capacidade máxima de público permitida no interior dos parques de diversões, será proporcional a uma pessoa para cada metro quadrado de área livre reservada a circulação;

V – os equipamentos devem estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;

VI – nenhum equipamento ou instalação de qualquer ordem poderá colocar em perigo os funcionários e o público;

VII – ter compartimentos sanitários.

Art. 114. Os interessados deverão apresentar ART da estrutura metálica quando houver, da parte elétrica, de montagem e da prevenção de incêndios para evitar riscos à população.

Parágrafo único. Os parques de diversões somente serão liberados para funcionamento após vistoria pelo Órgão Sanitário Municipal competente, demais órgãos municipais envolvidos e fiscais do Corpo de Bombeiros e se for o caso, da Polícia Civil e Militar.

Subseção III

Dos Circos e das Feiras de Exposições

Art. 115. A armação e montagem de circos e feiras de exposições atenderão as seguintes condições:

I – haverá obrigatoriedade de vãos de “entrada” e “saída” independentes;

II – a largura dos vãos de entrada e saída será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas não podendo, todavia, ser inferior a 3,00m (três metros) cada vão;

III – a largura das passagens de circulação será proporcional a 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, não podendo, todavia, ser inferior a 2,00m (dois metros);

IV – a capacidade máxima de espectadores permitida será proporcional a 2 (duas) pessoas sentadas, por metro quadrado de espaço destinado a espectadores;

V – a segurança de seus funcionários, artistas e do público, far-se-á conforme os incisos V e VI do art. 113 deste Código;

VI – deverá ser cumprido também o art. 114 deste Código;

VII – ter compartimentos sanitários;

VIII – os circos somente serão liberados para funcionamento após vistoria;

IX – apresentar ART do responsável técnico pela instalação e montagem da estrutura.

SEÇÃO VI DOS CEMITÉRIOS

Art. 116. Os cemitérios, deverão ser construídos em áreas elevadas, na contravertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento.

§ 1º Os projetos para implantação de cemitérios deverão ser dotados de drenagem de águas superficiais, bem como de um sistema independente para a coleta e tratamento do necrochorume.

§ 2º Os projetos para implantação de cemitérios, deverão atender ainda as exigências da legislação federal, estadual e municipal.

SEÇÃO VII DOS ABATEDOUROS

Art. 117. A área edificada do abatedouro deverá corresponder a área livre e ser proporcional a quantidade de animais abatidos.

Art. 118. O piso e as paredes deverão ter revestimento cerâmico.

Art. 119. Toda a carga e descarga de animais, bem como, a manutenção dos mesmos deverá acontecer dentro dos limites do lote.

Art. 120. As edificações destinadas a abatedouros deverão enquadrar-se também nas disposições do Código de Posturas, e atender as exigências de legislações específicas.

Art. 121. Os abatedouros deverão ser providos de local específico destinado a pré-lavação dos caminhões utilizados em suas atividades.

Art. 122. Serão exigidos sanitários e vestiários na proporção estabelecida pelo art. 60, deste Código.

CAPÍTULO III DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS DE USOS ESPECIAIS DIVERSOS

Art. 123 .Enquadram-se neste Capítulo as edificações destinadas a:

I – depósitos de explosivos, munições e inflamáveis;

II – depósitos de gás (GLP);

III – depósitos de armazenagem;

IV – postos de serviços e de abastecimento de veículos;

V – quartéis e Corpos de Bombeiros;

VI – penitenciária e casa de detenção;

VII – mobiliário urbano.

Art. 124. Todas as edificações citadas no artigo anterior, deverão observar as exigências quanto a estacionamento especificada neste Código e legislação correlata.

SEÇÃO I DOS DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, MUNIÇÕES E INFLAMÁVEIS

Art. 125. As edificações para depósito de explosivos e munições obedecerão as normas estabelecidas em regulamentação própria do Ministério do Exército, e para inflamáveis, as normas dos órgãos Federais e Estaduais competentes.

§ 1º Os locais para armazenagem de inflamáveis ou explosivos deverão estar protegidos com para-raios de construção adequada, a juízo da autoridade competente.

§ 2º Os depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ter afastamento mínimo de 200,00m (duzentos metros) de escolas, asilos, creches,

hospitais e residências, o qual será medido entre o ponto de instalação do depósito e o terreno dos citados.

§ 3º As edificações citadas neste artigo deverão ainda atender as exigências do Corpo de Bombeiros.

Art. 126. As edificações de que trata esta seção, só poderão ser construídas em zonas para esse fim destinadas, fora das zonas urbanizadas, a não ser, em casos especiais, em instalações militares.

Art. 127. O pedido de aprovação do projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo do produto, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo aparelho ou maquinário a ser empregado na instalação.

§ 1º São considerados como inflamáveis, para efeito da presente lei, os líquidos que tenham seu ponto de inflamabilidade acima de 93°C (noventa e três graus centígrados), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade em que possam inflamar-se em contato da chama.

§ 2º Para efeito desta lei, não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábrica de velas, sabões, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ou álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte em que estejam instalados.

SEÇÃO II DOS DEPÓSITOS DE GÁS (GLP)

Art. 128. Em todas as áreas de armazenamento de recipientes transportáveis de GLP, deverão ser observadas as condições de segurança da norma de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros e condições a seguir:

I – situar-se ao nível do solo, podendo dispor de plataforma para carga e descarga de viaturas e serem cobertas ou não;

II – quando coberta, a cobertura terá, no mínimo 3,00m (três metros) de altura e deverá ser sustentada por colunas de concreto armado ou metálicas ou paredes de alvenaria, construídas em lados opostos e dispondo de passagem ou portão, sendo que os demais lados poderão ser delimitados por tela de arame ou material similar;

III – toda a fiação elétrica existente a menos de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar embutida em eletrodutos e ter os interruptores do tipo blindado;

IV – todo o espaço existente a uma distância de 3,00m (três metros) do limite externo da área deverá estar livre de obstáculos naturais ou artificiais;

V – distar, pelo menos, 6,00m (seis metros) do alinhamento da via pública;

VI – distar, pelo menos, 10,00m (dez metros) de equipamentos e/ou aparelhos produtores de faísca, de chama ou de calor, assim como materiais diversos;

VII – distar, pelo menos, 12,00m (doze metros) de edificações circunvizinhas e/ou limite de terrenos contíguos;

VIII – distar, pelo menos, 20,00m (vinte metros) de locais de grande aglomeração de pessoas;

IX – possuir o piso plano, revestido com material que não apresente frestas, canaletas, rebaixos ou similares que possibilitem o acúmulo de GLP em caso de eventual vazamento;

X – não possuir qualquer pavimento acima ou abaixo do nível da área.

Art. 129. Toda a área do depósito deverá ser delimitada por cerca de arame, muro ou similar.

SEÇÃO III DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS MINERAIS E SERVIÇOS CORRELATOS

Subseção I Das Normas para Construção e Licenciamento

Art. 130. São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis e serviços correlatos:

I – postos de abastecimento;

II – postos de serviços;

III – postos de garagem.

§ 1º Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais, álcool etílico hidratado e

óleos lubrificantes.

§ 2º Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer as atividades previstas para Posto de abastecimento, oferece serviços de lavagem, lubrificação de veículos e outros serviços correlatos.

§ 3º Posto garagem é o estabelecimento que, além de exercer as atividades previstas para posto de abastecimento, oferece também áreas destinadas à guarda de veículos.

Art. 131. As instalações de abastecimento deverão distar, no mínimo 4,00m (quatro metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos dos lotes, observadas as exigências de afastamentos maiores contidas nas Leis do Plano Diretor, Tabela de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. As bombas de combustíveis não poderão ser instaladas nos passeios e logradouros públicos.

Art. 132. Os postos de serviços e abastecimento de veículos, só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para esse fim.

Art. 133. Nas edificações para postos de abastecimento de veículos, além das normas que lhes forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes a legislação sobre inflamáveis e no que couber, as referentes aos regulamentos de despejo industrial.

Art. 134. A autorização com prazo preestabelecido, para construção de postos será concedida pela Municipalidade, estudadas as características peculiares a cada caso.

Art. 135. Aos postos de abastecimento serão permitidas as seguintes atividades:

I – abastecimento de combustíveis;

II – troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;

III – comércio de:

a) acessórios e peças de pequeno porte e fácil reposição;

b) utilidades relacionadas com higiene e segurança dos veículos;

c) pneus, câmara de ar e prestação de serviços de borracharia;

d) jornais, revistas, mapas, roteiros turísticos e souvenirs;

e) lanchonete, sorveteria e restaurante.

Art. 136. Os postos de serviços, além das atividades previstas no artigo anterior, serão permitidos os seguintes:

I – lavagem e lubrificação de veículos;

II – serviço de troca de óleo;

III – outros serviços correlatos.

Art. 137. Aos postos garagens, além das atividades previstas no artigo 135 desta Subseção, serão permitidos:

I – guarda de veículos;

II – lojas para exposição.

Art. 138. Nas edificações, para postos de abastecimento de veículos além das normas que forem aplicáveis por este código, serão observadas as concernentes à legislação sobre inflamáveis.

Art. 139. Os postos de serviço e abastecimento deverão dispor de equipamentos contra incêndio, de conformidade com este Código, e demais normas aplicáveis.

Subseção II Das Instalações

Art. 140. As instalações para depósito de combustível de pessoas jurídicas que o tenham para consumo próprio deverão observar as disposições definidas por esta Subseção.

Art. 141. A limpeza, lavagem e lubrificação de veículos devem ser feitas em boxes isolados, de modo a impedir que a poeira e as águas sejam levadas para o logradouro ou neste se acumulem. As águas de superfície serão conduzidas para caixas de decantação separadas das

galerias, antes de serem lançadas na rede geral, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 142. As instalações para limpeza de carros, lubrificação e serviços correlatos não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de afastamento dos prédios vizinhos.

Parágrafo Único. Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00m (quatro metros) das divisas deverão os mesmos estarem em recintos cobertos e fechados nessas divisas.

Art. 143. Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I – as bombas deverão ficar recuadas no mínimo 6,00m (seis metros) das divisas laterais e 12,00m (doze metros) da via pública;

II – os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados, devendo ainda distar no mínimo 2,00m (dois metros) de qualquer parede da edificação e 5,00m (cinco metros) da via pública e divisas laterais.

§ 1º Se o pátio for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de 4,00m (quatro metros) de distância do alinhamento da rua.

§ 2º Quando o recinto de serviços não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser avivado por uma mureta com altura de 0,30m (trinta centímetros), com exceção das partes reservadas ao acesso e a saída dos veículos, os quais deverão ficar inteiramente livres.

Art. 144. Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão possuir instalações sanitárias com chuveiro para uso dos empregados.

§ 1º Deverão possuir instalações sanitárias para os usuários, separadas das instalações destinadas ao uso dos empregados.

§ 2º Os postos situados nas Rodovias Estaduais e Federais deverão ainda ter as instalações sanitárias para os usuários separadas por sexo.

Art. 145. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral, álcool etílico hidratado, combustíveis e serviços correlatos obedecerão as prescrições fixadas pela ABNT.

Art. 146. As instalações nos estabelecimentos de comércio varejista de combustível mineral e serviços correlatos obedecerão às prescrições fixadas pela ABNT, e mais as seguintes:

I – os tanques serão de fibra de vidro e instalados subterraneamente com afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) do alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos;

II – os tanques terão capacidade unitária máxima de 30.000 (trinta mil) litros e mínima de 10.000 (dez mil) litros;

III – a capacidade máxima instalada não poderá ultrapassar 120.000 (cento e vinte mil) litros;

IV – o tanque metálico subterrâneo destinado exclusivamente a armazenar óleo lubrificante usado, não computado no cálculo de armazenagem máxima, poderá ter capacidade unitária inferior a 10.000 (dez mil) litros respeitadas as demais condições deste artigo;

V – ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizada antes do lançamento no coletor de esgoto, obedecidas às normas do órgão competente.

Art. 147. Os estabelecimentos de comércio varejista de combustível, álcool etílico hidratado e serviços correlatos, são obrigados a manter:

I – suprimento de ar e água;

II – em local visível, o certificado de aferição fornecido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO

III – extintores e demais equipamentos de incêndio, observadas as prescrições dos órgãos competentes;

IV – espaço para instalação de telefone público;

V – perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente o público usuário consumidor;

VI – em lugar visível do estabelecimento, mapas e informações turísticas do Município;

VII – sistema de iluminação dirigida, foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências;

VIII – a área não edificada dos postos será pavimentada em concreto, asfalto, paralelepípedo ou similar, não tendo escoamento das águas de áreas de lavagem para os logradouros públicos;

IX – área coberta, com pé direito superior a 5,00m (cinco metros) na área de abastecimento, cuja cobertura se prolongará até as instalações administrativas;

X – área para estacionamento de veículos segundo este Código.

Art. 148. O requerimento para instalação de estabelecimento de comércio de combustível deverá ser acompanhado de planta de localização dos aparelhos, devidamente cotados.

Subseção III Da Localização

Art. 149. Somente serão aprovados projetos para a construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis e serviços na área urbana se atendidas as seguintes exigências:

I – rua possuir largura mínima de 12,00m (doze metros), incluindo passeio;

II – área do terreno não inferior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), para os postos localizados as margens das rodovias.

III – área de projeção da edificação não deverá ser inferior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e nem superior a 50% (cinquenta por cento) da área do terreno;

IV – distar no mínimo 200,00m (duzentos metros) de: escolas, creches, asilos, igrejas, clubes, hospitais e locais de grande concentração de pessoas.

Subseção IV Do Meio-Fio e Passeios

Art. 150. Quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 0,30 m (trinta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre o passeio.

Art. 151. O rebaixamento dos meios-fios para o acesso aos postos será executado mediante alvará a ser expedido pela Municipalidade.

Subseção V Do Alvará de Funcionamento

Art. 152. Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas neste Código sem que o requerente tenha o seu projeto de edificação aprovado pela Municipalidade.

Art. 153. As transgressões às exigências prescritas nesta Subseção sujeitarão os infratores à multa por infração, prevista por este Código, acrescida em 20% (vinte por cento) em caso de reincidência.

Art. 154. Não se aplicam as normas estabelecidas no presente Código, exceto o definido na Subseção IV, Seção III, deste Capítulo, aos estabelecimentos em funcionamento, na data de publicação desta.

Art. 155. Se a multa revelar-se inócua para fazer cessar a infração, o órgão competente poderá efetuar cassação de licença para localização do estabelecimento.

SEÇÃO IV MOBILIÁRIO URBANO

Art. 156. O mobiliário urbano deverá ser construído atendendo normas técnicas da ABNT, que trata da adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Parágrafo único. A instalação de equipamentos ou mobiliário de uso comercial ou de serviços, em logradouro público reger-se-á pelo Código de Posturas, obedecidos aos critérios de localização e uso aplicáveis a cada caso.

CAPÍTULO IV DAS EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 157. As edificações mistas são aquelas destinadas a abrigar as atividades de diferentes usos.

Art. 158. Nas edificações mistas onde houver uso residencial serão obedecidas as seguintes normas:

I – no pavimento de acesso e ao nível de cada piso, os halls, as circulações, horizontais e verticais, relativas a cada uso, serão obrigatoriamente independentes entre si;

II – os pavimentos destinados ao uso residencial serão agrupados continuamente horizontal ou verticalmente na mesma prumada;

III – as vagas de estacionamento serão separadas, sendo que no caso de uso misto com garagens ou estacionamentos com finalidade comercial, as vagas serão independentes e diferenciadas.

Parágrafo único. Será permitido o uso de um único acesso e uma única circulação vertical, quando não exceder a 4 (quatro) pavimentos, e as unidades residenciais estiverem localizadas nos últimos pavimentos, os quais deverão ter uso exclusivamente residencial.

TÍTULO IV DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

SEÇÃO I DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Art. 159. Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da ABNT.

Art. 160. Para efeito deste Código consideram-se "Materiais Incombustíveis": o concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pelas especificações da ABNT.

SEÇÃO II DO PREPARO DO TERRENO, ESCAVAÇÕES E SUSTENTAÇÃO DE TERRA

Art. 161. Todo movimento de terra, tais como, cortes, escavações, aterros e terraplanagens, será precedido de projetos específicos, executado por profissional habilitado, mediante autorização da Municipalidade.

Art. 162. Os proprietários de terrenos ficam obrigados a fixação, estabilização ou sustentação das respectivas terras ou de terceiros se colocadas em risco, por meio de obras e medidas de precaução contra erosão do solo, desmoronamento de terras, escoamento de materiais, detritos e lixo para as valas, sarjetas e canalizações, pública ou particular, e logradouros públicos.

Art. 163. Deverá ser observado ainda a Lei do Plano Diretor, do Parcelamento do Solo Urbano e Tabelas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e nos artigos que dispõe sobre o assunto.

Art. 164. A responsabilidade das obras efetuadas por máquinas de terraplanagem é exclusiva do proprietário do imóvel.

Art. 165. É expressamente proibida a abertura de ruas quando não previstas pelo Plano Diretor ou não pertencerem a projetos de loteamentos aprovados pela Municipalidade.

SEÇÃO III DAS FUNDAÇÕES

Art. 166. O projeto e execução de uma fundação, assim como as respectivas sondagens, o exame de laboratório, provas de carga e outras que se fizerem necessárias, serão feitas de acordo com as normas adotadas ou recomendadas pela ABNT e por profissionais devidamente habilitados.

SEÇÃO IV DAS ESTRUTURAS

Art. 167. O projeto e a execução de uma estrutura obedecerá às normas da ABNT.

Art. 168. A movimentação dos materiais e equipamentos necessários à execução de uma estrutura deverá ser sempre feita dentro do espaço aéreo delimitado pelas divisas do lote, ou em lotes de terceiros quando por eles autorizado.

Parágrafo único. Na impossibilidade do cumprimento do disposto neste artigo, a Municipalidade definirá a solução mais adequada.

Art. 169. O projeto estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:

- a) tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;
- b) tratar-se de área construída igual ou superior a 1000m² (um mil metros quadrados);
- c) seu entendimento se julgar necessário.

SEÇÃO V DAS PAREDES

Art. 170. As paredes, quando executadas em alvenaria com tijolos furados deverão respeitar as espessuras mínimas da ABNT:

Art. 171. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da ABNT, para os diferentes tipos de material utilizado.

Art. 172. Todas as paredes das edificações serão revestidas internamente de emboço e reboco.

Parágrafo único. O revestimento será dispensado:

- I – quando a alvenaria for convenientemente rejuntada e receber cuidadosamente acabamento;
- II – em se tratando de parede de concreto que haja recebido tratamento de impermeabilidade;
- III – quando convenientemente justificado no projeto;
- IV – quando for empregado tijolo a vista tratado;
- V – quando se tratar de outro material adequado para divisórias.

Subseção Única Das Paredes Cegas

Art. 173. Uma edificação quando construída nas divisas laterais do lote não poderá ocupar com parede cega da edificação mais de 75% (setenta e cinco por cento) do comprimento total da linha divisória.

§ 1º A área restante só poderá ser ocupada com muro.

§ 2º Executam-se do previsto neste artigo os casos permitidos na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 174. As paredes cegas que constituírem divisões entre habitações distintas, ou estejam nas divisas do lote deverão ter no mínimo 0,20 m (vinte centímetros) de espessura.

Parágrafo único. As espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam comprovadamente, no mínimo, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade, isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

SEÇÃO VI DAS COBERTURAS

Art. 175. As coberturas das edificações serão construídas com materiais que permitam perfeita impermeabilização.

Art. 176. Nas edificações destinadas a locais de reunião e trabalho, as coberturas serão construídas em material incombustível.

Art. 179. As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre os lotes vizinhos ou sobre o passeio.

SEÇÃO VII DAS PORTAS

Art. 178. As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, terão largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que se dá acesso, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria Seção:

- I – quando de uso privativo, a largura mínima será de 0,80m (oitenta centímetros);
- II – quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 0,01m (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando o mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo único. As portas de acessos a sanitários e banheiros, terão largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros).

SEÇÃO VIII DAS CIRCULAÇÕES EM UM MESMO NÍVEL

Art. 179. As circulações em um mesmo nível, de utilização privativa em uma unidade residencial ou comercial, terão largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) para uma extensão de até 6,00m (seis metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso.

Art. 180. Os corredores de utilização coletiva terão as seguintes dimensões mínimas:

- I – uso residencial - Largura Mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,05m (cinco centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;
- II – uso comercial - Largura Mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para uma extensão máxima de 10,00m (dez metros). Excedido esse comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (dez centímetros) na largura, para cada metro ou fração de excesso;
- III – o acesso aos locais de reunião, deverá obedecer a largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os locais cuja área destinada à assentos seja igual ou inferior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados). Excedida esta área, haverá um acréscimo de

0,05m (cinco centímetros) na largura para cada metro quadrado de excesso;

IV – nos hotéis e motéis, a largura mínima será de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) para uma extensão máxima de 15,00m (quinze metros). Excedido este comprimento, haverá um acréscimo de 0,10m (dez centímetros) na largura para cada metro ou fração;

V – as galerias de lojas comerciais terão a largura mínima de 3,00m (três metros) para cada extensão de no máximo 15,00m (quinze metros), para cada 5,00m (cinco metros) ou fração de excesso, essa largura será aumentada de 10% (dez por cento).

Subseção Única Dos Halls

Art. 181. O hall é o elemento de circulação que estabelece a conexão das circulações verticais com as de um mesmo nível e apresenta-se como:

I – hall do pavimento de acesso que faz conexão com o logradouro;

II – hall de cada pavimento.

Art. 182. Nos edifícios de uso comercial o hall do pavimento de acesso e o hall de cada pavimento deverão ter área proporcional ao mínimo de elevadores de passageiros e ao número de pavimentos da edificação. Essa área "S" deverá ter uma dimensão linear mínima "D", perpendicular às portas dos elevadores e que deverá ser mantida até o vão de acesso do hall.

Art. 183. As áreas e distâncias mínimas a que se refere o artigo anterior atenderão ao seguinte:

Hall do Pavimento de Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	8 m ² 2 m	10 m ² 2,5m	18 m ² 3m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	4 m ² 1,5 m	5 m ² 1,5m	9 m ² 1,8m

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Hall do Pavimento de Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	15 m ² 3 m	18 m ² 3m	25 m ² 3,5m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	8 m ² 2 m	9 m ² 2m	12 m ² 2,5m

10% (dez por cento) a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 184. Nos edifícios residenciais dotados de elevadores, o hall do pavimento de acesso poderá ter área igual a do hall de cada pavimento. Essa área "S2" e sua dimensão "D2" linear perpendicular às portas dos elevadores, não poderão ter dimensões inferiores às estabelecidas na seguinte tabela:

Hall Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	8 m ² 2 m	10 m ² 2,5m	18 m ² 3m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Até 8 Pavimentos	S D	3 m ² 1,5 m	6 m ² 1,5m	9 m ² 1,5m

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Hall Acesso	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	15 m ² 3 m	18 m ² 3m	25 m ² 3,5m
Hall de cada Pavimento	Número de Pavimentos		Número de Elevadores		
			1	2	3
	Acima de 8 Pavimentos	S D	6 m ² 2 m	10 m ² 2m	12 m ² 2m

10% a mais sobre os índices estabelecidos para 3 elevadores, para cada elevador acima de 3.

Art. 185. No caso das portas dos elevadores serem frontais umas às outras, as distâncias "D" e "D2" estabelecidas nos artigos 183 e 184, serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento).

Art. 186. Nos edifícios servidos apenas por escadas e/ou rampas, serão dispensados dos halls em cada pavimento e o hall de acesso não poderá ter largura inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 187. Nos edifícios, seja de uso residencial, seja de uso comercial, haverá, obrigatoriamente, interligação entre o hall de cada pavimento e circulação vertical, seja esta por meio de escada, seja por meio de rampas.

Art. 188. As dimensões mínimas dos halls e circulações estabelecidas nesta Seção e Subseção, determinarão espaços livres e obrigatórios, não sendo permitida a existência de qualquer obstáculo de caráter permanente ou transitório.

SEÇÃO IX DA CIRCULAÇÃO DE NÍVEIS DIFERENTES

Art. 189. Os elementos de circulação que estabelecem a ligação de dois ou mais níveis consecutivos são:

I – escadas;

II – rampas;

III – escadas rolantes;

IV – elevadores.

Subseção I Das Escadas

Art. 190. As escadas podem ser privativas quando adotadas para acesso interno das residências e de uso exclusivo de uma unidade autônoma ou coletiva quando adotadas para acesso às diversas unidades autônomas e acessos internos de uso comum.

Art. 191. As escadas de uso privativo, dentro de uma unidade familiar, bem como as de uso nitidamente secundário e eventual, como as de adega, pequenos depósitos e casas de máquinas, poderão ter sua largura reduzida para um mínimo de 0,70m (setenta centímetros).

Art. 192. As escadas de uso coletivo nas edificações em geral, terão largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e deverão ser construídas com material incombustível.

§ 1º Nas edificações destinadas a locais de reunião, o dimensionamento das escadas deverá atender ao fluxo de circulação de cada nível contíguo (superior ou inferior) de maneira que no nível de saída do logradouro haja sempre um somatório de fluxos correspondentes à lotação total.

§ 2º As escadas de acesso às localidades elevadas nas edificações que se destinam a locais de reunião deverão atender as seguintes normas:

I – ter largura mínima de 2,00m (dois metros);

II – o lance extremo que se comunicar com a saída deverá estar orientado na direção desta.

§ 3º Nos estádios as escadas das circulações dos diferentes níveis deverão ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para cada mil pessoas e nunca inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 4º Nas escadas de uso coletivo, sempre que o número de degraus consecutivos exceder de 16 (dezesesseis) será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 0,80m (oitenta centímetros) e com a mesma largura do degrau.

§ 5º Nas escadas circulares coletivas deverá ficar assegurada uma faixa de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de largura, na qual os pisos dos degraus terão as profundidades mínimas de 0,20m (vinte centímetros) e 0,40m (quarenta centímetros) nos bordos internos e externos, respectivamente.

§ 6º Os degraus de escadas de uso coletivo não poderão ser desenvolvidos em leques.

Art. 193. As dimensões dos degraus deverá satisfazer, em conjunto, a relação:
 $0,63\text{ m} < 2E + P < 0,64\text{m}$ onde "E" equivale a altura ou espelho e "P" a profundidade do piso obedecendo os seguintes limites:

I - a altura máxima do degrau será de 0,18m (dezoito centímetros) e a largura mínima será de 0,27m (vinte e sete centímetros) para escadas de uso coletivo;

II – para edificações unifamiliares, nas escadas de uso privativo, a altura máxima será de 0,195m (dezenove centímetros e meio) e largura mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros).

Art. 194. As escadas do tipo "marinheiro", "caracol" ou "leque" só serão acessos a torres, adegas, mezaninos, casa de máquinas, sobrelojas ou antepisos de uma mesma unidade residencial.

Art. 195. As escadas deverão oferecer passagem livre com altura nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros).

Art. 196. As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente corrimão (mesmo entre paredes) de ambos os lados, obedecendo aos requisitos seguintes:

I – manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,80m (oitenta centímetros) e 0,90m (noventa centímetros), acima da borda do piso dos degraus;

II – somente serão fixados pela sua face inferior;

III – terão largura mínima de 0,06m (seis centímetros);

IV – estarão afastados das paredes, no mínimo 0,04m (quatro centímetros).

Art. 197. Os edifícios com 04 (quatro) ou mais pavimentos deverão dispor de:

I – um saguão ou patamar de escada independente do hall de distribuição;

II – iluminação natural ou sistema de emergência para alimentação da iluminação artificial na caixa de escada.

Art. 198. As escadas deverão ainda observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros.

Art. 199. As escadas de uso coletivo deverão observar as exigências das normas da ABNT.

Subseção II Das Rampas

Art. 200. No emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as escadas.

Art. 201. As rampas para pedestres não poderão apresentar declividade superior a 12% (doze por cento).

§ 1º Se a declividade for superior a 6% (seis por cento), o piso deverá ser revestido com material antiderrapante e o corrimão prolongado em 0,30m (trinta centímetros) nos dois finais da rampa.

§ 2º As rampas para uso coletivo deverão possuir largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e possuir corrimão nos dois lados.

§ 3º As saídas e entradas das rampas de uso coletivo deverão ter patamar livre com diâmetro de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para acesso de portadores de necessidades especiais.

§ 4º As rampas deverão observar todas as exigências das normas pertinentes ao Corpo de Bombeiros, diferenciadas em função do número de pavimentos da edificação.

§ 5º Nenhuma porta poderá abrir de forma à obstruir o movimento nos patamares intermediários iniciais ou finais de uma rampa.

Art. 202. As rampas para acesso de veículos não poderão ter declividade superior a 30% (trinta por cento).

Subseção III Das Escadas Rolantes

Art. 203. As escadas rolantes estarão sujeitas às normas técnicas da ABNT e não serão computadas no cálculo do escoamento de pessoas da edificação, nem no cálculo de largura mínima das escadas fixas.

Subseção IV Dos Elevadores

Art.204. Qualquer edifício que contenha um número maior que 04 (quatro) pavimentos, contados o pavimento térreo e 03 (três) acima deste, deverá ser provido de elevador.

§ 1º O número de elevadores de cada prédio e sua capacidade deverá estar de acordo com as normas da ABNT em vigor na ocasião da aprovação do projeto pela Municipalidade, seja em relação ao seu dimensionamento, instalação ou utilização, cálculo, tráfego e intervalo de tráfego comprovados através de laudo emitido pelo responsável técnico da obra.

§ 2º O térreo contará como 02 (dois) pavimentos quando seu pé direito for superior a 6,00m (seis metros).

§ 3º Sempre que o pé direito por pavimento ultrapassar a 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) será contado como novo pavimento.

§ 4º As unidades situadas no último pavimento poderão deixar de ser servidas por elevador desde que o pavimento imediatamente inferior seja servido por, pelo menos, 1 (um) ou 2 (dois) elevadores, tendo aquelas unidades acesso direto aos mesmos elevadores.

§ 5º Nas edificações a serem construídas, acrescidas ou reconstruídas com previsão de subsolo, é obrigatório o assentamento de elevadores nos seguintes casos:

I – mais de 4 (quatro) pavimentos acima do nível do logradouro;

II – mais de 3 (três) pavimentos abaixo do nível do logradouro.

§ 6º Nos edifícios hospitalares, asilos e hotéis com mais de 2 (dois) pavimentos, será obrigatória a instalação de elevadores.

§ 7º Em unidades multifamiliares, a partir do segundo pavimento, será exigido espaço para elevador no projeto.

Art.205. Excluem-se do cálculo da altura para instalação do elevador :

I - as partes sobrelevadas destinadas à casa de máquinas, caixas de água, casa do zelador e áreas de lazer ou recreação;

II – o último pavimento quando de uso exclusivo do penúltimo ou ático.

Art. 206. Quando a edificação possuir mais de um elevador as áreas de acesso aos mesmos devem estar interligadas em todos os pavimentos.

Parágrafo único. Excluem-se desta exigência os elevadores digitados através de senha ou com usos diferenciados.

Art. 207. Será exigido elevador em edifício garagem sempre que ele for constituído de térreo com mais 03 (três) lajes.

§ 1º O subsolo deve ser servido mas não entra no cômputo geral.

§ 2º Somente será dado o desconto referido no parágrafo anterior a um nível de subsolo.

Art. 208. Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

SEÇÃO X DOS MEZANINOS

Art. 209. A construção de mezaninos ou jiraus só será permitida, quando satisfazer as seguintes condições:

I – não prejudicar as condições de iluminação e ventilação do compartimento onde for construído;

II – ter sua área adicionada para efeito de cálculo dos vãos de iluminação e ventilação à área do pavimento inferior (considerando-se o mezanino como compartimento habitável);

III – ocupar área de no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do compartimento a que serve;

IV – ter altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e deixar com essa mesma altura o espaço que ficar sob sua projeção no piso do compartimento onde for construído;

V – ter escada fixa de acesso e parapeito.

SEÇÃO XI DAS CHAMINÉS

Art. 210. A chaminé de qualquer natureza, em uma edificação terá altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou resíduos que possam expelir, não incomodem a vizinhança.

Parágrafo único. Independente da exigência do parágrafo anterior, ou no caso da impossibilidade de seu cumprimento, deverá ser obrigatória a instalação de aparelho fumívoro conveniente.

SEÇÃO XII DOS TAPUMES, ANDAIMES E TELAS DE PROTEÇÃO

Art. 211. Será obrigatória a colocação de tapume em toda a testada do lote, sempre que se execute obras de construção, reforma, ampliação ou demolição, nos seguintes casos:

I – para obras até 3,00m (três metros) do alinhamento dos logradouros públicos;

II – para todos os edifícios com mais de 2 (dois) pavimentos, qualquer que seja o afastamento.

III – para qualquer obra que, a critério da Municipalidade, ofereça perigo aos transeuntes.

§ 1º O tapume deverá ser mantido enquanto perdurarem as obras que possam afetar a segurança dos pedestres que utilizarem os passeios dos logradouros.

§ 2º O tapume de que trata este artigo deverá atender às seguintes normas:

I – a faixa compreendida pelo tapume não poderá ter largura superior à metade da largura do passeio (não computada a área do canteiro quando existir), nem exceder a 2,00m (dois metros);

II – quando for construído em esquinas de logradouros, as placas existentes indicadoras do tráfego de veículos e outras de interesse público, serão, mediante prévio entendimento com o órgão competente em matéria de trânsito transferidas para o tapume e fixadas de forma a serem bem visíveis;

III – a sua altura não poderá ser inferior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros) e terá bom acabamento;

IV – quando executado formando galerias para circulação de pedestres, será permitida a existência de compartimentos superpostos, como complemento da instalação do canteiro da obra, respeitada sempre a norma contida no inciso I deste parágrafo, desde que os limites destes compartimentos fiquem contidos até 0,50m (cinquenta centímetros) de distância do meio-fio.

Art. 212. Nas edificações afastadas mais de 3,00m (três metros) em relação ao alinhamento do logradouro, o tapume não poderá ocupar o passeio.

Art. 213. Os tapumes deverão apresentar perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos e garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes, sem prejuízo da completa eficiência de tais aparelhos.

Art. 214. Para as obras de construção, elevações, reparos e demolições de muros até 3,00m (três metros) não há obrigatoriedade de colocação de tapume.

Art. 215. Os tapumes deverão ser periodicamente vistoriados pelo construtor, sem prejuízo de fiscalização pela Municipalidade, a fim de ser verificada sua eficiência e segurança.

Art. 216. Durante a execução da obra será obrigatório a colocação de andaime de proteção do tipo “bandeja salva-vidas”, para edifícios de três pavimentos ou mais.

§ 1º Os andaimes terão que garantir perfeitas condições de segurança de trabalho para os operários, de acordo com a legislação federal que trata deste assunto.

§ 2º As “bandejas salva-vidas” constarão de um estrado horizontal de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura mínima com guarda-corpo até a altura de 1,00 m (um metro), este tendo inclinação aproximada de 135º (cento e trinta e cinco graus), em relação ao estrado horizontal.

Art. 217. No caso de emprego de andaimes mecânicos suspensos (Balancim), estes deverão ser dotados de guarda-corpo com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros), exceto Balancim tipo Cadeirinha que deverá ter corda guia com cinto paraquedista com sistema de trava quedas.

Art. 218. Após o término das obras ou no caso de sua paralisação por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, os tapumes deverão ser recuados até o alinhamento e os andaimes retirados.

Art. 219. Será obrigatório o uso de tela de proteção para construções acima de 2 (dois) pavimentos.

Art. 220. Os tapumes, andaimes e telas de proteção, além das normas estabelecidas nesta Seção, deverão atender o disposto no Código

de Posturas do Município de Seara.

SEÇÃO XIII DOS COMPARTIMENTOS

Subseção I Da Classificação

Art. 221. Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição no projeto.

Art. 222. Os compartimentos das edificações, conforme a sua utilização pelos seres humanos, são classificados em:

I – habitáveis;

II – não habitáveis.

Art. 223. Os compartimentos habitáveis são:

I – dormitório;

II – salas;

III – salas de aula, laboratórios didáticos, bibliotecas;

IV – laboratórios, enfermarias, ambulatórios e consultórios;

V – lojas e sobrelojas;

VI – salas destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais;

VII – locais de reunião.

Art. 224. Os compartimentos não habitáveis são:

I – salas de espera em geral;

II – cozinhas e copas;

III – banheiros e sanitários;

IV – circulações em geral;

V – garagens;

VI – frigoríficos e depósitos para armazenagem;

VII – vestiários de utilização coletiva;

VIII – câmaras escuras;

IX – casas de máquinas;

X – locais para depósito de lixo;

XI – área de serviço coberta;

XII – subsolo.

Art. 225. Compartimentos com outras destinações ou particularidades especiais serão classificados com base na similaridade com os usos listados nos artigos 223 e 224 e observadas as exigências de higiene, salubridade e conforto de cada função e atividade.

Subseção II Dos Requisitos Mínimos

Art. 226. Os compartimentos obedecerão aos limites mínimos para os seguintes elementos da construção:

I – área de piso;

II – dimensão mínima;

III – altura;

IV – vão de iluminação e ventilação;

V – vão de acesso.

Parágrafo único. Os limites mínimos dimensionados para cada tipo de utilização e referidos neste artigo, são estabelecidos nas tabelas desta subseção.

Art. 227. A dimensão estabelecida como altura mínima de um compartimento, quando houver rebaixamento de forro, ou forro inclinado, será aquela tomada pela média da altura máxima e mínima.

Art. 228. A subdivisão do compartimento, com paredes que cheguem até o teto será permitida quando os compartimentos resultantes atenderem, total e simultaneamente, a todas as normas deste Código no que lhes forem aplicáveis.

Art. 229. Os compartimentos habitáveis obedecerão às condições seguintes, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Permanentes

Compartimentos	Área	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
1 Dormitório ou Único	9,00	2,40	2,60	0,70
Demais Dormitórios	7,00	2,40	2,60	0,70
Salas	9,00	2,40	2,60	0,80
Lojas	25,00	3,00	3,00	0,80
Compartimentos	Área	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura dos Vãos (m)
Boxe e "Stands"	12,00	2,80	2,40	1,00
Salas Comerciais	15,00	2,80	3,00	0,80
Sobrelojas	12,50	2,80	2,40	0,80

§ 1º Os locais de reunião classificam-se como compartimentos habitáveis, apresentam características especiais de iluminação e ventilação, sendo os valores mínimos de suas áreas, alturas, diâmetros e vãos de acesso, definidos em função de normas específicas estipuladas por este Código.

§ 2º Os dormitórios não poderão ter comunicação direta com cozinha, despensa ou depósitos.

Art. 230. Os compartimentos não habitáveis obedecerão às seguintes condições, quanto às dimensões mínimas:

Dimensões Mínimas dos Compartimentos Transitórios

Compartimentos	Área (m²)	Dimensão Mínima (m)	Altura (m)	Largura Dos Vãos (m)
Cozinha	3,00	1,50	2,40	0,80
Banheiro	3,00	1,20	2,40	0,60
Lavabo	1,20	0,80	2,40	0,60
Área de Serviço	2,25	1,30	2,40	0,70
Circulações Cobertas	-	0,90	2,40	0,80
Garagens	12,00	2,40	2,40	2,50
Closed	-	1,30	2,40	0,60

§ 1º Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas, cozinhas e despensas destinadas à guarda de gêneros alimentícios.

§ 2º Quanto ao revestimento destes compartimentos, deverá ser observado o que segue:

I – as cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo do lixo terão paredes até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e o piso, revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos ou pintura impermeabilizante;

II – será permitido nas garagens, terraços e casas de máquinas o piso em cimento, devidamente impermeabilizado.

§ 3º As circulações de que trata este artigo referem-se ao uso interno das unidades residenciais.

SEÇÃO XIV

DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO**Subseção I****Da Iluminação e Ventilação das Edificações**

Art. 231. Os prismas externos de iluminação e ventilação terão suas faces verticais definidas:

I – pelas paredes externas da edificação;

II – pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote;

III – pelas paredes externas da edificação e divisa ou divisas do lote e linha de afastamento (quando esta existir);

IV – pelas paredes da edificação e linha de afastamento (quando esta existir).

Art. 232. As dimensões da seção horizontal dos prismas a que se referem esta seção terão que ser constantes em toda altura da edificação.

Art. 233. As Seções horizontais mínimas dos prismas a que se refere esta Seção serão proporcionais ao número de pavimentos, conforme tabela:

Dimensões Mínimas das Seções Horizontais dos Prismas ao Nível do Último

Número de Pavimentos	Prisma de Iluminação e Ventilação		Prisma de Ventilação (Interno)	
	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)	Área Mínima (m²)	Círculo Insc. Mín. (m)
Até 02	4,20	1,50	1,20	0,90
Até 03	4,90	1,75	1,20	0,90
Até 04	5,60	2,00	1,30	1,00

Parágrafo Único. As dimensões mínimas da Tabela deste artigo são válidas para as alturas de compartimentos de até 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros). Quando essas forem superiores a 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) para cada metro de acréscimo na altura do compartimento, as dimensões mínimas estabelecidas neste artigo serão aumentadas de 5% (cinco por cento).

Subseção II**Da Iluminação e Ventilação dos Compartimentos**

Art. 234. Todos os compartimentos deverão ter comunicação com o exterior podendo ser:

I – direta - onde a ventilação e a iluminação acontecem diretamente com o exterior, através de prisma de iluminação e ventilação externo ou não;

II – indireta - onde a ventilação ou a iluminação acontecem através de um outro compartimento, duto mecânico ou prisma de iluminação e ventilação interno.

Art. 235. Os compartimentos habitáveis definidos nesta seção, deverão possuir vãos de iluminação de forma direta.

Art. 236. Os compartimentos não habitáveis poderão receber ventilação e iluminação de forma indireta.

Parágrafo Único. As cozinhas poderão receber iluminação e ventilação de forma indireta através de uma área de serviço.

Art. 237. Somente poderão comunicar-se com o exterior com dutos de ventilação, os seguintes compartimentos:

I – habitáveis:

a) auditórios e centros de convenção;

b) cinemas;

c) teatros;

d) salas de exposições;

e) boates e salões de danças;

f) bancos e lojas comerciais.

II - não habitáveis:

- a) circulações;
- b) banheiros, lavatórios e instalações sanitárias;
- c) salas de espera em geral;
- d) subsolos.

Parágrafo único. Os locais de reunião mencionados neste artigo deverão prever equipamentos mecânicos de renovação ou condicionamento de ar, quando se comunicarem com o exterior através de dutos horizontais ou verticais.

Art. 238. Os vãos de iluminação e ventilação quando vedados, deverão ser providos de dispositivos que permitam a ventilação permanente dos compartimentos.

Art. 239. Quando a ventilação e/ou iluminação se derem de forma indireta deverá ser observado:

- I – quando duto, inscrição de um círculo livre de no mínimo 0,70m (setenta centímetros) em seu interior;
- II - Quando compartimento não habitável, atendimento de 1/8 (um oitavo) de área a ventilar e iluminar do compartimento a que serve;
- III - Quando duto mecânico, de eficiência comprovada e controlada.

§ 1º Os dutos verticais para ventilação, deverão ainda, ter revestimento interno liso sem comportar cabos, canalizações, estrangulamento da seção por elementos estruturais e tubos de queda.

§ 2º Os dutos horizontais de ventilação deverão ainda:

- I – ter proteção contra alojamento de animais;
- II – ter abertura mínima para o exterior igual à sua seção;
- III – ter altura mínima de 0,20 m (vinte centímetros);
- IV – ter comprimento máximo de 6,00 m (seis metros), exceto no caso de abrir para o exterior em extremidades opostas.

Art. 240. O vão que ventila um terraço coberto terá sua largura igual a dimensão desse terraço, adjacente ao prisma de ventilação que com ele se comunica. A largura mínima desse vão será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e sua altura não poderá ser inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 241. Nenhum vão de iluminação ou duto de ventilação que se comunique com o exterior, através de terraços cobertos, poderá distar-se mais de 2,00m (dois metros) dos limites da largura estabelecida pelo artigo anterior.

Art. 242. Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando pontos de compartimentos que dele distem mais de duas vezes e meia o valor da altura desse compartimento, quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação ou só de ventilação.

Art. 243. A soma total das áreas dos vãos de iluminação de um compartimento, assim como a seção dos dutos de ventilação, terão seus valores mínimos expressos em fração desse compartimento, conforme tabela seguinte:

Compartimento	Vãos que se Comunicam Diretamente com Exterior	Comunicação Através dos Dutos - Seção Mínima
Habitáveis	1/6	+ 25%
Não Habitáveis	1/8	1/6

+ Variável, compatível com o volume de ar a renovar ou condicionar.

Parágrafo único. Nenhum vão destinado a iluminar um compartimento poderá ter área inferior a 0,20m² (vinte centímetros quadrados), quaisquer que sejam as características dos prismas de iluminação e ventilação, ou só de ventilação.

SEÇÃO XV DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA

Art. 244. Toda edificação deverá possuir pelo menos um reservatório de água própria.

Parágrafo único. Nas edificações em mais de uma unidade independente que tiverem reservatórios de água comum, o acesso aos mesmos e ao sistema de controle de distribuição, se fará obrigatoriamente através de partes comuns.

Art. 245. Os reservatórios de água serão dimensionados pela estimativa de consumo mínimo de água por edificação, conforme norma

técnica da ABNT.

Art. 246 . Os reservatórios deverão possuir:

I – cobertura que não permita a poluição da água;

II – torneira boia que regule automaticamente a entrada de água no reservatório;

III – extravasor (ladrão) com diâmetro superior ao tubo alimentador, com descarga em um ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira boia;

IV – canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório.

Art. 247. Será adotado reservatório inferior (cisternas) quando as condições de abastecimento do órgão distribuidor forem insuficientes para que a água atinja o reservatório superior.

§ 1º As cisternas deverão ser construídas com paredes impermeabilizadas e com todas as demais condições para evitar a contaminação da água.

§ 2º. As cisternas serão obrigatórias nas novas construções na Macrozona de Expansão Urbana Industrial (MEUI) e na Zona Industrial (ZIP), conforme Tabela de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, constante da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 248. Quando instalados reservatórios inferior e superior, o volume de cada um será, respectivamente de 60 % (sessenta por cento) e 40 % (quarenta por cento) do volume total calculado.

Art. 249. Os motores e/ou bombas de recalque não poderão emanar ruídos que prejudiquem, principalmente no horário noturno, populações vizinhas.

CAPÍTULO II DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 250. As instalações e equipamentos abrangem os conjuntos de serviços complementares executados durante a construção de um edifício, os quais deverão ser projetados, calculados e executados visando a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas e especificações da ABNT, salvo os casos previstos nas Seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código.

Art. 251. Este Capítulo trata das instalações e equipamentos:

I – de águas pluviais;

II – de sistemas hidráulico-sanitários;

III – de gás canalizado;

IV – de energia elétrica;

V – de distribuição interna da rede telefônica;

VI – de antenas de televisão;

VII – de depósito de lixo;

VIII – da extinção de incêndios.

IX – dos para-raios;

X – de condicionamento ambiental;

XI – de insonorização.

Parágrafo único. As entradas, tomadas e dimensões das instalações prediais referidas no caput deste artigo, deverão obedecer às normas técnicas exigidas pelas concessionárias locais.

SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 252. O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas para as galerias de águas pluviais, essas águas poderão ser conduzidas para outro local adequado, após a aprovação pela Municipalidade.

§ 2º As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais (quando existirem) correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º A ligação será concedida a título provisório, cancelável a qualquer momento pela Municipalidade, caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

§ 4º Nos lotes devidamente registrados no Registro de Imóveis e cujas vias de circulação são patrimônio do município, as despesas com escoamento pluvial da referida via de circulação correrão por conta da Municipalidade.

Art. 253. Nas edificações construídas no alinhamento, as águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas por meio de calhas e condutores.

Parágrafo Único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio.

Art. 254. As novas construções, poderão apresentar projeto e execução de captação e armazenamento de águas pluviais por meio de reservatórios (cisternas).

Art. 255. Não será permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos Cloacal.

Art. 256. As águas provenientes das coberturas e dos aparelhos de ar condicionado serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságue sobre lotes lindeiros ou no passeio da via de circulação.

SEÇÃO II DAS INSTALAÇÕES HIDRAÚLICO-SANITÁRIAS

Art. 257. Todas as edificações em lotes com testada para logradouros que possuam redes de água potável e de esgoto, deverão, obrigatoriamente servir-se dessas redes.

Art. 258. Quando não existir rede de abastecimento de água na via pública, a edificação deverá possuir poço adequado para seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas servidas.

Art. 259. Quando não existir rede de esgotamento sanitário na via pública, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica e filtro, cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro) ou outra forma de tratamento mais adequado, levando-se em consideração a capacidade de absorção do solo, bem como o nível do lençol freático existente.

Art. 260. Será exigido fossa séptica e para tal, o efluente poderá ser tratado através de:

I – sumidouro;

II – vala de infiltração;

III – vala de filtração;

IV – filtro anaeróbio;

V – alternativa tecnicamente aceita e de conhecimento científico quanto a rendimento e confecção.

Parágrafo único. Os novos loteamentos deverão ter tratamento coletivo do esgotamento sanitário, caso não passe no local rede coletora de esgoto municipal.

Art. 261. Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório, uma pia de cozinha que deverão ter tratamento conforme as Normas Técnicas exigem.

Parágrafo Único. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos de lavagem para sua perfeita limpeza.

Art. 262. Todos os aparelhos sanitários deverão ter superfície lisa e serem facilmente laváveis.

Art. 263. Os compartimentos sanitários terão uma caixa auto-sifonada provida de inspeção, que receberá as águas servidas dos lavatórios, bidês, banheiras e chuveiros, não podendo estes aparelhos ter comunicação com as tubulações dos vasos e mictórios.

Parágrafo único. Será obrigatório o uso de tubo de ventilação nos vasos sanitários e mictórios, com diâmetro mínimo de 40mm (quarenta milímetros).

Art. 264. Deverá ser elaborado teste de percolação do solo visando definir a capacidade de absorção do mesmo nas diferentes regiões da área urbana, para a indicação da medida correta no que se refere a tratamento de dejetos.

Art. 265. Toda tubulação de esgoto em contato com o solo deverá ser feita com PVC, manilhas cerâmicas ou material equivalente.

Art. 266. Em edificações com mais de um pavimento os ramais de esgoto serão ligados à rede principal por canalização vertical (tubo de

queda).

Parágrafo único. Os ramais de esgoto dos pavimentos superiores e de tubo de queda deverão ser de material impermeável, resistente e com paredes internas lisas, não sendo permitido o emprego de manilhas cerâmicas.

Art. 267. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de acordo com as normas da ABNT.

Art. 268. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário "in natura".

Art. 269. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (Habite-se) deverá ser antecedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixado a descoberto afim de comprovação da solução exigida pela Municipalidade.

SEÇÃO III DA INSTALAÇÃO DE GÁS CANALIZADO

Art. 270. A instalação de equipamento de distribuição interna de gás canalizado obedecerá ao disposto nas normas técnicas oficiais em vigor no país, bem como as normas de segurança contra incêndio da ABNT.

§ 1º É obrigatória a instalação de chaminés para descarga dos gases de combustão dos aquecedores a gás.

§ 2º Nos edifícios sem instalação central de gás, os compartimentos que possuem botijões de gás destinados a fogões e aquecedores deverão ter ventilação natural.

Art. 271. Nas edificações com obrigatoriedade de instalação de Central de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - tipo de instalação em que os recipientes são situados num ponto centralizado e o gás é distribuído através de tubulações, medidores, posição (construção) de instalação, recuos, ventilação, sinalização e demais equipamentos de segurança necessários, deverão atender as normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO IV DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Art. 272. A instalação dos equipamentos de distribuição de energia elétrica nas edificações estará sujeita às normas da ABNT e regulamentação específica da concessionária local de energia.

SEÇÃO V DAS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA DA REDE TELEFÔNICA

Art. 273. A instalação de equipamentos da rede telefônica estará sujeita às normas da concessionária local de telefonia.

Art. 274. Salvo nas edificações residenciais unifamiliares, nas quais é facultativo, em todas as demais é obrigatória a instalação de tubulações e caixas para serviços telefônicos.

§ 1º Em cada unidade autônoma, haverá no mínimo, instalação de tubulações para um aparelho.

§ 2º A tubulação para serviços telefônicos não poderá ser utilizada para outro fim.

SEÇÃO VI DAS INSTALAÇÕES PARA DEPÓSITO DE LIXO

Art. 275. Toda edificação, independente de sua destinação deverá ter local apropriado, desimpedido e de fácil acesso com capacidade adequada e suficiente para acomodar os diferentes componentes do resíduo sólido, obedecendo as normas estabelecidas pela autoridade competente.

Art. 276. Nas edificações multifamiliares e mistas, haverá local para depósito de lixo situado no térreo ou subsolo para acondicionamento geral.

§ 1º O depósito coletor de lixo deverá ter acesso direto da rua por passagem de dimensão mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura, e 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de altura e atender as normas estabelecidas neste Código.

§ 2º O depósito coletor geral deverá ter área mínima de 3,00m² (três metros quadrados).

3º É proibida a utilização de tubos de queda para eliminação do lixo.

Art. 277. Não será permitida a colocação de suporte para lixo sobre os passeios públicos.

Parágrafo Único. O suporte para colocação de lixo deve ser alocado sempre dentro do lote, no alinhamento, ou em reentrâncias criadas para este fim.

Art. 278. Os resíduos sólidos depois de recolhidos serão depositados em local ou locais indicados pela Municipalidade.

Art. 279. Conforme a natureza e volume do lixo ou resíduos sólidos, serão adotadas medidas especiais para sua remoção, obedecendo as normas estabelecidas pela Municipalidade, nos termos da regulamentação específica.

§ 1º Serão proibidos incineradores de resíduos sólidos em edificações residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

§ 2º Os compartimentos destinados a incineração de resíduos hospitalares e congêneres deverão obedecer as normas específicas estabelecidas pelo órgão competente para sua construção e operação.

Art. 280. Toda edificação destinada à instalação de indústria poluente ficará obrigada à implantação de medidas para eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição com o reaproveitamento de resíduos e subprodutos, obedecida a regulamentação pertinente.

Art. 281. Nos locais onde não houver coleta de lixo pela Municipalidade cada residência deverá apresentar uma solução individual para o lixo, sempre considerando a distância mínima recomendável de poços de abastecimentos de água da própria residência, como também de outras unidades, no que se refere ao isolamento dos resíduos e contaminação das águas subterrâneas.

SEÇÃO VII DAS CAIXAS RECEPTORAS DE CORRESPONDÊNCIA

Art. 282. Nos edifícios residenciais, com mais de um pavimento e que não disponham de portaria, é obrigatória a instalação de caixas individuais para o depósito de objetos de correspondência.

Art. 283. Nos estabelecimentos bancários, hospitalares e de ensino, empresas industriais e comerciais, escritórios, repartições públicas, associações e outros edifícios não residenciais de ocupação coletiva, deve ser instalado, obrigatoriamente, local destinado ao recebimento de objetos de correspondência.

Art. 284. As caixas receptoras de correspondências serão instaladas nos muros, nos portões ou grades dos imóveis ou ainda, suportadas em pedestais, necessariamente em locais facilmente acessíveis da rua, evitando-se sua instalação em lugares onde forem de difícil acesso do carteiro.

SEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS

Art. 285. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 286 Em qualquer caso, deverão ser atendidos os detalhes construtivos e colocação de peças especiais do Sistema Preventivo de Incêndio de acordo com as normas e padrões fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 287. Independente das exigências deste Código, em relação à instalações preventivas de incêndio os edifícios existentes destinados à utilização coletiva, tais como escolas, hospitais, hotéis, motéis, casas de diversão, fábricas, grandes estabelecimentos comerciais e outros, ficam sujeitos a adotar em benefício da segurança do público, as medidas que forem julgadas convenientes pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO IX DOS PARA-RAIOS

Art. 288. Será obrigatória a instalação de para-raios, conforme as normas estabelecidas pela ABNT e pelo Corpo de Bombeiros, nas edificações com 4 (quatro) ou mais pavimentos ou área construída superior a 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), além das seguintes:

I – aquelas que reúnam grande número de pessoas;

II – fábrica ou depósitos de explosivos ou inflamáveis;

III – torres e chaminés elevados em edificações isoladas e expostas.

Parágrafo Único. O sistema de para-raios, deve ser parte integrante do projeto das instalações elétricas, contendo sua especificação, localização, área de atuação e aterramento.

Art. 289. A fiscalização da correta execução da instalação de para-raios será feita pelo Corpo de Bombeiros ou pela Municipalidade.

SEÇÃO X CONDICIONAMENTO AMBIENTAL

Art. 290. A instalação do equipamento de condicionamento de ar está sujeito às normas técnicas oficiais.

Art. 291. É obrigatória a canalização dos fluidos condensados nos aparelhos de ar condicionado e similares, quando voltados para as vias

ou logradouros públicos.

Parágrafo único. A canalização deverá ser compatível com a potência do equipamento, podendo ser aparente, conectada por tubos de queda ou às galerias de águas pluviais ou ainda lançadas nas sarjetas, por sob o passeio.

SEÇÃO XI INSONORIZAÇÃO

Art. 292. As edificações deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem estar público ou particular, com sons ou ruídos de qualquer natureza, que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pela legislação específica.

Parágrafo único. Instalações causadoras de vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico para prevenir incômodos a vizinhança.

CAPÍTULO III DOS COMPLEMENTOS DA EDIFICAÇÃO

SEÇÃO I DA VEDAÇÃO DE TERRENOS NO ALINHAMENTO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 293. São considerados vedações no alinhamento predial dos logradouros públicos, os muros, muretas, gradis, floreiras, cercas vivas, ou qualquer outro elemento que defina o alinhamento predial do imóvel.

§ 1º O muro, elemento construtivo situado no alinhamento predial do terreno, executado com material que vede a visão, terá altura máxima 2,00m (dois metros) em relação ao nível do passeio, à exceção do muro de arrimo, que poderá ter altura necessária para sustentar desnível de terra entre o alinhamento do logradouro e o terreno a ser edificado.

§ 2º Os gradis poderão ter altura superior a 2,00m (dois metros).

§ 3º A vedação acima do muro de arrimo terá altura máxima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), quando em material que vede a visão, podendo ter altura superior quando for gradil.

§ 4º A mureta, muro baixo, com altura de 0,40m (quarenta centímetros), construído em geral para anteparo ou proteção.

Art. 294. Em terrenos com edificações de uso residencial é facultativo a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos e nas divisas laterais, na faixa do recuo frontal, devendo o recuo ser ajardinado.

Art. 295. Em terrenos com edificações de uso não residencial é obrigatória a construção de vedação no alinhamento dos logradouros públicos, exceto no caso em que o recuo obrigatório seja totalmente ajardinado com tratamento paisagístico, e com acessos de veículos e pedestres definidos, de forma a não permitir a utilização desta área para qualquer atividade.

Art. 296. Em terrenos sem vedação, as divisas e o alinhamento do logradouro público deverão ser demarcados com elementos que permitam a identificação de todos os seus limites.

Art. 297. Em casos especiais, envolvendo segurança pública, a altura e o tipo de vedação serão definidos pelos órgãos competentes da Municipalidade.

SEÇÃO II DOS MEIOS-FIOS, CALÇADAS E PASSEIOS

Art. 298. Fica limitada a 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), por setor rebaixado, a extensão do rebaixamento do meio fio para acessos e saídas de veículos.

§ 1º O rebaixamento do meio-fio só acontecerá nas áreas de acesso aos lotes e nas faixas de travessia de pedestres.

§ 2º O meio-fio das calçadas deverá ser rebaixado com rampa ligada a faixa de travessia de pedestres, visando propiciar às pessoas portadoras de necessidades especiais melhores condições de circulação urbana.

Art. 299. Os meios-fios e calçadas serão rebaixados da seguinte forma:

Parágrafo único. Nas esquinas, rebaixamento em rampa com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), feita na direção das faixas de pedestres, formando um refúgio de proteção com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

Art. 300. É obrigatória a construção e reconstrução, pelos proprietários dos terrenos edificados ou não, das calçadas de logradouros dotados de meio-fio, em toda a extensão das testadas.

Art. 301. A calçada em logradouro público, na frente de terrenos edificados ou não, obedecerá ao padrão definido pelo órgão competente e às seguintes disposições:

I – não poderá ter degraus ou rampas de acesso às edificações;

II – deverá ser plano do meio-fio até o alinhamento, ressalvada a inclinação de 2 % (dois por cento) para o escoamento das águas pluviais;

III – deverá ser revestido com material antiderrapante.

Art. 302. Os casos omissos nesta Seção, bem como, o rebaixamento do meio-fio em áreas comerciais, industriais e outros, deverão ser estudados pelo órgão competente da Municipalidade, mediante apresentação de projeto pelo requerente.

Art. 303. Nos casos de inobservância do que trata o artigo 300, a Municipalidade fará a notificação ao proprietário, para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda a regularização.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo, sem que sejam tomadas as devidas providências pelo proprietário, a Municipalidade executará a obra, sendo que os custos da referida execução serão cobrados do proprietário do imóvel.

SEÇÃO III DOS AFASTAMENTOS E AVANÇOS

Art. 304. Os afastamentos das edificações deverão estar de acordo com o disposto na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V – Tabela I.

SEÇÃO IV DAS MARQUISES E SALIÊNCIAS

Art. 305. A construção de marquises, na fachada das edificações obedecerá as seguintes condições:

I – serem em balanço;

II – a face extrema do balanço deverá ficar afastada da prumada do meio-fio 0,30m (trinta centímetros);

III – ter altura mínima de 3,00m (três metros) acima do nível do passeio, podendo a Municipalidade indicar a cota adequada, em função das marquises existentes na mesma face de quadra;

IV – permitir o escoamento das águas pluviais exclusivamente para dentro dos limites do lote através de condutores, e encaminhados à sarjeta sob o passeio;

V – não prejudicar a arborização e iluminação pública, assim como não ocultar placas de nomenclatura ou numeração;

VI – serem construídas em toda a extensão da quadra de modo a evitar qualquer solução de descontinuidade entre as diversas marquises contíguas.

Parágrafo único. Entende-se por marquise somente o avanço da laje que cobre parte do passeio e não do avanço do corpo da edificação (podendo sobre as mesmas ser locadas floreiras).

Art. 306. As fachadas dos edifícios, quando construídos no alinhamento predial, poderão ter sacadas, floreiras, caixas para ar condicionado e brises, se:

I – estiverem acima da marquise;

II – o escoamento das águas pluviais for exclusivamente dentro dos limites do lote através de condutores embutidos e encaminhados à sarjeta sob o passeio.

Parágrafo único. Os elementos mencionados no caput deste artigo poderão projetar-se além do alinhamento predial a distância máxima de 0,60m (sessenta centímetros).

Art. 307. Nos pavimentos térreos construídos no alinhamento será permitido o uso de toldos protetores localizados nas extremidades das marquises, desde que abaixo de sua extremidade inferior deixe espaço livre com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

Art. 308. Deverão ser obedecidas normas estabelecidas pela concessionária local de energia.

SEÇÃO V DOS TOLDOS

Art. 309. Toldos, coberturas leves removíveis, sem vedações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou cobrindo acesso entre o alinhamento e as entradas da edificação, em zonas onde é exigido o afastamento obrigatório, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I – a área coberta máxima não poderá exceder 25% (vinte cinco por cento) da área do afastamento frontal;

II – o pé direito mínimo deverá ser de 2,40m (dois metros e vinte centímetros);

III – o afastamento mínimo das divisas laterais será de 0,25m (vinte cinco centímetros).

SEÇÃO VI DAS PISCINAS

Art. 310. As piscinas deverão ter:

I – estrutura adequada para resistir às pressões da água incidentes sobre as suas paredes e fundo, quando enterradas sobre o terreno circundante;

II - Paredes e fundo revestidas, com material impermeável e de superfície lisa;

III – equipamento para tratamento e renovação de água.

Parágrafo único. Aplicam-se às piscinas no que couber as disposições determinadas pelo Código de Posturas.

SEÇÃO VII DOS ANÚNCIOS E LETREIROS

Art. 311. A colocação de anúncios e letreiros só será feita mediante prévia licença da Municipalidade, se estiver de acordo com o Código de Posturas do Município, e não interferindo:

I – na sinalização de tráfego;

II – com a visão de monumento histórico;

III – com a visão de locais de interesse paisagístico.

Parágrafo único. Os anúncios e letreiros sobre as marquises somente serão licenciados mediante prévia autorização do condomínio do respectivo prédio ou do proprietário.

CAPÍTULO IV DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

SEÇÃO ÚNICA DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 312. Na zona urbana, serão destinados locais para estacionamento, embarque e desembarque, carga e descarga.

Parágrafo único. Os locais para estacionamento serão:

I – proporcionais as áreas edificadas;

II – cobertos ou descobertos.

Art. 313. A fração excedente a 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área construída, no cálculo exigido para vaga de estacionamento, corresponderá sempre a mais uma vaga.

Art. 314. Quando no mesmo terreno coexistirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade.

Art. 315. Os espaços destinados a garagens ou estacionamentos não poderão sofrer modificações de uso.

Parágrafo único. Nos casos de desobediência a este artigo será aplicada multa entre 20,0 e 40,0 UFRM's.

Art. 316. Os casos não mencionados serão tratados por analogia aos usos previstos.

Art. 317. Nos casos de acréscimos em edificações existentes o cálculo da reserva de estacionamento ou guarda de veículos considerará a área de acréscimo quando este aumento representar unidades residenciais e comerciais.

Art. 318. Não serão computadas para o cálculo do índice de aproveitamento máximo as áreas ocupadas pelas garagens.

Art. 319. As áreas de estacionamento descoberto deverão obedecer aos mesmos critérios definidos para as áreas cobertas e deverão ainda ser arborizadas na proporção de uma árvore para cada duas vagas.

Parágrafo único. Será permitido que as vagas de estacionamento ocupem a faixa correspondente ao afastamento obrigatório do alinhamento frontal, podendo ocupar as faixas de afastamento das divisas laterais e de fundos, desde que estas vagas não sejam computadas nas vagas do edifício e não sendo privativas da edificação.

Art. 320. As dependências destinadas a estacionamento deverão atender as seguintes exigências:

I – ter pé direito mínimo livre de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);

II – ter sistema de ventilação permanente representando 1/8 (um oitavo) da área do piso, (neste item poderá ser incluído as portas de acesso);

III – não possuírem abertura para divisas laterais e fundos quando ocuparem as referidas divisas;

IV – ter vão de entrada com largura mínima de 3,00m (três metros) e o mínimo de 2 (dois) vãos quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos;

V – ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);

VI – os pisos serão, antiderrapantes e dotados de sistema que permita um perfeito escoamento das águas da superfície;

VII – as paredes que as delimitarem serão incombustíveis;

VIII – as vagas serão do tipo livre, sendo que só poderão ser bloqueadas quando pertencerem a mesma unidade residencial;

IX – quando houver mais de um pavimento garagem, será obrigatória uma interligação para pedestres isolada dos veículos;

X – as escadarias deverão ser construídas dentro dos terrenos, iniciando-se a 1,20 m (um metro e vinte centímetros) do alinhamento e as rampas de acesso poderão ser iniciadas junto ao alinhamento;

XI – quando tratar-se de edificação multifamiliar não será permitido rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento);

XII – quando tratar-se de mão única, 3,00m (três metros) de corredor, quando tratar-se de mão dupla 5,00m (cinco metros) de corredor.

§ 1º O portão de acesso às garagens para edifícios multifamiliares ou mistos deverão ter afastamento mínimo de 4,00m (quatro metros) do meio-fio.

§ 2º Os locais cobertos para estacionamento ou guarda de veículos, para fins privativos, unidade residencial unifamiliar, só poderão ser construídos no alinhamento frontal quando a rampa de acesso for obrigatoriamente superior a 15% (quinze por cento). As disposições deste artigo aplicam-se quando a capacidade máxima for de até 2 (dois) veículos.

Art. 321. Em todo estacionamento devem ser reservadas vagas preferenciais para estacionamento de veículos pertencentes à pessoa portadora de deficiência física.

Parágrafo único. As normas relativas à localização e demarcação das vagas devem atender ao disposto nas normas da ABNT.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 322. Em qualquer edificação, a exceção das habitações unifamiliares, deverá ser garantido o acesso aos Portadores de Necessidades Especiais em cadeiras de rodas ou com aparelhos ortopédicos, observadas as disposições da ABNT, que dispõe sobre a adequação das edificações e do mobiliário urbano à pessoa deficiente.

Parágrafo único. Nas edificações não residenciais já existentes, a que se refere este artigo, o acesso ao deficiente físico deverá ser garantido pelo menos até o pavimento térreo. Se houver necessidade de rampa, essa deverá ser executada conforme o estabelecido pela ABNT.

Art. 323. Quando existir desnível entre o piso e o passeio, ou quando houverem desníveis internos, será obrigatória a utilização de rampas de acesso e locomoção dos Portadores de Necessidades Especiais.

Parágrafo único. Quando não houverem rampas, o acesso aos Portadores de Necessidades Especiais a outros pavimentos deverá ser feito através de elevador com largura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros).

Art. 324. Nas edificações citadas neste Capítulo deverá haver pelo menos uma instalação sanitária para Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 325. Nos cinemas, auditórios, templos, teatros, estádios, ginásios esportivos e congêneres deverão existir espaços para espectadores portadores de Necessidades Especiais ao longo dos corredores, na proporção de 1% (um por cento) da lotação do estabelecimento.

TÍTULO V DAS INFRAÇÕES

CAPÍTULO ÚNICO DAS PENALIDADES

Art. 326. Às infrações às disposições deste Código serão aplicadas as seguintes penas:

I – multa;

II – embargo da obra;

III – interdição do prédio ou dependência;

IV – demolição.

Parágrafo único. A aplicação de uma das penas previstas neste artigo, não prejudica a de outra, se cabível.

Art. 327. O procedimento legal para a verificação das infrações e aplicação das penalidades é o regulado no Código de Posturas do Município de Seara.

SEÇÃO I DAS MULTAS

Art. 328. Pelas infrações as disposições deste Código serão aplicadas ao construtor, ou profissional responsável pela execução das obras, ao autor do projeto e ao proprietário, conforme o caso, as seguintes multas:

Item	Infração	Multa(UFRM)
I	Pelo falseamento de medidas, cotas, e demais indicações do Projeto: ↳ Ao Profissional Infrator	14,0 a 60,0
II	Pelo viciamento do Projeto aprovado, introduzindo-lhe alteração de qualquer espécie : ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Executor da Obra ↳ Ao Profissional habilitado responsável pela execução	14,0 a 60,0
III	Pelo início da execução da obra sem licença : ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	14,0 a 60,0
IV	pelo início de obras sem os dados oficiais de alinhamento e nivelamento: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	14,0 a 40,0
V	Pela execução da obra em desacordo com o projeto aprovado: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor ↳ Ao Profissional Responsável	14,0 a 60,0
VI	Pela falta de projeto aprovado e documentos exigidos no local da obra: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	14,0 a 40,0
VII	Pela inobservância das prescrições sobre andaimes e tapumes: ↳ Ao Construtor	14,0 a 60,0
VIII	Pela paralisação da obra sem comunicação à Municipalidade: ↳ Ao Proprietário	14,0 a 28,0
IX	Pela desobediência ao embargo municipal: ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor ↳ Ao Profissional Responsável	28,0 a 139,0
X	Pela ocupação da edificação sem que à Municipalidade tenha fornecido o Habite - se: ↳ Ao Proprietário	14,0 a 60,0
XI	Concluída a reconstrução ou reforma se não for requerida a vistoria: ↳ Ao Proprietário	14,0 a 60,0
XII	Houver prosseguimento da obra vencido o prazo de licenciamento sem que tenha sido concedida a necessária prorrogação do prazo : ↳ Ao Proprietário	14,0 a 60,0
XIII	Ligação de Condutores de Águas Pluviais à Rede de Esgoto Cloacal e/ou Ligação de Esgoto Cloacal em Rede Pluvial ↳ Ao Proprietário ↳ Ao Construtor	14,0 a 60,0

Art. 329. Na imposição da multa e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I – a maior ou menor gravidade da infração;

II – as suas circunstâncias;

III – os antecedentes do infrator.

Art. 330. A multa será imposta pela autoridade municipal competente, à vista do auto de infração lavrado pelo funcionário habilitado, que apenas registrará a falta ou infração verificada, indicando o dispositivo infringido.

Art. 331. O auto de infração em 4 (quatro) vias, deverá ser assinado pelo funcionário que tiver constatado a existência da irregularidade e também, sempre que possível, pelo próprio autuado; na sua ausência, poderá ser colhida a assinatura de representante, proposto, ou de quem lhe fizer às vezes.

§ 1º A recusa de assinatura no auto de infração será anotada pelo autuante perante duas testemunhas, considerando-se neste caso, normalizada a autuação.

§ 2º A última via do auto de infração, quando o infrator não for encontrado será encaminhada via postal, com aviso de recebimento ao responsável, sendo considerado, para todos os efeitos legais, como estando o infrator cientificado da mesma.

Art. 332. O auto de infração deverá conter:

I – a indicação do dia e local em que ocorreu a infração, ou em que esta foi constatada pelo autuante;

II – o fato ou ato que constitui a infração, indicando o dispositivo legal infringido;

III – o nome e assinatura do infrator, ou na sua falta, denominação que o identifique e endereço;

IV – o nome e assinatura do autuante, bem como sua função ou cargo;

V – o nome, assinatura e endereço das testemunhas, se for o caso.

Art. 333. Lavrado o Auto de Infração, o infrator poderá apresentar defesa escrita dirigida a autoridade municipal competente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar de seu recebimento, findo o qual será o auto encaminhado para a imposição da multa e cobrança.

Art. 334. Imposta a multa, será dado o conhecimento da mesma ao infrator, mediante a entrega da terceira via do auto de infração, na qual deverá constar o despacho da autoridade municipal que a aplicou.

§ 1º O infrator terá o prazo 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da multa.

§ 2º Decorridos o prazo estipulado no §1º, a multa não paga será encaminhada ao setor competente para inscrição em dívida ativa e cobrança, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 335. Na reincidência a multa será aplicada com acréscimo de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Considera-se reincidência para acréscimo da multa, outra infração da mesma natureza.

Art. 336. Terá andamento susado o processo de aprovação de projeto ou licenciamento de construção cujo responsável técnico, ou empresa construtora, esteja em débito com a Municipalidade.

Art. 337. O pagamento da multa não isenta o requerente da regularização da infração, que deverá ser atendida de acordo com o que dispõe este Código.

SEÇÃO II DO EMBARGO

Art. 338. As obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, serão embargadas, nas situações abaixo descritas, ou em outras ocorrências, em que essa medida se fizer necessária, sem prejuízo das multas, quando:

I – tiverem sendo executadas sem respectivo alvará de licenciamento, nos casos em que este é necessário;

II – desobediência ao projeto aprovado ou inobservância de qualquer prescrição essencial do alvará de licença;

III – não for respeitado o alinhamento predial ou afastamento mínimo;

IV – estiver sendo executada sem a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e inscrito na Municipalidade, quando indispensável;

V – o construtor ou responsável técnico isentar-se de responsabilidade, devidamente justificada e comunicada à Municipalidade;

VI – estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, ou para as pessoas de edificações vizinhas;

VII – for constatada ser fictícia a assunção de responsabilidade profissional do seu projeto ou execução;

VIII – o profissional responsável tiver sofrido suspensão ou cassação pelo CREA e/ou CAU;

IX – obra já autuada, não tenha sido regularizada no tempo previsto.

Art. 339. Ocorrendo as hipóteses do artigo anterior, a autoridade municipal competente fará notificação por escrito ao infrator, dando ciência da mesma à autoridade superior.

Art. 340. Verificada a procedência na notificação pela autoridade municipal competente, esta determinará o embargo em termo próprio que mandará lavrar, e no qual fará constar as exigências a serem cumpridas para o prosseguimento da obra, sem prejuízo da imposição de multas.

Art. 341. O Termo de Embargo será apresentado ao infrator para que o assine e, no caso deste não ser encontrado, será o termo encaminhado via postal, com aviso de recebimento, ao responsável pela empresa construtora, seguindo-se o processo administrativo para a respectiva paralisação da obra.

Art. 342. O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo e satisfeito o pagamento dos tributos e multas em que haja o responsável incidido.

Art. 343. Se não houver alternativa de regularização da obra, após o embargo seguir-se-á demolição total ou parcial da mesma.

SEÇÃO III DA INTERDIÇÃO

Art. 344. Uma edificação ou qualquer uma de suas dependências, poderá ser interditada em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 345. A interdição será imposta, por escrito, após vistoria efetuada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Não atendida a interdição, e não interposto recurso ou indeferido este, a Municipalidade tomará as medidas legais cabíveis.

SEÇÃO IV DA DEMOLIÇÃO

Art. 346. A demolição parcial ou total da edificação será imposta quando:

I – a obra estiver sendo executada sem projeto aprovado e sem alvará de licenciamento, e não houver condições de regularização nos termos da legislação pertinente;

II – construção feita sem observância do alinhamento ou nivelamento fornecido pela Municipalidade, ou sem as respectivas cotas ou com desrespeito ao projeto aprovado, nos seus elementos essenciais, não havendo possibilidade para ajustá-la à legislação pertinente;

III – obra julgada em risco quando o proprietário se recusar a tomar as providências determinadas pela Municipalidade para sua segurança;

IV – construção que ameaça ruir e que o proprietário não queira demolir ou não possa reparar, por falta de recursos, ou disposição regulamentar.

Art. 347. A demolição será precedida de vistoria por uma comissão composta por 03 (três) engenheiros ou arquitetos, designados pelo Chefe do Poder Executivo, pertencentes ou não ao quadro de servidores da Municipalidade.

Parágrafo único. A comissão designada procederá da seguinte forma:

I – determinará dia e hora para vistoria, fazendo intimar o proprietário para assistir a mesma; não sendo o mesmo encontrado, far-se-á intimação por edital com prazo de 10 (dez) dias;

II – não comparecendo o proprietário ou seu representante, a comissão fará exame da construção, e, se verificar que a vistoria pode ser adiada, mandará fazer nova intimação ao proprietário;

III – não podendo fazer adiamento, ou se o proprietário não atender a segunda intimação, a comissão fará os exames que julgar necessários, concluídos os tais dará seu laudo dentro de 3 (três) dias, devendo constar no mesmo o que for verificado, o que o proprietário deve fazer para evitar a demolição e o prazo para isso julgado conveniente, salvo caso de urgência, esse prazo não poderá ser inferior a 3 (três) dias e nem superior a 90 (noventa) dias;

IV – do laudo se dará cópia para o proprietário e aos moradores do prédio, se for alugado, acompanhado aquele da intimação para o cumprimento das decisões nela contidas;

V – a cópia do laudo e intimação do proprietário serão entregues mediante comprovante de recebimento, e se não for encontrado ou recusar recebê-los, serão publicados em resumo, por 3 (três) vezes, pela imprensa local, e afixados no mural de publicações ou boletim oficial;

VI – no caso de ruína eminente, a vistoria será feita logo, dispensando-se a presença do proprietário se não puder ser encontrado, levando-se ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo as conclusões do laudo, para que ordene a demolição.

Art. 348. Dado ciência ao proprietário do resultado da vistoria e feita a devida intimação, seguir-se-ão as providências administrativas.

Art. 349. Se não forem cumpridas as decisões do laudo nos termos do artigo anterior serão adotadas as medidas judiciais cabíveis.

SEÇÃO V DAS SANÇÕES

Art. 350. A Municipalidade poderá cancelar a inscrição de profissionais – Pessoa Física ou Jurídica –, e comunicar ao CREA e/ou CAU especialmente os responsáveis técnicos que:

I – prosseguirem a execução de obra embargada pela Municipalidade;

II – não obedecerem aos projetos previamente aprovados, ampliando ou reduzindo as dimensões indicadas nas plantas e cortes;

III – hajam incorrido em 3 (três) multas por infração cometida na mesma obra;

IV – alterem as especificações indicadas no projeto ou as dimensões, ou elementos das peças de resistência previamente aprovados pela Municipalidade;

V – iniciarem qualquer obra sem o necessário Alvará de Construção;

VI – cometerem por imperícia, imprudência ou negligência, faltas, que venham, a comprometer a segurança da obra.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 351. Os casos omissos no presente Código, serão analisados pela Municipalidade observando-se os princípios no Plano Diretor e a legislação vigente.

Art. 352. Os valores constantes no presente Código, serão corrigidos anualmente na forma da legislação Municipal.

Art. 353. O Poder Executivo Municipal regulamentará as disposições deste Código em 180 dias.

Art. 354. Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 355. Ficam revogadas a Lei de 544, de 18 de abril de 1986, Lei nº 633, de 26 de maio de 1988, Lei Complementar 40 de 25 de outubro de 2010.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

PORTARIAS 640/2016 A 653/2016

Portaria nº. 640/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Cessar, os efeitos da Portaria nº. 436/2016, que designa o servidor efetivo Nemércio José Ritter - matrícula/209002, para exercer o cargo em comissão de Gerente – GERE, da Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, devendo o mesmo retornar às funções de seu cargo efetivo de Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros, constante no Anexo I – Grupo “C” – Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 641/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Cessar, os efeitos da Portaria nº. 038/2015, que designa a servidora efetiva Fabiola Trentin Barrionuevo – matrícula/145001, para exercer o cargo de Secretária de Escola, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Professor, Categoria Pós Lato Sensu, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 642/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Cessar, os efeitos da Portaria nº. 093/2013, que designa o servidor efetivo Odair José Felipe - matrícula/135101, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal da Saúde, devendo o mesmo retornar às funções de seu cargo efetivo de Auxiliar de Administração, constante no Anexo I – Grupo “A” – Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 643/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Cessar, os efeitos da Portaria nº. 231/2013, que designa a servidora efetiva Veranice Grebin Franke, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Técnico Pedagógico - DIRE, da Secretaria Municipal da Educação, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Professor, Categoria Pós Lato Sensu, – matrícula/127901 e matrícula/127903, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 644/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Cessar, os efeitos da Portaria nº. 558/2014, que designa a servidora efetiva Marlene Manorov, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal da Educação, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Professor, Categoria Pós Lato Sensu, – matrícula/127101 e matrícula/134701, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 645/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

Conceder, aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, no período de 16 de janeiro a 14 de fevereiro de 2017:

Matricula	Servidores	Período aquisitivo
124601	Adair Paulo Bortolini	27/12/2015 a 26/12/2016
124701	Vanessa Fernandes Paludo	28/12/2015 a 27/12/2016

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 22 de dezembro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 646/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Cessar, os efeitos da Portaria nº. 285/2016, que designa a servidora efetiva Adriana Grasielle Cê Verza – matrícula/208701, para exercer o cargo em comissão de Consultor do Controle Interno, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Adjunto Administrativo, constante no Anexo I – Grupo “A” – Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 647/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Exonerar, Loice Nardi Olbermann, do cargo de provimento em comissão de Gestor Distrital de Nova Teutônia - GEST, do Gabinete do Prefeito, Anexo I-A, Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 31 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 648/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Exonerar, Nery João Müller, do cargo de provimento em comissão de Gestor Distrital de Caraíba - GEST, do Gabinete do Prefeito, Anexo I-A, Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 31 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 649/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Exonerar, Vanessa Sgarbossa, do cargo de provimento em comissão de Gerente – GERE, da Secretaria Municipal da Cidade, Anexo I-H, Lei Complementar nº. 024/2006, a partir de 31 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 650/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,

Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 16 de março a 14 de maio de 2017, a Licença Maternidade da servidora Denezia Faller Battistella, matrícula 238701, contratada em caráter temporário para exercer a função de Auxiliar de Creche, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 651/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108,

inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Cessar, os efeitos da Portaria nº. 077/2009, que designa a servidora efetiva Sonia Emma Germendorff Martini, para exercer o cargo de Diretor de Escola, do Centro de Educação Infantil Dona Ilse, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Professor, Categoria Pós Lato Sensu, – matrícula – 127001 e matrícula 127903, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 652/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Cessar, os efeitos da Portaria nº. 089/2013, que designa a servidora efetiva Marcia Benetti, para exercer o cargo de Diretor de Escola, na Escola Núcleo São Rafael, devendo a mesma retornar às funções de seu cargo efetivo de Professor, Categoria Pós Lato Sensu, – matrícula – 1582/01, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Portaria nº. 653/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

Conceder, aos servidores efetivos do magistério público municipal abaixo, 30 (trinta) dias de férias, no período de 02 a 31 de janeiro de 2017:

Matricula	Servidores	Período Aquisitivo
130401	Adriana Wallor	18/02/2016 a 17/02/2017
130402	Adriana Wallor	01/02/2016 a 31/01/2017
142101	Andreia Regina Fantin	17/02/2016 a 16/02/2017
5901	Aneli Benetti Mattiello	17/02/2016 a 16/02/2017
128701	Angelica Mara Viott Schons	18/02/2016 a 17/02/2017
7501	Arlide Dezem	06/03/2016 a 05/03/2017
6001	Cirlei Graciosa Mattiello Ferenz	22/02/2016 a 21/02/2017
206601	Ciro Fernando Franke	16/12/2015 a 15/12/2016
6101	Cleunice Sipp	12/02/2016 a 11/02/2017
128301	Deyze Boarim Goncalves Paludo	18/02/2016 a 17/02/2017
142201	Deyze Boarim Goncalves Paludo	17/02/2016 a 16/02/2017
129501	Dirlei Nardi	18/02/2016 a 17/02/2017
155801	Dilce Maria Nardi	09/02/2016 a 08/02/2017
128201	Elisabete Roseni Golo	18/02/2016 a 17/02/2017
156101	Elisangela Paludo	09/02/2016 a 08/02/2017
128001	Elisangela Paludo	18/02/2016 a 17/02/2017
25101	Eloane Maria Kurmann Barotto	03/02/2016 a 02/02/2017
191103	Erickson Rodrigues do Espirito Santo	01/02/2016 a 31/01/2017
6201	Eunice Regina Anselmini Junges	17/02/2016 a 16/12/2017
206301	Evandro Viott	01/02/2016 a 31/01/2017
155701	Fabiana Ana Manfroi Martello	09/02/2016 a 08/02/2017
145001	Fabiola Trentin Barrionuevo	17/03/2016 a 16/03/2017
128601	Geriane Mocellin de Carvalho	18/02/2016 a 17/02/2017
128604	Geriane Mocellin de Carvalho	01/02/2016 a 31/01/2017
129101	Ivana Regina Tedesco Cerutti	18/02/2016 a 17/02/2017
206501	Ivone Terezinha Vivan	01/02/2016 a 31/01/2017
156301	Joao Baptista Giachini Fabrin	09/02/2016 a 08/02/2017
113307	Joice Juliana Wolmann	01/02/2016 a 31/01/2017
130601	Jonalda Ariento Rubas	18/02/2016 a 17/02/2017
130301	Judite Alessi	18/02/2016 a 17/02/2017
172506	Juliana Wallor	01/02/2016 a 31/01/2017
128501	Juliane Salete Alfien Bender	01/02/2016 a 31/01/2017

129801	Loreni Pinkoski Dalago	18/02/2016 a 17/02/2017
6701	Loreni Pinkoski Dalago	08/02/2016 a 07/02/2017
141801	Luide Maria Kaefer Wiltgen	17/02/2016 a 16/02/2017
156401	Maira Monica Gabriel	09/02/2016 a 08/02/2017
158201	Marcia Benetti	12/02/2016 a 11/02/2017
155601	Mariene Benetti	09/02/2016 a 08/02/2017
155501	Marilei Elisa Dalle Laste	09/02/2016 a 08/02/2017
127601	Marilei Maisa F Wronski	18/02/2016 a 19/02/2017
126601	Marileine Fatima Biondo Ramos	18/02/2016 a 17/02/2017
6901	Marilene Andreolla Vani	18/02/2016 a 17/02/2017
158301	Marilise Benetti Dalle Laste	12/02/2016 a 11/02/2017
130101	Mariza Vanuza Zago Pelisson	18/02/2016 a 17/02/2017
127101	Marlene Manorov	18/02/2016 a 17/02/2017
134701	Marlene Manorov	02/05/2016 a 01/05/2017
126801	Marlene Maria Fabrin Wildner	18/02/2016 a 17/02/2017
128401	Nadia Regina Furlanetto	18/02/2016 a 17/02/2017
7001	Nadia Regina Furlanetto	19/02/2016 a 18/02/2017
7101	Nair Moro Hoch	28/02/2016 a 27/02/2017
198003	Natiele Tonello Cappellaro	01/02/2016 a 31/01/2017
127501	Neura Gris Canossa	18/02/2016 a 17/02/2017
8001	Olivia Salete Weber	01/03/2016 a 28/02/2017
156201	Ricardo Luis Gabiatti	09/02/2016 a 08/02/2017
130701	Rosali Pelisson	18/02/2016 a 17/02/2017
128801	Rosana Katia Tochetto Petry	18/02/2016 a 17/02/2017
130001	Roseli Marcia Lippert	18/02/2016 a 17/02/2017
129001	Simone F. Gehlen Jung	18/02/2016 a 17/02/2017
129301	Sonia Emma Germendorf Martini	19/02/2016 a 17/02/2017
127001	Sonia Emma Germendorf Martini	18/02/2016 a 17/02/2017
7301	Teresinha Moro Wehebrink	17/02/2016 a 16/02/2017
127901	Veranice Grebin Franke	18/02/2016 a 17/02/2017
127903	Veranice Grebin Franke	01/02/2016 a 31/01/2017

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 22 de dezembro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 22 de dezembro de 2016.

Ademir Verza

Secretário da Administração

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 233

DECRETO N.º 233/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em consonância com a Lei Municipal nº 088/1991.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo em todo território do Município de Serra Alta/SC, no dia 23 de dezembro de 2016 (sexta-feira), alusivo as comemorações ao Natal.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta (SC), 21 de dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

LEI 1071

LEI MUNICIPAL Nº 1.071, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0008 – Transferências do FUNDEB – 60%

Despesa: 40 R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), serão subtraídos da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.550 – Manutenção a Creche

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0009 – Transferências do FUNDEB – 40%

Despesa: 34 R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de dezembro de 2016

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

63/2016 AVISO DE DISPENSA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 63/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS 12/2016

O Município de Siderópolis, em conformidade com o art. 24, inciso I c/c o art. IV e art. 26 da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente, comunica aos interessados a realização de Dispensa de Licitação para contratação de engenheiro especialista em perícia, para elaboração de parecer técnico referente à obra de esgotamento sanitário no Município de Siderópolis. Nesse sentido, a escolha do fornecedor obedeceu aos requisitos do art. 26 da Lei 8666/93, recaindo sobre a empresa abaixo descrita, regularmente cadastrada no município, estando, inclusive, em situação regular perante as qualificações fiscais, trabalhista e técnicas:

CONTRATADO: TIAGO DIEHL DE SOUZA ENGENHARIA ME

CNPJ: 15.671.157/0001-16

VALOR: até R\$ 14.600,00 (quatorze mil e seiscientos reais). EXECUÇÃO: até 30 dias.

Siderópolis, 22 de dezembro de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 420/2016

DECRETO Nº 420, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 4.512,16 (quatro mil, quinhentos e doze reais e dezesseis centavos) , na seguinte dotação orçamentária:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.033 - Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos

3.3.90.00.00.00.00.0016(40) - Aplicações Diretas R\$ 4.512,16

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do superávit financeiro da fonte de recursos 16.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 05 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 421/2016

DECRETO Nº 421 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 386,14 (trezentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1.005 - Ampliação e Reforma da Rede Física de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.0096 (58) - Aplicações Diretas R\$ 386,14

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 96.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 05 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 422/2016

DECRETO Nº 422, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 52.717,12 (cinquenta e dois mil, setecentos e dezessete reais e doze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0091(271) - Aplicações Diretas R\$ 52.717,12

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 91 (Alienação de bens no exercício atual).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 05 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 423/2016

DECRETO Nº 423, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 33.144,21 (trinta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.01 - SECRET. MUNIC. DO DESENVOLV. ECONOMICO

1.031 - Construção do Parque de Eventos Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(163) - Aplicações Diretas R\$ 33.144,21

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso da fonte de recursos 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 05 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº. 047/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 047, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 780 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor ZÊNIO CARDOSO, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. Fica acrescido em 60%(sessenta por cento) os valores do metro quadrado dos terrenos urbanos constantes do Item I, a, do Anexo

VIII parte integrante da Lei 780, de 28 de Dezembro de 1990,

Art. 2º. Fica alterado o valor do metro quadrado do tipo das construções constantes do Item III, a, do Anexo VIII parte integrante da Lei 780, de 28 de Dezembro de 1990, o qual passa a ter a seguinte redação:

“III – CONSTRUÇÕES

a) Valor do Metro Quadrado (m2)

TIPO DE CONSTRUÇÃO	VALOR DO METRO QUADRADO EM V.R.M.
CASA	0,7688
SALA COMERCIAL	0,8649
APARTAMENTO	1,2459
PAVILHÃO	0,4264
GALPÃO/GARAGEM	0,3662
TELHEIROS	0,1622
OUTROS	0,4264

Art. 3º. Fica alterado o valor do hectare dos terrenos rurais constantes do Item II, a, do Anexo VIII-A parte integrante da Lei 780, de 28 de Dezembro de 1990, o qual passará a ter a seguinte redação:

“ II – TERRENOS RURAIS

a) Valores do Hectare

LOCALIDADE	VALOR DO HC EM V.R.M.
Boa Esperança	19,224
Campo da Água	17,302
Centro	19,224
Com – Com	17,302
Furnas	23,069
Garapuvu do Sul	20,506
Garuva de Baixo	21,147
Garuva de Cima	22,428
Januária	17,943
Linha Floresta	25,632
Maracanã	22,428
Moretinho	19,224
Morro do Cipó	19,224
Nova Brasília	17,943
Nova Guarita	19,224
Outras Localidades	15,379
Parque das Avenidas	19,224
Raizera	19,224
Retiro da União	19,224
Sanga Negra I	19,224
Sanga Negra II	19,224
Santa Fé	23,069
São Camilo	23,069
São Francisco	19,224
São José	17,943
São Luiz	17,943
Vila São Pedro	19,224
Vista Alegre	19,224

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Município de Sombrio - SC, 22 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 283/2016

DECRETO Nº 0283/2016 DE 22/12/2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

06.04.0020.0608.0010.1.024- Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(223)	0.3.89.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (3089)	R\$7.960,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Decreto nº 032/2016.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 22 de dezembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO 284/2016

DECRETO Nº 0284/2016 DE 22/12/2016

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015, Lei Orçamentária Anual.

Artigo 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 3.016,25 (três mil e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), nos seguintes programas, projetos e atividades e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1072/2015 de 17/12/2015 a saber:

05.01.0010.0302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta compl. de fora do domicilio

3.3.90.00(69)	0.3.00.001165	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1165- MAC- SUS Estado)	R\$ 3.016,25
---------------	---------------	---	--------------

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º no valor R\$ 3.016,25 (três mil e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), proveniente de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2016, referente a receita não prevista no Orçamento de 2016, fonte de Recurso 1.165- MAC/SUS//Estado/1165.

RECEITA PREVISTA/ SUPLEMENTADO	BLOCO/FR	ARRECADADA ATÉ 12/2016
00,00	MAC/SUS//Estado/1165	3.016,25

Artigo 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 22 de dezembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

PORTARIA 068/2016

PORTARIA Nº 068, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal GELCI COPATI HENTZ, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.02.2016 a 13.02.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 2º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal LENICE GIARETTA LOCATELLI, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.02.2016 a 13.02.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 3º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILENE PRIOR PIETRO BIASI, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.02.2016 a 13.02.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 4º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal JULEIDE PICCININ WICKERT, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2016 a 30.06.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 5º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal IRACI SCHUH, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15.02.2016 a 15.02.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 6º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILENE BODANESE, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 1ª a 4ª série, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16.01.2016 a 15.01.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 7º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal ADILTON PIETRO BIASI, ocupante do cargo de Professor de Atividades Desportivas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 31.10.2015 a 30.10.2016, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

Art. 8º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARLENE R. VALENTINI, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.02.2016 a 07.02.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2015 a 18.01.2017.

Art. 9º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal JANETE RAMOS HAMMERSCHMITT, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.01.2016 a 13.01.2017, a serem gozadas no período de 20.12.2016 a 18.01.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
20 de dezembro de 2016.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

Tigrinhos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 041/2016

PORTARIA Nº 041/2016.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 23, Inciso III, Alínea "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica EXONERADO o Servidor ALAN MOISÉS ORTOLAN, matrícula nº 66, do cargo Comissionado de Assessor Jurídico com carga horária de 10 horas semanais, nomeado através da Portaria de nº 01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Timbó

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 481, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 481, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o art. 2º, inc. I, alínea "a" da Lei Complementar nº. 393/2010 e concede incentivo fiscal à empresa UNIASSELVI.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A alínea "a" do inciso I do art. 2º da Lei Complementar nº. 393/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I – estímulos fiscais:

a) isenção de até cem por cento dos impostos municipais, pelo prazo de até cinco anos;

(...)"

Art. 2º O poder Executivo fica autorizado a conceder a Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda – UNIASSELVI, CNPJ's 01.894.432/0004-07 e 01.894.432/0012-09, o incentivo fiscal de isenção de 100% (cem por cento) do Imposto Sobre Serviço - ISS para o ano de 2017.

Art. 3º Em contrapartida ao incentivo fiscal mencionado no art. 2º, a empresa UNIASSELVI deverá, entre outros compromissos a serem entabulados no momento da concessão do benefício:

I - Ceder espaços do Teatro das suas instalações para apresentações culturais em cronograma a ser discutido com a Fundação Cultural de Timbó, de acordo com a disponibilidade, para até 5 (cinco) eventos no ano;

II - Disponibilizar de forma gratuita, cursos de capacitação online aos servidores municipais, de acordo com cronograma e disponibilidade a ser discutido com a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração e Secretaria Municipal de Educação;

III – Efetuar aporte em projetos culturais em prol da Prefeitura de Timbó, através dos recursos da Lei Rouanet dentro dos limites de dedução dos pagamentos do Imposto de Renda devidos pela Empresa UNIASSELVI, representada pelo CNPJ 01.894.432/0001-56, matriz das filiais beneficiárias dos incentivos fiscais.

IV – Permanecer, executando suas atividades no Município de Timbó, por no mínimo 36 (trinta e seis) meses após o término do prazo de concessão do respectivo incentivo.

Art. 4º O incentivo fiscal concedido nesta Lei Complementar, poderá a qualquer tempo ser revogado por ato do Chefe do Poder Executivo, pelo descumprimento das contrapartidas estabelecidas no art. 3º ou, eventual ausência de expansão de suas instalações e atividades no Município através dos CNPJ's 01.894.432/0004-07 e 01.894.432/0012-09.

Art. 5º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa vigente.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI COMPLEMENTAR Nº 482, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 482, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000, fica alterada, passando a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º ...

III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim:

4

5 . Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

6 . Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços;

7 . Secretaria Municipal de Obras, Serviço Urbano e Agrícola;

8 . Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;(revogado)

9. Secretaria Municipal de Assistência Social; (revogado)

...

IV - Entidades da Administração Municipal Indireta:

8 . Fundação Municipal de Esportes;

9 . Fundação Cultural de Timbó;

10 . Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

11. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos municipais de Timbó – TIMBOPREV.

...

Art. 3º - Subordinam-se diretamente à Secretaria, a Assessoria Executiva de Gabinete, Assessoria Institucional de Comunicação Social e a Assessoria Institucional de Relações Internas;

Parágrafo único. À Assessoria Institucional de Comunicação Social está subordinada a Divisão de Imprensa e Comunicação, a qual contempla também a Assessoria de Imprensa.

...

Art. 5º. A Procuradoria Geral do Município compreende a Assessoria Institucional da Procuradoria Geral, as Assessorias Jurídicas e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, diretamente subordinados ao respectivo titular.

...

SEÇÃO II

DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES - MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

...

Art. 7º - A Secretaria da Fazenda e Administração compreende os seguintes Departamentos e Assessorias Técnicas, diretamente subordinados ao seu respectivo titular:

I – Departamentos:

a) Departamento de Compras, Licitações e Contratos Administrativos;

b) Departamento de Recursos Humanos.

II – Assessorias Técnicas:

a) Controladoria.

b) Assessoria Institucional de Saúde do Trabalhador

b) Assessoria Técnica da Fazenda e Administração;

c) Assessoria Técnica de Custos e Patrimônio;

III – Divisões:

- a) Divisão de Administração e Suprimentos.
- b) Divisão de Finanças e Contabilidade; e
- c) Tesouraria.

§ 1º - Ao Departamento de Recursos Humanos estão vinculadas as seguintes assessorias:

- a) Assessoria de Recursos Humanos; e
- b) Assessoria de Segurança do Trabalho.

§ 2º - A Assessoria Técnica incorpora:

I - Controladoria, responsável pelo Controle Interno da administração Direta e Indireta do Município, dirigida por profissional de nível superior, no cargo de Assessor Institucional de Controladoria;

II - Assessoria Institucional de Saúde do Trabalhador, responsável pelo assessoramento técnico de aplicação das políticas públicas e gestão eficiente relacionadas a saúde do trabalhador, dirigida por profissional de nível superior, no cargo de Assessor Institucional de Saúde do Trabalhador

III - Assessoria Técnica da Fazenda e Administração, responsável pelo assessoramento técnico e financeiro da gestão das políticas públicas relacionadas a fazenda e administração, dirigida por profissional de nível técnico e/ou superior, no cargo de Assessor da Fazenda e Administração.

IV - Assessoria Técnica de Custos e Patrimônio, responsável pelo controle e execução de todos os atos relativos ao Sistema de Custos da Administração Pública e ao Patrimônio Público Municipal, dirigida por profissional de nível técnico, no cargo de Assessor de Custos e Patrimônio.

II-a Superintendência de Sistemas, responsável pela implementação, controle, manutenção, proteção e funcionamento do sistema informatizado de dados e informações, e dirigida por profissional de nível técnico, integrante do quadro de servidores efetivos;(revogado)

IV - a Superintendência de Custos e Patrimônio, responsável pelo controle e execução de todos os atos relativos ao Sistema de Custos da Administração Pública e ao Patrimônio Público Municipal, dirigida por profissional integrante do quadro de servidores efetivos, detentor de formação superior em Administração, Ciências Contábeis ou Economia. (Acrescentado pela LC nº 326, de 20/03/2007) (revogado)

SEÇÃO III

DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADE - FIM

Art.8...

...

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 10 - Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, estruturada na forma do ANEXO VI, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo:

I - planejar, formular e implementar as políticas municipais de saúde e assistência social, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos Órgãos Federais e Estaduais, e pelos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social;

II - organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos de Saúde e de Assistência Social, sejam eles de prestação direta ou indireta, públicos ou privados;

III - a gestão e execução dos serviços públicos de Saúde e de

Assistência Social, com vistas à universalização, à equidade e à integralidade do atendimento à saúde;

IV - a articulação da esfera municipal às esferas estadual e federal de gestão do Sistema Único Saúde – SUS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

V - contribuir ao controle social e à participação da comunidade na gestão do sistema local de saúde e assistência social, através da garantia de acesso às suas informações e comunicações;

VI - a gestão dos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;

VII - prestar apoio às organizações comunitárias de Saúde e de Assistência social, bem como propiciar condições de planejamento estratégico, controle e integração de suas ações;

VIII - manter convênios com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de Saúde e/ou de Assistência Social, governamentais e não-governamentais, para implementação e execução de programas de Saúde e/ou de Assistência Social;

IX - promover e implementar o atendimento de pessoas carentes de recursos, incluindo o resgate da cidadania e a recolocação no mercado de trabalho, bem como relacionar-se produtivamente com as entidades assistenciais, públicas ou privadas, conveniadas ou não;

X - implementar e executar projetos e programas sociais e/ou de saúde, voltados à orientação, acompanhamento e avaliação familiar, à criança, ao adolescente e ao idoso.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social estão subordinadas as Assessorias Institucionais de Política Pública da Saúde e de Assistência Social.

§1º Subordinam-se à Assessoria Institucional de Políticas Públicas da Saúde, as Assessorias Técnica de Programas e Políticas da Saúde, e as seguintes divisões:

I - Divisão de Apoio Administrativo;

II - Divisão de Políticas de Saúde;

III - Divisão de Serviços de Saúde;

§ 2º. Vinculam-se à Assessoria Institucional de Políticas Públicas da Saúde a Policlínica de Referência e as Unidades de Saúde;

§ 3º. As Assessorias Técnicas de Programas e Políticas da Saúde, responderão tecnicamente pelos programas e políticas públicas da área da saúde, dirigidas por profissionais de nível superior da área da saúde.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (revogado)

Art. 11-A. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, estruturada na forma do ANEXO VI-A, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo: (revogado)

I – planejar, formular e implementar as políticas municipais de assistência social, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos Órgãos Federais e Estaduais e pelo Conselho Municipal de Assistência Social; (revogado)

II – organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos da Assistência Social, sejam eles de prestação direta ou indireta, públicos ou privados; (revogado)

III – a gestão e execução dos serviços públicos de assistência social, com vistas à universalização, à equidade e à integralidade do atendimento; (revogado)

IV – a articulação da esfera municipal às esferas estadual e federal de gestão das políticas voltadas a Assistência Social; (revogado)

V – contribuir ao controle social e à participação da comunidade na gestão do sistema local de assistência social, através da garantia de acesso às informações e comunicações; (revogado)

VI – a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social; (revogado)

VII – prestar apoio às organizações comunitárias de assistência social, bem como propiciar condições de planejamento estratégico, controle e integração de suas ações; (revogado)

VIII – manter convênios com a União, Estados e Municípios, bem como entidades de assistência social governamentais e não-governamentais, para implementação e execução de programas; (revogado)

IX – promover e implementar o atendimento de pessoas carentes de recursos, incluindo o resgate da cidadania e a recolocação no mercado de trabalho, bem como relacionar-se produtivamente com as entidades assistenciais, públicas ou privadas, conveniadas ou não; (revogado)

X – implementar e executar projetos e programas sociais voltados à orientação, acompanhamento e avaliação familiar, à criança, ao adolescente e ao idoso. (revogado)

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Assistência Social compreende o Departamento de Assistência Social, diretamente subordinado ao respectivo titular. (revogado)

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art. 12 - Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, estruturada na forma do ANEXO VII, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo:

...

XV - coordenar a elaboração, implantação, execução e atualização da política municipal de desenvolvimento econômico, indústria, comércio e serviços;

XVI - desenvolver e implementar programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda, e a capacitação e profissionalização da mão-de-obra;

XVII - desenvolver e implementar ações que promovam um desenvolvimento econômico sustentável e diversificado;

XVIII - promover a organização do setor informal da economia do Município;

XIX- produzir, sistematizar e disponibilizar informações socioeconômicas do Município;

XX- captar recursos para realização de projetos e manter convênios referentes à sua área de atuação;

XXI – administrar as áreas públicas de interesse econômico.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, compreende a Assessoria Institucional de Planejamento e Reestruturação Viária, bem como os seguintes Departamentos, coordenadoria e assessoria técnica, diretamente subordinadas ao seu titular:

I - Departamento de Planejamento, Urbanismo e Trânsito;

II - Departamento de Meio Ambiente;

III – Departamento de Indústria Comércio e Serviços;

IV – Coordenadoria da Defesa Civil;

V – Assessoria Técnica de Captação de Recursos;

VI – Assessoria Técnica de Indústria, Comércio e Serviços.

§ 1º Ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Trânsito estão subordinadas as seguintes Divisões e Assessorias:

a) Divisão de Planejamento e Urbanismo, a qual se subordinam:

I. Assessoria da Divisão de Urbanismo;

II. Assessoria da Divisão de Planejamento.

b) Divisão de Fiscalização de Trânsito e Transporte.

b) Divisão de Urbanismo; (revogado)

c) Divisão de Expediente; (revogado)

§2º Ao Departamento de Meio Ambiente fica subordinada a Coordenação de Serviços de Meio Ambiente.

Art. 13-A O Órgão Municipal de Trânsito, criado pela Lei Municipal 2.151 de 13 de dezembro de 2001, fica sob a titularidade do Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, ou quem por ele delegado/designado.

Art. 13-B O gestor do Fundo Municipal de Trânsito, criado pela Lei Municipal 2.151 de 13 de dezembro de 2001, é o Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, ou quem por ele designado.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS

Art. 14 - Compete à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, estruturada de forma hierárquica no ANEXO VIII, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo:

...

XIII - prestar serviços através da patrulha mecanizada, e promover o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias, de aquicultura, industriais, comerciais e de serviços, no Município;

XIV - incentivar a produção e comércio de produtos hortifrutigranjeiros e/ou agroindustriais;

XV - prestar assistência técnica, com meios próprios ou através de convênios, para o desempenho agropecuário;

XVI – dar manutenção às áreas públicas.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas compreende a Assessoria Institucional de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas e os seguintes departamentos e divisões, subordinados ao respectivo titular, nos seguintes moldes:

I – Departamento de Serviços Agrícolas:

a) Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada;

1. Assessoria da Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada.

II – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

a) Divisão de Apoio Administrativo;

b) Divisão de Obras e Serviços Urbanos:

1. Assessoria de Serviços Urbanos;

2. Assessoria de Obras.

c) Divisão de Iluminação Pública.

§ Único - Ao Departamento estão subordinadas as seguintes Divisões: (revogado)

I - Divisão de Apoio Administrativo; (revogado)

II - Divisão de Obras; (revogado)

III - Divisão de Serviços Urbanos. (revogado)

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (revogado)

Art. 16 - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, estruturada na forma do ANEXO IX, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo: (revogado)

I - coordenar a elaboração, implantação, execução e atualização da política municipal de desenvolvimento econômico; (revogado)

II - desenvolver e implementar programas e projetos voltados à

geração de trabalho e renda, e a capacitação e profissionalização da mão-de-obra; (revogado)

III - desenvolver e implementar ações que promovam um desenvolvimento econômico sustentável e diversificado; (revogado)

IV - promover a organização do setor informal da economia do Município; (revogado)

V - produzir, sistematizar e disponibilizar informações sócio-econômicas do Município; (revogado)

VI - captar recursos para realização de projetos e manter convênios referentes à sua área de atuação; (revogado)

VII - prestar serviços através da patrulha mecanizada, e promover o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias, de aquicultura, industriais, comerciais e de serviços, no Município; (revogado)

VIII - promover a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e/ou agroindustriais; (revogado)

IX - prestar assistência técnica, com meios próprios ou através de convênios, para o desempenho agropecuário; (revogado)

X - difundir, estimular, promover e executar ações relativas ao desenvolvimento econômico, em todos os seus aspectos; (revogado)

XI - administrar as áreas públicas de interesse econômico (revogado)

Art. 17. A Secretaria compreende o Departamento de Agropecuária e Desenvolvimento Econômico, diretamente subordinado ao seu respectivo titular. (revogado)

Parágrafo Único. Ao Departamento estão subordinadas as seguintes divisões: (revogado)

a) Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada; (revogado)

b) Divisão de Indústria, Comércio e Serviços; (revogado)

c) Divisão de Jardinagem e Paisagismo; (revogado)

SEÇÃO IV

DOS CARGOS EM COMISSÃO

Art. 20 - ...

Parágrafo Único: Para os fins desta Lei, os cargos em comissão serão classificados da seguinte forma:

...

II – cargos de chefia:

a) ...

b) símbolo CC-4: dedicados a Chefia de Núcleos de Educação Infantil na Administração Direta, Chefia da divisão de Meio Ambiente, incluindo os cargos de Coordenador Executivo de Gabinete, Coordenador de Núcleos de Educação Infantil e Coordenador da Divisão de Meio Ambiente;

...

III – cargos de assessoramento:

a) símbolo DAS-2: dedicadas a Assessoramento Superior da Administração Municipal, incluindo o cargo em comissão de Assessor Institucional de Comunicação Social, Assessor Institucional de Relações Internas, Assessor Institucional de Política Pública de Saúde, Assessor Institucional de Saúde do Trabalhador, Assessor Institucional da Procuradoria Geral do Município, Assessor Institucional de Planejamento e Reestruturação Viária, Assessor Institucional de Obras e Serviços Urbanos e Agrícolas e Assessor Institucional de Assistência Social;

b) símbolo CC-2: dedicados a Assessoramento de Departamentos das Unidades Administrativas da Administração Direta ou dos Órgãos da Administração Indireta, incluindo os cargos de Assessor Jurídico, Assessor de Controladoria, Assessor de Custos e Patrimônio, Assessor da Fazenda e Administração, Assessor do Departamento de Ensino, Assessor Técnico de Programas e Políticas da Saúde, Assessor Técnico de Captação de Recursos, Assessor Técnico de Indústria, Comércio e Serviço e Coordenador de Defesa Civil;

c) símbolo CC-3: dedicados a Assessoramento do Gabinete, das Divisões dos Departamentos das Unidades Administrativas da Administração Direta ou dos Órgãos da Administração Indireta, incluindo o cargo de Assessor de Recursos Humanos e Assessor Executivo de Departamento;

d) símbolo CC-4: dedicados a Assessoramento nas Divisões dos Departamentos das Unidades Administrativas da Administração Direta

ou dos Órgãos da Administração Indireta, incluindo os cargos de Assessor da Divisão de Obras, Assessor da Divisão de Serviços Urbanos, Assessor da Divisão de Planejamento, Assessor da Divisão de Urbanismo, Assessor da Divisão de Imprensa e Comunicação, Assessor da Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada e Assessor da Divisão de Tributação e Fiscalização; e

...

SEÇÃO V

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 21 - ...

...

§ 3º - A remuneração do servidor designado para o exercício da função gratificada prevista no "caput" deste artigo não poderá exceder à remuneração de Secretário Municipal. (revogado)

...

CAPÍTULO V

DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 25 - ...

Parágrafo Único - É indelegável a competência decisória do Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízo de outros especificados em lei:

I - aprovação de licitações sob qualquer modalidade, de valor superior a 50.000 Unidades Fiscais do Município; (REVOGADO)

II - concessão e permissão de exploração de serviços públicos, após autorização legislativa; (REVOGADO)

..."

Art. 2º A reestruturação de cargos promovida por esta lei altera o Anexo XII da Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Nº DE CARGOS	SÍMBOLO D.A.S.-1	SUBSÍDIO MENSAL
01	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	
01	SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
01	SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01	SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
01	SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA	
01	SECRETARIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (REVOGADO)	
01	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL	
01	PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO	
01	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (REVOGADO)	
Total		
08 07		
Nº DE CARGOS	SÍMBOLO D.A.S. - 2	REF. SALARIAL 92
01	ASSESSOR INSTITUCIONAL DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS (REVOGADO)	
...	ASSESSOR INSTITUCIONAL DE PLANEJAMENTO E REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA	
01	ASSESSOR INSTITUCIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01	ASSESSOR INSTITUCIONAL DE OBRA, SERVIÇO URBANO E AGRÍCOLA	
Total		
07 09		

Nº DE CARGOS	SÍMBOLO CC-2	REF. SALARIAL 76 VENCIMENTO R\$ 4.177,72
01	DIRETOR DO DEPTO, DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL (REVOGADO)	
01	DIRETOR DO DEPTO. JURÍDICO (REVOGADO/RENOMEADO ASSESSOR JURÍDICO)	
01	DIRETOR DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA. COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (RENOMEADO)	
...	...	
01	DIRETOR DO DEPTO. DA FAZENDA (REVOGADO)	
01	DIRETOR DO DEPTO.DE MEIO AMBIENTE	
...	...	
01	DIRETOR DO DEPTO. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (REVOGADO)	
...	...	
01	DIRETOR DO DEPTO. DE TRÂNSITO (REVOGADO)	
01	DIRETOR DO DEPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
...	...	
01 02	ASSESSOR JURÍDICO (AMPLIAÇÃO DECORRENTE DA RENOMEAÇÃO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPTO JURÍDICO)	
01	ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE (REVOGADO/RENOMEADO DIRETOR DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE)	
01	ASSESSOR TÉCNICO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	
01	ASSESSOR TÉCNICO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
02	ASSESSOR TÉCNICO DE PROGRAMAS E POLÍTICAS DA SAÚDE	
...	...	
Total		
28 29		
Nº DE CARGOS	SÍMBOLO CC-3	REF. SALARIAL 61
...	...	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (REVOGADO/RENOMEADO)	
01	SUPERVISOR DA TESOUREARIA	
...	...	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA(REVOGADO/RENOMEADO)	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS DA SAÚDE	
...	...	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE EXPEDIENTE(REVOGADO)	
...	...	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE OBRAS(REVOGADO/RENOMEADO)	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
...	...	
01	SUPERVISOR DA DIVISÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS(REVOGADO)	
01	ASSESSOR DE PREVIDÊNCIA RECURSOS HUMANOS (RENOMEADO)	
...	...	
Total		
16 14		
Nº DE CARGOS	SÍMBOLO CC-4	REF. SALARIAL 52 VENCIMENTO R\$ 2.374,79
...	...	

03 01	ASSESSOR DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (REDUÇÃO DE CARGOS)	
Total		
16 14		
Nº DE CAR- GOS	SÍMBOLO CC-5	REF. SALARIAL 41
1507	ASSESSOR DE SERVIÇOS – NÍVEL I	
Total		
1507		
Nº DE CAR- GOS	SÍMBOLO CC-6	REF. SALARIAL 32
07	COORDENADOR DE SERVIÇOS - NÍVEL I	
Total		
07		
TOTAL GERAL		
100 88		

..."
(...)

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar 02 de janeiro de 2017 em vigor no dia 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO ÚNICO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

OS ANEXOS I A VIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 196 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000, FICAM REESTRUTURADOS/SUBSTITUÍDOS, PELOS ANEXOS CONSTANTES A SEGUIR:

OBS: O ATO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA PREFEITURA/LEGISLAÇÃO

LEI Nº 2861, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2861, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei nº 1.056, de 16 de maio de 1989, que institui a Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o parágrafo único do art. 8º da Lei nº. 1056, de 16 de maio de 1989 (alterada pela Lei 2120, de 21 de dezembro de 2000), passando a vigorar com a seguinte redação:

Art.8º

§ 1.º Em caso de extinção da Fundação de Piscicultura Integrada do Vale de Itajaí, o imóvel sede, acrescido das benfeitorias, será revertido à Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), devendo ser destinado a atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§2.º Caso não seja dada ao imóvel a destinação prevista no

parágrafo anterior, esse reverterá ao Município de Timbó.

§2.º revogado

Art. 2.º Fica acrescido ao Projeto de Lei n.º 35/2016 o art. 2.º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

“Art. 2.º O art. 2.º da Lei n.º 2.120, de 21 de dezembro de 2000 passa a ter a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Art. 2.º O Município de Timbó fica autorizado a desvincular-se da Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí – FUNPIVI, mediante as seguintes condições:

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

§1(...)

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD N.º 04/2016

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Timbó.

FAÇO SABER a todos os Munícipes, que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó, aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO MD:

Art. 1.º Será facultativo o ponto para os servidores da Câmara Municipal de Timbó no dia 23 de dezembro de 2016.

Art.2.º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 22 de dezembro de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Reimar Raddatz
Vice-Presidente

Rubens Borcardt
Secretário

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 107, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 107, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispensa da Função Gratificada servidores lotados no SAMAE a contar de 30 de dezembro de 2016

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002 e pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada os Servidores abaixo relacionados, a contar de 30 de Dezembro de 2016:

NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
Lourdes Moser	001, de 02/01/2013
Beatris Zobolli Campregher	146, de 01/09/2015
Vanessa Lucia Bahr Lauriola	161, de 01/10/2015
Diego Zatelli	133, de 03/08/2015
Luciane Zenke	001, de 02/01/2013
Maurília Maukevick	134. de 03/08/2015
Andrea T Franz	001, de 02/01/2013
Andrey Henrique Wanser	071, de 03/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda - CNPJ sob o nº 17.970.164/0001-44.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 053/2016, prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e vigência do item 4.3 para até 31 de dezembro de 2016, prazo máximo para a execução, entrega da obra e realização dos pagamentos.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 22 de dezembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 93/2016

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2015

Termo Aditivo nº 93/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda - CNPJ sob o nº 17.970.164/0001-44.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 005/2015 prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e da vigência do item 4.3 para até 31 de dezembro de 2016, prazo máximo para a execução.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 22 de dezembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 94/2016

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2015

Termo Aditivo nº 94/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: TMK Engenharia – Eireli Me - CNPJ sob o nº 18.486.112/0001-60.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 027/2015 prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e da vigência do item 4.3 para até 30 de junho de 2017, prazo máximo para a execução.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 22 de dezembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 95/2016

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2015

Termo Aditivo nº 95/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Plana Serviços Técnicos e Administrativos Ltda Me - CNPJ sob o nº 07.756.659/0001-11.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 028/2015 prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e da vigência do item 4.3 para até 30 de junho de 2017, prazo máximo para a execução.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 22 de dezembro de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 553/L/2016**

PORTARIA N. 553, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

EXONERAR o senhor ADEMAR DE OLIVEIRA CANTOVIK, ocupante do cargo de Assessor Especial, Padrão PC-03, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 22 de Dezembro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 23 de Dezembro de 2016.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 554/L/2016

PORTARIA N. 554, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

EXONERAR a senhora ROSANI ALVES GUEDES, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete da Presidência, Padrão PC-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 22 de Dezembro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 23 de Dezembro de 2016.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 555/L/2016

PORTARIA N. 555, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

EXONERAR a senhorita LIGIA CAROLINE SAWISKI, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar de Apoio Técnico, Padrão CC-02-A, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 22 de Dezembro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 23 de Dezembro de 2016.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 556/L/2016

PORTARIA N. 556, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

EXONERAR a senhora GISELE APARECIDA PUSCHINSKI DE SOUZA, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar de Apoio Técnico, Padrão CC-02-A, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 22 de Dezembro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 23 de Dezembro de 2016.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 166/2016

PORTARIA Nº 166/16 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Ana Paula Biagentini	18/02/2015 a 17/02/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Andréia C. F. Viêra	25/06/2015 a 24/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Claudia Kamin	19/02/2016 a 18/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Deisy Karine Juchen	03/02/2016 a 02/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Edinéia Ap. Ansiliero	25/06/2015 a 24/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Eliane C. A. Slongo	01/02/2016 a 31/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Fernanda De Andrea Dalabrida	24/09/2015 a 23/09/2016	21/12/2016 a 09/01/2017	20
Helga Zeisler Feilstrecker	03/05/2015 a 02/05/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Ivone Margreiter	03/02/2016 a 02/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Ivonete F. De Oliveira Bello	03/08/2015 a 02/08/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Jocieli Dos Santos	27/01/2016 a 26/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Juli Maria Zanatto Stockl	18/02/2016 a 17/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Jussara Ap. Viêra Dresch	01/07/2015 a 30/06/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Luciana Cardoso	30/07/2015 a 29/07/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Luciane Aparecida Boesing	18/02/2016 a 17/02/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Malvina T. De Oliveira	19/01/2016 a 18/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Mari Piaia	01/10/2015 a 30/09/2016	21/12/2016 a 09/01/2017	20
Maria Pelentir	18/02/2016 a 17/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Marisa Ap. Carneiro Pezzi	25/06/2015 a 24/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Maria Denir Borges Da Silva	08/04/2016 a 07/04/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Marisa Ap. Oliveira Kubicke	18/02/2016 a 17/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Maristela Barbieri	13/06/2015 a 12/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Marli F. De Souza Mergener	01/07/2015 a 30/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Matilde Zuffo	20/06/2015 a 08/11/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Nelceni Surdi	07/01/2016 a 06/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Osimara Ap. Isler De Oliveira	30/07/2015 a 29/07/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Silmara Ap. Alves Rodrigues	25/06/2015 a 24/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Talitta Angelica Marchioro	30/06/2014 a 30/11/2015	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Tania Becker Klagenberg	10/02/2016 a 09/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Vanda Falchetti Hofsteter	06/01/2016 a 05/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Zenir Weber	17/01/2016 a 16/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Kelimara Mocelin	19/02/2016 a 18/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Aline Gomes Viana	19/02/2016 a 18/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Aline Pirovano	15/02/2016 a 14/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Alice Gomes Viana	06/05/2016 a 05/05/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Clair Fernandes	15/02/2016 a 14/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Claudia De Bastiani	11/10/2016 a 10/10/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30

Elenice Salete H. Falchetti	06/09/2016 a 05/09/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Elisiane Santos De Moura	04/04/2016 a 03/04/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Eliana Aparecida Leite	11/05/2016 a 10/05/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Inae Cheiene Sezario	19/02/2016 a 18/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Jéssica Zuffo Hackbarth	05/09/2016 a 04/09/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Juliana L. D. Cavalli	19/02/2016 a 18/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Jucelita L. Hoffmann Fiedler	05/02/2016 a 04/02/2017	21/12/2016 a 09/01/2017	20
Maria Izabel Marangoni	12/02/2016 a 11/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Marisa Schneider	10/02/2016 a 09/02/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Naiane De Rós	12/02/2016 a 11/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Priscila Daniele Vanni	12/02/2016 a 11/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Roseli B. Da Silva Camaroto	12/02/2016 a 11/02/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Ruthilene Da Costa Oliveira	04/03/2016 a 03/03/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Sandra Putton Caron	12/02/2016 a 11/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Sirlei Eberts	15/02/2016 a 14/02/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Terezinha Salete Pessin Guidio	12/02/2016 a 11/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Cristhiani Gallon Motta	19/01/2016 a 18/01/2017	14/12/2016 a 12/01/2017	30
Gisela Veronica Oberbacher	04/06/2015 a 03/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Diretor de Gestão de Receitas

PORTARIA 167/2016

PORTARIA Nº 167/16 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR comissão abaixo especificada para verificar a entrega e conferência dos equipamentos e materiais a serem destinado a Creche Anna Maria Hausberger conforme Processo Licitatório nº 72/2016.

Mari Piaia
Jucelita Fiedler
Jocieli dos Santos

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Diretor

PORTARIA 168/2016

PORTARIA Nº 168/16 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Adriana Aparecida Hensel	01/08/2015 a 31/07/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Ane Margarida Soerger Zaro	18/05/2015 a 17/05/2016	21/12/2016 a 09/01/2017	20
Bianca Laurindo Brandalize	01/07/2016 a 30/06/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Diego Mergener	11/02/2016 a 15/03/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Gilberto Hoffelder Júnior	21/11/2015 a 20/11/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Ivan José Scheuer	02/02/2016 a 01/02/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Ivo Paulo Hartmann	05/10/2016 a 04/10/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Jaime Berte	04/01/2016 a 03/01/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Karine Kandler	16/01/2016 a 15/01/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Leocir Antonio Carneiro	03/10/2016 a 02/10/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Liana Lucietti Holzmman	14/09/2015 a 13/09/2016	21/12/2016 a 09/01/2017	20
Marli Ansiliero	02/02/2016 a 01/02/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Mauro Dresch	01/01/2015 a 31/12/2015	21/12/2016 a 04/01/2017	15
Neide Fachin Piaia	02/10/2015 a 01/10/2016	21/12/2016 a 04/01/2017	15
Rafael Hensel	03/10/2016 a 02/10/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Sandro Eduardo Hartmann	02/03/2016 a 01/03/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Sophia Melito Araújo	20/07/2016 a 19/07/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Tarcísio Irineu Trevisol	03/01/2016 a 02/01/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Vinícius Schirmann Mendes	28/06/2014 a 27/06/2015	21/12/2016 a 04/01/2017	15
Joseane Antunes Brandão	11/06/2015 a 10/06/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Iliseo Alfredo Michel	03/10/2016 a 02/10/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Marli D. B. Bavaresco	03/12/2014 a 02/12/2015	15/12/2016 a 29/12/2016	15
Vania Raquel Gwiggner	12/06/2015 a 11/06/2016	15/12/2016 a 13/01/2017	30
Diana Maria Vuelma	02/07/2015 a 01/07/2016	19/12/2016 a 07/01/2017	20
Gisele Rofner Joenck	21/07/2015 a 20/07/2016	19/12/2016 a 02/01/2017	15
Clarissa Anrain	03/06/2015 a 02/06/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Gilmar Pessin	12/02/2015 a 11/02/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Leonardo De Oliveira Bello	07/01/2016 a 06/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Paulo César Geuster	07/01/2016 a 06/01/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Acácio Ysao Yamaguti	08/03/2016 a 07/03/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Bárbara Maria Bortoli	01/03/2016 a 28/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Cleithon Rover	02/07/2016 a 01/07/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Cristhiano Ariati	19/02/2016 a 18/02/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Loredi De Fátima Ramos	01/07/2016 a 30/06/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Maristela Mazetto	07/03/2016 a 06/03/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Peter Hans Huber	01/10/2015 a 30/09/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Raquel Spinello	24/06/2016 a 23/06/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Roseli Da Silva	01/07/2016 a 30/06/2017	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Eunice Cátia Bottega	14/12/2015 a 13/12/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Verônica Neumayr Tiecker	25/04/2015 a 24/04/2016	28/12/2016 a 26/01/2017	30
Gisele Mergener	16/12/2015 a 15/12/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Magda R. Garbin Barcaro	16/07/2014 a 15/07/2015	21/12/2016 a 09/01/2017	20

Ana Cristine B. Gomes Viana	25/01/2016 a 24/01/2017	19/12/2016 a 17/01/2017	30
Antoninho Guesser	02/10/2015 a 01/10/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Gema Baú	01/02/2016 a 31/01/2017	19/12/2016 a 17/01/2017	30
Ivadete Ap. S. Felsner	03/02/2016 a 02/02/2017	19/12/2016 a 17/01/2017	30
Ivonete Aparecida Osterer	03/02/2016 a 02/02/2017	19/12/2016 a 17/01/2017	30
Jéssica Aparecida Mores	10/02/2016 a 09/02/2017	19/12/2016 a 17/01/2017	30
José Carlos Toporoski	21/06/2015 a 20/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Odete F. Baldo Marangoni	01/02/2016 a 31/01/2017	19/12/2016 a 17/01/2017	30
Jéssica Dal Pivo	06/10/2015 a 05/10/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Karina Boesing Kucera	14/10/2015 a 13/10/2016	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Michele Dos Santos Silva	30/05/2016 a 29/05/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10
Robert Unterberger	21/11/2016 a 20/11/2017	21/12/2016 a 30/12/2016	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Diretor de Gestão de Receitas

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 126/2016

DECRETO 126/2016 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

"REVOGA A ALÍENA "C" DO ITEM I DA TABELA ANEXA AO DECRETO Nº 002/87".

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º- Fica revogado a alínea "C" do item I da Tabela anexa ao Decreto nº 002/87, de 29/01/1987.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Lei nº 1937

LEI Nº 1937 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DENOMINA VIA PÚBLICA, NO LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL BRACATINGA II NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL"

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina Rua Bracatinga II, a Rua que dá acesso ao Loteamento de Interesse Social Bracatinga II.

§ 1º Com Início na Rua Jorge Lacerda, alcançando seu final na área sem saída.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças Interina

Portaria 236/2016

PORTARIA 236/2016 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA PORTARIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam REVOGADAS as disposições constantes nas Portarias nº 267/2015, 268/2015, 269/2015, 270/2016 de 12 de junho de 2015, que responde interinamente as Secretarias (Secretaria dos Transportes, obras e serviços urbanos, Secretaria de Agricultura e meio Ambiente, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Planejamento Urbano e Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo), a partir de 31 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1848/2016

Decreto Municipal nº 1848/2016 , de 13 de dezembro de 2016.

“Estabelece o desbloqueio de dotações orçamentárias e da movimentação financeira no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências”.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

Decreta:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para desbloqueio de dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento do déficit orçamentário no montante de R\$ 268.477,29 (Duzentos e sessenta e oito mil quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e dez reais e setenta e quatro centavos) apurado no período de janeiro a novembro de 2016.

Art. 2º - Em cumprimento ao que determina o art. nº 16, da Lei nº 1239/2015 – LDO 2016, de 25 de novembro de 2015, ficam desbloqueados as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa e Fontes de Recursos descritas a seguir:

Órgão	Proj./Ativ	Elemento – Dotação	Fonte	R\$
Gabinete do Prefeito Municipal e Vice	1.004	3.1.90.00.00.00.00.00 – 02	1104	20.000,00
Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças	1.004	4.4.90.00.00.00.00.00 – 05	1104	3.840,00
	2.052	3.3.90.00.00.00.00.00 – 09	1104	6.000,00
	2.007	3.3.90.00.00.00.00.00 – 21	1104	27.137,73
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	2.011	3.1.90.00.00.00.00.00 – 43	1018	70.584,91
	2.013	3.3.90.00.00.00.00.00 – 50	1124	27.371,29
	1.005	4.4.90.00.00.00.00.00 – 72	1105	31.333,88
	2.011	3.3.90.00.00.00.00.00 – 44	1019	8.430,42
	2.012	3.3.90.00.00.00.00.00 – 56	1019	6.897,61
	2.012	3.3.90.00.00.00.00.00 – 59	1110	8.642,58
	2.058	3.3.90.00.00.00.00.00 – 68	1121	14.372,32
Fundo Municipal de Saúde	2.037	3.3.90.00.00.00.00.00 – 16	1002	43.866,55
TOTAL GERAL			R\$	268.477,29

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tunápolis, em 13 de dezembro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

DECRETO 1851/2016

Decreto nº 1851/2016 de 21 de dezembro de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 279.593,17 (Duzentos e setenta e nove mil quinhentos e noventa e três reais e dezessete centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1288/2016;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 279.534,31 (Duzentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção,

coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ.E FINANÇAS
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (6)	104.941,17
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj./Ativ	12.361.0005.2.010	Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (34)	10.000,00
Unidade: 04.02 ENSINO FUNDAMENTAL		
Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (42)	50.000,00
Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL		
Proj./Ativ	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.1018	Aplicações Diretas (55)	30.000,00
Proj./Ativ 12.365.0005.2.060 Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil		
3.3.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (61)	1.400,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO		
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (104)	75.000,00
Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS		
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos Passageiros, Pontes e Pontilhões
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (109)	3.000,00
Proj./Ativ 25.752.0009.2.029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (118)	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1127	Aplicações Diretas (119)	1.193,17

TOTAL.R\$ 279.534,31

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (2)	5.000,00
Unidade: 03.01 ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS		
Proj./Ativ	04.122.0002.1.004	Aquisição de Veículo, Equipamentos e demais Materiais
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (5)	3.840,00
Proj./Ativ 04.122.0002.2.024 Manutenção de Consórcio Público – CIGA		
3.3.93.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (8)	1.146,00
Proj./Ativ 04.122.0002.2.052 Manutenção dos Serviços do Transporte Rodoviário de Passageiros		
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (9)	6.500,06
Proj./Ativ 08.243.0018.2.049 Manutenção do Conselho Tutelar		
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (10)	4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (11)	2.000,00
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (21)	26.000,00
Proj./Ativ	06.181.0000.2.056	Manutenção do Programa de Videomonitoramento
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (30)	3.500,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1018	Aplicações Diretas (43)	30.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (37)	3.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.1.009	Aquisição de Veículos para Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (41)	1.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (49)	5.164,75
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL
Proj./Ativ	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (54)	23.000,00
Proj./Ativ	12.365.0005.2.061	Manutenção da Merenda Escolar da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (63)	1.700,00
Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO
Proj./Ativ	12.362.0004.2.018	Auxílios Financeiros para Estudantes Ensino Médio
3.3.50.00.00.00.00.00.1104	Transf.a Instituições Privadas s/Fins Lucr. (64)	972,50
Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR
Proj./Ativ	12.364.0006.2.059	Auxílios Financeiros para Estudantes Ensino Superior
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (71)	7.783,05
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Proj./Ativ	12.365.0005.1.005	Construção, Ampliação e Conservação de Creche Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (72)	31.333,88
Proj./Ativ	12.365.0005.2.062	Manutenção da Merenda Escolar da Creche Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (76)	2.700,00
Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ	12.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (82)	18.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (83)	11.000,00
Unidade:	04.10	CULTURA
Proj./Ativ	13.392.0008.1.010	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (85)	712,00
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (86)	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (87)	3.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (93) 4.000,00
Proj./Ativ	20.606.0013.2.050	Programa de Subsídios Agrícolas
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (94) 9.000,00
Proj./Ativ	20.606.0013.2.025	Programa de Melhoramento Genético
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (95) 2.000,00
Proj./Ativ	24.722.0013.2.057	Manutenção da Telefonia Fixa e Internet no Meio Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (99) 3.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO
Proj./Ativ	26.782.0015.1.026	Construção, Ampliação, Conservação Pavilhão para DMER
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (103) 1.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (114) 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (116) 10.000,00
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.1127		Aplicações Diretas (120) 1.193,17
Órgão:	07.00	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	22.661.0014.2.046	Manutenção dos Serviços da Indústria e Comércio
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (122) 2.500,00
Proj./Ativ	23.691.0014.2.051	Programa de Auxílio Financeiro Pró-Empresa
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (123) 25.000,00
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (124) 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (125) 4.547,76
Proj./Ativ	08.244.0003.2.035	Manutenção dos Benefícios Eventuais
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (138) 4.941,14

TOTAL. R\$ 279.534,31

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 21 de dezembro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

DECRETO 1852/2016

Decreto nº 1852/2016 de 21 de dezembro de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 61.261,72 (Sessenta e um mil duzentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1288/2016;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 61.261,72 (Sessenta e um mil duzentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (7)	41.261,72
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (9)	15.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.034	Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (12)	5.000,00

TOTAL.R\$ 61.261,72

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.037	Manutenção do Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (16)	43.000,00
Proj./Ativ	10.301.0012.2.047	Manutenção do NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (21)	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (24)	1.616,25
Proj./Ativ	10.304.0012.2.040	Manutenção da Vigilância e Promoção em Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00.1000	Aplicações Diretas (39)	1.302,02
3.1.90.00.00.00.00.00.3000	Aplicações Diretas (69)	1.035,54
3.3.90.00.00.00.00.00.1000	Aplicações Diretas (71)	3.307,91
4.4.90.00.00.00.00.00.1000	Aplicações Diretas (70)	3.000,00

TOTAL.R\$ 61.261,72

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 21 de dezembro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

DECRETO 1853/2016

Decreto nº 1853/2016 de 21 de dezembro de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.006,33 (Quarenta e sete mil e seis reais e trinta e três centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1288/2016;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 47.006,33 (Quarenta e sete mil e seis reais e trinta e três centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Órgão:	10.00	SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.1002	Aplicações Diretas (7)	47.006,33

TOTAL.R\$ 47.006,33

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (125)	10.452,24

Proj./Ativ	08.244.0003.2.033	Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (135)	6.500,00

Proj./Ativ	08.244.0003.2.036	Manutenção do Programa Bolsa Família (PBF)
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (139)	1.081,04

Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ	08.243.0018.2.031	Manutenção de Centros de Atendimento à Crianças e Adolescentes
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (142)	3.760,00
Proj./Ativ	08.243.0018.2.048	Manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (144)	3.773,55

Órgão:	11.00	FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade:	11.01	FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ	16.482.0010.2.021	Programa de Auxílio Financeiro Pró-Casa
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (147)	7.000,00

Órgão:	12.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Unidade:	12.01	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
Proj./Ativ	17.512.0011.1.020	Construção, Ampliação, Conservação Esgotamento Sanitário
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (149)	4.529,50

Proj./Ativ	17.512.0011.1.025	Aquisição de Equipamentos e Máquinas para SAMAE
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (152)	1.910,00

Proj./Ativ	17.512.0011.2.042	Manutenção do Abastecimento de Água Potável
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (155)	8.000,00

TOTAL.R\$ 47.006,33

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 21 de dezembro de 2016.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

CONVENIO FMS 03/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 002/2016

CONVENIADO: Hospital São Sebastião de Turvo.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro por parte do Fundo Municipal de Saúde ao Hospital São Sebastião de Turvo com o objetivo de auxiliar no custeio e manutenção do Hospital.

VALOR: R\$ 150.000,00

VIGÊNCIA: Dezembro de 2016.

DECRETO 51/2016

DECRETO Nº 051/16, de 15 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 411.000,00 (quatrocentos e onze mil reais) e no Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

17.512.0057.1.032 – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (087) – Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0035.2.011 – MANUTENÇÃO E FUNCION. DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0058 (045) – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

08.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0047.2.027 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (107) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0026.2.007 – MANUTENÇÃO DO CONV. RADIO PATRULHA E SSP TRANSITO

3.3.90.00.00.00.00.00.0165 (016) – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0025.2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (001) – Aplicações Diretas
..... R\$ 11.000,00

03.01 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0027.2.004 – MANUT. E FUNC. DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (005) – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (008) – Aplicações Diretas
..... R\$ 120.000,00

05.01 – SEC. DA IND. AGROIND. COM. TRAB. E DES. COMUNITÁRIO

22.661.0029.2.006-MANUT. E FUNC. SEC. DE IND. AGROIN. COM. TRAB. E DES. COM

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (027) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0046.2.051 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 (004) – Aplicações Diretas
..... R\$ 260.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 356.000,00, da fonte 0058 por excesso de arrecadação do FNDE Salário Educação no valor de R\$ 35.000,00, da fonte 0112 por excesso de arrecadação do FNDAS no valor de R\$ 5.000,00, da fonte 0165 por excesso de arrecadação do Convênio SSP Transito no valor de R\$ 15.000,00 e da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 260.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 15 de Dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 52/2016

DECRETO Nº 052/16, de 20 de Dezembro de 2016.

ATUALIZA VALOR VENAL DE IMOVEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 13, § 2º da Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004 (Código Tributário Municipal).

DECRETA

Art. 1º. O valor venal dos imóveis para o exercício de 2017 será atualizado com base na variação do Índice Geral de Preços Médios – IGPM, do período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 53/2016

DECRETO Nº 053/16, de 20 de Dezembro de 2016.

FIXA CALENDÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004 (Código Tributário Municipal).

DECRETA

Art. 1º. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) será arrecadado em 05 parcelas iguais e a vencer nas seguintes datas:

- 1ª parcela: 10/03/2017;
- 2ª parcela: 10/04/2017;
- 3ª parcela: 10/05/2017;
- 4ª parcela: 10/06/2017;
- 5ª parcela: 10/07/2017.

Parágrafo Único. Poderá ser efetuado o pagamento em parcela única, até 10/03/2017, sendo concedida uma bonificação de 10% (dez por cento) sobre o imposto, conforme previsto na Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 2º. As taxas municipais terão os seguintes vencimentos:

- a) Taxa de Fiscalização, de Localização, Instalação e de Funcionamento de Estabelecimentos – TFL: 10/02/2017;
- b) Taxa de Serviços de Conservação de Ruas e Logradouros Públicos – TSCRLP, Taxa de Serviços de Limpeza Pública – TSL, Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Resíduos Sólidos – TSCRRS e Taxa de Expediente – TE para expedição do carne do IPTU, serão cobrados nas mesmas datas de vencimento do IPTU;

Art. 3º. O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) fixo será arrecadado em 08 parcelas a vencer nas seguintes datas:

- 1ª parcela: 10/02/2017;
- 2ª parcela: 10/03/2017;
- 3ª parcela: 10/04/2017;
- 4ª parcela: 10/05/2017;
- 5ª parcela: 10/06/2017;
- 6ª parcela: 10/07/2017;

- 7ª parcela: 10/08/2017;
- 8ª parcela: 10/09/2017.

Art. 4º. O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) homologado será arrecadado mensalmente até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 20 de dezembro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

TA 006/2016

TERMO ADITIVO 006/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS

Nº 003/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo e conforme consta no Contrato Original, resolvem prorrogar o Contrato Nº 003/2014.

VIGÊNCIA: 01/01/2017 à 31/12/2017

UNIÃO DO OESTE-SC, 22 de dezembro de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

PRESIDENTE

TA 007/2016

TERMO ADITIVO 007/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO

OESTE/SC

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CNPJ: 09.427.503/0001-12

VALOR: 3.024,00 (Três mil e vinte e quatro reais)

OBJETO: Contratação dos serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação.

VIGÊNCIA: 01/01/2017 à 31/12/2017

UNIÃO DO OESTE-SC, 22 de dezembro de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

PRESIDENTE

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 38 2016 FMS PR 34 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016/FMS

Objeto: aquisição PARCELADA de material médico hospitalar. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 20/01/2017, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 20/01/2017. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Rosane Zatta. Pregoeira

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.084/2016

DECRETO N.º 084/2016, de 22 de dezembro de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.066/2015 de 09 de dezembro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Modalidade 319000.00.01.0035.0030 – Aplicações Diretas R\$ 200,00

Modalidade 339000.00.01.0035.0030 – Aplicações Diretas R\$ 37,31

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 035.0030 – Transferências do SUAS/União – Piso Básico Fixo, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 237,31

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 24 de dezembro de 2016

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 24/12/2016

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 228/16

ATA 228/2016-CMAS – Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS com a seguinte pauta: 1. Apresentação da Prestação de Contas do FMAS (Instrução Normativa n. 20); 2. Plano de Trabalho do CMAS para o ano de 2017; 3. Censo SUAS 2016; 4. Supressão da alteração do artigo 203, da Constituição Federal; 5. Programa Criança Feliz; 6. Assuntos Gerais. Registre-se que a Sra. Justina Inês Fruet de Lima, diretora do Departamento de Ação Social, e o Sr. Ademar Gaedke, enquanto convidado, acompanharão a reunião. Instalado o quórum, o Vice-Presidente do CMAS, Sr. Estiver Domer da Silva, iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Quanto à apresentação da Prestação de Contas do FMAS (Instrução Normativa n. 20), explicou-se ao Conselho o formato para realização da prestação de contas, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Após, apresentam-se os dados da prestação de contas do FMAS, dos meses de janeiro a setembro de 2016, repassados pelo Departamento de Ação Social, para ciência do CMAS. Os conselheiros presentes, após análise, apuseram sua ciência no documento, o qual será arquivado junto com os demais arquivos do CMAS. A Sra. Justina, também nesse sentido, informou que haverá o fechamento da prestação de contas dos meses de outubro, novembro e dezembro, a qual será apresentada ao Conselho para aprovação a partir de janeiro de 2017. Em seguida, os conselheiros trataram das atribuições dos conselhos municipais de assistência social e das instâncias de controle do programa bolsa família. Acerca do Plano de Trabalho do CMAS para o ano de 2017, apresentou-se a sugestão, a qual foi aprovada e será retomada a partir da próxima reunião. Em seguida, acerca do Censo SUAS 2016, informou-se a finalização no Conselho, conforme tratado nas últimas reuniões, e em cada equipamento e o encaminhamento ao MDS. Após, tratou-se da requisição do CNAS para supressão da alteração do artigo 203, da Constituição Federal, o qual trata do Benefício de Prestação Continuada. Acerca do Programa Criança Feliz, além disso, foram trazidas as informações referentes e que o Estado de Santa Catarina não aderiu ao programa. Sugeriu-se aos Conselheiros, além disso, a leitura dos materiais disponíveis acerca desses temas. Encerradas as discussões, 15h17min, nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Reiterou-se que a próxima reunião ordinária do CMAS está designada para a data de 09/02/2017. A Sra. Justina, de igual forma, informando acerca do encerramento da sua gestão, agradeceu o trabalho desenvolvido e a presença de todos. Esta Ata foi lida e aprovada nesta reunião. Eu, Estiver Domer da Silva _____, Vice-Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

TERMO ADITIVO Nº 196/2016

Termo Aditivo nº 196/2016
Contrato/Ata nº: ATA nº 92/2016
Processo: PR nº 50/2016-PMV
Contratado: Ricarl Distribuidora Eireli ME
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por 01 (um) mês, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de janeiro de 2017.
Data: 22/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 197/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 197/2016
Contrato/Ata nº: ATA nº 195/2016
Processo: PR nº 110/2016-PMV
Contratado: JOINMIX COMÉRCIO CASA E CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 195/2016 por 03 (três) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 30/03/2017.
Data: 22/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 198/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 198/2016
Contrato/Ata nº: CT nº 106/2015
Processo: PR nº 04/2015-FMAS
Contratado: SEGURSAT SEGURANÇA LTDA ME
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 106/2015 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 31/12/2017.
Data: 22/12/2016.

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 11 2016

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS NOVEMBRO/2016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	6.517.668,98
1.2 - ITBI	1.617.139,52
1.3 - ISS	9.704.638,29
1.5 - IRRF	2.544.399,48
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	553.969,83
1.7 - Multas e Juros de Impostos	492.551,18
1.8 SOMA	21.430.367,28
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	19.688.078,47
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	140.392,78
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	34.699.615,69
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	495.502,14
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	25.273,27
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	6.720.667,22
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	61.769.529,57
1.18 TOTAL	83.199.896,85

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	20.799.974,21
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	19.416.341,03
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	265.276,62
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	314.657,73
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.933.896,03
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	107.464,98
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	636.214,27
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.456.112,06
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	77.259,77

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	20.799.974,21	32.694.807,54	11.894.833,33
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		17.463.613,26	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		15.231.194,28	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	19.681.617,65	19.197.728,66	-483.888,99
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	11.808.970,59	17.356.055,20	5.547.084,61
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	7.872.647,06	1.841.673,46	-6.030.973,60
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.677.575,28	1.973.179,10	-704.396,18
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.533.371,83	1.286.926,32	-246.445,51

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	30,33%	5,33%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	88,18%	28,18%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	9,36%	-31,04%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	19.416.341,03	12.221.316,99	7.195.024,04

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 22 de dezembro de 2016.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01/2016 - AO CONTRATO 01/2016 - CMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato de Termo Aditivo nº 01/2016

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira publica o que segue:

Termo Aditivo 01/2016 ao contrato nº 01/2016

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

OBJETO: prorrogação do Contrato Administrativo n.º 01/2016 (Gestão das Câmaras de Vereadores), nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

VALOR DO TERMO ADITIVO: 4.050,00 (quatro mil e cinquenta e reais).

VIGÊNCIA: 01/01/2017 a 31/12/2017.

ASSINATURA: 21/12/2016.

Videira, 21 de Dezembro de 2016.

RAFAEL BALESTRIN

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME.

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15 residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME, com registro no CNPJ nº 82.092.487/0001-44, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Estrada Geral Serra da Abelha, no presente ato representada pelo Sr. MANOEL MARCELINO, brasileiro, CPF nº 508.013.769-04, residente e domiciliado na Rua Estrada geral Serra da Abelha, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2017, de acordo com o disposto na lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2017, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 002/2014.

ITEM	DESCRIÇÃO
01
02	Transporte escolar matutino saindo da localidade de Cinco Lotes propriedade do senhor Lauro da Cruz, passando pela Colônia Sadlowski até a propriedade do senhor Jose Sadlowski, voltando até o cruzamento do Cinco Lotes com a Serra da Abelha II, com aproximadamente 26 alunos; e entrando na localidade de Campo Lençol fazendo contorno nas tífis (06 km), retornando para a Escola Municipal Serra da Abelha I, com aproximadamente 10 alunos, num percurso total aproximado de 52 km de ida e volta.

CLÁUSULA OITAVA – Do Preço

Pela aquisição dos serviços especificados na cláusula primeira, a Contratante pagará à Contratada:

- Item "001"....
- Item "002" o valor de R\$ 190,71 (cento e noventa reais e setenta e um centavos)

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo 2017, começando a contar a partir de sua assinatura.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitor Meireles/SC, 13 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME
Prefeito Municipal Empresa

Testemunhas:

Nome: Claudinei Feliciano CPF: 042.800.449-02	Nome: Caroline A. M. Wachholz CPF: 088.065.569-08
--	--

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 065/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: CUNHA TECNOLOGIA EM TELEFONIA LTDA. - ME
CNPJ: 16.941.682/0001-77

OBJETO: Prestação de serviço de manutenção conforme mencionado abaixo e nos equipamentos fornecidos em caráter de comodato conforme relacionados à seguir:

- 01 CENTRAL TELEFÔNICA PANASONIC TES 32 5/16 – (COMODATO)
- 01 PROTEÇÃO DE LINHA – (COMODATO)
- 01 NOBREAK NHS 600 VA – (COMODATO)
- 01 INTERFACE DE CELULAR
- MANUTENÇÃO EM CENTRAL, INTERFACE E LINHAS – (SERVIÇO)
- 01 GESTÃO DE FATURAS TELEFÔNICAS FIXA E MÓVEL – (SERVIÇO)

VALOR DO CONTRATO: Pela manutenção dos equipamentos cedidos em comodatos, a CONTRATANTE pagará mensalmente o importe de

R\$ 649,70 (Seiscentos e Quarenta e Nove Reais e Setenta Centavos)

PRAZO VIGÊNCIA: Inicia-se em 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de dezembro de 2017.

Vitor Meireles – SC, 22 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 066/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ: 07.753.029/0001-93

OBJETO: O presente contrato tem por objeto:

A implantação de software denominado Sistema de Controle Interno, o qual compreende o programa e seu respectivo banco de dados, com verificações de ordem constitucional, legal, normativa e técnico administrativa, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

Locação do software descrito no item anterior;

Adequação e compatibilização das verificações à estrutura administrativa do Município;

Prestação de serviços técnicos especializados no treinamento operacional do sistema locado;

Atualização permanente do software e respectivas verificações.

VALOR DO CONTRATO: Pela mensalidade e manutenção do SISTEMA, o Município pagará o valor de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) mensais, totalizando para os 12 meses o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil duzentos reais), com vencimento no décimo dia útil do mês subsequente ao do serviço prestado.

PRAZO VIGÊNCIA: Inicia-se em 01 de janeiro de 2017, com término em 31 de dezembro de 2017.

Vitor Meireles – SC, 22 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 267/2016

PORTARIANº 267/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Marcia Schramm Nardi	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Ademar Domingos Fusinato	31/12/2015	a	30/12/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Claudia Meneghelli Fusinato	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Erico Bittelbrunn	10/05/2015	a	09/05/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Juliana Fusinato Eichenberg	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Leonice Morgenroth	01/03/2016	a	30/11/2016	02/01/2017	a	24/01/2017
Marcelo André Agostini	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Rosane Vieira	01/12/2015	a	30/11/2016	16/01/2017	a	04/02/2017
Rosani Degracia	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Solange Aparecida Fausto Boing	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 268/2016

PORTARIANº 268/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
André Luis Rinaldi	12/07/2015	a	11/07/2016	02/01/2017	a	21/01/2017
Breno Vilhalba Pamplona	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Caroline Aparecida Mazoti Wachholz	29/05/2016	a	30/11/2016	02/01/2017	a	16/01/2017
Claudinei Feliciano	10/02/2016	a	31/12/2016	02/01/2017	a	29/01/2017
Inezita Wippel	25/09/2015	a	24/09/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Jair Wippel	31/12/2015	a	30/12/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Jeovana Winter	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	21/01/2017
Joice Batista da Silva Watras	30/10/2015	a	29/10/2016	02/01/2017	a	21/01/2017
Luis Carlos Boing	08/03/2015	a	07/03/2016	09/01/2017	a	28/01/2017
Marcio José Pavanello	02/06/2015	a	01/06/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Sandro Lunelli	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017
Simone Sartor	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 269/2016

PORTARIANº 269/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
César Suave	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	16/01/2017
Odirlei Jeremias	01/12/2015	a	30/11/2016	02/01/2017	a	31/01/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 228/2016

DECRETO Nº AJG 228/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº BLB 144/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº BLB 144/2012, de 04 de setembro de 2012, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeado(a) o(a) Sr(a). MELANIA ZULIAN FIORENTIN, brasileiro(a), casado(a), residente e domiciliado(a) na cidade de Xanxerê, SC, portador(a) do CI sob n.º 1.236.968-3 e CPF sob n.º 460.566.619-20, aprovado(a) no Concurso Público Municipal, Edital nº 002/2012, realizado em 17.06.2012, com homologação dada pelo Decreto n.º BLB 105/2012 de 03 de julho de 2012, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 - ARTES, com 20 (vinte) horas semanais, previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipal de Educação Básica Professora Nery Barbosa Giachini, a partir do dia 04 de setembro de 2012, com remuneração relativa ao cargo.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 229/2016

DECRETO Nº AJG 229/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº BLB 163/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº BLB 163/2012, de 01 de novembro de 2012, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeado(a) o(a) Sr(a). ELI APARECIDA DA SILVA PAZ, brasileiro(a), solteiro(a), residente e domiciliado(a) na cidade de Xanxerê, SC, portador(a) do CI sob n.º 3807490 e CPF sob n.º 023.488.639-01, aprovado(a) no Concurso Público Municipal, Edital nº 002/2012, realizado em 17.06.2012, com homologação dada pelo Decreto n.º BLB 105/2012 de 03 de julho de 2012, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL, com 20 (vinte) horas semanais, previsto no Anexo I, da Lei Complementar

nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipal de Educação Básica Paul Harris, a partir do dia 01 de novembro de 2012, com remuneração relativa ao cargo.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 230/2016

DECRETO Nº AJG 230/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº AJG 075/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº AJG 075/2013, de 14 de fevereiro de 2013, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeado o senhor Robson Oliveira dos Santos, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 029.355.849-37, portador da Cédula de Identidade 6.785.880, expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 231/2016

DECRETO Nº AJG 231/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº AJG 080/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº AJG 080/2013, de 14 de fevereiro de 2013, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeado o senhor Carlos Henrique Diavão, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 051.761.739-05, portador da Cédula de Identidade 3.623.441, expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 232/2016

DECRETO Nº AJG 232/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº AJG 081/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº AJG 081/2013, de 14 de fevereiro de 2013, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeada a senhora Andreia Vieira, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 053.857.969-21, portadora da Cédula de Identidade 5.211.759-6, expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 233/2016

DECRETO Nº AJG 233/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº AJG 122/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº AJG 122/2013, de 13 de março de 2013, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeado o senhor Anderson Deitos, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no cpf/mf sob nº 008.868.659-05, portador da Cédula de Identidade 16ºR.4.108.932, expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSOR NÍVEL 1 – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 234/2016

DECRETO Nº AJG 234/2016

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO Nº AJG 082/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto nº AJG 082/2016, de 18 de abril de 2016, passando a ter o seguinte teor:

“Art. 1º - Fica nomeada a senhora Natali Regina da Silva, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 052.864.429-78, portadora da Cédula de Identidade 4.738.591-0, expedida pela SSP/SC, para o cargo de PROFESSORA NÍVEL 1 - INGLÊS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº BLB 3375/2011 de 23 de novembro de 2011, lotada na EMEB Cirilo Dal’ Oglio, na Secretaria Municipal de Educação.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 235/2016

DECRETO Nº AJG 235 /2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69 incisos III e VIII da Lei Orgânica Municipal e pela Lei AJG 3524/2013, de 20.05.2013 que reformulou a

Lei 1.765/91, e

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados novos membros, titulares e suplentes, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sendo:

I – Representantes da esfera Governamental:

Titular – LUCIANE BANDEIRA

Suplente – SAMANTA ROLOFF

Titular – ALINE CRISTINA DAL ZOT RAUBER

Suplente – LUCIVÂNIA ROSA DALEASTE

Titular – ANNA ALICE DEBIASI

Suplente – ELIZANDRA FOPPA PICCINI

Titular – GIOVANA ZANDONÁ

Suplente – HENRIQUE SABADIN PIVA

II – Representantes da sociedade civil organizada:

Titular – ALVANEVE FÁTIMA MORETTO

Suplente – LETICIA MARIA OGLIARI

Titular – KEILA DALL'IGNA FOREST

Suplente – KARINA GALLON

Titular - DENISE WEBER DE OLIVEIRA

Suplente - ZOLEIDE DALTOÉ

Titular – ROSA ARMENIO

Suplente – CLARAELENA BUENO BARFKNECHT

Art. 2º - Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas funções no Conselho com mandato de 04 (quatro) anos, facultada uma recondução.

Art. 3º - Pela relevância dos serviços prestados, os membros do Conselho não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza pelo desempenho de suas funções, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 22 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EDITAL 001/2016 - LISTA DE CONTRIBUINTES COM PENDÊNCIAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

NOME	TRIBUTOS	CÓD/INSC.	NOTIFICAÇÃO DE 2016
A E M MOVEIS PLANEJADOS LTDA ME	FUNREBOM	102204	1309
A R TRANSPORTES LTDA	TFF	68832	3091
A.S. VISTORIADORA DE SEGUROS EIRELI ME	TFF	60052	2536
ABELI MENDES	IPTU	222	1925
ABILIO DAVILLA	IPTU	9356	4360
ABITATT ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA ME	ISS	640951	1690
ABRELINO DA CUNHA	ALV. CONSTRUÇÃO/ REC. DIVERSA	1582/10087	1890/1889
ACABAMENTO FINAL PINTURAS EM GERAL LTDA ME	TFF	639611	4491
ACRISIO MORLIN	ALVC	1500	725
ADIR JOSE DE LIMA	IPTU	6806	2773
ADAIR ROSA DA SILVA	IPTU	11795	4591
ADAIR TREVISAN	N.AV.		7146
ADÃO DE QUADROS	IPTU	10728	4367
ADÃO LEMES DAS CHAGAS	IPTU	3676	2638
ADAO LIMA DOS SANTOS	IPTU	15938	2079
ADÃO LONGO	IPTU	11761	4535
ADÃO LUIZ DE MENEZES	IPTU	14723	3350
ADÃO LUIZ DE MENEZES	IPTU	14733	3352
ADÃO LUIZ DE MENEZES	IPTU	14724	3351
ADÃO LUIZ DE MENEZES	IPTU	15967	3354
ADÃO LUIZ DE MENEZES	IPTU	15966	3353
ADÃO LUIZ DE MENEZES	IPTU	15968	3355
ADÃO VIDAL DA COSTA	IPTU	16691	3002
ADÃO VIDAL DA COSTA	RECDI	102732	3001
ADECIR GANDOLFI	IPTU	6833	3020
ADECIR GONÇALVES	IPTU	6545	3413
ADELAR JOSE BENETTI	RECDI	99915	2653
ADELINA GALVAN BERLATO	IPTU	13033	3769
ADELINO PAVONI DE ANDRADE	IPTU	10389	3044
ADELINO PEDRO MOSCON	IPTU	8258	3986
ADELINO PEDRO MOSCON	IPTU	16121	3987
ADELIO GUARNIERI	IPTU	6499	3000
ADELIO SCHEUERMANN	IPTU	10912	4156
ADELIR INEIA ME	TFF	64882	29005
ADELMO FRANCISCO OGLIARI	RECDI	104359	133
ADEMAR ANTONIO DAVILA	N.AV		4787
ADEMAR LANGE	IPTU	14811	3747
ADEMIR BARCAROLLO	IPTU	12217	3031
ADEMIR BECKER	IPTU	16768	4456
ADEMIR DAVILA	IPTU	13307	4812
ADEMIR LUIZ VERZA	ITPU	19551	3818
ADEMIR LUIZ VERZA	IPTU	7454	3817
ADENILSON BIASUS	IPTU	18539	4524
ADENILSON LOVATTO ALVES	IPTU	9431	4326
ADENILSON PASQUALI	IPTU	5832	3383
ADENIR DE MARTINI	IPTU	17697	3019
ADENIR DE MARTINI	IPTU	14364	3018
ADENIR PALMIGIANI	IPTU	13463	4471
ADENIR PEREIRA	IPTU	15221	3210
ADENISLON BIASUS	IPTU	12660	2609

ADERCIO REGINATTO	ALVH	1309	4697
ADERCIO REGINATTO	ALVH	1309	4697
ADILIO CARDOSO	IPTU	17655	3364
ADILSON ADELIR SCHVIERK	IPTU	5848	3276
ADILSON CARLOS BIANCHINI	IPTU	10826	2409
ADILSON DE LIMA	IPTU	14810	3278
ADIR DE ALMEIDA LEITE	IPTU	9584	4432
ADIR DUNKER	IPTU	147	1917
ADIR DUNKER	IPTU	180	1918
ADIR LUIZ MASCARELO	IPTU	11344	4912
ADIR MARIA FERRONATO	IPTU	10189	968
GIORDANI			
ADMAR PASSER	IPTU	11713	4563
ADML SOFTWARE LTDA	TFF	57802	445
ADOLFO FERREIRA RODRIGUES	IPTU	13259	4800
ESPOLIO			
ADRIANA DE OLIVEIRA	IPTU	15714	4275
ADRIANA DE OLIVEIRA	IPTU	4968	4274
ADRIANA LUCIA FAITTA	IPTU	6596	2853
ADRIANA MARTINS PERTILE	IPTU	876	2516
ADRIANA RODRIGUES DE SOUSA	IPTU	7135	3861
DE LIMA			
ADRIANA SINARA PEGORARO	IPTU	8369	4036
ADRIANO LUIZ VANZIN	FUNREBOM	94857	2096
ADRIANO MARQUES	IPTU	328	2006
AFONSO COSTA ESPOLIO	IPTU	5968	4162
AGEMIR TALASKA	IPTU	16020	3845
AGENOR CARLESSO DE BIAZI	IPTU	12881	2149
AGENOR TOMAS	IPTU	5734	3290
AGNALDO CARNHELUTTI	IPTU	10380	3236
AGOSTINHO BERTE	FUNRE	96792	3804
AGOSTINHO CORREIA LEITE	IPTU	376	2393
AGOSTINHO LANSSARIN	IPTU	17345	3751
AGROFORMA TREIN. EM	TFF	639865	4493
DESENVOLVIMENTO PROF.			
LTDA			
AIMIRIM PROPAGANDA LTDA	TFF/ISS	54722	1252
ME			
AIR MASCARELLO	IPTU	6408	4295
AIR MASCARELLO	IPTU	8259	4048
AIR MASCARELO	IPTU	4930	4294
AIRES ANTONIO LUZZI	FUNREBOM	100518	788
AIRTON JOSE MARCANTE	IPTU	13096	4708
AIRTON PEDRO DILL	IPTU	8385	4462
AJOCIR GIUNTA	IPTU	10544	2834
AJOCIR GIUNTA	IPTU	15737	2835
ALAIR SALETE DE FARIAS	IPTU	11635	3026
ALAOR BASSOTTO BARBOSA	IPTU	7440	3813
ALBERI VAIZ	IPTU	9048	4889
ALBERTO BONATTO	IPTU	10238	3319
ALBERTO MAGRO	IPTU	8569	3981
ALBERTO ZAMPIERI ESPOLIO	IPTU	1472	547
ALBINO GREGOLIN	IPTU	6406	2990
ALBINO GRRGOLIN	IPTU	6405	2989
ALBINO SCHLEDER DE	IPTU	9579	4340
QUADROS SOBRINHO			
ALBINO SGARBOSSA ESPOLIO	IPTU	1235	2422
ALBINO UNGARATT	IPTU	13546	4539
ALCEDIR CAPELETTI	N.AV.		3946
ALCEU JACOB DALLA	IPTU	207	1887

GASPERINA			
ALCIDES BRAGANHOLO	IPTU	6490	2778
ESPOLIO			
ALCIDES CIMADON	RECDI	101226	982
ALCIDES DE ALMEIDA ESPOLIO	IPTU	7008	3822
ALCIDES DE ALMEIDA ESPOLIO	IPTU	13029	3823
ALCINDO ALBERTO BELLEI	IPTU	6863	3803
ALCIONE DAL PASQUALE	IPTU	9064	4873
ALCIONE MATEHULEIRSCK	IPTU	5688	3272
ALCIR ANTONIO MARTARELLO	IPTU	6871	3830
ALCIR DA SILVA	TFF	13721	2459
ALD ENGENHARIA, PROJ MEC, ESTRUTURAS E REPRES	TFF	74772	1373
COMERCIAL LTDA			
ALDAIR TONELLO	IPTU	10913	4140
ALDERICO KLEIMPAUL	AUTO DE INFRAÇÃO	72	906
ALDEVINO FURLAN	IPTU	3836	2788
ALDINO MELLO	IPTU	6831	3767
ALDINO MELLO	IPTU	7116	3768
ALDO ALBINO CANTONI	IPTU	4678	8723
ALDO ALBINO CANTONIO	IPTU	8723	4678
ALDO FRANCISCO KUCZKOWSKI	IPTU	16793	4377
ALDO FRANCISCO KUCZKOWSKI	IPTU	16794	4378
ALDOIR FERNANDES ESPOLIO	IPTU	15036	4402
ALDUINO ATILIO FONTANIVE	IPTU	5646	3407
ALEIDA CUCOLOTO	IPTU	7041	2827
ALESSANDRA PEREIRA DE LIMA	IPTU	11800	4578
ALESSANDRO CESAR PIVA	IPTU	18847	4778
ALESSANDRO DA SILVA	IPTU	14750	3261
ALESSANDRO WINCKLER	IPTU	12720	4299
ALEX RAFAEL LORENZON	IPTU	748	2405
ALEX SANDRO PAULO CHISTE	IPTU	8697	4716
ALEXANDRA REGINA CRACO	TFF	641056	88
EIRELI ME			
ALEXANDRE DOS SANTOS	IPTU	6215	3222
ALEXANDRE LIBERATO DA SILVA	IPTU	9417	4336
ALFREDO CARLOS MOSCHETTA	FUNRE	100631	2649
ALINE POMPERMAIER	N.AV.		4765
ALINE REGINA DE OLIVEIRA	IPTU	16012	3073
ALINE REGINA DE OLIVEIRA	IPTU	9812	3072
ALMIR DEROSSI	IPTU	9236	4549
ALMIR GUERINI	IPTU	15237	3247
ALTAIR ADEMIR DA SILVA	IPTU	14688	2930
ALTAIR ADEMIR DA SIVLA	IPTU	11648	2929
ALTAIR CAMARGO	RECDI	102215	319
ALTAIR DE ANDRADE	IPTU	11735	4584
ALTAIR DE JESUS SCHUSTER	IPTU	12080	4693
ESPOLIO			
ALTAIR ILHA ESPOLIO	IPTU	742	2492
ALTAIR KOSZELSKI	IPTU	6360	2951
ALTAIR TOME FAGUNDES	IPTU	15404	2375
ALTEMIR ALVES DOS SANTOS	IPTU	369	2495
ALTEMIRO GOMES DA SILVA	IPTU	10456	3017
ALTO DAS TORRES EMPR.	IPTU	10046	2533
IMOBILIARIOS LTDA			
ALTO DAS TORRES EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	ALVH	1276	1274

ALTO DAS TORRES	IPTU	10105	2534
EMPREENHIMENTOS			
IMOBILIARIOS LTDA			
ALVANIR PASQUALOTTO	IPTU	18269	2562
ALVANIR PASQUALOTTO	IPTU	15476	2561
AMADEU RIQUETTA	IPTU	10427	4537
AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS	FUNREBOM	102291	1478
MUNICIPIOS DO ALTO IRANI			
AMAILDO DOMINGOS CORADI	IPTU	14712	3314
AMAILDO DOMINGOS CORADI	RECDI	98484	3311
AMAILDO DOMINGOS CORADI	IPTU	14709	3313
AMAILDO DOMINGOS CORADI	IPTU	5680	3312
AMAILDO DOMINGOS CORADI	IPTU	14713	3315
AMAILDO DOMINGOS CORADI	IPTU	15965	3317
AMAILDO DOMINGOS CORADI	IPTU	14716	3316
AMALIA PAULINA OPENKOSKI	IPTU	13745	2101
AMALIA PAULINA OPENKOSKI	IPTU	13743	2100
AMANDA DELGADO DOS	IPTU	12808	4230
SANTOS			
AMANDA NAIARA GUSTMAN	ALVC	1981	3190
AMANTINO ROSA ESPOLIO	IPTU	5765	3305
AMANTINO ROSA ESPOLIO	IPTU	6546	3306
AMARANTE SAMPAIO MEZECO	IPTU	6367	3034
ESPOLIO			
AMARILDO ANTONIO GIUNTA	IPTU	10415	4630
AMARILDO ANTONIO GIUNTA	IPTU	10415	4630
AMARILDO MOZART	IPTU	3611	2644
RODRIGUES ALVES			
AMARILDO RODRIGUES DA	IPTU	3796	2819
ROSA			
AMBIENTAL SUL CONSULTORIA	IPTU	7176	3868
LTDA			
AMBIENTAL SUL CONSULTORIA	IPTU	8640	4719
LTDA			
AMBIENTAL SUL CONSULTORIA	IPTU	18834	4720
LTDA			
AMBROSINA DIAS PEDROSO	IPTU	14967	4354
AMBROSINA DIAS PEDROSO	IPTU	9491	4353
AMELIA SALETE DE SOUZA	IPTU	1099	2608
SIQUEIRA			
AMELIO ANTONIO LOPES	IPTU	5766	3356
AMELIO ANTONIO LOPÉS	IPTU	11098	3357
AMELIO KILPP	IPTU	9931	4667
AMELIO KILPP	IPTU	9931	4667
ANA CELIA NAZARIO	ALVH	1350	1651
ANA MARIA SARAIVA	IPTU	11234	4200
ANACLETO FIORINI	TFF	21302	21302
ANALDO FERREIRA DE PAULA	IPTU	9183	4525
ANALICE FINATTO	IPTU	123	3191
ANALIO LIRIA DE FRANCA	IPTU	13087	4334
ANASTACIO JOÃO TAMALUSKI	IPTU	20041	2775
ANAXIMANDRO CESAR	IPTU	15398	2556
SOBEZIZK			
ANDERSON DOS SANTOS	IPTU	640669	3921
ANDERSON FELIPPI CHIELLA	IPTU	5808	3258
ANDERSON TEIXEIRA	ALVC	1967	2328
ANDRE LUIZ ZANDONAI	IPTU	8854	4777
ANDREIA GIACHINI	IPTU	12879	2741
ANDREIA LUCIA VICARI	IPTU	9894	4702
ANDRESSA ALVES DOS SANTOS	ALVC	1220	1632

ANELICE FINATTO	IPTU	13239	4850	
ANGELICA GRIS	IPTU	639690	2895	
ANGELICA MARIA GIOVANELLA	IPTU	9490	4356	
ANGELINA MARIA CORREA	IPTU	12179	4318	
ANGELINA SIRENA	IPTU	1160	2697	
ANGELITE AZEVEDO DOS SANTOS	IPTU	2619	2628	
ANGELO BORDIGNON	IPTU	15622	43	
ANGELO BORDIGNON	IPTU	15623	44	
ANGELO BORDIGNON	IPTU	5475	39	
ANGELO BORDIGNON	IPTU	15620	41	
ANGELO BORDIGNON	IPTU	12327	59	
ANGELO BORDIGNON	IPTU	15610	40	
ANGELO CHIOSSI	FUNREBOM	100480	966	
ANGELO CHIOSSI	IPTU	8823	4665	
ANGELO CHIOSSI	IPTU	8823	4665	
ANGELO MIGUEL BARBOSA	IPTU	16320	4437	
ANIBAL FIORINI	IPTU	9561	4331	
ANILCE APARECIDA	IPTU	1775	614	
DEBASTIANI DOS PASSOS				
ANILDO FERREIRA	IPTU	9095	4900	
ANILDO JOÃO NARCISO	IPTU	7002	3833	
ANILDO JOÃO NARCISO	RECDI	99275	3832	
ANILDO ROBERTO DOS SANTOS	IPTU	9597	2444	
ANNA MARIA FERRONATO	FUNREBOM	101216	1129	
ANOAR BORGES	IPTU	14904	4896	
ANOAR BORGES	IPTU	12396	1895	
ANOAR MARTINI	IPTU	8359	4009	
ANOAR MARTINI	IPTU	12810	4168	
ANOAR MARTINI	IPTU	13210	4823	
ANPES IND E COM DE	TFF	13192	225	
CONFECÇÕES LTDA ME				
ANSELMO LUIZ SCHNEIDER	IPTU	9130	4487	
ANTONIA DE LIMA	IPTU	9380	4370	
ANTONIA LAVA	IPTU	22	1901	
ANTONINHA LAZAROTTO	IPTU	12690	2682	
PICINATO				
ANTONINHO ANDOLFATTO	IPTU	431	2450	
ANTONINHO ANDOLFATTO	IPTU	10007	4281	
ANTONINHO RIGATTI ESPOLIO	IPTU	278	1897	
ANTONIO AIRTON FARIAS	ALVC	1769	1051	
ANTONIO BAZOTTI	IPTU	11571	3819	
ANTONIO CANTONI	IPTU	8722	4671	
ANTONIO CANTONI	IPTU	8722	4671	
ANTONIO CARLOS GAIO	IPTU	11563	3858	
ANTONIO CARLOS GAIO	IPTU	11565	3859	
ANTONIO CARLOS TOMAZI	AUTO DE INFRAÇÃO	45	956	
ANTONIO CLAUDECIR	IPTU	6966	3862	
PAGNUSSATT				
ANTONIO CLAUDECIR	IPTU	11679	3081	
PAGNUSSATT				
ANTONIO CLAUDECIR	IPTU	11984	3863	
PAGNUSSATT				
ANTONIO CLAUDIO TUIGO	IPTU	548	2436	
ANTONIO CRISTIANO LARA	TFF	75281	219	
SAMPAIO				
ANTONIO DANILO CAVALLI	IPTU	3635	2705	
JUNIOR				
ANTONIO DANILO CAVALLI	IPTU	3634	2704	

JUNIOR			
ANTONIO DIAS ARTIGAS	RECID	98766	4954
ANTONIO FERREIRA DA COSTA	IPTU	9549	4365
ESPOLIO			
ANTONIO FERREIRA DA LUZ	IPTU	9959	4670
ANTONIO FERREIRA DA LUZ & CIA LTDA	TFF	78552	4477
ANTONIO FIORINI	IPTU	8329	3995
ANTONIO FIORINI	IPTU	8330	3996
ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	IPTU	8627	4664
ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	IPTU	8627	4664
ANTONIO JOSE LUIZ ESPOLIO	IPTU	8950	4681
ANTONIO JOSE LUIZ ESPOLIO	IPTU	8950	4681
ANTONIO LUIZ LIBANO	IPTU	9215	4538
ANTONIO MARICAL ESPOLIO	IPTU	3955	2642
ANTONIO MARICAL ESPOLIO	IPTU	3949	2640
ANTONIO MARICAL ESPOLIO	IPTU	3948	2639
ANTONIO MONEGO	IPTU	7004	3810
ANTONIO PAIXÃO	IPTU	13068	4673
ANTONIO PAIXÃO	IPTU	13068	4673
ANTONIO ROQUE LAZAROTTO	FUNREBOM	100583	1062
ANTONIO SERGIO DA SILVA	IPTU	16788	4364
ANTONIO SERGIO DA SILVA	IPTU	9263	4363
ANTONIO TIEPO ESPOLIO	IPTU	6680	2988
ANTONIO ULTIBEU BAPTISTA	IPTU	5694	3318
ANTONIO WILCK	IPTU	149	1903
ANTONIO PEREIRA DA SILVA	IPTU	12507	4942
ARCANGELO ATILIO	IPTU	6258	2214
POMPERMAIER ESPOLIO			
ARCANGELO GARGHETTI	IPTU	7949	3948
ESPOLIO			
ARCANGELO ZENATTI	IPTU	12477	3963
ARCANGELO ZENATTI	IPTU	12469	3962
ARDINO ALVES	IPTU	14081	2065
ARGEMIRO POZZAN	IPTU	8528	3947
ARI DE LIMA	IPTU	10956	4169
ARI DOS SANTOS	IPTU	176	1907
ARI DOS SANTOS	IPTU	13970	1908
ARI GUJEL	RECIDI	102803	4968
ARI JOSE LUIZ	IPTU	14808	3394
ARI KUNZ	RECIDI	98315	4999
ARI LOPES DA SILVA	IPTU	2612	134
ARI LOPES DA SILVA	AUTO INFR.	80	135
ARI MEZECO	IPTU	6368	3048
ARI MEZECO	IPTU	102896	3047
ARIETE LUIZ VIVAN FORTES	IPTU	933	2508
ARISTIDES O RIBEIRO ESPOLIO	IPTU	488	2455
ARISTIDES VIEIRA	IPTU	6108	2385
ARNALDO PRUDENCIO	ALVC	1910	975
ARNILDO HACK	ALVC	1708	3005
ARNILDO STOHR	IPTU	3725	2645
ARSELLINO RIBEIRO PINTO	IPTU	10903	4213
ARTEMIO ANTONIOLLI	FUNREBOM	101385	847
ARTINO IBES	IPTU	12343	4122
ARTUR ALBERTO LEMKE	IPTU	11025	2454
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E	ISS	70562	348
BENEFICENTE DE XANXERÊ SC			
ASSOCIAÇÃO DE CAÇA, PESCA E	TFF	78732	4952

TIRO ESPORTIVO			
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA SESAMO	TFF	66562	1982
ATAIDES LOPES	IPTU	11792	4582
ATILIO CESAR GUINZELLI	IPTU	3856	2782
ATILIO PRUDENCIO ESPOLIO	IPTU	6653	2781
ATTIDE POLETTI	IPTU	13917	2412
AUGUSTO RODRIGUES	IPTU	12537	4856
AUREO LUIZ GALVANI	IPTU	7055	2825
AUREO LUIZ GALVANI	ALVC	1867	175
AURI CASALLI	FUNRE	100598	2184
AURO ALVES DOS SANTOS ESPOLIO	IPTU	10159	3398
AURO ALVES DOS SANTOS ESPOLIO	IPTU	5778	3397
AURORA VIEIRA DE SOUZA	IPTU	8119	4024
AVELINO DALLABETA ME	TFF	640594	4980
AVELINO PANOZZO	IPTU	6743	2776
AVELINO PINTO DE OLIVEIRA	IPTU	13017	3015
BADESC AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A	IPTU	8561	4084
BADOTTI REPRESENTAÇÕES LTDA	TFF	62882	1297
BALDUINO GEUDA	TFF	82592	3145
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	RECDI	103522	1494
BANDEIRA ESTOFAMENTOS LTDA ME	TFF	1592	2735
BELMIRO FUNES	ALVH	997	1044
BELTRAO ELETROMECHANICA LTDA ME	TFF	63992	638
BENJAMIN CARPE SILVEIRA ESPOLIO	IPTU	9007	4887
BERNARDETE DA SILVA AS HOINOSKI	N.AV.		617
BERNARDETE SOTILLI MACHADO	IPTU	14002	3997
BERNARDO DARIO VACARO	IPTU	2619	106
BERNARDO JANTARA	IPTU	10886	4155
BIANCA CRISTINA LOBASZ CAVANHARI	TFF	72362	2870
BIG AUTO PEÇAS EIRELI ME	TFF	30072	231
BIONIC COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME	TFF	15952	345
BITTENCOURT & PIANA EDITORA LTDA ME	TFF	639937	1588
BORDIGNON E BORDIGNON LTDA ME	TFF	14302	2883
BRASAO OESTE LTDA	FUNREBOM	98592	1152
BRASFIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA	IPTU	10228	3723
BRUNA DIAS RODRIGUES	IPTU	13293	4788
BRUNA ELIZA LUZZI BROGES	N.AV.		4102
BRUNA TOMAZI COLLELO	TFF	8026	4020
BRUNO EMILIO BARCAROLO	IPTU	14784	3262
C.DA SILVA REPRESENTAÇÕES EIRELI ME	TFF	6400161	2000
CALCADOS BEBECE LTDA	RECDI	101270	1677
CAMPO GRANDE ENGENHARIA E	TFF	51252	1150

GEOTECNICA LTDA			
CARINE MILANI	TFF	70881	1124
CARLOS ALBERTO DIAS DE OLIVEIRA	IPTU	5687	3403
CARLOS ALEXANDRE GONZAGA	IPTU	9962	3265
CARLOS ANTONIO DA ROSA	IPTU	137	1969
CARLOS AUGUSTINHO COLATTO	IPTU	6981	3826
CARLOS AUGUSTO PASSINI ME	TFF	63322	1302
CARLOS CAVAGNOLI JUNIOR	IPTU	10339	1880
CARLOS CAVAGNOLI JUNIOR	AUTO DE INFRAÇÃO	63	520
CARLOS SANTIN	IPTU	18252	6129
CARLOS SGUISSARDI	IPTU	7164	3816
CAROLINE ARUS	IPTU	18090	2905
CASSIANO CIMADON	IPTU	13608	120
CASSIANO MAROCCO	ALVC	1524	764
CASSIANO MAROCCO	ALVC	1524	764
CATIANE DOS SANTOS	IPTU	11721	4531
CBCEE ASSESSORIA E CONSULTORIA SC LTDA	TFF	53532	1241
CCD FAST-FOOD LTDA ME	TFF	639338	1528
CECILIA ZANON CONTINI	IPTU	202	1994
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	16252	4188
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	15026	4187
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	13078	4186
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11482	4185
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11241	4184
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11239	4183
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11237	4182
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11230	4181
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11226	4180
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11224	4179
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11222	4178
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11218	4177
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11462	4558
CELBRAS EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11202	4463
CELESTINA NARCISO DOMBROSKI	IPTU	10084	4149
CELINA PAULINA DOS SANTOS RAUBER	IPTU	10424	4888
CELITO PANDILFI JUNIOR	IPTU	9093	4947
CELITO PANDOLFI	IPTU	6663	3012
CELITO PANDOLFI	IPTU	14879	3984
CELITO PANDOLFI	IPTU	7770	15051
CELSON ANTONIO NESPOLO	IPTU	8820	4636
CELSON ANTONIO NESPOLO	IPTU	8820	4636
CELSON HELMANN	FUNREBOM	100985	559
CELSON JOSE RUARO	IPTU	1177	2451
CELSON KOHL	IPTU	277	1904
CELSON LUIZ BORGES	IPTU	15937/15935/15934/15933/15936/15932/15931/15928/15927	4253/4251/4250/4249/4252/4248/4247/4246/4245
CELSON LUIZ BORGES	IPTU	15926	4244
CELSON NUNES DE OLIVEIRA	IPTU	11311	4427
CELSON RISSI	IPTU	9509	4403
CELSON RODRIGUES DE PAULA	IPTU	1611	528
CENI DE SOUZA	IPTU	14321	2914
CENI DE SOUZA	IPTU	14322	2915
CENTRALFONE DE TELEFONIA	TFF	14812	1153

LTDA ME			
CENTRO AUTOMOTIVO	ISS	59212	2535
SEVERGNINI LTDA ME			
CERES HOLMER HACK	IPTU	6696	3038
CEZAR AUGUSTO CAPRA	RECDI	103810	960
CIDINEI MATTEI GIACOMELLI	IPTU	5486	4237
CILMAR ANTONIO SPRICIGO	IPTU	17818	4918
CILMAR ANTONIO SPRICIGO	IPTU	11339	4917
CINTIA DANIELA VOGT	IPTU	4991	2923
BARBOSA			
CLAIR E LUIZ CORREA DE	IPTU	8951	4714
ALMEIDA			
CLAIR MARIA SARTOR	IPTU	7972	4007
CLAIR MARIA SARTOR	RECDI	103788	167
CLAIR MOLOSSE	IPTU	1215	2511
CLAIR MOLOSSE	IPTU	6766	2855
CLAIRE TERESINHA GIRARDI	IPTU	16213	4631
CLAIRE TERESINHA GIRARDI	IPTU	16213	4631
CLAIRTON ANTONIO PAHOLSKI	IPTU	6425	3054
CLARICE APARECIDA NECKEL	IPTU	69	1871
CLARICE TEREZINHA SUZIN	IPTU	921	2480
CLARICE TEREZINHA SUZIN	IPTU	13416	2481
CLARICE TEREZINHA SUZIN	IPTU	13480	2482
CLARO S A	103406	PROCON	357
CLAUCIR NICOLAY	IPTU	16761	4904
CLAUCIR NICOLAY	IPTU	15328	4903
CLAUCYR NICOLAY	IPTU	9061	4902
CLAUCYR NICOLAY	IPTU	9060	4901
CLAUDECIR BADIA ME	TFF	83022	4846
CLAUDECIR BALBINOT	IPTU	6204	3250
CLAUDECIR LUIZ CIESLICK	IPTU	11332	4915
CLAUDECIR SCALVI	IPTU	14683	3245
CLAUDECIR SCALVI	IPTU	6221	3244
CLAUDEMIR DE OLIVERA	IPTU	14796	3263
CLAUDEMIR LUIZ CAZAROTTO	IPTU	6944	2818
CLAUDENIR DE LIMA BUENO	IPTU	10947	4211
CLAUDETE DE ANDRADE	IPTU	13427	4489
CLAUDETE NATALINA	IPTU	14261	57
POTULSKI BIOTO			
CLAUDETE NATALINA	IPTU	14262	58
POTULSKI BIOTO			
CLAUDIA MOLOSSI ZUFFO BAO	IPTU	7702	4839
CLAUDIA MOLOSSI ZUFFO BAO	IPTU	7701	4838
CLAUDINEI DE LIMA	IPTU	9156	4577
CLAUDIO ANTONIO DE	IPTU	12612	3402
OLIVEIRA			
CLAUDIO DE MELLO	ALVC	1667	4959
CLAUDIO LUIZ CALGARO	TFF	24541	3856
CLAUDIO RUTHS SCHMIDT	IPTU	15250	3208
CLAUDIOMIRO SCARIOT DA	IPTU	11225	4194
SILVA			
CLAUDIR DOS REIS	N.AV.		4762
CLAUDIR FIDELIS BOIANI	IPTU	8926	4688
CLAUDIR RUBAS	IPTU	8847	4691
CLAUDIR RUBAS ME	IPTU	8764	4478
CLAUDIR SCHIOT	IPTU	9373	4407
CLAUDIR VELOSO DOS SANTOS	IPTU	16258	4575
CLAUDIR VELOSO DOS SANTOS	IPTU	16257	4574
CLAUDIR VELOSO DOS SANTOS	IPTU	9181	4573
CLECI MARIA GUIOTO	IPTU	18873	3264

CLECI TEREZINHA DELLA BETTA LUCCION	IPTU	5431	214
CLECIEMA WUSTRO	ALVH	1904	976
CLECIR SALETE BAGGIO	IPTU	3876	2831
CLEMENTE STAHELIN MICHELS	RECDI	105359	2755
CLEMENTINA HUNOFF	IPTU	367	2423
CLEMENTINO DOS SANOS	IPTU	14179	3956
ESPOLIO			
CLEMENTINO DOS SANTOS	IPTU	2004	2042
ESPOLIO			
CLEMENTINO DOS SANTOS	IPTU	14191	3957
ESPOLIO			
CLENILSON RODRIGO MELO	N.AV		4789
CLEOCIR LUIZ GRAINE	IPTU	3299	14814
CLEODIR CALEGARI	IPTU	290	1980
CLEONICE APARECIDA	IPTU	13448	4461
BOSCATO			
CLEONICE ROGOFSKI FILIPINI	IPTU	14617	2485
CLEONICE ROGOFSKI FILIPINI	IPTU	10804	2484
CLEONIR GIACOMELLI	IPTU	7483	3848
CLERIO JOSE VOGT	IPTU	12356	4123
CLESIA PEGORIN SACCOMORI	IPTU	7407	3794
CLEUMAR NUNES	IPTU	15244	3249
CLEVI LURDES CIRINO BASSO	IPTU	377	2479
CLINICA DE FISIOTERAPIA	TFF	32152	1176
ACCADROLI LTDA ME			
CLINICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA RODRIGUES S/S LTDA ME	ISS	639130	1511
CLINICA NEURO SPINE LTDA	ISS	71052	1347
CLINICA ODONTOLOGICA	ISS	50482	1226
TACCA LTDA			
CLODOALDO DOS SANTOS	ALVC	1829	1694
CLORIVAN JOSE ZOLET	IPTU	6414	3014
CLOVIS ADOLFO	N.AV.		2518
CLOVIS ADOLFO	IPTU	14604	2517
CLOVIS ANTONIO PEGORARO	IPTU	7822	3965
CLOVIS ANTONIO PÉGORARO	IPTU	7816	3964
CLOVIS ANTONIO PUERARI	IPTU	104316	2797
CLOVIS LUIZ WOLF ME	ISS	640781	4965
CLUBE DE TIRO PRATICO	TFF	14792	4988
XANXERE			
COMERCIAL MARMOVEIS LTDA ME	TFF	639273	1522
COMERCIO DE JORNAIS ALTO	TFF	66762	459
IRANI LTDA			
COMERCIO E REPRESENTAÇÕES	TFF	14422	2733
GRACAR LTDA			
COMERCIO E REPRESENTAÇÕES	ISS	15082	1157
MOMBACH LTDA ME			
CONCREXAP SERVIÇOS DE	IPTU	6540	4600
CONCRETAGEM LTDA			
CONCREXAP SERVIÇOS DE	ISS	39292	4601
CONCRETAGEM LTDA			
CONCREXAP SERVIÇOS DE	ISS	39292	4599
CONCRETAGEM LTDA			
CONDOMINIO AGRICOLA SANTO ANTONIO	TFF	15172	4994
CONDOMINIO CHAPLIN CINE THEATRO	FUNREBOM	100633	1601

CONDOMINIO DONA ELIDE	FUNRE	100446	297
CONDOMINIO EDIFICIO BELVEDERE	FUNREBOM	96890	1243
CONDOMINIO EDIFICIO DOM TELLES	FUNREBOM	100738	1154
CONDOMINIO INDEPENDENCIA	FUNREBOM	97214	1169
CONDOMINIO LOCATELLI	FUNREBOM	98586	1602
CONDOMINIO RESIDENCIAL DO SÉCULO XXI	FUNREBOM	100465	448
CONDOMINIO RESIDENCIAL JOAO BROLLO	FUNREBOM	100812	1443
CONKET LTDA ME	TFF	62332	3248
CONSTANTE ANTUNES DE OLIVEIRA	IPTU	10958	4146
CONSTRUTORA E INCORP. BIGOLIN LTDA	IPTU	15454	2567
CONSTRUTORA SQR EIRELI ME	TFF	640565	4775
COOPERATIVA AGRARIA XANXERÊ	ISS	63422	4972
COOPERATIVA AGRARIA XANXERÊ	RECDI	98441	4971
COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA REGIONAL PINDORAMA LTDA	TFF	36712	664
COOPERATIVA AGROPECUARIA SUIGRÃO – COOPERSUIGRÃO	FUNRE	96861	2712
COOPERATIVA AGROPECUARIA SUL	RECDI	101779	228
COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROFISSIONAIS DA SAUDE E DE CONTA	RECDI	104155	1162
COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE XANXERE E REGIÃO – UNIMED	ISS	640575	1654
COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	IPTU	11266	2243
COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	IPTU	11265	2242
CORDEIRO INDUSTRIA E COMERC DE FARINHA E GORDURA ANIMAL LTDA	ISS	30902	4950
CORNELIA DE MELLO	IPTU	11510	4207
CRENONINI REPRESENTACOES LTDA	TFF	19042	1446
CRISPIN J REIS	IPTU	14107	2015
CRISTIANE REGINA BIANCHIN FABRISSIO	IPTU	4936	4271
CRISTIANO DA SILVA	IPTU	13704	2021
CRISTIANO NUNES RODRIGUES	RECDI	91719	4953
CRISTIANO TOFFOLO	IPTU	18107	3275
CTG ESPELHO DA TRIDIÇÃO	ISS	2552	4960
CYMI DO BRASIL – PROJ E SER.LTDA	FUNRE	97009	4998
D A M REPRESENTAÇÕES DE PERFUMARIA LTDA	TFF	639516	1550
D A M REPRESENTAÇÕES DE PERFUMARIA LTDA	FUNREBOM	97011	1549
DACILVO LOPES	IPTU	16662	3388
DACILVO LOPES	IPTU	5762	3387
DAIANA SEBBEN	IPTU	13304	4786

DAIANE CRISTINA GONÇALVES	IPTU	14424	4635
DAIANE CRISTINA GONÇALVES	IPTU	14424	4635
DALILA CAVALHEIRO	IPTU	14099	2057
DALILA EVA RODI JAHN	TFF	76471	808
WURZIUS			
DALVA ALTREIDER MACHADO	IPTU	6397	2943
DALVILO ASSIS DOS REIS	IPTU	6684	2981
DANCETERIA DE RAMOS LTDA ME	TFF	14062	2521
DANCETERIA DE RAMOS LTDA ME	FUNRE	98106	2520
DANEIL MARIO LOHMANN	IPTU	15431	2404
DANIEL JONAS BERTUOL	RECDI	99855	1653
DANIEL NARCISO	RECDI	104018	4675
DANIEL NARCISO	IPTU	104018	4675
DANIEL PEREIRA	ALVH	1128	4666
DANIEL SIGNOR	NOTA AVULSA		1536
DANIELA FATIMA DALA RIVA	IPTU	6240	2170
DANIELA GIBIKOSKI	ITBI	868	4768
DANIELA PEREIRA DOS SANTOS	N.AV.		2921
DANIELA ZAMORA ROMERO	N.AV.		1630
DANIELLE CRISTINA GIUNTA E GABRIELE GIUNTA E EMANUELE	IPTU	11769	4459
DANIELY ZANETTI E	IPTU	12844	1869
GUILHERME ZANETTI			
DANILO GANDOLFI ME	ISS	640200	684
DANILO KLEIN	RECDI	102196	436
DANILO LORENZINI	IPTU	1192	2426
DARCE HENRIQUE MOREIRA	IPTU	14119/14120	2016/2017
DARCI BALBINOT	IPTU	722	2434
DARCI GONZAGA DOS SANTOS	IPTU	1338	543
DARCI LUIZ DE MOURA	IPTU	6765	2821
DARCI NEURI JUNG	IPTU	7889	2998
DARCI NEURI JUNG	ALVC	1741	2790
DAVID LUIZ DE ASSIS LEITE	IPTU	7194	3797
DAVIDE CALLEGARI	IPTU	8491	4086
DAVY DE LIMA	IPTU	10957	4167
DE MARCO & KUNZ COMERCIO	FUNREBOM	97015	457
DE MOVEIS LTDA ME			
DE MARCO LTDA	ALVC	1443	1489
DEBORA ELISA IMBES	RECDI	102376	1693
DEBORA MANFRO	RECDI	102656	3754
DEBORA MANFRO	ALVC	1703	3755
DEISE CINTIA CAMILO DE ALMEIDA	IPTU	27	2003
DEISE CRISTINA WAGNER DIAS DOS SANTOS	IPTU	4011	4876
DELICI ELOIR PERTILE	IPTU	15337	513
DELCIO CORREA LEITE	IPTU	221	1886
DELFINO MORAES DE OLIVIERA	IPTU	5902	3337
DELFINO MORETTI	IPTU	14091	2076
DELFO PEDRO CAMIOTTI	IPTU	721	2435
DELIA COSTA RODRIGUES	IPTU	16267	4396
DELIA COSTA RODRIGUES	IPTU	10615	4394
DELIA COSTA RODRIGUES	IPTU	9429	4393
DELIA COSTA RODRIGUES	IPTU	16266	4395
DELMIR JOSE BAZI	IPTU	5851	3430
DELONI PRISKE	IPTU	14429	4494
DELVINO BARRIONUEVO	IPTU	10618	4385
DELVINO PAGNUSSATT	IPTU	9008	4884

DENER LUCIO FRANCESQUINI ME	TFF	63932	4842	
DENISE CARLA BUSATTA	N.AV.		4967	
DENISE TREVISOI	IPTU	18766	3802	
DENOIR VIEIRA	N.AV.		4304	
DEOCLIDES GROSBELI ESPOLIO	IPTU	15702		149
DEONI JOSE BIANCHINI	IPTU	9058	4885	
DEONILDE BALDUINO	IPTU	15985	3242	
MUNARETTI				
DEONILDE BALDUINO	IPTU	6152	3241	
MUNARETTI				
DEONILDO REBELATTO	IPTU	13213	4813	
DERLI WOLFF	IPTU	10807	2497	
DETOFANO APOIO	TFF	78092	1992	
ADMINISTRATIVO LTDA ME				
DIAMANTINA DOS SANTOS	IPTU	5884	3338	
DIEGO DEBASTIANI	ALVC	1594		775
DIEGO DEBASTIANI	ALVC	1594		775
DIEGO FERNANDO COUSSEAU	IPTU	11376	4448	
DIEGO LUIZ WEBER	IPTU	15156	3204	
DIEL LINS LANCHONETE LTDA ME	TFF	329988	2258	
DILLY NORDESTE INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA	RECDI	101242		1673
DILSON LANDO	IPTU	7381	4825	
DILVO ESAURO ALVES DA SILVA	IPTU	3696	2592	
DINAMARA SGANZERLA BOSETTI	ALVC	1973	3188	
DIONISIO CARLOS FILIPINI	IPTU	11374	176	
DIRCE APARECIDA CIRINO	IPTU	18878	1034	
DIRCE TREVISOL	IPTU	12824	4139	
DIRCEU BARBIERI	IPTU	11755	4548	
DIRCEU RODRIGUES E OSMAR PADILHA	IPTU	12970	3340	
DIRCEU RODRIGUES E OSMAR PADILHA	IPTU	5639	3339	
DIVANE FERRAZ PEREIRA TAMALUSKI	IPTU	13948	2769	
DIVANE FERRAZ PEREIRA TAMALUSKI	IPTU	3972	2768	
DNE TRANSPORTES LTDA ME	TFF	75802		647
DOMICIANA DE CAMPOS	AUTO	51	4400	
DOMINGOS ALVES DA SILVA	IPTU	6370	2993	
DOMINGOS LUIZ ZANANDREIA	IPTU	6257	2175	
DOMINGOS MARCA	RECDI	102126		1164
DOMINGOS MARCA	IPTU	12391	4930	
DOMINGOS MARCA	IPTU	12387	4929	
DOMINGOS MARCA	IPTU	12385	4928	
DOMINGOS MARCA	IPTU	16772	4594	
DOMINGOS MARCA	IPTU	11532	4593	
DOMINGOS MARCA	IPTU	14914	4476	
DOMINGOS MARCA	IPTU	11558	4475	
DOMINGOS MARCA	IPTU	9159	4474	
DOMINGOS TIAGO DA SILVA	IPTU	17906	4637	
DOMINGOS TIAGO DA SILVA	IPTU	17906	4637	
DORALINO PEREIRA	IPTU	4966	4280	
DORILDE GONZAGA	IPTU	14710	3273	
DORILVAL MACHADO BARBOSA	IPTU	12388	4914	
DORIVAL JULIO CAVAGNOLLI	FUNREBOM	101318		886
DORLI LIEBERT	IPTU	9720	4160	

DORLI MARCOS MENEGOTTO	IPTU	5496	3362	
DORLI NORBERTO DE LIMA	IPTU	10885	4176	
DORLIZETE ANGELO MOREIRA	RECDI	104757	3185	
DORVALINO FERRONATO	FUNREBOM	100196		894
DOSOLINA DE ARAUJO LEMES	IPTU	11695	4399	
DOUGLAS MARQUARDT	IPTU	7612	3842	
DOUGLAS MARQUARDT	IPTU	7613	3843	
DOZOLINA ALVES MARTINEZ	IPTU	9192	4545	
DUCENEIA BARBOSA	IPTU	9315	2440	
DUCENEIA BARBOSA	IPTU	7960	3978	
DULCE APARECIDA DE OLIVEIRA	IPTU	6727	2851	
DULCE CLAUDIA EMMERICH	IPTU	16682	3267	
DULCE CLAUDIA EMMERICH	IPTU	14856	3266	
DULCIMAR ANTONIO RIQUETTA	IPTU	11477	4210	
E F COMERCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME	TFF	28222		1171
EC ANTENAS PARABOLICAS LTDA	TFF	17672		1168
EDEMILSON ANTONIO BONAN	RECDI	100216		1046
EDEMUNDO DUTRA DO AMARAL	IPTU	416	2433	
EDENEI TROIAN	TFF	71142		1348
TERRAPLANAGEM ME				
EDENILSE FELIPINI	IPTU	9027	4864	
EDERSON BASSO	IPTU	8249	4044	
EDERSON BASSO	IPTU	14001	4045	
EDEUNIR ANTONIO RUBETTI	IPTU	7140	3776	
EDI JOSE LAMPUGNANI	IPTU	13451	4442	
EDIFICIO DEARDINA E ROSELI CHITTOL	FUNREBOM	100236		1065
EDILSON DOS SANTOS	IPTU	17671	2230	
EDILSON TAPARELLO	IPTU	16017	2938	
EDINEI MARQUES	ALVC	1557	3953	
EDINEI MARQUES	RECDI	101212	3952	
EDITE FERREIRA DA COSTA	IPTU	15122	3377	
EDITORA FOLHA DO ALTO IRANI LTDA	TFF	4132	476	
EDITORA FOLHA DO ALTO IRANI LTDA	IPTU	392	475	
EDIVAN CARLOS ZORZETTO	IPTU	1652		505
EDNO MARCIO ROGOFSKI	IPTU	14791	3429	
EDOLINA DA LUZ	IPTU	6173	3234	
EDSON ALVES DE QUADRA	IPTU	10801	2502	
EDSON BAPTISTA	IPTU	5804	3374	
EDSON LUIZ HUNOFF	IPTU	15475	2566	
EDSON MACIEL DOS SANTOS	TFF	27331	303	
EDSON MARCANTE	IPTU	6478	2850	
EDSON MARTINS	ALVC	1772	1700	
EDSON NEODI PIVA	IPTU	9030	4867	
EDSON TOMASI	IPTU	7441	3798	
EDUARDA FIUZA DE CARVALHO	IPTU	3016	1504	
EGON KONIG E JURACI TUROSSI	IPTU	15970	3376	
EGON KONIG E JURACI TUROSSI	IPTU	5908	3375	
ELCIO BAPTISTA	AUTO DE INFRAÇÃO	94	4190	
ELCIO BAPTISTA	IPTU	12821	4189	
ELCIO BAPTISTA	IPTU	5746	3391	
ELDER BERTAN	IPTU	13318	4808	
ELDIANA LUNARDI	IPTU	13474	1970	
ELEANDRO DA CUNHA	IPTU	15281	2395	

ELEANDRO DA CUNHA	IPTU	16004	2396	
ELECIO BUSAQUERA	IPTU	14714	3321	
ELECIO BUSAQUERA	IPTU	15118	3323	
ELECIO BUSAQUERA	IPTU	15117	3322	
ELENA SOUZA DE LIMA	ALVH	804		1149
ELENI LEMOS	RECDI	103875	4797	
ELENICE CALESCURA ZANATTA ME	TFF	75572	1991	
ELETRONICA ARNO DAGOSTIN & CIA LTDA ME	RECDI	101855		1436
ELEUTERIO VICCARI	IPTU	4934	4278	
ELEZIO PEDRO OGLIARI	IPTU	18242		526
ELI ALMEIDA CAMARGO	IPTU	13319	4806	
ELI GONÇALVES	IPTU	11801	4581	
ELIANE CARNEIRO DE OLIVEIRA DE MELLO	IPTU	6164	3240	
ELIANE CATARINA SPONCHIADO BISSOLOTTI	ALVH	966		704
ELIANE CATARINA SPONCHIADO BISSOLOTTI	ALVH	966		704
ELIANE LOURDES VITASKI SAMPAIO	IPTU	8497	4043	
ELIANE MARIA CALEGARI	IPTU	8726	4632	
ELIANE MARIA CALEGARI	IPTU	8726	4632	
ELIANE REGINA MACHADO DE OLIVEIRA BOTTA ME	TFF	56962		1251
ELIANE RODIGHERI SCANAGATTA	ITPU	6790	2780	
ELIANE RODRIGUES VICENTE	IPTU	179	1898	
ELIAS WELTER	IPTU	7484	3847	
ELINETE TEREZINHA RIBOLI	N.AV.			729
ELINETE TEREZINHA RIBOLI	N.AV.			729
ELIS REEGINA DE MATTOS	IPTU	300	2004	
ELISANDRA DOS SANTOS RODRIGUES	RECDI	102277		806
ELISETE GIACHINI	RECDI	104295	4966	
ELISETE INES SEVERGNINI	IPTU	15124	3386	
ELISETE INES SEVERGNINI	IPTU	5648	3385	
ELIZABETE RIQUETTA DE LIMA	IPTU	12813	4151	
ELIZABETH CLOSS	N.AV.			376
ELIZABETH ZANDONA BOSCATO	IPTU	8396	914	
ELIZANDRO STVEKMANN	IPTU	11335	4913	
ELIZANGELA BORTOLUZZI	TFF	5863		739
ELIZELTON LUIZ MARTARELLO	IPTU	6458	2767	
ELOI LUIZ TONELLO	AUTO INFR.	73	38	
ELOINO CRISTIANO COFF	IPTU	5684	3390	
ELOIR DOS SANTOS	IPTU	11794	4521	
ELOIR SOLIGO	IPTU	13965	3741	
ELOIVA ZANETTE DE SOUZA	IPTU	6747	2842	
ELOY GRONENSCHILD	IPTU	10775		2392
ELTON VACARO	IPTU	7731	4049	
ELTON WILLIAN FERRONATO	ITBI	239	3908	
ELVES BOTTA	IPTU	6719	2841	
ELVIRA SAMPIETRO DA SILVA	IPTU	6912	2787	
ELZA CAVALHEIRO ALVES	IPTU	5235	2801	
ELZA GREINER	IPTU	14041		2675
ELZA GREINER	IPTU	1005	2673	
ELZA GREINER	IPTU	14042	2676	
ELZA POMPERMAYER MODESTI	IPTU	8809	4715	
EMERSON PEDRO BAZI	IPTU	10800	2570	

EMIR MORAES LOPES	IPTU	11715	4590	
EMOBRAX EMPREITEIRA DE	TFF	58632		1278
MÃO DE OBRA LTDA ME				
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA	TFF	38352	2859	
C & H LTDA				
ENEDIR JOSE LOPES	IPTU	17819	4909	
ENEDIR JOSE LOPES	IPTU	9101	4908	
ENEZITA LUCIA DOS SANTOS	RECDI	98989		1002
DEBASTIANI				
ENOIR BARBIERI E NAIR DE	IPTU	8990	4919	
LIMA				
ENORI BARBIERI	RECDI	99376		3805
ERCILIO ALVES PEREIRA DA	IPTU	18294	3065	
SILVA				
EREVANIL SIRINO	IPTU	1219	2474	
EREVANIL SIRINO	IPTU	1220	2475	
ERICO DOMINGOS KOSZELSKI	RECDI	103481	3955	
ERICO VARELA ME	ISS e TFF	38492	3437	
ERMA LANDO ZAPE	TFF	640433	2320	
ERNESTO DALLA ROSA ESPOLIO	IPTU	14656	2785	
ERNESTO DALLA ROSA ESPOLIO	IPTU	3995	2784	
ERNESTO OTTO HILMANN	IPTU	12792	840	
ERONALDO SIRINO	FUNREBOM	100578		426
ERONDI RODRIGUES DE LIMA	IPTU	11718	4580	
ERONI SANTOS	IPTU	14079		2012
ERPIDIO PEDROSO	RECDI	102891	4963	
ERVINO FINGER	IPTU	8158	4013	
ESCADASA VICRISA LTDA ME	TFF	71112	3454	
ESCALADA AUTO PEÇAS LTDA	TFF	29352	4059	
ESIQUEL ALVES DE MOURA	IPTU	11651	3080	
ESPAÇO VITAL LTDA ME	TFF	65442		1285
ESPEDITO JOSE BEBBER	IPTU	5918	3406	
ESPEDITO JOSE BEBBER	IPTU	5914	3405	
ESPORTE CLUBE AGUIA AZUL	TFF	53812		4410
ESTELA MARCIA DE LIMA PAZ	IPTU	11840	3849	
ESTELINA ANA LUSI ESPOLIO	IPTU	5846	3257	
ESTELINA DOS SANTOS	IPTU	8471	4585	
ETELVINO CECHETT	IPTU	4536	8938	
ETELVINO GROLLI	IPTU	6398	2945	
EUCLIDES VALENTINI	IPTU	15945		2058
EVA DE AZEREDO ESPOLIO E	IPTU	13966	3349	
OSMAR P DUNKER				
EVA MARIA PEREIRA DE LIMA	IPTU	5753	3358	
EVA NELY SIQUEIRA	IPTU	5019		4283
EVA SALINI SUFIATTI	IPTU	9149	4503	
EVALDO ANTONIO PAGLIARINI	IPTU	11703	4583	
PINHEIRO				
EVALDO VALDEMAR VOSS	IPTU	1069	4173	
EVANDRA CAMARA	IPTU	11322	4875	
EVANDRO BEBBER	IPTU	9094	4865	
EVANDRO DE ALMEIDA	TFF	639167	2418	
EVANDRO GONÇALVES DE	IPTU	11194	4440	
MENEZES				
EVANDRO MONTEMEZZO ME	TFF	639958	1584	
EVANDRO NUNES ME	TFF	640105	2748	
EVANIR ALVES DE OLIVEIRA	IPTU	13217	4815	
ESPOLIO				
EVANIRA PACHECO	IPTU	7379	4827	
EVANRIA PACHECO	IPTU	9643	4828	
EVARISTO ANTONIO SPPADA	TFF	639369		672

EVARISTO JOÃO ANDRIN	IPTU	9233	4511	
EVELINE CECHEZ MARCOLIN	IPTU	18036		677
EVERALDO MARTINS RIBEIRO ME	TFF e ISS	640245	1624	
EVERTON LUIS BATTISTON	IPTU	151		1963
EVERTON LUIZ BORTOLI	IPTU	5696	3295	
EVERTON MORAES	IPTU	10146	4239	
EVERTON MORAES	IPTU	17045	4240	
EZAIRA GEMINIANO BATISTA	IPTU	6287	2162	
FABIANE ZAMBIASI	IPTU	12314	2765	
FABIANO CASAGRANDE	FUNRE	97321	3853	
FABIANO DE OLIVEIRA SANTOS	ALVC	1391	1704	
FABIANO JOSE DE CEZARO	IPTU	3909	2774	
FABIANO JUNIOR DIONIZIO	N.AV.		362	
FABIANO MOREIRA	N.AV		4851	
FABIANO PINZETTA	IPTU	11489	4619	
FABIANO STIEVEN	ALVC	1962	2960	
FABIO CARLOS ZONZA	IPTU	9141	4499	
GIROLETTI				
FABIO CLOSS MOVEIS ME	TFF	639512	4759	
FABIO DE OLIVEIRA	IPTU	17869	1997	
FABIO JUNIOR BERNES	IPTU	9352	4316	
FABIO LUIS PAVONI	IPTU	11578	3796	
FABIO LUIZ GEHLEN	RECDI	101374	2493	
FABIO LUIZ GEHLEN	N.AV.		2494	
FABIO LUIS PAVONI	IPTU	7474	3795	
FARMACIA SECCHI LTDA	TFF	4492	1481	
FATIMA PICININ	RECDI	95561	4957	
FELIPE FACHINELLO	N AV			779
FELIX CRISTIANO ORTIZ	TFF	14551	122	
FERNANDA DOS SANTOS	IPTU	1998	2033	
CORREIA				
FERNANDO CALLFASS	IPTU	9687	2565	
FERNANDO DE OLIVEIRA	IPTU	18671	3168	
MOREIRA				
FERNANDO JOSE DE MARCO	IPTU	439	2510	
FERNAVEL EMPR. DE MÃO DE OBRA EIRELI ME	TFF	639904	2744	
FJFJ INCORPORADORA LTDA	IPTU	18843	2547	
FKS INDENIZAÇÕES DE SEGUROS DPVAT LTDA ME	TFF	72712	1324	
FLAVIA RIBEIRO SEDREZ	IPTU	3679	2688	
FLAVIO GELSI CAUVILLA	IPTU	8613	4705	
FLAVIO ROSA	IPTU	15195	3214	
FLORA ZENAIDE BORDIGNON	IPTU	3248	2701	
PANZERA				
FLORA ZENAIDE BORDIGNON	IPTU	1158	2699	
PANZERA				
FLORA ZENAIDE BORDIGNON	IPTU	1159	2700	
PANZERA				
FLORA ZENAIDE BORDIGNON	IPTU	3585	1134	
PANZERA				
FLORINDO COSTA	TFF	50571	2354	
FOZ DO CHAPECO ENERGIA S/A	RECDI	104171		1618
FRANCIELE FAVRETO	N.AV.		3909	
FRANCIELE MENIN	IPTU	1605		517
FRANCIELE RAMOS	IPTU	6196	3207	
FRANCIELI LORENTES ME	TFF	640920		1685
FRANCIELLE GARGETTI	IPTU	2678	2620	
FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA	IPTU	11099	4467	

FRANCISCO DE ASSIS GODOIS	IPTU	8706	4690	
FRANCISCO MARTINELLI	IPTU	5717	3379	
FRANCISCO PERGHER	IPTU	11666	3029	
FRANCISCO VARGAS DE AS	IPTU	5000		4241
FUNDAÇÕES ROMAR LTDA ME	TFF	61552	2716	
G.V. DISTRIBUIDORA DE	TFF	640146	2911	
ALIMENTOS LTDA ME				
GABIATTI VIDROS INDUSTRIA E	ISS	19152		1450
COMERCIO LTDA				
GABRIEL MARTINS DE OLIVEIRA	IPTU	9571	4405	
GALDINO ALVES	IPTU	11912		760
GARIBALDI BUENOS	IPTU	16010	3009	
GARIBALDI BUENOS	IPTU	9817	3008	
GCM SERVIÇOS, IMPORTAÇÃO E	ISS	24702		1416
COMERCIO LTDA ME				
GELCI SCHMITZ	IPTU	13090	4382	
GELCI SCHMITZ	IPTU	9432	4381	
GELIM CARLOS LAMONATTO	IPTU	17933	4404	
GELSON DE OLIVEIRA	RECDI	104360		4052
GEMA BACCIN	IPTU	348	1911	
GEMILE PIERINA PELISON	IPTU	1140	2437	
GEMIRA MARIA PESSI	IPTU	15080	2738	
BONISSONI				
GENECI DE APARECIDA DOS	IPTU	8254	4041	
SANTOS				
GENECI FATIMA OSELAME	IPTU	5720	3416	
GENECI FATIMA OSELAME	IPTU	10156	3417	
GENECI FATIMA OSELAME	IPTU	13552	3418	
GENI APARECIDA DA SILVA	IPTU	11016	4205	
GENI FATIMA SUTILI	IPTU	13373	4819	
ZOMKOWSKI				
GENIR TRIACA	RECDI	103067	4504	
GENTIL ANTONINHO DE SOUZA	IPTU	8885	4698	
GENTIL ANTONINHO DE SOUZA	IPTU	8885	4698	
GENTIL ARNO	IPTU	12847	1905	
GENTIL COSTELLA ESPOLIO	IPTU	3462	834	
GENTIL DA SILVA	IPTU	10940	4170	
GENTIL FERREIRA	IPTU	11004	4204	
GERALDINO RODRIGUES DE	IPTU	11775	4560	
LIMA				
GERALDO LUIZ SCANAGATTA	IPTU	822		573
GERCI ASSIS DOS SANTOS	IPTU	5742	3393	
GEREMIAS DE MOURA	IPTU	13031	3780	
GEREMIAS DE MOURA	IPTU	7106	3779	
GERMANO ADOLFO BORCHERS	IPTU	10612	4541	
GERSINHO DE SOUZA	IPTU	9510	4358	
GERSON LEOMAR WILDNER	IPTU	8716	4687	
GERSON TESTA	IPTU	6915	2845	
GESSI DE QUADRA	IPTU	16247	4443	
GESSICA OTTO	N.AV.		46733	
GESSY DE FATIMA BRAGA	IPTU	3783	2702	
GETULIO BRIZOLA	IPTU	12311	2840	
GIARETON EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	11232	4216	
GICELI TERESINHA BALBOENA	IPTU	7663	4307	
BASSO				
GILBERTO ALVES DA SILVA	IPTU	749	2496	
GILBERTO ANTONIO	NOTA AVULSA		2078	
CAVARZZAN				
GILBERTO ANTONIO HOSS	IPTU	14366	2830	
GILBERTO ANTONIO HOSS	IPTU	6607	2829	

GILBERTO BECKER ESPOLIO	IPTU	9479	4302
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	1375/13696/1365	2603/2602/25
SANTANA		7/13670/13679	99/2601/2598/ 2604
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	12069	3193
SANTANA			
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	1008	3194
SANTANA			
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	13668	2596
SANTANA			
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	13671	2597
SANTANA			
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	13663	2600
SANTANA			
GILBERTO E ARIBERTO	IPTU	13667	2595
SANTANA			
GILBERTO LUIZ RECH	IPTU	5756	3408
GILBERTO LUIZ RECH	ALVARA	1651	3409
GILBERTO PICININ	IPTU	15425	2569
GILBERTO RODIGHERI BORTOLI	IPTU	11687	3163
GILBERTO ZANELLA	IPTU	15252	3233
GILBERTO ZATTA	IPTU	12540	4906
GILIANDRO BAVARESCO	IPTU	16137	82
GILMAR ALVES DA ROCHA	IPTU	9966	1096
GILMAR ANTONIO KLAUS	TFF	640029	3164
GILMAR BIN	FUNREBOM	101194	2663
GILMAR DEMARCHI	FUNREBOM	101039	1671
GILMAR ELOI SCHEID	IPTU	8695	4710
GILMAR EVANGELISTA	IPTU	2058	2045
GILMAR EVANGELISTA	IPTU	14076	2047
GILMAR JOSE COLLELO	IPTU	8069	4039
GILMAR LIRIA	IPTU	15391	4773
GILMAR LUIZ MARTINELLI	IPTU	5833	3282
GILMAR PERUZZO	IPTU	8964	4682
GILMAR PERUZZO	IPTU	8964	4682
GILMAR RODRIGUES	IPTU	10744	4293
GILMAR SIMÕES PIRES	IPTU	11508	4198
GILSON ALENCAR VERDUM	IPTU	13626	3284
GILSON DA SILVA	IPTU	16336	4027
GILSON LUIZ KARSTEN JUNIOR	RECDI/ALUGUEL	103639/102279	1689
GILSON TIAGO MELATI	IPTU	16737	4750
GILVANE DOLCI BULLE	IPTU	5576	3281
GIORDANI E GIORDANI LTDA	IPTU	841	663
GIORDANI EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	10829	31881
GIORDANI MACIEL	IPTU	11615	3025
GIOVANI ANGELO DALLAGNOL	IPTU	9816	3067
GIULIANO FACCINI	IPTU	9310	2512
GLACIELI PERUSSO	TFF	69522	1335
GLAUDEMER PADILHA	IPTU	7630	1928
GLOBAL MUSIC. COMERCIO DE	TFF	19902	2858
DISCOS, CDS, DVDS, LTDA ME			
GLOBO BIJ ACESSORIOS LTDA	TFF	79282	4066
ME			
GLORIA BRANDELERO PIASESKI	RECDI	103242	3844
GLORIA RAQUEL FEITEN	IPTU	8089	4042
GRACIANO NUNES D OLIVEIRA	IPTU	9226	4564
GRACIELE APARECIDA	IPTU	13820	3936
SCHEFFER			
GRUPO D'ARTE DE TEATRO	ISS	639096	1498
GUIDO SANDRIN	IPTU	11208	4209

GUILHERME EMA DA SILVA	IPTU	9527	4383
GUILHERME FERNANDO ROCHA	IPTU	7190	3800
GUILHERME FIORENTIN	RECDI	99262	781
GUILHERME GODOIS	IPTU	15288	4492
GUILHERME ROGOFSKI	IPTU	10254	3743
GUIMARÃES ARMENIO	IPTU	2119	2449
GUIMARÃES ARMENIO	IPTU	374	2448
GUIOMAR PEREIRA	RECDI	103012	2210
GUIOMAR PEREIRA	ISS	68402	1333
CONSTRUTORA LTDA ME			
GUSTAVO ROSA DA SILVA	ALVC	1712	1650
GUSTAVO VIVAN GUARNIERI	FUNREBOM	101219	765
GUSTAVO VIVAN GUARNIERI	FUNREBOM	101219	765
HABITASSE PARTICIPAÇÕES LTDA	RECDI	104298	1516
HACKER INDUSTRIAL LTDA	FUNRE	92216	4948
HADRIEL PISSETTI ME	TFF	76822	1387
HAIMONE FAGNER BILDARELLI	IPTU	10480	2957
HAMILTON MARQUARDT	IPTU	7775	4022
HELENA AUGUSTINHA ESPOLIO	IPTU	8965	4689
HELENA MARIA MUSSIO	FUNREBOM	100701	416
HELIO ECHEVARRIA VIANA	N.AV.		2909
HELIO LOCATELLI	TFF	80872	1323
HELIO RIBAS MICHELETTO ESPOLIO	IPTU	14382	3971
HELMI KONIG DA SILVA	70332	TFF	353
HELOISA CRISTINA DOS SANTOS MARTINS	IPTU	12746	2420
HENRIQUE PINTO DE OLIVEIRA	RECDI	105427	3172
HERMES FERREIRA	IPTU	13311	4792
HERMES PINARELLO	IPTU	8531	4002
HERMES PINARELLO	IPTU	10596	4004
HERMES PINARELLO	IPTU	8532	4003
HERMES SERVELIN	IPTU	8678	4669
HERMES SERVELIN	IPTU	8678	4669
HERMES TIMOTEO GONZAGA	IPTU	4171	726
HILARIO AGOSTINI	IPTU	8217	3985
HILARIO CAMARGO	RECDIV	99669	2087
HOLSEGA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	TFF	82952	1401
HONORINO ANTONIO BORTOLUZZI	RECDI	104162	719
HONORINO ANTONIO COBALCHINI ESPOLIO	IPTU	15060	770
HORIZONTES ENERGIA S/A	TFF	36612	4990
HORTENCIO CONTE	AUTO DE INFRAÇÃO	69	396
HOSANA REGINA DELGADO	IPTU	12809	4152
HOTEL XANXERE LTDA	ALVC	1210	226
HUGO HENRIQUE HILMANN	IPTU	261	1924
IBVANETE APARECIDA RUBAS DOS SANTOS	IPTU	9955	2406
IDACIR PRESTES DOS SANTOS	IPTU	15251	3201
IDAIR ANGELO GOLIN	ALVC	1488	4586
IDAIR FARINA	ALVH/RECDI	1832/104152	563/562
IDANIR ZEFERINO SILVEIRA	IPTU	11442	4266
IDANIR ZEFERINO SILVEIRA	TFF	55491	4267
IDANIR ZEFERINO SILVEIRA	RECDI	98468	4265
IDEMAR BAZOTTI	IPTU	9896	4701
IDEMAR PAVAN	IPTU	6875	4513

IDI FIORINDA RIGATTI	IPTU	494	2509
IEDA MARAIS LOPES	IPTU	11021	4163
ILARIO ALBANI	IPTU	6293	2208
ILARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	IPTU	8216	3990
ILARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	IPTU	13053	3991
ILIZETE ALVES DE MELLO	IPTU	9756	4571
ILIZETE ALVES DE MELLO	IPTU	14462	4469
ILOITO ROSA ESPOLIO	IPTU	12842	1893
IMAPLAST RECUP. DE PLASTICOS LTDA EPP	ISS	21392	4983
IMOVEIS XANXERE LTDA	TFF	73332	1358
IMPRIMAX GRAFICA E EMBALAGENS LTDA	ISS	5222	1452
IMPRIMAX GRAFICA E EMBALAGENS LTDA	ISS/RECDI	5222/101799	1452/1453
INDUMAX INDUSTRIA DE MÁQUINAS XANXERE LTDA ME	TFF	57372	2532
INDUSTRIA DE MOTORES E MAQUINAS LTDA	ISS	5272	1488
INDUSTRIA DE MOVEIS DECOLORES LTDA ME	IPTU	5817	3722
INDUSTRIA DE MOVEIS DECOLORES LTDA ME	TFF	5262	2887
INDUSTRIA E COMERCIO DE CARNES LG LTDA	TFF	54252	4984
INDUSTROA DE MOVEIS JACOBSEN LTDA ME	RECDI	101243	1674
INES APARECIDA CAMARGO ALVES	IPTU	9158	2607
INES APARECIDA CAMARGO ALVES	IPTU	1109	2606
INES EISENHARDT	IPTU	10894	4138
INES EISENHARDT	RECDI	101833	4137
INES TERESINHA DOS SANTOS	IPTU	6502	3040
INOCENTE BENETTI	IPTU	9214	4544
IOLANDA PELEPENKI DE OLIVEIRA	IPTU	9996	4638
IOLANDA PELEPENKO DE OLIVEIRA	IPTU	4638	9996
IONE BENGUA DE AVILA	IPTU	5491	4243
IRACEMA BAUERMANN DERES	IPTU	9235	4526
IRACEMA IDA VIVAN	IPTU	9304	2467
IRACEMA ZENATTI	IPTU	4970	4279
IRACI BATISTA MAIA TOBIAS	IPTU	11790	4579
IRACI RODRIGUES	IPTU	9609	4639
IRACI RODRIGUES	IPTU	9609	4639
IRIA SELINA GLOVACKI	IPTU	10924	4195
IRINEU TODESCHINI	IPTU	17659	2173
IRINEU TODESCHINI	IPTU	11308	2172
IRINITA ANA SAATKAMP	AUTO INFR.	64	314
IRMA ANTONIA DE BORTOLLI	IPTU	14111	2121
IRMA PERES	IPTU	15228	3256
IRNO SOLIGO E ANTONIA SGUARIO	IPTU	7734	3927
ISAIS PEREIRA DA FONSECA	ALVC	1817	3182
ISAIS PEREIRA DA FONSECA	RECDI	102278	3181
ISANETE SARAIVA	IPTU	9083	4907
ISIDORO TURMINA	IPTU	13214	4822

ISOLETE GREINER	IPTU	8476	4527	
ITACIR BERLANDA	IPTU	13328	4795	
ITACIR DE OLIVEIRA NUNES	IPTU	170	1981	
ITACIR JOSE CRNONINI	RECDI	98949		1020
ITATIANA NARCISO FERNANDES	IPTU	12944	4238	
ITAU UNIBANCO S/A	ISS	70622		1411
IVACIR RIBEIRO DE PAULA	IPTU	14766	3365	
IVAIR LUIZ CUNICO	IPTU	15648	3336	
IVAN CARLOS LAZZAROTTO	IPTU	8713	4640	
IVAN CARLOS LAZZAROTTO	IPTU	8713	4640	
IVAN FERNANDO FRANZMANN	IPTU	7523	8887	
IVANA RIBAS	IPTU	16008	2771	
IVANA RIBAS	IPTU	6590	2770	
IVANDRO LUIZ GREINER	IPTU	10479	2985	
IVANETE APARECIDA RUBAS DOS SANTOS	IPTU	12857	2407	
IVANETE DE SOUZA	IPTU	104655	2920	
IVANETE LUCIA BEDIN	IPTU	15423	2486	
IVANETE MARIA AGUSTINHA	IPTU	9080	4891	
IVANETE MORESCHI	IPTU	11642	3152	
IVANETE TEREZINHA POLETO	IPTU	15249	3223	
IVANILDO DE MARTINI	N.A.V.		3917	
IVANIR DOS SANTOS DE LIMA	IPTU	10434		4387
IVANIR DOS SANTOS DE LIMA	IPTU	13863	4388	
IVANIR DOS SANTOS DE LIMA	IPTU	9350	4386	
IVANIR MACIEL DA SILVA	IPTU	9176		602
IVANIR MIGUEL GRANOSKI	IPTU	8936	4696	
IVANIR MIGUEL GRANOSKI	IPTU	8936	4696	
IVANIR SCHMIDT	IPTU	9384	4397	
IVANIR SPADOTTO	IPTU	7109	3770	
IVANOR ANTONIO DA SILVA	IPTU	9418	4409	
IVANOR TROMBETTA	RECDI	102181	2944	
IVETE DE MARCO	IPTU	4042		2708
IVETE DE MARCO	IPTU	4043	2709	
IVETE GAIO	IPTU	16229	4466	
IVETE GAIO	IPTU	14921	4465	
IVETE ROSALINA SARTORI DA SILVA	IPTU	13222	4852	
IVO ANSELMO HOCH	IPTU	8309/8323		3988/3989
IVO HUGO DOHL	IPTU	15427	2465	
IVO JOÃO ZOLET	IPTU	12500	2999	
IVO MARQUETI	FUNREBOM	104339	4154	
IVONE BRANCO DE MIRANDA	IPTU	5487	3297	
IVONE MARIA RIBEIRO DOS SANTOS	IPTU	9792	2473	
IVONETE APARECIDA DE OLIVEIRA BUENO	IPTU	14788	3283	
IVONETE DE OLIVEIRA	IPTU	12042	4677	
IVONETE DE OLIVEIRA	IPTU	8736	4676	
IVONETE TESTON	IPTU	635	2942	
IVONIR ALBERTO SGUISSARDI	RECDI	92975	4981	
IVONIR FORNARI	IPTU	334	1979	
IZALTINA R VIEIRA	IPTU	9427	4313	
IZALTINA R VIEIRA	IPTU	18297	4314	
IZAURA AUGUSTINHA VALENDOLF	IPTU	118895	4890	
IZIDORO BRANCO DE MIRANDA	IPTU	15920	3292	
IZIDORO BRANCO DE MIRANDA	IPTU	5712	3291	
J.C.E. METALURGICA E PRE MOLDADOS LTDA ME	TFF	41492	346	

J.M. GERHARDT & CIA LTDA ME	RECDI	103729	4989	
JACARE REPRESENTAÇÕES	IPTU	3019	1435	
LTDA ME				
JACI DE OLIVEIRA	IPTU	6974	4512	
JACIMAR MIGUEL GONZAGA	IPTU	6645	2843	
JACINTO JOÃO CALLEGARI	IPTU	6314	4292	
JACIR FERNANDES DAS CHAGAS	IPTU	8540	3993	
JACIR FERNANDES DAS CHAGAS	AUTO	59	3994	
JACIR ZATTA	IPTU	14933/14934/14932	1930/1931/1929	
JACIR ZATTA	IPTU	14939	1932	
JACIR ZATTA	IPTU	14972	1944	
JACIR ZATTA	IPTU	17687	1961	
JACIR ZATTA	IPTU	17688	1962	
JACIR ZATTA	IPTU	14973	1945	
JACIR ZATTA	IPTU	14993	1954	
JACIR ZATTA	IPTU	14992	1953	
JACIR ZATTA	IPTU	14986	1952	
JACIR ZATTA	IPTU	14985	1951	
JACIR ZATTA	IPTU	14941	1933	
JACIR ZATTA	IPTU	14969	1943	
JACIR ZATTA	IPTU	14957	1936	
JACIR ZATTA ME	TFF	30512	4982	
JACKSON GABIATTI	IPTU	8151	3967	
JACOB CARPENEDO	IPTU	13828	1874	
JAILTON LAURIANO	IPTU	8998	4911	
JAIME BUFFON	IPTU	3616	2655	
JAIME KOHL	IPTU	8882	4655	
JAIME KOHL	IPTU	8882	4655	
JAINI RODRIGUES	N.AV.			1568
JAIR ANTONIO DE SOUZA	IPTU	10476	3030	
JAIR BECKER	IPTU	9749	4319	
JAIR DE OLIVEIRA DE SOUZA	IPTU	10828	4212	
JAIR RUBINI	IPTU	7083	3851	
JAIR TACCA JUNIOR	IPTU	18833	2415	
JAIR TACCA JUNIOR	IPTU	9411	2414	
JAIRO LUIZ DOS SANTOS	IPTU	12508	4878	
JAIRSON ANTONIO FRIZZO	IPTU	16165	4306	
JANAINA FAEDO FABIANI	IPTU	640667	2917	
JANDAIRA MORAES DEMARCO	IPTU	12709	2683	
JANDERSON MARVAN GIROTTI	IPTU	940	2743	
BENETI				
JANDERSON WILLIAM	IPTU	18462	2319	
RAISDORFER				
JANDIR AGOSTINI	IPTU	6648	2799	
JANDIR JOSE BALBOENA	IPTU	7999	3976	
JANDIR PAGANINI	IPTU	11617	3049	
JANDIR PEREIRA	TFF	78201	734	
JANDIR PEREIRA	TFF	78201	734	
JANDIRA DA LUZ RIBEIRO	IPTU	5942	4260	
RODRIGUES				
JANE BOIANI	IPTU	14825	3728	
JANE MARIA VIVAN GUARNIERI	TFF	74572	1371	
JANETE DE OLIVEIRA OUTEIRO	IPTU	8480	4570	
JANETE KUNZ ZAVASCKI	IPTU	6611	2856	
JANETE MARIA FRIGO	IPTU	11616	2928	
JANILSE APARECIDA SOARES	IPTU	10812	2401	
DOS SANTOS				
JANINI CRISTINA ARGENTON	IPTU	7201	758	
MORAIS				

JANINI CRISTINA ARGENTON MORAIS	IPTU	13182	759
JAQUELINE GIRARDELO COSTENARO	RECDI	103106	379
JAQUELINE RUBINI	IPTU	7019	2852
JAQUELINE TEREZINHA POZZAN TOMAZELI	IPTU	8560	4026
JARDELINA SCHINEIDER	IPTU	6673	3051
JAURI SANTOS	IPTU	12360	4121
JAYME DE AMORIN MARTINS	IPTU	15033	2215
JC COMERCIO E BAZAR LTDA ME	TFF	639296	1523
JEFERSON BRUNO CHISTE	IPTU	8730	4629
JEFERSON CLAUDIO DE ALMEIDA	IPTU	9443	4315
JENECI GEMINIANO DOS SANTOS	IPTU	5774	3396
JENECI GEMINIANO DOS SANTOS	IPTU	5552	3395
JENNIFER MARA PEDRINI	IPTU	4933	4273
JENUIR MAZUTTI	IPTU	15982	2237
JENYFER CRISTINA BAGGIO	TFF	71231	508
JHONATAN SIMIONI DE OLIVEIRA	TFF	75852	648
JHONATAN VINICIUS COPPINI	IPTU	17195	3752
JJ MACHADO EIRELI ME	TFF	639863	1575
JJ MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	TFF	639330	272
JK PNEUS LTDA	ISS	41482	4081
JM CONSULTORIA AMBIENTAL	ISS	66702	1325
JOANA DETONI MORESCHI	IPTU	13637	3088
JOANA ERMINA TREVISAN	IPTU	14161	4021
JOAO ALBERTO GIORDANI	IPTU	7874	819
JOÃO ALVES DE OLIVIERA	IPTU	9389	4346
JOAO ANTONIO DAMACENO ME	RECDI	101853	1305
JOÃO ANTONIO DAMACENO ME	TFF/ISS	63742	1306
JOÃO ANTONIO SOZO	IPTU	18199	4433
JOÃO ANTUNES DE LIMA	IPTU	9354	4322
JOÃO BATISTA GONÇALVES	RECDI	102310	1691
JOÃO BATISTA PONTE FERRAZ	IPTU	11435	4254
JOÃO BERNANRO VELOSO	IPTU	8340	3974
JOÃO CARLOS ARMENIO	IPTU	68	1875
JOAO CARLOS GUIOTTO	IPTU	9256	4371
JOAO CARLOS GUIOTTO	IPTU	13085	4372
JOÃO CARLOS GUIOTTO	IPTU	17834	4373
JOAO CARLOS MORESCHI	AUTO DE INFRAÇÃO	71	530
JOÃO CARLOS SUDATTI	IPTU	82	1976
JOÃO DE OLIVEIRA NUNES	IPTU	9553	4339
JOAO DE VILLA	IPTU	8390	4341
JOÃO FERREIRA DE MIRANDA	IPTU	11708	4530
JOÃO FRANCISCO BANDEIRA	IPTU	13276	4799
JOÃO FRANCISCO DE SIQUEIRA	IPTU	18663	3157
JOÃO FRANCISCO MARIANO	IPTU	329	1902
JOÃO FRANCISCO MIRANDA PORTES	FUNRE	104804	2806
JOÃO GONZAGA	IPTU	8331	3992
JOÃO LUIZ PRETTO	IPTU	1367	507
JOÃO MAIA FERREIRA DA LUZ	IPTU	13285	4811
JOAO MANOEL MARTINS	IPTU	6647	2764
JOÃO MARIA DA LUZ	IPTU	13060	4662
JOÃO MARIA DA LUZ	IPTU	13060	4662
JOÃO MARIA DE SOUZA	IPTU	87	1927
JOÃO NEURO SAIBRO	FUNREBOM	104412	1881

JOÃO PAULO CASTILHO	RECDI	105038	3186	
JOÃO PAULO FACCIO	FUNRE e RECID	97494-103989	285	
JOÃO PEDRO ALVES ESPOLIO	IPTU	12074	4329	
JOÃO PEDRO ALVES ESPOLIO	IPTU	10617	4328	
JOÃO PEDRO ENGERS	RECDI	101661		1063
JOAO RODRIGO CORREIA NUNES	IPTU	713	2499	
JOÃO RODRIGUES ESPOLIO	IPTU	7800	2796	
JOÃO RODRIGUES ESPOLIO	IPTU	6344	2795	
JOÃO SOBCHSIK ESPOLIO	IPTU	8162	4085	
JOAO TESTA	IPTU	15381	2174	
JOÃO ZULTANSKI NETO	IPTU	18875	3753	
JOAQUIM GIACHIN	IPTU	6898	2903	
JOCELINO BULLE	IPTU	231	1919	
JOCIMAR DA CRUZ	IPTU	5783	3302	
JOEL FIGUEIRO	IPTU	6106	2329	
JOELCI ANTONIO MARMENTINI	IPTU	14838	3334	
JONAS CARLOS PREZOTTO	IPTU	3659/4059/4065/3		2615/2616/26
		642/3641		17/2613/2612/
				2611
JONAS CARLOS PREZOTTO	IPTU	3639	2610	
JONAS HENRIQUE LEMOS	IPTU	15187	3212	
TONELLO				
JONES ANTONIO SOTORIVA	IPTU	8552	4089	
JORGE ANTONIO LORENZON	IPTU	12480	2429	
JORGE ANTUNES	IPTU	7096	3773	
JORGE FERNANDES ADUR	FUNREBOM	104734		2443
JORGE LUIZ ANTONIOLLI	TFF	14111		902
JORGE LUIZ CAMPOS DE OLIVEIRA	IPTU	13014	2935	
JORGE LUIZ KESSLER	IPTU	17705	4228	
JORGE MENEZES	IPTU	6748	3023	
JORGE MENEZES	IPTU	6567	3022	
JORGE PAULO ZOCKE	IPTU	11685	2926	
JORGE PINTO DE OLIVEIRA	RECDI	97836	3167	
JOSE ALBERO ZONATTO	FUNRE	100960	145	
JOSE ALVARO CIZOTTO	IPTU	100541	2824	
JOSE ANTONIO DALLE LASTE ME	TFF	30632	72	
JOSE ANTONIO PICCININ	IPTU	14926	4453	
JOSE BENOIR TILLIVITS	IPTU	14103		2095
JOSE CARLOS MOSENA JUNIOR	IPTU	11581	2605	
JOSE CARLOS MOSENA JUNIOR	IPTU	12617	4111	
JOSE CARLOS VICENZI	IPTU	18200	4343	
JOSE CAVALHEIRO	IPTU	8478	4514	
JOSE CHAGAS	IPTU	12490	4308	
JOSE CHAVES RODRIGUES	IPTU	16151		31
JOSE CLARIBEU DA ROSA	IPTU	8824	4674	
JOSE CLARIBEU DA ROSA	IPTU	8824	4674	
JOSE DAMARAT	IPTU	11962	3381	
JOSE DE SOUZA	IPTU	10952	4133	
JOSE DOS SANTOS	IPTU	12550	4898	
JOSE DOS SANTOS	IPTU	8321	4897	
JOSE FERNANDES	RECDI	99369	2160	
JOSE ILDEU TEIXEIRA	IPTU	8334	3959	
JOSE JAIRO DE JESUS	IPTU	10665	2798	
JOSE KINTSCHNER	FUNREBOM	101017		390
JOSE LEONARDO ROZA DE OLIVEIRA	IPTU	3912	2654	
JOSE LUIZ AVILOFF ESPOLIO	IPTU	5693	3329	
JOSE LUIZ BASEGGIO	IPTU	13397	3958	
JOSE MANOEL AMARO FILHO	IPTU	13298	4794	

JOSE MARIA DIAS DE OLIVEIRA	IPTU	15947	2077
JOSE OSMAR CARLOS	IPTU	5772	3320
JOSE QUECHINI ESPOLIO	IPTU	9367	4357
JOSE RODRIGUES LUCAS	IPTU	6030	2342
JOSE SADI PEREIRA DA ROSA	IPTU	12827	4165
JOSE SOARES DE CAMPOS	IPTU	9040	4910
JOSE TAMALUSKI	IPTU	365	2427
JOSE TOMAZ	IPTU	15944	2067
JOSE VALDIR DA SILVA	IPTU	18024	4429
JOSE VALDIVINO RAMOS	IPTU	5574	3342
JOSE ZANELLA ESPOLIO E	IPTU	10567	3332
VILSON ALFF			
JOSE ZANELLA ESPOLIO E	IPTU	12969	3333
VILSON ALFF			
JOSE ZANELLA ESPOLIO E	IPTU	5637	3331
VILSON ALFF			
JOSEFINA R SILVA	IPTU	14061	2092
JOSENE TREVISOL	IPTU	12825	4436
JOSIANE PEREIRA	IPTU	15961	3294
JOSIANE RISSI	IPTU	10412	3941
JOSIANE RISSI	IPTU	8494	3940
JOSIANE RISSI	IPTU	10413	3942
JOSIANE S PADILHA DEROSI	IPTU	731	2506
JOSIELE ESTULANO RODRIGUES	IPTU	16771	4622
JOSMAR MORELLO	FUNRE	100994	165
JOSUE FERREIRA	IPTU	14850	3289
JOVILDE SALETE VILLANI	IPTU	464	2390
CASTANHA			
JR LOCAÇÕES LTDA ME	TFF	639259	79
JUARES TURELLI ME	RECDI	101819	258
JUAREZ CARLOS ZANOTTO	IPTU	10072	4136
JUAREZ GENOINO VIVAN	ALVC	1528	2802
JUAREZ NARCISO	IPTU	10994	4145
JUAREZ ZANELLA	IPTU	7662	3775
JUCELA REGINA PINOTTO	IPTU	3820	2810
JUCELIA GOMES NOGUEIRA IPTU	FUNRE	104385	4031
JUCIMAR JOSE ALVES	RECDI	93217	3155
JUCINEI BURATTI	IPTU	10242	3269
JUDITE GRACIOSA RODIGHEIRO	IPTU	6609	2763
ESPOLIO			
JULCIMARA MARTINS DE	IPTU	4951	4269
OLIVEIRA			
JULES VIDAL DE SOUZA	TFF	640715	689
JULES VIDAL DE SOUZA	N.AV.		690
JULHO CESAR DOLCI BULLE	IPTU	13494	2028
JULIANA ANDREIA ARGENTON	IPTU	18915	3279
JULIANA BORTOLUZZI	IPTU	3617	2742
JULIANE ADELAIDEBELAVER	IPTU	11488	4518
JULIANE CAPPELLARI	IPTU	6178	3205
JULIANO AUGUSOT SCHUCKLES	TFF	79172	2877
ME			
JULIANO RODRIGUES PEREIRA	IPTU	9630	2564
JULIO GONZAGA	IPTU	13260	4810
JUNIOR LUIZ PELLIZZARI	IPTU	716	2487
JURACI CAMARGO	IPTU	6419	3050
JURACI DE PAULA AZEVEDO	TFF	51301	1008
JURACI GONZAGA	IPTU	5835	3296
JURACI NARCISO	IPTU	11461	4587
JURACI ROSA	IPTU	14809	3414
JURANDIR DE OLIVEIRA	IPTU	8963	4694

JURANDIR DE OLIVEIRA	IPTU	8963	4694
JUSCELIA TONIAL	IPTU	2048	2105
JUSCELIA TONIAL	IPTU	14636	2107
JUSCERLEI MARIA VENANCIO	IPTU	11009	4196
JUSCIANE E CLEVERSON PEREIRA	IPTU	252	1868
JUSSANE BERTO	IPTU	7920	1141
JUSSARA SALETE DE OLIVEIRA	IPTU	472	2452
JZ PALETES EIRELI EPP	TFF	640227	4978
KARINE ISOTTON	IPTU	15173	3196
KAZA PAPEL E PLASTICO LTDA ME	TFF	22112	5000
KEILA RODRIGUES DO PRADO	IPTU	12807	4157
KELEN PUERARI PEDROSO	ISS	639507	674
TRANSPORTE ME			
KELLY MARCIO BATTISTON	IPTU	9686	2582
KELVIN EDUARDO DA CUNHA	IPTU	5939	3745
KENNIDI EVANGELISTA	IPTU	7169	3791
LADIR ANTONIO ARUS	IPTU	6151	3224
LAERCIO LUIZ GIROLETTI	IPTU	3809	2846
LAERTE PAULO WEBER	IPTU	3904	2836
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	13542	4533
POSTALLI LANZARINI			
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	9206	4532
POSTALLI LANZARINI			
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	17811	4119
POSTALLI LANZARINI			
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	17810	4118
POSTALLI LANZARINI			
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	17809	4117
POSTALLI LANZARINI			
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	17808	4116
POSTALLI LANZARINI			
LAERTE PRIMEIRO JOSE PEDRO	IPTU	8286	4115
POSTALLI PANZARINI			
LAIR FONINI	IPTU	5668	3328
LAIRES ANTONIO VILLANI	IPTU	11522	4457
LATICINIOS MILKXAN EIRELI ME	TFF	639484	4976
LATICINIOS SANTA CATARINA LTDA EPP	TFF/ISS	22412	4970
LAUREANO FERNANDES DOS SANTOS	RECDI	97615	5003
LAURECI ZENAIDE LOPES	IPTU	15253	3232
LAURINDO IZIDORO	FUNREBOM	100636	768
MOSCHETTA			
LAURINDO IZIDORO	FUNREBOM	100636	768
MOSCHETTA			
LAURINDO LERIA	IPTU	3699	2750
LAURY CARLOS KUBENECK	RECDI/ALVC	102521/1333	1028/1027
LAURY CARLOS KUBENECK	IPTU	985	2672
LAUVIR FRIZZO EIRELI ME	TFF/ISS	641102	1702
LEANDRO ALBERTO DE LIMA	IPTU	16180	3785
LEANDRO BILLIG	IPTU	477	2419
LEANDRO DELA PICCOLLA ME	TFF	639931	2715
LEANDRO INEIA	FUNREBOM	100298	4227
LEANDRO PEREIRA	IPTU	6109	2339
LEARCINDA BORGES MONTEIRO	IPTU	10984	4193
ESPOLIO			
LEDEMIR CARDOSO CARNEIRO ME	TFF	74472	1369

LEIMAR MANGONI	IPTU	4108	2694	
LENI MARIA SIMONI TOCHETTO	IPTU	3559	1094	
LENI REGINA PACASSA ME	TFF	640679	3749	
LENIR JOSE MARAFON	IPTU	11936	34	
LENOIR ALVES DOS SANTOS	IPTU	14616		2432
LENOIR ALVES DOS SANTOS	IPTU	415	2431	
LEOCIR GIACHINI	N.AV.			611
LEOCIR JOSE PELLIZZER	IPTU	14918	4473	
LEOCIR JOSE PELLIZZER	IPTU	14272	4472	
LEOCLIDES L. MARQUES	IPTU	9830	3075	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	16212	4661	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	8918	4660	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	8917	4659	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	8826	4658	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	16212	4661	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	8918	4660	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	8917	4659	
LEOCLIDES RIBEIRO	IPTU	8826	4658	
LEOCLIDES TOMAZI	IPTU	13380	4821	
LEODIR ANTONINHO	IPTU	12583	4551	
MARCHIORO				
LEODIR ANTONINHO	IPTU	13537	4552	
MARCHIORO				
LEOMAR LIDIANO VISSOTTO	IPTU	6534	3041	
LEOMAR PADOVAN	N.AV.		4992	
LEOMAR SOARES DOS SANTOS	ALVH	1114	2854	
LEONARDO CARDOSO DE OLIVEIRA	IPTU	6305	4302	
LEONARDO DE OLIVEIRA PADILHA	IPTU	11741	4458	
LEONICE T BALDISSERA ME	TFF	640147		1615
LEONILDA SALETE ARNO	FUNREBOM	100748		3838
LEONILDE FORTTI BARILDA ESPOLIO	IPTU	9131	4441	
LEONIR DANIEL	IPTU	7618	3829	
LEONIR FERNANDES DOS SANTOS	RECDI	65862	5001	
LEONORA MARIA SERPA	IPTU	4008	2650	
LEOVINDO DEQUIGIOVANI	IPTU	5050	4171	
LEOZIR DE OLIVEIRA	IPTU	7411	3765	
LEOZIR DE OLIVEIRA	IPTU	1260	3764	
LETICIA PEREIRA DA CRUZ	N.AV.		4305	
LEVI ANTONIO PERTILE	ALVH	1683		538
LEVI E DECLESIO PERTILE	IPTU	9118	4435	
LEVI E DEOCLESIO PERTILE	IPTU	15283		2388
LEVI ZIVELT DA COSTA ESPOLIO	IPTU	6963	3815	
LEVIR JOAQUIM GUIMARÃES	IPTU	7767	3216	
LFBOFF ASSESSORIA CORPORATIVA LTDA ME	ISS	640555		1652
LH DISTRIBUIDAORA DE ALIMENTOS LTDA	ISS	640243	4627	
LIBANOR JOSE MIORELLI	IPTU	3614		2632
LIBANOR JOSE MIORELLI	IPTU	3618	2633	
LICERIO VIEIRA DA ROCHA	IPTU	8941	4672	
LICERIO VIEIRA DA ROCHA	IPTU	8941	4672	
LIDIA DOS SANTOS	IPTU	6636	2902	
LIDIA GRABOWSKI	IPTU	1366		586
LIDIANE SEGHE TO	IPTU	8769	4641	
LIDIANE SEGHE T TO	IPTU	8769	4641	
LIDIONEI KUGELMEIER	IPTU	18571	3171	

LIEJA JOSELEM TRINDADE DA SILVA	IPTU	8207	4109	
LIMA RECICLAGENS DE PLASTICOS LTDA ME	TFF	64812	4847	
LINDIMAR SECCO	TFF	640030	2908	
LINO CAVALHEIRO	IPTU	7326	443	
LINS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	RECDI	101667		444
LIRIO IZALTINO PIEROG	IPTU	5281	216	
LIZABETE SALES	ALVC	1846	3183	
LL SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME	TFF	640345	4979	
LOACIR ALVES DOS SANTOS	IPTU	6291	2220	
LOCATER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	TFF/ISS	54012		1248
LOIVA FERREIRA BARBOSA	IPTU	16005	2833	
LOIVO JOSE ROSSI	N.AV.		2756	
LOJAS QUERO-QUERO S/A	ISS	70732		1496
LOREDI LOSS	IPTU	159		1899
LORENA SALETE BERTASO	IPTU	8891	4711	
LORENCI DE SOUZA	IPTU	9401	4505	
LORENCI DE SOUZA	IPTU	14018	4506	
LORENI RUBAS	RECDI	65653	4955	
LORENO PELLIZZER	IPTU	10062	4657	
LORENO PELLIZZER	IPTU	8782	4656	
LORENO PELLIZZER	IPTU	10062	4657	
LORENO PELLIZZER	IPTU	8782	4656	
LORILENE FATIMA GERMINIANI	IPTU	11481	4191	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	12521	4926	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	12518	4925	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	12056	4924	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	12049	4923	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	11353	4922	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	11350	4921	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	11327	4920	
LOTEADORA E INCORP ARCARI LTDA	IPTU	12546	4927	
LUBIAN TESTA	IPTU	16485	3213	
LUCAS ANTONIO ALBANI	IPTU	10445	4874	
LUCI MARIA DOS SANTOS ESPOLIO	IPTU	12968	3415	
LUCI MARIA RODRIGUES	IPTU	11766	4516	
LUCIANE WESTENHOFEN	IPTU	13362	4829	
LUCIANO PERI	IPTU	11663	2941	
LUCIMAR ANTONIO BONOTTO	TFF	65392	2236	
LUCIMAR CARLOS WOLF	IPTU	3198	4257	
LUCIMAR CARLOS WOLF	IPTU	14678	4258	
LUCIR VIEIRA	IPTU	2567	159	
LUCIR VIEIRA	AUTO	79	2814	
LUCIR VIEIRA	IPTU	6776	2813	
LUCIR VIEIRA	IPTU	6775	2812	
LUCIR VIEIRA REPRESENTAÇÕES LTDA ME	ISS	7172		1495

LUCIVAN DANIEL	IPTU	16692	3085
LUCIVANIA E IVANDRO	IPTU	3730	2593
BIEDERMANN			
LUIS GUSTAVO DE OLIVEIRA	RECDI	104993	818
GALVANI			
LUIZ ALBERTO SIRINO	IPTU	819	531
LUIZ ALVES MACARI	IPTU	13564	3969
LUIZ ALVES MACARI	IPTU	9892	3968
LUIZ ANTONIO ATOLINNI	IPTU	5062	150
LUIZ ARRUDA	IPTU	17807	4029
LUIZ ARTUR DOS SANTOS	IPTU	1011	2652
LUIZ CARLOS LEMOS	RECDI	102420	2927
LUIZ CARLOS MOTTER	IPTU	7371	3774
LUIZ CARLOS MOTTER	IPTU	6225	3237
LUIZ CARLOS PRESOTTO	IPTU	2685	381
LUIZ CIVIDINI E OUTROS	IPTU	9217	4509
LUIZ CIVIDINI E OUTROS	IPTU	9216	4508
LUIZ DE LIMA	RECDI	102026	3348
LUIZ FELIPE ESPOLIO	AUTO DE INFRAÇÃO	82	1113
LUIZ FERNANDO BOFF	IPTU	7021	2849
LUIZ FERNANDO VASEAK	ALVC	1980	3189
MACHADO			
LUIZ FERREIRA COMERCIANTE	TFF	42762	3865
ME			
LUIZ HENRIQUE CONCEIÇÃO DA	RECDI	99314	1643
SILVA			
LUIZ JUSTINO TEDESCO	IPTU	6979	3831
LUIZ MARAFON JUNIOR	IPTU	14854	3303
LUIZ MARTINS DE OLIVEIRA	IPTU	14708	3419
LUIZ MATKUS	IPTU	6542	3347
LUMINOSOS XANXERÊ LTDA ME	TFF	70262	4131
LUNELLI INDUSTRIA E	FUNREBOM	100766	1163
COMERCIO DE TELAS LTDA ME			
LURDES FRANCIOSI DE SOUZA	IPTU	13866	4256
GOSCH			
LURDES FRANCIOSI DE SOUZA	ALVH	1936	4290
GOSCH			
LURDES FRANCIOSI DE SOUZA	IPTU	11454	4255
GOSCH			
LURDES FRANÇOSI DE SOUZA	ALVH	1937	4291
GOSCH			
LURDES LIMA DE OLIVIERA	IPTU	10759	2456
LUVIVANE VAZ SEMINOTTI	TFF	640881	298
TRANSPORTES ME			
LUZ CIVIDINI E OUTROS	IPTU	13547	4510
M J M PADARIA LTDA ME	TFF	59202	3441
MADECALI MADEIRAS LTDA ME	TFF	60962	4973
MAFALDA BASSO FIORINI	FUNREBOM	100708	992
MAFALDA DONATTI STOLARSKI	IPTU	10286	2619
MAFALDA DONATTI STOLARSKI	IPTU	3690	2618
MAGDALENA TEREZA BARIZON	IPTU	11190	4460
MALGARETE MARTINS ROMERO	IPTU	11736	4529
MANOEL DARCI DA SILVA	IPTU	9552	4333
MARANDIR CARLOS PEREIRA E	IPTU	8991	4899
OUTRO			
MARCDIO ROBERTO DOS	RECDI	103381	4790
SANTOS			
MARCELINO LEANDRO	IPTU	12516	4859
BALDUINO			

MARCELINO MARINO KILPP	IPTU	12548	4855	
MARCELO ANDRE VALIATI	IPTU	1660	592	
MARCELO ANTONIO GIRARDI	IPTU	5177	211	
MARCELO AUGUSTO MIRANDA	IPTU	14623	2513	
MARCELO DE OLIVEIRA	RECDI	101915	1870	
MARCELO LUIZ SCHMIT	N.AV.		2752	
MARCELO NARCISO	IPTU	13000	2948	
MARCIA EDUARDA CAMBRUSSI	IPTU	4107	1620	
MARCIA LEMES	IPTU	9166	4150	
MARCIA MARLI HASCKLE	IPTU	10459	2955	
MARCIA MOURA DE OLIVEIRA	IPTU	10908	4141	
MARCIA REGINA TOSATTI	IPTU	3686	2695	
SIMON				
MARCIANO SIQUEIRA	IPTU	2001	2127	
MARCIEL ANDRE DERVANOSKI	IPTU	16129	78	
MARCIO AUGUSTO ZANDONA	IPTU	13784	2816	
MARCIO BRAGA DOS SANTOS	IPTU	15439	2403	
CECCHINI				
MARCIO CIMADON	IPTU	15484	2576	
MARCIO GOMES	IPTU	11627	3071	
MARCIO LISE	IPTU	10573	2898	
MARCIO MORAES	TFF	639919	278	
MARCIO ROBERTO DOS SANTOS	ALVC	1898	4791	
MARCOS ANDRE CANELLO	TFF	53902	1245	
MARCOS ANTONIO	FUNREBOM	100703	428	
BRAGAGNOLO				
MARCOS ANTONIO CORREA	IPTU	1383	603	
FOGAÇA				
MARCOS ANTONIO MALESKI	IPTU	7629	3837	
MARCOS ANTONIO RODRIGUES	IPTU	12535	4868	
MARCOS ANTONIO TONIOLLI	TFF e ISS	80922	2143	
EIRELI ME				
MARCOS CASAGRANDA ME	TFF	639545	1554	
MARCOS CORADI FAVERO	IPTU	639595	3729	
MARCOS DE SAIBRO	ALVC/ALVH/RECDI	1613/102259	1100/1099	
MARCOS DE SAIBRO	IPTU	12473	4033	
MARCOS DOMINGUES	IPTU	14819	3268	
MARCOS FERREIRA DOS SANTOS	N.AV.		3170	
MARCOS FERREIRA REPR. EIRELI	TFF	640390	3744	
MARCOS HENRIQUE	IPTU	6222	3220	
BORTOLUZZI				
MARCOS JOSE ANTUNES DE	N.AV.		688	
OLIVEIRA				
MARCOS LUIZ CALELAGARI	IPTU	6315	4268	
MARCOS MACIEL	N.AV.		4624	
MARCOS ROBERTO PASTORIO	IPTU	7010	3846	
MARCOS ROBERTO TOGNI ME	TFF	53692	1244	
MARELI TEREZA DE OLIVERA	IPTU	913	2478	
MANTELLI				
MARELI TOGNI	IPTU	10212	3428	
MARGARETE DE MORAIS	ALVC	1901	4270	
MARGARETE KOSINSKI	IPTU	14820	3411	
MARI LOPES TRANSPORTES	TFF	33962	2526	
LTDA ME				
MARIA AUGUSTA DA SILVA	IPTU	14097	2119	
SIQUEIRA				
MARIA BLOCK CRUZ	IPTU	10578	4309	
MARIA BLOCK CRUZ	IPTU	12011	3789	
MARIA BLOCK CRUZ	IPTU	16482	3790	
MARIA CATHARINA SIGNOR	RECDI	103741	2820	

MARIA CLARINDA DOS SANTOS	IPTU	4389	4592	
MARIA CONCEIÇÃO CAMPOS BIANCHI	IPTU	6525	3007	
MARIA CONSOLADORA SOZO DOS SANTOS	IPTU	9364	4401	
MARIA CONSUELO CANDORIA	IPTU	4898	4206	
MARIA DE LOURDES PEDROSO	IPTU	16774	4553	
MARIA DELAIR SANTOS	IPTU	15730	2664	
MARIA DIVACI DE OLIVEIRA	IPTU	18836	4349	
MARIA DIVACI DE OLIVEIRA	IPTU	9388	4348	
MARIA DIVACI DE OLIVEIRA	IPTU	9387	4347	
MARIA EDI LAURIANO	IPTU	10598	4779	
MARIA FILOMENA DOS SANTOS	IPTU	2336	311	
MARIA FILOMENA DOS SANTOS	IPTU	11696	4344	
MARIA FUZINATTO TREVISAN	IPTU	6282	2228	
MARIA GRABOVSKI	IPTU	9953	4706	
MARIA LEONILDA PUERARI	IPTU	13203	4832	
MARIA LUIZA FERREIRA BALDESSAR	IPTU	8483	4515	
MARIA MADALENA GIORDANI	IPTU	12495	1085	
MARIA MAFFEI GIUNTA	IPTU	8159	4050	
MARIA NUNES DOS SANTOS	IPTU	16763	4881	
MARIA ODETE BADOTTI	FUNREBOM/RECDI	100161/103553	942	
MARIA ORANDINA KAEFER	IPTU	10892	4158	
MARIA PANDOLFO LOPES	IPTU	13345	4837	
MARIA PANDOLFO LOPES	RECDI	101116	4836	
MARIA ROMILDA VENANCIO DA SILVA	IPTU	2268	310	
MARIA ROSA SILVEIRA OLIVEIRA	IPTU	15593	1920	
MARIA SIQUEIRA ESPOLIO	IPTU	8814	4135	
MARIA STOLARSKI POTULSKI	IPTU	2331	341	
MARIA TEREZINHA LORENZZON	AUTO DE INFRAÇÃO	66	499	
MARIA ULTIBEU WINCKLER	IPTU	9262	4330	
MARIA VAZ DE SOUZA ESPOLIO	IPTU	13911	1965	
MARIAMABILE TRICHES BADOTTI	RECDI	100975	1059	
MARILDA DE LURDES LAMONATTO MARTINI	N.AV.		4964	
MARILDE SOBESIZK	IPTU	13918	2491	
MARILDO PIEPER	IPTU	9297	4375	
MARILENE BARBOSA	IPTU	8545	4032	
MARILETE DOS SANTOS MELATI	IPTU	16333	2122	
MARILETE DOS SANTOS MELATI	IPTU	16433	2123	
MARILETE MARIA MATIAS	IPTU	770	515	
MARILEUSA KOZELSKI	IPTU	8873	4712	
MARILI CASSIANO	IPTU	10489	1867	
MARILI SALETE PEREIRA	IPTU	3864	2823	
MARILI SALETE PEREIRA	IPTU	3863	2822	
MARILIA FATIMA OTAVICZ	RECDI	104367	1634	
MARILUCIO COLOSSI	IPTU	18170	4368	
MARINO REIS ESPOLIO	IPTU	11188	3982	
MARIO CEZAR GUERRA	N.AV.		50580	
MARIO VICENTE ÍRES	IPTU	13265	4782	
MARISA MENEGOTTO	IPTU	3957	2685	
MARISA TEREZINHA BAGATINI	IPTU	5544	3366	
MARISA TEREZINHA BAGATINI	IPTU	5545	3367	
MARISA TEREZINHA BAGATINI	IPTU	3838	2826	
MARISETE COSTA	IPTU	15969	3288	

MARISETE COSTA	IPTU	5909	3287	
MARISTELA BRIZOLA	IPTU	16167	4310	
MARISTELA BRIZOLA ME	TFF	60172	4063	
MARISTELA BRIZOLA ME	TFF	60172	4063	
MARISTELA CONRADO GAZZONI	IPTU	6589	2919	
MARISTELA DE FATIMA ROSA	IPTU	15160	3219	
MARITANIA VALCARENGUI	IPTU	3899		2916
PAULINO DOS SANTOS				
MARIZETE TERESINHA TELES	IPTU	9526	4214	
MARIZETE TEREZINHA DOS SANTOS	RECDI	97915	3231	
MARJANE ROSSARI	IPTU	5620	3737	
MARLEI DO CARMO LARA	IPTU	98890	2223	
MARLETE GEUDA PERI	ITU	15329	4863	
MARLETE GEUDA PERI	IPTU	11328	4862	
MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA	IPTU	15236	3206	
MARLI APARECIDA MARTINELLI	IPTU	6504	3033	
MARLI ARMENIO	IPTU	381	2505	
MARLI BOFF	IPTU	9880	4713	
MARLI PEREIRA DE LIMA	IPTU	11798	4520	
MARLY ROSA ALFF	IPTU	102106	2844	
MARLY TEREZINHA DAVILA	RECDI	99796	3368	
MARLY TEREZINHA DAVILA	IPTU	18271	3370	
MARLY TEREZINHA DAVILA	IPTU	5913	3369	
MARLY TEREZINHA DAVILA	IPTU	18272	3371	
MARMITARIA DO CHEF LTDA ME	TFF	79742		1403
MARTINI & FARBUS LTDA ME	ISS	48432	3434	
MARZELI APARECIDA DOS SANTOS	IPTU	10977	4134	
MASTER INDUSTRIA E COM DE PORTAS E MADEIRAS LTDA	RECDI	4996	95552	
MASTER INDUSTRIA E COM DE PORTAS E MADEIRAS LTDA	TFF	43382	4997	
MATERCLINICA CLINICA	ISS	55972		1260
MATERNIO INFANTIL S/S LTDA				
MATEUS DIAS FERREIRA	RECDI	103960	3757	
MATEUS FERNANDO NAVA	RECDI	103382	1705	
MATEUS FERNANDO NAVA	ALVC	1873	1706	
MATHEUS PAGNONCELLI	IPTU	16803	4793	
KONOPKA				
MATILDE CARDOSO BATISTA PINHEIRO	RECDI	100769	4628	
MAURICIO DALLABETTA	IPTU	6881	3801	
MAURICIO DALLAGO VAZ	RECDI	101976	4781	
MAURICIO DE OLIVEIRA MORAIS	TFF	7782		1430
MAURICIO RICARDO DA SILVA	ALV. CONSTRUÇÃO	1460		1658
MAURICIO ZATTA	IPTU	8890	4633	
MAURICIO ZATTA	IPTU	8890	4633	
MAURO RIBEIRO E SIRLEI DE OLIVEIRA	IPTU	8489	3930	
MAX ANTONIO CAUS	IPTU	110	1879	
MAX INDUSTRIA DE MAQUINAS XANXERE LTDA ME	RECDI	101506	250	
MAX INDUSTRIA DE MAQUINAS XANXERE LTDA ME	TFF	74172	251	
MAX WILSON FAVA	IPTU	434	2402	
MAXIMINO DOS SANTOS	IPTU	6234	3229	
MAXIMINO MELO E CELBRAS	IPTU	16263	4543	
EMPR. IMOBILIARIOS LTDA				
MAXIMINO MELO E CELBRAS	IPTU	11465	4542	

EMPR. IMOBILIARIOS LTDA				
MAXIMINO VALDECIR ROZALEN	RECDI	102867	4956	
MECANICA RECORD XANXERE	TFF	7432		1467
LTDA				
MECANICA VANZIN LTDA	IPTU	1168	2736	
MELANIA VACARO	IPTU	6241	2219	
METALURGICA IDEAL M M LTDA	IPTU	12769	4603	
ME				
MICHEL ALLAN SCHIMIT ME	TFF	64692	2722	
MICHELE CRISTINA SANTIN	IPTU	7628	3799	
MICHELI ALVES DOS SANTOS	ALVH	1477	3169	
MICHELLE BRANDELERO	TFF	62291		721
MIGUEL VALMOR OTOVICZ	IPTU	16737	4703	
MILANE GOMES	IPTU	9258	4321	
MILTON ANTONIO MINETTO	ALVC	1689	2625	
JUNIOR				
MILTON LUIZ VIEIRA JUNIOR	IPTU	2138	2147	
MIRIAN GIOVANA DOS SANTOS	RECDI	102492	3756	
MISTURA FEMININA MODA E	TFF	639960		1586
ACESSORIOS LTDA ME				
MOACIR CANTELE	IPTU	5937	3298	
MOACIR DOMINGOS BETONI	IPTU	7111	3766	
MOACIR ROCHA CARVALHO	IPTU	5737	3359	
FILHO				
MOACIR SCHIMIDT ESPOLIO	IPTU	9478	4384	
MONICA BRISOLA	IPTU	3771		2910
MORGANE TEREZINHA	IPTU	11649	3059	
GASPARETTO				
MORILO BALBINOT	RECDI	102148	4969	
MOVIMENTO BIKE EIRELI ME	ISS	27202		1459
MURIEL COELHO	IPTU	293	1977	
NACIR TEREZINHA BERNARDO	IPTU	763		604
DOS SANTOS				
NACLETO JOSE GIARETTON	RECDI	102655	3308	
NADIA MARIA TURRA	IPTU	9231	4550	
NADIR CATARINA DACAS	IPTU	49	1915	
NADIR JOSE BALDISSERA	IPTU	10608	4684	
NADIR JOSE BALDISSERA	IPTU	8907	4683	
NADIR JOSE BALDISSERA	IPTU	10608	4684	
NADIR JOSE BALDISSERA	IPTU	8907	4683	
NADIR JOSE RESTELATO	IPTU	7320	3855	
NADIR MARINELLO	IPTU	15213	3197	
NATAL DOMINGOS DAMIAN	IPTU	13348	4818	
NATALICIO MENDES MOREIRA	IPTU	16260	4439	
NATALICIO MENDES MOREIRA	IPTU	12826	4438	
NAZIDE TEREZA ALMEIDA	IPTU	8487	4576	
NDM TRANSPORTES LTDA ME	TFF	52452	4060	
NEDIO FIORINI	IPTU	8221	3999	
NEDIO WUSTRU	IPTU	886	2463	
NEDIO WUSTRU	IPTU	10690	2464	
NEGAO TRANSPORTES LTDA ME	TFF	63112		1301
NEIDE TEREZINHA LEMOS	IPTU	11711	4566	
NEIMAR BUSNELLO	IPTU	14846	3727	
NEIVA NUNES	IPTU	8475	4569	
NEIVA TEREZINHA SANTOS	RECDI	102667	1698	
FONTELLA				
NELCI APARECIDA GOLIN	IPTU	11764	4522	
KADZERSK				
NELCINDA GUBERT	IPTU	1420		623
NELCY CAETANO DE SOUZA	IPTU	6507	2994	

NELSO MARCHI	IPTU	16764	4894	
NELSO MARCHI	IPTU	12509	4893	
NELSON GATTO	IPTU	8729	4695	
NELSON GATTO	IPTU	8729	4695	
NELSON GREINER	IPTU	2277	317	
NELSON NORBERTO	IPTU	10937	4199	
NELSON PANDOLFI	IPTU	524	2442	
NELSON PANDOLFI	IPTU	6659	3011	
NELSON PERUSSO	IPTU	16675	3360	
NELSON VELOSO DOS SANTOS	IPTU	11850	308	
NELVI LUIZ CESCO	IPTU	2179	312	
NERCINDA DA CONCEIÇÃO CARDOSO	IPTU	9585	4408	
NEREU FRANCISCO LEMES	IPTU	10699	3310	
NERI ALVES DOS SANTOS ME	TFF	639687	3730	
NERI BRANCO DE MIRANDA	IPTU	5494	3420	
NERI LEMES	IPTU	16582	2091	
NERI LOURENÇO CALEGARRI	IPTU	13071	4860	
NERI TADEU BARBOSA GONÇALVES	IPTU	9201	4540	
NERRI BURATTI	IPTU	16759	4880	
NEUDY PRIMO PAVAN	IPTU	11479	4164	
NEURO GILBERTO PALUDO	IPTU	8141	4025	
NEUSA B L MARQUES ESPOLIO	IPTU	4074	2762	
NEUSA DE OLIVEIRA	IPTU	8897	4686	
NEUSA FATIMA EMMERICH	IPTU	126	1921	
NEUSA FATMA EMMERICH	IPTU	13909	1922	
NEUSA SALETE SPRICIGO	IPTU	11889	2832	
NEUSA TERESINHA MELATI	IPTU	16202	4751	
NEUTO JOSE PASINATTO ESPOLIO	IPTU	11066	2786	
NEUZA NECKEL DOS SANTOS	IPTU	11509	4166	
NEWS PRINT GRAFICA E EDITORIA LTDA	ISS	24122	358	
NEYLOR ANTONIO ZANIOL	IPTU	9745	4685	
NEZEA PEREIRA	IPTU	6231	3218	
NEZEA PEREIRA	IPTU	6220	3217	
NICOLAS ANDRE GOMES	TFF	639136	267	
NILDO ALVES DE OLIVEIRA	IPTU	11697	4376	
NILO ELEANDRO CLOSS	IPTU	12749	2500	
NILSE CELI ROCKENBACH	IPTU	862	2498	
NILSO LUIZ BOIANI	IPTU	10703	593	
NILSO RODRIGUES DOS SANTOS	IPTU	1172	2679	
NILSON JOSE SOLIGO	RECDI	102451	4014	
NILSON MARINHO DE MELLO	IPTU	15942	2018	
NILVA BRUNETTO E ILDA BRUNETTO	RECDI	103711	2693	
NIVA EMILIA SELMA GISELLA VERREL	IPTU	9296	4351	
NIVA EMILIA SELMA ISELLA VERREL	IPTU	13088	4352	
NIVANOR FRANCISCO CESCO	IPTU	2180	300	
NOBEL ALIMENTOS LTDA	TFF	39422	223	
NOE SCHIAMENTI	IPTU	13211	4783	
NOELI FATIMA KOCHHANN BORDIN	IPTU	18795	681	
NOEMI DE PAULA	RECDI	103210	3425	
NORBERTO LUIZ PASINATO	TFF	8332	4745	
NORBERTO SEGALLA	IPTU	11624	2997	
NORIVAL DOS ANJOS LOUREIRO	IPTU	16329	3787	

NORMELIA AP. TAPPARELLO	IPTU	366	2483
ALVES DOS SANTOS			
NUCLEO REGIONAL DOS	FUNREBOM	99646	1431
TECNICOS AGRICOLAS DO ALTO			
IRANI			
O BENITO BARROSO	IPTU	6444	3027
ODAIR JOSE CARNIEL	ALVC	1721	3180
ODAIR JOSE CARNIEL	RECDI	101808	3179
ODANIR JOSE BADOTTI	IPTU	14445	4647
ODANIR JOSE BADOTTI	IPTU	12259	4646
ODANIR JOSE BADOTTI	IPTU	14445	4647
ODANIR JOSE BADOTTI	IPTU	12259	4646
ODETE TEREZINHA KOSLOSKI	IPTU	12859	2468
BAGGIO			
ODILA BRUNETTO SOUZA	IPTU	15199	3238
ODIMAR GUEZ	IPTU	10510	3158
ODIR DE MARTINI E ORILDO DE	IPTU	13030	3825
MARTINI			
OESTE EMPREENDIMENTOS	ISS	53742	1246
IMOBILIARIOS E			
FINANCIAMENTOS LTDA			
OI S.A.	RECDI	102528	1426
OI S/A	IPTU	8007	4080
OLAVO ANTONIO SCANAGATTA	IPTU	1656	578
OLEVIO MARASCHIN	IPTU	3866	2800
OLIMPIA FIORENTIN	IPTU	1610	501
OLIMPIO JOSE CAZAROTTO	IPTU	13267	4796
OLINDO GAVENDA	IPTU	8945	4668
OLINDO GAVENDA	IPTU	8945	4668
OLIR MARCOS MENEGOTTO	IPTU	8672	4010
OLIRES ADÃO PADILHA	IPTU	17915	3979
OLIVEIRA & ALTREIDER LTDA	TFF e ISS	242	265
ME			
OLIVERIO FERREIRA DO	IPTU	7082	3811
AMARANTE			
OLIVETO DORO ZANATTA	IPTU	130	1883
OLIVIO BALBINOT	IPTU	282	1896
ONEIDE STURMER NICOLAU	IPTU	15918	49
ONIRA CAVALHEIRO	IPTU	986	2627
RODRIGUES			
ORALINO DO AMARAL	RECDI	96749	1605
ORIENTAL RESTAURANTE LTDA	TFF	640422	1640
ME			
ORIVALDO TRINDADE BAIRROS	IPTU	15233	3226
ORIVALDO TRINDADE BAIRROS	IPTU	15233	3226
OSMAR ALVES CAMARGO	IPTU	2782	186
OSMAR ANTONIO DA LUZ	IPTU	11770	4562
OSMAR ANTONIO PARIZOTTO	FUNREBOM	101153	816
OSMAR ANTONIO PARIZOTTO	FUNREBOM	101153	816
OSMAR BASSO	IPTU	14928	4452
OSMAR BASSO	IPTU	14916	4451
OSMAR BASSO	IPTU	9109	4450
OSMAR BASSO	IPTU	9105	4449
OSMAR DA CUNHA	FUNREBOM	96886	542
OSMAR NERES DE OLIVEIRA E	IPTU	4959	4276
OUTRO			
OSNERI CARLOS	IPTU	6247	2213
OSNI ANTONIO NARCISO	IPTU	9796	2410
OSNI ANTONIO NARCISO	IPTU	11824	2411
OSVALDINO ROSA DA SILVA	IPTU	11754	4546

OSVALDIR XAVIER DOS SANTOS	IPTU	9475	4332
OSVALDO SEGHETTO	IPTU	9982	4645
OSVALDO SEGHETTO	IPTU	9982	4645
OSWALDO MORILAS SAMPAIO	IPTU	12034	3961
OTAVIO GABANA	IPTU	8153	3929
OTILIA MARIA MONTEMEZZO	IPTU	3633	2691
OZIEL BARDUINO	IPTU	9026	4872
PALIDO COMERCIO DE MOVEIS E ELETRO LTDA ME	TFF	58862	4723
PALMEDIO FUMAGALI	IPTU	13568	2424
GIORDANI ESPOLIO			
PALMIRO DE PAULA	IPTU	16280	4355
PARQUE DAS FLORES EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	18423	1999
PARQUE DAS FLORES EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	18399	1998
PARQUE DAS FLORES EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	18480	1591
PARQUE DAS FLORES EMPR. IMOB. LTDA	IPTU	18481	1592
PARQUE DAS FLORES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	IPTU	13455/13445	1590/1589
PASQUINA DOZOLINA	IPTU	9253	4369
GUARNIER ESPOLIO			
PASTELARIA PONTO 42 LTDA ME	ISS	640043	1595
PATRICIA FERNANDES	IPTU	18531	2154
PATRICK GARBIN	IPTU	5887	3725
PATRIK SANTOS DE ANDRADE	N.AV		3293
PAULA VANESSA FRITZEN	IPTU	15429	2421
PAULO CALLEGARI	IPTU	6256	2212
PAULO CASONATTO	IPTU	102623	4104
PAULO CASONATTO	ALVC	1814	4105
PAULO CESAR GUIOTTO	ALVH/FUNREBOM	1089/100785	1121/1122
PAULO CESAR LEMOS EIRELI ME	TFF	74132	4951
PAULO CESAR PINHEIRO ME	TFF	64982	1316
PAULO CESAR SOUTO	IPTU	13711	2083
PAULO CESAR VICINI	IPTU	2422	190
PAULO CEZAR DE OLIVEIRA	RECDI	102581	1697
PAULO CEZAR GUISSOLFFI	IPTU	100520	2703
PAULO CEZAR RIBEIRO	IPTU	6438	3070
PAULO CEZAR SOARES DE OLIVEIRA	IPTU	3752	2901
PAULO FRANCISCO BIELUCZYK	RECDI	103255	1557
PAULO HENRIQUE FORTES	IPTU	15157	3198
PAULO ISAC DE ARAUJO	IPTU	8533	3966
PAULO MAKOSKI	IPTU	10906	4143
PAULO REIS JUNIOR	IPTU	6298	2171
PAULO ROBERTO BAPTISTA	IPTU	5839	3422
PAULO ROBERTO BERNARDI	FUNREBOM	96264	420
PAULO ROBERTO DE OLIVIERA	IPTU	5847	3277
PAULO ROBERTO FREITAS	IPTU	6433	3006
PAULO ROBERTO VARGAS	IPTU	10206	4680
PAULO ROBERTO VARGAS	IPTU	10206	4680
PAULO SEBASTIAO DA LUZ	IPTU	15102	4289
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA	IPTU	6299	2229
PAULO SERGIO MARCHEZINI	IPTU	8943	4700
PAVAN PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	TFF	38952	1221
PEDRINA DE QUADRA	IPTU	9225	4565

PEDRINHA BALBINOT BRADELLA	IPTU	5690	3280
PEDRO ALFF	IPTU	5638	3344
PEDRO ALFF	IPTU	11960	3345
PEDRO DA SILVA	IPTU	11008	4232
PEDRO DE VELEN	IPTU	13241	4816
PEDRO GROSBELLI	FUNREBOM	97320	4161
PEDRO JOÃO SBERSE	IPTU	295	1888
PEDRO LOPES ESPOLIO	IPTU	10604	4654
PEDRO LOPES ESPOLIO	IPTU	8806	4653
PEDRO LOPES ESPOLIO	IPTU	10604	4654
PEDRO LOPES ESPOLIO	IPTU	8806	4653
PEDRO LUIZ GONÇALVES DE MENEZES	IPTU	18520	4500
PEDRO LUIZ MATTE	IPTU	6476	2805
PEDRO LUIZ MATTE	IPTU	4071	2803
PEDRO LUIZ MATTE	IPTU	4072	2804
PEDRO MOSCHETTA	IPTU	1052	2662
PEDRO PIOVESAN ESPOLIO	IPTU	9055	4877
PEDRO SERINO DE ALMEIDA ESPOLIO	IPTU	17919	4345
PEDRONILLIA KNORST ISOTTON	IPTU	8765	4776
PIEROG & PIEROG LTDA	ISS	8942	262
PIMPIA CAR SERVIÇOS AUT. LTDA ME	TFF	62612	4064
PITERSON GUSTAVO	ISS	641237	1713
RODRIGUES DOLBERTH ME			
PLANAGRO CONS E	ISS	3392	1461
PLANEJAMENTOS DE SERVIÇOS AGROPEC LTDA			
PLANTA E OBRA CONSTRUÇÕES LTDA	TFF	24872	4057
PLANTA E OBRA CONSTRUÇÕES LTDA	FUNRE	100597	4056
PLANTA PROJETOS – PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO DE	ISS	67262	462
EMPREENDEIMENTOS			
PLINIO LOPES PRESTES E CIA LTDA ME	TFF	72392	4215
POLONI E ARCARI LTDA	IPTU	13070	2369
POLONI E ARCARI LTDA	IPTU	13069	4744
POLONI E ARCARI LTDA	IPTU	10429	4743
POLONI E ARCARI LTDA	IPTU	9885	4742
POLONI E ARCARI LTDA	IPTU	9882	4741
POLONI E ARCARI LTDA	IPTU	9881	4740
POSTO DE LAVAGEM DO TOLEDO LTDA ME	63722	TFF	351
PRE FABRICADOS XANXERE LTDA ME	TFF	54922	239
PRIMALESTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	TFF	71002	1279
PRISCILLA GEREMIA	RECDI	101269	1676
PRO CIRUCULAÇÃO CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR S/S LTDA	ISS	639324	1526
PRODUCE INDUSTRIA E COM. DE MOVEIS LTDA	IPTU	17997	243
PROMOPARTY IND COM E DISTRIV DE PARTES AUTOMOTIVAS	IPTU	3971	2889
QUEILA WOICIEK	IPTU	8562	4046

QUERLI AUGUSTA RAIMUNDI	IPTU	15155	3199	
QUINTINO ROSA DE OLIVEIRA	IPTU	11015	4142	
R M VERUTTI COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME	TFF	65102		1317
RAFAEL GUARNIERI	TFF	639165	3150	
RAFAEL LEMES BANDEIRA	ALVC	1998	3184	
RAFAEL PEREIRA DA SILVA	IPTU	17821	4946	
RAQUEL CRISTINA FRANCIO	ALVC	1971	3187	
RAQUEL MARCONDES	IPTU	12363	4114	
RAQUEL TANIA GASSEN	IPTU	8160	3933	
BOURSCHEIT				
RD SERVICOS DE ESTACIONAMENTO E BANCARIOS LTDA ME	TFF	63632		1304
REINALDO HENRIQUE TRINDADE	IPTU	6498	2995	
REINALDO RODRIGUES DE PAULA	IPTU	15333	4338	
REINALDO RODRIGUES DE PAULA	IPTU	9583	4337	
RENAN ZEMBRUSKI	RECDI	100677	1665	
RENAN ZEMBRUSKI	RECDI	1392	1666	
RENATA DE CAMARGO	N.AV.		4263	
RENATO L LOUREIRO ME	TFF	55642		633
RENI JAIME GOLUB	IPTU	8291	4861	
RENOR MAIER	ALVC	1722	1687	
RENOR MAIER	ALVC	1684	1686	
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL S & V LTDA	ISS	67782		639
REPRESENTAÇÕES FOGASSA ALIMENTOS LTDA	ISS	78532		653
RESELEI MARIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	IPTU	384	2398	
REVESTIN IND E COM DE REVESTIMENTOS LTDA ME	IPTU	5507	3431	
REVESTIN IND E COM DE REVESTIMENTOS LTDA ME	IPTU	5508	3432	
RICARDO DE MOURA	IPTU	3468	812	
RICARDO IRINEU KILPP	IPTU	9122	4444	
RICARDO JOSE GALLAS	RECDI	99799		1112
RICARDO MOLLMANN	IPTU	5748	3426	
RICARDO SOLIGO	ALVH	1377		1655
RIVELINO FORTES	IPTU	5563	3274	
RO MILDA ZANELLA DE MARCOS	FUNREBOM	100761		1072
ROBERTO BASEI	IPTU	5636	3384	
ROBERTO CARLOS CARRARO	IPTU	5733	3389	
ROBERTO CARLOS DA SILVA	IPTU	16977	2472	
ROBERTO CARLOS DA SILVA	IPTU	10816	2471	
ROBERTO CARLOS DE QUADROS	IPTU	5934	3404	
ROBERTO CARLOS FRANCIO	IPTU	7329	3777	
ROBERTO SOBOTTKA	TFF	38901	2794	
ROBSON FELIPE DOS SANTOS	IPTU	9635	4644	
ROBSON FELIPE DOS SANTOS	IPTU	9635	4644	
ROBSON SOUTO	IPTU	13707		2156
ROCKER TRANSPORTES LTDA ME	TFF	64632	4727	
RODIGHEIRO & SILVA LTDA ME	TFF	39002		1212
RODRIGO ALBANEZE	IPTU	17389	3739	
RODRIGO DE DEUS DA SILVA	IPTU	13081	4203	

RODRIGO DE DEUS DA SILVA	IPTU	11504	4202
RODRIGO REPRESENTAÇÕES	ISS	80252	2878
COM. EIRELI ME			
RODRIGO SALAMI	IPTU	15319	4650
RODRIGO SALAMI	IPTU	8929	4649
RODRIGO SALAMI	IPTU	15319	4650
RODRIGO SALAMI	IPTU	8929	4649
RODRIGO TREVISOL OLIVEIRA	IPTU	16187	3906
ROGERIO CALDATO	IPTU	5744	3412
ROGERIO GEHN	IPTU	6452	2792
ROGERIO GEHN	IPTU	6454	2793
ROGERIO VICTOR DE MOURA	IPTU	9440	2416
ROGERIO VIEIRA	IPTU	15522	2581
ROMARINO DE OLIVEIRA	IPTU	12805	4197
ROMEU CAETANOS DAMIAN	IPTU	10123	2441
ROMILDO ZANDONA	IPTU	10214	3330
ROMITO ALOISIO FRANZMANN	IPTU	9022	4871
ROMITO ALOISIO FRAZMANN	IPTU	9021	4870
RONALDO BAIRROS	IPTU	15248	3253
RONALDO DE OLIVEIRA	IPTU	12983	3380
RONELSO LUIZ FRAGA	IPTU	8095	4012
RONIVON DE QUADROS	IPTU	9260	4398
ROQUE REPRESENTAÇÕES	ISS	35552	1217
COMERCIAIS LTDA			
ROSA CAMPAGNOLO VACCARO	IPTU	9305	2417
ROSA CAMPAGNOLO VACCARO	IPTU	2618	113
ROSA CECILIA GIACHINI	IPTU	13278	4814
ROSALINA ANTONIO FAVRETTO	IPTU	5672	3326
ROSANGELA VAIZ SILVA	IPTU	10610	4869
ROSELEI MARIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	IPTU	8832	2399
ROSELI MARGARETE BOTH	IPTU	5470	48
ROSELI MARIA DALLAGNOL	IPTU	11665	3069
ROSELI ORTIZ ROSA E CIA LTDA	TFF	55562	1261
ROSELICE TEREZINHA DE FREITAS	IPTU	6978	3793
ROSEMERI FATIMA COUSSEAU	IPTU	11260	2221
ROSENI DE ALMEIDA ESPOLIO	IPTU	8952	4709
ROSI ALVES GARBIN	IPTU	9933	4523
ROSIMAR LOOF	IPTU	11767	4561
ROSIMARI ZARENSKI	IPTU	14855	3300
ROSMARI TEREZINHA BARRETA	IPTU	3936	2677
ROVANI COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA ME	TFF	60642	1284
RUBENS MULLER	IPTU	5504	3423
RUDI GRONENSCHILD	IPTU	10845	2461
RUDIMAR SUTIL	TFF	639809	4977
RUDINEI CARLOS MARMENTINI	IPTU	17675	3731
RUI CARLOS BRAGA DOS SANTOS	IPTU	13002	3060
RUI FERRONATTO	ITBI	292	714
RUI FERRONATTO	ITBI	292	714
RULIMAQ IND. E COM. DE MAQUINAS LTDA EPP	TFF	32572	4598
RULIMAQ INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁQUINAS LTDA EPP	IPTU	12575	4597
RUTE PINTO DE OLIVEIRA	RECDI	98940	2947
S & B AUDITORIA E CONSUL. PUBLICAS LTDA ME	TFF	70172	4729

S&O INDUSTRIA DE MAQ. PARA MADEIRAS LTDA ME	TFF	75202	4733	
SADI ANTONIO SOMENSI	IPTU	15432	2557	
SADI ARMENIO	IPTU	371	2470	
SADI BATISTA	RDIV	16033	4993	
SADI BRANCO DE QUADROS	RECDI	103140	2783	
SADI DE SOUZA	IPTU	16757	4883	
SADI DE SOUZA	IPTU	12523	4882	
SALEH MANAH	IPTU	1622	3980	
SALES FRANCISCO DE MATTOS ESPOLIO	IPTU	13235	4804	
SALETE BIFFI SUZIN	IPTU	2174	2055	
SALETE BRIZOLA DE JESUS	IPTU	15169	3243	
SALETE FERREIRA	IPTU	5651	3343	
SALETE SALES DA SILVA	ALVC	1509	1648	
SALIN PIOVEZAN	IPTU	10926	4174	
SALY JOSE SCHEIS EIRELI ME	TFF	640009	2906	
SANDRA ANDREA VELOSO	IPTU	8341	3944	
SANDRA ANDREA VELOSO	IPTU	7786	3943	
SANDRA MARIA GUIOTTO	IPTU	15948	2031	
SANDRA PENTEADO	IPTU	15833	4233	
SANDRA REGINA BENTO GOUVEIA	IPTU	13372	4824	
SANDRA REGINA BENTO GOUVEIA	IPTU	13371	4833	
SANDRO ANTONIO GIOMBELLI	TFF	78682	4738	
SANDRO DE OLIVEIRA	IPTU	9807	3057	
SANDRO DE OLIVEIRA	IPTU	7801	3056	
SANDRO DE OLIVEIRA PEDROSO	IPTU	6412	3166	
SANDRO FERRONATO EIRELI ME	ISS	641069	1699	
SANDRO RODRIGUES	RECDI	101357	4528	
SANTA CATARINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES	ALVC/RECDI	1307/103108	1354/1355	
SANTINA ELVIRA GEUDA	IPTU	31	1966	
SANTINA FERNANDES	IPTU	939	4208	
SANTO ANTONIO SUINOCULTURA EIRELI	TFF	639590	5005	
SARA CRISTINA DO AMARAL	IPTU	13553	4643	
SARA CRISTINA DO AMARAL	IPTU	8748	4642	
SARA CRISTINA DO AMARAL	IPTU	13553	4643	
SARA CRISTINA DO AMARAL	IPTU	8748	4642	
SAUVIDA CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA	TFF	26252	2524	
SCHEILA MARA BORGES DOS SANTOS	IPTU	15467	2370	
SEBASTIANA DOS SANTOS	IPTU	14113	2116	
SEBASTIANA LOUREIRO DE BRITO	IPTU	5481	3410	
SEBASTIÃO MOREIRA ESPOLIO	IPTU	16006	3016	
SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	IPTU	8957	4663	
SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	IPTU	8957	4663	
SEBASTIÃO ROQUE	IPTU	10899	4159	
SEDIA ROSA MOSENA TRIZOTTO	IPTU	90	3814	
SEDIMAR ARNO ME	TFF e ISS	25902	2233	
SEDROIR SGUARIO	ALVC	1805	1622	
SELES SCHU DOS SANTOS	IPTU	6439	3066	
SELITA JUSTINA STOHR	FUNREBOM	97221	440	
SELMA DE ARAUJO LEMES DE ALMEIDA	IPTU	11748	4554	

SEMENTES PREZOTTO LTDA	TFF	70342	5004
SEMENTES PREZZOTTO LTDA	TFF e ISS	40702	4958
SEMENTES WUSTRO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	ISS	639232	1520
SENAC – SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	ISS	26182	1193
SENAIR TOMBINI	IPTU	9545	4374
SENESIO DUNKER	IPTU	77	1968
SERGIO ANTONIO TIEPO	IPTU	6339	2839
SERGIO CATARINO TAPARELLO	RECDI	104832	4005
SERGIO CATARINO TAPARELLO	IPTU	11115	4006
SERGIO DE SOUZA NUNES	IPTU	14019	4392
SERGIO FELTRIN	IPTU	3688	2637
SERGIO FERNANDES	IPTU	101958	4572
SERGIO JOÃO LUIZ BATISTON	IPTU	980	2635
SERGIO LUIZ KINTSCHNER	IPTU	6524	3021
SERGIO LUIZ STRAPASSÃO	IPTU	7606	1995
SERGIO LUIZ ZANELLA	IPTU	7697	3763
SERGIO MARCOS BUZZACHERA	IPTU	6167	3195
SERJIO SOLIGO	IPTU	100159	3824
SERVINA DO ROSARIO DE ALMEIDA	IPTU	9581	4406
SEVERINO FEDRIGO	FUNREBOM	100714	773
SEVERINO FEDRIGO	FUNREBOM	100714	773
SGP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	ISS	640234	1628
SHARLES GOMES FELIX	IPTU	10458	2986
SIDCLAU SERVIÇOS ADM. LTDA ME	IPTU	641026	4502
SIDINEIA CARLA DALLA	IPTU	5455	212
GASPERINA PEREGO			
SIDNEI CHIOSSI	IPTU	12376	4866
SIDNEI FERNANDO BRUSCHI	TFF	65882	2725
SIDNEI ROGERIO FAVRETTO	IPTU	10235	3285
SILVALINO DE LIMA	IPTU	15174	3228
SILVANA BARBIERI	IPTU	10581	2967
SILVANA FATIMA GASPARETTO	TFF	78631	3200
SILVANA NATUS DA ROSA	IPTU	12019	3850
HOEFF			
SILVERIO FLACH	FUNREBOM	100560	546
SILVIA GRACIELA VOGT	IPTU	12361	4112
SILVIA REGINA DE RAMOS	IPTU	12354	4113
SILVIO CASAGRANDE	IPTU	2000	2120
SILVONEI PEDRO PANINSON	IPTU	6822	2979
SIMIONATO INDUSTRIA E COM DE MAQ E EQUIP.	IPTU	2805	237
SIMON MULTIMARCAS LTDA ME	TFF e ISS	70062	1341
SIMONE MIRANDA SCARIOTE	IPTU	15921	3726
SIMONEI VELOSO E JULIANA VELOSO	IPTU	7785	3928
SINDICATO DOS PRODUTORES RURAI DE XANXERE	AUTO DE INFRAÇÃO	74	1477
SIRLEI APARECIDA FERREIRA	IPTU	11751	4588
SIRLEI CALDATO BONOTTO	TFF	79262	2241
SIRLEI DONATTI	IPTU	8142	4051
SIRLEI FIUZA	N.AV.		4625
SIRLEI TEREZINHA VELOSO LISBOA	RECDI	98948	3270
SIRLEI TEREZINHA VELOSO LISBOA	IPTU	5577	3271

SITIO TUPINAMBA	IPTU	6578	3147	
SIVONEI LUIZ DA SILVA	ALVC	1710	1641	
SOCIEDADE ALTERNATIVA	IPTU	6989	3783	
SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO	ISS	32792		479
SOLANGE CAVALHEIRO	IPTU	14829	3304	
SOLANGE DE FATIMA BERLATO DE FREITAS	IPTU	7659	2515	
SOLANGE TORTATO BARALDI	IPTU	16807	4831	
SOLANGE TORTATO BARALDI	IPTU	13350	4830	
SOLUÇÃO EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA ME	TFF e ISS	54842	2718	
SONDIMAR FAVRETTO	IPTU	7627	3792	
SONI JOSE FAVA	IPTU	16800		2445
SONIA CORREA DA SILVA	IPTU	6655	2772	
SONIA FERREIRA	IPTU	8730	4699	
SONIA FERREIRA	RECDI	100675	4699	
SONIA MARGARETE CAVALHEIRO	IPTU	13284	4835	
SUELEN DOROTEIA SABANSKI	RECDI	105010	4501	
SUELEN SARA DE AVILA	IPTU	3583	4242	
SUELEN TEREZINHA DA SILVA	IPTU	13703		2032
SUL VIDA TRANSPORTES LTDA ME	TFF	73032	466	
SULEI SALETE DALPASQUALE	RECDI	100563	4857	
SULPLASTICOS COMERCIO DE PLASTICOS LTDA ME	TFF	43392	3870	
SUPERMERCADO AMADEU LTDA ME	IPTU	18871	4480	
SUZANA ROSA DA SILVA	IPTU	16291	4634	
SWEET DOG PRODUTOS PARA PEQUENOS ANIMAIS LTDA ME	RECDI	102774		1170
TAINA LORENSINI	TFF	640226	4103	
MONTEMEZZO ME				
TAINETE APARECIDA	IPTU	12745	2488	
RECALCATTI TAVARES				
TAISSON DA SILVA	TFF	639105	2891	
CONFECÇÕES LTDA EPP				
TANARA CHIAMENTI SIRINO	IPTU	6836	2952	
TANIA MARIA ALVES DE MELLO	IPTU	6159	3203	
TANIA MARIA CASTELI CATALAN	IPTU	2601	425	
TANIA MARIA FRACARO PARENTI	IPTU	18469	2178	
TATIANE ALIXANDRE DE SOUZA	N.AV.			691
TATIANE MERLIN	IPTU	9494	4324	
TATIANE MERLIN	IPTU	14995	4325	
TAYANA CHIOSSI DE MOURA	IPTU	6394	2922	
TAYLAN HENRIQUE SCHWARTZ	IPTU	6219	3255	
TEREZA DAS GRAÇAS DE SOUZA	IPTU	8223	3960	
TEREZA DE ARAUJO	IPTU	693	2514	
TEREZA VELOSO DE LIMA	IPTU	9515	4359	
ESPOLIO				
TEREZINHA ALVES DE OLIVIERA	IPTU	11705	4519	
TEREZINHA DA SILVA LOPES	IPTU	11010	4148	
TEREZINHA FERNANDES	IPTU	720	2387	
TEREZINHA FERRAZ FRAGOSO	IPTU	9760	4277	
TEREZINHA MARIA DE VELEM	IPTU	10930	4172	
THAIS CASANOVA	IPTU	400	2389	
THEREZINHA DE JESUS MARINHO PIMENTEL	IPTU	487	2391	

THIAGO BENVENUTTI	RECDI	97597	4995	
TIAGO DOS SANTOS	TFF	76092	2731	
TIAGO MINETO DE MELLO	IP'TU	6214	3209	
TIAGO PAVAN	IPTU	10478	2961	
TIM CELULARES S/A	RECDI	102610	4126	
TRANSPORTES EXPRESSO	TFF	640110	290	
GRANMADALL LTDA EPP				
TRANSPORTES LONZI KTDA ME	TFF	75292	2873	
TRANSPORTES SANTOS & PEREIRA LTDA	TFF	68842		642
TRANSPORTES VAMPI LTDA ME	TFF	55102	3445	
TRASIBO TORIANI	IPTU	18437	2321	
TRE FRATELLI	IPTU	18037		651
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE I LTDA				
TREVISAN SERVIÇOS AGRICOLAS LTDA ME	TFF	64892	4974	
TURELLA & PERONDI LTDA	ISS	26842		1175
TURION SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA ME	TFF	63902	2721	
TV- TECNICA VIARIA	TFF	640078	286	
CONSTRUÇÕES LTDA				
UBIRATAN ESGANZELLA	IPTU	6643	2838	
VAGNER ANGELO PEDROTTI BOCHI	IPTU	7558	743	
VALCIR DE MOURA	IPTU	5926	3392	
VALCIR FERREIRA	IPTU	8573	4040	
VALDECIR AYRES	IPTU	16797	4380	
VALDECIR BENEDET	IPTU	15326	4567	
VALDECIR BRUNES OLIVEIRA BUENO	ALVC	1374		1657
VALDECIR CANABARRO	IPTU	5750	3286	
VALDECIR CANABARRO	TFF	72852	3714	
VALDECIR DA SILVA	TFF	60741	3427	
VALDECIR DOMINGOS ALBANI	IPTU	13440	4468	
VALDECIR FERNANDES	IPTU	961	2692	
VALDECIR JOSE BALSANELLO	IPTU	13274	4824	
VALDECIR LEANDRO DA SILVEIRA ME	TFF	65052		456
VALDECIR LUIZ MORESCHI	IPTU	18118	4038	
VALDECIR LUIZ PICOLO	IPTU	10776	2476	
VALDECIR LUIZ PICOLO	IPTU	18253	2477	
VALDECIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	IPTU	14849	3399	
VALDECIR RODRIGUES DE OLIVEIRA	RECDI	103721	4949	
VALDECIR SILVA	IPTU	17701	3036	
VALDECIR SILVA	IPTU	11634	3035	
VALDECYR JOSE CASAGRANDA	IPTU	10929	4175	
VALDELIRIO NARCISO	IPTU	14680	4286	
VALDELIRO NARCISO	IPTU	11452	4285	
VALDEMAR CANFILD LEITE	N.AV.		2992	
VALDEMAR CARVALHO DE ARAGÃO	RECDI	65656	4961	
VALDEMAR DE SIQUEIRA	IPTU	2415		519
ESPOLIO				
VALDEMAR MORAIS	IPTU	6158	3230	
VALDEMAR NUNES	IPTU	6288	2190	
VALDEMAR OTOVICZ	IPTU	5895	3309	
VALDENIR PEREIRA DA SILVA	IPTU	15154	3246	

VALDEVINO GIROLETTI	IPTU	11349	4886
VALDIR CASAGRANDE	IPTU	12582	4559
VALDIR DOS SANTOS	IPTU	10805	2489
VALDIR E VILSON MARICAL	IPTU	3881	2761
VALDIR JOSE LEITE	IPTU	11450	4287
VALDIR LUIZ PAVAN & CIA LTDA ME	TFF	71442	2734
VALDIR SAMPAIO DA CUNHA	IPTU	5940	3341
VALDIR TAPARELLO	IPTU	9839	3042
VALDIR VANDERLEI FORTES DOS SANTOS	IPTU	5923	3346
VALDIR ZEMBRUSKI	IPTU	1661	567
VALDIR ZEMBRUSKI	IPTU	13850	3828
VALDIR ZEMBRUSKI	IPTU	11567	3827
VALDISON VARGAS BUENO	N.AV.		296
VALDOMIREO DIAS DE OLIVEIRA	IPTU	9450	4342
VALDOMIRO CASSIANO	IPTU	228	1895
VALDOMIRO LUCION	IPTU	6471	2789
VALDOMIRO TRAPP	IPTU	10577	3821
VALDOMIRO TRAPP	IPTU	7155	3820
VALENTE NESPOLO	IPTU	8825	4652
VALENTE NESPOLO	IPTU	8825	4652
VALENTIM GRANOSKI	IPTU	5094	125
VALENTIM GRANOSKI	IPTU	5093	124
VALENTIM MORAES	IPTU	11235	4147
VALENTIN SEBASTIAO CORREA	IPTU	4048	2634
VALMIR GAIO	IPTU	5665	3400
VALMIR GAIO	IPTU	16657	3401
VALMIR JOSE MARTARELLO	IPTU	887	2447
VALMIR PAULINO DOS SANTOS	IPTU	13520	2809
VALMIR PAULINO DOS SANTOS	IPTU	5350	2808
VALMIR ZENATTI	IPTU	8474	4568
VALMIR ZENATTI	IPTU	12468	4034
VALMIR ZENATTI	IPTU	17805	4035
VALMOR ANTONIO	IPTU	16003	2460
CAVAGNOLLI			
VALMOR ANTONIO PIEROG	IPTU	8289	4120
VALMOR DE SOUZA	IPTU	349	1964
VALMOR GUINTA ME	TFF	70432	4483
VALMOR LUIZ PEDROSO	IPTU	12087	3373
VALMOR RODRIGUES ALVES	IPTU	13996	4144
VALMR FARIAS	IPTU	639498	4261
VALTER LUIZ BONGIORNO	FUNRE	104252	2660
VALTER LUIZ BONGIORNO	IPTU	952	2659
VALTER LUIZ BONGIORNO	IPTU	828	2658
VALTER LUIZ BONGIORNO	IPTU	751	2657
VALTER LUIZ BONGIORNO	IPTU	101151	2656
VALTER SACCOMORI	IPTU	6880	3836
VANDERLEI PAULO CECHETT	IPTU	101208	3758
VANDERLEI SIQUEIRA	REC DI	97605	1619
VANDERLEIA PAVOSKI ME	ISS	66852	1328
VANDUIR PUTON	REC DI	98685	1398
VANESSA BORTOLANZA	IPTU	15624	3301
VANIA GRAZIELA SUAREZ	IPTU	9535	4327
ALMADA			
VANIO AMELIO WEINGARTNER	IPTU	8401	19940
VANZIN COM DE IMOVEIS E	IPTU	1176	2522
PARTICIPAÇÕES LTDA			
VANZIN COMERCIO DE IMOVEIS	IPTU	1188	2523

E PARTICIPAÇÕES LTDA			
VANZIN COMERCIO DE IMOVEIS	IPTU	17646	4124
E PARTICIPAÇÕES LTDA			
VERA FINKLER EMPR. IMOB.	IPTU	18402	2324
LTDA			
VERA FINKLER EMPR. IMOB.	IPTU	18403	2325
LTDA			
VERA FINKLER EMPR. IMOB.	IPTU	18380	2323
LTDA			
VERA LUCIA DARIO ORLANDI	IPTU	715	2504
VERIDIANA CARLA	IPTU	13425	33
ALTENHOFEN			
VERONI CARVALHO	TFF	75382	4610
VERONICA DOS SANTOS	IPTU	8482	4589
VIAGEM SHOW LTDA ME	TFF	539473	1544
VICENTE PEDROSO	IPTU	965	2671
VIDARCI ROQUE LOPES	ITPU	2748	2189
VILAMIR NARCISO	IPTU	143	2946
VILMA RIBEIRO RUAS ME	TFF	640683	1663
VILMAR ANTONIO ANTUNES DE	IPTU	10382	2681
ALMEIDA			
VILMAR BOHRER	IPTU	13435	4470
VILMAR FERREIRA DA CRUZ	TFF	639554	4620
VILMAR GOFF	IPTU	13324	4820
VILMAR JOSE BOURSCHLETT	IPTU	15282	2501
VILMAR JOSE DAVILA	IPTU	11640	3077
VILMAR JOSE LUIZ	IPTU	8880	4679
VILMAR JOSE LUIZ	IPTU	8880	4679
VILMAR RODRIGUES	AUTO DE	32	1645
	INFRAÇÃO		
VILMO DA SILVA	IPTU	10726	3052
VILSO FRANCISCO BARP	IPTU	9302	3378
VILSO SIMIONATO	ALVH	1257	3055
VILSON BASSOTTO	IPTU	1171	2648
VILSON DEQUIGIOVANI	IPTU	5724	3372
VILSON LUIZ GAVENDA	IPTU	13066	4704
VILSON NUNES DE OLIVEIRA	FUNREBOM	96991	2088
VILSON ONZI	IPTU	15115	2200
VILSON ONZI	IPTU	6248	2198
VILSON ONZI	IPTU	6260	2199
VILSON ONZI	IPTU	16669	2201
VILSON ZATTA	IPTU	285	1910
VILTA PELEPENKO BAPTISTA	IPTU	14014	4223
VINICIUS DAVI MELEGARI ME	TFF	51472	1230
VITORIO JOSE SCALCO	IPTU	16646	2428
VIVALDINO ALVES	IPTU	9267	4335
VIVIANE SILVA GONÇALVES	IPTU	10253	3260
VIVO S.A	TFF	58402	1182
VOLMIR JOÃO SOVRANI	IPTU	9343	4350
VOLNEI OLIVEIRA ALIMENTOS	TFF	640459	2751
ME			
WAGNER DAVID DOS SANTOS	IPTU	18868	4648
WAGNER DAVID DOS SANTOS	IPTU	18868	4648
WALDOIR JOSE DAVI	IPTU	9353	4366
WALLACE JOSE CHILLEMI	ISS	14211/1893	952/951
WALTER LANGE	RECDI	105456	4028
WALTER MARTINI DA SILVA	IPTU	9423	4361
WALTER MARTINI DA SILVA	IPTU	13092	4362
WANESSA CRISTHINE DI PAULA	IPTU	17850	2002
CELLA			

WARDEL JOLLEY NORA	RECDI	101937	2847
WARDEL JOLLEY NORA	IPTU	6937	2848
WELLINGTON NATAN DE ALMEIDA	IPTU	9898	4757
WILLIAN PEREIRA	RECDI	102232	1688
XANMAQ IND. E COM. DE MAQ.	ISS e TFF	639304	4975
XANXERÊ LTDA ME			
XANTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	ISS	11782	1490
XANXERE TUR LTDA	TFF	47822	1195
ZELI BECKER	TFF	65892	4317
ZELINDA FERNANDES CHAGAS	IPTU	7780	3998
ZELINDA TREVISAN	IPTU	8565	4030
BALDISSERA			
ZELSO MOZEL	IPTU	16246	4455
ZELSO MOZEL	IPTU	10426	4454
ZENAIDE CARVALHO	IPTU	10983	4201
ZENESIO TONIAL	AUTO INFR.	84	97
ZENILDA MARIANO DA SILVA	IPTU	12828	4447
ZENO MORAIS DOS SANTOS	IPTU	15447	2584
ZILDETE GIBIKOSKI	IPTU	16769	4446
ZILDETE GIBIKOSKI	IPTU	9143	4445
ZILMA ALVES DELGADO	IPTU	13409	4785
SOARES			
ZILMA ALVES DELGADO	IPTU	13335	4784
SOARES			
ZINCOESTE ZINCAGEM E METALURGICA LTDA	IPTU	12086	3781
ZOLMIRO BE	IPTU	10585	4826
ZULMIR CAMARGO	IPTU	2261	331
ZULMIRA NARCISO	IPTU	11426	4272
ZULMIRA NARCISO	IPTU	5807	3949
ZUNINO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME	RECDI	101259	1675

XANXERÊ/SC, 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0040/2016

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0040/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Execução de Obras de Recuperação (Recapeamento e Pavimentação asfáltica) de Vias Internas no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário para até 30/06/2017, contados a partir de 01/01/2017, de acordo com o Art. art. 57, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Xanxerê-SC, 22 Dezembro de 2016. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal.

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0045/2016

Extrato do 2º Aditivo ao Contrato nº 0045/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Aquisição de Cascalho, Tubos de Concreto e Pedra de Mão, destinados a Recuperação e Melhorias das Estradas Vicinais Rurais do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato originário por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 01 de Janeiro de 2017 até 30 de Junho de 2017, conforme Ofício da Engenharia e 2º Aditivo ao Convênio nº 2016TR000414 anexos ao presente Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 22 de Dezembro de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0046/2016

Extrato do 2º Aditivo ao Contrato nº 0046/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: UPEMAQ Máquinas e Serviços Eireli EPP.

Objeto: Prestação de Serviços de Horas Máquinas (Trator de esteira e de Pneu, Motoniveladora, Escavadeira hidráulica, Caminhão basculante e tanque, Rolo Liso e Pé de Carneiro, Retroescavadeira e Compactador manual), destinados a Recuperação e Melhorias das Estradas Vicinais Rurais do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato originário por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 01 de Janeiro de 2017 até 30 de Junho de 2017, conforme Ofício da Engenharia e 2º Aditivo ao Convênio nº 2016TR000414 anexos ao presente Termo Aditivo. Xanxerê-SC, 22 de Dezembro de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0095/14

Extrato 8º Aditivo ao Contrato nº 0095/2014

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras Ltda.

Objeto: Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, na Rua Porto Alegre no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário para até 30/06/2017, contados a partir de 01/01/2017, de acordo com o Art. art. 57, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Xanxerê-SC, 22 Dezembro de 2016. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal.

EXTRATOS ADITIVOS PREGÃO Nº 0013/2015

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0017/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Joceli de Oliveira Dias ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, nas linhas 17 e 30.

Fica prorrogado o prazo de vigência somente da linha 30 por mais 12 meses, a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0018/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Transporte Escolar Pinarelo Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, nas linhas 18 e 29.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0019/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Transportes Formiga Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 13.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0020/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Orsatto Transportes Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 08.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0022/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Transportes Abitur Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 33.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 22 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3900/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3900/2016

(Origem Projeto de Lei Complementar Nº AJG 002/2016)

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 3.218/2010 DE 03 DE MAIO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica incluído o parágrafo único do artigo 18, da Lei Complementar nº 3.218/2010, de 03 de maio de 2010.

“Art. 18 - ...

Parágrafo único –O Conselho Municipal de Educação é órgão colegiado autônomo, de deliberação coletiva permanente do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º. Fica alterada a redação do artigo 19 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 3.218/2010, de 03 de maio de 2010, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 19 - Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I – alterar o seu regimento interno com aprovação de pelo menos dois terços dos conselheiros;

II – exercer função normativa no âmbito do Sistema Municipal de Ensino;

III – interpretar e deliberar sobre a aplicação da legislação educacional;

IV – propor sugestões de aperfeiçoamento da Educação Escolar;

V – autorizar, credenciar e supervisionar os Estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;

VI – supervisionar o censo educacional e o processo de chamada para matrícula, o acesso e permanência da população em idade escolar, inclusive dos jovens e adultos que não tiverem acesso ao ensino fundamental na idade própria;

VII – acompanhar e assessorar as Conferências Municipais de Educação;

VIII – assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da

proposta orçamentária para a área da educação;
IX – acompanhar a aplicação dos recursos públicos destinados à Educação;

X – manifestar-se previamente sobre acordos e convênios e similares, a serem celebrados pelo Poder Público Municipal com as demais instâncias governamentais ou iniciativa privada que gerem ônus para o município, sejam eles por contrapartida ou cessão de estrutura.

XI – participar da elaboração de Planos Municipais de Educação, bem como acompanhar e avaliar a sua implementação;

XII – acompanhar e avaliar a execução de planos, programas, projetos, e experiências educacionais vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino;

XIII – contribuir na articulação e colaboração entre o Sistema Municipal de Ensino e os demais Sistemas de Ensino;

XIV – realizar investigações e inquéritos sobre a situação do ensino em qualquer parte do território municipal;

XV – desempenhar outras funções relativas à educação escolar, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, que lhe forem atribuídas em decorrência de lei ou regulamento.

XVI – solicitar, ao órgão competente, recursos necessários para o funcionamento do Conselho, incluídos os referentes à pessoal e material;

XVII – comunicar, às autoridades competentes, as decisões do Conselho e encaminhar-lhes as deliberações que necessitam providências.

Parágrafo Único – O conselho deliberará por meio de resoluções e pareceres. Os Pareceres possuirão apenas efeito consultivo ou explicativo. As resoluções terão eficácia normativa e executiva somente após apreciação do legislativo municipal e sanção do prefeito.”

Art. 3º. Fica alterada a redação do artigo 20 da Lei Complementar nº 3.218/2010, de 03 de maio de 2010, e revogados seus parágrafos 1º, 2º e 3º, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 20. Os membros do Conselho Municipal da Educação serão indicados pelos respectivos órgãos nos termos e instâncias estabelecidas no Regimento Interno, sendo que o chefe do Poder Executivo Municipal apenas homologará.”

§ 1º – (revogado);
§ 2º – (revogado);
§ 3º – (revogado).”

Art. 4º. Fica alterada a redação do artigo 21 da Lei Complementar nº 3.218/2010, de 03 de maio de 2010, bem como criados seus parágrafos 1º, 2º e 3º, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 21. O mandato dos Conselheiros será de 4 (quatro) anos, sendo que a cada 2 (dois) anos poderão ser substituídos 50% (cinquenta por cento) deles, na forma do Regimento Interno.

§ 1º. O mandato previsto no caput deste artigo iniciar-se-á a partir da nomeação do membro pelo Prefeito Municipal, que deverá ocorrer até o dia primeiro de março.

§ 2º. Aos atuais Conselheiros caberá a aprovação do novo Regimento Interno, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aprovação desta lei.

§ 3º. O mandato dos atuais Conselheiros encerrar-se-á em 28 de fevereiro de 2017.”

Art. 5º. Fica alterada a redação do artigo 22 da Lei Complementar nº 3.218/2010, de 03 de maio de 2010, e revogado seu parágrafo único, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 22. A instituição de comissões – permanentes ou temporárias – será definida nos termos do Regimento Interno.

Parágrafo único – (revogado).”

Art. 6º. Fica alterada a redação do artigo 25 da Lei Complementar nº 3.218/2010, de 03 de maio de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. Cabe ao Município de Xanxerê, por seu Poder Executivo, viabilizar as condições físicas e materiais e de apoio técnico necessárias à manutenção das atividades do Conselho.”

Art. 7º. Fica criada a subseção III, da seção II, do capítulo II, do título V, da Lei Complementar nº 3.218/2010, a qual institui o FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, que passa a vigorar pelos artigos 25-A ao 25-G, com a seguinte redação:

Subseção III DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“Art. 25-A. O Fórum Municipal de Educação é uma entidade suprapartidária, sem personalidade jurídica, formado por profissionais da educação, organizações governamentais e não governamentais com atuação na Educação Básica e Superior, assim como, as instituições que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, e se caracteriza por ser um espaço permanente de discussão e atuação nas garantias do referido direito.

Parágrafo único. O Fórum é instância consultiva, propositiva, indicadora, fomentadora e de acompanhamento das ações na área de Educação.

Art. 25-B. O Fórum Municipal de Educação, instituído pelo Decreto n.º AJG 081/2016, de caráter permanente, publicado no dia 15 de abril de 2016, e ratificado por esta lei, é composto por representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais, terá a nomeação de seus representantes titulares e suplentes formalizadas por meio de Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25-C. Compete ao Fórum Municipal de Educação:

- I - participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;
- II - acompanhar e avaliar os impactos da implementação do Plano Municipal de Educação;
- III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação;
- IV - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- V - Aprovar “ad referendum” o Regimento Interno das Conferências Municipais de Educação;
- VI - oferecer suporte técnico às Escolas para a organização de seus Fóruns para as Conferências Municipais de Educação;
- VII - zelar para que as Conferências de Educação do Município e os Fóruns estejam articulados com os Fóruns e as Conferências Nacional e Estadual de Educação;
- VIII - planejar e coordenar a realização de Conferências Municipais de Educação, bem como, divulgar as suas deliberações;
- IX - promover as articulações necessárias entre os correspondentes dos Fóruns Estadual e Nacional de Educação com o Fórum Municipal de Educação;
- X – acompanhar, junto à Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

Art. 25-D. As demais disposições referentes ao Fórum, como Diretoria e composição, serão determinadas em seu Regimento Interno.

Art. 25-E. O mandato dos membros do Fórum Municipal de Educação será de 4 (quatro) anos, sendo que a cada 2 (dois) anos poderão ser substituídos 50% (cinquenta por cento) deles, na forma do Regimento Interno.

Art. 25-F. Os representantes (titulares e suplentes) designados pelas entidades, para compor o FME, serão nomeados por ato específico do chefe do poder executivo.

Art. 25-G. A eleição da diretoria executiva será realizada em reunião ordinária do FME, convocada para esse fim, com sua pauta publicada com antecedência mínima de sete dias, com a presença de no mínimo, dois terços dos membros titulares presentes na reunião. Na ausência do titular, o membro suplente tem direito a voto. Parágrafo Único. No caso de vacância do cargo de coordenador do FME será convocada reunião extraordinária para eleição do coordenador, independentemente do período transcorrido para completar o restante do mandato."

Art. 8º. Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3893/2016

LEI Nº AJG 3893/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 037/2016)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESMEMBRAR IMÓVEL RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desmembrar o imóvel rural com área total de 206.130,68m², situado na localidade de Serrinha, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis de Xanxerê sob a matrícula nº 8.560, de propriedade de IvanorBrunetto, Alexandre Brunetto, Morgana Brunetto Segalla, Christiano Brunetto, Fernanda Brunetto, NoemiaTurellaBrunetto, OlevirBrunetto, Valmor João Brunetto, Tatiane Bernardi Grolle e Município de Xanxerê.

Art. 2º. Do desmembramento sobrevirão 03 (três) áreas rurais, com as características e confrontações abaixo especificadas:

I) Área com 36.885,84m², de propriedade do Município de Xanxerê: Inicia-se a descrição do perímetro, em sentido horário, no marco denominado vértice M-0PP; deste, segue confrontando com terras de Pedro Pelizzacom os seguintes rumos e distâncias: 86°30'58" SE e 239,27 metros até o vértice M-01; 00°50'09" SE e 159,09 metros até o vértice EH5-M-0551; deste, segue confrontando com a outra parte do mesmo imóvel, de propriedade de IvanorBrunetto, Alexandre Brunetto, Morgana Brunetto Segalla, Christiano Brunetto e Fernanda Brunetto(matrícula no 8560), com o seguinte rumo e distância: 88°57'43"NW e 236,20 metros até o vértice M-01A; deste, segue confrontando com terras de Valdir Andolfato, Antoninho Andolfato e Elinor Lunardi com o seguinte rumo e distância: 00°28'38" NE e 152,64 metros até o vértice M-0PP,ponto inicial da descrição deste perímetro.

II) Área com 36.885,82m², de propriedade de IvanorBrunetto (área:18.442,92m²), Alexandre Brunetto (área:4.610,73m²), Morgana Brunetto Segalla (área:4.610,73m²), Christiano Brunetto (área:4.610,73m²) e Fernanda Brunetto (área:4.610,73m²): Inicia-se a descrição do perímetro, em sentido horário, no marco denominado vértice M-01A; deste, segue confrontando com a outra parte do mesmo imóvel, de propriedade da Prefeitura Municipal de Xanxerê (matrícula no 8560), com o seguinte rumo e distância: 88°57'43" SE e 236,20 metros até o vértice EH5-M-0551; deste, segue confrontando com terras de Pedro Pelizzacom o seguinte rumo e distância: 00°50'09" SE e 28,55 metros até o vértice EH5-M-0549; deste, segue confrontando com a outra parte do mesmo imóvel, de propriedade de NoemiaTurellaBrunetto, OlevirBrunetto, Valmor João Brunetto, Tatiane Bernardi Grolle (matrícula no 8560), com o seguinte rumo e distância: 21°45'04"SW e 150,97 metros até o vértice D6G-M-1893; deste, segue confrontando com terras de Elias Brunettocom o seguinte rumo e distância: 79°58'52" NW e 178,08 metros até o vértice M-07; deste, segue confrontando com terras de Valdir Andolfato, Antoninho Andolfato e Elinor Lunardi, com o seguinte rumo e distância: 00°28'38" NE e 151,09 metros até o vértice M-01A,ponto inicial da descrição deste perímetro.

III) Área com 132.359,00m², de propriedade deNoemiaTurellaBrunetto (área:3.258,72m²), OlevirBrunetto (área:55.328,77m²), Valmor João Brunetto (área:55.328,56m²) e Tatiane Bernardi Grolle (área:18.442,95m²): Inicia-se a descrição do perímetro, em sentido horário, no marco denominado vértice EH5-M-0549; deste, segue confrontando com terras de Pedro Pelizzacom os seguintes rumos e distâncias: 00°50'09" SE e 18,00 metros até o vértice M-02; 88°35'14" NE e 340,09 metros até o vértice M-03; deste, segue confrontando com terras de Luiz Pedro Bergamaschicom o seguinte rumo e distância: 88°35'14" NE e 246,38 metros até o vértice M-04; deste, segue com o seguinte rumo e distância: 87°34'30" SE e 203,25 metros até o vértice M-05 situado no eixo da Rodovia BR-282, confrontando neste trecho com terras de CorvaleLtda em 145,10 metros e com a faixa marginal da Rodovia BR-282 em 58,15 metros; deste, segue eixo da Rodovia BR-282 sentido a Xaxim numa distância de 330,60 metros, até o vértice M-06; deste, segue confrontando com terras de Elias Brunettocom o seguinte rumo e distância: 79°58'52" NW e 630,60 metros até o vértice D6G-M-1893; deste, segue confrontando com a outra parte do mesmo imóvel, de propriedade de IvanorBrunetto, Alexandre Brunetto, Morgana Brunetto Segalla, Christiano Brunetto e Fernanda Brunetto(matrícula no 8560), com o seguinte rumo e distância: 21°45'04" NE e 150,97 metros até o vértice EH5-M-0549,ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º. Fica o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê autorizado a registrar o desmembramento das 03 (três) áreas descritas no artigo 2º, conforme Mapa e o memorial descritivo em anexo, parte integrante da presente lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3894/2016

LEI Nº AJG 3894/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 040/2016)

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.484/2012, QUE DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RECOLHIMENTO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS POR MEIO DE CONTRATO DE CONCESSÃO, ALTERADA PELA LEI Nº 3.517/2013, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Ficam acrescidos os parágrafos 1º e 2º do artigo 10, da Lei nº 3.484/2012, de 12 de dezembro de 2012, revogados pela Lei nº 3.517/2013, de 22 de abril de 2013, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“§ 1º - O pagamento a que se refere o inciso III, alínea “a” deste artigo deve ser realizado ao município de Xanxerê/SC, por meio de taxa de expediente e serviços diversos que deverá ser expedida por meio eletrônico em favor de Conta Convênio de Trânsito.

“§ 2º - O município de Xanxerê/SC destinará a arrecadação conforme disposto nos termos do Convênio de Trânsito, firmado com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC e com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único e acrescidos os parágrafos 1º e 2º, incisos I e II, do artigo 13, da Lei nº 3.484/2012, de 12 de dezembro de 2012, que passam a ter as seguintes redações:

“Art. 13 - ...

Parágrafo único – (revogado);

§ 1º - Quando o veículo recolhido ao pátio for objeto oriundo de crime (roubo, furto) somente será devida a taxa de remoção do serviço realizado de acordo com o veículo e os valores estabelecidos no artigo 11.

§ 2º - Quando o veículo for recolhido em decorrência da prática de infração penal ou por ordem judicial, determinação de Autoridade Policial ou Agente de Trânsito e permanecer depositado no pátio da Polícia Militar ou Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, a arrecadação caberá:

I – ao Município de Xanxerê no que se refere à taxa de remoção e quilometragem, de acordo com o disposto no Artigo 10 §1º;

II - ao órgão que realizou a apreensão no que se refere aos valores decorrentes das taxas de estadia, conforme previsto na legislação Estadual.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3897/2016

LEI Nº AJG 3897/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 041/2016)

ALTERA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 43/C, DA LEI Nº 2768/2003, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE TRATA DA CRIAÇÃO DA JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica alterada a redação do § 1º do artigo 43/C da Lei nº 2768/2003, de 12 de novembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo 1º - AJARI será composta por três membros, auxiliados por um secretário, nomeados por Decreto do Poder Executivo Municipal, sendo os membros e o secretário remunerados por sessão, no valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, sendo que a função de secretário deverá ser ocupada por um funcionário de carreira”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3898/2016

LEI Nº AJG 3898/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 042/2016)

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ – SC, DISCIPLINA O PAGAMENTO DE BOLSA DESTINADA AOS MÉDICOS RESIDENTES E AOS PRECEPTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º- Fica instituído o Programa de Residência Médica no Município de Xanxerê, visando o provimento, aperfeiçoamento e a especialização em área profissional, ou afim, da saúde, que funcionará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – O referido programa será destinado aos estudantes, docentes e trabalhadores da área da saúde, como estratégia de articulação entre as Políticas Nacionais de Educação Permanente em Saúde, de Humanização e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, visando o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º- São objetivos do Programa Municipal de Residência Médica na Área da Saúde do Município de Xanxerê – SC.

I – promover por meio da Secretaria Municipal de Saúde a utilização dos espaços de atuação da Atenção Básica para formação de profissionais de saúde por meio da indução e do apoio ao desenvolvimento dos processos formativos necessários;

II – estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, bem como a atuação do profissional pautada pelo espírito crítico, pela cidadania e pela função social da educação superior, orientados pelo princípio da dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III – desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência e de natureza coletiva e interdisciplinar;

IV – sensibilizar e preparar profissionais de saúde para o adequado enfrentamento das diferentes realidades de vida e de saúde da população brasileira;

V – fomentar articulação entre ensino, serviços e comunidade;

VI – estimular a realização de pesquisas aplicadas no SUS;

VII – articular Política de Educação Permanente no município aos programas de formação de especialistas em saúde, junto às instituições de Ensino e Pesquisa e aos Governos Estadual e Federal;

VIII – fortalecer as redes de atenção em saúde, garantindo a integralidade dos serviços de saúde, e;

IX – estimular o provimento e a fixação do profissional especializado no município e região.

Art. 3º - Fica instituído o pagamento de bolsa destinada aos Médicos Residentes que atuarem na rede de serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como aos servidores públicos municipais que atuarem como preceptores de campo junto ao programa de residência médica.

Parágrafo Único – A concessão de bolsas aos residentes da rede de serviços do SUS, no desenvolvimento de residência médica, obedecerá ao disposto nas legislações federal e estadual que regem o Sistema de Saúde e as Normas Gerais de Educação Superior.

Art. 4º- Aos residentes médicos será concedido bolsa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais como forma de complementação, pelo Município de Xanxerê, através da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com orientações do Ministério da Saúde.

Art. 5º- Aos preceptores será concedida mensalmente bolsa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), paga através de rubrica específica na folha de pagamento, pelo Município de Xanxerê.

Parágrafo Único – O recebimento da bolsa de preceptoria cessará automaticamente quando não houver aluno residente a ser preceptorado.

Art. 6º- Por se tratar de bolsa, não haverá incidência de pagamento de 13º (décimo terceiro) salário, férias ou demais direitos trabalhistas.

Parágrafo Único - O valor da bolsa poderá ser corrigido anualmente pelo INPC, mediante Decreto do chefe do poder executivo municipal.

Art. 7º - Fica o Município de Xanxerê autorizado, através da Secretaria Municipal de Saúde, a celebrar convênios com instituições de ensino superior universitárias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento do Programa de Residência Médica de que trata a presente Lei.

Art. 8º A Seleção dos médicos residentes, ficará a cargo da Instituição Formadora Conveniada, conforme Resolução CNRMS nº 2/2012.

Art. 9º - Serão requisitos mínimos para a concessão de bolsas aos residentes no Serviço Único de Saúde – SUS no Município de Xanxerê:

I – estar vinculado a programa de residência médica desenvolvido por instituições de ensino superior conveniadas com o Município de Xanxerê para este fim específico;

II – cumprir carga horária semanal de 32 (trinta e duas) horas práticas e 16 (dezesesseis) horas complementares de serviço na rede municipal de saúde do Município de Xanxerê vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e 12 (doze) horas teóricas na instituição à qual o profissional esteja vinculado, totalizando 60 horas semanais;

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Saúde, expedirá normas complementares ao Programa de Residência Médica na Área da Saúde do Município de Xanxerê – SC.

Art. 11 - A participação no Programa Municipal de Residência Médica na Área da Saúde do Município de Xanxerê – SC, não representará, em hipótese alguma, vínculo empregatício com a administração municipal.

Parágrafo Único – As atividades desenvolvidas pelos bolsistas no âmbito da gestão municipal do SUS serão executadas exclusivamente dentro do Projeto Pedagógico de cada Programa.

Art. 12 - O Programa de Residência Médica concederá bolsas aos residentes pelo período de 24 (vinte e quatro) meses a contar do início das atividades do Médico residente no programa.

Parágrafo Único – O pagamento da bolsa se encerra após 24 (vinte e quatro) meses do início das atividades do Médico Residente no programa, mesmo que o Residente não tenha concluído e/ou não tenha sido aprovado.

Art. 13 - Será constituído um grupo coordenador para as residências médicas, que será composto por servidores efetivos do Município de Xanxerê.

Art. 14 - As despesas com a presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria consignada no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 15 - O local e o número de vagas para a residência médica serão definidos por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo, que terá por base a demanda de serviços, através de critérios objetivos de avaliação e emissão de relatório de diagnóstico elaborado pela Secretaria de Saúde, observada a previsão orçamentária.

Parágrafo único - Havendo mais de um profissional que atenda aos requisitos para a atividade de preceptoria lotado no local da vaga, será publicado um edital de processo de seleção para os interessados.

Art. 16 - A presente lei será regulamentada através de Decreto Municipal.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 448/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 448/2016

EXONERAR O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

CONSIDERANDO o resultado do Processo Administrativo 001/2016 RESOLVE

EXONERAR a partir de 20.12.2016 o Servidor Público Municipal, o Sr. JOÃO REINALDO BASSOTTO, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 12-R.1.384.117 e CPF nº 540.512.409-59, nomeado

conforme Portaria nº AJG 364/2016, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Esta portaria entra em vigor nesta. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº AJG 364/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº - RH AJG 449/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 449/2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

CONSIDERANDO o resultado do Processo Administrativo 001/2016
RESOLVE

EXONERAR a partir de 20.12.2016 o Servidor Público Municipal, o Sr. ALVAIR ALVES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 2.079.963 e CPF nº 933.442.879-155, nomeado conforme Portaria nº GS 019/2016, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Esta portaria entra em vigor nesta. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente as Portarias nº AJG 019/2016 e RH-AJG 354/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº - RH AJG 450/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG Nº 450/2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REVOGA PORTARIA RH – AJG 373/2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº AM 2.907/06 e Lei nº AJG 3524/2013.,
CONSIDERANDO o disposto no Edital CMDCA nº 02/2015 que trata do processo seletivo simplificado das eleições para Conselheiros Tutelares Temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014;

RESOLVE:

REVOGA, a partir de 20.12.2016 a Portaria nº RH-AJG 373/2016.
NOMEAR a partir de 21 de Dezembro de 2016 a Sr.a JAQUELINE ALVES DE MELLO OLIVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 6.028.857 e CPF nº 090.280.029-95, na função de

CONSELHEIRA TUTELAR, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Edital CMDCA n.º 02/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário principalmente a Portaria RH-AJG n.º 373/2016.

Xanxerê/SC, 21 dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 451/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 451/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 370/2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº HW 1.775/91.

Considerando a decisão do Processo Administrativo 003/2016,

RESOLVE:

REVOGA, a partir de 19.12.2016 a Portaria nº RH-AJG 370/2016, que determinava o afastamento do Servidor Pública Municipal o Sr. IVAIR ALVES DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC, portador do RG n.º 1.788.582, e CPF n.º 756.616.249-72, nomeado conforme Portaria RH-GS 015/2016, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado na Secretaria Municipal de Assistência Social, devendo o Servidor retornar as suas atividades de origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 452/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 452/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 355/2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº HW 1.775/91.

Considerando a decisão do Processo Administrativo 002/2016,

RESOLVE:

REVOGA, a partir de 20.12.2016 a Portaria nº RH-AJG 355/2016, que determinava o afastamento da Servidora Pública Municipal a Sr.a MARLETE APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG n.º 2.692.738, e CPF n.º 022.354.619-48, nomeada conforme Portaria RH-GS 018/2016, na função de CONSELHEIRA TUTELAR, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de

Assistência Social, devendo a Servidora retornar as suas atividades de origem.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 21 de Dezembro de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 453/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 453/2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 16.01.2017 a 30.01.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. RENANTA ZAFFARI MONTEIRO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 760.921-3 e CPF n.º 612.056.999-53 nomeada conforme Decreto nº AM 050/2006 no cargo de CIRURGIÃ DENTISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0004586/2016 datado de 21.12.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:
09.06.2012 a 08.06.2015 = 15 dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 21 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 3899/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 3899/2016
(Origem Projeto de Lei Complementar Nº 001/2016 – Legislativo)

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2957/2007 DE 25/04/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do Artigo 33 da lei Nº 2957/2007 DE 25/04/2007, que passa a vigor a seguinte redação:

Parágrafo único: Excepcionalmente, mediante requerimento à Chefia correspondente, devidamente justificado e comprovado, poderá o servidor público municipal, solicitar licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares pelo período de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogável por igual período, vinculado ao atendimento do pedido, as seguintes condições:

- a) O servidor deverá obrigatoriamente ter passado pelo estágio probatório;
- b) Análise com emissão de parecer pela chefia imediata e pelo Presidente da Câmara, de que o serviço do legislativo não sofrerá prejuízos pela ausência do mesmo, ou que possa ser suprido pelos demais servidores;
- c) Permitida a licença, o Presidente da Câmara baixará ato de concessão de Licença para o período pleiteado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
20 de Dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3891/2016

LEI Nº 3891/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 32/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE ATTILIO BORTOLUZZI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "ATTILIO BORTOLUZZI", o logradouro "Rua B", localizado no Loteamento São Francisco, matrícula nº 25.086, na cidade de Xanxerê, SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3892/2016

LEI Nº 3892/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 35/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE DORLY ANTONIO MONTEMEZZO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "DORLY ANTONIO MONTEMEZZO.", o logradouro "Rua F", localizado no Loteamento Bem Morar, matrícula nº 25.510, na cidade de Xanxerê, SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de Dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3895/2016

LEI Nº 3895/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 34/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE EGIDIO BOTTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "EGIDIO BOTTA", o logradouro "Rua F", localizado no Loteamento São Francisco, matrícula nº 25.086, na cidade de Xanxerê, SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
20 de Dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3896/2016

LEI Nº 3896/2016

(Origem Projeto de Lei Nº 36/2016 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE NEODY BIASUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,
LEI

Art. 1º. Fica denominado de "NEODY BIASUZ.", o logradouro "Rua A", localizado no Loteamento São Francisco, matrícula nº 25.086, na cidade de Xanxerê, SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
20 de Dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 454

DECRETO Nº. 454/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4239/2016 de 07 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 76.978,21 (Setenta e seis mil, novecentos e setenta e oito mil e vinte e um centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.36	76.978,21

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.060 – Piso Básico Variável - SCFV
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.35.000035	1.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.36	76.978,21

Código	Unidade	Projeto atividade
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.060 – Piso Básico Variável - SCFV
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.35.	1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 455

DECRETO Nº 455/2016

ESTABELECE AMPLIAÇÃO DE ÁREA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO (ÁREA VERDE) DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SCE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições Lei nº 4007/2014 de 23 de setembro de 2014, que dispõe sobre a criação de áreas do sistema de estacionamento rotativo controlado no município de Xaxim/SC, alterada pela Lei nº 4186/2016 e pela Lei nº 4159/2016;

Considerando a necessidade constatada de “ampliação de área verde”,

DECRETA:

Art. 1º. Fica ampliada a “área verde” do estacionamento rotativo, incluindo as seguintes ruas:

- a. Rua Avelino Piana, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua 10 de Novembro;
- b. Rua 10 de Novembro, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Pedro Lunardi;
- c. Rua Giacomo Lunardi, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Presidente Getúlio Vargas;
- d. Avenida Júlio Lunardi, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Cândido Teston;
- e. Avenida Nereu Ramos, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Avenida Plínio Arlindo de Nez.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

LC 183/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 183/2016.

“Altera a Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, que autoriza o ingresso do Município de Xaxim no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A ementa da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Xaxim no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Xaxim, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º O artigo 3º, da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze

centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação

do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.
Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 ...

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 3.871, de 09 de julho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 ...

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

LEI 4252

LEI Nº 4252/2016.

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de coleta e destinação final ambientalmente adequada de produtos considerados como lixo eletrônico no município de Xaxim”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Legislativa:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de todas as empresas deste município que fabricam, importam, distribuem e comercializam produtos que possam ser considerados como lixo eletrônico, especialmente os potencialmente perigosos que contenham metais pesados, disponibilizarem para os consumidores, quando de seu descarte, um sistema de coleta e destinação final ambientalmente adequada desses produtos.

Parágrafo único: Entende-se por estabelecimentos que comercializam os produtos descritos no artigo anterior: ferragens, lojas de eletroeletrônicos e equipamentos de informática, lojas de materiais elétricos e supermercados com área de vendas superior a 300m².

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por produtos geradores de resíduos urbanos ou de lixo eletrônico todos aqueles cujo descarte inadequado possa vir a prejudicar a saúde das pessoas ou a poluir o meio ambiente, especialmente:

I - acumuladores de energia, tais como pilhas e baterias;

II - lâmpadas fluorescentes;

III - frascos de aerossóis em geral;

IV - telefones celulares;

V - artigos de informática, inclusive periféricos de todos os tipos;
VI - eletrodomésticos.

§ 1º Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos arrolados nos incisos deste artigo serão responsáveis, nos termos da regulamentação desta Lei:

I - pela disponibilização de meios para a coleta desses produtos, descartados após sua vida útil, e por sua destinação final;

II - pela disponibilização de recipientes de coleta desse tipo de produto, devidamente sinalizados, nos próprios locais de comercialização;

III - pelo cadastramento, junto ao órgão municipal competente, e se responsabilizar por, no mínimo, 03 (três) pontos de coleta, sendo também responsável pela destinação final do material descartado nos seus respectivos locais de coleta, nos termos da regulamentação desta Lei.

IV - A destinação final fica condicionada à disponibilização pelo Poder Público Municipal de um local apropriado para o armazenamento de todo o lixo eletrônico depositado nos pontos de coleta cadastrados.

§ 2º Os produtos de que trata este artigo deverão, após seu recolhimento, serem separados conforme sua natureza, acondicionados em recipientes adequados e enviados para reciclagem, quando for possível, ou para depósitos devidamente preparados para acolhimento de lixo tecnológico, sem prejuízo da saúde das pessoas ou do meio ambiente.

§ 3º Os recipientes de coleta deverão ser instalados em local de alta visibilidade e conter mensagem que alerte sobre os riscos provocados pelo descarte irresponsável desses produtos e sobre a necessidade de sua correta destinação final.

Art. 3º A infração ao disposto nesta Lei acarretará multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada a partir da reincidência, sem prejuízo das eventuais sanções previstas na legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

LEI 4253

LEI Nº 4253/2016.

“AUTORIZA A MUNICIPALIDADE A DAR INÍCIO À PROCEDIMENTO DE PERMUTA DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar imóvel de matrícula no CRI de Xaxim sob o nº:

· Matrícula nº 22.170 Lote Urbano nº 31 quadra nº 517, localizado na esquina das Ruas Rio Grande e Deonísio Grosbelli, Loteamento Pierezan, Bairro Bela Vista com a área superficial de trezentos e vinte e cinco metros e noventa e nove decímetros quadrados (325,99m²) avaliados em R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais).

· Matrícula nº 17.680 Lote Urbano F, localizado no lado par da chácara nº 20 na Avenida Luiz Lunardi, com a área superficial de trezentos e doze metros quadrados (312,00m²) avaliados em R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais).

· Matrícula nº 24.729 Lote Urbano da quadra nº 772, localizado no lado ímpar da Rua Florianópolis, esquina com a Rua João Dedonatti, Loteamento Sol Nascente II, com área superficial de um mil duzentos e dez metros e quarenta e sete decímetros quadrados (1.210,47m²) avaliados em R\$ 162.500,00 (cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

· Matrícula nº 23.771 Lote urbano nº 07-A da quadra nº 503, localizado no lado par da Rua João Tonini, com área superficial de duzentos e oitenta e seis metros e noventa decímetros quadrados (286,90m²) avaliados em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Primeiro. O imóvel particular a ser objeto da permuta é lote urbano número 08, da quadra nº 100, localizado à Rua Gal. Machado Rodrigues, com matrícula no CRI sob o nº 9.390, e com área de 761,20m² (setecentos e sessenta e um metros com vinte decímetros quadrados) e pertencente à Valdecir Chiodi em condomínio com Euclides Chiodi e Amabile Mella Chiodi avaliados em R\$355.500,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

Parágrafo Segundo. Fica concedida isenção de despesas cartorárias, e eventuais impostos incidentes, especialmente do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis “Inter Vivos” – ITBI, relativa à permuta descrita na presente Lei, tendo em vista o interesse público.

Art. 2º. A concretização da permuta fica condicionada ao deferimento do desmembramento com a respectiva individualização da matrícula

em relação aos 1.357,85m² descritos no 'caput' do art. 1º, além de autorização legislativa.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

LEI 4254

LEI Nº 4254/2016.

“Dispõe sobre o remanejamento de dotações no orçamento de 2016, em período de recesso legislativo e dá outras providências”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares, mediante remanejamento de dotações orçamentárias até o valor limite de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), de uma programação de despesa para outra, dentro do orçamento da Prefeitura e Fundos Municipais.

Art. 2º - Para dar cobertura aos créditos suplementares serão utilizados recursos de anulação de despesas em programações, onde não será mais necessária a utilização desses recursos.

Art. 3º- Os atos de alterações orçamentárias deverão ser publicados e encaminhados ao Poder Legislativo.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

LEI 4255

LEI Nº 4255/2016.

“ALTERA DISPOSITIVO DO PRÊMIO DE QUALIDADE E INOVAÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ AB PREVISTO NAS PORTARIAS Nº 1.654/2011 E Nº 2,488/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUE SERÁ DEVIDO AOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DAS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA (ESF E NASF), DAS COORDENAÇÕES, APOIO ADMINISTRATIVO E DO PROJETO DO PMAQ NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 7º, 10 e 11 da lei nº 4160, de 26 de fevereiro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Será criada a Comissão do PMAQ/AB e SAÚDE BUCAL/AB, composta por membros, a qual será responsável pelo acompanhamento do repasse dos recursos financeiros e tratativa dos assuntos pertinentes a esta Lei, sem ônus aos cofres públicos para o exercício da função.

§ 1º Os membros citados no Caput deste artigo poderão ser escolhidos conforme critérios abaixo:

I - 03 (três) Membros representantes, sendo pelo menos 1 (um) do departamento da Atenção Básica, conhecedor das Políticas da Atenção Básica, 1 (um) profissional da contabilidade e 1 (um) assessor jurídico;

II - 01 (um) Representante do Conselho Municipal de Saúde, indicado pelo Conselho;

III - 01 (um) representante de cada categoria profissional.

Art. 10 Os valores a serem repassados aos servidores municipais serão distribuídos da seguinte forma:

I - 16% para serem divididos pelos ocupantes do cargo de Coordenadores do PMAQ/AB nas unidades de saúde, coordenação de atenção básica, Coordenação de saúde bucal e Coordenação do NASF;

II - 84% para serem divididos pelos servidores das Estratégias da Saúde da Família ocupantes do cargo de Médico, Cirurgião-Dentista, Farmacêutico, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dentário, Agente Comunitário de Saúde, equipe do NASF, servidores que estão vinculados nas ESFs, porém não fazem parte da equipe mínima exigida pelo Ministério da Saúde.

Art. 11 O servidor não terá direito a receber o incentivo financeiro de desempenho quando:

I - Nos casos de afastamentos frequentes por quaisquer motivos, nas licenças médicas por mais de 15 dias e de licença gestacional. O servidor receberá o recurso depois de decorridos 30 dias do retorno às atividades, após análise da produção nos sistemas de informação, pela chefia imediata e pela Comissão do PMAQ/AB PMAQ e SAÚDE BUCAL/AB;

II - For constatada insuficiência no cumprimento de metas das respectivas funções, mesmo após a Avaliação Externa do Ministério da Saúde. O cumprimento de metas será monitorado no SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica, E-SUS, SIA-SUS (Sistema de Informação Ambulatorial), SISAB - Sistema de produção interno de Atenção Básica e pela coordenação dos Centros de Saúde da Família;

III - Apresentar 02 (dois) atestados médicos no mês de referência e faltas sem justificativas conforme relatório emitido pelo Setor de Recursos Humanos desta Secretaria.

Parágrafo único. Os profissionais que estiverem de férias receberão o incentivo normalmente, e na hipótese de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo, o valor que caberia ao servidor passa imediatamente a integrar a parcela a ser rateada pela categoria."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

LEI 4256

LEI Nº 4256/2016.

"Dispõe sobre a transformação da Rua da Matriz, em rua de lazer nos horários de finais de semana e feriados, e dá outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Legislativa:

Art. 1º Fica a Rua da Matriz, localizada em frente a Igreja Matriz da cidade de Xaxim, hoje transformada em calçadão, considerada área de lazer, nos períodos compreendidos entre às 13:00 dos sábados, às 7:00 horas das segundas feiras, e das 0:00 horas à 23:59 vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, nos dias de feriados.

Art. 2º Os efeitos desta lei não se aplicam em dias de realização de eventos na igreja matriz, no salão paroquial, em horários de missa e em dias de atos oficiais na praça Frei Bruno.

Art. 3º Não estão sujeitos ainda aos efeitos desta lei.

I - Os moradores que comprovadamente tenha residência fixa nesta rua;

II - Os funcionários e padres da Igreja Matriz;

III - Os proprietários de estabelecimentos localizados nesta rua, em sábados "D", assim definidos pela CDL;

IV – Pessoas com problemas de locomoção.

Art. 4º Caberá ao Poder Público Municipal, através de seu Departamento de Trânsito, a colocação da sinalização, quanto aos horários definidos nesta lei.

Art. 5º O descumprimento desta lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa.

Art. 6º As penalidades estabelecidas nesta Lei, serão aplicadas pelas autoridades competentes conforme convênios firmados pelo Município de Xaxim com a Polícia Militar.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

LEI 4257

LEI Nº 4257/2016.

“DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE NO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 1º É considerado, para efeitos desta Lei, comércio ambulante como a atividade de venda a varejo de mercadorias, realizadas no Município de Xaxim/SC, em locais previamente determinados pela Administração Municipal, realizado por pessoa física ou jurídica, exercida de maneira estacionária ou itinerante, de forma personalíssima ou por meio de auxiliares, de forma permanente ou eventual, em vias ou logradouros públicos.

Art. 2º O exercício de comércio ambulante em logradouros públicos somente será admitido mediante permissão outorgada pelo Poder Executivo Municipal através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou pela Secretaria de Administração.

Parágrafo Único. Consideram-se vias e logradouros públicos, para efeitos desta Lei, os bens públicos de uso comum do povo.

Art. 3º As atividades do comércio ambulante e da prestação de serviços ambulantes poderão ser exercidas:

I - de forma itinerante, quando o ambulante e seus auxiliares desenvolverem suas atividades, carregando suas mercadorias e equipamentos junto ao corpo;

II - em ponto móvel, quando o ambulante e seus auxiliares, estacionados em locais autorizados de vias e logradouros públicos, desenvolverem suas atividades utilizando-se de suportes ou de equipamentos de apoio desmontáveis ou removíveis ou de veículos, automotivos ou não; e

III - em ponto fixo, quando o ambulante e seus auxiliares desenvolverem suas atividades em equipamentos não-removíveis, instalados nas vias e nos logradouros públicos, em locais autorizados pelo Executivo Municipal;

Parágrafo único – A permissão para os pontos fixos serão concedidos pelo poder público mediante processo licitatório e será outorgado pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado uma única vez.

Art. 4º A autorização eventual, não poderá ser concedida por prazo superior a 30 (trinta) dias e sujeitará o autorizado aos pagamentos devidos pelo uso do espaço público.

CAPÍTULO II
DA PERMISSÃO

Art. 5º Os interessados em exercer o comércio ambulante em área de domínio público, submeter-se-ão a processo de licitação a ser elaborado pela Comissão permanente de licitação e Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou pela Secretaria de Administração, sempre que o Município, tendo em vista o interesse público, julgar conveniente ampliar o número de permissões atualmente existentes, ou diante da vacância de qualquer das permissões existentes.

Art. 6º Serão requisitos obrigatórios do Edital de Licitação, para o cadastramento dos participantes, sem prejuízo de demais disposições nele inseridas, a apresentação dos seguintes documentos:

I - Cópia do Documento de Identidade e CPF;

II - Declaração de residência no município por um prazo mínimo de 02 (dois) anos, podendo ser comprovado com cópia de contrato de aluguel, contas de luz, água ou telefone ou outro equivalente;

III – Comprovação de propriedade ou equivalente, quando se tratar de permissão de serviço que envolva a utilização de veículos motorizados ou trailer;

IV - Atestado de saúde para o desempenho das atividades;

V - Certidão negativa de débito municipal, quando for o caso;

VI - Certidão expedida pelo cartório distribuidor dos feitos criminais das comarcas em que o interessado tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

§ 1º Estará inabilitado para a licitação o interessado que, à vista da certidão referida no inciso VI deste artigo, tenha sido condenado por roubo, furto, receptação, estelionato, extorsão, sequestro, atentado violento ao pudor, rapto, estupro, formação de bando ou quadrilha, tráfico de drogas, desde que através de Sentença Judicial transitada em julgado, ou através de declaração de inidoneidade.

§ 2º Se a certidão de que trata o inciso VI deste artigo atestar que o interessado figura como acusado em processos em curso, relativamente aos crimes mencionados no parágrafo anterior, ser-lhe-á deferida a habilitação para o processo licitatório, ressaltando-se, no entanto, nesse caso, a provisoriedade da Concessão que, porventura, como vencedor, lhe seja outorgada.

§ 3º Na hipótese do previsto no parágrafo anterior, ficará o titular da permissão provisória obrigado a fornecer, à Secretaria de Administração, uma nova certidão a cada semestre, extinguindo-se a provisoriedade da Permissão se comprovada a absolvição do Permissionário, ou revogando-se o ato de permissão se evidenciada a decisão condenatória transitada em julgado.

Art. 7º O processo licitatório, visando a outorga das permissões, deverá considerar critérios que se caracterizem por sua objetividade e impessoalidade.

Art. 8º Será outorgada permissão, independente de procedimento licitatório, às situações consolidadas no município, em virtude da situação de direito adquirido em relação à vários vendedores ambulantes que já possuem autorização outorgada pela Administração Municipal, que já exercem a função.

§ 1º O Município apurará quando do início da validade desta lei, quais ambulantes estão vinculados à pontos e cadastrados perante o Município, e será a tais concedida a concessão, passando a partir deste momento, fruir o prazo da outorga, tudo regulamentado por decreto;

§ 2º O vendedor ambulante que na data de entrada em vigor desta lei, estiver exercendo a função, não serão eximidos das exigências previstas no art. 6º.

Art. 9º O alvará de autorização conterá os seguintes elementos:

- I – número do alvará;
- II – nome do autorizado ou razão social e, se houver, nome fantasia;
- III – endereço do local autorizado;
- IV – ramo de atividade;
- V – data da emissão do alvará; e
- VI – validade da autorização.

Art. 10 Compete a Secretaria de Desenvolvimento econômico:

I - O zoneamento dos locais passíveis do comércio ambulante, com a demarcação das áreas necessárias à atividade, levando em consideração:

- a) as características da demanda local;
- b) a existência de espaços livres para exposição das mercadorias;
- c) o tipo de mercadorias a serem comercializadas, com distribuição dos espaços por categoria, de forma a não concorrer com o comércio estabelecido.

II - Os critérios para autorização da atividade aos interessados;

III - A fixação do número de permissões a serem outorgadas, respeitadas a capacidade do local.

Parágrafo único - Os pontos já existentes permanecerão no mesmo espaço fixado, havendo a necessidade de novas vagas o Município fará as demarcações necessárias.

Art. 11 Não será concedida licença para o exercício do Comércio Ambulante nas vias e logradouros públicos, nas seguintes atividades:

- I - Preparo de misturas como xaropes, essências e outros produtos corantes ou aromáticos, para obtenção de líquidos ditos refrigerantes;
- II - Venda de cigarros;
- III – Venda de Medicamentos;
- IV – Venda de Óculos de grau;
- V – Venda de Instrumentos de precisão
- VI – Venda de Produtos inflamáveis;
- VII – Venda de Facas e canivetes;
- VIII – Venda de Réplicas de armas de fogo;
- IX – Venda de Telefones celulares;
- X – Venda de material pirotécnico;
- XI – Venda de produtos de fabricação estrangeira introduzidos irregularmente no País;
- XII – Venda de produtos com marcas de terceiros não-licenciados;

Art. 12 Os vendedores ambulantes de frutas e verduras, portadores de licença especial para estacionamento, são obrigados a conduzir recipientes para coletar lixo proveniente do seu negócio.

CAPÍTULO III

DA TRANSFERÊNCIA E ATUALIZAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

Art. 13 A autorização para o exercício do comércio ambulante ou da prestação de serviços ambulantes será intransferível.

§ 1º Em caso de morte do titular, a autorização poderá ser transferida, e deverá ser requerida no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do óbito, obedecida a seguinte ordem de preferência:

- I – Viúvo, observando o disposto no art. 11 da Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960, e alterações posteriores;
- II – Filhos; e
- III - Companheiro, observando o disposto no art. 11 da Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960, e alterações posteriores.

§ 2º Decorrido o prazo referido no § 1º deste artigo e não tendo sido requerida a transferência, poderá o auxiliar requerê-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias, desde que registrado no órgão competente, mediante apresentação dos documentos a que se refere o art. 6º desta lei.

§ 3º Quando houver mais de um filho, o que requerer a transferência referida no § 1º deste artigo deverá comprovar a concordância dos demais, bem como a do viúvo;

§ 4º para a atualização da autorização serão exigidos:

- I - A atualização dos dados constantes nos incisos IV e V do artigo 6º desta Lei;
- II - A vistoria dos equipamentos utilizados para o exercício da atividade.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE AUTORIZADA

Art. 14 Para o exercício da atividade, o autorizado ou o auxiliar deverá:

- I - portar o alvará de autorização;
- II - comercializar os produtos e prestar os serviços autorizados;
- III - abster-se de praticar as condutas vedadas por esta Lei e por seu regulamento;
- IV - manter limpo o local de trabalho e seu entorno;
- V - instalar coletores de lixo, conforme o estabelecido em regulamentação;

- VI - tratar o público com urbanidade;
- VII - conservar a higiene e a boa aparência das respectivas instalações; e
- VIII - quando a atividade for exercida mediante a utilização de veículo automotor, relativamente ao estacionamento, obedecer às normas de Trânsito;

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.15 O não cumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o comerciante ambulante ou o prestador de serviços ambulantes infrator, às seguintes penalidades:

- I - advertência, mediante notificação;
- II - multa de 5 (cinco) VR`s;
- III - suspensão da atividade por 7 (sete) dias;
- IV - cassação da autorização; e
- V - apreensão de mercadorias, de equipamentos, ou de ambos, nos casos previstos no art. 16 desta Lei.

§ 1º Na aplicação das penalidades descritas nos incisos. I a V do "caput" deste artigo, considerar-se-á o inc. I para a primeira autuação e as demais, sucessivamente, por reincidência, se cometidas no período de 2(dois) anos.

§ 2º Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

Art. 16 Fica sujeito à multa e à apreensão das mercadorias, do equipamento, ou de ambos, o comerciante ambulante ou o prestador de serviços ambulantes que:

- I - não esteja autorizado;
- II - esteja com sua autorização vencida; ou
- III - não esteja portando o seu alvará de autorização.

§ 1º No caso da apreensão prevista no "caput" deste artigo, será lavrado termo, em formulário próprio, expedido em 2 (duas) vias, no qual serão discriminados as mercadorias e os demais apetrechos e equipamentos apreendidos, fornecendo-se cópia ao infrator.

§ 2º Paga a multa, a coisa apreendida será devolvida ao seu proprietário.

§ 3º As mercadorias não reclamadas nos seguintes prazos, conforme o tipo, serão doadas a estabelecimentos de assistência social, mediante recibo comprobatório, que ficará à disposição do interessado, cancelando-se a multa aplicada:

- I - mercadorias perecíveis, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, serão doadas a estabelecimentos de assistência social; e
- II - mercadorias não-perecíveis, no prazo de 30 (trinta) dias, serão doadas ao órgão de assistência social do Município de Xaxim.

§ 4º Aplicada a multa, continua o infrator obrigado à exigência que a determinou.

Art. 17 O notificado pelas penalidades previstas nos incisos II a IV do art. 15 desta Lei e em sua regulamentação terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para apresentar defesa.

Art. 18 Ao autorizado punido com cassação fica facultado o encaminhamento de pedido de reconsideração à autoridade competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação.

§ 1º O pedido de reconsideração deverá ser apreciado no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de seu protocolo, e não terá efeito suspensivo.

§ 2º Para os efeitos dos incisos III e IV do "caput" deste artigo, considerar-se-á a repetição da mesma infração, quando praticada pelo titular da autorização ou pelos seus auxiliares, após a lavratura do auto de infração anterior e punido por decisão definitiva.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 19 O procedimento para a aplicação de penalidades será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado e numerado, contendo a determinação respectiva, juntando-se o instrumento que lhe deu origem e, oportunamente, todos os demais escritos pertinentes.

Art. 20 O infrator, regularmente citado, poderá apresentar a impugnação que julgar pertinente, protocolizando-a formalmente junto ao Protocolo Oficial do Município, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da citação, sob pena de caracterizar-se sua revelia.

§ 1º A citação far-se-á:

- I - por via postal, com prova de recebimento;
- II - por ofício, através de servidor público, com protocolo de recebimento;
- III - por notificação extrajudicial;
- IV - por edital, publicado uma única vez no órgão de publicações oficiais do Município, quando restarem inúteis os meios referidos nos incisos anteriores.

§ 2º Considerar-se-á feita a citação:

- I - na data do seu recebimento pelo citando, quando feita por via postal, ou por ofício através de servidor público designado;
- II - na data em que se objetivar a sua entrega ao citando e este se recusar, na presença de duas testemunhas, de assinar a contrafé;
- III - 30 (trinta) dias após a publicação do edital a que alude o inciso III do parágrafo anterior.

§ 3º Aplicam-se às intimações, no que couber, às disposições previstas nos parágrafos anteriores.

Art. 21 A impugnação conterà necessariamente:

- I - a qualificação do impugnante;
- II - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- III - a especificação das provas que o impugnante pretende produzir e rol de testemunhas, sob pena de preclusão;

IV - as diligências que o impugnante pretende sejam efetuadas, com a exposição dos motivos que as justificam;
§ 1º A prova testemunhal será deferida, desde que o rol, com no máximo 3 (três) testemunhas, devidamente qualificadas, sejam indicadas na impugnação, facultado o direito de requerer a sua intimação.

Art. 22 Todos os prazos previstos nesta Lei serão contínuos, excluindo-se da sua contagem o dia de início e incluindo-se o do vencimento.
Parágrafo Único - Os prazos de que trata este artigo só se iniciam ou vencem em dia de expediente ordinário da Prefeitura Municipal de Xaxim.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 Aplicam-se ao comércio ambulante e à prestação de serviços ambulantes, no que couber, as disposições concernentes ao comércio localizado.

Art. 24 Aplicam-se, no que couber, as disposições da legislação tributária e do Código de Posturas, ambos do Município de Xaxim, aos casos omissos nesta Lei.

Art. 25 Aplica-se essa Lei, no que couber, às feiras de artesanato, feiras-modelo, feiras de hortifrutigranjeiros e outras correlatas.

Art. 26 Está lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de dezembro de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 09/2016

DECRETO Nº 9/2016

Dispõe sobre o recesso no setor administrativo do Poder Legislativo do Município de Xaxim, do ano de 2016 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores deste Município de Xaxim, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que o Plenário aprovou o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Determinar o recesso do setor administrativo desta Casa Legislativa, no período de 22 de dezembro de 2016 (quinta-feira), a 30 de dezembro de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º Estabelecer que, durante o período de recesso, caso necessário, os servidores desta Casa poderão ser convocados de volta ao trabalho a qualquer momento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin	José Carlos Viecegli Della Betta
Presidente	1º Secretário

DECRETO 10/2016

DECRETO Nº 10/2016

Dispõe sobre Concessão de férias coletivas aos servidores do Poder Legislativo do Município de Xaxim, referente ao período aquisitivo do ano de 2016 e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais e ainda, CONSIDERANDO, o período de recesso da Câmara Municipal de Xaxim, para o ano de 2016/2017, estabelecido na Lei Maior; CONSIDERANDO, a possibilidade de conceder férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal, no mesmo período de recesso da Câmara, tendo em vista a diminuição ou ausência de trabalhos legislativos; CONSIDERANDO, medidas de economicidade no período do recesso parlamentar;

CONSIDERANDO, que a concessão de férias coletivas trará benefícios para o desenvolvimento dos trabalhos da Câmara Municipal na legislação vindoura e trará economia aos cofres públicos, faz saber a todos os habitantes, que o Plenário aprovou a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias, durante o período de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017 aos seguintes servidores:

ADRIANA APARECIDA LORENZONI
IZULMIR VANZELLA
JULCEMIR ADALBERTO FILIPPIN
NELI ANTONIA CERUTTI
RONI LUIZ DAL MAGRO
MARILUCI ORLANDIN

Art. 2º. Fica convertido em abono pecuniário 1/3 (um terço) das férias dos servidores acima mencionados, conforme disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Xaxim/SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin	José Carlos Viecegli Della Betta
Presidente	1º Secretário

RESOLUÇÃO 15/2016

RESOLUÇÃO Nº15/2016

Concede férias regulamentares a servidora e dá outras providências.

OPresidentedaCâmaraMunicipaldeXaxim,EstadodeSantaCatarina,nousodesuas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:

Art.1º.Conceder30(trinta)diasdeférianàServidoraNELIANTONIA CERUTTI, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 à 02/03/2016, a serem usufruídas no interm de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin	José Carlos Viecegli Della Betta
Presidente	1º Secretário

RESOLUÇÃO 16/2016

RESOLUÇÃO Nº 16/2016

Concede férias regulamentares a servidora e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora ADRIANA APARECIDA LORENZONI, referente ao período aquisitivo de 15/02/2016 à 14/02/2017, a serem usufruídas no interm de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin	José Carlos Viecegli Della Betta
Presidente	1º Secretário

RESOLUÇÃO 17/2016

RESOLUÇÃO Nº 17/2016

Concede férias regulamentares a servidor e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidor IZULMIR VANZELLA, referente ao período aquisitivo de 09/02/2016 à 08/02/2017, a serem usufruídas no interm de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin	José Carlos Viecegli Della Betta
Presidente	1º Secretário

RESOLUÇÃO 18/2016

RESOLUÇÃO Nº 18/2016

Concede férias regulamentares a servidora e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora MARILUCI ORLANDIN GEREMIA, referente ao período aquisitivo de 13/11/2015 à 12/11/2016, a serem usufruídas no íterim de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin José Carlos Viecegli Della Betta

Presidente 1º Secretário

RESOLUÇÃO 19/2016

RESOLUÇÃO Nº 19/2016

Concede férias regulamentares a servidor e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor RONI LUIZ DAL MAGRO, referente ao período aquisitivo de 02/03/2016 à 02/03/2017, a serem usufruídas no íterim de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. As férias de que trata o art 1º, será acrescida de 1/3 (um terço) a mais na remuneração.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin José Carlos Viecegli Della Betta

Presidente 1º Secretário

RESOLUÇÃO 20/2016

RESOLUÇÃO Nº 20/2016

Concede férias regulamentares a servidor e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor JULCEMIR FILIPPIN, referente ao período aquisitivo de 30/12/2016 à 28/01/2017, a serem usufruídas no íterim de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin José Carlos Viecegli Della Betta

Presidente 1º Secretário

RESOLUÇÃO 21/2016

RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Exonera Servidora ocupante de Cargo em Comissão e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no Art. 19, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a senhora SANDRA APARECIDA ANGONESE, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSORA DE IMPRENSA do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º. – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin

José Carlos Viecegli Della Betta

Presidente

1º Secretário

RESOLUÇÃO 22/2016

RESOLUÇÃO Nº 22/2016

Exonera Servidora ocupante de Cargo em Comissão e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no Art. 19, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a senhora FLAVIA LAZAROTTO, ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR LEGISLATIVO do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º. – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin

José Carlos Viecegli Della Betta

Presidente

1º Secretário

RESOLUÇÃO 23/2016

RESOLUÇÃO Nº 23/2016

Exonera Servidor ocupante de Cargo em Comissão e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no Art. 19, inciso III, alínea

"a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor CELSO CENCI, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR JURÍDICO do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 2016.

Loacir Milto Fin

José Carlos Viecegli Della Betta

Presidente

1º Secretário

Associações

AMAUC

PROC. SELETIVO ABRIGO INSTITUCIONAL N°002/2006

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

Auxiliar de Cuidador | Alfabetizado

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
2	482344	Jessica Bruna Vicente	089.596.749-90	9,00
1	488848	Vinicius Rogerio Lazzarotti	268.371.068-21	9,00
3	482347	Rosana Paula Vicente	089.597.199-27	8,00

Cuidador | Ensino Fundamental

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
1	496953	Geneci Bordignon	029.227.099-22	8,00
2	496874	Vania Neves Da Silva	335.138.758-00	7,50
4	480435	Mariana Augusto	105.449.247-62	6,50
3	481001	Joice Sipp	047.107.099-80	6,50
5	496413	Dirlei Salete Oldoni Bordignon	738.095.009-68	6,00
6	497383	Suelen Goncalves	085.560.439-50	4,50
8	496283	Roseli Padilha Dos Santos	073.732.169-51	4,00
7	494796	Liliane Francieli Trombetta Menin	056.620.169-09	4,00
9	481629	Kelin Cristiane Artifon	065.747.669-23	4,00

Seara – SC, 22 de Dezembro de 2016.

LACI GRIGOLLO

Prefeita do Município de Seara

Presidente do Abrigo Institucional

Consórcios

AGIR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 008/2016 - AGIR

E X T R A T O

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 008/2016

- EXTRATOS CONTRATOS / 2016

NÚMERO DO CONTRATO: 008/2016

DATA VIGÊNCIA: 01/01/2017

DATA VENCIMENTO: 30/06/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 009/2016 – MODALIDADE: DISPENSA
POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: RICARDO LIMA GONÇALVES ME. (CNPJ nº
22.055.914/0001-92)

OBJETO: Desenvolvimento de plataforma digital para relaciona-
mento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos servi-
ços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicati-
vos para smartphones com sistemas IOS e Android.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhen-
tos reais).

Blumenau (SC), em 22 de dezembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 006/2016 - AGIR

E X T R A T O

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 006/2016

- EXTRATOS CONTRATOS / 2016

NÚMERO DO CONTRATO: 006/2016

DATA VIGÊNCIA: 01/01/2017

DATA VENCIMENTO: 30/06/2017

NÚMERO DO PROCESSO: 006/2016 – MODALIDADE: DISPENSA
POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADO: AMONDI NEGÓCIOS PÚBLICOS LTDA ME (CNPJ nº
21.985.974/0001-41)

OBJETO: Assessoria técnica especializada para atuar junto à elab-
oração de edital licitatório cujo objeto é a contratação de licen-
ça de uso, manutenção e atualização periódica de software para
suporte à contabilidade regulatória da Agência Intermunicipal de
Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais
do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos
reais).

Blumenau (SC), em 22 de dezembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 008/2016 - AGIR

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 008/2016

CELEBRADO PELA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICI-
PAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR E RICARDO LIMA GON-
ÇALVES ME, QUE TEM POR OBJETO O DESENVOLVIMENTO DE
PLATAFORMA DIGITAL PARA RELACIONAMENTO ENTRE A AGIR,
PRESTADORES DE SERVIÇOS E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SA-
NEAMENTO BÁSICO, COM ACESSO PELA INTERNET E POR APLI-
CATIVOS PARA SMARTPHONES COM SISTEMAS IOS E ANDROID.

CONTRATANTE: AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICI-
PAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito
público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública,
dotada de independência decisória, autonomia administrativa, or-
çamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-
41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil,
da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº
6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha,
CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina,
junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí
– AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor
HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Se-
cretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-
87, que este subscreve.

CONTRATADA: RICARDO LIMA GONÇALVES ME, pessoa jurídica
de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº
22.055.914/0001-92, estabelecida na cidade de Blumenau/SC, na
Araucária, nº 609, Bairro Velha, neste ato representada pela sua
titular o Senhor RICARDO LIMA GONÇALVES, portador da cédula
de identidade nº 118330836, emitida pela Secretaria de Estado da
Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro (SECC/RJ), inscrito no CPF
sob nº 104.487.287-02.

Assim, os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e cele-
bram o presente termo aditivo ao Contrato CL nº 008/2016, ins-
truído no Processo Licitatório nº 009/2016 (Dispensa de Licitação
para desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento
entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de
saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para
smartphones com sistemas IOS e Android), sujeitando-se as partes
às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,
e às seguintes cláusulas:

Cláusula PRIMEIRA – da prorrogação DO PRAZO DE DURAÇÃO do
Contrato para Entrega dos Serviços (Aditamento da Cláusula Quar-
ta do Contrato CL nº 008/2016)

1.1 Em face da necessidade de continuidade na prestação dos ser-
viços, fica, portanto, alterada a Cláusula Quarta, subitem 4.1, do
Contrato original que passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE
ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e
vigorará até 30 de junho de 2017.

1.2 Por este instrumento de aditivo, fica então prorrogado o prazo
de duração do referido Contrato CL nº 008/2016, para o prazo má-
ximo de sua vigência, ou seja: 30 de junho de 2017; findo o qual
as partes então verificarão quanto a conveniência e necessidade de
sua prorrogação para o lapso temporal necessário a conclusão do

objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. As demais cláusulas constantes do Contrato CL nº 008/2016 permanecem inalteradas, e desde já ratificadas em todos os seus termos e condições.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato CL nº 008/2016, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Blumenau(SC), em 22 de dezembro de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral
CONTRATANTE

Empresa RICARDO LIMA GONÇALVES ME (CNPJ nº 22.055.914/0001-92)

CONTRATADA

RICARDO LIMA GONÇALVES

Titular/Representante legal – CPF nº 104.487.287-02

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Agente Administrativa CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
--	--

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 006/2016 - AGIR

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CL Nº 006/2016

CELEBRADO PELA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR E AMONDI NEGOCIOS PUBLICOS LTDA - ME, QUE TEM POR OBJETO A ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ATUAR JUNTO À ELABORAÇÃO DE EDITAL LICITATÓRIO CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DE SOFTWARE PARA SUPORTE À CONTABILIDADE REGULATÓRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

CONTRATANTE: AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrita no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e do Decreto nº 6.017/07, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, neste ato representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, identidade nº 1940660, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública/SC e CPF nº 246.473.149-87, que este subscreve.

CONTRATADA: AMONDI NEGOCIOS PUBLICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado/empresária individual inscrita no CNPJ sob o nº 21.985.974/0001-41, estabelecida na cidade de Itajaí/SC, na Rua Samuel Heusi, nº 463, sala 913, Bairro Centro, neste

ato representada pelo seu titular o Senhor DIOGO VITOR PINHEIRO, portador da cédula de identidade nº 3648413, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP), inscrito no CPF sob nº 004.718.119-20, que também subscreve.

Assim, os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato CL nº 006/2016, instruído no Processo Licitatório nº 006/2016 (Dispensa de Licitação para contratação de assessoria técnica especializada para atuar junto à elaboração de edital licitatório cujo objeto é a contratação de licença de uso, manutenção e atualização periódica de software para suporte à contabilidade regulatória da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR), sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

Cláusula PRIMEIRA – da prorrogação DO PRAZO DE DURAÇÃO do Contrato para Entrega dos Serviços (Aditamento da Cláusula Quarta do Contrato CL nº 006/2016)

1.1 Em face da necessidade de continuidade na prestação dos serviços diante da manutenção dos contratos de estágio da AGIR, fica, portanto, alterada a Cláusula Quarta, subitem 4.1, do Contrato original que passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de vigência terá início com a assinatura do contrato e vigorará até 30 de junho de 2017.

1.2 Por este instrumento de aditivo, fica então prorrogado o prazo de duração do referido Contrato CL nº 006/2016, para o prazo máximo de sua vigência, ou seja: 30 de junho de 2017; findo o qual as partes então verificarão quanto a conveniência e necessidade de sua prorrogação para o lapso temporal necessário a conclusão do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. As demais cláusulas constantes do Contrato CL nº 006/2016 permanecem inalteradas, e desde já ratificadas em todos os seus termos e condições.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o 2º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 006/2016, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Blumenau (SC), em 22 de dezembro de 2016.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral
CONTRATANTE

AMONDI NEGOCIOS PUBLICOS LTDA - ME

DIOGO VITOR PINHEIRO – Titular/Representante legal

CONTRATADA

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Agente Administrativa CPF nº 071.611.199-36	VANESSA FERNANDA SCHMITT Diretora Administrativa da AGIR CPF nº 038.188.129-69
--	--

ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016 PREGÃO Nº 04/2016 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº009/2016

Processo Licitatório nº 49/2016

Pregão nº 04/2016

Contrato Administrativo nº009/2016

Objeto: Fornecimento de mobiliário planejado, montagem e assistência técnica.

Contratada: AKON LTDA ME.

CNPJ: 13.228.073/0001-87

Valor: R\$ 37.606,00 (Trinta e sete mil, seiscentos e seis reais)

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 395 - Prefeitura Municipal de Tangará

EXTRATO DE CONTRATO Nº 395/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Tangará

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tangará

CNPJ: 82.827.999/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.480,00 (seis mil e quatrocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0060_2016

Resolução n. 0060/2016.

Dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a contratação da Sra. Sandra Zonta, brasileira, solteira portadora de RG n. 4.499.956 inscrita no CPF sob n. 052.563.509-27, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, no emprego Público de Analista Técnico em Gestão de Desenvolvimento Regional-IV, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto.

Art. 2º. O prazo da prorrogação da contratação termina em 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado até o limite previsto no

parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de dezembro de 2016.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0061_2016

Resolução n. 061/2016

Dispõe sobre Crédito Adicional Especial Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 032 de 07 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2016, crédito adicional especial suplementar no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação.

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal catarinense – CIMCATARINA		
0015.0452.0001.2.005 – Desenvolvimento e Gestão de Serviços de iluminação Pública		
3.31.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (52)	R\$	5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta da anulação da seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público		
01.01 – Consórcio Intermunicipal catarinense – CIMCATARINA		
0015.0452.0001.2.005 – Desenvolvimento e Gestão de Serviços de iluminação Pública		
3.33.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (16)	R\$	5.000,00

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de dezembro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito de Caçador

Presidente do CIMCATARINA

CIMVI

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIMVI

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando consolidar as novas alterações ocorridas no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

1.1 - O Contrato de Consórcio Público firmado em 17/12/2007 e aditado em 28/09/2012, 01/08/2014, 27/04/2015, 01/07/2016 e nesta data, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale – CNPJ nº 03.111.139/0001-09, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

.....

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE, DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETO E OBJETIVO

2.1 – O CIMVI tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua, de maneira articulada e em regime de estreita cooperação entre os consorciados e/ou com outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, nacionais e/ou estrangeiras, formalizadas através do instrumento Contrato de Programa (dimensão político-institucional).

2.2 – Observados os princípios constitucionais da Administração Pública e a cooperação com os demais órgãos e instituições públicas da região, o CIMVI terá suas ações fundadas na atuação integral e integrada, unicidade e descentralização, participação ampla e controle social, intersectorialidade, interdisciplinariedade e pluralidade.

2.3 – O CIMVI tem a sustentabilidade como diretriz de sua proposta de desenvolvimento para o Médio Vale do Itajaí que se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo os ativos ambientais, a manutenção do capital natural e a conservação e preservação dos ecossistemas (dimensão ambiental), a melhoria da qualidade de vida das populações do meio urbano e rural, a inclusão social através da equidade e da garantia de direitos humanos, a valorização da identidade popular e da cultura (dimensão sociocultural), a eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e de usar e articular serviços e recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando-as, através da gestão eficaz dos recursos públicos (dimensão econômica).

2.4 - Constitui objeto do Consórcio Público:

I - a gestão associada e/ou a prestação de serviços públicos ou de interesse público, inclusive os de saneamento básico, com a execução de programas e o exercício de competências pertencentes aos Entes consorciados;

II - o saneamento básico, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

III - o meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

IV - a atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio;

V - a infraestrutura, o desenvolvimento econômico urbano e rural, a cultura, o esporte e o turismo, como criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades, e dos meios para perseguir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, próprio para cada um dos municípios e integrado no âmbito do consórcio, das diretrizes da economia solidária e das políticas estaduais e/ou nacionais;

VI - os direitos humanos, a criança e o adolescente e a assistência social, através da provisão das ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais, em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, a partir das indicações e deliberações dos respectivos conselhos municipais;

VII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados.

2.5 – São objetivos do CIMVI:

I – Fomentar o desenvolvimento sustentável da região de abrangência e a melhoria da gestão e dos serviços públicos, através de ações integradas intermunicipais, inclusive para:

a) atuar pelo fortalecimento e modernização de setores estratégicos para a atividade econômica regional;

b) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, transporte, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;

c) atuar na promoção regional da cultura, do esporte e do turismo, para a criação e gestão de circuitos e roteiros intermunicipais, inclusive no ecoturismo de base comunitária;

d) apoiar os municípios na viabilização do plano diretor municipal, inclusive nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, mobilidade, acessibilidade e regularização fundiária;

e) atuar em prol das políticas de reconhecimento, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico e artístico, material e imaterial e museológico, estimulando a produção cultural regional;

II - Elaborar estudos, projetos, pesquisas, planos de desenvolvimento e outras ações e atividades de planejamento, assessoramento e/ou gestão que possam contribuir para melhoria das áreas que são objeto de atuação do CIMVI;

III – Instituir, implementar e gerir programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado;

IV – No saneamento básico:

a) dar suporte e orientação técnica para a prestação adequada dos Serviços de Saneamento Básico;

b) prestar, total ou parcialmente, serviços públicos de saneamento básico, inclusive com operação de estruturas e serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, além de executar planos, projetos, programas, obras e serviços;

c) implementar e/ou disponibilizar análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto;

d) disponibilizar assistência técnica e assessoria, para: solução dos problemas de saneamento ambiental; elaboração de planos intermunicipais, projetos e promoção de estudos de concepção; projeção, supervisão e execução de obras; implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais; administração, operação, manutenção, recuperação e expansão dos sistemas de água, esgoto e resíduos sólidos; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; orientação na formulação dos planos municipais e da política tarifária dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; intercâmbio com entidades afins, promoção e/ou participação em cursos, seminários e eventos correlatos; implementação de programas de saneamento rural e urbano, construção de melhorias sanitárias e proposição de soluções conjuntas água-esgoto-módulo sanitário; e desenvolvimento de planos, programas e projetos conjuntos destinados à conservação e melhoria das condições ambientais;

V – Na gestão ambiental:

a) atuar como órgão ambiental local para os municípios consorciados, prestando serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local;

b) incentivar a conservação e preservação ambiental, no sentido de elaboração de políticas públicas ambientais, criação e manutenção dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e capacitação de agentes ambientais, em sintonia com as diretrizes Estaduais e Federais;

c) constituir e/ou capacitar equipes técnicas multidisciplinares para fiscalizar, monitorar, controlar e inspecionar atividades que causem impacto ambiental local, dentro da região de abrangência, através da celebração de convênios ambientais com órgãos municipais, estaduais e federais de meio ambiente;

d) desenvolver atividades de educação ambiental;

e) promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção e preservação do meio-ambiente, inclusive de nascentes e mananciais;

VI – Na gestão e execução dos serviços do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território dos Municípios consorciados, extensível ao dos Municípios conveniados com o CIMVI:

a) integrar os Serviços de Inspeção dos Municípios entre si e ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, visando garantir a sanidade agropecuária, desde o local da produção primária até a colocação do produto final no mercado;

b) orientar e assessorar os produtores rurais, industriais e fornecedores de insumos, distribuidores, cooperativas e associações, industriais e agroindustriais, atacadistas e varejistas e quaisquer outros responsáveis ao longo da cadeia de produção para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal;

c) constituir ou contratar equipes:

c.1) de assistência técnica, responsáveis pela inspeção e pelo programa de apoio e desenvolvimento da agroindústria familiar, integrando as iniciativas em rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos com ações de capacitação, assistência técnica, análise econômica e gestão das agroindústrias, assessoria na elaboração de perfis agroindustriais e implantação/adequação de agroindústrias familiares frente à legislação sanitária, ambiental, fiscal, previdenciária e tributária, projetos de custeio e investimento e relação com mercado consumidor;

c.2 – para inspeção de produtos de origem animal e vegetal habilitados a emitir a certificação sanitária de origem, fitossanitária de origem, de identidade e de qualidade e outros procedimentos em acordo com a legislação pertinente, aos estabelecimentos assistidos pelo consórcio;

d) constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, quais sejam: infraestrutura administrativa; inocuidade dos produtos; qualidade dos produtos; prevenção e combate à fraude econômica; e controle ambiental;

e) planejar coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisas agropecuárias e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão a produtores rurais nos seus municípios de abrangência;

VII – Incentivar ações regionais de inclusão social, por meio do esporte, da cultura e do lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, aos eventos culturais e ao lazer, visando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens urbanos e rurais;

VIII – Fortalecer as políticas locais e/ou regionais de direitos humanos, da criança e do adolescente e de assistência social, atendidos os princípios, diretrizes e normas que as regulam, bem como ampliar a rede regional de serviços voltados ao enfrentamento da violência e contra quaisquer discriminações, e desenvolver ações em favor da defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, além de ações de atendimento, acolhimento ou socioassistenciais intermunicipais.

2.5.1 - Para cumprimento de seus objetivos e finalidades, o Consórcio poderá:

I – representar o conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

IV – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

V - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

VI - outorgar concessão, permissão ou autorização de obras e/ou de serviços públicos ou de interesse público, objeto de gestão associada.

2.5.2 – O CIMVI poderá emitir documentos e realizar ações de fiscalização, inspeção e cobrança e ainda exercer atividades de lançamento e arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços aos usuários de serviços públicos, aos Entes consorciados ou conveniados, aos estabelecimentos assistidos e outros que demandem seus serviços, bem como promover a administração destes fundos e a aplicação conforme o plano de ação deliberado pela assembleia.

2.5.3 – Mediante aprovação da Assembleia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

2.6 – Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades, objetos e objetivos do Consórcio Público, ou apenas a parte destas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.2.1 – Os serviços de controle interno, contabilidade ou jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, mediante convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do Contrato de Consórcio Público:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 88, de 06/09/2007, nº 123, de 16/04/2012, nº 143, de 22/09/2014, e nº 162, de 06/12/2016;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 71, de 17/10/2007, nº 129, de 21/05/2012, nº 153, de 18/09/2014, e nº 174, de 21/12/2016;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 56, de 26/09/2007, nº 93, de 04/04/2012, nº 111, de 14/08/2014, e nº 142, de 14/12/2016;

IV - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 64, de 27/09/2007, nº 106, de 27/03/2012, nº 123, de 21/08/2014, e nº 133, de 16/12/2016;

V - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Municipais nº 3.625, de 19/10/2007, nº 4.624, de 24/04/2012, nº 5.006, de 01/07/2014, e nº 5.364, de 06/12/2016;

VI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 139, de 26/09/2007, nº 234, de 06/04/2012, nº 265, de 30/07/2014, e nº 301, de 15/12/2016;

VII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 133, de 04/09/2007, nº 213, de 27/03/2012, nº 250, de 09/07/2014, e nº 276, de 12/12/2016;

VIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 14, de 11/09/2007, nº 36, de 17/04/2012, nº 51, de 24/02/2015, e nº 60, de 13/12/2016;

IX - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 340, de 07/12/2007, nº 418, de 13/07/2012, nº 451, de 12/09/2014, e nº 477, de 20/12/2016;

X - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 11, de 01.04.2013, nº 17, de 05/12/2014, e nº 30, de 21/12/2016;

XI - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Municipal nº 3.145, de 14.10.2009, e Leis Complementares Municipais nº 53, de 17.07.2013, nº 59, de 15/04/2015, e nº 75, de 15/12/2016; e

XI - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 1.393, de 12.06.2013, nº 1.486, de 27/11/2014, e nº 1.566, de 14/12/2016.

4.2 -
.....

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 -
.....

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente;
.....

IV – compor a Diretoria do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 -
.....

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

.....

7.2 -
.....

IV - (revogado);

V - (revogado);

VI – Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI.

7.2.1 – Será instituído por Resolução específica a Unidade de Controle Interno do Consórcio Público, com a finalidade de executar a verificação e acompanhamento e estabelecer providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelo CIMVI, visando à observância dos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade, da eficiência e da moralidade, bem como para auxiliar o controle externo.

7.2.2 – Resolução do consórcio público disciplinará os processos de competência do CIMVI, tratando inclusive das instâncias recursais no âmbito administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

.....

8.3.2 – (revogado).

8.4 -

8.5 -:

.....

VI -:

.....

c) o orçamento anual do Consórcio e seu Fundo Especial, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio;

.....

VII – (revogado);

.....

X – aprovar a celebração de convênios e/ou contratos de programa;

XI -

.....

b);

XII - recomendar o reajuste ou revisão do valor das taxas municipais relativas aos serviços prestados.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

.....

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

.....

CLÁUSULA DÉCIMA – Da DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

.....

10.4 -:

.....

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV -

.....

10.5 – Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA-A – DO FUNDO INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - FIMAMVI

10-A.1 - O Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí - FIMAMVI, vinculado ao CIMVI, com a finalidade de arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações, obras e serviços visando proteger o meio ambiente dos municípios consorciados.

10-A.2 - Constituem receitas do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente do Médio Vale do Itajaí:

I – os valores decorrentes de medidas compensatórias de agravos ambientais de qualquer natureza ou de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental;

II – o produto de sanções pecuniárias por crimes ambientais ou de transações em ações penais ou civis sobre matéria ambiental, decorrentes de fatos ocorridos no território dos municípios consorciados;

III – o produto de multas por infração ambiental;

IV – a remuneração por serviços de recuperação de passivos ambientais ou de proteção ao meio ambiente que vierem a ser prestados pelo Consórcio;

V – dotações orçamentárias próprias, que lhe forem destinadas;

VI – contribuições, subvenções e auxílios da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

VII – o produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados a gestão ambiental dos municípios consorciados;

VIII – resultante de acordos, convênios, contratos e provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Consórcio e instituições públicas e privadas;

IX – as remunerações oriundas de aplicações financeiras;

X – doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

XI – outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

10-A.3 - Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e serão administrados pelo Presidente do CIMVI, ou, na sua ausência, pelo Diretor Executivo do CIMVI, estando este diretamente subordinado àquele, ambos submetidos à fiscalização do Controle Interno do Consórcio e do Tribunal de Contas do Estado.

10-A.3.1 - A movimentação e aplicação dos recursos será feita pelo Presidente do CIMVI em conjunto com o Diretor Executivo.

10-A.4 - Os recursos do Fundo poderão ser aplicados nas seguintes ações relativas ao meio ambiente:

I - promoção, estimulação e apoio a ações e trabalhos em defesa, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, prioritariamente no âmbito da Mata Atlântica e Ecossistemas Associados;

II - edição, apoio e incentivo à publicação de revistas, informativos, jornais, audiovisuais, vídeos, DVD's ou qualquer outra forma de publicação sobre assuntos relativos a meio ambiente, turismo ecologicamente sustentável e assuntos culturais;

III - realização, incentivo ou custeio de pesquisas sobre preservação, conservação, uso e manejo sustentável dos recursos naturais, incluindo fauna, flora, água, solo e ar;

IV - realização e divulgação de pesquisas e estudos realizados no país e no exterior, referentes à preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - promoção de cursos, seminários, workshops, dias de campo, palestras e outras formas de ensino, junto às comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para criar uma consciência de preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;

VI - promoção, apoio e estímulo de atividades culturais e educacionais, estimulando a cooperação, união e solidariedade entre as pessoas, incentivando o desenvolvimento comunitário e regional;

VII - promoção, apoio e estímulo à atividades de agricultura sustentável, ecoturismo e manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - realização de quaisquer outras atividades relacionadas com as finalidades do CIMVI.

10-A.5 - Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, farão parte do patrimônio do CIMVI.

10-A.6 - O orçamento do Fundo Intermunicipal de Meio Ambiente integrará o orçamento do CIMVI, em obediência ao princípio da unidade.

10-A.7 - O Fundo deve atender as disposições das Leis da Contabilidade Pública e da Responsabilidade Fiscal, no que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (revogada)

11.1 – (revogado).

11.1.1 - (revogado).

11.2 - (revogado).

11.2.1 - (revogado).

11.2.2 - (revogado).

11.2.3 - (revogado).

11.2.4 - (revogado).

11.2.5 - (revogado).

11.3 - (revogado).

11.3.1 - (revogado).

11.4 - (revogado).

11.4.1 - (revogado).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – (revogada)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

13.1.1 - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

13.3 - O quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público, remunerados em conformidade com o estabelecido no Protocolo de Intenções consolidado.

13.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

13.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

13.3.2.2 - A revisão geral anual de que trata o item 13.3.2.1 observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

13.3.2.3 – Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do item 13.3.2.2, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

13.3.2.4 – Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no item 13.3.2.1.

13.3.3 – (revogado).

13.3.3-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

13.3.7.1 –

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II –

13.3.7.3 –

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II -

13.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentado impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

13.7.5 -

II-A – gratificação de função especial, na forma estabelecida no item 13.7.5.2 deste Protocolo de Intenções;

13.7.5.2 – Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

13.7.6 -

13.8 –

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III -

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação

dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII –

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (revogado)

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias,

avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, opoente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

13.9 –
.....

13.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraídos os

descontos legais.

.....

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

.....

14.6 - O Controle Interno poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, justificadamente, sugerir que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PATRIMÔNIO

.....

15.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público, e do respectivo Fundo Intermunicipal, obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

16.2 –:

.....

X – o produto da arrecadação de taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços, de multa pelo exercício de poder de polícia, ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI -

.....

16.2.3 - Além das fontes de recursos que lhe são próprias, o Consórcio Público deve se habilitar ao recebimento de receitas com destinação específica, tais como, valores decorrentes de medidas compensatórias, verbas destinadas à recuperação de passivo ambiental e as oriundas de sanções pecuniárias por crimes ambientais, dentre outras.

.....

16.3.2 - O critério de rateio das despesas do Consórcio Público para os fins do inciso III do item 16.3 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público será definido no Estatuto, levando em consideração também o coeficiente populacional em sua área de atuação, com distribuição proporcional para cada Ente consorciado.

.....

16.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

.....

16.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras, projetos ou programas e/ou prestar serviços.

.....

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

19.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos objeto deste Contrato de Consórcio Público, bem como aos serviços previstos em contrato de programa.

19.1.1 – (revogado)

.....

19.3.1 -:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de projetos e/ou programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços, inclusive os de gestão;

III – a elaboração de planos de recuperação e/ou redução dos custos dos serviços;

.....

V –:

.....

d) a restrição de acesso ou a suspensão da prestação dos serviços em caso de inadimplência do usuário, sempre precedida por prévia notificação, se for o caso;

e) o assessoramento multidisciplinar, inclusive aos órgãos e unidades dos municípios consorciados, bem como os demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

19.3.2 -
.....

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTRATO DE PROGRAMA

20.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

20.2 -:
.....

IV – revogado;

20.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das perdas referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

20.2.8 – (revogado).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1.2 – O Consórcio Público deverá implementar e manter site institucional na internet, atendendo as exigências de publicidade, transparência e acesso à informação.

22.2 -
.....

ANEXO 1 – dos empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
06	Gestor de Serviços

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	R\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	R\$ 3.463,13

ANEXO 3 - (revogado).

..... ”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas do contrato original, com as alterações de que tratam o Primeiro Termo Aditivo, firmado em 28 de Setembro de 2012, o Segundo Termo Aditivo, firmado em 01 de Agosto de 2014, o Terceiro Termo Aditivo, firmado em 27 de Abril de 2015, o Quarto Termo Aditivo, firmado em 01 de Julho de 2016, e este Termo, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos de Lei.

Timbó - SC, em 22 de Dezembro de 2016.

Hartwig Persuhn Prefeito de Doutor Pedrinho	Nicanor Morro Prefeito de Apiúna
Moacir Polidoro Prefeito de Ascurra	Jean Michel Grundmann Prefeito de Benedito Novo
José Luiz Colombi Prefeito de Botuverá	Pedro Celso Zuchi Prefeito de Gaspar
Matias Kohler Prefeito de Guabiruba	Sergio Almir dos Santos Prefeito de Indaial
Rolf Nicolodelli Prefeito de Pomerode	Fernando Tomaselli Prefeito de Rio dos Cedros
Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio	Laércio Demerval Schuster Junior Prefeito de Timbó

Testemunhas:

Luiz Cláudio Kades	Valter Conrado de Araújo
OAB/SC 17.692	CPF nº 379.549.389-72
Assessor Jurídico - AMMVI/CIMVI	Diretor Executivo do CIMVI

ATA 25ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ata da 25ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na Prefeitura de Rio dos Cedros, sito na Rua Nereu Ramos, nº 205, Município de Rio dos Cedros, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Casa de Acolhimento; 3) Aprovação dos Contratos de Rateio do Exercício de 2017; 4) Revisão Geral Anual 2017 e 5) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Informes – a) Recursos do CIMVI – a.1) Inadimplência – o Diretor Executivo apresentou à Assembleia o mapa da inadimplência, no qual constam débitos do exercício: a) 2013 - de Gaspar no valor de R\$ 17.723,00; b) 2015 - de Indaial no valor de R\$ 107.442,47; e c) 2016 - de Botuverá no valor de R\$ 647,00, de Indaial no valor de R\$ 549.659,00, de Rio dos Cedros no valor de R\$ 7.436,00 e de Rodeio no valor de R\$ 86.084,00. a.2) Saldos – o Diretor Executivo informou à Assembleia os saldos existentes nas contas bancárias do CIMVI; a.3) Execução orçamentária 2015 – o Diretor Executivo apresentou à Assembleia a Execução Orçamentária do Exercício de 2015 ressaltando que a devolução de recursos não utilizados daquele exercício ainda não restou concretizada em razão da inadimplência do Município de Indaial; b) Aterro Sanitário – b.1) Disposição de Resíduos – apresentado à Assembleia o mapa de disposição de resíduos no aterro sanitário no ano de 2016, no qual consta uma média de 113,9 toneladas por dia; e b.2) Projeto Escritório – apresentado à Assembleia o projeto para construção da sede do CIMVI no aterro sanitário que terá sua parte estrutural executada no exercício de 2017, conforme aprovado na 24ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/07/2016; e c) Gestão de Cultura, Esporte e Turismo – o Diretor Executivo convidou os Prefeitos para a cerimônia de inauguração da Gestão de Cultura, Esporte e Turismo do CIMVI no Portal Wolfgang Weege (Portal Norte) em Pomerode que realizar-se-á no dia 09/12/2016 às dez horas. Item 2) Casa de Acolhimento – em razão de exigências formuladas pelo Promotor de Justiça da Comarca de Timbó, no sentido de que os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Timbó devem possuir casa para acolhimento de crianças e adolescentes em conformidade com o preconizado no programa nacional de direitos humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, e nas políticas nacional e municipal da área, os citados municípios pretendem executar tais ações de forma conjunta, por intermédio do CIMVI. Nesse sentido, há a necessidade de autorização/aprovação da Assembleia para que o CIMVI possa atuar em tal área. Iniciada a votação, os Prefeitos de Apiúna e Ascurra manifestaram sua oposição. Assim, a Assembleia deliberou, com votos contrários de Apiúna e Ascurra, que o CIMVI pode atuar na referida área, sendo que os custos serão arcados única e exclusivamente pelos municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros e Timbó. Item 3) Aprovação dos Contratos de Rateio do Exercício de 2017 – em decorrência do orçamento do exercício de 2017 aprovado na 24ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de julho de 2016, ficam estabelecidos os seguintes contratos de Rateio: a) Contrato de Rateio nº 2016/02 - Gestão Ambiental e de Recursos Naturais - R\$276.480,00 (duzentos e setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais) - rateio por município (Município de Apiúna – R\$30.720,00; Município de Ascurra – R\$30.720,00; Município de Benedito Novo – R\$30.720,00; Município de Doutor Pedrinho – R\$30.720,00; Município de Indaial – R\$30.720,00; Município de Pomerode – R\$30.720,00; Município de Rio dos Cedros – R\$30.720,00; Município de Rodeio – R\$30.720,00; e Município de Timbó – R\$30.720,00); b) Contrato de Rateio nº 2016/03 - Gestão de Cultura – R\$110.700,00 (cento e dez mil e setecentos reais) – rateio por município (Município de Apiúna – R\$ 9.225,00; Município de Ascurra – R\$ 9.225,00; Município de Benedito Novo – R\$ 9.225,00; Município de Botuverá – R\$ 9.225,00; Município de Doutor Pedrinho – R\$ 9.225,00; Município de Gaspar - R\$ 9.225,00; Município de Guabiruba - R\$ 9.225,00; Município de Indaial – R\$ 9.225,00; Município de Pomerode – R\$ 9.225,00; Município de Rio dos Cedros – R\$ 9.225,00; Município de Rodeio – R\$ 9.225,00; e Município de Timbó – R\$ 9.225,00); c) Contrato de Rateio nº 2016/04 - Gestão de Esportes – R\$26.460,00 (vinte e seis mil e quatrocentos e sessenta reais) – rateio por município (Município de Apiúna – R\$ 2.205,00; Município de Ascurra – R\$ 2.205,00; Município de Benedito Novo – R\$ 2.205,00; Município de Botuverá

– R\$ 2.205,00; Município de Doutor Pedrinho – R\$ 2.205,00; Município de Gaspar - R\$ 2.205,00; Município de Guabiruba - R\$ 2.205,00; Município de Indaial – R\$ 2.205,00; Município de Pomerode – R\$ 2.205,00; Município de Rio dos Cedros – R\$ 2.205,00; Município de Rodeio – R\$ 2.205,00; e Município de Timbó – R\$ 2.205,00); d) Contrato de Rateio nº 2016/05 - Gestão de Saneamento Básico – R\$888.000,00 (oitocentos e oitenta e oito mil reais) - rateio por proporção de resíduos no aterro de abril de 2003 até junho de 2016 (Município de Apiúna – R\$34.608,00; Município de Ascurra – R\$38.664,00; Município de Benedito Novo – R\$28.608,00; Município de Doutor Pedrinho – R\$8.388,00; Município de Indaial – R\$325.800,00; Município de Pomerode – R\$114.336,00; Município de Rio dos Cedros – R\$43.680,00; Município de Rodeio – R\$51.168,00; e Município de Timbó – R\$242.748,00); c) Contrato de Rateio nº 2016/06 - Gestão de Turismo - R\$399.240,00 (trezentos e noventa e nove mil e duzentos e quarenta reais) - rateio por proporção populacional IBGE – Censo 2010 (Município de Apiúna – R\$15.180,00; Município de Ascurra – R\$11.724,00; Município de Benedito Novo – R\$16.344,00; Município de Botuverá – R\$ 7.068,00; Município de Doutor Pedrinho – R\$ 5.700,00; Município de Gaspar - R\$ 91.680,00; Município de Guabiruba - R\$ 29.160,00; Município de Indaial – R\$86.760,00; Município de Pomerode – R\$43.908,00; Município de Rio dos Cedros – R\$16.272,00; Município de Rodeio – R\$17.280,00; e Município de Timbó – R\$58.164,00); e d) Contrato de Rateio nº 2016/07 - Manutenção das Atividades – R\$453.600,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais) - rateio por proporção populacional IBGE – Censo 2010 (Município de Apiúna – R\$17.256,00; Município de Ascurra – R\$13.320,00; Município de Benedito Novo – R\$18.576,00; Município de Botuverá – R\$8.028,00; Município de Doutor Pedrinho – R\$6.480,00; Município de Gaspar - R\$104.160,00; Município de Guabiruba - R\$ 33.132,00; Município de Indaial – R\$98.580,00; Município de Pomerode – R\$49.884,00; Município de Rio dos Cedros – R\$18.840,00; Município de Rodeio – R\$19.620,00; e Município de Timbó – R\$66.084,00). Item 4) Revisão Geral Anual 2017 – em atendimento ao disposto no art. 46, § 5º do Estatuto do CIMVI, deliberou-se, por unanimidade, em autorizar a Diretoria Executiva a conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de 2017. Item 5) Assunto Gerais – a) Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - PIRS – foram entregues, para cada Prefeito, os três volumes físicos e versão digital em CD do PIRS. O Diretor Executivo lembrou que, com o PIRS, os municípios podem promover à captação de recursos de outras esferas governamentais; b) Prestação de Contas de Recursos – SAMAE Timbó – o Diretor Executivo apresentou à Assembleia a situação do 3º Termo Aditivo ao Convênio que os nove municípios celebraram, em 11/11/2004, com o SAMAE de Timbó para execução de obras de implantação do setor A2 do Aterro Sanitário no exercício de 2005. Após o término das obras, em 2009, o CIMVI solicitou ao SAMAE de Timbó o envio de Prestação de Contas dos Recursos repassados pelos municípios, o que não foi encaminhado até a presente data. Assim, a Assembleia deliberou, por unanimidade, em determinar a tomada de contas; e c) Assessoria Jurídica – o Diretor Executivo informou à Assembleia que, em razão da grande demanda jurídica, foi requisitado ao Presidente da AMMVI (Sr. Paulo Roberto Weiss, Prefeito de Rodeio) a dispensa do profissional (Dr. Luiz Claudio Kades) nas sextas-feiras para que, neste dia, o mesmo possa cumprir seu horário de trabalho junto ao CIMVI, de forma a colaborar no cumprimento dos prazos estabelecidos para as diversas ações previstas no planejamento operacional do Consórcio Público. Foi informado pelo Presidente da AMMVI que o pedido foi deferido e o profissional será dispensado ao CIMVI nos termos do que foi solicitado. Instados pelo Presidente sobre a existência de mais algum assunto a tratar, o Prefeito de Indaial tomou a palavra explanando a problemática em que encontra-se inserido o Município de Indaial no que tange à disposição dos resíduos no Aterro Sanitário; que Indaial vem dispondo duas cargas de resíduos após as dezoito horas e duas cargas aos sábados pela manhã, em razão de contrato vigente até 21 de fevereiro de 2017. O Prefeito informou que está sendo providenciado novo certame licitatório para contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos, porém se houver alteração para adequação ao horário de funcionamento do aterro, de segunda a sexta-feira, das oito às dezoito horas, haverá aumento significativo de custos. Em vista do exposto, deliberou-se que, se até a data da vigência do contrato a Municipalidade não se adequar às regras de funcionamento, o CIMVI ampliará o horário de funcionamento/operação do Aterro Sanitário (até as vinte e duas horas em dias de semana e até as doze horas aos sábados) sendo que os custos adicionais oriundos de tal ampliação de horário serão arcados única e exclusivamente pelo Município de Indaial. Por fim, o Prefeito de Rodeio tomou a palavra para sugerir que as Assembleias do CIMVI sejam feitas de forma separada das Assembleias de outros consórcios e AMMVI a fim de evitar que se tornem cansativas, concordando os demais prefeitos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Hartwig Persuhn Presidente	Patricia Barbaresco Agente Administrativo
-------------------------------	--

ATA 38ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ata da 38ª Assembleia Geral Extraordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na Prefeitura de Rio dos Cedros, sito na Rua Nereu Ramos, nº 205, Município de Rio dos Cedros, às quinze horas e vinte minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 38ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: Eleição do Presidente, Vice-Presidente e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2017. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia: Eleição do Presidente, Vice-Presidente e do Conselho Fiscal para o exercício de 2017 – em conformidade com os artigos 21, IV e 26 do Estatuto do CIMVI, procederam-se as eleições do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2017. Eleitos por unanimidade os Prefeitos dos seguintes Municípios: para o cargo de Presidente: Paulo Roberto Weiss - Município de Rodeio; para o cargo de Vice-Presidente: Jean Michel Grundmann - Município de Benedito Novo; e para o Conselho Fiscal: os Prefeitos dos Municípios de Apiúna, de Indaial e de Pomerode. Dada a palavra ao Presidente eleito, em conformidade com o artigo vinte e sete do Estatuto, este indagou à Assembleia se a indicação do Diretor Executivo ou a confirmação deste no cargo precisa ser realizada nesta Assembleia pois tem o anseio de definir tal situação com os prefeitos eleitos para os mandatos com início em 2017. O Diretor Executivo informou que, nos termos do artigo vinte e sete do Estatuto, “Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função”, devendo praticar um dos dois atos. O Diretor Executivo informou que o cargo de Diretor Executivo é de livre nomeação e exoneração, contudo, para evitar o prevalecimento de interesses individuais de um município, o Presidente, quando proclamado eleito, indicará um novo Diretor Executivo ou confirmará o atual no cargo, devendo haver, em todos os casos, aprovação de dois terços da Assembleia. Informou-se, ainda, à Assembleia que o Diretor Executivo poderá ser destituído do cargo durante o curso de seu mandato desde que haja a aprovação de moção de censura de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembleia Geral especificamente convocada. Dada a palavra para o Assessor Jurídico, Dr. Luiz Claudio Kades, o mesmo informou que se não houver a indicação do Diretor Executivo ou a confirmação deste no cargo, o Presidente,

que assumirá em 1º de janeiro, deverá executar as funções de Diretor Executivo, tal qual ocorre nos municípios. Ato contínuo, o Presidente eleito, Sr. Paulo Roberto Weiss, tomou a palavra e solicitou ao Presidente em exercício, Sr. Hartwig Persuhn, a suspensão da Assembleia a fim de reunir-se, de forma separada, só com os Prefeitos e o Assessor Jurídico, Dr. Luiz Claudio Kades, o que foi acatado pelo Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, que suspendeu a Assembleia. Decorrido um espaço de tempo, o Presidente Hartwig Persuhn retomou a Assembleia passando a palavra ao Presidente eleito, Sr. Paulo Roberto Weiss, o qual informou que foi decidido "no coletivo" que será indicado um novo Diretor Executivo somente em 2017, decisão que será tomada com os próximos prefeitos. O Diretor Executivo tomou a palavra e alertou ao Presidente eleito que, tal ato, pode ser configurado como ato de improbidade administrativa, por deixar de fazer algo e na forma estabelecidos pelo Estatuto, estando sujeito às sanções previstas na legislação específica, bem como à Assembleia que o ratificou. Além disso, ressaltou que, em havendo a indicação de um novo Diretor Executivo, este deverá possuir a capacitação técnica exigida pelo Estatuto, sob pena de ser frustrada a nomeação pelo Controle Interno. Por fim, o Presidente eleito informou que em até quinze dias a indicação de Diretor Executivo será realizada. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Hartwig Persuhn
Presidente

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo

ATA 39ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ata da 39ª Assembleia Geral Extraordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na Prefeitura de Rodeio, sito na Barão do Rio Branco, 1069 - Centro, Município de Rodeio, às onze horas, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 39ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Alteração do Contrato de Consórcio Público; 2) Indicação do Diretor Executivo para o mandato 2017; e 3) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Alteração do Contrato de Consórcio Público – a ratificação das alterações do Protocolo de Intenções pelo Poder Legislativo dos municípios consorciados restou concluída, sendo assinado, nesta data, o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público que passa a entrar em vigor após sua publicação. Item 02) Indicação do Diretor Executivo para o mandato 2017 – o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, passou a palavra ao Presidente eleito para o mandato de 2017, Sr. Paulo Roberto Weiss, o qual não confirmou a manutenção do atual titular do emprego público de confiança de Diretor Executivo e indicou o Prefeito Fernando Tomaselli para exercer, a contar de 1º de janeiro de 2017, o emprego público em comissão de Diretor Executivo. Passada a palavra ao Sr. Fernando Tomaselli, o mesmo aceitou a indicação, a qual foi aprovada por unanimidade pela Assembleia. Passada a palavra ao atual titular do emprego público de confiança, Sr. Valter Conrado de Araújo, o mesmo ressaltou, por questão de ordem, que o indicado para o emprego de confiança de Diretor Executivo deve possuir os requisitos/formação exigidos pelo Estatuto do CIMVI sob pena de ser frustrada a nomeação pelo Controle Interno, conforme já frisado na 38ª Assembleia Geral Ordinária. Passada à palavra ao Assessor Jurídico, Dr. Luiz Claudio Kades, o mesmo informou que, com a ratificação das alterações do Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI, os requisitos/formação técnica passaram a ser os seguintes: formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI. O Assessor Jurídico ressaltou ainda que o candidato nomeado deve comprovar o atendimento de tais requisitos/formação técnica no momento da posse, a qual dar-se-á em até 15 (quinze) dias após a nomeação. Item 3) Assuntos Gerais – a) Resolução do Regulamento de Quadro de Pessoal - em razão das alterações no Contrato de Consórcio Público, foi aprovada por unanimidade a Resolução nº 181/16 que altera o Regulamento de Quadro de Pessoal do CIMVI e dá outras providências, a qual foi assinada pelo Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, sendo providenciada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC; b) Prestação de Contas de Recursos – SAMAE Timbó – o Diretor Executivo informou que o SAMAE de Timbó remeteu cópia da Prestação de Contas de Recursos na execução de obras de implantação do setor A2 do Aterro Sanitário no exercício de 2005; a via original foi entregue ao Controle Interno do Município de Timbó, o qual analisará o documento e emitirá parecer. Assim, a Assembleia deliberou, por unanimidade, que o CIMVI aguardará o posicionamento/parecer do órgão de Controle Interno do Município de Timbó quanto à Prestação de Contas apresentada pelo SAMAE de Timbó para início de providências para a tomada de contas especial, se for o caso, o que será objeto de deliberação em Assembleia futura; c) Período de Quarentena – o Diretor Executivo indagou a Assembleia sobre a necessidade ou não de ser observada o período de quarentena após o encerramento de seu mandato em 31 de dezembro de 2016 em razão de conflito de interesses, já que não houve a confirmação de sua manutenção no emprego público de confiança de Diretor Executivo. O Assessor Jurídico informou que a observância ao período da quarentena não encontra previsão no Estatuto do CIMVI e, por tal razão, não se aplica aos funcionários pertencentes aos quadros do CIMVI. Explicou, ainda, que tal instituto aplica-se, atualmente, tão somente aos servidores do Poder Executivo Federal. Portanto, os funcionários, inclusive o Diretor Executivo, a partir de seu desligamento do CIMVI, podem prestar serviços a terceiros imediatamente; d) Aumento de carga horária - devido à grande demanda de trabalho, especialmente em razão da mudança do escritório da Gestão de Cultura, Esporte e Turismo para a cidade de Pomerode, submeteu-se à deliberação a solicitação de aumento da carga horária, de trinta e cinco para quarenta horas, da Gestora de Serviços Arlete Regilene Scoz, ocupante do emprego público de confiança de Gestora de Serviços. Iniciada a votação, a alteração restou aprovada por unanimidade, do qual será baixada Resolução e providenciada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC. Por fim, o Diretor Executivo, Sr. Valter Conrado de Araújo, agradeceu a oportunidade de ter trabalhado no serviço público, desde a criação do Consórcio em 1998; aos prefeitos, inclusive das gestões anteriores, no apoio constante e na confiança que lhe foi depositada, demonstrada através da recondução à coordenação do Consórcio ao final de cada mandato, desde o início até o presente, bem como quanto às qualificações que lhe foram oportunizadas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Hartwig Persuhn
Presidente

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/005 - LICITAÇÃO Nº 005/2016 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/005
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
FORNECEDOR: Metalurgica e Serralheria Feramar Ltda EPP
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços até 05/07/2017.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 22 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/006 - LICITAÇÃO Nº 010/2016 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/006
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
FORNECEDOR: JL Soluções Ambientais Ltda EPP
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços até 24/07/2017.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 22 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/008 - LICITAÇÃO Nº 016/2016 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/008
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
FORNECEDOR: Projesan Saneamento Ambiental Ltda
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços até 06/10/2017.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 22 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 180 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 180, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 555.945,78.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 555.945,78 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.002.0017.0511.0002.2008 – Gestão de Resíduos Sólidos	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
3001212 – Rec. Ordinários 2012 – CIMVI – Saneamento	R\$ 400.000,00
Total	R\$ 400.000,00
03.002.0017.0511.0002.2008 – Gestão de Resíduos Sólidos	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
3001213 – Rec. Ordinários 2013 – CIMVI – Saneamento	R\$ 9.265,00
Total	R\$ 9.265,00
03.002.0017.0511.0002.2002 – Gestão de Saneamento Básico	
3449000000000000 – Aplicações Diretas	
3001212 – Rec. Ordinários 2012 – CIMVI – Saneamento	R\$ 4.000,00
Total	R\$ 4.000,00
03.002.0017.0511.0002.2008 – Gestão de Resíduos Sólidos	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
3325414 – Transf. de Convênios da União 2014	R\$ 142.680,78
Total	R\$ 142.680,78
Total	R\$ 555.945,78

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 08 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 181 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 181, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera o Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 45 do Estatuto do CIMVI; e Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CIMVI, realizada nesta data; Considerando-se as disposições gerais previstas nos instrumentos legais do Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - O Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido na forma do Anexo Único da Resolução nº 98, de 10/07/2014, já modificado pelas Resoluções nº 128, de 22/05/2015, e nº 148, de 18/02/2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º -
.....

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 3º -
.....

Art. 31 -
.....

§ 5º – Os valores previstos nos incisos I e II do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações dos servidores do CIMVI.

Art. 32 -
.....

Art. 46 -

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIMVI, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, disposta no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 1º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 1º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 1º deste artigo.

§ 2º -

§ 2º-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 3º -
.....

Art. 47 -
.....

Art. 50 -
.....

IV – Auxílio transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

V -
.....

Art. 51 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

§ 1º - Todo servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e os meios de transporte, coletivo ou individual, utilizadas para o deslocamento previsto neste artigo, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, cálculo do valor líquido da indenização, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 2º -

Art. 53 -
.....

II-A – Auxílio transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

III -
.....

§ 1º – O adicional por qualificação será disciplinado no Capítulo dedicado ao desenvolvimento funcional (art. 98), neste regulamento.

§ 2º - Aos servidores efetivos do CIMVI, poderá, a critério da Assembleia Geral, ser concedida, e livremente destituída, gratificação de função especial em razão de encargos de especial responsabilidade que venham a desempenhar no CIMVI, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 30% (trinta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público de Agente Administrativo. A gratificação de função especial somente é devida enquanto perdurarem as atividades que a justifiquem e em nenhuma hipótese será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou à remuneração dos servidores, não podendo ser percebidas cumulativamente.

Subseção I

Da Gratificação Natalina

.....

Art. 74 -

.....

§ 4º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 5º -

.....

Art. 94 -

§ 1º - A participação em órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º -

§ 3º - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

§ 4º -

.....

Art. 95 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....
06	Gestor de Serviços

§ 1º -

.....

Art. 96 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
02	Advogado	20 horas	R\$ 3.970,18
.....	Agente Administrativo	R\$ 2.562,71
.....	Agente Controle Interno	R\$ 2.188,69
01	Biólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Contador	\$ 2.188,69
01	Engenheiro Agrônomo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Civil	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Químico	R\$ 3.740,18
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	R\$ 3.740,18
09	Fiscal Ambiental	40 horas	R\$ 3.000,00
01	Geógrafo	20 horas	R\$ 3.740,18
01	Geólogo	20 horas	R\$ 3.740,18
.....	Médico Veterinário	R\$ 3.463,13

§ 1º -

.....

Art. 97 -

I – Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Assembleia Geral ou pela Presidência do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

II – Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

.....

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Formação profissional em nível superior e experiência em áreas afins com a Administração Pública e as finalidades do CIMVI.

III -

.....

V-A – Para o emprego de FISCAL AMBIENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Efetuar notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; Atender denúncias e verificar a ocorrência da infração ambiental, atuando com poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive lavrando o auto correspondente, podendo aplicar penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Elaborar laudos ou relatórios técnicos; Citar, intimar ou notificar os responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Exercer atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Fiscalizar e aplicar penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local; Coordenar equipes de trabalho, aplicar normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de nível técnico ou tecnólogo, na área de Meio Ambiente ou Gestão Ambiental, com devido registro no órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VI – Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VII – Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia sanitária ou ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

VIII –

.....

IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia florestal, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

X – (revogado)

XI - Para o emprego de ENGENHEIRO CIVIL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia civil; Verificar as condições requeridas para obras e as características do terreno e ainda, procedimentos para recebimento de obras concluídas; Realizar planejamento e controle de processos operacionais, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir para a garantia da viabilidade econômica e social de projetos e suas atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XII - Para o emprego de GEÓLOGO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente a atividade destinada à análise de procedimento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XIII – Para o emprego de ADVOGADO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CIMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CIMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB).

XIV - Para o emprego de ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à área de atuação, bem como seus serviços afins e correlatos; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar

procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XV - Para o emprego de BIÓLOGO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

XVI - Para o emprego de GEÓGRAFO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimento de licenciamento ambiental, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Avaliar procedimentos adotados à fiscalização, cumprimento de obrigações e verificação de aspectos legais do licenciamento ambiental, legalização de áreas utilizadas e outros; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional).

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

.....

Art. 105 -

§ 1º -

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II -

.....

§ 3º -

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II -

.....

Art. 108 -

.....

§ 3º - Caberá ao Diretor Executivo diligenciar pela assiduidade e pontualidade dos servidores do Consórcio Público, adotando-se anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, observadas as disposições legais, em especial o art. 74 da CLT.

Art. 109 -

..... ”

Art. 2º - Esta Resolução foi aprovada na Assembleia Geral do CIMVI realizada nesta data, na cidade de Rodeio/SC, e entrará em vigor na

data de sua publicação.

Timbó - SC, em 22 de dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente do CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 182 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 182, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera o atual ocupante do emprego público em comissão de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, a contar de 31/12/2016.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, fundamentado no art. 37, Incisos II, in fine, e V, da Constituição Federal, no artigo 450 c/c artigos 468, Parágrafo Único, e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, nos artigos 4º, § 2º, 45, II e § 4º, I, e 95 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido na forma do Anexo Único da Resolução nº 98, de 10/07/2014, já modificado pelas Resoluções nº 128, de 22/05/2015, nº 148, de 18/02/2016, e nº 181, de 22/12/2016; e

Considerando-se o término do mandato da atual Diretoria em 31/12/2016, a eleição do novo Presidente para o mandato 2017, sem a confirmação de manutenção do atual titular do emprego público de confiança;

Considerando-se a indicação de outro nome para Diretoria Executiva do CIMVI e a aprovação da indicação pela Assembleia Geral realizada nesta data na cidade de Rodeio/SC;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor VALTER CONRADO ARAUJO, inscrito no CPF nº 379.549.389-72 e RG nº 195.765 SSP/SC, do emprego público em comissão de Diretor Executivo do CIMVI, para o qual foi nomeado pela Resolução nº 06, de 20/12/2007, a contar de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó - SC, 22 de Dezembro de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente do CIMVI

CIS/AMMVI

102-2016 ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rodovia da Uva, nº 902, no bairro Roca Grande, na cidade de Colombo/PR, inscrita no CNPJ nº 04.217.590/0001-60, neste ato representado pela Sra. Rosemary Americo Salvador, inscrita no CPF nº 020.219.419-14, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente

desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 52.288,74 (Cinquenta e dois mil e duzentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 22 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - LTDA Rosemary Americo Salvador

103-2016 A.G. KIENEN & CIA LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, A.G. KIENEN & CIA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Av. Brasil, nº 98, na cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CNPJ nº 82.225.947/0001-65, neste ato representado pelo Sr. Ademir Geraldo Kienen, inscrito no CPF nº 329.374.669-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que

o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 136.443,30 (Cento e trinta e seis mil e quatrocentos e quarenta e três reais e trinta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do

CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 22 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

A.G. KIENEN & CIA LTDA

Ademir Geraldo Kienen

104-2016 PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS

LTDA, pessoa jurídica, com sede na Av. Maringá, nº 3592, no bairro Atuba, na cidade de Pinhais/PR, inscrita no CNPJ nº 13.485.130/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Alexandre Magno Barea, inscrito no CPF nº 802.389.809-44, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipamentos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

- 2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.
- 2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.
- 2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.
- 2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.
- 2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).
- 2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.
- 2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.
- 2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.
- 2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.
- 2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

- 3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.
- 3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".
- 3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.
- 3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.
- 3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.
- 3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

- 4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.
- 4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando

uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 107.373,84 (Cento e sete mil e trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário

permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 22 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

Alexandre Magno Barea

105-2016 MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, pessoa jurídica, com sede na rua Octaviano Teixeira do Santos, nº 1132, bairro Centro, na cidade de Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ nº 09.676.256/0001-98, neste ato representado pela Sra. Sirlei Fátima Fallador, inscrita no CPF nº 465.988.800-25, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse

prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 33.885,16 (Trinta e três mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

- a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;
- b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:
 - Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação

do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 - Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 22 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI Sirlei Fátima Fallador

106-2016 DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, pessoa jurídica, com sede na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, no bairro Jardim Eldorado na cidade de Palhoça/SC, inscrita no CNPJ nº 05.531.725/0001-20, neste ato representado pelo Sr. Gilson Luis Dal Mas, inscrito no CPF nº 689.045.250-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário serão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

Código	Produto	Un	Marca	R\$ Un.	Quantidade
2	*Secnidazol 1 g, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no máximo dois comprimidos, embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	CPR	PHARLAB	0,551	28.350
14	Bromazepam 6mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	TEUTO	0,055	134.400
31	Dexametasona 0,1 mg/ml, elixir, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	ml	FARMACE	0,014	3.150
32	Dexametasona 2mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMP	FARMACE	0,500	1.523
33	Dexametasona 4 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	TEUTO	0,119	72.450
35	Dexclorfeniramina (maleato) 2mg comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	GEOLAB	0,052	310.800
36	Diclofenaco Sódico 25mg/ml, injetável, ampola de 3 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMP	FARMACE	0,450	50.610
48	Flunarizina (dicloridrato) 10 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	BRAINFARMA	0,060	74.550

53	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	TEUTO	0,015	10.531.500
56	Ipratrópio (brometo) 0,250 mg/ml, gotas, frasco de 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FR	HIPOLABOR	0,580	24.742
66	Metoclopramida 10mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	CPR	HIPOLABOR	0,074	824.250
70	Nitrofurantoina 100 mg, comprimidos, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	TEUTO	0,140	179.550
74	Ondansetrona (cloridrato) 2mg/ml, ampola de 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMP	HYPOFARMA	0,678	2.310
83	Sinvastatina 40 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	CPR	SANVAL	0,118	3.022.320
85	Terbutalina (sulfato) 0,5 mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMP	HIPOLABOR	1,670	1.764
86	Tramadol 50 mg/ml, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMP	HIPOLABOR	0,650	7.403

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ao) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 700.261,23 (setecentos mil e duzentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

- a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;
- b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;
- c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;
- d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;
- e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;
- f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;
- g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;
- h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, serão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;
- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;
- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 22 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Gilson Luis Dal Mas

107-2016 DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2016.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, pessoa jurídica, com sede na rua José Fraron, nº 155, no bairro Fraron, na cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CNPJ nº 76.386.283/0001-13, neste ato representado pelo Sr. Maurício Maciag, inscrito no CPF nº 039.087.819-73, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na

requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em

perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as “Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos”.

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico- químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de

pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 14.994,00 (Quatorze mil e novecentos e noventa e quatro reais).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do

Editais, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 - No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 - A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAÚDE MÉDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 22 de dezembro de 2016.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CONTRATADO

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

Mauricio Maciag

RESOLUÇÃO Nº 136-2016 - CISAMVI

RESOLUÇÃO nº 136, de 22/12/2016.

Declara ponto facultativo o dia 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

Cleones Hostins, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 132/2016 e pela alínea “a” do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI; e

Considerando que a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, realizada no dia 08/12/2016, foi deliberado que devido aos festejos natalinos e em virtude dos órgãos estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando que os serviços do CISAMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede do Consórcio neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados do CISAMVI na data de 26 de dezembro de 2016 (segunda-feira que sucede ao natal).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela CISAMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Blumenau, SC, em 22 de dezembro de 2016.

CLEONES HOSTINS

Diretor Executivo CISAMVI

CIS/AMURES**RESOLUÇÃO Nº 04/2016 CIS/AMURES - LOA 2017**

RESOLUÇÃO Nº. 04 de 19/12/2016.

Estima a Receita e fixa as Despesas do Consorcio Intermunicipal de Saúde- CIS/AMURES, para o exercício de 2017 e dá outras providências.

A Assembleia Geral do Consorcio Intermunicipal de Saúde-CIS/AMURES realizada no dia 13 de Setembro de 2016, na cidade de Lages, aprovou e eu Prefeito Edilson José de Souza, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consorcio Intermunicipal de Saúde- CIS/AMURES, para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 6.401.928,60 (seis milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).

Art. 2º - A Receita será realizada com os seguintes desdobramentos:

1 - Receita

	Discriminação das Receitas	Valor (R\$)
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	5.100,00
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	4.296.745,04
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	2.095.183,32
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	4.900,24
TOTAL GERAL		6.401.928,60

Art. 3º - A Despesa será executada obedecendo à classificação orçamentária vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001, e aprovada conforme detalhamento constante no Anexo I desta Resolução, cujos totais fixados são:

Art. 4º - A Receita foi estimada com base nos contratos de Rateio, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução do próximo exercício.

2 –

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA	FONTE	VALOR (R\$)
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES		
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		
1.3.2.5.01.00	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinculados	0101	100,00
1.3.2.5.02.00	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	0080	5.000,00
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		
1.6.0.0.05.00	Serviços de Saúde		
1.6.0.0.05.99	Outros Serviços de Saúde	0080	4.296.745,04
1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		
1.7.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		
1.7.2.3.00.00	TRANSFERENCIAS DOS MUNICÍPIOS		
1.7.2.3.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0080	2.095.183,32
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		
1.9.9.0.00.00	Receitas Diversas		
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas	0080	4.900,24

TOTAL GERAL			6.401.928,60
-------------	--	--	--------------

Art. 5º. A Despesa será realizada de conformidade com a classificação orçamentária vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001. Cujos totais fixados são:

I. Despesa por Órgão

	Discriminação por Órgão	Valor (R\$)
01.01	Consortio Intermunicipal de Saúde	6.401.928,60
TOTAL GERAL		6.401.928,60

II. Despesa por Função

	Discriminação por Função	Valor (R\$)
10	Saúde	6.401.928,60
TOTAL GERAL		6.401.928,60

5-

FUNÇÃO	DESPESA	FONTE	VALOR (R\$)
10 - Saúde	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES		
	4.4.90.00 – Investimentos	0080	1.000,00
10 - Saúde	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES		
	3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	0080	906.984,48
	3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	0080	543.762,72
	4.4.90.00 – Investimentos	0080	6.896,24
10 - Saúde	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CIS/AMURES		
	3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes	0080	4.943.285,16
TOTAL GERAL			6.401.928,60

Art. 6º. O Orçamento da despesa da administração direta pode ser expandido até o limite da arrecadação.

Art. 7º. Fica o Presidente do Consorcio autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma categoria para outra. Dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade, ou Operações Especiais, através de Resolução.

Art. 8º. O Presidente do Consorcio está autorizado, nos termos do artigo 7º. da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I- O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II- A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III- O superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 9º. Fica o Presidente do Consorcio autorizado a utilizar o Excesso de Arrecadação do exercício para suplementação de dotações orçamentárias insuficientes, através de Resolução.

Art. 10. Fica autorizado o Presidente a celebrar Convênios/Acordos com os governos Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2017.

Art. 11. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

Art. 12. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos retroagirão, se necessário, a 1º. de janeiro de 2017.

Lages, 19 de dezembro de 2016.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CIS/AMURES

RELATÓRIO DESPESAS 2017 CIS AMURES
SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Exercício de 2017

Página: 1/1

Relação da Despesa com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Saúde	Educação	Pessoal	Valor Orçado
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES						
Órgão:	01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE				
Unidade:	01	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE				
Proj./Ativ.	1.001	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CIS/AMURES				
1	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
Total do Projeto/Atividade:						1.000,00
Proj./Ativ.	2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES				
2	3.1.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	906.984,48
3	3.3.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	543.762,72
4	4.4.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.896,24
Total do Projeto/Atividade:						1.457.643,44
Proj./Ativ.	2.002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES				
5	3.3.90.00.00.00.00.00	0080 Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.943.285,16
Total do Projeto/Atividade:						4.943.285,16
Total da Unidade:						6.401.928,60
Total do Órgão:						6.401.928,60
Total da Entidade:						6.401.928,60
Total Geral:						6.401.928,60

Resumo das Fontes de Recurso

Aplicação	Valor Orçado
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES	
0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	6.401.928,60
Total da Entidade:	6.401.928,60
Total Geral:	6.401.928,60

RELATÓRIO RECEITA 2017 CIS AMURES

Exercício de 2017
Página: 1/4SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
Relação do Orçamento da Receita

Código	Rubricas	Descrição	Recurso/Fonte	Detal.	Recurso Vinc.	Educação	Saúde	PASEP	Soma na RCL	Deduz RCL	Excesso	Regime Prev	Valor Estimado
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES													
0125	1.3.2.5.01.04.00.00.00	Aplicação Financeira Rec Vinculados	101/0101	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	100,00
0126	1.3.2.5.02.03.00.00.00	Aplicação Financeira Rec Não Vinculados	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	5.000,00
0076	1.6.0.0.05.99.01.00.00	SERVIÇOS - ANITA GARIBALDI	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	151.196,06
0077	1.6.0.0.05.99.02.00.00	SERVIÇOS - BOCAINA DO SUL	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	156.771,33
0078	1.6.0.0.05.99.03.00.00	SERVIÇOS - BOM JARDIM DA SERRA	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	206.162,03
0079	1.6.0.0.05.99.04.00.00	SERVIÇOS - BOM RETIRO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	196.061,74
0080	1.6.0.0.05.99.05.00.00	SERVIÇOS - CAMPO BELO DO SUL	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	240.277,25
0081	1.6.0.0.05.99.06.00.00	SERVIÇOS - CAPÃO ALTO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	168.501,66
0082	1.6.0.0.05.99.07.00.00	SERVIÇOS - CELSO RAMOS	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	157.434,32
0083	1.6.0.0.05.99.08.00.00	SERVIÇOS - CERRO NEGRO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	120.240,96
0084	1.6.0.0.05.99.09.00.00	SERVIÇOS - CORREIA PINTO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	291.764,52
0085	1.6.0.0.05.99.10.00.00	SERVIÇOS - LAGES	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	318.206,29
0086	1.6.0.0.05.99.11.00.00	SERVIÇOS - OTACILIO COSTA	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	318.114,34
0087	1.6.0.0.05.99.12.00.00	SERVIÇOS - PAINEI	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	159.299,25
0088	1.6.0.0.05.99.13.00.00	SERVIÇOS - PALMEIRA	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	151.566,00
0089	1.6.0.0.05.99.14.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	202.651,58
0090	1.6.0.0.05.99.15.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA DO NORTE	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	141.097,65
0091	1.6.0.0.05.99.16.00.00	SERVIÇOS - RIO RUFINO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	105.381,84
0092	1.6.0.0.05.99.17.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOAQUIM	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	482.130,88
0093	1.6.0.0.05.99.18.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	220.991,14
0094	1.6.0.0.05.99.19.00.00	SERVIÇOS - SANTA CECILIA	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	85.388,49
0095	1.6.0.0.05.99.20.00.00	SERVIÇOS - SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	78.421,29
0096	1.6.0.0.05.99.21.00.00	SERVIÇOS - URUBICI	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	149.802,84
0097	1.6.0.0.05.99.22.00.00	SERVIÇOS - URUPEMA	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	133.522,46
0098	1.6.0.0.05.99.23.00.00	SERVIÇOS - FREI ROGERIO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	54.520,56
0099	1.6.0.0.05.99.24.00.00	SERVIÇOS - MONTE CARLO	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	41.698,92
0100	1.6.0.0.05.99.25.00.00	SERVIÇOS - VARGEM	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	5.541,64
0001	1.7.2.3.37.01.01.00.00	ANITA GARIBALDI - PESSOAL	81/0081	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	45.349,20
0026	1.7.2.3.37.01.02.00.00	ANITA GARIBALDI - CONSUMO	82/0082	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	27.488,16
0051	1.7.2.3.37.01.03.00.00	ANITA GARIBALDI - INVESTIMENTO	83/0083	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	94,80
0002	1.7.2.3.37.02.01.00.00	BOCAINA DO SUL - PESSOAL	81/0081	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	31.200,24
0027	1.7.2.3.37.02.02.00.00	BOCAINA DO SUL - CONSUMO	82/0082	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	18.911,88
0052	1.7.2.3.37.02.03.00.00	BOCAINA DO SUL - INVESTIMENTO	83/0083	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	65,28
0003	1.7.2.3.37.03.01.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - PESSOAL	81/0081	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	49.702,80
0028	1.7.2.3.37.03.02.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - CONSUMO	82/0082	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	30.126,96
0053	1.7.2.3.37.03.03.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - INVESTIMENTO	83/0083	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	103,92
0004	1.7.2.3.37.04.01.00.00	BOM RETIRO - PESSOAL	81/0081	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	49.158,60
0029	1.7.2.3.37.04.02.00.00	BOM RETIRO - CONSUMO	82/0082	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	29.797,08
0054	1.7.2.3.37.04.03.00.00	BOM RETIRO - INVESTIMENTO	83/0083	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	102,72
0005	1.7.2.3.37.05.01.00.00	CAMPO BELO DO SUL - PESSOAL	81/0081	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	50.337,60
0030	1.7.2.3.37.05.02.00.00	CAMPO BELO DO SUL - CONSUMO	82/0082	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	30.511,80
0055	1.7.2.3.37.05.03.00.00	CAMPO BELO DO SUL - INVESTIMENTO	83/0083	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	105,24

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Relação do Orçamento da Receita

Exercício de 2017
 Página: 2/4

Código	Rubricas	Descrição	Recurso/Fonte	Detalh	Recurso Vinc.	Educação	SAÚDE	PASEP	Soma na RCL	Deduz. RCL	Excesso	Regime Prev	Valor Estimado
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES													
0006	1.7.2.3.37.06.01.00.00	CAPÃO ALTO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	98.486,52
0031	1.7.2.3.37.06.02.00.00	CAPÃO ALTO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	59.704,20
0056	1.7.2.3.37.06.03.00.00	CAPÃO ALTO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	205,92
0007	1.7.2.3.37.07.01.00.00	CELSO RAMOS - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	27.209,52
0032	1.7.2.3.37.07.02.00.00	CELSO RAMOS - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	16.492,92
0057	1.7.2.3.37.07.03.00.00	CELSO RAMOS - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	56,88
0008	1.7.2.3.37.08.01.00.00	CERRO NEGRO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	21.949,08
0033	1.7.2.3.37.08.02.00.00	CERRO NEGRO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	13.304,28
0058	1.7.2.3.37.08.03.00.00	CERRO NEGRO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	45,84
0009	1.7.2.3.37.09.01.00.00	CORREIA PINTO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	38.818,92
0034	1.7.2.3.37.09.02.00.00	CORREIA PINTO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	23.529,84
0059	1.7.2.3.37.09.03.00.00	CORREIA PINTO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	81,12
0010	1.7.2.3.37.10.01.00.00	LAGES - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	19.026,12
0035	1.7.2.3.37.10.02.00.00	LAGES - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	11.532,60
0060	1.7.2.3.37.10.03.00.00	LAGES - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	39,72
0011	1.7.2.3.37.11.01.00.00	OTACILIO COSTA - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	78.544,80
0036	1.7.2.3.37.11.02.00.00	OTACILIO COSTA - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	47.609,40
0061	1.7.2.3.37.11.03.00.00	OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	164,16
0012	1.7.2.3.37.12.01.00.00	PAINEL - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	47.344,56
0037	1.7.2.3.37.12.02.00.00	PAINEL - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	28.697,64
0062	1.7.2.3.37.12.03.00.00	PAINEL - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	99,00
0013	1.7.2.3.37.13.01.00.00	PALMEIRA - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	36.823,56
0038	1.7.2.3.37.13.02.00.00	PALMEIRA - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	22.320,36
0063	1.7.2.3.37.13.03.00.00	PALMEIRA - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	77,04
0014	1.7.2.3.37.14.01.00.00	PONTE ALTA - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	32.379,36
0039	1.7.2.3.37.14.02.00.00	PONTE ALTA - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	19.626,48
0064	1.7.2.3.37.14.03.00.00	PONTE ALTA - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	67,68
0015	1.7.2.3.37.15.01.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	16.507,08
0040	1.7.2.3.37.15.02.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	10.005,72
0065	1.7.2.3.37.15.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	34,56
0016	1.7.2.3.37.16.01.00.00	RIO RUFINO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	16.325,76
0041	1.7.2.3.37.16.02.00.00	RIO RUFINO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	9.895,68
0066	1.7.2.3.37.16.03.00.00	RIO RUFINO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	34,08
0017	1.7.2.3.37.17.01.00.00	SÃO JOAQUIM - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	16.416,36
0042	1.7.2.3.37.17.02.00.00	SÃO JOAQUIM - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	55.800,96
0067	1.7.2.3.37.17.03.00.00	SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	192,48
0018	1.7.2.3.37.18.01.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	33.286,32
0043	1.7.2.3.37.18.02.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	28.147,80
0068	1.7.2.3.37.18.03.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	97,08
0019	1.7.2.3.37.19.01.00.00	SANTA CECILIA - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	92.066,96
0044	1.7.2.3.37.19.02.00.00	SANTA CECILIA - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	9.950,76
0069	1.7.2.3.37.19.03.00.00	SANTA CECILIA - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	34,32

SANTA CATARINA - CONSORCIO
CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES
 Relação do Orçamento da Receita

Exercício de 2017
 Página: 3/4

Código	Rubricas	Descrição	Recurso/Fonte	Detalh	Recurso Vinc.	Educação	Saúde	PASEP	Soma na RCL	Deduz RCL	Excesso	Regime Prev	Valor Estimado
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES													
0020	1.7.2.3.37.20.01.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	48.437,60
0045	1.7.2.3.37.20.02.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	20.176,32
0070	1.7.2.3.37.20.03.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	69,60
0021	1.7.2.3.37.21.01.00.00	URUBICI - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	2.993,04
0046	1.7.2.3.37.21.02.00.00	URUBICI - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	1.814,16
0071	1.7.2.3.37.21.03.00.00	URUBICI - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	6,24
0022	1.7.2.3.37.22.01.00.00	URUPEMA - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	36.460,80
0047	1.7.2.3.37.22.02.00.00	URUPEMA - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	22.100,52
0072	1.7.2.3.37.22.03.00.00	URUPEMA - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	76,20
0023	1.7.2.3.37.23.01.00.00	FREI ROGERIO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	11.609,40
0048	1.7.2.3.37.23.02.00.00	FREI ROGERIO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	7.036,92
0073	1.7.2.3.37.23.03.00.00	FREI ROGERIO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	24,24
0024	1.7.2.3.37.24.01.00.00	MONTE CARLO - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	7.800,12
0049	1.7.2.3.37.24.02.00.00	MONTE CARLO - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	4.728,00
0074	1.7.2.3.37.24.03.00.00	MONTE CARLO - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	16,32
0025	1.7.2.3.37.25.01.00.00	VARGEM - PESSOAL		81/0081 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	746,16
0050	1.7.2.3.37.25.02.00.00	VARGEM - CONSUMO		82/0082 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	452,28
0075	1.7.2.3.37.25.03.00.00	VARGEM - INVESTIMENTO		83/0083 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	1,56
0101	1.7.2.3.37.96.01.00.00	SUS - ANITA GABRIELDI		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	36.866,78
0102	1.7.2.3.37.96.02.00.00	SUS - BOCAINA DO SUL		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	23.228,67
0103	1.7.2.3.37.96.03.00.00	SUS - BOM JARDIM DA SERRA		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	35.757,97
0104	1.7.2.3.37.96.04.00.00	SUS - BOM RETIRO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	43.938,30
0105	1.7.2.3.37.96.05.00.00	SUS - CAMPO BELO DO SUL		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	36.767,99
0106	1.7.2.3.37.96.06.00.00	SUS - CAPÃO ALTO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	33.089,70
0107	1.7.2.3.37.96.07.00.00	SUS - CELSO RAMOS		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	14.806,36
0108	1.7.2.3.37.96.08.00.00	SUS - CERRO NEGRO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	19.460,07
0109	1.7.2.3.37.96.09.00.00	SUS - CORREA PINTO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	36.235,48
0110	1.7.2.3.37.99.11.00.00	SUS - OTACILIO COSTA		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	59.597,18
0111	1.7.2.3.37.99.12.00.00	SUS - PAINEI		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	20.700,75
0112	1.7.2.3.37.99.13.00.00	SUS - PALMEIRA		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	28.434,00
0113	1.7.2.3.37.99.14.00.00	SUS - PONTE ALTA		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	34.474,90
0114	1.7.2.3.37.99.15.00.00	SUS - PONTE ALTA DO NORTE		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	13.354,95
0115	1.7.2.3.37.99.16.00.00	SUS - RIO RUFINO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	18.362,52
0116	1.7.2.3.37.99.17.00.00	SUS - SÃO JOAQUIM		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	56.616,80
0117	1.7.2.3.37.99.18.00.00	SUS - SÃO JOSÉ DO CERRITO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	25.968,86
0118	1.7.2.3.37.99.19.00.00	SUS - SANTA CECILIA		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	10.611,51
0119	1.7.2.3.37.99.20.00.00	SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	11.578,71
0120	1.7.2.3.37.99.21.00.00	SUS - URUBICI		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	30.197,16
0121	1.7.2.3.37.99.22.00.00	SUS - URUPEMA		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	16.477,54
0122	1.7.2.3.37.99.23.00.00	SUS - FREI ROGERIO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	10.279,44
0123	1.7.2.3.37.99.24.00.00	SUS - MONTE CARLO		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	9.466,12
0124	1.7.2.3.37.99.25.00.00	SUS - VARGEM		80/0080 000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	3.278,36

SANTA CATARINA - CONSORCIO

CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMIURES

Relação do Orçamento da Receita

Exercício de 2017

Página: 4/4

Código	Rubricas	Descrição	Recurso/Fonte	Detal.	Recurso Vinc.	Educação	Saúde	PASEP	Soma na RCL	Deduz RCL	Excesso	Regime Prev	Valor Estimado
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMIURES													
0127	1.9.9.099.00.00.00.00	Outras Receitas	80/0080	000000	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	4.900,24
													6.401.928,60
													6.401.928,60
													Total da Entidade:
													Total da Geral:
Resumo das Fontes de Recurso													
Aplicação													
Entidade: 3 - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMIURES													
0080	RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS			000000	Sem detalhamento das destinações de recursos								4.943.185,40
0081	RECURSOS ORDINARIOS - PESSOAL			000000	Sem detalhamento das destinações de recursos								906.984,48
0082	RECURSOS ORDINARIOS - CONSUMO			000000	Sem detalhamento das destinações de recursos								549.762,72
0083	RECURSOS ORDINARIOS - INVESTIMENTOS			000000	Sem detalhamento das destinações de recursos								1.896,00
0101	Recursos Vinculados			000000	Sem detalhamento das destinações de recursos								100,00
													Total da Entidade:
													Total da Geral:

CIAPS**RESOLUÇÃO Nº 27, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CNPJ 21.568.943/0001-95

QUINTINO BOCAIUVA - Centro - CEP 89135000 - APIUNA - SC

Fone: (047) 3380-8253 Fax: (047) 3331-5800

RESOLUÇÃO Nº 27, de 30 de novembro de 2016

RESOLVE:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias

por suplementação de dotação no valor de R\$22.411,60 (vinte e dois mil e quatrocentos e onz

observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Órgão: Unidade:

06

06.001

CIAPS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 MANUTENÇÃO
ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: Vínculo:

3339000000000000

1640116

APLICACOES DIRETAS

Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Valor Suplementado: R\$ 22.411,00

Total Suplementado: R\$ 22.411,00 Art.2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 MANUTENÇÃO
ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3339000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1640116 Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Valor Anulado: R\$ 22.411, 00 Total Anulado: R\$ 65.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

APIUNA - SC, 30 de novembro de 2016.

NICANOR MORRO

PRESIDENTE

**ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL (ORDINÁRIA)
DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS**ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL (ORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO
PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis
(16/12/2016), às quinze horas e quarenta minutos, nas instala-
ções do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna – SC),

reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Valdete Korz Marques – Contadora da AMMVI, o Coordenador do CIAPS – Sr. Freddy Richard Eichstaedt e Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI, para Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Aprovação da Proposta Orçamentária do CIAPS para 2017; e 3) Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente abordou o item 2 da pauta, passando a palavra à contadora da AMMVI, Sra. Valdete Marques, que informou sobre a proposta orçamentária do CIAPS para 2017 prevendo receita de transferências da União no montante de R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais), transferência do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e transferência dos Municípios Consorciados no montante de R\$ 188.662,80 (cento e oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), correspondentes ao valor de R\$ 65.582,59 para o Município de Apiúna, R\$ 49.893,17 para o Município de Ascurra e R\$ 73.187,04 para o Município de Rodeio, conforme coeficiente populacional apurado pelo censo IBGE 2012. Neste aspecto, registra-se que os valores informados antecipadamente aos Municípios não tinham exatamente estes valores, porque foram distribuídos se a observância do critério previsto (coeficiente populacional), de forma que deverão ser objeto de suplementação e/ou anulação no âmbito de cada Município, durante a execução do orçamento 2017. Deste modo a receita fica estimada em R\$ 584.662,80 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) e a despesa fixada neste mesmo montante, incluindo-se R\$ 496.660,80 (quatrocentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta centavos) para Pessoal e Encargos (elemento 3190), R\$ 84.002,00 (oitenta e quatro mil e dois reais) para Outras Despesas Correntes (elemento 3390) e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para Investimentos (elemento 4490). Debatido os valores e verificado sua compatibilidade, restou aprovada a proposta orçamentária, a qual já foi tempestivamente encaminhada aos Municípios para inclusão das dotações necessárias para as transferências financeiras ao CIAPS de competência de cada Ente consorciado em sua Lei Orçamentária 2017. Por fim, em Assuntos diversos – item 03 da pauta, foi informado que o Contrato de Rateio, segue o estabelecido nesta Assembleia do CIAPS, motivo pelo qual deverá ser assinado pelos Senhores Prefeitos e encaminhados para as respectivas assessorias, visando seu cumprimento a partir de janeiro de 2017. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro
Município de ApiúnaMoacir Polidoro
Município de AscurraPaulo Roberto Weiss
Município de RodeioFreddy Richard Eichstaedt
Coordenador Executivo do CIAPSLuiz Claudio Kades
Assessor Jurídico – AMMVI
Secretário “ad-hoc”Valdete Korz Marques
Contadora - AMMVI

ATA DA 9ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS

ATA DA 9ª ASSEMBLEIA GERAL (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis (16/12/2016), às quinze horas, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Valdete Korz Marques – Contadora da AMMVI, o Coordenador do CIAPS – Sr. Fredy Richard Eichstaedt e Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI, para Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal para o exercício de 2017 e indicação/confirmação do Coordenador Executivo; 3 – Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Assessor Jurídico da AMMVI, Dr. Luiz Claudio Kades, que tratou da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal do CIAPS para o exercício de 2017, informando que os artigos 26 e 30 do Estatuto estabelecem que a eleição regular deve ocorrer em dezembro de cada ano, e que o mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, permitido a reeleição para um único mandato subsequente. Ademais, pela assembleia realizada em 10 de dezembro de 2015, foi tratado da recondução dos então titulares para as mesmas funções no mandato de 01/01 a 31/12/2016. Neste sentido, tais Prefeitos não podem mais ocupar a mesma função na Diretoria no próximo exercício, sendo necessário a composição de candidaturas que respeitem a previsão estatutária do CIAPS. Assim, houve a inscrição dos candidatos, com a formalização das seguintes candidaturas: DIRETORIA – Prefeito de Rodeio para Presidente e Prefeito de Ascurra para Vice-Presidente; CONSELHO FISCAL: Prefeito de Apiúna, Secretário Municipal de Saúde de Ascurra e Secretário Municipal de Saúde de Rodeio. Abertas as discussões, houve manifestação favorável à composição apresentada, sendo eleitos os candidatos da Diretoria e do Conselho Fiscal, por aclamação unânime. Deste modo, registrou-se que o Estatuto estabelece a necessidade de posse do Presidente e do Vice-Presidente nas respectivas funções, fato que se dará na data de 1º de Janeiro de 2017, mediante a assinatura de Termo específico. Fazendo uso da palavra, o Prefeito de Rodeio, Paulo Roberto Weiss, parabenizou o trabalho do Presidente anterior nestes períodos iniciais de implantação do Consórcio Público e inauguração das instalações do CIAPS, com o pleno funcionamento do serviço público. Também agradeceu a confiança depositada pelos pares e confirmou a manutenção do Sr. Fredy Richard Eichstaedt no emprego de confiança de Coordenador Executivo, pelo prazo de três meses, ou seja, até 31/03/2017, quando fará nova avaliação e decidirá pela sua confirmação definitiva na função ou pela indicação de outro profissional para função. Presente na Assembleia, o Coordenador Executivo anuiu com tal decisão, a qual foi submetida a votação dos senhores prefeitos, sendo acolhida por unanimidade. Assim, o novo Presidente registra que todos os poderes conferidos ao Coordenador Executivo pelo Presidente anterior permanecem válidos e prorrogados, independentemente de nova resolução. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro
Município de ApiúnaMoacir Polidoro
Município de AscurraPaulo Roberto Weiss
Município de RodeioFredy Richard Eichstaedt
Coordenador Executivo do CIAPSLuiz Claudio Kades
Assessor Jurídico – AMMVI
Secretário “ad-hoc”Valdete Korz Marques
Contadora - AMMVI**CONTRATO DE RATEIO CIAPS Nº 001/2016**

CONTRATO DE RATEIO CIAPS nº 001/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2017.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob no 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, no Município de Apiúna - SC, aqui representado por seu presidente Nicanor Morro, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, inscrito no CPF nº 004.461.659-72; de ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro; e de RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, inscrito no CPF nº 765.097.459-68, doravante denominados simplesmente CONSORCIADO(S), fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIAPS, bem como considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada em 16 de dezembro de 2016, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços

públicos de Saúde Mental (serviço de atenção psicossocial) do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2017.

1.2 – A gestão associada dos serviços públicos de Saúde Mental será executada de forma integral pelo CONSÓRCIO, incluindo todas as atividades estabelecidas para um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, no atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS das redes municipais de saúde dos CONSORCIADOS.

1.3 - Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício integral das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução deste serviço público, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO

2.1 - O rateio dos recursos entre os CONSORCIADO(S) se dará pelo critério da proporcionalidade populacional (IBGE – 2012).

2.2 - As cotas de despesas serão divididas conforme elementos de despesa do CONSÓRCIO, distribuídos proporcionalmente entre os CONSORCIADO(S).

2.3 - O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na “Cota Mensal”, que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2017 o valor total de R\$ 188.662,80 (cento e oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc., na manutenção das atividades contempladas no item 1.2 da Clausula Primeira.

3.2 - O rateio do valor total entre os CONSORCIADO(S) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal	Cota Anual (R\$)		
		Grupo de Despesa (%)	Valor	Valor Total Anual (R\$)
Apiúna	R\$ 5.465,21 de janeiro a novembro e R\$ 5.465,28 em dezembro	3190 (53,355)	34.991,51	65.582,59
		3390 (44,525)	29.200,61	
		4490 (2,120)	1.390,47	
Ascurra	R\$ 4.157,76 de janeiro a novembro e R\$ 4.157,81 em dezembro	3190 (53,355)	26.620,44	49.893,17
		3390 (44,525)	22.214,90	
		4490 (2,120)	1.057,83	
Rodeio	R\$ 6.098,92 de janeiro a novembro e R\$ 6.098,92 em dezembro	3190 (53,355)	39.048,85	73.187,04
		3390 (44,525)	32.586,49	
		4490 (2,120)	1.551,70	

3.3 - Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017.

3.4 - Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento programa (LOA) de cada CONSORCIADO(S), vigentes para o exercício financeiro de 2017.

5.2 - Os repasses mensais feitos pelo(s) CONSORCIADO(S) ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2017.

5.3 - Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo(s) CONSORCIADO(S) este(s) deverá(o) inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

5.4 – As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção Atividades Saúde Mental
331900000	Aplicações Diretas
333900000	Aplicações Diretas
344900000	Aplicações Diretas
1000115	Recursos Ordinários CIAPS Manut

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo(s) CONSORCIADO(S);
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIAPS e do Contrato de Consórcio Público, fica(m) o(s) CONSORCIADO(S), desde já, responsável(eis) por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 - O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei, no Estatuto do CIAPS ou fixada em Assembleia do Consórcio Público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o(s) CONSORCIADO(S), mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 - A eventual impossibilidade de o(s) CONSORCIADO(S) cumprir(em) obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do(s) CONSORCIADO(S), todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Acurra – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Apiúna - SC, 16 de dezembro de 2016.
CIAPS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC
Nicanor Morro - Prefeito

MUNICÍPIO DE ASCURRA - SC
Moacir Polidoro - Prefeito

MUNICÍPIO DE RODEIO - SC
Paulo Roberto Weiss – Prefeito

Testemunhas:

Fredy Richard Eichstaedt CPF nº 020.366.099-45	Valdete Korz Marques CPF nº 546.983.919-20
---	---

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Resolução nº 28, de 16 de Dezembro de 2016.

Estima a receita e fixa a despesa do CIAPS para o exercício de 2017, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada nesta data na cidade de Apiuna; resolve:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 584.662,80 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

§ 1º - A Receita do CIAPS será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	584.662,80
RECEITAS CORRENTES	584.662,80
Transferências dos Municípios	
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	188.662,80
Município de Apiúna	65.582,59
Município de Ascurra	49.893,17
Município de Rodeio	73.187,04
Outras Receitas – Transferências Intergovernamentais	396.000,00
Transferências da União	336.000,00
Transferências do Estado SC	60.000,00

§ 2º - As Despesas do CIAPS serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	584.662,80
Despesas Correntes	580.662,80
Pessoal e Encargos	496.660,80
Outras Despesas Correntes	84.002,00
Despesas de Capital	4.000,00
Investimentos	4.000,00

Art. 2º - A Presidência do CIAPS fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIAPS está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior, se for o caso;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2017.

Apiúna - SC, em 16 de Dezembro de 2016.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

CIRSURES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 1º ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA CIRSURES - 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CIRSURES

(COCAL DO SUL, LAURO MULHER, MORRO DA FUMAÇA, ORLEANS, SIDERÓPOLIS, TREVISÓ E URUSSANGA)

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 1º ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Cirsures e Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e poderes, com base nos termos do estatuto, faz convocação extraordinária de todos os prefeitos consorciados, para o DIA 09 DE JANEIRO DE 2017, ÀS 14:30 HORAS, na sede do Consórcio Cirsures, localizada na Rua Vidal Ramos nº170 sala 11, Centro - Urussanga – SC, para deliberar sobre os seguintes temas:

I - Eleição do novo presidente e vice presidente;

II - Eleição do conselho fiscal;

III - Assuntos Gerais.

Urussanga (SC), 22 de dezembro 2016.

João Réus Rossi

Prefeito de Treviso

Presidente do Cirsures